

ANA LÚCIA SILVA TERRA

As Políticas de Informação e de Comunicação da União Europeia

Uma leitura diacrónica e exploratória no âmbito da Ciência da Informação

Dissertação de Doutoramento em Ciências Documentais,
especialidade de Gestão da Informação e Serviços de Informação,
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,
sob orientação da Professora Doutora MARIA JOSÉ AZEVEDO
SANTOS e do Professor Doutor ARMANDO MANUEL BARREIROS
MALHEIRO DA SILVA.

**Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
2008**

Aos meus Pais

RESUMO

Define-se o campo científico em que o trabalho se enquadra – a Ciência da Informação – explicitando os modelos teóricos e de investigação seguidos. Analisa-se, depois, o conceito central deste projecto – as Políticas de Informação – com uma revisão crítica da literatura sobre o tema. De seguida, apresentam-se as principais etapas da política de informação desde a época da CECA, nos anos cinquenta do século XX, até à actual UE. Enfatiza-se o alargamento progressivo do público-alvo (inicialmente restrito a grupos da elite intelectual, política ou económica) que, a partir dos anos setenta, começa a procurar abranger a opinião-pública de todos os Estados-Membros. Ao longo dos anos oitenta, esta aproximação aos cidadãos é reforçada com a primeira abordagem ao binómio informação-comunicação, aprofundado ao longo da década seguinte. Já no novo milénio, assume-se a comunicação como uma função estratégica da UE. Gradualmente, afirma-se um novo discurso assente na política de comunicação em detrimento da expressão política de informação. Contextualiza-se esta transição tendo em conta a própria evolução histórica do projecto europeu. As unidades de informação criadas e tuteladas pela Comissão Europeia são objecto de um estudo mais detalhado, em especial os CDE vocacionados para o público académico. A análise dos CDE baseou-se na criação de uma amostra na qual foram aplicados dois questionários, um dirigido aos seus responsáveis e outro aos utilizadores. Foram ainda realizadas visitas a alguns centros, com entrevistas aos seus responsáveis. A aplicação destes instrumentos de recolha de dados permitiu caracterizar a estrutura dos CDE e o comportamento informacional dos seus utilizadores. Foi ainda distribuído um questionário a uma amostra de utilizadores potenciais de um CDE de uma Universidade. Desta forma, foi possível verificar em que medida as orientações da política de informação das instâncias comunitárias e uma das suas estruturas específicas contribuem para a disseminação da informação europeia.

ABSTRACT

Information Science is defined as the scientific field under which this research is framed and the applied theoretical background and methodological approaches are shown. In this way, the central concept of this project – Information Policy – is analysed with a critical review of the literature on the subject. Following this, the main stages of the European Information Policy are presented covering the period since the time of the ECSC, in the 1950s, through to the

present EU. The progressive enlargement of the target public is emphasized. Initially restricted to intellectual, economical or political elites, it evolves, during the 1970s, in the direction of encompassing the public opinion of all the Member-States. During the 1980s, this approximation to the citizens is reinforced with the approach to the compound concept of information-communication, emphasised over the next decade. In the 21st century, communication is assumed as a strategic function of the EU. A new speech, based on “Communication Policy”, is gradually gaining prominence against the expression “Information Policy”. This transition is contextualised taking into account the historical evolution of the European project itself. The information units, which were created and are controlled by the European Commission, are studied in more detail, specially the ECDs aimed at the academic public. The analysis of the ECDs was based on the findings of two questionnaires: one for the EDC’s managers and the other for their users. Some EDC were visited and their managers interviewed. The application of these data collecting instruments allowed a characterisation of the structure of the ECDs and the information behaviour of their users. A questionnaire survey was also performed on a sample of potential ECD users. Following this procedure, it was possible to verify how much the EU information policy decisions and institutions, and one of its specific networks, contribute to the dissemination of European information.

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores, a Professora Doutora Maria José Azevedo Santos e o Professor Doutor Armando Malheiro, agradeço a disponibilidade e o estímulo que manifestaram desde os primeiros momentos para guiar o meu percurso de Doutoramento. Na Professora Doutora Maria José Azevedo Santos encontrei sempre as palavras certas de apoio nos momentos de desânimo ou de dificuldades. Ao Professor Armando Malheiro devo os momentos de vivificante diálogo científico e a orientação para a escolha de caminhos mais adequados.

À Professora Doutora Manuela Tavares Ribeiro agradeço a leitura de uma parte da tese e as sugestões que me deu. Foi também graças ao privilégio de trabalhar com ela durante algum tempo, e de assim ter contacto com a temática europeia, que germinou a ideia desta investigação.

Naturalmente, este trabalho constitui um ponto de chegada do meu percurso de aluna da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e, por isso, quero também agradecer a todos os meus professores. Uma palavra de especial gratidão vai para a Professora Doutora Ana Cristina Araújo, minha Orientadora de Mestrado em História Moderna. Este trabalho deve muito aos seus ensinamentos de rigor científico e metodológico e ao entusiasmo que me transmitiu pela investigação.

Agradeço também à Fundação para a Ciência e Tecnologia a concessão da bolsa de doutoramento, sem a qual este trabalho não teria sido possível, em especial os períodos fundamentais de investigação no estrangeiro.

Mas este trabalho também não teria chegado a bom termo sem a participação de todos os responsáveis dos CDE, portugueses e estrangeiros, que aceitaram preencher os inquéritos ou receber-me para serem entrevistados. Foram muitos e não posso nomeá-los a todos. Contudo, devo um especial agradecimento à Dr.^a Saudade Miranda, responsável pelo CDE da Universidade de Coimbra, sempre disponível para responder às nossas dúvidas ou para nos ajudar a localizar e a aceder à informação de que necessitávamos. Devo ainda uma palavra de apreço para a simpatia e para o profissionalismo das funcionárias deste CDE, a D. Célia, a D. Elisa e a D. Fátima.

Foi ainda essencial o contributo dos utilizadores dos CDE que responderam ao inquérito bem como dos alunos de matérias europeias. Agradeço ainda às docentes das disciplinas de matérias europeias que aceitaram distribuir os inquéritos.

Também as entrevistas com actuais e antigos funcionários das instituições europeias constituíram momentos de contacto fundamental com a “máquina” de Bruxelas. A todos estou muito grata por me terem recebido e compartilhado comigo a sua experiência e conhecimento interno dos procedimentos institucionais.

À Cândia Silva, à Cláudia Cravo, à Gina Pimparel e ao Jorge Grazina, à Luísa Nazaré Ferreira, à Manuela Gonçalves, ao Luís Barata, à Rita Correia, à Teresa Carvalho e à Dr.^a Graça Simões, por todos terem dado, de formas diferentes, o seu contributo para que este trabalho chegasse ao fim quero também exprimir o meu reconhecimento.

À minha Mãe e ao meu Pai por terem sempre amparado o meu percurso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
-----------------	----

PARTE I QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL

CAPÍTULO I

SUBSTRATO TEÓRICO E CIENTÍFICO DA INVESTIGAÇÃO.....	27
I.1. <i>Breve análise diacrónica da Ciência da Informação</i>	27
I.2. <i>Campo científico da investigação: adopção de uma perspectiva de Ciência da Informação</i>	32
I.3. <i>Campo científico da investigação: perspectivas complementares da Ciência da Informação</i>	39
I.4. <i>A metodologia quadripolar de investigação científica</i>	46
I.4.1. O pólo epistemológico: o paradigma científico e pós-custodial	47
I.4.2. O pólo teórico: a contextualização sistémica.....	48
I.4.3. O pólo técnico: formas de contacto com o objecto.....	55
I.4.4. O pólo morfológico: apresentação dos resultados	63

CAPÍTULO II

POLÍTICA DE INFORMAÇÃO: REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO OPERATÓRIO.....	67
II.1. <i>Abordagem diacrónica às políticas de informação</i>	68
II.2. <i>Política de informação: um conceito com fronteiras porosas</i>	78
II.2.1. A criação de um sistema de informação	81
II.2.2. Âmbito socio-técnico.....	88
II.2.3. Hierarquia e compatibilização das componentes.....	95
II.2.4. Procura dos campos de um núcleo central.....	97
II.2.5. Etapas do ciclo da informação.....	104
II.2.6. O acesso à informação	108
II.3. <i>Complexidade singular ou plural?</i>	109
II.4. <i>Política de informação e Ciência da Informação</i>	119
II.5. <i>Metodologias de abordagem das políticas de informação</i>	129
II.5.1. As abordagens processuais	132
II.5.2. As abordagens baseadas em classificações	137
II.5.3. Abordagem para identificação de características	138
II.5.4. Abordagens reducionistas.....	140
II.5.5. Abordagens prospectivas	141
II.5.6. Abordagens centradas na análise dos valores.....	142
II.5.7. A abordagem sistémica.....	147

O QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
--	-----

PARTE II
DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO À POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO
DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS

CAPÍTULO III

DA CECA AO PRIMEIRO ALARGAMENTO: DEFINIÇÃO DA MATRIZ DA POLÍTICA DE

INFORMAÇÃO.....	159
III.1. <i>O nascimento da política de informação: a Alta Autoridade e a Assembleia Comum</i>	160
III.2. <i>Três Comunidades com uma só informação</i>	169
III.3. <i>A visão da Assembleia Parlamentar: política de informação para o “espírito europeu”</i>	172
III.4. <i>Porta-Vozes e Serviço Comum: uma informação espartilhada</i>	177
III.5. <i>Memorandum de 1963: reflexão e refundação da política de informação</i>	181
III.6. <i>O lugar da informação no equilíbrio dos poderes institucionais</i>	188
III.7. <i>A fusão dos executivos: o Serviço de Imprensa e Informação</i>	190
III.8. <i>O fim da informação “artesanal”</i>	194
III.9. <i>A informação como instrumento de afirmação internacional</i>	197
III.10. <i>Informação para criar a solidariedade dos cidadãos europeus</i>	201
III.11. <i>A necessidade de uma estrutura adequada: 1971</i>	204
III.12. <i>Um decálogo para a informação</i>	208

CAPÍTULO IV

A DÉCADA DE SETENTA: OS PRIMEIROS PASSOS DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO PARA

CHEGAR AO GRANDE PÚBLICO	213
IV.1. <i>O primeiro alargamento: consequências na área da informação</i>	214
IV.2. <i>Percurso interinstitucional dos programas de informação: um exemplo</i>	219
IV.3. <i>A necessidade de programas de informação adaptados à conjuntura</i>	228
IV.4. <i>O papel das bibliotecas e dos centros de documentação</i>	234
IV.5. <i>A ênfase no público em geral</i>	237
IV.6. <i>A preparação da primeira eleição directa do Parlamento Europeu</i>	240

CAPÍTULO V

A DÉCADA DE OITENTA: NOVOS DESAFIOS PARA A INFORMAÇÃO

249	
V.1. <i>Estratégias para ultrapassar a escassez de meios</i>	250
V.2. <i>O “novo” Parlamento e a informação</i>	252
V.3. <i>Os limites de uma boa política de informação</i>	258
V.4. <i>Propostas para melhorar a difusão da informação</i>	260
V.5. <i>Avaliação do investimento em informação</i>	264
V.6. <i>Primeira ênfase no binómio informação-comunicação</i>	267
V.7. <i>Um novo sector de acção: os meios empresariais</i>	269
V.7.1. <i>A criação da rede dos Euro Info Centre</i>	270
V.7.2. <i>Avaliação e alargamento da rede dos Euro Info Centres</i>	277
V.8. <i>Necessidade de coordenação e de uma estratégia unitária</i>	283
V.9. <i>A aproximação aos cidadãos</i>	286

CAPÍTULO VI

ANOS NOVENTA: A VIRAGEM ENTRE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	291
VI.1. <i>Os jovens: um público-alvo prioritário</i>	293
VI.2. <i>O Relatório Oostlander: um diálogo mais aberto com os cidadãos</i>	296
VI.3. <i>Seleção de mensagens para criar uma opinião pública europeia</i>	301
VI.4. <i>Uma nova abordagem: informação, comunicação e transparência</i>	305
VI.4.1. <i>À escuta do público</i>	307
VI.4.2. <i>As orientações da nova estratégia</i>	309
VI.4.3. <i>Os centros e as redes de informação</i>	313
VI.4.4. <i>Informação para os países terceiros</i>	319
VI.4.5. <i>Informação interna e visitas</i>	321
VI.5. <i>A informação sobre a União Económica e Monetária</i>	322
VI.6. <i>Afirmção da política de comunicação</i>	328
VI.7. <i>A política agrícola comum: um exemplo de informação específica</i>	334

CAPÍTULO VII

A COMUNICAÇÃO COM OS CIDADÃOS: FUNÇÃO ESTRATÉGICA DA UE	339
VII.1. <i>Um novo quadro de cooperação para a política de informação e comunicação</i>	341
VII.1.1. <i>O enfoque na colaboração interinstitucional</i>	342
VII.1.2. <i>Meios e instrumentos das actividades de informação e comunicação</i>	348
VII.1.3. <i>A reacção do Parlamento Europeu</i>	353
VII.2. <i>Novos instrumentos para potenciar o debate sobre a Europa</i>	357
VII.3. <i>A necessidade de reconstrução metódica e coerente da imagem da UE</i>	359
VII.4. <i>Sinergia dos meios de acção para enfrentar o alargamento</i>	370
VII.5. <i>A grande viragem: a informação tem de procurar o cidadão</i>	373
VII.6. <i>A comunicação como um objectivo estratégico</i>	376
VII.7. <i>Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate</i>	380
VII.8. <i>Um Livro Branco para a comunicação europeia</i>	385

CAPÍTULO VIII

TRANSPARÊNCIA E ACESSO AOS DOCUMENTOS.....	395
VIII.1. <i>O papel pioneiro do Parlamento nas questões da transparência</i>	398
VIII.2. <i>O Tratado de Maastricht e o direito de acesso à informação</i>	402
VIII.3. <i>O acesso aos documentos: um trunfo para cativar os cidadãos</i>	407
VIII.4. <i>Abertura ao público e difusão da informação</i>	410
VIII.5. <i>Os códigos de conduta sobre o acesso aos documentos das instituições da UE</i>	415
VIII.6. <i>O Regulamento 1049/2001</i>	425
VIII.7. <i>Uma reflexão do Parlamento sobre o Regulamento 1049/2001</i>	439
VIII.8. <i>O Livro Verde sobre o acesso aos documentos</i>	442
VIII.9. <i>O acesso aos documentos nos arquivos históricos</i>	444
VIII.10. <i>A transparência como forma de aproximação aos cidadãos</i>	452

DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO À POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

EUROPEIAS: CONSIDERAÇÕES FINAIS	457
---------------------------------------	-----

PARTE III
OS CIDADÃOS E A INFORMAÇÃO EUROPEIA

CAPÍTULO IX

ANÁLISE DO ACESSO AOS DOCUMENTOS.....	467
IX.1. <i>Os primeiros relatórios sobre o acesso aos documentos do Conselho</i>	467
IX.2. <i>Os relatórios sobre a aplicação do Regulamento 1049/2001</i>	474
IX.2.1. Os relatórios da Comissão.....	475
IX.2.2. Uma reflexão sobre a aplicação do Regulamento 1049/2001 em 2004.....	481
IX.2.3. Os relatórios do Conselho	485
IX.2.4. Os relatórios do Parlamento	494

CAPÍTULO X

INQUÉRITOS E VISITAS AOS CDE	499
X.1. <i>A constituição da amostra e a metodologia de aplicação dos inquéritos</i>	499
X.2. <i>Questionário aos responsáveis dos CDE</i>	505
X.3. <i>Questionário aos utilizadores dos CDE</i>	507
X.4. <i>Questionário aos estudantes de matérias de Estudos Europeus</i>	509
X.5. <i>As visitas aos CDE</i>	512
X.6. <i>Cobertura dos CDE nos Estados-Membros</i>	514

CAPÍTULO XI

OS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA: CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DA AMOSTRA	517
XI.1. <i>Aspectos institucionais, espaço físico e recursos humanos</i>	517
XI.1.1. Ano de criação dos CDE.....	517
XI.1.2. Localização e âmbito dos CDE.....	522
XI.1.3. Condições materiais de funcionamento	530
XI.2. <i>A infra-estrutura TIC dos CDE</i>	535
XI.2.1. Computadores e ligações a Intranets e Internet	536
XI.2.2. Página na Internet dos CDE	542
XI.3. <i>Relação com a DG COMM e participação em redes de informação</i>	551
XI.4. <i>O acervo informacional dos CDE</i>	559
XI.5. <i>Os utilizadores reais e potenciais dos CDE</i>	564
XI.5.1. Aspectos quantitativos	564
XI.5.2. Tipologias de utilizadores	568
XI.5.3. Habilitações e actividades	574
XI.5.4. Idade e sexo.....	576
XI.6. <i>Conhecimento dos utilizadores dos CDE por parte dos responsáveis</i>	578
XI.7. <i>Actividades e serviços oferecidos aos utilizadores pelos CDE</i>	581
XI.8. <i>Utilização dos CDE e de outras redes de informação europeia</i>	589
XI.8.1. Conhecimento do CDE	589
XI.8.2. Motivos de uso e de frequência dos CDE	591
XI.8.3. Frequência de outras unidades de informação	593
XI.8.4. Conhecimento e frequência de outras unidades de informação europeia	597

CAPÍTULO XII

O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS UTILIZADORES DE INFORMAÇÃO EUROPEIA.....	605
XII.1. <i>Opinião sobre a integração europeia e o acesso a informação da UE</i>	605
XII.2. <i>Intencionalidade e frequência do acesso a informação sobre a UE</i>	612
XII.3. <i>Situações que motivam o acesso a informação sobre a UE</i>	614
XII.4. <i>Áreas em que o acesso a informação sobre a UE é mais frequente</i>	619
XII.5. <i>Razões que dificultam o acesso a informação sobre a UE</i>	632
XII.6. <i>Razões que facilitam o acesso a informação sobre a UE</i>	639
XII.7. <i>Aspectos valorizados no acesso a informação sobre a UE</i>	645
XII.8. <i>Melhores meios e fontes para obter informação sobre a UE</i>	650
XII.9. <i>As tipologias documentais da UE e o seu acesso</i>	656
XII.10. <i>Acesso a informação digital sobre a UE</i>	665
XII.10.1. <i>Conhecimento e acesso às bases de dados</i>	665
XII.10.2. <i>Utilização das bases de dados</i>	670
XII.10.3. <i>As páginas da Internet</i>	681
XII.11. <i>Relação entre a organização e a representação da informação e o seu acesso nos CDE</i>	693
OS CIDADÃOS E A INFORMAÇÃO EUROPEIA: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	707
CONCLUSÃO.....	715
FONTES DE INFORMAÇÃO.....	723
<i>Bibliografia de consulta</i>	723
<i>Documentos COM</i>	783
<i>Documentos SEC</i>	789
<i>Documentos de Arquivo</i>	791
<i>Documentos do Jornal Oficial</i>	792
<i>Organigramas</i>	805
<i>Relatórios sobre o acesso aos documentos</i>	806
Parlamento Europeu.....	806
Conselho na União Europeia.....	806
Comissão Europeia.....	807
<i>Relatórios gerais das actividades das instituições europeias</i>	808
Relatórios gerais da CECA.....	808
Relatórios gerais da CEE.....	809
<i>Relatórios do Parlamento Europeu</i>	813
LISTA DE ACRÓNIMOS.....	819
ÍNDICE DE FIGURAS.....	821
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	823
ÍNDICE DE TABELAS.....	827

ANEXOS

ANEXO I

ENTREVISTAS REALIZADAS A ACTUAIS E A ANTIGOS FUNCIONÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS 833

ANEXO II

DISTRIBUIÇÃO DOS MESES DE PERMANÊNCIA EM PORTUGAL E NO ESTRANGEIRO DURANTE O PERÍODO DE BOLSEIRA DE DOUTORAMENTO DA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA 839

ANEXO III

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS RESPONSÁVEIS DOS CDE PORTUGUESES 843

ANEXO IV

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS RESPONSÁVEIS DOS CDE ESTRANGEIROS..... 859

ANEXO V

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS UTILIZADORES DOS CDE PORTUGUESES 873

ANEXO VI

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS UTILIZADORES DOS CDE ESTRANGEIROS..... 885

ANEXO VII

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS DE MATÉRIAS EUROPEIAS NUMA UNIVERSIDADE PORTUGUESA..... 895

ANEXO VIII

VISITAS AOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA 905

ANEXO IX

GUIÃO DAS ENTREVISTAS AOS RESPONSÁVEIS DOS CDE..... 911

ANEXO X

ETAPAS DA CONSTRUÇÃO EUROPEIA: OS ALARGAMENTOS 915

ANEXO XI

DISCRIMINAÇÃO DO TIPO DE PARTICIPAÇÃO DOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA DA AMOSTRA SELECIONADA 919

ANEXO XII

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA DA AMOSTRA SELECIONADA..... 935

ANEXO XIII

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DO SPOCE, NA VERSÃO REVISTA EM 1990, ACTUALMENTE EM VIGOR 939

ANEXO XIV

PÁGINAS DA INTERNET COM INFORMAÇÃO SOBRE OS SOFTWARES USADOS NOS CATÁLOGOS DOS CDE..... 943

INTRODUÇÃO

O trabalho que agora apresentamos aborda as políticas de informação da União Europeia sob o prisma da Ciência da Informação. Assim, procurámos trilhar novos caminhos no que toca à investigação do fenómeno europeu habitualmente analisado partindo de perspectivas históricas, jurídicas, socio-políticas ou económicas. Desde a década de noventa, alguns autores focalizaram o seu estudo nos aspectos relacionados com as estratégias de comunicação política das instituições da União Europeia (UE) e no papel dos meios de comunicação social. Neste cenário as abordagens oriundas da área científica que escolhemos constituem excepções sem grande projecção. Atendendo ao que acabámos de explanar poderemos afirmar que o presente trabalho é em grande medida exploratório quanto ao tema e ao enfoque.

Existe uma produção editorial abundante sobre o tema das políticas de informação, fruto de abordagens oriundas de áreas disciplinares muito variadas. No entanto, são poucos os estudos com a preocupação de explicitar e de fundamentar as suas opções teórico-metodológicas. Relativamente às políticas de informação da UE, os poucos estudos existentes seguem uma abordagem descritiva baseada em grande parte na experiência dos profissionais que trabalham nos organismos de informação das instituições europeias. Assim, a investigação académica e a reflexão teórica sobre o tema encontram-se ainda numa fase incipiente. Alguns autores dedicaram-se sobretudo à identificação, descrição e classificação da informação produzida no âmbito das instituições europeias. Já na década de noventa, investigadores ingleses e franceses optaram por uma abordagem mais aprofundada mas os seus trabalhos são uma excepção.

Nesta literatura prevalece a ideia segundo a qual a construção política da integração europeia foi conduzida, pelo menos até aos alvares do novo milénio, sem instrumentos de comunicação vocacionados para a informação e o envolvimento dos cidadãos, mas, como iremos ver, esta postura só pode assentar num desconhecimento histórico da estrutura criada para a divulgação da informação no âmbito das instituições de Bruxelas, em particular da Comissão Europeia.

Em termos globais, é nosso intento estudar a evolução diacrónica da formulação destas políticas desde os anos cinquenta do século XX, ainda na época da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), até ao final do primeiro semestre de 2007, já no âmbito da UE. Esta análise das políticas é complementada com o estudo aprofundado de uma rede específica para a difusão da informação europeia, os Centros de Documentação Europeia (CDE) direccionados para o público académico, em particular do comportamento informacional dos seus utilizadores.

Para a consecução desta abordagem estabelecemos quatro objectivos gerais, decompostos em objectivos específicos, de maneira a orientar a nossa investigação e a estabelecer um fio condutor para a redação do texto final.

Assim, em primeira instância o objectivo geral foi o de contextualizar em termos epistemológicos a pesquisa que se pretendia levar a cabo com uma reflexão sobre a Ciência da Informação. Para o efeito definiu-se a necessidade de uma breve análise diacrónica desta área científica a fim de fundamentar a nossa escolha pela perspectiva defendida pelos autores da “Escola do Porto”. Naturalmente, este posicionamento exigia também a opção por uma metodologia de investigação consentânea, pelo que tivemos de esclarecer o nosso posicionamento neste contexto.

Num segundo plano, o objectivo geral centra-se na análise do conceito de políticas de informação, envolvendo a reflexão sobre a evolução histórica desta área de acção política, o estudo das orientações teóricas e das metodologias de investigação aplicadas. Em complemento, consideramos também a necessidade de averiguar a inserção das política de informação no âmbito da Ciência da Informação.

O objectivo geral seguinte prende-se com a contextualização e a compreensão dos processos de formulação institucional das políticas de informação da UE. Neste intuito, estabelecemos como objectivos específicos: traçar a evolução diacrónica da definição da política de informação no contexto institucional europeu, esclarecer as relações com outras áreas da política europeia, caracterizar as estruturas que sustentam a adopção e a implementação das política de informação, dos actores intervenientes e dos critérios

para a distribuição de papéis. A análise dos valores que orientam a formulação e a implementação das actividades relacionadas com a área constituiu outro dos objectivos específicos.

O último objectivo geral centra-se com a análise dos CDE enquanto estrutura específica vocacionada para concretização da estratégia das políticas de informação da UE, em especial do comportamento informacional dos seus utilizadores. Para o efeito, definimos os seguintes objectivos específicos: caracterizar a actual estrutura desta rede de informação europeia; estudar o papel dos CDE para o acesso à informação europeia; traçar o perfil do seu público-alvo bem como avaliar o comportamento informacional dos utilizadores reais e potenciais. A análise comparativa dos dados recolhidos na média europeia com os dados relativos a quatro países abordados monograficamente (Finlândia, Hungria, Irlanda e Portugal) constituiu outro objectivo específico.

Do ponto de vista da estrutura, o texto encontra-se dividido em três partes complementares entre si, organizadas em doze capítulos. No final de cada parte, considerámos pertinente incluir um breve momento de balanço e reflexão de maneira a extrair as principais conclusões de cada parte e a criar uma ponte para a parte seguinte. Por se tratar de textos curtos, optámos por não constituí-los como capítulos independentes. No fundo, trata-se de considerações finais parciais onde procurámos não repetir ideias explanadas ao longo do texto.

Na Parte I, explanamos o quadro teórico e conceptual que serviu de pano de fundo à nossa investigação. Assim, no Capítulo I faz-se a apresentação da posição epistemológica que assumimos com a identificação das características da Ciência da Informação definidas pelos autores da “Escola do Porto”. Neste sentido, o nosso ponto de partida é o da Ciência da Informação enquanto ciência social aplicada, com uma identidade própria, com um âmago unitário, bem como um corpus teórico-metodológico próprio e consistente. No entanto, antes de assumirmos este posicionamento, efectuámos uma breve análise diacrónica sobre esta área científica já que deveremos esclarecer a nossa escolha situando-a relativamente a outras opções. Posto isto, descrevemos a metodologia de investigação quadripolar seguida, envolvendo o pólo epistemológico, o pólo teórico, o pólo técnico e o pólo morfológico. No pólo epistemológico situamo-nos no paradigma científico e pós-custodial, com a ênfase na informação enquanto fenómeno e processo humano e social. No pólo teórico, adoptámos como modelo de abordagem a teoria sistémica pois fornece-nos um quadro coerente para a análise do *feedback* micro-macro no âmbito das políticas de informação

no contexto das instâncias europeias. No pólo técnico foram descritos os procedimentos de recolha de dados e no pólo morfológico analizámos as informações recolhidas e redigimos o texto final.

No Capítulo II, levámos a cabo uma reflexão sobre a política de informação – conceito operatório central da nossa investigação. Procurámos a origem histórica da sua formulação no intuito de compreender em que medida isso se reflectia sobre a definição do próprio conceito. Constatámos que não existe unanimidade em relação ao âmbito de reflexão e de acção das políticas de informação o que se traduz em orientações diversas que enfatizam aspectos distintos, desde a criação de um sistema, ao âmbito socio-técnico, à criação de um quadro hierárquico, ao estabelecimento de um núcleo central, à inclusão das etapas do ciclo da informação ou às questões do acesso. Assim, sobressai o carácter multifacetado e complexo das políticas de informação traduzido pelo uso da expressão no plural. Neste capítulo, procurámos ainda demonstrar o cabimento do estudo desta área de investigação e de intervenção política no âmbito da Ciência da Informação. Por fim, procedemos a uma sistematização das abordagens metodológicas aplicadas à análise da política de informação.

Na Parte II, rastreamos a planificação e a aplicação da política de informação no âmbito das instituições comunitárias desde o início do projecto europeu. Assim, no Capítulo III, verificámos que a matriz da política de informação foi em grande parte esboçada pela Alta Autoridade da CECA e pela intervenção da instituição que daria origem ao Parlamento Europeu. O intuito foi desde logo o de criar um “espírito europeu” e laços de solidariedade entre os cidadãos dos Estados-Membros. A difusão da informação estava orientada para grupos preferenciais, pertencentes às elites políticas, económicas ou académicas, cabendo-lhes depois a difusão junto da sua área de influência. Nesta perspectiva, a política de informação assumiu um lugar próprio no processo de construção europeia e mesmo em termos de afirmação internacional o que levou, em algumas circunstâncias, a disputas em seu torno no equilíbrio dos poderes institucionais.

No Capítulo IV, tratámos o período compreendido entre o primeiro alargamento (1973) e o primeiro acto eleitoral à escala de todos os Estados-Membros (1979). Nesta fase, torna-se visível uma viragem da política de informação no sentido de atingir directamente o público em geral e já não apenas grupos preferenciais que deveriam funcionar, depois, como multiplicadores. Esta nova orientação constitui uma resposta à necessidade de preparar a primeira eleição directa do Parlamento Europeu. Aliás, fica

aqui patente o carácter instrumental da acção política na área da informação, aspecto que irá constituir uma das suas marcas distintivas ao longo do tempo. Simultaneamente, transparece a necessidade de adaptar os programas de informação elaborados anualmente à conjuntura social, económica e política. Nesta altura, a elaboração dos programas de informação encontrava-se já institucionalizada com procedimentos bem definidos, com a participação dos serviços da Direcção-Geral da Informação, de outras direcções-gerais, discussão nas reuniões da Comissão e apresentação ao Conselho e ao Parlamento. Verificamos ainda que os serviços de informação são sucessivamente remodelados, havendo uma indefinição estrutural sobre o tipo de relação a estabelecer entre a informação “em profundidade” e a de índole jornalística.

A década de oitenta, objecto de reflexão do Capítulo V, caracteriza-se pelo mandato do primeiro Parlamento eleito e por dois alargamentos, um em 1981 e outro em 1986. Os deputados europeus adoptam uma posição mais interventiva em relação à política de informação formulada pela Comissão, enfatizando a necessidade de serem ouvidos neste processo, e emitindo algumas reservas sobre a falta de colaboração entre o serviço do Porta-Voz e a Direcção-Geral da Informação. É também iniciativa do Parlamento a primeira proposta no sentido de criar uma política europeia de informação e de comunicação aproveitando as potencialidades da telemática e da informática, prevendo-se que a sua acção acarretasse profundas modificações nas instituições comunitárias. Nesta década, a Comissão Europeia, tendo em vista a concretização do Mercado Interno, em 1993, dedicou uma atenção especial à informação dos meios empresariais, estabelecendo redes de informação especializadas para o sector económico e industrial. Neste sentido, a informação europeia deixou de ser vista apenas como um elemento potenciador da criação de uma consciência europeia para se tornar um factor essencial da competitividade das empresas no novo cenário da integração. Mas os problemas decorrentes da falta de meios financeiros e humanos bem como as deficiências de coordenação ou a necessidade de reforçar a aproximação aos cidadãos continuam como temas recorrentes do discurso sobre esta área.

No Capítulo VI, abordamos a década de noventa marcada pelos problemas com a ratificação do Tratado de Maastricht o que proporcionou mais visibilidade às questões de informação e às estratégias de comunicação. A aproximação ao grande público e em especial aos jovens constitui o mote para a criação de uma opinião pública de índole europeia, ultrapassando as visões restritas dos espaços nacionais. Pela primeira vez a Comissão publica um documento de reflexão e de divulgação da sua acção nesta

matéria, dando particular importância aos centros e às redes de informação criados sob a sua tutela. Em meados da década são lançadas as grandes campanhas de informação tendo em vista os novos desafios da integração monetária. É ainda nesta altura que é disponibilizado ao público o portal EUROPA no intuito de facultar um acesso alargado à informação europeia e que se situa actualmente entre os mais visitados diariamente em termos mundiais. Paralelamente, assiste-se a uma viragem semântica com a afirmação da expressão política de comunicação em detrimento da política de informação. Assim, no discurso oficial, começa a prevalecer a difusão de mensagens mais relacionadas com as preocupações dos cidadãos, no sentido de promover o apoio da opinião pública ao processo de integração.

A partir da primeira década do novo milénio, analisada ao longo do Capítulo VII, a Comissão Europeia começa por ter de enfrentar problemas de credibilidade resultantes da demissão da Comissão Santer por suspeitas de fraude. Este cenário adverso favoreceu novamente a centralidade das questões de informação e comunicação. Aliás, a comunicação com os cidadãos torna-se uma função estratégica das instituições de Bruxelas à medida que o afastamento das opiniões públicas dos Estados-Membros em relação à integração da UE se torna mais visível. Afirma-se, por isso, a necessidade de reconstrução da imagem da UE, num cenário marcado pelo alargamento a dez novos Estados-Membros (2004) implicando uma diversificação ainda maior das percepções acerca da convivência no espaço europeu. Pela primeira vez, as questões de comunicação são objecto de um debate público alargado com o lançamento de documentos para promover essa reflexão. No entanto, o Parlamento Europeu não deixa de chamar a atenção para o facto de as iniciativas de diálogo e debate ou mesmo de disseminação da informação ter de partir das próprias instituições e não dos cidadãos.

Encerramos esta Parte II com o Capítulo VIII onde são tratadas as questões da transparência e do acesso aos documentos. O Parlamento Europeu foi a primeira instituição comunitária a pronunciar-se sobre esta temática ainda na década de setenta mas foi, de facto, ao longo da última década do século XX que o direito de acesso à informação começou a ocupar a agenda das políticas institucionais europeias. O Tratado de Maastricht assume a este propósito um significado incontornável na medida em que pela primeira vez se inclui num documento deste cariz referência às questões de informação. Mais uma vez as iniciativas nesta área eram apresentadas como um trunfo para cativar a atenção e o apoio dos cidadãos. Na sequência desta declaração política, a Comissão Europeia preparou e apresentou vários textos com propostas para reger a

divulgação junto do público dos documentos internos das instituições. Também o Parlamento se pronunciou sobre a matéria. Assim, em 1993 é adoptado um código de conduta sobre o acesso aos documentos que tanto o Parlamento Europeu, como o Conselho e a Comissão adoptam internamente. No entanto, em 1998, um relatório do Parlamento sublinha a necessidade de não restringir a transparência ao acesso aos documentos. Posteriormente, é adoptado o Regulamento 1049/2001 com o objectivo de aperfeiçoar os procedimentos e os mecanismos de acesso aos documentos das três instituições por parte dos cidadãos. Os seus preceitos e a sua aplicação são depois analisados pelo Parlamento e pela Comissão em documentos públicos. Além do acesso aos documentos na posse das instituições produtoras ou receptoras, a partir da década de oitenta, tinha começado a regulamentar-se a comunicação pública dos documentos depositados nos arquivos históricos das instituições europeias.

Na Parte III desta dissertação, dedicamos a nossa atenção ao contacto dos cidadãos com a informação europeia. Esta abordagem apresenta-se como uma continuação natural e complementar da abordagem diacrónica à formulação das políticas de informação das instituições europeias. De facto, o discurso oficial acerca desta área de acção justificava-a pela necessidade de disseminar o conhecimento acerca do projecto de integração junto do público, inicialmente num âmbito restrito e depois numa perspectiva mais abrangente. Assim, na última parte deste trabalho propomo-nos apresentar os resultados obtidos da aplicação de três inquéritos a responsáveis, a utilizadores reais e a utilizadores potenciais dos CDE espalhados pelos Estados-Membros além de analisar alguns dados sobre o acesso aos documentos das instituições europeias.

O Capítulo VIII incide justamente sobre este último aspecto. Para o efeito, recorreremos aos dados incluídos nos relatórios publicados pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho e pela Comissão sobre a aplicação da regulamentação de acesso aos documentos. Analisamos a evolução dos pedidos de acesso, a origem profissional e geográfica dos requerentes bem como as áreas temáticas. Fizemos isto em relação a cada uma das instituições e procurámos estabelecer comparações entre elas. De facto, é possível fazer o levantamento de tendências distintas e coincidentes. Neste capítulo, analisamos ainda um relatório da Comissão sobre a aplicação do Regulamento 1049/2001.

O capítulo seguinte, o mais pequeno de todos, serviu para expormos os critérios que presidiram à constituição da amostra e as modalidades de aplicação dos inquéritos.

Fazemos ainda uma apresentação detalhada do inquérito aos responsáveis dos CDE, do inquérito aos seus utilizadores e do inquérito aos alunos de matérias europeias. Descrevemos igualmente, de forma genérica, como decorreram as visitas aos CDE.

O Capítulo X serve para apresentarmos as características globais da amostra analisada. Assim, na parte inicial procuramos criar um esboço das condições institucionais bem como dos recursos em termos de espaço, de funcionários e de tecnologias dos CDE. Faz-se, ainda, uma análise do seu acervo informacional, incluindo os documentos enviados por Bruxelas e os que são obtidos por outras vias. São também tratadas as questões do relacionamento com os serviços da Direcção-Geral da Comunicação (DG COMM) e outras redes de informação europeia. De seguida, procurámos saber o tipo de informação que os CDE recolhiam acerca dos seus utilizadores de maneira a comparar estes elementos com as respostas fornecidas pelos próprios utilizadores no inquérito a que responderam. Foi ainda nosso intuito averiguar o conhecimento que estes últimos tinham do CDE, os motivos de uso e o grau de frequência deste tipo de unidade de informação europeia. Paralelamente, analisámos o conhecimento e a utilização de outros serviços de informação de índole europeia.

No último capítulo, debruçamo-nos sobre o comportamento informacional dos utilizadores de informação europeia, incluindo os utilizadores reais dos CDE e os potenciais. Para começar, procuramos saber a opinião dos inquiridos sobre a integração europeia e a importância do acesso a informação relacionada com esta temática. De seguida, tentámos aferir a intencionalidade subjacente à procura de informação europeia e as situações que motivam essa atitude bem como o grau de frequência em que ela ocorre. Posto isto, analisámos as áreas da temática europeia mais solicitadas por parte dos utilizadores dos CDE e dos estudantes de matérias europeia, bem como a opinião dos responsáveis dos CDE sobre esta matéria. Avaliámos igualmente as razões que foram apontadas como obstáculos e como facilitadores do acesso a informação sobre a UE, comparando as opiniões emitidas pelos três diferentes grupos de inquiridos. Este procedimento foi também seguido na identificação dos aspectos mais valorizados pelos utilizadores no momento em que procuram aceder a informação sobre a área em estudo. No que respeita aos meios e às fontes preferenciais para obter informação sobre a UE cotejámos as respostas dadas pelos utilizadores reais e potenciais dos CDE. Incluímos ainda uma abordagem às tipologias documentais, no sentido de identificar as que existem nos CDE e aquelas que os utilizadores declaram consultar Mas, além desta informação em suporte papel, foi nosso intento saber como se processava o acesso a

informação digital sobre a UE, em especial através da pesquisa em bases de dados e da consulta de páginas na Internet. No último ponto do capítulo, tratámos das opções feitas pelos responsáveis dos CDE no campo da organização e da representação da informação procurando fazer um paralelo com o uso que os utilizadores dão aos instrumentos de acesso à informação e com as formas usuais de localização dos documentos que pretendem consultar.

Pretendemos com esta Introdução elucidar os objectivos e o plano do trabalho que a seguir apresentamos de maneira a fornecer ao leitor uma visão sucinta mas abrangente do texto da dissertação.

PARTE I

QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL

CAPÍTULO I

SUBSTRATO TEÓRICO E CIENTÍFICO DA INVESTIGAÇÃO

Antes de partirmos para a análise do tema central deste estudo – as Políticas de Informação da UE –, não podemos deixar de situar a nossa abordagem num campo científico determinado – a Ciência da Informação – explicitando, igualmente, os modelos teóricos e de investigação que pretendemos seguir e aplicar. De facto, a opção consciente e manifesta por um campo científico e por orientações teóricas e metodológicas terá naturalmente implicações na própria definição e compreensão do nosso objecto, importando explicitá-la desde o início. Por outro lado, as abordagens técnico-práticas são insuficientes para justificar as razões da acção/investigação, porque «Theory is, of course, convenient, and helps to organize and communicate unwieldy data and simplify the terrible complexities of the social world, matters they may well be more important to the field than whether or not a given theory is true or false».¹

1.1. Breve análise diacrónica da Ciência da Informação

Para esclarecer previamente os fundamentos teóricos do nosso trabalho, consideramos fundamental partir de uma breve análise diacrónica incidindo sobre a evolução do campo científico escolhido. Tal pressuposto torna-se ainda mais imperativo e proveitoso tratando-se de uma área emergente do conhecimento, como é o caso da Ciência da Informação. Sendo um facto que a literatura publicada sobre a Ciência da

¹ PETTIGREW, Karen E.; McKECHNIE, Lynne E. F. – “The use of theory in information science research”. *Journal of the american society for information science and technology*. ISSN 0002-8231. Vol. 52, n.º 1 (2001), p. 62.

Informação floresceu ao longo da última metade do século XX, na verdade assistimos a profundas discussões em torno da sua cientificidade.²

Faremos, por isso, uma breve incursão pela génese e evolução do nosso campo científico, para melhor contextualizar, compreender e balizar a área de estudo onde se insere este trabalho. Não faremos, porém, nenhuma abordagem analítico-crítica em torno dos autores e das teorias referidas. De facto, esta breve retrospectiva de tipo sintético servirá para estabelecermos o nosso ponto de partida e “mapear” o trajecto da investigação. Funcionando como início de percurso e ponto de referência, será essencial para orientar e delimitar o nosso estudo, evitando perdermo-nos por caminhos sem saída ou sem fim.

Embora o termo *information science* não seja frequente antes do final da II Guerra Mundial, deveremos remontar ao século XIX para encontrar a génese e os fundamentos conceptuais e profissionais desta área. De facto, Paul Otlet e Henri La Fontaine despoletaram e modelaram uma verdadeira revolução no âmbito da Biblioteconomia com aquilo a que alguns autores designam por “Movimento da Documentação”.³ Deste movimento teria derivado, de forma linear e natural, a Ciência da Informação, pois os dois advogados belgas já colocavam a ênfase no processamento, acesso e divulgação da informação e não na conservação dos documentos, prenúncio dos sistemas de informação centrados nos utilizadores.⁴ Assim, Jaime Robredo considera mesmo que as “ideias integradoras” de Otlet e La Fontaine perduram actualmente no programa de Controlo Bibliográfico Universal e no espírito de organismos como o International Council of Scientific Unions.⁵ A sua acção desenvolveu-se a partir do Instituto Internacional de Bibliografia, fundado em 1895. Aqui foi aplicada a Classificação Decimal Universal, elaborada com base na Classificação Decimal de Dewey, e publicada pela primeira vez em edição completa em 1904, favorecendo a criação de um Repertório Bibliográfico Universal, alimentado por fichas normalizadas contendo

² Para visualizar de forma esquemática a diversidade de percepções sobre a Ciência da Informação, ver o esquema traçado por SILVA, Junia Guimarães e – “Ciência da Informação: uma ciência de paradigma emergente”. In PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro, org. – *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999. p. 105.

³ Cf. LÓPEZ YEPES, José – *Teoría de la documentación*. Pamplona: Ediciones Universidade de Navarra, 1978. ISBN 84-31-0541-X. p. 29.

⁴ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4. p. 51-52.

⁵ ROBREDO, Jaime – *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003. ISBN 85-7062-381-X. p. 43.

referências bibliográficas enviadas de todo o mundo, permitindo um acesso não apenas por autor e/ou título, como nas bibliotecas tradicionais, mas também por assuntos ou por outros critérios. Assim, poderemos considerar que

O sistema de informação concebido por Paul Otlet, com a colaboração, entre outros, de Henri La Fontaine, funcionava já não como uma biblioteca tradicional onde se reuniam fisicamente os documentos, maioritariamente livros e publicações periódicas, mas sim como centro difusor de informação, em que os aspectos do acesso e da divulgação eram absolutamente predominantes. A essa perspectiva menos patrimonial e mais dinâmica no uso da informação começou a corresponder um conceito novo – o de *documentação* – que o próprio Paul Otlet veio a explicar de forma pormenorizada e fundamentada no seu *Traité de Documentation*, publicado em 1934.⁶

Esta nova área disciplinar materializou-se, nos EUA, numa componente profissional, de bibliotecários especializados (*special librarians*) e de documentalistas. Estes profissionais distinguiam-se dos bibliotecários tradicionais, ligados às bibliotecas públicas, arredados do uso das tecnologias e sem preparação para trabalhar em serviços de informação de áreas científico-técnicas, onde a preocupação com o fornecimento de informação suplantava já a simples comunicação das fontes de informação. Centravam ainda a sua atenção no conteúdo dos documentos, ou seja, na informação, e não nos documentos em si mesmos, a fim de criar possibilidades de recuperação da informação direccionadas para as necessidades dos utilizadores. Sendo assim, tratavam informação em todo o tipo de suporte, incluindo informação de origem organizacional, como a correspondência, tornando ultrapassada, porque inoperativa, a fronteira tradicional entre biblioteca e arquivo.⁷ Não poderemos dissociar este fenómeno de um contexto específico marcado pelo desenvolvimento da pesquisa nas áreas científico-técnicas, associado a um incremento significativo da produção da informação e da diversificação de suportes e formatos. É ainda de notar que, do início do século XX até à II Guerra Mundial, a Documentação se afirma na Europa e nos EUA com base num associativismo bem estruturado em torno de grandes organizações. Deste modo, foram fundados, em 1899, o *Bureau Bibliographique de France*; em 1909, a *Special Libraries Association* dos EUA; em 1932, a *Union Française des Organismes de Documentation* e, em 1937, o *American Documentation Institute*.

⁶ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais... (op. cit.)*. p. 46-47.

⁷ *Idem, ibidem*. p. 48-49.

Depois de 1945, acentuou-se o fenómeno da “explosão da informação”, tanto em termos de produção como de uso, indissociavelmente ligado aos progressos tecnológicos que permitiram novas formas de produção, armazenamento e recuperação da informação com base em sistemas automatizados. Nessa altura, os documentalistas assumem-se como profissionais específicos que tendem a separar-se dos bibliotecários especializados, porque lidam com informação em suportes muito diversificados e dominam as tecnologias ligadas à área, as quais facilitam a criação de novos produtos e serviços, tais como publicações secundárias, índices ou bases de dados.⁸ Note-se que alguns autores relacionam esta explosão da informação com o desmantelamento dos arquivos técnicos da indústria alemã, por parte dos aliados, após o fim da II Guerra Mundial.⁹ Como iremos verificar no capítulo seguinte, este período correspondeu também à formulação, nos países industrializados, das primeiras políticas nacionais de informação orientadas para a criação de um sistema de informação científico-técnica. Assim, esta abordagem às etapas mais marcantes na evolução da Ciência da Informação serve para melhor compreender a própria evolução das políticas de informação.

Em 1958, a *International Conference on Scientific Information*, uma reunião promovida pelas principais associações da área e com a participação dos mais reputados documentalistas da altura, marca a transição da Documentação para Ciência da Informação. Já em meados dos anos 1960, a expressão *information science* torna-se comum e surgem as primeiras tentativas de definição e de fundamentação teóricas.¹⁰ No mesmo ano, é criado, no Reino Unido, o *Institute of Information Scientists*, onde trabalhavam os cientistas da informação (*information scientists*) que se dedicavam à gestão de informação científica e técnica de várias disciplinas, com o objectivo de apoiar o trabalho dos investigadores dos institutos de I&D e da área industrial.¹¹

Destacamos sobretudo o contributo de Harold Borko que, em 1968, apresenta a Ciência da Informação numa dupla vertente: a de ciência pura – dedicada à investigação das propriedades e do comportamento da informação bem como ao estudo do fluxo informacional e dos meios de tratamento da informação – e a de ciência aplicada, em que a Biblioteconomia e a Documentação se encontravam vocacionadas para o desenvolvimento de produtos e serviços, no sentido da optimização do uso e do acesso à

⁸ *Idem, ibidem*. p. 50-51.

⁹ ROBREDO, Jaime – *Op. cit.* p. 50-51.

¹⁰ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais... (op. cit.)*, p. 52.

¹¹ INGWERSEN, Peter – “Information and information science”. In *Encyclopedia of library and information science*. Allen Kent; Carolyn M. Hall, ed. New York: M. Dekker, 1995. ISBN 0-8247-2056-3. Vol 56; Sup. 19. p. 137.

informação. Borko atribui-lhe um pendor interdisciplinar, incluindo na sua conceptualização disciplinas como a Matemática, a Lógica, a Linguística, a Psicologia, a Tecnologia Computacional, as operações de pesquisa, as Artes Gráficas, a Comunicação, a Biblioteconomia, a Gestão e outros campos similares. Entendia, assim, a Ciência da Informação como um corpo de conhecimentos que abrangia a origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Nesta definição de Borko, sobressaem algumas componentes de significado incontornável, como o facto de tanto a Biblioteconomia como a Documentação serem apresentadas enquanto ciências aplicadas da Ciência da Informação e não como áreas distintas. Com efeito, até então e ainda hoje, alguns autores procuram ligar a Ciência da Informação à vertente tecnológica e a Biblioteconomia às funções culturais e técnicas das bibliotecas. Por outro lado, a ênfase conferida à optimização do acesso e uso remete para uma orientação voltada para o utilizador e já não centrada na conservação e preservação como objectivos fundadores da actividade profissional. Além disso, o autor americano identifica claramente o objecto de estudo desta nova ciência como sendo a informação.

Se bem que, desde este posicionamento de Harold Borko a favor de uma Ciência da Informação enquanto disciplina científica, a maioria dos autores desenvolveu esforços de teorização no mesmo sentido, não poderemos deixar de anotar que esta perspectiva não representa a unanimidade total.

Assim, por exemplo, Rómulo Enmark postula a impossibilidade do conhecimento científico da informação.¹² O autor manifesta o seu «[...] extreme scepticism of a science that choose to study information and for which information means the contents of a physical document and at the same time the mental understanding of the contents of a document».¹³ Este cepticismo fundamenta-se na constatação de que a Ciência da Informação escolhe como objecto o conteúdo de um documento físico e simultaneamente a compreensão mental desse conteúdo. No entanto, esta posição baseia-se nas definições que atribuem à informação uma dupla dimensão mental e

¹² ENMARK, Romulo – “The non-existent point: on the subject of defining library and information science and the concept of information”. In IFLA GENERAL CONFERENCE, 64th, Amsterdam, 16-21.08.1998 – *On crossroads of information and culture* [em linha]. [Acedido 23.10.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/IV/ifla64/029-94e.htm>>.

¹³ *Idem, ibidem.*

física. Portanto, torna-se necessário compreender que o documento, ou seja, o suporte físico, materializa a informação mas não a faz *ser* porque

A sua “essência” é de raiz psíquica e social, ou seja, radica, por um lado, na mente humana e, por outro, na interação dos sujeitos com o meio natural e entre si, interação esta “coisificada” num código, como a língua, que é parte integrante do fenómeno, e do qual difere a materialização num suporte físico externo à pessoa humana (a voz e o gesto são intrínsecos à natureza humana e por isso não cabem dentro desse tipo de materialização...).¹⁴

Por outro lado, critica a metáfora do canal cognitivo, correspondente ao modelo emissor/receptor, com a inclusão do entendimento do receptor, porque considera que o momento onde o sujeito encontra especificamente o objecto não existe. Portanto, o estudo daquilo que esse momento inexistente (*non-existing point*) simboliza é impossível de descrever em termos gerais sem cair em trivialidades. O autor considera ainda não ser possível encontrar uma relação evidente entre as afirmações do emissor e o entendimento do receptor. Além disso, defende que o estudo do “sujeito” e o estudo do “objecto” ocupam dimensões teóricas e metodológicas diferentes, devendo, por isso, partir-se de uma definição de sujeito baseada numa abordagem estrutural e processual das instituições. Assim, o autor sueco conclui que a *Library and Information Science* é uma área

[...] as mature as it can be because it has an empirical starting point in certain institution-based and processes typical for them. Library and information science is neither more nor less what is studied. The crux is that what is studied does not contain the point at which the “object” meets the “subject” and that what the cognitive channel metaphor postulates is thus metaphysics.¹⁵

Verifica-se, portanto, a defesa da pesquisa empírica como a mais adequada à Ciência da Informação num posicionamento influenciado por um forte relativismo cognitivo.¹⁶

1.2. Campo científico da investigação: adoção de uma perspectiva de Ciência da Informação

Pela nossa parte, assumimos a perspectiva da Ciência da Informação enquanto Ciência Social aplicada, com uma identidade própria.¹⁷ Compartilhamos, pois, a

¹⁴ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais... (op. cit.)*. p. 38.

¹⁵ ENMARK, Romulo – *Op. cit.*

¹⁶ Sobre este autor, ver ROBREDO, Jaime – *Op. cit.* p. 69-71.

proposta defendida por Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva, que apresentam uma Ciência da Informação com um *core* unitário, bem como um *corpus* teórico-metodológico próprio e consistente.¹⁸ Atendendo a estes pressupostos, a Ciência da Informação é apresentada como:

[...] uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à génese do fluxo, organização e comportamento informacionais (origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação).¹⁹

No núcleo uno e transdisciplinar da Ciência da Informação encontramos a Arquivística, a Biblioteconomia/Documentação, os Sistemas Tecnológicos de Informação e Organização e Métodos, porque a informação social constitui o objecto material comum. No âmbito da Ciência da Informação também se estabelecem relações interdisciplinares com disciplinas que poderão trazer contributos valiosos em termos de metodologias, de teorias ou de análise de resultados, como é o caso das Ciências da Administração e Gestão, da História, da Sociologia, do Património Cultural e da Museologia, da Psicologia Cognitiva, da Linguística e Semiótica, das Ciências da Comunicação, da Informática, Computação e Electrónica bem como da Física, da Química e de outras Ciências Naturais aplicadas aos suportes.²⁰

¹⁷ *Idem, ibidem*. p. 26. Outros autores preferem enquadrar a Ciência da Informação no âmbito dos saberes humanos e sociais, pois, na senda de Michel Foucault, optam por esta designação considerando que as ciências humanas são falsas ciências (cf. QUEIRÓS, Carlos Fernando Gomes Galvão de – “É a Ciência da Informação um saber humano ou social?”. In PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro, org. – *Op. cit.* p. 33-49, em especial p. 34 e 48).

¹⁸ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais... (op. cit.)*. Ver em particular o Diagrama do campo da Ciência da Informação, p. 80.

Deveremos notar que o laborioso trabalho de reflexão sobre a epistemologia da Ciência da Informação desenvolvido pelos autores da Escola do Porto, Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, iniciado nos finais da década de noventa, com a colaboração de outros autores, através da publicação da obra SILVA, Armando B. Malheiro da [et al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1999. ISBN 972-36-0483-3, tem sido ao longo do tempo objecto de análise mais refinada levando a alterações pontuais as quais, não pondo em causa a orientação global do primeiro momento, trazem novos elementos de ponderação. Para rastrear esta evolução ver em particular SILVA, Armando Malheiro da – *A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento; CETAC, 2006. ISBN 978-972-36-0859-5 e o projecto *Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação: DeltCI* [em linha]. [Acedido 01.07.2008]. Disponível na WWW: <<http://www.ccje.ufes.br/dci/deltci/index.htm>>.

¹⁹ Consultar o verbete “Ciência da Informação”. In *Dicionário Eletrónico... (op. cit.)*. Esta definição aparece já em Silva, Armando Malheiro da – *A informação... (op. cit.)*. p. 140-141.

²⁰ Sobre a configuração do campo da Ciência da Informação, com o esclarecimento das relações de transdisciplinaridade e de interdisciplinaridade, ver, novamente, o Diagrama do Campo da Ciência da Informação desenhado em SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais... (op. cit.)*. p. 80. Esta cartografia do âmbito da Ciência da Informação proposta pelos

Esta abordagem transdisciplinar ao âmago da Ciência da Informação é contestada por outros autores que, atendendo aos problemas multifacetados aos quais esta ciência deve responder, indo além das fronteiras das disciplinas tradicionais, preferem falar em interdisciplina. É o caso de Yves-François Le Coadic para quem

La science de l'information est une de ces nouvelles interdisciplines, un de ces nouveaux chantiers de connaissances que voit collaborer entre elles, de manière principale, les disciplines psychologie, linguistique, sociologie, informatique, mathématique, logique, statistique, électronique, économie, droit, philosophie, politique, télécommunications.²¹

Para ilustrar a interdisciplinaridade que propõe, Le Coadic recorre à imagem da flor, onde a Biblioteconomia, a Documentação, a Museologia e o Jornalismo assumem a centralidade da corola e as restantes ciências (História, Filosofia, Linguística, Psicologia, Economia, Direito, Sociologia, Informática, Telecomunicações, Lógica e Matemática, entre outras) ocupam, cada qual, uma pétala.²² Haverá, portanto, uma efectiva colaboração entre as ciências sociais e as ciências físicas. Deveremos realçar a percepção de que tanto a Biblioteconomia, como a Museologia ou mesmo a Documentação se identificam sobretudo com modos empíricos de organização dos documentos, que tomam como seu objecto de trabalho e de estudo, mas será de estranhar a omissão da Arquivística, por tradição igualmente orientada para o tratamento e conservação do documento, e a inclusão do Jornalismo, com uma componente fortemente empírica, mas ligado sobretudo à comunicação.²³

autores da Universidade do Porto foi actualizada em 2006 num diagrama onde a Museologia é apresentada como elemento potencial do núcleo central uno e transdisciplinar desta ciência. Sobre isto ver SILVA, Armando Malheiro da – *A informação...* (op. cit.). p. 28. Para um levantamento das relações interdisciplinares da Ciência da Informação com outras ciências e as implicações desta realidade na formação dos seus profissionais, ver MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio – *Conceptos introductorios al estudio de la información documental*. Salvador: EDUFA; Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2005. ISBN 85-232-0353-2. p. 281-294. Para elucidar o sentido das noções de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade ver os verbetes “Interdisciplinaridade” e “Transdisciplinaridade” no *Dicionário Eletrónico...* (op. cit.).

²¹ LE COADIC, Yves-François – *La science de l'information*. 2^{ème} ed. Paris: PUF, 1997. ISBN 2-13-046831-9. p. 27.

²² *Idem, ibidem*. p. 28 e LE COADIC, Yves-François – “Science de l'information”. In CACLY, Serge, dir. – *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Paris: Éditions Nathan, 1997. ISBN 2-09-190528-3. p. 519.

²³ Note-se que, no pequeno livro da colecção *Que sais-je?*, o autor não integra a Arquivística, referindo-a apenas numa breve nota de rodapé onde assinala que «L'archivistique, discipline auxiliaire de l'histoire, se préoccupe de la conservation des documents qui résultent de l'activité d'une institution ou d'une personne physique et morale. Les archives ne sont que des documents conservés alors que les bibliothèques sont constituées de documents rassemblés»; cf. Le Coadic, Yves-François – *La science de...* (op. cit.). p. 17. Mas na entrada “Science de l'information” do *Dictionnaire encyclopédique...* já inclui a Arquivística, “a ciência do arquivo”, como precursora da Ciência da Informação; cf. Le

Todavia, como notaram Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva, «[...] a presença do Jornalismo na corola da flor só se entende dentro da concepção sincrética, [...] em que Informação acaba “diluída” no objecto Comunicação ou este se reduz a sinónimo daquele».²⁴ Além disso, considerando que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são indissociáveis da construção, da comunicação e do uso da informação, não fará muito sentido afastá-las da centralidade da corola da flor, remetendo-as para a periferia de uma pétala. A opção pela interdisciplinaridade, nestes termos, suscita algumas questões sobre a unidade epistemológica, a qual, não correspondendo a um núcleo uno e agregador, pode levar a um conhecimento fragmentado.

Já segundo os autores da Universidade do Porto, a Ciência da Informação tem como objecto a informação claramente definida nestes termos:

[...] conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos e significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas em qualquer suporte material e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada.²⁵

A informação apresenta-se como fenómeno – dado, facto, referência (conjunto lato de representações) – e como processo – produz-se, memoriza-se e recupera-se dinamicamente. Mas no *DeltCI* devermos realçar que o objecto da Ciência da Informação é alargado ao “fenómeno info-comunicacional”. Ora, do nosso ponto de vista, isso significa o alargamento ou pelo menos uma ênfase mais pronunciada nos aspectos relacionados com o acesso e o uso dos sujeitos que utilizam a informação e que a comunicam, transformando-a e transmitindo-a.

Esta representação epistemológica da informação como fenómeno e processo gerado, transformado, difundido e transferido por diferentes suportes e modelos tecnológicos, implica que a informação precede e “substancializa” o documento. Como veremos, tal premissa não é inócua para a definição de política de informação. De facto, esta viragem significa também a transição de políticas de informação, ou melhor, de políticas de documentação, centradas na conservação dos suportes, de documentos, para

COADIC, Yves-François – “Science...”. In CACLY, Serge, dir. – *Op. cit.* p. 516-523, em particular p. 517.

²⁴ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais... (op. cit.)*. p. 81.

²⁵ *Idem, ibidem.* p. 37.

políticas de informação vocacionadas para o acesso.²⁶ Simultaneamente, como iremos ver, o realce dado ao fenómeno info-comunicacional irá ser particularmente importante para a análise da política de informação das instituições europeias que caminharam no sentido da formulação de uma política de comunicação centrada nos elementos de transmissão da informação aos cidadãos e na sua potencial transformação em apoio implícito e explícito ao aprofundamento do projecto de integração europeia.

Assim, a informação, enquanto fenómeno humano e social, não pode ser desligada da comunicação nem do conhecimento mas articula-se com estes conceitos complementares através de um conjunto de propriedades intrínsecas:

- estruturação pela acção (humana e social): o acto individual e/ou colectivo funda e modela estruturalmente a informação;
- integração dinâmica: o acto informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito de acção;
- pregnância: enunciação (máxima ou mínima) do sentido activo, ou seja, da acção fundadora e modeladora da informação;
- quantificação: a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente;
- reprodutividade: a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização;
- transmissibilidade: a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável.²⁷

As duas primeiras propriedades da informação – estruturação pela acção e integração dinâmica – remetem para uma contextualização sócio-cultural do acto informacional, sendo necessário conhecer os factores internos e externos que modelam a informação enquanto fenómeno e processo. Para o nosso projecto de estudo, isto implica a necessidade de conhecer o cenário histórico, político e social, numa lógica não apenas de contextualização, mas também de compreensão da política de informação da UE, permitindo avaliar o impacto das forças contextuais na definição do seu conteúdo. Paralelamente, o conhecimento da política de informação da UE permitirá um máximo entendimento da génese e do fluxo dessa informação.

²⁶ Como assinalaram D. A. Lewis e J. Martyn, esta é a orientação definida pelo Library and Information Services Council, do Reino Unido, num documento publicado em 1982. Cf. LEWIS, D. A.; MARTYN, J. – “An appraisal of national information policy in the United Kingdom”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 38, n.º 1 (1986), p. 32.

²⁷ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais... (op. cit.)*. p. 42.

Nesta acepção de informação, humana e social, não fará mais sentido a separação entre informação científica, literária, administrativa ou museológica porque

[...] a informação é sempre e originariamente orgânica [...] de onde se infere que entre fundo (conjunto orgânico de documentos) e colecção (conjunto de documentos acumulados por acaso) não há diferença porque é muito difícil, para não dizermos impossível, que o acaso substitua a natural intencionalidade e organicidade do coleccionador.²⁸

Portanto, as políticas de informação também deverão coerentemente abranger todas essas configurações da informação.

Esta perspectiva será a mais adequada ao estudo e compreensão de um mundo globalizado, em contínua mudança, onde a informação e o seu acesso/uso, com a integração da componente tecnológica, são considerados factores determinantes para o desenvolvimento, já que

[...] o suporte é importante, mas a informação nele registada – e recuperada pelo usuário através de sucessivas descodificações e representações que ele realiza ao ler e interpretar uma mensagem qualquer – é ainda mais importante, especialmente tendo em conta que é ela que gera novos saberes, e não o suporte.²⁹

A relevância deste processo de descodificação e interpretação da informação pelos sujeitos ganhou uma nova centralidade no contexto digital com a afirmação da *Web2* e do papel dos blogues, *wikis* e outras tecnologias semelhantes.³⁰ Paralelamente, reforçou a comunicação como a “outra face” da informação.³¹

Naturalmente que, ao assumirmos a Ciência da Informação como o nosso campo científico, nos afastamos do campo tradicionalmente identificado em Portugal pela expressão Ciências Documentais. Esta última encontra-se marcada por uma forte componente técnica e uma vertente dita científica, onde se justapõem, sem verdadeira unidade e entrosamento, disciplinas como a Biblioteconomia, a Documentação, a

²⁸ SILVA, Armando B. Malheiro da – “Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. XLII, n.º 3-4 (2002), p. 81.

²⁹ QUEIRÓS, Carlos Fernando Gomes Galvão de – “É a ciência da informação um saber humano ou social”. In PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro, org. – *Op. cit.* p. 45.

³⁰ Sobre o papel dos blogs ver o número dedicado ao assunto pelos Cadernos BAD: *Cadernos BAD: novos espaços na Web: os blogs na área da documentação e informação*, n.º 1 (2007). ISSN 0007-9421.

³¹ SILVA, Armando Malheiro da – “Informação e Comunicação: as duas faces de Jano”. *Prisma.com* [em linha], n.º 2 (2006), p. 3-32. [Acedido 17.09.2006]. Disponível na WWW: <http://prisma.cetac.up.pt/artigospdf/2_informacao_e_comunicacao_armando_malheiro_da_silva.pdf>. ISSN 1646-3153. Este texto foi também publicado, com algumas alterações, em SILVA, Armando Malheiro da – *A informação...* (*op. cit.*) p. 81-109.

Arquivística, a Paleografia, a Diplomática ou a Codicologia, destinadas a conservar e custodiar o património cultural, objectos portadores de imagens e memórias do passado com valor artístico e intelectual para a humanidade. Prevalece o imperativo custodial e patrimonial ligado a um culturalismo dicotómico, entre cultura erudita e popular, em que bibliotecas e arquivos guardavam tesouros que serviam para (re)descobrir ou recriar o Mundo de acordo com a ideologia estatal. Neste contexto, impera a

[...] necessidade de se pensar a actividade de bibliotecários, documentalistas e arquivistas como agentes ao serviço da Administração zeladora e promotora da “cultura superior ou do espírito”, entre outras diversas obrigações políticas impostas por uma concepção moderna do Bem Comum.³²

Fala-se, por isso, de um paradigma historicista, empírico-patrimonialista, tecnicista, custodial ou estático em que vigora «[...] um empirismo patrimonialista forjado pelo labor historiográfico e pela valorização afectiva, estética e económica do que é antigo e raro».³³ Assim, a custódia, a conservação e o restauro ocupam o lugar central na actividade de arquivistas e bibliotecários e afirmam-se, em grande parte, como a função justificativa para a existência de Arquivos e Bibliotecas. Por outro lado, sustentam-se visões parcelares baseadas em “pretensas antinomias” entre valor probatório *versus* valor informativo e intelectual, verdade administrativa *versus* cultura científica e técnica, vontade de instruir *versus* intenção de entreter. Este paradigma caracteriza-se ainda pela preocupação com a elaboração de instrumentos de pesquisa para facilitar o acesso aos conteúdos dos documentos, mas o acesso aos suportes é muito condicionado pelas, já referidas, orientações de tipo custodial, historicista e patrimonialista.³⁴

Será, portanto, à luz do corpo teórico da Ciência da Informação desenhada pelos autores da Universidade do Porto, com um campo abrangente e consistente, que iremos abordar a questão da política de informação da UE, pois consideramos ser a posição mais adequada para a caracterização do nosso objecto e, sobretudo, para a sua compreensão.

³² SILVA, Armando Malheiro da – *A informação...* (op. cit.). p. 16-17; citação da p. 17.

³³ *Idem, ibidem*. Citação da p. 19, ver também p. 158.

³⁴ SILVA, Armando B. Malheiro da – “Informação, Cultura e Património: uma abordagem exploratória feita no campo emergente da Ciência da Informação”. In JORGE, Vítor Oliveira, coord. – *Conservar para quê?*. Porto; Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005. ISBN 972-9350-87-6. p. 33-34.

1.3. Campo científico da investigação: perspectivas complementares da Ciência da Informação

Assumindo o posicionamento científico acabo de explicar, consideramos que tal opção não pode constituir um obstáculo ao conhecimento de outras orientações teóricas formuladas relativamente à Ciência da Informação e às quais poderemos também recorrer para analisar o nosso objecto. De facto, é possível buscar elementos de complementaridade entre as diferentes abordagens sem, naturalmente, perder a coerência teórica do nosso posicionamento.

Assim, consideramos particularmente útil para a abordagem ao nosso objecto de estudo uma reflexão sobre a corrente cognitivista, com Peter Ingwersen como um dos seus representantes, e a corrente sócio-cognitiva, formulada por Biger Hjørland.

A partir da década de 1970, os utilizadores, particularmente os seus usos e as suas necessidades de informação, tornaram-se um elemento central dos estudos levados a cabo pela Ciência da Informação, que recorreu às ciências cognitivas para analisar o seu comportamento e a influência de aspectos como a mente e o cérebro. Desenvolveu-se, assim, uma inter-relação entre estas duas áreas, no intuito de compreender os processos cognitivos presentes no comportamento dos indivíduos envolvidos no tratamento da informação, em particular os indexadores, bem como da sua busca, acesso e uso por parte dos utilizadores.³⁵

Ora, como vimos acima, para Armando Malheiro e Fernanda Ribeiro, as duas primeiras propriedades da informação são a estruturação pela acção e a integração dinâmica. Assim, na nossa óptica, ao enfatizar-se a capacidade do acto individual para modelar a informação, reconhece-se um papel não displicente à componente cognitiva do sujeito. Aliás, este papel é ainda reforçado pela propriedade da integração dinâmica, na medida em que as circunstâncias internas do sujeito são inerentes ao próprio acto informacional. Desta forma, a teoria cognitiva pode constituir um ponto de reflexão útil para a nossa pesquisa, sem entrar em contradição com a opção científica que adoptámos para enquadrar o trabalho que tencionamos levar a cabo.

Peter Ingwersen, um dos destacados autores da corrente cognitiva, num texto de 1995, considera que a Ciência da Informação deve afirmar-se como uma área científica independente, apesar de haver tendências para se unir ou ser submergida pela área da

³⁵ Para uma visão geral e introdutória das relações entre a Ciência da Informação e as ciências cognitivas, ver BORGES, Mónica Erichsen Nassif [et al.] – “A ciência da informação discutida à luz das teorias cognitivas: estudos atuais e perspectivas para a área”. *Cadernos BAD*. ISSN 0007-9421, n.º 2 (2004), p. 80-91.

comunicação ou da “ciência dos computadores”.³⁶ Na verdade, ainda que a informação seja um objecto de estudo compartilhado por outras áreas do saber, na perspectiva da Ciência da Informação, deve preencher dois requisitos complementares:

[...] on the one hand information being *the result of a transformation of generator's knowledge structures (by intentionality, model of recipients' states of knowledge, and in the form of signs)*; and on the other hand being something which *when perceived, affects and transforms the recipient states' of knowledge*.³⁷

O autor faz uma distinção subtil entre o cognitivismo e a perspectiva cognitiva que ele próprio perfilha. De facto, o cognitivismo «[...] constitutes a radical approach to the mind-machine relation, is rooted in rationalistic traditions, and sees the human mind as perfectly structured software in the brain's hardware». Pelo contrário, a perspectiva cognitiva

[...] views computer technology (and its information processing) as *reduced and induced simulations* of the totality of (un)conscious mental activities from psychological position. Hence, the cognitive viewpoint encompasses *both* the elements of systems *and* individuals during information processing, interaction, and information transfer.³⁸

Na perspectiva cognitiva, o campo da Ciência da Informação resulta das relações entre as variáveis das estruturas cognitivas “encaixadas” (*embedded*) em sistemas de informação, sendo configurado por cinco elementos: a informação nos sistemas cognitivos de comunicação humana, a ideia de informação desejada, a eficiência dos sistemas de informação e a transferência da informação, as relações entre a informação e os produtores e, por fim, as relações entre a informação e os utilizadores.³⁹ Para Peter Ingwersen, estes cinco elementos constituem a plataforma promissora sobre a qual deve assentar a investigação da Ciência da Informação, podendo ser estudados em separado ou em combinações variadas.

O primeiro elemento trata da transferência formal e informal da informação em contextos sociais ou profissionais, como por exemplo a comunicação científica nos meios académicos ou a circulação de informação entre instituições. Como veremos, na III Parte deste trabalho, iremos justamente indagar como se processa a transferência da

³⁶ INGWERSEN, Peter – “Information...”. In *Op. cit.* p. 141.

³⁷ INGWERSEN, Peter – *Information retrieval interaction* [em linha]. London: Taylor Graham, 1992. [Acedido 02.07.2006]. p. 33. Disponível na WWW: <<http://www.dbd.dk/pi/iri/#chapters>>.

³⁸ INGWERSEN, Peter – “Information...”. In *Op. cit.* p. 162.

³⁹ *Idem, ibidem.* p. 143-144.

informação num contexto específico, os CDE, situados maioritariamente no âmbito académico.

O segundo elemento, a ideia de informação desejada, ocupa o centro do modelo de Ciência da Informação proposto pelo autor, na medida em que procura conhecer o surgimento e o desenvolvimento de necessidades de informação no âmbito da sociedade, quer seja individualmente quer seja em grupos de pessoas.⁴⁰ A informação desejada, entendida como uma vontade intencional de informação por parte de uma pessoa ou de um grupo em contextos diversos, constitui uma pedra de toque desta perspectiva de Ciência da Informação, já que permite distingui-la da Comunicação ao enfatizar a qualidade da interacção entre produtores, sistemas e utilizadores de informação registada. Em termos práticos, isto significa que a Ciência da Informação deve focar-se

[...] on the intentionality of acquiring information (information seeking) as well as on the processes of providing desired information to persons qualitatively (IR, systems design) and the processes of use and further generation of information (infometrics and information management).⁴¹

Na nossa análise ao comportamento informacional dos utilizadores dos CDE, esta noção de informação desejada apresenta-se como pertinente porque estes sujeitos que procuram a informação europeia fazem-no deliberadamente, o que levaria a supor uma interacção com um nível elevado de exigência, por exemplo em relação a *itens* como a objectividade ou a fiabilidade das fontes de informação.

O terceiro elemento refere-se ao estudo dos métodos e das tecnologias passíveis de melhorarem a concepção e as medições da *performance* e da qualidade da informação nos sistemas de recuperação da informação. Já no quarto elemento iremos encontrar abordagens teóricas e empíricas à indexação e à classificação, incluindo aspectos relacionados com a bibliometria e a cienciometria.

Por fim, o quinto elemento centra-se em assuntos como a relevância, o uso e o valor da informação na óptica do utilizador.⁴² Também no nosso estudo sobre o acesso à informação europeia por parte dos cidadãos, as questões da relevância e do valor representarão um objecto de análise fundamental.

⁴⁰ *Idem, ibidem.* p. 144-145.

⁴¹ *Idem, ibidem.* p. 147-148. Sobre isto ver também INGWERSEN, Peter – *Information retrieval...* (*op. cit.*) p. 11.

⁴² INGWERSEN, Peter – “Information...”. In *Op. cit.* p. 145-146.

Paralelamente a estes cinco elementos, o autor considerada que o âmago da Ciência da Informação é constituído por outros cinco domínios de investigação: a infometria, o comportamento informacional, a recuperação da informação, a gestão da informação e a concepção de sistemas de recuperação da informação, os quais devem ter sempre subjacentes abordagens sinérgicas entre a informação, a comunicação, as TIC, bem como a componente humana, incluindo também aspectos relacionados com a gestão.⁴³ Mais recentemente, Peter Ingwersen prefere optar pela expressão “the holistic cognitive view”.⁴⁴

Ao enfatizar a pesquisa orientada para os utilizadores, atendendo a aspectos cognitivos, esta abordagem trouxe contributos valiosos para a investigação na Ciência da Informação, alargando o seu âmbito, suscitando novas questões e encontrando respostas inovadoras. No entanto, esta teoria revela-se insuficiente na medida em que pode tender a focalizar-se no processamento da informação em termos individuais, ainda que recorra a perfis ideais de utilizadores, não aprofundando a influência do contexto sócio-cultural nos processos informacionais.

Já Birger Hjørland, outro autor nórdico, enfatiza a importância dos aspectos sociais na formulação dos princípios da Ciência da Informação, inserindo-se por isso na designada corrente social. De facto, o autor afirma:

The thought that we may be able to develop IS without considering how different kinds of content and different kinds of social contexts influence principles of IS is a very serious mistake, which in my opinion must take the responsibility for the lack of progress in the field.⁴⁵

No entanto, não omite os aspectos individuais na medida em que a cognição dos sujeitos é analisada atendendo ao contexto social e não apenas a elementos mentais e cerebrais. Neste sentido, poderemos considerar que o autor se enquadra numa corrente sócio-cognitiva.

⁴³ *Idem, ibidem*. p. 152-158.

⁴⁴ INGWERSEN, Peter; JÄRVELIN, Kalervo – *The turn: integration of information seeking and retrieval in context*. Dordrecht: Springer, 2005. ISBN 978-4020-3850-1. p. 29.

⁴⁵ HJØRLAND, Birger – “Library and information science: practice, theory, and philosophical basis”. *Information processing and management*. ISSN 0306-4573. Vol. 36, n.º 3 (2000), p. 519. Já num texto de 1995, onde pela primeira vez apresenta o paradigma de análise de domínios (*domain-analytic paradigm*), Birger Hjørland havia classificado a sua proposta de teoria para a Ciência da Informação de social, funcional e realista: cf. HJØRLAND, Birger; ALBRECHTESEN, Hanne – “Toward a new horizon in information science: domain analysis”. *Journal of the american society for information science*. ISSN 0002-8231. Vol. 46, n.º 6 (1995), p. 400.

Na sua opinião, a Ciência da Informação debate-se com um problema decorrente do facto de a maioria dos trabalhos publicados não assumirem opções teóricas nem epistemológicas, apresentando, por isso, características fundamentalmente pragmáticas, esquecendo a análise científica e a generalização. Para ultrapassar esta questão, a Filosofia poderá dar um contributo importante facultando a análise dos pressupostos subjacentes à prática e à investigação. Além disso, conforme sublinha, não existem abordagens “assépticas” pois todas possuirão (implícita ou explicitamente, consciente ou inconscientemente) princípios epistemológicos que irão determinar a metodologia e as conclusões resultantes da pesquisa. Para o efeito, exemplifica com casos relacionados com a Ciência da Informação:

A rationalistic position as found in, for example, cognitive science, implies that the study of users’ brains is an adequate strategy to obtain relevant knowledge in LIS. Such position is in my opinion problematic because it leaves out the most obvious relevant perspective: that users’ cognition, information needs, search strategies, and so on is influenced by their social and cultural background [...]. Epistemologies with a historical orientation are better suited to conceptualize users in a way that is relevant for LIS.⁴⁶

Concordamos plenamente com esta avaliação e, por conseguinte, dedicamos este primeiro capítulo ao esclarecimento das nossas opções teóricas e metodológicas.

Deveremos ainda atender a que este autor distingue teoria, metateoria e abordagens epistemológicas. Como refere, «A theory in IS is a theoretical explanation of information systems efficiency, of user behaviour, of the function of different search elements such as descriptors, citations, titles, and so on», mas existem poucas teorias explícitas na Ciência da Informação sendo que muitas têm origem noutros campos do saber, com a Psicologia ou a Sociologia. Já as metateorias são mais amplas e menos específicas que as teorias, constituindo princípios mais ou menos conscientes e subjacentes a trabalhos teóricos ou empíricos. Geralmente, as metateorias relacionam-se com perspectivas filosóficas, integrando campos interdisciplinares. Segundo postula, as duas metateorias a considerar no campo da Ciência da Informação são o paradigma

⁴⁶ HJØRLAND, Birger – “Library and information science: practice...”. *Op. cit.* p. 526. Num trabalho de 1998, este autor tinha já desenvolvido uma reflexão comparativa sobre as consequências de diferentes perspectivas epistemológicas em vários campos da Ciência da Informação, em particular no que respeita aos estudos de utilizadores, ao seu comportamento informacional, à recuperação da informação, à classificação, ao papel dos profissionais da informação ou às funções dos sistemas de informação. Cf. HJØRLAND, Birger – “Theory and metatheory of information science: a new interpretation”. *Journal of documentation*. ISSN 0022-0418. Vol. 54, n.º 5 (1998), p. 608-619.

físico e a perspectiva cognitiva. Quanto às abordagens epistemológicas, Birger Hjørland refere o empirismo, o racionalismo e o historicismo, sendo que a Ciência da Informação tem sido marcada sobretudo pelas duas primeiras, apesar de haver uma influência cada vez maior de perspectivas historicistas, interpretativas e neopragmáticas.⁴⁷

O autor coloca uma ênfase particular no papel da análise filosófica no âmbito da Ciência da Informação, admitindo mesmo a hipótese de considerar este campo do saber como uma epistemologia aplicada, já que «Implicit philosophical assumptions not only lie behind the work of information specialists, but also behind the behaviour of information producers, users, intermediaries, and the traditions in the documentary systems».⁴⁸

Quanto à designação para a área, o autor é adepto da expressão *Library, Documentation and Information Studies*, apesar de utilizar quase sempre a forma *Library and Information Science*, por se tratar de uma fórmula mais abrangente capaz de ultrapassar a separação entre Documentação/Ciência da Informação e Biblioteconomia, de que ele discorda.⁴⁹ Apresenta-a como uma área científica e profissional autónoma, ainda que recorra a conhecimentos de outras ciências e esteja relacionada com outras áreas de actividade.⁵⁰

A questão fulcral da Ciência da Informação é o desenvolvimento de um corpus de conhecimentos científicos que consiga ir além dos conhecimentos empíricos imediatos próprios de uma ciência aplicada com objectivos pragmáticos evidentes. De facto, as ciências aplicadas apresentam dificuldades específicas relativamente à formulação de problemas/questões de investigação. Como o autor refere:

One of the difficulties in formulating good research questions in this area is that the difficulties is often related to concrete problems in a specific library or database in a specific subject area. The problem in practical library and information work are often related to lack of time, lack of knowledge on local conventions, or lack of knowledge in the concrete subject area. Research questions on the other hand, must be abstracted from concrete practices, but be very specific. [...] It is also important that it has general perspectives and can be applied on different technological platforms and in different environments.⁵¹

⁴⁷ HJØRLAND, Birger – “Theory and metatheory...”. *Op. cit.* p. 607-608; citação da página 607.

⁴⁸ *Idem, ibidem.* p. 608.

⁴⁹ HJØRLAND, Birger – “Library and information science: practice...”. *Op. cit.* p. 509.

⁵⁰ Com base na análise de mapas de co-citação o autor identifica as áreas científicas relacionadas com a Ciência da Informação, sobre isto ver *Idem, ibidem.* p. 521.

⁵¹ *Idem, ibidem.* p. 513.

Desta forma, como resposta à necessidade de uma teoria abrangente para a Ciência da Informação, Birger Hjørland propõe a, já referida, “análise de domínios” (*domain analysis*) considerando que esta abordagem permite estabelecer a ligação entre a teoria e a prática, englobando todos os principais conceitos e proporcionando uma matriz identitária consentânea com a história da área.⁵² Como afirma «[...] the best way to understand information in IS is to study the knowledge domains as thought or discourse communities, which are parts of society’s division of labor».⁵³ Isto significa que o conhecimento é determinado por circunstâncias culturais e sociais, dando primazia a estruturas cognitivas modeladas por factores históricos em detrimento de factores psicológicos. Neste sentido, as necessidades de informação são passíveis de estudo em termos colectivos e não apenas em mentes individuais.⁵⁴ Tais opções implicam que

In domain analysis, we are more inclined to speak about mental models and more inclined to talk about knowledge, (pre)understanding, theories, paradigms, and epistemologies. We mainly see the individual person as influenced by different theories, epistemologies, and paradigms, which are very often partly unconscious or neglected by the individual.⁵⁵

Como consequência, o principal objectivo dos sistemas de informação deve ser a adequação ao seu domínio e não aos utilizadores individuais, já que o enfoque deve centrar-se nos aspectos sócio-contextuais e não no particular. O percurso de investigação que seguimos, estudando primeiro a evolução das políticas de informação das instituições europeias antes de partir para a análise do acesso à informação por parte dos cidadãos europeus, enquadra-se também nesta preocupação de caracterização sócio-contextual das práticas de acesso e uso da informação por parte de indivíduos influenciados por múltiplos factores e não apenas os cognitivos.

Esta breve digressão por algumas das correntes teóricas da Ciência da Informação foi efectuada no intuito de enquadrar o nosso trabalho neste campo científico e, assim,

⁵² O autor considera que muitos dos estudos levados a cabo na Ciência da Informação tiveram esta abordagem subjacente (cf. HJØRLAND, Birger; ALBRECHTESEN, Hanne – *Op. cit.* p. 401-404), no entanto, afirma ter sido o primeiro a usar a expressão “análise de domínios” bem como a teoria e a metodologia subjacentes (cf. HJØRLAND, Birger – “Epistemology and the socio-cognitive perspective in information Science”. *Journal of the american society for information science and technology*. ISSN 1532-2882 Vol. 53, n.º 4 (2002), p. 259).

⁵³ HJØRLAND, Birger; ALBRECHTESEN, Hanne – *Op. cit.* p. 400.

⁵⁴ HJØRLAND, Birger – “Epistemology...”. *Op. cit.* p.263.

⁵⁵ *Idem, ibidem.* p.261.

esclarecermos a abordagem que pretendemos levar a cabo, ficando claro que não é nosso intento desenvolver um estudo no âmbito da História, da Ciência Política ou da Sociologia das Organizações, ainda que possamos recorrer a contributos destas ciências.

I.4. A metodologia quadripolar de investigação científica

Procurámos até agora explicitar e situar o âmbito científico do nosso trabalho, pois esta etapa constitui o primeiro passo da metodologia de investigação que pretendemos seguir. Tratámos, por isso, os aspectos relativos à concepção e à construção do objecto científico, assumindo a possibilidade de conhecimento científico da informação.

Torna-se, agora, imprescindível esclarecer a metodologia de abordagem ao nosso objecto. Utilizaremos o método de investigação quadripolar formulado, na década de setenta, por Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete, estruturado à volta de quatro pólos de abordagem (o pólo epistemológico, o pólo teórico, o pólo técnico e o pólo morfológico) que estabelecem interações entre si.⁵⁶ Seguimos a proposta de Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva, que consideram esta metodologia adequada à especificidade das ciências sociais, dentro das quais cabe a Ciência da Informação, já que, como afirmam,

[...] o método quadripolar constitui-se como um dispositivo de investigação complexo, por exigência de um conhecimento que está longe de ser “unidimensional”, desprovido de variáveis ou circunscrito apenas à tecnicidade dos procedimentos standard [...], e que, bem pelo contrário, abarca toda a fenomenalidade informacional cognoscível. [...] Segundo este modelo, a investigação científica não pode ser restringida a uma visão meramente tecnológica ou instrumental, devendo ser perspectivada por forma a superar-se o debate “tradicional” entre “quantitativo” e “qualitativo” e por forma ainda a promover-se o fecundo intercâmbio interdisciplinar.⁵⁷

Foi este dispositivo de investigação que nos proporcionou o conhecimento multidimensional do nosso objecto. Na realidade, a adopção de um método, enquanto trajecto global do espírito, constitui um marco incontornável para qualquer trabalho que

⁵⁶ DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc – *Dynamique de la recherche en sciences sociales: les pôles de la pratique méthodologique*. Paris: PUF, 1974.

⁵⁷ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais... (op. cit.)*, p. 84-91; citação p. 86-87. Antes de considerar o método quadripolar adequado ao campo geral da Ciência da Informação, os autores tinham já invocado este modelo para um conhecimento científico da Arquivística, cf. SILVA, Armando B. Malheiro da [et al.] – *Arquivística... (op. cit.)*, p. 217-226.

tenha por objectivo uma cabal compreensão e interpretação e que não se satisfaça com a mera soma da aplicação de procedimentos de trabalho ou de técnicas padronizadas desligadas entre si e alheadas da reflexão teórica. Poderemos, assim, partir de uma ideia vaga e desordenada para alcançar um conhecimento científico do objecto de estudo. De seguida, iremos explicar com detalhe cada um destes pólos da investigação demonstrando também como constituíram as balizas do nosso percurso metodológico [Figura I-2].

1.4.1. O pólo epistemológico: o paradigma científico e pós-custodial

O pólo epistemológico exerce uma função de vigilância crítica durante todo o processo investigativo, delimitando a construção do objecto científico e da problemática de investigação. Em última instância, define as regras de produção e de explicação dos factos bem como de compreensão e de validação das teorias. Como referem os autores da Universidade de Louvaina:

Les chercheurs trouveront dans la réflexion épistémologique non seulement les fondements pour s'assurer de la rigueur, de l'exactitude, de la précision de leur démarche, mais également de précieuses indications qui guideront l'indispensable imagination dont ils devront faire preuve pour éviter les obstacles épistémologiques et pour réussir à faire progresser la connaissance des objets qu'ils investiguent.⁵⁸

Os aspectos epistemológicos constituem, portanto, a trama de fundo onde o investigador se move, mas desempenham também um papel activo, já que servirão igualmente de motor da pesquisa, na medida em que suscitam questões que irão contribuir para resolver problemas práticos ou para formular respostas teóricas válidas. É aqui que se opera a reformulação constante das condições de objectividade dos conhecimentos científicos, dos modos de observação e de experimentação, tal como das relações que as ciências estabelecem entre a teoria e os factos, rompendo com o senso comum ou os conhecimentos vagos, aplicando uma linguagem científica.

O paradigma científico e pós-custodial, informacional e dinâmico configura o pólo epistemológico da nossa pesquisa.⁵⁹ Este novo paradigma, típico da Sociedade da Informação, caracteriza-se pela ênfase colocada na informação e pela consciência do

⁵⁸ DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc – *Op. cit.* p. 37-59; citação p. 40.

⁵⁹ SILVA, Armando B. Malheiro da [et al.] – *Arquivística...* (*op. cit.*). Ver em especial a p. 210 para uma apresentação esquematizada deste paradigma. Ver também o verbete “Paradigma Pós-custodial, informacional e científico”. In *Dicionário Eletrónico...* (*op. cit.*). Ver ainda SILVA, Armando Malheiro da – *A informação...* (*op. cit.*), p. 158-159.

seu natural dinamismo. Aqui, a informação (fenómeno/processo humano e social) assume uma nova centralidade, em detrimento da focalização no suporte, com a percepção do contínuo e natural dinamismo informacional (criação – selecção natural – acesso/uso) em vez do imobilismo documental (efemeridade – permanência/conservação). Reconhece-se, então, a impossibilidade de perpetuar a “compartimentação” entre o serviço de arquivo, a biblioteca e o sistema informático da instituição porque este critério é superficial e impede a integração do contexto dinâmico de produção (organicidade) com a retenção/memória e com a funcionalidade uso/consumo. Por outro lado, impõe-se a necessidade de conhecer a informação social com base em modelos teórico-científicos, em substituição de práticas informacionais empíricas, fundamentadas num saber-fazer acrítico e ilusoriamente neutral. Desta postura decorre a vontade de compreensão das atitudes informacionais das organizações, a fim de propor soluções adequadas a cada caso e não de impor regras elaboradas *a priori*.⁶⁰

Para a abordagem à temática central do nosso trabalho, a política de informação das instituições europeias, o posicionamento neste paradigma contém algumas implicações que convém esclarecer. Assim, a organicidade da informação europeia deriva das próprias políticas comunitárias inseridas num contexto cultural, social, económico e tecnológico que importa analisar através de modelos teórico-metodológicos de ordem científica. Simultaneamente, como iremos ver, a política europeia promoveu, desde o início, o acesso à informação por parte de todos como um elemento fundamentador da sua acção, conduzindo, no dealbar do século XXI, à ênfase na transparência, implicando uma consulta alargada por parte do público em geral à globalidade dos documentos produzidos pelas instâncias europeias, de acordo com regras pré-definidas.

1.4.2. O pólo teórico: a contextualização sistémica

O pólo teórico diz respeito aos quadros de referência que inspiram, enquadram e orientam o percurso de investigação, permitindo a formulação de regras de interpretação dos factos e a definição de soluções provisórias para os problemas.⁶¹ Este pólo conduz, portanto, à elaboração de hipóteses e à construção de conceitos. Neste sentido, implica o

⁶⁰ SILVA, Armando B. Malheiro da – “Informação, Cultura e Património...”. *Op. cit.* p. 35-36. Este texto foi também publicado, com algumas alterações, em SILVA, Armando Malheiro da – *A informação...* (*op. cit.*) p. 15-41. Ver em particular p. 21-22.

⁶¹ DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc – *Op. cit.* p. 94-126.

confronto com o real, manifestando-se aqui a racionalidade indutiva do sujeito que conhece o objecto. A teorização deve começar desde o início da pesquisa, funcionando como pólo interno do campo metodológico da investigação, ligando o plano da descoberta (aquele onde situamos o nosso ponto de partida e construímos as nossas hipóteses e teorias) e o plano da prova (onde se opera a confirmação ou refutação das hipóteses e teorias).⁶² Na realidade, a teoria, enquanto prática metodológica, pode ser apresentada como o resultado da interacção dos pólos da dinâmica de investigação. De facto,

La théorie se présente ainsi de trois façons complémentaires, selon qu'elle est envisagée à partir de chacun des trois pôles méthodologiques. Vis-à-vis du pôle épistémologique, la théorie est un ensemble significatif pertinent à une problématique dont il présente une solution valable; vis-à-vis du pôle morphologique, la théorie est un ensemble cohérent de propositions fournissant un cadre explicatif et compréhensif; vis-à-vis du pôle technique, la théorie est un ensemble d'hypothèses falsifiable, testable. Le pôle théorique est un lieu de confluence des autres pôles méthodiques, l'épistémologique avec son exigence de pertinence, le morphologique avec son exigence de cohérence, le technique avec son exigence de testabilité. [...] Une théorie valable sera donc idéalement à la fois falsifiable, cohérente et pertinente.⁶³

Note-se que a teoria deve constituir um sistema integrado de proposições com relações lógicas entre si, evitando lidar com elementos parcelares desagregados. Poderemos, assim, ultrapassar as práticas metodológicas e a aplicação de conceitos avulsos e disporemos de um modelo que permitirá pensar o nosso objecto de estudo em termos holísticos, com base na observação da realidade e da compreensão da dinâmica entre os elementos envolvidos.

Escolhemos como modelo de abordagem para este estudo a teoria sistémica, através da qual poderemos obter uma representação dinâmica da realidade, com a visualização de interconexões implícitas e explícitas de elementos internos e externos, evitando percepções estáticas, redutoras e simplistas das políticas de informação da UE.

A Teoria Geral dos Sistemas foi desenvolvida entre as duas Guerras Mundiais pelo biólogo Ludwig van Bertalanffy, sendo retomada por diversos autores em áreas

⁶² *Idem, ibidem.* p. 102-103.

⁶³ *Idem, ibidem.* p. 110.

distintas do conhecimento.⁶⁴ Para a caracterização da teoria sistémica seguiremos o quadro geral traçado por Piero Mella.⁶⁵ Segundo este autor, o sistema identifica-se pela coexistência de três características. Assim, o sistema deve poder ser observado como uma unidade durável (visão sintética) com significado próprio (macro) que, mesmo derivando dos seus elementos, surge como novo e emergente; os elementos do sistema (micro) constituem uma estrutura estruturante, na qual cada elemento contribui para a existência da estrutura mas subordinando os próprios estádios à existência do sistema (visão analítica); existe, portanto, uma correlação permanente (*feedback* micro-macro) entre a unidade e os elementos: por um lado, o sistema torna-se uma unidade, ainda que na multiplicidade das suas partes componentes; por outro lado, as partes perdem, no sistema, a sua individualidade, tornando-se também essenciais à criação da unidade.⁶⁶

Para esclarecer a noção de sistema deveremos recorrer à de estrutura já que, não sendo noções coincidentes, correspondem, respectivamente, a uma visão analítica e a uma visão sintética na observação dos elementos interrelacionados entre si. Assim, considerando-se a estrutura como um complexo unitário formado por uma pluralidade de elementos interrelacionados, um sistema, não sendo uma estrutura, pressupõe uma estrutura duradoura com fluxos dinâmicos em termos temporais. Deveremos ter em conta que a estrutura apresenta características próprias. Deste modo, o estado de cada elemento tem de depender de, pelo menos, um outro, sendo condicionado por toda a estrutura, e que, se esta assumir ou modificar o próprio estado, tal afecta os seus elementos, os quais assumem um dado estado ou sofrem uma modificação de estado. Por fim, todos os elementos são necessários para formar aquela estrutura.⁶⁷

Atendendo a que a caracterização de um sistema consiste na especificação dos seus limites, definindo o que faz parte da estrutura e o que fica de fora, Piero Mella apresenta uma tipologia classificativa. Assim, um supersistema é um sistema formado por outros sistemas; um sistema parcial ou subsistema é um sistema que se individualiza no interior de um sistema mais amplo; enquanto o macrossistema corresponde à interpenetração do sistema com o ambiente, ou seja o “ambiente” em sentido alargado.⁶⁸ Por outro lado, as relações organizativas e as ligações estruturais, perspectivadas em

⁶⁴ BERTALANFFY, Ludwig von – *Théorie générale des systèmes*. Paris: Dunod, 2006. ISBN 2-10-006349-9.

⁶⁵ MELLA, Piero – *Dai sistemi al pensiero sistémico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*. Milano: Franco Angeli, 1997.

⁶⁶ *Idem, ibidem*. p. 28.

⁶⁷ *Idem, ibidem*. p. 24-26.

⁶⁸ *Idem, ibidem*. p. 30.

conjunto, tornam qualquer sistema um polissistema. Deveremos, ainda, ter em conta a noção de metassistema resultante da criação de um sistema para se compreenderem as relações entre dois sistemas que podem permanecer autónomos em termos de constituição.⁶⁹

Considerando a natureza e o significado dos elementos que formam a estrutura, poderemos distinguir duas grandes classes de sistemas: os sistemas organizados ou operatórios e os sistemas não organizados ou combinatórios. Os sistemas organizados ou operatórios apresentam uma estrutura formada por órgãos diferentes uns dos outros, ocupando, do ponto de vista espacial e temporal, uma localização específica, desenvolvendo uma função especializada relativamente ao conjunto da estrutura e tendo uma funcionalidade exclusiva que delimita as interacções possíveis com os outros elementos. Unidade, organização e estrutura constituem, pois, os elementos imprescindíveis para a definição dos sistemas organizados ou operatórios. Como exemplo deste tipo de sistema poderemos citar o corpo humano, um relógio ou um automóvel, nos quais se observam relações estáveis das funções que dão sentido aos elementos, independentemente da sua especificidade, havendo, portanto, efectiva organização estrutural. Por seu lado, os sistemas não organizados ou combinatórios são constituídos por elementos com uma natureza ou um significado análogos e que desenvolvem interacções (comportamentos, processos) idênticas. Estas interacções, quando se combinam entre si ao nível micro, convertem-se num macrocomportamento global, referente ao sistema na sua unidade. Como exemplos de sistemas combinatórios poderemos apontar o caso dos sistemas sócio-biológicos, como a população, ou o caso dos sistemas físicos, como os fluidos.⁷⁰ Deveremos ainda atender à existência de subclasses nos sistemas organizados ou operatórios. Teremos, assim, sistemas dinâmicos, sistemas fechados e abertos, sistemas naturais e artificiais, as redes modulares, os sistemas autopoieticos, o sistema geral e os sistemas cognitivos conscientes.⁷¹

As abordagens sistémicas aplicadas à análise do campo informacional têm constituído a opção de alguns autores, tanto do campo das bibliotecas como dos arquivos ou da área das tecnologias. Nas palavras de Armando Malheiro da Silva, os

⁶⁹ *Idem, ibidem.* p. 31-32.

⁷⁰ *Idem, ibidem.* p. 32-33.

⁷¹ Para uma descrição detalhada de cada uma das tipologias mencionadas, ver *Idem, ibidem.* p. 44-106.

[...] princípios e enunciados da teoria sistêmica têm plena aplicação ao fenômeno info-comunicacional, ou seja, é possível pensar sistematicamente a informação e usar esta teoria como “ferramenta” interpretativa e explicativa, devidamente inscrita no pólo teórico, do método quadripolar. Serve ela, também, de suporte à componente aplicada de que os pólos técnico e morfológico são expressão mais concreta.⁷²

Desde os anos sessenta, a teoria sistêmica tem igualmente suportado algumas abordagens aos sistemas políticos em geral e à integração europeia em específico. David Easton foi um dos paladinos da aplicação da teoria sistêmica à ciência política, definindo as construções políticas como sistemas abertos, expostos a numerosas ocasiões de stress originadas no meio ambiente que as rodeia. Para subsistirem, os sistemas têm de ser capazes de tomar medidas adequadas para atenuar as tensões criadas. Assim, o sistema político recebe, do seu contexto ambiental, *inputs* que o autor parametrizou em termos de exigências e de apoio. Paralelamente, o sistema emite *outputs*, em termos de decisões e de acções, os quais, além de influenciarem a sociedade onde o sistema se insere, determinam, em parte, os *inputs* seguintes [Figura I-1]. No seu intento de criar uma teoria política de ordem empírica, caracterizou também os processos vitais do sistema político e as funções que suportam a concretização das suas missões.⁷³

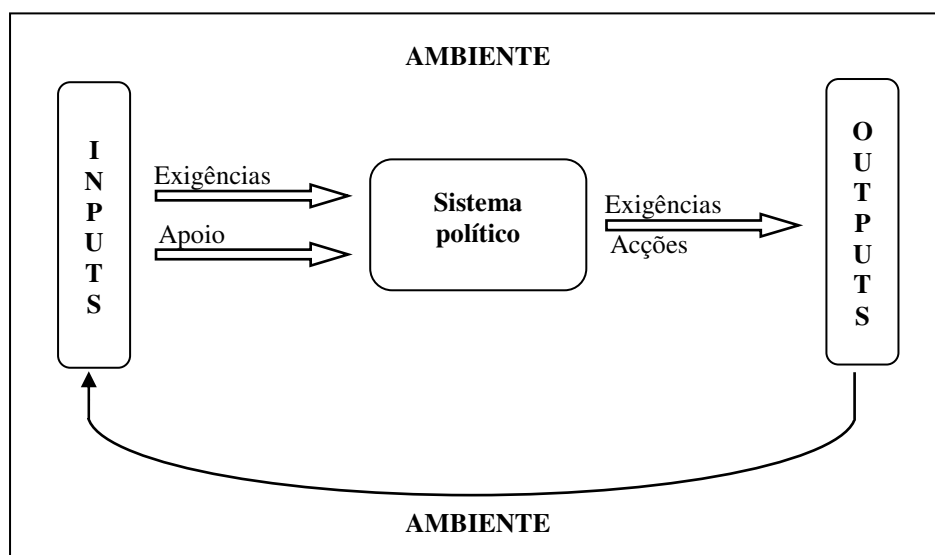


Figura I-1: *Modelo simplificado de um sistema político, segundo David Easton*⁷⁴

⁷² SILVA, Armando Malheiro da – *A informação...* (op. cit.) p. 30-32; citação da p. 32.

⁷³ Para uma visão mais abrangente do modelo de abordagem sistêmica ao sistema político criada por David Easton, ver EASTON, David – *Analyse du système politique*. Paris: Armand Colin, 1974. Consultámos a tradução francesa da obra publicada em inglês, em 1965, com o título *A systems analysis of political life*.

⁷⁴ EASTON, David – *Op. cit.* p. 33.

Também na década de sessenta, Robert Dahl usa o conceito de sistema político, definindo-o «[...] comme n'importe quel ensemble constant de rapports humains qui impliquent, dans une mesure significative, des relations de pouvoir, de gouvernement ou d'autorité». Para precisar com mais rigor este conceito, apresenta quatro características que considera como indispensáveis para a identificação de um sistema político. Assim, o uso do termo sistema serve para apreender de forma abstracta um fenómeno concreto, pelo que não se deve confundir o sistema analítico com o fenómeno concreto a que diz respeito. Paralelamente, é necessário definir as fronteiras do sistema, distinguindo os seus elementos intrínsecos dos aspectos que lhe são externos. Além disso, nota que um sistema pode constituir um elemento de outro sistema e, portanto, ser um sub-sistema. Por fim, cada sub-sistema pode integrar vários sistemas que podem sobrepor-se parcialmente.⁷⁵

Na mesma linha, e ainda ao longo dos anos sessenta, Leon Lindberg concebeu a Comunidade Europeia como um sistema de tomada de decisões, dotado de propriedades múltiplas, com um grau de integração variável e com cambiantes temporais enquanto conjunto. Para caracterizar um fenómeno com dimensões tão distintas, este autor procura realçar as inter-relações dinâmicas existentes entre cada uma das propriedades do sistema e que conferem a cada uma o seu significado. Nas suas palavras:

The essence of a political community, it seems to me, is the existence of a legitimate system for the resolution of conflict, for the making of authoritative decisions for the group as a whole. Accordingly, my effort has been to illuminate the nature of the EEC as an institutional system, and to assess its impact on decision-making patterns in the "Europe of the Six".⁷⁶

Estas abordagens sistémicas procuravam criar um sistema conceptual geral capaz de exprimir a complexidade do fenómeno da construção europeia e a sua dinâmica. O intento era identificar os processos mais significativos, isolar as variáveis determinantes e formular hipóteses empíricas verificáveis. Actualmente, segundo Sabine Saurugger, desde os anos noventa, as abordagens sistémicas ao projecto europeu seguem novos rumos procurando essencialmente resolver o facto de não existir um responsável único pela legitimação das políticas definidas. Assim,

⁷⁵ DAHL, Robert – *L'analyse politique contemporaine*. Paris: Robert Laffont, 1973. p. 25-44; citação da p. 28.

⁷⁶ LINDBERG, Leon N. – *The political dynamics of European economic integration*. Stanford: Stanford University Press; London: Oxford University Press, 1968; citação da p. VII.

Confrontée à ce problème d'articulation des différents niveaux de gouvernement, l'UE est donc davantage présenté comme un système de gouvernance, à savoir une configuration polycentrique, dans laquelle les modes de coordination horizontales entre sous-systèmes sociaux prévalent aux dépens des notions d'autorité politique et de souveraineté, qui n'occupent qu'une place parmi d'autres.⁷⁷

Nesta linha, enquadram-se autores franceses, como Jean-Louis Quermonne ou Paul Magnette, os quais encaram a vida política da UE como um conjunto sistémico que determina procedimentos de decisão política específicos, distintos relativamente ao funcionamento das instituições e dos processos políticos em contextos nacionais. Desta forma, na opinião de Paul Magnette, o equilíbrio do sistema político europeu assenta no método comunitário. Porém, após o Tratado de Amesterdão, começaram a verificar-se alguns disfuncionamentos em virtude do peso do método intergovernamental em certos sectores. Neste sentido, o facto de, durante os Conselhos Europeus, os chefes de Estado e de governo, terem de debruçar-se sobre questões muito diversas provocou uma perda de coerência do sistema, correndo-se o risco da sua desregulação.⁷⁸ Já Jean-Louis Quermonne considera que o Tratado de Maastricht (1992) legitimou a existência de um sistema político que encontra as suas raízes no Tratado de Paris, de 1951.⁷⁹

No que toca à informação europeia, Rosario Osuna Alarcón considera que se pode falar em sistema de informação da UE, na medida em que existe um conjunto de instituições envolvidas no processo de tomada de decisões, existem normas que regulam o acesso, foram criados serviços para sustentar a aplicação das decisões e das normas, existem utilizadores internos e externos que constituem a razão de ser do sistema e os fundos documentais das instituições foram criados ou adquiridos para o cumprimento das missões de cada elemento organizacional do sistema.⁸⁰

⁷⁷ SAURUGGER, Sabine – “État de la littérature: conceptualiser l'intégration européenne: état de l'art théorique”. *Revue internationale et stratégique*. ISSN 1287-1672, n.º 54 (2004), p. 165-176; citação da p. 170. Para uma visão mais abrangente das teorias sobre a construção europeia, ver ROSAMOND, Ben – *Theories of European integration*. New York: Palgrave, 2000. ISBN 0-333-64717-3; para a aplicação da teoria sistémica ver em particular p. 45 e p. 90.

⁷⁸ MAGNETTE, Paul – *L'Europe en quête de légitimité*. Paris: Presses de Sciences Po, 2001. ISBN 2-7246-0822-4. p. 52-55.

⁷⁹ QUERMONNE, Jean-Louis – *Le système politique de l'Union européenne*. 6^{ème} éd. Paris: Éditions Montchrestien, 2005. ISBN 2-7076-1414-9.

⁸⁰ OSUNA ALARCÓN, Rosario – “Descripción y análisis de la información comunitaria: propuesta de creación del sistema de información de la Unión Europea”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XLIX, n.º 1 (1999), p. 175-196. Ver também OSUNA ALARCÓN, Rosario – “Los sistemas de información de las organizaciones internacionales: la documentación internacional”. *Documentación de las ciencias de la información*. ISSN 0210-4210. Vol. 27 (2004), p. 9-41.

De acordo com o que acabámos de ver, a teoria sistémica apresenta-se como um modelo conceptual válido para analisar o processo info-comunicacional, os sistemas políticos e a integração europeia. Assim, fica justificada a sua adopção como modelo de inteligibilidade coerente e pertinente para enquadrar o percurso de investigação, desde a formulação de teorias e hipóteses até à sua refutação ou validação, estando por isso presente nos pólos técnico e morfológico. De igual importância para o pólo teórico, e também com reflexos nos pólos técnico e morfológico, foi a contextualização no campo da Ciência da Informação, que abordámos anteriormente, e a adopção do conceito de política de informação que iremos tratar no capítulo seguinte.

1.4.3. O pólo técnico: formas de contacto com o objecto

O pólo técnico ocupa-se dos procedimentos de recolha das informações e da transformação destas em dados relevantes para a problemática da investigação. Os dados têm de ser pertinentes em relação a determinadas hipóteses teóricas para poder assumir o papel de factos, servindo, então, de confirmação ou de refutação dessas hipóteses. Em última análise, os factos irão aferir a pertinência dos sistemas teóricos nos quais essas hipóteses se inserem.⁸¹

Aqui, assiste-se ao contacto do investigador com o mundo real através de operações técnicas de recolha de dados, a par das quais se realizam operações de selecção dos dados.⁸² Portanto, «Une donnée, par conséquent, n'est jamais "vraie" en soi et n'a d'utilité ou de pertinence que par rapport à une problématique, à une théorie et à une technique, bref par rapport à une recherche».⁸³ Para desempenhar o papel que lhe cabe, a recolha de dados tem de guiar-se por critérios de fidelidade, validade, qualidade e eficiência, podendo aplicar-se três técnicas diferentes: os inquéritos por entrevista (inquérito oral) ou os inquéritos por questionário (inquérito escrito); a observação directa (sistemática) e a observação participante; e, por fim, as análises documentais.

A recolha de dados pode, em qualquer dos casos, aplicar-se frequentemente a uma ou a várias amostras dos elementos do universo estudado.⁸⁴ Estas técnicas podem ser utilizadas de forma simultânea e complementar numa mesma investigação.⁸⁵ Deveremos, ainda, ter em conta que existe uma distinção subtil e importante entre as

⁸¹ DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc – *Op. cit.* p. 191-208. Em particular p. 191 e 194.

⁸² *Idem, ibidem.* p. 197.

⁸³ *Idem, ibidem.* p. 200-201.

⁸⁴ *Idem, ibidem.* p. 207-208.

⁸⁵ *Idem, ibidem.* p. 201; p. 200-2008.

técnicas de recolha de dados e os modos de investigação que constituem meios de abordagem do real.⁸⁶ Assim, em termos de modos de investigação, poderemos optar por estudos de caso, por análises comparativas, pela experimentação em laboratório ou no campo e pela simulação em computador.⁸⁷

No nosso procedimento de recolha de dados, adoptámos em parte o esquema formulado por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, para as disciplinas da área das ciências sociais, enquadrando-o e conjugando-o com o método de investigação quadripolar no âmbito do pólo técnico e do pólo morfológico.⁸⁸

O procedimento de investigação formulado por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt estrutura-se nas sete etapas que se enunciam: 1) a pergunta de partida; 2) a exploração por meio de leituras e de entrevistas exploratórias; 3) a problemática; 4) a construção do modelo de análise; 5) a observação; 6) a análise das informações e 7) as conclusões. Estes momentos deverão ser articulados por meio de três actos distintos, interdependentes, a saber: a ruptura, a construção e a verificação.⁸⁹

A enunciação da pergunta de partida constituiu o fio condutor da pesquisa e um filtro para a recolha de dados, mas foi sujeita a reformulações constantes ao longo do trabalho.⁹⁰ No nosso caso, a pergunta inicial foi colocada nestes termos: “Qual a política de informação e documentação da UE em Portugal?”. Tratava-se de uma pergunta aberta, que permitia *a priori* respostas variadas, podendo optar-se por posicionamentos de descrição, de explicação ou de compreensão. Naturalmente, esta pergunta foi sendo reformulada à medida que a investigação avançava, graças às informações recolhidas e à percepção mais clara dos fenómenos envolvidos, bem como da necessária adaptação às condições de trabalho.

Na etapa seguinte, a da exploração, levámos a cabo as leituras preparatórias, procurando identificar os trabalhos já realizados sobre o tema escolhido, concluindo-se que, para o tema específico da política de informação da UE, havendo alguma literatura sobre o tema em estudo para outros países, esta era quase inexistente para o caso

⁸⁶ Cf. *Idem, ibidem*. p. 209 e LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérard – *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. ISBN 972-9295-75-1. p. 26.

⁸⁷ DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc – *Op. cit.* p. 209-238.

⁸⁸ QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manual de investigação em Ciências Sociais*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998. ISBN 972-662-275-1.

⁸⁹ Dentro do método de investigação quadripolar consideramos que as etapas da problemática (3) e da construção do modelo de análise (4) se enquadram no pólo teórico, tendo sido explanadas no ponto anterior.

⁹⁰ QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Op. cit.* p. 31-46.

português. Portanto, tratar-se-á em larga medida de uma investigação exploratória. Nesta fase, abordámos textos das três principais áreas envolvidas no campo de análise: a Ciência da Informação, as Políticas de Informação e a Construção Europeia. De facto, o levantamento e a análise da literatura publicada relevante para o tema estudado constituem actividades fundamentais da pesquisa científica. Desta forma, o investigador pode situar o seu trabalho numa área mais vasta, ultrapassando um posicionamento isolado e a mera recolha de factos descontextualizados. Mas a revisão bibliográfica traz outras vantagens, sintetizadas de forma muito clara por Charles H. Busha e Stephen P. Harter:

[...] (a) help to narrow and to more clearly delineate the research problem, (b) reveal overlooked conclusions and facts that ought to be taken into consideration before a research project is actually initiated; (c) suggest new approaches to the planning of investigations; (d) uncover methodologies that were used successfully by other research workers; (e) help in the determination of the degree to which particular problems have already been investigated; and (f) assist investigators to develop firmer understanding of theoretical implications of proposed inquiries.⁹¹

Complementámos a etapa da exploração com entrevistas exploratórias a especialistas científicos do tema em estudo e de áreas afins, bem como a pessoas directamente envolvidas no fenómeno, que nos ajudaram a tomar consciência de outros aspectos do problema, enriquecendo e diversificando a nossa visão. Assim, foram particularmente relevantes as entrevistas realizadas em Bruxelas a funcionários da DG COMM e da Direcção Geral das Relações Exteriores (DG RELEX). É certo que os encontros periódicos e as trocas de ideias com os orientadores científico e académico desempenharam um papel fulcral para uma definição rigorosa dos caminhos da nossa investigação mas, naturalmente, essas suas intervenções estão subjacentes a todo o trabalho realizado. No final desta etapa, reformulámos a pergunta de partida, decidindo complementar a nossa abordagem com um estudo de caso relativo aos CDE existentes nos vinte e sete Estados-Membros.⁹² Por outro lado, adoptando a perspectiva da Ciência

⁹¹ BUSHA, Charles H.; HARTER, Stephen P. – *Research methods in librarianship: techniques and interpretation*. London: Academic Press. 1980. ISBN 0-12-147550-6. p. 19.

⁹² Sobre a etapa da exploração, ver QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Op. cit.* p. 46-86. Sobre as entrevistas realizadas ver **Anexo I** *Entrevistas realizadas a actuais e a antigos funcionários das instituições europeias*.

Para o estudo de caso, guiámos o nosso trabalho por: YIN, Robert K. – *Case study research: design and methods*. 3rd ed. Thousand Oaks; London: Sage Publications, 2003. ISBN 0-7619-2553-8 e YIN, Robert K. – *Applications of case study research*. 2nd ed. Thousand Oaks; London: Sage Publications, 2003. ISBN 0-7619-2551-1.

da Informação explanada anteriormente, optámos por substituir a designação “política de informação e documentação” por “política de informação”. Assim, a pergunta de partida foi reformulada nestes termos: “Qual o papel dos CDE na política de informação da UE?”.

Avançámos para a etapa da observação, envolvendo já procedimentos de verificação das hipóteses delineadas. Nesta fase, foram também fulcrais as pesquisas realizadas nos Arquivos Históricos do Conselho e da Comissão Europeia, em Bruxelas, no Arquivo Histórico do Parlamento, no Luxemburgo, bem como nos Arquivos Históricos da UE, em Florença.⁹³ Aqui confrontámos o modelo de análise com os dados observáveis. Escolhemos os dados pertinentes para a verificação das hipóteses, delimitámos o campo das análises empíricas, seleccionando os CDE, e desenhámos os instrumentos de observação. Neste sentido, construímos uma amostra de CDE nos vinte e sete Estados-Membros. Para a análise desta amostra, elaborámos um questionário por inquérito aos responsáveis e aos utilizadores dos CDE.⁹⁴ Dentro desta amostra seleccionámos um número mais restrito de CDE para visitar a fim de realizar entrevistas aos seus responsáveis, de acordo com um guião, de modo a caracterizarmos as condições físicas dos espaços onde estes serviços se localizam, seguindo uma grelha de observação criada para o efeito.⁹⁵ Nesta fase, realizámos também novas entrevistas a funcionários do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão envolvidos nos procedimentos de acesso, por parte do público, aos documentos de cada uma destas instituições. Este contacto, foi ainda complementado com entrevistas a deputados do Parlamento Europeu responsáveis pela autoria de relatórios sobre o acesso aos documentos nas instituições europeias.⁹⁶

Resta-nos, agora, explicitar com maior detalhe estas técnicas de recolha utilizadas no pólo técnico, ou seja, os instrumentos através dos quais tomámos contacto com a

⁹³ A pesquisa em Bruxelas foi realizada de Março a Maio de 2007 e em Florença no mês de Junho do mesmo ano. Ver **Anexo II** *Distribuição dos meses de permanência em Portugal e no estrangeiro durante o período de bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia*.

⁹⁴ Ver **Anexo III** *Inquérito por questionário dirigido aos responsáveis dos CDE portugueses (versão portuguesa)*; **Anexo IV** *Inquérito por questionário dirigido aos responsáveis dos CDE estrangeiros (versão inglesa)*; **Anexo V** *Inquérito por questionário dirigido aos utilizadores dos CDE portugueses (versão portuguesa)*; **Anexo VI** *Inquérito por questionário dirigido aos utilizadores dos CDE estrangeiros (versão inglesa)*. A análise procurou abranger também um grupo de utilizadores potenciais de um CDE de uma Universidade portuguesa e, por isso, distribuímos um *Inquérito por questionário aos alunos de matérias europeias numa Universidade portuguesa*, **Anexo VII**.

⁹⁵ Para a etapa da observação, ver QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Op. cit.* p. 153-207. Ver **Anexo VIII** *Visitas aos Centros de Documentação Europeia* e **Anexo IX** *Guião das entrevistas aos responsáveis dos CDE*.

⁹⁶ Ver **Anexo I** *Entrevistas realizadas a actuais e a antigos funcionários das instituições europeias*.

realidade que escolhemos como objecto de estudo. Trataremos da observação, dos inquéritos e da análise de conteúdo.

A observação, entendida como técnica de exploração de tipo sistemático, voluntário, organizado, pretendido e deliberado, pode configurar-se como observação directa ou indirecta. Na observação directa, os dados são recolhidos pelo próprio investigador sem a intervenção consciente dos sujeitos observados. O investigador utiliza apenas um guia de observação, identificando todos os indicadores pertinentes a ter em conta, para se relacionar com o seu alvo de interesse.⁹⁷ A observação directa ocorre quando se tomam notas de factos, de gestos, de comportamentos, de acções ou de realidades físicas, que se verificam num dado momento ou numa dada situação.⁹⁸ Foi a técnica utilizada nas visitas aos CDE.

Já na observação indirecta o investigador recorre ao sujeito para obter a informação pretendida. Geralmente, o sujeito responde a perguntas, intervindo, por isso, na produção da informação. A informação recolhida é menos objectiva, havendo dois intermediários entre a informação procurada e a informação obtida: o sujeito que responde às perguntas do investigador e o instrumento contendo as perguntas, ou seja, um questionário ou um guião de entrevista.⁹⁹

Poderemos considerar como observação indirecta os inquéritos por questionário e os inquéritos por entrevista. Os inquéritos por questionário consistem em colocar a um grupo de inquiridos, representativos de uma população, um conjunto de perguntas relativas a uma situação, a opiniões, a comportamentos, a expectativas ou ao seu nível de conhecimento de uma dada realidade. Destinam-se ao levantamento de dados para sustentar um conhecimento fundamentado, bem como à verificação de hipóteses teóricas e à análise das correlações que essas hipóteses evidenciam. O questionário pode ser de administração directa, quando o inquiridor o preenche com base nas respostas dadas pelo inquirido, ou de administração indirecta se o próprio inquirido o preenche. O inquérito de administração indirecta pode ser entregue em mão ao inquirido pelo inquiridor ou ser enviado por correio postal ou electrónico. No segundo caso, já que o inquiridor não pode elucidar eventuais dúvidas suscitadas pelas perguntas, o número de respostas pode ser diminuto, tal como a sua fiabilidade. Esta técnica apresenta algumas desvantagens decorrentes da superficialidade das respostas, tornando inviável a análise

⁹⁷ QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Op. cit.* p. 164.

⁹⁸ DESHAIES, Bruno – *Metodologia da investigação em Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. ISBN 972-8329-95-4. p. 296.

⁹⁹ QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Op. cit.* p. 164.

de certos processos. Por outro lado, se a componente teórica não servir para a interpretação dos dados, os resultados apresentam-se frequentemente como simples descrições, omitindo a compreensão fundamentada. A análise estatística dos dados das respostas pré-codificadas será proveitosa, pois permite a comparação das respostas globais do grupo de inquiridos. Além disso, o questionário deve atender à caracterização dos entrevistados por forma a enquadrá-los no âmbito do seu contexto de vida. Será ainda importante ter em conta aspectos como a disponibilidade, a honestidade ou a consciência dos entrevistados e a sua influência nas respostas.¹⁰⁰ Esta técnica foi utilizada para o estudo dos CDE com um inquérito aos seus responsáveis e outro aos utilizadores.¹⁰¹

Os inquéritos por entrevista baseiam-se no contacto mediado entre o investigador e os seus interlocutores, facultando elementos de reflexão diversificados e enriquecedores. Na entrevista, o investigador assume uma posição de fraca directividade instaurando-se

[...] uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reacções, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objectivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e profundidade.¹⁰²

Naturalmente, durante a entrevista, o investigador deve sempre ter presente o quadro teórico da sua investigação, para contribuir com elementos enriquecedores do processo comunicativo. As entrevistas poderão ser de dois tipos: entrevistas semidirectivas ou semidirigidas e entrevistas centradas. As primeiras não são inteiramente abertas nem encaminhadas por um conjunto de perguntas explicitadas, existindo antes uma série de perguntas-guias, de tipo aberto, sobre as quais o inquirido deverá pronunciar-se abertamente e pela ordem que desejar. Aqui, o entrevistador irá intervir apenas para reencaminhar a entrevista para os objectivos cada vez que o entrevistado se afastar deles. Na entrevista centrada existe um conjunto de tópicos precisos relativos ao acontecimento ou à experiência em que o entrevistado participou e que se pretende analisar. Com base nas entrevistas poderemos reconstituir processos de

¹⁰⁰ *Idem, ibidem.* p. 188-191.

¹⁰¹ Na III Parte deste texto, iremos analisar os resultados obtidos nos questionários e faremos também uma abordagem à metodologia aplicada na sua elaboração e distribuição.

¹⁰² QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Op. cit.* p. 192.

acção, experiências, analisar problemas específicos, conhecer os sistemas de valores ou as referências normativas dos entrevistados, respeitando-se as suas linguagens e categorias mentais, graças à flexibilidade e à fraca directividade, obtendo-se elementos de análise profundos. No entanto, será necessário conceber métodos de análise dos dados recolhidos no momento em que se constrói o guião para a entrevista. Por outro lado, deveremos igualmente atender à artificialidade/espontaneidade do entrevistado e à relação que estabelece com o entrevistador.¹⁰³ Aplicámos esta técnica para o contacto com os responsáveis dos CDE, com os funcionários das instituições europeias e com os deputados do Parlamento Europeu.

Falta-nos, agora, abordar a análise de conteúdo que aplicámos a documentos textuais e não textuais veiculando mensagens muito diversas, desde artigos de revistas e monografias a documentos oficiais, de relatórios a declarações políticas ou a actas de reuniões bem como às entrevistas realizadas. Adoptámos a definição de análise de conteúdo apresentada por Maria Pinto Molina nestes termos: «[...] processo cognitivo de reconocimiento, descripción y representación del contenido documental».¹⁰⁴ A autora, embora reconhecendo o contributo de diversos domínios científicos para a análise de conteúdo, nomeadamente da Psicologia Cognitiva, da Lógica, das Teorias da Comunicação e sobretudo da Linguística Textual, bem como da Semiótica do Discurso, enfatiza as operações cognitivas levadas a cabo.

O texto enquanto unidade linguística não é uma simples sucessão de frases mas antes um todo onde se verifica encadeamento e unidade, ou seja, coesão e coerência. Por outro lado, constitui uma unidade estruturada em que os elementos se organizam de forma complexa em níveis distintos (estrutura superficial, estrutura profunda e estrutura esquemática). Para estudar o texto, será necessário ter em conta estes aspectos bem como as componentes formais e funcionais que determinam tipologias distintas, muito variáveis de acordo com os critérios classificatórios adoptados.¹⁰⁵ Vejamos, então, a metodologia proposta pela autora para levar a cabo a análise de conteúdo. Tratando-se de um processo unitário, lógico e sequencial, poderemos distinguir três fases: leitura/compreensão, análise e síntese.

¹⁰³ *Idem, ibidem.* p. 191-196.

¹⁰⁴ PINTO MOLINA, María – “Análisis documental de contenido”. In LOPÉZ YEPES, José, coord. – *Manual de ciencias de la documentación*. Madrid: Ediciones Pirámide, 2002. ISBN 84-368-1645.5. p. 419-447; citação da página 421.

¹⁰⁵ *Idem, ibidem.* p. 431-433.

A leitura é um processo de natureza interactiva que depende tanto do texto como do sujeito que o lê. Desdobra-se em procedimentos coordenados abrangendo operações de percepção, linguísticas e conceptuais, desenvolvendo-se mediante a aplicação contínua e simultânea de duas formas de processamento da informação, inversos e complementares, do âmbito da Psicologia Cognitiva: ascendentes/guidados por dados/indutivos (a leitura é de tipo linear, partindo exclusivamente do estímulo visual) e descendentes/orientados conceptualmente/dedutivos (parte-se do todo para as partes, aproveitando os “conhecimentos prévios” do leitor). No processo de leitura, não intervêm apenas os sinais que compõem o texto mas também aspectos cognitivos, incluindo a memória e a razão com operações de indução e de dedução ou de análise e síntese. Da leitura deverá resultar o estabelecimento de conexões entre os diversos elementos textuais, integrando os conhecimentos prévios do leitor e a informação implícita e explícita no texto conduzindo, então, à compreensão textual. A compreensão implica algumas ideias-chaves: a noção de que compreender é integrar e interpretar, é criar significado; envolve processos ascendentes e descendentes; a profundidade do processamento textual aumenta a sua compreensão; a perspectiva adoptada pelo leitor condiciona a compreensão. De facto, a compreensão textual não é linear, já que o entendimento de um segmento de discurso depende do entendimento dos segmentos seguintes. A compreensão dos enunciados linguísticos envolve quatro princípios fundamentais: a segmentação (todo o indivíduo é capaz de segmentar sinais do fluxo contínuo da língua), a categorização (relativa às formas das palavras e das suas categorias sintácticas), a combinação (capacidade de criar estruturas sintagmáticas) e a interpretação (atribuição de um significado a palavras e frases de acordo com as convenções estabelecidas).¹⁰⁶

A análise fundamenta-se na memória, pois esta permite-nos integrar a informação no nosso sistema de conhecimentos. Assim, com base nos dados fornecidos pelas diversas leituras, poderemos iniciar a análise efectuando primeiro operações de selecção e depois de interpretação. No momento da selecção, procedemos à segmentação do texto que, por vezes, leva à reescrita segmentada com o objectivo de eliminar as frases ou palavras irrelevantes para a análise. Trata-se, portanto, de um processo negativo que leva à contracção do texto centrando-o nos elementos relevantes. Depois de seleccionado (contraído e reduzido) o texto deve ser interpretado, atribuindo-se-lhe um

¹⁰⁶ *Idem, ibidem.* p. 439-441.

significado em grande medida subjectivo. Na verdade, o êxito deste acto de interpretação depende da simetria ou da assimetria entre os processos de produção e de interpretação que exigem dos indivíduos competências diversas em termos de comunicação e de interpretação. A este propósito, Maria Pinto Molina refere:

En esta competencia semiolingüística debemos diferenciar el componente *lingüístico*, compuesto por los diferentes ordenes de organización del lenguaje y sus diferentes ingenios conceptuales; el componente *situacional*, basado en las situaciones sociolingüísticas representativas de las prácticas sociales; y el componente *discursivo*, derivado de la combinación de los diferentes ingenios conceptuales generadores de múltiples efectos discursivos de acuerdo con las intenciones comunicativas.¹⁰⁷

A última fase diz respeito à síntese, isto é, à arte de redigir um texto, com base na análise, retratando a estrutura profunda do documento alvo, ou seja, reconstruindo o documento original numa escala reduzida e adaptando-a ao contexto que motivou o desenvolvimento da análise de conteúdo. Note-se que a autora considera que esta será a tarefa suprema do documentalista, já que a sua explanação da metodologia de análise de conteúdo serve para elaborar resumos ou fazer classificação ou indexação.¹⁰⁸ Não sendo esse o nosso intento ao longo do trabalho, pensamos, contudo, que a metodologia apresentada será proveitosa na análise das nossas fontes.

1.4.4. O pólo morfológico: apresentação dos resultados

No pólo morfológico ocorre a objectivação da problemática com a organização e apresentação dos resultados. Trata-se, portanto, de um momento fundamental, simultaneamente quadro operativo, prático, da representação, da elaboração e da estruturação dos objectos científicos, sendo que «Ce pôle figure le plan d'organisation des phénomènes, les modes d'articulation de l'expression théorique objectivée de la problématique de la recherche».¹⁰⁹ Nesta estruturação do objecto científico intervêm três características fundamentais: a exposição, a causação e a objectivação. Ao nível da exposição, verifica-se a apresentação de teses ou de fenómenos, de conceitos ou de propostas, de factos ou de leis, com a participação conjunta da formalização, da abstracção e da conceptualização.¹¹⁰ Já na causação, ocorre a escolha de um tipo de

¹⁰⁷ *Idem, ibidem.* p. 443.

¹⁰⁸ *Idem, ibidem.* p. 443-444.

¹⁰⁹ DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc – *Op. cit.* p. 151.

¹¹⁰ *Idem, ibidem.* p. 152-157.

causalidade (causalidade simples ou múltipla, determinação unívoca ou múltipla) para ligar os fenómenos, os efeitos, as situações ou os factos. Aqui, manifesta-se «[...] une cohérence logique et/ou significative qui articule les faits scientifiques en une configuration opératoire».¹¹¹ Surge, então, o problema do atomismo ou do holismo, da explicação ou da compreensão. Como realçam Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva, no campo da Ciência da Informação

[...] deve resultar uma posição atomista na explicação e/ou uma posição holista na compreensão. Note-se que o conhecimento da Informação (fenómeno e processo) se compatibiliza com ambas as posições, assumidas em simultâneo. Com efeito, a dinâmica da investigação visa isolar, pela explicação, invariantes ou leis, enquanto pela compreensão procura alcançar um significado totalizante do processo informacional.¹¹²

Por fim, o pólo morfológico distingue-se pela sua capacidade de objectivação que pode processar-se de dois modos: como uma cópia do real (representação do objecto como transcrição fiel) ou como simulação do real (criação de modelos fantasmas que tentam dar um novo sentido à problemática). Concretiza-se um campo de interobjectividade onde a crítica intersubjectiva dos investigadores poder ter um papel aferidor.¹¹³

Assim, neste pólo iniciámos a análise das informações recolhidas, comparando os resultados observados com aqueles que tinham sido identificados com expectáveis através da formulação das hipóteses, tendo por base a análise estatística dos dados dos questionários por inquiridos e a sua análise de conteúdo, das entrevistas e das fontes documentais.¹¹⁴ Chegámos, por fim, à etapa das conclusões onde tentámos sintetizar o conhecimento do objecto que o percurso de investigação nos facultou.

¹¹¹ *Idem, ibidem.* p. 158-161; citação da p. 158.

¹¹² SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais... (op. cit.)*. p. 90.

¹¹³ DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc – *Op. cit.* p. 161-165.

¹¹⁴ Para a etapa da análise das informações, ver QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Op. cit.* p. 209-239.

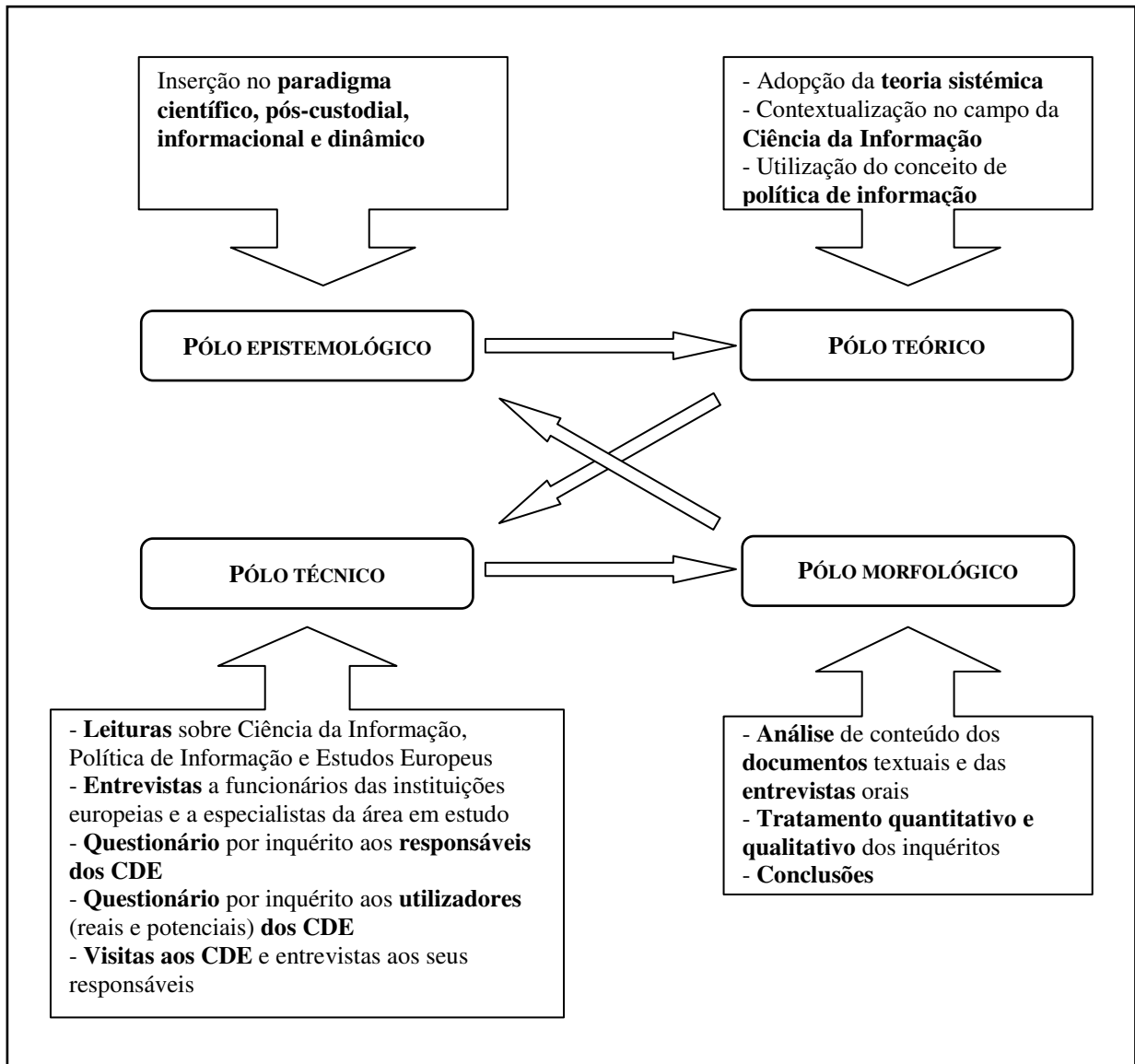


Figura I-2: *Esquema da metodologia quadripolar de investigação aplicada*

CAPÍTULO II

POLÍTICA DE INFORMAÇÃO: REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO OPERATÓRIO

Reconhecendo a importância, para qualquer trabalho científico, do esclarecimento das suas bases paradigmáticas e conceptuais, iremos agora analisar as políticas de informação enquanto campo de estudo. Estabelecemos, por isso, como objectivos deste capítulo: fazer uma breve descrição da origem histórica e do desenvolvimento das políticas de informação; analisar as orientações conceptuais mais relevantes sobre o âmbito das políticas de informação além de apresentar as metodologias de abordagem usadas pelos estudiosos desta área. Procurámos ainda situar a análise das políticas de informação no campo da Ciência da Informação. Esperamos, assim, contribuir para a compreensão do que são as políticas de informação e quais as suas características.

Esta ênfase na definição da expressão política de informação justifica-se pela importância do esclarecimento do conceito operatório central deste trabalho. Assim, também aqui, o aprofundamento dos aspectos conceptuais ajudará a evitar equívocos derivados da superficialidade terminológica. Por outro lado, a questão conceptual não constitui uma área de interesse apenas em termos académicos, já que a definição do conceito de políticas de informação terá necessariamente influência sobre o seu âmbito de aplicação e sobre o seu conteúdo. Além disso, o elucidar do âmbito conceptual ajuda a compreender e a representar diferentes abordagens acerca das políticas de informação permitindo enquadrar a nossa própria abordagem.

II.1. Abordagem diacrónica às políticas de informação

Existem estudos, em particular para o caso da Espanha, que fazem remontar as políticas de informação ao século XVIII, altura em que foram criadas as primeiras bibliotecas reais e em que alguns eruditos elaboraram reflexões explicitando as suas ideias para a configuração de um “sistema bibliotecário nacional”. No entanto, a política de informação, ou melhor, a política de documentação, só teria verdadeiramente tomado forma no XIX, em consequência da espoliação dos bens da Igreja durante as revoluções liberais, com a nacionalização das suas bibliotecas e arquivos, criando as condições para o desenvolvimento das bibliotecas de leitura pública.¹¹⁵ Deveremos, contudo, observar que não existe a preocupação de definir com rigor o âmbito da política de documentação, assimilando-a simplesmente a uma componente da política cultural, ao invés de traçar os momentos de coincidência entre os dois campos, ilustrando uma orientação patrimonial e custodial com contornos marcadamente historicistas. Os traços gerais da acção nesta área apontavam para preocupações de inventariação de conjuntos patrimoniais dignos de conservação, servindo os interesses culturais da burguesia vencedora das revoluções liberais.

Para o território da América do Norte, Peter Herson e Harold C. Relya fazem remontar as políticas de informação à chegada dos primeiros colonos europeus, os quais trouxeram consigo as suas tradições e as expectativas correspondentes no que diz respeito ao acesso à informação. A influência inglesa a este respeito foi determinante para a estrutura do sistema legal e para a redacção da Constituição. Os autores citados consideram mesmo que a Convenção de Filadélfia, de 1787, representa um acontecimento enquadrável no âmbito das políticas de informação. Por outro lado, a Constituição dos Estados Unidos da América atribui ao Congresso alçada sobre algumas áreas, identificadas por Herson e Relya como estando directamente relacionadas com as questões da informação:

[...] “to establish Post Offices and Post Roads”, to “promote the Progress of Science and useful Arts, by securing for limited Times to Author and Inventors the exclusive Right to their Respective Writings and Discoveries”, to “make Rules for

¹¹⁵ Cf. o estudo levado a cabo para o contexto espanhol por GARCIA LÓPEZ, Genaro Luís – *Libros para no leer: el nacimiento de la política documental en España*. Gijón: Trea, 2003. ISBN 84-9704-101-1; em particular os capítulos I e II. Ver também FERNÁNDEZ BAJÓN, María Teresa – “Desarrollo legislativo y estructuras administrativas en materia de política documental en España en el siglo XIX: de la constitución de Cádiz de 1812 al reinado de Isabel II”. In *Primer congreso universitario de ciencias de la documentación* [em linha]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2000. [Acedido 09.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Mfbajon1.pdf>>.

the Government and Regulation of the land and naval Forces” (Article I, Section 8, clauses 7,8 and 14) and to “make all needful Rules and Regulations respecting the Territory or other Property belonging to the United States” (Article IV, Section 3, clause 2).¹¹⁶

Trata-se de uma visão muito abrangente das políticas de informação incluindo a infra-estrutura de comunicação, com a inclusão dos correios, a associação entre informação e progresso científico ou a segurança da informação militar. Todavia, poderemos questionar se, de facto, estas prescrições contidas na constituição americana eram percebidas à época como componentes da política de informação ou se estavam antes relacionadas com questões de direitos individuais, com aspectos de comunicação ou de ordem militar.

Porém, a maioria dos autores situa o início das políticas de informação, nos países ocidentais desenvolvidos, no período do pós II Guerra Mundial.¹¹⁷ De facto, é então que se começa a perceber o acesso e o uso da informação como uma componente importante da segurança nacional ou da propriedade intelectual. Por outro lado, o acesso à informação científica e tecnológica passa a ocupar um lugar central no desenvolvimento da economia dos países ocidentais, na medida em que constitui um pilar da inovação e, por isso, uma condição essencial para a promoção da competitividade. Verifica-se, então, uma mudança significativa claramente apontada por Peter Herson e Harold C. Relyea:

For long time, information policy has been viewed and formulated in a context of civil liberties and citizen rights in a democracy. This value will continue to be important, but is being joined by somewhat competing factor of information having economic worth, particularly when government information is increasingly available in electronic formats which are attractive to information industry marketers.¹¹⁸

Apesar deste papel pioneiro do Ocidente, não deveremos esquecer que, a partir de meados da década de 30, do século XX, Shiyali Ramamrita Ranganathan, trabalhou na

¹¹⁶ HERNON, Peter; RELYEA, Harold – “Information policy”. In KENT, Allen, ed. – *Encyclopedia of library and information science*. New York: M. Dekker, 1991. ISBN 0-8247-2048-2. Vol 48. Sup. 11. p. 179.

¹¹⁷ Sobre as datas mais relevantes no campo da política de informação, nos países desenvolvidos, até ao final da década de oitenta, ver HILL, Michael – *National information policies: a review of the situation in seventeen industrialized countries, with particular reference to scientific and technical information*. The Hague: Fédération Internationale d’Information et de Documentation; United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. 1989. ISBN 1-85739-155-1. p. 13-23.

¹¹⁸ HERNON, Peter; RELYEA, Harold – “Information policy”. In KENT, Allen, ed. – *Encyclopedia of Library... (op. cit.)*. p. 200.

concepção e implementação de uma política nacional de informação na Índia. De facto, este autor, a par de um trabalho inovador em bibliotecas universitárias e de uma reflexão teórica para fundamentar a Biblioteconomia em bases científicas, concebeu um sistema bibliotecário nacional para a Índia alicerçado nas bibliotecas públicas, urbanas e rurais, e numa biblioteca central nacional, mas incluindo também bibliotecas regionais que ocupariam o lugar intermédio num sistema hierárquico. Este sistema modelo inspirava-se e procurava dar cumprimento às cinco leis da Biblioteconomia formuladas pelo mestre indiano: os livros existem para serem lidos; a cada leitor o seu livro; a cada livro o seu leitor; poupar tempo ao leitor; a biblioteca é um organismo em crescimento.

Em 1950, as suas orientações, apresentadas como uma lei modelo para as bibliotecas da União Indiana, foram publicadas pela universidade de Delhi com o sugestivo título *Library development plan: thirty years programme for India*, indicando tratar-se de um plano de longo alcance em termos temporais.¹¹⁹ Em 1964, Ranganathan editou uma versão actualizada deste plano com base nos dados dos censos de 1961 e com projecções até à década de 1980. Formulou, então, uma teoria pragmática de planificação de sistemas bibliotecários assente em dois conceitos complementares: o sistema bibliotecário unitário (sistema bibliotecário gerido por uma única agência, capaz de auto-financiamento, vocacionada para a compra e tratamento de documentos, com bibliotecas sucursais e outras unidades) e o sistema bibliotecário federal (sistema composto por bibliotecas independentes ou vários sistemas bibliotecários unitários que cooperam uns com os outros em certos domínios ou actividades, como a selecção de documentos, o empréstimo inter-bibliotecário e a centralização de certos processos técnicos como a catalogação ou a classificação).¹²⁰

Será interessante notar a preocupação de Ranganathan para desenvolver uma verdadeira rede coordenada de unidades de informação complementares, de tipologias diversas, de maneira a cobrir todo o território indiano de pontos de acesso à informação, por si percebida como uma mais-valia em termos económicos e sociais. De realçar ainda que as suas propostas se baseavam no exemplo dos países ocidentais mais desenvolvidos à época, como os EUA, o Reino Unido ou a Suíça e a Dinamarca, mas

¹¹⁹ BARUA, B. P. – “Towards a national policy on library and information systems”. In ALL INDIA LIBRARY CONFERENCE, XXXVII, Madras, 1991 – *National information policies and programmes*. Delhi: Indian Library Association, 1991. ISBN 81-85216-24-X. p. 5-7.

¹²⁰ GROLIER, Eric de – “Perspectivas en política bibliotecaria y de información y la herencia de Ranganathan”. *Boletín de ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XLIII, n.º 1 (1993), p. 69-83. Em particular p. 70-75.

que foram adaptadas à realidade indiana com base em dados contextuais e em reflexões teóricas.

Entretanto, no Ocidente, na década de 1960, a política de informação centra-se, essencialmente, nas questões relacionadas com a difusão da informação científica e tecnológica. O Relatório Weinberg, reacção dos EUA ao lançamento do Sptunik pela URSS, foi o documento impulsionador deste movimento. De facto, o relatório, concluindo que a informação científica tinha uma deficiente circulação em termos mundiais, responsabiliza o governo e a comunidade científica pela sua transferência. Este relatório intitulado *Science, government, and information: the responsibilities of the technical community and the government in the transfer of information*, tornou-se conhecido pelo nome do seu relator, Alvin M. Weinberg, director do Oak Ridge National Laboratory. Prevendo o crescimento exponencial da informação como uma ameaça à ciência, o relator defende que a organização da circulação da informação constituía uma vertente inerente à investigação. Neste contexto, a comunidade científica precisava de ajuda para aceder à informação pertinente no momento requerido. Deveremos notar que ao longo do texto é sempre utilizada a expressão informação, pois é com ela que o cientista trabalha e não com o documento. Poderemos citar, a este propósito, a seguinte afirmação: «[...] the basic problem of literature access can be considered a switching problem – switching information, not documents. The basic need is to connect each customer, as nearly as possible, to the information he needs [...]». Para concretizar este intento, propõe-se a criação de unidades de informação para gerir a organização e o acesso ao conhecimento científico.¹²¹

Este documento influenciou de maneira significativa a abordagem à área da informação de muitos países. Assim, por exemplo, na então denominada República Federal da Alemanha, entre 1974-1977, é posto em prática o primeiro Programa da

¹²¹ UNITED STATES. PRESIDENT'S SCIENCE ADVISORY COMMITTEE – *Science, government, and information: the responsibilities of the technical community and the Government in the transfer of information: a report*. Washington, U.S. Government Printing Office, 1963; citação da p. 30. Em 1988, Alvin M. Weinberg publicou um artigo recordando a elaboração do relatório de 1963 e reflectindo sobre a forma como foi recebido pelo meio científico e pela comunidade bibliotecária da época, além de proceder a uma análise crítica ao conteúdo do documento, cf. WEINBERG, Alvin M. – “Science, government, and information: 1988 perspective”. *Bulletin of the medical library association*. ISSN 0025-7338. Vol. 77, n.º 1 (1989), p. 1-7. Sobre o relatório Weinberg, ver a análise de GÓMEZ, Maria Nélide González de – “As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação”. *Ciência da informação*. ISSN 0100-1965. Vol. 32, n.º 1 (2003), p. 63-66. Para um resumo dos principais documentos publicados pelos governos norte-americanos relativos à política de informação até à década de 1980, ver SMITH, Kent – *Federal information policy: putting it all together* [em linha]. 1998. [Acedido 11.05.2006]. Disponível na WWW: <http://63.151.46.161/publications/mc_lecture_1998.htm>.

Informação e Documentação.¹²² Em Portugal, já em 1967, Adelino Calado propunha a criação de um Centro Nacional de Documentação, à imagem dos exemplos norte-americano e russo.¹²³ No entanto, foram necessários alguns anos ainda para que a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica promovesse a elaboração de um estudo, publicado em 1970, sobre a realidade nacional no seu âmbito nacional.¹²⁴ Neste trabalho, onde participaram alguns documentalistas, considerava-se não ser possível o progresso científico e tecnológico sem o apoio do “sector da documentação e informação”. O objectivo era definir os parâmetros necessários ao desenvolvimento de uma Rede Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (RNICT) a partir dos ensinamentos retirados da análise da situação em vários países da OCDE.¹²⁵ Esta RNICT devia dar corpo à política portuguesa de informação científica e técnica, servindo como estrutura-motor ao desenvolvimento tecnológico, o qual, por seu lado, sustentaria o desenvolvimento económico. Mas nesta relação a informação constituía um «[...] um elemento tão altamente dinamizador que pode condicionar todas as acções de investigação necessárias para se atingir o desenvolvimento económico pretendido».¹²⁶ No relatório, fazia-se já referência ao tratamento automático da informação procurando aproveitar-se a experiência de outros países nesta matéria. No entanto, em 1985, Rodrigo Magalhães caracterizava a situação nacional nestes termos: «[...] Portuguese

¹²² CANISIUS, Peter – “Para uma política de informação: a experiência da RFA”. *Cadernos BAD*. ISSN 0007-9421, n.º 3 (1984), p. 81-88. Sobre o caso alemão, ver também ABBEL, Robert – “The West German information policy: results of the first and plans for a second governmental programme”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 38, n.º 8 (1986), p. 249-256 e STROETMANN, Karl A.; SCHWUCHOW, Werner – “Information policy in the Federal Republic of Germany: development, analysis, perspective”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 18, n.º 3 (1992), 161-170.

¹²³ CALADO, Adelino – “Investigação e documentação a nível nacional”. *Cadernos BAD*. Vol. 4, n.º 4 (1967), p. 170-179. Em 1971, o mesmo autor publicou um artigo com uma descrição detalhada de um sistema provincial de informação científico-técnica para a província de Angola, cf. CALADO, Adelino – “Plano de um sistema provincial de informação científico-técnica”. *Cadernos BAD*. Vol. 8, n.º 3 (1971), p. 121-143.

¹²⁴ PORTUGAL. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO. JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – *Política portuguesa de informação científica e técnica: contribuição para o estabelecimento da rede nacional*. Lisboa: [s. n.], 1970.

¹²⁵ De facto, depois da II Guerra Mundial, a OCDE teve um papel significativo no incremento de uma política de informação científica e tecnológica nos países da Europa Ocidental. Sobre o papel da NATO e da OCDE na política científica e tecnológica, ver RUIVO, Beatriz – *As políticas de ciência e tecnologia e o sistema de investigação*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998. ISBN 972-27-0883-X. p. 92-102. Tratando apenas da política científica e tecnológica, a autora não aborda a questão das políticas de informação. No entanto, a ligação de ambas as áreas poderia trazer mais-valias em termos de conhecimento.

¹²⁶ PORTUGAL. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO. JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – *Op. cit.* p. 3.

library and information services (LIS) can be characterized by three main features: lack of co-ordination, poor co-operation and isolation of the professionals».¹²⁷

Nos anos setenta, a UNESCO deu um novo impulso ao sector dos serviços de informação com o lançamento dos programas UNISIST (World Science Information System), NATIS (National Information System) e PGI (General Information Programme).¹²⁸ Promoveu, assim, a adopção de novas ideias, políticas e actividades através da realização de três grandes conferências intergovernamentais: a UNISIST I (1971), a NATIS (1974) e a UNISIST II (1979), bem como através da publicação de boletins, manuais, guias, actas e normas.¹²⁹

O UNISIST foi um programa, estudado desde Janeiro de 1971 e iniciado em 1972, com a missão de criar um sistema de informação científica mundial, não se restringindo às unidades de informação, vistas apenas como uma das componentes do sistema.¹³⁰ Em 1974, a UNESCO lançou o NATIS, com o apoio de organizações não-governamentais internacionais, representando bibliotecários, arquivistas e documentalistas, para criar um sistema mundial de informação com base em planos governamentais nacionais para o desenvolvimento das unidades de informação. No entanto, a coexistência do UNISIST e do NATIS fazia pouco sentido e, em 1976, ambos se fundiram no General Information Programme (PGI).¹³¹ Mas o trabalho da UNESCO vinha já desde a década de 50, com incentivo à criação de centros nacionais de

¹²⁷ MAGALHÃES, Rodrigo – “Change in library and information services: some thoughts on the Portuguese scene”. *Aslib Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 37, n.º 4 (1985) p. 184.

¹²⁸ Para um elenco das iniciativas da UNESCO em matéria de políticas de informação, ver GÓMEZ FERNÁNDEZ-CABRERA, Jesús – “Políticas de información y documentación en España”. In GARCIA GUTIERREZ, A., ed. – *Introducción a la documentación informativa y periodística*. Sevilla: Editorial Mad, 1999. ISBN 84-8311-460-7. p. 155-185; em especial o ponto 3.1.

¹²⁹ Em termos editoriais, a actividade da UNESCO foi muito abundante e significativa, destacando-se os seguintes documentos: UNESCO – *Information policy objectives: UNISIST proposals*. Paris: UNESCO, 1974; KEREN, Carl – *Guidelines on the planning of national scientific and technological information systems*. Paris: UNESCO, 1975; D’OLIER, Jacques H.; DELMAS, Bruno F. – *Planning national information structures for documentation, libraries and archives: outline of a general policy*. Paris: UNESCO, 1975; ADAMS, Scott – *Information policy for development: national and international responsibilities*. Paris: UNESCO, 1976; TELL, Björn V. – *Design and planning of national information systems: a paper for government planners*. Paris: UNESCO, 1976; URQUHART, D. J. – *National information policy*. Paris: Unesco, 1976; ATHERTON, Pauline – *Manuel pour les systèmes et services d’information*. Paris: UNESCO, 1977. ISBN 92-3-201457-2; WESLEY-TANASKOVIC, Ines – *Principes directeurs relatifs aux politiques nationales de l’information: portée, formulation et mise en œuvre*. Paris: UNESCO, 1985.

¹³⁰ Sobre uma perspectiva portuguesa do Programa UNISIST, ver PEIXOTO, Jorge – “Sistema mundial de informação científica: o UNISIST e a sua reunião de Paris, Outubro de 1971”. *Cadernos BAD*. Vol. 8, n.º 3 (1971), p. 113-120.

¹³¹ GRAY, John – *National information policies: problems and progress*. London: Mansell, 1988. ISBN 1-85739-155-1. p. 12-13. Sobre as inúmeras iniciativas concretizadas no âmbito do PGI em vários países da América Latina, ver MOLINO, Enzo – *Políticas de información en América Latina y el Caribe: estudio en siete países de la región* [em linha]. México: [s. n.], 1992. [Acedido 09.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://infolac.ucol.mx/documentos/politicas/27.pdf>>.

informação, os quais tiveram um papel determinante na definição de políticas de informação e na implementação de sistemas de ciência e tecnologia.¹³²

Verifica-se, portanto, que o processo de construção das políticas de informação deu prioridade, nos anos sessenta e setenta, ao desenvolvimento científico e tecnológico. Já nos anos oitenta, centrou-se na implementação da infra-estrutura de informação, assente nas telecomunicações.¹³³ Na década seguinte, a preocupação incide, sobretudo, nos desafios da adaptação ao novo contexto da Sociedade da Informação. Portanto, o campo de intervenção das políticas de informação foi-se alargando porque, como notou L. J. Anthony, em 1981,

[...] a national information policy which relate only to the information resources of documentation centres and libraries is totally inadequate for present needs in Western countries, yet still it colours a good deal of current thinking on the subject. Events during the last ten years, and particularly the rapid developments in information technology, have conspired to create a climate in which an overall and wide-ranging national policy covering all aspects of information provision has become a matter of some urgency.¹³⁴

No entanto, ainda nos anos noventa e no novo milénio, alguns países do terceiro mundo continuavam a centrar o seu sistema de informação nas bibliotecas, arquivos e centros de documentação, vendo-o como um elemento importante para o progresso económico, social e político.¹³⁵

¹³² Este incentivo da UNESCO foi particularmente significativo em alguns países. Para o caso brasileiro, ver AUN, Marta Pinheiro – *Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. Tese de doutoramento, p. 70-72. Para uma descrição geral das actividades da UNESCO no que toca à área da informação, ver SILVA, Luiz António Gonçalves da – “Políticas e programas de informação e documentação da UNESCO e fontes para o seu estudo”. *Informação & Sociedade: Estudos* [em linha]. Vol. 4, n.º 1 (1994). [Acedido 21.09.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/pdf/IS419407.pdf>>. ISSN 0104-0146. Ver ainda CRUZ-RAMOS, Rosalba; ZETTER-LEAL, Julio – “Las políticas de información de la Unesco y su repercusión en América Latina”. *Revista española de documentación científica*. ISSN 0210-0614. Vol. 15, n.º 4 (1992), p. 340-358.

¹³³ Para uma visão genérica das políticas de informação, durante a década de oitenta, da Austrália, do Canadá, da República Federal da Alemanha, da França, do Japão e do Reino Unido, ver HADDOCK, Michael J. – “A comparative analysis of national information policy in six industrialized nations”. In TALLMAN, J. L.; OJAMBO, J. B., eds. – *International doctoral student conference, University of Pittsburgh, September 23–25, 1988: translating an international education to a national environment*. London: Scarecrow Press, 1990. ISBN 0-8108-2072-2. p. 45-56.

¹³⁴ ANTHONY, L. J. – “A national information policy for the United Kingdom”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 33, n.º 3 (1981), p. 74.

¹³⁵ ODINI, Cephas – “An overview of information systems in Kenya”. *Library review*. ISSN 0024-2535. Vol. 42, n.º 5 (1993), p. 44-49; KARGBO, John Abdul – “The need for a library and information policy in Sierra Leone”. *Library and information policy*. ISSN 0024-2535, Vol. 56, n.º 4 (2007), p. 323-329.

Contudo na Sociedade da Informação, sobretudo com o desenvolvimento e a difusão das TIC, tornou-se evidente que cada país necessitava de uma estratégia definida para conseguir uma posição favorável neste novo contexto, dando um impulso renovado à abordagem político-estratégica e à preocupação com as políticas de informação.¹³⁶ Por exemplo, na Islândia, só depois de 1995 é que o governo procurou formular e pôr em prática uma efectiva política de informação com base em dois projectos estruturantes: uma subscrição nacional à *Encyclopaedia Britannica* e à *Web of Science*, além da criação de uma base de dados nacional no sector da saúde.¹³⁷ Foi também o caso do Reino Unido, onde a partir da última década do século XX, para responder aos novos desafios colocados pelos avanços das TIC e pelo crescimento da Internet, sob o impulso da UE, o país começou a formular uma política de informação através de instrumentos formais e de estudos de médio e longo alcance.¹³⁸

Nick Moore considera que, na actual Sociedade da Informação, os Estados apresentam uma grande similitude em termos de objectivos para as políticas de informação, apesar dos mecanismos para os concretizar poderem diferir substancialmente.¹³⁹ No entanto, como demonstra Yan Quan Lui, esta assunção não se aplica a países com sistemas políticos e culturais muito diferentes como, por exemplo, os EUA e a República Popular da China.¹⁴⁰ Mas, em termos globais, e seguindo Nick Moore, podemos considerar que o primeiro objectivo diz respeito à criação de uma infra-estrutura de telecomunicações eficiente para a comunicação dos indivíduos e das

¹³⁶ ALMADA DE ASCENCIO, Margarita – “Las políticas de información en un mundo globalizado: mesa redonda”. In *Congreso internacional de información: info'97* [em linha]. [Acedido 03.02.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.congreso-info.cu/UserFiles/File/Info/Info97/Ponencias/206.pdf>>.

¹³⁷ OLAFSSON, Svein – “Information policy disputes in Iceland”. *The international information & library review*. ISSN 1057-2317, n.º 34 (2002), p. 70-95. Não poderemos deixar de comparar a iniciativa de subscrição à *Encyclopaedia Britannica* e à *Web of Science* com o projecto português da Biblioteca on-line do Conhecimento.

¹³⁸ SAXBY, Stephen – “A UK national information policy for the electronic age”. *Law, computers & technology*. ISSN 1360-0869. Vol. 10, n.º 1 (1996), p. 105-135.

¹³⁹ Este autor realizou vários estudos comparando os objectivos e as iniciativas desencadeadas por países da União Europeia e da Ásia a fim de concretizar uma verdadeira Sociedade da Informação, ver MOORE, Nick – *The international framework of information policies* [em linha]. Taunton, UK: Acumen Research and Consultancy Ltd, 2004. [Acedido 30.05.2005]. Disponível na WWW: <http://www.acumenuk.co.uk/papers/the_international_framework_of_information_policies.php>. Ver também MOORE, Nick – “The British national information strategy”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 24, n.º 5 (1998), p. 337-344 e MOORE, Nick – “The information policy agenda in East Asia”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 23, n.º 2 (1997), p. 139-147. Para uma comparação das opções de vários países da União Europeia, ver o trabalho de AUN, Marta Pinheiro – *Op cit.* p. 69-152.

¹⁴⁰ LIU, Yan Quan – “The impact of national policy on developing information infrastructure nationwide: issues in P.R. China and the U.S.” In IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 62nd, Beijing, 25-31.08.1996 – *The challenge of change: libraries and economic development* [em linha]. [Acedido 15.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/IV/ifla62/62-liuy3.htm>>.

organizações.¹⁴¹ A meta será transformar essa rede num serviço universal capaz de lidar com quantidades cada vez maiores de informação digital. O segundo objectivo prende-se com a promoção da competitividade e da produtividade industrial e comercial através da utilização da informação enquanto um recurso, retomando a perspectiva formulada nos anos sessenta e setenta acerca da importância da informação para o progresso global. Na opinião de Nick Moore, os ganhos de produtividade poderão decorrer de vários factores, tais como uma melhor aplicação da investigação para acelerar a inovação, através da informatização de processos administrativos ou através da aplicação de técnicas de gestão da informação.¹⁴² As organizações tornar-se-ão individualmente mais competitivas, o que terá um reflexo geral na economia «[...] by moving into more information-intensive operations that increase the value-added by each worker and, in so doing, bring about increases in *per capita* incomes».¹⁴³ No entanto, para concretizar este objectivo é necessário preencher um pré-requisito que constitui, também, o terceiro objectivo das políticas de informação na Sociedade da Informação. Trata-se da necessidade de todos os indivíduos possuírem competências tecnológicas e informacionais, remetendo para a área da educação e da formação. Além disso, considera-se que a Sociedade da Informação tende a favorecer a harmonia e a coesão social tanto nos países desenvolvidos como nos países mais desfavorecidos. De facto, nos países desenvolvidos, os políticos apresentam a Sociedade da Informação como um meio para resolver problemas como o desemprego ou as desigualdades sociais. Nos países menos desenvolvidos, a coesão social também é apresentada como um dos potenciais benefícios da Sociedade da Informação, na medida em que realizará o desenvolvimento económico, favorecerá uma distribuição mais equitativa da riqueza, diminuirá as disparidades entre as áreas rurais e citadinas, ou entre ricos e pobres, e

¹⁴¹ Existem numerosos estudos de âmbito nacional, ver, por exemplo, no caso da África da Sul VAN AUDENHOVE, Leo – *Towards an integrated information society policy in South Africa: an overview of political rhetoric and policy initiatives: 1994-2000* [em linha]. 2003. [Acedido 22.02.2006]. Disponível na WWW: <http://www.hsrepress.ac.za/user_uploads/tbIPDF/2059_00_Towards_Integrated_Information_Society_Policy_SA.pdf>.

¹⁴² Sobre as políticas de ciência, tecnologia e inovação na Sociedade da Informação, ver ALBAGLI, Sarita – “Sociedade da Informação e do Conhecimento: novos desafios às políticas de informação e ciência, tecnologia e inovação” [em linha]. In CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XIII, Recife, 2007. [Acedido 28.02.2008]. Disponível na WWW: <http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT22%20Sociedade%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Sociedade%20do%20Conhecimento/Microsoft%20Word%20-%20SAlbagli_SBS_2007.pdf>.

¹⁴³ MOORE, Nick – “Neo-liberal or dirigiste? Policies for an Information Society”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy: proceedings of a workshop held at Cumberland Lodge, Windsor Great Park, 22-24 July 1996*. London: Bawker Saur, 1997. ISBN 1-85739-179-9. p. 91.

ajudará à harmonia racial e religiosa.¹⁴⁴ Por outro lado, as políticas de informação na Sociedade da Informação, através de infra-estruturas de comunicação cada vez mais poderosas, permitirão um maior nível de informação e de participação democrática. Mas para além deste objectivo político, deveremos, igualmente, atender a aspectos de ordem cultural, valorizando e reforçando a cultura nacional de cada país em termos internos, bem como do ponto de vista externo.¹⁴⁵

Assim, actualmente, a política de informação deve ter como objectivo o desenvolvimento do sector tecnológico, em particular das tecnologias de comunicação, de telecomunicação e da informática para criar uma infra-estrutura de informação considerada um motor de progresso económico e social. Neste cenário, a Internet torna-se a materialização mais visível dessa convergência e constitui, portanto, uma nova componente das políticas de informação.¹⁴⁶ Todavia, como já referimos, nas actuais economias baseadas na informação e no uso intensivo da Internet, a competitividade deriva, em grande medida, das competências informacionais dos indivíduos, o que remete para aspectos educacionais, não só de literacia básica mas também de literacia da informação.¹⁴⁷ Em 1979, Kent já referia:

Even if the flow of information were wholly unimpeded the capacity of individual or groups to use it is unequal. This is at least because information is the feedstock of knowledge and not knowledge itself. As the feedstock it must be further processed, refined and recombined and those with the equipment to do these jobs well, will, in general enjoy an advantage over those who do not. It seems to me, and perhaps it is self-evident, that it is not information itself that confers power. Rather it is the possibility of the control of the flow and processing of information that affords the opportunity to use information for power.¹⁴⁸

¹⁴⁴ Para uma comparação de diferentes abordagens nacionais à Sociedade da Informação, ver RODRIGUES, Georgete Medleg; SIMÃO, João Batista; ANDRADE, Patrícia Simas de – “Sociedade da Informação no Brasil e em Portugal: um panorama dos Livros Verdes”. *Ciência da informação*. ISSN 0100-1965. Vol. 32, n.º 3 (2003), p. 89-102. Para uma análise mais detalhada da realidade portuguesa no que toca à Sociedade da Informação, ver CORREIA, Ana Maria Ramalho – “Moving towards an information society in Portugal”. *Anales de documentación*. ISSN 1575-2437, n.º 2 (1999), p. 49-62.

¹⁴⁵ MOORE, Nick – “Neo-liberal or dirigiste?...”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy... (op. cit.)*. p. 90-92.

¹⁴⁶ EISENSCHITZ, Tamara – “Internet law and information policy” *Aslib Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 50, n.º 9 (1998) p. 267-273.

¹⁴⁷ Sobre o problema da alfabetização como patamar de base para criar uma Sociedade da Informação, no caso brasileiro, ver FERREIRA, Rubens da Silva – “A Sociedade da Informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado”. *Ciência da informação*. ISSN 0100-1965. Vol. 32, n.º 1 (2003), p. 38-39.

¹⁴⁸ KENT, A. K. – “Information as power”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. Vol. 31, n.º 1 (1979), p. 17.

Em suma, a formulação de uma política de informação deve ter em conta quatro princípios centrais e complementares: o acesso universal, o livre acesso às redes de informação, a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e o respeito pela diversidade cultural e linguística na criação de conteúdos.¹⁴⁹

Portanto, verificamos que historicamente as políticas de informação alargaram o seu âmbito de incidência. Inicialmente, centraram-se na criação de sistemas de informação baseados em bibliotecas e arquivos. Todavia, com a progressiva aplicação das tecnologias informáticas aplicadas ao tratamento da informação, passaram também a abranger os aspectos relacionados com as TIC.¹⁵⁰ Esta evolução coincide, aliás, com a definição de Ciência da Informação, formulada por Armando Malheiro da Silva e de Fernanda Ribeiro, no âmbito da qual encontramos a Biblioteconomia/Documentação, a Arquivística e os Sistemas Tecnológicos de Informação.

II.2. Política de informação: um conceito com fronteiras porosas

Partindo desta breve abordagem histórica, verificamos que as políticas de informação apresentam características atípicas das outras áreas de intervenção política, como a educação ou a defesa. De facto, trata-se de uma área de intervenção política recente que não encontra eco nas reflexões dos analistas políticos tradicionais. Além disso, envolve interesses de grupos muito vastos e díspares, pelo que as medidas tomadas no campo da informação podem ter um impacto determinante noutras áreas, como, por exemplo, na investigação, na saúde ou nas questões de cidadania. Paralelamente, as políticas de informação também são influenciadas por decisões políticas noutros campos e por opções de índole não política, como o comportamento

¹⁴⁹ MOORE, Nick – “Information policies in Asia”. *International institute of Asian studies newsletter* [em linha], n.º 8 (1996) [Acedido 06.02.2006]. Disponível na WWW: <<http://www.iias.nl/iiasn8/general/informpo.html>>. ISSN 0929-8738. Uma das questões do acesso universal prende-se com o movimento do open access, visto, nesta perspectiva, como um elemento da política nacional de informação e de um sistema de investigação e desenvolvimento, cf. DE BEER, Jennifer Anne – *Open Access scholarly communication in South Africa: a role for national information policy in the national system of innovation* [em linha]. Stellenbosch [África do Sul]: University of Stellenbosch, 2005. [Acedido 09.02.2006]. Disponível na WWW: <<http://eprints.rclis.org/archive/00003110/>>. Ver em especial as p. 53-80.

¹⁵⁰ Para uma abordagem mais detalhada às implicações da TIC na política de informação, ver as diversas contribuições à obra coordenada por Maureen Grieses, em 1998. Cf. GRIEVES, Maureen, ed. – *Information policy in the electronic age*. London: Bower Saur, 1998. ISBN 1-85739-766-3.

informativa dos indivíduos, as estratégias de marketing dos editores ou as escolhas das tecnologias de comunicação.¹⁵¹ A este propósito, Ian Rowlands afirma:

One of the characteristics of information policy that makes it a challenging area of study is that it simultaneously *shapes* and *responds* to the outside world. As an independent variable, information policy can be thought of in terms of its impacts and outcomes, both on the wider environment and on the political process itself. When it is viewed as a *dependent* variable, our attention is drawn to the environmental, cultural, economic and other factors that shape and guide policy and its implementation.¹⁵²

Apesar desta constatação, alguns autores optaram por focalizar as políticas de informação num campo único. Assim, por exemplo, Anne-Marie Arnold, ao tratar da importância das políticas de informação para os países em desenvolvimento, focaliza a sua atenção exclusivamente nos aspectos económicos.¹⁵³ Na mesma linha, Robert Martin e Estelle Feldman, enfatizam a importância do acesso à informação para os países em desenvolvimento.¹⁵⁴ Já Charles Clark, ao referir-se à *politics of knowledge*, aborda somente as questões relacionadas com os direitos de autor.¹⁵⁵ Noutros caso, apresenta-se uma visão negativa das políticas de informação, na medida em que, por exemplo, se considera que «[...] “National Information Policies” – policies legitimized by the State as the authoritative framework for behaviours and sanctions – are those of dictatorships which sought to restrict what information their populace could safely access». Assim, de acordo com este autor neo-zelandês, no seu país nunca existiu uma política nacional de informação estruturada formalmente mas isso não obsta a que as bibliotecas prestem um valioso serviço à comunidade.¹⁵⁶

¹⁵¹ BRAMAN, Sandra – “The unique characteristics of information policy and their US consequences”. In Blake, V.; Tjoumas, R., eds. – *Information literacies for the twenty-first century*. Boston, Ma: Hill, 1990. ISBN 0-8161-1-1921-X. p. 48-51.

¹⁵² ROWLANDS, Ian – “Information policy”. In FEATHER, John; STURGES, Paul, ed. – *International encyclopedia of information and library science*. 2nd ed. London; New York: Routledge, 2003. ISBN 0-415-25901-0. p. 279.

¹⁵³ ARNOLD, Anna-Maria – “Developing a national information policy: considerations for developing countries”. *The international information & library review*. ISSN 1057-2317, n.º 2 (2004), p. 199-207.

¹⁵⁴ MARTIN, Robert; FELDMAN, Estelle – *Access to information in developing countries: working paper* [em linha]. [Acedido 28.02.2006]. Disponível na WWW: <http://ww1.transparency.org/working_papers/martin-feldman/#download>.

¹⁵⁵ CLARK, Charles – “The politics of knowledge”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 31, n.º 2 (1979), p. 42-52.

¹⁵⁶ SMITH, Alan E. – “Building on sure foundations: the overlooked dimension of national information policies”. In IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 68th, Glasgow, 18-24.08.2002 – *Libraries for life: democracy, diversity, delivery* [em linha]. [Acedido 21.07.2006]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/IV/ifla68/papers/089-081e.pdf>>. p. 1.

Encontramos ainda alguns autores que usam a expressão política de informação referindo-se a realidades geralmente identificadas com outras designações, em particular com a gestão de informação.¹⁵⁷ É o caso, por exemplo, de um texto de 1981, de Elizabeth Orna e Geoffrey Hall, onde se descreve a experiência da implementação de um sistema de gestão da informação numa organização, apesar do título do artigo remeter explicitamente para o desenvolvimento de uma política de informação.¹⁵⁸ É igualmente a opção seguida por Reuven Karni, que propõe um modelo para a aplicação de uma política de informação de âmbito organizacional estruturado à volta de quatro pontos: a definição dos objectivos da política de informação, regras para avaliar a consecução da política definida, acções e alternativas políticas e características do sistema de informação. Depois destas considerações de ordem metodológica, o autor descreve a implementação de um sistema de gestão da informação numa companhia petrolífera.¹⁵⁹ No entanto, no nosso ponto de vista, a política de informação não se pode restringir à gestão da informação, apesar de esta ser parte integrante da primeira.¹⁶⁰ Sobre esta distinção Michael Kristiansson afirma que, apesar de ambos os conceitos poderem coincidir em certos aspectos,

[...] information policy differs markedly from IM [Information Management] and, defined in an organizational context, it is a more general concept which states overall missions and goals and considers current developments in the global economic-political arena. Whereas IM is strongly related to corporate contexts, information policy goes/moves beyond the organizational level.¹⁶¹

Esta pluralidade sustenta a visão muito crítica de Mairéad Browne sobre a definição do âmbito das políticas de informação, enquanto campo de estudo, afirmando

¹⁵⁷ Além dos autores que analisamos a seguir, ver também PYE, David – “Changing the corporate culture: information policies for business excellence”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 190-205 e SCOTT, Elspeth – “Evaluating information policy in a multilingual organization. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 207-220.

¹⁵⁸ ORNA, Elizabeth; HALL, Geoffrey – “Developing an information policy”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 33, n.º 1 (1981), p. 15-22. Ver também ORNA, Elizabeth – *Practical information policies: how to manage information flow in organizations*. 2ª ed. Aldershot: Gower. 1999. ISBN 0-566-03632-0.

¹⁵⁹ KARNI, Reuven – “A methodological framework for formulating information policy”. *Information & management*. ISSN 0378-7206. Vol. 6, n.º 5 (1983), p. 269-280.

¹⁶⁰ Esta é a perspectiva defendida por Udo Nwokocha em relação à Nigéria, onde, na sua opinião, a gestão da informação constitui o elemento em falta de uma “virile national policy on information”, elemento basilar para o desenvolvimento do país. Cf. NWOKOCHA, Udo – “A national information policy: the ingredient lacking from the Nigerian information industry”. *Library review*. ISSN 0024-2535. Vol. 45, n.º 5 (1997), p. 344-350.

¹⁶¹ KRISTIANSSON, Michael – “A framework for information policy analysis based on changes in the global economic forces”. *International forum on information and documentation*. ISSN 0304-9701. Vol. 21, n.º 1 (1996), p. 25.

que «[...] there is a feeling of discomfiture in a field in which researchers are unable to even broadly indicate the substance of what it is they desire to study».¹⁶²

Também Leif Kajberg e Michael Kristiansson partilham esta opinião sintetizando-a de forma muito clara: «There is an evident lack of consensus of what constitutes the core of information policy [...] what is missing is a coherent theoretical framework».¹⁶³ Por outro lado, como notou Robert Burger, estes circunstancialismos levantam questões práticas interessantes:

[...] what happens when a policy is proposed and the policy area is new, such as information policy, and the discipline producing knowledge about information, its creation, distribution, storage, and use is a nascent one? How can we approach such policy areas within a modicum of knowledge about the effects of this policy beyond the economic and legal effects? It is a fascinating question. One that at present, I fear, has no ready answer.¹⁶⁴

No entanto, também podemos citar autores que, apesar de definirem as políticas de informação como uma área de intervenção e de estudo muito vasta, não discutem a sua existência enquanto tal. Se podemos, então, considerar que existe uma área específica para as políticas de informação, deveremos reflectir sobre qual o seu âmbito. Vejamos, agora, as propostas de alguns autores.¹⁶⁵

II.2.1. A criação de um sistema de informação

Segundo Marta Dosa «Information policies are plans and strategies for information infrastructures, services, research, and education».¹⁶⁶ Do seu ponto de vista, tais políticas podem materializar-se em instrumentos formais, como leis, regulamentos, normas ou códigos de conduta, mas também podem ser de tipo informal, exprimindo-se através de tradições costumes ou crenças. Mas a ênfase da sua abordagem vai para a ligação que estabelece entre certas áreas das políticas de informação e a investigação/inação, sobretudo no quadro dos países em desenvolvimento. De facto,

¹⁶² BROWNE, Mairéad – “The field of information policy: 1. fundamental concepts”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 23, n.º 4 (1997), p. 270.

¹⁶³ KAJBERG, Leif; KRISTIANSSON, Michael – “An overview of the field of information policy”. *International forum on information and documentation*. ISSN 0304-9701. Vol. 21, n.º 1 (1996), p. 5.

¹⁶⁴ BURGER, Robert – *Information policy: a framework for evaluation and policy research*. Norwood, NJ: Ablex, 1993. ISBN 1-56750-018-8. p. 11.

¹⁶⁵ Para uma visão mais alargada das propostas dos vários autores citados ao longo do texto, ver a Tabela II-4: *As fronteiras porosas do conceito Política de Informação: as propostas de diversos autores*, onde se apresenta uma síntese dos elementos preconizados por cada autor para o âmbito das políticas de informação.

¹⁶⁶ DOSA, Marta – *Across all borders: international information flows and applications*. Lanham; London: The Scarecrow Press, 1997. ISBN 0-8108-3198-8. p. 211.

considera que a inovação constitui um processo informacional extremamente intenso, determinado por múltiplos aspectos, regras, instituições ou relações.¹⁶⁷

Na mesma linha, Victor Montviloff, num manual publicado sob a égide da UNESCO e destinado a servir de guia de acção, atribui igualmente às políticas de informação um carácter eminentemente pragmático.¹⁶⁸ O autor considera que as políticas de informação constituem orientações destinadas a conceber uma estratégia e formular programas de desenvolvimento e de utilização dos recursos, dos serviços e dos sistemas de informação, incluindo nesta designação apenas as unidades documentais tradicionais (bibliotecas, centros de documentação e arquivos), com o recurso aos sistemas tecnológicos numa perspectiva essencialmente instrumental. Estas políticas são formuladas através do que o autor designa de “instrumentos de intervenção”, agrupados em três categorias: instrumentos jurídicos (constituições, leis, regulamentos, tratados internacionais, entre outros), instrumentos profissionais (códigos de conduta, códigos deontológicos, reflexões, etc.) e instrumentos culturais (costumes, tradições ou valores sociais). Teremos micro-políticas, se forem relativas a um organismo ou a uma instituição, e macro-políticas, se o contexto de aplicação for nacional, regional ou internacional. Mas em qualquer dos níveis, o enfoque vai para o acesso à informação que deve servir todos os intervenientes do sistema económico e social, disponibilizando informação actualizada, pertinente e fiável, apresentada como condição para o progresso.

O âmbito das políticas de informação diz essencialmente respeito à coordenação de componentes relacionadas com a informação e que geralmente carecem de uma abordagem global em termos nacionais. Assim, são identificados cinco grandes domínios de aplicação:

[...] 1. développement des ressources et des services d'information, notamment production et collecte des données, personnel spécialisé dans l'information, technologie et installations; 2. moyens d'accès et de diffusion de l'information, notamment marketing et gestion des ressources documentaires; 3. promotion d'une utilisation efficace de l'information, notamment par la formation des utilisateurs à la recherche et à l'exploitation de l'information ainsi qu'à une meilleure perception de la valeur de l'information; 4. développement et coordination des activités

¹⁶⁷ *Idem, ibidem*. p. 81-83.

¹⁶⁸ MONTVILOFF, Victor – *Politiques nationales de l'information: manuel concernant la formulation, l'approbation, la mise en œuvre et l'action d'une politique nationale de l'information*. Paris: UNESCO, 1990.

nationales d'information – système d'aide à la décision, évaluation; 5. participation à des activités internationales d'information, notamment dans les domaines suivants: flux transfrontières des données, transfert des technologies de l'information, réseaux de mise en commun des ressources documentaires.¹⁶⁹

A proposta deste autor, na linha dos outros trabalhos promovidos pela UNESCO sobre a matéria, segue uma via muito pragmática e normativa, a fim de criar sistemas de informação nacionais e internacionais.¹⁷⁰ No entanto, é lícito questionar em que medida é possível ou vantajoso aplicar estas fórmulas feitas para elaborar políticas de informação nacionais sem atender à especificidade contextual de cada país.

Na realidade, o objectivo era criar um supersistema de informação mundial, de apoio à investigação científica e tecnológica, como base para o desenvolvimento económico e social de todos os países, mas em particular dos países em vias de desenvolvimento. Não poderemos deixar de notar alguma similitude entre este intento e o projecto de Paul Otlet e Henri Lafontaine,¹⁷¹ sobretudo se recordarmos os programas de Controlo Bibliográfico Universal e de Acesso Universal aos Documentos promovidos pela UNESCO. Por outro lado, nestes estudos, a ênfase é colocada com demasiada insistência nos aspectos logísticos, organizacionais e de gestão da política de informação, além de tenderem para a criação de uma estrutura altamente burocratizada, com todos os inconvenientes daí resultantes.

Pauline Atherton opta por um caminho semelhante, aprofundando as formas de transformar estes sistemas em verdadeiras redes de cooperação, com uma forte componente dirigista do Estado através da planificação, da coordenação e de actividades de consultadoria e de aconselhamento. Neste contexto, propõe, por exemplo, um método de análise e de trabalho para sustentar a transformação dos sistemas em redes de partilha total de trabalho, recursos e resultados [Figura II-1]. Para tal, propõe a utilização de uma abordagem sistémica

L'analyse des rapports [...] montre le nécessité de créer et de construire un système de services d'information en utilisant une approche systémique qui comprendra une étude exhaustive du système en lui-même, de ses composantes, de ses relations internes et externes, de ses fonctions, des voies et des moyens de son

¹⁶⁹ *Idem, ibidem.* p. 13.

¹⁷⁰ Na mesma linha e também editada sob a égide da UNESCO, ver GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel – *Sciences et techniques de l'information et de la documentation: introduction générale.* 2^{me} ed. Paris: UNESCO, 1990. ISBN 92-3-202540-X. p. 471-484.

¹⁷¹ OTLET, Paul – *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique.* Bruxelles: Éditeurs-Imprimeurs D. Van Keerberghen & Fils, 1934, p. 395-420.

fonctionnement. Cette analyse de système s'appuie à la fois sur la situation actuelle, sur ces forces et ses faiblesses, et sur les tâches du système. [...] Les liens organisationnels entre ces services peuvent être conçus comme des parties d'un système national coordonné centralement pour ces opérations et son développement.¹⁷²

Assim, no final dos anos setenta, a autora enfatizava a criação de uma verdadeira rede de informação tirando partido da tecnologia informática aplicada à totalidade das tarefas e dos serviços das unidades de informação. Trinta anos depois, esta proposta parece-nos ainda extremamente válida, tendo em conta a sua perspectiva sistémica e atendendo à realidade da cooperação existente actualmente em bibliotecas, arquivos e outros serviços de informação, restrita, muita vezes, a sectores delimitados de actuação e sem uma visão global do conjunto. Aliás, no final dos anos 1990, esta era igualmente a via sugerida por Michel Menou para a criação de sistemas nacionais de informação nos países em vias de desenvolvimento, nos quais este autor desenvolveu um extenso trabalho.¹⁷³

¹⁷² ATHERTON, Pauline – *Op. cit.* Citação da p. 22.

¹⁷³ MENOUE, Michel – “Strategies and methods for the development of national information systems in the less developed countries”. In GOEDEGEBUURE, B.G.; ARANGO SALES, H.R.; SOTOLONGO AGUILAR, S., eds. – *Information, a resource for development: proceedings of the forty-fifth FID Conference and Congress, held in Havana, Cuba, 19-22 September 1990*. Amsterdam: Elsevier, 1991. ISBN 0-444-89116-1. p. 207-218.

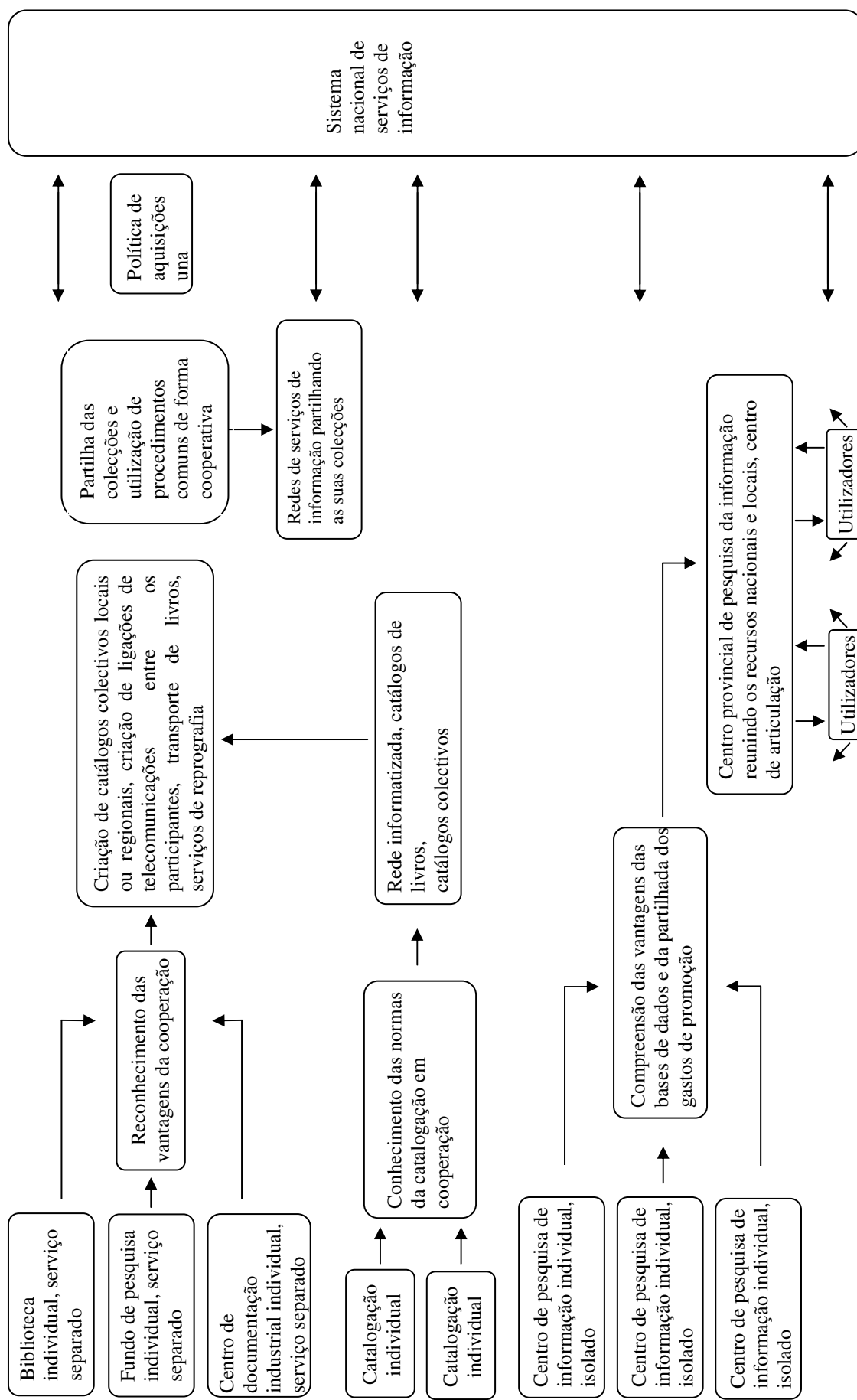


Figura II-1: Esquema para a transformação dos sistemas de informação em redes de informação¹⁷⁴

¹⁷⁴ Adaptado de ATHERTON, Pauline – *Op. cit.* p. 28.

Também os autores espanhóis colocam uma ênfase especial na criação de um sistema de serviços de informação.¹⁷⁵ No entanto, a sua opção vai para uma distinção clara e muito marcada entre o sistema de bibliotecas, o sistema de arquivos e o sistema de centros de documentação, quer tenham um cariz nacional ou regional.¹⁷⁶ Todavia, já em 1972, Carlos-Víctor Pena defendia uma visão mais integrada com a criação de um sistema nacional de serviços de arquivos, de bibliotecas e de informação, pois, na sua opinião,

Si deseamos controlar esa memoria total para un desarrollo también total, debemos pensar forzosamente en un sistema integrado en el que estén representados los servicios que prestan todas las instituciones que adquieren, administran y facilitan la consulta de los variados exponentes de esa memoria, es decir, archivos, bibliotecas, unidades de información, discotecas, filmotecas, museos, etc.¹⁷⁷

Por outro lado, em termos semânticos, a opção dos autores espanhóis vai para a designação “políticas de informação e de documentação” pois, de acordo com a configuração que atribuem às “Ciencias de la Documentación”, consideram que esta política se destina a resolver as necessidades de informação dos cidadãos ou das instituições de um país, funcionando como uma meta política que auxilia e sustenta

¹⁷⁵ Deveremos, no entanto, ressaltar que esta abordagem é sobretudo seguida pelos autores das “Ciencias de la documentación”. De facto, por exemplo, o catalão Alfons Cornella faz uma abordagem totalmente diferente às políticas de informação em Espanha, apesar de também incluir dentro deste conceito as bibliotecas. Cf. CORNELLA, Alfons – “Information policies in Spain”. *Government information quarterly*. ISSN 0740-624X. Vol. 15, n.º 2 (1998), p. 197-220 e do mesmo autor uma versão em espanhol deste texto: CORNELLA, Alfons – *Políticas de información en España* [em linha], 1997. [Acedido 09.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.infonomics.net/cornella/ainfopol.pdf>>. Ver também CARIDAD SEBASTIÁN, Mercedes; MÉNDEZ RODRÍGUEZ, Eva Maria; RODRÍGUEZ MATEOS, David – “La necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada: el caso español”. *Ciência da informação*. ISSN 1606-4925. Vol. 29, n.º 2 (2000), p. 22-36.

¹⁷⁶ Esta é, por exemplo, a opção de Juan Ros García e de José López Yepes na obra *Políticas de información y documentación*. Madrid: Editorial Síntesis, 1996. ISBN 84-7738-223-9; ver em especial p. 59-163. Mas já em 1975, Luis García Ejarque dedicou uma palestra apenas à política bibliotecária, cf. “Ideas para una política de bibliotecas”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XXV, n.º 1-2 (1975), p. 3-12. Ver ainda GÓMEZ FERNÁNDEZ-CABRERA, Jesús – “¿Existe un sistema andaluz de información y documentación?”. *Boletín del instituto andaluz del patrimonio histórico* [em linha], n.º 16, (1996), p. 125-134. [Acedido 10.03.2004]. Disponível na WWW: <<http://www.arrakis.es/~amjg>>. ISSN 1136-1867 ou GARCÍA MARTÍNEZ, Ana Teresa – “El sistema bibliotecario de Extremadura”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. LIII, n.º 1 (2003), p. 139-154. Já, Margarita Vázquez de Parga descreve a criação do sistema nacional de arquivos de Espanha, de final do anos 1970 até meados de 1980, cf. VÁZQUEZ DE PARGA, Margarita – “El sistema nacional de información del patrimonio documental”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XXXVI, n.º 1-2 (1986), p. 63-77. É também o caminho seguido por alguns autores latino-americanos: FERNÁNDEZ DE LÓPEZ, Martha – “El sistema nacional de bibliotecas de Perú y las políticas del Estado orientadas a la promoción de la lectura”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XLVIII, n.º 3-4 (1998), p. 99-124; CHACÓN ARIAS, Virginia – “El sistema nacional de archivos de Costa Rica”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XLVIII, n.º 3-4 (1998), p. 29-39.

¹⁷⁷ PENA, Carlos-Víctor – “Un sistema nacional de servicios de archivos, bibliotecas e información”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XXIII, n.º 1-2 (1973), p. 6.

todas as actividades da sociedade. A sua importância é particularmente relevante no que diz respeito à área da investigação e desenvolvimento e, por isso, tratam também da política de investigação científica em Espanha.¹⁷⁸

Já Ana Teresa García Martínez apresenta a política bibliotecária como um ponto de convergência entre a política de informação e a política cultural, mas com uma conotação mais estreita com esta última, sobretudo no domínio das bibliotecas municipais. Por outro lado, confere à política bibliotecária uma intervenção restrita ao nível da execução, enquanto à política de informação e à política cultural caberia o domínio decisório. No entanto, a sua ênfase vai também para a criação de um sistema bibliotecário já que apresenta a política bibliotecária como

[...] el conjunto de decisiones inspiradas en los principios biblioteconómicos, para conseguir el equilibrio entre el derecho del ciudadano a la información y la obligación del estado a satisfacer la necesidad de información de la población, configurando un plan de actuación en el que se organizan los recursos humanos, materiales, jurídicos, institucionales y financieros para el establecimiento de un sistema bibliotecario que proporcione el acceso y uso de la información a la población en los distintos niveles territoriales jurídico-administrativos.¹⁷⁹

Todavía, este acesso à informação não pode ser restringido às bibliotecas porque, como notou John Gray, uma grande parte da política de informação tende a ser cada vez mais independente destas unidades de informação, na medida em que se afirmam outros locais e meios de acesso à informação, sobretudo com o advento da Internet. Assim, de acordo com este autor, a política bibliotecária e a política de informação podem ser vistas como duas circunferências em parte sobrepostas e, portanto, com interacção mútua e dinâmica. De facto, há algumas décadas atrás, o círculo da política bibliotecária

¹⁷⁸ ROS GARCÍA, Juan; LÓPEZ YEPES, José – *Op. Cit.* p. 23-58. Aliás, já no início dos anos 1980, esta ligação era analisada, cf. ÁLVARO, Concepción; [et al.] – “Puntos a considerar en una propuesta para una política nacional de información científica”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XXXIII, n.º 2 (1983), p. 291-304. Ver também ROMÁN ROMÁN, Adelaida – “Experiencia española en el diseño de políticas de información y documentación”. *Ciencia da informação*. ISSN 0100-1965. Vol. 26, n.º 3 (1997), p. 307-312. Sobre a ligação entre a política de I+D espanhola e a área da documentação, ver o balanço feito ao programa Información para la Investigación Científica y el Desarrollo Tecnológico (INF), lançado em 1989, por L. Javier Martínez no artigo “Información y documentación en el Plan Nacional de I+D (1988-1993)”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XLV, n.º 1 (1995), p. 107-145; em especial as p. 117-134. Mas esta opção também é seguida por autores oriundos de outros países, ver, por exemplo, OCHOLLA, Dennis N. – “Developing an infrastructure for scientific information in Kenya”. *Library review*. ISSN 0024-2535. Vol. 41, n.º 5 (1992), p. 48-59.

¹⁷⁹ GARCÍA MARTÍNEZ, Ana Teresa – “Política bibliotecaria: convergencia de la política cultural y la política de información”. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*. ISSN, n.º 71 (2003), p. 25-37; citação da p. 35. Ver também da mesma autora “El concepto del sistema bibliotecario en el contexto de la política pública”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN Vol. LIII, n.º 3 (2003), p. 161-178, onde se procura definir e distinguir com rigor os termos sistema bibliotecário e rede de bibliotecas.

seria maior do que actualmente e a tendência é para o seu estreitamento progressivo a favor do alargamento do círculo da política de informação.¹⁸⁰ Porém, se considerarmos que as bibliotecas ocuparam um papel pioneiro na adaptação às mudanças tecnológicas, tendo em conta, por exemplo, a criação de bibliotecas digitais ou a disponibilização de pontos de acesso à Internet, não podemos subscrever essa diminuição ou quase desaparecimento das bibliotecas no âmbito ou na interacção com qualquer política de informação.¹⁸¹ Na realidade, como notou Giuseppe Vitiello, as bibliotecas tornaram-se «[...] hybrid institutions, one third cultural, one third educational, and one third “informational”. [...] New technologies enhance their traditional role and open up a new front in the fight against technological illiteracy».¹⁸²

II.2.2. Âmbito socio-técnico

Já Terrence A. Maxwell define as políticas de informação como

[...] social, political, legal, economic and technological decisions about the role of information in society. These decisions operate both at societal level when applied to national and international policy, and at an instrumental level as they impact the creation, dissemination, use and preservation of information.¹⁸³

Esta definição procura sintetizar a complexidade inerente às políticas de informação, enfatizando a diversidade de formas que as podem materializar, desde preceitos constitucionais, leis governamentais ou jurisprudência aplicáveis a campos tão diversos como o comércio, a implementação e o uso de tecnologias ou opções para a criação e acesso à informação. Por outro lado, as políticas de informação envolvem uma multiplicidade de actores, com preocupações e interesses muito díspares e apresentam

¹⁸⁰ GRAY, John – *National information policies...* (op. cit). p. 13-14.

¹⁸¹ Sobre uma visão prospectiva do papel das bibliotecas públicas na política de informação, no contexto da Sociedade da Informação, ver BATT, Chris – “The Clapham junction of knowledge: the public library in the next century”. In GRIEVES, Maureen – *Op. cit.* p. 191-207 e OPPENHEIM, Charles; MACMORROW, Noreen – “Information policy”. In FEATHER, John; STURGES, Paul, ed. – *International encyclopedia of information and library science*. London; New York: Routledge, 2001. ISBN 0-415-09860-2. p. 208-209. Ver também o estudo sobre o papel das bibliotecas públicas canadianas na disponibilização de pontos de acesso à Internet, nos finais da década de noventa, desenvolvido por JULIEN, Heidi; HELLIWELL, Michelle – “Libraries as instruments of information policy: the role of canadian public libraries in connecting canadians”. In CAMPBELL, D. Grant, ed. – *Beyond the Web: technologies, knowledge and people: proceedings of the 29th annual conference of the Canadian Association for Information Science, Quebec City, May 27-29, 2001* [em linha]. [Acedido 24.04.2007]. p. 111-120. Disponível na WWW: <http://www.cais-acsi.ca/proceedings/2001/Julien_2001.pdf>.

¹⁸² VITIELLO, Giuseppe – “Library policy and legislation: European perspective”. *International information & library review*. ISSN 1057-2317, n.º 32 (2000), p. 10.

¹⁸³ MAXWELL, Terrence A. – “Toward a model of information policy analysis”. *First monday* [em linha]. Vol. 8, n.º 6 (2003). [Acedido 09.02.2005] Disponível na WWW: <http://firstmonday.org/issues/issue8_6/maxwell/index.html>. ISSN 1396-0466.

uma natureza socio-técnica evidente, implicando um relacionamento dinâmico entre os actores sociais e os aspectos instrumentais como as tecnologias. Neste sentido, apesar de não os citar, Terrence A. Maxwell responde, de certa maneira, à crítica formulada por Leif Kajberg e Michael Kristiansson que, em 1995, notavam:

Until recently many approaches to information policy-making have been one-sided in that they have mainly adhered to the purely technological aspect. Information policy makers have ignored the fact that the technology does not exist in a vacuum but a technological practice must be viewed as an interaction between cultural, organizational and technical aspects.¹⁸⁴

Aqui as teorias cognitivas e sócio-cognitivas da Ciência da Informação poderão dar um contributo útil para aprofundar as vertentes humanas e sociais inerentes à política de informação.

Esta concepção é particularmente relevante numa sociedade onde os indivíduos são chamados a terem cada vez mais obrigações e direitos e, por isso, necessitam estar devidamente informados acerca de todo esse contexto de vida. Sem um acesso adequado à informação, os sujeitos não estarão habilitados a desempenhar na plenitude o seu papel de cidadãos, não podendo igualmente aproveitar todas as vantagens que essa cidadania lhes pode oferecer. Assim, como iremos ver no caso da UE, sem informação não é possível uma participação efectiva na vida social e política. Desta forma, compreende-se a importância dos aspectos sociais no acesso à informação. Por outro lado, a componente tecnológica no âmbito das políticas de informação deve ser repensada atendendo a que o recurso crítico é a informação e não a estrutura tecnológica que é utilizada para a manipular.¹⁸⁵

Maxwell enfatiza o papel das partes interessadas no âmbito das políticas de informação, procurando parametrizar o seu envolvimento. Para o efeito criou uma grelha, a fim de mapear os aspectos envolvidos, os constrangimentos e os poderes das várias categorias de participantes nas políticas de informação, considerando que as decisões são tomadas num ambiente onde quatro domínios de poder competem pela supremacia [Tabela II-1]. Assim, identifica como primeiro domínio o da soberania, onde as políticas de informação dizem respeito às expectativas partilhadas pelos Estados-Nação e pelos seus cidadãos, tendo em conta a coesão social. O domínio da transformação centra-se na acção dos indivíduos, enquanto sujeitos, criadores ou

¹⁸⁴ KAJBERG, Leif; KRISTIANSSON, Michael – *Op. cit.* p. 8.

¹⁸⁵ MOORE, Nick – “Information policy and strategic development: a framework for the analysis of policy objectives”. *Aslib Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. .45, n.º.11/12 (1993), p. 280-282.

consumidores de informação. Já o domínio da produção envolve as relações entre os produtores de informação e as suas movimentações, no sentido de controlar a sua posse. Por fim, o domínio da globalização abrange as relações recíprocas entre os Estados e entre estes e as empresas transnacionais. Cada área das políticas de informação pode distribuir-se por vários domínios, gerando debates acerca das obrigações das partes envolvidas e dos seus direitos. Além disso, o autor identifica, para cada domínio, os elementos, os constrangimentos, as fontes de poder e as partes envolvidas. Desta forma, cria uma matriz para a identificação de todas as componentes envolvidas nas políticas de informação.¹⁸⁶

	SOBERANIA	TRANSFORMAÇÃO	PRODUÇÃO	GLOBAL
ELEMENTOS PRINCIPAIS	Coesão social Contrato social	Criação e uso da informação	Posse	Reciprocidade
PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS	Leis constitucionais Normas sociais	Contratos privados e públicos Direitos privados	Contratos privados Direitos de autor Tecnologias	Tratados negociados Regras globais
PRINCIPAIS FONTES DE PODER	Política cultural	Protecção legal	Economia tecnológica	Política cultural legal económica tecnológica
PRINCIPAIS FONTES ENVOLVIDAS	Governos nacionais Estados Comunidades	Indivíduos	Criadores de informação, produtores e disseminadores	Estados-Nação Instituições governamentais transnacionais Organizações transnacionais

Tabela II- 1: *Domínios das políticas de informação segundo Terence Maxwell*¹⁸⁷

Para exemplificar a aplicabilidade do seu modelo, Terence Maxwell usa o exemplo da liberdade de expressão. Assim, no domínio individual, os indivíduos usam a liberdade de expressão para criar nova informação e para aceder a informação já existente. No domínio da soberania e no domínio global, o nível de controlo de discursos críticos acerca do governo ou da sociedade irá determinar quais os níveis de discursos aceitáveis acerca de temas sociais ou políticos. Por fim, no domínio da produção, o controlo sobre a produção e a distribuição de informação irá determinar

¹⁸⁶ MAXWELL, Terence A. – “Toward a model...”. *Op. cit.*

¹⁸⁷ *Idem, ibidem.*

aquilo a que a sociedade tem acesso.¹⁸⁸ Em 2004, o mesmo autor aplicou novamente esta abordagem, completando-a com uma análise de conteúdo baseada no uso de estatísticas, ao *Digital Millennium Copyright Act* de 1998, a lei americana que enquadra os direitos de autor.¹⁸⁹ No entanto, seria conveniente aplicar esta grelha a outras áreas das políticas de informação para aferir em que medida é passível de ajudar a delimitar este campo de acção e de investigação.

Naturalmente, ao atender aos aspectos sociais, será importante examinar as necessidades individuais e as da sociedade no seu geral, de maneira a que as políticas de informação respondam a ambas as vertentes de forma equilibrada. Não deveremos, no entanto, esquecer, tal como sublinhou Tony Carbo Bearman, que essas necessidades são variadas, existindo frequentemente conflitos entre elas. Assim, por exemplo, poderão ocorrer conflitos entre o desejo de certos sectores para promoverem um acesso sem restrições à informação e a pretensão de outros grupos de limitar esse acesso a fim de salvaguardar direitos de autor ou para proteger a segurança nacional. A política de informação deverá entender estas preocupações, necessidades e interesses, equilibrando-os de forma razoável.¹⁹⁰

No entanto, como sublinhou Nick Moore,

It will also be necessary to build an information infrastructure which will support the increased use of information throughout the economy. In the past we have developed transport networks – railways, canals and roads. For the future we will need to develop communication networks to transmit information between organisations. This requires a huge investment in telecommunications just at a time when the technology of telecommunications is changing rapidly. It also calls for a sustained effort to achieve agreement on common standards and formats within the overall context of the world trading system.¹⁹¹

¹⁸⁸ *Idem, ibidem* e MAXWELL, Terrence A. – *A socio-technical model for information policy analysis: speech as an illustrative example* [em linha]. [Acedido 03.02.2007]. Disponível na WWW: <<http://home.hvc.rr.com/tamaxwell/Framework%20for%20information%20policy%20analysis.htm>>.

¹⁸⁹ *Idem* – “Mapping information policy frames: the politics of the Digital Millennium Copyright Act”. *Journal of the american society for information science and technology*. ISSN Vol. 55, n.º 1 (2004), p. 3-12.

¹⁹⁰ BEARMAN, Tony Carbo – “National information policy: an insider’s view”. *Library trends*. ISSN 0024-2954. Vol. 35, n.º 1 (1986), p. 106. Sobre os aspectos relacionados com o uso de informação recolhida por entidades públicas por parte de organizações privadas, ver DE SAULLES, Martin – “When public meets private: conflicts in information policy”. *Info*. ISSN 1463-6697. Vol. 9, n.º 6 (2007), p. 10-16.

¹⁹¹ MOORE, Nick – “Requirements for a new library and information structure”. In SCHNELLING, Heiner; SEGBERT, Monika; STROETMANN, Karl A., ed. – *Informationspolitik als kulturpolitik*:

E de facto, em alguns países, sobretudo durante os anos oitenta, as políticas de informação ficaram circunscritas à criação de uma infra-estrutura de telecomunicações.¹⁹² De qualquer forma, a política de informação e a infra-estrutura de telecomunicações são interdependentes. Uma boa infra-estrutura nacional de telecomunicações pode ajudar a promover a criação de uma política de informação. Inversamente, também é verdade que a formulação de uma política de informação pode constituir uma base sólida para a criação de uma infra-estrutura nacional de telecomunicações adequada.¹⁹³

Mas não basta a democratização da tecnologia e das telecomunicações para que a informação chegue a todos, é apenas uma contribuição. De facto, deveremos atender aos actores sociais e às suas competências informacionais, bem como ao próprio conteúdo da informação. A este propósito, Alfons Cornella referia, para o caso de Espanha nos finais dos anos noventa,

Although the situation has not yet been thoroughly studied, one gets the impression that Spanish organizations could well be a good example of a sub-stratum that is developing a *computer literacy* (an increasing proportion of private and public organizations are being equipped with computers) without having developed a parallel *information literacy* (more and better computers do not make people better

information policy as cultural policy. Berlin: Deutsches Bibliotheksinstitut, 1993. ISBN 3-87068-929-3. p. 75-76.

¹⁹² Para o caso da Austrália, ver MIDDLETON, Michael – “Information policy and infrastructure in Australia”. *Journal of government information*. ISSN 1352-0237. Vol. 24, n.º 1 (1997), p. 9-25. É também a visão dada por Cheryl Buchwald ao comparar as políticas de informação dos EUA, do Reino Unido, da França e do Canadá, cf. *Canada in context: an overview of information policies in four industrialized countries*. Toronto, ON: Information Policy Research Program, Faculty of Information Studies, University of Toronto, 1995. Working Paper N.º 2. ISBN 0-7727-0409-0. Já num outro documento editado pelo mesmo núcleo de investigação, a infra-estrutura de informação é analisada do ponto de vista da privacidade, do acesso universal, do emprego e da administração pública, cf. CLEMENT, Andrew [et al.] – *Developing information policies for a Canadian ‘information infrastructure’: public interest perspectives in a research framework*. Toronto, ON: Information Policy Research Program, Faculty of Information Studies, University of Toronto. 1995. Working Paper N.º 1. ISBN 0-7727-0407-4. Também Cheryl Buchwald, num outro texto, apresenta as políticas de informação com um âmbito mais abrangente, incluindo as questões relacionadas com a universalidade do acesso à informação e os jogos de interesses a que está sujeita por parte do mercado, cf. *Canadian universality policy and the information infrastructure: past lessons, future directions*. Toronto, ON: Information Policy Research Program, Faculty of Information Studies, University of Toronto. 1996. Working Paper N.º 3. ISBN 0-7727-0411-2.

¹⁹³ Esta perspectiva está bem espelhada na proposta de Mark Hepworth para desenvolver uma política de informação em Singapura, cf. “Implementing an information policy to build a future for Singapore”. *Alexandria: the journal of national & international library and information issues*. ISSN 0955-7490. Vol. 8, n.º 3 (1996), p. 205-214.

equipped to use information, much less share it for the mutual good of both organizations and the public).¹⁹⁴

Martin de Saulles, em 2006, observava igualmente, para o cenário inglês, que as pequenas e médias empresas deviam investir na transmissão de competências de literacia da informação aos seus funcionários, pois só assim conseguiriam evitar perder milhões de horas de trabalho em pesquisa de dados relevantes para a sua acção.¹⁹⁵

A atenção aos aspectos sociais e aos indivíduos é fundamental no contexto da Sociedade da Informação, pois é através da utilização pessoal de cada um que a informação se multiplica. Neste sentido, convém assegurar a inserção de todos cidadãos na Sociedade da Informação, nomeadamente através da inclusão digital, na vertente cognitiva e tecnológica. Por outro lado, a informação afecta as relações sociais de duas formas inquestionáveis. Por um lado, a informação serve de mediador nas relações inter-pessoais, pois é com base nela que se estabelecem relações entre os indivíduos ou entre as organizações. Além disso, mudanças na posse da informação ou nos seus canais de circulação podem modificar as relações entre as pessoas ou as instituições, os governos ou as nações.

No entanto, também é verdade que a componente tecnológica está tão imbricada nas políticas de informação que é difícil ou mesmo desnecessário estabelecer uma fronteira estanque entre a política tecnológica e a política de informação. Assim, naturalmente, ambas as vertentes deverão ser analisadas na sua globalidade conjunta. De facto, num contexto de crescimento exponencial da informação, a política de informação não pode ignorar a tecnologia que suporta a criação, o tratamento e a recuperação da sua matéria-prima.¹⁹⁶ Todavia, isto não impede que alguns autores optem por abordar a vertente da política nacional ou internacional para a infra-estrutura tecnológica da informação de maneira isolada, enfatizando sobretudo as consequências para a competitividade económica.¹⁹⁷

¹⁹⁴ CORNELLA, Alfons – “Information policies in Spain”. *Op. cit.* p. 199. Derek Law defende a mesma perspectiva para o caso da Escócia, cf. “Information policy for a new millennium”. *Library review*. ISSN 0024-2535. Vol. 49, n.º 7 (2000), p. 328-329.

¹⁹⁵ DE SAULLES, Martin – “Information literacy amongst UK SMEs: an information policy gap”. *Aslib Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 59, n.º 1 (2007), p. 68-79.

¹⁹⁶ NIEGAARD, Hellen – “Bibliothèques et politiques nationales en matière d’information et/ou stratégies nationales en matière de technologie de l’information: étude”. In IFLA GENERAL CONFERENCE, 64th, Amsterdam, 16-21.08.1998 – *On crossroads of information and culture* [em linha]. [Acedido 06.02.2006]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/IV/ifla64/123-137f.htm>>.

¹⁹⁷ Ver, por exemplo, KING, John Leslie; KRAEMER, Kenneth L. – “Information infrastructure, national policy, and global competitiveness”. *Information infrastructure and policy*. ISSN 1383-7605. Vol. 4, n.º 1

Como bem notou Fred W. Weingarten «Technology exists not in isolation but as shaped by the needs and perspectives of the institutions and people who adopt, adapt, and use it and by the cultural values and attitudes of the society in which it is used».¹⁹⁸ Assim, ao formular uma política de informação é necessário atender aos aspectos sociais e culturais, escapando a uma postura reactiva face aos desenvolvimentos tecnológicos. Ora, de acordo com Barry Mahon, até meados da década de noventa, a UE não tinha justamente conseguido acompanhar este movimento, concentrando-se excessivamente na componente tecnológica.¹⁹⁹

Ao atender aos aspectos socio-técnicos, deveremos também realçar que o próprio contexto social, político e económico condicionam a formulação ou até a inexistência de políticas de informação.²⁰⁰ Aliás, como é natural, cada país aborda a política de informação nacional com base na sua própria tradição cultural, legal, de acordo com a sua estrutura social, económica e política e consoante as influências externas que recebe e a forma como as assimila. Por outro lado, como notou Estela Morales a propósito da realidade Mexicana, «The information policies we will establish will be closely related to the general policies of each country, with public policies pertaining to education and cultures, and the historical and the social realities of the nation itself [...]».²⁰¹ Numa perspectiva ideal, a política de informação constitui um instrumento capaz de integrar os avanços científicos e tecnológicos na sociedade de forma participativa. Como tal, ela contribui para a melhoria dos elementos básicos para o exercício da cidadania, a saber:

(1995) p. 5-28; CRONIN, Blaise – “Transatlantic perspectives on information policy: the search for regulatory realism”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 13, n.º 3 (1987), p. 129-138.

¹⁹⁸ WEINGARTEN, Fred W. – “Technological change and evolution of information policy”. *American libraries*. ISSN 0002-9769. Vol. 27, n.º 11 (1996), p. 46. Para um exemplo da influência do contexto cultural no uso da tecnologia e no acesso à informação, ver MORITA, Ichiko T. – “Japanese technical information: ITS infrastructure”. In KENT, Allen, ed. – *Encyclopedia of library and information science*. New York: M. Dekker, 1991. ISBN 0-8247-2048-2. Vol 48. Sup. 11. p. 204-218.

¹⁹⁹ MAHON, Barry – “European information policy: the role of institutional factors”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 101-113.

²⁰⁰ Augonus Nnamdi Uhegbu procurou demonstrar que o ambiente social, político, económico e tecnológico da Nigéria impediu a formulação de uma política de informação nacional, cf. “Constraints on the formulation and implementation of national information policy for Nigeria”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 30, n.º 1 (2004), p. 41-47. Para o caso do Egipto, ver SHAWKY, Salem – “The drive towards a national information infrastructure in Egypt: a overview”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 26, n.º 1 (2000), p. 71-74.

²⁰¹ MORALES, Estela – “The information right and the information policies in Latin America”. In IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 65th, Bangkok, 20-28.08.1999 – *On the threshold of the 21st Century: libraries as gateways to an enlightened world* [em linha]. [Acedido 15.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/IV/ifla65/papers/056-137e.htm>>.

o nível educacional, cultural e político.²⁰² Nesta perspectiva, a política de informação inclui no seu âmbito a literacia da informação como uma componente imprescindível. De facto, só atendendo a esta vertente é possível formar indivíduos capazes de aproveitarem todas as potencialidades da tecnologia para aceder e usar a informação, transformando-a em conhecimento individual e colectivo.²⁰³

II.2.3. Hierarquia e compatibilização das componentes

Michael Hill, no capítulo introdutório à sua bibliografia, considera a necessidade de estabelecer um plano geral onde inserir todas as componentes abrangidas pelas políticas de informação.²⁰⁴ Saliencia, no entanto, que qualquer abordagem às políticas de informação deve atender à existência de uma hierarquia de políticas, sendo fundamental a compatibilização entre todos os patamares. Esta importância da coordenação é depois reforçada quando o autor identifica dezassete departamentos da administração pública inglesa envolvidos na sua formulação e implementação. A abrangência e a dispersão são o reflexo dos vinte e três campos que podem ser identificados no âmbito das políticas de informação [Tabela II-4].²⁰⁵ Tratando-se de um elenco bastante exaustivo, poderemos notar que algumas áreas se sobrepõem. Por outro lado, na distribuição das referências bibliográficas, o autor optou por outro tipo de classificação diferente deste e, portanto, não conseguiu demonstrar, na prática, as vantagens da aplicabilidade dos vinte e três campos, em termos de compreensão das políticas de informação.

Ian Rowlands e Sandra Vogel, para efectuar o levantamento de um *corpus* bibliográfico sobre as políticas de informação na Grã-Bretanha, também propõem uma classificação das áreas a incluir neste âmbito.²⁰⁶ Assim, para enfrentar a complexidade e a vastidão da área, distinguem factores pesados e factores leves. Os primeiros, “hard factors”, dizem respeito aos aspectos legislativos, enquanto os segundos, “soft factors”, apesar de menos visíveis, teriam uma relevância significativa, já que diriam respeito a

²⁰² SILVA, Terezinha Elizabeth – “Política de informação na Pós-Modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil”. *Informação & Sociedade: Estudos* [em linha]. Vol. 1, n.º 1 (1991). [Acedido 21.09.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/pdf/IS119101.pdf>>. ISSN 0104-0146.

²⁰³ LIMA, Jussara Borges; MACHADO, Lurdes Regina B. L. – “Política de informação para alfabetização digital”. In CIFORM: Encontro Nacional de Ciência da Informação, V, São Salvador da Bahia, 2004 – *Políticas de informação* [em linha]. [Acedido 21.09.2005]. Disponível na WWW: <http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/jussaraborgeslima.html>.

²⁰⁴ HILL, Michael – *National information policies and strategies: an overview and bibliographic survey*. London: Bowker Saur. 1994. ISBN 1-85739-155-1. p. 1-15.

²⁰⁵ *Idem, ibidem*. p. 5-6.

²⁰⁶ ROWLANDS, Ian; VOGEL, Sandra – *Information policies: a sourcebook*. London: Taylor Graham, 1991. ISBN 0-947568-45-X. p. 7-9.

aspectos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, à indústria da informação ou à acção de grupos de pressão. Por outro lado, consideram que o âmbito das políticas de informação assenta em cinco áreas: legislação e regulamentos, serviços de informação, relações público/privados, informação electrónica e, por último, protecção de dados e privacidade pessoal. Os autores defendem que a componente legislativa e regulamentar constitui o factor com mais peso, em termos de impacto na política de informação nacional, porque «It is through legislation that Ministerial responsibility for information matters is given and taken away; that advisory bodies are created and given specific remits; and that provision for the information infrastructure is made».²⁰⁷ Já a espinha dorsal da infra-estrutura de informação assenta nas bibliotecas de leitura pública, as quais são tradicionalmente tratadas como sistemas separados, em termos legais e organizacionais, distinguindo-se bibliotecas nacionais, académicas e públicas, tendem a configurar subsistemas de uma rede integrada. Estritamente relacionada com a integração dos serviços públicos de informação está a terceira área, relativa às relações entre o sector público e o privado, cada vez mais orientadas para a cooperação entre ambos. A quarta área, da informação electrónica, extravasa as fronteiras tradicionais dos serviços de disponibilização de acesso aos recursos, abrindo novas possibilidades à sua disseminação. Por outro lado, os progressos tecnológicos desempenharam um papel fulcral no despoletar de novos debates sobre as políticas de informação. Por fim, o crescimento da informação pessoal armazenada em suporte electrónico suscitou um aceso debate acerca dos direitos de acesso e do direito à privacidade, tornando-se uma área a ser incluída nas políticas de informação.²⁰⁸

Por sua vez, David Bender [Tabela II-4] considera que, no âmbito da Sociedade da Informação, as políticas de informação devem obedecer a uma hierarquia assente em critérios geográficos. Assim, no contexto internacional, importa definir princípios para a acessibilidade e a partilha da informação entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento, sobretudo ao nível da ciência e da educação, com base no aproveitamento da fusão das telecomunicações. O patamar seguinte corresponde à esfera regional, invocando-se o caso europeu, com a então Comunidade Económica Europeia, e os casos dos EUA além da Ásia, com referência a alguns projectos para a melhoria das tecnologias da comunicação. O terceiro nível diz respeito ao âmbito nacional de cada país, onde o autor considera necessário pôr em prática medidas em

²⁰⁷ *Idem, ibidem.* p. 7.

²⁰⁸ *Idem, ibidem.* p. 7-9.

vários domínios para possibilitar a efectiva integração dos dois patamares superiores. Assim, cada Estado deverá atender ao desenvolvimento e uso das tecnologias, à circulação de informação, à privacidade e à protecção de dados, à propriedade intelectual, ao comércio e à indústria da informação, às relações entre o governo e o sector privado, ao acesso a bases de dados, às bibliotecas, à informação científica e técnica, à normalização, às telecomunicações ou à educação.²⁰⁹ Por seu lado, Jane Bortnick também defende que as políticas de informação obedecem a uma hierarquia geográfica, considerando o nível nacional e o internacional, sendo imperioso atender à coordenação de três áreas principais: a protecção de dados, a soberania nacional e cultural, além do desenvolvimento económico.²¹⁰ Mas esta hierarquização também pode ser institucional, por exemplo entre o nível de governo federal e o nível de governo estadual nos EUA.²¹¹

Michael Kristiansson considera igualmente que a política de informação diz respeito à coordenação entre os níveis micro e macro dando como exemplo o facto de o nível macro-económico de desenvolvimento de uma economia baseada na informação afectar ao nível micro as organizações no que toca a aspectos administrativos, técnicos, culturais e educacionais.²¹² Assim, o autor propõe uma abordagem holística das componentes das políticas de informação, mas considerando a hierarquia específica que cada uma ocupa.

II.2.4. Procura dos campos de um núcleo central

Na “Introdução” à já referida bibliografia elaborada por Ian Rowlands e Sandra Vogel, Nick Moore escolhe quatro áreas para definir o âmbito das políticas de

²⁰⁹ BENDER, David – “A strategy for international information policy”. *Libri: international journal of libraries and information services*. ISSN 0024-2667. Vol. 43, n.º 3 (1993), p. 210-231. Para as questões específicas da privacidade e da protecção de dados, ver alguns artigos de um número da *Library trends* sobre estes temas e a sua relação com a política nacional de informação nos EUA: SHANK, Russell – “Privacy: history, legal, social and ethical aspects”. *Library trends*. ISSN 0024-2594. Vol. 35, n.º 1 (1986) p. 7-18; LINOWES, David F.; BENNETT, Colin – “Privacy: its role in federal government information policy”. *Library trends*. ISSN 0024-2594. Vol. 35, n.º 1 (1986) p. 19-42; RELYEA, Harold C. – “Secrecy and national commercial information policy”. *Library trends*. ISSN 0024-2594. Vol. 35, n.º 1 (1986) p. 43-59; GOULD, Stephen B. – “Secrecy: its role in national scientific and technical information policy”. *Library trends*. ISSN 0024-2594. Vol. 35, n.º 1 (1986) p. 61-81.; McDONALD, Frances M. – “Technology, privacy and electronic freedom of speech”. *Library trends*. ISSN 0024-2594. Vol. 35, n.º 1 (1986) p. 83-104.

²¹⁰ BORTNICK, Jane – “National and international information policy”. *Journal of the american society of information science*. ISSN 0002-8231. Vol. 36, n.º 3 (1985), p. 164-168.

²¹¹ SMITH, Bruce G. – “Federal information policy”. In KENT, Allen; HALL, Carolyn M., ed. – *Encyclopedia of library and information science*. New York: Marcel Dekker, 2002. Vol. 72, Sup. 35. ISBN 0-8247-2074-1. p. 206-216.

²¹² KRISTIANSSON, Michael – “A framework for information policy analysis ...”. *Op. cit.* p.19-29.

informação [Figura II-2]. Assim, considera que será mais proveitosa uma abordagem que distinga os aspectos legislativos e regulamentares, os aspectos macroeconómicos, os aspectos organizacionais e os aspectos sociais.²¹³

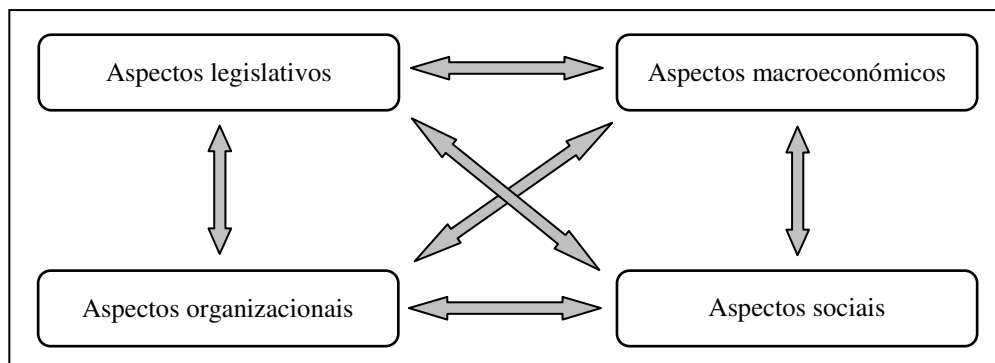


Figura II-2: *Componentes das políticas de informação e suas inter-relações segundo Nick Moore (1991)*²¹⁴

Os aspectos relacionados com a legislação sobre informação tornaram-se mais prementes nos últimos anos, em consequência dos progressos tecnológicos e da expansão das capacidades de produzir, comunicar, armazenar e recuperar informação. O autor realça o facto de as alterações legislativas terem implicado a revisão de diplomas existentes, sobre os direitos de autor,²¹⁵ bem como a formulação de novas leis, por exemplo, sobre a protecção de dados. Por outro lado, tornou-se necessário conjugar direitos, por vezes conflituosos, como no caso do direito à privacidade e do direito de acesso livre à informação. Esta área será complexa e muito abrangente, implicando a intervenção dos governos nacionais e de organizações internacionais.

No âmbito do papel desempenhado pelo sector da informação na economia nacional e internacional, Nick Moore aborda, entre outros, a relação da informação com o crescimento económico, ou a necessidade de medição do peso do sector da informação na economia. Nesta perspectiva, as políticas governamentais devem ser pró-activas, favorecendo a expansão da economia da informação, nomeadamente no que diz respeito ao investimento na infra-estrutura de informação, em particular a infra-estrutura de comunicações. Quanto às questões organizacionais, Nick Moore inclui os aspectos relacionados com a gestão da informação, em termos processuais e tecnológicos. Realça

²¹³ Michel Menou retomou esta matriz, considerando, todavia, que ela necessitava de algumas adaptações. Cf. MENOUE, Michel – “National information policy in the less developed countries; an educational perspective”. *International library review*. ISSN 0020-7837. Vol. 23, n.º 1 (1991), p. 58-59.

²¹⁴ MOORE, Nick – “Introdução”. In ROWLANDS, Ian; VOGEL, Sandra – *Op. cit.* p. 1-5

²¹⁵ Para uma abordagem dos direitos de autor na perspectiva da política de informação, ver CREWS, Kenneth D. – “Copyright law and information policy planning: public rights of use in the 1990s and beyond”. *Journal of government information*. ISSN 1352-0237. Vol. 22, n.º 2 (1995), p. 87-99.

novamente o papel das tecnologias para a mudança da percepção, relativamente ao lugar da informação para a tomada de decisões, concluindo que é necessário conhecer efectivamente as necessidades dos profissionais para implementar sistemas de informação consentâneos com o aumento de eficácia da organização. Finalmente, no que respeita às questões sociais envolvidas nas políticas de informação, o autor faz referência à literacia da informação, aos info-ricos e à info-exclusão, incluindo os serviços criados para promover o acesso à informação pública por parte dos cidadãos.²¹⁶ O autor conclui que o campo das políticas de informação é tão vasto que «Policy makers and others need to be made aware not only that the issues exist, but that they are related to one other». Neste sentido, «The policy responses then need to be formulated on the basis of an understanding of the background to the issues, an appreciation of the need for flexibility in a rapidly-changing environment and an awareness of the inter-connections between the different issues».²¹⁷

Alguns anos mais tarde, em 1996, o mesmo autor reformula a sua proposta defendendo que «What is needed is a framework of policies that will stimulate the take-up of the opportunities that the infrastructure offers».²¹⁸ Dois anos depois, formulou uma matriz para as políticas de informação baseada em três níveis: industrial, organizacional e social [Tabela II-2]. Em cada nível, deveremos atender a quatro grandes componentes: as tecnologias de informação, o acesso à informação, os recursos humanos e os aspectos legais e regulamentares. Portanto, a sua proposta vai no sentido de ultrapassar uma perspectiva inicial centrada exclusivamente na criação da infra-estrutura tecnológica, em particular da rede de comunicações, por forma a garantir uma Sociedade da Informação justa, salvaguardando os princípios do serviço universal, do acesso livre, da igualdade de oportunidades para todos os cidadãos bem como a diversidade cultural e linguística. No que diz respeito ao primeiro nível, o autor preconiza uma atenção particular ao desenvolvimento de indústrias de conteúdos de informação e à sua colocação no mercado. A importância deste nível ultrapassa o seu peso económico, na medida em que pode ter uma influência social e cultural significativa sendo, por isso, importante o papel governamental no apoio e no desenvolvimento de fornecedores de conteúdos nacionais. O segundo nível, relacionado com o uso da informação nas organizações, deve fomentar a aplicação deste recurso como meio para aumentar a

²¹⁶ MOORE, Nick – “Introduction”. In ROWLANDS, Ian; VOGEL, Sandra – *Op. cit.* p 1-5.

²¹⁷ *Idem, ibidem.* p 5.

²¹⁸ MOORE, Nick – “Information policies in Asia”. *Op. cit.*

produtividade e a eficácia organizacionais. Será um ponto essencial para melhorar a competitividade, já que o bom uso da informação promove a qualidade, reduz os custos e permite diversificar a quantidade de serviços prestados. O terceiro nível diz respeito ao âmbito social, ou seja, o sector onde as políticas de informação são mais necessárias. Numa sociedade cada vez mais complexa, as pessoas necessitam de informação para poderem aproveitar todas as oportunidades que têm à sua disposição, para exercerem os seus direitos ou para terem acesso a melhor formação. Ora, o mercado não está vocacionado para o desenvolvimento destes serviços sociais de informação pelo que a iniciativa deve partir do governo.²¹⁹

	Tecnologias da informação	Mercado da informação	Recursos humanos	Contexto legislativo e regulamentar
Industrial				
Organizacional				
Social				

Tabela II- 2: *Matriz da política de informação segundo Nick Moore, 1998*²²⁰

Nesta perspectiva, as políticas de informação tanto podem ter um papel de reacção, como serem pró-activas às circunstâncias de um contexto particular. Assim, por exemplo, as industriais de conteúdos de informação baseiam a sua actividade na existência de tecnologia apropriada. Já as organizações devem ter acesso a tecnologia actualizada para fazerem o melhor uso possível da informação. A nível social, um acesso alargado à informação pressupõe a existência de soluções tecnológicas inovadoras. No que respeita ao acesso à informação, Nick Moore nota que ele ocorre essencialmente no âmbito do mercado, pelo que as iniciativas políticas do governo procuram intervir apenas para fazer funcionar as leis desse mercado. No entanto, este aspecto ultrapassa o nível dos mercados de informação, pois em muitas circunstâncias o acesso à informação tem de ser gratuito, envolvendo ainda questões de imparcialidade, objectividade e acesso universal. No que respeita ao terceiro elemento, os recursos humanos, verifica-se a necessidade de desenvolver novas habilidades, não só em termos de profissionais da informação para trabalhar no sector da indústria ou nas organizações mas, em termos sociais, é igualmente essencial desenvolver novas competências de literacia. Por fim, nos aspectos relacionados com a legislação, verificamos a

²¹⁹ MOORE, Nick – *The international framework of information...* (op. cit.).

²²⁰ MOORE, Nick – *The British national information policy: paper presented at the 4th Bielefeld European Colloquium, February 1998* [em linha]. Taunton, UK: Acumen Research and Consultancy Ltd, 2004. [Acedido 30.05.2005]. Disponível na WWW: <http://www.acumenuk.co.uk/strategic_information_policy.php>.

necessidade de remover algumas leis, mas também de criar novas leis que promovam um correcto funcionamento da Sociedade da Informação. De acordo com o autor, «By combining the levels and the elements it is possible to create a matrix which can be used to identify the need for and the scope of information policy. The matrix also makes it possible to specify the interrelationships between the different policy issues».²²¹ Vemos, portanto, Nick Moore tem a preocupação de identificar o campo das políticas de informação criando uma matriz válida para a análise das políticas existentes, bem com para o desenvolvimento de iniciativas para esta área.

Já E. Sam Overman e Anthony G. Cahill consideram que o âmbito das políticas de informação abrange uma estrutura normativa que obedece a dois tipos de perspectivas, as restritivas e as distributivas, dentro das quais se distribuem sete valores: o acesso e a liberdade, a privacidade, a abertura, a utilidade, o equilíbrio custo-benefício, o segredo e a segurança, além da propriedade intelectual [Tabela II-4]. As questões do acesso e da liberdade são inerentes ao bom funcionamento da democracia porque os cidadãos necessitam de estar bem informados. No entanto, os direitos de acesso, plasmados na legislação de muitos países, sofrem tensões consideráveis, devido à necessidade de compatibilizar as vertentes da segurança e da liberdade de acesso à informação. A privacidade é um dos valores comuns aceites pelas sociedades democráticas, apesar de também haver incompatibilidades entre as necessidades de informação do governo e da sociedade e o direito individual de cada cidadão à salvaguarda da sua privacidade. Já a abertura diz respeito ao direito dos cidadãos de tomarem conhecimento dos processos de decisão do governo. Por seu lado, a utilidade refere-se à informação colectada pelo Estado para servir fins específicos, os quais devem determinar o que é recolhido e conservado. O equilíbrio custo-benefício assume que a informação tem um valor económico o que pode levantar problemas na coordenação entre o interesse público e os interesses comerciais, nomeadamente quanto à informação na posse do Estado. O segredo e a segurança constituem dois valores centrais, sobretudo quanto à informação do Estado. Por fim, a propriedade intelectual e o respeito pelos direitos dela derivados constitui outro valor fundamental que também coloca em questão o equilíbrio entre os interesses individuais e da sociedade e os interesses comerciais.²²²

²²¹ MOORE, Nick – *The international framework of information... (op. cit.)*.

²²² OVERMAN, E. Sam; CAHILL, Anthony G. – “Information policy: a study of values in the policy process”. *Review of policy research*. ISSN 1541-132X. Vol. 9, n.º 4 (1990), p. 803-811.

Ian Rowlands desenvolveu igualmente pesquisa, no sentido de identificar as componentes de um núcleo duro da área da política de informação [Figura II-3]. Neste intuito, desenvolveu um mapa conceptual baseado na pesquisa dos termos associados à designação política de informação na literatura científica incluída na base de dados multidisciplinar *Social Science Citation Index*.²²³ Assim, encontrou 24 conceitos relacionados com a política de informação, distribuídos por cinco *clusters*, representando sub-domínios do campo da política de informação, distribuídos por uma matriz bi-dimensional distinguindo, por um lado, os fluxos de informação sem restrições dos fluxos de informação restritos e, por outro lado, a regulamentação dos mercados do controlo do Estado. O *cluster A* corresponde ao protecção da informação, incluindo as normas e os mecanismos de controlo do acesso e da difusão da informação na esfera pública, abrangendo, por exemplo, a segurança nacional e a protecção de dados. O *cluster B* equivale aos mercados da informação e cobre as leis e os regulamentos para proteger o investimento feito na criação de conteúdos de informação, como o *copyright*, a fim de desenvolver as trocas comerciais nesta área. O *cluster C*, da radiodifusão e das telecomunicações, diz respeito às políticas e aos regulamentos para enquadrar os mass-média e as comunicações, conjugando os interesses comerciais e os interesses dos cidadãos, inserindo-se aqui, por exemplo, os aspectos relacionados com o acesso universal. O *cluster D* congrega os elementos relativos ao acesso do público à informação oficial, nomeadamente as leis e os regulamentos que determinam a difusão da documentação oficial produzida ou recebida pelas entidades governamentais. Inclui-se aqui a liberdade de informação e a gestão da informação pela administração pública. Por fim, o *cluster E* abarca as políticas públicas para investir ou fomentar o investimento por parte dos privados na infra-estrutura de informação.²²⁴

²²³ Este trabalho foi desenvolvido no âmbito da sua pesquisa de doutoramento, ver ROWLANDS, Ian – *Mapping the knowledge base of information policy: clusters of documents, people and ideas*. London: City University, 1998. Tese de doutoramento.

²²⁴ ROWLANDS, Ian – “Some compass bearing for information policy orienteering”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 50, n.º 8 (1998), p. 230-237; ver em especial as p. 231-234. Num artigo em co-autoria, Ian Rowlands apresentou novamente este mapa conceptual, cf. ROWLANDS, Ian; EISENSCHITZ, Tamara; BAWDEN, David – “Frame analysis as a tool for understanding information policy”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 28, n.º 1 (2002), p. 31-38; ver p. 33.

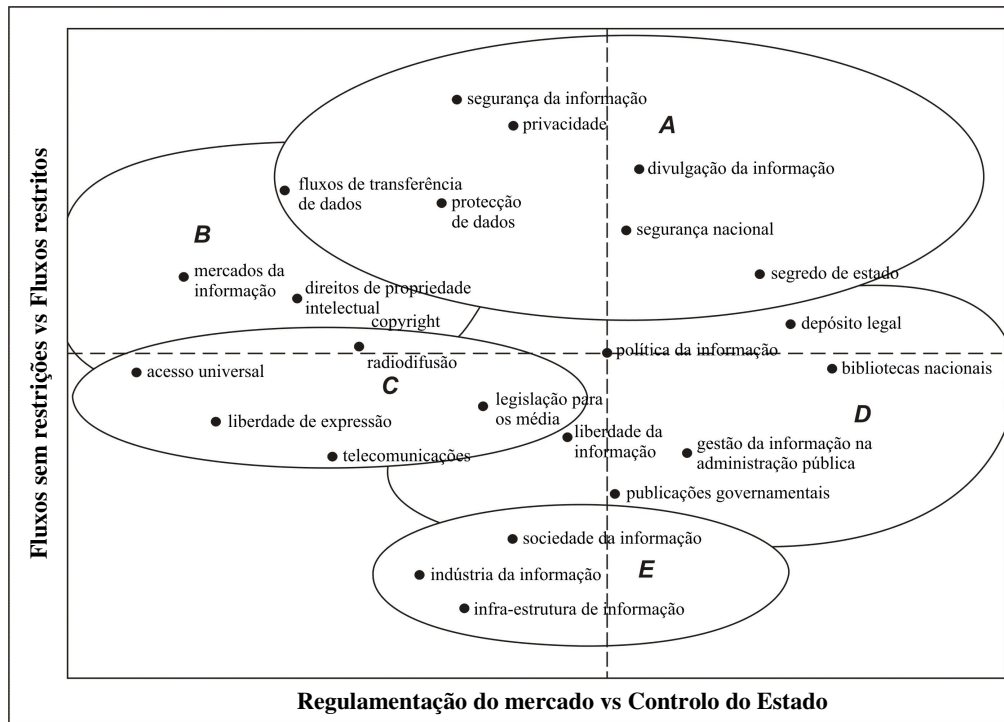


Figura II-3: *Mapa conceptual do campo da política de informação (1985-1996), segundo Ian Rowlands*²²⁵

Adrienne Muir e Charles Oppenheim, em Setembro de 2001, publicaram um relatório onde divulgavam os resultados de uma investigação sobre as políticas nacionais de informação desenvolvidas por um conjunto diversificado de países, incluindo os EUA, Canadá, alguns Estados-Membros da União Europeia, a África do Sul, a Nova-Zelândia, a Austrália e Hong-Kong, entre 1997 e 2001.²²⁶ Como ponto de partida, consideraram que as políticas nacionais de informação abrangiam um grupo bem delimitado de elementos que constituíram o objecto da sua análise, a saber: o governo electrónico, a criação e difusão de conteúdos, a herança cultural, a inclusão social-acesso universal, o comércio electrónico, o depósito legal, a literacia da informação, a liberdade de informação, a privacidade-confidencialidade, a

²²⁵ Adaptado de ROWLANDS, Ian – “Some compass bearing...”. *Op. cit.* p. 232.

²²⁶ MUIR, Adrienne; OPPENHEIM, Charles – *Report on developments world-wide on national information policy* [em linha]. Loughborough: Department of Information Science, Loughborough University, 2001. [Acedido 15.11.2006]. Disponível na WWW: <http://www.la-hq.org.uk/directory/prof_issues/nip/>. Este relatório foi depois parcialmente publicado em quatro artigos: MUIR, Adrienne; OPPENHEIM, Charles – “National Information Policy developments worldwide I: electronic government”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 28, n.º 3 (2002), p. 173-186; MUIR, Adrienne; OPPENHEIM, Charles – “National Information Policy developments worldwide II: universal access: addressing the digital divide”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 28, n.º 4 (2002), p. 263-273; MUIR, Adrienne; OPPENHEIM, Charles – “National Information Policy developments worldwide III: e-commerce”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 28, n.º 5 (2002), p. 357-373; MUIR, Adrienne; OPPENHEIM, Charles – “National Information Policy developments worldwide IV: copyright, freedom of information and data protection”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 28, n.º 6 (2002), p. 467-481.

autenticidade-autentificação, os metadados e a interoperabilidade além dos direitos de propriedade intelectual [Cf. Tabela II-4]. No entanto, devemos notar que a sua abordagem se centrou nos aspectos relativos à informação pelo que não tiveram em conta os elementos relacionados com as tecnologias. Por outro lado, consideraram apenas as iniciativas conduzidas pelo governo de cada um dos países, ignorando as intervenções oriundas da área privada.

II.2.5. Etapas do ciclo da informação

Peter Herson e Harold C. Relyea, em 1991, definem política de informação como [...] a set of interrelated principles, laws, guidelines, rules, regulations and procedures guiding the oversight and management of the information *life-cycle*: the production, collection, distribution/dissemination, retrieval, and retirement of information. Information policy also embraces access to, and use of, information.²²⁷

Mais recentemente, em 2002, reformulam um pouco esta definição, restringindo o seu âmbito à informação governamental:

Information policy is a set of interrelated laws, regulations, guidelines, and other policy “instruments” concerned with the life cycle of government information. These instruments shape agency responsibilities during that life cycle. There are a number of different opinions about what stages the life cycle comprise, but the most basic ones appear to be information 1) creation, collection, and gathering; 2) production, processing, and publication; 3) transmission, including distribution and dissemination; 4) retrieval and use; and 5) retention or disposal, including storage and archival management.²²⁸

Vemos, portanto, que, para definir o conceito de política de informação, a ênfase é colocada no ciclo de vida da informação, inicialmente num contexto alargado e depois circunscrito à informação governamental. Por outro lado, consideram apenas as políticas explícitas, já que atendem exclusivamente aos documentos que as materializam deixando de fora hábitos ou práticas que não se referem a orientações legais. Paralelamente, abrangem a vertente da gestão arquivística, usualmente omitida na maior parte das definições.

²²⁷ HERNON, Peter; RELYEA, Harold – “Information policy”. In KENT, Allen, ed. – *Op. cit.* p. 189-191; citação da p. 176.

²²⁸ HERNON, Peter [et al.] – *United States Government information: policies and sources*. Westport, Conn.: Libraries Unlimited, 2002. ISBN 1-563-08978-5. p. 8-9.

Os mesmos autores, relacionando a política de informação com informação governamental, com base numa revisão da literatura publicada, subdividem o âmbito das políticas nesta área em sete grandes categorias:

- Federal Organization for Information Policies: the structure of the government regarding provision of federal information,
- Relationship between the Federal Government and Other Stakeholders in the Information Sector: responsibilities and roles of agencies and organization engaged in the production, distribution, and dissemination of government information,
- Information Technology: applications of information technology and their effect on the government's provision of federal information,
- The Economics of Government Information: costs and benefits of government provision of federal information,
- Public Access to (and Availability of) Government Information: the rights of the public and the responsibilities of the government to make federal information accessible and available,
- Freedom of Information and Privacy Protection: the rights of the public to gain access to government agency records, while at the same time the protecting information that should not be released,
- Secrecy and Protection: the rights of the government to withhold information for the common protection of the public and national security.²²⁹

Trata-se de um enfoque interessante, na medida em que abrange a estrutura de unidades e serviços de informação da administração pública, a relação destes com outros intervenientes no fornecimento de informação, os aspectos económicos envolvidos ou a componente tecnológica, bem como os aspectos legais relacionados com a acessibilidade e a protecção de dados. No entanto, é uma perspectiva limitativa, na medida em que restringe as políticas de informação à esfera da administração pública. Por outro lado, os autores não esclarecem as inter-ligações entre cada uma das áreas abrangidas, havendo inclusive sobreposições.

Também Yochai Benkler e Mairéad Browne identificam o âmbito das políticas de informação com as etapas do ciclo da informação. Neste sentido, o professor de Yale refere que «Information policy consists of a set of commitments a society adopts about

²²⁹ HERNON, Peter; RELYEA, Harold – “Information policy”. In KENT, Allen, ed. – *Op. cit.* p. 189.

how information ought to be produced, processed, exchanged and regulated».²³⁰ Já a autora australiana, partindo da constatação que a maioria dos estudiosos atribui fronteiras muito diluídas ao âmbito das políticas de informação, considera de igual modo que o seu âmbito se situa no ciclo de vida da informação, constituindo também um aspecto distintivo relativamente a outras políticas, afirmando «The facilitation of information flow seems also to be a distinguishing mark of information policy, where information will often be a consideration but as a by-product or in a subsidiary role».²³¹

Mairéad Brown revê, então, alguns modelos de transferência da informação, como o modelo de transmissão de sinais de Shannon e Weaver ou o modelo de Birger Hjørland e de Hanne Albrechtsen, que reproduz um modelo da UNESCO dos canais de comunicação entre utilizadores e produtores, sugerindo um processo dinâmico que demonstra o papel das bibliotecas ou dos editores para facilitar a transferência da informação. A autora conclui que estes modelos são úteis, na medida em que podem ajudar a definir os parâmetros da área e na medida em que têm em conta uma terceira parte, humana ou organizacional, encarregue de facilitar a circulação da informação desde a criação até ao uso.

Mas, na sua opinião, estas abordagens são insatisfatórias, pois o modelo escolhido para definir com rigor as fronteiras das políticas de informação deve apresentar uma série de características. Deve ser claro, em termos conceptuais, e apresentar uma utilidade efectiva além de «[...] to incorporate a role for information transfer specialists and information organisations in the process».²³² Simultaneamente, tem de atender, igualmente, ao papel de outros intervenientes, que não os profissionais da informação, como, por exemplo, os utilizadores, os criadores ou os vendedores, os quais podem situar-se em três níveis (industrial, organizacional ou social), conforme Nick Moore salientou. Além disso, o modelo de transferência da informação deve também considerar os processos através dos quais são acrescentadas mais-valias à informação, como a facilidade de utilização, a diminuição do ruído, a qualidade ou a adaptabilidade.

Tendo em conta estes pressupostos, Mairéad Browne propõe, então, um outro modelo [Figura II-4]:

²³⁰ BENKLER, Yochai – *The commons as a neglected factor of information policy* [em linha]. [Acedido 20.02.2006]. Disponível na WWW: <<http://www.law.nyu.edu/beklery/commons.pdf>>. Presentation at the 26th Annual Telecommunications Research Conference, Oct. 3-5, 1998. Ver também do mesmo autor “The political economy of commons”. *Upgrade: the European journal for the informatics professional*. ISSN 1684-5285. Vol. IV, nº 3 (2003), p. 6-9.

²³¹ BROWNE, Mairéad – “The field of information policy: 1: fundamental...”. *Op. cit.* p. 271.

²³² *Idem, ibidem.*

[...] which accommodates a number of desiderata and allows a conceptual cordon to be throw around the field of information policy, incorporates ideas from earlier information transfer models and highlights many of the value-adding processes, since it was originally based on a survey of the activities of information enterprises. It shows a cycle which begins with the generation of ideas and their composition into different forms, along with the standard processes around collection and storage, organisation, retrieval and so on. It also includes processes of analysis, interpretation, evaluation, synthesis, repacking and dissemination and so on within the cycle.²³³

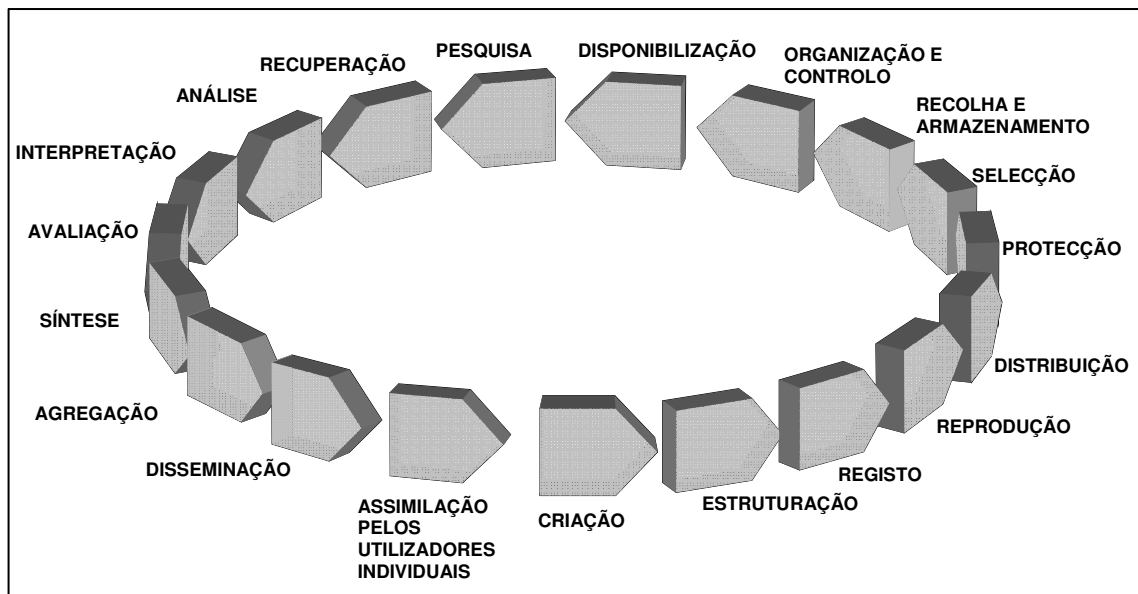


Figura II-4: *Processo de transferência da informação, segundo Mairéad Brown*²³⁴

A autora não considera tratar-se do modelo ideal para estabelecer o âmbito das políticas de informação, sendo antes uma base de trabalho para criar um modelo normativo adequado a esse fim. Na verdade, este ou qualquer outro modelo, conforme adverte, deve ser avaliado no contexto real das políticas de informação formuladas actualmente. Deverá atender aos interesses de todas as partes envolvidas, além de fundamentar uma estrutura de suporte para o campo científico das políticas de informação. Por outro lado, esse modelo deve ter em conta a forma como os decisores políticos reagem à sua aplicação, bem como a capacidade que apresenta para criar um quadro conceptual de unificação de políticas de informação muito fragmentadas. De facto, existe a necessidade de articular as diversas áreas envolvidas nas políticas de informação por forma a traçar fronteiras nítidas. Mairéad Brown conclui que

²³³ *Idem, ibidem.* p. 272.

²³⁴ *Idem, ibidem.*

[...] an information transfer model could provide an effective foundation for that, particularly in light of the fact that the discipline has its roots in activities designed to facilitate the provision of information for use by individuals, groups and society as a whole (...).²³⁵

Vemos, portanto, que a definição da Ciência da Informação tem consequências directas na definição do conceito de políticas de informação.

II.2.6. O acesso à informação

Em 1980, Arthur A. Buskin e Jane H. Yurow afirmam «Information policies are policies about the conditions of information availability».²³⁶ Assim, consideram que as políticas de informação abrangem dois grandes sectores: os aspectos legais da disseminação e do acesso à informação, bem como a economia e a gestão da informação. Nos aspectos legais, incluem as liberdades individuais e o bem-estar social, a disseminação e o acesso à informação, além da privacidade e das questões de justiça relacionadas com as práticas informacionais. Já na vertente da economia da informação, inserem a eficiência social e organizacional, a estrutura do mercado e a fixação de preços, os incentivos à criação de informação ou a gestão da informação.²³⁷ Na mesma linha, parecem apontar os estudos que apresentam a transferência da informação como uma das componentes centrais das políticas de informação, enfatizando a vertente da organização do conhecimento.²³⁸

Robert Burger, no estudo que levou a cabo sobre o Relatório SATCOM,²³⁹ considera que as políticas de informação dizem respeito ao estabelecimento de «[...]

²³⁵ *Idem, ibidem*. p. 272-273; citação da p. 273.

²³⁶ BUSHKIN, Arthur; YUROW, Jane – “The foundations of United States information policy”. *Information hotline*. ISSN 0360-5817. Vol. 12, n.º 9 (1980), p. 12.

²³⁷ *Idem, ibidem*. p. 12-18. As mesmas ideias são retomadas em BUSHKIN, Arthur; YUROW, Jane – *The foundations of United States information policy: a United States government submission to the High Level Conference on Information, Computer and Communications Policy, Organization for Economic Cooperation and Development October 6-8, 1980, Paris, France*. [S. l.]: US Department of Commerce; National Telecommunications and Information Administration, 1980.

²³⁸ GÓMEZ, Maria Néida González de – “Da organização do conhecimento às políticas de informação”. *Revista informar: cadernos do programa de pós-graduação em ciência da informação, ECO/UFRJ e IBICT/CNPq*. ISSN 0104-9461. Vol. 2, n.º 2 (1996), p. 58-66.

²³⁹ O SATCOM (Scientific and Technical Communication) foi um relatório publicado nos EUA, em 1969, com as conclusões de um grupo de trabalho criado, em 1966, pela National Academy of Science e a National Academy of Engineering, encarregado de estudar a situação e as necessidades da comunidade científica e técnica na área da circulação e transferência da informação. Num longo texto de 300 páginas, divididas em 10 capítulos, o cerne do documento encontra-se nas 55 recomendações abrangendo a planificação, a coordenação e a direcção no âmbito nacional, a criação de serviços para os utilizadores, os serviços clássicos, a comunicação informal além da pesquisa e experimentação na área da informação. Cf. BURGER, Robert – *Information policy... (op. cit.)*. p. 97-99.

parameters within which information is controlled (created, synthesized, analysed, stored, disseminated, retrieved, and use) by humans beings».²⁴⁰ Em termos de âmbito [Tabela II-4], o autor especifica que as políticas de informação abrangem áreas diversificadas:

[...] broadcasting, telecommunications, spectrum allocation, cable systems, and transnational data flows [...] scientific and technical information policy, privacy issues, literacy, freedom of speech, libraries and archives, secrecy and its effects on commercial information policy and national security, and access to government information.²⁴¹

O autor atribui a esta disciplina um carácter eminentemente pragmático na medida em que ela deve formular conhecimentos para resolver problemas de controlo e acesso à informação. No entanto, considera que a sua utilidade se fundamenta no facto de ainda não ter resolvido os problemas inerentes, à área pois, como afirma,

If information policy were carried out satisfactorily and accomplished its purpose, there presumably would be little interest in it. There is interest in information policy because: (1) information control problems have not been solved, and (2) there is a belief that these problems should be solved.²⁴²

II.3. Complexidade singular ou plural?

Existe uma produção literária abundante sobre o tema das políticas de informação.²⁴³ No entanto, apesar desta abundância em termos editoriais e tal como no caso da Ciência da Informação, há ainda, como já vimos, falta de consistência em termos de fundamentos teóricos e de formulação de conceitos, bem como de consenso quanto ao seu âmago. Naturalmente, esta situação traz implicações para a designação do próprio campo, em especial no que diz respeito ao uso do singular ou do plural quando se alude à(s) política(s) de informação.

As áreas relacionadas com a política de informação não costumam ser tratadas como um campo de reflexão ou de acção uno, tanto pelos analistas como pelos próprios políticos. Aliás, como notou Weingarten, o próprio legislador carece de uma visão una e

²⁴⁰ *Idem, ibidem.* p. 65.

²⁴¹ *Idem, ibidem.* p. 3.

²⁴² *Idem, ibidem.* p. 65.

²⁴³ Cf. as bibliografias existentes relativas à produção sobre políticas de informação: BENNETT, James R. – *Control of information in the United States: an annotated bibliography of books.* Westport, CT: Meckler, 1987. ISBN 0-88736-082-3; ROWLANDS, Ian; VOGEL, Sandra – *Op. cit.*; HILL, Michael – *National information policies and strategies... (op. cit.).*

coerente do papel da informação na sociedade, produzindo normas legais sobrepostas e por vezes conflituosas.²⁴⁴

Na opinião de Michael E. D. Koenig, no que respeita à acção política, a formulação de uma política de informação torna-se ainda mais complexa e dificultada pela tensão entre «[...] the value-added nature of information products and services versus information as a commodity with compelling “public good” characteristics and with unique transferability and distributability». Ora, segundo este autor, a criação de um equilíbrio entre a informação, enquanto um bem público ou enquanto um bem com valor comercial, torna-se um dos maiores desafios colocados à política de informação num cenário de uso intensivo das tecnologias da comunicação.²⁴⁵

Neste contexto, considera-se que a complexidade da política de informação deriva da multiplicidade de definições sobre o próprio conceito de informação e também dos contextos político, social, económico e tecnológico, cada vez mais diversificados, onde essa política deve ser formulada e actuar.²⁴⁶ Por outro lado, como já vimos, em termos de âmbito, a política de informação engloba temas tão díspares como a liberdade de expressão, a protecção da informação pessoal, a propriedade intelectual, o acesso à informação ou a recolha, produção e disponibilização de informação governamental. Assim, compreende-se que o interesse pelo estudo desta área se manifeste em autores de áreas disciplinares muito variadas, fazendo ressaltar o seu carácter multifacetado e a sua complexidade. Paralelamente, esta situação faz com que o campo da política de informação esteja espartilhado por abordagens legais, organizacionais ou disciplinares distintas, que criam fronteiras artificiais entre realidades estreitamente ligadas em termos conceptuais e empíricos porque todas têm como objecto central a informação.

Segundo Ian Rowlands, «Information policy is an example of what a political scientist might call an “issue area”, one which draws together a bundle of apparently

²⁴⁴ WEINGARTEN, Fred W. – “The structure of information policy”. In *Computer-based national information systems: technology and public policy issues* [em linha]. Washington, DC: Superintendent of Documents, U.S. Government Printing Office, 1981. [Acedido 09.02.2006]. Disponível na WWW: <<http://www.rickweingarten.com/Writing%20archive/OTA%20Chap%205.pdf>>. p. 58.

²⁴⁵ KOENIG, Michael E. D. – “Information policy: the mounting tension (value additive versus uniquely distributable ‘public good’)”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 21, n.º 3 (1995), p. 229-231; citação da p. 229-230.

²⁴⁶ Sobre isto ver HILL, Michael W. – “Information policies: premonitions and prospects”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 21, n.º 4 (1995), p. 273-282; DOTY, Philip – “Why study information policy?”. *Journal of education for library and information science*. ISSN 0748-5786. Vol. 39, n.º 1 (1998), p. 59 e BURGER, Robert – “The analysis of information policy”. *Library trends*. ISSN 0024-2594. Vol. 35, n.º 1 (1986) p. 180-181.

unrelated concerns around a single integrating concept».²⁴⁷ Partindo desta constatação, alguns anos mais tarde, o mesmo autor afirma: «The problem is that the sheer complexity of information policy results in a reduction of the capability of the state to make policy coherently and effectively».²⁴⁸

De acordo com estas premissas, alguns autores consideram que não se pode falar em política de informação, enquanto campo de estudo e de acção uno e integrado, sendo mais adequado optar pelo plural da expressão. É o caso de David Bender, já que na sua opinião «Though many countries, including the United States, do not have a single national information policy, most have principles and/or policies affecting one or more aspects of the information arena».²⁴⁹ Também Arthur A. Bushkin e Jane H. Yurow perfilham esta ideia.²⁵⁰ Já Toni Carbo Bearman considera que as políticas de informação, tanto em termos nacionais como internacionais, são formuladas e postas em prática como uma manta de retalhos através de legislação e medidas executivas, como circulares, regulamentos ou orientações, emanadas das mais diversas agências governamentais e privadas. No entanto, esta dispersão não impede que todas se enquadrem num campo com variáveis interdependentes e interesses imbricados. Assim, defende uma abordagem inclusiva dos elementos relacionados com a comunicação da informação, a tecnologia da informação, a economia da informação, a privacidade da informação, a Ciência da Informação, os sistemas e as redes de informação ou a gestão da informação.²⁵¹

Alias, como notou Michel Menou

An information policy has obviously to encompass many different subjects, which all have their particular background, requirements and functions. It is thus a mosaic of lower level specific policies. The very problem of an information policy is precisely to make all the pieces of the mosaic fit together and offer a clear and meaningful picture.²⁵²

²⁴⁷ ROWLANDS, Ian – “Some compass bearing...”. *Op. cit.* p. 230.

²⁴⁸ ROWLANDS, Ian – “Information policy: complexity, scope and normative structure”. In HORNBY, Susan; CLARKE, Zoë – *Challenge and change in the information society*. London: Facet Publishing, 2003. ISBN 1-85604-453-X. p. 133.

²⁴⁹ BENDER, David – *Op. cit.* p. 212.

²⁵⁰ BUSHKIN, Arthur; YUROW, Jane – “The foundations...”. *Information... (op. cit.)*. p. 13.

²⁵¹ BEARMAN, Tony Carbo – “National information...”. *Op. cit.* p. 110-111.

²⁵² MENOUE, Michel – “National information policy...”. *Op. cit.* p. 58.

Ora, segundo John Gray, a dificuldade reside nos problemas inerentes a uma coordenação efectiva entre áreas muito díspares, o que complica mas não impede a existência efectiva de políticas nacionais de informação.²⁵³

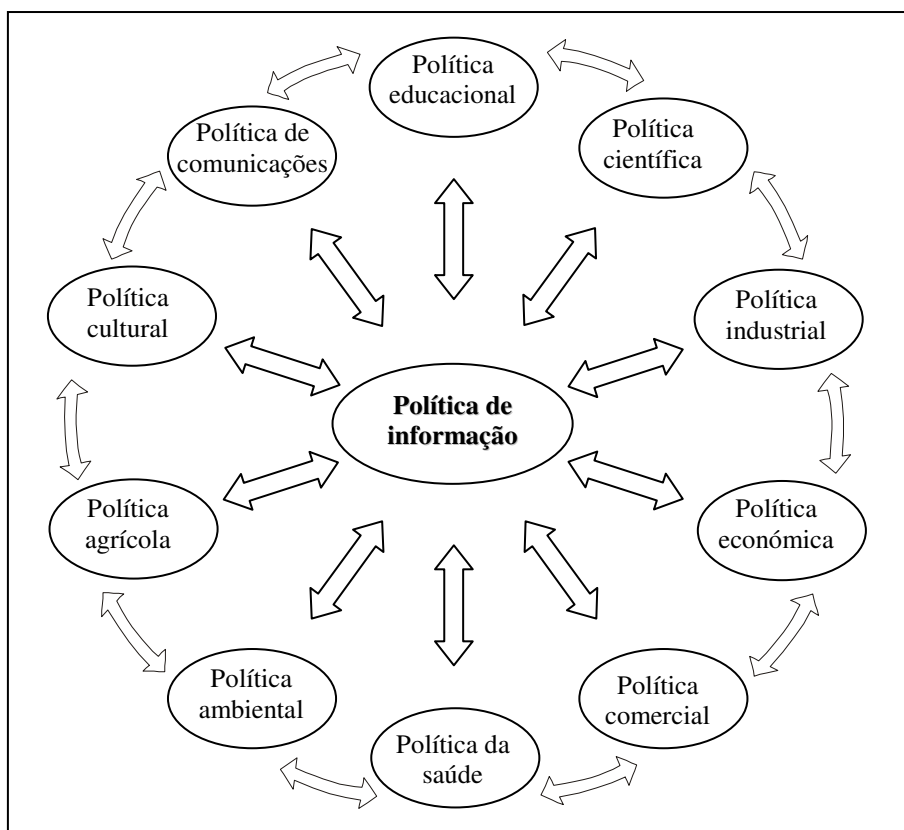


Figura II-5: *Esfera de acção da política de informação e inter-relações com outras áreas, segundo Rehman*²⁵⁴

Para ilustrar este mosaico, podemos recorrer a um esquema adaptado do diagrama elaborado por Rehman [Figura II-5] onde figuram as interações entre a uma política nacional de informação e outras áreas de intervenção política, consideradas como esferas de influência.²⁵⁵ Apesar de este autor não fazer uma descrição analítica das relações que o seu diagrama estabelece, poderemos facilmente descortinar algumas delas. Assim, por exemplo, no que respeita à política educacional, deveremos atender à necessidade de desenvolver competências de literacia informacional, incluindo esta componente nos currículos escolares. De facto, sem o domínio desta competência básica, o direito à informação só será aproveitado por uma pequena minoria. Já no caso da saúde, as últimas décadas têm proporcionado um grande crescimento da informação

²⁵³ GRAY, John – “National information policy: myth or magic?”. *Alexandria: the journal of national & international library and information issues*. ISSN 0955-7490. Vol. 1, n.º 3 (1989), p. 21-30.

²⁵⁴ Adaptado de REHMAN, Sajjad ur – “Information policies...”. *Op. cit.* p. 186.

²⁵⁵ REHMAN, Sajjad ur – “Information policies for developing nations: a framework for analysis applied to Malaysian and Indian information policies”. *Libri: international journal of libraries and information services*. ISSN 0024-2667. Vol. 46, n.º 4 (1996), p. 186.

sobre a saúde e dos cuidados de saúde.²⁵⁶ Assim, multiplicaram-se as bases de dados na saúde e o aumento de utilizadores de linhas telefónicas vocacionadas para a área tem sido significativo, havendo uma procura cada vez maior no acesso a informação sobre este tema.²⁵⁷

Por outro lado, nos últimos anos, o contexto da Sociedade da Informação contribuiu para a complexificação do âmbito da política de informação ao associar-lhe questões técnicas relacionadas com as telecomunicações e novas preocupações com as vertentes dos direitos de autor ou de competências para o acesso à informação. De facto, há uma consciência forte da influência que as redes de telecomunicações e a informação electrónica podem ter na vida dos cidadãos, nomeadamente em relação à salvaguarda de direitos fundamentais como a privacidade ou a liberdade de expressão. Por outro lado, a percepção do valor económico da informação, devido sobretudo à sua associação com as TIC, incrementou a preocupação com a formulação de uma política de informação consentânea e promotora da concretização de objectivos económicos. Sandra Braman defende, por isso, que assistimos ao emergir de um regime político de informação global provocado pela mudança

[...] in status from viewing information policy as ‘low’ policy, of relatively little international importance, to ‘high’ policy of great political importance is significant to the nature of the regime because it moves responsibility for decision-making from technical experts with no political responsibilities to top levels of political leadership.²⁵⁸

Vários autores falam, assim, da passagem de um regime internacional de telecomunicações a um regime global de infra-estrutura da informação.²⁵⁹ A autora americana considera que, recorrendo à teoria dos regimes, é possível compreender melhor um sistema de regulamentação da informação global, abrangendo a sua criação, processamento, circulação e uso.²⁶⁰

²⁵⁶ Sobre o acesso a informação na área da saúde, ver MOORE, Nick; STEELE, Jane – *Information-intensive Britain: an analysis of the policy issues*. London: Policy Studies Institute, 1991. ISBN 0-85374-484-X. p. 140-152.

²⁵⁷ Sobre relação entre a política da saúde e a política de informação, no Reino Unido, ver HAINES, Margaret P. J. – “Library and information policy development in the NHS”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 168-177.

²⁵⁸ BRAMAN, Sandra – “The emergent global information policy regime”. In BRAMAN, Sandra, ed. – *The emergent global information policy regime*. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004. ISBN 1-4039-0369-7. p. 29.

²⁵⁹ Para um resumo deste assunto, com a apresentação de um estudo de caso, ver COGBURN, Derrick L. – “Governing global information and communications policy: emergent regime formation and the impact on Africa”. *Telecommunications policy*. ISSN 0308-5961. Vol. 27, n.º 1 (2003), p. 135-153.

²⁶⁰ BRAMAN, Sandra – “The emergent...”. In *Op. cit.* p. 12-37.

O modelo de “regime de informação” também é subscrito por Maria Nélica González de Gómez como

[...] um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos.²⁶¹

Assim, o desafio maior reside na capacidade de estabelecer nexos entre as perspectivas macro e micro, coordenando a acção governamental e as suas políticas e os contextos organizacionais e geográficos onde se materializam as políticas e as práticas informacionais.²⁶²

No seu texto mais recente sobre este tema, em 2003, também Ian Rowlands parece apontar para a utilização do conceito regime de informação. A este propósito afirma:

The question of whether we speak of information policy or information policies is not merely a source of vexation for academics. Singular and plural forms represent differing worldviews. Consensual approaches to thinking about a particular issue area in ways that provide a basis for decision making are called “regimes”. A regime may thought of as a framework of shared values and assumptions that sets the context within specific laws and policies are developed.²⁶³

Desta forma, poderemos considerar que o uso do conceito regime de informação procura congrega a multiplicidade de elementos presentes no campo tradicionalmente designado por políticas de informação. Simultaneamente, o uso do singular em regime de informação ultrapassa a potencial desagregação transmitida pela expressão no plural de políticas de informação. No entanto, a designação regime de informação encontra-se ainda pouco divulgada entre os estudiosos deste campo e ainda menos junto dos decisores políticos.

Assim, na literatura científica prevalece a opção pelo uso da expressão política de informação, associado à ideia recorrente da complexidade, transmitida, em parte, pelo uso da expressão no plural e pelo recurso a argumentos de ordem contextual. De facto, a

²⁶¹ GÓMEZ, Maria Nélica González de – “Novos Cenários políticos para a informação”. *Ciência da informação*. ISSN 0100-1965. Vol. 31, n.º 1 (2002), p. 34.

²⁶² Para um exemplo da aplicação deste conceito de regime de informação à política de informação, ver GONTIJO, Míriam – “Análise da proposta brasileira de e-governo como expressão de uma política de informação a partir do conceito de regime de informação”. *Perspectivas em ciência da informação*. ISSN 1413-9936. Vol. 7, n.º 2 (2002), p. 179-188.

²⁶³ ROWLANDS, Ian – “Information policy: complexity...”. In *Op. cit.* p. 136.

produção, a difusão, e o uso da informação ocorrem em ambientes constantemente modificados por interações sociais, tecnológicas, demográficas, políticas, comerciais e económicas complexas e inesperadas. Simultaneamente, as próprias políticas de informação influem também nestas áreas. Por exemplo, as políticas sobre educação, governo electrónico ou a política de investigação e desenvolvimento podem ter consequências significativas sobre a disponibilidade e o uso da informação. Esta abrangência pode tornar as políticas de informação numa realidade abstracta, sendo, por isso, fundamental investir no estudo do seu âmbito e da sua compreensão, contribuindo para um conhecimento alicerçado que permitirá um debate mais profícuo e resultados concretos em termos de acção política. Desta forma, a complexidade inerente às políticas de informação, sendo uma característica, não será mais um obstáculo. A complexidade e o carácter multifacetado das políticas de informação têm de ser incorporados na investigação sobre a área tendo em atenção as contradições, as inter-relações e os factos inesperados que fazem parte do contexto real em que as políticas se enquadram.

Robert Burger aponta algumas razões para clarificar a origem dessa complexidade, salientando aspectos de ordem conceptual e de percepção. Assim, na sua opinião, o primeiro aspecto a ter em conta diz respeito ao conceito de informação:

[...] information policies deal with information. In spite of several attempts to define information as a resource, to attribute quantifiable values to it, or to explain it in an epistemological hierarchy of data-information-knowledge-wisdom, it remains an intangible enigma. Even though we can create, analyze, synthesize, store, sell, and distribute it, among other things, we cannot always discuss it cogently and without some degree of ambivalence or ambiguity.²⁶⁴

Consideramos, no entanto, pouco profícuo esta ideia de informação como um “enigma intangível”, sendo mais proveitosa a adopção explícita de uma definição para justamente ultrapassar algumas questões de ambivalência e ambiguidade. Como segundo ponto, fonte de confusão e complexidade para as políticas de informação, o autor identificou as questões conceptuais ligadas à política pois, «Political scientists themselves have a difficult time defining and understanding policy. Information policy is no different».²⁶⁵ Outra razão para a complexidade das políticas de informação prende-se com «[...] the inescapable perception that it is involved with every social choice we

²⁶⁴ BURGER, Robert – *Information policy...* (op. cit.), p. 5.

²⁶⁵ *Idem, ibidem.*

make» já que elas abrangem leis e acções relacionadas com todos os aspectos envolvidos na informação, os quais estão implicados em quase todas as escolhas da vida social e individual.²⁶⁶ Por fim, Robert Burger considera que se trata de um campo complexo porque ainda não desenvolvemos grelhas de explicação aceitáveis e abrangentes para todos os seus campos. Observando que recorreremos às actuais ciências para compreender as políticas de informação, o autor nota que as segundas influenciam as primeiras, na medida em que determinam o acesso à informação por parte dos cientistas, mas que as ciências também influenciam as políticas de informação. Assim, concluiu que poderemos «[...] may be running in circles by not looking beyond the disciplinary boundaries of, for example, law, political science, economics, and management for answers to information policy problems».²⁶⁷

Sandra Bramam também nota a complexidade da área invocando problemas conceptuais, aspectos de ordem informacional, aspectos estruturais e problemas de orientação. O problema conceptual decorre do facto de as mudanças tecnológicas serem tão rápidas que ultrapassam a nossa capacidade de actualização, da estrutura de regulação e dos valores entrarem em conflito, além dos objectivos políticos apresentarem grande mutabilidade. A autora defende que surgem dois tipos de problemas, derivados do papel que a própria informação desempenha no processo de elaboração de políticas: o que resulta de uma falta de informação e o que decorre do mau uso da informação. Neste sentido, Sandra Braman dá exemplos de decisões políticas baseadas em “má informação, sem cientificidade e não académica” ou tomadas num vácuo de informação. A outra fonte de confusão decorre do *deficit* informacional. De acordo com esta perspectiva, a informação disponível para os criadores de políticas tende a ser orientada de acordo com o que é politicamente e ideologicamente aceitável. Por seu lado, os problemas estruturais decorrem de conflitos ou de contradições entre diferentes políticas ou entre diferentes elementos dos mecanismos de criação de políticas. Este é um tema comum na literatura sobre políticas de informação nacionais que pode ser resolvido através de dois caminhos. O primeiro seria a coordenação entre o governo e os departamentos, o que pode não ser possível em termos de política de informação, porque os objectivos e as visões das partes envolvidas são diferentes e não necessariamente resolúveis. A segunda seria que a complexidade da política de informação conduz à redução da capacidade do Estado de elaborar políticas coerentes e

²⁶⁶ *Idem, ibidem.*

²⁶⁷ *Idem, ibidem.* p. 5-6; citação p. 6.

efectivas. O facto de a maior parte das políticas públicas ser latente em vez de explícita torna-se um problema estrutural real. Por fim, Sandra Braman coloca a questão da orientação da elaboração das políticas. Sem uma clara orientação, questões fundamentais – como: que tipo de organização social pretendemos? Que tipo de organização da informação melhor serve os interesses da sociedade? Que tipo de estruturas de regulação melhor criam e sustentam esse tipo de organização da informação? – tornam-se supérfluas.²⁶⁸

Vemos, portanto, que uma das características identitárias das políticas de informação parece ser a sua complexidade. Esta complexidade torna-se ainda maior e mais difícil de analisar porque as políticas de informação são frequentemente políticas latentes e não políticas explícitas e coerentes, já que não são sustentadas por princípios que originam uma estrutura consistente. Na maior parte dos casos, resultam da junção de iniciativas esparsas, esporádicas e reactivas (não pró-activas). De facto, muitas vezes, decorrem de intervenções motivadas por pressões de grupos de interesse, defendendo as suas vantagens e não atendendo aos direitos de acesso à informação da maioria dos cidadãos. Por outro lado, verifica-se uma grande dispersão dos órgãos decisores sobre as políticas de informação e falta de preocupação e desconhecimento dos fundamentos teóricos da área. Sobre este aspecto, o Reino Unido constitui um caso interessante pois, não tendo, até há poucos anos, uma política de informação explicitamente definida pelos órgãos estatais de tutela da área, dispõe de uma infra-estrutura de unidades de informação muito alargada e com um grau notável de desenvolvimento.²⁶⁹ Devido à relutância do governo em interferir na liberdade dos intervenientes na área e à predisposição natural dos ingleses para a acção em detrimento da reflexão «[...] information policy emerges most frequently as an ad hoc response to particular need or situation». No entanto, os princípios da liberdade de acesso à informação ou a necessidade de incrementar a gestão da informação nas organizações, tendo em vista a melhoria dos seus processos, são apresentados como princípios subjacentes a todas as decisões levadas a cabo nesta área.²⁷⁰

Sendo a complexidade e a diversidade características fundamentais do campo de estudo e de acção da política de informação, o uso da expressão, na sua forma plural, deriva de e traduz essas ideias centrais. No entanto, consideramos que, em teoria, a

²⁶⁸ BRAMAN, Sandra – “The unique characteristics...”. In *Op. cit.* p. 47-77.

²⁶⁹ MALLEY, Ian – “National and international imperatives of a UK national information policy”. *Aslib Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 42, n.º 3 (1990), p. 89-95.

²⁷⁰ LEWIS, D.A.; MARTYN, J. – *Op. cit.* p. 25-34; citação da página 25.

política de informação se apresenta como um campo de estudo uno, incidindo sobre os planos de acção destinados a guiar decisões e a concretizar objectivos pré-definidos em tudo o que esteja relacionado com a produção, a organização, o acesso e o uso da informação. Neste sentido, o uso da expressão, na sua vertente singular, encontra-se fundamentada porque o objecto de estudo é sempre o mesmo – a informação. Por outro lado, usando uma abordagem sistémica, verificamos que a política de informação se apresenta como uma unidade durável em que todos os elementos micro do sistema compõem uma estrutura estruturante na relação que estabelecem entre si e com a totalidade. Portanto, a política de informação perspectivada como sistema torna-se uma unidade na multiplicidade das suas partes, impondo-se o uso do singular. Todavia, na prática política real, a produção, a organização, o acesso e o uso da informação não são objecto de planos de acção destinados a guiar decisões e a concretizar objectivos pré-definidos coordenados entre si pelo que não representam uma estrutura estruturada.

Neste sentido, poderemos falar em políticas de informação, no plural, na medida em que para cada sector específico (por exemplo os direitos de autor, as telecomunicações ou os serviços de informação, entre outros) são elaboradas políticas sectoriais, sem que haja uma visão de conjunto que integre todas as partes. No entanto, os decisores políticos deveriam justamente fundamentar as suas escolhas com base em conhecimentos teóricos para criarem uma política de informação estruturante e estruturada, configurando-a por isso como um verdadeiro sistema na prática.²⁷¹

Não poderemos deixar de reconhecer que alguns documentos sobre a Sociedade da Informação, nomeadamente os Livros Verdes, constituem uma tentativa neste sentido, ainda que insatisfatória e inacabada, porque focalizam a sua abordagem no acesso à informação da administração pública, no desenvolvimento de serviços e de mercados de informação ou em aspectos legais, como os direitos de autor, além das questões relacionadas com a infra-estrutura nacional de telecomunicações. Todavia, na generalidade, os profissionais dos serviços de informação não são chamados a participar

²⁷¹ Não havendo muito estudos sobre o comportamento informacional dos decisores políticos, ver, por exemplo, a investigação de um grupo do Reino Unido sobre uma pequena amostra de parlamentares do seu país, cf. ORTON, Robert; MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme – “An observational study of the information seeking behaviour of Members of Parliament in the United Kingdom”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 52, n.º 6 (2000), p. 207-217 e MARCELLA, Rita; CARCARY, Iona, BAXTER, Graeme – “The information needs of United Kingdom Members of the European parliament (MEPs)”. *Library management*. ISSN 0143-5124. Vol. 20, n.º 3 (1999), p. 168-179. Em 2004, Rita Marcella conduziu um estudo semelhante no âmbito do Parlamento Europeu, cf. MARCELLA, Rita [et al.]– “The information needs and information-seeking behaviour of the users of the European Parliamentary Documentation Centre: a customer knowledge study”. *Journal of documentation*. ISSN 0022-0418. Vol. 63, n.º 6 (2007), p. 920-934.

na sua elaboração correndo-se o perigo de uma enfatização da componente tecnológica em detrimento do conteúdo das políticas de informação. Assim, a informação não pode ser vista como uma área de política isolada, mas também não deve ser encarada como subsidiária ou subsumida noutros campos. Tem de ser desenvolvida em relação estreita com os objectivos formulados para as áreas sócio-económicas, científica, tecnológica ou de educação de forma coordenada, atendendo às interdependências existentes.

II.4. Política de informação e Ciência da Informação

Sendo a informação um dos principais objectos de trabalho dos profissionais da informação, então, naturalmente, as políticas de informação constituem um tema que lhes diz directamente respeito. Por outro lado, as unidades de informação e os seus profissionais figuram como participantes incontornáveis de qualquer política de informação. Alias, o desenvolvimento de uma política de informação pode constituir uma oportunidade para a afirmação dos profissionais da área, como o demonstra o estudo conduzido por Adam Warren para a implementação da legislação inglesa de acesso à informação da administração pública e à protecção de dados pessoais.²⁷² No entanto, no final dos anos oitenta, Jonh Gray escrevia, a propósito do envolvimento destes profissionais no campo das políticas de informação:

Unfortunately organizations representing information specialists are much less united and clear in their requirements from national policy. Collectively they find it much easier to say that a coherent policy should exist than to describe it in detail and say how it can be successfully executed.²⁷³

Esta perspectiva é confirmada por um estudo conduzido por Susan Parker, onde se verifica a influência quase nula das associações dos profissionais da informação na elaboração da política de informação da UE durante a década de noventa. Pelo contrário, ainda segundo esta autora, certos lobbys instalados em Bruxelas, exteriores ao

²⁷² WARREN, Adam; OPPENHEIM, Charles – “Integration of roles? Implementing new information laws in UK public organizations”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 30, n.º1 (2004), p. 48-59.

²⁷³ GRAY, John – “National information policy...”. *Op. cit.* p. 24. Em 2002, Jesús Cortés lamentava também a falta de envolvimento dos bibliotecários do seu país na formulação da política nacional de informação: CORTÉS, Jesús – “Nuevo gobierno de cambio en México ¿Una nueva política de información?”. In IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 68th, Glasgow, 18-24.08.2002 – *Libraries for life: democracy, diversity, delivery* [em linha]. [Acedido 09.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/IV/ifla68/papers/101-129s.pdf>>. p. 6.

mundo da informação, conseguiam determinar algumas vertentes da política de informação europeia mas não a política no seu todo.²⁷⁴

Contudo, impõe-se registar algumas iniciativas da comunidade dos profissionais da informação, no intuito de influenciar a formulação de políticas para esta área. Assim, por exemplo, ainda na década de sessenta, foram criados nos EUA o National Advisory Committee on Libraries e a National Commission on Libraries and Information Science, ambos compostos por elementos oriundos do mundo das bibliotecas, desempenhando um papel de relevo na definição de uma política de informação no país.²⁷⁵ Já no final dos anos noventa, os bibliotecários norte-americanos preocuparam-se em definir novas formas de disseminação e acesso à informação governamental, aproveitando as potencialidades do ambiente digital.²⁷⁶ Além disso, depois do 11 de Setembro de 2001, ainda nos EUA, a comunidade bibliotecária destacou-se pelas suas intervenções sobre algumas medidas no âmbito das políticas de informação, tanto a nível estadual como federal, e sobretudo pela atitude crítica na sequência da aprovação e aplicação do *USA Patriot Act*.²⁷⁷ No caso do Reino Unido, a British Library e as associações profissionais sempre tiveram um peso determinante na definição de programas e orientações vocacionadas para a área da informação.²⁷⁸ Também o meio académico da Ciência da Informação desempenha um papel de relevo em certas áreas.²⁷⁹

²⁷⁴ PARKER, Susan – *Provision of European information: Commission policy and its implementation in libraries and information services in the United Kingdom*. Aberdeen: Robert Gordon University, 2004. Tese de doutoramento. p. 122-159.

²⁷⁵ TREZZA, Alphonse F. – “Towards a national program for library and information services: progress and problems”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 30, n.º 2 (1978), p. 72-87.

²⁷⁶ ADLER, Prudence S. – “Federal information dissemination policies and practices: one perspective on managing the transition”. *Journal of government information*. ISSN 1352-0237. Vol. 23, n.º 4 (1996), p. 437-440.

²⁷⁷ WEAVER, Barbara F. – “Library involvement in state government information policy development in the United States”. In IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 68th, Glasgow, 18-24.08.2002 – *Libraries for life: democracy, diversity, delivery* [em linha]. [Acedido 09.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/IV/ifla68/papers/088-081e.pdf>>. Ver também HART, Edward T. – “A look at changes in government information policies after September 11”. In IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 68th, Glasgow, 18-24.08.2002 – *Libraries for life: democracy, diversity, delivery* [em linha]. [Acedido. 09.02.2005]. Disponível em WWW: <<http://www.ifla.org/IV/ifla68/papers/110-129e.pdf>>.

²⁷⁸ Por exemplo, no final de 1981, vários membros de associações profissionais do Reino Unido organizaram uma jornada de reflexão sobre os elementos que consideravam pertinentes no âmbito de uma política de informação nacional. Cf. ANTHONY, L. J. – “National information policy”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 34, n.º 6/7 (1982), p. 310-316. Sobre a participação da comunidade profissional na formulação de uma política nacional de informação para este país, ver também a opinião de BROWN, Royston – “Towards a national information policy”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 34, n.º 6/7 (1982), p. 317-324.

²⁷⁹ Ver, por exemplo, o projecto liderado pelo Departamento de Information and Library Studies, da Universidade de Loughborough, na segunda parte da década de noventa, no sentido de desenvolver uma política nacional de preservação: EDEN, Paul; FEATHER, John – “Preservation in libraries and archives in the UK: towards a national policy”. *Library review*. ISSN 0024-2535. Vol. 45, n.º 8 (1996), p. 33-40.

Por seu lado, em 1986, os profissionais da documentação franceses elaboraram um texto onde defendiam e definiam as componentes de uma “politique documentaire nationale”. O documento foi entregue ao primeiro-ministro e depois tornado público para discussão alargada. Em termos gerais, estes profissionais, de quadrantes variados, desde arquivistas, a bibliotecários, documentalistas, conservadores ou directores de bibliotecas, pretendiam

[...] que les intérêts de l’information et de sa diffusion soient pris en compte lorsqu’ils risquent d’être affectés par les décisions des pouvoirs publics, des administrations, des entreprises, des partenaires sociaux. Nous voudrions que les principes devant orienter le développement du secteur de l’information soient démocratiquement débattus et acceptés par un accord aussi large que possible, afin que puisse s’en inspirer et s’y référer tous ceux qui travaillent dans ce secteur.²⁸⁰

Mas além destas palavras de ordem política, o texto faz uma análise da situação e propõe soluções para campos bastante diversos. Assim, o documento trata do contexto da documentação em França, do acesso aos documentos, da legislação e da regulamentação, dos aspectos económicos, relacionados com os serviços de informação, da aplicação das novas tecnologias à área, da investigação na Ciência da Informação, da formação dos utilizadores, da cooperação internacional, bem como das estruturas de coordenação.²⁸¹

Também no contexto neo-zelandês, a biblioteca nacional ocupa um lugar de relevo na formulação da política de informação, sobretudo desde os anos oitenta, dando uma ênfase especial às questões relacionadas com o direito de acesso à informação, em particular a de origem governamental.²⁸² Já no caso de Portugal, deveremos recordar a iniciativa da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalista (APBAD) manifestando-se contra a remuneração do empréstimo público.²⁸³ Mesmo em

²⁸⁰ MEYRIAT, Jean – “Prélude à une action concertée pour une politique documentaire nationale”. *Documentaliste: sciences de l’information*. ISSN 0012-4508. Ano 23, n.º 4-5 (1986). p. 155-162. Aliás, num artigo do mesmo ano, Jean Meyriat considerava que a França tinha uma “non-politique de l’information”, cf. MEYRIAT, Jean – “La France: a-t-elle une politique de l’information?”. *Aslib Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 38, n.º 6/7 (1986), p. 205-214.

²⁸¹ “Pour une politique documentaire nationale: texte établi par un groupe interassociations d’archivistes, bibliothécaires, conservateurs et documentalistes”. *Documentaliste: sciences de l’information*. ISSN 0012-4508. Ano 23, n.º 4-5 (1986), p. 155-162.

²⁸² ATWOOL, Mary – “You can’t eat information: government information and the information policy role of the national library of New Zealand”. *Government information quarterly*. ISSN 0740-624X. Vol. 13, n.º 3 (1996), p. 311-322. Sobre o caso neo-zelandês, ver também HERNON, Peter – “Government information policy in New Zealand: businesslike but evolving”. *Government information quarterly*. ISSN 0740-624X. Vol. 13, n.º 3 (1996), p. 215-228.

²⁸³ Para a iniciativa da APBAD, ver <http://www.apbad.pt/Intervencao.htm#17_Remuneracao_Emprestimo_Publico> [Acedido 06.02.2008].

Cuba, até ao ano 2000, já se tinham realizado dois seminários nacionais para a definição dos princípios e dos objectivos de uma política de informação.²⁸⁴

No caso da UE, Neville Kerry, em 1997, considerava que o papel dos profissionais da informação ia aumentar, afirmando:

The importance of the role of library and documentation services to the future effectiveness of openness and new technology will gradually win general recognition. Library and documentation skills will be required to organize and exploit the added value potentially available through networking. Electronic archiving will demand decisions and partnerships in which information professionals will be indispensable.²⁸⁵

Ainda no contexto europeu, a European Information Association procura funcionar como grupo de pressão junto das instâncias comunitárias nas decisões relacionadas com a informação e a comunicação.²⁸⁶

Portanto, os profissionais da informação devem desempenhar um papel interventivo na formulação e na aplicação das políticas de informação, dando a conhecer o seu ponto de vista aos decisores políticos, aos líderes da indústria e às associações de utilizadores, se as houver. Devem preocupar-se em fornecer uma consultadoria baseada nos fundamentos científicos da área e na sua experiência de trabalho para que as políticas de informação sejam formuladas sobre bases sólidas.²⁸⁷ A este propósito, Alan E. Smith observa:

A powerful contribution which government libraries can make to policy development for national information policy is to assert the enduring values of librarianship: drawing together different knowledge formats, covering all shades of

²⁸⁴ SÁNCHEZ VIGNAU, Bárbara Susana; GRAÑA LÓPEZ, Elena – “Apuntes y reflexiones en torno a una política nacional de información en Cuba”. *ACIMED*. ISSN 1024-9435. Vol.8, n.º3, (2000), p.186-193. Sobre a política de informação nacional em Cuba, ver também ZALDÍVAR COLLAZO, Modesto; OLIVÉ GARCÍA, Aleida – “¿Hacia dónde vamos? Reflexiones en torno a la implementación de la política nacional de información en Cuba”. *Ciencias de la información*. ISSN-1606-4925. Vol. 30, n.º 2 (1999), p. 3-14.

²⁸⁵ KEERY, Neville – “Shaping factors in the future of European documentation”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1998), p. 22.

²⁸⁶ THOMSON, Ian – “Ten years of the European Information Association”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 15 (2001), p. 14-18. Ver ainda WEBB, Catherine – “European Information Association: European by name, European by nature”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 27, n.º 1 (1996), p. 5-7; WEBB, Catherine – “European Information Association: helping you through the EU minefield”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 31, n.º 1 (2000), p. 17-19.

²⁸⁷ Por exemplo, Sandra Braman considera que um dos contributos fundamentais diz respeito ao esclarecimento do conceito de informação. Cf. BRAMAN, Sandra – “Defining information: an approach for policy makers”. *Telecommunications policy*. ISSN 0308-5961. Vol. 13, n.º 13 (1989), p. 233-242.

opinion, in a structure which enables the end-user to challenge, and to be challenged by, a range of differing data.²⁸⁸

Neste sentido, o desenho e a implementação de qualquer política de informação depende, em grande medida, da preparação de profissionais capazes de conceptualizar, de aplicar e de coordenar todos os aspectos relacionados com a informação em geral e com esta área de intervenção política em particular.²⁸⁹ Para averiguar em que medida os cursos que formam os profissionais do campo da Ciência da Informação respondiam a esta necessidade, em 1993, Sajjad ur Rehman estudou 48 currículos de cursos, de graduação e de pós-graduação, dos EUA e de países em desenvolvimento, tendo aplicado uma grelha para fazer o levantamento das matérias relacionadas com as políticas de informação leccionadas [Tabela II-4], concluindo que uma pequena maioria de cerca de 51% abrangia esta componente.²⁹⁰ Aliás, poucos anos antes, Cheryl Duncan frisou a relevância da inclusão das políticas de informação nos currículos dos cursos da área da Ciência da Informação com base em entrevistas a figuras de proa, tanto ao nível da pesquisa, como do ensino neste campo do saber. Assim, por exemplo, Harold Borko considerou que «Information policy, with its implications at the local, state, regional, national and international levels» representava um dos cinco assuntos mais relevantes no desenho do currículo de formação dos profissionais da informação.²⁹¹

Toni Bearman Carbo também reflectiu sobre a inclusão do tema da política de informação nos currículos da Ciência da Informação. Do seu ponto de vista, o estudo da política diz respeito à análise de valores, ora os profissionais da informação devem reger-se por um código de conduta fundamentado em valores. Por outro lado, no âmbito da política de informação, a autora inclui o direito à privacidade, a protecção dos direitos de autor, a liberdade de expressão e de acesso à informação ou a igualdade, considerando que todos eles estão presentes no estudo ou no trabalho da Ciência da Informação.²⁹²

²⁸⁸ SMITH, Alan E. – *Op. cit.* p. 4.

²⁸⁹ Assim, a falta de profissionais qualificados na área da informação pode ser uma das causas da incapacidade para desenvolver uma política de informação. Cf. AYO, Philip; OTIKE, Japhet – “Factors hampering the formulation of a national information policy in Kenya”. *Library review*. ISSN 0024-2535. Vol. 51, n.º 7 (2002), p. 352-355.

²⁹⁰ REHMAN, Sajjad ur – “Manpower preparation for developing and implementing information policies”. *Library review*. Vol. 42, n.º 6 (1993), p. 23-37.

²⁹¹ DURAN, Cheryl – “The role of LIS education”. In McCLURE, Charles R.; HERNON, Peter, ed. – *Library and information science research: perspectives and strategies for improvement*. Norwood: Ablex Publishing, 1991. ISBN 0-89391-731-1. p. 153-154.

²⁹² CARBO, Toni – “Information policy issues and the implications of them for the education of information professionals: one individual perspective”. *Canadian journal of information and library*

Paralelamente, as políticas de informação também constituem um dos elementos que influenciam a construção da própria Ciência da Informação, enquanto área de conhecimento e com representação no meio académico, como o demonstrou Eduardo Vieira Martins para o caso brasileiro.²⁹³ A este propósito, Vincent Duclert, ao traçar um quadro muito negativo da política arquivística francesa, observa que esta situação tem uma influência directa sobre a própria arquivística enquanto disciplina, pois esta demonstra-se incapaz de construir uma alternativa séria e credível à arquivística anglo-saxónica e ao *records management*.²⁹⁴

Por outro lado, Robert Burger considera fundamental descobrir um campo científico passível de fornecer uma visão integradora das políticas de informação. A este respeito afirma:

The current state of our knowledge about information policy, that is, the societal mechanisms used to control information, and societal effects of applying these mechanisms demand that we examine information and information policy to see if we now possess the knowledge to carry out the task at hand. What we needed, I believed, is to find a legitimate disciplinary home for information policy analysis. This disciplinary home is necessary at the very least to coordinate our existing knowledge about the many aspects of information policy and its effects on society. It may very well be that we will be forced to produce new knowledge within the disciplinary framework in order to carry out our self-imposed charge. It may also turn out that this discipline will draw on techniques and approaches that already exist in other disciplines and will apply them to information policy. The contention made here is that information science has the *potential* to be this disciplinary home.²⁹⁵

Philip Doty e R. E. Wyllys consideram que a Ciência da Informação responde justamente a este potencial, ao fornecer novas perspectivas à análise das políticas de informação incluindo, por exemplo, as competências para o acesso e uso da informação nas organizações, bem como a natureza, o papel e o uso da informação ou o

science: Revue canadienne des sciences de l'information et de bibliothéconomie. ISSN 1195-096X. Vol. 24, n.º 2-3 (1999), p. 1-11.

²⁹³ MARTINS, Eduardo Vieira – “O contexto político e o discurso da ciência da informação no Brasil: uma análise a partir do Ibict”. *Ciência da informação*. ISSN 0100-1965. Vol. 33, n.º 1 (2003), p. 91-100.

²⁹⁴ DUCLERT, Vincent – “Les enjeux de la politique des archives”. *Regards sur l'actualité*. ISSN 0337-7091, n.º 303 (2004), p. 62.

²⁹⁵ BURGER, Robert – *Information policy... (op. cit.)*. p. 6.

comportamento informacional dos utilizadores, além da criação e da preservação de conteúdos.²⁹⁶

Simultaneamente, Philip Doty também procura fundamentar o estudo das políticas de informação no âmbito da Ciência da informação. Para o efeito, apresenta quatro tipos de argumentos. Assim, poderemos abordar as políticas de informação para compreender as interações sociais, de maneira a satisfazer uma curiosidade intelectual. A possibilidade de influenciar a elaboração das políticas de informação pode constituir outro motivo para a inserção deste conteúdo no âmbito da Ciência da Informação. Desta forma, será mais fácil garantir a formulação de políticas devidamente sustentadas em conhecimentos científicos e atendendo às opiniões de todas as partes envolvidas neste campo. Por outro lado, os estudiosos e académicos da Ciência da Informação, ao preocuparem-se com as políticas de informação, criam mais oportunidades para estabelecer alianças intelectuais e políticas que podem ser benéficas para o seu campo de estudo. Poderão, assim, concretizar-se alianças entre departamentos de Ciência da Informação, de Ciência Política, de Administração Pública ou de Engenharia, permitindo o desenvolvimento de projectos de investigação conjuntos ou de novas áreas de formação. Por fim, Philip Doty considera que o estudo das políticas de informação tem potencialidades para fomentar o desenvolvimento da Ciência da Informação, enquanto disciplina científica, com um lugar próprio no âmbito académico, e com utilidade social, na medida em que os seus profissionais não se limitam a ser figurantes passivos ou reactivos às políticas mas que ajudam, criticam e avaliam a acção política nesta área.²⁹⁷

Segundo Ian Rowlands, as políticas de informação fazem parte do *mainstream* da Ciência da Informação, tendo havido um crescimento contínuo da literatura científica sobre este âmbito, tornando-se uma área de especialização de um grupo bem determinado de autores de origem anglo-americana²⁹⁸. No entanto, não podemos deixar de observar que este autor ignorou os contributos para as políticas de informação conduzidos por numerosos autores, de origens nacionais diversas, sob os auspícios da UNESCO. De qualquer forma, Rowlands observa que, entre 1972 e 1995,

²⁹⁶ DOTY, Phillip; WYLLYS, R. E. – *Introduction to public information policy* [em linha], actual. 25.08.2002. [Acedido 09.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.gslis.utexas.edu/~wyllys/ITIPMaterials/infopol.html>>.

²⁹⁷ DOTY, Philip – “Why study information policy?”. *Op. cit.* p. 61-62.

²⁹⁸ ROWLANDS, Ian – “Patterns of author citation in information policy: evidence of social, collaborative and cognitive structure”. *Scientometrics*. ISSN 0138-9130. Vol. 44, n.º 3 (1999), p. 533-546.

The main destination for information policy articles is library and information science journals with further representation across a broad canvas of legal, political and social sciences. This empirical evidence offers some limited support for the often rehearsed view that information policy is multidisciplinary in scope and character.

Esta ideia é depois reforçada com a constatação de que as publicações em co-autoria em textos relacionados com as políticas de informação são em número muito reduzido.²⁹⁹

Para sustentar a ligação umbilical entre a política de informação e a Ciência da Informação, Rowlands recorre à definição dada a este conceito por Mairéad Brown, assente no ciclo de vida da informação, e ao paradigma da hierarquia do conhecimento formulado por David Bawden [Figura II-6]. Na sua opinião, as políticas de informação sustentam o progresso da esquerda para a direita da sequência, do descontextualizado para o contextualizado, do sem sentido para o compreensível.³⁰⁰

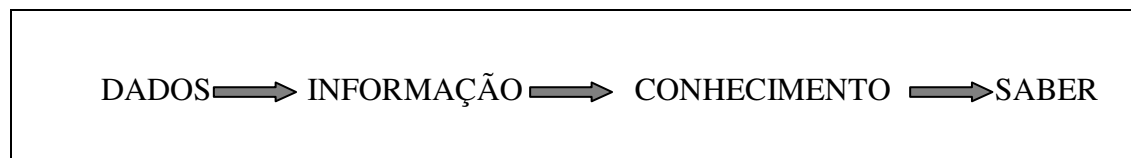


Figura II-6: *Modelo para a hierarquia do conhecimento, segundo David Bawden*³⁰¹

No entanto, também há autores a considerarem pouco benéfico para a análise das políticas de informação a sua inclusão no âmbito da Ciência da Informação. Nesta linha, Bernd Frohmann aponta alguns problemas derivados da análise ocorrida no âmbito da Ciência da Informação e propõe o uso da Teoria Actor-Rede para estudar as políticas de informação. Assim, Frohmann critica o que ele designa de “disciplinary culture of complaint”, ao considerar excessiva a ênfase colocada pelos estudiosos da Ciência da Informação na complexidade e na falta de *core* para o âmbito temático das políticas de informação. Simultaneamente, reprova o facto de alguma literatura da Ciência da Informação enquadrar as políticas de informação apenas no âmbito governamental, ignorando a intervenção de outros actores do sector privado, sobretudo quando a informação é considerada um bem com valor económico.

Concordamos com esta análise, sobretudo se tivermos em conta que, no caso da economia da informação, com a perspectiva neo-liberal actualmente dominante, o

²⁹⁹ ROWLANDS, Ian – “Patterns of scholarly communication in information policy: a bibliometric study”. *Libri: international journal of libraries and information services*. ISSN 0024-2667. Vol. 49, n.º 2 (1999), p. 59-70. Ver em especial p. 66-67; citação da p. 60.

³⁰⁰ ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy...* (*op. cit.*). p. 9-10

³⁰¹ BAWDEN, David – “Information policy or knowledge policy?”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy...* (*op. cit.*). p. 74.

Estado tem apenas um papel regulador, em muitos casos limitado. No entanto, já não subscrevemos a sua crítica à ênfase colocada pela investigação da Ciência da Informação no que respeita ao *focus* epistemológico das políticas de informação. Na opinião do autor, para os actores políticos, esta abordagem não é significativa em termos de acção e, por isso, torna-se pouco necessária. Todavia, parece-nos que justamente um dos principais objectivos dos analistas das políticas de informação deve ser demonstrar com rigor qual o âmbito epistemológico desta área de intervenção política. Também a tónica colocada nos aspectos instrumentais das políticas de informação, como a implementação de tecnologias de comunicação ou a gestão e o acesso à informação governamental, é alvo de crítica por parte de Frohmann. Mas é natural a atenção das abordagens da Ciência da Informação a estes aspectos, pois eles dizem respeito ao núcleo duro das políticas de informação. Por fim, este autor canadiano considera que

[...] the most important limitation imposed by LIS on IP studies is occlusion of issues concerning the relation between information and power. The focus on instrumental problems and epistemological issues concerned with establishing and policing borders between disciplines deflects attention from questions of how power is exercised in and through the social relations mediated by information, how dominance over information is achieved and maintained by specific groups, and how specific forms of dominance – especially those of race, class, sex and gender – are implicated in the exercise of power over information.³⁰²

Esta abordagem de Bernd Frohmann conjuga o uso da Teoria Actor-Rede com a Teoria dos Regimes, na análise às políticas de informação, procurando atender aos aspectos sociais, técnicos e conceptuais.³⁰³ No entanto, o autor só usou esta abordagem no estudo da rádio e das designadas “auto-estradas da informação”. Portanto, a sua aplicabilidade a todos os campos da política de informação ainda está demonstrada de

³⁰² FROHMANN, Bernd – “Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory”. In *Connectedness: information, systems, people, organizations: proceedings of the 23rd annual conference of the Canadian Association for Information Science, 7-10 June 1995, Edmonton, Alberta* [em linha]. [Acedido 06.03.2006]. Edmonton, Alberta: School of Library and Information Studies, University of Alberta, 1995. Disponível na WWW <<http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/actor.htm>>.

³⁰³ *Idem, ibidem.*

forma muito pontual, além de que sofre as críticas gerais apontadas à utilização da Teoria Actor-Rede.³⁰⁴

Do ponto de vista de Alistair S. Duff, as políticas de informação devem ser analisadas partindo de uma perspectiva multidisciplinar, que extravasa a Ciência da Informação, inserindo-se antes num campo que o autor designa de estudos da Sociedade da Informação, incluindo contributos da Filosofia Política e da Futurologia. Nota, ainda, que em termos académicos as políticas de informação tanto podem ser abordadas em departamentos de Ciência da Informação, como de Comunicação e Mass-Média, da Sociologia ou de Estudos Culturais mas não sua opinião

[...] these disciplines should be seen as lodging houses and should never become prisons to which information policy must be forever confined. What is really needed (as far as academe is concerned) is the setting up of interdisciplinary research centres in information policy, functioning at university or faculty rather than departmental level.³⁰⁵

Neste contexto, Alistair S. Duff atribui à política de informação a incumbência de funcionar como «[...] the normative theory of the information society».³⁰⁶ Aliás, considera que a origem das políticas de informação se encontra nos anos setenta, coincidindo com o início da Sociedade da Informação, nos parâmetros definidos por Marc Porat na extensa obra *The Information Economy*.³⁰⁷ Esta postura demonstra uma focalização excessiva no trabalho de um único autor, no caso Marc Porat, ignorando, em particular, os contributos desenvolvidos desde a década de sessenta pela UNESCO no sentido de criar instrumentos de reflexão e de orientação para a formulação de políticas de informação nacionais. Por outro lado, o autor não desenvolve de forma sustentada uma abordagem conceptual que permita alicerçar a sua visão normativa da política de informação para a Sociedade da Informação. Por fim, quanto aos elementos a incluir no âmbito desta política de informação, o autor não apresenta novidades relativamente a outras propostas [Tabela II-4].

³⁰⁴ Sobre uma análise crítica à Teoria Actor-Rede por parte dos seus ideólogos, ver LAW, John; HASSARD, John – *Actor network theory and after*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. ISBN 0-631-21194-2; em especial as contribuições de John Law e Bruno Latour, p. 1-25.

³⁰⁵ DUFF, Alistair S. – “The past, present, and future of information policy: towards a normative theory of the information society”. *Information, communication & society*. ISSN 1468-4462. Vol 7, n.º 1 (2004), p. 69-87; citação da p. 83.

³⁰⁶ *Idem, ibidem*. p. 70.

³⁰⁷ PORAT, Marc Uri – *The information economy*. Washington: US Department of Commerce; Office of Telecommunications, 1977. Vol. 1. p. 204-249.

II.5. Metodologias de abordagem das políticas de informação

Havendo, como dissemos, uma produção editorial significativa sobre o tema das políticas de informação, na maioria dos casos, os autores não têm a preocupação de explicitar nem de fundamentar as suas opções metodológicas e as perspectivas teóricas que orientaram a sua investigação. Esta situação foi já realçada por Ian Rowlands criticando o facto ao afirmar:

[...] authors fail to make explicit either their methodology or their underlying assumptions. This is a particularly unfortunate state of affairs on those occasions when research is commissioned by the policy-making community as an input into decision-making. Considerations of the methodological basis of information policy research is conspicuous by its absence in the journal literature.³⁰⁸

Por outro lado, o estudo das metodologias e das orientações teóricas explícitas ou subjacentes aos textos publicados também não tem despertado o interesse dos investigadores. Um dos textos mais significativos para a análise da literatura publicada sobre políticas de informação, datando já de finais dos anos oitenta, é da autoria de Eileen M. Trauth.³⁰⁹ Na opinião desta autora, poderemos organizar os estudos sobre políticas de informação segundo dois critérios: o fim e o âmbito disciplinar.

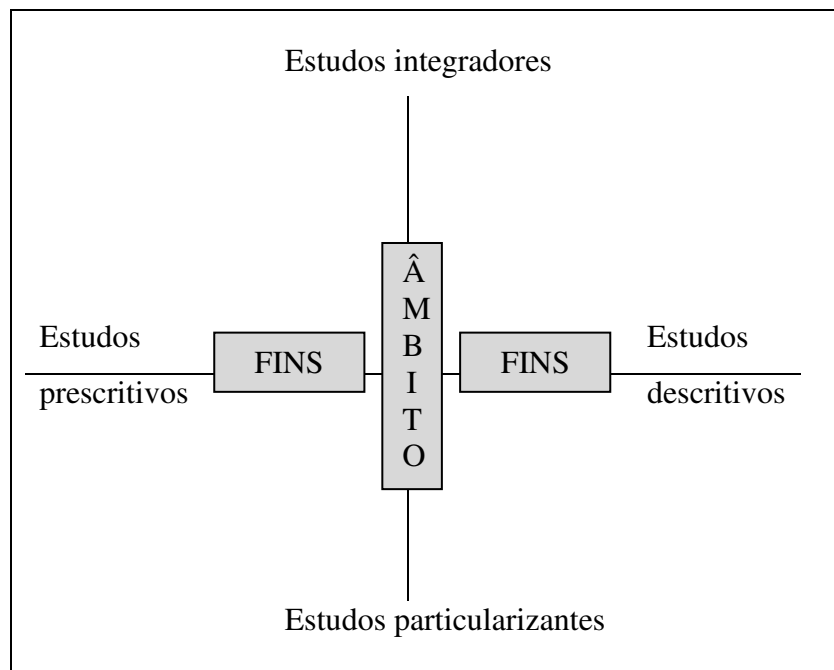


Figura II-7: *Fins e âmbitos disciplinares dos estudos sobre políticas de informação segundo Eileen M. Trauth*³¹⁰

³⁰⁸ ROWLANDS, Ian, – “Understanding information policy: concepts, frameworks and research tools”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy...* (op. cit.). p. 36.

³⁰⁹ TRAUTH, Eileen. M. – “An integrative approach to information policy research”. *Telecommunications policy*. ISSN 0308-5961. Vol 10, n.º 1 (1986), p. 41-50.

³¹⁰ Adaptado de *Idem, ibidem*. p. 45.

Para explicitar a sua visão, a autora constrói uma matriz estruturada à volta de um eixo horizontal (fim) e de um eixo vertical (âmbito disciplinar) [Figura II-7]. Distribui, depois, os textos produzidos sobre políticas de informação pelos quatro quadrantes da matriz. Os estudos prescritivos têm como fim explicitar recomendações e influenciar a formulação das políticas. Os estudos descritivos apresentam uma determinada situação ou realçam aspectos que deveriam ser tidos em conta na implementação ou na alteração de uma política. O âmbito diz respeito ao nível de interdisciplinaridade que o estudo reflecte. A maior parte está limitada a um contexto específico, a uma disciplina ou a um campo social. No entanto, alguns textos são de tipo integrador, promovendo uma abordagem que ultrapassa as fronteiras de um só contexto ou de uma única disciplina. Poderemos, assim, ir de estudos mais específicos (prescritivos e particulares) para estudos mais gerais (descritivos e integradores). Na altura em que a autora conduziu a sua investigação, o lado direito da matriz estava claramente preenchido, tanto com estudos particulares e descritivos, como com estudos integradores e descritivos, faltando sobretudo abordagens integradoras e prescritivas.³¹¹ Tendo isto em conta, a autora defende que «[...] as information policy development has been technology-driven, policy research has been discipline-bounded. As a result, there is a fragmentation of policy research as well. Policy studies tend to be limited in scope by the technology of concern to the particular profession».³¹² Como resultado deste tipo de enfoque limitativo, os investigadores, do mesmo assunto mas com formação em áreas diferentes, raramente tiram partido das descobertas e das soluções equacionadas pelos colegas. Para exemplificar o determinismo da influência das tecnologias no desenvolvimento das políticas de informação e nos seus estudos, a autora refere que as políticas de informação eram essencialmente abordadas pela Biblioteconomia, com ênfase nos direitos de autor ou na censura, mas que com a aplicação das tecnologias e os problemas decorrentes em termos de privacidade e de segurança tornou-se igualmente um campo de reflexão para as ciências informáticas.

Poderemos considerar que os trabalhos com uma perspectiva integradora e prescritiva são os mais difíceis de levar a cabo, visto necessitarem ser conduzidos em larga escala por equipas multidisciplinares e que, por isso, mesmo actualmente, são pouco frequentes. No entanto, poderemos, por exemplo, citar, para o caso português, o *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal* como um exemplo destas

³¹¹ *Idem, ibidem.* p. 44-45.

³¹² *Idem, ibidem.* p. 42.

abordagens integradoras e prescritivas.³¹³ De facto, em termos de âmbito, este documento abrange aspectos alargados que vão desde a administração do Estado, às questões educacionais, da memória, económicas, empresariais, sociais, legais ou tecnológicas, apresentando, para todas, medidas prescritivas para concretizar as propostas apresentadas. Deveremos, contudo, realçar que a sua perspectiva integradora pode ser de alguma forma questionada, atendendo a que a sua formulação não contou com a participação de bibliotecários nem arquivistas.³¹⁴

Admitindo a necessidade de estudos de âmbito limitado para certos problemas, Eileen Trauth considera que os estudos integradores terão maiores probabilidades para favorecer a compreensão das políticas de informação, afirmando «In order to support discussions of policy issues which cut across a number of technologies and disciplines or move between the public and the private sectors, studies which step back and take a more integrated, holistic perspective are also needed».³¹⁵ Para ultrapassar a visão “discipline-bounded”, a autora considera necessário recorrer à abordagem sistémica com base no modelo INPUT-PROCESS-OUTPUT (I-P-O), passando-se, então, para um novo paradigma na investigação das políticas de informação capaz de compreender integralmente a convergência das tecnologias de processamento da informação. Na sua opinião, esta mudança «[...] in telecommunications policy have demonstrate the need to focus on the content – the information – rather than on the conduit – the technology – in the analysis and development of policy».³¹⁶ Assim,

[...] the orientation shifts to the view that information policy governs a process (such as the storage or transmission of information) rather than a thing (such as technology). Just as the I-P-O model can be used to describe how data are transformed into information, it can be used to provide a meaningful grouping of policy contexts.³¹⁷

Esta abordagem torna-se mais dinâmica e abrangente contribuindo para uma melhor compreensão da complexidade das políticas de informação, levando igualmente à criação de políticas mais adequadas. No entanto, relativamente à aplicação do modelo I-P-O, a autora não esclarece que categorias de elementos cabem nos *inputs* ou nos *outputs* nem que tipo de actividades ocorrem durante o processo.

³¹³ *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*. Lisboa: Missão para a Sociedade da Informação; Ministério da Ciência e Tecnologia, 1997. ISBN 972-97349-0-9.

³¹⁴ Cf. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais... (op. cit.)*. p. 126.

³¹⁵ TRAUTH, Eileen. M. – *Op. cit.* p. 45.

³¹⁶ *Idem, ibidem.* p. 46.

³¹⁷ *Idem, ibidem.*

II.5.1. As abordagens processuais

Ian Rowlands e Paul Turner, reconhecendo a utilidade e as potencialidades do modelo processual, esclareceram que nos *inputs* poderíamos incluir as pessoas, a ideologia, as oportunidades, a informação, a investigação ou o financiamento e nos *outputs* iríamos obter mais riqueza, melhores cuidados de saúde ou uma sociedade mais democrática. Por outro lado, consideram que o uso deste modelo torna mais adequado que se pense a política de informação

[...] as a verb rather than a noun. Just as the I-P-O model can be used to describe how data are transformed into information and then knowledge, so it can also offer insights into policy-making. So, rather than addressing policy issues relating to a specific advance in software or data communications (i.e. technology-driven), we can switch our attention to the underlying functional aims and objectives of policy.³¹⁸

Conceber as políticas de informação enquanto processo e não como um resultado pontual ajuda-nos a melhorar a sua compreensão.

De facto, ao conceber-se a política de informação como um processo, em vez de um facto ou fenómeno, poderemos compreender melhor o seu desenvolvimento numa perspectiva temporal e como é influenciada por factores económicos, culturais, organizacionais ou sociais. Uma abordagem processual irá averiguar como é que as decisões são tomadas, quais os constrangimentos dos actores políticos na escolha das opções, qual o âmbito institucional em que as políticas são desenhadas e qual a estrutura criada ou envolvida na sua implementação, bem como na sua posterior avaliação.

Foi este o caminho seguido por Robert Burger partindo de uma definição de política pública enquanto conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um actor político ou por uma instituição, relativas à escolha de objectivos e à forma de os concretizar num contexto específico. Desta forma, obteremos uma visão dinâmica das políticas de informação abrangendo as fases de formulação, de implementação e de avaliação. Vejamos, agora, com algum detalhe, cada uma destas fases.

A fase de formulação decorre desde o surgimento da ideia inicial até à elaboração de uma lei, norma, regulamento ou projecto. Esta ideia inicial pode ter origens diversas, tanto dentro como fora de instituições públicas. No entanto, para que a política se possa tornar efectiva, é necessário que quem detenha autoridade para tomar decisões políticas

³¹⁸ Rowlands, Ian; TURNER, Paul – “Models and frameworks for information policy research”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy...* (op. cit.). p. 49-50.

e quem detenha recursos e competências para influenciar os decisores políticos esteja envolvido. Os actores políticos das políticas de informação, inseridos nas instituições públicas, podem ocupar diferentes níveis hierárquicos, desempenhando papéis diversos, devido à sua posição na estrutura organizacional e às normas reguladoras aplicáveis a eles próprios ou à informação. A fase da formulação deve incluir a definição de objectivos, os quais podem ser de ordem técnica, social ou política e serem implícitos ou explícitos. Aliás, uma das dificuldades desta etapa encontra-se na identificação dos objectivos implícitos, o que, naturalmente, irá afectar a implementação das políticas. Nesta fase, poderemos distinguir duas etapas: a proposta e a avaliação da formulação da política. A proposta ocorre quando surge uma ideia para resolver um problema ou para realizar uma mudança, apresentando-se uma solução e a sua fundamentação, eventualmente com base em conhecimentos científicos ou em dados empíricos. A fase da avaliação diz respeito à comparação de soluções diversas para a mesma situação ou à análise da fundamentação para determinada solução. Pode ser uma avaliação informal, levada a cabo através de debate interno acerca das vantagens e das fraquezas das propostas, ou pode ser uma avaliação formal, no sentido em que os analistas abordam a política para averiguar as suas implicações. Nesta avaliação, que decorre num âmbito restrito, podem tratar-se as razões que serão invocadas para influenciar os decisores. Todavia, um dos problemas, desta fase em geral e desta etapa em particular, é o perigo que decorre da aplicação de conhecimentos científicos inadequados ou insuficientes para enfrentar os problemas. Uma das preocupações de Robert Burger é, por isso, a ênfase na necessidade de conhecimentos adequados para formular boas políticas. No entanto, na prática, é pouco frequente os actores políticos actuarem desta forma racional e fundamentada.³¹⁹ Seria, aliás, interessante promover estudos sobre as necessidades e os usos de informação por parte dos actores políticos, verificando em que medida o seu acesso é determinado por pressões de grupos de interesse, por considerações políticas, pela opinião pública e pelo lugar que ocupam na hierarquia política. Desta forma, o processo de decisão política tornar-se-ia mais claro e contextualizado, na medida em que ficariam identificadas as fontes de informação, os obstáculos ao acesso à informação ou ao seu uso efectivo.³²⁰

³¹⁹ BURGER, Robert – *Information policy...* (op. cit.). p. 8-12.

³²⁰ Janet R. Strachan e Ian Rowlands enfatizaram a importância deste tema na sua contribuição “Information for policy-making”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy...* (op. cit.). p. 61-73.

A fase da implementação é um momento crítico para as políticas de informação. De facto, ainda que a política esteja incorporada numa lei ou noutra regulamentação, tem de ser concretizada por uma entidade com poder executivo. O sucesso da implementação depende de múltiplos factores materiais, tais como recursos financeiros, equipamentos ou pessoal habilitado. Mas também se sujeita a factores não materiais, como o ambiente político, o apoio fornecido pela estrutura burocrática ou a clareza de discurso do documento definidor da política. Assim, elaborar uma política não garante que a sua concretização seja feita de acordo com as intenções de quem a idealizou. Robert Burger identifica quatro grupos que podem afectar a implementação da política: os responsáveis políticos (nos níveis executivo, legislativo e judicial), aqueles que intervêm na implementação formal, os grupos de pressão e a comunicação social. Mas, além destes actores específicos, deveremos atender a outros constrangimentos para a implementação das políticas de informação, como a estrutura organizacional, já que o contexto onde a política se concretiza é um elemento fundamental. Depois, para melhor entender os aspectos envolvidos nesta fase, o autor distingue diferentes modelos de implementação das políticas: modelos orientados para a concretização de objectivos; modelos burocráticos, que enfatizam a componente de rotina do controlo da implementação; modelos de desenvolvimento organizacional, que encaram a implementação como um processo participativo em proveito dos intervenientes ou os modelos de conflito e discussão, que enfatizam estas vertentes da implementação.³²¹

Segue-se a fase da avaliação pós-implementação para averiguar até que ponto e como é que se conseguiram concretizar os objectivos iniciais. Aqui, deverá atender-se não apenas aos objectivos mas também à fundamentação da política, ao historial das fases de formulação e de implementação, bem como às mudanças relativamente às intenções iniciais. Os responsáveis políticos costumam desenvolver uma avaliação das políticas baseada no feedback dos executores da política, através de meios muito diversos, de forma a terem uma perspectiva da opinião dos cidadãos sobre as iniciativas, atendendo a que um maior grau de satisfação corresponde teoricamente a possibilidades de reeleição. Já os executores das políticas fazem uma abordagem pessoal a esta avaliação, tendo em conta que a sua reputação e sucesso dependerão da opinião dos responsáveis políticos. Assim, poderão filtrar informação que transmitem aos responsáveis políticos ou tentar ganhar o apoio dos grupos afectados pela política

³²¹ BURGER, Robert – *Information policy...* (op. cit.). p. 12-15.

através de iniciativas marginais. Tendo isto em conta, a avaliação levada a cabo por estes intervenientes pode não ser a mais objectiva e fiável, pelo que ocorre frequentemente a contratação de avaliadores técnicos. Mas estes também acabam por ser influenciados, no sentido de fazerem uma apreciação positiva, visto estarem sujeitos a um acordo financeiro que sustenta o seu trabalho e que é celebrado com os responsáveis ou os executores políticos. Poderemos, no entanto, considerar alguns *itens* que promovem a objectividade da avaliação das políticas de informação, nomeadamente a definição clara de objectivos de tipo mensuráveis, a implementação de actividades direccionadas para a realização dos objectivos e a disponibilização de dados para fazer a avaliação.³²²

Ao analisar o processo que dá origem às políticas de informação, Robert Burger alarga a sua compreensão. Por outro lado, sua abordagem preocupa-se com a criação de melhores e mais efectivas políticas de informação, já que a tónica na avaliação permite não só conhecer a política de informação, mas também fundamentará recomendações para aquilo que ela deve ser sempre, no intuito de facilitar o acesso à informação.

Neste contexto, torna-se possível identificar as etapas num esquema de progressão contínuo o que leva Ian Rowlands, na senda da proposta de Robert Burger, a defender também a adopção de uma abordagem processual para o estudo das políticas de informação [Figura II-8]. Na sua opinião, deve partir-se da identificação do problema e da sua contextualização na agenda política, analisando-se, depois, as políticas formuladas e planificadas. Este primeiro momento diz respeito à análise do *design* da política. Num segundo momento, ocorre a implementação da política de informação implicando que ela seja formalmente adoptada e, de seguida, posta em prática. Na última fase, deve proceder-se à avaliação com a valoração dos resultados decorrentes da aplicação das medidas políticas.³²³

Aliás, as abordagens processuais ao estudo das políticas de informação seguem um caminho frequentemente utilizado nos estudos das políticas públicas, permitindo um conhecimento mais claro da complexidade inerente à sua criação. Assim, constituem uma espécie de antídoto contra as abordagens reducionistas, criando condições para formular quadros sistémicos sobre as políticas de informação e a sua evolução. Também Reuven Karni, em 1983, defendia já esta opção, considerando que a metodologia para

³²² *Idem, ibidem*. p. 15-17.

³²³ ROWLANDS, Ian – Information policy”. In FEATHER, John; STURGES, Paul, ed. – *Op. cit.* p. 280-282.

compreender as políticas de informação deveria atender a quatro elementos: os objetivos da política de informação, avaliação da consecução desses objetivos, acções políticas e eventuais alternativas, bem como considerações sobre o próprio sistema de informação.³²⁴

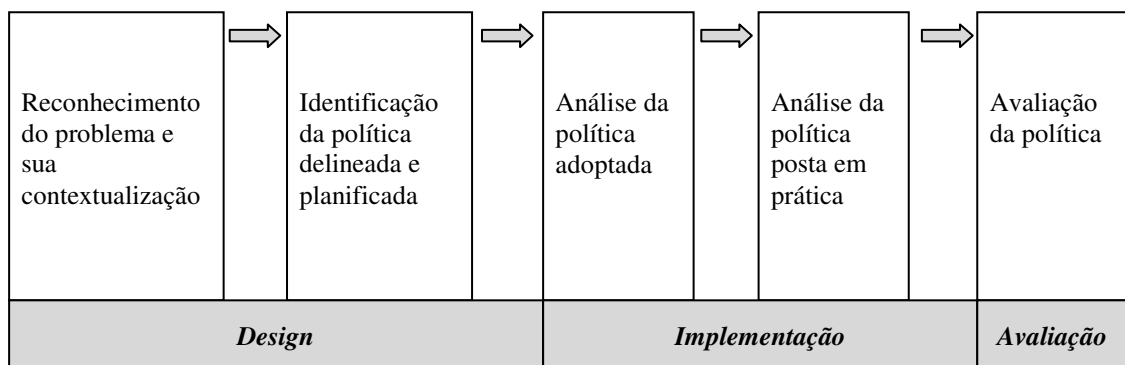


Figura II-8: *Modelo processual de abordagem às políticas de informação segundo Ian Rowlands*³²⁵

Frequentemente associados às abordagens processuais, estão os estudos de casos que demonstram a importância de factores institucionais, históricos, culturais, políticos e humanos para as políticas de informação, tornando visíveis as fragilidades das abordagens reducionistas. Ian Rowlands, embora reconhecendo a incapacidade de generalizações com base nesta abordagem, atribui significativas mais valias aos estudos de casos, pois

They can reveal much about the policy-making process that might otherwise be hidden from historians or other researchers who rely primarily on printed documents. Guiding philosophies about government and information are not the only determinants in the policy debate; policy formation and implementation may also be shaped by staff-level government workers in the legislative and executive branches of government. [...] They can be used, however, to test existing theories; to develop new theories; to provide detailed contextual analysis of particular events; and to help provide an ‘intuitive feel’ for the subtleties and nuances of the policy process.³²⁶

Mas Ian Rowlands fez, igualmente, uma análise das outras metodologias de investigação aplicadas nos estudos publicados sobre políticas de informação. Na sua perspectiva, além da opção processual, é possível identificar quatro grandes orientações metodológicas: as abordagens baseadas em classificações, as abordagens para a

³²⁴ KARNI, Reuven – *Op. cit.* p. 269-280.

³²⁵ Adaptado de *Idem, ibidem.* p. 281.

³²⁶ ROWLANDS, Ian, – “Understanding information policy: concepts...”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy... (op. cit.)*. p. 43.

identificação das características e das opções das políticas de informação, as abordagens reducionistas e as abordagens prospectivas. Atendendo a que cada uma está orientada para o cumprimento de objectivos distintos não as poderemos considerar mutuamente exclusivas.³²⁷ Vejamos, agora, com detalhe cada uma destas perspectivas.

II.5.2. As abordagens baseadas em classificações

As abordagens baseadas em classificações centram-se na identificação e na categorização dos textos sobre políticas de informação e constituem uma perspectiva partilhada por diversos autores. É uma opção comum nas bibliografias publicadas sobre o tema, pois traz algumas vantagens.³²⁸ De facto, permite esclarecer o âmbito das políticas de informação, demonstrando a abrangência da área, enquadrando tematicamente os documentos referenciados mas, por vezes, a opção é a organização cronológica com base na data de publicação dos documentos, permitindo verificar a evolução da produção legislativa para a área, ou, então, com base na origem institucional dos documentos, ilustrando quais as entidades com alçada sobre este campo, ou no próprio tipo de documento, como relatórios, leis, normas, projectos ou reflexões. Note-se que estas obras permitem a divulgação de textos de circulação restrita, nomeadamente regulamentos, Livros Brancos, Livros Verdes, relatórios.

No entanto, deveremos ter em conta que as políticas de informação existem a dois níveis: o implícito e o explícito. Ora, as bibliografias apenas reflectem o nível explícito das orientações materializadas em documentos, deixando de fora o nível implícito presente nos hábitos ou nos códigos de conduta não registados. Assim, as abordagens baseadas em classificações podem ser vantajosas em termos de primeiro contacto mas para apreender a área na sua globalidade e complexidade não serão viáveis. Estas classificações são igualmente limitativas, na medida em que não permitem contextualizar as políticas de informação em termos sociais ou institucionais, além de que elas próprias se estruturam em categorias mutuamente exclusivas não permitindo a visualização das inter-relações entre as diversas componentes, implicando uma perda de sentido em termos de compreensão. Estas fraquezas são agravadas pelo facto de os autores não dedicarem atenção aos fundamentos teóricos, o que implica uma abordagem

³²⁷ ROWLANDS, Ian – “Understanding information policy: concepts, frameworks and research tools”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 22, n.º 1 (1996), p. 13-25. Este texto foi novamente publicado com algumas adaptações em: ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy...* (*op. cit.*). p. 37-44.

³²⁸ Ver nota 243, p. 108, para o elenco das bibliografias publicadas sobre as políticas de informação.

empírica, ditada pelas circunstâncias de acesso aos documentos, que não se preocupa em justificar inclusões e exclusões do campo das políticas de informação.³²⁹

II.5.3. Abordagem para identificação de características

As abordagens para a identificação das características e das opções das políticas de informação constituem outra possibilidade e são, aliás, a opção mais comum nos estudos sobre o tema. Foi a opção seguida por Nick Moore e Jane Steele na obra *Information-intensive Britain: an analysis of the policy issues*.³³⁰ Em 1995, Ian Rowlands publicou igualmente um artigo, com as conclusões de um grupo de trabalho sobre o impacto de um documento da UE, de 1989, para incrementar as sinergias no mercado da informação entre o sector público e o sector privado, seguindo essa orientação.³³¹ Foi também o caminho seguido por Harold B. Shill, num artigo, de 1996, onde caracteriza a situação vivida pelo National Technical Information Service (NTIS) dos EUA e apresenta possíveis cenários para a sua evolução no contexto digital.³³² Os objectivos destas abordagens centram-se na identificação das componentes e dos problemas relativos à adopção de uma política específica, bem como na indicação de sugestões para resolver ou amenizar conflitos potenciais e impactos negativos. Estes estudos partem frequentemente de solicitações de decisores políticos ou institucionais decorrentes de decisões legais ou de progressos tecnológicos, servindo posteriormente para a formulação ou reformulação de políticas de informação. Assim, uma das principais funções desta abordagem é a recolha de informação, permitindo balizar o campo e as dimensões do problema envolvido. Para tal, recorre-se à aplicação de questionários e de entrevistas aos actores envolvidos. Neste sentido, tornam-se mais ricas em termos informativos relativamente às abordagens baseadas em classificações, as quais usam quase exclusivamente documentos pré-existentes. Por outro lado, é uma abordagem que procura ser integradora, analisando as relações das componentes envolvidas entre si e destas com variáveis externas. Contudo, é um tipo de abordagem que, na prática, suscita muitas reservas a Ian Rowlands porque «[...] the approach fails

³²⁹ ROWLANDS, Ian, – “Understanding information policy: concepts...”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy...* (op. cit.). p. 37-39.

³³⁰ MOORE, Nick; STEELE, Jane – *Op. cit.* Na mesma linha, situa-se a obra colectiva MARTYN, John; VICKERS, Peter; FEENEY, Mary, ed. – *Information UK 2000*. London: Bowker-Saur, 1990. ISBN 0-86291-620-8.

³³¹ ROWLANDS, Ian – “Towards public-private synergy in the European electronic information services market”. *Journal of government information*. ISSN 1352-0237. Vol. 22, n.º3 (1995), p. 227-235.

³³² SHILL, Harold B. – “NTIS: potential roles and government information policy frameworks”. *Journal of government information*. ISSN 1352-0237. Vol. 23, n.º 3 (1996), p. 287-298.

to provide a coherent framework within which policy-making can properly evaluate the options open them». O mesmo autor assinala ainda consideráveis limitações em termos metodológicos afirmando:

There is a further danger that this style of research, while implicitly (or openly) appropriating values of independence and objectivity, is in fact methodologically vacuous and its results *sui generis* – neither robust nor amenable to verification.³³³

Tudo isto é agravado pelo facto de os seus resultados serem frequentemente sobrevalorizados.

Para obstar a algumas destas limitações, o brasileiro João Luiz Pereira Marciano procurou definir um esquema para a formulação das políticas de informação [Tabela II-3].

Programa	Unidade administrativa da política
Política	Produto da interacção negociada entre os agentes
Hermenêutica	Observação de comportamentos como norteadores das políticas
Epistemologia	Indissociabilidade entre usuário e informação
Ontologia	Multidisciplinaridade inserida no contexto social

Tabela II-3: Esquema de abordagem à elaboração das políticas de informação, segundo João Luiz Pereira Marciano³³⁴

Assim, com base no modelo da multimetodologia, assente na aplicação de diferentes metodologias para a observação, a análise, a compreensão, a explicitação e a proposta de soluções para um determinado problema, o autor propõe um esquema de abordagem à elaboração das políticas de informação assente em quatro patamares: a ontologia, a epistemologia, a hermenêutica, a política e o programa. Assim, no patamar inferior, o da ontologia, identifica-se o problema no seu contexto multidisciplinar e complexo, derivando da construção social das interacções que exigem a troca de informação, dando origem aos sistemas de informação. De seguida, no patamar epistemológico, analisa-se o papel dos utilizadores e da informação, enquanto elementos constituintes dos sistemas de informação, atendendo a que ambos, utilizadores e informação, se modelam e caracterizam mutuamente. No contexto

³³³ ROWLANDS, Ian, – “Understanding information policy: concepts...”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy... (op. cit.)*. p. 39.

³³⁴ MARCIANO, João Luiz Pereira – “Bases teóricas para a formulação de políticas de informação”. *Informação & Sociedade: Estudos* [em linha]. Vol. 16, n.º 2 (2006), p. 37-50. [Acedido 04.01.2008]. Disponível na WWW: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/622>>. ISSN 0104-0146.

hermenêutico, explora-se esta interação e descortinam-se os comportamentos norteadores das políticas. Segue-se o nível da política, resultante da dialéctica entre os utilizadores e os seus pares, considerando também outros elementos passíveis de influência. O último nível é representado pelos programas considerados unidades administrativas das políticas e abrangendo o modo como elas são implementadas e acompanhadas.³³⁵

II.5.4. *Abordagens reducionistas*

Por seu lado, as abordagens reducionistas procuram limitar a complexidade e a ambiguidade das políticas de informação, confinando a recolha de dados e a sua análise, recorrendo aos instrumentos e à teorização de uma única área científica. Este modelo de abordagem orienta, por exemplo, o trabalho dos investigadores que optam por focalizar as políticas de informação numa vertente legal ou económica. Foi esta a opção de Herbert Burkert num artigo, onde analisa o contexto legal no qual o programa comunitário IMPACT, para a criação de um mercado interno de informação, se inseria.³³⁶ Foi também a linha de abordagem seguida por Maria João Amante Trigo, para o caso português, pois optou por fazer um levantamento no *Diário da República* da legislação relativa à política de informação nacional.³³⁷ Sandra N. Milevski também seguiu este caminho ao circunscrever o seu estudo da política de informação aos aspectos de segurança e de controlo da informação, no âmbito da segurança do Estado, desde a II Guerra Mundial até à década de 1980.³³⁸ Ainda que esta perspectiva seja contrária à necessidade de pluralismo teórico desejável para uma compreensão aprofundada das políticas de informação, por forma a lidar com a sua complexidade, na verdade, é uma abordagem inevitável para enfrentar a complexidade extrema do fenómeno das políticas de informação. De acordo com Ian Rowlands, «Reductionism

³³⁵ *Idem, ibidem.*

³³⁶ BURKERT, Herbert – “The legal framework of public sector information: recent legal policy developments in the EC”. *Government publications review*. ISSN 0277-9390. Vol. 19, n.º 5 (1992), p. 483-496.

³³⁷ TRIGO, Maria João Amante – *Política nacional de informação: levantamento de legislação Portugal (1980-1992)*. [Lisboa: s.n.], 1992. Tese Mestrado em Gestão da Informação (Master of Science in Information Management), Univ. Sheffield, 1992; em especial as p. 45-71. Ver também TRIGO, Maria João Amante; CORREIA, Ana Maria Ramalho; WILSON, Tom – “National information policy: the portuguese legal framework (1980-1992)”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 22, n.º 3 (1996), p. 219-227 e AMANTE, Maria João; CORREIA, Ana Maria Ramalho; WILSON, T. D. – “A política de informação da UE: enquadramento legislativo em Portugal 1980-1992”. *Cadernos BAD*. ISSN 0007-9421, n.º 2 (1994), p. 9-26.

³³⁸ MILEVSKI, Sandra N. – “Federal policy-making and national security controls on information”. *Library trends*. ISSN 0024-2594, n.º 39, n.º 1-2 (1990), p. 132-44.

overcomes the vagueness of the ‘issue and options’ approach and enables underlying assumptions to be made much more explicit». ³³⁹ Poderemos, no entanto, colocar algumas dúvidas acerca da adequação desta postura para desenvolver e implementar políticas de informação adequadas, na medida em que, centrando-se numa só vertente, não consegue integrar essa parte no todo. Por outro lado, corre-se o risco de desenvolver políticas de informação sectoriais desligadas entre si e sem ter em atenção os factores contextuais. Assim, quando se pretendem executar políticas de informação, desenhadas com base nestas premissas, os resultados obtidos são inesperados pois o mundo real não se encaixa em visões simplistas.

II.5.5. Abordagens prospectivas

As abordagens prospectivas constituem uma metodologia de estudo das políticas de informação bastante frequente. Esta opção permite a criação de visões alternativas do futuro, as quais podem ser utilizadas pelos decisores políticos para reagir a situações concretas. Desta forma, é possível reduzir a incerteza inerente às políticas de informação, derivada dos progressos tecnológicos e das percepções subjectivas dos intervenientes, para um nível aceitável. Outra das vantagens desta orientação diz respeito ao facto de procurar ser altamente inclusiva, abrangendo aspectos sociais, tecnológicos, políticos e económicos. No entanto, um dos problemas inerentes à escolha desta perspectiva, resulta da dificuldade em recolher dados num âmbito largamente abrangente. Além disso, outra das limitações das abordagens prospectivas decorre do facto de se centrarem excessivamente na percepção de um único fenómeno, acabando por descurar a visão integradora que constitui uma das suas mais-valias. Esta fragilidade é agravada pela aplicação, em termos de planeamento, de modelos conceptuais determinísticos baseados essencialmente em elementos de ordem tecnológica ou no papel das políticas públicas. Por fim, esta abordagem deveria analisar as questões relacionadas com a forma como as decisões são tomadas não se focalizando apenas nos recursos disponíveis ou na avaliação das tecnologias disponíveis e da sua possível evolução. ³⁴⁰

³³⁹ ROWLANDS, Ian, – “Understanding information policy: concepts...”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy... (op. cit.)*. p. 40.

³⁴⁰ *Idem, ibidem*. p. 41-42.

II.5.6. *Abordagens centradas na análise dos valores*

Depois da análise das diversas abordagens metodológicas às políticas de informação, Ian Rowlands propõe um novo enfoque para a área, por forma a ultrapassar as fragilidades detectadas. Neste sentido, constata que

The methodologies for policy analysis are themselves rarely ‘free-value’. Many techniques have unstated but built-in assumptions about values. This means that, in some cases, a particular technique may be chosen for ‘political’ purposes, to advance a cause rather than in a genuine spirit of scientific enquiry.³⁴¹

O mesmo autor considera ainda que, a partir das últimas décadas do século XX, se impôs o primado da economia sobre a política simultaneamente à diminuição do papel dos Estados-Nação num cenário de globalização. Em consequência, passou a prevalecer a noção segundo a qual as políticas nacionais estariam subordinadas à dinâmica da economia mundial, com claras influências no campo da política de informação, por exemplo, no que toca aos direitos de *copyright* ou à questão da infra-estrutura tecnológica de informação.³⁴² Sugere, então, alguns aspectos que levarão a uma melhoria da qualidade da investigação das políticas de informação.

Começa por defender a importância de se reconhecer a necessidade de abordagens de valor crítico, bem como à importância de atender à distinção clara entre estudos descritivos e prescritivos, ou seja, entre as políticas que existem e as que deveriam existir. Alerta, ainda, para uma maior sensibilidade face aos perigos que decorrem da confusão entre o tratamento das políticas de informação, enquanto variável dependente ou independente. Outra indicação importante diz respeito à diversificação do tipo de dados para análise recolhidos com o intuito de averiguar o impacto nas políticas de informação das áreas social, cultural ou económica. Igualmente fundamental é a clarificação dos termos usados e do campo de estudo considerado, o que implica também tornar os “preconceitos”, as metodologias e as hipóteses de trabalho mais explícitas. Esta posição implica ainda abordagens mais criativas com a aplicação de modelos exploratórios, complementados por perspectivas integradoras multidisciplinares, mesmo em estudos de caso de pequena escala, atendendo às fronteiras disciplinares e tecnológicas subjacentes às investigações de políticas de informação. Em termos contextuais o investigador deverá estar ciente dos factores que influenciam a formulação, a adopção e o impacto das políticas de informação,

³⁴¹ *Idem, ibidem*. p. 44.

³⁴² ROWLANDS, Ian; EISENSCHITZ, Tamara; BAWDEN, David – *Op. cit.* p. 32-34.

compreendendo ainda a natureza hierárquica das políticas públicas. Além disto, é ainda importante reconhecer que o facto de não haver uma política formulada explicitamente não significa que essa política não exista.³⁴³

Mairéad Browne aprofundou esta abordagem defendendo a importância do estudo das políticas de informação com base na identificação dos valores e dos paradigmas que as impregnam e modelam.³⁴⁴ Esta abordagem constitui uma quebra relativamente à tradição na área das políticas de informação, onde a clarificação dos valores e dos paradigmas científicos constituíram tradicionalmente elementos negligenciados pelos investigadores.³⁴⁵ No entanto, os valores sempre guiaram a formulação de políticas nacionais de informação, influenciando-as significativamente, sobretudo no que toca às actuais questões da Sociedade da Informação.³⁴⁶ Os paradigmas científicos estão igualmente presentes, de forma implícita ou explícita, em todos os projectos de investigação, determinando em grande parte os resultados obtidos.

Não se trata de uma tarefa fácil para uma área ainda em formação, como a das políticas de informação, exigindo um esforço por parte dos investigadores no sentido de se questionarem sobre as tradições epistemológicas e metodológicas do seu campo científico e de outros que lhe sejam conexos. Mas Mairéad Browne fundamenta a sua posição nas transformações ocorridas relativamente ao conceito de cientificidade, com as críticas formuladas ao positivismo e ao empirismo paralelamente ao emergir de «[...] a new ‘interpretative’ approach to social science with a wide-ranging, subtle, but often confusing terminology of its own».³⁴⁷ As novas abordagens são essenciais para a compreensão dos fenómenos das políticas de informação, mas não são totalmente descartadas as abordagens positivistas, valorizando-se, antes, a reflexão sobre as fraquezas e mais-valias de ambos os modelos. De facto, o enfoque incide sobre a compreensão, admitindo que as ciências sociais poderão ser particularmente úteis para um novo entendimento de algumas áreas pouco exploradas das políticas de informação,

³⁴³ ROWLANDS, Ian, – “Understanding information policy: concepts...”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy...* (op. cit.). p. 44-45.

³⁴⁴ BROWNE, Mairéad – “The field of information policy: 2. redefining the boundaries and methodologies”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 23, n.º 5 (1997), p. 339-351. Este artigo constitui a segunda parte do texto da mesma autora já referido anteriormente: BROWNE, Mairéad – “The field of information policy: 1: fundamental...”. *Op. cit.*

³⁴⁵ Como excepção poderemos citar o trabalho de Juan Sánchez Sánchez que analisou as propostas para as bibliotecas nos programas eleitorais dos partidos políticos espanhóis nas eleições, realizadas entre 1977 e 1993, não deixando de exprimir a sua opinião pessoal acerca de cada uma. Ver SÁNCHEZ SANCHEZ, Juan – “Bibliotecas públicas y partidos políticos: las políticas bibliotecárias en los programas electorales (1977-1993)”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XLIV, n.º 2 (1994), p. 123-175.

³⁴⁶ BROWNE, Mairéad – “The field of information policy: 2. redefining...”. *Op. cit.* p. 344.

³⁴⁷ *Idem, ibidem.* p. 342.

como os processos que decorem no seu âmbito ou a sua avaliação. Neste sentido, com base em técnicas qualitativas de interpretação, os investigadores deverão ultrapassar os limites tradicionais das ciências, analisando as estruturas conceptuais que as marcaram, questionando os fundamentos das suas teorias e a natureza da sua investigação.³⁴⁸

Esta autora australiana realça a necessidade de se ter em conta dois planos em que os valores assumem uma importância determinante. Antes de mais, os valores influenciam as escolhas dos investigadores e a maneira como conduzem as pesquisas, além de sustentarem os paradigmas científicos que enquadram os trabalhos. Por outro lado, os investigadores devem atender ao papel dos valores nos contextos políticos e ao modo como influenciam os decisores e os executores das políticas.³⁴⁹ De facto, as políticas nacionais de informação, bem como os seus processos de formação e de implementação têm de ser congruentes com a cultura e a ideologia política do país em questão.

Ora, de acordo com Nick Moore, poderemos distinguir duas grandes orientações na condução das políticas de informação: o modelo neo-liberal e o modelo dirigista.³⁵⁰ O primeiro é característico dos países mais desenvolvidos, nomeadamente dos EUA e do Reino Unido, bem como, num grau menor, dos outros países da UE, da Austrália, do Canadá ou da África do Sul, onde o mercado dita e conduz grande parte dos objectivos políticos. Aqui o Estado intervém como facilitador, na medida em que deve ajudar a criar condições para que o mercado possa prosperar sob a acção do sector privado. De facto, é o sector privado que investe o capital, que toma as decisões, corre os riscos e tira os benefícios se tudo correr bem. Poderemos citar o caso da construção da infraestrutura de banda larga ou a produção e disponibilização de conteúdos digitais nas línguas nacionais por parte de empresas privadas para ilustrar a influência deste modelo nas políticas de informação. No entanto, este modelo espera do Estado respostas em termos de educação e de formação para criar um mercado de consumidores e de recursos humanos capazes de produzirem e de consumirem as novas tecnologias e conteúdos. Note-se, todavia, como realçou Nick Moore, que relativamente à educação dos consumidores não se trata de desenvolver competências muito aprofundadas,

³⁴⁸ *Idem, ibidem.*

³⁴⁹ *Idem, ibidem.* p. 344.

³⁵⁰ MOORE, Nick– “Neo-liberal or dirigiste?...”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy...* (*op. cit.*). p. 89-100.

porque «There should be little need to educate the consumers so that they can use the information products; rather the emphasis is on ease of use».³⁵¹

Por seu lado, no modelo dirigista, as políticas são conduzidas pelo Estado de acordo com objectivos predeterminados. Aqui, o Estado ocupa uma posição determinante e desempenha simultaneamente vários papéis:

[...] it can be the provider of investment funds; it can be a producer of information products and services; it can own major assets such as the telecommunications network; it can use its functions as facilitator, contributor, consumer, regulator, arbitrator and leader to advance progress towards the achievement of the policy goals [...] the state is seen as the leader, setting the goals and writing the policy agenda.³⁵²

No entanto, o sector privado também desempenha um papel importante nos países onde impera o modelo dirigista para as políticas de informação. A pedra de toque está no tipo de associação mantido entre o Estado e o sector privado e na definição das funções que o primeiro assume e das que delega no segundo. O modelo dirigista foi adoptado por países em desenvolvimento, onde era fundamental a liderança do sector público em algumas áreas, como a das infra-estruturas de comunicação, já que o volume dos investimentos requeridos não era suficientemente atractivo para o sector privado.³⁵³ Mas Nick Moore assinala que em alguns países esta opção dos governos se deveu a outros princípios, como a vontade de proteger indústrias locais incapazes de concorrer com sucesso à escala mundial. Por outro lado, realça que a regulamentação também pode ser essencial porque

[...] unfettered competition will never ensure that telecommunications are provided universally [...] it is, however, possible to achieve the universal service goal through regulation and by placing conditions on the companies licensed to provide telecommunications service.³⁵⁴

³⁵¹ *Idem, ibidem.* p. 94.

³⁵² *Idem, ibidem.* p. 95.

³⁵³ O modelo dirigista foi também a opção da França até aos meados da década de noventa, falando-se então em *high-tech Colbertism*. No entanto, a partir de 1994, a escolha francesa virou-se para uma maior participação do sector privado ainda que o Estado continuasse a ter um papel de dinamizador e de coordenação dos diversos actores envolvidos além de criar um ambiente favorável ao desenvolvimento tecnológico, nomeadamente em termos de legislação. Cf. VEDEL, Thierry – “French policy for information superhighways: the end of high-tech Colbertism?”. *Information infrastructure & policy*. ISSN 1383-7605. Vol. 5, n.º 1 (1996), p. 41-70.

³⁵⁴ MOORE, Nick – “Neo-liberal or dirigiste?...”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy... (op. cit.)*. p. 96.

Singapura, a Coreia e o Japão são exemplos da aplicação deste modelo, pois aqui prevalece uma maior ênfase na educação em todos os níveis, com a preocupação de formar indivíduos efectivamente participantes na Sociedade da Informação e não apenas consumidores ou trabalhadores, como no caso dos países que optam pela abordagem neo-liberal pura.

Por conseguinte, o investigador deverá levar a cabo uma auto-reflexão de maneira a tornar mais clara, para si próprio, qual a sua grelha de análise de modo a explicitá-la para os outros.³⁵⁵ Além disso, ao considerar os valores inerentes ao seu objecto de estudo, deverá não só ter a preocupação de os identificar, verificando qual a sua influência em termos práticos, mas terá de preocupar-se também com a interacção entre estes e os seus próprios valores, compreendendo em que medida essa relação influencia as ilações da investigação.

Também Mairéad Browne trata de identificar os valores inerentes às políticas de informação. Se tivermos em conta que a autora propõe um modelo de transferência da informação como o mais adequado para situar o âmbito das políticas de informação, poderemos facilmente compreender que um dos valores essenciais a ter em conta seja o da livre circulação da informação ou do livre acesso à informação por parte de quem dela necessita. No entanto, como acaba por notar, «Information policy, like all public policy, is embedded in the political and cultural context and consequently different values will shape both the policy and the process used to drive it».³⁵⁶ Assim sendo, este princípio não estará presente nos países onde exista censura ou quando se trata de salvaguardar certos direitos, como a privacidade ou os direitos de autor.

Por seu lado, Sandra Braman, considera que actualmente as políticas de informação visam fundamentalmente estabelecer o poder e a autoridade do Estado, sendo este o valor principal que guia todas as iniciativas neste campo. Tirando proveito das TIC, afirma-se, a partir dos anos 90, uma nova forma de Estado que ultrapassa as suas fronteiras tradicionais. Assim, os limites da administração estatal e as modalidades de interacção dos cidadãos modificam-se, sendo, em parte, delineadas pelas políticas de informação. De facto, Sandra Braman atribui um papel determinante e muito abrangente a esta área de intervenção política afirmando que

³⁵⁵ É esta a posição assumida por Charles Oppenheim que propõe a adopção de um modelo liberal de política de informação num estudo que lhe foi encomendado pelo República Popular da China no início da década de noventa, cf. OPPENHEIM, Charles – “Are national information plans useful?”. *Alexandria: the journal of national & international library and information issues*. ISSN 0955-7490. Vol. 6, n.º 2 (1994), p. 133-143.

³⁵⁶ BROWNE, Mairéad – “The field of information policy: 2. redefining...”. *Op. cit.* p. 346.

Information policy, then, is a domain in which the state is exercising power in ways that will condition its future power in that and other domains; that is, the actual exercise of power via information policy establishes the state's future power potential.³⁵⁷

Partindo desta ideia, a autora considera que, além das três formas tradicionais de poder (instrumental, estrutural e simbólico), começa a surgir um outro tipo, o poder transformacional, decorrente das mudanças qualitativas da Sociedade da Informação. Por outro lado, Sandra Braman defende também que, além das duas fases tradicionais do poder apresentadas na literatura sobre o tema, a fase potencial e a fase actual, é possível identificar uma terceira, a fase virtual.³⁵⁸ Note-se, contudo, que a autora se refere indistintamente a políticas de informação e a políticas de comunicação.

Ian Rowlands é da opinião que os decisores políticos estão sempre confrontados com o dilema. Assim, na perspectiva da Sociedade da Informação, têm sempre de optar entre uma orientação mercado ou uma orientação intervencionista do Estado, entre o direito de liberdade de expressão e o direito à privacidade, a salvaguarda do monopólio de patentes e direitos de autor ou o direito de acesso e as necessidades dos utilizadores, além da escolha entre um governo aberto aos cidadãos e um governo dificultando o acesso aos seus documentos.³⁵⁹

II.5.7. A abordagem sistémica

Numa perspectiva sistémica, as instituições de governo, os órgãos e as agências, bem como as políticas sectoriais constituem a estrutura que dá corpo ao sistema político. Simultaneamente, cada um destes elementos está subordinado às fases de evolução do sistema como um todo mas também contribui para a configuração desse sistema no seu conjunto, num permanente *feedback* micro-macro. Por outro lado, cada elemento pode configurar, ele próprio, um sistema parcial ou subsistema.

No caso da UE, podemos considerar que, na sua totalidade, configura um supersistema. Tendo em conta a sua natureza e estrutura, trata-se de um sistema

³⁵⁷ BRAMAN, Sandra – “Horizons of the state: information policy and power”. *Journal of communication*. ISSN 0021-9916. Vol. 45, n.º 4 (1995), p. 5-6.

³⁵⁸ *Idem, ibidem*. p. 5.

³⁵⁹ ROWLANDS, Ian – “Some compass bearing...”. *Op. cit.* p. 234. Para um exemplo de conflitos de valores em certas áreas de política de informação, ver EISENSCHITZ, Tamara – “Legal and regulatory frameworks for information policy”. In ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy... (op. cit.)*. p. 128-145, onde a autora demonstra que os direitos de autor podem constituir um barreira no acesso ao conhecimento para aqueles que não dispõem de recursos económicos para pagar. A mesma autora já tinha abordado este assunto em 1993, cf. EISENSCHITZ, Tamara – *Information transfer policy: issues of control and access*. London: Library Association, 1993. ISBN 0-85365-829-3; sobretudo p. 34-103.

organizado ou operatório de tipo aberto pois mantém relações constantes e complexas com o meio envolvente através de *inputs* e de *outputs*. Neste processo de relacionamento com o exterior as políticas de informação constituem um ponto nevrálgico de *inputs* e de *outputs*. Além disso, as políticas de informação da UE encaixam-se no sistema global configurado pela integração europeia, sendo determinadas por esse contexto mas influenciando elas próprias também a evolução do quadro geral da UE.

Nesta perspectiva, poderemos abordar o estudo de determinadas componentes do sistema sem perder a visão holística porque buscamos as relações dos elementos entre si. Assim, a nossa pesquisa irá estudar os CDE numa perspectiva sistémica na medida em que concebemos a política de informação da UE como o sistema dentro do qual o subsistema dos CDE se insere e com o qual se articula, bem como com o sistema político, o sistema organizacional ou o sistema financeiro da UE. Valorizámos nesta perspectiva os aspectos estruturais, os seus elementos constitutivos, e as relações mútuas entre a UE, a sua política de informação e os CDE, sempre na busca da “ordem” das coisas entre os acontecimentos, os fenómenos, as componentes e as variáveis. Enfim, abordámos este conjunto de elementos encarando-os como uma rede de relações coerente e globalizante. Para tal, identificámos os elementos que o compõem, caracterizámos as propriedades de cada um e as leis ou regras que determinam as interacções entre eles.

Com a orientação sistémica evitámos as visões parcelares de objectos desagregados próprias de uma abordagem atomista. Como notaram os autores da obra dirigida por Paul de Bruyne,

L’approche “atomiste” est centrée sur des faits singuliers qu’elle analyse et mesure comme autan d’unités ou de variables séparées, ce qui implique une méthode “analytique” de recherche, portant sur des micro-phénomènes directement observables, et découvrant parmi eux des uniformités purement statistiques. Au contraire, l’approche systémique est par nature “holiste” et oriente l’étude de macro-phénomènes vers la recherche de relations à la fois causales et signifiantes entre leurs éléments ou propriétés. [...] il favorise le pluralisme méthodologique contre micro et le macro-réductionnisme en établissant des liens d’analogie formelle entre les différents niveaux d’explication, sans en privilégier aucun.³⁶⁰

³⁶⁰ DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc – *Op. cit.* p. 181 e p. 183.

Mas tal não inviabilizou uma demarcação explícita das fronteiras do sistema alvo de análise, para nos centrarmos nas suas estruturas e processos. Assim, como iremos ver na Parte II, partimos da análise das políticas de informação da UE com base nos documentos produzidos pelas instituições comunitárias sobre o assunto.

Será este o modelo teórico que irá guiar e balizar a nossa tentativa de conferir inteligibilidade ao objecto de estudo escolhido para o presente trabalho. Com base nesta orientação iremos tratar a política de informação da UE, procurando identificar e compreender os processos subjacentes à formulação dessa política, atendendo a *inputs* e a *outputs* bem como aos respectivos *feedbacks* e às interconexões, no sentido de encontrar explicações operativas. Paralelamente, iremos buscar explicações estruturais, desvendando a estrutura que suporta o processo de formulação de políticas de informação na UE. Procuraremos, desta forma, evitar visões estáticas, parcelares, fundamentadas em causas e efeitos simples, inadequadas para a compreensão e análise crítica de uma realidade dinâmica, multifacetada e interdependente. Esperamos, assim, obter um quadro conceptual de unificação dos elementos díspares que configuram a política de informação, dando coerência à sua natureza multifacetada.

Consideramos que a abordagem sistémica permite uma análise aprofundada de todas as componentes, processos e relações verificadas no âmbito da política de informação, criando condições não só para o conhecimento do passado e do presente bem como para a formulação de orientações para o futuro, numa atitude prospectiva. Deveremos realçar que esta perspectiva sistémica não se circunscreve a uma abordagem processual baseada no modelo I-P-O até porque a política de informação não é apenas um processo mas também um fenómeno enquanto configuração específica de uma realidade.

Este posicionamento faculta igualmente uma análise crítica dos valores e dos princípios subjacentes ou explícitos à formulação e à análise das políticas de informação.

Finalmente, como iremos ver na III Parte a noção de sistema combinatório será útil para a análise do comportamento informacional dos cidadãos europeus, em especial no que toca ao aproveitamento da legislação sobre o acesso aos documentos das instâncias comunitárias, dos utilizadores dos CDE e dos estudantes de matérias europeias.

É necessária uma base de conhecimentos científicos, tanto para investigar como para definir políticas de informação. Os aspectos conceptuais inerentes à política de informação fazem parte desse conhecimento e, por isso, foram objecto de análise ao longo deste capítulo.

Tabela II- 4: *As fronteiras porosas do conceito Política de Informação: as propostas de diversos autores*

Arthur A. Uskin Jane H. Yurow (1980)	John Gray (1988)	E. Sam Overman Anthony G. Cahill (1990)	David R. Bender (1993)	Robert Burger (1993)	Michael W Hill (1996)
<ul style="list-style-type: none"> ● Aspectos legais da disseminação e do acesso à informação <ul style="list-style-type: none"> ➢ Liberdades individuais e bem-estar social ➢ Disseminação e acesso ➢ Privacidade e justiça das práticas informacionais ● A economia e a gestão da informação <ul style="list-style-type: none"> ➢ Eficiência social e organizacional ➢ Estrutura do mercado e fixação de preços ➢ Incentivos à criação de informação ➢ Gestão da informação 	<ul style="list-style-type: none"> ● Determinar claramente o papel de cada instituição na política de informação ● Resolver os problemas de falta de informação, prevenir a duplicação e promover a cooperação ● Incitar a melhoria dos serviços existentes ● Garantir a publicação e a divulgação de informação governamental ● Promover a formação, inicial e contínua, de profissionais e utilizadores de informação ● Apoiar a investigação dos sistemas e serviços de informação ● Criar um quadro legislativo adequado a todas as actividades inerentes à informação 	<ul style="list-style-type: none"> ● Acesso e liberdade de informação ● Direito à privacidade ● Abertura ● Utilidade ● Custos e benefícios: a necessidade burocrática ● Segredo e segurança ● Propriedade intelectual 	<ul style="list-style-type: none"> ● Bibliotecas e bases de dados ● Circulação da informação ● Educação/formação ● Indústria da informação ● Informação científica e tecnológica ● Normalização ● Propriedade intelectual ● Protecção de dados/privacidade ● Tecnologia da informação ● Telecomunicações 	<ul style="list-style-type: none"> ● Acesso à informação governamental ● Bibliotecas e arquivos ● Circulação internacional de dados ● Distribuição de espectro de comunicação ● Informação classificada em termos de segurança nacional e comercial ● Liberdade de expressão ● Política de informação científica e técnica ● Privacidade ● Radiodifusão ● Telecomunicações 	<ul style="list-style-type: none"> ● Colecta de informação pela administração pública ● Gestão da informação na administração pública ● Utilização das TIC pela administração pública ● Indústria das tecnologias da informação ● Telecomunicações e redes ● Economia da informação ● Indústria, agricultura e comércio ● Informação científica e técnica ● Indústria da informação ● Bibliotecas e arquivos ● Interesses do sector público vs interesses do sector privado ● Difusão de informação oficial: informação do público ● Edição e médias ● Fluxos de dados ● Privacidade e protecção de dados ● Assuntos sociais ● Informação sobre a saúde e consumidores ● Educação e emprego ● Liberdade de informação: segurança nacional e prevenção do crime ● Aspectos legais ● Propriedade intelectual e industrial ● Qualidade e fiabilidade da informação ● Investigação: a produção de informação

<p>Sajjad Ur Rehman (1996)</p>	<p>Ian Rowlands (1998)</p>	<p>Adrienne Muir Charles Oppenheim (2001)</p>	<p>Alstair S. Duff (2004)</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● Aspectos económicos ● Aspectos sócio-político-culturais ● Aspectos técnicos ● Contexto internacional ● Contexto local ● Copyright e propriedade intelectual ● Direito à privacidade ● Informação científica e tecnológica ● Informação classificada ● Informação governamental 	<ul style="list-style-type: none"> ● Cluster do proteccionismo da informação <ul style="list-style-type: none"> > segurança da informação > privacidade > fluxos de transferência de dados > protecção de dados > divulgação da informação > segurança nacional > segredo de Estado ● Cluster dos mercados da informação <ul style="list-style-type: none"> > mercados da informação > direitos de propriedade intelectual > copyright ● Cluster da radiodifusão e das telecomunicações <ul style="list-style-type: none"> > acesso universal > radiodifusão > liberdade de expressão > legislação para os média > telecomunicações ● Cluster do acesso do público à informação oficial <ul style="list-style-type: none"> > depósito legal > política de informação > bibliotecas nacionais > liberdade de informação > publicações governamentais > gestão da informação na administração pública ● Cluster da infra-estrutura e da Sociedade da Informação <ul style="list-style-type: none"> > Sociedade da Informação > infra-estrutura de informação > indústria da informação 	<ul style="list-style-type: none"> ● Governo electrónico ● Criação e difusão de conteúdos ● Herança cultural ● Inclusão social / acesso universal ● Comércio electrónico ● Depósito legal ● Direitos de propriedade intelectual ● Liberdade de informação ● Privacidade / confidencialidade ● Autenticidade / autentificação ● Metadados e interoperabilidade ● Literacia da informação 	<ul style="list-style-type: none"> ● Liberdade de informação ● Privacidade ● Protecção de dados e segurança ● Segredo de Estado ● Bibliotecas e Arquivos ● Documentação científica, técnica e da saúde ● Economia das publicações governamentais ● Copyright e propriedade intelectual ● Infra-estrutura nacional de informação ● Fluxos internacionais de informação

O QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL:

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento do nosso percurso, impõe-se realçar que se, em termos de âmbito científico, optámos pela Ciência da Informação tendo por objecto a informação, definida nos termos que apresentámos no Capítulo I, então deveremos escolher uma formulação coerente para o nosso conceito operativo e alvo de análise. Neste sentido, escolhemos a designação política de informação e não política de informação e documentação ou política de documentação. Estas duas últimas expressões assumem uma ligação muito circunscrita às bibliotecas, arquivos e centros de documentação, ora, na nossa opinião, a política de informação incluindo estes elementos não pode circunscrever-se a eles porque a realidade informacional é muito mais diversificada.

Tendo como substrato a noção de informação que explicitámos atrás bem como a teoria sistémica que adoptámos, as políticas de informação têm de atender aos processos de criação, comunicação/transmissão e de uso da informação bem como de conservação. Decorre desta postura que as políticas de informação não se podem ficar pela orientação patrimonialista e custodial obrigando-se a uma postura científica dinâmica e pós-custodial própria de uma Sociedade da Informação pós-industrial.

Neste sentido, compreende-se e fundamenta-se a necessidade de políticas de informação desde a fase de criação da informação, incluindo, por isso, áreas como a produção de conteúdos para a Internet ou a preocupação com as vertentes do comportamento informacional ou da literacia informacional, englobando elementos relacionados com o processo info-comunicacional que não deve ser separado do fenómeno informação. Portanto, este conceito de “informação” implica e possibilita um

alargamento dos domínios abrangidos pela política de informação que não podem mais dizer apenas respeito a bibliotecas e arquivos nem à “informação científica e técnica” ou aos aspectos da infra-estrutura de informação. Além disso, as políticas de informação devem ser concebidas de forma pro-activa no sentido de facultar o mais amplo acesso possível à informação por parte dos cidadãos, de acordo com regras pré-estabelecidas. Assim, a acção política nesta área não pode ser reactiva, orientando-se sobretudo para a solução de problemas, ela deve ser prospectiva no sentido em que deve criar um ambiente adequado para favorecer o acesso e o uso da informação por parte de todos os indivíduos nos mais variados contextos.

Assim, as políticas de informação estão directamente implicadas com as áreas centrais do âmbito da Ciência da Informação, nomeadamente o comportamento informacional e a organização e a representação da informação. De facto, sem metainformação que permita a identificação das unidades informacionais o comportamento informacional dos sujeitos que procuram o acesso à informação fica muito limitado. Naturalmente, a produção de metainformação traz implícita a intervenção dos profissionais da informação, ainda que actualmente os próprios utilizadores possam cada vez mais criar eles próprios essa metainformação, sobretudo no contexto da Internet. De qualquer forma, os profissionais da informação afirmam-se como um elemento essencial de planeamento, execução e avaliação das políticas de informação.

Deveremos ainda notar que a política de informação estando implicada com a gestão da informação não se restringe nem se confunde com ela. De facto, consideramos que a segunda se focaliza na procura de soluções práticas para a agilização dos fluxos informacionais em contexto organizacional enquanto a política de informação corresponde a uma visão mais ampla envolvendo a definição e escolha de princípios e de valores culturais, morais, sociais e políticos.

Simultaneamente, esta orientação exige a compreensão de que a política de informação está naturalmente presente, de forma implícita ou explícita, estruturada ou desconexa, na sociedade e nas organizações, determinando as formas de divulgação, de acesso bem como de uso/transformação da informação, em termos limitados ou alargados, por parte dos indivíduos. Se considerarmos como propriedades da informação a estruturação pela acção (humana e social), a integração dinâmica e a pregnância, esta transversalidade da política de informação originada pela organicidade e funcionalidade do processo info-comunicacional torna-se mais óbvia e clara.

Partindo desta assunção, o conceito de política de informação terá necessariamente fronteiras porosas e cambiantes em resultado do constante dinamismo da actual Sociedade da Informação pelo que a identificação das matérias e das questões inerentes ao seu âmago deve merecer uma atenção permanente por parte tanto dos estudiosos como dos políticos. De qualquer forma, poderemos sublinhar alguns dos seus aspectos distintivos. Assim, é uma área de estudo e de intervenção política que ganhou visibilidade apenas no século XX, em especial na segunda metade. Envolve e tem reflexos em áreas de acção e em grupos de interesse muitos diversificados e abrangentes, com uma influência directa na vida quotidiana de um grande número de indivíduos. Além disso, tem influência e é influenciada por políticas sectorais bastante díspares. Simultaneamente, as políticas de informação são definidas e aplicadas em diversos níveis de decisão e de acção, desde um âmbito institucional restrito até ao nível global.

A Ciência da Informação, com o seu âmbito transdisciplinar e a capacidade de estabelecer relações interdisciplinares com outras ciências, constitui um *locus* científico adequado para o estudo das políticas de informação, respeitando a sua natureza complexa e multifacetada, mas conferindo-lhe coerência através de uma metodologia de investigação sistémica e da adopção de um conceito de informação sem ambiguidades.

Assim, assumimos a política de informação como o conjunto estruturado de princípios, normas, acções e instituições que enquadram o processo informacional (incluindo a produção, organização, acesso e uso da informação) num contexto determinado (Estado ou organização nacional ou internacional) tendendo para a optimização do aproveitamento deste recurso de acordo com objectivos globais pré-determinados.

Esta digressão pela produção científica acerca das políticas de informação serve de ponto de partida para a II Parte do nosso trabalho. De facto, agora, iremos, trabalhar a compreensão dos conceitos, modelos e estruturas organizacionais relativas à política de informação na UE, procurando entender o que são, como se desenvolvem e que campos envolvem. Examinaremos, igualmente, a formulação das políticas de informação da UE com bases nos processos de planificação, criação e execução, considerando os factores políticos e institucionais envolvidos.

Numa perspectiva de integração e de inter-relação do sistema com as suas partes, iremos descrever as estruturas que suportam a adopção e a implementação das políticas de informação na UE bem como os subsistemas das unidades de informação que dão

corpo às formulações. Por outro lado, veremos, também, como é que estas estruturas moldaram as políticas e em que medida o inverso se verifica, ou seja, como é que as políticas moldam, de facto, as estruturas.

Para tal torna-se imprescindível uma visão diacrónica, partindo da fundação da CECA até à configuração actual da UE. Esperamos, assim, alcançar novos conhecimentos e formas de compreensão das políticas de informação presentes no projecto europeu, numa perspectiva global e integradora, relacionando-as com políticas da UE para outros sectores visto que as decisões sobre informação apresentam um impacto significativo em diversos contextos

Por fim, na Parte III, iremos analisar o acesso à informação europeia por parte dos cidadãos dos Estados-Membros pois esta vertente constitui um *output* da política de informação da UE e deveria constituir também um *input* para a sua planificação e execução.

PARTE II

DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO À POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS

CAPÍTULO III

DA CECA AO PRIMEIRO ALARGAMENTO: DEFINIÇÃO DA MATRIZ DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO

A declaração de Robert Schuman, no dia 9 de Maio de 1950, lançou a Europa num projecto inovador fazendo cooperar países dilacerados pela II Guerra Mundial. A proposta ia no sentido de colocar a produção franco-alemã do carvão e do aço sob a tutela de uma Alta Autoridade comum promovendo-se a participação de outros países europeus. Os termos desta colaboração sectorial, entre a Bélgica, a França, a Itália, o Luxemburgo, os Países Baixos e a República Federal da Alemanha foram formalizados no Tratado de Paris, assinado no dia 18 de Abril de 1951, instituindo a CECA. Em 1952, um novo tratado procura alargar esta cooperação ao sector militar, tendo em vista a criação da Comunidade Europeia de Defesa (CED), mas, dois anos mais tarde, os franceses recusam este avanço para uma Europa supranacional. Pela mesma altura, também o projecto de uma comunidade política europeia cai por terra. Depois do fracasso destas duas iniciativas, a construção europeia entra num impasse.³⁶¹ Em termos internacionais, a década de cinquenta foi marcada pela guerra da Coreia (1950-1953), pela morte de Estaline em 1953 e pela tentativa fracassada de alguns países satélites para saírem da órbita da URSS. Em 1956, a crise de Suez representou um grave revês para a política diplomática francesa e inglesa, apesar da vitória militar sobre os egípcios.

No entanto, em 1957, a construção europeia ganha uma nova dinâmica com o nascimento de duas novas comunidades: a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom). A Euratom correspondia à

³⁶¹ BITSCH, Marie-Thérèse – *Histoire de la construction européenne de 1945 à nos jours*. 5^{ème} ed. [S. l.]: Éditions Complexe, 2006. ISBN 2-8048-0021-0. p. 61-98.

transposição para a energia nuclear do método adoptado em relação ao carvão e ao aço na CECA. Já a CEE tinha por objectivo abolir as fronteiras para as mercadorias, os serviços, os trabalhadores e os capitais, criando um mercado comum. Este mercado comum torna-se um sucesso e os seis países fundadores conhecem um crescimento económico notável, graças à supressão das barreiras alfandegárias e a implementação de políticas comuns, em especial no domínio agrícola. Em 1965, os Estados-Membros assinam um Tratado de fusão dos executivos das três comunidades, pelo que, a partir de 1967, passa a existir uma única Comissão.

Mas, apesar do sucesso económico, a CEE conhece dificuldades políticas em grande parte motivadas pelas opções do general De Gaulle. De facto, o presidente francês recusa, por duas vezes, 1963 e 1967, a adesão de novos países, em especial do Reino Unido. Além disso, em 1965, a França boicota as reuniões das instituições comunitárias com a designada “política da cadeira vazia”, em sinal de desacordo com algumas iniciativas da Comissão sobre o financiamento da política agrícola comum.

III.1. O nascimento da política de informação: a Alta Autoridade e a Assembleia Comum

Em Agosto de 1952, a Alta Autoridade da CECA instala-se no Luxemburgo sob a presidência de Jean Monnet. Poderemos considerar que a origem mais remota da política de informação das instituições comunitárias se encontra já neste momento inicial, pois Monnet demonstrou, desde logo, uma forte preocupação com os jornalistas e com a informação do público. Neste contexto, Jacques-René Rabier é encarregado de elaborar um relatório mensal, descrevendo as actividades da Alta Autoridade, a fim de as dar a conhecer à Assembleia Comum e ao público em geral, por intermédio dos jornalistas. À volta da elaboração deste relatório mensal nasceu, portanto, o embrião do serviço de imprensa e informação da CECA que, depois de 1967, aquando da fusão dos executivos das três comunidades, se tornaria no Serviço Comum de Imprensa e Informação das Comunidades Europeias, posteriormente transformado em Direcção-Geral. Na perspectiva de Rabier, tudo isto começou porque «Il y avait toujours un souci de l’information chez Monnet».³⁶² Aliás, como observa Matteo Stocchetti:

Poiché l’informazione è una delle precondizioni della partecipazione politica, chi controlla l’informazione controlla non solo i termini della comunicazione politica

³⁶² *Entretien avec Jacques-René Rabier par Gérard Bossuat: juin 1998* [em linha]. [Acedido em 04.07.2007]. Disponível na WWW: <<http://wwwarc.eui.eu/oh/pdf/INT609.pdf>>. p. 2.

ma anche quelli della “realità politica”. In questo senso, il ruolo dell’informazione è almeno duplice: cognitivo nel senso che l’informazione è necessaria ad interpretare o “pensare” la politica; politico nel senso che serve a “fare” la politica.³⁶³

Contudo, deveremos notar que a política de informação não fazia parte do tratado fundador, o que leva alguns autores a considerar que nasceu espontaneamente.³⁶⁴ Por outro lado, esta ausência pode também explicar que a política de informação tenha sido encarada como uma área de intervenção pouco “nobre” e pouco apetecível, por exemplo, no que respeitava à designação do Comissário responsável pela sua tutela. De facto, por tradição, esta pasta era atribuída a Comissários de pequenos Estados-Membros ou ao segundo Comissário de um país maior.³⁶⁵

Assim, no início de 1953, sob a tutela de Max Kohnstamm, o secretário da Alta Autoridade, existia já um pequeno grupo de funcionários, responsáveis pelos contactos com os jornalistas.³⁶⁶ Em Novembro de 1954, é publicado, no *Journal Officiel de la Communauté*, o regulamento geral da Alta Autoridade, onde se prevê a existência de grupos de trabalho sectoriais.³⁶⁷ De acordo com esta determinação, o *Rapport général sur l’activité de la Communauté*, de 1954, identifica sete grupos de trabalho, o último dos quais responsável pelos assuntos da imprensa e informação.³⁶⁸ Em Outubro do ano seguinte, Jacques-René Rabier é nomeado oficialmente responsável pelo Serviço de Imprensa e Informação, que nessa altura apresenta já uma estrutura definida, incluindo um núcleo central para conceber e produzir material informativo, um sector vocacionado para a informação sindical e gabinetes de representação em Paris, Bona,

³⁶³ STOCCHETTI, Matteo M. – “La politica dell’informazione tra sicurezza e libertà”. *Il mulino*. ISSN 0027-3120. Anno XLIX, n.º 6 (2000), p. 1120.

³⁶⁴ POURVOYEUR, Robert – “La politique de l’information de la Communauté Européenne”. *Revue du marché Commun et de l’Union européenne*. ISSN 0035-2616, n.º 246 (1981), p. 194.

³⁶⁵ SMITH, Andy – “European Commissioners and the prospects of a European public sphere: information, representation and legitimacy”. In *Citizenship and democratic legitimacy in Europe* [em linha]. [Acedido 12.12.2007]. Conferência realizada na University of Stirling, nos dias 5-6 de Fevereiro de 2004. Disponível na WWW: <<http://www.arena.uio.no/cidel/WorkshopStirling/PaperSmith.pdf>>. p. 8-10. Para uma abordagem ao trabalho de informação e comunicação de alguns comissários europeus, já na década de noventa, ver JOANA, Jean; SMITH, Andy – *Les commissaires européens: technocrates, diplomates ou politiques?*. Paris: Presses de Sciences Po, 2002. ISBN 2-7246-0883-6. p. 178-204.

³⁶⁶ RABIER, Jacques-René – “La naissance d’une politique d’information sur la Communauté européenne (1952-1967)”. In DASSETTO, Felice; DUMOULIN, Michel – *Naissance et développement de l’information européenne: actes des journées d’études de Louvain-la-Neuve des 22 mai et 14 nov. 1990*. Bern: Peter Lang, 1993. ISBN 3-261-04599-X. p. 22-26.

³⁶⁷ “Haute Autorité: règlement général d’organisation”. *JOCECA*, (24.11.1954), art.º 9, p. 516.

³⁶⁸ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L’ACIER. HAUTE AUTORITE – *Troisième rapport général sur l’activité de la Communauté (12 avril 1954-10 avril 1955)*. Luxembourg: CECA, 1955. p. 22.

Londres e Washington.³⁶⁹ Deveremos notar que a criação de um sector dedicado à informação sindical se explica em parte pelo apoio inicial de grande parte dos sindicatos dos seis países fundadores ao projecto europeu.³⁷⁰

É ainda necessário enquadrar esta preocupação com a difusão da informação na estratégia formulada por Jean Monnet para a CECA a qual, segundo alguns autores, estava claramente orientada para «[...] persuading elites, rather than the mass publics, to the European cause», de acordo com a sua perspectiva de construção europeia alicerçada num processo elitista e tecnocrático.³⁷¹ Como iremos ver, esta orientação é consentânea com o enfoque dado à difusão da informação junto dos designados “multiplicadores” e pode explicar, em parte, o alheamento crónico manifestado pela opinião pública dos países-membros em relação à construção europeia.

No entanto, informar a opinião pública constituía um objectivo explícito, ainda que mediado através dos “multiplicadores”, no sentido de cumprir um intento pedagógico: educar os cidadãos europeus, a fim de mudar a sua forma de pensar e de avaliar a integração comunitária.³⁷² Aliás, segundo o testemunho dos que trabalharam de perto com Monnet, este sempre demonstrou uma genuína preocupação com o público, exigindo, por exemplo, que a redacção dos documentos destinados à divulgação utilizasse termos por todos compreensíveis para dar a conhecer as decisões complexas que eram tomadas nos domínios técnico e económico.³⁷³

Contudo, depois do fracasso da Comunidade Europeia de Defesa, Jean Monnet decide abandonar a Alta Autoridade, no final do seu mandato em 1955, podendo esperar-se uma nova atitude perante a informação do público. Todavia, com a Conferência de Messina (Junho de 1955), a integração europeia adquire um novo fôlego e a necessidade de uma política de informação activa sobre a Comunidade Europeia ganha uma outra consistência. É neste sentido que aponta um relatório da Assembleia

³⁶⁹ RABIER, Jacques-René – “La naissance d’une politique...”. In DASSETTO, Felice; DUMOULIN, Michel – *Op. cit.* p. 22-26. Ver também para este período inicial o testemunho do mesmo autor: *Entretien avec Jacques-René Rabier par Yves Conrad et Julie Cailleau à Bruxelles le 8 janvier 2004: transcription révisée par M. Rabier* [em linha]. [Acedido em 04.07.2007]. Disponível na WWW: <<http://wwwarc.eui.eu/ech/pdf/INT-ECH716.pdf>>. p. 6-12.

³⁷⁰ Sobre o trabalho na unidade de informação sindical, ver GIRO, Gianfranco – “Treize années au service de l’information syndicale: (1961-1973)”. In DASSETTO, Felice; DUMOULIN, Michel – *Op. cit.* p. 49-55.

³⁷¹ Cf. FEATHERSTONE, Kevin – “Jean Monnet and the ‘democratic deficit’ in the European Union”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 32, n.º 2 (1994), p. 149-170; citação da p. 161.

³⁷² Esta é a tese defendida por PETIT, Isabelle – “Dispelling a myth? The fathers of Europe and the construction of a euro-identity”. *European law journal*. ISSN 1351-5993. Vol. 12, n.º 5 (2006), p. 661-679.

³⁷³ Cf. *Entretien avec Jacques-René Rabier par Gérard Bossuat... (op. cit.)*. p. 3, 6, 9-11.

Comum, de Novembro de 1955, onde se considera o apoio da opinião pública como a pedra de toque para o sucesso da empresa comunitária.³⁷⁴ Para concretizar este intento, Alain Poher, o deputado relator, pondera a necessidade de a Assembleia dedicar maior atenção às suas relações com o público preocupando-se com duas abordagens complementares, pois afirma: «D'un côté, nous devons nous efforcer de connaître a tout instant l'état de cette opinion publique, de l'autre côté nous devons veiller à ce que cette opinion publique soit tenue régulièrement informée de l'activité de la Communauté».³⁷⁵ Mas a ênfase ia sobretudo para a divulgação do papel da própria Assembleia Comum junto do grande público, em especial dos trabalhadores e dos empresários. Dava-se particular relevo ao papel representativo e de controlo da Assembleia a quem deviam ser comunicadas todas as negligências das instituições comunitárias ou dos governos nacionais em matéria de cumprimento das obrigações estipuladas no Tratado de Paris. Manifestava-se, assim, a intenção da Assembleia para controlar a acção da Alta Autoridade no campo da informação, de acordo com o mandato geral de controlo que o Tratado de Paris lhe conferia.³⁷⁶

Neste sentido, Alain Poher considerava oportuno que fosse atribuída a uma comissão parlamentar competências em matéria de informação para poder acompanhar o trabalho da Alta Autoridade no campo da edição de brochuras de divulgação. Aliás, a avaliação do trabalho realizado neste campo não era muito positivo, referindo-se a este propósito:

[...] l'expérience des trois années écoulées a démontré le caractère trop technique des publications des institutions de la Communauté pour espérer toucher la masse de l'opinion publique par son intermédiaire; l'édition de brochures de vulgarisation et l'emploi raisonné des divers moyens actuels de diffusion de la pensée s'imposent à bref délai. Il s'agit de faire connaître nos possibilités et nos résultats.³⁷⁷

Estava assim feito o diagnóstico de um dos problemas centrais da relação das instâncias comunitárias com o público: o carácter técnico das suas mensagens, recorrendo a termos de difícil compreensão para os não iniciados. Alguns anos mais tarde, falar-se-á a este propósito de “eurojargão”. Para ultrapassar esta limitação, as

³⁷⁴ POHER, Alain – *Rapport sur l'organisation à donner à l'Assemblée Commune pour rendre plus efficace son action dans le cadre des dispositions actuelles du Traité*. Assemblée Commune de la Communauté Européenne du Charbon et de l'Acier, novembre 1955. (Document 2). p. 9.

³⁷⁵ *Idem, ibidem*. p. 31.

³⁷⁶ Sobre este assunto, ver PAI, Wendy – *La politique d'information de la Commission des Communautés Européennes*. Bruxelles: Université libre de Bruxelles, 1972. Tese. p. 46.

³⁷⁷ POHER, Alain – *Op. cit.* p. 32.

instâncias comunitárias apostaram na edição de brochuras de divulgação, amplamente coloridas e ilustradas, usando uma linguagem comum, para dar a conhecer e explicar as suas políticas, enfatizando as vantagens daí decorrentes para o público.

No relatório das actividades decorridas entre Abril de 1955 e Abril de 1956, a Alta Autoridade preocupa-se em publicitar o facto de, antes de tomar decisões, manter contactos com os grupos interessados, nomeadamente com os agricultores, os trabalhadores da indústria, os consumidores e os homens de negócios, além de se esforçar por melhorar a informação sobre os resultados da construção europeia junto destes grupos e da opinião pública em geral.³⁷⁸ Tratava-se, essencialmente, de dar a conhecer a instituição comunitária ao grande público, cumprindo o dever democrático de difundir a informação sobre as suas actividades, conseguindo um apoio passivo dos cidadãos de cada país, não se procurando a sua participação activa. Paralelamente, fomentava-se o envolvimento das elites de determinados sectores, escolhidos como interlocutores privilegiados, com os quais se mantinham “circuitos de conversação” especiais.

Na realidade, desde o início, a informação das instituições europeias, quer no âmbito da CECA, quer depois da criação da CEE e da Euratom, alicerçou-se no contacto com grupos partilhando interesses comuns (agricultura, condições de trabalho, fiscalidade, etc.). Ora, essas áreas de interesse sofriam influências da acção comunitária e, por isso, a informação europeia visava também a formação dos líderes destes grupos no sentido de eles próprios subsequentemente funcionarem como motores da opinião pública do seu grupo de pertença ou mesmo para exercerem influência junto dos detentores do poder.

O *Cinquième Rapport général sur l'activité de la Communauté*, relativo às actividades desenvolvidas de Abril de 1956 a Abril de 1957, contém já um capítulo intitulado “La politique d’information de la Haute Autorité”. Aqui, inclui-se um parágrafo a sublinhar a importância da informação nos meios escolares e universitários. Além disso, descrevem-se as iniciativas levadas a cabo na área da informação, abrangendo a participação em exposições internacionais, organização de visitas de estudo às instituições no Luxemburgo, conferências nos países-membros, edição de

³⁷⁸ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L’ACIER. HAUTE AUTORITE – *Quatrième rapport général sur l’activité de la Communauté (11 avril 1955-8 avril 1956)*. Luxembourg: CECA, 1956. p. 19.

publicações e contactos com a imprensa.³⁷⁹ Esclarecem-se também os seus objectivos e o seu âmbito, voltando-se ainda a enfatizar a distinção entre o público em geral e o público especializado:

L'action de la Haute Autorité dans le domaine de l'information a pour objet de faire connaître l'existence, la signification et les objectifs de la Communauté, ainsi que les résultats déjà atteints dans les voies nouvelles que la Communauté à tracées. Cette action se développe principalement dans les pays de la Communauté, mais aussi dans les pays que n'en font pas partie [...]. Elle s'exerce dans deux domaines: celui de l'opinion publique considérée dans toute son étendue et sa diversité structurelle; celui des milieux spécialisés que l'activité de la Communauté touche de plus près. Elle utilise tous les moyens appropriés pour donner aux différents publics une information aussi rapide, précise, exacte et intéressante que possible.³⁸⁰

Paralelamente a este cuidado com a informação para o exterior, a Alta Autoridade tinha já um serviço interno dedicado ao levantamento de artigos de jornal publicados sobre a Comunidade, sinal de que havia uma preocupação com o tratamento da informação de retorno para ser difundida junto dos seus próprios serviços.³⁸¹

Neste quinto relatório, fica patente que a produção de documentos de divulgação constituía um importante instrumento de concretização da política de informação da Alta Autoridade. Esta produção envolvia já a realização de filmes, mas estes assumiam um papel secundário relativamente à edição de brochuras, de boletins e de monografias sobre a construção europeia. Relativamente às brochuras, distinguiram-se as brochuras europeias, editadas nas quatro línguas da Comunidade e em inglês, das brochuras nacionais, editadas em uma ou duas línguas e destinadas a públicos específicos. Por outro lado, em 1956, começou a ser publicado (em alemão, francês, italiano e neerlandês) o *Bulletin mensuel d'information*, com uma tiragem de perto de 16.000 exemplares.³⁸²

Poderemos, assim, considerar que desde muito cedo as actividades de edição representaram uma vertente importante da política de informação das instituições comunitárias, constituindo uma forma privilegiada para estas se darem a conhecer. No

³⁷⁹ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *Cinquième rapport général sur l'activité de la Communauté (9 avril 1956-13 avril 1957)*. Luxembourg: CECA, 1957. p. 49-50.

³⁸⁰ *Idem, ibidem*. p. 49.

³⁸¹ *Idem, ibidem*. p. 50, nota 1.

³⁸² *Idem, ibidem*. p. 52-54.

entanto, os meios de comunicação audiovisual, na altura ainda numa fase de afirmação, eram já utilizados para dar corpo à política de informação. Simultaneamente, verifica-se que, desde o início, a informação sobre a construção europeia é divulgada pelos seus próprios actores que seleccionam as mensagens e os canais de difusão, criando uma estrutura própria para o efeito.

Temos realçar que a inclusão do capítulo sobre a informação no *Cinquième Rapport général sur l'activité de la Communauté* correspondeu à satisfação de uma sugestão da Assembleia Comum expressa, em Fevereiro de 1957, num relatório da sua Comissão dos Assuntos Políticos e das Relações Externas.³⁸³ Trata-se do primeiro documento exclusivamente dedicado pelas instâncias comunitárias à área da informação, na perspectiva das relações com a imprensa e da formação de uma opinião pública europeia. Deveremos, igualmente, referir o facto de ter resultado de um longo trabalho de maturação dos deputados europeus levado a cabo, ao longo de todo o ano de 1956, em diversas reuniões onde também estiveram presentes representantes da Alta Autoridade. No texto final, o relator, Enrico Carboni, estabelece o âmbito da acção da Assembleia Comum no campo da informação nestes termos: «Contrôler l'action de la Haute Autorité en matière d'information de l'opinion publique; agir elle-même afin que les travaux de l'Assemblée trouvent auprès de l'opinion publique tout l'écho qu'elle souhaite».³⁸⁴ Para que a Assembleia pudesse concretizar a sua missão de controlo, a Alta Autoridade tinha de manter a par dos projectos, dos programas e dos problemas da área a Comissão Parlamentar competente, além de responder às questões escritas e orais que lhe fossem colocadas pelos deputados.

Já quanto aos aspectos relacionados com os poderes e as actividades da Assembleia Comum na difusão da informação sobre a sua própria actividade, existia alguma controvérsia e mesmo desacordo com a Alta Autoridade. De facto, para esta última, a Assembleia Comum não detinha autoridade para definir ou pôr em prática uma política de informação própria, não estando habilitada, por isso, a constituir um serviço de imprensa e informação. Para justificar este ponto de vista, a Alta Autoridade invoca o Tratado de Paris e a confusão que poderia criar na opinião pública o facto de as informações sobre a Comunidade terem origens diversas. Mas o relatório Carboni serve

³⁸³ CARBONI, Enrico – *Rapport fait au nom de la Commission des affaires politiques et des relations extérieures de la Communauté sur les relations avec la presse et l'information de l'opinion publique en ce qui concerne l'activité et les objectifs de la Communauté*. [S.l.]: Assemblée Commune de la Communauté Européenne du Charbon et de l'Acier, février 1957. (Document 10).

³⁸⁴ *Idem, ibidem*. p.10.

justamente para a Assembleia Comum contradizer estes argumentos a partir de uma interpretação diferente dos preceitos do Tratado fundador, considerando tratar-se de um dever e de um direito o facto de ela mesma difundir as informações sobre a sua actividade.³⁸⁵ Partindo deste pressuposto, a Comissão Parlamentar conclui que a Assembleia Comum devia organizar um serviço de imprensa e informação, pois estava mais capacitada para chegar a sectores amplos da população definindo, para tal, que

[...] il suffit de présenter les problèmes sous une forme simple, tout en soulignant leur rapport avec l'idée européenne; mais on mettra en évidence les problèmes qui intéressent directement le lecteur: prix, salaires, situation de l'emploi, élévation du niveau de vie.³⁸⁶

No entanto, o relator tem a preocupação de distinguir este serviço de informação de um instrumento de propaganda, pois deveria imperar uma informação objectiva e imparcial respondendo às necessidades do público.³⁸⁷

A Comissão Parlamentar emitiu ainda algumas recomendações sobre os aspectos que considerava mais relevantes na difusão da informação para a opinião pública, nomeadamente quanto ao papel dos jornalistas, o tipo de documentos divulgados, a regularidade da difusão da informação e a coordenação das iniciativas da Assembleia e da Alta Autoridade nesta matéria.³⁸⁸

Na sequência da apresentação e da discussão deste relatório, em sessão parlamentar, foi aprovada uma resolução sobre o trabalho de informação direccionado para a opinião pública, onde se reafirma o direito e o dever de a Assembleia Comum se pronunciar sobre o trabalho da Alta Autoridade nesta área, bem como de organizar o seu próprio serviço de informação. Aliás, nesta resolução, os parlamentares apelam a uma maior colaboração da Alta Autoridade com a Comissão dos Assuntos Políticos e das Relações Externas do Parlamento, considerando que a primeira devia dar a conhecer e ouvir a segunda em todas as escolhas e iniciativas que tomava neste âmbito. Esta colaboração está igualmente explícita quando se alude às vantagens de parceria entre os serviços de informação das duas instituições, tanto em Bruxelas como no Luxemburgo e

³⁸⁵ Enquanto a Alta Autoridade invoca o artigo 8 do Tratado de Paris, a Assembleia Comum sublinha as prerrogativas que lhe são atribuídas pelos artigos 6 e 25. Para uma análise mais detalhada dos argumentos jurídicos invocados por cada uma das instituições europeias cf. *Idem, ibidem.* p. 12-13.

³⁸⁶ *Idem, ibidem.* p. 14.

³⁸⁷ *Idem, ibidem.* p. 14-15.

³⁸⁸ *Idem, ibidem.* p. 17-22.

nas capitais dos Estados-Membros.³⁸⁹ Portanto, neste equilíbrio de poderes institucionais, a informação afirma-se como um instrumento político, tanto em termos inter-institucionais como nas relações com o exterior, na medida em que ocupa um lugar central no complexo processo de unificação europeia.

No *Sixième Rapport général...*, relativo à actividade de 1957, enfatiza-se o aumento da procura de informação geral e específica, em particular dos meios de ensino de nível universitário e outros, tanto por parte de professores como de alunos os quais desejavam documentação, conselhos e informações para preparar aulas ou trabalhos de investigação.³⁹⁰ Aliás, este interesse do meio universitário pelo projecto europeu era encarado de forma muito positiva pelos próprios responsáveis da informação na CECA. De facto, num curso que deu na Universidade Livre de Bruxelas, Jacques-René Rabier afirmou «[...] l'Université elle-même donne au phénomène, en en faisant object de recherche, d'enseignement et d'examen, une sorte de légitimité d'une très grande importance».³⁹¹ Mas o reconhecimento também funcionava em sentido inverso na medida em que a CECA instituiu, em 1959, um prémio para teses de doutoramento sobre o projecto europeu e decidiu financiar bolsas no mesmo âmbito.³⁹² Desta forma, vemos que desde cedo a política de informação mantém uma relação estreita com o sector educacional.³⁹³

Por outro lado, a Alta Autoridade aponta o recurso a visitas de informação à sede do Luxemburgo como uma estratégia para atingir os líderes de opinião de grupos especializados, ultrapassando o círculo restrito dos problemas do aço e do carvão, abrangendo os meios universitários, as associações de engenheiros ou as organizações

³⁸⁹ “Résolution relative à l'information de l'opinion publique sur l'activité de la Communauté et plus spécialement de l'Assemblée Commune”. *JOCECA* (11.03.1957), p. 104-105.

³⁹⁰ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *Sixième rapport général sur l'activité de la Communauté: la politique de la Haute Autorité*. Luxembourg: CECA, 1957. Vol. I. p. 99 e 102.

³⁹¹ RABIER, Jacques-René – *L'information des Européens et l'intégration de l'Europe*. Bruxelles: Université libre de Bruxelles, 1965. p. 20.

³⁹² COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *Huitième rapport général sur l'activité de la Communauté: (1^{er} février 1959-31 janvier 1960)*. Luxembourg: CECA, 1960. p. 41.

³⁹³ Sobre o início desta relação, ver COLLOWALD, Paul – “La ‘trajectoire’ Strasbourg-Luxembourg-Bruxelles”. In DASSETTO, Felice; DUMOULIN, Michel – *Op. cit.* p. 34-35. Ver também: *Interview de Monsieur Jean Moreau: Mai 1998* [em linha]. [Acedido em 04.07.2007]. Disponível na WWW: <<http://wwwarc.eui.eu/oh/pdf/INT607.pdf>>. p. 46-50.

sindicais.³⁹⁴ Este esquema de acção continuou nos anos seguintes como se pode ver, por exemplo, no *Huitième rapport général*.³⁹⁵

O estudo dos primeiros anos de funcionamento da CECA revela-nos, pois, que desde o início, foi dada especial atenção às questões de informação por parte do executivo chefiado por Jean Monnet mas também por parte da Assembleia Comum que procurou afirmar neste campo o seu papel de avaliação e controlo. De facto, ambas as instituições tinham já consciência da importância de uma política de informação activa. Por outro lado, como iremos verificar, nestes primeiros anos também ficou definida a matriz do campo de acção em análise, incluindo a identificação dos públicos preferenciais, das finalidades e das actividades realizadas bem como o diagnóstico de alguns problemas que subsistem ainda hoje.

III.2. Três Comunidades com uma só informação

Em 25 de Março de 1957, são assinados os Tratados de Roma instituindo a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (Euratom), cada qual com uma autoridade executiva própria: a Comissão da CEE e a Comissão da Euratom. Este facto não deixou de ter influência sobre a área em estudo e, por isso, ainda no *Sixième Rapport général...*, a Alta Autoridade refere ter sublinhado, junto das duas novas instâncias comunitárias e com o apoio da Assembleia Parlamentar, a necessidade conseguir uma cooperação estreita no campo da informação, pelo que os seus gabinetes de Bona, Londres, Paris, Roma e Washington foram colocados à disposição das Comunidades recém-criadas. Tratava-se, porém, de uma solução temporária enquanto não fosse organizado um serviço comum capaz de apresentar à opinião pública, de forma coerente e com o menor custo, os objectivos, os resultados e o significado da construção europeia.³⁹⁶

No decurso do ano seguinte, em 1958, formaram-se grupos de trabalho em várias áreas com representantes dos três executivos (da Alta Autoridade da CECA, da Comissão da CEE e da Comissão da Euratom), os quais acordaram em organizar três serviços comuns: o Serviço Jurídico Comum, o Serviço Comum de Estatísticas e o

³⁹⁴ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *Sixième rapport général...* (op. cit.). p. 101.

³⁹⁵ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *Huitième rapport général...* (op. cit.). p. 40-41.

³⁹⁶ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *Sixième rapport général...* (op. cit.). p. 105-106.

Serviço Comum de Imprensa e Informação. Assim, seria possível harmonizar políticas e evitar desperdícios administrativos e técnicos, além de se transmitir para o exterior uma imagem de unidade das Comunidades.³⁹⁷ Depois de discussões conjuntas, os três executivos anuíram na necessidade de designar um porta-voz para cada executivo e nas vantagens decorrentes da manutenção da unidade funcional e administrativa do serviço de informação das Comunidades Europeias. Mas no seu sétimo relatório geral, a Alta Autoridade da CECA não deixa de colocar algumas reservas a este esquema de funcionamento, devido às dificuldades levantadas pela dispersão das sedes dos três executivos entre o Luxemburgo e Bruxelas.³⁹⁸ Aliás, em 1959, contrariamente ao Serviço Jurídico Comum e ao Serviço Comum de Estatísticas, o Serviço Comum de Imprensa e Informação ainda não estava em funcionamento devido a problemas decorrentes da inexistência de uma sede conjunta e por causa da falta de acordo sobre a quota parte de financiamento de cada um dos executivos comunitários. Aliás, o arrastar deste processo levou Jacques-René Rabier a referir-se à “bataille du Service Commun”.³⁹⁹

Do ponto de vista da Alta Autoridade, o Serviço Comum de Imprensa e Informação deveria obedecer a três princípios: manutenção da sua unidade por razões políticas e de racionalização, necessidade de cada executivo dispor do seu próprio porta-voz e funcionamento comum dos gabinetes de informação dispersos por várias capitais.⁴⁰⁰

Finalmente, em 1960, os presidentes dos três executivos chegaram a acordo sobre a estrutura orgânica e o funcionamento dos serviços comuns. Assim, cada serviço comum passou a ter um conselho de administração, composto por três membros em representação dos três executivos, incluindo, como referimos atrás, a área jurídica, das estatísticas e da informação. A presidência dos três serviços comuns foi distribuída

³⁹⁷ COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE. COMMISSION – *Premier rapport général sur l’activité de la Communauté (1^{er} janvier 1958-17 septembre 1958)*. Bruxelles: CEE, 1958. p. 31.

³⁹⁸ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L’ACIER. HAUTE AUTORITE – *Septième rapport général sur l’activité de la Communauté*. Luxembourg: CECA, 1959. p. 32-36. De facto, se a Alta Autoridade mantinha a sua sede na cidade do Luxemburgo, a Comissão da CEE e a do Euratom tinham estabelecido o seu centro de operações em Bruxelas. Sobre as dificuldades ligadas à criação do Serviço Comum de Imprensa e Informação, ver o testemunho de Jacques-René Rabier no *Entretien avec Jacques-René Rabier par Yves Conrad...* (op. cit.). p. 19-23 e o de Paul Collowald: *Entretien avec Paul Collowald par Yves Conrad et Myriam Rancon à Bruxelles le 2 décembre 2003: transcription révisée par M. Collowald* [em linha]. [Acedido em 04.07.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.warc.eui.eu/ech/pdf/INT-ECH707.pdf>>. p.9-11.

³⁹⁹ RABIER, Jacques-René – “La naissance d’une politique...”. In DASSETTO, Felice; DUMOULIN, Michel – *Op. cit.* p. 28-29.

⁴⁰⁰ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L’ACIER. HAUTE AUTORITE – *Huitième rapport général...* (op. cit.). p. 38-40.

pelos três executivos, sendo que o Serviço Comum de Informação ficou sob alçada da Comissão da CEE. Por outro lado, determinou-se que, a partir de 1 de Janeiro de 1961, o Serviço do Porta-Voz de cada executivo deixaria de estar ligado ao Serviço Comum de Informação para depender directamente do executivo a que dizia respeito.⁴⁰¹ Nas palavras de Jacques-René Rabier, cada serviço tinha um papel bem determinado: «[...] le rôle des portes-paroles, c'était de mettre en valeur leur exécutif. Le rôle du Service Commun c'était de mettre en valeur l'Europe et l'intégration européenne, l'ensemble des institutions».⁴⁰²

Quanto às actividades, no ano de 1960, devemos destacar um aumento orçamental atribuído à informação, com particular realce para o sector dos jovens.⁴⁰³ Os relatórios sobre a actividade desenvolvida em 1960 enfatizam novamente o papel das publicações na política de informação afirmando «Pour une large partie de l'opinion publique, notamment dans ses secteurs plus évolués, le document écrit reste encore celui qui a l'influence la plus durable», pelo que se verificava uma aposta continuada nas publicações periódicas e não periódicas por forma a adaptar-se aos centros de interesse de públicos diversificados abrangendo todas as actividades das Comunidades.⁴⁰⁴

⁴⁰¹ Para uma descrição mais detalhada das vicissitudes da criação do Serviço Comum de Informação, ver: RYE, Lise – “Educating europeans: the origins of Community information policy”. In KAISER, Wolfram; LEUCHT, Brigitte; RASMUSSEN, Morten, ed. – *The history of the European Union: origins of a trans- and supranational polity: 1950-72*, London: Routledge. ISBN 978-0-415-46393-5. Capítulo 9. Consultámos uma versão que nos foi fornecida pela autora antes da edição. [p. 2-9].

⁴⁰² *Entretien avec Jacques-René Rabier par Yves Conrad... (op. cit.)*. p. 27.

⁴⁰³ Sobre o orçamento do Serviço Comum de Imprensa e Informação para 1960, ver o seguinte relatório da Assembleia Parlamentar Europeia: JANSSEN, M. M. A. A. – *Rapport fait au nom de la Commission de l'Administration de l'Assemblée Parlementaire européenne et du Budget des Communautés sur les projets de budget supplémentaires relatifs au service commun de presse et d'information des Communautés européennes pour l'exercice 1960*. Parlement Européen, 17.05.1960. (Document 37). Quanto à aprovação deste orçamento rectificativo, ver “Résolution relative aux projets de budgets supplémentaires de la Communauté économique européenne et de la Communauté européenne de l'énergie atomique pour l'exercice 1960”. *JOCE* (02.06.1960), p. 842-843. Sobre a atribuição deste crédito avultado para as actividades de informação destinadas aos jovens, ver *Entretien avec Fausta Deshormes née La Valle par Michel Dumoulin et Julie Cailleau à Bruxelles le 2 février 2004: transcription révisée par Mme Deshormes (le 12 juillet 2006)* [em linha]. [Acedido em 04.07.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.warc.eui.eu/ech/pdf/INT-ECH726.pdf>>. p. 8-9. Para este assunto, ver também *Entretien avec Jacqueline Lastenouse-Bury par Michel Dumoulin et Julie Cailleau à Bruxelles le 21 janvier 2004: transcription révisée par Mme Lastenouse-Bury* [em linha]. [Acedido em 04.07.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.warc.eui.eu/ech/pdf/INT-ECH713.pdf>>. p. 9-10.

⁴⁰⁴ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *Neuvième rapport général sur l'activité de la Communauté: (1^{er} février 1960-31 janvier 1961)*. Luxembourg: CECA, 1961. p. 48-55; citação da p. 52. Ver também COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE. COMMISSION – *Quatrième rapport général sur l'activité de la Communauté: (du 16 mai 1960 au 30 avril 1961)*. Bruxelles: CEE, 1961. p. 261-262.

III.3. A visão da Assembleia Parlamentar: política de informação para o “espírito europeu”

No final de 1960, foi publicado o primeiro de uma série de relatórios da Assembleia Parlamentar Europeia contendo uma análise das actividades de informação das instituições comunitárias.⁴⁰⁵ A partir de então os deputados passaram a dedicar uma atenção periódica a esta área apesar de as suas observações terem apenas um valor consultivo. De facto, nesta fase, a Assembleia Parlamentar não dispunha verdadeiramente de um poder de influência ou de decisão. O seu papel restringia-se às actividades de deliberação e de controlo da acção da Comissão através da análise do relatório anual de actividades que esta era obrigada a apresentar-lhe.⁴⁰⁶

Atendendo a estes elementos, consideramos que, já na década de 1950, a informação e a política de informação constituíram preocupações evidentes das instâncias europeias, em particular da Assembleia Parlamentar e da Alta Autoridade da CECA. Neste sentido, não poderemos concordar com a perspectiva defendida por Eric Dacheux, quando afirma que

[...] la communication n’a pas été un objectif stratégique des instances européennes. Dans les années cinquante, il s’agissait de construire l’Europe sans heurter de fronts les opinions publiques nationales fortement marquées par les atrocités de la guerre.⁴⁰⁷

De facto, como iremos ver, ainda que não assumissem a visibilidade que vieram a ter no início do novo milénio, as actividades de informação eram já objecto de programas anuais com o estabelecimento de objectivos operacionais, havendo uma clara percepção da importância da acção nesta área. Mas é verdade que a política de informação europeia nunca seguiu uma linha passível de “heurter de front” a opinião pública dos Estados-Membros, adoptando antes uma postura de evolução conciliadora. Deveremos ainda realçar que esta perspectiva do autor francês tem de ser relacionada com a sua concepção de informação e de comunicação, considerando que a primeira não

⁴⁰⁵ SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Rapport fait au nom de la Commission des affaires politiques et des questions institutionnelles sur les problèmes de l’information dans les Communautés européennes*. Parlement Européen, 18.11.1960. (Document 89).

⁴⁰⁶ Sobre os poderes da Assembleia Parlamentar depois do Tratado de Roma, ver ROMO GARCÍA, María de la Penã – *Historia del Parlamento europeo: (1950-2000)*. Madrid: Dykinson, 2001. ISBN 84-8155-768-4. p. 64-76.

⁴⁰⁷ DACHEUX, Eric – *L’inaccessible étoile: la politique d’information et de communication des institutions européennes* [em linha]. [Acedido 14.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.cees-europe.fr/fr/etudes/revue1b/infocom.PDF>>. p. 4.

pode existir sem a segunda, apesar desta última não estar geneticamente dependente da informação.⁴⁰⁸

Este primeiro relatório foi elaborado pelo deputado Wilhelmus J. Schuijt, no âmbito da Comissão dos Assuntos Políticos e das Questões Institucionais. De notar que, embora o título do relatório faça referência aos “problemas de informação”, ao longo do texto, é frequentemente utilizada a expressão “política de informação”, apresentada como inerente aos governos democráticos, aos quais cabia a obrigação de informar os cidadãos que, por sua vez, beneficiavam do direito de serem informados. Além disso, a recolha de informação por parte do Estado é apresentada como condição para garantir uma boa administração. No caso das Comunidades Europeias, este documento considerava que o seu serviço de informação deveria preocupar-se em seguir regularmente a evolução da opinião pública dos países-membros e as motivações dos cidadãos relativamente à construção europeia. Aliás, criticando abordagens demasiado empíricas, o relator promove «[...] une infrastructure scientifique comme base d’une politique efficace d’information», o que permitiria uma tipificação dos públicos por país, região, nível etário ou nível sócio-cultural para melhor compreender as suas atitudes, comportamentos e motivações a favor ou de resistência à construção europeia.⁴⁰⁹

Mas o princípio dinamizador de toda a acção neste campo devia ser a formação de uma opinião pública capaz de compreender, acompanhar e, se necessário, apoiar as Comunidades Europeias. Esta intenção pedagógica era também uma exigência democrática, promovendo uma maior identificação dos cidadãos com as instituições, evitando que elas se tornassem monstros tecnocráticos. Assim, explicita-se a ideia transversal a todas as acções de informação das instituições europeias:

[...] il faudra éveiller chez les citoyens des six pays un nouvel esprit européen, une nouvelle façon de penser et d’agir. Il faudra forger une nouvelle opinion publique européenne qui remplira la même fonction autonome et démocratique que l’opinion publique nationale à l’intérieur des frontières des différents pays.⁴¹⁰

⁴⁰⁸ Sobre isto ver DACHEUX, Eric – *L’impossible défi: la politique de communication de l’Union européenne*. Paris: CNRS Editions. 2004. ISBN 2-271-06208-X. p. 20-21. Para uma análise desta concepção, ver SILVA, Armando Malheiro da – *A informação...* (*op. cit.*) p. 85-86.

⁴⁰⁹ SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Op. cit.* (Document 89). p. 1 e 3-4; citação da p. 4.

⁴¹⁰ *Idem, ibidem.* p. 3.

Apesar deste intento, o relator constata que na opinião pública predominava a indiferença em relação aos problemas comunitários, devido ao seu carácter muito técnico e abstracto, não existindo ainda uma opinião pública europeia. Uma das principais tarefas do Serviço Comum consistia, assim, na vulgarização dos assuntos europeus através da informação directa e sistemática do grande público recorrendo a todos os meios técnicos adequados, reforçada, depois, com acções de formação e de informação aprofundada em certos meios sociais. Estavam, deste modo, encontrados os dois objectivos centrais e complementares de toda a política de informação europeia. Por um lado, um primeiro objectivo imediato, no sentido de dar a conhecer as actividades das Comunidades e, por outro lado, um objectivo a longo prazo com o intuito de formar uma “consciência europeia” salientando o destino comum partilhado pelos países que tinham iniciado a aventura comunitária [Figura III-1].⁴¹¹

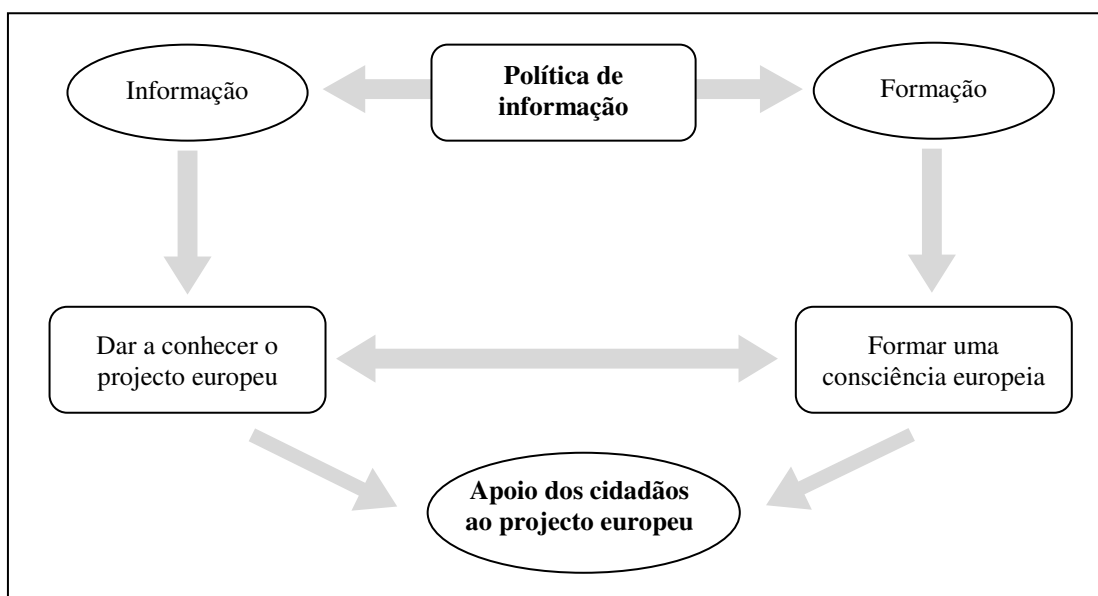


Figura III-1: *Uma política de informação bipolar*

Como notou Wendy Pai, no início da década de 1970, já no âmbito da CEE, L’action d’information communautaire se situe donc entre deux pôles: un pôle journalistique (sinon publicitaire) et un pôle éducatif. L’information doit informer et former en même temps, son rôle est de susciter et d’activer des sentiments positifs à l’égard de la nouvelle entité qui est la Communauté, en essayant d’expliquer le comment et le pourquoi, par une action réciproque entre l’information et la formation.⁴¹²

⁴¹¹ MELICH, Anna – “La politique d’information de la Commission des Communautés européennes”. *Integracio europea*, n.º 5 (1989), p. 127

⁴¹² PAI, Wendy – *Op. cit.* p. 27.

No entanto, devido aos reduzidos meios financeiros e humanos, o Serviço Comum tinha de apostar sobretudo no seu papel de intermediário com outras organizações, seguindo o princípio de descentralização, evitando procedimentos demasiado burocratizados e atitudes propagandísticas. Por outro lado, o texto advoga a necessidade de envolver os países-membros nas iniciativas de informação tanto de carácter geral como especializado, pois isso constituiria um exemplo da cooperação e da integração europeia e permitiria uma racionalização de discursos e meios.⁴¹³ Como bem constatou Mariano Sánchez Martínez, a Assembleia Parlamentar considerava possível a formação de uma opinião pública europeia consciente dos valores positivos da integração.⁴¹⁴ Seguindo o método Monnet, o caminho adoptado foi o de criar laços reais, através dos progressos da integração europeia, para suscitar laços afectivos e de solidariedade entre os cidadãos de todos os Estados-Membros, servindo as actividades de informação de veículos de divulgação para enfatizar as mais-valias dessa comunidade política e para promover simultaneamente a inserção de todos os seus elementos.

Depois de fazer observações genéricas e de enquadramento da política de informação das instituições comunitárias, o relator apresenta o Serviço Comum de Imprensa e Informação. Assim, ao já referido conselho de administração competia apresentar anualmente o ante-projecto de orçamento para aprovação dos executivos, a gestão dos recursos humanos e o acompanhamento da execução dos programas gerais de actividades. As decisões eram tomadas por unanimidade. No que toca à orgânica, existia um director-geral (assistido por uma secção de assuntos gerais), secções especializadas para grupos alvo (agrícola, sindical, ultramar e universitária) e por técnicas de informação (feiras-exposições, publicações, rádio-televisão-cinema, visitas e estágios) e gabinetes exteriores (Bona, Haia, Paris, Roma, Londres e Washington). O relatório apresenta ainda um esboço das actividades desenvolvidas, considerando ter havido um aumento das iniciativas apesar das dificuldades financeiras e de organização, decorrentes da falta de acordo entre os três executivos sobre o modelo organizativo e as modalidades de financiamento do Serviço Comum.⁴¹⁵

Aliás, sobre o impasse, entre 1958 e 1960, nas negociações entre os três executivos relativamente às matérias da informação, Wilhelmus Schuijt tem uma visão muito crítica, considerando que essa situação impediu a definição de uma orientação

⁴¹³ SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Op. cit.* (Document 89). p. 4.

⁴¹⁴ SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Mariano – *Bases de la política de información y comunicación de la Comunidad Europea*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas del Siglo XXI, 1999. p. 151.

⁴¹⁵ SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Op. cit.* (Document 89). p. 6-8.

clara para a política de informação, não havendo uma distinção efectiva entre as acções vocacionadas para a informação especializada e em profundidade e as acções destinadas à informação imediata. Esta situação decorreu do facto de cada um dos executivos, ainda que declarando querer a criação de um serviço comum e de uma política de informação conjunta, reaar perder o seu porta-voz, que constituía um instrumento de informação capaz de representar os interesses próprios de cada um dos executivos, enquanto entidade independente e autónoma. Assim, considera que a já referida decisão de separar, a partir de 1961, os porta-vozes do Serviço Comum de Imprensa e Informação era um compromisso necessário, mas frisa a discordância da comissão parlamentar sobre esta matéria, considerando que tal opção prejudicaria a unidade de gestão funcional, administrativa e financeira deste serviço.⁴¹⁶ Sobre a acção dos porta-vozes, o texto apresenta uma definição bastante clara, afirmando:

[...] les porte-parole et leurs collaborateurs doivent essentiellement suivre dans le détail quotidien l'activité de l'exécutif dont ils dépendent respectivement et interpréter à tout moment la politique de cet exécutif. [...] ils jugent de l'opportunité de toute communication à l'extérieur et authentifient ces communications. Leurs liaisons avec le service commun doivent être organisées de telle façon que ces communications au public se fassent toujours dans des conditions telles que l'intention politique d'un exécutif soit entièrement respectée et correctement illustrée.⁴¹⁷

Este relatório foi apresentado e discutido na Assembleia Parlamentar Europeia, nas sessões dos dias 19 e 23 de Novembro de 1960, sem levantar opiniões contraditórias significativas. O mesmo não aconteceu ao relatório complementar com a proposta de resolução a ser aprovada pelo hemiciclo.⁴¹⁸ De facto, a inclusão de uma afirmação que propunha «[...] que les effectifs des Groupes de Porte-Parole ne doivent en aucune façon être augmentés, mais plutôt réduits en faveur du service comun»⁴¹⁹ levantou uma acesa discussão entre os parlamentares, suscitada pela intervenção discordante de Walter Hallstein, presidente da Comissão da CEE, acabando por ser suprimida na versão final da resolução publicada no *Journal Officiel des Communautés Européennes*, a 16 de Dezembro de 1960. Neste texto, a instituição parlamentar realçou «[...]

⁴¹⁶ *Idem, ibidem*. p. 8.

⁴¹⁷ *Idem, ibidem*.

⁴¹⁸ SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Rapport complémentaire présenté au nom de la Commission des affaires politiques et des questions institutionnelles sur les problèmes de l'information dans les Communautés européennes*. Parlement Européen, 23.11.1960. (Document 99).

⁴¹⁹ *Idem, ibidem*. p. 4.

l'importance capitale d'une politique efficace d'information de la Communauté européenne en vue de favoriser la formation d'une opinion publique européenne consciente des grandes valeurs culturelles et matérielles de l'unification de l'Europe». ⁴²⁰ Não poderemos deixar de notar os termos superlativos aplicados ao significado da política de informação no contexto da construção europeia. O papel instrumental que lhe é atribuído torna-a imprescindível à efectiva concretização do projecto europeu através da formação de cidadãos capazes de se identificarem com os valores desse projecto. Portanto, nesta fase, a política de informação é vista num sentido unilateral, na medida em que procura levar a cabo uma modificação nos quadros mentais dos receptores para sustentar a construção europeia. Por outro lado, não se atendem aos múltiplos contextos nacionais, culturais ou de grupo em que a informação europeia era apreendida. Não se analisa a informação enquanto processo, perspectivando-a apenas como um fenómeno passível de interpretação igualitária por parte de todos os cidadãos de cada Estado-Membro.

A importância atribuída às iniciativas nesta área fica também patente pelo facto de a Assembleia Parlamentar, nessa mesma resolução de 1960, encarregar a sua Comissão política de acompanhar a concretização dos programas de actividades do Serviço Comum de Imprensa e de Informação, aconselhando-o a realizar «[...] une analyse scientifique de l'état d'esprit des citoyens de nos pays à l'égard de l'unification européenne [...]». ⁴²¹

III.4. Porta-Vozes e Serviço Comum: uma informação espartilhada

Para dar cumprimento à última determinação da resolução de 1960, foi realizado um inquérito à opinião dos cidadãos dos países-membros, no decurso de 1962, concluindo-se ser necessário desenvolver esforços para informar o público oriundo de meios agrícolas e rurais, de meios operários e junto das organizações femininas. ⁴²²

Aliás, na sequência desta mesma decisão, foi também examinado o funcionamento dos serviços de informação nas sedes do Luxemburgo e de Bruxelas bem como os gabinetes de Bona, Haia, Paris e Roma e os serviços dos Porta-Vozes de

⁴²⁰ “Résolution sur les problèmes de l'information dans les Communautés européennes”. *JOCE*, n.º 60 (16.12.1960), p. 1510-1511; citação da p. 1510, sublinhados nossos.

⁴²¹ *Idem, ibidem*. p. 1510 e citação p. 1511.

⁴²² COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE. COMMISSION – *Sixième rapport général sur l'activité de la Communauté: (1^{er} mai 1962-31 mars 1963)*. Bruxelles: CEe, 1963. p. 341-342.

cada executivo, dando origem a novo relatório conduzido por Wilhelmus J. Schuijt.⁴²³ Do documento sobressai a ideia de alguma confusão e sobreposição no âmbito de acção do Serviço Comum de Imprensa e Informação e dos três Porta-Vozes dos executivos, questionando-se o facto de todos terem autoridade para fazerem convites para visitas às sedes dos executivos, de elaborarem revistas de imprensa quotidianas, de cada um organizar a participação em exposições e de a Comissão da CEE publicar regularmente um boletim de informação. Esta situação é criticada, na medida em que levava a duplicação de empregos e a desperdícios financeiros, causando ainda uma imagem estilhaçada das instituições comunitárias contrária ao espírito da integração europeia.

A este propósito, Fausta Deshormes, funcionária do Serviço Comum de Informação, recorda:

Les porte-parole, – et surtout le porte-parole de l'Euratom et je suppose de la CECA aussi –, considéraient que l'information devait être l'information sur ce qu'elles [les Communautés] faisaient et surtout sur leurs commissaires, plutôt que sur l'Europe en général. Ils n'avaient pas cette idée que nous avons: que l'information devait communiquer l'Europe en tant que projet de civilisation, qu'il fallait informer pour faire participer le citoyen, pour former une conscience européenne. Et cela nous a amené quelques conflits...⁴²⁴

Desta situação sobressai um problema de deficiente gestão e de conflito entre serviços decorrente de uma difícil apreensão e caracterização do objecto com que lidavam ambos os serviços – a informação.

Para resolver esta situação, o relator considera primordial uma divisão clara das tarefas entre o Serviço Comum e os Porta-Vozes. Neste sentido, propõe

S'il est ainsi établi que les exécutifs, grâce à leurs groupes de porte-parole, sont mieux à même que le service commun d'information de communiquer directement des informations ou de procurer des renseignements d'actualité, ce service devrait concentrer davantage ses efforts sur la préparation d'une documentation cohérente pouvant servir de base ou de fond pour la rédaction de commentaires sur les informations fournies par les exécutifs.⁴²⁵

Para melhor concretizar a última parte da sua proposta, o deputado-relator sugere a criação, no âmbito do Serviço Comum, de um centro de documentação moderno,

⁴²³ SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Rapport fait au nom de la Commission politique sur le fonctionnement des services d'information des Communautés européennes*. Parlement Européen, 14.11.1962. (Document 103).

⁴²⁴ *Entretien avec Fausta Deshormes...* (op. cit.), p. 26.

⁴²⁵ SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Op. cit.* (Document 103), p. 2.

trabalhando em todas as línguas da Comunidade, e capaz de disponibilizar rapidamente informações fidedignas aos jornalistas e aos serviços internos das Comunidades. Por outro lado, defende também a organização de um serviço central de arquivo, recorrendo a técnicas de comunicação avançadas por forma a poder estar em contacto com os gabinetes de informação, espalhados por várias capitais, para lhes dar apoio, já que eram cada vez mais requisitados para responder a questões sobre a integração europeia apesar da escassez de meios ao seu dispor para o efeito.⁴²⁶ Assim, no início da década de sessenta, sugere-se já um trabalho de partilha e cooperação, assente nas novas tecnologias, para evitar duplicação de tarefas e realizar economias financeiras.

Na realidade, pretendia-se circunscrever a acção dos Porta-Vozes à transmissão, para os jornalistas, de informações de ordem noticiosa e oficial, com origem no executivo a que cada um estava ligado, atribuindo-se ao Serviço Comum a acção em todos os outros campos.⁴²⁷ Assim, a outra informação externa, desde que “information en profondeur et à long terme”, devia estar sob alçada do Serviço Comum responsável pela “formation d’une opinion publique au sens général”. Neste sentido,

Le service commun deviendrait donc, en ce qui concerne l’information vers l’extérieur, un service technique en mesure, par l’intermédiaire de ses spécialistes des différents moyens d’information (radio, télévision, cinéma, films, publications, foires et expositions, stages et visites) d’assurer le meilleur rendement des activités d’information des Communautés.⁴²⁸

Por outro lado, competiria ainda ao Serviço Comum todo o trabalho de informação interna para os órgãos comunitários, incluindo a análise da opinião pública e das notícias da rádio, televisão ou imprensa alusivas à integração europeia.

Deveremos realçar que os Tratados de instituição das Comunidades Europeias (Tratado de Paris e Tratados de Roma) não previam a participação do cidadão nos processos de decisão, não havendo sequer eleição directa dos membros da Assembleia Parlamentar. Neste sentido, a auscultação da opinião dos cidadãos, através de sondagens e dos meios de comunicação, com o levantamento e a análise das notícias relacionadas com a construção europeia, permitia manter uma certa ilusão de participação popular num processo que era conduzido pelos governos.

⁴²⁶ *Idem, ibidem.* p. 2 e p. 4-5.

⁴²⁷ Sobre a informação dos jornalistas até ao início dos anos 1970, ver GIARD, Véronique – *La politique d’information des Communautés européennes*. Paris: Faculté de droit et des sciences économiques de Paris, 1970. Tese. p. 21-23.

⁴²⁸ SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Op. cit.* (Document 103). p. 7.

Este relatório foi apresentado e debatido nas sessões da Assembleia Parlamentar Europeia nos dias 22 e 23 de Novembro de 1962. Foi então aprovada, a 23 de Novembro de 1962, uma resolução sobre a política de informação das Comunidades Europeias.⁴²⁹ Neste texto, a Assembleia Parlamentar deixa entender que os meios humanos e financeiros à disposição da CECA, da CEE e da Euratom destinados às actividades de informação eram insuficientes, devendo ser ajustados às necessidades reais em termos de informação tanto para o interior como para o exterior da Comunidade. De facto, as restrições orçamentais eram vistas como um travão ao desenvolvimento da informação comunitária.⁴³⁰ Mas deveremos enquadrar este condicionalismo no contexto mais amplo do orçamento da Comunidade Europeia, que até 1971 dependia exclusivamente das contribuições financeiras dos Estados-Membros e que só a partir de 1 de Janeiro de 1975 passou a dispor totalmente de recursos próprios.⁴³¹ Na resolução, é ainda sublinhado o interesse em facilitar a difusão junto do público de todas as publicações das instituições comunitárias pelo que o acesso à informação passa a constituir uma das vertentes centrais da política de informação. Além disto, manifestava-se a intenção de iniciar conversações com o Conselho sobre as orientações e as iniciativas de uma política comunitária de informação com base em propostas elaboradas pelos executivos das três comunidades.⁴³²

Vemos, portanto, que a política de informação constitui uma área privilegiada de interesse partilhado e de colaboração para os vários órgãos comunitários e que, por outro lado, houve desde cedo a preocupação de discussão conjunta e de coordenação. Neste sentido, em 1961, ficou determinado que o Serviço Comum de Informação deveria apresentar à comissão competente do Parlamento um relatório anual detalhando as suas actividades.⁴³³ Isto significa que, embora fosse a Comissão da CEE a ter a responsabilidade das iniciativas no campo da informação, houve outros órgãos comunitários a procurar ter uma participação importante nesta área.

⁴²⁹ “Résolution sur la politique d’information dans les Communautés européennes”. *JOCE* (14.12.1962), p. 2872. O texto corresponde à proposta apresentada por Wilhelmus J. Schuijt no *Rapport Complémentaire au nom de la Commission politique sur le fonctionnement des services d’information des Communautés européennes*. Parlement Européen, 22 novembre 1962. (Document 115).

⁴³⁰ GIARD, Véronique – *Op. cit.* p. 4.

⁴³¹ Ver OLIVI, Bino; GIACONE, Alessandro – *L’Europe difficile: histoire politique de la construction européenne*. Paris: Gallimard, 2007. ISBN 978-2-07-034575-5. p. 105 e BITSCH, Marie-Thérèse – *Op. cit.* p. 177.

⁴³² *JOCE*, n.º 62 (14.12.1962), p. 2872.

⁴³³ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L’ACIER. HAUTE AUTORITE – *Dixième rapport général sur l’activité de la Communauté: (1^{er} février 1961-31 janvier 1962)*. Luxembourg: CECA, 1962. p. 55.

III.5. Memorandum de 1963: reflexão e refundação da política de informação

Aliás, a preocupação com o envolvimento do Conselho também foi abordada pelo presidente do conselho de administração do Serviço Comum de Imprensa e Informação, durante uma reunião do Conselho em Outubro de 1962, onde pediu que os problemas desta área fossem alvo de uma troca de opiniões pelos elementos desta instituição, antes da análise do orçamento de 1964, tal como refere um dos primeiros documentos da Comissão da CEE sobre a política de informação.⁴³⁴ Trata-se do *Mémorandum sur la politique des Communautés en matière d'information à l'attention des Conseils* onde, com base no argumento de que a Comunidade tem como dever de informação apresentar-se a si mesma e às suas actividades e pelo facto das atribuições orçamentais para a política de informação sempre terem sido prejudicadas pela ausência de uma discussão aprofundada e pela opção por soluções parciais, se leva a cabo uma reflexão global sobre a necessidade de uma política comum de informação e se apresentam os problemas de organização, bem como os meios necessários para a consecução dessa política.

O *Mémorandum* cita também os resultados da já referida sondagem de opinião, efectuada em 1962, a fim de demonstrar a necessidade de um esforço continuado de informação e de formação para cumprir o imperativo de dar a conhecer à opinião pública interna dos Países-Membros a construção europeia. De facto, apesar de haver uma maioria significativa de cidadãos (seis a oito cidadãos em cada dez) favoráveis à integração, havia um desinteresse acentuado pelo desenrolar desse processo. Havia aquilo que poderemos designar de consenso passivo da opinião pública em relação à construção europeia. Por outro lado, o nível de conhecimento era bastante superficial e muito desigual consoante os meios sociais, ainda que a informação sobre os problemas europeus estivesse bastante difundida. Note-se que a sondagem distingue nacionalidades, géneros e faixas etárias mas também a instrução e a actividade sócio-profissional, comparando os resultados obtidos nas diferentes categorias.⁴³⁵ A partir de então, afirma-se uma tipificação do público assente em duas grandes categorias: os líderes de opinião, que querem saber mais, e o público em geral que procura ocasionalmente a informação europeia. Com base nesta tipologia, o *Mémorandum* define orientações para o futuro da política de informação:

⁴³⁴ COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE. COMMISSION – *Mémorandum sur la politique des Communautés en matière d'information à l'attention des Conseils*. Bruxelles, 26.06.1963. (COM (1963) 242). p. 1.

⁴³⁵ *Idem, ibidem*. p. 3-4.

De spontanée qu'elle fut à l'origine, elle devrait être délibérément développée, tout en restant souple, nos propres services renforçant à la fois leur action directe, notamment dans les milieux de "leaders" d'opinion, et leur action indirecte, en liaison avec les services gouvernementaux ou autres, notamment dans le grand public.⁴³⁶

Assim, propõe-se para a política de informação um modelo racional mas adaptável atribuindo-se responsabilidades não só às instâncias comunitárias mas também aos governos de cada país.

Aliás, os governos nacionais de cada Estado-Membro já eram chamados, através das suas embaixadas, a responder a pedidos de informação sobre as instâncias europeias nos países onde não existiam gabinetes de informação da Comunidade. Mas o *Mémorandum* apresenta uma visão crítica desta intervenção considerando os serviços diplomáticos dos seis países-membros mal preparados para responder às questões do público sobre a construção europeia e ainda menos para fomentar o interesse pelos assuntos comunitários ou para dar respostas consentâneas com a perspectiva de Bruxelas. Tradicionalmente, os serviços diplomáticos encaminhavam os pedidos que recebiam sobre questões europeias para Bruxelas, mas, devido a circuitos administrativos pouco eficazes e ao número limitado de línguas de edição das publicações, as respostas acabavam por chegar tarde e eram de qualidade pouco satisfatória.⁴³⁷ Perante esta situação, o *Mémorandum* reforça o dever de informação por parte da Comunidade afirmando que lhe compete

[...] répondre aux questions posées, aux interrogations non formulées, aux appréhensions, aux espoirs de tous les milieux et de tous les pays qui, à travers le monde, se sentent concernés par les effets réels, supposés ou attendus de l'existence des traités européens et du développement des politiques communes.⁴³⁸

De notar que, por detrás do cumprimento desta obrigação, estava presente a convicção da forte rentabilidade da informação, referindo-se explicitamente no documento que «Les montants financiers qui seraient affectés à la création de Bureaux européens d'information à l'extérieur auraient une productivité particulièrement élevée».⁴³⁹

⁴³⁶ *Idem, ibidem.* p. 6.

⁴³⁷ *Idem, ibidem.*

⁴³⁸ *Idem, ibidem.* p. 7.

⁴³⁹ *Idem, ibidem.*

Considerando as limitações financeiras, reconhece-se a necessidade de estabelecer prioridades de informação formuladas de acordo com critérios políticos, ouvido o Conselho, e periodicamente revistas. Para definir essas prioridades, o *Mémorandum* estabelece uma tipologia distinguindo os países com o estatuto de associado, os países com os quais a Comunidade estava em negociações ou com os quais iria encetar negociações e o resto do mundo dividido em quatro grandes regiões (América Latina, países do Commonwealth, outros países não comunistas e os países de leste).⁴⁴⁰ Poderemos considerar que esta tipificação corresponde a uma preocupação com a adequação entre os utilizadores, o conteúdo e o canal de informação, mas é sobretudo um mecanismo para agilizar a gestão das iniciativas de informação. Ora, como iremos ver, a preocupação com as questões de gestão da política e dos serviços de informação preenchem a segunda parte do *Mémorandum*.

De facto, o documento analisa com algum detalhe os problemas de organização e os meios necessários à política de informação comum. Assim, como vimos, em 1963, os serviços responsáveis pelas questões da imprensa e informação, na Comissão da CEE e na do Euratom bem como junto da Alta Autoridade da CECA, incluíam três Porta-Vozes e um Serviço Comum de Imprensa e Informação.

De acordo com o *Mémorandum*, graças a esta estrutura composta por três Porta-Vozes e um Serviço Comum, as instituições europeias dispunham de uma equipa de funcionários polivalentes.⁴⁴¹ Aliás, o *Mémorandum* distingue expressamente as competências e o funcionamento de cada uma das entidades. Assim, aos Porta-Vozes competia a representação da instituição à qual estavam ligados, detendo a capacidade exclusiva de certificar as informações que deviam chegar aos meios de comunicação.⁴⁴² Isto significa que houve a preocupação de criar um ponto de saída único da informação para o exterior, para evitar fugas de dados inconvenientes e que pudessem criar uma imagem incoerente junto da opinião pública. Por outro lado, esta opção tem também subjacente a preocupação de facilitar o acesso à informação comunitária por parte dos jornalistas com os quais se procurou estabelecer relações de boa convivência, no intuito de proporcionar uma presença assídua dos temas europeus na imprensa escrita, na rádio e na televisão. Ou seja, as instituições europeias procuraram servir-se de canais de informação exteriores às próprias instâncias comunitárias para chegar aos cidadãos. Por

⁴⁴⁰ *Idem, ibidem.* p. 8-12.

⁴⁴¹ *Idem, ibidem.* p. 13. Note-se que, até 1 de Janeiro de 1961, os Porta-Vozes das Comissões e da Alta Autoridade integravam o Serviço Comum de Imprensa e Informação.

⁴⁴² (COM (1963) 242). p. 14.

consequente, além das relações com os meios jornalísticos, os Porta-Vozes tinham uma intensa colaboração quotidiana com as Direcções-Gerais para seguir com detalhe as actividades da sua instituição. Assim, as suas actividades abrangiam quatro grandes vertentes:

- a informação geral para transmitir ao exterior as grandes linhas gerais da política e das actividades da instituição, englobando conversas pessoais com a imprensa acreditada, conferências de imprensa, palestras durante as visitas às instalações, redacção e difusão de comunicados, contactos com os Gabinetes de Imprensa e Informação das Comunidades Europeias espalhados pelo mundo;

- informação técnica ilustrando as actividades dos diferentes sectores, recorrendo às conferências de imprensa ou a informações escritas;

- informação interna para dar a conhecer às Comissões ou à Alta Autoridade as informações relevantes vindas do exterior;

- actividades diversas, como a redacção de projectos ou de discursos e a organização de conferências ou de entrevistas.⁴⁴³

Como vemos, a acção de informação dos Porta-Vozes «[...] est une action principalement à court terme, rapide, et à caractère politique [...]».⁴⁴⁴ Contrasta, por isso, com o papel do Serviço Comum de Imprensa e Informação, ao qual compete

[...] suivre l'ensemble des activités européennes susceptibles d'intéresser l'opinion publique et contribuer à la formation d'une 'conscience civique' européenne. Son action est essentiellement une action à long terme, directe ou 'médiatisée', générale ou spécialisée, visant tous les publics [...] et tendant à créer et à entretenir dans l'opinion l'image d'une Communauté européenne que s'édifie progressivement, conformément aux Traités européens [...].⁴⁴⁵

Mas os funcionários dos Porta-Vozes e do Serviço Comum trabalhavam diariamente em conjunto para garantir a coordenação das iniciativas de ambos e para levar a cabo tarefas partilhadas, como a elaboração de panfletos de divulgação, dos programas das visitas de informação ou dos programas de actividades.⁴⁴⁶ Além disto, o Serviço Comum tinha ainda de fazer os programas de orçamento, a serem aprovados pelo Conselho de Administração, e de garantir a sua execução através dos recursos técnicos e administrativos de que dispunha.

⁴⁴³ *Idem, ibidem.* p. 16.

⁴⁴⁴ *Idem, ibidem.* p. 14.

⁴⁴⁵ *Idem, ibidem.* p. 18.

⁴⁴⁶ *Idem, ibidem.* p. 16-17.

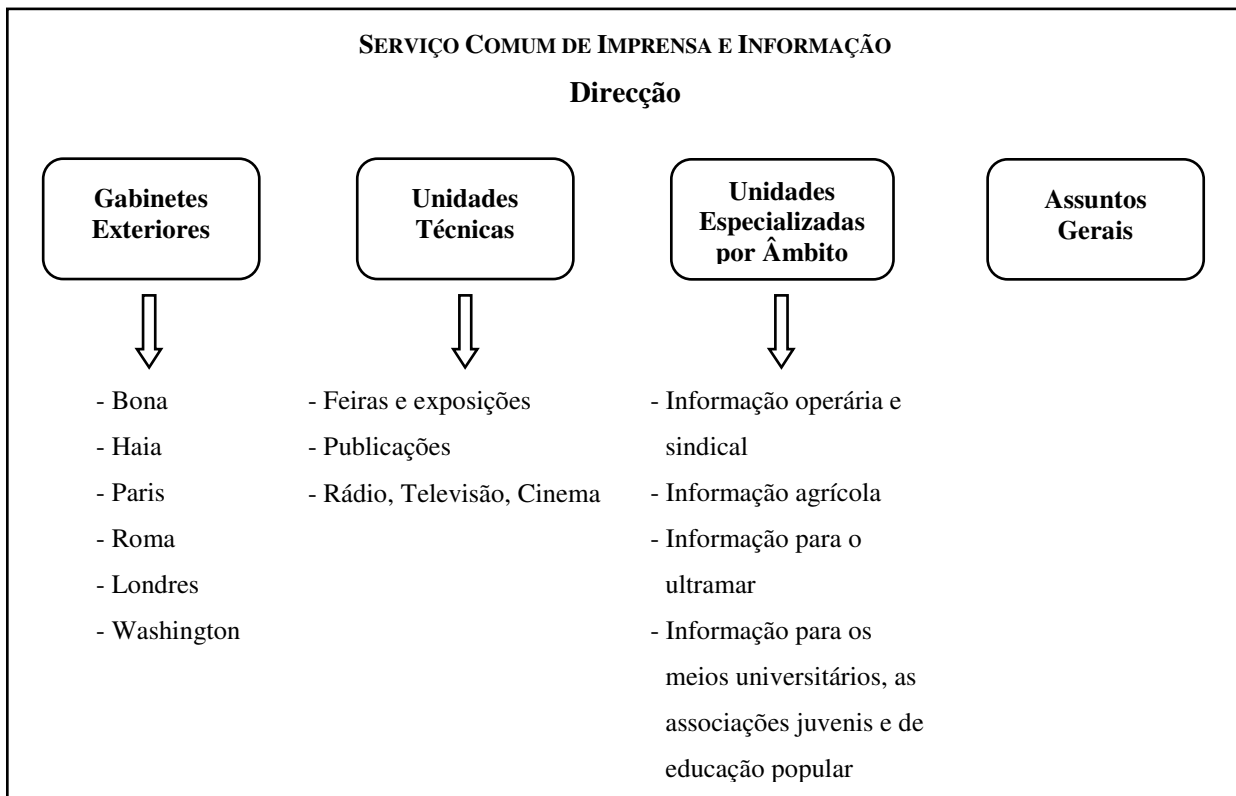


Figura III-2: *Estrutura do Serviço Comum de Imprensa e Informação em 1963*⁴⁴⁷

Em termos de estrutura, o Serviço Comum apresentava a seguinte configuração [Figura III-2]:⁴⁴⁸

- gabinetes exteriores, localizados em Bona, Haia, Paris, Roma, Londres e Washington, aos quais competia o papel de antenas receptoras e emissoras, pois informavam

[...] leur audience nationale sur les problèmes des Communautés, et les Institutions des Communautés sur les réactions des opinions publiques nationales (revue de presse quotidienne). [...] Ils s'efforcent de répondre à tout moment à toute question concernant les communautés, qu'elles émanent d'un journaliste, d'un parlementaire, d'un chef d'entreprise, d'un professeur, d'un instituteur, d'un étudiant ou d'un simple citoyen;⁴⁴⁹

- unidades técnicas vocacionadas para as feiras e exposições, as publicações e para a rádio, televisão e cinema;

⁴⁴⁷ *Idem, ibidem.*

⁴⁴⁸ *Idem, ibidem.* p. 21-26. Também os Relatórios Gerais permitem conhecer a estrutura do Serviço Comum, ver, por exemplo, COMMUNAUTÉ ÉCONOMIQUE EUROPÉENNE. COMMISSION – Cinquième rapport général sur l'activité de la Communauté (1^{er} mai 1961-30 avril 1962). Bruxelles: [s. n.], 1962. p. 301-305.

⁴⁴⁹ (COM (1963) 242). p. 21.

- unidades especializadas por âmbito, incluindo informação operária e sindical, informação agrícola, informação para o ultramar e informação para os meios universitários, as associações juvenis e de educação popular;

- unidade de assuntos gerais vocacionada para a organização de visitas e de estágios nos diversos serviços da Comunidade.

Depois de apresentar a estrutura e o funcionamento dos serviços responsáveis pela informação nas instituições comunitárias, o *Mémorandum* aponta algumas orientações para levar a cabo uma política de informação coerente. Neste sentido, invoca dois tipos de argumentos para avaliar a eficácia e a produtividade da acção nesta área: a quantificação das vendas e a medição das audiências e dos seus efeitos. Realça, sobretudo, a utilidade do último parâmetro porque envolve o estudo do número de pessoas acessíveis a determinado meio de difusão, o número provável de pessoas atingidas por uma mensagem difundida nesse suporte, o número de pessoas que entenderam a mensagem, aqueles que conservaram uma memória consciente ou subconsciente da mensagem e o número de pessoas que tiveram as suas atitudes e comportamento modificados.⁴⁵⁰

Assim, apesar de o texto falar apenas em política de informação, na realidade, manifesta fortes preocupações com as questões de comunicação. Neste contexto, apresenta-se novamente um modelo de comunicação como simples processo linear, assente na transmissão de mensagens através do canal mais adequado, no intuito de suscitar no receptor uma reacção consentânea com a ideia inicial do emissor. No caso das instâncias europeias, o poder de decisão sobre a selecção e a escolha da(s) mensagem(s) a enviar pertence à “fonte”, ou seja, os Serviços dos Porta-Vozes e do Serviço Comum de Imprensa e Informação.

Paralelamente, o texto tem a preocupação de recorrer a argumentos apresentados como sendo de ordem científica e a partir dos quais se tomam algumas opções. Assim, o texto enumera os aspectos que devem orientar a política de informação de acordo com a seguinte ordem: «1° Choix des thèmes, problème essentiellement politique, (...). 2° Choix des personnes à atteindre, réparties géographiquement et socialement. 3° Choix des moyens à utiliser, compte tenu des impératifs politiques, bien entendu, et des limitations budgétaires».⁴⁵¹

⁴⁵⁰ *Idem, ibidem.* p. 27-28.

⁴⁵¹ *Idem, ibidem.* p. 29.

Quanto à escolha do público, opta-se por privilegiar os países-membros através de acções directas de informação dirigidas aos líderes de opinião, estabelecendo-se metas concretas:

Il serait nécessaire d'augmenter les moyens affectées à l'action sur les 'leaders' et par exemple, à l'intérieur de la Communauté, de toucher régulièrement par nos publications mensuelles, non plus quelque 150.000 lecteurs par mois, mais 300.000 à 500.000, ce qui ne représenterais encore que moins de 1% de la population active.⁴⁵²

Sobre a escolha dos canais de informação, apesar de mitigar a validade absoluta desta tipificação, o *Mémorandum* afirma:

On sait seulement que les moyens audio-visuels captent mieux l'attention du grand public, des milieux moins cultivés, ainsi que des milieux féminins, et font retenir des donnés simples, tandis que les moyens écrits, souvent plus appréciés par les personnes instruites, permettent de mieux expliquer les données complexes et fixent peut-être plus durablement les attitudes. En réalité, tous les experts sont d'accord pour recommander l'emploi combiné de ces différents moyens, qui se complètent et se renforce l'un l'autre.⁴⁵³

Para terminar, o documento tece algumas considerações sobre aspectos financeiros na escolha das operações de informação, nomeadamente em feiras e exposições. Assim, considera mais rentável preferir a participação em iniciativas de pequena ou média dimensão, onde será mais fácil afirmar a notoriedade das instâncias comunitárias. Além disso, os serviços de informação recusavam a publicidade paga na imprensa, na rádio ou na televisão invocando o facto de a notoriedade da Comunidade suscitar a procura dessa informação por parte dos grandes meios de comunicação.

Durante as sessões de 23 e 24 de Setembro de 1963, o Conselho examinou este *Mémorandum*, exprimindo a sua concordância sobre a necessidade de desenvolvimento e racionalização da política de informação, sobre a criação de um grupo de peritos de informação nacionais para participar em reuniões periódicas com o Serviço Comum e o serviço dos Porta-Vozes, bem como sobre a necessidade de coordenação da utilização dos serviços de informação das embaixadas dos países-membros nos países terceiros.⁴⁵⁴ Este grupo de peritos terminou a sua análise do *Mémorandum* em Maio de 1964, depois

⁴⁵² *Idem, ibidem.*

⁴⁵³ *Idem, ibidem.* p. 31.

⁴⁵⁴ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – 12^{ème} rapport général sur l'activité de la Communauté: (1^{er} février 1963-31 janvier 1964). Luxembourg: CECA, 1964. p. 39.

de reuniões com os representantes do Serviço Comum de Imprensa e Informação. Na sua sessão de 7 de Julho de 1964, o Conselho aprovou o relatório entregue, concordando com a criação de um gabinete de imprensa e informação na América Latina e levando em consideração, nas propostas orçamentais para 1965, a necessidade de aumentar o esforço de informação no exterior da Comunidade sem diminuir as actividades internas. Insere-se nesta dinâmica a abertura de um gabinete de informação das três Comunidades em Nova York, bem como o lançamento de um boletim em língua espanhola.⁴⁵⁵ Assim, o Conselho não deu total provimento à recomendação emitida a seu pedido pela Comissão em Outubro de 1963 num *Mémorandum complémentaire* onde se defendia a abertura de novos gabinetes em Atenas, Genebra, na América Latina e em Nova York.⁴⁵⁶ Aliás, novos motivos de tensão entre a Comissão e o Conselho a propósito da informação estavam próximos.

III.6. O lugar da informação no equilíbrio dos poderes institucionais

Em Março de 1965, Walter Hallstein, presidente da Comissão da CEE, despoletou uma crise aberta ao propor ao Parlamento, sem consultar previamente o Conselho, um plano de financiamento da política agrícola comum e um reforço dos poderes da Assembleia Parlamentar. De seguida, a instituição parlamentar pronuncia-se favoravelmente em relação à proposta da Comissão. Mas a França, presidida pelo general de Gaulle, recusa frontalmente tal iniciativa através do boicote dos seus representantes às reuniões do Comité dos Representantes Permanentes (COREPER), em Bruxelas, praticando a designada política da cadeira vazia, desde fins de Junho de 1965, o que levou ao bloqueio das iniciativas da Comunidade.⁴⁵⁷ Neste contexto, na reunião de 25 de Junho de 1965 do Grupo de Informação do Conselho, a delegação francesa emitiu algumas objecções ao funcionamento do Serviço Comum de Imprensa e Informação, propondo um controlo mais eficaz das suas actividades, tendo em conta aquilo que

⁴⁵⁵ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – 13^{ème} rapport général sur l'activité de la Communauté: (1^{er} février 1964-31 janvier 1965). Luxembourg: CECA, 1965. p. 47-49.

⁴⁵⁶ COMMUNAUTÉ ÉCONOMIQUE EUROPÉENNE. COMMISSION; COMMUNAUTÉ EUROPÉENNE DE L'ÉNERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Mémorandum complémentaire sur les développements des activités d'information en 1964*. Bruxelles, 12.09.1963. (COM (1963) 384).

⁴⁵⁷ Sobre a crise de 1965-1966, ver SIDJANSKI, Dusan – *O futuro federalista da Europa: a Comunidade Europeia das origens aos Tratado de Maastricht*. Lisboa: Gradiva, 1996. ISBN 972-662-417-7. p. 76-84; SOULIER, Gérard – *A Europa: história, civilização, instituições*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. ISBN 972-8407-37-8. p. 295-296; BITSCH, Marie-Thérèse – *Op. cit.* p. 161-164; OLIVI, Bino; GIACONE, Alessandro – *Op. cit.* p. 85-91. Para uma abordagem mais aprofundada da relação entre a crise de 1965-1966 e o sector da informação, ver CAMPS, Miriam – *European unification in the sixties: from the veto to the crisis*. London: Oxford University Press, 1967.

considerava ser o financiamento avultado que era colocado à sua disposição mas também devido ao facto de abordar matérias relacionadas com assuntos políticos e culturais que não eram da sua competência, de acordo com os Tratados de Paris e de Roma.⁴⁵⁸ Como notou Michel Dumoulin, o que incomodava os franceses era o facto das actividades de informação da Alta Autoridade servirem para credibilizar e legitimar o carácter supranacional da CECA, exasperando aqueles que não viam com bons olhos este afastar da órbita de influência dos governos nacionais.⁴⁵⁹

Esta polémica em torno das acções de informação acabou por “agregar-se” à crise de 1965-1966, pelo que no decálogo, apresentado pelo governo francês no dia 17 de Janeiro de 1966, os problemas relacionados com a informação integraram o ponto 9, onde se defendia que

La politique d’information ne doit pas être conçue et mise en œuvre par la Commission seule, mais conjointement par le Conseil et par la Commission. Le Conseil doit exercer un contrôle effectif et pas seulement d’ordre budgétaire sur les activités du service d’information des Communautés.⁴⁶⁰

O problema foi resolvido no Compromisso assinado no Luxemburgo, na reunião do Conselho de 28 e 29 de Janeiro de 1966, estabelecendo-se, no ponto 6 do documento, o reforço da cooperação entre o Conselho e a Comissão no domínio da informação com a possibilidade de criação de um organismo *ad-hoc* para acompanhar a execução dos programas definidos para esta área.⁴⁶¹ Mas, segundo Jacqueline Lastenouse-Bury, este *comité* encarregado de seguir o trabalho de informação do Serviço Comum, acabou por nunca exercer funções.⁴⁶²

No entanto, posteriormente, o que se verificou foi o total desinteresse do Conselho pelas actividades de informação, pois o assunto não foi abordado nas reuniões deste órgão depois de Julho de 1964 e o seu grupo de informação não voltou a encontrar-se a

⁴⁵⁸ COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE. LE CONSEIL; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L’ENERGIE ATOMIQUE. LE CONSEIL; COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L’ACIER. LE CONSEIL – *Compte-rendu de la réunion du Groupe de l’information du 25 juin 1965*. Bruxelles, 5 juillet 1965. (doc T/334/65 (AG)). p. 3 e 5. Acessível nos Arquivos Históricos do Conselho, em Bruxelas: CM2 1965–238.

⁴⁵⁹ DUMOULIN, Michel – “Quelle politique de l’information?”. In DUMOULIN, Michel, ed. – *La Commission européenne: 1958-1972: histoire et mémoires d’une institution*. Luxembourg: OPOCE, 2007. ISBN 978-92-79-05491-4. p. 524-525. Sobre este assunto ver também a opinião de Jacques-René Rabier na sua contribuição “La naissance d’une politique...”. In DASSETTO, Felice; DUMOULIN, Michel – *Op. cit.* p. 28-32. Ver igualmente o textemunho de Paul Collowald sobre o assunto: *Entretien avec Paul Collowald...* (*op. cit.*). p. 24-26.

⁴⁶⁰ “La session extraordinaire du Conseil (janvier 1966)”. *Bulletin des Communautés européennes*, n.º3 (1966), p. 7.

⁴⁶¹ *Idem, ibidem.* p. 9.

⁴⁶² *Entretien avec Jacqueline Lastenouse-Bury...* (*op. cit.*). p. 13.

partir de Junho de 1965.⁴⁶³ Contudo, o seu controlo fez-se *a priori* restringindo o orçamento do Serviço Comum de Imprensa e Informação.⁴⁶⁴

Assim, vemos que, apesar da política de informação não ocupar um lugar central na acção global das Comunidades, constituía um instrumento importante para a Comissão fazer pressão sobre os governos nacionais apelando à opinião pública de forma a fazer avançar o mercado comum. A este propósito, Miriam Camps refere

The hold that the Common Market now has on the popular mind throughout the Community owes a great deal to the energy and sophistication of the information services. Perhaps, at times, the information services have come a little too close to providing “European” propaganda rather than simply information [...]. But the fact that information has been provided so efficiently and so liberally ant that the commissioners speak freely and can and do criticize the member governments has helped make the Community a living organization and one that arouses intense interest and support.⁴⁶⁵

Neste sentido, podemos considerar que, já na década de sessenta, a informação constituía um *output* muito significativo para o sucesso da integração comunitária, em virtude de dois dos atributos que Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro lhe atribuem, neste caso o da estruturação pela acção e o da pregnância. De facto, podemos considerar que a informação europeia manifesta num grau elevado a acção que lhe dá origem mas que também o acto que lhe dá origem a modela estruturalmente. Por outro lado, os actos informacionais assumem uma influência muito forte do ambiente interno e externo do sujeito da acção, neste caso Serviço de Imprensa e Informação.⁴⁶⁶

III.7. A fusão dos executivos: o Serviço de Imprensa e Informação

Nos anos seguintes a esta crise, as instituições europeias levaram a cabo medidas de racionalização impulsionadas pela Comissão e decorrentes da fusão dos executivos, na sequência do Tratado assinado em Bruxelas em Abril de 1965 e com efeitos a partir de Julho de 1967. Nessa data, passou a existir um Conselho único, reunindo-se em formações diferentes, consoante os assuntos tratados (Conselho geral com os ministros

⁴⁶³ COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Politique d’information de la Commission: communication de la Commission au Conseil*. Bruxelles, 04.05.1968. (SEC (1968) 1394). p. 5.

⁴⁶⁴ Sobre este assunto, ver PAI, Wendy – *Op. cit.* p. 51-53 e GIARD, Véronique – *Op. cit.* p. 35 e p. 41-45. Ver também SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Mariano – *Op. cit.* p. 152-153.

⁴⁶⁵ CAMPS, Miriam – *Op. cit.* p. 107-108.

⁴⁶⁶ Ver Capítulo I, p. 36 sobre as propriedades da informação.

dos Negócios Estrangeiros ou Conselho especializado com os ministros da Agricultura, das Finanças, etc.), e uma só Comissão, composta por elementos designados por comum acordo pelos governos nacionais.⁴⁶⁷ Assim, para a área da informação, onde existia já um serviço comum, esta transformação não significou grandes mudanças, os objectivos e os meios ao seu dispor continuaram a ser sensivelmente os mesmos. Deveremos apenas assinalar a mudança de nome do Serviço Comum de Imprensa e Informação, que passou a designar-se simplesmente Serviço de Imprensa e Informação.⁴⁶⁸ Além disso, em 1967, parece ter havido uma nova atitude do Conselho que, por recomendação do Parlamento Europeu, aceitou um aumento dos créditos da informação destinada aos países da Comunidade e para o exterior.⁴⁶⁹

De acordo com o projecto de programa de informação para 1968, uma área sensível era o sector agrícola onde, apesar da informação disponível existir em cada vez maior quantidade, os agricultores demonstravam fortes preocupações com a união aduaneira parcial para os produtos do sector desde 1 de Julho de 1967. Neste cenário, afirma-se

[...] dans ces conditions notre tâche d'information devra être axée essentiellement sur les thèmes d'amélioration des structures agricoles, en les insérant d'ailleurs constamment dans le contexte d'une politique régionale et d'une politique économique à moyen terme.⁴⁷⁰

Portanto, a política de informação das Comunidades Europeias recebia *inputs* do exterior, os quais eram depois transformados internamente para dar origem a *outputs* destinados a criar um ambiente favorável ao processo de integração.

Verificamos, pois, que a política de informação estava profundamente ligada à evolução geral da Comunidade e aos progressos de políticas específicas, sendo influenciada por esses aspectos, mas tendo também um papel determinante na boa consecução dos objectivos dessas políticas. Assim, havia a consciência de uma inter-relação dinâmica entre as partes e a noção de que uma política de informação bem conduzida aumentava as hipóteses de sucesso de outras políticas sectoriais. Neste projecto de programa das actividades de informação do Serviço de Imprensa e

⁴⁶⁷ Sobre a fusão dos executivos, ver BITSCH, Marie-Thérèse – *Op. cit.* p. 161-164. p. 158-160. A partir de então, poderemos falar das Comunidades Europeias como entidade única agrupando a Comunidade Europeia do Aço e do Carvão (CECA), a Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom) e a Comunidade Económica Europeia (CEE).

⁴⁶⁸ COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPEENNES – *Projet de programme d'activité pour 1968 du Service de Presse et d'information.* Bruxelles, 01.03.1968. (SEC (1968) 779). p. 2.

⁴⁶⁹ *Idem, ibidem.* p. 1.

⁴⁷⁰ *Idem, ibidem.* p. 47.

Informação para 1968, verificamos que o público-alvo da informação agrícola não eram apenas aqueles que faziam desta área a sua profissão mas também os consumidores, pois a racionalização das estruturas agrárias iria ser-lhes favorável, o que os tornava potenciais apoiantes das iniciativas comunitárias.⁴⁷¹ Quanto à escolha do público-alvo, opta-se por uma estratégia que vinha já de anos anteriores e que irá continuar nas décadas seguintes:

L'orientation générale du programme, comme celles des programmes précédents, est de susciter et d'entretenir l'intérêt pour la construction de l'Europe des 'leaders' des différents milieux, dans les différents pays. [...] Ne pouvant travailler directement et quotidiennement à l'échelle d'une audience de 180 millions d'Européens, sans parler des pays associés et des pays tiers, nous devons viser l'audience des personnalités influentes, sinon à titre exclusif, du moins à titre principal.⁴⁷²

Esta escolha é novamente justificada pela insuficiência dos recursos financeiros e humanos, o que obrigava a optar por uma informação selectiva e intensiva junto daqueles que exerciam influência no grande público. Além disso, o esforço principal ia para a informação nos países-membros da Comunidade, pois, com a concretização do mercado comum, tratava-se de um assunto que a todos dizia respeito.

Aliás, em 1968, a Comissão apresentou ao Conselho uma comunicação onde explicitava e distinguia de forma mais clara os objectivos inerentes à informação no interior e no exterior da Comunidade. Assim, à Comunidade competia a informação da opinião pública dos seis países que a compunham em três vertentes. De acordo com a primeira vertente, a informação do público tinha de abranger toda a actividade da comunidade, incidindo sobre a explicação das decisões tomadas, as quais seriam melhor aplicadas se os destinatários estivessem a par do seu objecto, do âmbito e das consequências delas resultantes. Por outro lado, considerava-se necessário defender as decisões comunitárias, realçando-se as suas vantagens e a justeza dos seus fundamentos. Por fim, devia facilitar-se a informação recíproca e a aproximação dos pontos de vista de diferentes grupos de interessados (industriais, sindicalistas, agricultores, consumidores, etc.). Rematava-se que nestas três perspectivas

[...] une action cohérente et continue d'information doit tendre non seulement à renforcer, à l'aide d'exemples précis et concrets, les attitudes favorables du public

⁴⁷¹ *Idem, ibidem.* p. 48.

⁴⁷² *Idem, ibidem.* p. 2.

à l'égard de 'l'idée européenne' que révèlent les sondages d'opinion, mais aussi et surtout à répondre à l'intérêt croissant des couches les mieux informées, tout en sensibilisant celles qui le sont moins ou ne le sont pas.⁴⁷³

Quanto à informação para o exterior, contava-se com a colaboração das embaixadas dos países-membros para melhor responder a uma procura muito diversificada. Assim, distinguiam-se seis tipos de países:

- os estados europeus associados (Grécia e Turquia), onde a procura de informação aumentava sobretudo nas grandes cidades;
- os países associados de África e Madagáscar, onde o grupo dos dirigentes políticos estava bem informado sobre os assuntos do seu interesse, como o Fundo Europeu de Desenvolvimento;
- os estados candidatos à adesão ou a contratos de associação, onde era grande a procura de informação sobre as medidas e o funcionamento da Comunidade;
- a América do Norte, onde o interesse pelos assuntos europeus era bastante forte nos meios de negócios e universitários;
- a América Latina, onde havia uma grande preocupação com alguns aspectos das políticas agrícola e comercial comuns e um interesse acentuado pelos aspectos institucionais, jurídicos e económicos do processo de integração;
- todos os restantes países que podiam facilitar ou contrariar a acção da Comunidade nas negociações internacionais.⁴⁷⁴

De acordo com Véronique Giard, poderemos resumir esta situação da seguinte forma: «[...] la mission d'information est différente selon les "publics": créer un terrain favorable à l'intégration dans les pays membres, se défendre des critiques dans les pays tiers et se présenter comme une entité de poids aux pays associés ou candidats».⁴⁷⁵ Remete-se, pois, para a contextualização geográfica e sócio-cultural do acto informacional.

No que toca às modalidades de concretização dos objectivos da política de informação, os meios escolhidos continuavam a envolver as publicações, as conferências, visitas e estágios de informação nas instituições europeias bem como os meios audiovisuais, incluindo a rádio, a televisão e o cinema. Neste conjunto, as publicações são novamente enfatizadas, pois eram consideradas o melhor instrumento

⁴⁷³ (SEC (1968) 1394). p. 8-9; citação da p. 9.

⁴⁷⁴ *Idem, ibidem.* p. 10-11.

⁴⁷⁵ GIARD, Véronique – *Op. cit.* p. 10.

de informação e de relação com o público, como refere o projecto de relatório para 1968.⁴⁷⁶

III.8. O fim da informação “artesanal”

Em 1969, a Comissão procedeu novamente ao exame anual para 1970 das grandes tendências da sua política de informação, o que significa que este procedimento constituía já uma rotina institucional com o intuito de avaliar as realizações levadas a cabo, definir as acções a serem continuadas e os temas de informação a abordar, além de examinar as estruturas e os meios necessários à concretização da actividade comunitária.⁴⁷⁷ Vemos, portanto, que havia uma reflexão periódica e continuada sobre a área da informação, com o estudo e avaliação de antecedentes, análise de contexto e estabelecimento de princípios e objectivos para enquadrar a acção futura. Por isso, poderemos falar, com toda a propriedade, de uma real política de informação.⁴⁷⁸

Assim, nas orientações para a política de informação para 1970, constata-se a evolução da opinião pública europeia, que tinha deixado de encarar a construção comunitária de um ponto de vista ideal e ideológico, adoptando uma perspectiva mais realista e concreta, influenciada pelas mudanças no seu quotidiano, decorrentes do estabelecimento da união aduaneira e da livre circulação de trabalhadores em Julho de 1968.⁴⁷⁹ Por outro lado, os progressos da integração europeia aumentavam a produção de informação, tornando-a mais diversificada e com um cariz técnico muito pronunciado, pelo que se invoca o recurso a tecnologias e equipamentos modernos para responder eficazmente às necessidades informativas de um público heterogéneo e exigente quanto à qualidade das respostas. De facto, nesta altura, definia-se um novo grupo alvo: depois das organizações profissionais, sindicais ou universitárias, elegiam-se os consumidores como novos sujeitos centrais da política de informação. Ora, para abarcar um grupo tão extenso e com preocupações tão díspares e de forma a garantir o acesso à informação do seu interesse afirma-se, em 1969,

Pour une majorité croissante de consommateurs de documentation, il devient évident que les moyens techniques de pointe – ordinateurs, micro-fiches, tele-

⁴⁷⁶ (SEC (1968) 779). p. 17.

⁴⁷⁷ COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Orientations sur la politique d'information de la Commission pour 1970: communication de la Commission au Conseil*. Bruxelles, 19.07.1969. (SEC (1969) 2697 final).

⁴⁷⁸ Sobre uma análise dos temas de informação, entre 1967 e 1970, tendo em conta a conjuntura interna e externa às Comunidades, ver GIARD, Véronique – *Op. cit.* p. 30-33.

⁴⁷⁹ (SEC (1969) 2697 final). p. 2.

processing, etc. ... – sont seuls de nature à satisfaire des exigences croissantes et de plus en plus diversifiées.⁴⁸⁰

Tal como nos anos anteriores, continuava a apostar-se nos meios de comunicação de massa (jornais, rádio, televisão e filmes), nas publicações, nas feiras e exposições, nas visitas de estudos e nos estúdios, mas a informática documental, ainda nos seus alvares, começava já a ser apontada como uma possibilidade para o tratamento da informação.

Entrava-se numa nova etapa do projecto europeu com repercussões inevitáveis na área em estudo:

L'information a cesse d'être artisanale et les activités communautaires ne s'expriment plus en termes exclusivement idéologiques. L'opinion publique 'subit' l'assaut constant de l'information et ses réactions sont à la fois plus concrètes, plus réalistes et plus rapides.⁴⁸¹

Agora, já não bastava abordar generalidades sobre o significado da integração europeia, importava fornecer ao público, com celeridade, informações muito diversificadas e exactas sobre a acção, as decisões ou os regulamentos da Comissão. Mas o tratamento de factos acentuadamente técnicos devia ser feito numa linguagem coerente, clara e simples, pois a receptividade e a aceitação da informação dependia da sua apresentação, da adequação aos interlocutores e dos meios empregues.⁴⁸² Desta forma, seria possível remediar o divórcio dos cidadãos relativamente às autoridades públicas, tanto mais sensível no caso das instituições europeias pois os seus órgãos continuavam a não estar ainda sujeitos ao plebiscito eleitoral. Aliás, esta observação vai ser recorrente até ao final da década de setenta já que apenas em 1979, decorreu a primeira eleição directa dos membros do Parlamento Europeu. Ainda assim, tratava-se de uma política de informação vertical e unidireccional, na medida em que se continuava a encarar os receptores essencialmente como sujeitos passivos sobre os quais as mensagens transmitidas exerciam uma modificação em termos cognitivos, levando-os a aceitar a construção europeia como um processo irreversível e desejável para a sociedade onde se integravam.

Mas a Comissão englobava também, dentro do conceito de política de informação europeia, a informação interna das instituições comunitárias, tecendo algumas

⁴⁸⁰ *Idem, ibidem.* p. 9.

⁴⁸¹ *Idem, ibidem.* p. 8.

⁴⁸² *Idem, ibidem.* p. 2 e 7.

considerações sobre a melhoria da revista de imprensa, da redacção de notas de síntese ou da regularidade de algumas publicações bem como sobre o aproveitamento dos meios audiovisuais.⁴⁸³

Além desta vertente, a Comissão preocupa-se novamente com uma política de informação destinada aos designados países terceiros, ou seja, aqueles que não estavam integrados no grupo dos seis países fundadores que nesta altura compunham as Comunidades Europeias.⁴⁸⁴ Neste âmbito, parte-se da constatação que, no essencial, esta política abrangia os mesmos objectivos e as mesmas tarefas que os definidos para o interior da Comunidade, a saber:

[...] à présenter la structure et les buts de la Communauté, à faire comprendre le mécanisme de décision de ses organes, à expliquer les raisons et le sens des décisions, à établir un dialogue permanent avec l'opinion publique, à réfuter les critiques injustifiés et d'une façon très générale à faire connaître la Communauté et ses organes et à renforcer leur prestige.⁴⁸⁵

Mas, devido a restrições orçamentais e de recursos humanos, esta política limitava-se a resolver o mais urgente, constatando-se, todavia, que apesar da falta de investimento a Comunidade era cada vez mais considerada pelos seus parceiros como uma unidade, em particular nos meios económicos.

Num anexo às orientações para a política de informação de 1970, identificam-se os problemas específicos para cada grupo de países, tipificados numa base essencialmente geográfica. Assim, os estados europeus constituíam o alvo privilegiado das iniciativas neste campo e, em particular, os países que tinham feito um pedido de adesão, os quais deviam ter

[...] une connaissance aussi parfaite que possible de la structure, des tâches et des objectifs des organes de la Communauté. [...] Il est donc certain que de graves difficultés surgiraient lors de l'intégration de nouveaux membres si les milieux dirigeants et l'opinion publique de ces pays étaient mal informés. Cela constituerait une entrave supplémentaire à l'évolution d'une Communauté élargie.⁴⁸⁶

Para os países africanos e outros territórios do ultramar, tinha sido criada a Divisão Informação e Desenvolvimento, a qual colaborava muito estreitamente com a

⁴⁸³ *Idem, ibidem.* p. 8.

⁴⁸⁴ Para uma análise dos públicos externos à Comunidade, até ao início da década de 1970, ver GIARD, Véronique – *Op. cit.* p. 12-15.

⁴⁸⁵ (SEC (1969) 2697 final). Annexe p. 1.

⁴⁸⁶ *Idem, ibidem.* p. 2.

Direcção-Geral de Ajuda ao Desenvolvimento e com o gabinete para África do Serviço de Imprensa e Informação.⁴⁸⁷ Mas a grande aposta exterior em termos de informação ia para os EUA, onde as Comunidades Europeias começavam a ser vistas de forma menos positiva em virtude de algumas medidas contrárias aos interesses americanos, como no caso da política agrícola comum, preconizando-se, por isso, um intenso trabalho de informação.⁴⁸⁸ Significa isto que a política de informação europeia era encarada como um instrumento capaz de alterar a opinião negativa suscitada por certas medidas comunitárias.

III.9. A informação como instrumento de afirmação internacional

Aliás, em Maio de 1970, o interesse específico com a informação para os EUA deu origem a um documento tratando exclusivamente do programa nesta área para o ano de 1971 e de medidas de urgência para o ano em curso.⁴⁸⁹ Em 1973, a Comissão apresentou dois novos documentos ao Conselho no sentido de reforçar a presença comunitária no continente americano. Assim, em Junho desse ano, solicitava um reforço do orçamento para as representações nos EUA, no Canadá e no Japão, de maneira a colocar em prática as decisões da Cimeira de Paris.⁴⁹⁰ Alertava nomeadamente para a necessidade de criar um posto de representante agrícola da Comissão nos EUA, tendo em conta que este constituía um dos aspectos mais controversos das relações bilaterais.⁴⁹¹ Já em Julho de 1973, esta abordagem foi aprofundada com um documento de síntese e de reflexão sobre as actividades de informação desenvolvidas naquele país.⁴⁹² Partia-se da constatação que a informação sobre a Comunidade, no território americano, sempre fora descoordenada devido à falta de cooperação entre o Serviço de

⁴⁸⁷ *Idem, ibidem*. p. 4. Sobre a criação da Divisão Informação e Desenvolvimento, ver DUMOULIN, Michel – *Op. cit.* p. 542.

⁴⁸⁸ (SEC (1969) 2697 final). Annexe p. 4.

⁴⁸⁹ COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme d'information aux Etats-Unis et mesures d'urgence pour 1970*. Bruxelles, 27.05.1970. (SEC (1970) 1850).

⁴⁹⁰ A Cimeira de Paris realizou-se na capital francesa, nos dias 19 a 21 de Outubro de 1972, com a participação dos seis países-membros e dos candidatos à adesão (Dinamarca, Irlanda, Reino Unido e Suécia). Constituiu um novo impulso para a integração comunitária com a definição de novos domínios de intervenção, nomeadamente o ambiente, a política regional bem como a política social e industrial. Cf. “Déclaration du sommet de Paris”. *Bulletin des Communautés européennes*, n.º 10 (Outobre 1972), p. 15-16 e OLIVI, Bino; GIACONE, Alessandro – *Op. cit.* p. 458 e p. 118-121. Ver também BITSCH, Marie-Thérèse – *Op. cit.* p. 187 e p. 198-199.

⁴⁹¹ COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Renforcement de la représentation extérieure dans certains pays tiers: communication de la Commission au Conseil*. Bruxelles, 25.06.1973. (SEC (1973) 2055 final).

⁴⁹² COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *La politique d'information de la Communauté aux Etats-Unis: communication de la Commission au Conseil*. Bruxelles, 27.07.1973. (SEC (1973) 1507 final/2).

Imprensa e Informação e as embaixadas dos Estados-Membros. Assim, o documento de 1973 advoga a concertação entre a Comissão e o Conselho, de modo a definir objectivos e uma estratégia envolvendo a identificação e o estabelecimento de prioridades quanto aos temas e aos públicos a atingir. Neste contexto, a Comissão assumia a responsabilidade de fornecer às embaixadas e aos consulados documentação detalhada sobre questões de interesse para a elite americana (o Congresso e a administração dos EUA, os sindicatos, os meios da indústria, da agricultura e do sector bancário, bem como a imprensa, a rádio e a televisão). Esta opção de concentração dos esforços em termos de informação nos meios que tomavam as decisões ou que as influenciavam justificava-se pela extensão do território americano e pelos seus 200 milhões de habitantes.

Desta forma, pensava-se ser possível concretizar os quatro objectivos definidos como prioritários. Antes de mais, proporcionar uma melhor compreensão das finalidades, das políticas e das acções da Comunidade, de forma a permitir a tomada de consciência, por parte dos americanos, da importância da integração europeia e da partilha de interesses comuns a ambas as partes. Por outro lado, promovia-se o conhecimento do papel e das responsabilidades crescentes da Comunidade no mundo. Além disso, procurava-se transmitir com rigor e detalhe informações factuais de maneira a que o diálogo quotidiano dos problemas tivesse uma base objectiva, melhorando a qualidade do debate.⁴⁹³

No fundo, através da política de informação, as Comunidades Europeias pretendiam afirmar a sua posição de interlocutor necessário e credível, de maneira a encetar, com os EUA, um diálogo equilibrado de verdadeira reciprocidade. Aliás, deveremos ter em conta que, na primavera de 1973, Henry Kissinger, conselheiro do presidente Nixon, despoleta uma pequena crise euro-americana num discurso onde defende uma redefinição das relações entre os ocidentais, implicando maiores responsabilidades financeiras para a Europa em termos de cooperação internacional, mas salvaguardando a liderança mundial dos EUA.⁴⁹⁴ Neste contexto, as Comunidades procuravam reforçar a sua “personalidade internacional”, a fim de garantir um lugar central nas negociações internacionais em termos bilaterais ou multilaterais. Curiosamente, os analistas da época não consideravam muito oportuno este investimento na informação internacional, pois entendiam que a Comunidade só se iria

⁴⁹³ *Idem, ibidem.* p. 2-5.

⁴⁹⁴ Sobre isto veja-se BITSCH, Marie-Thérèse – *Op. cit.* p. 200-202.

impor neste âmbito quando assumisse uma posição comum em termos de diplomacia externa.⁴⁹⁵

Neste âmbito, as bibliotecas e serviços de documentação nos EUA são alvo de especial atenção, referindo-se em todos os relatórios a existência de uma biblioteca no gabinete de Washington, com cerca de 6000 livros e outras publicações sobre assuntos europeus. De acordo com os dados apresentados, o seu número de utilizadores foi sempre aumentando, sendo frequentada principalmente por professores e estudantes.⁴⁹⁶

Paralelamente, existia um serviço de documentação sobre o qual se refere:

[...] a reçu en 1969 plus de 6000 demandes d'information écrites ou orales. 20% de ces demandes d'information concernent les Communautés en général. 80% des demandes sont de nature technique et précise qui nécessitent un travail de recherche impliquant souvent un recours aux services de la Commission à Bruxelles. L'origine des demandes est la suivante: 20% proviennent d'agences gouvernementales américaines, d'organismes internationaux ou d'ambassades. 30% émanent des milieux scolaires et universitaires, 25% des milieux économiques, enfin, 25% sont des demandes de personnes ne spécifiant pas leurs attaches professionnelles.⁴⁹⁷

Este trecho contém dados interessantes sobre o tipo de informação solicitada e sobre a origem dos seus utilizadores, no entanto, deveremos abordá-lo com algum cuidado pois os números apresentados foram incluídos sem nenhuma alteração num outro documento de 1973, reportando-se ao ano anterior.⁴⁹⁸

Aliás, em 1972, as Comunidades Europeias dispunham, nos EUA, de vinte e quatro Bibliotecas Depositárias e de três CDE, enquanto no Canadá estes dois tipos de unidades de informação eram oito no total. Contudo, a chegada das publicações de forma gratuita a estas unidades não era considerada muito eficaz porque os serviços da Comunidade não dispunham de um controlo bibliográfico adequado, o sistema de distribuição apresentava falhas graves e, além disto, havia uma grande instabilidade nos títulos dos periódicos editados com mudanças ou extinção de nomes muitas vezes

⁴⁹⁵ GIARD, Véronique – *Op. cit.* p. 106-107.

⁴⁹⁶ De facto, em 1969, contabilizaram-se 750 investigadores e em 1972 esse número aumentou para 1000. Cf. (SEC(1970) 1850). p. 6. e (SEC (1973) 1507 final/2). p. 6.

⁴⁹⁷ (SEC (1970) 1850). p. 6.

⁴⁹⁸ (SEC (1973) 1507 final/2). p. 12. Sobre a evolução, nos EUA, das bibliotecas depositárias da UE, já na década de 1990, ver THOMSON, Ian – “Workshop for EC Depository Libraries, Washington, DC, 25-26 October 1993”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1993), p. 20.

substituídos por outros semelhantes.⁴⁹⁹ Já no final da década de noventa, o número de Bibliotecas Depositárias, apenas nos EUA, tinha subido para cinquenta e sete.⁵⁰⁰

Em 1973, a presença de serviços de informação das Comunidades fora do território dos seis países fundadores é novamente alvo de um documento SEC, onde a Comissão solicita ao Conselho a atribuição de recursos adicionais para melhorar as representações nos EUA, no Japão e na América Latina. Aliás, em termos de estruturas e de meios, aquela que nesta altura tinha tomado a designação de Direcção-Geral de Imprensa e Informação (DG X) dispunha de um serviço especial “Information vers les pays tiers” e de alguns gabinetes de informação e centros de documentação em países fora do espaço dos Estados-Membros. Tirando partido desta estrutura, sempre considerada insuficiente, definiam-se como tarefas fundamentais deste serviço especial a informação permanente de todas as pessoas interessadas na actividade das Comunidades. Portanto, o objectivo primeiro não era a sensibilização de um público indiferente, como no caso dos países-membros. Para tal, era fundamental a cooperação com os gabinetes de informação e os centros de documentação fornecendo-lhes material informativo e facilitando o contacto com outras Direcções-Gerais. Além disso, já em 1969 se afirmava que lhes competia também fornecer relatórios à Comissão sobre os acontecimentos mais recentes nesses países terceiros, sendo, portanto, uma fonte de informação de retorno acerca da evolução da opinião pública sobre o projecto europeu.⁵⁰¹

⁴⁹⁹ Sobre a rede de unidades de informação europeia existentes na América do Norte, ver KEARLEY, Timothy – “The European Community depository library system in North America”. *Government publications review*. ISSN 0277-9390. Vol. 14, n.º 1 (1987), p. 11-31, em especial p. 18. Quanto às dificuldades de controlo bibliográfico, Richard Caddel considera que estas resultam em grande parte da distinção entre publicações e documentos. Assim, enquanto as primeiras estão acessíveis ao público através da sua edição e distribuição pelos pontos de informação europeia já os documentos podem não ter esta acessibilidade visto não serem distribuídos automaticamente para divulgação. Todavia, o problema não reside tanto na distinção entre estas duas categorias, mas sim no facto de elas serem atribuídas indiscriminadamente e de haver uma grande instabilidade na classificação, podendo um tipo de documento passar de uma categoria a outra sem aviso prévio. Sobre isto ver CADDEL, Richard – “European Documentation Centres: the development of a UK information relay”. *The journal of government information*. ISSN 1352-0237. Vol. 24 n.º 2 (1997), p. 105. Naturalmente, hoje em dia, com a difusão da informação digital, os problemas de acesso baseados nas categorias dos documentos esbateram-se significativamente pois eles passaram a estar disponíveis na Internet.

⁵⁰⁰ VAN ULLEN, Mary K.; LaFOND, Deborah – “Promoting European Union Depository Collections in the United States through bibliographic instruction”. *Journal of government information*. ISSN 1352-0237. Vol. 27, n.º 3 (2000), p. 325-343.

⁵⁰¹ (SEC (1969) 2697 final). Annexe p. 7-8.

III.10. Informação para criar a solidariedade dos cidadãos europeus

Mas o interesse com a política de informação das instâncias comunitárias não se cingia à Comissão e ao Conselho, pois, durante o ano de 1971, o Parlamento Europeu preparou um novo *Rapport sur la politique d'information des Communautés européennes*.⁵⁰² Recordando os relatórios e os debates levados a cabo pelo Parlamento, no início dos anos 1960, sobre as questões de informação e os serviços da área, o relatório esclarece que, atendendo à evolução da integração europeia, nomeadamente com a instituição do mercado comum, era necessário adequar a política de informação da Comunidade. Foi por esta altura que a informação dos jovens se tornou um elemento cada vez mais central, pois a construção europeia devia lidar com o aparecimento de uma nova geração desconhecadora das vivências traumáticas da II Guerra Mundial e, por isso, potencialmente menos empenhada na edificação comunitária. Por outro lado, tratava-se de uma geração com um nível de instrução muito superior ao de todas as anteriores e, conseqüentemente, mais exigente em termos de informação. Ora, com base nas sondagens de opinião, realizadas a partir de 1960, o Relatório conclui que

[...] *'une opinion publique européenne' n'existe pas encore* et qu'il y a un *lien étroit entre les niveaux d'information et d'éducation*. En fait il ressort des sondages que le niveau d'information – et l'intérêt pour l'Europe – croissent avec le niveau d'instruction.⁵⁰³

Neste contexto, de acordo com o Parlamento, na concretização das suas actividades de informação as instâncias europeias deviam «[...] contribuer à créer la solidarité de fait des peuples européens en faisant mieux comprendre l'objectif final des traités européens et évidemment couvrir de façon efficace l'activité courante des institutions communautaires».⁵⁰⁴ Distinguiu-se a informação em profundidade da informação imediata, sendo que a primeira devia anteceder a segunda constituindo o substrato que ajudava os europeus a tornarem-se conscientes da sua condição de cidadãos da nova Europa. Aliás, o relator considera mesmo que da informação em profundidade dependia o futuro da democracia parlamentar na Comunidade.

⁵⁰² SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Rapport fait au nom de la commission politique sur la politique d'information des Communautés européennes*. Parlement Européen, 07.02.1972. (Document 246/71). Este relator já tinha sido o responsável pelos dois relatórios sobre o mesmo assunto elaborados nos inícios da década de 1960. Ver também a resolução correspondente aprovada: “Résolution sur la politique d'information des Communautés européennes”. *JOCE*, n.º C 19 (28.02.1972), p. 32-33.

⁵⁰³ *Idem, ibidem*. p. 7-8. Itálicos conforme o texto original.

⁵⁰⁴ *Idem, ibidem*. p. 8.

O relatório reconhece ainda explicitamente que as instâncias comunitárias tinham um dever de informação, estabelecido pelos Tratados, com paralelo no direito colectivo e individual à informação por parte dos cidadãos. Como aponta o relator, um dos problemas da informação europeia residia no facto de não haver uma consciência da Comunidade enquanto conjunto pois, consoante o grupo de pertença, encarava-se a Comunidade como a Europa dos agricultores, a Europa dos tecnocratas ou a Europa dos jovens. Neste sentido, defende-se que a política de informação não se devia limitar a acções de informação factuais que só iriam reforçar estas perspectivas limitadas da Comunidade. Mas o relator vai mais longe ao atribuir um papel fracturante à política de informação das instâncias europeias, referindo que «L’information communautaire doit rompre les structures de pensée qui ramènent tout à l’État national».⁵⁰⁵ Ou seja, as actividades de informação deviam ter resultados efectivos na modificação da percepção dos acontecimentos por parte dos cidadãos quebrando visões restritas por interesses nacionais ou corporativistas, afirmando-se uma consciência europeia capaz de suplantar os nacionalismos de cada Estado-Membro. Aliás, a propósito das actividades de informação desenvolvidas nesta altura, Jacques-René Rabier afirma:

Je ne dis pas que tout cela a été un élément déterminant dans la construction de l’Europe, mais cela a été un élément précurseur, une sorte d’avant-garde. J’estime, sans fosse modestie, que ce service d’information a joué un rôle important dans l’évolution des esprits vis-à-vis de l’Europe et des institutions européennes.⁵⁰⁶

Os analistas da época atribuíam a mesma importância ao trabalho de informação ao considerarem que

Pour les Communautés européenne, l’information est la condition même du passage de l’unité économique à l’unité politique, c’est-à-dire que l’information conditionne la réalisation des objectifs des traités: en voulant faire de l’Europe, une entité politique, on demande à l’opinion publique des six pays membres de transférer son allégeance de l’autorité nationale à l’autorité communautaire, et l’information, seule, permettra ce transfert.⁵⁰⁷

Todavia, este pode ser um ponto de vista que atribui uma importância excessivamente determinante da informação no processo de integração. Aliás, em termos de resultados, podemos considerar que a informação não cumpriu este desígnio

⁵⁰⁵ *Idem, ibidem.* p. 15.

⁵⁰⁶ *Entretien avec Jacques-René Rabier par Gérard Bossuat... (op. cit).* p. 18.

⁵⁰⁷ GIARD, Véronique – *Op. cit.* p. 24.

superior que lhe era atribuído tendo em conta o grau de integração política alcançado nas décadas seguintes pelo projecto europeu.

De qualquer forma, verifica-se que desde o início do projecto europeu estava identificada uma das dificuldades maiores da política de informação europeia: a inexistência de um espaço público europeu e de uma opinião pública comunitária.⁵⁰⁸ No entanto, prevalecia a noção pragmática que ditava a necessidade das instâncias comunitárias se dirigirem a cidadãos habituados a pensarem em termos nacionais. Neste sentido, algumas actividades de informação tinham um carácter descentralizado, o que permitia adequar-se à diversidade de línguas, de mentalidades e à situação política de cada país.⁵⁰⁹ Esta descentralização concretizava-se através de créditos financeiros atribuídos pela Comissão de forma regular ou ocasional aos organismos multiplicadores. O relatório faz uma avaliação destas práticas, destacando a necessidade de adequar às orientações e às prioridades do programa de informação da Comissão as iniciativas levadas a cabo por esses organismos multiplicadores, através da avaliação de projectos apresentados *a priori* e relatórios feitos *a posteriori*. Por outro lado, periodicamente, a própria Comissão deveria dar a conhecer a estes organismos multiplicadores o seu programa de informação.⁵¹⁰

Sublinha-se ainda que a missão de informação da Comunidade se encontrava dificultada pelo carácter técnico do seu trabalho legislativo e, sobretudo, pela estrutura muito complexa de repartição das competências entre o Parlamento, a Comissão e o Conselho. Por outro lado, realça-se o facto de a componente democrática do sistema institucional da Comunidade ser, naquela altura, ainda muito débil, carecendo de eleições directas em todas as suas instituições. Além disto, a compreensão dos benefícios das decisões comunitárias requeria pensar a longo prazo, o que se tornava difícil para a maioria dos cidadãos. O trabalho na área da informação encontrava-se ainda dificultado pela inexistência de uma sede única para as instituições comunitárias,

⁵⁰⁸ Os estudos sobre a existência de uma opinião pública europeia são ainda pouco numerosos e não adoptam uma perspectiva diacrónica. No entanto, apesar de não se aplicar aos anos setenta, para uma introdução à problemática, ver RISSE, Thomas – *An emerging European public sphere? Theoretical clarifications and empirical indicators* [em linha]. [Acedido 24.05.2008]. Comunicação apresentada no Annual Meeting of the European Union Studies Association (EUSA), Nashville, 27-30 de Março de 2003. Disponível na WWW: <http://www.atasp.de/downloads/030322_europe_public.pdf> e RISSE, Thomas; VAN DE STEEG, Marianne – *An emerging European public sphere? Empirical evidence and theoretical clarifications* [em linha]. [Acedido 24.05.2008]. Comunicação apresentada na Conference on Europeanisation of public spheres, political mobilisation, public communication and the European Union, Berlim, 20-22 de Junho de 2003. Disponível na WWW: <http://web.fu-berlin.de/atasp/texte/030624_europeanpublicsphere.pdf>.

⁵⁰⁹ SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Op. cit.* (Document 246/71). p. 22 e 32.

⁵¹⁰ *Idem, ibidem.* p. 40-43.

multiplicando os custos financeiros e criando condições desadequadas para acções de informação mais coordenadas e centralizadas, prejudicando igualmente a criação de uma imagem identificadora da Comunidade.⁵¹¹ Note-se, aliás, que esta situação se mantém actualmente.

III.11. A necessidade de uma estrutura adequada: 1971

Neste relatório de 1972, salienta-se, igualmente, o carácter transversal da política de informação, na medida em que permite tornar acessível e compreensível ao público a política global dos organismos comunitários. Esta constatação serve de mote para criticar a estrutura responsável pela informação em 1971. De facto, deveremos recordar que, em 1 de Julho de 1967, se concretizou a fusão dos executivos das três comunidades (CECA, CEE e Euratom), pelo que a estrutura dos serviços de informação deveria ter sido reexaminada. No entanto, o serviço do porta-voz estava sob a responsabilidade do presidente da Comissão Europeia, enquanto a informação geral dependia de um comissário específico. Discordando desta opção, o relator propunha que os dois serviços de informação fossem colocados sob a autoridade de um só comissário que deveria desempenhar funções de coordenação em ambas as áreas ou mesmo directamente sob a alçada do presidente da Comissão. Desta forma, seria possível

[...] améliorer assez facilement l’approvisionnement en nouvelles de la presse non accréditée, mais aussi et surtout améliorer, ce qui devient hautement nécessaire, les relations entre l’information quotidienne et l’information en profondeur par une préparation appropriée des décisions communautaires et une bonne coordination de celles-ci.⁵¹²

Reconhecendo a autonomia da Comissão para a definição da estrutura dos seus serviços, este relatório do Parlamento critica igualmente a reorganização da Direcção-Geral da Imprensa e Informação efectuada em Maio de 1971 [Figura III-3].⁵¹³

⁵¹¹ *Idem, ibidem.* p. 9.

⁵¹² *Idem, ibidem.* p. 12.

⁵¹³ Para uma descrição desta reorganização, ver COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L’ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L’ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Cinquième rapport général sur l’activité des Communautés européennes en 1971*. Bruxelles; Luxembourg: [s. n.], 1972. p. 450-451.

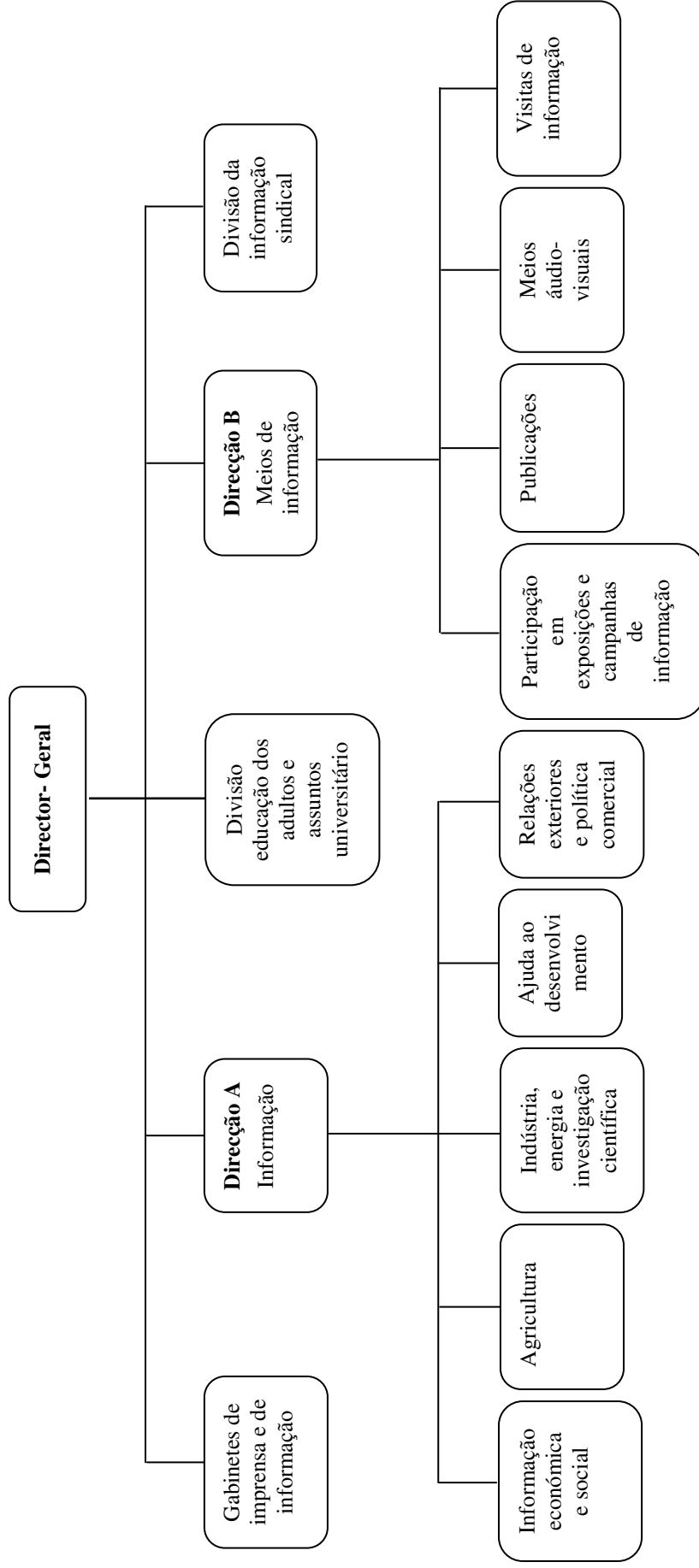


Figura III-3: *Organigrama da Direcção-Geral de Imprensa e Informação de acordo com as alterações feitas em 5 de Maio de 1971*⁵¹⁴

⁵¹⁴ Cf. SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Op. cit.* (Document 246/71). p. 44-46

De facto, entre outros aspectos, o relatório coloca dúvidas sobre a necessidade da “Divisão educação dos adultos e assuntos universitários” e da “Divisão da informação sindical” reportarem directamente ao director-geral.⁵¹⁵ Tal decisão pode talvez explicar-se pela importância acrescida que era atribuída à informação nestes dois meios, considerados nucleares para o alicerce da construção europeia.

Vemos que a acção na esfera da política de informação é apresentada como tendo influência no desempenho geral dos órgãos comunitários, até porque uma das vertentes fundamentais das actividades nesta área está relacionada com a informação de retorno acerca da evolução da opinião pública, no interior e no exterior do espaço europeu. O trabalho de “retroinformação” era apresentado como um instrumento indispensável para definir, em termos práticos, a aplicação das políticas da Comunidade. O relator propunha mesmo que se criasse um serviço para analisar as emissões de rádio e televisão bem como a imprensa escrita dedicada aos assuntos relacionados com a construção europeia. Este trabalho era em parte feito pelos gabinetes de representação existentes nas capitais europeias e noutros continentes, mas a sua acção era avaliada como insuficiente pelo relator.⁵¹⁶

Quanto à evolução do orçamento das actividades de informação, de acordo com o relatório, constatava-se uma evolução ascendente dos créditos atribuídos à área, mas esse aumento era comparativamente inferior ao aumento do orçamento geral. No entanto, a quantidade de actividades de informação tinha aumentado significativamente. Em termos globais, o relatório distingue duas fases na evolução do orçamento de informação. Assim, na fase de construção da Comunidade, entre 1962 e 1965, houve um forte crescimento dos créditos atribuídos à informação, enquanto as despesas gerais se mantinham quase estacionárias. Já entre 1966 e 1968, correspondendo a um período de estagnação política da construção europeia, verificou-se um congelamento do orçamento de informação e um aumento acentuado do orçamento administrativo geral.⁵¹⁷ Ainda de acordo com o relatório, nesta altura, a Direcção-Geral da Imprensa e da Informação e o grupo dos Porta-Vozes da Comissão Europeia empregavam 215 funcionários e 71 outros agentes, incluindo o pessoal dos gabinetes exteriores.⁵¹⁸ O relator considera estes números insuficientes, invocando o já referido crescimento das

⁵¹⁵ SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Op. cit.* (Document 246/71). p. 35-36. Sobre esta estrutura orgânica, ver também GIARD, Véronique – *Op. cit.* p. 36-41.

⁵¹⁶ *Idem, ibidem.* p. 12 e p. 33-34.

⁵¹⁷ *Idem, ibidem.* p. 13

⁵¹⁸ *Idem, ibidem.* p. 15.

iniciativas de informação e os créditos muito superiores que outras instâncias internacionais, como a ONU, ou outros países atribuíam ao mesmo fim.⁵¹⁹ Na sua opinião, a política orçamental da Comissão Europeia para a informação estava mesmo a provocar o incumprimento de certas promessas de financiamento feitas a organismos, como as *Maisons d'Europe*, que desenvolviam actividades de divulgação da construção europeia.⁵²⁰

O relatório critica, aliás, a falta de investimento nas actividades de informação por parte da Comissão Europeia, que ainda não tinha posto em prática as sugestões do relatório de 1962 para a criação de um centro de documentação moderno, capaz de responder às necessidades das instâncias europeias. No mesmo sentido, faz-se alusão ao atraso da Comissão no tratamento informático da sua documentação, comparativamente a alguns estados nacionais e com certos grupos de interesse, como o dos agricultores, o que poderia prejudicar o seu desempenho. Diz-se mesmo explicitamente que a aplicação de meios informáticos levaria a um melhor aproveitamento da informação produzida internamente e à informação de retorno.⁵²¹

Neste relatório, fica novamente claro que a política de edição das instâncias comunitárias constituía um dos meios fundamentais para pôr em prática a política de informação. A este propósito, o relator tece algumas críticas, pois à época existia penúria de brochuras de divulgação sobre a Comunidade, considerando que a Comissão não tinha previsto um número adequado de exemplares das edições, não conseguindo antecipar o interesse do público depois da Conferência de Haia. Por outro lado, criticam-se também os conteúdos das brochuras demasiado factuais e pouco explícitas sobre os objectivos da construção europeia. A este propósito, o relator afirma:

Sans vouloir nier les mérites de ces ouvrages, il nous semble que cette tendance révèle de la part de la Commission, un manque de foi en sa mission et une méconnaissance des besoins de l'opinion publique.⁵²²

Além das brochuras, o trabalho editorial da Comissão abrangia também revistas mensais editadas nas quatro línguas que faziam então parte da Comunidade, bem como em inglês e em espanhol. Mas a sua tiragem era limitada e, por isso, tinham uma influência reduzida, pelo que se aconselhava a investir na criação de documentários e de

⁵¹⁹ *Idem, ibidem.* 16-17.

⁵²⁰ *Idem, ibidem.* p. 20.

⁵²¹ *Idem, ibidem.* p. 17.

⁵²² *Idem, ibidem.* p. 18-19; citação da p. 19.

desenhos animados para serem transmitidos na televisão e, desta forma, atingir um público mais vasto.⁵²³

III.12. Um decálogo para a informação

No programa de informação elaborado pela Comissão para 1972, enfatiza-se o aumento das exigências de informação europeia em termos quantitativos e qualitativos devido a mudanças internas e externas à Comunidade. Aliás, no decurso da já referida Cimeira de Paris tinha sido realçada, como sublinha o *Sixième rapport général...* «[...] la nécessité de donner une nouvelle “image de marque” de la Communauté e de porter une plus grande attention à l’information des citoyens sur les aspects européens des problèmes de la vie quotidienne».⁵²⁴

No plano interno, ainda que as sondagens de opinião demonstrassem que dois terços dos cidadãos dos Estados-Membros se consideravam europeus, a política comunitária encontrava algumas resistências em certos sectores, sobretudo junto dos jovens envolvidos na vida política, junto dos consumidores que imputavam a subida dos preços a decisões comunitárias e junto dos trabalhadores que lamentavam o facto de o progresso social não estar a ser concomitante à integração económica. Fazia-se ainda o diagnóstico das limitações institucionais com as quais a política de informação tinha de lidar:

L’absence de symboles communautaires et le manque de transparence du processus de décision ajoutent encore aux difficultés de la politique d’information de la Communauté. Les pouvoirs limités du Parlement européen provoquent des critiques visant les déficiences de la structure institutionnelle et du contrôle démocratique dans la Communauté. L’opinion publique comprend mal aussi pourquoi il faut souvent plusieurs sessions du Conseil pour aboutir à une décision.⁵²⁵

No campo externo, a crise monetária, iniciada em 1971, e as medidas proteccionistas dos EUA definem um novo cenário para a política de informação da

⁵²³ Também Véronique Giard considera que as edições representavam o instrumento de comunicação mais utilizado para o grupo dos “multiplicadores”: GIARD, Véronique – *Op. cit.* p. 65-69.

⁵²⁴ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L’ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L’ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Sixième rapport général sur l’activité des Communautés européennes en 1972*. Bruxelles; Luxembourg: [s. n.], 1973. p. 405.

⁵²⁵ COMMISSION DES COMMUNAUTÉS européennes – *Programme pour la politique d’information en 1972*. Bruxelles, 22.12.1971. (SEC (1971) 4483 final). p. 1-2; citação p. 2.

Comunidade, tal como o alargamento das iniciativas europeias de ajuda ao desenvolvimento.⁵²⁶

Neste contexto, a Comissão define dez princípios para fazer compreender à opinião pública os objectivos do processo de unificação e a sua interdependência. O primeiro era, naturalmente, a formação de uma consciência europeia em todos os sectores da opinião pública. De acordo com o segundo princípio, tratava-se de delinear uma política de informação dirigida ao “citoyen majeur et critique de notre temps”. De facto, constatava-se que já não era possível apoiar-se apenas no entusiasmo pela Europa, era fundamental explicar porquê e quais os objectivos da unificação económica e política da Comunidade, demonstrando a sua utilidade para o dinamismo da sociedade europeia. Era necessário convencer os cidadãos da utilidade do novo projecto europeu:

La politique d’information doit clairement faire apparaître pourquoi ni un retour à des politiques nationales isolées ni une coopération non obligatoire entre États souverains ne sont de nature à permettre de maîtriser les problèmes vitaux qui se posent aux citoyens des États membres.⁵²⁷

Para tal, impunha-se uma aposta na coerência das actividades de informação das várias instituições comunitárias (Parlamento, Conselho e Comissão) e destas com as embaixadas dos Estados-Membros nos países terceiros. Mesmo no âmbito da Comissão, a importância da cooperação entre Direcção-Geral de Imprensa e Informação e o Grupo do Porta-Voz era enfatizada.

Por outro lado, no programa de 1972, no que respeita aos temas considerados prioritários, o aprofundamento da Comunidade, com a união económica, monetária e política, era considerado fulcral, pois englobava áreas muito diversificadas. A política económica e monetária, a política agrícola, o sector industrial, tecnológico, de investigação e a energia, a política dos transportes, regional, social ou dos consumidores. Para cada uma explicitam-se as orientações gerais e o público-alvo. Também o alargamento, a posição da Comunidade no mundo bem como o desenvolvimento e o reforço das instituições mereceram uma atenção especial.⁵²⁸ Continua a fazer-se uma tipificação das actividades a levar a cabo de acordo com o estatuto dos países relativamente à Comunidade. Aqui merecem especial atenção os países na altura candidatos: Grã-Bretanha, Irlanda, Dinamarca e Noruega. Nos dois

⁵²⁶ *Idem, ibidem.* p. 3-4.

⁵²⁷ *Idem, ibidem.* p. 5.

⁵²⁸ *Idem, ibidem.* p. 8-14.

primeiros existiam já serviços de informação da Comunidade, mas na Grã-Bretanha considerava-se ser necessário reforçar os esforços de informação. Para os dois países nórdicos, não havendo até à altura serviços de informação da Comunidade, era fundamental uma acção determinada junto do grande público e dos multiplicadores de informação. Fora da Europa, os EUA e o Japão continuavam a ser alvos preferenciais das actividades de informação, devido a fortes ligações económicas e comerciais.⁵²⁹ São também considerados como destinatários das iniciativas de informação os países em vias de desenvolvimento, sobretudo tendo em conta as medidas de ajuda ao desenvolvimento tomadas pela Comunidade.⁵³⁰

O programa de informação para 1972 trata também, com algum detalhe, da identificação dos públicos prioritários objecto das actividades de informação. Assim, o público em geral constituía uma importante preocupação, devendo recorrer-se a campanhas de informação “multi-média” para obter melhores resultados. Os públicos específicos seleccionados foram restritos nesse ano à juventude, ao contexto universitário e aos sindicatos. Por outro lado, existia preocupação com o facto de a informação ser compreensível para a generalidade dos públicos, apelando a todos os meios necessários e através de uma postura de flexibilidade para responder adequadamente a imprevistos.⁵³¹ Pouco tempo depois, no seu relatório de Fevereiro de 1972, o deputado Wilhelmus Schuijt dá uma atenção especial ao acesso à informação europeia por parte dos cidadãos oriundos de meios desfavorecidos, considerando que

L'information de milieux déterminés a donc aussi une portée sociale: en un sens, elle doit rétablir l'équilibre du courant d'information vers les différents milieux, auxquels elle doit donner l'occasion d'entrer en communication avec la Communauté.⁵³²

De notar que o combate à info-exclusão da informação europeia era dirigido à população com maiores dificuldades económicas, pois considerava-se que a sua debilidade financeira dificultava o acesso à informação.

Já os instrumentos continuavam a englobar as visitas de informação, os diferentes tipos de publicações e a participação em feiras e exposições. A rádio, a televisão e o

⁵²⁹ *Idem, ibidem.* p. 14-18.

⁵³⁰ *Idem, ibidem.* p. 20.

⁵³¹ *Idem, ibidem.* p. 6-7.

⁵³² SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Op. cit.* (Document 246/71). p. 23.

cinema, por diversas vezes referidos ao longo do texto, não são tratados com o mesmo detalhe que encontramos nos programas de outros anos.⁵³³

O facto de um dos públicos alvo privilegiados pelo programa de informação para 1972 serem os jovens deve ser relacionado com a publicação pelo Parlamento Europeu, em Fevereiro desse mesmo ano e depois de um longo trabalho desenvolvido desde 1969 pela sua Comissão competente, de um relatório sobre a política da juventude e da educação no âmbito das Comunidades Europeias.⁵³⁴ Tratando de muitos temas de interesse para as camadas mais jovens, como a formação profissional, o reconhecimento dos diplomas ou a livre circulação de trabalhadores em início de carreira, o documento inclui algumas reflexões sobre a informação da juventude. Aliás, constata-se que o início da década de setenta tinha correspondido a um aumento do interesse dos jovens pela política e, em particular, pelos assuntos europeus, pelo que tanto os governos nacionais como as instâncias comunitárias sentiram a necessidade de delinear uma política da juventude. No entanto, verificava-se que, tal como a maioria da população, as camadas mais jovens não tinham um conhecimento efectivo das dificuldades da construção europeia, pois «L’hermétisme des documents officiels et la complexité des procédures rendent souvent les textes incompréhensibles aux profanes».⁵³⁵ Mas, no caso da juventude, o Parlamento Europeu tinha criado, desde 1960, um fundo orçamental especial permitindo uma política de informação especial para este grupo, através do financiamento de iniciativas de intercâmbio e de produção de material didáctico.⁵³⁶

Por outro lado, nas palavras do relator

Tous les projets de la Communauté en matière d’information de la jeunesse devraient tendre le plus possible vers le passage de l’information à la formation. [...] l’information qui ne conduit pas à la formation est comme un journal que personne ne lit.⁵³⁷

Assim, a relação entre a política de informação e os campos da juventude e da educação fica claramente sublinhada, apesar de, como iremos ver, nunca se ter conseguido um pleno entrosamento destas componentes.

⁵³³ (SEC (1971) 4483 final). p. 21-33.

⁵³⁴ HOUGARDY, Norbert – *Rapport fait au nom de la commission politique sur la politique de la jeunesse et de l’éducation dans le cadre des Communautés européennes*. Parlement Européen, 02.02.1972. (Document 232/71). Ver também a resolução correspondente aprovada: “Résolution sur la politique de la jeunesse et l’éducation dans le cadre des Communautés européennes”. *JOCE*, n.º C 19 (28.02.1972), p. 20-23.

⁵³⁵ HOUGARDY, Norbert – *Op. cit.* p. 15.

⁵³⁶ *Idem, ibidem.* p. 6.

⁵³⁷ *Idem, ibidem.* p. 32.

CAPÍTULO IV

A DÉCADA DE SETENTA: OS PRIMEIROS PASSOS DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO PARA CHEGAR AO GRANDE PÚBLICO

A década de setenta da construção europeia foi preparada em 1969 por três acontecimentos marcantes. Por um lado, a subida ao poder de Georges Pompidou (depois da saída do general De Gaulle), em França, e a de Willy Brandt, na RFA, os quais deram novo impulso ao projecto comunitário. Por outro lado, pela realização da Cimeira de Haia onde, entre outros aspectos, se aceita o alargamento do grupo dos seis Estados-Membros da CEE aos países candidatos, em particular o Reino Unido. Em Haia, foram ainda lançadas as sementes de uma união económica e monetária, dando origem à “serpente monetária europeia” (1972). Mas, dada a incapacidade deste mecanismo para controlar a inflação e apoiar a estabilização das moedas mais fracas, o Conselho Europeu de Copenhaga, em 1978, decide a criação do Sistema Monetário Europeu (SME). Simultaneamente, são elaboradas novas regras para o financiamento do orçamento da Comunidade, que passa a dispor de recursos próprios provenientes de taxas aduaneiras e de uma percentagem do IVA. Também a cooperação política entre os Estados-Membros ganha novo fôlego, ainda que num quadro intergovernamental. Em 1979, decorre a primeira eleição por sufrágio universal directo do Parlamento Europeu.

A partir de 1973, a CEE passa a abranger 256 milhões de habitantes com a entrada da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido, reafirmando-se a sua posição como primeira potência comercial mundial. No entanto, nos anos setenta, a Comunidade dos Nove tem de enfrentar algumas crises graves, em particular no sector monetário e no plano petrolífero, com consequências negativas no sector industrial, levando ao aumento do desemprego, configurando um cenário de crise económica e social.

Em termos internacionais, o início da década é marcado por uma nova dinâmica no âmbito da segurança e da cooperação na Europa, levando à assinatura em Helsínquia, em 1975, de um acordo entre os membros do pacto de Varsóvia, os da Aliança Atlântica e os países europeus neutros ou não alinhados. Mas em 1977, a corrida ao armamento entre os EUA e a URSS retoma e, em 1979, dá-se a invasão soviética do Afeganistão, dando novo alento ao clima de guerra fria.⁵³⁸

IV.1. O primeiro alargamento: consequências na área da informação

O ano de 1973, constituiu uma viragem para a construção europeia, pois, no dia 1 de Janeiro, a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderiram às Comunidades Europeias. Ainda em Janeiro de 1973, toma posse uma nova Comissão, presidida pelo francês François-Xavier Ortoli e composta por treze comissários, cabendo a supervisão da área da informação a um dos vice-presidentes, o italiano Carlo Scarascia-Mugnozza.⁵³⁹ Na mesma ocasião, apesar de não ter nenhuma competência específica para a área, o irlandês Sean Ronan vai assumir a direcção da nova Direcção-Geral de Informação. Assim, substitui, no posto de director-geral da Direcção-Geral da Imprensa e Informação, Jacques-René Rabier, fundador dos serviços de informação desde a época da CECA, que começa então a trabalhar na criação do *Eurobarómetro*.⁵⁴⁰ A partir daqui, parece que um dos principais problemas da DG responsável pela informação foi justamente a falta de profissionais adequados para as tarefas da área. Aliás, em 1999, Christopher Meyer fez uma análise que, apesar de incidir na informação jornalística, também serve para a acção da DG e se aplica já à década de setenta: «At the level of the Commission, [...] its public communication suffered from the fragmentation of political authority, the institution's technocratic mindset and a lack of adequate staffing».⁵⁴¹

Nesta nova orgânica, coube a Carlo Scarascia-Mugnozza apresentar, somente em Junho de 1973, o documento *Programme pour une politique d'information en 1973*,

⁵³⁸ BITSCH, Marie-Thérèse – *Op. cit.* p. 173-214.

⁵³⁹ Sobre a passagem de Carlo Scarascia Mugnozza pela área da informação, leia-se a sua entrevista, dada em Julho de 1998; ver *Interview de Carlo Scarascia Mugnozza* [em linha]. [Acedido em 04.07.2007]. Disponível na WWW: <<http://wwwarc.eui.eu/oh/pdf/INT595.pdf>>. [Acedido em 04.07.2007]. p. 3 e 5.

⁵⁴⁰ *Entretien avec Paul Collwald ... (op. cit.)*. p. 15-16 e p. 44-45. Ver também o testemunho de Jacques-René Rabier sobre a sua saída deste posto e posterior criação do *Eurobarómetro*: *Entretien avec Jacques-René Rabier par Yves Conrad ... (op. cit.)*. p. 49-54. A propósito da criação do *Eurobarómetro*, ver ainda *Entretien avec Jacques-René Rabier par Gérard Bossuat... (op. cit.)*. p. 31-34. Sobre a posterior utilização do *Eurobarómetro*, ver POURVOYEUR, Robert – *Op. cit.* p. 203.

⁵⁴¹ MEYER, Christoph – “Political legitimacy and the invisibility of politics: exploring the European Union's communication deficit”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 37, n.º 4 (1999), p. 635.

onde são identificáveis algumas ideias novas, apesar de continuarem a vigorar as grandes orientações definidas para os anos anteriores.⁵⁴² Como ponto de partida, o recém-empossado comissário invoca a necessidade de a Comunidade criar uma nova imagem junto da opinião pública dos países-membros e de fora, tendo em conta a concretização do primeiro alargamento e do seu reforço político decorrente dos resultados da Cimeira de Paris. A este propósito, o documento refere:

Pour 1973, les grandes orientations qui ont été définies au cours de la Conférence au Sommet et les impératifs qui découlent de l'élargissement constituent les thèmes prioritaires de l'information de la Commission, lesquels sont toujours traités dans une vue d'ensemble, en soulignant les interrelations existant entre eux.⁵⁴³

Portanto, vemos que a política de informação europeia decorria da evolução da própria integração comunitária, suportada pela necessária visão sistémica do conjunto, de forma a conferir-lhe uma imagem coerente.

O programa de 1973 era de transição e estava vocacionado para a redefinição dos objectivos, bem como para a reorganização das estruturas da agora designada Direcção-Geral da Informação [Figura IV-1], à qual era exigida uma maior colaboração com outras Direcções-Gerais e com o Grupo do Porta-Voz.⁵⁴⁴ Encontramos aqui dois aspectos recorrentes da política de informação da Comissão: por um lado, uma reestruturação muito frequente dos serviços responsáveis pela informação e, por outro, o apelo à colaboração com o Grupo do Porta-Voz. De facto, o equilíbrio entre a informação imediata (jornalística) e a informação a médio e longo prazo (em profundidade) constituiu sempre uma fonte de desacordo. Esta dicotomia era, em parte, artificial, visto os porta-vozes trabalharem apenas com os jornalistas acreditados em Bruxelas, enquanto a imprensa não acreditada ficava a cargo da DG Informação.⁵⁴⁵

⁵⁴² COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme pour une politique d'information en 1973: communication de M. Scarascia-Mugnozza*. Bruxelles, 08.06.1973. (SEC (1973) 2200).

⁵⁴³ *Idem, ibidem*. p. 3.

⁵⁴⁴ Sobre a reorganização da Direcção-Geral da Informação, ver COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Septième rapport général sur l'activité des Communautés européennes en 1973*. Bruxelles; Luxembourg: [s. n.], 1974. p. 105-106.

⁵⁴⁵ Sobre esta problemática, ver CLERCQ, Daniel de – *La politique de presse et d'information de la Commission des Communautés européennes*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1988. Tese de licenciatura. p. 56-57.

**DIRECÇÃO-GERAL DA INFORMAÇÃO
DG X**

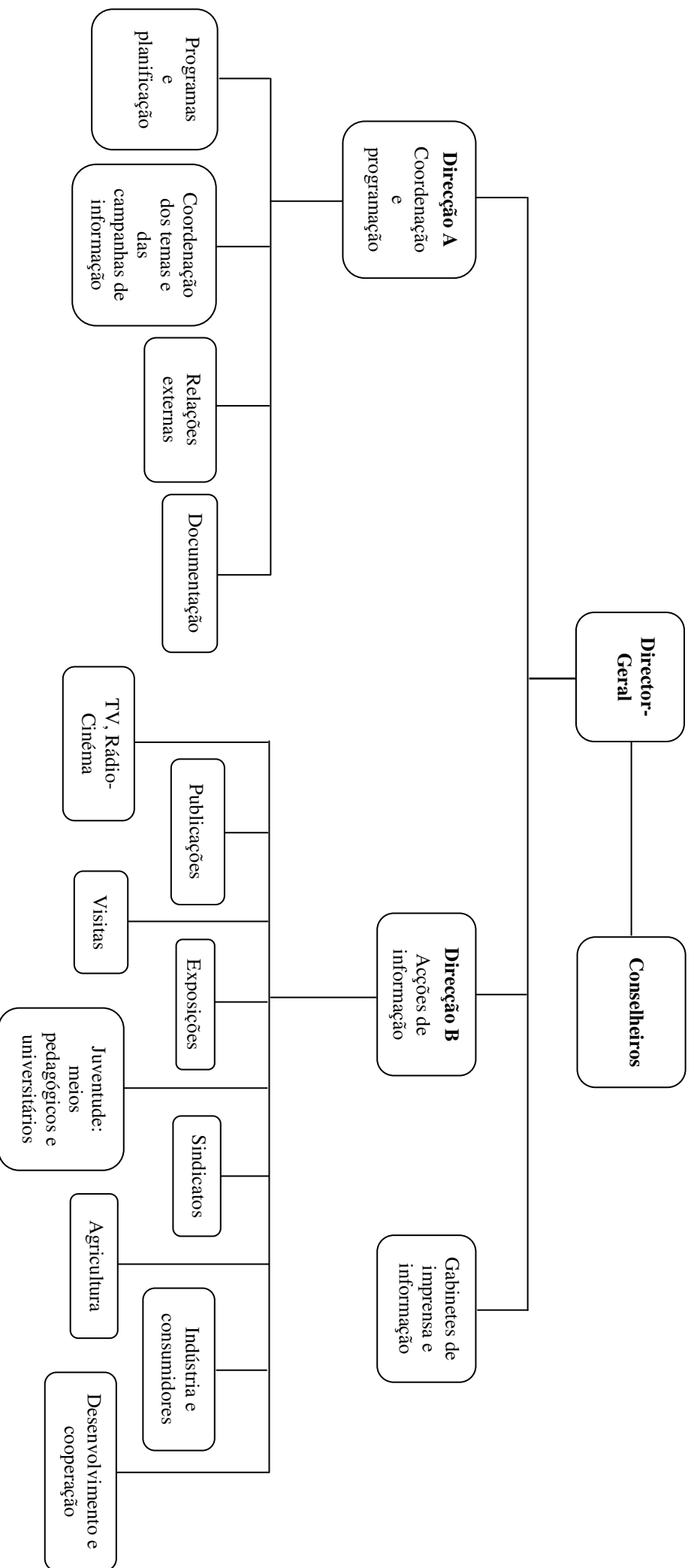


Figura IV-1: *Organigrama da Direcção-Geral de Informação em Janeiro de 1973*⁵⁴⁶

⁵⁴⁶ COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES – Répartition des compétences entre les membres de la Commission. Bruxelles, 08.01.1973. (SEC (1973) 24). p. 45-48

Apelava-se também à descentralização de um grande número das suas actividades com o reforço e a racionalização dos seus meios de documentação.⁵⁴⁷ Esta descentralização visava a adaptação às particularidades de cada país e das diversas regiões, com uma atenção particular aos novos países-membros e aos grupos renitentes à integração comunitária. A descentralização aplicava-se à iniciativa e à concretização das actividades, porque os conteúdos das mensagens eram os mesmos para todos os países. Por outro lado, apostava-se na complementaridade dos meios (escritos, audiovisuais, exposições, colóquios e visitas) para responder a audiências muito diversificadas e suscitar a sua motivação.⁵⁴⁸

Estas orientações vão no sentido daquilo que Hélène Bal preconizava no final da década de setenta para a área, ao afirmar:

[...] l'information communautaire doit se modeler sur l'hétérogénéité (sociale, culturelle, politique, religieuse, économique) des peuples composant la CEE et devra s'imposer malgré les particularismes nationaux. C'est d'ailleurs pour cette raison qu'une politique globale d'information au sein de la CEE demeure impossible et que le système souple de stratégies multiples reste valable vu sa grande adaptabilité s'il est correctement utilisé.⁵⁴⁹

Falava-se em “consciência europeia”, procurando agir-se sobre os aspectos cognitivos e emocionais dos receptores, suscitando uma adesão sentimental mas também informada. A intenção era persuadir os interlocutores fazendo surgir uma motivação, a consciência europeia, que os levaria a agir enquanto cidadãos europeus. Poderemos encontrar aqui o início da intenção de desenvolver estratégias de comunicação persuasivas por parte das instituições comunitárias. Éric Dacheux, considera de forma bastante negativa este movimento, que alastrou sobretudo nos anos noventa, tendendo, em alguns casos, para o que ele designa de comunicação lucrativa, ambas associadas à manipulação. A este propósito, o autor afirma:

[...] leurs campagnes de communication ne sont pas des échanges d'information entre des partenaires égaux. Ce sont, au contraire, des véritables armes stratégiques destinées à conquérir des “territoires mentaux”. Cette conception instrumentale et lucrative de la communication réduit la communication à la persuasion, c'est-à-

⁵⁴⁷ (SEC (1973) 2200). p. 1-2.

⁵⁴⁸ *Idem, ibidem*. p. 4-5.

⁵⁴⁹ BAL, Hélène – *La politique d'information aux Communautés Européennes [CEE]*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1978. p. 127.

dire, en l'occurrence, à la manipulation plus ou moins adroite de l'activité des individus.⁵⁵⁰

No entanto, deveremos mitigar um pouco esta perspectiva, pois ainda que Bruxelas tentasse levar a cabo uma mudança de mentalidades, assente na conquista de territórios mentais a favor do projecto europeu, isto não significa que a comunicação fosse entendida como exclusivamente unidireccional. De facto, nas palavras do Comissário Scarascia-Mugnozza

[...] une bonne information exige un dialogue franc et ouvert avec le public et ses représentants. Une partie de ce dialogue consiste à exposer et faire comprendre l'action de la Communauté, mais l'autre partie n'est pas moins importante, qui consiste à répondre aux questions et aux critiques, à reconnaître ses propres erreurs éventuelles et à approfondir les raisons des véritables inquiétudes ou griefs du public.⁵⁵¹

Pelo menos em intenção, e no discurso político, defendia-se uma escuta atenta do público, no sentido de estabelecer um diálogo, ainda que os meios disponíveis à época não fossem adequados a uma participação em larga escala.

No programa para 1973, aparece, pela primeira vez, a designação de informação polivalente aplicada à informação transmitida pelos “meios colectivos” (revistas, newsletters, exposições, visitas não especializadas e filmes) sobre os assuntos europeus na sua generalidade e não destinados a um público específico. Aliás, de acordo com os valores apresentados, entre 1971 e 1973, o financiamento desta área aumentou significativamente devido à preocupação de chegar a um público cada vez mais alargado, tanto através de iniciativas dos serviços centrais de Bruxelas como dos gabinetes de informação nas capitais.⁵⁵² Também os recursos disponíveis para a informação específica beneficiaram de um acréscimo, até porque surgiram novas vertentes de acção. Assim, a par das já existentes informação agrícola, informação universitária, sindicatos ou informação para a juventude e ensino permanente, surgiram a informação vocacionada para a ajuda ao desenvolvimento, para a indústria, pesquisa, energia, além de ser reforçada a informação para os consumidores. Aliás, esta última era apresentada como um campo prioritário, sendo-lhe atribuídos recursos adicionais nesse

⁵⁵⁰ Cf. DACHEUX, Eric – *Les stratégies de communication persuasives dans l'Union Européenne*. Paris: L'Harmattan, 1994. ISBN 2-7384-2968-8. Citação da p. 75; ver também p. 55-76 e p. 109-194.

⁵⁵¹ (SEC (1973) 2200). p. 6.

⁵⁵² *Idem, ibidem*. p. 8.

ano.⁵⁵³ Não deveremos esquecer que, com o desenvolvimento do mercado comum, os consumidores deviam ser informados dos seus benefícios.⁵⁵⁴ Aliás, a informação dos consumidores é considerada por Toni Carbo Bearman como uma das novas condicionantes das políticas de informação, a partir dos anos 1970. A este propósito, a autora afirma:

Information products and services play a critical role in providing information that consumers need to make decisions and in insuring that the effects of products on individuals and society are known and disseminated. We can expect continued demand for information to help individuals make decisions, govern society effectively, and enhance the quality of life.⁵⁵⁵

Foi também durante a supervisão do Comisário Scarascia Mugnozza, que, em fins de 1976, se criou, no âmbito da Direcção-Geral da Informação, o serviço Informação das Mulheres, confiado a Fausta Deshormes.⁵⁵⁶

IV.2. Percurso interinstitucional dos programas de informação: um exemplo

A partir das pesquisas levadas a cabo nos arquivos históricos das instituições europeias, podemos afirmar que os programas de informação elaborados anualmente resultavam, na maior parte dos casos, de uma discussão envolvendo os vários serviços da Direcção-Geral de Informação, com alguns contactos para pedir contribuições a outras direcções-gerais. Este processo baseava-se numa análise feita em vários níveis, com discussão final nas reuniões da Comissão. Assim, a elaboração de um programa anual dava origem a várias versões do mesmo documento. É o caso, por exemplo, do programa de 1975, do qual conseguimos localizar três versões, elaboradas entre

⁵⁵³ *Idem, ibidem.* p. 9-11. Esta nova postura também teve reflexos na definição de novos programas de informação aos consumidores. Cf. “Résolution du Conseil du 14 avril 1975 concernant un programme préliminaire de la Communauté économique européenne pour une politique de protection et d’information des consommateurs”. *JOCE*, n.º C 92 (25.04.1975), p. 1-16; “Avis sur la mise en œuvre et le développement futur du programme d’action communautaire relatif à la protection et à l’information des consommateurs”. *JOCE*, n.º C 152 (29.06.1977), p. 7-12; “Résolution du Conseil du 19 mai 1981 concernant un deuxième programme de la Communauté économique européenne pour une politique de protection et d’information des consommateurs”. *JOCE*, n.º C 133 (03.06.1981), p. 1-12 e “Avis du Comité économique et social sur la proposition de décision du Conseil relative à l’institution d’un système communautaire d’information sur les accidents dans lesquels sont impliqués des produits de consommation”. *JOCE*, n.º C 188 (29.07.1985), p. 9-11, entre outros.

⁵⁵⁴ Já em finais da década de setenta, no Reino Unido, é criado o Consumers in the European Community com o intuito de acompanhar as propostas e as políticas da Comunidade Europeia. Cf. SHEARMAN, Jane – “Making your voice heard: an introduction to consumers in the European community group”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1991), p. 40-41.

⁵⁵⁵ BEARMAN, Tony Carbo – “National information policy...”. *Op. cit.* p. 109.

⁵⁵⁶ *Entretien avec Fausta Deshormes...* (*op. cit.*) p. 8.

Setembro de 1974 e Fevereiro de 1975.⁵⁵⁷ Mas, em Dezembro de 1973, tinha já sido dado a conhecer outro documento com orientações para o programa de informação do biénio 1974-1975.⁵⁵⁸ Depois deste trabalho interno no seio da Comissão, o documento era apresentado ao Conselho. Aliás, na opinião de Robert Pourvoyeur, este trabalho interinstitucional, Comissão-Conselho, potenciava a adopção de

[...] une politique d'information à base uniforme, – le fond devant rester le même et reposer sur des données identiques –, à des contextes nationaux très divers, en la modulant pour tenir compte des spécificités nationales, tout comme, – lors de la prise de décisions dans ce processus dialectique si original constitué par le dialogue entre les délégations et la Commission au sein du Conseil, – de la nécessité de composer sans cesse pour faire entendre une voix commune sans provoquer des heurts, naît l'obligation de rechercher constamment des dénominateurs communs, en expliquant ce qui unit, en remettant à plus tard l'examen de ce qui divise.⁵⁵⁹

Em Fevereiro de 1973, o novo presidente da Comissão, François-Xavier Ortoli, tinha afirmado perante o Parlamento ser necessário associar os povos europeus à construção da Comunidade, através de uma informação objectiva mas acessível. É com base neste mote que o programa de informação para 1974-1975 começa, realçando, todavia, que não se tratava de uma tarefa fácil pelo que a DG X, por si só e a breve trecho, não conseguiria levar avante esta missão, pois as atitudes favoráveis ou desfavoráveis eram em larga medida «[...] déterminées par la volonté ou l'absence de volonté, des gouvernements des Etats membres, d'exécuter dans les délais prévus le programme qui avait été approuvé au Sommet de Paris».⁵⁶⁰

Assim, pela primeira vez, encontramos uma referência explícita à falta de colaboração de alguns Estados-Membros na promoção do espírito europeu junto dos seus cidadãos nacionais. Aliás, esta tensão é recorrente na análise da política de informação europeia. Por outro lado, vemos, igualmente, que um acontecimento político, a já referida Cimeira de Paris, condicionava a definição da política na área da informação, constituindo mesmo um ponto de viragem, pois fala-se num *nouveau*

⁵⁵⁷ COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme d'information 1975: communication de M. Scarascia Mugnozza*. Bruxelles, 26.09.1974. (SEC (1974) 3509/2); COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme d'information 1975: communication de M. Scarascia Mugnozza*. Bruxelles, 16.01.1975. (SEC (1975) 200); COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme d'information 1975*. Bruxelles, 05.02.1975. (SEC (1975) 200 final).

⁵⁵⁸ COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme d'information 1974-1975*. Strasbourg, 12.12.1973. (SEC (1973) 4660).

⁵⁵⁹ POURVOYEUR, Robert – *Op. cit.* p. 195.

⁵⁶⁰ (SEC (1973) 4660). p. 1.

départ conduzido por um espírito marcado pelo rigor, na definição dos objectivos e na gestão das actividades, pela flexibilidade, com a capacidade de adaptação aos novos acontecimentos e realidades, bem como pelo dinamismo e pela rapidez de execução. Portanto, tratava-se de uma nova etapa enquadrada por uma nova organização, adoptada em Setembro de 1973, com a reestruturação da Direcção-Geral da Informação, além da definição das tarefas do Porta-Voz, a clarificação das relações e das modalidades de cooperação entre ambos.⁵⁶¹

Deveremos notar que à nova estrutura da Direcção-Geral da Informação correspondia um novo procedimento em matéria de informação, assente na distinção de três níveis de acção [Figura IV-2]:

- Primeiro nível: cabia ao grupo do Porta-Voz, o qual tinha por missão proporcionar aos jornalistas acreditados em Bruxelas um serviço de notícias rápidas sobre os acontecimentos diários nas instituições comunitárias. Este fluxo de informação também era transmitido à Direcção-Geral da Informação e aos Gabinetes nos países-membros;

- Segundo nível: resultava da colaboração do Grupo do Porta-Voz e da Direcção-Geral da Informação, os quais forneciam a informação necessária aos meios especializados e aos meios jornalísticos, sob formas diversas, como notas de enquadramento ou entrevistas;

- Terceiro nível: competia à Direcção-Geral da Informação que, graças às suas divisões e gabinetes e em colaboração com as Direcções-Gerais relevantes, proporcionava, por vários meios, informações mais completas e detalhadas, enquadradas na discussão global da actividade da Comissão.

Para evitar uma quebra entre este três níveis era necessária uma cooperação estreita e contínua entre a Direcção-Geral competente, o serviço envolvido, o Grupo do Porta-Voz e a Direcção-Geral da Informação, com base nos grupos de informação inter-serviços (*Information Policy Steering Groups*).⁵⁶²

⁵⁶¹ *Idem, ibidem.* p. 2-3.

⁵⁶² *Idem, ibidem.* p. 6-7.

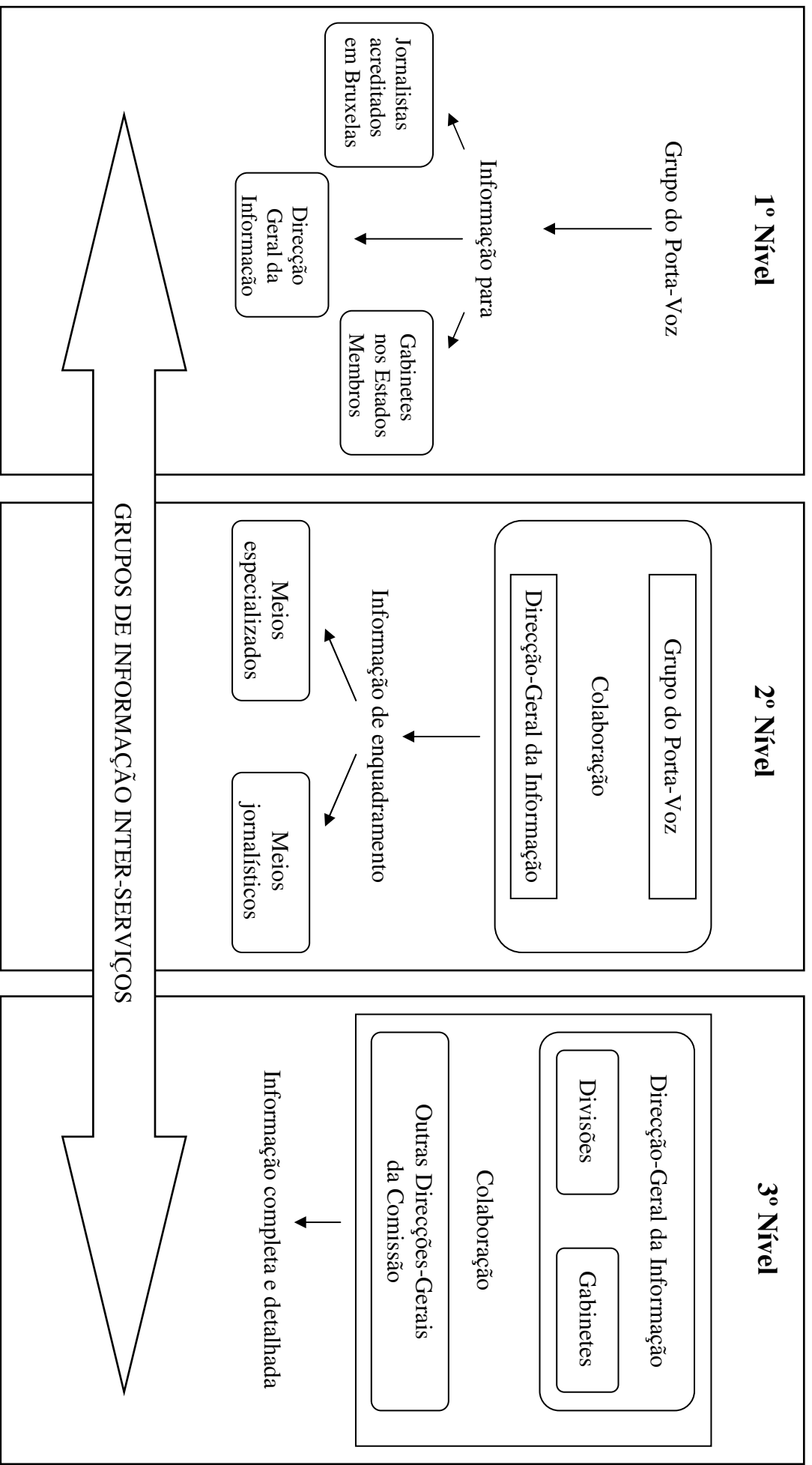


Figura IV-2: Níveis de informação e procedimentos⁵⁶³

⁵⁶³ Conforme estabelecido em: *Idem, ibidem*.

Tentava-se, desta forma, criar um mecanismo capaz de enquadrar com resultados positivos a presença transversal da informação em todas as actividades da Comissão. Reconhecia-se que a informação era inerente a todas as actividades de todos os serviços da Comissão e que a sua gestão sistémica, baseada numa hierarquia com interacções e interconexões, seria proveitosa para a administração interna bem como para as relações com o exterior. No entanto, como iremos ver ao longo do trabalho, numa estrutura altamente burocratizada, tanto em termos orgânicos como funcionais, esta abordagem sistémica da informação não conseguiu atingir plenamente as vantagens esperadas, o que explica, em parte, as sucessivas reformulações estruturais sofridas, ao longo do tempo, pela Direcção-Geral da Informação.

Estas mudanças deveriam permitir uma reacção adequada a um cepticismo crescente de grupos cada vez maiores da população dos países comunitários. De facto, invocando os resultados de algumas sondagens de opinião, refere-se que os políticos mais jovens, alguns sindicatos e certas franjas do público em geral demonstravam uma atitude muito crítica e, por vezes, hostil à Comunidade. Compreende-se, por isso, que os sindicatos, os jovens, os professores e os meios políticos fossem identificados como audiências prioritárias. Por outro lado, no Reino Unido e na Dinamarca, países que tinham acabado de aderir, existiam fortes reticências face à integração europeia. Fala-se em situação favorável apenas para o caso da Irlanda.⁵⁶⁴

Neste contexto, a política de informação da Comissão tinha um papel determinante a desempenhar mas, para isso, de acordo com o documento, eram necessárias algumas mudanças. Poderemos destacar um maior cuidado na apresentação das propostas das políticas comunitárias dirigidas ao público, um esforço para adaptar o conteúdo e a forma da informação às necessidades específicas de cada audiência com base nos seus interesses e preocupações, uma clarificação das prioridades na identificação do público-alvo, medidas para apoiar os Gabinetes de Imprensa e Informação na concretização das suas obrigações no âmbito de uma política descentralizada, bem como um reexame dos métodos e dos meios de comunicação com os cidadãos, em particular com a utilização da televisão e da rádio.⁵⁶⁵

Como podemos ver, algumas destas estipulações já tinham sido identificadas em documentos anteriores e serão recorrentes em documentos posteriores, o que pode

⁵⁶⁴ *Idem, ibidem.* p. 3-4 e p. 9-12.

⁵⁶⁵ *Idem, ibidem.* p. 5.

levar-nos a questionar o seu impacto real. Além disso, sobressai o carácter em grande parte repetitivo do discurso sobre a política de informação das instituições comunitárias.

Quanto aos temas prioritários, para o biénio 1974-1975, as políticas resultantes da Cimeira de Paris constituem o alvo central dos esforços de informação. Assim, deviam ser enfatizados os aspectos relacionados com a união económica e monetária, frisando as relações com a luta contra a inflação, a política regional ou fiscal e as vantagens daí decorrentes para os cidadãos. Por outro lado, tendo em conta a sensibilidade pública em relação aos problemas derivados das dificuldades de circulação de bens e pessoas, devido à existência de fronteiras ou para com as questões relacionadas com a equivalência de diplomas, considera-se que a Comissão devia enfatizar as iniciativas comunitárias no sentido de resolver estes aspectos. Também as consequências positivas que a política agrícola e a política energética europeias podiam ter na vida das pessoas deviam ser abordadas. Será interessante notar que esta escolha de temas prioritários poderia conduzir a uma visão parcelar, descontextualizada e desagregada das políticas europeias. No entanto, os redactores tiveram consciência desse risco, advertindo a propósito da escolha dos temas prioritários:

Un effort particulier devra être fait pour les présenter comme un ensemble cohérent et non isolés les uns des dans un langage intelligible et en liaison avec les préoccupations concrètes et les centres d'intérêt des citoyens. Ceux-ci doivent se sentir concernés.⁵⁶⁶

Assim, a política de informação da Comissão procurava criar uma imagem positiva das iniciativas comunitárias, em aspectos sectoriais mas com uma contextualização sistémica, sobretudo num período em que a própria integração era posta em causa por alguns sectores.

Relativamente aos meios de informação utilizados para levar a cabo este programa, mantém-se o recurso às exposições, às visitas, às publicações, à elaboração de filmes e, como já referimos, acentua-se o uso da rádio e da televisão. Quanto às publicações reconhece-se, novamente, que estas desempenham um papel central para chegar aos multiplicadores da informação e aos dirigentes, transmitindo uma informação aprofundada sobre todos os domínios da actividade comunitária.⁵⁶⁷

⁵⁶⁶ *Idem, ibidem.* p. 7-8; citação da p. 7.

⁵⁶⁷ Sinal da importância atribuída a uma boa gestão das publicações é a criação, em 1972, do Comité Consultivo das Publicações com o objectivo de reunir elementos de todas as Direcções-Gerais que participavam no financiamento do Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (SPOCE). Sobre isto ver VERHEYDEN, Walter – “The publications policy and programme of the European

Contudo, em termos de público e de temáticas, faz-se uma distinção entre publicações periódicas e publicações não periódicas. Assim, às primeiras é atribuída uma função de actualização do conhecimento dos públicos prioritários, além de constituírem uma fonte relevante de informação de retorno, graças à secção do correio de leitores. A sua difusão fazia-se para um público seleccionado através de ficheiros de endereços constituídos nos gabinetes de informação existentes na capital de cada Estado-Membro. Já para as publicações não periódicas, a ênfase vai para a necessidade de editar em todas as línguas comunitárias uma brochura, com elementos informativos factuais, dirigida ao grande público. Por outro lado, nesta categoria, englobavam-se também as brochuras temáticas dedicadas às políticas sectoriais da Comissão.⁵⁶⁸

Para facilitar o acesso do público às publicações, os Gabinetes de Imprensa e Informação nos países-membros são apresentados como um instrumento essencial, prevendo-se a criação de um serviço de documentação central, em colaboração com o Porta-Voz, para os ajudar a prestar informações rápidas e exactas. Mas, além desta iniciativa de centralização, considerava-se que um dos principais problemas a resolver dizia respeito à descentralização da informação em termos regionais, através da criação de antenas ou de equipas itinerantes.⁵⁶⁹

No que diz respeito à informação dirigida aos países terceiros, era realçada a importância da coordenação entre a Direcção-Geral da Informação e a Direcção-Geral das Relações Externas. A escolha de zonas prioritárias era ditada por motivos políticos e económicos de defesa do interesse da Comunidade. Assim, os EUA, o Canadá e o Japão, enquanto grandes parceiros comerciais, os países europeus vizinhos membros da AELE, com os quais havia acordos de livre comércio mas não candidatos à adesão, como a Noruega, a Suécia, a Áustria ou a Suíça, os países associados da Europa, como a Grécia, a Turquia, Malta e Chipre, além de outros países europeus, como a Espanha ou a Jugoslávia, bem como a América Latina deviam ser alvo de particular atenção. Os temas relevantes para cada bloco variavam em função das suas características e da sua localização, havendo contudo interesses transversais como as políticas comercial e agrícola da Comunidade. Os destinatários pertenciam às elites políticas, sociais e económicas de cada país, não havendo preocupações com a opinião pública em geral como no caso dos países-membros da Comunidade. Para levar a cabo as decisões

Communities". In HOPKINS, Michael, ed. – *European Communities information: its use and users*. London; New York: Mansell Publishing, 1985. ISBN 0-7201-1701-1. p. 16-17.

⁵⁶⁸ (SEC (1973) 4660). p. 12-16.

⁵⁶⁹ *Idem, ibidem*. p. 16-17.

programáticas, a Comissão apoiava-se nos seus próprios serviços (Gabinetes de Imprensa e Informação nos países terceiros), nos serviços diplomáticos dos Estados-Membros e em certas associações, que funcionavam como correspondentes da Comunidade nos países terceiros.⁵⁷⁰

Depois de elaborado o programa de informação, no âmbito da Comissão Europeia, sob a alçada da Direcção-Geral de Informação, com a participação dos seus vários serviços, o documento final era enviado ao Conselho das Comunidades Europeias. Aqui, era apreciado pelo grupo de trabalho competente, no caso o Grupo da Informação, o qual fazia observações ao documento para submeter ao COREPER. Da reunião do COREPER saíam as orientações que guiavam o debate anual sobre este tema no seio do Conselho. Seguindo este procedimento, no dia 7 de Janeiro de 1974, a Comissão enviou ao Conselho o programa de informação para 1974-1975, que analisámos mais acima.

Este documento foi examinado pelo Grupo da Informação do Conselho, no dia 8 de Fevereiro de 1974, o qual propôs ao COREPER que sugerisse ao Conselho centrar o debate em três questões. A primeira dizia respeito à necessidade de intensificar a política de informação no interior ou no exterior do espaço da Comunidade Europeia. Sobre este ponto, no COREPER, as delegações exprimem opiniões diferentes: os belgas consideram que deve ser reforçada a informação no interior, enquanto os dinamarqueses e os alemães enfatizam a importância da informação para o exterior. O segundo aspecto dizia respeito à escolha de temas de informação prioritários para cada país e a terceira à definição das audiências prioritárias. Quanto à identificação dos assuntos a serem divulgados prioritariamente, as delegações belga e inglesa concordam que seria positivo essa escolha caber ao país onde a informação era difundida, defendendo, portanto, uma maior descentralização das decisões. No que toca à selecção dos públicos, a delegação neerlandesa sugere uma intensificação junto dos meios jornalísticos, a delegação inglesa junto dos meios de negócios e os belgas uma ênfase nos jovens.⁵⁷¹

Também o Parlamento Europeu se pronunciou sobre o programa de informação da Comissão elaborado para o biénio 1974-1975.⁵⁷² Assim, em Março de 1974, a sua

⁵⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 18-24.

⁵⁷¹ COMMUNAUTES EUROPEENNES. LE CONSEIL – *Note: objet: Programme d'information 1974-75 de la Commission – débat annuel du Conseil*. Bruxelles, 15.02.1974. Acessível Arquivos Históricos do Conselho Europeu, em Bruxelas: CM2 1974 – 293.

⁵⁷² Sobre as actividades concretizadas nestes dois anos, ver COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Huitième rapport sur l'activité des*

Comissão dos Assuntos Culturais e da Juventude solicitou autorização ao Presidente da Assembleia Parlamentar para elaborar um relatório sobre essa matéria. Essa autorização foi concedida, tendo sido nomeado como relator Jan Broeks, o qual preparou um relatório examinado nas reuniões da Comissão Parlamentar em Abril e Maio desse mesmo ano, aprovando a exposição de motivos e a proposta de resolução por unanimidade.⁵⁷³ Este relatório é examinado e discutido em sessão parlamentar onde também se aprova a resolução.⁵⁷⁴ Na exposição de motivos, o relator faz uma síntese do programa de informação apresentado pela Comissão, emitindo uma opinião global favorável às opções tomadas e demonstrando apenas algumas reservas sobre certos pontos.

Assim, observa que a referência às renitências da opinião pública da Dinamarca e da Inglaterra à integração europeia são exprimidas de forma demasiado genérica advertindo «[...] il serait très utile d'étudier au préalable les besoins et l'attitude des différents groupes sociaux à l'égard de la Communauté, afin de pouvoir offrir dès le début une information aussi adaptée que possible».⁵⁷⁵ Por outro lado, considera que a Comissão devia identificar os meios mais receptivos à informação europeia para ser possível tirar daí algumas orientações quanto à acção futura. Sugere, ainda, que seria benéfica a integração da mensagem europeia nos últimos anos da escola primária, através de métodos adequados aos grupos etários envolvidos, despertando o interesse de professores e alunos, graças à preparação de *dossiers* pedagógicos, demonstrando a estreita ligação entre a política de informação e a política de educação.⁵⁷⁶

Apesar do tom geral conciliatório, não deixa de haver também alguns pontos de fricção. A este propósito, poderemos referir o desacordo quanto à intenção da Comissão em publicitar as propostas feitas no sentido de reforçar os poderes orçamentais do Parlamento. Sobre este assunto, o relatório considera que «[...] ces propositions relatives au Parlement européen prêtant à controverse, votre commission estime que l'information en la matière doit être dispensée par les services d'information du

Communautés européennes en 1974. Luxembourg: OPOCE, 1975. p. LV, p. 48-51 e COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Neuvième rapport sur l'activité des Communautés européennes en 1975*. Luxembourg: OPOCE, 1976. p. LIII, p. 25-27.

⁵⁷³ BROEKSZ, Jan B. – *Rapport fait au nom de la Commission des affaires culturelles et de la jeunesse sur le programme d'information 1974-1975 de la Commission des Communautés européennes*. Parlement Européen, 27.05.1974. (Document 106/74).

⁵⁷⁴ “Résolution sur le programme d'information 1974/1975 de la Commission des Communautés européennes”. *JOCE*, n.º C 76 (03.07.1974), p. 26-28.

⁵⁷⁵ BROEKSZ, Jan B. – *Op. cit.* p. 9.

⁵⁷⁶ *Idem, ibidem.* p.11.

Parlement lui-même».⁵⁷⁷ Significa isto que poderia haver algumas fricções entre ambas as instâncias europeias quanto à política de informação e que, por outro lado, não havia uma abordagem comum.

Outra crítica dizia respeito ao facto de a DG X gravar algumas emissões de rádio e certos filmes sobre a Comunidade Europeia para difundir nos Estados-Membros, os quais eram encarados pelo público como propaganda. Assim, considerava adequada a utilização destes instrumentos apenas para apresentar internamente aos grupos de visitantes das instituições europeias.⁵⁷⁸ O relator lamenta ainda que os consumidores não integrem a lista dos grupos prioritários de informação.⁵⁷⁹

Na *Résolution sur le programme d'information 1974/1975 de la Commission des Communautés européennes* também se lamenta a omissão dos consumidores como alvo preferencial da informação europeia, referindo-se no ponto 7 que tal opção constitui um erro.⁵⁸⁰ Por outro lado, a resolução do Parlamento alude ainda à necessidade de reagir com celeridade aos acontecimentos relativos à construção europeia para garantir a eficácia da política de informação.⁵⁸¹ No entanto, tal como no relatório da Comissão Parlamentar, prevalece uma opinião favorável sobre o programa proposto pela Comissão, pedindo-se aos governos nacionais que apoiem as iniciativas propostas.

A partir da análise dos documentos relativos ao programa de informação para 1974-1975, podemos concluir que se tratava de um processo em que colaboravam as três instâncias comunitárias: a Comissão, o Conselho e o Parlamento. Como vimos, coube à Comissão propor o programa de informação, de acordo com o seu monopólio do poder de proposta. O Conselho, com base na opinião emitida pelos seus serviços competentes, pronuncia-se a favor ou contra o documento da Comissão, cabendo-lhe a decisão final no que respeita à definição dos valores orçamentais. Por seu lado, o Parlamento emite uma opinião sobre o texto apresentado pela Comissão, com a publicação de uma resolução depois de um debate parlamentar.

IV.3. A necessidade de programas de informação adaptados à conjuntura

Este programa para o biénio 1974-1975 foi, em parte, reformulado nos finais de 1974 pois, em Outubro de 1974, o Comissário Scarascia Mugnozza apresentou uma

⁵⁷⁷ *Idem, ibidem.* p. 9.

⁵⁷⁸ *Idem, ibidem.* p.11.

⁵⁷⁹ *Idem, ibidem.* p.10.

⁵⁸⁰ “*Résolution sur le programme d'information 1974/1975...*”. *JOCE*, n.º C 76 (03.07.1974), p. 27.

⁵⁸¹ *Idem, ibidem.* p. 28.

comunicação em reunião da Comissão com um programa de informação para 1975.⁵⁸² O texto deste documento foi modificado, dando origem a um outro documento SEC, com duas versões.⁵⁸³ Não iremos proceder a uma leitura comparada das três variantes do texto já que, nas suas linhas gerais, não há diferenças significativas, mas é importante realçar a sua existência, porque esta ilustra o facto de a elaboração dos programas de informação derivar, senão sempre, pelo menos algumas vezes, de um processo demorado, fruto de sucessivas revisões.

Na realidade, constata-se que os métodos, o público-alvo e os meios utilizados para concretizar a política de informação não sofreram grandes modificações ao longo do tempo, havendo a necessidade de adaptação constante apenas em relação aos temas de informação, os quais iam mudando, de acordo com circunstâncias internas e externas à Comunidade.⁵⁸⁴ Assim, para o ano em análise, considerava-se necessário dar prioridade à informação direccionada para os países-membros tendo em conta a crise vivida pela Comunidade.⁵⁸⁵ De facto, em 1974, os países europeus enfrentavam uma crise económica, agravada pela subida do preço do petróleo ocorrida no ano anterior, e, no Reino Unido, os trabalhistas tinham vencido as eleições, promovendo a ideia de uma renegociação das condições de adesão do seu país à Comunidade. Neste contexto, não admira que no programa se afirme:

La situation impose toujours de rappeler, dans toutes les circonstances possible, pourquoi la Communauté européenne est nécessaire aux États membres, quels sont les points essentiels de l'acquis communautaire avec les avantages concrets qu'il a apportés. Pour cela, il conviendra notamment de montrer comment des politiques communes (l'énergie, le développement régional,...) fondées sur la solidarité communautaire, peuvent permettre aux États membres de mieux faire face à la crise économique actuelle.⁵⁸⁶

Apesar de nunca se referir explicitamente ao pedido de renegociação da adesão apresentado, em 1 de Abril de 1974, pelo governo britânico, o programa de informação para 1975 têm-no sempre presente.

Outra preocupação do documento em análise diz respeito à necessidade de mostrar uma “face mais humana” da Comunidade, focalizando as actividades de

⁵⁸² (SEC (1974) 3509/2).

⁵⁸³ (SEC (1975) 200) e (SEC (1975) 200 final).

⁵⁸⁴ (SEC (1975) 200), p. 1.

⁵⁸⁵ (SEC (1975) 200 final), p. 2.

⁵⁸⁶ (SEC (1975) 200), p. 4.

informação nos aspectos positivos do projecto europeu.⁵⁸⁷ O objectivo é sempre suscitar a adesão dos cidadãos, pois também no texto final deste programa pode ler-se: «L'Europe ne peut se faire sans ses citoyens, elle ne pourra donc se faire ni dans l'ignorance, ni dans l'indifférence».⁵⁸⁸ Nesta fase, parece apostar-se numa adesão mais “sentimental” da opinião pública divulgando, por exemplo, as iniciativas de apoio ao desenvolvimento nos países ACP encetadas por Bruxelas e que levariam à assinatura dos Acordos de Lomé em 1975.⁵⁸⁹ Aliás, a comemoração dos vinte cinco anos da Declaração Schuman, em 9 de Maio de 1975, devia ser aproveitada para relembrar as realizações comunitárias, mobilizando as forças políticas e a opinião pública para “une renaissance de l'idée européenne”.⁵⁹⁰ Esta postura fundamenta uma visão da informação europeia de cariz fortemente subjectivo e positivo, na medida em que se enfatizavam as vantagens decorrentes da adesão ao projecto europeu, em particular a paz e a prosperidade. Deveremos também registar que as sondagens *Eurobarómetro*, criadas em 1974, demonstram ainda o apoio das opiniões públicas de cada um dos Estados-Membros em relação a um sistema político longínquo que garantia a democracia num contexto marcado pela Guerra Fria.⁵⁹¹

Paralelamente, procurava-se vulgarizar a informação comunitária aproximando-a das preocupações quotidianas dos europeus, recorrendo, sobretudo, aos meios de comunicação em massa, em particular a televisão, a rádio e a imprensa escrita. Simultaneamente, o orçamento disponível para as publicações estava a ser diminuído, optando-se por reformular algumas revistas, transformando-as em cadernos temáticos para reduzir as despesas de produção e impressão.⁵⁹² De facto, a política de informação

⁵⁸⁷ *Idem, ibidem*. p. 5.

⁵⁸⁸ (SEC (1975) 200 final). p. 3. Sobre as razões do declínio do apoio da opinião pública ao projecto europeu na década de setenta, ver HANDLEY, David H. – “Public opinion and European integration: the crisis of the 1970s”. *European journal of political research*. ISSN 0304-4130. Vol. 9, n.º 4 (1981), p. 335-364.

⁵⁸⁹ (SEC (1975) 200). p. 5. Sobre os Acordos de Lomé, ver BITSCH, Marie-Thérèse – *Op. cit.* p. 207-209.

⁵⁹⁰ (SEC (1975) 200 final). p. 2.

⁵⁹¹ INGLEHART, Ronald; RABIER, Jacques-René; REIF, Karlheinz – “The evolution of public attitudes toward European integration: 1970-1986”. *Revue d'intégration européenne*. ISSN 0703-6337. Vol. X, n.º 2-3 (1987), p. 135-155, em especial gráfico da p. 137. Para uma abordagem mais aprofundada, com a apresentação de resultados estatísticos obtidos nos inquéritos aplicados, entre 1973 e 1976, sobre os centros de interesse da opinião pública e a sua atitude face à informação relacionada com assuntos europeus, ver RABIER, Jacques-René – *L'information du public sur les problèmes européens: études d'opinion*. Bruxelles: Commission des Communautés Européennes, 1976. Ver também DEHENEFFE, Jean-Claude – *O que pensam os europeus: considerações sobre a opinião pública dos europeus de 1973 a 1986*. 2ª. ed. Luxemburgo: SPOCE, 1986. ISBN 92-825-6332-4.

⁵⁹² (SEC (1975) 200 final). p. 8.

tinha de se debater então com os problemas decorrentes de um orçamento bastante reduzido.

Deveremos, ainda, realçar a preocupação de adaptação em relação às mudanças políticas ocorridas em alguns países, criando novas condições para a política de informação das instituições comunitárias. Assim, por exemplo, para o caso de Portugal, onde tinha acontecido a mudança de regime em Abril de 1974, refere-se:

[...] le changement du régime politique a pour résultat que la Communauté se voit appelée à fournir un sérieux effort d'information dans ce pays, effort qui est susceptible d'être élargi en fonction des développements politiques et économiques en cours.⁵⁹³

Portanto, logo após a Revolução de 25 de Abril, a CEE começou a reequacionar as suas relações com Portugal, sendo que as actividades de informação constituíram um dos primeiros movimentos neste sentido.

Este programa de informação foi alterado pelo *Programme complémentaire d'information 1975*, apresentado em Março, para aplicar o financiamento adicional destinado às actividades de informação votado pelo Parlamento Europeu.⁵⁹⁴ Segundo o documento, as acções propostas ilustravam a nova atitude da Comissão, orientada para um maior dinamismo e para abranger a opinião pública na sua globalidade. Assim, era dada prioridade às acções de divulgação em larga escala nos países-membros, no intuito de cativar o “europeu médio” através da imprensa, da televisão, da rádio e de filmes difundidos em cassetes vídeo. Por outro lado, em quase em todos os países comunitários há uma aposta na regionalização da informação, através de exposições itinerantes com material informativo e funcionários disponíveis para acolher os visitantes. Já em França e em Itália, os concursos lançados através da imprensa escrita constituíram outro meio para chegar à opinião pública.⁵⁹⁵ No intuito de demonstrar a importância da Comunidade na vida quotidiana dos cidadãos, enfatiza-se o valor da informação europeia no seu trabalho, no lar ou para o seu futuro invocando, a esse propósito, os meios sindicais, os consumidores e os jovens como alvos prioritários.⁵⁹⁶ Quanto aos países terceiros, mantêm-se acções de informação nos países ACP, na Turquia, na América Latina e no

⁵⁹³ *Idem, ibidem.* p. 11.

⁵⁹⁴ COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme complémentaire d'information 1975: communication de la Commission au Conseil.* Bruxelles, 19.03.1975. (SEC (1975) 1084).

⁵⁹⁵ *Idem, ibidem.* p. 2-3.

⁵⁹⁶ *Idem, ibidem.* p. 3-4.

Japão. Pela primeira vez, afirma-se a necessidade de levar a cabo iniciativas nos países árabes e prevê-se um esforço junto dos meios universitários portugueses.⁵⁹⁷

Em Maio de 1975, seguindo o procedimento instituído, a Comissão dos Assuntos Culturais e da Juventude do Parlamento Europeu apresentou um relatório elaborado por Kristen Helveg Petersen fazendo uma avaliação positiva das propostas da Comissão.⁵⁹⁸ No entanto, a relatora discordava do facto de a Comissão não propor a colaboração, no âmbito da informação, com outras instituições comunitárias, nomeadamente o Parlamento. Aceitando a autonomia na formulação da sua política de informação para cada instituição comunitária, lamentava-se que não houvesse colaboração pontual em certas acções, pois tal evitaria duplicação de despesas.⁵⁹⁹

Este relatório apresenta ainda uma perspectiva crítica em relação às opções da Comissão para atingir os jovens, pois considerava que não eram adequadas para chegar a todas as organizações de juventude. De facto, a relatora constatava que os pequenos grupos locais nem sempre conseguiam chegar à documentação europeia, por isso incentivava a Comissão a apoiar a criação de centros de documentação no âmbito dos movimentos e das associações de jovens. Quanto à juventude não organizada, aconselhava-se o recurso aos jornais e revistas para chegar a esta faixa etária, bem como apresentações na rádio e na televisão, além da presença nas escolas. Sugere-se ainda o lançamento de programas de inter-câmbio de jovens.⁶⁰⁰ Neste sentido, os docentes são também considerados um público-alvo privilegiado para a difusão da informação comunitária junto dos jovens. No entanto, constata-se que os serviços de documentação para os professores e os estudantes estavam mal organizados sugerindo-se, por isso,

[...] il serait bon que la Commission mette à la disposition de ces services, ou des écoles et universités, une documentation déjà répertoriée, indexée, qui puisse être immédiatement utilisée et qui puisse même servir de base à la création de services de documentation scolaires et universitaires.⁶⁰¹

Para os meios políticos havia também a necessidade de encaminhar a informação até aos pequenos grupos locais, pois, aquando das visitas à assembleia parlamentar

⁵⁹⁷ *Idem, ibidem.* p. 4-5.

⁵⁹⁸ PETERSEN, Kristen Helveg – *Rapport fait au nom de la Commission des affaires culturelles et de la jeunesse sur le programme d'information 1975 e le programme supplémentaire d'information 1975.* Parlement Européen, 05.05.1975. (Document 45/75). Ver também a resolução correspondente aprovada: "Résolution sur le programme d'information 1975 et le programme d'information 1975". *JOCE*, n.º C 128 (09.06.1975), p. 12.

⁵⁹⁹ PETERSEN, Kristen Helveg – *Op. cit.* p. 12.

⁶⁰⁰ *Idem, ibidem.* p. 10.

⁶⁰¹ *Idem, ibidem.* p. 10-11.

européia, muitos exprimiam queixas relativas à falta de documentação sobre a Comunidade. Em contrapartida, os deputados europeus viam-se submersos pelos documentos que recebiam das instituições comunitárias. Assim, impunha-se uma reformulação das práticas de produção e de envio de documentação destinada aos meios políticos, elaborando resumos dos documentos de base adequados aos seus destinatários, o que permitiria uma racionalização dos meios empregues.⁶⁰² Quanto aos sindicatos e aos consumidores, previa-se uma intensificação das acções de informação, por forma a demonstrar as vantagens da integração comunitária para ambos os grupos, evitando mal-entendidos e diminuindo as críticas ou, pelo menos, fornecendo elementos para uma argumentação mais objectiva.⁶⁰³

Do ponto de vista da relatora, o esforço da Comissão para atingir o grande público, sobretudo graças às iniciativas de aproximação aos cidadãos ao nível regional previstas no programa complementar, era francamente positivo, pois permitiria ao executivo de Bruxelas apresentar de forma mais concreta e num estilo mais acessível as suas propostas. Aliás, este elogio à Comissão serve também de mote a uma crítica ao Conselho, afirmando a este propósito:

Elle [Commission] pourra aussi, prenant ses responsabilités politiques, montrer que les carences sont, dans la plupart des cas, le fait de l'organe de décision, qui est le Conseil, et en profiter pour relancer certains dossiers qui appellent des solutions urgentes.⁶⁰⁴

Assim, as acções de vulgarização num contexto alargado, a partir de uma base local, facultariam aos cidadãos uma imagem menos abstracta da Comunidade, dando-lhes a convicção de que se tratava de um projecto de que eles faziam parte. Neste projecto, as unidades de informação tinham um papel importante a desempenhar afirmando-se:

Les contacts établis sur place avec toute sorte d'organisations devraient permettre à la Commission d'animer ce réseau d'information-documentation, et cela aussi bien pour le grand public que pour les membres des différentes professions et organisations. On doit noter, en effet, qu'au niveau régional de graves lacunes sont constatées dans la documentation et l'information dont disposent notamment les chambres professionnelles (artisanat, commerce et industrie) et d'autres organisations sur les décisions communautaires. Ces décisions se retrouvent dans

⁶⁰² *Idem, ibidem.* p. 11.

⁶⁰³ *Idem, ibidem.* p. 9 e 11.

⁶⁰⁴ *Idem, ibidem.* p. 8.

les législations et réglementations nationales, mais elles n'apparaissent pas comme émanant de la Communauté.⁶⁰⁵

Completando-se este raciocínio com a afirmação seguinte : «Les citoyens de nos Etats membres n'ont pas le sentiment d'appartenir à une communauté. On peut espérer qu'avec une action d'information d'envergure, ce sentiment se développera de plus en plus».⁶⁰⁶ Aliás, as publicações deviam ser um meio para transmitir uma imagem “viva e concreta” da vida e da cultura dos povos dos Estados-Membros, despertando a consciência de todos para a diversidade e as semelhanças dos cidadãos europeus.⁶⁰⁷

IV.4. O papel das bibliotecas e dos centros de documentação

No seguimento das iniciativas de finais da década anterior, em 1973, a Comissão decidiu implementar um sistema de documentação interna (EDOC), com recurso à informática, de acordo com um programa plurianual. Segundo a descrição do *Septième rapport général*,

Le système de documentation s'articule en plusieurs composants, les uns périphériques, les autres centraux. Les composants périphériques comprennent essentiellement le *Data Room*, dont chaque grande unité administrative devra disposer et où les documents seront collectés et analysés sous la responsabilité d'un *Information Officer*. Les *Data Rooms* sont équipés de divers appareillages permettant la recherche et l'exploitation des documents: un terminal à écran permettant la visualisation du dialogue avec l'ordinateur, une collection de microfiches, un lecteur de microfiches, un lecteur-reproducteur permettant d'obtenir à partir de la microfiche des copies-papier. Les composants centraux comprennent une unité de microfilmage des documents, une unité de saisie permettant d'encoder, de corriger et de mémoriser les données, enfin une capacité de calcul par l'ordinateur.⁶⁰⁸

O facto de se incluir uma informação tão detalhada no relatório das actividades anuais, ilustra a importância atribuída pela Comissão a esta inovação no âmbito do tratamento da informação.

⁶⁰⁵ *Idem, ibidem*. p. 8-9.

⁶⁰⁶ *Idem, ibidem*. p. 9.

⁶⁰⁷ *Idem, ibidem*. p. 13.

⁶⁰⁸ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Septième rapport général ... (op. cit)*. p. 106-107.

Aliás, especificavam-se ainda os documentos a serem incluídos no sistema, nomeadamente, actas da Comissão, resumos das decisões do Conselho e dos seus comunicados à imprensa, actas resumidas das reuniões do COREPER, além dos documentos transmitidos ao Conselho. Previa-se ainda a constituição de um ficheiro com as propostas e as comunicações da Comissão. De acordo com esta lista de documentos seleccionados, podemos verificar que um dos objectivos centrais desta iniciativa tendia para a melhoria do diálogo interinstitucional, em especial entre a Comissão e o Conselho. Por outro lado, considerava-se que assim seria possível melhorar a integração dos funcionários no seu grupo de trabalho, na medida em que se facilitava o acesso à informação.⁶⁰⁹

No final de 1976, a Comissão decidiu criar o *Centre d'information et de recherche documentaire des Communautés européennes* (CIRCE), no intuito de integrar o EDOC e o sistema interinstitucional de direito comunitário CELEX, a fim de desenvolver um instrumento de gestão moderno.⁶¹⁰

O programa de 1975 foi o primeiro a ser objecto de uma análise detalhada *a posteriori*, com o elenco de todas as actividades desenvolvidas e uma breve avaliação dos resultados, a fim de proporcionar à Comissão elementos para uma avaliação global e aprofundada.⁶¹¹ Com base neste documento, podemos verificar que as bibliotecas e os centros de documentação, a maior parte das vezes omitidos ou muito superficialmente referidos nos programas gerais de informação, desempenhavam um papel efectivo nas iniciativas de informação da Comissão «[...] les services de documentation et renseignement, pour lesquels les demandes sont en augmentation régulière, ont constitué un des éléments de base de l'activité des bureaux».⁶¹² Por outro lado, refere-se que, em todos os gabinetes da Comissão espelhados pelos países-membros (Bruxelas,

⁶⁰⁹ Sobre a evolução do sistema, ver COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Neuvième rapport...* (op. cit.), p. 27-28 e COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Dixième rapport sur l'activité des Communautés européennes en 1976*. Luxembourg: OPOCE, 1977. p. 39-40.

⁶¹⁰ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Onzième rapport sur l'activité des Communautés européennes en 1977*. Luxembourg: OPOCE, 1978. ISBN 92-825-0015-2. p. 37-38. Sobre a evolução técnica deste projecto, ver COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Douzième rapport sur l'activité des Communautés européennes en 1980*. Luxembourg: OPOCE, 1981. ISBN 92-825-2198-2. p. 39-40.

⁶¹¹ COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPEENNES – *Compte-rendu d'activités de la Direction Générale de l'Information pour 1975*. Bruxelles, 28.06.1976. (COM (1976) 225 Final).

⁶¹² *Idem, ibidem*. p. 4.

Copenhaga, Bona, Paris, Dublin, Roma, Luxemburgo, Haia e Londres), os pedidos de documentação tinham aumentado, havendo a preocupação de apresentar números exactos. No decurso do ano de 1975 tinha sido inaugurada a nova biblioteca do gabinete na capital do Reino Unido, a qual tinha recebido um número de pedidos de informação por telefone sem precedentes. Também em Roma abrira uma nova sala de leitura para atendimento de cerca de 1800 leitores e para dar resposta a perto de 1500 pedidos de informação por carta. Mas o gabinete com maior número de solicitações devia ser o de Paris, com o tratamento de perto de 15.000 pedidos de informação, pelo que não admira que as actividades designadas de documentação fossem consideradas aqui como uma componente fundamental. Também o gabinete de Bona respondia a um número de solicitações equivalente ao da capital francesa, organizando ainda bibliografias selectivas com periodicidade mensal e tiragem de 10.000 exemplares, além de elaborar *dossiers* bibliográficos sobre os principais temas comunitários. Por seu lado, o gabinete de Copenhaga tinha feito acções de divulgação sobre a documentação comunitária para informar os bibliotecários.⁶¹³

Também em Genebra, Ancara, Atenas, Washington e Tóquio os gabinetes da Comissão tinham um serviço de documentação aberto ao público. Assim, por exemplo, no caso turco, tinham sido organizadas acções sobre informação comunitária para os bibliotecários de institutos científicos, o que levou a um aumento significativo dos pedidos externos. Na capital dos EUA, a biblioteca tinha igualmente promovido uma sessão de informação para a DC Librarians Association, recebendo cerca de 800 leitores e atendendo perto de 8000 pedidos de informação por telefone e por carta, incluindo o envio de publicações comunitárias. Este tipo de serviço também era proporcionado pelo gabinete de Tóquio onde, apesar da falta de pessoal, estava a ser organizada uma biblioteca com a catalogação das publicações vindas de Bruxelas. Apenas em Santiago do Chile parecia não haver serviço de biblioteca disponível, mas deveremos ter em conta que o gabinete tinha sido inaugurado no ano de 1975.⁶¹⁴

Naturalmente, estes centros de documentação e bibliotecas facultavam aos seus utilizadores documentos, na sua quase totalidade, editados e fornecidos graciosamente pelas instituições europeias. Isto significa que a informação disponibilizada era uma informação filtrada pelos próprios órgãos comunitários que procuram dar de si uma informação positiva. Contudo, isto não inviabiliza automaticamente o facto de os

⁶¹³ *Idem, ibidem*. Cf. p 22, p. 25, p. 28, p. 30, p. 32, p. 35-36, p. 37 e p. 39-40.

⁶¹⁴ *Idem, ibidem*. Cf. p 49, p. 51-52, p. 54-55, p. 57-58.

conteúdos serem rigorosos e fiáveis, mas apenas que havia uma selecção prévia do que se pretendia divulgar. Até porque aqui os utilizadores podiam encontrar informação de divulgação com base em dados genéricos, apresentados em brochuras e outro tipo de desdobráveis, mas também estudos conduzidos pelas instâncias comunitárias ou por elas financiados, além de informação estatística detalhada e de legislação.

IV.5. A ênfase no público em geral

Em linhas gerais, os programas de informação para 1976 e 1977 seguem as orientações definidas para 1975.⁶¹⁵ Assim, permaneciam as ideias de descentralização e de flexibilidade, por forma a respeitar as especificidades das opiniões públicas de cada país, mas também as particularidades regionais. Neste contexto, atribuía-se aos Gabinetes de Imprensa e Informação em cada país-membro um papel de primeira ordem, cabendo aos serviços centrais de Bruxelas assegurar a coordenação e a dinâmica das iniciativas. Por outro lado, prevalecia a informação do público em geral no intuito, não apenas de suscitar o seu interesse pela construção europeia, mas também para garantir a sua participação, numa primeira tentativa de ultrapassar a simples adesão passiva. De facto, o programa para 1976 estabelece que «L'objectif essentiel de la politique d'information consistant à intéresser et à associer les citoyens à la construction européenne» determinação reforçada pelo programa do ano seguinte ao esclarecer que deveria ser dada

[...] priorità all'informazione negli Stati membri, informazione che sara centrata su una spiegazione chiara dell'incidenza che le decisioni comunitarie hanno sulla vita dei cittadini, affinché questi acquistino maggiormente coscienza del fatto che l'edificazione della Comunità, e, in un secondo tempo, dell'Unione europea, non interessa unicamente gli uomini politici e gli esperti, bensì tutti e ciascuno.⁶¹⁶

Tendo em conta estes elementos, verificamos que o intento de chegar a todos os cidadãos dos países-membros constituía um objectivo já na década de setenta, apesar de alguns autores situarem esta nova abordagem apenas na década seguinte, depois do Conselho Europeu de Fontainebleau (Junho de 1984).⁶¹⁷ Aliás, poderemos notar que, em

⁶¹⁵ COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme d'information pour 1976*. Bruxelles, 10.12.1975. (SEC (1975) 4250 final) e COMMISSIONE DELLE COMUNITÀ EUROPEE – *Programma d'informazione 1977*. Bruxelles, 15.12.1976. (SEC (1976) 4293).

⁶¹⁶ (SEC (1975) 4250 final). p. 1. Citação de (SEC (1976) 4293). p. 1.

⁶¹⁷ Cf. SANTARELLI, Manuel – “L'information du citoyen européen”. In DASSETTO, Felice; DUMOULIN, Michel – *Op. cit.* p. 67.

1976, decorreu a que pode ser considerada a primeira grande campanha de informação com uma escala abrangendo os nove países-membros. De facto, em 1976,

[...] la distribution d'un petit dépliant en six langues à des postes frontières routiers intracommunautaires pendant les congés d'été 1976 a permis de s'adresser directement à 4 millions de touristes et la presse écrite, parlée et télévisée à plus de 100 millions d'Européens.⁶¹⁸

Além do público em geral, continuavam as acções de informação dirigidas aos tradicionais meios prioritários (meios políticos, sindicatos, consumidores, professores e jovens), na medida em que deveriam funcionar como multiplicadores activos e por outro lado, alguns deles, pertencendo aos meios dirigentes, possuíam também um poder simbólico de exemplo.

Esta ênfase num público alargado implicava continuar a recorrer preferencialmente aos meios de comunicação de massa (rádio, televisão e imprensa). Para tal, previam-se algumas melhorias técnicas com a possibilidade de gravações audiovisuais a cores e a preparação de *dossiers*, destinados aos jornalistas televisivos. Por seu lado, a informação escrita, através das publicações, continuava a ser alvo de medidas de racionalização, mas a sua importância para um conhecimento em profundidade permanecia indiscutível. A preocupação neste campo incidia na difusão dos documentos e na prospecção de novos destinatários, com a revisão sistemática dos ficheiros de endereços, e na análise dos métodos de divulgação. Para as visitas previa-se uma selecção mais rigorosa, de acordo com prioridades definidas em termos de públicos preferenciais. Quanto às exposições, continuava a aposta nas exposições itinerantes, por forma a respeitar o princípio de regionalização das iniciativas de informação, enquanto a participação em exposições internacionais devia ser excepcional.⁶¹⁹

⁶¹⁸ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Dixième rapport...* (*op. cit.*). p. 42.

⁶¹⁹ (SEC (1975) 4250 final) p. 5-7 e (SEC (1976) 4293). p. 5-6.

DIRECÇÃO-GERAL DG X
GRUPO DO PORTA-VOZ E DIRECÇÃO-GERAL DA INFORMAÇÃO

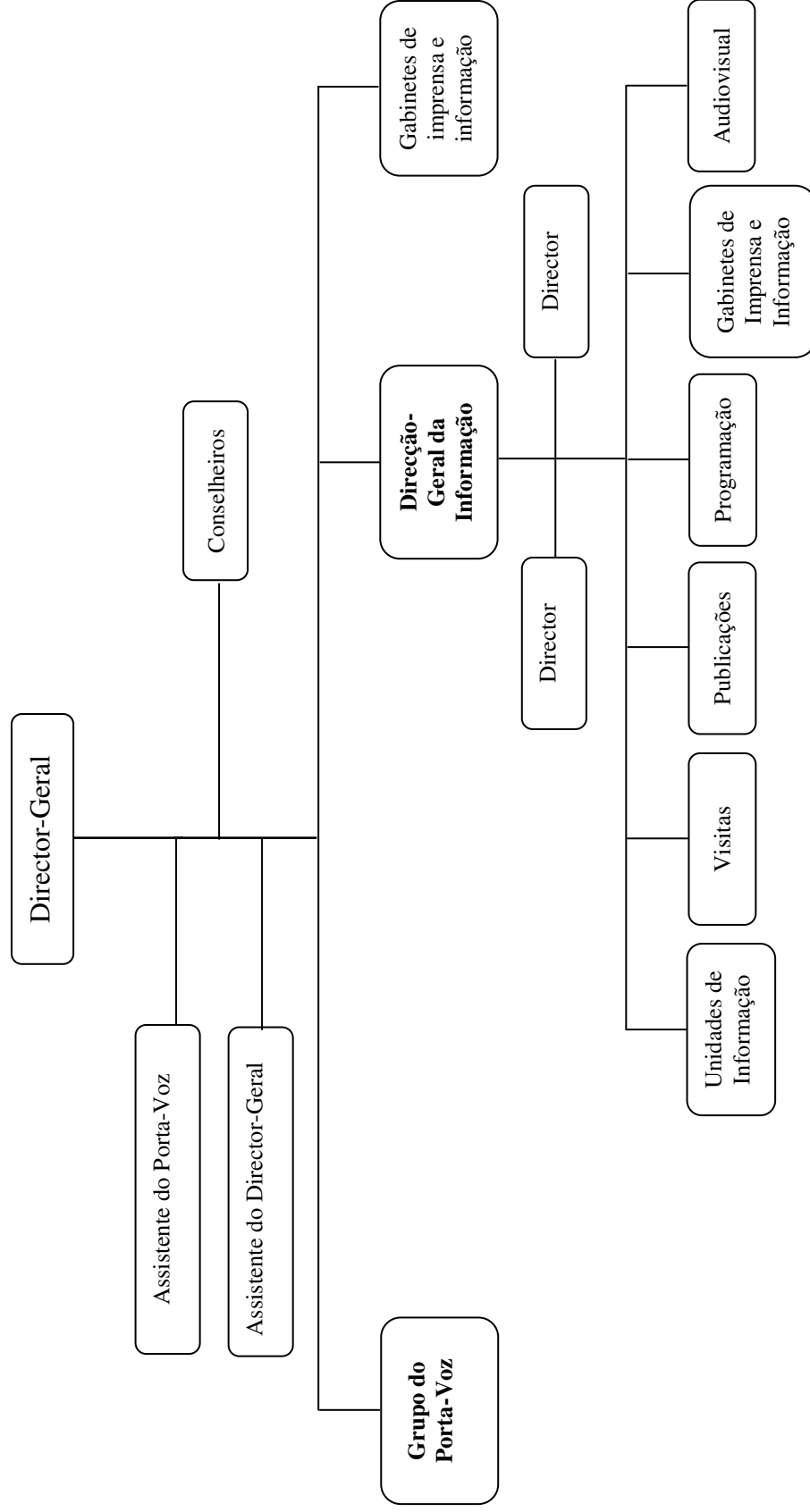


Figura IV-3: *Organigrama da Direcção-Geral de Informação em 1977*⁶²⁰

⁶²⁰ COMMUNAUTES EUROPEENNES. COMMISSION – *Organigramme de la Commission des Communautés Européennes*. Luxembourg. OPOCE, 1977. p. 51-55.

Apesar das semelhanças entre os programas de informação dos dois anos em análise, deveremos notar que, no documento relativo a 1977, são pela primeira vez referidos dois grupos esquecidos até então. De facto, quanto aos meios industriais e comerciais constata-se que seguem regularmente as actividades comunitárias e são geralmente favoráveis à construção europeia, apesar de nunca terem sido objecto de atenções de informação específicas; no entanto, faz-se uma ressalva para as pequenas e médias empresas, as quais «[...] sono spesso scettiche nei confronti degli organismi di carattere pubblico, esse conoscono male i meccanismi comunitari e cio che possono ottenere da tali meccanismi [...]». Também para os meios científicos se considerava oportuno melhorar e diversificar as acções de informação realçando os resultados positivos obtidos pelos centros de investigação com apoio comunitário.⁶²¹

No que toca à informação fora da Europa, apesar da atenção especial dada ao terceiro mundo, devido à assinatura do Tratado de Lomé, em Fevereiro de 1975, os esforços não deviam ser diminuídos em relação às iniciativas destinadas aos principais parceiros económicos do bloco europeu, a saber, os EUA, o Canadá e o Japão.

IV.6. A preparação da primeira eleição directa do Parlamento Europeu

Em 1977, o trabalhista inglês Roy Jenkins assume a liderança da Comissão europeia e decide unir a Direcção-Geral da Informação e o Porta-Voz [cf. Figura IV-3].⁶²² Deveremos notar que director-geral da DG X passava a ser simultaneamente o responsável máximo dos Porta-Vozes, reportando directamente ao presidente da Comissão. Assim, colocar a política de informação directamente sob as ordens do presidente demonstrava a importância crescente atribuída à informação, enquanto instrumento político da Comissão, afirmando também o seu papel de serviço central à disposição de todos os comissários.

No entanto, a DG X sofreu remodelações orgânicas e funcionais significativas, nos dois anos seguintes, em 1978 e em 1979. Apesar do Grupo do Porta-Voz e da Direcção-Geral da Informação permanecerem sob a mesma tutela, nota-se uma clara instabilidade com alguns serviços a mudarem de supervisão de um ano para o outro. Foi o caso da Rádio e Televisão que passaram, em 1979, da alçada da Direcção de informação centralizada para a da Direcção A (Imprensa, Rádio e Televisão), da qual também estava dependente o Porta-Voz. Por outro lado, naturalmente, em 1979,

⁶²¹ (SEC (1976) 4293). p. 4-5; citação p. 4.

⁶²² *Entretien avec Paul Collwald ... (op. cit.)*. p. 14.

desapareceu a divisão Programação e eleições directas, porque em Junho desse ano tinha já sido realizado o acto eleitoral e o organigrama foi elaborado em Setembro [cf. Figura IV-4 e Figura IV-5]. Não nos alongando numa análise da evolução da estrutura orgânico-funcional dos serviços responsáveis pela informação na Comissão, torna-se importante realçar a sua instabilidade, pois esta constitui uma explicação para algumas das fragilidades da política de informação das instâncias comunitárias, nomeadamente para uma visão de longo prazo com uma estratégia continuada.

Mas, em 1980, estas alterações foram alvo de crítica por parte do deputado Wolfgang Schall, autor de um relatório sobre a informação. De facto, concordando com o princípio desta remodelação, lamentava-se o facto de os funcionários de topo não serem nomeados com base em considerações de ordem profissional, mas antes com a preocupação de respeitar critérios de nacionalidade ou mesmo de ordem política, o que trazia claros inconvenientes para a eficácia da política de informação.⁶²³

Todavia, a partir deste ano, o foco principal das acções de informação da Comissão começou a estar direccionado para a eleição directa do Parlamento Europeu com o triplo objectivo de proporcionar uma informação objectiva sobre o Parlamento e a Comunidade, de sensibilizar a opinião pública para o evento e de motivar os eleitores a votarem.⁶²⁴ Assim, nesse ano, Willem Schuijt, como relator da Comissão Parlamentar competente em matéria de informação, elaborou dois relatórios tendo em vista a preparação deste primeiro momento eleitoral.

⁶²³ SCHALL, Wolfgang – *Rapport fait au nom de la commission de la jeunesse, de la culture, de l'éducation, de l'information et des sports sur la politique d'information de la Communauté européenne, de la Commission des Communautés européennes et du Parlement européen*. Parlement Européen, 04.12.1980. (Document 1-596/80). p. 24-28.

⁶²⁴ POURVOYEUR, Robert – *Op. cit.* p. 202-203. Ver também COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Douzième rapport...* (*op. cit.*). p. 32-34 e COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Treizième rapport sur l'activité des Communautés européennes en 1979*. Luxembourg: OPOCE, 1980. ISBN 92-825-1603-2. p. 36-37.

DIRECÇÃO-GERAL DG X
GRUPO DO PORTA-VOZ E DIRECÇÃO-GERAL DA INFORMAÇÃO

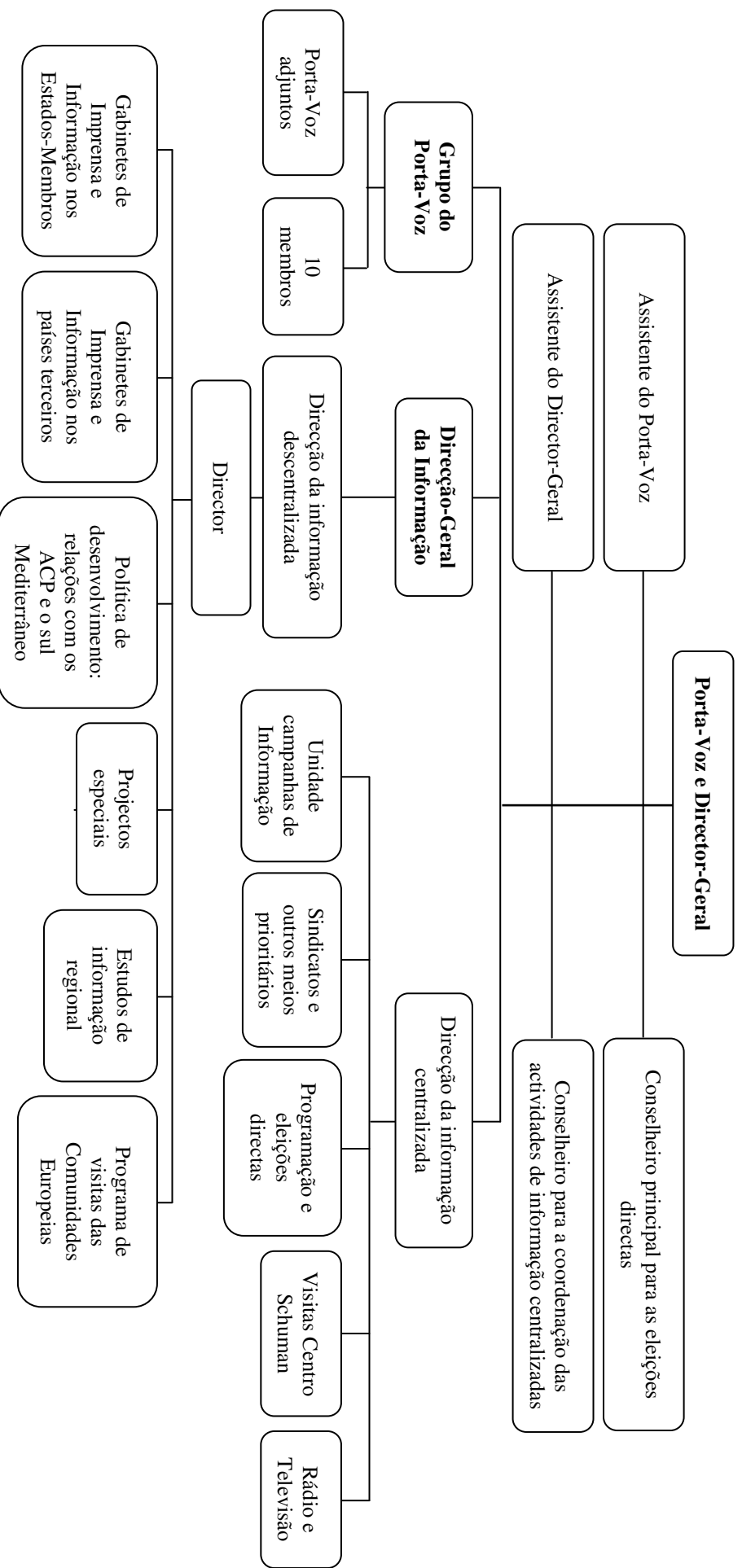


Figura IV-4: *Organigrama da Direcção-Geral de Informação em 1978*⁶²⁵

⁶²⁵ COMMUNAUTES EUROPEENNES, COMMISSION – *Organigramme de la Commission des Communautés Européennes: Septembre 1978*. Luxembourg. OPOCE, 1978. ISBN 92-825-0487-5. p. 53-57.

DIRECÇÃO-GERAL DG X
GRUPO DO PORTA-VOZ E DIRECÇÃO-GERAL DA INFORMAÇÃO

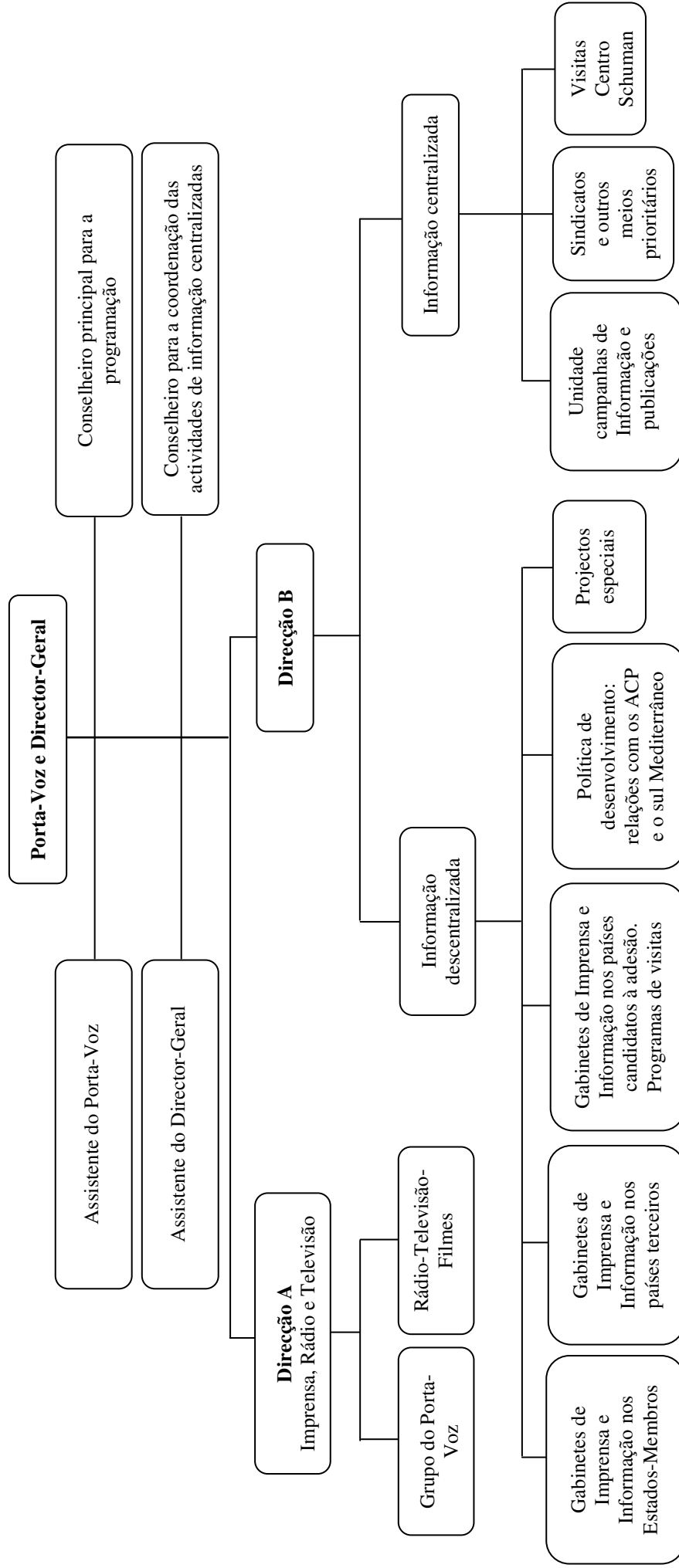


Figura IV-5. Organigrama da Direcção-Geral de Informação em 1979⁶²⁶

⁶²⁶ COMMUNAUTÉS EUROPEENNES. COMMISSION – Organigramme de la Commission des Communautés Européennes: Septembre 1979. Luxembourg. OPOCE, 1979. ISBN 92-825-1392-0, p. 53-57.

O primeiro relatório, publicado em Janeiro de 1977, continha apenas uma proposta de resolução, na qual a Comissão da CE era instada a apresentar à Assembleia um programa de informação especialmente direccionado para a eleição por sufrágio universal directo, onde deveriam ser delineados os meios de coordenação das iniciativas planeadas para o efeito.⁶²⁷

Em Fevereiro desse ano, a Comissão apresentava ao Parlamento o *Programme d'information de la Commission pour les élections directes du Parlement Européen*.⁶²⁸ Nesta altura, a data das eleições ainda não estava marcada, o que significa que este foi um acontecimento longamente preparado, pois a data da eleição do Parlamento Europeu só ficou estabelecida em 25 de Julho de 1978. Aliás, neste documento, a Comissão defendia ser necessário um esforço especial de todas as instituições europeias e dos partidos políticos para trabalharem em conjunto, a fim de criarem condições para uma escolha consciente dos eleitores. Esta colaboração assentava numa perspectiva de complementaridade entre o trabalho da Comissão e dos partidos políticos, já que cada qual tinha uma função de informação diferente. Assim, à Comissão competia desenvolver um programa de informação factual capaz de

[...] fournir, en toute objectivité, des éléments d'appréciation sur le fonctionnement des institutions communautaires, sur les politique communes, sur les propositions avancées par la Commission, sur les débats auxquels ces propositions donnent lieu, sur les décisions auxquelles elles conduisent.

Por seu lado, os partidos políticos teriam a seu cargo formular opiniões políticas sobre aquela informação.⁶²⁹

Vemos, portanto, que há uma distinção clara entre o que se considerava informação objectiva e subjectiva. Mas isto ilustra sobretudo o facto de a informação trazer consigo a marca genética da sua origem e do intento com que é comunicada, fazendo sobressair a inseparável ligação do fenómeno e do processo informacional.

⁶²⁷ SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Rapport intérimaire fait au nom de la commission politique sur la politique de la Communauté européenne concernant la préparation de la première élection du Parlement européen au suffrage universel direct*. Luxembourg: Parlement Européen, 27.01.1977. (Document 526/76). p. 4. Esta resolução foi depois publicado no *Jornal Oficial*, no dia 7 de Março, cf. “Résolution sur la politique de la Communauté européenne concernant la préparation de la première élection du Parlement européen au suffrage universel direct”. *JOCE*, n.º C 57 (07.03.1977), p. 30.

⁶²⁸ COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES – *Programme d'information de la Commission pour les élections directes du Parlement Européen*. 25.03.1977. (COM (1977) 114 final).

⁶²⁹ *Idem, ibidem*. p. 1-2; citação da p. 2.

Procurava pôr-se em prática, em relação aos eleitores, uma dinâmica de informação e retro-informação:

[...] d'une part, veiller à ce que chaque électeur soit conscient de la façon dont sa propre existence est affectée par des décisions prises au niveau communautaire et de la manière dont il peut peser sur l'orientation de ces décisions en émettant un vote et d'autre part veiller à ce que la Commission pour sa part soit consciente des attitudes et des aspirations des électeurs.⁶³⁰

O estabelecimento desta meta partia do conhecimento sobre a opinião pública europeia fornecido pelas sondagens do *Eurobarómetro*, segundo as quais apenas 22% das pessoas interrogadas declaravam interessar-se muito pelos problemas comunitários e 11% discutirem o tema frequentemente. Assim, apesar de haver uma opinião favorável à eleição do Parlamento Europeu, os cidadãos não consideravam as instituições comunitárias capazes de resolver os problemas que afectavam o seu quotidiano, em particular a inflação e o desemprego.

Quanto à definição do público-alvo, deveremos notar que também neste caso se optava por uma distinção entre as elites e a opinião pública em geral. Assim, numa primeira fase, preconizava-se um programa específico e aprofundado dirigido aos designados “formadores de opinião” e só depois, quando as eleições estivessem próximas, seria dada uma atenção mais consistente à globalidade dos eleitores. De notar, ainda, a preocupação em adaptar a informação ao contexto de acordo com a situação política e conjuntural dos nove Estados-Membros, a fim de conseguir maior aproximação possível aos 180 milhões de eleitores.⁶³¹

No que respeita aos meios de informação utilizados, atendendo à dimensão da audiência, os mass-média, com a rádio, a televisão e a imprensa, continuavam a ter um papel de primeira ordem, pelo que os jornalistas eram considerados um eixo fundamental das iniciativas de informação para a eleição do Parlamento Europeu. Previa-se também o recurso a organizações exteriores das áreas que constituíam até então os públicos prioritários, nomeadamente dos sindicatos, da agricultura, das universidades, dos consumidores, dos jovens ou do ambiente. Pretendia-se mobilizar as forças vivas de todos os sectores da sociedade através da organização de seminários para explicar e debater assuntos comunitários, formando animadores que iriam depois, eles próprios, dinamizar debates sobre a Europa na sua área de acção. Nestes

⁶³⁰ *Idem, ibidem.* p. 1.

⁶³¹ *Idem, ibidem.* p. 2.

instrumentos de informação, incluíam-se igualmente as publicações editadas pela Comissão, as quais tinham um papel muito relevante no apoio e no reforço da acção dos formadores de opinião. Assim, previam-se tiragens acrescidas de diversas brochuras de divulgação sobre o funcionamento comunitário. Além disso, os serviços centrais da Comissão deviam preparar material audiovisual para animar os seminários e outro tipo de conferências de divulgação e preparação das primeiras eleições europeias.⁶³²

Depois da apresentação deste programa, a Comissão Política do Parlamento, na pessoa do relator Willem Schuijt, redigiu o segundo relatório desse ano, onde se apresentava uma resolução opinando sobre as iniciativas propostas pelo executivo da Comunidade.⁶³³ No geral, o orçamento previsto para as actividades de informação era considerado insuficiente e pedia-se à Comissão da CE que formulasse um programa mais circunstanciado das estratégias a desenvolver para cativar a participação de todos os eleitores. Por outro lado, apelava-se à boa cooperação entre a Comissão, o Conselho e o Parlamento, incluindo os grupos políticos, para garantir a divulgação de informação adequada ao primeiro acto eleitoral europeu.

A eleição para o Parlamento Europeu continuou a ocupar o lugar central no programa de informação para 1979, dando seguimento ao processo que havia sido iniciado dois anos antes.⁶³⁴ Neste espaço de tempo, a Comissão tinha desenvolvido um trabalho de parceria com os serviços competentes do Parlamento, tendo sido criado uma instância comum, sediada em Bruxelas e com funções de planificação e de coordenação. Já a concretização técnica da programação estava a cargo dos gabinetes de informação da Comissão e do Parlamento em cada Estado-Membro, com o apoio de uma agência especializada. Desenvolvia-se, assim, a maior campanha de informação conjunta das instituições comunitárias, no intuito de dar a conhecer o processo eleitoral aos cidadãos, de motivá-los a participar através do exercício do voto, fornecendo-lhes os elementos necessários a uma tomada de decisão consciente.⁶³⁵

⁶³² *Idem, ibidem.* p. 3-5.

⁶³³ SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Rapport fait au nom de la commission politique sur la politique de la Communauté européenne et notamment sur le programme d’information de la Commission pour les élections directes du Parlement européen.* Luxembourg: Parlement Européen, 1977. (Document 93/77). A resolução foi publicada no dia 6 de Junho cf. “Résolution sur la politique d’information de la Communauté européenne et notamment sur le programme d’information de la Commission pour les élections directes du Parlement européen”. *JOCE*, n.º C 133 (06.06.1977), p. 36.

⁶³⁴ COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES – *Programme d’information pour 1979: communication de la Commission au Conseil.* 15.02.1979. (COM (1979) 64 final).

⁶³⁵ *Idem, ibidem.* p. 1-3.

Mas, além das estratégias destinadas a preparar o acto eleitoral, a Comissão dava seguimento às suas iniciativas de informação correntes, aproveitando a dinâmica criada com associações sectoriais, definindo como uma das suas metas para o exercício desse ano examinar

[...] comment les circuits qu’elles offrent peuvent être utilisés au mieux pour fournir des informations sur une échelle aussi large que possible à leurs membres ainsi qu’à ceux d’autres organisations, en vue d’étendre ses liens avec le public.⁶³⁶

Por outro lado, constatava-se que os gabinetes de informação nos Estados-Membros constituíam instrumentos de trabalho essenciais para a Comissão, desempenhando importantes funções de comunicação com o público. Para facilitar o seu trabalho tinham-lhe sido atribuídos novos créditos e a unidade central de Bruxelas, responsável pela sua coordenação, tinha sido reforçada. Todavia, lamentava-se a escassez de meios e de pessoal dos gabinetes nas capitais europeias. A única excepção era o caso do Reino Unido, onde, além do gabinete de Londres, existiam antenas em Edimburgo e Cardiff, prevendo-se a abertura de uma outra Belfast.⁶³⁷ Assim, não poderemos deixar de notar que o país mais “eurocético” era aquele que maior número de meios de informação tinha no seu território nacional.

Quanto às publicações, em 1978, as que tinham um carácter mais especializado saíram da alçada da Direcção-Geral da Informação, para que esta se pudesse concentrar em edições de divulgação destinadas ao grande público e em algumas publicações periódicas. Também as visitas continuaram a desempenhar uma importante função na política de informação, tendo atingido o significativo número de 23.600 visitantes em 1978.⁶³⁸

Na informação para os países terceiros, o facto mais significativo para 1979 envolvia a abertura de gabinetes de informação em Madrid e em Lisboa. Além disso, a renovação dos acordos de Lomé justificava um acréscimo das actividades dirigidas aos países ACP.

A partir de 1973, a política de informação da Comissão tinha intensificado os esforços para criar uma imagem positiva das iniciativas comunitárias, em aspectos sectoriais mas com uma contextualização sistémica, sobretudo num período em que a própria integração começava a ser posta em causa por alguns sectores de certos países.

⁶³⁶ *Idem, ibidem.* p. 4.

⁶³⁷ *Idem, ibidem.* p. 5.

⁶³⁸ *Idem, ibidem.* p. 6.

Esta dinâmica baseou-se na nova estrutura da Direcção-Geral de Informação, por sucessivas vezes reformulada.

Como vimos, esta Direcção-Geral desempenhava um papel central na formulação dos programas de informação anuais a partir das audições às restantes Direcções-Gerais e com base nas orientações dadas pelo Conselho e pelo Parlamento. Por outro lado, os meios de informação utilizados para o efeito tinham já sido definidos nas duas décadas anteriores e consistiam em exposições, visitas, publicações, elaboração de filmes, uso da rádio e da televisão bem como da imprensa escrita além de algumas bibliotecas especializadas em assuntos europeus.

Paralelamente, as acções de vulgarização da informação europeia, num contexto alargado mas a partir de uma base local, com a colaboração dos governos dos Estados-Membros ou de associações locais começam a tornar-se realidade. Desta forma, tencionava facultar-se aos cidadãos uma imagem menos abstracta da Comunidade, dando-lhes a convicção de que se tratava de um projecto que estava presente no seu quotidiano e de que eles faziam parte. Neste sentido, a mensagem europeia enfatiza a vertente sentimental, procurando conquistar territórios mentais e emocionais. Em complemento pretendia-se transmitir uma imagem “viva e concreta” da vida e da cultura dos povos de todos os Estados-Membros, despertando a consciência de todos para a diversidade e as semelhanças dos cidadãos europeus.

CAPÍTULO V

A DÉCADA DE OITENTA: NOVOS DESAFIOS PARA A INFORMAÇÃO

O início dos anos oitenta é marcado pela adesão da Grécia à CEE, um país com características bem distintas dos restantes Estados-Membros. Assim, um projecto até aqui composto por países industrializados, atlânticos, nórdicos, católicos e protestantes acolhe um novo membro com uma economia agrícola, ligado ao Mediterrâneo oriental e com predomínio da religião ortodoxa.

Mas este alargamento não trouxe um novo impulso à construção europeia que, nesta altura, vivia uma fase de estagnação, designada por alguns de “euroesclerose”. No entanto, a partir de meados da década de oitenta assiste-se a um novo fôlego do projecto europeu. De facto, Portugal e a Espanha aderem à CEE, em 1986, e algumas iniciativas, como a reforma institucional e a promoção de políticas comuns (no âmbito da indústria, da energia ou da investigação), servem de mote para o aprofundamento da integração. O bom entendimento franco-alemão e o dinamismo da Comissão, presidida a partir de 1985 por Jacques Delors, bem como o novo Parlamento eleito em 1984, constituíram elementos fundamentais para os progressos verificados. Assim, o Acto Único Europeu, prevendo um mercado único num espaço sem fronteiras até 1 de Janeiro de 1993, é assinado em 1986. Já no final da década, em 1989, Jacques Delors apresenta o relatório de preparação para a União Económica e Monetária, o grande desafio da última década do século XX para a construção Europeia.⁶³⁹

⁶³⁹ BITSCH, Marie-Thérèse – *Op. cit.* p. 216-237.

V.1. Estratégias para ultrapassar a escassez de meios

O programa de informação para 1980 centra-se na constatação de que as primeiras eleições para o Parlamento Europeu revelaram um grande desconhecimento por parte do público do funcionamento e dos resultados da construção europeia, além do nível de apoio preocupantemente baixo em alguns países, apesar de a taxa de participação ter sido a mais elevada de todas as eleições para o Parlamento Europeu [Tabela V-1].⁶⁴⁰

Ano da eleição	Percentagem da participação
1979	63%
1984	61%
1989	58,5%
1994	56,8%
1999	49,4%
2004	45,7%

Tabela V-1: *Evolução da participação nas eleições para o Parlamento Europeu*

Neste contexto, propõe-se uma intensificação dos esforços para fazer compreender a um público tão vasto quanto possível a necessidade da existência da Comunidade e das suas actividades. A mensagem fundamental estava focalizada na «[...] nécessité de poursuivre et de développer l'activité de la Communauté en tant qu'instrument permettant à ses membres de trouver des solutions communes à leurs problèmes communs».⁶⁴¹ Mas, tendo em conta as suas limitações a nível financeiro e de recursos humanos, mais uma vez, a Comissão enfatiza a necessidade de chegar ao público através de canais indirectos, nomeadamente os meios de comunicação social, pelo que os jornalistas constituíam um alvo privilegiado para todas as iniciativas de informação. Também os deputados do Parlamento eram vistos como multiplicadores potenciais, na medida em que estavam envolvidos nas instituições europeias e mantinham uma ligação com os cidadãos nacionais que os tinham eleitos. Assim, a Comissão declarava a sua intenção de lhes fornecer a informação necessária para complementar o material que lhes era facultado pelos serviços do Parlamento. Paralelamente, continuava o enfoque nos líderes de opinião dos sectores considerados prioritários, como os sindicatos, os agricultores, os meios universitários ou os consumidores e, pela primeira vez, apareciam também os movimentos dos ecologistas.⁶⁴²

Partindo deste contexto, a prioridade da estratégia de informação devia centrar-se nos países-membros, respeitando três princípios fundamentais:

⁶⁴⁰ COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme d'information pour 1980: communication de la Commission au Conseil*. Bruxelles, 10.12.1979. (COM (1979) 701 final).

⁶⁴¹ *Idem, ibidem*. p. 2.

⁶⁴² *Idem, ibidem*. p. 3.

[...] l'importance capitale des mass-média pour la communication avec le grand public, l'opportunité de concentrer les efforts sur les thèmes spécifiques en rapport direct avec les préoccupations et les politiques actuelles et la nécessité d'un message clair et d'une explication simple même lorsque la matière est en elle-même complexe.⁶⁴³

Neste sentido, uma parte do orçamento anual foi reservada para desenvolver actividades sobre temas definidos como prioritários, por ocasião da avaliação quadrimestral do programa de informação. Já em termos de publicações, continuava-se a reestruturação no sentido de obter edições com uma informação mais simples e concisa, reduzindo o número de títulos individuais e fomentando a organização de colecções, tendo sempre em conta as necessidades das audiências nacionais.⁶⁴⁴

Para chegar ao grande público, a Comissão apostava na descentralização, deixando mais abertura às iniciativas dos gabinetes nacionais que a representavam em cada Estado-Membro, sobretudo no caso do Reino Unido, onde existiam antenas em Cardiff, Edimburgo e Belfast.⁶⁴⁵ A estes gabinetes competia encetar contactos com os meios jornalísticos, organizar sessões de esclarecimento sobre temas específicos ou fornecer documentação de divulgação.⁶⁴⁶ A propósito da descentralização, Anna Melich afirmava em 1989:

Les États fédéraux ou à forte décentralisation souhaiteraient l'ouverture d'antennes ou de bureaux dans toutes leurs capitales fédérales ou régionales. Ils prouvent ainsi la valeur qu'ils attachent à faciliter un courant d'information plus intense entre leurs citoyens et les institutions de la Communauté européenne. Mais, la Commission n'est pas dotée de moyens nécessaires pour un tel déploiement de moyens décentralisés, et préfère mettre l'accent sur l'optimisation du fonctionnement des centres déjà existants. D'où le choix très restreint de nouvelles antennes.⁶⁴⁷

⁶⁴³ *Idem, ibidem.* p. 2.

⁶⁴⁴ *Idem, ibidem.* p. 2 e 5. No entanto, em 1981, o Tribunal de Contas publicou um relatório sobre as actividades do SPOCE emitindo algumas críticas, como a falta de rigor na manutenção das listas de destinatários das publicações, e recomendações, como a criação de um grupo interinstitucional para supervisionar a planificação das edições. Cf. COUR DES COMPTES – “Rapport spécial relatif aux pratiques en usage dans les institutions des Communautés européennes en matière de publication, d'impression et de reproduction des documents”. *JOCE*, n.º C 150 (19.06.1981), p. 1-18.

⁶⁴⁵ Sobre as iniciativas de descentralização na informação sindical, ver CHITTOLINA, Franco – “Quelques réflexions sur l'information syndicale des années 80”. In DASSETTO, Felice; DUMOULIN, Michel – *Op. cit.* p. 62-64.

⁶⁴⁶ (COM (1979) 701 final). p. 4.

⁶⁴⁷ MELICH, Anna – *Op. cit.* p. 120.

Outro instrumento importante da estratégia de informação era a Fototeca da Divisão Rádio-Televisão-Filmes que, em 1979, tinha disponibilizado 47.000 fotografias e diapositivos aos serviços da Comissão e a organizações externas.⁶⁴⁸ Já as visitas às instituições em Bruxelas constituíam um meio para estabelecer relações privilegiadas com os líderes de opinião, pelo que devia manter-se um esforço nesta área, apesar da necessidade de redução de custos. Também a participação em exposições, pelos compromissos financeiros avultados requeridos, tinha de ser cuidadosamente analisada, apostando-se antes nas pequenas exposições itinerantes e na entrega de materiais informativos às escolas e bibliotecas.⁶⁴⁹

Quanto à informação para os países terceiros, a Comissão resumia a sua estratégia da seguinte forma:

À l'extérieur de la Communauté, le but principal du programme d'information de la Commission est de faire comprendre et apprécier les réalisations de la Communauté et son rôle dans le monde. Mais elle a une tâche particulière et supplémentaire en Grèce, en Espagne et au Portugal, à savoir préparer l'adhésion de ces pays à la Communauté.⁶⁵⁰

Nestes países candidatos à adesão, os Gabinetes de Imprensa e Informação tinham como missão preparar publicações de base sobre a Comunidade para responder ao interesse crescente suscitado pelas negociações que estavam em curso. Os contactos directos deviam ser dirigidos aos chamados multiplicadores, nomeadamente através de convites para visitas de informação a Bruxelas. Nos países onde a Comunidade não tinha representação, os conselheiros de informação das embaixadas dos Estados-Membros, além de prepararem relatórios para o grupo de trabalho “Informação” do Conselho, mantinham contactos com a Direcção-Geral da Informação da Comissão que lhes fornecia a documentação solicitada para responder a pedidos de esclarecimento.⁶⁵¹

V.2. O “novo” Parlamento e a informação

Depois das primeiras eleições por sufrágio universal directo, nos dias 7 a 10 de Junho de 1979, o Parlamento Europeu procurou desempenhar um papel mais activo nos assuntos comunitários, nomeadamente através do exercício do seu poder de controlo

⁶⁴⁸ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Treizième rapport... (op. cit.)*. p. 37.

⁶⁴⁹ (COM (1979) 701 final). p. 5.

⁶⁵⁰ *Idem, ibidem*.

⁶⁵¹ *Idem, ibidem*. p. 6-7.

sobre as actividades da Comissão. Um sinal desta nova postura do Parlamento ficou patente por ocasião da apresentação do orçamento comunitário para 1980, pois os deputados rejeitaram a primeira proposta do Conselho. Assim, o orçamento final só foi aprovado em 9 de Julho de 1980.⁶⁵² No campo da informação, esta nova atitude materializou-se na apresentação do Relatório de Wolfgang Schall, em Dezembro de 1980, onde se fazia uma resenha e uma avaliação das actividades da Comissão, além de se procurar delimitar, com exactidão, as actividades de informação do próprio Parlamento.⁶⁵³

Quanto à acção da Comissão da CE, o relator define a sua missão nestes termos:

[...] la Commission doit, en toute priorité, informer l'ensemble des citoyens de la Communauté des fondements, du fonctionnement et des objectifs ainsi que des activités des Communautés dans leur ensemble. [...]. Dans cette mission générale d'information, elle ne peut être remplacée par aucun autre organe communautaire, pas même par le Parlement européen.⁶⁵⁴

A este propósito, a opinião de um funcionário, entrado ao serviço da Comissão na primeira metade da década de oitenta, é pouco favorável, pois considerava que a tendência da Comissão para divulgar informação em nome das instituições comunitárias, e não em nome próprio, acarretava uma grande confusão no trabalho diário.⁶⁵⁵ Portanto, vemos que no quotidiano a obrigação da Comissão de transmitir uma imagem global de todas as instituições europeias não era devidamente percebida.

No entanto, segundo a perspectiva do Parlamento, à Comissão cabia explicar ao público as medidas legislativas e executivas das instâncias comunitárias, realçando a sua importância e necessidade para a vida dos cidadãos. Portanto, competia-lhe difundir a mensagem europeia numa escala tão alargada quanto possível. Neste sentido, a Comissão devia apoiar-se numa rede de comunicações moderna e podia utilizar abordagens próprias das relações públicas, tanto nos Estados-Membros, como em relação aos países terceiros. Para estes últimos, o relator aconselhava «Il faut apporter toute l'aide voulue aux recherches et aux travaux scientifiques menés, dans les pays

⁶⁵² OLIVI, Bino; GIACONE, Alessandro – *Op. cit.* p. 155-156.

⁶⁵³ SCHALL, Wolfgang – *Op. cit.* Sobre a nova atitude do Parlamento relativamente à informação, ver POURVOYEUR, Robert – *Op. cit.* p. 198.

⁶⁵⁴ SCHALL, Wolfgang – *Op. cit.* p. 20.

⁶⁵⁵ CHITTOLINA, Franco – “Quelques réflexions ...”. In DASSETTO, Felice; DUMOULIN, Michel – *Op. cit.* p. 57.

tiers, sur la Communauté en fournissant la documentation nécessaire et en établissant des relations adéquates à cet effet».⁶⁵⁶

Quanto às escolhas da Comissão para a área da política de informação, o relator exprime uma opinião pouco favorável, considerando que as medidas políticas e administrativas não permitiram concretizar o objectivo subjacente à criação do serviço de informação, ainda na década de 1950. Uma dessas dificuldades resultou da persistente falta de colaboração entre o serviço do Porta-Voz e a Direcção-Geral da Informação, agravada pela ênfase em termos de meios atribuída ao primeiro.⁶⁵⁷ Mas, segundo Wolfgang Schall, tendo em conta o âmbito da política de informação no seu geral, os esforços deviam ser canalizados para a valorização da Direcção-Geral da Informação. De facto, a sua acção tinha uma alcance mais profundo já que

[...] contrairement au groupe du porte-parole qui diffuse des informations sur l'actualité, il incombe à la Direction générale de l'information de veiller au rayonnement de la Communauté et de sa politique, en fournissant des informations détaillées aux citoyens des Etats membres ainsi qu'à ceux des pays tiers.⁶⁵⁸

Além disso, na prática, a presença de informações sobre questões europeias nos meios de comunicação social estava a tornar-se cada vez mais rara. Por outro lado, os objectivos dos próprios Estados-Membros para a sua política de informação eram muitas vezes contraditórios em relação à perspectiva comunitária.⁶⁵⁹

Cumprindo ainda a sua intenção de avaliação das iniciativas da Comissão no campo da informação, o relator pronuncia-se sobre a reestruturação de 1977.⁶⁶⁰ A sua análise da reforma no sentido da descentralização da Direcção-Geral da Informação era pouco positiva pois, por exemplo, no caso da divisão Informação Agrícola, a sua reconversão em secção da Direcção-Geral da Agricultura tinha significado uma clara perda de influência e de capacidade de acção. Também a integração da divisão Juventude e Universidades na direcção geral Ciência e Educação tinha produzido efeitos semelhantes. Desta forma, no início dos anos oitenta, vivia-se uma situação de enfraquecimento da Direcção-Geral da Informação, com falta de coordenação e mesmo desconhecimento das actividades de informação da Comissão no seu geral. No caso dos

⁶⁵⁶ SCHALL, Wolfgang – *Op. cit.* p. 20.

⁶⁵⁷ Em 1981, José Luis Fernández García, faz uma descrição global das actividades tanto do Serviço do Porta-Voz como da DG Informação, cf. “La información en la Comunidad Económica Europea”. *Documentación de las ciencias de la información*. ISSN 0210-4210. Vol.º 5 (1981), p. 251-259.

⁶⁵⁸ SCHALL, Wolfgang – *Op. cit.* p. 24.

⁶⁵⁹ *Idem, ibidem.* p. 21- 24.

⁶⁶⁰ *Idem, ibidem.* p. 24-28.

gabinetes nacionais, assistia-se a uma sobreposição das perspectivas de cada país em relação à visão comunitária, devido à falta de coordenação central. Tudo isto era agravado pelo facto de os pedidos de informação estarem em constante aumento.⁶⁶¹

Um dos problemas mais significativos dizia respeito ao sector editorial, o qual absorvia perto de 30% dos recursos da Direcção-Geral da Informação, sem que houvesse um conhecimento efectivo das necessidades, planificação das actividades, racionalização dos meios ou avaliação dos resultados. Por outro lado, diferentes Direcções-Gerais da Comissão, e mesmo alguns gabinetes nacionais, preparavam de forma isolada as suas próprias edições, implicando esforços acrescidos em termos de redacção, de edição, de distribuição, pelo que Wolfgang Schall advogava a necessidade de criar uma coordenação central capaz de notáveis economias.⁶⁶² Portanto, parece que o Comité Consultivo das Publicações, criado em 1972 e referido anteriormente, não estava a cumprir a missão para a qual tinha sido designado. Aliás, as economias eram tanto mais necessárias que a área da informação sempre se tinha debatido com as desvantagens decorrentes de meios financeiros insuficientes. Ainda assim, a este propósito, pode ler-se no relatório que

[...] il faut se demander si l'objectif qui consiste à rendre l'Europe plus familière aux citoyens peut être atteint avec de l'argent. Seuls des résultats politiques visibles, tangibles pour le simple citoyen et manifestement favorables à ses conditions de vie, pourront susciter le large consensus dont l'Europe à venir a besoin pour progresser. Dans cette mesure, la politique d'information de la Commission et du Parlement ne pourra jamais jouer qu'un rôle auxiliaire, indispensable il est vrai.⁶⁶³

Além de abordar a política de informação da Comissão, o relatório Schall também trata das iniciativas de informação do Parlamento Europeu, procurando determinar a sua missão neste âmbito, avaliar a acção da sua Direcção-Geral da Informação e de Relações Públicas e formular propostas para a melhoria dos resultados neste campo.⁶⁶⁴ Aos serviços de informação do Parlamento cabia divulgar as actividades parlamentares, explicando o seu âmbito e a sua utilidade, por forma a aproximar a Assembleia Parlamentar dos cidadãos. Esta aproximação era tanto mais importante quanto os seus

⁶⁶¹ *Idem, ibidem.* p. 25-28.

⁶⁶² *Idem, ibidem.* p. 31-32.

⁶⁶³ *Idem, ibidem.* p. 39.

⁶⁶⁴ *Idem, ibidem.* p. 45-46.

membros tinham passado a ser eleitos por sufrágio universal.⁶⁶⁵ No âmbito nacional, os gabinetes exteriores do Parlamento partilhavam, em alguns casos, o mesmo espaço que os gabinetes da Comissão, considerando-se que esta opção era favorável a uma maior visibilidade das instâncias europeias e que podia ser particularmente vantajosa no caso dos serviços de documentação, permitindo uma maior racionalização de meios.⁶⁶⁶

O relator dedica algum cuidado às tarefas de informação inerentes a estes gabinetes de informação, referindo que lhes competia difundir «[...] une masse d'information sous forme d'ordres du jour, de comptes rendus abrégés pendant et après les périodes de sessions et de communiqués de presses sur les réunions de commission».⁶⁶⁷ Mas, se inicialmente este trabalho se dirigia sobretudo aos jornalistas, progressivamente o leque de destinatários interessados alargou-se, passando a incluir organismos oficiais ou os meios da indústria e dos negócios, pelo que «Il en est résulté une demande de documents spécialisés et la nécessité d'un service de documentation compétent», acrescentando mesmo que se tornava imperativo melhorar o acesso às bases de dados comunitárias, bem como a distribuição dos documentos produzidos no âmbito das actividades parlamentares.⁶⁶⁸ O aumento da procura de documentos do Parlamento era também provocado pela procura dos meios escolares e universitários. Enquanto os primeiros necessitavam sobretudo de material didáctico e de divulgação, já os meios do ensino superior procuravam documentação especializada sobre o trabalho do Parlamento.⁶⁶⁹

Por fim, as acções de informação do Parlamento incluíam, tal como no caso da Comissão, a organização de visitas às suas instalações em Bruxelas, no Luxemburgo e em Estrasburgo, além da edição de brochuras e outros tipos de documentos nas diversas línguas comunitárias. Sobre este sector, o relatório pronuncia-se a favor de um aumento e de uma diversificação das edições para responder à heterogeneidade dos públicos.⁶⁷⁰

⁶⁶⁵ Para uma panorâmica dos serviços de informação do Parlamento Europeu, ver DUQUE QUIJADA, Maria Arrate – *La biblioteca del Parlamento Europeo: organización y acceso a sus documentos*. Salamanca: Facultad de Traducción y Documentación, 1993. Memoria de diplomatura; EUROPEAN PARLIAMENT. DIRECTORATE-GENERAL FOR RESEARCH – *From shelves to databases: a history of the European Parliament's Library and Documentation Services*. Luxembourg: European Parliament, 1999 e MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – *La documentación y los servicios de información del Parlamento Europeo*. Gijón: Ediciones Trea, 2002. ISBN 84-9704-043-0. p. 142-182.

⁶⁶⁶ SCHALL, Wolfgang – *Op. cit.* p. 45 e 51.

⁶⁶⁷ *Idem, ibidem.* p. 53.

⁶⁶⁸ *Idem, ibidem.* p. 54.

⁶⁶⁹ *Idem, ibidem.* p. 55.

⁶⁷⁰ *Idem, ibidem.* p. 60-63.

O relatório Schall foi apresentado e discutido na sessão parlamentar de 12 de Janeiro de 1981, tendo-se, nessa ocasião, aprovado com algumas alterações à sua proposta de resolução.⁶⁷¹ O espírito geral da resolução segue as observações feitas ao longo da exposição de motivos do relatório, no entanto, não poderemos deixar de destacar algumas das suas determinações, pois é particularmente relevante que tenham sido publicadas no *Journal Officiel*, dando-lhes um alcance significativo. Assim, a resolução declara explicitamente que a política de informação era parte integrante das políticas institucionais dos órgãos comunitários, constituindo um instrumento indispensável para concretizar e favorecer as suas estratégias. Por outro lado, considera imprescindível o efectivo envolvimento de todas as Direcções-Gerais da Comissão nos programas anuais de informação, criticando a falta de cuidado demonstrada pela maioria por esta dimensão da sua actividade. Há mesmo a preocupação de dar orientações específicas de acção referindo-se por exemplo:

[...] les publications périodiques et occasionnelles sur des sujets déterminés devraient être plus accessibles au public dans leur contenu et leur forme, tout en reconnaissant l'importance de publications techniques ou semi-techniques pour les experts et ceux qui ont des intérêts spécifiques, et qu'il est donc préférable que les périodiques et les magazines destinés au grand public soient édités par les bureaux extérieurs situés dans les États membres, ces bureaux pouvant mieux tenir compte des données nationales et régionales que le bureau central.⁶⁷²

Quanto aos serviços de informação do Parlamento, aconselha-se a utilização dos meios informáticos para o armazenamento, a transmissão e a recuperação dos dados, possibilitando o seu acesso em qualquer parte do espaço comunitário.⁶⁷³

Constatamos, pois, que apesar de o Parlamento Europeu defender ciosamente a sua relação directa com os cidadãos, procurando criar os meios necessários para otimizar esse contacto, não se punha em causa o papel da Comissão na definição da política de informação. Pretendia-se apenas dar uma voz própria ao Parlamento no seu diálogo com o exterior. Curiosamente, o Conselho nunca se preocupou tão activamente com esta vertente.

⁶⁷¹ “Résolution sur la politique d’information de la Communauté européenne, de la Commission des Communautés européennes et du Parlement européen”. *JOCE*, n.º C 28 (09.02.1981), p. 74-81. No mesmo número do *Journal Officiel*..., ver igualmente as p. 39, 47 e 70-74 para conhecer os intervenientes no debate e os pontos alterados à proposta de resolução.

⁶⁷² “Résolution sur la politique d’information de la Communauté européenne...”. *JOCE*, n.º C 28 (09.02.1981), p. 77.

⁶⁷³ *Idem, ibidem*. p. 80.

V.3. Os limites de uma boa política de informação

No início da década de oitenta e apesar da recente primeira eleição do Parlamento Europeu, que se acreditava poder dar um novo impulso à construção europeia, viviam-se momentos difíceis para o projecto comunitário. De facto, as discussões sobre a parte do financiamento do Reino Unido para o orçamento da CEE, a reforma da política agrícola comum, o problema do orçamento comunitário ou a crise dos euromísseis no final de 1979 constituíram momentos de forte tensão.⁶⁷⁴ Este contexto é particularmente visível no programa de informação para 1981, elaborado na sua versão final apresentada pela Comissão apenas em Maio de 1981.⁶⁷⁵ Para compreender este atraso deveremos recordar que, em 6 de Janeiro de 1981, Gaston Thorn assume a liderança da Comissão Europeia e reformula a configuração dos serviços de informação, separando novamente o Grupo do Porta-Voz, que fica sob a sua alçada, da Direcção-Geral da Informação que fica sob a tutela do Comissário Lorenzo Natali.⁶⁷⁶

De facto, há a preocupação de referir o cenário problemático e por vezes mesmo conflituoso vivido pelos países-membros, com os efeitos negativos que isso trazia para a opinião pública, destacando-se o apoio muito diminuto que a Comunidade tinha na Dinamarca, no Reino Unido e na Grécia, país que tinha aderido em Janeiro de 1981. A este propósito, constatava-se

Ces attitudes vis-à-vis de la Communauté ne changeront pas de façon significative à moins que la Communauté ne surmonte ses problèmes actuels. Sans politique crédible, on ne peut pas avoir une bonne politique d'information. Pour la Commission, qui est souvent présentée comme le bouc émissaire, la situation actuelle exige qu'elle poursuive une politique d'information active pour défendre à la fois la Communauté et son propre rôle.⁶⁷⁷

Portanto, a Comissão não considera a política de informação como a panaceia capaz de resolver todos os problemas, tendo consciência que, mesmo construindo uma imagem positiva, não seria possível resolver os problemas reais e difíceis que o projecto europeu atravessava. No entanto, tal não significa que menospreze por completo a utilidade da política de informação e, por isso, reconhece a necessidade de uma postura

⁶⁷⁴ OLIVI, Bino; GIACONE, Alessandro – *Op. cit.* p. 152-164.

⁶⁷⁵ COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPEENNES – *Programme d'information: objectifs et moyens: communication de la Commission au Conseil*. Bruxelles, 04.05.1981. (COM (1981) 116 final).

⁶⁷⁶ CLERCQ, Daniel de – *Op. cit.* p. 33-34. Ver também COMMUNAUTÉ EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTÉ ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTÉ EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Quinzième rapport sur l'activité des Communautés européennes en 1981*. Luxembourg: OPOCE, 1982. ISBN 92-825-2812-X. p. 38.

⁶⁷⁷ (COM (1981) 116 final). p. 1.

activa neste domínio para defender os seus próprios interesses e os da Comunidade no seu geral, de acordo com o mandato de iniciativa e representação que os Tratados lhe atribuíam.

Assim, como objectivos em matéria de informação para 1981, a Comissão propunha-se reafirmar perante o público a necessidade de continuar o projecto comunitário, de realçar a importância das metas atingidas, de demonstrar os benefícios da procura de soluções conjuntas para alguns problemas e de apresentar a sua própria visão do futuro da Comunidade. Tudo isto deveria ser feito com o envolvimento do Parlamento, tirando partido das sinergias criadas, aquando da preparação da eleição de 1979.⁶⁷⁸ Para tal, a Comissão definia como prioridade centrar-se na explicação da actualidade, desenvolver os temas prioritários, bem como escolher os países e os meios preferenciais em termos de acções de informação. Quanto ao acompanhamento da actualidade, à DG X competia difundir a informação do centro para a periferia, prevendo-se a criação de uma ficha de informação com actividades de divulgação quando uma decisão importante fosse tomada, o que significava uma intensificação da cooperação entre os próprios serviços da Comissão para que todos estivessem sensibilizados para a “dimensão da informação”. No que respeita aos meios prioritários e, em particular, aos designados multiplicadores, a aposta ia para as publicações periódicas que se esperava atingissem os 500.000 leitores no final de 1982.⁶⁷⁹ Por fim, este documento aborda a questão dos meios financeiros e humanos para lamentar a diminuição do orçamento e constatar que, em termos de funcionários, os gabinetes exteriores viram os seus efectivos aumentarem, enquanto em Bruxelas o seu número foi diminuindo.⁶⁸⁰

Ainda em 1981, a Comissão apresenta ao Conselho um documento contendo orientações para a criação de um sistema de informação, aplicando tecnologia informática, a ser utilizado pelas instituições comunitárias e pelos Estados-Membros.⁶⁸¹

⁶⁷⁸ *Idem, ibidem.* p. 1.

⁶⁷⁹ *Idem, ibidem.* p. 2 e 4.

⁶⁸⁰ *Idem, ibidem.* p. 5.

⁶⁸¹ COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES – *Proposition de décision du Conseil relatif à la coordination des activités des États membres et des institutions de la Communauté en vue de l'établissement d'un système communautaire interinstitutionnel d'information.* Bruxelles, 06.07.1981 (COM (1981) 358 final). Em 1984, foi apresentado um novo documento COM sobre esta iniciativa, cf. COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES – *Proposition de décision du Conseil relative à la coordination des activités des États membres et des institutions de la Communauté, en vue de l'établissement d'un système communautaire inter-institutionnel d'information (INSIS).* Bruxelles, 03.12.1984. (COM (1984) 380). ISBN 92-77-01618-3. Ver também o “Avis sur la proposition de décision du Conseil relative à la coordination des activités des États membres et des institutions de la Communauté

Tratava-se do INSIS, sistema interinstitucional de informação, destinado a melhorar a eficácia do aparelho comunitário, com um grupo de 16.000 funcionários como utilizadores potenciais, espalhados pelos dez países-membros, distribuídos por sete instituições, falando sete línguas e em contacto quotidiano com 100.000 pessoas. A criação deste sistema obedecia a um duplo objectivo. Por um lado, a aplicação da tecnologia informática iria permitir melhorar a gestão do trabalho ao exigir a racionalização dos processos de troca e de acesso à informação. Por outro lado, iria estimular o desenvolvimento das telecomunicações ao nível europeu.⁶⁸² Esta preocupação com o aproveitamento da informática para o tratamento de dados tinha começado em 1977, com a criação do sistema CADDIA, base de dados aplicada à informação sobre importações e exportações no sector agrícola e foi sendo posteriormente alargada a todas as áreas de acção da Comunidade. Não iremos deter-nos na análise deste processo de incorporação da informática ao tratamento de dados, mas consideramos tratar-se de um vertente abrangida pelo âmbito da política de informação das instituições europeias, procurando otimizar os processos informacionais nas relações das instituições europeias entre si e com o exterior.⁶⁸³

V.4. Propostas para melhorar a difusão da informação

No programa de informação para 1982, a Comissão retomava a descrição das difíceis condições económicas vividas na Comunidade, o desencanto da opinião pública relativamente à construção europeia e enfatizava o sentimento de saturação do público face ao aumento da informação difundida, constatando que as mensagens técnicas e complexas enfrentavam cada vez mais problemas para chegarem aos destinatários. Neste contexto, definia-se como estratégia:

en vue de l'établissement d'un système communautaire interinstitutionnel d'information (INSIS)". *JOCE*, n.º C 44 (15.02.1985), p. 2-4.

⁶⁸² (COM (1981) 358 final). p. 2-3.

⁶⁸³ Para uma visão genérica das bases de dados das instituições comunitárias, em meados da década de 1980, ver GASKEL, Eric – "The library and documentation services of the Commission of the European communities". In HOPKINS, Michael, ed. – *Op. cit.* p. 96-101. Sobre o sistema CADDIA e INSIS ver a "Résolution portant avis du Parlement européen sur les propositions de la Commission des Communautés européennes relatives à: I une décision concernant la coordination des activités des États membres et des institutions de la Communautés en vue de l'établissement d'un système communautaire interinstitutionnel d'information: II une décision concernant la coordination des actions des États membres et de la Commission relatives à des activités préliminaires à un programme à long terme portant sur l'utilisation de la télématique dans les systèmes communautaires d'information sur les exportations et les importations ainsi que sur la gestion et le contrôle financier des organisations du marché agricole". *JOCE*, n.º C 125 (17.05.1982), p. 170-172. Sobre o INSIS, ver DIERICKX, Harold – "Information policy and libraries in the European Union". *Reference librarian*. ISSN 0276-3877, n.º 35 (1992), p. 22-25.

[...] notre action d'information ne peut se limiter à la seule diffusion des résultats positifs de la construction européenne, mais doit prendre en compte les interrogations nouvelles des citoyens en montrant comment la Communauté européenne est capable d'y répondre.⁶⁸⁴

No entanto, isto deveria ser feito tendo em conta a receptividade do público, recorrendo aos dados fornecidos pelas sondagens do *Eurobarómetro*. Assim, como notou observou Konstandinos Kaïopoulos

[...] il ne s'agit pas seulement d'expliquer et d'informer, mais aussi de *s'informer* et de *s'expliquer*. S'informer des réticences et des critiques des divers milieux et des différents pays, afin d'y apporter une réponse. De plus l'analyse scientifique de l'état d'esprit des citoyens, par le moyen d'Euro-baromètre et d'autres sondages d'opinion, permet à la Commission de connaître de façon systématique et régulière l'accueil réservé par l'opinion publique à ses propositions et décisions et les attentes des citoyens en vue d'orienter son action d'information et d'en tenir compte dans la formulation de ses politiques.⁶⁸⁵

Todavia, esta abordagem encontrava-se de certa forma limitada, porque a mensagem europeia propunha-se «[...] convaincre le citoyen européen que la Communauté est un instrument permanent et sans alternative valable pour faire face aux problèmes qui dépassent la dimension nationale».⁶⁸⁶ De resto, os cidadãos dos Estados-Membros continuavam a ser a principal meta do investimento das actividades de informação, havendo uma preocupação especial com os jovens e uma tendência para a formulação de mensagens adaptadas às realidades regionais. Já nos países exteriores à Comunidade, os meios políticos e as elites sócio-económicas continuavam a ser os destinatários privilegiados das acções de informação.⁶⁸⁷

No que respeita aos meios de difusão da mensagem europeia, lamentava-se o financiamento muito aquém das necessidades, obrigando a um reexame das estratégias de informação. Neste sentido, continuavam a analisar-se as orientações em termos de publicações, tendo em vista a racionalização das edições de todos os serviços da

⁶⁸⁴ COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme d'information pour 1982: communication de la Commission au Conseil*. Bruxelles, 09.02.1982. (COM (1982) 3 final).

⁶⁸⁵ KAÏOPOULOS, Konstandinos D. – *De l'information à la communication: la Communauté européenne à la recherche d'une image médiatique*. Corfu: Univ. Ionio Panepistimio 1992. p. 50.

⁶⁸⁶ (COM (1982) 3 Final). p. 2. Aliás, este argumento é retomado no relatório de actividades de 1982, cf. COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Seizième rapport sur l'activité des Communautés européennes en 1982*. Luxembourg: OPOCE, 1983. ISBN 92-825-3426-X. p. 36.

⁶⁸⁷ (COM (1982) 3 final). p. 4-5.

Comissão. A mesma abordagem estava a ser levada a cabo em relação às visitas, advertindo-se para a necessidade de definir grupos prioritários e de preparar um acompanhamento dos resultados deste tipo de iniciativa.⁶⁸⁸

Este programa de informação para 1982 aborda já a necessidade de preparar a campanha de informação para as segundas eleições para o Parlamento Europeu previstas para 1984.⁶⁸⁹ No mesmo sentido, em Janeiro de 1983, o deputado europeu Bouke Beumer apresentou um relatório à Assembleia Parlamentar, tendo sido também aprovada uma resolução.⁶⁹⁰ No relatório Beumer, constata-se que o bloqueio do processo de decisão europeia estava a provocar uma diminuição do interesse da opinião pública, mas que, apesar de tudo, a integração dos Estados-Membros era cada vez maior, o que exigia uma informação mais aprofundada. Neste contexto, apostava-se exclusivamente nos meios de comunicação social (jornais, rádio e televisão) para difundir uma campanha de sensibilização, a fim de motivar a participação eleitoral. Esta campanha partia da constatação da necessidade de desenvolver uma informação intensa e prolongada para melhorar e aprofundar o conhecimento dos cidadãos relativamente às actividades do Parlamento, dando a conhecer as iniciativas tomadas durante a sua primeira legislatura, depois de eleito por sufrágio universal directo. Iria tratar-se de uma campanha muito mais politizada que a de 1979, com uma forte intervenção dos partidos, mas isso não invalidava a necessidade de uma informação objectiva e neutra. Um aspecto a merecer particular cuidado, por parte do relator, dizia respeito à atribuição do financiamento para a campanha e aos cuidados necessários para não cair em exageros nocivos para a imagem de rigor e credibilidade da instituição parlamentar europeia.⁶⁹¹

Ainda em 1984, o Parlamento Europeu, através do relator Olaf Schwencke, publicou dois relatórios sobre a constituição de uma biblioteca comunitária.⁶⁹² A

⁶⁸⁸ *Idem, ibidem*. p. 6.

⁶⁸⁹ *Idem, ibidem*. p. 5.

⁶⁹⁰ BEUMER, B. – *Rapport fait au nom de la commission de la jeunesse, de la culture, de l'éducation, de l'information et des sports sur la politique d'information des Communautés européennes pour les élections directes de 1984*. Parlement Européen, 14.01.1983. (Document 1-1058/82) e “Résolution sur la politique d'information des Communautés européennes en ce qui concerne les élections de 1984”. *JOCE*, n.º C 68 (14.03.1983), p. 109-112.

⁶⁹¹ BEUMER, B. – *Op. cit.* p. 11-20.

⁶⁹² SCHWENCKE, Olaf – *Rapport fait au nom de la commission de la jeunesse, de la culture, de l'éducation, de l'information et des sports sur la constitution d'une bibliothèque communautaire: partie A: proposition de résolution*. Parlement Européen, 15.03.1984. (Document 1-1524/83/A) e SCHWENCKE, Olaf – *Rapport fait au nom de la commission de la jeunesse, de la culture, de l'éducation, de l'information et des sports sur la constitution d'une bibliothèque communautaire: partie B: exposé des motifs*. Parlement Européen, 26.03.1984. (Document 1-1524/83/B). O primeiro relatório deu origem a uma resolução publicada no *Journal officiel...*, cf. “Résolution sur la constitution d'une bibliothèque communautaire”. *JOCE*, n.º C 117 (30.04.1984), p. 161-164. Sober isto ver MARTYN, John

iniciativa deste projecto tinha partido, em final de 1982, de um grupo de deputados que apresentara uma proposta de resolução, submetida depois à análise da Comissão da Juventude, da Cultura, da Educação, da Informação e do Desporto. De acordo com Olaf Schwencke, esta diligência tinha chamado a atenção para o facto de ser necessário desenvolver uma política no âmbito de bibliotecas, mas considerava que a abordagem proposta não sabia tirar partido das vantagens decorrentes dos progressos tecnológicos, em termos de tratamento da informação e de telecomunicações, propondo apenas uma transposição do modelo das bibliotecas nacionais para o âmbito comunitário. Mas a ideia da proposta de resolução, e que vigorou depois na resolução, foi a de «[...] un système d'information informatisé avec stockage central de toutes les données bibliographiques relatives à l'Europe et possibilité consultation décentralisée» deveria ser

[...] l'unité de compilation de la littérature relative à l'Europe sous forme de banque de données disposant d'un catalogue central européen et jouant le rôle de système de renseignement, la plaque tournante d'un système efficace reliant les bibliothèques nationales, les bibliothèques des institutions de la Communauté, de l'institut universitaire européen et les centres de documentation, ainsi que d'autres bibliothèques importantes.⁶⁹³

Quanto ao âmbito coberto, privilegiavam-se os domínios da História, do Direito, da Economia, da Ciência Política e das Ciências Sociais, bem como a Cultura e a Literatura. Além disso, também deveria incluir os estudos elaborados no seio das instituições europeias, a política europeia para a paz e segurança, a política de cooperação e a Europa de Leste. Aliás, na exposição de motivos considerava-se necessário determinar as lacunas das bibliotecas especializadas em assuntos europeus existentes para que a nova entidade a criar representasse de facto uma mais-valia.⁶⁹⁴

À Comissão competia promover estudos no sentido de concretizar este projecto, tendo em conta aspectos como os direitos de autor, a formação profissional dos bibliotecários ou a aplicação das normas de descrição internacionais. Deveria igualmente preocupar-se em fomentar a cooperação com as bibliotecas europeias.⁶⁹⁵ Em termos logísticos, propunha-se que a biblioteca europeia fosse criada junto ao Instituto

– *Information involvements of the European Community*. London: British Library, 1987. (British Library Research Paper; 19). ISBN 0-7123-3123-9. p. 22-24.

⁶⁹³ “Résolution sur la constitution...”. *JOCE*, n.º C 117 (30.04.1984), p. 162.

⁶⁹⁴ SCHWENCKE, Olaf – *Op. cit.* (Document 1-1524/83/B). p. 5.

⁶⁹⁵ *Idem, ibidem*. p. 6-7.

Universitário de Florença, como instituto comunitário independente e com uma linha de financiamento própria.

Deveremos realçar que, em nenhum momento, as iniciativas nesta área são relacionadas com a política de informação, optando-se antes pela ligação à política cultural das instâncias comunitárias.

Aliás, em 1985, a DG X sofreu nova reformulação e passou a designar-se Direcção-Geral para a Informação, Comunicação e Cultura. Assim, passou a ocupar-se das políticas culturais e audiovisuais no âmbito europeu. No entanto, à época, não havia uma política cultural europeia nem sequer coordenação das políticas culturais nacionais de cada um dos Estados-Membros.⁶⁹⁶

Entre 1983 e 1985, deveremos ainda realçar as iniciativas de informatização do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (SPOCE),⁶⁹⁷ no sentido não só de melhorar os processos de edição mas também facilitar o acesso do público à informação produzida, nomeadamente com o aperfeiçoamento dos métodos de indexação e a elaboração de catálogos.⁶⁹⁸ Em 1980, Michael Hopkins, considerava que os problemas de controlo bibliográfico das publicações comunitárias derivavam da natureza muito fragmentada das actividades de publicação das instituições.⁶⁹⁹ De facto, ainda que o SPOCE fosse encarregue de coordenar as edições quem decidia a sua feitura eram os serviços produtores/autores e, por isso, as observações acerca de desperdícios e duplicações são recorrentes ao longo dos anos.

V.5. Avaliação do investimento em informação

No ano da entrada de Portugal e da Espanha na CEE, em Abril de 1986, o Parlamento Europeu elaborou novo relatório sobre a área da informação, em

⁶⁹⁶ CLERCQ, Daniel de – *Op. cit.* p. 35.

⁶⁹⁷ Sobre a criação e a evolução das funções do SPOCE, ver “A publisher for Europe: twenty five years of EUR-OP (Office for Official Publications of the European Communities)”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 1 (1995), p. 23-24 e BRAY, William – “EUR-OP: Europe’s Publisher”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 27, n.º 1 (1996), p. 11-12.

⁶⁹⁸ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L’ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L’ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Dix-septième rapport sur l’activité des Communautés européennes en 1983*. Luxembourg: OPOCE, 1984. ISBN 92-825-4190-8. p. 39-40; COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L’ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L’ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Dix-huitième rapport sur l’activité des Communautés européennes en 1984*. Luxembourg: OPOCE, 1985. ISBN 92-825-4859-7. p. 43-44 e COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Décimo nono relatório geral sobre a actividade das Comunidades Europeias 1985*. Luxemburgo: SPOCE, 1986. ISBN 92-825-5785-5. p. 52.

⁶⁹⁹ HOPKINS, Michael – “Gaps and inadequacies in the bibliographic control of the publications of the European Communities”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 32, n.º 9 (1980), p. 350-356.

colaboração com a Comissão da Juventude, Cultura, Educação, Informação e Desporto, mas por iniciativa da Comissão do Controlo Orçamental, pelo que incidiu sobre a eficácia, a produtividade e os resultados do financiamento atribuído às iniciativas de informação.⁷⁰⁰ Nas palavras do relator, Heinrich Aigner, os membros do Parlamento estavam conscientes das carências em termos de difusão da informação, tanto no interior como no exterior da Comunidade, apesar de o orçamento e do número de funcionários adstritos a este campo serem significativos. Neste sentido, a opinião sobre as iniciativas da Direcção-Geral competente não era muito favorável, preconizando-se uma valorização efectiva da imagem da Comunidade. Esta ineficácia derivava de razões imputáveis à DG e de razões que lhe eram exteriores. Assim, um dos problemas residia no facto de os Gabinetes de Informação nos Estados-Membros não disporem de um orçamento anual adequado e previsto com antecedência. Por outro lado, os recursos técnicos disponíveis nem sempre eram aproveitados, citando-se o caso do estúdio de televisão da Comissão só muito raramente utilizado. Além disso, importava não desperdiçar os recursos por inúmeras acções de informação desligadas entre si mas, antes, concentrar os esforços em iniciativas de maior alcance, de acordo com objectivos e grupos-alvo preferenciais.⁷⁰¹

Abordam-se ainda os meios de difusão da informação, com uma ênfase especial para os meios de comunicação social, advogando-se, por isso, uma atenção especial no tratamento dado aos jornalistas de maneira a facilitar o seu trabalho. No entanto, também são tidas em conta as potencialidades das exposições, da participação em feiras, seminários e colóquios ou dos contactos pessoais de funcionários comunitários com entidades representativas de certos grupos de interesses. A propósito dos públicos Heinrich Aigner é da opinião que «Les écoles, précisément, représentent un grand “marché” potentiel de l’information: on y constate un manque profond de connaissances sur les tâches et le fonctionnement des institutions européennes».⁷⁰²

Quanto às publicações, nomeadamente as brochuras publicadas pelos SPOCE sobre o Parlamento, a Comissão do Controlo Orçamental manifesta uma visão muito crítica referindo a este propósito que

⁷⁰⁰ AIGNER, Heinrich – *Rapport fait au nom de la Commission du contrôle budgétaire sur les aspects du contrôle budgétaire relatifs aux bureaux de presse et d’information de la Communauté européenne*. Parlement Européen, 03.04.1986. (Document A2-11/86).

⁷⁰¹ *Idem, ibidem*. p. 8-9.

⁷⁰² *Idem, ibidem*. p. 10.

[...] il n'était que trop fréquent que les publications n'aient pas de contenu tangible, qu'elles n'apportent aucune information soigneusement rédigée à l'intention de l'opinion publique sur les compétences du Parlement ni qu'elles n'exposent pas de manière suffisamment professionnelle les travaux du Parlement. [...] le contenu des brochures (ainsi que celui des communiqués de presse importants) devrait faire l'objet d'une concertation préalable avec les instances politiques concernées.⁷⁰³

Sobre o pessoal responsável pela área da informação, a opinião não é igualmente muito favorável, pois lamenta-se, mais uma vez, que muitos deles não tenham formação adequada, considerando-se que a área jornalística seria a mais adequada para o efeito. Mesmo em relação às chefias, a avaliação é muito pouco positiva. Tudo isto tinha obviamente um efeito sobre os resultados e, inclusive, sobre a sua percepção errada pois, na opinião do relator não bastava contabilizar as chamadas telefónicas ou os milhares de visitantes das instituições, impunha-se, antes, conhecer o verdadeiro impacto das acções de informação analisando os artigos da imprensa, os comentários radiofónicos ou a participação em programas de televisão. No fundo, tratava-se de saber em que medida o cidadão considerava a Europa próxima de si. Aliás, para facilitar esta aproximação, a Comissão do Controlo Orçamental propunha a criação de um serviço central de informação e de reclamação, acessível a todos os cidadãos. Tratava-se de ir além da abordagem geral dos Gabinetes de Informação, o que permitiria à Comissão tomar consciência das necessidades dos cidadãos e melhor adaptar a sua política de informação.⁷⁰⁴

No entanto, nesta altura existia já um instrumento de medição do impacto das iniciativas de informação das instituições europeias. Tratava-se do já referido Eurobarómetro o qual, desde a sua criação, incluía periodicamente uma pergunta sobre a opinião dos inquiridos acerca do seu grau de informação sobre o projecto europeu. Ora, os resultados demonstram que, na média dos países-membros, havia sempre mais de 60% dos inquiridos que se considerava mal informado acerca da temática europeia. Por outro lado, apenas uma pequena minoria, de perto de 10%, afirmava recorrer às unidades de informação europeias.⁷⁰⁵

⁷⁰³ *Idem, ibidem.* p. 13-14.

⁷⁰⁴ *Idem, ibidem.* p. 14-15.

⁷⁰⁵ Sobre uma análise dos dados relativos à informação dos cidadãos apresentados no Eurobarómetro, entre 1973 e 1991, ver DUMONT, Bérengère – *La politique d'information des institutions européennes (Parlement et Commission)*. Bruxelles: Université libre de Bruxelles, 1996. Tese de licenciatura. p. 21-32.

V.6. Primeira ênfase no binómio informação-comunicação

Ainda em 1986, a Comissão da Juventude, da Cultura, da Educação, da Informação e do Desporto do Parlamento Europeu apresentou um relatório, elaborado pelo deputado Gianni Baget Bozzo, sobre a política de informação da Comunidade Europeia.⁷⁰⁶ Na exposição de motivos, o relator distancia-se das anteriores abordagens preconizadas para a política de informação pelos seus colegas Willem Schuijt e Wolfgang Schall, por discordar das suas propostas demasiadamente institucionais, desadequadas numa altura em que as instituições comunitárias eram encaradas pela opinião pública com desconfiança ou com indiferença. Paralelamente, propõe novas soluções mais consentâneas com as características da sociedade de então. Assim, constata que progressivamente os povos europeus estavam a viver um processo de homogeneização de práticas sociais, culturais, económicas e mesmo políticas, em grande parte por influência dos meios audiovisuais do EUA, mas simultaneamente nos cidadãos de cada Estado-Membro predominava o sentimento de pertencer a entidades diferentes umas das outras, subestimando-se os traços comuns entre os países europeus.⁷⁰⁷ Paralelamente, constata que a Comunidade Europeia não era um assunto preferencial de informação, não havendo a percepção por parte da opinião pública da importância real das decisões comunitárias na sua vida quotidiana.

Para ultrapassar esta situação, o deputado Baget Bozzo propõe duas linhas de acção. Por um lado, considera que a política de informação sobre a Comunidade deve centrar-se na transmissão de mensagens e não apenas na transmissão de notícias. Isto implicava a selecção de temas preferenciais de informação, desenvolvidos de acordo com as características dos receptores virtuais já que nas suas palavras «[...] on note, entre les peuples et les institutions de la Communauté, une absence de langage qui rend la communication impossible».⁷⁰⁸ Por outro lado, é da opinião que os Estados-Membros devem ser chamados a participar mais activamente na política de informação europeia, fomentando o interesse da opinião pública do seu país pelas outras nações europeias, enfatizando as profundas semelhanças existentes entre todos e proporcionando quadros

⁷⁰⁶ BAGET-BOZZO, Gianni – *Rapport fait au nom de la commission de la jeunesse, de la culture, de l'éducation, de l'information et des sports sur la politique d'information de la Communauté européenne*. Luxembourg: OPOCE, 06.10.1986. ISBN 92-77-17738-1. (PE DOC A 2-111/86).

⁷⁰⁷ Esta opinião remete-nos para a questão do multiculturalismo no âmbito da UE, sobre esta temática ver KASTORYANO, Riva, org. – *Que identidade para a Europa? O multiculturalismo e a Europa: o problema da identidade europeia*. Lisboa: Editora Ulisseia, 2004. ISBN 972-568-504-X e RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, coord. – *Identidade europeia e multiculturalismo*. Coimbra, Quarteto, 2002. ISBN 972-8717-53-9.

⁷⁰⁸ BAGET-BOZZO, Gianni – *Op cit.* Cf. p.15 e 21; citação da p. 15.

explicativos para as diferenças. Tratava-se de estabelecer uma comunicação de país a país, sem relações de superioridade ou de inferioridade. Nesta dinâmica as instituições comunitárias teriam um papel central, pois «Il ne s'agit pas de lancer une politique de l'information qui serait du marketing ou de la propagande mais de faire des institutions européennes un centre de promotion de la connaissance de l'Europe sous ses multiples aspects».⁷⁰⁹

Paralelamente, o relator defende a importância da ligação entre informação e comunicação para a política de informação europeia ao afirmar:

Une politique d'information conçue sans une politique de communication est une politique sans raison d'être, et aucune célébration symbolique, aucune fête, aucun prix, aucun tournoi ne peut combler le vide politique causé par l'échec de fait de l'idée et des structures politiques de la Communauté.⁷¹⁰

Esta ideia é reforçada na proposta de resolução sobre a política de informação europeia, incluída no relatório e posteriormente aprovada em sessão parlamentar e publicada no *Jornal Oficial* em Janeiro de 1987.⁷¹¹ Nesta resolução é ainda dada uma definição de informação, caracterizada nestes termos:

[...] por informação se entende a produção de informações rápidas, práticas, claras e adaptadas à diversidade cultural e funcional dos receptores, sobre as actividades da Comunidade e, por outro lado, a recolha de informações relativas às necessidades e exigências dos cidadãos em relação à Comunidade.⁷¹²

Vemos, portanto, que nesta acepção a informação implicava igualmente um processo de retorno de dados capazes de caracterizar os outros elementos do sistema. Aliás, a preocupação em cativar a atenção dos cidadãos europeus era apresentada como a marca distintiva da política de comunicação:

⁷⁰⁹ *Idem, ibidem*. p. 16.

⁷¹⁰ *Idem, ibidem*. p. 22. Segundo Mariano Sánchez Martínez, em Abril de 1985, o comissário Ripa di Meana tinha já apresentado à Comissão uma comunicação intitulada *Orientations et objectifs 1985-1988 de la politique d'information et de communication de la Commission*. (SEC (1985) 852/final), cf. SANCHEZ MARTINEZ, Mariano – *Op. cit.* p. 168-171. Também Alfredo Corbalan se refere a este documento, cf. CORBALAN, Alfredo – *La politique d'information et de communication menée par la Commission européenne depuis 1985*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 2000. Tese de licenciatura. p. 29-31. No entanto, apesar dos nossos esforços não conseguimos obter o documento original para conferir estas informações. De facto, o acesso aos textos com menos de trinta anos, ainda não depositados nos arquivos históricos, e anteriores à elaboração sistemática dos documentos em formato digital, ou seja para o período compreendido genericamente entre finais dos anos setenta e meados dos anos noventa, é actualmente muito difícil.

⁷¹¹ “Resolução sobre a política de informação da Comunidade Europeia”. *JOCE*, n.º C 7 (12.01.1987), p. 111-114.

⁷¹² *Idem, ibidem*. p. 112.

Ces services d'information sont cependant conçus comme des simples instruments par rapport aux activités de la Communauté alors que la politique de communication a pour objet principal celui d'éveiller l'attention de ceux qui ne s'intéressent pas aux réalités européennes. [...] L'information suppose un intérêt préexistant de l'utilisateur et son but ne peut qu'être celui de fournir un service à ceux qui le demandent.⁷¹³

No mesmo sentido, Manuel Santarelli, na altura funcionário da Comissão, acrescentava: «[...] il nous faut conjuguer pour accéder au grand public, une action de communication et une action d'information, car communication et information sont indissociables». Para concretizar esta ligação começaram a organizar-se campanhas de informação envolvendo acções multimédia, integrando o uso das imagens, fixas e em movimento, de debates, de manifestações culturais e desportivas, enfim «[...] manifestations où le cœur et les sentiments jouent un plus grand rôle que l'intellect [...], toutes sortes de manifestations articulées du thème européen et selon un scénario adapté à chaque campagne, à chaque pays, à chaque région».⁷¹⁴

A proposta do relatório ia no sentido de criar uma política europeia de comunicação, aproveitando as potencialidades da telemática e da informática, prevendo-se que a sua acção acarretasse profundas modificações nas instituições comunitárias.⁷¹⁵ Assim, o relator recomenda uma colaboração muito estreita entre todas as instituições comunitárias e os Estados-Membros, realçando os aspectos tradicionalmente invocados a este respeito, como a necessidade de aumentar o financiamento, de reforçar a cooperação e a descentralização dos intervenientes, de aproveitar os meios de sondagem da opinião pública do *Eurobarómetro* e de racionalizar a produção e a distribuição de publicações.⁷¹⁶

V.7. Um novo sector de acção: os meios empresariais

Em 1983, celebrou-se o ano europeu das Pequenas e Médias Empresas (PME), o que promoveu uma análise dos problemas deste sector de actividade, sobressaindo desse conjunto as questões da informação.⁷¹⁷ Três anos mais tarde, em 1986, foi assinado o Acto Único Europeu, onde se assumia a concretização do mercado único como um

⁷¹³ BAGET-BOZZO, Gianni – *Op. cit.* p.21.

⁷¹⁴ SANTARELLI, Manuel – “L'information du citoyen européen”. In DASSETTO, Felice; DUMOULIN, Michel – *Op. cit.* p. 70.

⁷¹⁵ BAGET-BOZZO, Gianni – *Op. cit.* p. 17.

⁷¹⁶ “Resolução sobre a política de informação...”. *JOCE*, n.º C 7 (12.01.1987), p. 113.

⁷¹⁷ Sobre a importância das PME, ver SIDJANSKI, Dusan – *Op. cit.* p. 148-149.

objectivo comunitário que iria trazer, naturalmente, um novo contexto para a acção das PME. Em 1987, surgiu o Programa de Acção para o Crescimento do Emprego, no qual a Comissão Europeia dedicou novamente especial atenção às PME.

Já em 1988, a Comissão produziu uma comunicação sobre a elaboração de uma política comunitária da estatística e de um plano de acção no domínio da informação estatística.⁷¹⁸ Partia-se do pressuposto de que a informação estatística constituía uma importante infra-estrutura para o funcionamento do mercado único, pois facilitaria a transparência e as actividades dos operadores económicos, afirmando-se mesmo que «O funcionamento eficaz de qualquer sistema de mercado [...] depende do acesso a uma informação pertinente, fiável e disponível no momento adequado».⁷¹⁹ Desta forma, fazia-se depender uma parte do sucesso do mercado único de uma infra-estrutura de informação estatística capaz de suportar as suas determinações. Para esse efeito, era necessário aumentar os recursos financeiros atribuídos à recolha, tratamento e armazenamento de informação estatística, com base na definição de um novo programa estatístico onde se explicitariam as relações entre as políticas comunitárias e as suas implicações estatísticas.⁷²⁰

V.7.1. A criação da rede dos Euro Info Centre

Neste contexto, foram criados os Gabinetes Comunitários para as Empresas ou Euro Info Centre (EIC), no intuito de otimizar a comunicação entre os serviços da Comissão e as PME, pois considerava-se insuficiente o trabalho desenvolvido pelos Gabinetes de Imprensa e Informação nos diferentes Estados-Membros, já que a sua missão estava centrada na informação de carácter geral.⁷²¹ Ora, com o aproximar da concretização do mercado único em 1992, tornava-se vital fornecer às PME

⁷¹⁸ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão relativa à elaboração de uma política comunitária da estatística e de um plano de acções prioritárias no domínio da informação estatística*. Luxemburgo: SPOCE, 29.04.1988. (COM (1988) 248 final). ISBN 92-77-35853-X. Em Junho do mesmo ano, o Conselho aprova uma resolução onde se afirma consciente de que a disponibilidade de informação sobre a Comunidade é de particular importância para as empresas; cf. “Resolução do Conselho de 30 de Junho de 1988 relativa à melhoria do enquadramento das empresas e à promoção do desenvolvimento das empresas, em especial das pequenas e médias empresas, na Comunidade (88/C/197/04)”. *JOCE*, n.º C 197 (27.07.1988), p. 6-7.

⁷¹⁹ (COM (1988) 248 final). p. 2.

⁷²⁰ *Idem, ibidem*. p. 6. Sobre as publicações estatísticas, ver HOPKINS, Michael; BINGHAM, George – *The business use of European Communities information in the United Kingdom*. London: British Library Research and Development Department, 1987. ISBN 0-7123- 3113-1. p. 60-61.

⁷²¹ Sobre o início do funcionamento desta rede, ver RAMSAY, Anne – “EuroInfoCentres: concept, operation and prospects”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1989), p. 40-41 e RAMÍREZ GARCÍA, Noemí – *El papel de los Centros de Documentación Europea*. Salamanca: Escuela de Biblioteconomía y Documentación, [s.d.]. Memoria final. p. 16-20.

informações e serviços que lhes permitissem tirar partido desse novo contexto, pois, no geral, a maioria manifestava um grande desconhecimento sobre o assunto.⁷²² Aliás, um relatório inglês, de 1983, sobre o acesso à informação europeia por parte das empresas demonstrava que esse acesso era fundamental para um efectivo aproveitamento das oportunidades de negócio oferecidas pelo espaço comunitário, verificando-se também que apenas as grandes empresas dispunham de funcionários dedicados ao acompanhamento da evolução da legislação europeia, o que lhes permitia fazer *lobbying*.⁷²³ Assim, os EIC foram apresentados como um eixo prioritário da política a favor das PME.⁷²⁴ Na mesma linha, em 1989, a Comissão criou uma equipa de conferencistas especializados, a Team 92, para informar o público sobre o desafio do mercado único de 1992.⁷²⁵

O objectivo da criação dos EIC era o de

Aproximar a Comunidade das empresas pondo à disposição – sob a forma mais acessível – qualquer informação comunitária susceptível de ser utilizada na gestão quotidiana das empresas: informações relativas ao mercado, nomeadamente concursos públicos, às legislações, normas e regras técnicas, aos programas de Investigação e Desenvolvimento, à cooperação industrial, aos financiamentos, à formação.⁷²⁶

Portanto, em termos de actividades, competia aos EIC responder às necessidades de informação sobre as acções comunitárias, sobretudo no campo do mercado interno e das políticas de intervenção comunitária, prestar assistência e aconselhar as empresas nas suas diligências de candidatura a programas comunitários, ajudando-as no cumprimento das formalidades necessárias, e colaborar com os Gabinetes de Imprensa e

⁷²² Deveremos notar que este foi um mercado aproveitado pelas empresas criadoras e fornecedoras de bases de dados especializadas em informação europeia. Cf. HANSON, Terry – “The EC 1992 databases from Deloitte Haskins and Sells”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 1 (1989), p. 16-17 e SPENCER, Nigel – “Business information sources for Europe”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1991), p. 40-42. Por outro lado, este foi também um período de crescimento editorial para os livros relacionados com os assuntos europeus, cf. HOPKINS, Michael – “Review: The documentation of the European Communities: a guide”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 1 (1990), p. 33. Ver igualmente COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Bancos de dados com interesse para as empresas*. Luxemburgo: SPOCE, 1989.

⁷²³ Cf. HOGAN, Jim – “Europe and the business community”. In HOPKINS, Michael, ed. – *Op. cit.* p. 151-152 e HOPKINS, Michael; BINGHAM, George – *Op. cit.* p. 18-20, sobre a importância do *lobbying* da área empresarial durante a fase de elaboração da legislação comunitária, ver p. 35-36.

⁷²⁴ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Documento de trabalho da Comissão: gabinetes comunitários para empresas*. Bruxelas, 19.06.1987. (COM (1987) 152 final).

⁷²⁵ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *XXII Relatório geral sobre a actividade das Comunidades Europeias 1988*. Luxemburgo: SPOCE, 1989. ISBN 92-825-9352-5. p. 50.

⁷²⁶ (COM (1987) 152 final). p. 2.

Informação da Comunidade nas iniciativas de informação para um público mais vasto.⁷²⁷ Para levar a cabo este programa, os EIC integravam-se em organismos já inseridos no tecido industrial local, como associações industriais ou câmaras de comércio. Faziam, pois, parte de estruturas pré-existentes, habituadas a responder às preocupações quotidianas das empresas.⁷²⁸ Contudo, deveremos notar que certos países-membros da CEE, nomeadamente o Reino Unido, tinham já disponibilizado serviços de apoio às empresas para o acesso a informação europeia.⁷²⁹

A estes organismos de acolhimento cabia suportar os custos dos recursos humanos e disponibilizar o espaço físico para a instalação do EIC, enquanto a Comissão garantia a documentação comunitária de base e as suas actualizações, o acesso a bases de dados institucionais, bem como a formação do pessoal, podendo ainda no primeiro ano de operações dar uma contribuição financeira limitada. Em termos de público-alvo, era dada prioridade às empresas com menos de 500 assalariados e aos candidatos à criação de empresas, em especial os jovens. Além de fornecer informação às PME, os EIC deveriam também recolher dados para melhor caracterizar as suas necessidades, a fim de informar a Comissão, permitindo, desta forma, criar um verdadeiro canal de comunicação entre os meios comunitários e o meio empresarial.⁷³⁰

Quanto aos resultados, a Comissão esperava aumentar a integração das empresas na dimensão comunitária através de um acesso à informação mais facilitado, com estas unidades a funcionarem como transmissores descentralizados. De facto, a actividade de informação era essencial e especificam-se mesmo as suas modalidades, a saber:

[...] a gestão do fundo documental fornecido pela Comissão, a gestão do “relatório” fornecido pela Task Force PME no âmbito do projecto, a gestão da consulta documental, a elaboração de fichas práticas de alcance geral, a

⁷²⁷ Para a descrição dos serviços oferecidos por vários Euro Info Centre, ver TRAILL, Ian E. – “Connecting Europe with Scottish business: the future role of the EuroInfoCentre in a decentralised European region”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 9 (2000), p. 13-24 e, para o EIC de Valência (Espanha), MOMPÓ, Vicente – “Los Centros Europeos de Información Empresarial”. *Métodos de información*. ISSN 1134-2838. Vol. 3, n.º 11-12 (1996), p. 24-26.

⁷²⁸ Sobre as instituições de acolhimento dos EIC, ver WOOD, Tanya – “European information: public library services and Euro Info Centre”. *Public library journal*. ISSN 0268-893X. Vol. 6, n.º 3 (1991), p. 66. Para uma comparação entre o Reino Unido e a França, ver MARCELLA, Rita [et al.] – “The pattern of provision of European information in France and the United Kingdom: a comparative study of services”. *Library management*. ISSN 0143-5124. Vol. 18, n.º 5 (1991), p. 247.

⁷²⁹ Cf. HOGAN, Jim – “Europe...”. In HOPKINS, Michael, ed. – *Op. cit.* p. 159-175.

⁷³⁰ (COM (1987) 152 final). p. 2-4. Neste sentido, no ano 2000, 41 EIC colaboraram numa iniciativa destinada a recolher informação das PME para dar a conhecer à Comissão os seus problemas e necessidades no contexto do mercado interno. Assim, os EIC desempenhavam uma missão de retroinformação destinada a Bruxelas. Sobre esta iniciativa, ver UNION EUROPÉENNE. COMMISSION EUROPÉENNE – *Le réseau Euro Info Centre : l'Europe proche des PME*. Luxembourg: EUR-OP, [2000?]. ISBN 92-894-0126-5. p. 41.

constituição de processos específicos que respondam aos pedidos de assistência e de conselho, a análise das publicações regionais e a selecção das informações úteis numa óptica comunitária.⁷³¹

Até Abril de 1988, a Comissão Europeia abriu 39 centros de informação descentralizada para as PME nos doze países da Comunidade, prevendo a ampliação do projecto com a criação de cerca de 200 novas unidades até ao final de 1989, tendo, para o efeito, elaborado um documento preparatório.⁷³² Já com a experiência de um ano de funcionamento, a Comissão determinava um duplo papel para os EIC: funcionarem como informadores em relação às empresas, através de um serviço de perguntas/respostas, atendendo às solicitações do tecido empresarial da área onde se inseriam, e desempenharem o papel de animadores através da divulgação das actividades comunitárias, da organização de colóquios ou da elaboração de artigos para serem publicados em órgãos de comunicação. Por outro lado, estes centros também constituíam uma rede transnacional, facilitando a partilha de informações sobre as condições de estabelecimento nos países comunitários, tanto para empresas como para trabalhadores individuais.⁷³³ Uma das condições essenciais para a concretização desta vertente foi o acesso a um serviço de correio electrónico que, desde o início, permitiu a aos EIC comunicarem entre si, formando uma verdadeira rede europeia de informação, e recorrerem facilmente à assistência da Comissão. Aliás, este era um dos serviços garantidos pela Comissão à instituição hospedeira do centro.⁷³⁴ Sobre esta inovação Jennifer Shaw constatava:

Since all EICs throughout Europe are linked by electronic mail system, there is inevitably a great deal for communication between them. This usually takes the form of exchange of information about national or regional initiatives, regulations, etc.⁷³⁵

Portanto, nesta rede havia uma ligação directa entre todos os membros, sem intermédio de um ponto central, estabelecendo-se um verdadeiro processo de

⁷³¹ (COM (1987) 152 final). p. 7.

⁷³² COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão: os euro-info-centros: ampliação do projecto*. Bruxelas, 26.04.1988. (COM (1988) 161 final). Sobre este alargamento ver também “Euro Info Centres: Commission announces major expansion”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1989), p. 42.

⁷³³ (COM (1988) 161 final). p. 5-6.

⁷³⁴ *Idem, ibidem*. p. 4.

⁷³⁵ SHAW, Jennifer – “Euro Info Centres: the practicalities of information services for SMEs”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1989), p. 44.

comunicação.⁷³⁶ Além deste elemento, a Comissão continuava a encarregar-se da disponibilização de documentos impressos relevantes e do acesso a bases de dados, bem como da formação adequada dos agentes destes gabinetes.⁷³⁷

Assim, os EIC suscitavam observações muito positivas por parte de outros profissionais da informação europeia ligados a outras redes, como no caso de Richard Caddel, responsável por um CDE. Em 1991, este autor referia:

The rapid growth of European Information Centres (EIC) under the supportive authority of DG XXIII offers a sharp contrast in information planning: well resourced, well networked, with a clear communication infrastructure, the EICs have quickly established themselves and offer a good service to their clearly defined clientele. EICs do not simply respond to enquiries but they also play an active role in motivating local businesses to take interest in Community policy.⁷³⁸

Atendendo à avaliação positiva dos primeiros meses de funcionamento, como já referimos, foi decidido ampliar o projecto tendo em conta algumas regras. Considerava-se fundamental manter a flexibilidade de funcionamento da estrutura central e o controlo da qualidade da informação difundida, mas sem aumentar excessivamente o pessoal. Também o rigor na normalização dos equipamentos e dos procedimentos devia ser mantido para evitar problemas de manutenção e de comunicação. Os Estados-Membros deviam ser ouvidos na definição dos critérios de selecção das estruturas de acolhimento dos novos centros.⁷³⁹ Foi mesmo criado um comité de representantes dos Estados-Membros que, em Outubro de 1988, apresentou algumas conclusões acerca da sua acção. Assim, propunham que os critérios de selecção dos novos EIC deviam ser adaptados às particularidades de cada país e que se tornava necessário estudar o

⁷³⁶ THOMSON, Ian – “European business information networks”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1991), p. 30. Sobre a importância do funcionamento em rede para os Euro Info Centres, ver também WILCOX, Brian – “The Euro Info Centre Network: where now and whither?”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1996), p. 25-26.

⁷³⁷ Sobre uma experiência de formação em Bruxelas, ver os testemunhos de ROODERKERK, Maarten – “Training in Brussels: exhaustive exhaustion”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1989), p. 46 e DAVIES, Eric – “Euro Info Centres training course: business co-operation”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1990), p. 33. Já em 1998, os EIC reuniram-se em Edimburgo, cf. COMISSÃO EUROPEIA. DIRECÇÃO GERAL XXIII – “Os Euro Info Centres reuniram-se em Edimburgo: inquérito: as PME confiantes no futuro”. *Euro-info: o boletim da política de empresa*, n.º 114 (1998), p. 1.

⁷³⁸ CADDEL, Richard – “European Documentation Centres: their role in the EC information chain”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1991), p. 34.

⁷³⁹ (COM (1988) 161 final). p. 7-8.

problema das tarifas e da facturação dos serviços prestados, tendo sempre em conta que o objectivo não deveria ser criar estruturas rentáveis.⁷⁴⁰

No documento de Abril de 1988, a Comissão não utiliza a expressão política de informação, mas antes “estrutura de difusão da informação”. Assim, numa nota de rodapé pode ler-se:

Os Euro-Info Centre completam a gama das estruturas implantadas pela Comissão para a difusão da informação: – os Serviços de Imprensa e de Informação (SII); – os Centros de Documentação Europeia e bibliotecas depositárias (CDE-DEP); – os serviços de venda do Serviço de Publicações Oficiais da Comunidade Europeia (OPOCE). Todos estes serviços cooperam com os Centros de Empresas e Inovação estabelecidos no âmbito da política regional comunitária.⁷⁴¹

Neste trecho fica também claro que com os EIC, a Comissão tinha estruturado uma nova rede de informação Europeia, sob a alçada da *Task Force* Pequenas e Médias Empresas,⁷⁴² ligada à DG III (Mercado interno e assuntos industriais), responsável pelos assuntos relacionados com a transmissão de informação europeia de ordem legislativa, comercial, financeira e técnica de que as PME mais precisavam e sem ligação com a DG X, tradicionalmente responsável pela área da informação. A este propósito, Susan Parker afirma:

This serves as further evidence that the Commission’s information developments were not planned around a coherent policy and vision for the provision and dissemination of official information to all sectors of the public, but were instead created as subsidiary initiatives driven by the imperatives of other policy areas, such as enterprise policy.⁷⁴³

Por outro lado, com esta nova rede, a Comissão apostava na satisfação das necessidades de informação de um grupo muito específico de utilizadores, oriundos dos meios industriais e até agora ignorados pelas iniciativas da DG X.⁷⁴⁴ Para este público-

⁷⁴⁰ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relatório interino sobre a evolução da extensão do projecto Eurogabinetes (Euro Info Centre)*. Luxemburgo: SPOCE, 1988. (COM (1988) 693 final). ISBN 92-77-42936-4. p. 6-7.

⁷⁴¹ (COM (1988) 161 final). p. 3.

⁷⁴² COMUNIDADES EUROPEIAS. COMISSÃO – *Organigrama da Comissão das Comunidades Europeias: Janeiro de 1988*. Luxemburgo: SPOCE, 1988. ISBN 92-825-8028-8. p. 30.

⁷⁴³ PARKER, Susan – *Op. cit.* p. 107.

⁷⁴⁴ Sobre as actividades e o público-alvo de um Euro Info Centre espanhol, ver AURRECOECHEA, Ignacio – “The Euro Info Centre at Toledo Castilla-La Mancha: how we got started”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1990), p. 27-28 e de um do Reino Unido, ver SHAW, Jennifer – “Centre for European Business Information”. *The law Librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 20, n.º 3 (1989), p. 89-90. Sobre os resultados de um inquérito às necessidades de informação europeia das empresas inglesas, ver HOPKINS, Michael; BINGHAM, George – *Op. cit.* p. 23-34.

alvo não se tratava de reforçar directamente o sentimento de pertença à Comunidade Europeia, mas antes de lhe proporcionar informação adequada para que pudesse tirar partido das vantagens da construção europeia e também de conseguir responder aos seus desafios. Como refere Jim Hogam,

The challenge for the information services as a whole is to meet the business sector's need for guidance and information designed to increase profits with an operation designed to clarify developments of particular interest to business and to save the business precious time.⁷⁴⁵

Agora, a informação europeia procurava sobretudo permitir a mudança de atitudes no plano económico ou industrial e não explicitamente os sentimentos positivos acerca da integração comunitária, ainda que isso acabasse também por ser uma consequência. De facto, como notaram Michael Hopkins e George Bingham, num estudo que conduziram sobre a utilização de informação europeia por parte da comunidade empresarial inglesa, em meados da década de 1980, a atitude euro-céptica do povo inglês no seu geral era partilhada pelos meios empresariais, influenciando uma procura diminuta de informação europeia, com consequências negativas em termos de performance industrial e comercial.⁷⁴⁶

Tal viragem significou igualmente que nesta abordagem a informação não era considerada numa perspectiva cultural, mas antes como um elemento que podia favorecer a competitividade das empresas. No fundo, tratava-se de um produto e o facto de se ponderar o pagamento dos serviços prestados pelo EIC comprova essa visão. Aliás esta perspectiva era consentânea com as teorias de gestão que consideravam a informação interna e externa como um recurso essencial para o sucesso empresarial.

Deveremos igualmente notar que se apostou na criação de uma estrutura descentralizada, dando margem de adaptação às características do tecido industrial e empresarial de cada país e que se fomentou a proximidade com as PME. Paralelamente, o trabalho em rede constituía uma vertente fundamental e, por isso, desde o início, houve um apoio muito claro à utilização do correio electrónico, ainda muito pouco difundido nessa altura. Esta colaboração em rede foi reforçada pela organização de

⁷⁴⁵ HOGAN, Jim – “Europe...”. In HOPKINS, Michael, ed. – *Op. cit.* p. 158.

⁷⁴⁶ HOPKINS, Michael; BINGHAM, George – *Op. cit.* p. 15-16.

reuniões periódicas. Assim, por exemplo, em Abril de 1990, os representantes de 21 EIC estiveram reunidos em Cardiff.⁷⁴⁷

V.7.2. Avaliação e alargamento da rede dos Euro Info Centres

As actividades da rede EIC, decorridas entre Julho de 1992 e Dezembro de 1993, foram analisadas num relatório, publicado em 1995 pelo SPOCE, o que denota a preocupação com a divulgação dos resultados desta iniciativa e também um acompanhamento mais regular e uma reflexão mais sistemática sobre as suas vantagens e os aspectos problemáticos.⁷⁴⁸ De acordo com este documento, em Dezembro de 1993, existiam 206 EIC espalhados pelo espaço comunitário, prevendo-se a ampliação da rede para países situados fora da UE. Assim, depois de uma fase europeia, a rede tornava-se internacional.

Além de elencar os centros existentes e de descrever genericamente o tipo de instituições hospedeiras, este relatório procede a uma reflexão sobre as funções próprias dos membros da rede EIC. Assim, considera que no período em análise as suas actividades se desdobraram em três vertentes:

1) Informação geral para as empresas acerca das políticas e dos programas comunitários relacionados com o sector empresarial. Neste âmbito, alguns centros especializaram-se numa área de actividade específica, de acordo com as necessidades da região onde estavam inseridos, enquanto outros criaram serviços de alertas informativos, de acordo com os perfis dos seus utilizadores.

2) Retroinformação para a Comissão acerca das condições económicas da área geográfica onde estavam inseridos. Esta vertente partia de um contacto privilegiado com as PME locais, atendendo a que os centros estavam inseridos em instituições directamente ligadas aos sectores industriais da região onde se localizavam.

3) Apoio e aconselhamento às empresas para promover o seu envolvimento nos programas comunitários. Neste âmbito, os centros elaboravam *dossiers* de informação

⁷⁴⁷ “Euro Info Centres”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1990), p. 36. Já para um resumo da terceira conferência anual dos Euro Info Centres realizada no Funchal, em Junho de 1992, veja-se THOMSON, Mary – “Information and the internal market: third annual EIC conference”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1992), p. 25-26.

⁷⁴⁸ EUROPEAN UNION. EUROPEAN COMMISSION. DIRECTORATE GENERAL XXIII ENTREPRISE POLICY, DISTRIBUTIVE TRADES, TOURISM AND COOPERATIVES – *Euro info centres: annual report*. Luxembourg: EUR-OP, 1995. ISBN 92-826-8784-8.

sobre legislação comunitária e dos países-membros, tirando partido das potencialidades da rede ao recorrerem ao apoio de outros centros.⁷⁴⁹

A Comissão prestava apoio logístico aos EIC, tendo ao seu dispor um serviço de informação que respondeu, entre 1991 e 1993, a uma média anual de 2.500 questões colocadas por todos os membros da rede. No relatório em análise, fez-se um estudo da distribuição das perguntas por áreas temáticas revelando uma preocupação com o conhecimento das necessidades de informação dos centros [Tabela V-2]. Neste documento, são também apresentadas as percentagens da distribuição dos temas das perguntas recebidas pelo EIC, nos anos de 1991 e 1992, com uma média de 75.000 questões anuais [Tabela V-3]. De acordo com os números apresentados, vemos que a área com maior quantidade de solicitações aos EIC é a da “ciência, informação, educação e estatísticas” e não propriamente os sectores mais directamente relacionados com as implicações do mercado único, já que os assuntos relacionados com a “política industrial e mercado interno” ocupam apenas o segundo lugar. Todavia, no caso das perguntas colocadas pelos centros ao serviço de apoio [Tabela V-2], vemos que esta situação se inverte, pois a “política industrial e o mercado interno” ocupam o primeiro lugar, seguidos por perguntas classificadas debaixo da designação “diversos” e, só depois, temos as questões relacionadas com a “ciência, informação, educação e estatísticas”. Simultaneamente, verifica-se um aumento das perguntas relacionadas com a “circulação de trabalhadores”, a “fiscalidade”, a “energia” e o “ambiente”, tendência consentânea com o aprofundamento do mercado único. Paradoxalmente, as questões relacionadas com o “direito das empresas”, ainda que aumentando no que respeita aos pedidos de esclarecimento por parte dos EIC ao serviço central de apoio, suscitam de 1991 para 1992 menos dúvidas por parte dos utilizadores dos EIC.

Segundo o relatório, além da distribuição de cerca de 700.000 documentos, entre 1992 e 1993, e o acesso às bases de dados comunitárias, os serviços centrais da DG XXIII prepararam um conjunto de publicações, adaptado às necessidades dos diversos públicos servidos pelos EIC, com periodicidade e conteúdos variáveis. Por seu lado, desde 1992, os centros alimentavam uma base de dados contendo as perguntas colocadas pelas empresas e as respectivas respostas, organizadas segundo uma classificação especial. Desta forma, concretizava-se uma efectiva colaboração em rede entre os centros e a DG XXIII que podia identificar os sectores com maiores

⁷⁴⁹ *Idem, ibidem.* p. 12-14.

necessidades em termos de informação, alertando, inclusive, outras Direcções-Gerais, caso fosse necessário. Aliás, tinham sido constituídos grupos de trabalho sectoriais com as Direcções-Gerais do Ambiente, do Mercado Interno e das Telecomunicações, entre outras, tendo em vista a organização de acções de formação, de publicações ou a organização de eventos promocionais.⁷⁵⁰

Temas	1991 %	1992 %	1993 %
Questões gerais, financeiras e institucionais	3,2	2,5	2,1
União aduaneira e livre circulação de mercadorias	1,3	1,8	1,2
Agricultura	4,8	4	4,2
Pesca	0,3	0,6	0,5
Livre circulação de trabalhadores e política social	4,4	5,3	5,7
Direito de estabelecimento e livre prestação de serviços	3,4	3,5	3,2
Política de transporte	2,5	1,9	2,8
Política de concorrência	2,2	2,3	2,5
Fiscalidade	2,1	2,9	5
Política económica e monetária e livre circulação de capitais	0,2	0,5	0,3
Relações externas	10,7	11,4	11,6
Energia	0,7	1,6	1,1
Política industrial e mercado interno	19,3	16	15,6
Política regional e coordenação dos instrumentos estruturais	8,4	7,7	6,8
Ambiente, consumidores e protecção da saúde	8,4	8,3	9,4
Ciência, Informação, Educação e Estatísticas	11,3	10,2	9,6
Direito das empresas	2,4	2	4,6
Diversos	14,4	17,4	13,8

Tabela V-2: *Distribuição dos temas das perguntas colocadas pelos Euro-Info Centre ao serviço central de apoio (1991-1993)*⁷⁵¹

Temas	1991 %	1992 %
Questões gerais, financeiras e institucionais	7,3	8,9
União aduaneira e livre circulação de mercadorias	4,9	6,2
Agricultura	3,5	3,3
Pesca	0,6	0,7
Livre circulação de trabalhadores e política social	4,7	5,5
Direito de estabelecimento e livre prestação de serviços	5,9	5,8
Política de transporte	1,8	2
Política de concorrência	2,4	2,5
Fiscalidade	2,4	5,4
Política económica e monetária e livre circulação de capitais	1,7	2
Relações externas	3,9	4,7
Energia	1,6	1,9
Política industrial e mercado interno	17,8	15,5
Política regional e coordenação dos instrumentos estruturais	6,8	6,6
Ambiente, consumidores e protecção da saúde	5,7	7,3
Ciência, Informação, Educação e Estatísticas	22,1	17,1
Direito das empresas	6,8	4,8

Tabela V-3: *Distribuição dos temas das perguntas colocadas pelos utilizadores dos Euro-Info Centres (1991-1992)*⁷⁵²

⁷⁵⁰ *Idem, ibidem.* p. 25-35.

⁷⁵¹ Feito com base em *Idem, ibidem.* p. 22.

⁷⁵² Feito com base em *Idem, ibidem.* p. 64.

Pela sua parte, os próprios centros também elaboravam produtos de informação referindo-se, a este propósito, «To fulfil their contractual mission to distribute information and to meet the expectations of local socioeconomic agent, the EICs have developed and refined their own instruments, printed or electronic information and databases».⁷⁵³ O relatório fornece depois exemplos de iniciativas específicas desenvolvidas por alguns EIC, como o envio de inquéritos para conhecerem as necessidades de informação do seu universo potencial de utilizadores, monitorização de informação europeia e envio de dados por correio, apoio na candidatura a programas europeus, organização de sessões de formação ou apoio legal na área do direito comunitário.⁷⁵⁴ Assim, apesar de inicialmente os EIC terem sido criados para apoiar as PME na entrada do mercado único, em 1993, depois desta data conseguiram alicerçar o seu papel de intermediários da informação entre a Comissão e o sector empresarial a nível local e regional.

No final de 1995, foi publicado um novo documento sobre as redes de informação e cooperação no sector empresarial, realçando-se a sua importância para dinamizar a europeização das empresas, preparando-as para enfrentar a globalização da economia.⁷⁵⁵ Para responder a estes desafios, invocava-se a importância das tarefas de informação e de cooperação que deviam auxiliar as empresas a definir as suas estratégias competitivas e as mais-valias decorrentes da aplicação da metodologia das redes no âmbito da política empresarial da Comissão. Não poderemos deixar de enquadrar estas orientações no âmbito das propostas do relatório Bangemann para desenvolver a Sociedade da Informação na UE. De facto, uma das condições para o sucesso da Sociedade da Informação, no âmbito europeu, dizia respeito ao desenvolvimento de redes de apoio às PME com a criação de serviços telemáticos, baseados na infraestrutura da rede transeuropeia das auto-estradas da informação.⁷⁵⁶

⁷⁵³ *Idem, ibidem*. p. 66.

⁷⁵⁴ *Idem, ibidem*. p. 69-72.

⁷⁵⁵ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Funcionamento futuro das redes de informação e de cooperação no âmbito da política empresarial*. Luxemburgo: SPOCE, 05.12.995. (COM (1995) 435 final). ISBN 92-77-93695-9. Em 1996, o Parlamento publicou uma resolução sobre este documento, cf. “Resolução sobre o relatório da Comissão sobre o funcionamento futuro das redes de informação e de cooperação no âmbito da política empresarial (COM(95) 0435-C4-0012/96)” *JOCE*, n.º C 211 (22.07.1996), p.145-146.

⁷⁵⁶ HIGH-LEVEL GROUP ON THE INFORMATION SOCIETY – *Europe and the global information society: Bangemann report: recommendations to the European Council*. Luxembourg: European Communities, 1994. Para uma perspectiva geral das políticas de informação da UE para a concretização da Sociedade da Informação, ver MARZAL, Miguel Ángel – “Las políticas supranacionales de información: la Unión Europea”. CINFORM: Encontro Nacional de Ciência da Informação, V, Salvador

Em consonância com esta perspectiva, o relatório faz uma análise conjunta das três redes de informação e cooperação da Comissão Europeia vocacionadas para a política empresarial. Assim, aborda os antecedentes, os objectivos e a situação dos EIC (Eurogabinetes), dos Business Cooperation Network (BC-NET) e do Gabinete de Aproximação das Empresas (Bureau de Rapprochement des Entreprises – BRE). Portanto, pela primeira vez, encontramos num documento público da Comissão uma interligação entre estas três estruturas, que deviam trabalhar de forma complementar, mas também em cooperação até porque, como o próprio documento o refere, existiam algumas sobreposições de competências e de áreas de acção entre elas.⁷⁵⁷

Assim, à rede BC-NET, criada em 1988, cabia dinamizar uma rede de consultores de empresas, composta por gabinetes de advogados, de consultores, bancos, câmaras de comércio e indústria e outras organizações profissionais, capazes de responderem às solicitações das empresas que procuravam internacionalizar a sua actividade, dominando aspectos jurídicos, administrativos e técnicos, de forma a conseguirem ultrapassar as diferenças culturais e linguísticas inerentes à cooperação transnacional. Os membros da rede estavam agrupados à volta de uma aplicação informática que garantia o confronto dos pedidos de cooperação com os perfis dos consultores. Deveremos notar que as actividades da rede BC-NET se sobrepunham, em parte, às acções do Gabinete de Aproximação das Empresas, o qual actuava a nível descentralizado, por intermédio de uma rede de correspondentes distribuídos por Estados-Membros e países terceiros, no intuito de fomentar a difusão de oportunidades de cooperação para as PME. A maior distinção a separar estas duas estruturas estava no facto de os membros da rede BC-NET terem de respeitar um carácter confidencial nas suas actividades, aspecto a que os elementos do Gabinete de Aproximação das Empresas (BRE) não estavam vinculados.

Neste relatório, a Comissão reconhece que, dada a sua escolha de relacionamento com o sector empresarial assentar no estabelecimento de parcerias com entidades preexistentes, não chegava a um relacionamento directo com os utilizadores finais (as PME), o que dificultava o conhecimento do seu grau de satisfação. Por outro lado, esta situação promovia grandes diferenças, sobretudo entre os EIC, muito dependentes das

da Bahia, 2004 – *Políticas de Informação* [em linha]. [Consult. 30.11.2006]. Disponível em WWW: <URL: http://www.cinform.ufba.br/v_anais/palestras/politicas_supra.doc>.

⁷⁵⁷ Para uma apresentação genérica das redes de informação vocacionadas para área empresarial, ver a síntese de Ian Thomson “European business...”. *Op. cit.* p. 30-32. Ver ainda TRAILL, Ian E. – “The VALUE relay service: a dissemination networks for EC research”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1993), p. 21-22.

condições das estruturas de acolhimento, havendo o risco de desenvolver uma rede a várias velocidades, além da distribuição geográfica não ser por vezes muito adequada, verificando-se a concentração em algumas grandes aglomerações. Simultaneamente, os próprios EIC lamentavam o facto das campanhas de promoção serem insuficientemente descentralizadas e de receberem uma quantidade exorbitante de informações gerais, não seleccionadas, e pouco adaptadas às necessidades das empresas. Para resolver estas deficiências a Comissão optou por incentivar os EIC a porem em prática uma política de qualidade, fazendo depender a continuação da sua contribuição financeira da concretização dos objectivos da qualidade.⁷⁵⁸

Em 1997, com a publicação da decisão do Conselho sobre um terceiro programa plurianual para as para as pequenas e médias empresas (PME) na UE (1997-2000), as instâncias comunitárias continuaram a apoiar a europeização e a internacionalização das empresas através de melhores serviços de informação e de cooperação. Assim, aos EIC era atribuído um lugar de destaque, para facilitar o acesso das empresas à informação comunitária, tornando-os “primeiros balcões” de atendimento do sector empresarial, competindo-lhes encaminhar os pedidos para o serviço de informação comunitário mais adequado. Além disso, apostava-se também no melhoramento da composição da rede e da qualidade dos serviços, através de uma melhor orientação dos subsídios comunitários, bem como do alargamento e reforço da missão informativa nos principais domínios de acção da União.⁷⁵⁹

O ano de 1997 marcou também o início da participação dos EIC na campanha de sensibilização e de preparação para a adopção do euro por parte das PME. Assim, neste âmbito, e até ao ano 2000, foram organizados mais de 3700 seminários e conferências, além da preparação de produtos de informação como panfletos, CD-ROM e guias, entre outros, para distribuir às PME.⁷⁶⁰ Aliás, sobre este tema, o responsável de um EIC do Reino Unido considerou «[...] information on the “Euro”, the single currency, was highlighted as potentially problematic in terms of bias as it was felt that the information produced tend to be promotional in nature».⁷⁶¹

⁷⁵⁸ (COM (1995) 435 final). p. 21-33. Para uma avaliação crítica da acção das redes de informação sob tutela da DG XXIII, em 1994, ver também TRIBUNAL DE CONTAS – “Relatório anual relativo ao exercício de 1994”. *JOCE*, n.º C 303 (14.11.1995), p. 142-144.

⁷⁵⁹ “Decisão do Conselho de 9 de Dezembro de 1996 sobre um terceiro programa plurianual para as pequenas e médias empresas (PME) da União Europeia (1997-2000)”. *JOCE*, n.º L 6 (10.01.1997), p.25-31.

⁷⁶⁰ UNION EUROPEENNE. COMMISSION EUROPEENE – *Le réseau Euro Info ... (op. cit.)*.

⁷⁶¹ PARKER, Susan – *Op. cit.* p. 226.

Em 2000, os EIC passaram a submeter um relatório de avaliação bi-anual a uma empresa de consultoria externa contratada para o efeito pela Comissão.⁷⁶² Em termos de acção quotidiana, continuaram a orientar a sua acção sobretudo para a preparação da transição para o euro. Nesta altura, representavam uma rede com cerca de 300 unidades, um universo bastante vasto onde não havia uma dinâmica uniforme, pois

Some Euro Info Centres are relatively passive information providers. Others, and probably a growing number, are grafting specialised information services onto their generalist remit. Increasingly, too, EIC are moving into the areas of advice and consultancy. In sum, there is a trend towards customized services.⁷⁶³

Os EIC criaram também redes nacionais e lançaram uma *Newsletter*, além de a Comissão ter desenvolvido uma página *web*, onde condensou a informação mais significativa para os potenciais utilizadores da rede. Afirmaram-se, assim, como um poderoso instrumento de informação europeia vocacionado para o sector específico das empresas.⁷⁶⁴ Todavia, à medida que o número de unidades a integrar a rede ia aumentando, diminuíram as sinergias e cresceram as diferenças nos serviços e nas dinâmicas entre os EIC.

V.8. Necessidade de coordenação e de uma estratégia unitária

No relatório das actividades de 1988, assume-se que a importância do papel da informação e da comunicação na acção comunitária exigia um reforço da coordenação interserviços neste âmbito. Em termos práticos, isto significou

[...] a organização de um “programa de informação prioritário” destinado a garantir que todas as actividades de informação correspondem às prioridades fixadas pela Comissão no seu programa anual. Este esforço de concertação dos meios disponíveis deverá permitir uma melhor determinação dos diferentes

⁷⁶² Sobre os resultados de um inquérito aplicado aos EIC, do Reino Unido, avaliando as fontes de informação privilegiadas, as bases de dados mais utilizadas, as dificuldades no acesso à informação ou as relações com outras redes, entre outros aspectos, ver PARKER, Susan – *Op. cit.* p. 186-205. Veja-se também p. 223-235, para um estudo de caso de um EIC inglês.

⁷⁶³ HULL, John – “Auditing the Euro Info Centres”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 10 (2000), p. 13. No ano 2000, um documento oficial de divulgação da rede considerava que as missões dos EIC se centravam na informação, no aconselhamento e na assistência às PME. Sobre isto ver EUROPEAN COMMISSION. ENTERPRISE DG – *The Euro Info Centre network: Europe gets closer to SMEs*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2000 e COMISSÃO EUROPEIA. DIRECÇÃO-GERAL EMPRESAS – *A Rede EURO INFO Centre: ‘Quality business support at your doorstep’*. Luxemburgo: SPOCE, 2004.

⁷⁶⁴ Não iremos alongar-nos na análise detalhada dos desenvolvimentos posteriores desta rede, mas informação mais completa pode ser encontrada na WWW: <<http://ec.europa.eu/enterprise/networks/eic/eic.html>> [Acedido 12.05.2008] e <http://www.enterprise-europe-network.ec.europa.eu/index_en.htm> [Acedido 12.05.2008].

públicos a atingir e um maior destaque para os principais marcos da actividade comunitária no âmbito dos objectivos de 1992.⁷⁶⁵

Aliás, alguns autores consideram que a promoção da entrada em funcionamento do mercado único em 1 de Janeiro de 1993, através da simplificação das mensagens e da sua condensação, bem como da saturação da informação, inclinou-se significativamente no sentido da propaganda, falando-se, por isso, no “mito de 1992”.⁷⁶⁶

No mesmo ano, a Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu debruçou-se sobre a utilização das verbas destinadas à política de informação das instituições comunitárias. Deste trabalho, resultou a apresentação de um relatório, em final de 1988, e a publicação no *Jornal Oficial* de uma resolução no início de 1989.⁷⁶⁷ O deputado italiano Ettore Giovanni Andenna, relator do documento, debruçando-se sobre a análise da distribuição das verbas orçamentais, concluiu que a maior parte dos dinheiros atribuídos às actividades de informação não fazia parte do orçamento da DG X (Informação, Comunicação e Cultura), estando espalhada por diferentes secções do orçamento comunitário e numerosas direcções-gerais. Assim, não havendo um organismo para a coordenação das actividades com base em procedimentos específicos, verificavam-se duplicações na aplicação de recursos e perda de sinergias. Mas esta situação tinha um alcance ainda maior, já que

A dispersão das rubricas orçamentais priva a Comissão de um instrumento essencial de programação e não permite que o Parlamento exerça as suas funções de autoridade orçamental e de autoridade encarregada da concessão de quitação.⁷⁶⁸

Deveremos notar que, em 1988, sob o impulso do secretariado-geral do Parlamento Europeu, foi lançado o European Community and Associated Institution Library Cooperation Group (EUROLIB), com o objectivo de

[...] to establish comprehensive bibliographic control and library and document delivery services in the field of European integration. This is to be achieved by

⁷⁶⁵ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – XXII Relatório geral ... (op. cit.). p. 50.

⁷⁶⁶ CHABOT, Jean-Luc – “1993: généalogie d’un mythe”. In DASSETTO, Felice; DUMOULIN, Michel – *Op. cit.* p. 89-102. Ver também CORBALAN, Alfredo – *Op. cit.* p. 34-38.

⁷⁶⁷ ANDENNA, Ettore Giovanni – *Relatório elaborado em nome da Comissão do Controlo Orçamental sobre o controlo da utilização das dotações destinadas à política de informação das instituições*. Luxemburgo: SPOCE, 09.12.1988. (Documento A2-0296/88). ISBN 92-77-44338-3; “Resolução sobre o controlo da utilização das dotações destinadas à política de informação das Instituições”. *JOCE*, n.º C 47 (27.02.1989), p. 142-144. Sobre este documento ver a síntese de ILLINGWORTH, J. – “EC information policy: how the money gets spent”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1989), p. 38-39. Ver ainda MARZO, Maria Josefa – *Europa: una información selectiva*. Bilbao: Comunicación europea, 1993. ISBN 84-604-7308-2. p. 24.

⁷⁶⁸ ANDENNA, Ettore Giovanni – *Op. cit.* p. 17.

pooling the resources of the library and documentation services in the individual EC institutions within a flexible network of autonomous libraries, combined with a strict avoidance of duplication of work and co-ordination of the various activities of the participants.⁷⁶⁹

Os objectivos desta parceria apostavam no acesso em linha a catálogos automatizados para a troca de registos, a criação de um catálogo único de títulos de periódicos, a disponibilização de um serviço de empréstimo de documentos entre as bibliotecas participantes, a elaboração de uma bibliografia sobre a integração europeia, a coordenação de serviços de aquisições e de conservação além da organização de formação contínua.

Esta iniciativa constituía uma espécie de resposta à opinião do deputado Andenna, segundo o qual se tornava «[...] inadiável uma actividade de coordenação e uma estratégia unitária».⁷⁷⁰ Considerava-se necessária a criação de um Programa de Informação Prioritário, estabelecendo objectivos e meios, capaz de integrar as actividades de informação e de gerir uma fatia importante do orçamento para a informação. A necessidade de coordenação era particularmente urgente ao nível das publicações e das sedes dos gabinetes periféricos da Comissão e do Parlamento. A propósito destes últimos, o deputado italiano considerava que estavam sobrecarregados de tarefas, pois, na maior parte dos casos, as suas estruturas não lhes permitiam responder satisfatoriamente aos imperativos de informação do público, de convites a visitantes, de ligações com instituições e organismos terceiros, de organização de publicações e de exposições ou de assistência aos deputados e outros funcionários comunitários.⁷⁷¹ Paralelamente, constatava a sobreposição de certas tarefas como, por exemplo, no caso das publicações referentes à energia nuclear ou à contaminação e produção de resíduos radioactivos, das quais se ocupavam quatro Direcções-Gerais (DG V – Emprego e Assuntos Sociais; DG XI – Ambiente; DG XII – Ciência, Investigação e Desenvolvimento; DG XVII – Energia). Também para as publicações sobre a política agrícola os esforços estavam a cargo de duas Direcções Gerais (DG VI – Agricultura e DG IX – Pessoal e Administração).⁷⁷²

⁷⁶⁹ DIERICKX, Harold – “EUROLIB”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1990), p. 28. Sobre este projecto, ver o artigo do mesmo autor “Information policy...”. *Op. cit.* p. 5-48.

⁷⁷⁰ ANDENNA, Ettore Giovanni – *Op. cit.* p. 12-13.

⁷⁷¹ *Idem, ibidem.* p. 14.

⁷⁷² *Idem, ibidem.* p. 12.

Com base nesta descrição poderemos compreender que na resolução se lamenta que

[...] um montante considerável de dotações orçamentais, equivalente a cerca do dobro das que são oficialmente destinadas a actividades no sector da informação, se encontra actualmente espalhado por dezenas de rubricas do orçamento operacional da Comissão, geridas por um grande número de Direcções-Gerais cuja actividade em matéria de informação/comunicação não se encontra minimamente coordenada.⁷⁷³

Deveremos também notar que o relator considera que estas observações feitas em relação à Comissão eram igualmente válidas para o Parlamento, perspectiva que é retomada na resolução.⁷⁷⁴

No seguimento destas observações, em 1989, a Comissão pôs em funcionamento o *Programa de Informação Prioritário* (PIP). Simultaneamente, foram definidas novas funções para os gabinetes nos Estados-Membros, reforçando o seu papel de representantes da Comissão junto dos meios oficiais nacionais, além de os encarregar da procura activa de parceiros externos para servirem de elos de divulgação da informação junto do público de cada país.⁷⁷⁵

V.9. A aproximação aos cidadãos

Em 1987, celebrou-se o trigésimo aniversário do Tratado de Roma, o que constitui uma oportunidade para manifestações em larga escala em todos os países da Comunidade. A este propósito, o relatório geral de actividades afirma:

Acentuou-se, portanto, a procura de uma sensibilização directa do grande público e de um maior diálogo com os grandes sectores da opinião pública – as mulheres, os jovens, os trabalhadores – sem, no entanto, descurar os interlocutores sectoriais tais como os meios políticos e os meios de informação.⁷⁷⁶

Em Julho de 1988, a Comissão apresenta uma comunicação ao Parlamento Europeu, onde faz o balanço das acções realizadas no domínio da Europa dos cidadãos

⁷⁷³ “Resolução sobre o controlo da utilização...” *JOCE*, n.º C 47 (27.02.1989), p. 143.

⁷⁷⁴ *Idem, ibidem*. p. 143-144.

⁷⁷⁵ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *XXIII Relatório geral sobre a actividade das Comunidades Europeias 1989*. Luxemburgo: SPOCE, 1990. ISBN 92-826-1106-X. p. 48.

⁷⁷⁶ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *XXI Relatório geral sobre a actividade das Comunidades Europeias 1987*. Luxemburgo: SPOCE, 1988. ISBN 92-825-7786-4. p. 45.

na sequência dos dois Relatórios Adonnino (Março e Junho de 1985).⁷⁷⁷ Em ambos os documentos supervisionados pelo deputado italiano, realçava-se, mais uma vez, a forma desadequada como os cidadãos eram informados acerca da construção europeia e sugeriam-se novas iniciativas nesse âmbito.⁷⁷⁸ Em resposta, o documento da Comissão de 1988 trata essencialmente da tomada de consciência da identidade europeia, no âmbito da criação do Mercado Único em 1992 e da Europa dos Cidadãos.⁷⁷⁹ É, portanto, natural que aborde aspectos relacionados com a informação e a comunicação dos cidadãos europeus. De facto, afirmava-se que o direito à informação do cidadão europeu constituía uma obrigação da Comissão Europeia, a qual devia garantir uma informação completa sobre todas as suas políticas e sobre os grandes temas da actualidade. O cidadão tinha de ser informado dos seus direitos para poder beneficiar das vantagens que eles lhe proporcionavam em todas as vertentes da sua vida quotidiana.

Constatando-se que os cidadãos eram atingidos pela acção comunitária, sobretudo enquanto consumidores, tornava-se fundamental dar-lhes conhecimento das numerosas iniciativas para os proteger em termos de saúde, segurança ou de preços.⁷⁸⁰ Aliás, um dos eixos de acção preconizados nestes documentos consistia justamente na criação de “Serviços do Cidadão” junto dos Serviços de Imprensa e Informação, espalhados pelos Estados-Membros, onde se poderia informar os cidadãos acerca dos seus direitos civis, sociais ou fiscais, a nível individual e colectivo, ajudando-os igualmente a fazer valer esses direitos. Paralelamente, tinham sido elaboradas fichas de informação sobre a Europa dos Cidadãos, as quais estavam a ser informatizadas, prevendo-se, com essa

⁷⁷⁷ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu: Europa dos cidadãos*. Luxemburgo: SPOCE, 05.07.1988. (COM (1988) 331 final). ISBN 92-77-37665-1. Para um resumo das várias teorias acerca do conceito de cidadania e da sua aplicação ao âmbito do projecto europeu, ver TSALIKI, Liza – “The construction of European identity and citizenship through cultural policy”. In SARIKAKIS, Katharine – *Media and cultural policy in the European Union*. Amsterdam; New York: Editions Rodopi, 2007. ISBN 978-90-420-2175-4 e MEEHAN, Elizabeth – “Citizenship and the European Community”. *The political quarterly*. ISSN 0032-3179. Vol. 64, n.º 2 (1993), p. 172-186. p. 162-167. Ver ainda PANEBIANCO, Stefania – “European citizenship and European identity: from Treaty provision to public opinion attitudes”. In MOXON-BROWNE, Edward – *Who are the Europeans now?*. Aldershot: Ashgate, 2007. ISBN 1-84014-429-7. p. 18-36; DELL’OLIO, Fiorella – *The Europeanization of citizenship: between the ideology of nationality, immigration and European identity*. Aldershot: Ashgate, 2004. ISBN 0-7546-3595-3. p. 55-91 e MAAS, Willem – *Creating European citizens*. Plymouth: Littlefield Publishers, 2007. ISBN 978-0-7425-5486-3. p. 29-43 e 95-120

⁷⁷⁸ ADONNINO, Pietro – *L’Europe des citoyens: rapports du comité ad hoc*. Luxembourg: SPOCE. 1985. ISBN 92-825-5638-7. Ver em especial a p. 24. Sobre este documento ver a análise de TOUSIGNANT, Nathalie – “L’impact du comité Adonino (1984-1986): rapprocher les Communautés européennes des citoyens”. *Etudes internationales*. ISSN 0014-2123. Vol. XXXVI, n.º 1 (2005), p. 41-59.

⁷⁷⁹ Sobre algumas iniciativas de informação para preparar a abertura do mercado único em 1992, ver THOMSON, Ian – “EC information policy: preparing for 1992”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1989), p. 36-37.

⁷⁸⁰ (COM (1988) 331 final). p. 5, 11.

iniciativa, um aumento considerável dos utilizadores e, por isso, uma difusão alargada do direito comunitário, sobretudo junto dos meios empresariais e judiciais. Neste processo, as unidades de informação especializadas nas empresas e no universo académico tinham um papel importante a desempenhar:

[...] os “Euroguichets” PME colocados à disposição das empresas e os Centros de documentação europeia que existem ligados a numerosas universidades poderiam, no momento oportuno, beneficiar dos mesmos dados contribuindo desta forma para o estabelecimento duma rede de informação do cidadão europeu capaz de enfrentar os desafios do grande mercado.⁷⁸¹

Por outro lado, seguindo as recomendações do Comité Adonnino, a Comissão tinha tomado algumas medidas para a codificação dos actos comunitários no intuito de facilitar a transparência e a acessibilidade do direito comunitário. Portanto, vemos que algumas iniciativas, relacionadas com a organização da informação, foram consideradas pertinentes para a concretização do mercado único. No mesmo sentido, poderemos referir a reedição dos Tratados e a edição de colectâneas de legislação organizadas por assuntos sobre os domínios que tocam mais intimamente o quotidiano do cidadão, a fim de permitir uma difusão mais alargada e de facilitar a sua acessibilidade.⁷⁸² Assim, vemos que a política de informação, decorrendo dos avanços da integração europeia, abrangia aspectos relacionados com a organização e a representação da informação, áreas nucleares da Ciência da Informação.

De facto, a Comissão demonstrava uma grande preocupação em aproximar-se dos cidadãos, tornando os seus serviços acessíveis a quem os solicitasse. A este propósito, afirmava estar empenhada em

[...] responder o melhor possível aos pedidos que lhe são dirigidos, quer se trate de simples informações ou de verdadeiras queixas. [...] a Comissão pretende adaptar as suas estruturas administrativas internas para melhor responder aos problemas com que o cidadão se depara.⁷⁸³

Procurava-se que o cidadão participasse, cada vez mais, na integração europeia, o que passava pela tomada de consciência dos seus direitos económicos e sociais, bem como pelo seu exercício a fim de tirar partido de todas as potencialidades do mercado único. Havia, portanto, uma viragem no modelo de construção europeia como o próprio

⁷⁸¹ *Idem, ibidem.* p. 33.

⁷⁸² *Idem, ibidem.* p. 34.

⁷⁸³ *Idem, ibidem.* p. 35.

texto assinala ao afirmar: «A construção europeia, até aqui encarada como o resultado de uma determinada ideologia e da acção de elites políticas e económicas, deverá tornar-se muito mais uma realidade dos seus cidadãos».⁷⁸⁴

A informação e a comunicação eram apresentadas como factores indispensáveis de integração, já que possibilitavam o diálogo e o intercâmbio, funcionando como complemento do ensino. Assim, a Comissão declarava a sua intenção de promover todas as acções passíveis de apresentar a Comunidade numa vertente menos tecnocrática e mais acessível, favorecer o conhecimento recíproco das nações europeias em termos socioeconómicos, políticos e culturais e de permitir um melhor conhecimento das atitudes dos vários sectores da opinião pública, através de sondagens ou outros meios de investigação.⁷⁸⁵

Durante os anos oitenta, as iniciativas de informação da CE tiveram de enfrentar problemas decorrentes da escassez de meios financeiros e de responder ao alargamento e diversificação do público-alvo com a chegada de novos Estados-Membros (a Grécia em 1981, Espanha e Portugal em 1986). Assim, a Comissão Europeia decidiu centrar a sua acção de informação na utilização dos meios de comunicação social, na elaboração de uma mensagem clara e na escolha de temas específicos.

A partir de 1980, o novo Parlamento Europeu, eleito por sufrágio universal, toma uma posição mais interventiva em relação à política de informação formulada pela Comissão, enfatizando a necessidade de ser ouvido neste processo. Por outro lado, emite algumas reservas sobre falta de colaboração entre o serviço do Porta-Voz e a Direcção-Geral da Informação. Já em 1986, o relatório Baget Bozzo sublinha a necessidade das instituições atenderem à informação de retorno por parte dos cidadãos europeus, estabelecendo-se um diálogo entre Bruxelas e o público em geral. A proposta ia no sentido de criar uma política europeia de informação e de comunicação aproveitando as potencialidades da telemática e da informática, prevendo-se que a sua acção acarretasse profundas modificações nas instituições comunitárias.

Simultaneamente, na década de 1980, a Comissão Europeia tendo em vista a concretização do mercado interno, em 1993, dedicou uma atenção especial à informação dos meios empresariais, estabelecendo redes de informação especializadas para o sector económico e industrial. Neste sentido, a informação europeia deixou de ser vista apenas

⁷⁸⁴ *Idem, ibidem.* p. 37.

⁷⁸⁵ *Idem, ibidem.* p. 38-39.

como um elemento potenciador da criação de uma consciência europeia para se tornar um factor essencial da competitividade das empresas no novo cenário da integração.

CAPÍTULO VI

ANOS NOVENTA: A VIRAGEM ENTRE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O Tratado assinado em Maastricht, em 9 de Fevereiro de 1992, configurou uma nova arquitectura da Comunidade Europeia assente em três pilares [Figura VI-1]. O primeiro pilar comunitário engloba as três comunidades: a CE, a Euratom e a CECA. Já o segundo pilar abrange a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), enquanto o terceiro pilar é constituído pelas disposições relativas à Justiça e Assuntos Internos. O termo “União Europeia” passa, então, a designar o conjunto dos três pilares.

Alguns anos mais tarde, em 1999, a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, assinado em 1997, trouxe algumas modificações significativas. De facto, simplificou o procedimento de codecisão, eliminando a terceira leitura do Conselho e estendendo a sua aplicação à maioria dos procedimentos legislativos, à excepção dos assuntos relacionados com a união económica e monetária. Foi também este tratado que incluiu as disposições de Schengen, em vigor desde 1995, as quais previam a supressão dos controlos fronteiriços entre os Estados signatários. O ano de 1995 marcou ainda a adesão de três novos países: a Áustria, a Finlândia e a Suécia.

Além destas mudanças estruturais internas, o aparelho comunitário teve também de enfrentar grandes convulsões no cenário internacional. No início da década de noventa, a CE tem de adaptar-se a um novo cenário mundial com a queda dos regimes comunistas do leste europeu e a instabilidade política, económica e social crescente da Europa Central e Oriental, a crise económica nos Estados-Membros e a guerra na ex-

Jugoslávia.⁷⁸⁶ Além destes factores exógenos, houve também factores endógenos, como a criação do mercado único, a fragilidade do sistema monetário europeu, a insatisfação com o *deficit* democrático das instituições, a consciência do *deficit* de informação, além do alargamento das áreas de acção e de influência das decisões comunitárias.



Figura VI-1: *Os três pilares do Tratado de Maastricht*⁷⁸⁷

Neste cenário, torna-se imperativo para o projecto europeu adoptar uma estratégia de informação e de comunicação capaz de demonstrar as suas capacidades políticas, económicas, sociais e culturais para lidar com as grandes modificações que estavam a ocorrer à sua volta. Para tal, importava criar um discurso inteligível para a generalidade

⁷⁸⁶ Sobre os acontecimentos externos mais marcantes para o projecto europeu, ver RIBEIRO, Manuela Tavares – *A ideia de Europa: uma perspectiva histórica*. Coimbra: Quarteto, 2003. ISBN 972-8717-84-9. p. 72.

⁷⁸⁷ Adaptado de MATHIEU, Jean-Luc – *L'Union Européenne*. 7^{ème} éd. Paris: PUF, 2006. ISBN 2-13-0555 92-6. p.15.

dos cidadãos. Como notou Frank Biancheri, foi necessário adoptar um discurso explicativo (capaz de tornar o mundo compreensível) e demonstrativo (capaz de fomentar a utilização dos meios de acção), para se aproximar dos cidadãos e fundamentar a viabilidade das suas soluções para a Europa. Isto implicou mais criatividade e imaginação, num sentido pedagógico, mas também uma maior coerência entre a informação, a comunicação e a acção para alcançar uma eficácia real.⁷⁸⁸

Neste contexto, compreendem-se as palavras de Neville Keery, director da Biblioteca Central da Comissão Europeia, que em 1998 afirmava:

The difficulties of maintaining public support for European integration experienced by the member states and the Community Institutions in the negotiation and ratification of the Treaty of Maastricht turned out to be extremely positive for DG X. The importance of information and communication began to be understood and recognized, and re-organization and resources followed.⁷⁸⁹

Assim, as iniciativas de informação e a política correspondente ganham uma visibilidade que nunca tinham conseguido, apesar de constituírem elementos presentes desde a fundação da CECA.

Paralelamente, na década de noventa, a necessidade de acesso à informação de índole europeia por parte dos cidadãos cresceu substancialmente em virtude da assinatura, nos anos oitenta, do Acto Único Europeu, que tinha alargado as áreas de aplicação da legislação europeia a numerosas actividades, bem como da entrada em vigor do mercado único. Também o Tratado de Maastricht veio reforçar a capacidade de decisão das instâncias europeias em vários sectores. Assim, mais pessoas e organizações começaram a ser directamente afectadas pela legislação e por políticas comunitárias que passaram a precisar de conhecer, tanto mais que, em 1995, entraram três novos Estados-Membros na UE (Áustria, Finlândia e Suécia).

VI.1. Os jovens: um público-alvo prioritário

No início da década de noventa, os jovens com menos de 25 anos constituíam cerca de 1/3 da população dos Estados-Membros, o que justificava por parte da Comissão Europeia uma atenção especial a este sector da população. Por outro lado, a

⁷⁸⁸ BIANCHERI, Frank – *Contraintes, instruments et modes opératoires de la politique d'information et de communication de la CEE au sein du nouvel environnement européen: contribution de Prometheus-Europe à la communication du Commissaire Joao de Deus Pinheiro intitulée "La politique d'information et communication de la CEE: une nouvelle approche"*. Paris: Prometheus-Europe, 1993. p. 34.

⁷⁸⁹ KEERY, Neville – "The Central Library of the European Commission: a library at the end of history?". *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 1 (1998), p. 2.

Comunidade estava a evoluir para a união política, requerendo-se um papel mais activo dos cidadãos, em grande parte dependente de um esforço de informação das instituições, a fim de proporcionar uma participação real e consciente de todos e, em especial, dos jovens que constituíam o futuro do projecto europeu. Assim, com o apoio do Conselho e do Parlamento Europeu, a Comissão elaborou vários documentos dedicados em exclusivo à informação dos jovens.⁷⁹⁰ Aliás, já em 1986, tinha aberto em Bruxelas o centro de documentação Erik Eduline Centre, ligado ao Fórum da Juventude das Comunidades Europeias.⁷⁹¹ Mais tarde, em 1997, depois de várias críticas sobre a inexistência de uma rede informação vocacionada para o ensino pré-universitário, o Reino Unido lança uma nova rede designada European Resource Centres for Schools and Colleges.⁷⁹²

A propósito dos jovens, a Comissão afirmava:

Um dos aspectos essenciais das relações da Comunidade com os jovens consiste na sua informação sobre questões relativas à Comunidade e na consideração das suas necessidades quando elabora as políticas comunitárias. [...] Dada a importância do futuro papel dos jovens na Europa, é necessário analisar de forma específica as suas necessidades em termos de informação. Não se trata aqui de uma informação unicamente orientada para as questões comunitárias. É igualmente necessário incentivar acções de informação sobre outros sectores que também interessam os jovens por forma a promover uma melhor compreensão recíproca.⁷⁹³

Para concretizar estas intenções, a Comissão apresentou ao Conselho e ao Parlamento um plano, contendo acções de informação específicas para os jovens, estruturado à volta de quatro grandes iniciativas: apoio técnico a experiências piloto de

⁷⁹⁰ COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES – *Communication from the Commission to the Council and the European Parliament: keeping young Europeans informed*. Brussels, 03.06.1991. (SEC (1991) 1010 final) e COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: plano das acções de informação dos jovens*. Luxemburgo: SPOCE, 1992. (COM (1992) 297 final). ISBN 92-77-46074-1. Sobre a informação dos jovens, ver também COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *XXV Relatório geral sobre a actividade das Comunidades Europeias 1991*. Luxemburgo: SPOCE, 1992. ISBN 92-826-3781-6. p. 422-423. Sobre os programas para informar os jovens concretizados entre 1994 e 1997, ver EUROPEAN UNION. EUROPEAN COMMISSION – *Informing young people about Europe: projects 1994-97: youth information projects co-financed by Unit A/5 'Information for trade unions, women and young people' of Directorate-General X of the European Commission from 1994 to 1997*. Luxembourg: EUR-OP, 1998. ISBN 92-828-3046-2. Deveremos ainda notar que, em 1981, o Parlamento Europeu tinha já aprovado uma resolução sobre a juventude, onde enfatizava a necessidade de desenvolver a informação neste meio; cf. “Résolution sur les activités de la jeunesse”. *JOCE*, n.º C 77 (06.04.1981), p. 58-62.

⁷⁹¹ HANNA, Suzanne – “The Youth Forum of the European Communities”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1990), p. 30.

⁷⁹² MORTON, David – “European Resource Centres for schools and colleges”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1997), p. 20-21.

⁷⁹³ (COM (1992) 297 final). p. 4.

informação dos jovens que estavam a ser realizadas em alguns Estados-Membros, criação de um banco de dados europeu descentralizado, promoção de contactos e intercâmbios entre profissionais da informação dos jovens sobre as suas experiências nesta matéria e acções de informação directa junto dos jovens sobre os problemas da construção europeia.⁷⁹⁴

No que diz respeito ao banco de dados europeu descentralizado, o objectivo era criar uma rede capaz de facultar aos intermediários da informação dos jovens um acesso directo a elementos relativos a todos os domínios de interesse desta faixa etária. Este projecto baseava-se num funcionamento interactivo das estruturas existentes nos Estados-Membros, às quais competia a recolha da informação a nível nacional, com interconexões entre cada unidade promovidas pela Comissão. A missão destas estruturas era a de adaptar a informação ao seu âmbito de acção e de a divulgar de forma alargada.⁷⁹⁵ Em termos de acções de informação directamente junto dos jovens, a Comissão previa a divulgação de brochuras, livros, pastas, desdobráveis, bem como a preparação de vídeos informativos, a organização de seminários, a produção e divulgação de material pedagógico sobre as instituições comunitárias e mesmo a organização de concursos para as escolas.⁷⁹⁶

Quanto à publicitação destas iniciativas, o documento determina explicitamente que devia ser dada prioridade à utilização das ligações e das redes então existentes. Assim, são citados os Gabinetes e as Representações da Comissão nos Estados-Membros, mas também as redes escolares, as redes universitárias e os centros de aconselhamento e informação estabelecidos junto das colectividades locais, das organizações de juventude ou dos meios associativos. Por outro lado, todas as acções comunitárias deviam ser complementares em relação às acções dos Estados-Membros, de acordo com o princípio de subsidiariedade.⁷⁹⁷ Isto significa que, em teoria, a Comissão tinha uma grande preocupação com a coordenação e com a coerência das suas iniciativas de informação procurando também envolver os governos nacionais.

Um aspecto fundamental para o conhecimento dos jovens sobre a UE é a inclusão da dimensão europeia nos currículos escolares de forma sistemática e continuada. Neste

⁷⁹⁴ *Idem, ibidem.* p. 7-8.

⁷⁹⁵ *Idem, ibidem.* p. 7.

⁷⁹⁶ *Idem, ibidem.* p. 8.

⁷⁹⁷ *Idem, ibidem.* p. 5.

sentido, a política de informação comunitária tem uma ligação muito estreita com a política de educação, mas, na prática, esta relação nunca foi muito aprofundada.⁷⁹⁸

VI.2. O Relatório Oostlander: um diálogo mais aberto com os cidadãos

Em 1992, tendo em conta as discussões nacionais sobre o Tratado de Maastricht, o Parlamento considerou necessário tomar uma posição clara sobre a política de informação das instâncias europeias. Neste intuito, o deputado Arie Oostlander foi designado relator pela Comissão para a Cultura, a Juventude, a Educação e os Meios de Comunicação Social, elaborando um relatório que apresentou em Julho de 1993.⁷⁹⁹

Constatando que os referendos sobre o Tratado da União Europeia tinham suscitado um debate repleto de controvérsias, particularmente na Dinamarca onde, em Junho de 1992, a votação maioritária tinha sido contrária à ratificação e na França onde, em Setembro do mesmo ano, apenas 51% dos votos foram favoráveis, o relator conclui que os cidadãos se interessavam pelo desenvolvimento e pelo funcionamento da Comunidade, mas que estavam mais exigentes e desafiavam as instâncias comunitárias a encontrarem respostas satisfatórias. Tinha-se passado daquilo que alguns autores designam de “consenso permissivo” das opiniões públicas nacionais de cada país para um sentimento mais estruturado sobre a UE.⁸⁰⁰ Assim, o projecto europeu deixa de ser

⁷⁹⁸ No Reino Unido, no início da década de 1990, a Escola de Ciência da Informação e Tecnologia, da Universidade Politécnica de Liverpool, conduziu um estudo sobre este assunto, cf. CHANDLER, Helen – “The use of EC materials in schools collges”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1991), p. 36-37 e CHANDLER, Helen – “The introduction of information on EC documentation into courses for library schools students”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1990), p. 32-33. Veja-se ainda ALLINGTON, Nigel, F. B.; JONES, J. Barry – “Europhiles and xenophobes: a survey of UK undergraduate attitudes to the European Community”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1993), p. 10-12. Para o caso português, ver o estudo de Ana Paula Duarte Pinto Ferreira sobre a inclusão de temas europeus nos manuais escolares nacionais, editados entre 2000 e 2004: *A União Europeia à luz dos manuais escolares: ensino básico e secundário*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre a Europa: “Europa – As visões do Outro”. Para uma abordagem comparativa, ver SERRANO, Clara Isabel Calheiros da Silva de Melo – *A construção política da União Europeia: uma leitura dos manuais de História: Espanha, França, Inglaterra, Itália e Portugal: um estudo comparado*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

⁷⁹⁹ OOSTLANDER, Arie – *Relatório da Comissão para a Cultura, a Juventude, a Educação e os Meios de Comunicação Social sobre a política de informação da Comunidade Europeia*. Luxemburgo: SPOCE, 14.07.1993. (Documento A3-238/93). ISBN 92-77-59082-3. Sobre este relatório ver DUMONT, Bérengère – *Op. cit.* p. 75-76 e SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Mariano – *Op. cit.* p. 182-191.

⁸⁰⁰ Para uma revisão das teses acerca desta alteração, ver GABEL, Matthew; PALMER, Harvey D. – “Understanding variation in public support for European integration”. *European journal of political research*. ISSN 0304-4130. Vol. 27, n.º 1 (1995), p. 3-19.

considerado como um facto longínquo e abstracto, tornando-se uma realidade cada vez mais presente no quotidiano e no discurso político de cada país.⁸⁰¹

No entanto, ainda de acordo com o texto do relatório, grande parte das discussões ocorridas por ocasião das campanhas eleitorais para o referendo tinham estado centradas nos problemas internos de cada país, demonstrando uma clara falta de envolvimento dos cidadãos na construção europeia. Assim, para explicar este estado de coisas, a teoria mais comum invocava uma política de informação deficiente. Ora, nas palavras do Arie Oostlander «[...] uma política de informação não pode corrigir por si só os problemas estruturais da Comunidade Europeia».⁸⁰²

A partir desta constatação, faz-se um diagnóstico dos motivos subjacentes ao afastamento da opinião pública do destino da Comunidade Europeia. Paradoxalmente, os êxitos comunitários em certos domínios explicavam a desilusão e o afastamento dos cidadãos quando as instâncias comunitárias não conseguiam resolver os problemas noutras áreas. Além disso, a opção de Bruxelas em dar primazia aos aspectos materiais e económicos, reduzindo a CE a uma comunidade económica, em detrimento da dimensão cultural mais orientada para a vertente espiritual dos cidadãos, levava a que a construção europeia só suscitasse o interesse de empresários e funcionários. O Relatório Oostlander defendia uma humanização do projecto europeu passível de levar os cidadãos a «[...] confiar na Comunidade Europeia e sentirem a vontade de assumirem também responsabilidades no âmbito do futuro desenvolvimento da Comunidade Europeia».⁸⁰³ Ora, esta abordagem constituía uma quebra no tradicional funcionamento comunitário, onde as decisões eram tomadas por um círculo muito restrito de pessoas e onde o Parlamento Europeu ocupava um lugar bastante subsidiário.

Neste contexto, à política de informação devia ir além da intenção de “vender políticas”, limitando-se a suscitar reacções positivas dos cidadãos. A este propósito, o relator faz uma análise da situação bastante acutilante ao afirmar:

Os cidadãos europeus devem poder interpelar os seus representantes políticos sobre as decisões que estes tomem. Em consequência, a informação desses cidadãos e das suas organizações torna-se um dever democrático. A execução de uma política de

⁸⁰¹ CAUTRES, Bruno – “Les attitudes vis à vis de l’Europe”. In BRECHON, Pierre; CAUTRES, Bruno, dir. – *Les enquêtes eurobaromètres: analyse comparée des données socio-politiques*. Paris: L’Harmattan, 1998. ISBN 2-7384-7270-2. p. 91. Sobre as reacções ao Tratado de Maastricht nos vários Estados-Membros, ver FRANKLIN, Mark; MARHS, Michael; McLAREN, Lauren – “Uncorking the bottle: popular opposition to European unification in the wake of Maastricht”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 32, n.º 4 (1994), p. 455-472.

⁸⁰² OOSTLANDER, Arie – *Op. cit.* p. 11.

⁸⁰³ OOSTLANDER, Arie – *Op. cit.* p. 12.

informação não pode, por estas razões, constituir uma oportunidade aproveitada para fins utilitários ou revestir-se de um carácter de manifestação propagandística. Dentro da Comunidade Europeia, a informação está ainda demasiado orientada para a “venda” da política ou “venda” da Comunidade Europeia como instituição destinada ao bem-estar e à prosperidade dos cidadãos.⁸⁰⁴

Sendo assim, compreende-se a crítica formulada ao facto de as campanhas de informação para a concretização do mercado único terem realçado apenas suas vantagens, omitindo os inconvenientes próprios de tal projecto.

De acordo com esta perspectiva, à política de informação competia criar condições para que os cidadãos e as suas organizações pudessem formular e exprimir autonomamente as suas opiniões acerca do projecto europeu. Isso implicava esclarecer quais os mecanismos disponíveis para que os cidadãos pudessem dirigir-se à Comunidade Europeia, tendo por base o conhecimento dos seus direitos políticos e sociais. Nesta dinâmica, o princípio de subsidiariedade vertical e horizontal ocupava um lugar nevrálgico, pois permitiria, através da definição clara de responsabilidades de formulação e de execução, aumentar a eficácia da política de informação. A subsidiariedade vertical regulava a ligação entre as responsabilidades de informação da Comunidade e as das autoridades nacionais, regionais e locais.⁸⁰⁵ Já a subsidiariedade horizontal clarificava as relações em termos de informação e de comunicação entre as organizações sociais (estabelecimentos de ensino, sindicatos, bibliotecas ou organizações de juventude) e as autoridades administrativas. Aliás, o Relatório Oostlander atribuía grandes potencialidades à sinergia entre estes diversos patamares, afirmando que «A eficácia, e possivelmente a eficiência, da política de informação aumentará na medida em que a Comunidade Europeia tenha a noção clara do que lhe compete fazer e do que as organizações sociais poderão fazer».⁸⁰⁶

Mas, com este relatório, o Parlamento Europeu enfatiza ainda a relevância de um diálogo aberto com os cidadãos ao dedicar a última parte do texto à comunicação externa e interna. Quanto à primeira, advertia-se para a necessidade de atender ao

⁸⁰⁴ OOSTLANDER, Arie – *Op. cit.* p. 15.

⁸⁰⁵ Por exemplo, na Suécia, as autoridades nacionais sempre desempenharam um importante papel na divulgação de informação sobre a União Europeia, tanto antes como depois da adesão, cf. “The Swedish government’s EU information services”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1998), p. 17-19. Sobre a preparação à adesão ver também o caso da Polónia: “Poland: national strategy for integration: information activities”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1998), p. 18-19; KABAT, Danuta – “Preparing for EU membership: the European information activities of the polish government”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 11-12 (2000), p. 6-9.

⁸⁰⁶ OOSTLANDER, Arie – *Op. cit.* p. 13-14; citação da p. 14.

impacto informativo das decisões de todas as instâncias comunitárias, esclarecendo sempre qual o papel de cada um dos intervenientes, nomeadamente do Parlamento, do Conselho e da Comissão, sem perder de vista o conjunto. Por outro lado, a comunicação externa devia orientar-se para uma política de grupos-objectivo, sobretudo na transmissão factual da informação, com as instituições a permanecerem sempre directamente acessíveis aos cidadãos. Já a comunicação interna implicava uma colaboração efectiva dos serviços administrativos e dos responsáveis políticos com os profissionais da comunicação. Neste sentido, devia conferir-se à comunicação uma atenção política permanente, havendo sempre uma análise do tratamento informativo a dar a todas as fases do processo de decisão.⁸⁰⁷

Para finalizar a sua análise, o relatório sugere orientações específicas, em termos de comunicação, para cada uma das instituições comunitárias. Assim, em relação ao Parlamento, considerava essencial uma maior atenção ao público em geral, pois o seu papel só podia ser reconhecido e valorizado por aqueles que tinham acesso a dados acerca do seu funcionamento, o que acontecia com um número muito reduzido de cidadãos, os quais acediam a essa informação apenas em termos institucionais ou profissionais. Nesse sentido, aconselhava a adopção de uma política de grupos-objectivos, pois as suas decisões diziam frequentemente respeito a grupos específicos.⁸⁰⁸ No caso da Comissão, preconizava-se uma colaboração estreita com o Parlamento Europeu, pois este devia analisar e pronunciar-se sobre a política de comunicação, além de lhe competir aprovar o montante efectivo do orçamento para a área. Quanto ao Conselho, o relatório demonstra uma atitude muito crítica, considerando que as propostas tendentes a aumentar a acessibilidade aos seus trabalhos não tinham consequências reais, já que o princípio das reuniões à porta fechada e do segredo das deliberações obstavam a uma verdadeira abertura, comprometendo um sistema totalmente democrático.⁸⁰⁹

Para terminar, podemos concluir que na visão do Parlamento, transmitida por este relatório, a política de comunicação devia adoptar uma nova dinâmica, ligando-se a todas as fases de decisão e dirigindo-se a um cidadão com responsabilidades políticas e não apenas a um simples cliente ao qual se pretendia vender um produto. Tratava-se de

⁸⁰⁷ OOSTLANDER, Arie – *Op. cit.* p. 16-17.

⁸⁰⁸ Para uma visão mais alargada da política de informação e comunicação do Parlamento Europeu, no final da década de noventa, ver FORONCELLI, Sabrina – *La politique d'information et de communication du Parlement européen: une communication institutionnelle entre information et séduction*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1999. Tese. Em especial p. 37-96.

⁸⁰⁹ OOSTLANDER, Arie – *Op. cit.* p. 17-19.

passar do simples conhecimento para a explicação e compreensão do projecto europeu de maneira a levar os cidadãos a terem uma atitude empenhada neste campo e para ultrapassar o *deficit* democrático apontado às instâncias europeias.⁸¹⁰ Assim, a perspectiva de *deficit* democrático assentava numa visão institucional, na medida em que enfatizava os aspectos relacionados com as oportunidades oferecidas à participação dos cidadãos nas tomadas de decisão e a necessidade de reformulação institucional para resolver os problemas da democracia na UE. Mas abordava, também, uma perspectiva sócio-psicológica mais orientada para as questões relacionadas com a identidade europeia e a inexistência de uma opinião pública também ela europeia.⁸¹¹

Além da exposição de motivos que acabámos de examinar, o Relatório Oostlander apresentava igualmente uma proposta de resolução publicada no *Jornal Oficial*.⁸¹² Apresentando um texto bastante longo recupera as principais ideias expostas no relatório, com alguns pontos dedicados à estrutura de difusão da informação descentralizada. Neste sentido, retoma a ideia de cooperação vertical e horizontal sublinhando a importância da colaboração com entidades de ligação nacionais, regionais e locais, as quais deviam ser apoiadas pela Comissão. Invoca-se a experiência dos Euroguichets, onde as respostas às solicitações do cidadão comum eram mais rápidas e pormenorizadas e a possibilidade de parcerias com as bibliotecas públicas, fontes de informação privilegiadas para o grande público.⁸¹³ Aliás, para a difusão da informação impressa, no relatório de actividades de 1992, esclarece-se que o SPOCE tinha aumentado a sua rede de vendas, procurando alargar os seus pontos de venda para a

⁸¹⁰ LAWSON, Jenny – “Filling the European information gap”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 1 (1993), p. 27-28.

⁸¹¹ Sobre este assunto ver CHYSSOCHOOU, Dimitris N. – “EU democracy and the democratic deficit”. In CINI, Michelle – *European Union politics*. Oxford: Oxford University Press, 2003. ISBN 0-19-924836-2. p. 365-382. A visão institucional do deficit democrático começou por salientar o carácter de secretismo da tomada de decisão do Conselho mas, à medida que a ratificação do Tratado de Maastricht se complicava, passou também a envolver as formas de procedimento da Comissão; cf. LODGE, Juliet – “Transparency and democratic legitimacy”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 32, n.º 3 (1994), p. 344-347. Para uma revisão crítica da literatura sobre os fundamentos do deficit democrático no projecto europeu, ver NEWMAN, Michael – “After the ‘permissive consensus’: still searching for democracy”. In RICHARDSON, Jeremy – *European Union: power and policy-making*. 3rd ed. New York: Routledge, 2006. ISBN 0-415-35814-0. p. 377-397. Todavia, outros autores consideram não haver verdadeiro *deficit* democrático no âmbito da UE, sobre isto ver CROMBEZ, Christophe – “The democratic deficit in the European Union: much ado about nothing?”. *European Union politics*. ISSN 1465-1165. Vol. 4, n.º 1 (2003), p. 101-120.

⁸¹² “Resolução sobre a política de informação da Comunidade Europeia”. *JOCE*, n.º C 268 (04.10.1993), p.192-196.

⁸¹³ *Idem, ibidem*. p.193 e 196. Sobre o Euroguichet do Luxemburgo, ver COLOMER, Andrée – “Les agences européennes d’information sur la consommation: l’Euroguichet-Consommateur de Luxembourg”. *Revue européenne de droit de la consommation*. ISSN 0775-3209. Vol. 4 (1993), p. 195-202.

Europa Central e Oriental, reforçando a rede de Euro-livrarias e celebrando acordos com organismos nacionais especializados na difusão de informações específicas.⁸¹⁴ O objectivo era chegar a um auditório maior, pois fica subjacente a preocupação com o facto de a informação comunitária só estar acessível a certos grupos privilegiados, aos quais as vantagens da integração europeia ficavam restritas. A este propósito insistia-se, para que «[...] nessa informação, se dê igualmente atenção, sobretudo, aos meios de os cidadãos se fazerem ouvir pelas instituições comunitárias, de modo que as decisões não sejam apenas influenciadas por grupos de interesses profissionais».⁸¹⁵ Assim, a informação europeia devia almejar a concretização de um diálogo efectivo com o conjunto dos cidadãos, ultrapassando as limitações de um processo de decisão muito complexo e opaco para os não iniciados. O objectivo da política de informação era fomentar a participação dos cidadãos.

Há também o cuidado de recomendar a cooperação de todas as instituições comunitárias em matéria de informação em sectores específicos, como a criação de bancos de dados, do serviço de recortes de imprensa, de publicações e de visitas, bem como da instalação em espaços comuns dos gabinetes da Comissão e do Parlamento nos Estados-Membros.⁸¹⁶

VI.3. Selecção de mensagens para criar uma opinião pública europeia

Em Março de 1993, Willy De Clercq apresentou à Comissão as conclusões de um trabalho de reflexão sobre a política de informação e comunicação da Comunidade Europeia, completado por um volumoso anexo com os resultados da análise das sondagens *Eurobarómetro* às opiniões públicas europeias, a imagem qualitativa da Comunidade e a dimensão institucional. O estudo apresentado foi conduzido por um conjunto de especialistas nomeados pela Comissão Europeia, no final de 1992, com uma tripla missão: descrever a situação das políticas de informação e comunicação, em termos comunitários e nacionais, avaliar a qualidade dos dispositivos e das acções desenvolvidas nesta área e as causas do *deficit* de comunicação, além de formular recomendações sobre a estratégia adequada para que as instituições e os Estados-

⁸¹⁴ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – XXVI Relatório geral sobre a actividade das Comunidades Europeias 1992. Luxemburgo: SPOCE, 1993. ISBN 92-826-5344-7. p. 403.

⁸¹⁵ “Resolução sobre a política...”. *JOCE*, n.º C 268 (04.10.1993), p. 194.

⁸¹⁶ *Idem, ibidem*. p.195.

Membros conseguissem responder às necessidades, preocupações e esperanças dos cidadãos relativamente ao processo de integração europeia.⁸¹⁷

O Relatório De Clercq começa por fazer um diagnóstico da opinião pública acerca do projecto europeu, concluindo que a Comunidade estava em crise, predominando os sentimentos de desconfiança e de afastamento. Por outro lado, os peritos enfatizam o facto de não existir uma verdadeira opinião pública europeia, mas antes um conjunto de opiniões variadas, diferindo consoante os países, as faixas etárias, o sexo, as categorias sociais e outros factores, tanto em termos nacionais como comunitários.⁸¹⁸ Esta situação era explicada pelo facto de os cidadãos não terem acesso a uma comunicação adequada na medida em que as mensagens transmitidas eram frias, áridas e racionais, porque, ao focalizar-se no Tratado da União Europeia, estava a vender-se um mau produto ao público.

A ênfase no Tratado de Maastricht era criticada nestes termos: «C'est une erreur que d'essayer de "vendre Maastricht", au lieu de vendre les effets bénéfiques que l'Union européenne aura pour chacun d'entre nous».⁸¹⁹ Como notou Mariano Sánchez Martínez, os relatores defendiam uma comunicação persuasiva e propagandística, equiparando-a a uma acção de venda, seleccionando a parte do todo mais positiva e benéfica (a integração europeia) para fazer a promoção de um conjunto global que, no final, estaria incluído gratuitamente no lote parcial adquirido pelo comprador.⁸²⁰ Nesta linha, solicitava-se uma profissionalização das actividades de comunicação, pois só assim seria possível obter a aprovação, o envolvimento e o apoio dos destinatários das mensagens. O intuito era convencer e não esclarecer. Objectivo válido para a generalidade dos cidadãos, mas também especificamente para os meios jornalísticos, os quais deviam ser convencidos a aderir à UE para se tornarem verdadeiros defensores da causa comunitária.⁸²¹ No entanto, paralelamente, afirma-se: «Il faut expliquer les différents aspects de chaque décision, les positifs comme les plus problématiques».⁸²² Note-se, aliás, que esta atitude era já mais consentânea com a promoção da transparência adoptada pela Comissão.

⁸¹⁷ DE CLERCQ, Willy – *Réflexion sur la politique d'information et de communication de la Communauté européenne: rapport du groupe d'experts*. Bruxelles: [CE], 1993. Sobre este relatório ver DUMONT, Bérengère – *Op. cit.* p. 70-74 e MARZO, Maria Josefa – *Op. cit.* p. 31-33.

⁸¹⁸ DE CLERCQ, Willy – *Op. cit.* Vol. 1, p. 3 e Vol. 2, p. 22.

⁸¹⁹ *Idem, ibidem.* p. 4

⁸²⁰ SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Mariano – *Op. cit.* p. 193.

⁸²¹ *Idem, ibidem.* Vol. I, p. 30 e 35.

⁸²² *Idem, ibidem.* Vol. I, p. 9.

Segundo o relatório, a crise na imagem da UE advinha do facto de o conteúdo das mensagens transmitidas não estar adaptado aos conhecimentos dos cidadãos, recorrendo em excesso ao jargão comunitário. Situação agravada pelo excesso de informação e pelo *deficit* de comunicação:

[...] nous sommes confrontés à une masse d'informations hors de propos, mal ciblées et déroutantes, qui rendent virtuellement impossible de communiquer le bon message au bon destinataire, de la bonne manière, au bon moment et au bon endroit.

Esta ideia é aprofundada mais à frente:

L'opinion publique ne changera pas par le simple fait d'organiser davantage de conférences de presse. Elle n'a pas besoin de plus d'informations. En réalité, on peut dire qu'elle dispose probablement de trop d'informations, dans la mesure où elles sont ennuyeuses, sèches et inappropriées. Ce dont les gens ont par contre besoin, c'est davantage de communication: des messages stimulants, excitants, motivants et qui les touchent; des stimuli qui modifient leur attitude.⁸²³

Portanto, reconhecia-se que o problema residia na qualidade da informação mas, em vez de se enfatizar a melhoria deste aspecto, propunha-se enveredar por um modelo onde predominasse uma comunicação orientada para o marketing, tendo em vista a mudança da percepção que os cidadãos tinham da construção europeia. Neste sentido, aconselhava-se às autoridades trabalharem a mudança de percepção da realidade dos cidadãos e não alterar ou corrigir essa mesma realidade.

O alvo desta comunicação devia ser o conjunto dos cidadãos europeus e não apenas as elites políticas e intelectuais. De facto, a construção europeia tinha de ser compreensível e tornar-se interessante para todos, pois seria uma forma de suscitar o apoio do público. Aliás, esta é a ideia predominante em todo o documento, não havendo alusões à motivação dos cidadãos para participarem de forma activa na construção europeia nem à necessidade das instituições europeias criarem mecanismos de abertura que possibilitassem esse envolvimento. No entanto, se por diversas vezes ao longo do texto se afirma que todos os cidadãos devem ser envolvidos, simultaneamente apontam-se grupos-alvo preferenciais, potencialmente mais propícios a desenvolver atitudes favoráveis, nomeadamente as mulheres e os jovens.⁸²⁴

⁸²³ *Idem, ibidem.* Vol. I, p. 5 e 10.

⁸²⁴ *Idem, ibidem.* Vol. I, p. 10-13.

Para chegar aos receptores, impunha-se a utilização de uma linguagem simples, credível e pertinente, tendo por base fundamentalmente os meios audiovisuais e radiofónicos, já que eram aqueles que possuíam maior auditório. Na perspectiva do relatório, isto implicava que a comunicação da Comissão diminuísse significativamente o uso do suporte papel para chegar aos grupos-alvo. Paralelamente, as unidades de informação europeia já existentes deveriam continuar a assegurar aos cidadãos um acesso directo à legislação, às políticas e aos programas comunitários. Propunha-se, ainda, a criação de um serviço de informação único em cada região, com um número de telefone comum, onde os cidadãos pudessem receber orientações sobre onde dirigir-se para obter respostas a questões sobre a Europa. Outra proposta, para facilitar o acesso às instituições europeias, era a criação de Casas da Europa, com uma biblioteca, um museu e outros serviços.⁸²⁵ Mas as publicações continuavam a ser um meio privilegiado para fazer chegar a mensagem europeia ao cidadão, pelo que o Relatório De Clercq incluía algumas observações a este respeito, realçando em particular a importância de um conteúdo centrado numa descrição atraente da UE, demonstrando o seu contributo para o bem-estar dos cidadãos.⁸²⁶ São também feitas algumas considerações acerca da distribuição das brochuras de divulgação, sublinhando-se a importância da sua promoção eficaz, dando novamente aos aspectos comunicacionais um lugar central.⁸²⁷

Para concretizar a estratégia proposta, o relatório definia algumas alterações em termos de organização, em particular a criação de um Gabinete de Comunicação, sob a tutela do Comissário responsável pela área e com ligação directa ao Presidente da Comissão. A este serviço incumbiria a definição das linhas directrizes de uma política de comunicação coerente, a elaboração de uma estratégia global, garantindo que as campanhas institucionais e sectoriais eram consentâneas, assegurar que os órgãos comunitários falavam a uma só voz, garantir o uso de instrumentos de recolha de dados e de análise das atitudes do público.⁸²⁸ No entanto, como já notou Judith Barton, «A Commission, backed by a large public relations machine, would arguably be less open

⁸²⁵ *Idem, ibidem*. Vol. I, p. 17 e 27.

⁸²⁶ Como notaram Felice Dassetto e Michel Dumoulin, apresenta-se a construção europeia enquanto dinâmica social inscrita no decurso “natural” da história e sem alternativa, cf. DASSETTO, Felice; DUMOULIN, Michel – *Op. cit.* p. 133.

⁸²⁷ DE CLERCQ, Willy – *Op. cit.* Vol. I, p. 38.

⁸²⁸ DE CLERCQ, Willy – *Op. cit.* Vol. I, p. 18.

and accessible than at present, with every word vetted by the Communications Office and little opportunity to reach those who initiate and write policy».⁸²⁹

VI.4. Uma nova abordagem: informação, comunicação e transparência

Na terceira Comissão presidida por Jacques Delors, a partir de Janeiro de 1993, o Comissário português João de Deus Pinheiro assume a responsabilidade da pasta da informação. Procura, então, responder ao cenário de mudanças internas e externas à UE, formulando uma nova abordagem em termos de informação, no sentido de mobilizar os cidadãos para uma “participação activa” em larga escala, e já não reduzida a elites bem informadas mas pouco numerosas, aumentando a possibilidade de intervenção política a sectores cada vez mais amplos através de «[...] um sistema onde informar significa explicar e dar a conhecer, comunicar significa escutar e dialogar e transparência significa que a preocupação maior ao desempenhar as duas anteriores é a da verdade total».⁸³⁰ A opinião pública deixava de ser simples espectadora da construção comunitária para assumir uma intervenção efectiva, tornando-se num verdadeiro parceiro das decisões europeias.⁸³¹ Assim, o carácter democrático do governo europeu ultrapassava a participação pontual dos cidadãos aquando dos actos eleitorais, pois agora estes podiam pronunciar-se, intervir e avaliar as decisões tomadas, graças a uma nova postura comunicacional das instituições de Bruxelas.⁸³² Esta aproximação da UE em relação aos seus cidadãos visava ultrapassar os erros de avaliação e as incompreensões ocorridas durante o processo de ratificação do Tratado de Maastricht. Tal significava igualmente que o interlocutor privilegiado passava a ser directamente o conjunto global dos cidadãos, a opinião pública na sua totalidade, e não as

⁸²⁹ BARTON, Judith – “Reflection on information and communication policy of the European Community”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1993), p. 25.

⁸³⁰ PINHEIRO, João de Deus – *Informação, Comunicação, Transparência*. Luxemburgo: SPOCE, 1994. ISBN 92-826-7657-9. p. 2.

⁸³¹ BIANCHERI, Frank – *Op. cit.* p. 11-12.

⁸³² Todavia, esta não era a opinião de Nicholas Moussis, pois, do seu ponto de vista, o deficit democrático europeu tinha acabado com as primeiras eleições directas para o Parlamento Europeu, em 1979, e com o aumento progressivo da sua área de influência. Nesta perspectiva, deveria falar-se antes em deficit de informação. Cf. MOUSSIS, Nicolas – “La construction européenne et le citoyen: déficit démocratique ou déficit d’information”. *Revue du marché commun et de l’Union européenne*. ISSN 0035-2616, n.º 436 (2000), p. 153-159. Esta ideia foi retomada em 2004, mas nessa altura o autor preferia falar em política comum de comunicação, seguindo, aliás, a orientação da própria Comissão, cf. MOUSSIS, Nicolas – “Pour rapprocher les citoyens de l’Union: une politique commune de la communication”. *Revue du marché commun et de l’Union européenne*. ISSN 0035-2616, n.º 481 (2004), p. 500-508. Esta é também a ideia de Sophia Kaitatzi-Whitlock que, a partir da sua análise da relação das instituições da UE com os média, fala em “communications deficit and the disempowerment of the EU citizens”, cf. *Europe’s political communication deficit*. [S. l.]: Arima Publishing, 2005. ISBN 1-84549-099-1. p. 263-296.

administrações e outros multiplicadores da mensagem europeia, considerados, desde o início, como elementos imprescindíveis da política de informação comunitária.

O ponto-chave desta nova abordagem da Comissão em matéria de informação foi a publicação de uma colectânea de catorze documentos SEC e dois COM com o sugestivo título *Informação, Comunicação, Transparência*.⁸³³ Ora, segundo Neville Keery,

This deliberate emphasis on communication arises from the Commission's analysis that the weakness of consensus between the Community's leaders and its citizens has been due not so much to a lack of information or the absence of a message, as to a failure to ensure that available information communicates with the citizen.⁸³⁴

Esta colectânea de documentos inserem-se na longa lista de reflexões e orientações elaboradas, desde os anos de 1960, sobre a política de informação pela Comissão Europeia, mas distinguem-se dos anteriores por diversos aspectos. De facto, trata-se da primeira colectânea de documentos COM e SEC sobre este tema, reunidos propositadamente para serem publicados, denotando a preocupação de dar a conhecer a um público mais alargado uma área de acção política até então circunscrita aos organismos comunitários e pouco sujeita ao debate público. Por outro lado, surge pela

⁸³³ A colectânea inclui as seguintes comunicações apresentadas à Comissão pelo português João de Deus Pinheiro, Comissário responsável pela Direcção-Geral Informação, Comunicação, Cultura e Audiovisual, em 1993-1994:

- *A política de informação e de comunicação da Comissão: uma nova abordagem* (SEC (1993) 916/9);
- *Reorganização da Direcção-Geral "Informação, Comunicação, Cultura e Audiovisual (DG X)* (SEC (1993) 1662/2);
- *Execução concreta dos planos de acção de informação* (SEC (1993) 1248/3);
- *Composição e normas de funcionamento do Conselho Consultivo dos Utilizadores* (SEC (1994) 114);
- *A actividade de observação contínua e análise da opinião pública: um novo impulso* (SEC (1993) 1246/3);
- *Utilização dos meios audiovisuais* (SEC (1994) 415);
- *Política de centros e redes de informação* (SEC (1994) 488);
- *Os gabinetes de representação na Comunidade: próximas etapas* (SEC (1994) 80/4);
- *Informação para o exterior* (SEC (1994) 82/4);
- *O papel da informação do pessoal no âmbito da nova estratégia de informação e de comunicação da Comissão* (SEC (1994) 1913);
- *Política de visitas à Comissão* (SEC (1994) 551);
- *Transparência na Comunidade* (SEC (1993) 258 final);
- *Acesso do público aos documentos das instituições* (COM (1993) 191 final);
- *A política de transparência da Comissão: estado de trabalho* (COM (1994) 125/2);
- *Um diálogo aberto e estruturado entre a Comissão e os grupos de interesse especiais* (SEC (1992) 2272 final);
- *Aumentar a transparência do trabalho da Comissão* (SEC (1992) 2274).

⁸³⁴ KEERY, Neville – "The European Commission's new approach to information and communication: access and information in a post-Maastricht context". *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1994), p. 21-23.

primeira vez a associação do trinómio informação, comunicação e transparência que passa a ser uma constante e um princípio basilar do discurso da Comissão Europeia pois, como se refere, «[...] a informação faz parte integrante do processo de comunicação e deve ser directa, completa, simples e clara, constituindo assim a expressão concreta da transparência».⁸³⁵

VI.4.1. À escuta do público

Opta-se por uma orientação explicitamente destinada a satisfazer as necessidades dos utilizadores, pois a política de informação e comunicação tinha de ser pertinente, adaptando-se à procura, o que implicava uma informação acessível e rapidamente disponível promovendo-se, para tal, o recurso a meios que, para a época, eram ainda experimentais, ultrapassando a comunicação escrita em suporte papel. Tornava-se imperativo responder à necessidade crescente de informação acessível e facilmente compreensível, o que levava Peter Kangis e Denise Walker a notar que «[...] the Commission's concern should not only be about its own ability to listen but also about how information professionals can disseminate, without filter and distortion, facts and information to do with or emanating from Brussels».⁸³⁶

Neste sentido, o documento *Utilização dos meios audiovisuais* trata da utilização dos meios audiovisuais apresentados como um dos elementos centrais da nova política de informação e comunicação, com particular ênfase para a televisão, que constituía a primeira fonte de informação para 90% dos cidadãos interrogados no *Eurobarómetro* de Dezembro de 1991. Mas invoca-se já o recurso aos meios telemáticos, como o Minitel, e interactivos, como os CD-ROM, para aproximar a Comunidade dos cidadãos.⁸³⁷ Aliás, no ano seguinte, David Ward apelava já ao uso da Internet para aproximar os cidadãos da UE: «Europe must exploit the latest on-line technologies now available on the Internet to help close Europe's democratic deficit and make information about EU institutions far more open and accessible».⁸³⁸

Paralelamente, houve uma preocupação com a melhoria e o incremento da recolha e análise da informação de retorno sobre os pontos de vista da opinião pública, justificada pela necessidade de a Comissão possuir dados que lhe permitissem tomar as

⁸³⁵ PINHEIRO, João de Deus – *Op. cit.* p. 9.

⁸³⁶ KANGIS, Peter; WALKER, Denise – “Information for Europe”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1996), p. 25-26.

⁸³⁷ PINHEIRO, João de Deus – *Op. cit.* p. 32-35.

⁸³⁸ WARD, David – “Rewiring democracy: the role of public information in Europe's information society”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1995), p. 19.

decisões políticas adequadas, conseguindo, inclusive, antecipar-se a certas reacções do público.⁸³⁹ Naturalmente, este conhecimento serviria para orientar a política de informação e comunicação, mas ia-se mais além, pois o texto refere que «[...] a Comissão deve conhecer, antes de adoptar qualquer iniciativa política, o estado da opinião pública, ou pelo menos as posições dos grupos específicos abrangidos pela iniciativa em causa».⁸⁴⁰ Em certa medida, esta orientação podia significar uma subordinação da acção política à vontade da opinião pública. Neste contexto, a Comissão necessitava de instrumentos de recolha e análise dispendiosos, para o efeito, do *Eurobarómetro* ordinário e do *Flash-Eurobarómetro*. O primeiro era aplicado duas vezes por ano, formulando um grande número de perguntas, algumas das quais repetidas periodicamente a fim de determinar tendências. Além destas perguntas fixas incluíam-se também perguntas variáveis sobre temas de actualidade. Em ambos os casos, as Direcções-Gerais da Comunidade eram chamadas a participar na definição das questões. Já o *Flash-Eurobarómetro* correspondia a sondagens rápidas, abrangendo um número limitado de questões sobre um assunto específico. Os resultados de ambos os tipos de sondagem eram disponibilizados aos membros da Comissão e às Direcções-Gerais, bem como à imprensa e a um leque alargado de assinantes. Além disso, os resultados destas sondagens constituíam também um material intensivamente analisado em Universidades e centros de investigação o que, segundo a Comissão, representava um contributo activo para concretizar os objectivos da transparência.⁸⁴¹

Esta auscultação da opinião pública era tanto mais necessária quanto a Comunidade ocupava um lugar cada vez maior no debate público, sendo frequentemente responsabilizada por muitos problemas. Os cidadãos estavam mais vigilantes e exigentes em termos de acesso à informação, rejeitando os lugares comuns e a propaganda, tornando-se imprescindível escutar o que eles tinham a dizer. A Comissão encarava esta situação como um desafio em termos informativos e comunicacionais, afirmando a este respeito que

A informação e a comunicação não podem substituir a acção política mas constituem um elemento indispensável de qualquer política eficaz. Sem se chegar ao ponto de afirmar que a política não existe enquanto não é comunicada, o que é

⁸³⁹ PINHEIRO, João de Deus – *Op. cit.* p. 28.

⁸⁴⁰ *Idem, ibidem.* p. 28.

⁸⁴¹ *Idem, ibidem.* p. 28 e 30.

certo é que a comunicação eficaz desempenha um papel primordial para determinar o grau de êxito de qualquer política.⁸⁴²

Neste intuito de aproximação ao cidadão, em 1996, o Parlamento e a Comissão lançam a iniciativa conjunta “Os cidadãos primeiro”, com o intento de estabelecer uma comunicação mais efectiva com o público. O objectivo deste projecto era a promoção de um melhor aproveitamento dos direitos que a cidadania europeia garantia. Posteriormente, o Comité da Regiões aderiu igualmente ao projecto reforçando o diálogo com os cidadãos no contexto regional.⁸⁴³

VI.4.2. As orientações da nova estratégia

É neste cenário que deveremos inserir o documento *A política de informação e de comunicação da Comissão: uma nova abordagem*. Assim, este texto foi elaborado no intuito de dar a conhecer os princípios de base e determinar o enquadramento da futura política de informação e comunicação da Comissão, identificando os procedimentos e as estruturas requeridos para a sua concretização. Além disso, tratava também de fazer um diagnóstico da situação. Aliás, caracteriza-se o cenário interno sem grandes contemplações, apontando-se os problemas centrais da política de informação e de comunicação.

Considerava-se que a Comissão carecia de uma estratégia global e coordenada de divulgação dos seus objectivos políticos, situação agravada por um excesso quantitativo de informação mas de qualidade insuficiente. Por outro lado, a Comissão não dava a devida importância à informação e à comunicação, faltando-lhe uma abordagem profissional. Isto reflectia-se também no desconhecimento científico dos grupos de destinatários a atingir, não havendo capacidade para definir com rigor o tipo de informação que os cidadãos procuravam. Além disso, a linguagem dos documentos comunitários era excessivamente tecnocrática e os meios de comunicação mais avançados não eram devidamente utilizados. Por fim, as medidas tomadas no final da década de oitenta, nomeadamente a criação do já referido de Programa de Informação Prioritário, não tinham sido executadas de forma a proporcionar os resultados esperados. Outro dos problemas dizia respeito ao quadro institucional da própria UE,

⁸⁴² *Idem, ibidem*. p. 9.

⁸⁴³ CONNOR, Dorothy – “The Committee of the regions puts ‘Citizens First’”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1997), p. 20-22.

pois caracterizava-se pela existência de múltiplas entidades de divulgação de informação, com objectivos por vezes contraditórios e sem coordenação entre si.⁸⁴⁴

Neste cenário, é natural que um dos princípios da nova abordagem da Comissão fosse a criação de uma estratégia coerente, graças à coordenação das diversas entidades de divulgação da informação. Isto passava, em parte, pela integração da componente de informação e comunicação desde a fase de preparação das políticas mais importantes. A coordenação devia também ser feita a nível externo com as outras instituições comunitárias, em particular com o Conselho e o Parlamento, devendo cada uma estar consciente do papel que lhe cabia no âmbito das actividades de informação e de comunicação. Pelo seu lado, a Comissão devia explicar as motivações das suas decisões e responsabilizar-se por elas. Naturalmente, definia-se também como um dos princípios basilares a adaptação à procura, com identificação inequívoca dos destinatários e uma informação acessível, rapidamente disponível. Assim, a linguagem e a estrutura dos documentos devia evitar o uso do jargão comunitário e atender à diversidade da opinião pública e dos contextos culturais dos Estados-Membros. Quanto à acessibilidade, é realçado o papel dos centros e das redes de informação para melhorar a eficácia, a flexibilidade e a penetração das actividades de informação e comunicação da Comissão, dada a sua capacidade para atingir tanto o grande público como os grupos com interesses especiais.⁸⁴⁵

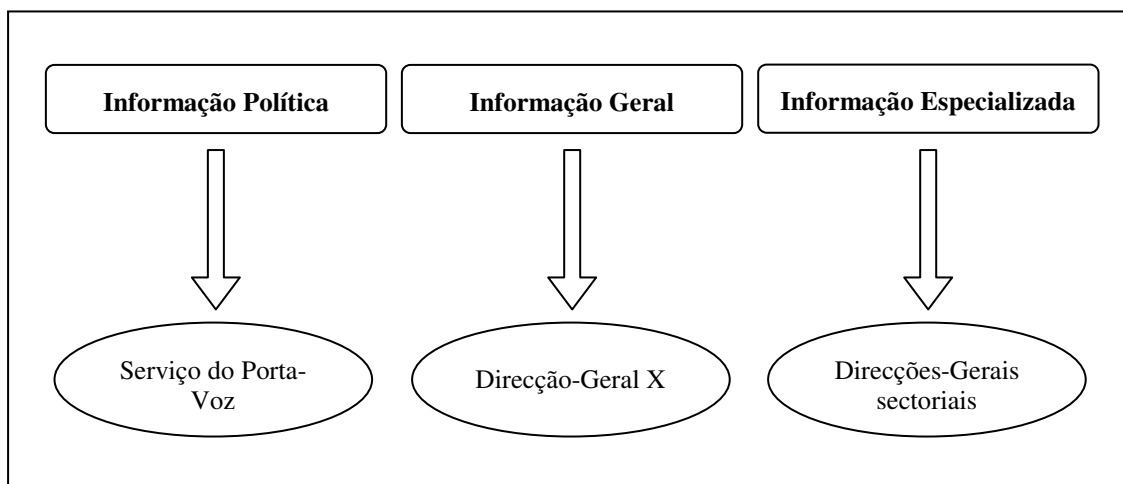


Figura VI-2: *Categorias de informação e responsabilidade orgânica*⁸⁴⁶

Ao nível dos procedimentos e das estruturas, este texto também introduz algumas novidades. Mas para definir as áreas de responsabilidade considera necessário distinguir

⁸⁴⁴ PINHEIRO, João de Deus – *Op. cit.* p. 8-9.

⁸⁴⁵ *Idem, ibidem.* p. 9-11.

⁸⁴⁶ De acordo com o documento *A política de informação e de comunicação da Comissão: uma nova abordagem.* (SEC (1993) 916/9). In PINHEIRO, João de Deus – *Op. cit.* p. 8-14.

três categorias principais de informação (a informação política, a informação geral e a informação especializada), sendo cada qual da responsabilidade de serviços diferentes, respectivamente do Serviço do Porta-Voz, da Direcção-Geral X e das Direcções-Gerais e serviços que tinham a seu cargo o domínio específico [Figura VI-2].

Em termos de estruturas envolvidas na formulação, na concretização e no acompanhamento da política de informação e de comunicação, o documento em análise identificava oito componentes, cada qual com responsabilidades distintas mas com uma forte interacção entre si [Figura VI-3].⁸⁴⁷ Assim, à Comissão cabia definir as prioridades políticas para a área da informação e da comunicação, preocupando-se com a adaptação às modificações contextuais. Um dos seus Comissários tinha alçada sobre o pelouro da informação e da comunicação, enquanto o Serviço do Porta-Voz informava a imprensa acreditada em Bruxelas sobre as actividades da Comissão. O Comissário tinha alçada sobre o trabalho da DG X com a qual o Serviço do Porta-Voz mantinha estreitas relações. À DG X competia desenvolver a política de informação e de comunicação a médio e a longo prazos bem como a coordenação interna das actividades nesta área. Mas também as outras direcções-gerais e serviços tinham responsabilidades em matéria de informação e comunicação na área temática que lhes dizia respeito, além de terem de nomear um correspondente dedicado a este âmbito de acção para servir de interlocutor privilegiado com a DG X.

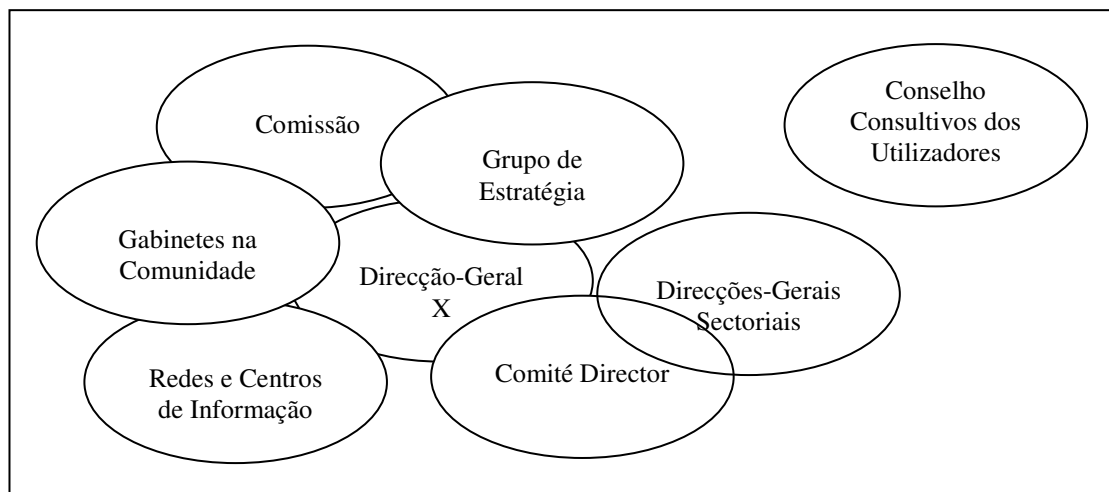


Figura VI-3: *Intervenientes institucionais na política de informação e comunicação em 1993*⁸⁴⁸

Num plano descentralizado, estavam os gabinetes da Comunidade e os centros e as redes de informação. Existiam ainda três componentes que se reuniam,

⁸⁴⁷ PINHEIRO, João de Deus – *Op. cit.* p. 11-14.

⁸⁴⁸ De acordo com o documento *A política de informação e de comunicação da Comissão: uma nova abordagem.* (SEC (1993) 916/9). In PINHEIRO, João de Deus – *Op. cit.* p. 8-14.

esporadicamente, a saber o Grupo de Estratégia, o Comité Director e o Conselho Consultivo dos Utilizadores.⁸⁴⁹ Ao primeiro competia dar assistência ao trabalho do Comissário com o pelouro da informação e da comunicação, integrando um número reduzido de elementos da própria Comissão. O Comité Director era presidido pela DG X e integrava representantes com funções de chefia de todas as direcções gerais e serviços, a fim de garantir uma abordagem integrada e coerente para a política de informação e comunicação. Por fim, o Conselho Consultivo dos Utilizadores integrava representantes da comunicação social e de vários grupos socioprofissionais, cabendo-lhe reunir-se duas vezes por ano para dar a conhecer à Comissão os pontos de vista das principais categorias de utilizadores da informação europeia.⁸⁵⁰

Em termos organizacionais, deveremos ainda destacar a reestruturação da Direcção-Geral Informação, Comunicação, Cultura e Audiovisual (DG X), objecto do documento intitulado *Reorganização da Direcção-Geral “Informação, Comunicação, Cultura e Audiovisual”*. À reestruturação orgânica corresponderam igualmente modificações funcionais com uma clara distinção entre dois tipos de unidades. Por um lado, as unidades encarregadas de acções de estratégia geral e de coordenação das actividades de informação e comunicação realizadas pelas outras DG e pelos diferentes serviços. Por outro lado, as unidades que tinham a seu cargo actividades de informação e de comunicação geral dirigidas a grupos específicos. Além disso, foi igualmente decidido transferir para a DG X as funções de informação interna electrónica que, até então, eram asseguradas pela Direcção-Geral Informática.⁸⁵¹

Como vimos, na nova abordagem à política de informação e comunicação, preconizava-se que todas as propostas de políticas deviam ser acompanhadas de um

⁸⁴⁹ Sobre este organismo de consulta, ver CADDEL, Richard – “Information policy in the EU: towards a local approach”. *European urban and regional studies*. ISSN 0969-7764. Vol. 2, n.º 4 (1995), p. 352-353. Em 1995, o Conselho Consultivo dos Utilizadores passou a designar-se de Conselho dos Utilizadores da Informação. Cf. COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 1995*. Luxemburgo: SPOCE, 1996. ISBN 92-827-5901-6. p. 275.

⁸⁵⁰ A constituição e o funcionamento do Conselho Consultivo dos Utilizadores foi alvo do documento SEC (1994)114, cf. PINHEIRO, João de Deus – *Op. cit.* p. 25-27. Sobre este assunto ver PARKER, Susan – *Op. cit.* p. 264-265. Temos ainda de realçar que se tratava de um órgão pouco conhecido por parte dos profissionais da informação, cf. MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme; PARKER, Susan – “The provision of European information by public libraries in the UK”. *Library management*. ISSN 0143-5124. Vol. 18, n.º 1 (1997), p. 17. Este artigo constitui um resumo do relatório seguinte: MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme; PARKER, Susan – *European Union information in public libraries in the United Kingdom*. Boston Spa: British Research and Innovation Centre, 1996. Irems citar preferencialmente o artigo por ser de mais fácil acesso. Uma divulgação parcial do relatório foi também levada a cabo num artigo de 1997, cf. MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme – “European Union information: an investigation of need amongst public library users in three Scottish authorities”. *Journal of librarianship and information science*. ISSN 0961-0006. Vol. 29 n.º 2 (1997), p. 69-76.

⁸⁵¹ PINHEIRO, João de Deus – *Op. cit.* p. 15-17.

programa de informação. Isto implicava o reconhecimento de que toda a acção desenvolvida pelas direcções-gerais ou por qualquer serviço da Comissão tinha uma dimensão informativa ou comunicacional. Para concretizar esta medida, foi publicado o documento *Execução concreta dos planos de acção de informação*, contendo algumas orientações para o desenvolvimento coordenado e integrado das iniciativas de informação.⁸⁵²

VI.4.3. Os centros e as redes de informação

Na colectânea editada pelo Comissário João de Deus Pinheiro, encontramos também o documento definindo a *Política de centros e redes de informação*, aprovado pela Comissão em Março de 1994.⁸⁵³ O intuito desta comunicação era proporcionar orientações para uma verdadeira integração, baseada na eficácia e na coerência, dos centros e das redes de informação na política de informação e comunicação comunitária. Este intento justificava-se pelo facto de se constatar que, até à data, as unidades de informação tinham sido criadas de forma autónoma, sem coordenação entre si, o que suscitava questões quanto à sua utilidade e à adequação do seu funcionamento.⁸⁵⁴

Assim, constatava-se que, em algumas regiões do espaço comunitário, tinham sido apresentadas queixas pelo número excessivo de agências de informação, as quais entravam em concorrência entre si, enquanto noutras regiões não existiam unidades de informação ajustadas às necessidades. Além disso, muitas vezes não estava claramente definido o tipo de informação que cada centro estava apto a fornecer, o que provocava uma fragmentação do processo de informação, com consequências negativas para a imagem da UE no seu geral. Aliás, não devemos esquecer que, a partir da década de oitenta, a Comissão Europeia tinha começado a apostar na descentralização do fornecimento de informação comunitária, graças ao estabelecimento de parcerias com entidades diversas, dando origem aos, já referidos, Euro Info Centres ou aos Carrefours Rurais, analisados mais à frente.

⁸⁵² *Idem, ibidem.* p. 21-24.

⁸⁵³ *Idem, ibidem.* p. 36-39.

⁸⁵⁴ Aliás, esta era também uma preocupação da European Information Association (EIA), organização de origem inglesa, criada no início da década de 1990, que afirmava em 1993 «[...] there is a need to further clarify the functions, obligations and rights of the existing relay concepts, to see how they inter-relate and to see how they can further develop», cf. “European Information Association”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1993), p. 34.

Nesta altura, e desde 1989, existia já a rede Team Europe, abrangendo centenas de conferencistas habilitados para promover a divulgação de temas europeus, espalhados por todos os países-membros.⁸⁵⁵ O seu raio de acção era já significativo e permitia dar um rosto mais próximo e humano às instâncias comunitárias, sendo que, em 1995, o seu número chegava aos 743 conferencistas com iniciativas em dezanove países.⁸⁵⁶

Simultaneamente, em alguns países, existiam redes de âmbito exclusivamente nacional ou presentes em vários países mas tematicamente muito restritas.⁸⁵⁷ Deveremos também referir a existência dos Euro Info Points dirigidos ao público em geral, que, em 1997, contavam com cinquenta e uma unidades de informação espalhadas por todos os países-membros, excepto a Dinamarca e a Finlândia.⁸⁵⁸ Além destas redes, por exemplo no Reino Unido, na década de noventa, as bibliotecas públicas passaram a desempenhar um papel muito activo na disseminação da informação europeia, constituindo elas próprias uma rede de informação europeia. Também em Espanha, na Dinamarca e nos Países Baixos houve iniciativas semelhantes.⁸⁵⁹ Aliás, num estudo realizado em 1992,

⁸⁵⁵ THOMSON, Ian – “Team Europe”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1998), p. 20. Ver também GUGGENBÜHL, Alain – “A miracle formula or an old powder in a new packaging”. In DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Openness and transparency in the European Union*. Maastricht: European Institute of Public Administration, 1998. ISBN 90-6779-116-4, p. 31.

⁸⁵⁶ COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 1995*. Op. cit. p. 274.

⁸⁵⁷ Ver, por exemplo, THOMSON, Ian – “European Agency of Information on Consumer Affairs (AEIC): a new information relay”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1991), p. 42. Mas existiam também outras unidades de informação vocacionadas para os consumidores em vários Estados-Membros, apesar de não partilharem a mesma designação, cf. “Ten questions on the European Consumer Infocentres pilot project”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1994), p. 22-23. Para o exemplo de uma rede temática restrita, ver BARCLAY, Ian – “The European network for urban forums for sustainable development: information for cities”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1997), p. 17-18 ou DANTAS, Bibiana – “Innovation Relay Centres: link to technology and innovation across Europe”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 2 (1998), p. 9-11.

⁸⁵⁸ ASHE, Fergus – “Communicating Europe: Info Points Europe”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1997), p. 25-26.

⁸⁵⁹ Cf. DOLAN, Michael – “A public library network for European information”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 1 (1994), p. 25-26; GALLIMORE, Alec; CONNOR, Dorothy – “European Union information developments: public access to information on Europe in Manchester Central Library”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1994), p. 22-23, MARCELLA, Rita – “European Union information in public libraries”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1995), p. 21-23 e MARCELLA, Rita; PARKER, Susan; BAXTER, Graeme – “Electronic public information and Europe: an electronic forum in support of transparency and openness in government”. *Vine*. ISSN 0305-5728, n.º 102 (1996), p. 25-30.; MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme; PARKER, Susan – “The provision of European information by public libraries in the UK: seminar held at the Representation of the European Commission in London on 25th June 1996”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1996), p. 22-24; MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme – “European information in public libraries in the United Kingdom: the implementation of the Public Information Relay”. *Public library journal*. ISSN 0268-893X. Vol. 11, n.º 1 (1996), p. 11-12; JOHNSEN, Trine; CONNOR, Dorothy – “Exchanging experience and benefiting the citizen: public European information services in Norway and the United Kingdom”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1997), p. 19-21. Ainda sobre as oportunidades para as bibliotecas proporcionadas pela UE, ver BROPHY, Peter – “Opportunities for libraries in Europe”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1995), p. 20-21. Em 1999, esta rede de informação passou a

tenham sido identificadas cinquenta e quatro redes de informação de alguma forma ligadas à Comissão.⁸⁶⁰

A proliferação das redes de informação era justificada nestes termos

[...] é consequência de um movimento geral no sentido da descentralização, do reconhecimento da impossibilidade de atingir micropúblicos a partir do centro e da aceitação de que a actividade dos centros e redes de informação é particularmente eficaz por envolver públicos que se encontram já receptivos à informação relativa à União Europeia e pelo facto de se lhes dirigirem no contexto de um enquadramento organizacional com o qual se encontram já familiarizados.⁸⁶¹

Faz-se, portanto, a apologia das parcerias, na medida em que estas constituiriam o melhor meio para atingir o público a um nível verdadeiramente local e, dessa forma, concretizar os objectivos da política de informação. Mas a partir de então o relacionamento com os centros de informação devia ser feito numa base contratual, permitindo à Comissão receber indicações sobre a informação a que os utilizadores tinham acesso através destas parcerias. Por outro lado, ainda que continuando a apostar na abordagem descentralizada, promovia-se a integração de todas as actividades de informação e de comunicação numa estratégia global, demonstrando que a UE trabalhava sob um único estandarte.⁸⁶²

Tratava-se, pois, de fazer o equilíbrio entre a centralização e a descentralização da difusão da informação europeia através de uma miríade de redes de informação. A este propósito Peter Bender, autor de uma tese de doutoramento em Ciência Política sobre a comunicação da UE entre 1995-1996, afirmava:

A uniform EU information policy, centrally administrated by Brussels, is neither feasible nor desirable. However, the decentralised information structures in the Member States should be supported adequately by helpdesk style institutions at national or European level. Interinstitutional dissemination of information material

designar-se EPIC (European Public Information Centres), cf. COOPER, Mike – “EPICs: European public information centres”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 31, n.º 1 (2000), p. 4-8; deste autor ver também “Public libraries and EU information”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 51, n.º 10 (1999). p. 346-360.

⁸⁶⁰ Para uma visão global das redes existentes, por exemplo, em Espanha, em 1996, ver MOREIRA, Alfonso – “Ten years of European information in Spain”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1996), p. 20-21. Ver também “Relais et réseaux d’information”. *Crocodile: lettre aux Parlements européens*, n.º 1 (1995), p. 1-20 e COMMISSION EUROPEENNE – *Europe-Info: répertoire des principales sources d’information de l’Union Européenne*. Luxembourg: OPOCE, 1995. ISBN 92-827-4950-9. Para as redes existentes no Reino Unido, em meados dos anos noventa, ver TASKER, Jane – “European information: taking the lead in communicating Europe”. *Library & information briefings*. ISSN 0954-1829, n.º 66 (1996), p. 11-13.

⁸⁶¹ PINHEIRO, João de Deus – *Op. cit.* p. 36.

⁸⁶² *Idem, ibidem.* p. 38.

and telematic links should also be further developed, especially between national administrations and EU relays.⁸⁶³

A Comissão distinguia dois tipos de centros de informação: os que forneciam e divulgavam informação básica de carácter geral e os que trabalhavam com informação destinada a um público específico. De qualquer forma, o objectivo era que o público pudesse dirigir-se à unidade de informação com a qual estivesse mais familiarizado ou que lhe estivesse mais próxima, pois o trabalho em rede devia habilitar todos os centros a responder às perguntas fulcrais dos cidadãos sobre a UE. Assim, o propósito era desenvolver esforços «[...] de cooperação e de parceria entre os centros e redes de informação a fim de que as perguntas possam ser directamente encaminhadas para a estrutura de informação mais adequada».⁸⁶⁴ Mas, em termos de operações de informação, a Comissão fazia ainda a distinção entre as que decorriam junto de entidades que desempenhavam uma função de centro de informação e as que eram concretizadas em função de um programa. Esta última modalidade originava a criação de um centro de informação-programa, criado propositadamente para funcionar no âmbito de um programa da União e no qual a dimensão de informação ao público não era prioridade.⁸⁶⁵

Para terminar, este documento apresentava algumas propostas operacionais de que poderemos destacar o inventário e a preparação de um relatório sobre a situação dos centros de informação nos Estados-Membros, incluindo a análise das propostas para criação de redes de informação, com o objectivo de alimentar uma base de dados, identificando todos os elementos existentes na altura. Outra proposta interessante era a elaboração de um manual de procedimentos para os centros, abrangendo aspectos como a utilização de emblemas, a transmissão de mensagens ou a forma de estabelecer contactos. Por outro lado, propunha-se o reforço da ligação com os gabinetes da Comissão nos Estados-Membros que deveriam participar na coordenação dos centros de informação a nível nacional, regional e local, promover acções de formação para o pessoal destas unidades. Além disso, era-lhes ainda solicitada a elaboração de um guia das fontes de informação da União no seu país.⁸⁶⁶

⁸⁶³ BENDER, Peter – “Official information about EU affairs: co-operation networks of EU institutions and Member States’ governments”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1999), p. 18.

⁸⁶⁴ PINHEIRO, João de Deus – *Op. cit.* p. 37.

⁸⁶⁵ *Idem, ibidem.* p. 38.

⁸⁶⁶ *Idem, ibidem.* p. 38-39.

Para a nova política de informação e comunicação, os Gabinetes de Representação da Comissão nos Estados-Membros constituíam um elo essencial.⁸⁶⁷ De facto, o seu papel não se limitava aos contactos com a imprensa nacional, abarcando igualmente a ligação com os meios políticos, sociais e económicos tendo em vista o estabelecimento de redes de contacto entre a Comissão e as opiniões públicas nacionais. Assim, o seu desempenho devia centrar-se num conhecimento aprofundado da situação dos Estados-Membros, incluindo acompanhar o surgimento de novas ideias, seguir as discussões sobre a evolução da UE e fornecer ao executivo de Bruxelas informações pertinentes para as suas reflexões e propostas políticas. Para melhor enquadrar a sua acção, em Janeiro de 1994, o Comissário João de Deus Pinheiro apresentou à Comissão uma comunicação intitulada *Os Gabinetes de Representação na Comunidade: as próximas etapas*.⁸⁶⁸

Aos Gabinetes competia a representação da Comissão nos Estados-Membros e facilitar o acesso do público à informação comunitária. Para o efeito, deviam preparar um programa de trabalho anual sob a supervisão da DG X e com a colaboração do Parlamento, bem como de outras instituições comunitárias para que a mensagem da Comunidade fosse coerente. Mas também a colaboração dos Estados-Membros era imprescindível, na medida em que as actividades de informação deviam ter em conta a dinâmica própria de cada país. Aliás, esta opção adequava-se ao princípio de subsidiariedade e estava já a ser posta em prática em França e na Itália com a criação dos centros de informação Sources d'Europe em Paris e ANIDE em Roma.⁸⁶⁹ Na mesma dinâmica, em 1995, em Lisboa, foi criado o Centro de Informação Europeia Jacques Delors.⁸⁷⁰ Portanto, a preocupação com uma abordagem coerente não obrigava à uniformização da mensagem.

⁸⁶⁷ Os Gabinetes de Representação da Comissão nos Estados-Membros substituíram os Gabinetes de Imprensa e Informação, conservando algumas das suas atribuições de informação e adquirindo novas competências de tipo diplomático. Sobre este assunto ver MARCELLA, Rita; PARKER, Susan; TORTOLANO, Enrico – “The role of the Representation Offices of the European Commission in EU member states”. *European Access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1996), p. 20-22.

⁸⁶⁸ PINHEIRO, João de Deus – *Op. cit.* p. 40-45.

⁸⁶⁹ *Idem, ibidem.* p. 43. Sobre o centro francês, fundado em 1992, ver RIVOIRE, Emmanuelle – *La politique d'information de la Commission Européenne à l'égard du citoyen* [em linha]. Aix-en-Provence; Marseille: Université Aix-Marseille I; Université de Provence, 1998-2000. [Acedido 04.09.2003]. Mémoire pour l'obtention de la Maîtrise des Sciences et Techniques, Cultures, Economie européennes. Disponível na WWW: <<http://www.up.univ-mrs.fr/~wmstcee/oeuvres/memoires2000/P2000-Rivoire.PDF>>. p. 45-59. Entretanto, este centro adquiriu uma nova configuração com uma aposta orientada para a presença na Web, cf. <<http://www.touteurope.fr>>.

⁸⁷⁰ MARTINHO, Ana Maria; ANTÓNIO, Filomena – “The Jacques Delors Information Centre, Lisbon, Portugal”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1996), p. 25-27.

De acordo com este documento, a função dos Gabinetes englobava quatro vertentes: a função de escuta, a função de comunicação, o estímulo ao debate sobre a Europa e a função de coordenação. A função de escuta implicava um trabalho de ligação entre os Estados-Membros e a Comissão, com base no levantamento de dados sobre os contextos nacionais transmitidos a Bruxelas em tempo útil e enriquecidos com uma apreciação pertinente. Já no que diz respeito à comunicação, o papel dos Gabinetes complementava a acção do Serviço do Porta-Voz, pois devia permitir aos órgãos de comunicação de âmbito regional ou local e sem representantes em Bruxelas aceder a informação actualizada sobre a acção da Comissão. Quanto ao debate sobre a Europa, competia aos Gabinetes organizar sessões públicas, jornadas ou conferências sobre este tema, encorajando a participação, bem como a reflexão de um público alargado e não apenas apresentar o ponto de vista da Comissão. A função de coordenação implicava uma ligação sistemática dos Gabinetes com todas as direcções-gerais, a fim de disporem de informações actualizadas e úteis ao seu público além de facilitar um *feedback* adequado para Bruxelas. Neste sentido, considerava-se fundamental melhorar a cooperação entre os Gabinetes e todos os outros serviços da Comissão, os quais deviam dar a conhecer antecipadamente as iniciativas que envolvessem os Estados-Membros. Por outro lado, sob a égide da DG X, previam-se igualmente reuniões periódicas entre os representantes dos Gabinetes e todas as direcções-gerais e serviços no intuito de melhorar o intercâmbio de informação.⁸⁷¹

A função de coordenação dos Gabinetes estendia-se igualmente aos centros de informação existentes em cada país-membro da Comunidade, competindo-lhes, em ligação com a DG X e outros serviços da Comissão, participar na selecção de novos centros, na reorganização dos que existiam e no incentivo à cooperação com todas as redes de informação.⁸⁷² Assim, por exemplo, no Reino Unido a Representação da Comissão lançou, no final da década de noventa, um sítio *web* congregando ligações para todas as unidades de informação europeia do país e fornecendo actualidades.⁸⁷³

Alguns anos mais tarde, em 1998, o Tribunal de Contas Europeu realizou uma auditoria sobre as acções de informação e de comunicação tuteladas pela Comissão.

⁸⁷¹ PINHEIRO, João de Deus – *Op. cit.* p. 40-42.

⁸⁷² *Idem, ibidem.* p. 44-45. Ainda em 1994, o Gabinete da Comissão em Londres redigiu um documento explicitando as suas funções, nomeadamente quanto à coordenação das redes de informação no Reino Unido, cf. “The European Union: serving the information needs of general public”. *European access.* ISSN 0264-7362, n.º 4 (1994), p. 26-27.

⁸⁷³ Este sítio *Web* existe ainda hoje em dia: <<http://www.europe.org.uk/>> [Acedido 14.03.2008]. Sobre o início deste projecto, ver BARRON, Peter – “The development of Europe.org.uk”. *European information.* ISSN 1461-5428, n.º 13 (2001), p. 20-21.

Neste documento, o tribunal emitia algumas reservas em relação aos processos de financiamento de certas redes e unidades de informação e criticava o facto de não existirem objectivos claros para as iniciativas de informação, algumas das quais não tinham ligação com a política de informação. Não poderemos deixar de estranhar que no elenco das antenas de informação se incluíssem apenas os Info-Points, as Antenas rurais de informação, os Fóruns urbanos e os Centros de informação sobre a Europa, ficando de fora os CDE.⁸⁷⁴ Todavia, esta situação explica-se pelo facto de o tribunal apenas tratar das unidades de informação que recebiam financiamento directo da Comissão.

VI.4.4. Informação para os países terceiros

A estratégia de informação para os países terceiros foi tratada no documento intitulado *Informação para o exterior*, apresentado à Comissão em Janeiro de 1994. Além de traçar algumas linhas de acção, nesta comunicação fazia-se também um ponto da situação sobre as actividades desenvolvidas desde 1990, concluindo-se que por limites orçamentais poucos progressos tinham sido alcançados.⁸⁷⁵

De acordo com este documento, a informação e a comunicação em relação a estes países deviam ser consentâneas com a política externa da UE, com ênfase especial para a política comercial. Assim, as actividades levadas a cabo neste âmbito deviam atender a dois objectivos: informar sobre a UE, criando uma imagem própria que realçasse os valores da paz, da democracia, da prosperidade e da justiça social, e responder à procura de informação sobre as políticas e as acções comunitárias. A este propósito, afirma-se:

O trabalho de informação e de comunicação não deve, pois, conceber-se unicamente como uma “reação”, em resposta a pedidos e situações específicas, mas também e sobretudo como uma “antecipação”: tomar a iniciativa de promover uma imagem positiva da União e criar um contexto geral favorável, no qual possam ser levadas a efeito as políticas da União.⁸⁷⁶

No que toca às necessidades de informação, distinguam-se dois grandes grupos geográficos. Por um lado, os países da Europa eram encarados como membros potenciais da União, pelo que os seus cidadãos tinham direito ao mesmo tipo e ao

⁸⁷⁴ TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU – “Relatório especial n.º 23/98 sobre acções de informação e de comunicação conduzidas pela Comissão, acompanhado das respostas da Comissão”. *JOCE*, n.º C 393 (16.12.1998), p. 47-64.

⁸⁷⁵ PINHEIRO, João de Deus – *Op. cit.* p. 46-53.

⁸⁷⁶ *Idem, ibidem.* p. 46.

mesmo grau de informação que os cidadãos comunitários. No outro grupo estava o resto do mundo, onde, ainda que havendo uma grande diversidade em termos de necessidades de informação, os esforços deviam ser focalizados nos chamados líderes de opinião e nos responsáveis com poderes de decisão. No terreno, a organização das actividades de informação e de comunicação para o exterior era posta em prática pelas Delegações, em articulação com os serviços de Bruxelas. A responsabilidade pela aplicação das estratégias de informação cabia ao Director de cada Delegação competindo-lhe

[...] assegurar-se de que *todos* os membros da Delegação, e não unicamente os responsáveis pela informação, compreendem plenamente a importância das actividades de informação, devendo motivá-los para desempenhar o papel que lhes incumbe, tanto na resposta a pedidos de informação como nos seus domínios de competência específicos, promovendo a imagem da União, em geral.⁸⁷⁷

Por outro lado, definia-se como objectivo integrar em todas as Delegações uma unidade de informação com um agente encarregado da imprensa/informação e um documentalista.⁸⁷⁸

Deveremos ainda notar que o princípio de subsidiariedade também se aplicava, pois preconizava-se uma cooperação estreita entre as Delegações e as embaixadas dos Estados-Membros, o que permitiria uma melhoria da relação custo-eficácia das iniciativas concretizadas. Isto não diminuía a responsabilidade de Bruxelas, já que os serviços centrais tinham de disponibilizar as informações factuais necessárias às Delegações e delinear orientações políticas, fornecendo, desta forma, um apoio regular. Este apoio devia também materializar-se num aumento das verbas disponíveis para as actividades de informação e de comunicação nos países terceiros.⁸⁷⁹ Aliás, alguns anos mais tarde, em 1998, a UE estabeleceu uma parceria com dez instituições de ensino superior nos EUA, onde foram criados *European Union Centers* no intuito de melhorar o conhecimento por parte dos americanos da realidade política, económica e cultural do projecto europeu.⁸⁸⁰

⁸⁷⁷ *Idem, ibidem.* p. 46-47; citação p. 47.

⁸⁷⁸ *Idem, ibidem.* p. 48.

⁸⁷⁹ *Idem, ibidem.* p. 47-49.

⁸⁸⁰ WILKIN, Phil – “European Union Centres in the US”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 10 (2000), p. 8-10.

VI.4.5. Informação interna e visitas

A colectânea de textos editada pelo Comissário João de Deus Pinheiro contém ainda um documento sobre a importância da informação do pessoal e outro sobre a política de visitas da Comissão.⁸⁸¹ A inclusão destes textos significa que ambas as áreas eram encaradas como componentes da estratégia de informação e de comunicação da Comissão.

Relativamente aos funcionários da Comissão, considerava-se essencial que estivessem bem informados sobre as políticas e as actividades comunitárias, não apenas no seu domínio específico de trabalho, mas também num âmbito mais geral. De facto, assim estariam mais aptos para transmitirem uma boa imagem da Comunidade. A facilidade de acesso à informação interna era considerada como um elemento central na melhoria da eficácia e da mobilização dos funcionários. De acordo com o texto, a informação era veiculada aos funcionários de três formas:

[...] a) a Comissão desenvolveu um sistema elaborado de circulação de documentos de trabalho e existem várias bases de dados com informações actualizadas e documentos comunitários; b) o *Courrier du Personnel* editado pela DG X, uma Revista de Imprensa preparada pelo Serviço do Porta-Voz e as Notas Administrativas emitidas pela DG IX circulam em toda a Comissão; c) os próprios serviços organizam reuniões periódicas para fornecer e trocar informações.⁸⁸²

Para melhorar estes processos o documento *O papel da informação do pessoal no âmbito da nova estratégia de informação e de comunicação da Comissão* propunha um recurso mais sistemático à distribuição de informações por via electrónica e a organização de cursos de formação para os funcionários sobre técnicas de informação e de comunicação.

Também as visitas, organizadas pela Unidade Visitas da DG X, à sede da Comissão Europeia, em Bruxelas, eram consideradas um instrumento eficaz da nova abordagem da política de informação e de comunicação, já que constituíam um instrumento de aproximação do cidadão à União e um meio de dar a conhecer as políticas comunitárias. Por outro lado, constituíam igualmente uma forma de relações públicas susceptível de melhorar a imagem das instituições europeias. Tendo em conta os objectivos e os destinatários, distinguiram-se dois tipos de visitas: as visitas prioritárias e as visitas para o público em geral. Assim, as primeiras estavam reservadas

⁸⁸¹ PINHEIRO, João de Deus – *Op. cit.* p. 54-56 e p. 57-61.

⁸⁸² *Idem, ibidem.* p. 55.

a personalidades nacionais ou regionais, como deputados, jornalistas ou representantes dos meios socioeconómicos, escolhidas pelos Gabinetes no Estados-Membros, duravam um ou dois dias e incluíam conferências e encontros para fornecer a informação mais completa possível sobre as políticas comunitárias. Já as visitas para o público em geral, destinavam-se a todos os cidadãos que fizessem um pedido à DG X. O programa destas visitas durava cerca de duas horas, incluindo a apresentação de um vídeo de informação geral sobre as instituições e uma exposição com debate sobre os problemas comunitários. Atendendo aos bons resultados alcançados pelas visitas, aconselhavam-se as direcções-gerais a inclui-las nos seus planos de informação e a colaborar mais activamente na sua preparação com a DG X.⁸⁸³

Portanto, verificamos que, com esta nova abordagem, a Comissão tentou, de facto, realizar uma viragem na sua política de informação, com ênfase para a comunicação, criando novos laços de proximidade com os cidadãos. No entanto, como salientou Stéphanie Meillier,

However, with enough distance, this concern for dialogue and participation appears as nothing more than a sudden flash of genius without concrete follow-up. As Santer took over from Delors, the mandate of DG X still did not include any explicit mention of a deliberative component.⁸⁸⁴

Por outro lado, poderemos questionar até que ponto as orientações definidas e as actividades desenvolvidas corresponderam, de facto, a uma política de informação concreta das instâncias comunitárias, pois continuaram a persistir iniciativas isoladas ou sobrepostas em termos inter-institucionais e mesmo dentro das várias direcções-gerais da própria Comissão, carecendo de liderança global.⁸⁸⁵

VI.5. A informação sobre a União Económica e Monetária

O Tratado de Maastricht punha em marcha a criação da União Económica e Monetária (UEM), definindo três etapas para a instituição da moeda única. A primeira tinha começado no dia 1 de Julho de 1990, com o início da coordenação das políticas monetárias e a liberalização dos movimentos de capitais. Na segunda fase, iniciada em 1 de Janeiro de 1994, houve um reforço da coordenação das políticas monetárias

⁸⁸³ *Idem, ibidem*. p. 57-60.

⁸⁸⁴ MEILLIER, Stéphanie – *Towards better EU communication: a conceptual, organisational and structural challenge*. Bruges: College of Europe, 2006-2007. Tese do Master of European Studies. p. 10.

⁸⁸⁵ THOMSON, Ian – “The emergence of the transparency theme.”. In DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 3.

nacionais no âmbito do sistema monetário europeu com a criação do Instituto Monetário Europeu (IME). Na terceira fase, começada em 1 de Janeiro de 1999, concretizava-se a UEM através de um processo gradual, implicando a transformação do IME em Banco Central Europeu (BCE), com poderes para assumir a direcção da política monetária, para fixar as taxas de conversão entre as moedas e o euro e, finalmente, para pôr a moeda única em circulação a partir de 1 de Janeiro de 2002.⁸⁸⁶

Foi no contexto da segunda fase da UEM, em Março de 1994, que o Parlamento Europeu, através da sua Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e da Política Industrial, publicou um relatório sobre o papel e a independência dos órgãos da União Económica e Monetária, dando uma ênfase específica ao seu dever de informação.⁸⁸⁷ Identificando e caracterizando genericamente os dois órgãos consultivos e as duas instituições da UEM, a saber, o Comité Monetário, o Comité Económico e Financeiro, o Instituto Monetário Europeu e o Banco Central Europeu, o deputado relator Saridakis, lamentava que, para nenhum deles, o Tratado a União Europeia definisse claramente o dever de informação. Neste sentido, a sua proposta de resolução apresenta alguns procedimentos de consulta e de divulgação da informação, susceptíveis de produzirem um contraponto a estas instituições, em particular para o BCE, e de institucionalizar o controlo democrático. Esta iniciativa é relevante para a nossa abordagem, na medida em demonstra que as preocupações com a abertura das instituições comunitárias, nomeadamente na vertente do dever de informação, constituíam uma matéria de reflexão em particular do Parlamento Europeu, que também encontrava aqui oportunidade de pôr em prática o seu papel de controlo a todas as instituições da União.

Para a realização da segunda e da terceira fases da UEM os aspectos relacionados com a informação e a comunicação foram considerados como uma parte essencial da estratégia. Assim, já no *Livro Verde sobre as Modalidade de Passagem à Moeda Única* a comunicação era apresentada como um elemento essencial da introdução do Euro.⁸⁸⁸

Em 1996, a Comissão, em parceria com o Parlamento Europeu, lançou no âmbito do Programa de Informação dos Cidadãos Europeus (PRINCE) a acção prioritária “O euro uma moeda para a Europa”, com o intuito de reforçar a ideia de que a UEM seria realizada em conformidade com o Tratado da União Europeia e para consciencializar os

⁸⁸⁶ OLIVI, Bino; GIACONE, Alessandro – *Op. cit.* p. 273.

⁸⁸⁷ SARIDAKIS – *Relatório da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e da Política Industrial sobre o papel, a independência e o dever de informação dos órgãos da UEM*. Luxemburgo: SPOCE, 03.03.1994. (Documento A3-0132/94). ISBN 92-77-66911-X.

⁸⁸⁸ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Livro Verde sobre as modalidades de passagem à moeda única*, 1995. Bruxelas, 31.05.1995. (COM (1995) 333 final). Ver em especial as p. 71-82.

bancos, os prestadores de serviços financeiros e as grandes empresas a prepararem a transição para o euro. Este intento foi reforçado e alargado, em 1998, com a *Comunicação da Comissão relativa à estratégia de informação sobre o euro*, a qual enfatizava a ideia de responsabilidade partilhada entre a Comissão, o Parlamento Europeu e os Estados-Membros em matéria de comunicação e definia alguns princípios orientadores.⁸⁸⁹ Assim, aos Estados-Membros incumbia um papel central, na medida em que

Para serem credíveis e eficazes, as acções comunitárias devem ser concebidas em função da cultura, da língua e das preocupações dos cidadãos. As melhores fontes de informação serão as mais próximas do cidadão e as que o cidadão considera como autorizadas e fiáveis.⁸⁹⁰

Assim, por exemplo, em 1997, no Reino Unido, que acabou por não aderir à moeda única, tinha já sido criado um sítio *web* «[...] devoted exclusively to the single currency and how it affects the UK – provides access to the kind of information that will help small businesses, in particular, and more broadly, the consumer».⁸⁹¹ Depois, em 1999, o governo lançou um plano nacional para a preparação do país ao euro, com uma forte componente de informação para o público.⁸⁹² Também a Representação da Comissão Europeia, em Londres, atribuía um papel importante às unidades de informação europeia, existentes em algumas bibliotecas públicas do Reino Unido, para difundir informação sobre a introdução do euro.⁸⁹³ Também nos outros países foram desenvolvidas acções específicas para informar os cidadãos sobre o euro e promover a aceitação da nova moeda.⁸⁹⁴ Assim, foi desenvolvida a maior campanha de comunicação à escala europeia em tempo de paz.

⁸⁸⁹ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão relativa à estratégia de informação sobre o euro*. Luxemburgo: SPOCE, 06.02.1998. (COM (1998) 39 final). ISBN 92-78-30725-4. Ver a resolução do Parlamento Europeu sobre a estratégia definida neste documento da Comissão: “Resolução sobre a Comunicação da Comissão relativa à estratégia de informação sobre o euro (COM(98) 0039 – C4-0125/98)”. *JOCE*, n.º C 98 (09.04.1999), p. 167-171.

⁸⁹⁰ *Idem, ibidem*. p. 3.

⁸⁹¹ POWNALL, Charles – “EmuNet: new web site on economic and monetary union”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1997), p. 18-19.

⁸⁹² “HM Treasury: national changeover plan: public information”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1999), p. 24.

⁸⁹³ Sobre este assunto ver o estudo, conduzido por Sarah Jane Cousins e Adrienne Muir, a alguns bibliotecários e utilizadores destas unidades de informação: “Providing information on economic and monetary union: a case study of the East Midlands European Information Relay”. *Journal of documentation*. ISSN 0022-0418. Vol. 58, n.º 4 (2002), p. 396-421.

⁸⁹⁴ Sobre o caso italiano, ver CALIGIURI, Mario – “La più imponente campagna di comunicazione pubblica in tempo di pace”. *Problemi dell’informazione*. ISSN 0390-5195. Ano XXII, n.º 4 (1998), p. 621-630.

Mas a colaboração com as instituições europeias era indispensável, pois constituía uma forma de garantir a coerência das acções de informação sobre o euro. Neste contexto, à Comissão cabia

[...] organizar as suas estruturas para pôr a sua capacidade técnica à disposição de todos os centros de informação que dela necessitem e fornecer-lhes os dados informativos técnicos sobre a moeda única para as suas acções de comunicação e de informação, incluindo os relatórios técnicos, comunicações, perguntas/respostas e conjuntos de argumentos. Estas mensagens e as intervenções serão posteriormente adaptadas e utilizadas por esses centros.⁸⁹⁵

Assim, aos centros de informação competia adaptar a mensagem às características culturais, linguísticas dos seus alvos específicos, de acordo com os princípios da descentralização e da proximidade.

Se, inicialmente, o alvo preferencial das acções de comunicação abrangia os principais agentes económicos e financeiros, com o avançar do tempo, o grande público passou a constituir uma preocupação central, na medida em que se tornava necessário fazer-lhe compreender as razões que motivavam a UEM e era tempo de o familiarizar com a nova moeda para que pudesse depois utilizá-la com facilidade e confiança. De facto, a aceitação do grande público condicionava o êxito da moeda única. Ora, como não era possível decretar essa adesão, tornava-se imperativo suscitá-la através de acções de informação, constantes e de proximidade, sobre as suas consequências concretas. Um exemplo dessas iniciativas é a referência à acção dos Eurogabinetes que, em 1997, tinham realizado mais de 5 milhões de contactos com as PME para as sensibilizar e transmitir-lhes informação sobre o euro.⁸⁹⁶ Em termos de instrumentos e meios de comunicação, este documento da Comissão refere a rádio e a televisão, as brochuras, a Internet, os CD-ROM e as disquetes para chegar mais eficazmente às populações. Mas também as conferências e os seminários, os instrumentos de proximidade, incluindo exposições itinerantes, constituíam meios adequados para chegar ao grande público. Deveremos ainda notar a preocupação com certas camadas específicas da população, como os analfabetos, os deficientes visuais, as pessoas sem domicílio fixo ou em situação de grande pobreza, para as quais era imprescindível criar mensagens e meios de difusão específicos adequados às suas particularidades.⁸⁹⁷

⁸⁹⁵ (COM (1998) 39 final). p. 19-20.

⁸⁹⁶ *Idem, ibidem*. p. 15.

⁸⁹⁷ *Idem, ibidem*. p. 28-29.

No início de 2000, a Comissão publicou um novo texto, onde fazia o ponto da situação das iniciativas de informação e comunicação já realizadas e definia uma estratégia para aplicar nas últimas fases da realização da UEM.⁸⁹⁸ Assim, se a introdução do euro, no dia 1 de Janeiro de 1999, tinha sido um êxito no sector bancário e dos mercados financeiros com uma passagem sistemática e organizada, já o ritmo de preparação das PME para a transição da moeda única em 1 de Janeiro de 2002 era considerada pouco satisfatória. Por outro lado, o público em geral, apesar de já ter recebido informação sobre a moeda única, não tinha grande conhecimento do assunto. Neste contexto, definem-se como grupos preferenciais das campanhas de informação as PME, o grande público e os países não participantes na UEM, mas com relações estreitas com a zona euro.⁸⁹⁹ Faz-se igualmente um balanço do papel desempenhado pela Comissão, considerando-se adequados os princípios de parceria, coordenação e subsidiariedade para a sua intervenção, enquanto coordenadora e gestora dos fundos afectos à campanha de informação sobre o euro pelo Conselho e pelo Parlamento. Simultaneamente, coube-lhe a elaboração de grande quantidade de documentos informativos e de referência, boletins, guias, vídeos e cartazes, além do sítio na Internet com uma base de dados interactiva. As iniciativas levadas a cabo pelos Estados-Membros e por fornecedores de informação do sector privado (bancos, associações empresariais e profissionais) são também analisadas de forma positiva.⁹⁰⁰

Mas a Comissão tem igualmente a preocupação de estabelecer princípios operacionais para melhorar as iniciativas de informação, que deviam ser concretizadas até ao final de 2001. Assim, a coordenação e a cooperação, a definição clara de objectivos, a subsidiariedade, a proximidade, bem como o acompanhamento e a flexibilidade deveriam orientar todas as acções futuras. No que toca aos grupos alvo, as PME e o grande público seriam objecto de uma atenção especial, tal como os grupos minoritários com dificuldades especiais e a população escolar, a qual poderia funcionar como multiplicador junto dos adultos. Paralelamente, salientava-se a necessidade de acompanhar o processo de aprendizagem do euro por parte dos cidadãos e das empresas, através da aplicação periódica de inquéritos qualitativos e quantitativos. Tudo

⁸⁹⁸ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões em matéria de estratégia de comunicação a prosseguir nas últimas fases da realização da UEM*. Bruxelas, 2.02.2000. (COM (2000) 57 final).

⁸⁹⁹ *Idem, ibidem*. p. 3-6.

⁹⁰⁰ *Idem, ibidem*. p. 8-9.

isto demonstra que a UEM foi alvo de uma política de informação e comunicação específica claramente estruturada e avaliada.

Em 1 de Janeiro de 2002, a introdução de notas e de moedas em euros nos doze Estados-Membros foi bem sucedida, mas as acções de informação e de comunicação não terminaram nesta data. De facto, em Agosto de 2004, é dada a público uma *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões relativa à aplicação de uma estratégia de informação e de comunicação sobre o euro e a União Económica e Monetária*.⁹⁰¹ Com o alargamento da UE concretizado em 1 de Maio de 2004, tornava-se imperativo preparar a expansão da zona euro, consolidando a base de apoio público à moeda única. Enquadrando-se no cenário global da política de informação e das suas estratégias, com este documento pretendia-se especificamente «[...] elevar o nível de conhecimento público dentro e fora da UE quanto ao funcionamento da UEM e em contribuir para uma transição harmoniosa dos Estados-Membros que vierem a adoptar o euro».⁹⁰² Neste intuito, o documento em análise elencava os princípios gerais da estratégia, os papéis dos agentes envolvidos, explicitando objectivos e aspectos operacionais.

No que diz respeito aos objectivos, insiste-se, em especial, na “prestação de informações neutras e factuais” que possibilitem a compreensão das implicações decorrentes da adopção do euro. Consequentemente, as mensagens deviam ser actualizadas com base em actividades de auscultação da opinião pública para identificar necessidades e lacunas informativas e avaliar a própria eficácia das campanhas. Mas salienta-se também que devia ser estabelecida a relação entre o euro e a UEM com «[...] a história e os benefícios decorrentes da integração europeia e os valores, tais como a prosperidade, o crescimento, a estabilidade, a transparência de preços, a funcionalidade e a identidade».⁹⁰³ Já os instrumentos da estratégia de comunicação tinham de adoptar uma abordagem multimédia e multidisciplinar, incluindo publicações em papel, prospectos e folhetos, bem como a Internet e o CD-ROM para uma difusão da informação a baixo custo e de maneira mais eficiente. Por outro lado, teria de recorrer-se a outros canais, como os números telefónicos verdes, os info-autocarros, as

⁹⁰¹ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões relativa à aplicação de uma estratégia de informação e de comunicação sobre o euro e a União Económica e Monetária*. Bruxelas, 11.8.2004. (COM (2004) 552 final).

⁹⁰² *Idem, ibidem*. p. 2.

⁹⁰³ *Idem, ibidem*. p. 7.

exposições itinerantes, conferências e exposições, tudo isto com o apoio das redes de difusão da informação europeia já existentes.⁹⁰⁴ A este propósito, o texto refere:

Para além das suas próprias delegações e representações, a UE tem mais de 700 centros e redes de informação e de documentação nos antigos Estados-Membros. Nos novos Estados-Membros, desenvolver-se-ão de modo gradual ao longo dos próximos anos. Essa infra-estrutura é coordenada e promovida pela Comissão. Há igualmente cerca de 550 membros de equipa de conferencistas “Europa”. A respectiva experiência, flexibilidade e proximidade imediata, face à sociedade civil e ao público em geral, tornam estas redes especialmente úteis.⁹⁰⁵

Na realidade, esta comunicação apresentava uma estratégia de informação e comunicação sobre o euro e a UEM, enquadrada na política global de informação da Comissão Europeia. Seguindo, inclusive, os mesmos princípios de descentralização e subsidiariedade, de coerência das mensagens e de parcerias com os Estados-Membros, os quais ocupavam um papel nevrálgico na identificação e na execução das acções, enquanto a Comissão se ocupava da coordenação e da gestão central. Portanto, aqui parece ter havido preocupação com uma verdadeira abordagem sistémica.

Por outro lado, trata-se de uma informação positiva, no sentido em que enfatiza apenas as vantagens da adesão ao euro, não fazendo uma abordagem crítica. Tratava-se, de facto, se suscitar a adesão dos cidadãos, não só através do conteúdo da mensagem, mas também do seu suporte, que deveria ser amigável e atractivo para os cidadãos.

VI.6. Afirmação da política de comunicação

Em Janeiro de 1995, toma posse a nova Comissão presidida pelo luxemburguês Jacques Santer, ficando a área da informação sob a responsabilidade do comissário Marcelino Oreja. As acções de comunicação em larga escala e subordinadas a temas específicos impõem-se com o lançamento das iniciativas “Cidadãos da Europa”, “O euro, uma moeda para a Europa” e “Construamos a Europa juntos”.⁹⁰⁶ É também neste ano de 1995 que a Comissão abre, na Internet, o servidor-piloto EUROPA, a fim de permitir o acesso a informação sobre a UE em qualquer parte do mundo, sendo que no

⁹⁰⁴ *Idem, ibidem.* p. 8-9.

⁹⁰⁵ *Idem, ibidem.* p. 11.

⁹⁰⁶ COMMISSION EUROPEENNE. SECRETARIAT GENERAL – *Grandes actions prioritaires en matière d’information: communication de M. le Président et M. Oreja en accord avec MM. Monti, de Silguy et Liikanen.* Bruxelles, 07.10.1995. (SEC (1995) 1672). Para uma descrição da condução destas iniciativas, ver o balanço feito em 1997: COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 1997.* Luxemburgo: SPOCE, 1998. ISBN 92-828-2449-7. p. 459-460.

final do ano registava 20.000 pedidos de acesso por dia.⁹⁰⁷ Já em 1997, registavam-se 15 milhões de acessos por mês, número que aumentou exponencialmente no decurso do ano 2000.⁹⁰⁸

Ainda durante a Comissão Santer, o Parlamento Europeu voltou a pronunciar-se sobre a política de informação da UE, em 1998, através de novo relatório elaborado por Peter Pex.⁹⁰⁹ Como ponto de partida, o documento em causa trata da questão terminológica e dos aspectos conceptuais ligados a essa escolha. A esse propósito afirma:

Il est préférable d'utiliser l'expression "politique de communication", qui assure une meilleure communication entre les citoyens et les institutions européennes, réservant le thème "de politique d'information" à la tâche limitée de fournir des informations aux citoyens.⁹¹⁰

A política de comunicação distinguia-se pelo aproveitamento dos novos recursos proporcionados pela Sociedade da Informação, em particular da sua dimensão interactiva, passível de facilitar a concretização da chamada democracia electrónica com maior participação directa dos cidadãos. Em tal contexto, «Toutes les actions relatives à la politique d'information et de communication doivent être au service des citoyens, et non à celui de l'institution et de ses participants [...]», devendo ainda respeitar dois princípios básicos: evitar que a informação se torne propaganda e aproximar os cidadãos das instituições.⁹¹¹

Esta perspectiva das instâncias europeias sobre as potencialidades da Sociedade da Informação para dar novo alento e actualizar o projecto de integração da UE é fortemente criticada por Eric Dacheux. De facto, o autor considera que se trata de um "mito numérico", pois a tecnologia não apresenta uma capacidade de modificação genética, apenas aprofunda e prolonga algumas possibilidades pré-existentes. Neste sentido, critica o determinismo tecnológico, alicerçado na crença de um mundo melhor,

⁹⁰⁷ COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 1995*. *Op. cit.* p. 273-274.

⁹⁰⁸ COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 1997*. *Op. cit.* p. 461; COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 2000*. Luxemburgo: SPOCE, 2001. ISBN 92-894-0356-X. p. 448. Para uma explicação crítica destes números, ver GUGGENBÜHL, Alain – *Op. cit.* In DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 27-28.

⁹⁰⁹ PEX, Peter – *Rapport sur la politique d'information et de communication dans l'Union européenne*. Strasbourg: Parlement Européen. 05.05.1998. (A4-0115/98). Sobre uma descrição deste documento, com uma certa abordagem crítica, ver DAVIES, Eric – "Information and communication in the EU". *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 3 (1998), p. 2-6.

⁹¹⁰ PEX, Peter – *Op. cit.* p. 14.

⁹¹¹ *Idem, ibidem.*

que, ao nível europeu, se traduziria numa verdadeira democracia plenamente participada pelos cidadãos, os quais elevados ao papel de actores principais da construção europeia só a poderiam apoiar incondicionalmente.⁹¹²

Naturalmente, não poderemos ver nas possibilidades ofertas pelas TIC, no contexto da Sociedade da Informação, a panaceia para todos os males nem a solução exclusiva para a crise de adesão e de participação dos cidadãos europeus. No entanto, as vantagens que este novo cenário oferece são incontornáveis, no que toca ao alargamento da disseminação da informação europeia e ao estabelecimento de canais de comunicação com um público geograficamente e culturalmente muito disperso por parte das instituições da UE. Serão, aliás, estes pressupostos que irão ditar no novo milénio uma forte aposta na utilização das TIC para aproximar todos os europeus de “Bruxelas”.⁹¹³

Segundo Peter Pex, no final da década de noventa, a política de informação e comunicação da UE caracteriza-se pela passagem de um discurso político, centrado em questões técnicas, para questões mais populares e da participação exclusiva das elites para um aumento do envolvimento da maioria dos cidadãos, bem como de uma concepção centralizada para uma abordagem descentralizada. Tais modificações estavam associadas à crescente importância da opinião pública na legitimação da integração europeia. Assim, o relator recuperava a ideia segundo a qual

[...] l’adaptation urgente et l’intensification de la politique de communication des institutions européennes sont des “conditions sine qua non” de la progression ultérieure du processus d’intégration dans son ensemble et de l’acceptabilité de nouveaux thèmes tels l’élargissement de l’Union, l’UEM, l’achèvement du marché intérieur et la politique méditerranéenne.⁹¹⁴

Tendo em conta este pressuposto, o relatório tencionava definir os grandes eixos de orientação das actividades no âmbito da política de comunicação, de forma a preparar a posição do Parlamento Europeu tendo em vista o debate orçamental para 1999.

⁹¹² DACHEUX, Eric – *L’impossible défi...* (op. cit). p. 102-108. Para uma reflexão mais estruturada sobre as potencialidade do universo digital para a participação dos cidadãos nos governos democráticos, ver DUTIL, Patrice A. [et al.] – “Rethinking government-public relationships in a digital world: customers, clients, or citizens”. *Journal of information technology & politics*. ISSN 1933-1681. Vol. 4, n.º 1 (2007), p. 77-90.

⁹¹³ Como notou, Mike Cooper, em 1999, a quantidade de informação sobre a UE acessível gratuitamente através da Internet, estava a aumentar significativamente e a tornar-se mais fiável. Cf. *A guide to free sources of information about and from the European Union*. 2nd ed. Manchester: European Information Association, 1999. ISBN 0-948272-64-3.

⁹¹⁴ PEX, Peter – *Op. cit.* p. 13.

Mas antes de traçar as linhas de actuação futuras, o relatório faz um ponto da situação sobre as recomendações apresentadas alguns anos antes por Arie Oostlander. Concluindo que as observações de 1993 continuavam válidas em 1998, lamentava que a maioria não tivesse sido concretizada, provocando um sucesso muito diminuto da política de informação e comunicação. Assim, para a falta de sucesso da política nesta área o relator elenca um conjunto de onze motivos. Começa por referir a falta de meios financeiros e humanos e a inexistência de coordenação entre as instituições comunitárias, agravada pela descoordenação no seio das próprias instituições. Nos Estados-Membros, a descentralização era deficiente e não existia uma cooperação adequada com os órgãos de Bruxelas e Estrasburgo. Além disso, não se podia falar em estratégias comuns nem num verdadeiro aproveitamento das potencialidades dos novos meios de comunicação, o que era agravado pelo facto de as acções de informação não estarem suficientemente orientadas para os cidadãos.⁹¹⁵ Apesar de todas estas deficiências, o relator nota uma melhoria das estruturas de informação, com consequências positivas na difusão da mensagem europeia. A este propósito, pode ler-se:

La Commission a accru le rôle et le nombre des bureaux d'information au niveau local et régional du type de l'Euro Info Centre et dans le cadre du réseau relatif aux organes d'information non institutionnels tels que les centres de documentation européens, ou les carrefours ruraux, ou les Info points, etc. Les bibliothèques publiques sont de plus en plus utilisées comme structure d'information du public. De nombreux programmes de la Commission utilisent les nouveaux médias comme des systèmes multimédias et une vaste banque de données contenant des informations sur l'Union Européenne est désormais accessible à un nombre croissant d'organisations et de citoyens.⁹¹⁶

Além desta exposição de motivos, o relatório Pex contém ainda pareceres da Comissão dos Orçamentos, da Comissão dos Assuntos Jurídicos e dos Direitos dos Cidadãos, bem como da Comissão dos Assuntos Institucionais, o que demonstra a complexidade e o carácter transversal das questões envolvendo a política de informação e comunicação, em particular os aspectos financeiros, jurídicos e de cidadania, além do próprio contexto organizacional.

⁹¹⁵ *Idem, ibidem.* p. 16-17.

⁹¹⁶ *Idem, ibidem.* p. 16.

O parecer da Comissão Parlamentar dos Orçamentos enfatiza o aumento das verbas atribuídas a esta área de intervenção, o que correspondia a um acréscimo médio anual de 40%. Tendo em conta as verbas envolvidas, o deputado relator do parecer considerava fundamental uma correcta aplicação dessas verbas, no sentido de melhorar a qualidade da mensagem de maneira a transmitir uma imagem adequada da União, das suas instituições e das suas actividades, garantindo uma boa relação custo/eficácia baseada em avaliações imparciais. Neste contexto, é feita uma observação muito positiva à criação e aos resultados do sítio Europa na Internet.⁹¹⁷ A partir destas observações genéricas, o parecer apresenta depois algumas propostas de alteração à proposta de resolução elaborada por Peter Pex.⁹¹⁸

Já o parecer feito por Willy De Clercq, em nome da Comissão dos Assuntos Jurídicos e dos Direitos dos Cidadãos, não faz nenhuma proposta de alteração, apresentando antes uma análise dos aspectos susceptíveis de alicerçar uma política de informação e comunicação coerente, optando por uma distinção clara entre o papel da Comissão e dos outros órgãos da União. Assim, na sua opinião

[...] toute action d'information devrait être menée en commun, au nom de l'ensemble des institutions. La Commission, en tant qu'instance supranationale et gardienne des traités, serait appelée dans ce contexte à jouer, en toute logique, un rôle de vecteur pour la politique d'information. Elle assumerait, en fait, la responsabilité d'informer des grands choix de la politique communautaire, de leur matérialisation, de leurs effets et de leur impact sur chacun des Etats membres et leurs citoyens respectifs. Elle devrait avoir une tâche primordiale à accomplir pour l'exécution et la mise en œuvre de la politique d'information. En ce qui concerne toutefois les choix et la conception de la politique de communication et d'information, la diversité institutionnelle rend nécessaire une approche différente: dans ce contexte, les autres organes – le Parlement notamment – doivent agir en synergie avec la Commission, de manière à ce que leur spécificité et plus

⁹¹⁷ Aliás, deveremos notar que, em 1997 e em 1998, tinham sido realizados dois inquéritos à utilização do servidor EUROPA. Sobre este assunto ver “Europa user survey”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 4 (1998), p. 17-19 e QUICHERON, Jean-Bernard – “The European institutions on the web: Europa reaching out to the world”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 1 (1999), p. 16-19. O relatório de 1998 está disponível em: MACIVER, Richard – *Results of the second Europa user survey* [em linha]. [Acedido 22.02.2008]. [Brussels]: European Commission; Directorate General X: 1998. Disponível na WWW: <<http://europa.eu/survey/jul98/results/survey98.pdf>>. Ver também MARCELLA, Rita – “The Europa search engine: an assessment of its capacity and effectiveness”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 7 (1999), p. 13-18.

⁹¹⁸ PEX, Peter – *Op. cit.* p. 18-26.

particulièrement leurs compétences institutionnelles définies par les traités soient respectées.⁹¹⁹

Seguindo estas orientações, a política de informação e de comunicação seria mais coerente e eficaz, facilitando a concretização do princípio do diálogo directo entre as instituições da União e os cidadãos dos Estados-Membros.⁹²⁰

Por seu lado, a Comissão dos Assuntos Institucionais optou por fazer apenas sugestões de alterações à proposta de resolução de Peter Pex, centrando-se nos aspectos relacionados com a complexidade e a opacidade dos procedimentos dos órgãos comunitários, além de reforçar a necessidade de colaboração entre todos.⁹²¹

Na sessão parlamentar de 14 de Maio de 1998, foi aprovada a proposta de resolução sobre a política de informação e comunicação na UE incluída no relatório de Peter Pex.⁹²² Trata-se de um documento extenso onde se procura sistematizar todas as variáveis determinantes para este campo de acção de forma a poder balizar o papel a desempenhar pelo Parlamento Europeu e pela Comissão bem como o tipo de colaboração entre ambas as instâncias. Segundo o texto da resolução, a política de informação e comunicação da UE devia sensibilizar os cidadãos dos países-membros para o processo de integração com base no princípio do diálogo directo. No entanto, este diálogo deparava-se com a desinformação de certos sectores da população, havendo, por isso, uma clara preocupação com a info-exclusão de alguns grupos sociais, em particular dos jovens e das mulheres. Sobre isto afirma-se:

Considerando que vastas camadas da população, em especial os mais desfavorecidos, estão pouco ou nada ao corrente do funcionamento e da génese da União e que nessas camadas se registam sentimentos negativos em relação à Europa e que, por conseguinte, constituem o grupo-alvo prioritário da nova política de comunicação.⁹²³

Deveremos ainda ter em conta que, apesar de descrever uma política de informação e de comunicação, baseada no pluralismo de opiniões e na objectividade, como condição *sine qua non* para o sucesso da integração europeia, a resolução não deixa de realçar o facto de, por si só, esta não conseguir colmatar a falta de democracia e de transparência das instituições, bem como das suas tomadas de decisões agravadas

⁹¹⁹ *Idem, ibidem.* p. 30.

⁹²⁰ *Idem, ibidem.* p. 27-31.

⁹²¹ *Idem, ibidem.* p. 32-36.

⁹²² “Resolução sobre a política de informação e comunicação na União Europeia”. *JOCE*, n.º C 167 (01.06.1998), p. 230-236.

⁹²³ *Idem, ibidem.* p. 231.

pela complexidade e opacidade dos procedimentos.⁹²⁴ Quanto ao papel atribuído à Comissão, a resolução recupera observações anteriores, como a necessidade de uma maior coordenação entre a DG X e as outras direcções-gerais, a importância da avaliação das iniciativas de informação ou o cuidado em adaptar as informações disponibilizadas aos grupos-alvo, demonstrando que muitas das conclusões dos documentos anteriores não conseguiam ser aplicadas com sucesso em termos práticos.⁹²⁵ A mesma argumentação vale para a colaboração entre o Parlamento e a Comissão, repetindo-se, por exemplo, os conselhos para a instalação no mesmo espaço das representações de ambas as instituições nos Estados-Membros.⁹²⁶ Quanto ao papel do Parlamento, a ênfase vai para o facto de, enquanto autoridade orçamental, lhe caber determinar os créditos necessários para levar a cabo uma política de informação e comunicação consentânea com os objectivos fixados.⁹²⁷

VI.7. A política agrícola comum: um exemplo de informação específica

Um exemplo da dispersão das actividades de informação da Comissão e da existência de políticas de informação sectoriais pode encontrar-se no sector da política agrícola comum.

Em 1988, um documento da Comissão realçava:

A falta de informações sistemáticas e rápidas em praticamente todos os domínios – económico, comercial, tecnológico, social, cultural – constitui uma desvantagem capital para os agentes rurais. Essa falta de informações é ainda reforçada por um défice de comunicação entre os agentes no seio da própria região, o resultado desta dupla falta de informação e de comunicação traduz-se, frequentemente, uma tomada de consciência tardia e incompleta de novas evoluções, numa falta de sensibilidade e de mobilização e em reacções e adaptações retardadas e mal concebidas.⁹²⁸

Portanto, traçava-se um cenário pouco favorável ao desenvolvimento do mundo rural, na sua globalidade, e das suas questões de informação em particular. Para

⁹²⁴ *Idem, ibidem.* p. 230-231. Estes argumentos constavam já de uma outra resolução do Parlamento Europeu de Dezembro de 1996, onde se apelava à participação dos cidadãos no sistema institucional da UE; cf. “Resolução sobre a participação dos cidadãos e dos actores sociais no sistema institucional da União Europeia” *JOCE*, n.º C 20 (20.01.1997), p.31-35.

⁹²⁵ *Idem, ibidem.* p. 233.

⁹²⁶ *Idem, ibidem.* p. 234-235.

⁹²⁷ *Idem, ibidem.* p. 235-236.

⁹²⁸ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: o futuro do mundo rural*. Luxemburgo: SPOCE, 1988. (COM (1988) 501). ISBN 92-825-9077-1. p. 60.

ultrapassar esta situação, o documento propunha algumas medidas no sentido de mobilizar os habitantes das zonas rurais, nomeadamente a organização de seminários, a edição de brochuras, a promoção de programas de intercâmbio de informação e experiências no domínio do desenvolvimento rural, além da criação de centros comunitários rurais.⁹²⁹

Neste intuito, a Comissão criou uma rede de informação específica vocacionada para as zonas rurais: os Carrefours Rurais Europeus – Centros de Informação Europeia e Animação Rural. O projecto-piloto foi lançado em 1989 e no ano seguinte existiam unidades em sete Estados-Membros com a missão de divulgar informação nos meios rurais, mas também de fornecer dados à Comissão e ao Parlamento Europeu sobre a aplicação das políticas comunitárias na sua área de implantação.⁹³⁰ Em Portugal, as três primeiras unidades de informação deste género foram criadas em 1994. Também neste caso, a Comissão Europeia optou por sediar estas unidades de informação junto de entidades pré-existentes e já com uma rede de relações bem estabelecidas no mundo rural. Assim, surgiram Carrefours em associações agrícolas, em associações de defesa do património e em instituições ligadas ao ensino agrário com o intuito de levar a cabo um trabalho de informação europeia e de animação rural.⁹³¹

Em Julho de 1993, existiam já vinte e quatro Carrefours espalhados pelo território comunitário, no intuito de informar os agricultores sobre as políticas comunitárias e ajudá-los a aproveitar as ajudas dos programas para a área, estimular a discussão e fomentar as parcerias entre associações rurais de zonas distintas, facilitar a troca de informação e de experiências dentro da UE, além de transmitir retroinformação a Bruxelas sobre a dinâmica da área onde estavam inseridos.⁹³²

⁹²⁹ *Idem, ibidem.* p. 60-61.

⁹³⁰ OWENS, Mary – “European rural information service opens in the west of Ireland”. *European access.* ISSN 0264-7362, n.º 2 (1990), p. 28-29.

⁹³¹ Para uma abordagem mais completa sobre os Centros de Informação Europeia e Animação Rural ver a tese de mestrado de Maria Alzira Soares da Costa – *Os centros de informação europeia e animação rural como instrumentos da governação da União Europeia: o caso português* [em linha]. [S. l.]: Universidade do Minho, 2006. [Acedido 20.03.2008]. Tese de mestrado. Disponível na WWW: <<https://bibliotecadigital.ipb.pt/dspace/bitstream/10198/448/1/Tese%20Mestrado%20Alzira.pdf>>.

Consultar, em especial, a caracterização da rede europeia de carrefours rurais e os resultados do inquérito distribuído: p. 87-190. Deveremos, no entanto, salientar que discordamos da abordagem feita pela autora quando esta parece reduzir as redes de informação da UE aos carrefours, ignorando todas as outras. Além disso, do seu ponto de vista, a preocupação com a informação do público por parte das instâncias europeias teria surgido apenas na década de 1980 o que consideramos manifestamente errado.

Para uma imagem mais detalhada das actividades dos carrefours, mas formulada, desta vez, do ponto de vista institucional, ver *Rural information and promotion carrefours: at the very heart of Europe.* [Brussels]: European Communities, 2000. ISBN 92-828-9525-4.

⁹³² COCKBURN, Rob – “Rural society: information and development needs: the role of the Carrefours”. *European access.* ISSN 0264-7362, n.º 5 (1993), p. 24-25.

Já em 1999, a Comissão propõe ao Conselho da UE um regulamento a aplicar às acções de informação nesta área de actividade específica, reconhecendo-se no preâmbulo:

O êxito da política agrícola comum depende largamente das informações fornecidas a todas as partes nela participantes e exige uma integração das acções de informação consideradas como elementos de gestão dessa política. A tudo isto vem juntar-se o facto da política agrícola comum ser frequentemente incompreendida e vítima de uma insuficiência de informação que só pode ser colmatada por uma estratégia de informação e de comunicação coerente, objectiva e global orientada para o grande público.⁹³³

Também aqui o mote para a acção parece ser a necessidade de agregar todos os interlocutores, tanto os que estavam directamente ligados ao mundo rural, como os consumidores, essencialmente de índole cidadina, mas também associações de protecção do ambiente ou do meio universitário.

Assim, no Regulamento relativo ao financiamento da política agrícola comum, aprovado em Maio de 1999, estabelecia-se claramente que as acções de divulgação de informações sobre a política agrícola comum deviam ser financiadas pela secção Garantia do Fundo Europeu de Garantia Agrícola (FEOGA).⁹³⁴ Mas em Abril de 2000, o Conselho aprovou um regulamento específico para as acções de informação do domínio da política agrícola comum com o objectivo de informar os agricultores e todos os intervenientes no mundo rural e sensibilizar a opinião pública para os benefícios dessa política.⁹³⁵ O intuito era conseguir abarcar as acções de informação de forma coerente, objectiva e global, proporcionando uma visão de unificada desta política. Neste leque incluíam-se as conferências, os seminários, as visitas de informação, as publicações, as produções e acções mediáticas, bem como programas de intercâmbio de experiências.⁹³⁶ Em 2003, a Comissão dirigiu um relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho, fazendo um ponto da situação sobre a aplicação das acções de informação no domínio

⁹³³ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Proposta de regulamento do Conselho relativo às acções de informação no domínio da política agrícola comum*. Bruxelas, 26.10.1999. (COM (1999) 536 final).

⁹³⁴ “Regulamento (CE) n.º 1258/1999 do Conselho de 17 de Maio de 1999 relativo ao financiamento da política agrícola comum”. *JOCE*, n.º L 160 (26.06.1999), p. 105.

⁹³⁵ “Regulamento (CE) n.º 814/2000 do Conselho de 17 de Abril de 2000 relativo às acções de informação no domínio da política agrícola comum”. *JOCE*, n.º L 100 (20.04.2000), p. 7. Sobre este regulamento, ver BIANCHI, Daniel – “In claris non fir ‘informatio’ ou l’opinion publique et la politique agricole commune: instruments juridiques pour une politique d’information”. *Revue du marché commun et de l’Union européenne*. ISSN 0035-2616, n.º 457 (2002), p. 247-255.

⁹³⁶ “Regulamento (CE) n.º 814/2000...”. *JOCE*, n.º L 100 (20.04.2000), p. 8.

da política agrícola comum, avaliando positivamente tanto as acções executadas e financiadas totalmente pela Comissão, como aquelas em que se recorria a subvenções de terceiros.⁹³⁷

Na década de noventa, os cidadãos no seu geral passaram, de facto, a constituir o objecto principal das actividades de informação e comunicação das instituições europeias, em grande parte devido aos problemas ocorridos durante a ratificação do Tratado de Maastricht. Procurou-se, pela primeira vez, iniciar um diálogo com a opinião pública no seu geral e não apenas com certos grupos privilegiados.

Este período ficou marcado pela primeira reflexão global sobre a política de informação, orientada para a comunicação e para a transparência das instituições comunitárias em relação aos cidadãos.

Paralelamente, foi dado um enfoque especial à informação sobre a União Económica e Monetária, no sentido de preparar o público em geral para as novas etapas da integração europeia, em especial a criação da moeda única.

⁹³⁷ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 814/2000 do Conselho relativo às acções de informação no domínio da política agrícola comum*. Bruxelas, 08.05.2003. (COM (2003) 235 final).

CAPÍTULO VII

A COMUNICAÇÃO COM OS CIDADÃOS: FUNÇÃO ESTRATÉGICA DA UE

Em Setembro de 1999, a nomeação da Comissão presidida por Romano Prodi prepara a entrada do projecto europeu no novo milénio. Em Fevereiro de 2000, tem início a Conferência Intergovernamental sobre a reforma institucional a fim adequar o funcionamento da UE à entrada de novos Estados-Membros, oriundos, na sua maior parte, do antigo bloco de leste. Depois de difíceis e demoradas discussões, em Dezembro de 2000, os chefes de Estado e de Governo aprovaram o Tratado de Nice que apesar de integrar os países candidatos no funcionamento das instituições não melhorava o funcionamento de um sistema complexo e opaco para a maioria dos cidadãos. Se a grande parte dos países optou pela ratificação parlamentar do Tratado de Nice, a Irlanda decidiu submetê-lo a um referendo popular, em que o Não venceu com perto de 54% dos votos.

No segundo semestre de 2001, o governo belga, a quem cabia a presidência do Conselho Europeu, decidiu lançar uma “convenção constituinte” para reformular o quadro institucional europeu antes da entrada dos novos Estados-Membros. Valéry Giscard d’Estaing presidiu aos trabalhos, apresentando um texto, em Junho de 2003, com uma extensão bastante maior que o previsto, muito complexo e com algumas imperfeições. Assim, a aprovação pelos chefes de Estado e de Governo, do que se passou a designar de Tratado Constitucional, passou por algumas controvérsias e só foi alcançada no dia 29 de Outubro de 2004, em Roma, depois de alterações ao texto inicial. O novo Tratado foi ratificado em alguns países, tanto pela via parlamentar como através de referendo, mas, em 29 de Maio de 2005, 54,7% dos franceses pronunciaram-

se contra a sua adopção. A 1 de Junho, os holandeses também recusaram o Tratado Constitucional com uma votação de 61,6%.

No dia 1 de Maio de 2004, a UE alargou-se a dez novos países: Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa, concluindo um processo iniciado na década de noventa. Já em 1 de Janeiro de 2007, foi a vez da Bulgária e da Roménia integrarem a UE, que passou a contar com vinte e sete Estados-Membros. Entretanto, as negociações tendo em vista a adesão da Turquia começaram, provocando reacções tanto de apoio como de recusa em vários Estados-Membros.

O início do novo milénio ficou também marcado pela aprovação da “Estratégia de Lisboa”, durante a presidência portuguesa na primeira metade do ano 2000. Tratava-se de dar um impulso à Sociedade da Informação, encarada como fonte de empregabilidade e de maior competitividade. Paralelamente, tencionava-se melhorar a eficácia do modelo social europeu, aumentando a idade da reforma e fazendo recuar o desemprego. Preconizava-se, ainda, uma liberalização do mercado das telecomunicações, do gás, da electricidade, dos correios e dos transportes.

Em 1 de Janeiro de 2002, o euro tinha passado a ser a moeda de doze dos países-membros da UE (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal). Em 1 de Janeiro de 2007, foi a vez da Eslovénia. Um ano depois, Chipre e Malta também passam a fazer parte da zona euro.

No termos externo, a UE teve de lidar com o novo cenário configurado pelos atentados de 11 de Setembro de 2001 o que representou um novo desafio para a PESC. No entanto, face à crise internacional os governos europeus reagem de forma isolada e descoordenada. Esta situação agravou-se com a invasão americana do Afeganistão e depois do Iraque. Assim, a vontade de criar uma política externa europeia comum demonstrou as suas fragilidades e ficou mais clara a dificuldade em formular uma política de segurança e defesa.

Em Novembro de 2004, é nomeada a Comissão presidida pelo português José Manuel Durão Barroso, depois de um processo de audição aos novos Comissários algo complicado.

VII.1. Um novo quadro de cooperação para a política de informação e comunicação

Romano Prodi assume a presidência da Comissão Europeia e apresenta os objectivos estratégicos do seu mandato em Fevereiro de 2000. Deveremos recordar que, depois da demissão da Comissão presidida por Jacques Santer, por suspeitas de fraude e nepotismo, a pressão da opinião pública sobre o novo colégio de Comissários era muito forte.⁹³⁸ Havia pois uma necessidade premente de conferir novamente credibilidade ao executivo Europeu, o que deu nova visibilidade aos aspectos relacionados com a informação e a comunicação.⁹³⁹ Assim, no documento onde a nova Comissão apresenta a sua estratégia, afirma-se a promoção de formas de governação inovadoras, enfatizando a importância da transparência e sublinhando o objectivo de «[...] aproximar muito mais a Europa de todos os cidadãos que deve servir».⁹⁴⁰

Aliás, havia mesmo solicitações do Parlamento Europeu, através da já referida resolução publicada no *Jornal Oficial* de 1 de Junho de 1998 e da resolução aprovada em sessão plenária no dia 14 Março de 2001, no sentido de uma reflexão sobre as iniciativas de informação. Neste último documento, o Parlamento Europeu, sublinhando a atitude cada vez mais céptica dos europeus face à integração comunitária e o seu desconhecimento em relação à influência da construção europeia no seu quotidiano, refere que «[...] a política de comunicação das Instituições Europeias necessita urgentemente de sofrer uma adaptação».⁹⁴¹ Segundo o próprio Parlamento, esta mudança implicava o envolvimento dos Estados-Membros, das redes e dos centros de informação sobre a UE, tanto a nível local como regional, agregados à volta de uma estratégia comum de informação e comunicação enfatizando a integração e a cidadania europeia. Por outro lado, exortava a Comissão a elaborar uma nova estratégia relativa à informação, apresentando-a ao Conselho e ao Parlamento, de maneira a coordenar as

⁹³⁸ OLIVI, Bino; GIACONE, Alessandro – *Op. cit.* p. 368-370.

⁹³⁹ Sobre a importância da comunicação jornalística na Comissão Prodi e Barroso, ver a tese de LINDHOLM, Maria – *La Commission européenne et ses pratiques communicatives: étude des dimensions linguistiques et des enjeux politiques des communiqués de presse* [em linha]. Linköping: Linköping University, 2007. [Acedido 29.01.2008]. Tese de doutoramento. Disponível na WWW: <http://www.diva-portal.org/diva/getDocument?urn_nbn_se_liu_diva-9818-1__fulltext.pdf>. ISBN 978-91-85831-01-2. Para uma análise da estratégia de comunicação jornalística da Comissão Prodi, ver BAISNÉE, Olivier – “The politics of the Commission as an information source”. In SMITH, Andy – *Politics and the European Commission: actors, interdependence, legitimacy*. London: Routledge; ECPR Studies in European Political Science, 2004. ISBN 0-415-32407-6. p. 134-155.

⁹⁴⁰ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões: objectivos estratégicos 2000-2005: configurar uma nova Europa*. Bruxelas, 09.02.2000. (COM (2000) 154 final). p. 4.

⁹⁴¹ “Resolução sobre a estratégia de informação e comunicação na UE”. *JOCE*, n.º C 343 (05.12.2001), p. 186.

acções de todas as instâncias europeias, atendendo aos públicos-alvo privilegiados como os jovens e os professores.

Por outro lado, também no texto final do Conselho Europeu de Helsínquia, a política de informação é objecto de análise. De facto, no texto das conclusões da Presidência finlandesa, aprovado nos dias 11 e 12 de Dezembro de 1999, no ponto 30 do Anexo III sobre “Um Conselho eficaz para uma União alargada: Orientações para a reforma e recomendações operacionais” pode ler-se:

I. Política de Informação

30. Exorta-se o Parlamento, o Conselho e a Comissão a tomarem medidas para unirem os seus esforços tanto quanto possível a fim de fornecerem informações gerais coordenadas acerca da União, mediante, em especial, a optimização dos recursos existentes; neste contexto, poderia ser útil analisar a viabilidade de criar em Bruxelas um centro de informação conjunto do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão a fim de receber as pessoas que visitam as instituições e de coordenar as publicações sobre assuntos da UE destinadas ao público em geral.

31. Convida-se a Comissão a estudar a questão mais geral da política de informação da União, incluindo a melhoria da coordenação com os seus gabinetes de informação nos Estados-Membros e as relações com os gabinetes de informação nacionais.⁹⁴²

Neste cenário, Romano Prodi e o comissário português responsável pela área, António Vitorino, tomam medidas para impulsionar uma revisão da política de informação e comunicação da UE.

VII.1.1. O enfoque na colaboração interinstitucional

Assim, em Junho de 2001, a Comissão apresentou uma comunicação sobre *Um novo quadro de cooperação para as actividades no âmbito da política de informação e comunicação na União Europeia*, no intuito de criar um novo contexto de trabalho entre as instituições em matéria de informação e comunicação.⁹⁴³ Tratava-se de fomentar uma «[...] gestão simples, descentralizada, envolvendo a menor burocracia possível,

⁹⁴² CONSELHO EUROPEU, Helsínquia, 10-11 Dezembro 1999 – *Conclusões da presidência* [em linha]. [Acedido 24.01.2007]. Disponível na WWW: <http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00300-r1.p9.htm>.

⁹⁴³ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico de Social e Comité das Regiões sobre um novo quadro de cooperação para as actividades no âmbito da política de informação e comunicação da União Europeia*. Bruxelas, 27.06.2001. (COM (2001) 354 final). Sobre este documento, ver PARKER, Susan – *Op. cit.* p. 254-256.

respeitando a autonomia de cada parceiro e tendo por objectivo criar uma Europa de proximidade, familiar e concreta». ⁹⁴⁴ Além de motivos institucionais, a Comissão invoca também razões contextuais, em especial a fraca participação nas eleições europeias ⁹⁴⁵ e o resultado dos referendos. De facto, estava ainda muito presente a votação no referendo irlandês, de 7 de Junho de 2001, sobre o Tratado de Nice com a vitória do Não (56,9%) sobre o Sim (41,1%). Aliás, sobre o cenário vivido pelo projecto europeu faz-se o seguinte comentário:

Desde a adopção do Tratado de Maastricht, que esta apreensão se tem manifestado através de um desequilíbrio: o público tem uma posição normalmente favorável relativamente aos principais ideais europeus que a União representa, mas adota uma posição crítica e de desconfiança relativamente às instituições e ao que fazem, apesar dos efeitos práticos que se podem constatar, como a recuperação económica, a introdução do euro, a criação de uma área de liberdade, segurança e justiça e uma posição mais forte da União na cena mundial. A principal causa para esta insatisfação é a incapacidade de transmitir os objectivos das políticas, a que se vem frequentemente juntar uma sensação generalizada de que não é fornecida informação suficiente. As pessoas têm também dificuldade em identificar o que cada um faz na União, e afirmam com veemência que as realidades no terreno são muitas vezes esquecidas. É necessário quebrar este círculo vicioso de desencanto e este desequilíbrio entre as expectativas e a percepção imediata [...]. Neste contexto, a estratégia de informação e comunicação deverá naturalmente ser considerada no âmbito do debate mais vasto sobre a governança e a necessidade de estimular um debate informado e um maior participação do público. ⁹⁴⁶

Portanto, a política de informação e comunicação da UE devia suscitar o interesse e a adesão naqueles que a desconheciam e manter informados aqueles que já manifestavam essa atenção por razões pessoais ou profissionais. ⁹⁴⁷

No entanto, apesar de o documento pretender efectuar uma reestruturação da política de informação e comunicação, os objectivos continuavam a ser o desenvolvimento de uma informação mais próxima dos cidadãos europeus, a melhoria da cooperação institucional e transmitir ao público uma imagem comum das instituições. Por um lado, isto significa que as iniciativas anteriores não tinham

⁹⁴⁴ COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 2001*. Luxemburgo: SPOCE, 2002. ISBN 92-894-1957-1. p. 457.

⁹⁴⁵ Ver Tabela V-1, p. 250.

⁹⁴⁶ (COM (2001) 354 final). p. 17.

⁹⁴⁷ ROYALL, Janet – “E-Europe and the European Commission’s new information and communication policy”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 19 (2002), p. 21.

conseguido concretizar esses propósitos, reconhecendo-se que não existia um público europeu único. Por outro lado, permite questionar o âmbito e a profundidade da reestruturação anunciada, pois os objectivos continuavam os mesmos.

Poderemos reparar que a ênfase incide na aproximação da Europa relativamente aos seus cidadãos e não propriamente na sua informação. Mas esta escolha complementava as discussões sobre a governança europeia e as determinações sobre o acesso aos documentos das instituições europeias, respondendo às expectativas e exigências dos cidadãos sobre o acesso total e simples às informações sobre os assuntos comunitários. As instâncias europeias tinham de resolver todas as barreiras de comunicação, incluindo os aspectos linguísticos, culturais, políticos ou institucionais, para chegarem, de facto, ao cidadão. Nesse sentido, admitia-se a necessidade de adaptar a mensagem em função das especificidades dos receptores seleccionados, tendo sempre em conta que as informações deviam ser claras, adequadas e próximas das preocupações reais de cada um. Esta adaptação era tanto mais necessária quanto a informação servia para estabelecer um processo de comunicação destinado a estimular um debate fundamentado sobre as questões europeias.

Em termos de cooperação entre as instituições, distinguiam-se dois níveis: a relação entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu e a colaboração com o Conselho, as outras instituições, os Estados-Membros e os Parlamentos nacionais. Em qualquer dos casos, vigorava o princípio do respeito total pela autonomia e integridade de cada uma das instituições. Assim, à Comissão Europeia cabia o direito de iniciativa e a execução do orçamento para as acções de informação sob o controlo do Parlamento Europeu na qualidade de autoridade orçamental. Mas a cooperação entre o executivo e a assembleia concretizava-se em três níveis de acção:

- o nível político, através de um Grupo Interinstitucional para a Informação (GII) com competências para definir as grandes linhas e prioridades da política global de informação e comunicação;

- o nível operacional, onde intervinham a DG Imprensa e Comunicação da Comissão e da DG Informação e Relações Públicas do Parlamento, tomando decisões e controlando as actividades;

- o nível descentralizado, em que as medidas são executadas nos Estados-Membros através das Representações da Comissão e os Gabinetes do Parlamento.

Nesta distribuição de competências, a criação do GII destinava-se à constituição de um organismo central com funções de controlo do funcionamento adequado da

cooperação e no seguimento contínuo das actividades de informação, resultantes da sinergia entre o Parlamento Europeu e a Comissão. Tratava-se, pois, de um grupo de trabalho com membros das duas instituições e co-presidido por ambas, ao qual cabiam responsabilidades de programação global das actividades comuns, emitindo sugestões para a condução das principais campanhas de informação e avaliando a sua concretização através de relatórios regulares. No entanto, deveremos notar que, apesar de a obrigação de cada instituição ter em conta as decisões do GII, isso em nada afectava a sua plena autonomia e integridade, pois as modalidades de participação dos seus membros nas campanhas e actividades de informação eram da sua escolha exclusiva.⁹⁴⁸ Assim, na realidade, as recomendações do GII podiam não ter qualquer efeito. Esta situação era agravada pelo facto de, na prática, a colaboração intra-institucional e interinstitucional não funcionar nos moldes mais adequados, pois segundo um estudo conduzido por dois investigadores ingleses, entre Dezembro de 2000 e Outubro de 2001,

As far as the MEPs themselves are concerned, there is frustration among some with the rivalry between the Parliament, the Commission and the Council of Ministers and their various press and information services. They worry about the negative impact that this competitive ‘pushing and shoving’ has on the ability of the EU to convey a positive and high-profile image of the Parliament to the electorate.⁹⁴⁹

Em termos operacionais, as Direcções-Gerais do Parlamento e da Comissão eram responsáveis pela preparação aplicação, controlo e avaliação das actividades de informação, de acordo com as orientações estabelecidas pelo GII, reunindo-se periodicamente para analisar a execução das actividades e trocar dados sobre o planeamento corrente, debruçando-se, em especial, sobre as condições de partilha de meios de comunicação, como o sítio EUROPA ou as bibliotecas de ambas as instituições.⁹⁵⁰

No terreno, as Representações da Comissão e os Gabinetes do Parlamento nos Estados-Membros colaboravam numa base local e *ad-hoc* procurando-se, a partir de então, estabelecer um novo quadro para o desenvolvimento de sinergias assentes na

⁹⁴⁸ (COM(2001) 354 final). p. 6-7.

⁹⁴⁹ ANDERSON, Peter J.; McLEOD, Aileen – “The great non-communicator? The mass communication deficit of the European Parliament and its Press Directorate”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 42, n.º 5 (2004), p. 911.

⁹⁵⁰ (COM (2001) 354 final). p. 7-8.

coordenação, no intercâmbio de informações e na eficácia das acções.⁹⁵¹ Tratava-se de encontrar soluções comuns para problemas conjuntos através de um melhor aproveitamento das instalações, dos recursos de informação, das ligações electrónicas e dos sítios na Internet. Esta colaboração devia ser continuada ao nível das redes de informação, pois estas desempenhavam a nível local o papel de entidades de confiança para veicular as mensagens que as instituições centrais pretendiam transmitir. Neste contexto, cabia às Representações coordenar, formar e alimentar os centros de informação e as redes, com base no apoio dos serviços centrais.⁹⁵² A este propósito afirma-se: «As Representações deveriam prosseguir o desenvolvimento das redes, incluindo o nível regional e local, tornando-as parceiros activos nas actividades de informação geral, na organização de eventos e na formação do pessoal da rede».⁹⁵³ Já os Gabinetes participavam de uma forma marginal nas redes, sugerindo-se um envolvimento mais activo através da utilização das redes para dar informações institucionais ao Parlamento ou com o convite dos deputados para participarem em eventos organizados pelos centros de informação.⁹⁵⁴

Mas, como a responsabilidade pela informação e comunicação devia caber a todas as instituições e aos Estados-Membros, este texto da Comissão trata também do seu papel. Assim, quanto ao Conselho, constata-se que a sua política de informação era limitada pelos recursos orçamentais diminutos que consagrava a esta área, não se fazendo nenhuma alusão à sua falta de abertura e transparência como em documentos anteriores. Quanto à cooperação com as outras instituições, menciona-se apenas a produção conjunta de recortes e revistas de imprensa, de forma a proporcionar economias de escala, além da partilha dos meios electrónicos do sítio EUROPA e da perspectiva de criação de um centro comum de visitantes em Bruxelas.⁹⁵⁵

Mas uma estratégia eficaz de informação e comunicação devia garantir que as mensagens eram recebidas pelos cidadãos ao nível local e, por isso, a Comissão tinha de reforçar a cooperação com as administrações nacionais, regionais e locais, desenvolvendo acordos de parceria. Do ponto de vista nacional, as actividades podiam corresponder a centros de informação permanentes, como, os já referidos, Sources

⁹⁵¹ Para um exemplo das actividades dos Gabinetes do Parlamento nos Estados-Membros, ver o testemunho do responsável da unidade de Londres: BOND, Martyn – “The role of the UK Information Office in Euro-election year”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1989), p. 14-15.

⁹⁵² (COM (2001) 354 final). p. 8-9.

⁹⁵³ *Idem, ibidem*. p. 13.

⁹⁵⁴ *Idem, ibidem*.

⁹⁵⁵ *Idem, ibidem*. p. 10-11.

d'Europe em Paris, o Centro Jacques Delors em Lisboa e o CIDE em Roma, ou incidir em actividades de informação temporárias relacionadas com prioridades políticas específicas, como o euro ou o alargamento. Em qualquer dos casos, a imagem de cooperação transmitida é avaliada de forma muito positiva tanto no que dizia respeito ao público abrangido, como à coerência da imagem ou à racionalização financeira. No entanto, esta colaboração com os governos nacionais era feita numa base pontual, não havendo uma abordagem sistemática. Quanto aos contactos com os Parlamentos nacionais, tratava-se de uma questão dependente exclusivamente das iniciativas das Representações e dos Gabinetes.⁹⁵⁶

Deveremos notar que, apesar de tratar da política de informação e comunicação da UE e de querer formular um quadro coerente e global para o seu desenvolvimento, esta comunicação apresentada pela Comissão não abrangia as unidades responsáveis pela informação sectorial nas diversas direcções-gerais, as quais beneficiavam de rubricas orçamentais específicas. Por outro lado, existiam ainda os Porta-Vozes para a imprensa com responsabilidades próprias. Assim, co-existiam diversos canais de emissão sujeitos a orientações diferentes. Ora, para evitar a dispersão e incoerências, propõe-se a identificação dos principais eventos políticos, estabelecendo um número reduzido de prioridades políticas, as quais deveriam constituir a base para as actividades de informação e comunicação e um alicerce para a coordenação global entre as iniciativas de governo e a informação. Tendo este ponto de partida estruturado, a Comissão estaria em melhores condições para abordar as questões inesperadas. Também o Programa Prioritário de Publicações, a participação conjunta no funcionamento do sítio *web* EUROPA e nas campanhas de informação ao abrigo do programa PRINCE constituíam mecanismos de coordenação.

Partindo desta base organizativa, a Comissão tencionava conceber uma política de informação e comunicação sustentada e permanente, descentralizada e baseada num efeito multiplicador, além de adequada e adaptada. Assim, o público devia saber que tinha ao seu dispor, em qualquer altura, informação factual sobre os assuntos europeus, resultante de um esforço global de todas as instituições da União e não apenas da Comissão. Por outro lado, reconhecendo a impossibilidade de comunicar directamente com o grande público, a informação devia ser transmitida através de meios e operadores diversificados, em especial os jornalistas, as redes, os organismos públicos e semi-

⁹⁵⁶ *Idem, ibidem.* p. 11-12.

públicos, as ONG e a sociedade civil. Além disso, considerando o volume de informação disponível, advertia-se para a necessidade de garantir o facto de a mensagem e dos meios de difusão serem consentâneos com as características dos receptores, de maneira a haver uma compreensão efectiva.⁹⁵⁷

VII.1.2. Meios e instrumentos das actividades de informação e comunicação

Num anexo à comunicação, são tratados em maior detalhe os meios e instrumentos de suporte às actividades de informação e comunicação [Figura VII-1], notando-se algumas novidades relativamente a documentos anteriores. De facto, o programa PRINCE tinha sido introduzido em 1995, sob incentivo do Parlamento Europeu, para desenvolver três campanhas prioritárias (“Prioridade aos cidadãos”, “Construamos a Europa juntos” e “O euro”) englobando, mais tarde, as campanhas “Debate sobre o futuro da União Europeia” além do “Alargamento” e a “Criação de uma área de liberdade, segurança e justiça”.⁹⁵⁸ As iniciativas desenvolvidas podiam declinar-se em três tipos distintos: campanhas de informação incidindo na transmissão de dados factuais, campanhas de comunicação orientadas para o debate, além de campanhas de informação e comunicação combinando os dois objectivos. Em qualquer dos casos, a abordagem era descentralizada, assente em parcerias e concretizada com flexibilidade e transparência, procurando transmitir a informação e estimular o debate fora do círculo restrito dos especialistas.⁹⁵⁹

De seguida, o texto trata dos centros e redes de informação.⁹⁶⁰ No entanto, deveremos notar que não se incluíam as unidades especializadas criadas para apoiar o desenvolvimento das PME e que os próprios CDE eram tratados à parte.⁹⁶¹ Portanto,

⁹⁵⁷ *Idem, ibidem*. p. 16-17.

⁹⁵⁸ Sobre as três primeiras campanhas prioritárias, ver LE BOSSE, Annaïck – “L’information des citoyens européens”. *Chronique européenne des Pays de la Loire*. ISSN 1157-6219, n.º 21 (1996), p. 38-42. Sobre uma análise das campanhas PRINCE, nomeadamente em termos financeiros, ver BRÜGGEMANN, Michael; DE CLERCK-SACHSSE, Julia; KURPAS, Sebastian – *Towards communication? Evaluating the activities of the European Commission in the field of communication* [em linha]. Brussels: Centre for European Policy Studies, 2006. [Acedido 03.02.2008]. Disponível na WWW: <http://shop.ceps.be/downfree.php?item_id=1405>. p. 4-14.

⁹⁵⁹ (COM (2001) 354 final). p. 20-21.

⁹⁶⁰ Para uma descrição mais completa das redes de informação existentes nesta altura, ver DECKMYN, Veerle – *Guide to European Union Information*. 4th ed. Maastricht: European Institute of Public Administration, 2003. ISBN 90-6779-175-X. p. 5-11.

⁹⁶¹ Tal como também notou Eric Davies: “Editor’s notes”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º16 (2001), p. 2. Alíás, esta postura da Comissão levou Patrick Overy a escrever um artigo intitulado “European Documentation Centers: a neglected network?”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º

mais uma vez, a intenção de formular e aplicar um quadro de orientações globais para a área da informação fica prejudicada, porque, em termos orgânicos, prevalecia a independência em detrimento da coordenação. Por outro lado, a Comissão parecia incapaz de tirar partido da sua grande capacidade de informação e comunicação decorrente da criação, ao longo da década de 1990, de inúmeras redes de informação especializada. Assim, apesar de no texto do *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia* em 2002, as redes e os centros de informação, incluindo os CDE, serem abordados, afirma-se apenas a necessidade de consolidar a colaboração entre todos os seus componentes, não definindo modelos concretos de trabalho em parceria.⁹⁶²

Entendia-se por centro de informação «[...] uma estrutura descentralizada com instalações a nível local, aberta ao público, criada por um organismo e por ele gerida».⁹⁶³ Esta estrutura permitia a descentralização do fornecimento de informação, assegurando que as actividades tinham uma dimensão humana e que eram adaptadas a uma grande variedade de necessidades específicas. A manutenção do sistema de centros de informação estava, em grande parte, dependente das Representações tendo em conta uma repartição geográfica equilibrada pelo espaço da União. Baseando-se no princípio da subsidiariedade, concretizado através das parcerias com organismos bem estabelecidos no tecido socioeconómico da região, distinguiam-se três tipos de centros, de acordo com a sua área de influência geográfica. Assim, existiam centros de nível nacional, de nível inter-regional e de nível local/regional. Para o âmbito nacional, são citados os centros de Paris (Sources d'Europe), de Lisboa (Centro Jacques Delors) e de Roma (Centro de Informação e Documentação Europeia – CIDE), resultantes de parcerias entre a Comissão e os Estados-Membros, cabendo-lhes liderar a rede nacional de todos os outros centros de informação e funcionar como centro de documentação e de produção de material diverso para toda a rede. Os centros de nível inter-regional destinavam-se a servir regiões consideradas prioritárias do ponto de vista socioeconómico, ou devido à sua situação geográfica ou geopolítica, aludindo-se à Jean Monnet House de Berlim, ao Centro de Thessalonika e ao Centro de Nápoles. Mas, a pedra angular de uma verdadeira política de informação descentralizada, eram os centros de âmbito local, geridos directamente pelos seus organismos de acolhimento,

17 (2002), p. 23-25, onde afirmava «While the Commission continues to star up new information networks for specialised groups, it seems to have lost interest in those that already exist», p. 23.

⁹⁶² COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 2002*. Luxemburgo: SPOCE, 2003. ISBN 92-894-4692-7. p. 483-484.

⁹⁶³ (COM (2001) 354 final). p. 21.

subvencionados pela Comissão, que também fornecia assistência técnica e documental, garantindo uma certa uniformidade e a salvaguarda da identidade partilhada através de um Help Desk.⁹⁶⁴ Incluíam-se neste conjunto os 139 Info-Points Europe, localizados nas capitais de distrito, dirigidos a um público essencialmente cidadão, e os 130 Centros de Informação Rural, vocacionados para um público de origem rural. Existiam ainda, a título experimental, 19 Fóruns Urbanos com a missão de divulgar informação sobre o desenvolvimento urbano sustentável.⁹⁶⁵ Segundo esta comunicação, o objectivo era estabelecer um plano quinquenal, no final do qual cada região disporia de pelo menos um ponto de informação. A Comissão concedia ainda apoio financeiro, documental e organizativo às actividades de redes independentes como a FIME (Fédération Internationale des Maisons de l'Europe) e ao European Movement. Paralelamente, a Comissão tinha igualmente redes de oradores para participar activamente no debate sobre a União. Assim, os membros do Team Europe e do Grupos funcionavam a nível local e actuavam como multiplicadores da informação.⁹⁶⁶

Também as publicações e o sítio EUROPA são apresentados como instrumentos da política de informação e comunicação. Será interessante notar que aparecem associados um ao outro, sendo que se realça o facto de as publicações tradicionais e electrónicas utilizarem os mesmos processos de produção. Por outro lado, o Serviço de Publicações previa criar um mecanismo de impressão a pedido através de um portal *web* dedicado às edições de todas as instituições, órgãos e agências. Já o EUROPA lançado, em 1995, por iniciativa da Comissão beneficiou de uma abordagem interinstitucional a partir de 1997, permitindo uma uniformidade geral baseada em regras comuns de apresentação e de selecção de conteúdos. Na altura, o sítio recebia 1,5 milhões de visitas diárias para consultar as suas 60 bases de dados e os quase 2 milhões de documentos. Além dos desafios inerentes a este volume de utilização, o sítio EUROPA tinha ainda de enfrentar os problemas resultantes da diversidade linguística, da necessidade de actualizações constantes e da diversidade de utilizadores. De qualquer forma, a definição dos objectivos era ambiciosa pois a Comissão pretendia que «[...] o sítio

⁹⁶⁴ Sobre a criação deste Help Desk em 1995, ver PARKER, Susan – *Op. cit.* p. 87-88.

⁹⁶⁵ Para um exemplo das redes de informação existentes na região francesa da Loire, agora em 2004, ver HALAIS, Annaïck – “L'Europe près de chez vous: les réseaux européens d'information”. *Chronique européenne des Pays de la Loire*. ISSN 1157-6219, n.º 55 (2004), p. 23-46. Para uma apresentação mais abrangente, ver MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – “Europa a la vuelta de la esquina: principales redes y servicios de información de la Unión europea”. *Biblios: revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología* [em linha]. Vol. 6, n.º 21-22 (2005), p. 57-72. [Acedido 28.09.2006]. Disponível na WWW: <http://www.bibliosperu.com/articulos/22/2005_11.pdf>. ISSN 1562-4730.

⁹⁶⁶ (COM (2001) 354 final). p. 22-24.

EUROPA represente as práticas mais actualizadas da nova governança da Europa, simbolizadas pelas expressões “e-Comissão”, “e-Europe” e “e-governança” [...]», com base na «[...] interactividade, nas consultas rápidas e autênticas, na investigação sobre o apoio da opinião pública, e uma prática administrativa simplificada para todos».⁹⁶⁷ Seguia-se, portanto, uma abordagem optimista quanto às potencialidades do universo digital para melhorar a aproximação e a participação dos cidadãos. Aliás, esta opinião, contestada por alguns autores,⁹⁶⁸ era partilhada por Deirdre M. Curtin, que, em 2000, considerava que, através deste meio, era possível aproximar os cidadãos da UE e facilitar a sua participação política em novos moldes, pois facilitava-se a escolha pessoal da informação relevante, o seu acesso e reprodução.⁹⁶⁹

Também a resposta às questões suscitadas pelos cidadãos constituía um campo de acção da política de informação e comunicação. Para o efeito, a Comissão tinha criado o Europe Direct; inicialmente simples serviço de e-mail, foi transformado, em Maio de 2000, em centro de atendimento de chamadas por telefone em 11 línguas.⁹⁷⁰ Nas questões relativas a problemas jurídicos decorrentes da interpretação ou aplicação do direito comunitário, era complementado pelo Eurojus. Já para os problemas ligados aos direitos dos cidadãos ou das empresas no contexto do mercado interno, existia o Serviço de Assistência Directa aos Cidadãos, lançado em 1996.⁹⁷¹

Mas, em termos de comunicação, uma das prioridades das instituições europeias residia na transmissão da informação através de meios audiovisuais, nomeadamente recorrendo ao canal EuroNews e ao Europe by Satellite (EBS). Este último era o instrumento de notícias televisivas das instituições da UE, proporcionando a cobertura em directo dos seus trabalhos e resumos noticiosos quatro vezes por dia, entre outros serviços. Neste âmbito, a Comissão contribuía igualmente para a formação dos jornalistas, concedendo apoios a numerosas iniciativas nesta área.

A Biblioteca Central e a Rede dos Centros de Documentação são também apresentados como valiosos instrumentos da política de informação e comunicação da UE. As recomendações desta comunicação vão no sentido de aumentar a cooperação

⁹⁶⁷ *Idem, ibidem.* p. 24.

⁹⁶⁸ Ver a opinião de Eric Dacheux no Capítulo VI, p. 329-330.

⁹⁶⁹ CURTIN, Deirdre M. – “Citizens’ fundamental rights of access to EU information: an evolving digital passepartout?”. *Common market law review*. ISSN 0165-0750. Vol. 37, n.º 1 (2000), p. 10. Sobre o servidor EUROPA, ver CECCARELLI, Sara – *La comunicazione istituzionale dell’Unione Europea*. Perugia: Università degli studi di Perugia, 2005-2006. Tese. p. 64-67.

⁹⁷⁰ COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 2000. Op. cit.* p. 445.

⁹⁷¹ (COM (2001) 354 final). p. 25-26.

entre a Biblioteca Central da Comissão e as bibliotecas das outras instituições europeias, em particular com o Parlamento Europeu, para criar uma biblioteca interinstitucional virtual. Já quanto aos CDE, realça-se o seu papel de pontos-chave de informação para as Universidades e outras entidades de ensino superior, cabendo-lhes auxiliar o meio académico e o público em geral no acesso às fontes de informação e fornecer-lhes directamente a informação em articulação com outros centros e redes.⁹⁷²

Por fim, o documento trata das visitas, pois estas constituíam um dos melhores meios para aproximar os cidadãos das instituições, contabilizando-se 300.000 visitantes em 2000 nas instalações de Bruxelas e de Estrasburgo. A maior parte dos recursos adstritos a esta área destinavam-se a receber os designados grupos de multiplicadores e os formadores de opinião dos Estados-Membros e dos países candidatos à adesão, incluindo jornalistas, representantes da sociedade civil e do meio académico.⁹⁷³

Mas, para concretizar todas as potencialidades deste novo quadro, definido para as acções de informação e comunicação, realçava-se a necessidade de proceder a uma avaliação contínua da eficácia das iniciativas realizadas. Neste intuito, a Comissão dispunha de instrumentos gerais, como o *Eurobarómetro*, as revistas de imprensa e as audições públicas, além de instrumentos especializados baseados no estudo das reacções dos utilizadores, na avaliação das redes e nas audições públicas.⁹⁷⁴

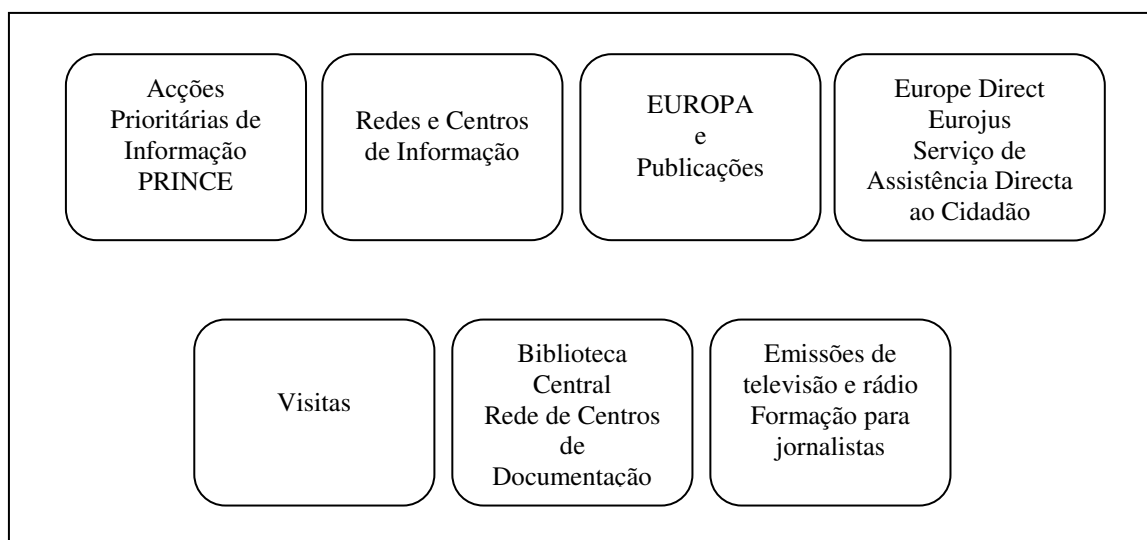


Figura VII-1: *Meios e instrumentos das actividades de informação e comunicação em 2001*⁹⁷⁵

Assim, a UE beneficiava de diversidade e de quantidade significativas de instrumentos para desenvolver com sucesso a sua política de informação e

⁹⁷² *Idem, ibidem.* p. 28.

⁹⁷³ *Idem, ibidem.* p. 29.

⁹⁷⁴ *Idem, ibidem.* p. 29-31.

⁹⁷⁵ De acordo com o documento: (COM (2001) 354 final).

comunicação. No entanto, todos estes instrumentos têm sido incapazes de evitar o eurocepticismo crescente entre os cidadãos europeus. Os problemas organizacionais derivados da multiplicidade de redes de informação, dependentes de direcções-gerais diferentes, e, por vezes, em concorrência entre si e não em complementaridade podem explicar uma das causas para este insucesso. No entanto, na opinião de Eric Dacheux, o erro da estratégia de comunicação parte de um erro de base, no que ele designa de “prêt-à-penser communicationnel”, pois o marketing das instituições europeia não chega e a ser convincente e torna-se maçador, fomentando o europessimismo.⁹⁷⁶ Neste sentido, alguns anos antes, em 1994, referia-se à “comunicação surrealista” da CEE.⁹⁷⁷ De facto, em vez de procurar aproximar a Europa dos cidadãos devia centrar-se na dinamização da democracia europeia através da criação de um espaço público europeu e de uma nova utopia mobilizadora (em substituição da ideologia liberal dominante, mas incapaz de agregar apoios).⁹⁷⁸

VII.1.3. A reacção do Parlamento Europeu

O documento que acabámos de analisar foi transmitido pela Comissão ao Parlamento Europeu, em final de Junho de 2001, tendo sido encaminhado para a Comissão para a Cultura, a Juventude, os Meios de Comunicação Social e os Desportos, a qual nomeou o deputado Ole Andreasen como relator. Neste âmbito, foi elaborado o *Relatório relativo à Comunicação da Comissão sobre um novo quadro de cooperação para as actividades no âmbito da política de informação e comunicação da União Europeia*.⁹⁷⁹ Tratava-se, novamente, de reformular a estratégia de informação e comunicação da UE, apesar de haver claramente a consciência de que fazer chegar a mensagem até ao público constituía um problema sério devido à escassa credibilidade das instituições de Bruxelas aos olhos dos cidadãos europeus. A este propósito, invocam-se os resultados do *Eurobarómetro* de Julho de 2001, em que apenas 26% dos

⁹⁷⁶ DACHEUX, Eric – “L’Europe en quête de sens: plaidoyer pour une autre politique de communication de l’Union européenne”. *Futuribles: analyse et prospectives*. ISSN0337-307X, n.º 223 (1997), p. 39-60.

⁹⁷⁷ DACHEUX, Eric – “Une communication surréaliste: analyse critique de la politique de communication de la CEE”. *L’événement européen: initiatives et débat: exclusions*. ISSN 0990-8404. Vol. 25 (1994), p. 159-166.

⁹⁷⁸ DACHEUX, Eric – “Le déficit de communication de l’Union Européenne: cause ou symptôme de la crise de légitimité des institutions?”. In DACHEUX, Eric, dir. – *L’Europe qui se construit: réflexions sur l’espace public européen*. Saint-Étienne: Publications de l’Université de Saint-Étienne, 2003. ISBN 2-862772-295-2. p. 97-108.

⁹⁷⁹ ANDREASEN, Ole – *Relatório relativo à Comunicação da Comissão sobre um novo quadro de cooperação para as actividades no âmbito da política de informação e comunicação da União Europeia*. Parlamento Europeu, 25.02.2002. (A5-0051/2002).

cidadãos manifestavam interesse em participar nos debates sobre assuntos europeus. Por outro lado, o aumento contínuo da abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu era outro sinal do afastamento da opinião pública relativamente aos assuntos da União. Além disso, em termos contextuais, o projecto europeu tinha de enfrentar novos desafios e devia preparar-se para isso, nomeadamente o alargamento, a construção de uma estrutura institucional adaptada, bem como os condicionalismos decorrentes das modificações provocadas pelo 11 de Setembro de 2001.⁹⁸⁰

Depois deste diagnóstico, o relator propõe algumas mudanças. Assim, considera fundamental a ênfase na fiabilidade, no equilíbrio e na pluralidade das actividades de informação e comunicação evitando-se a todo o custo qualquer tipo de propaganda por parte das instituições da UE. Aliás, as questões de propaganda constituíam uma preocupação, sobretudo nos países tendencialmente eurocéticos, como no caso do Reino Unido, onde suscitavam reflexões por parte dos responsáveis de bibliotecas com colecções de informação europeia.⁹⁸¹

Neste contexto, o relator recomenda: «Um modo de fornecer uma informação pluralista poderá consistir em apresentar pontos de vista diversos das instituições, sob a forma de hiperligações a partir dos sítios *web* das instituições europeias».⁹⁸² A preocupação com a adequação da informação à idade, à maturidade dos receptores alvo, atendendo à diversidade de perspectivas e de propostas sobre a integração europeia, não dando uma visão demasiado dourada ou simplificada ia no mesmo sentido. O relator analisa também a adequação dos instrumentos de transmissão da mensagem, considerando que o predomínio do material impresso (folhetos, brochuras e livros) devia ser revisto, pois a televisão e a Internet ofereciam grandes potencialidades. A este propósito, o relator cita novamente dados do *Eurobarómetro*, de Julho de 2001, segundo os quais 67% dos cidadãos utilizavam a televisão para receber informações sobre a UE, enquanto apenas 11% recorriam a livros, brochuras e folhetos. Já a Internet era utilizada na altura por 11% dos cidadãos europeus, devendo ser tidas em conta as suas perspectivas de crescimento, dando especial atenção ao sítio EUROPA.

A este propósito, o relator adverte para a importância das instituições disporem de sítios *web* actualizados, bem organizados e de fácil navegação. Completa depois esta ideia afirmando que «Para desenvolver uma política comunitária de informação e de

⁹⁸⁰ *Idem, ibidem*. p. 13.

⁹⁸¹ COOPER, Mike – “Propaganda or fact? Dealing with Euro sceptical material in public libraries”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 1 (1999), p. 21-24.

⁹⁸² ANDREASEN, Ole – *Op. cit.* p. 13.

comunicação mais coerente, devemos considerar a possibilidade de criar um portal comum de todas as instituições legislativas, de modo a proporcionar uma boa perspectiva de legislação comunitária específica».⁹⁸³ Esta iniciativa seria também uma forma de promover a coordenação da informação e da comunicação com os cidadãos, condição indispensável ao sucesso das actividades empreendidas. Sobre este tópico, o relator considerava a coordenação entre as diferentes direcções-gerais limitada e, em alguns casos, inexistente. ´

Também a descentralização, tão vasta quanto possível, das actividades de informação e comunicação das instituições europeias devia constituir um princípio orientador, pois favorecia a aproximação dos cidadãos. Esta opção implicava recorrer a organizações regionais ou locais pré-existentes e bem inseridas no seu contexto, as quais tinham acesso a dados mais pertinentes para definir os grupos-alvo, devendo dispor de autonomia de decisão e de aplicação dos recursos financeiros.⁹⁸⁴ Aliás, uma das críticas deste relatório consiste no facto de a qualidade da informação ser muito questionável, porque era fornecida demasiada informação e de uma forma excessivamente genérica, já que se traduzia a mesma brochura em 11 línguas mas não se adaptava o seu conteúdo.⁹⁸⁵

Paralelamente, era necessário admitir a impossibilidade de informar todos os cidadãos sobre todas as questões, ao mesmo tempo propondo-se, por isso, dar prioridade a assuntos específicos com a articulação das estratégias das campanhas de informação da UE em dois eixos: por um lado, a informação e a comunicação prioritárias centradas em temas próximos do quotidiano dos cidadãos (segurança dos alimentos, emprego, ambiente, euro, etc.) e, por outro, as campanhas de actualidade relacionadas com temas relevantes (o alargamento, o futuro da Europa ou as questões de segurança).⁹⁸⁶

Esta distinção seria também uma forma de lidar com os cortes orçamentais para as actividades de informação e comunicação, opção muito criticada pelo relator nestes termos: «A legitimidade democrática da União Europeia estará na ordem do dia nos próximos anos, e uma redução da despesa com a informação e a comunicação não é o sinal mais adequado para enviar ao público e às instituições da União Europeia».⁹⁸⁷ Para fazer face a esta situação, sugere-se novamente a localização dos Gabinetes do

⁹⁸³ *Idem, ibidem.* p 15.

⁹⁸⁴ *Idem, ibidem.* p 14.

⁹⁸⁵ *Idem, ibidem.*

⁹⁸⁶ *Idem, ibidem.* p. 13-14.

⁹⁸⁷ *Idem, ibidem.* p 16.

Parlamento Europeu e das Representações da Comissão nas capitais europeias num espaço comum, pois além de reduzir os custos, transmitia aos cidadãos uma imagem coerente e facilitava a colaboração.⁹⁸⁸

Os aspectos financeiros são também o motivo do parecer da Comissão dos Orçamentos, onde se realçam as economias de custo realizadas desde 1996, graças à cooperação interinstitucional concretizada através do GII, permitindo também a formulação de uma política de informação e comunicação abrangendo todas as instituições.⁹⁸⁹ Por sua vez, o parecer da Comissão das Liberdades e dos Direitos dos Cidadãos, da Justiça e dos Assuntos Internos enfatiza a relação com os destinatários e a importância da interacção constante, facilitada pelas TIC, congratulando-se com a criação de alguns serviços de informação interactivos, como o Europa em Directo.⁹⁹⁰

A proposta de resolução do Relatório Andreasen foi aprovada na sessão parlamentar de 13 de Março de 2002.⁹⁹¹ Trata-se de um texto bastante longo que recupera as reflexões do relatório enfatizando algumas delas, como, por exemplo, o uso da Internet. A este propósito, considerava que deveriam ser aplicados maiores recursos a este meio, uma vez que permitia abranger um público muito vasto e diversificado com custos pouco significativos. Para o seu melhor aproveitamento, fazem-se algumas sugestões de carácter prático, apelando à criação de um portal comum para a Comissão, o Parlamento Europeu, o Conselho, o Tribunal de Justiça e outras grandes instituições para proporcionar aos cidadãos uma perspectiva mais completa das políticas e da legislação da União. A disponibilização de uma vasta biblioteca em linha, com um motor de busca sofisticado e um serviço de apoio adequado, constitui outra proposta, tal como a recomendação para que a CELEX, base de dados documental da UE com motor de pesquisa associado, se tornasse acessível ao público gratuitamente. Além disso, apoiava-se a iniciativa tomada pelo SPOCE para permitir a impressão a pedido num portal *web* contendo as publicações de todas as instituições, organismos e agências europeus. Sugeria-se mesmo que a maior parte da produção deste Serviço passasse a ser constituída por produtos audiovisuais e electrónicos em substituição do material impresso.⁹⁹²

⁹⁸⁸ *Idem, ibidem.* p 17.

⁹⁸⁹ *Idem, ibidem.* p 18-20.

⁹⁹⁰ *Idem, ibidem.* p 21-25.

⁹⁹¹ “Resolução do Parlamento Europeu relativa à comunicação da Comissão sobre um novo quadro de cooperação para as actividades no âmbito da política de informação e comunicação da União Europeia (COM (2001) 354 – C5-0465/2001 – 2001/2192(COS))”. *JOUE*, n.º C 47 E (27.02.2003), p. 400-406.

⁹⁹² *Idem, ibidem.* p. 402 e 406.

As questões da cooperação e da descentralização são igualmente retomadas, sendo apresentadas como princípios basilares da política de informação e comunicação. Considerava-se que «[...] a política de informação e comunicação levada a cabo pela Comissão deveria reflectir os objectivos e actividades de todas as instituições, dado que tais objectivos e actividades são financiados pelo orçamento da União».⁹⁹³ A propósito da cooperação, faz-se uma avaliação muito positiva da acção e dos resultados do GII, considerando-se que a experiência deveria ser continuada e aprofundada nas Casas da União Europeia, pois assim criar-se-ia um balcão único para os cidadãos europeus acederem a informações sobre as actividades da Comissão e do Parlamento.⁹⁹⁴ Quanto à descentralização, solicitava-se um apoio reforçado às redes de informação próximas do cidadão, espalhadas pelos Estados-Membros, com uma referência específica aos CDE para melhorar a sua eficácia enquanto divulgadores de informação sobre a União.⁹⁹⁵

VII.2. Novos instrumentos para potenciar o debate sobre a Europa

A Conferência Intergovernamental que preparou o *Tratado de Nice*, assinado em 26 de Fevereiro de 2001, aprovou a *Declaração Respeitante ao Futuro da União*, onde se apelava a um debate mais amplo e aprofundado sobre o futuro da União e se defendia a continuação do esforço de aproximação das instituições aos cidadãos através da transparência. Neste contexto, a Comissão deu a conhecer, em Abril de 2001, uma comunicação sobre as modalidades do debate do futuro da UE com algumas reflexões sobre os contornos desta iniciativa e sobre a participação de todas as partes interessadas.⁹⁹⁶

Este trabalho inscrevia-se na continuação da iniciativa “Diálogo sobre a Europa” lançada pela Comissão, em Fevereiro de 2000, para incentivar os contactos directos entre os responsáveis europeus e os cidadãos. Aliás, o próprio sítio na Internet *O futuro da Europa*, lançado em Março de 2001, constituía uma evolução dessa primeira abordagem.⁹⁹⁷ De facto, um dos *leitmotiv* desta comunicação incidia na necessidade de aproveitamento das TIC para promover um verdadeiro debate à escala Europeia. Assim, era dada particular relevância às possibilidades de comunicação interactiva e de trabalho

⁹⁹³ *Idem, ibidem*. p. 402.

⁹⁹⁴ *Idem, ibidem*. p. 406.

⁹⁹⁵ *Idem, ibidem*. p. 403-404.

⁹⁹⁶ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão relativa a certas modalidades do debate sobre o futuro da União Europeia*. Bruxelas, 25.04.2001. (COM (2001) 178 final).

⁹⁹⁷ Estava disponível no seguinte endereço: <<http://europa.eu.int/futurum>>.

em rede proporcionadas por instrumentos como os fóruns de discussão, o uso do chat, para debates em directo, ou o uso do correio electrónico, para abranger grupos-alvo mais numerosos.⁹⁹⁸ Por outro lado, a Comissão preocupa-se, igualmente, com o processo de escuta das opiniões expressas, advertindo para a necessidade de todas serem devidamente registadas, sintetizadas de forma objectiva e, depois, divulgadas aos decisores políticos, ao público em geral e aos meios de comunicação social.⁹⁹⁹

Esta última preocupação era consentânea com o reforço da participação dos cidadãos, apresentado como um dos aspectos inerentes à boa governança definida num Livro Branco apresentado em Julho de 2001.¹⁰⁰⁰ De acordo com este documento, o termo governança aplicava-se ao «[...] conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder a nível europeu, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia».¹⁰⁰¹ Neste contexto, em termos de informação e de comunicação, a Comissão estava empenhada em fornecer, através da Internet, informações actualizadas sobre a elaboração das políticas em todas as etapas do processo de tomada de decisão e em estabelecer com os cidadãos um diálogo mais sistemático e numa fase mais precoce da elaboração das suas políticas. O objectivo era proporcionar-lhes um espaço transnacional de debate sobre as questões da União, de maneira a reforçar o sentimento de pertença à Europa recorrendo a estratégias de informação e de comunicação.¹⁰⁰²

Alias, estas orientações eram consentâneas com os dois primeiros princípios da boa governança, a abertura e a participação, os quais, por sua vez, constituíam um alicerce para a concretização dos princípios da responsabilização, da eficácia e da coerência.¹⁰⁰³ Além destes objectivos, explícitos, François Foret sublinha claramente que

⁹⁹⁸ (COM (2001) 178 final).p. 6-7 e p. 9-10.

⁹⁹⁹ *Idem, ibidem.* p. 4.

¹⁰⁰⁰ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Governança europeia: Livro Branco*. Bruxelas, 25.07.2001. (COM (2001) 428 final). Sobre este documento ver BEST, Edward – “Transparency and European governance: clearly not a simple matter”. In DECKMYN, Veerle, ed. – *Increasing transparency in the European Union?*. Maastricht: European Institute of Public Administration, 2002. ISBN 90-6779-168-7. p. 105-117 e DENUIT, Renaud – “Transparency and ‘New forms of European governance’: opening a way to greater legitimacy?”. In DECKMYN, Veerle, ed. – *Op. cit.* p. 119-122.

¹⁰⁰¹ (COM (2001) 428 final). p. 8. Para uma abordagem analítica deste termo, ver BEST, Edward – *Op. cit.* In DECKMYN, Veerle, ed. – *Op. cit.* p. 95-100 e PAYE, Olivier – “La gouvernance: d’une notion polysémique à un concept politologique”. *Etudes internationales*. ISSN 0014-2123. Vol. XXXVI, n.º 1 (2005), p. 13-40.

¹⁰⁰² (COM (2001) 428 final). p. 4 e p. 12-13.

¹⁰⁰³ *Idem, ibidem.* p. 11-12.

esta retórica da governança procura também ocultar o carácter elitista e a dimensão hierárquica da UE enquanto ordem política.¹⁰⁰⁴

Portanto, vemos que a Comissão encarava a política de informação e comunicação como um elemento estratégico imprescindível à concretização de uma melhor governança na Europa, tendo publicado um novo documento de reflexão sobre a situação no final de 2002.¹⁰⁰⁵

VII.3. A necessidade de reconstrução metódica e coerente da imagem da UE

Em Julho de 2002, a Comissão dá a conhecer ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões uma Comunicação sobre *Uma estratégia de informação e Comunicação para a União Europeia*.¹⁰⁰⁶ As duas linhas mestras deste novo documento apontavam, por um lado, para a melhoria da capacidade da UE para formular e difundir mensagens adaptadas, direccionadas para os temas de informação prioritários e, por outro lado, para uma parceria operacional com os Estados-Membros, no sentido de alicerçar uma verdadeira sinergia entre as estruturas comunitárias e nacionais [Figura VII-2]. No entanto, além destes elementos explícitos, o documento da Comissão caracteriza-se também pelo enfoque na comunicação em detrimento da informação, ainda que da leitura do texto fique a ideia de que as duas palavras são equivalentes. Todavia, parece-nos que, enquanto a política de comunicação se focaliza em certas mensagens e na melhor maneira de as transmitir a uma determinada audiência, a política de informação está orientada para a criação de condições que tornem acessível a informação de que as pessoas necessitam, no momento e no formato oportuno. Ainda que as duas não possam ser separadas, também não devem ser confundidas.¹⁰⁰⁷

¹⁰⁰⁴ Foret, François – “La dimension élitare dans la légitimation de l’Union européenne”. In COSTA, Olivier; MAGNETTE, Paul – *Une Europe des élites: réflexions sur la fracture démocratique de l’Union européenne*. Bruxelles: Éditions de l’Université de Bruxelles, 2007. ISBN 978-2-8004-1399-0. p. 203-223.

¹⁰⁰⁵ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relatório da Comissão sobre a governança europeia*. Bruxelas: [s.n.], 11.12.2002. (COM (2002) 705 final).

¹⁰⁰⁶ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre uma estratégia de informação e comunicação para a União Europeia*. Bruxelas, 02.07.2002. (COM (2002) 350 final). Sobre este documento ver PARKER, Susan – *Op. cit.* p. 256-257.

¹⁰⁰⁷ Sobre isto ver “Some thoughts on the Commission’s new information and communication strategy”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 20 (2002), p. 16-22.

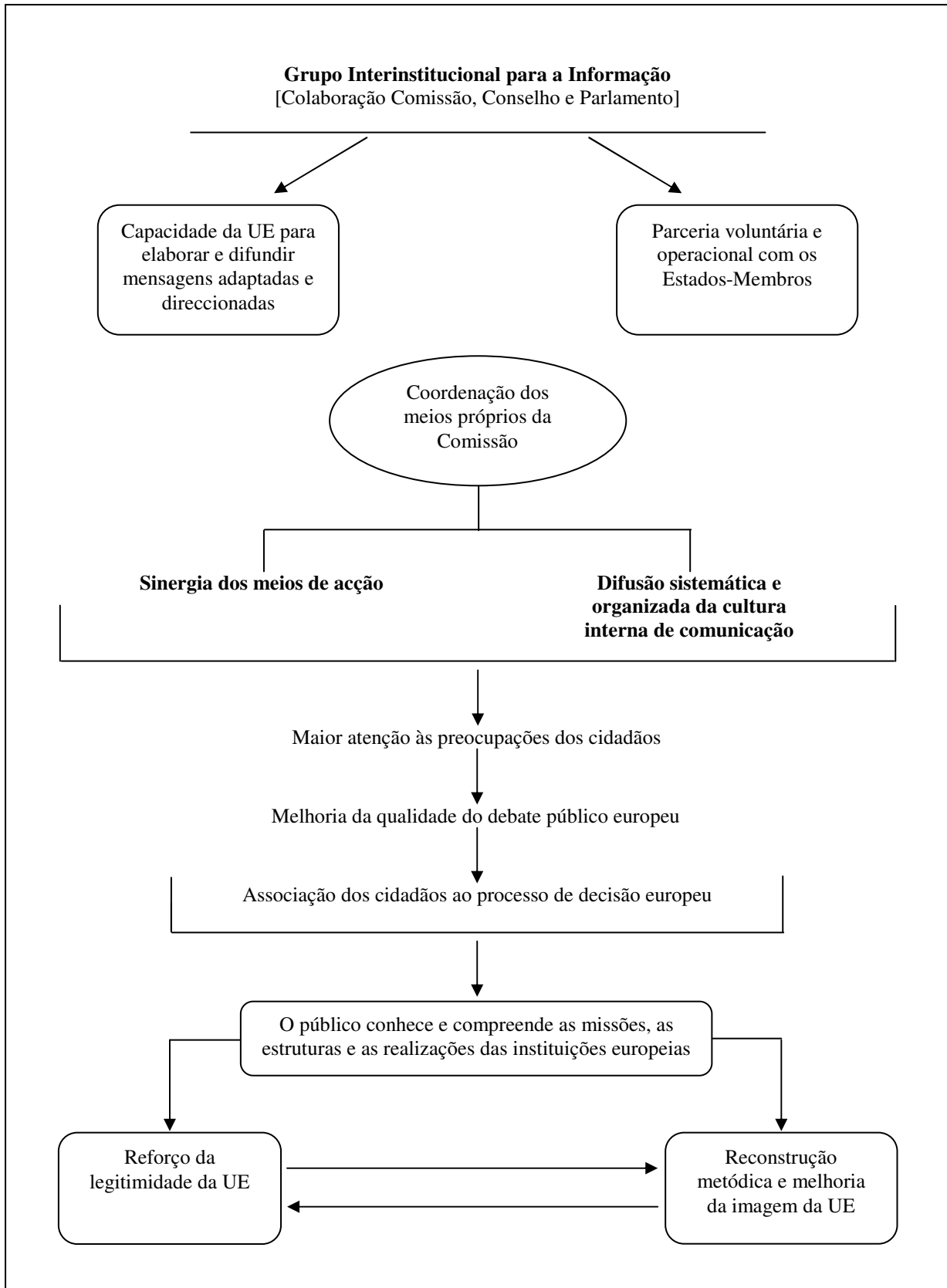


Figura VII-2: Nova estratégia de informação e comunicação para a União Europeia¹⁰⁰⁸

¹⁰⁰⁸ De acordo com o documento: (COM (2002) 350 final).

Tratava-se de encontrar directrizes aplicáveis, num âmbito global e de forma integrada, na elaboração das mensagens inerentes às grandes políticas comunitárias, no intuito de operar uma “reconstrução metódica e coerente da imagem da União Europeia”. Neste intuito, estabelecem-se os parâmetros de um referencial comum, incluindo a selecção de conceitos homogéneos e representativos da construção europeia, como as virtudes do intercâmbio e da solidariedade, de maneira a tecer uma trama narrativa de enquadramento às mensagens e a proporcionar um “alicerce moral” à comunicação.¹⁰⁰⁹ Esta abordagem era complementada pela inclusão de um esquema de acção com a identificação dos papéis de cada um dos intervenientes e as respectivas relações hierárquicas e de um plano de acção calendarizado até 2004 [Figura VII-3].

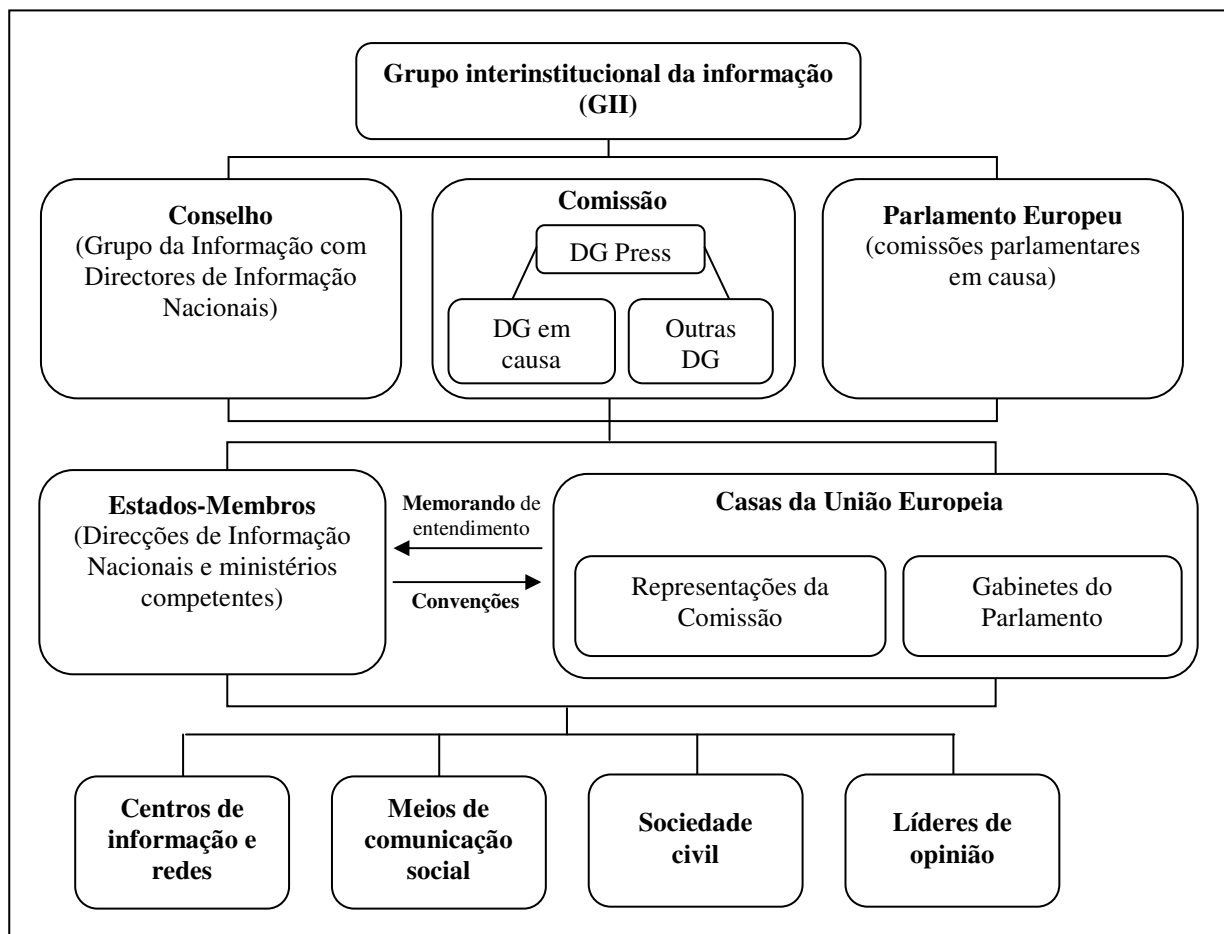


Figura VII-3: *Esquema de acção para a nova estratégia de informação e comunicação para a União Europeia proposto pela Comissão em Julho de 2002*¹⁰¹⁰

No plano com a calendarização das acções até 2004 [Figura VII-4], era imperioso interligar as actividades de informação com o calendário das iniciativas europeias, estabelecendo sinergias proveitosas entre o plano da concretização das decisões

¹⁰⁰⁹ (COM (2002) 350 final). p. 11-13.

¹⁰¹⁰ De acordo com o documento (COM (2002) 350 final). Anexo II, p. 30.

políticas e o plano da divulgação dessas mesmas decisões, com base no pressuposto de que tal abordagem constituía um auxílio indispensável à concretização da boa governança, mas, naturalmente, não suficiente, afirmando-se a este propósito:

Mas, para além da formulação de mensagens claras, simples e pedagógicas, a União Europeia deve provar que faz o que diz. Se a mensagem a desenvolver não estiver sustentada em exemplos concretos, positivos, que façam sentido para a maioria das pessoas, não poderá suscitar adesão.¹⁰¹¹

Nesta altura, a adopção da desejada perspectiva global e concordante para a estratégia de informação e comunicação tornava-se possível graças a uma participação mais activa dos Estados-Membros na sua formulação e concretização, assente nos princípios da parceria descentralizada e da responsabilidade partilhada, formalizados na assinatura de um memorando de entendimento entre Bruxelas e cada um dos governos nacionais. Consequentemente, os Estados-Membros deviam renunciar à comunicação dos assuntos europeus feita do ponto de vista estrito da política nacional e, por isso, redutora.¹⁰¹²

Deveremos notar que com esta estratégia, a informação europeia tornava-se, em grande parte, dependente da boa vontade dos governos nacionais, originando disparidades no apoio à sua difusão, pois enquanto alguns Estados dispõem de meios e de vontade para levar a cabo esta tarefa, outros estão nitidamente menos propensos a esta acção.¹⁰¹³ Aliás, o memorando de entendimento acabou por não ser assinado por todos os Estados-Membros. No entanto, Portugal foi dos primeiros países a assinar este documento, em 2003.¹⁰¹⁴ Na verdade, antes de conseguir chegar aos cidadãos a Comissão Europeia deve tornar efectiva a participação dos Estados-Membros na difusão

¹⁰¹¹ (COM (2002) 350 final), p. 5 e p. 18; citação da p. 16.

¹⁰¹² (COM (2002) 350 final), p. 8 e p. 23-24. Todavia, esta iniciativa não parece ter alcançado os resultados desejados, pois, em 2006, Markus Thiel tecia as seguintes considerações acerca do envolvimento dos Estados-Membros na comunicação europeia: «The lack of organization on the national level poses additional problems on the EU's communication policy. The coordination of European policies on the member state level is insufficient organizationally as well as content-wise. Even though EU policies become increasingly relevant for domestic politics, the organization and coordination of domestic European politics lacks in cohesiveness and efficiency». THIEL, Markus – “National public spheres and the European Union communication strategy: between utopianism and non-utilization”. *Jean Monnet – Robert Schuman Paper Series* [em linha]. Vol. 6, n.º 10, p. 1-9. [Acedido 12.03.2008]. Disponível na WWW na <http://www6.miami.edu/eucenter/Thiel_1.pdf>. p. 7.

¹⁰¹³ MOUSSIS, Nicolas – “Information, audiovisual and cultural policies”. In *Guide to European policies*. 12th ed. Rixensart: European Study Service, 2007. ISBN 978-2-930119-42-X. p. 154.

¹⁰¹⁴ Informação recolhida durante a entrevista com Margarida Marques, Chefe da Representação da Comissão Europeia em Lisboa, no dia 16 de Junho de 2008. Cf. **Anexo I** *Entrevistas realizadas a actuais e a antigos funcionários das instituições europeias*.

da “Europa” e de informação constante da população sobre os principais acontecimentos da UE.¹⁰¹⁵

Poderemos notar que a formalização deste envolvimento dos Estados-Membros sustenta-se não só na intenção de dividir custos de difusão ou de agilizar processos mas também na intenção de criar um sentimento de cidadania europeia a partir de uma base nacional, regional ou local com base em estruturas de apoio às políticas da UE. A este propósito, Chiara Valentini defende que a Comissão acredita na possibilidade de fomentar uma cidadania europeia, alicerce para a criação de uma democracia supranacional, a partir de sete grandes áreas de acção: a educação, a cultura, as línguas, os símbolos, as publicações, a Internet e os mas-media.¹⁰¹⁶ Todavia, como a mesma autora nota, com base nos resultados de um estudo comparativo sobre a estratégia de comunicação da UE, em Itália e na Finlândia, entre 2001 e 2006, apesar das diferenças históricas, geográficas e de atitudes em relação à construção europeia de ambos os países, não se registam diferenças significativas nas actividades de informação e comunicação concretizadas em cada um destes Estados-Membros.¹⁰¹⁷

Apesar desta vontade de integração e de concertação no plano interinstitucional e nacional exposta pela Comissão, deveremos notar o facto de a estratégia exposta não abordar todas as actividades de informação e comunicação levadas a cabo pelas direcções-gerais nos seus domínios de competência sectoriais, nem as acções de informação complementares desenvolvidas em países terceiros.¹⁰¹⁸

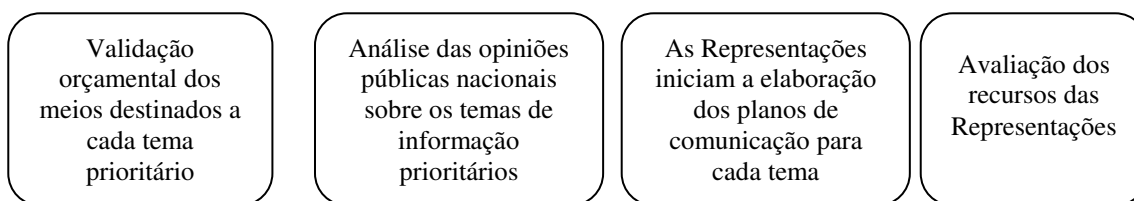
¹⁰¹⁵ CECCARELLI, Sara – *Op. cit.* p. 103.

¹⁰¹⁶ VALENTINI, Chiara – “The promotion of European identity”. In LEHTONEN, Jaakko; PETKOVA, Diana, ed. – *Cultural identity in an intercultural context*. Jyväskylä: Jyväskylä University Press, 2005. ISBN 951-39-2071-2. p. 196-213.

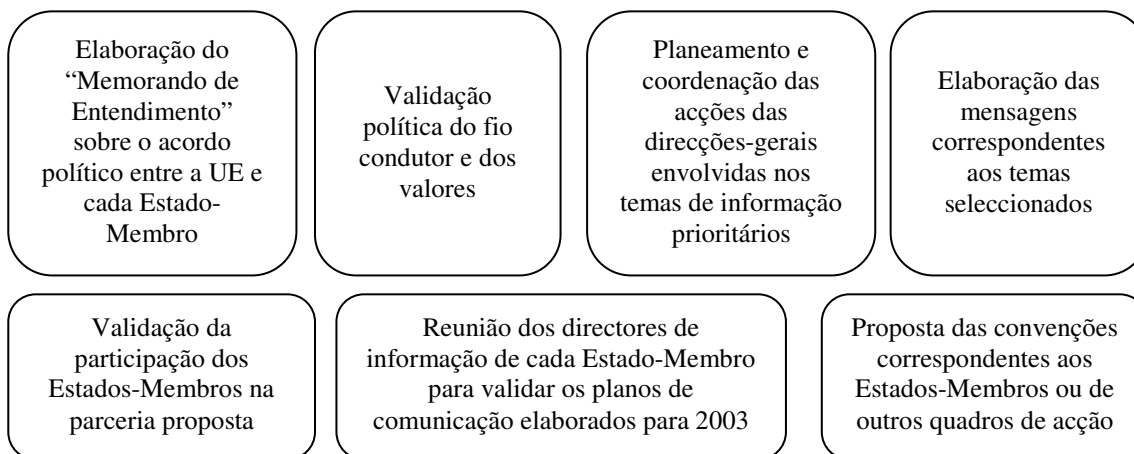
¹⁰¹⁷ VALENTINI, Chiara – *Promoting the European Union: comparative analysis of EU communication strategies in Finland and in Italy*. Jyväskylä: University of Jyväskylä, 2008. Tese de doutoramento. Ver em especial p. 107-115.

¹⁰¹⁸ (COM (2002) 350 final). p. 5.

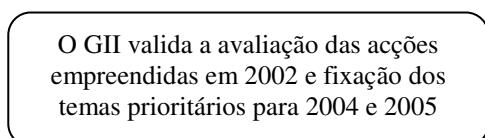
Outubro de 2002



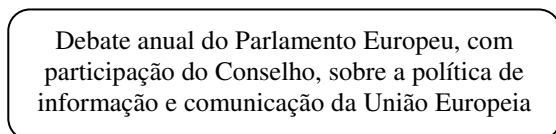
Novembro de 2002



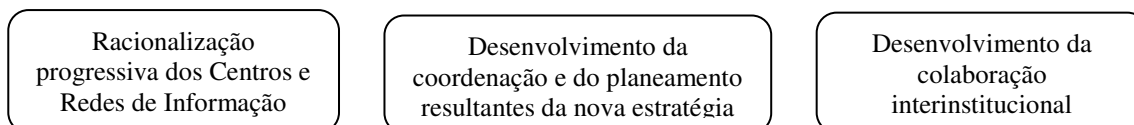
Março de 2003



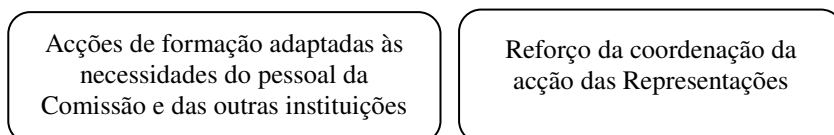
Julho de 2003



2003



2003-2004



2004

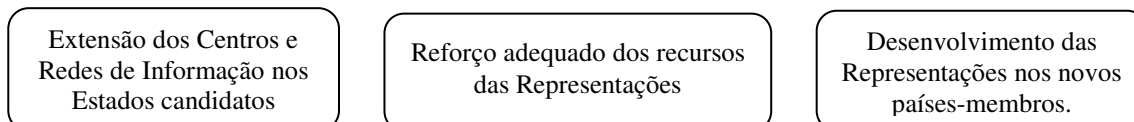


Figura VII-4: *Cronograma do plano de acção para a nova estratégia de informação e comunicação para a União Europeia proposto pela Comissão em Julho de 2002*¹⁰¹⁹

¹⁰¹⁹ Feito com base em: (COM (2002) 350 final). Anexo 3.

De acordo com texto da comunicação, a adopção desta nova estratégia de informação e comunicação ia ao encontro do desafio democrático que o processo europeu enfrentava, devido ao escasso envolvimento dos cidadãos, alegadamente causado pela ignorância e indiferença da maioria da opinião pública. A este propósito pode ler-se:

O desconhecimento, ou mesmo a incompreensão, que caracteriza a relação entre o cidadão e a União Europeia não é uma fatalidade. Esta situação explica-se principalmente pela complexidade do processo europeu, mas também pela ausência de uma política de informação e comunicação da União Europeia, tanto no que respeita às instituições europeias como aos próprios Estados-Membros.¹⁰²⁰

Deveremos realçar, sobretudo, o facto de o texto fazer tábua rasa de todas as políticas de informação e comunicação, ignorando por completo as iniciativas levadas a cabo neste âmbito, em vez de fazer uma análise crítica das opções tomadas e das suas consequências e de aproveitar os ensinamentos que daí poderiam advir.

Diagnosticado o afastamento entre a opinião pública e a UE, enfatiza-se a urgência de promover o debate público e uma maior ligação do cidadão ao processo decisório europeu, de maneira a estabelecer um verdadeiro diálogo consentâneo com as características da audiência. Globalmente, distinguiram-se dois tipos de receptores: os multiplicadores de opinião e o grande público. Para cada tipo deveriam ser formuladas mensagens diferenciadas e utilizados instrumentos adequados, atendendo ainda a factores como a língua, a faixa etária, o nível de instrução ou o sexo.¹⁰²¹ Mas de acordo com o texto, este diálogo só era possível depois de a UE assumir uma atitude pedagógica em relação às suas políticas, transmitindo uma informação de ordem geral, destinada a suscitar a consciência da legitimidade da construção europeia e a valorização da sua imagem e do seu papel, além de uma informação mais imediata centrada nos grandes projectos europeus. Assumia-se como objectivo a criação de uma imagem positiva das instituições europeias e da sua acção através de iniciativas de informação e comunicação. A este propósito refere-se:

Embora a informação factual e neutra seja necessária, ela não é suficiente. A experiência mostra que uma dada informação não pode permanecer neutra porque a sua apresentação é constantemente reformulada pelos meios de comunicação social, os centros de informação e os outros multiplicadores de opinião. Uma

¹⁰²⁰ (COM (2002) 350 final). p. 7.

¹⁰²¹ *Idem, ibidem*. p. 16.

verdadeira comunicação da União Europeia não pode, pois, limitar-se a uma simples difusão de informações: deve dotar-se de sentido, permitir a compreensão, pôr a sua acção e as suas políticas em perspectiva, suscitar um diálogo no interior das próprias opiniões públicas nacionais, tendo em vista uma maior participação dos cidadãos no debate europeu.¹⁰²²

A colaboração mais próxima dos cidadãos era assumida como uma vertente fulcral da nova estratégia de informação e comunicação. Para a concretizar apelava-se a um melhor aproveitamento dos centros e redes de informação comunitária que na altura incluíam os três grandes centros nacionais de informação e documentação (Paris, Lisboa e Roma), os três centros inter-regionais (Salónica, Nápoles e Berlim), 142 Info-Point Europe, 134 Centros de Informação e Animação Rural, 328 Centros de Documentação Europeia, 24 Bibliotecas Depositárias e 72 Centros de Referência Europeus, sem contar os 360 centros em países terceiros. Reflectia-se a este propósito:

Estas redes representam um património inestimável, tendo em conta a sua experiência e a sua flexibilidade, bem como a proximidade imediata que mantêm relativamente aos representantes da sociedade civil e aos cidadãos. Estas características fazem com que sejam um instrumento privilegiado para a aplicação da estratégia de informação e comunicação da União Europeia: encarnam, “no terreno”, a sinergia entre meios da União Europeia, dos Estados-Membros e da sociedade civil, concretizando o princípio da descentralização da informação.¹⁰²³

Apesar do balanço positivo da acção das redes e dos centros de informação, tencionava-se, criar urgentemente, um novo quadro em termos de missão, de funcionamento e de perspectivas futuras, com base nos resultados de um processo de avaliação e de análise em curso. Tratava-se de conseguir uma estrutura mais homogénea e coerente entre os níveis nacional, regional e local, incluindo aspectos de imagem, bem como de racionalizar a gestão, melhorando a relação custo-eficácia, paralelamente a uma maior co-responsabilização dos Estados-Membros.¹⁰²⁴

No início de 2003, o Parlamento Europeu adopta um relatório de análise, deste documento da Comissão, elaborado pelo deputado Bayona de Perogrado, em nome da Comissão para a Cultura, a Juventude, a Educação, os Meios de Comunicação Social e os Desportos, com pareceres da Comissão dos Assuntos Externos, dos Direitos do Homem, da Segurança Comum e da Política de Defesa, da Comissão dos Orçamentos,

¹⁰²² *Idem, ibidem.* p. 10.

¹⁰²³ *Idem, ibidem.* p. 26.

¹⁰²⁴ *Idem, ibidem.*

da Comissão das Liberdades e dos Direitos dos Cidadãos, da Justiça e dos Assuntos Internos bem como da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades.¹⁰²⁵

Na exposição de motivos, constata-se com preocupação a gravidade do problema resultante do afastamento entre os cidadãos e as instituições europeias, aludindo-se aos dados do *Eurobarómetro* da Primavera de 2002, segundo os quais cerca de 50% dos entrevistados declarou ignorar ou ser indiferente à União. Contudo, nota-se que esta distância não é sinónima de hostilidade aberta ou latente em relação ao projecto europeu. Apesar desta ressalva, sublinha-se a necessidade de a UE valorizar a sua política de informação de forma criativa, apelando aos valores comuns, como a democracia, o pluralismo, a diversidade cultural e linguística, a coesão e a solidariedade, além de demonstrar as vantagens concretas que decorrem da pertença à família europeia. Por outro lado, estes princípios deviam servir para o exterior, mas também para o interior da Comissão, de maneira a integrar a política de informação

No entanto, o relator formula algumas críticas a certas opções da Comissão. Assim, considera que a reforma proposta pela Comissão devia guiar-se pelo lema da “parte pelo todo”, privilegiando uma visão de conjunto e a relação intrínseca das políticas sectoriais com os objectivos globais da União. Portanto, poderemos ver aqui uma crítica ao facto de a Comissão privilegiar as especificidades de alguns sectores de informação, como o ambiente, a saúde ou os transportes, não incluindo os serviços de informação de todas as direcções-gerais na sua nova abordagem política para esta área. Além disso, tornava-se imperioso incrementar melhorias na comunicação no interior da própria Comissão. Sobre isto afirma-se

A Comissão europeia deverá promover no seu interior a circulação das melhores práticas e a troca de informações, apostando na integração inteligente entre novas tecnologias de comunicação (Internet, videoconferência, etc.) e recursos profissionais disponíveis. A Direcção-Geral Press, directamente vinculada ao Presidente da Comissão, deverá coordenar as outras direcções-gerais e os seus gabinetes externos, descentralizando, tanto quanto possível as funções operativas e tentando racionalizar, por motivos de eficiência, determinados segmentos da organização.¹⁰²⁶

¹⁰²⁵ BAYONA DE PEROGRADO, Juan José – *Relatório sobre uma estratégia de informação e comunicação para a União Europeia*. Parlamento Europeu, 21.02.2003. (A5-0053/2003).

¹⁰²⁶ *Idem, ibidem*. p. 17.

Simultaneamente, o relator faz uma avaliação muito positiva das “antenas de informação” da Comissão, espalhadas por todo o território da União, as quais em parceria com os poderes locais, as Universidades, as escolas e associações diversas, se destacavam pela capacidade de iniciativa no seu raio de acção geográfico, tanto ao nível da promoção do diálogo e do debate como da difusão das mensagens europeias. O relator afirma mesmo que «A força propulsora e a autonomia propositiva desses elementos deve ser defendida e incentivada».¹⁰²⁷ Também a acção do GII é abordada em termos elogioso, promovendo-se a continuação da sua existência.

Para terminar, e tendo em conta os pareceres das Comissões Parlamentares consultadas, o deputado Bayona considera necessário atender, na formulação e na execução da política de informação, aos aspectos das relações externas e de segurança, bem como às questões de género e de cidadania. Aliás, estes aspectos são retomados na proposta de resolução incluída neste relatório e aprovada Abril de 2003.¹⁰²⁸ Reflectindo os contributos das Comissões Parlamentares chamadas a emitir parecer, a resolução aborda seis vertentes da estratégia de informação e comunicação da UE: a informação e a cidadania, a cooperação interinstitucional, as questões orçamentais, o alargamento e política externa (PESC), o espaço de liberdade, segurança e justiça, além da informação europeia dirigida às mulheres. Mas, em termos de estrutura do documento, deveremos igualmente salientar o facto de a resolução fazer inicialmente um elenco quase exaustivo das resoluções do Parlamento Europeu sobre a política de informação desde o final dos anos cinquenta.¹⁰²⁹

No que diz respeito ao ponto sobre informação da UE e cidadania, deveremos realçar o pedido de inclusão, no texto do projecto de tratado constitucional que estava ser preparado pela Convenção, de uma referência explícita à política de informação e comunicação como pressuposto para o exercício da cidadania europeia. De facto, o próprio texto da resolução insiste no direito dos cidadãos poderem aceder a um fluxo permanente de informações gerais sobre a UE “completas, imparciais e objectivas”. No entanto, poderemos questionar em que medida esta orientação era consentânea com a intenção de divulgar informação que evidenciasse os valores comuns europeus e mostrasse aos cidadãos «[...] as vantagens concretas na vida quotidiana que decorrem

¹⁰²⁷ *Idem, ibidem.* p. 17.

¹⁰²⁸ Resolução do Parlamento Europeu sobre uma estratégia de informação e comunicação para a União Europeia”. *JOUE*, n.º C 64E (12.03.2004), p. 591-599.

¹⁰²⁹ *Idem, ibidem.* p. 591-593.

da sua pertença à União, rejeitando uma abordagem tendente a mostrar a União como um terreno de confrontação permanente entre interesses nacionais divergentes». ¹⁰³⁰

Outro aspecto a merecer destaque diz respeito à menção sobre o aproveitamento das TIC para formular e pôr em prática programas que permitissem aos cidadãos aceder e participar nos trabalhos parlamentares, mas tendo em atenção a necessidade de «[...] zelar por que as novas tecnologias da informação não se tornem os únicos meios de difusão e de acesso à informação sobre a União Europeia». ¹⁰³¹ Portanto, havia a preocupação de diversificar os meios utilizados para difundir a informação de maneira a chegar a um público abrangente, incluído os designados “info-excluídos”, incapazes de tirar partido das oportunidades dos ambientes digitais.

Sobre a cooperação interinstitucional, o texto parlamentar insiste na melhoria dos resultados das campanhas prioritárias de informação sobre a UE, através do aprofundamento da relação entre o Parlamento Europeu, o Conselho, a Comissão e o Comité das Regiões no âmbito do GII. Além disso, aborda também o trabalho conjunto com os Estados-Membros e os países candidatos, pois se a formulação das campanhas de informação decorria a nível comunitário a sua concretização fazia-se num âmbito nacional ou regional, de acordo com uma grande diversidade cultural e linguística. Por outro lado, o Parlamento exorta a Comissão a apresentar um relatório anual sobre as realizações da política de informação e a definir um programa de trabalho a ser tido em conta no orçamento do ano seguinte. Simultaneamente, solicita ao presidente do Parlamento a realização de um debate anual sobre esta matéria ¹⁰³².

Em termos orçamentais, destaca-se também o papel do GII e considera-se necessário introduzir

[...] medidas de adaptação administrativa, estrutural e de formação do pessoal, com vista a um eficaz funcionamento dos gabinetes externos e da rede de antenas de informação (infopoints, carrefours, centros de documentação, etc.), bem como das redes de informação independentes, como a Federação Internacional das Casas da Europa e o Movimento Europeu, que poderiam ser também utilizados pelos deputados ao Parlamento Europeu nas respectivas circunscrições. ¹⁰³³

Quanto às questões do alargamento e da PESC, preconiza-se que seja definida uma estratégia de informação e comunicação específica a ser incluída no relatório anual

¹⁰³⁰ *Idem, ibidem.* p. 595.

¹⁰³¹ *Idem, ibidem.* p. 595-596.

¹⁰³² *Idem, ibidem.* p. 596-597.

¹⁰³³ *Idem, ibidem.* p. 597.

da Comissão sobre a implementação da política de informação. Já quanto ao espaço de liberdade, de segurança e justiça, alude-se à importância da acção das delegações nos países de origem da imigração na divulgação de informações aos cidadãos que pretendam imigrar para o espaço da União. Por fim, o texto aborda a temática da informação europeia e o papel das mulheres, realçando a importância de as políticas nesta área serem também dirigidas às mulheres dos países candidatos, atendendo às diferenças de género na recepção de mensagens.¹⁰³⁴

VII.4. Sinergia dos meios de acção para enfrentar o alargamento

Em 2004, nas vésperas da entrada dos dez novos Estados-Membros (Chipre, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, República Checa, Eslováquia e Eslovénia), a Comissão apresentou uma comunicação sobre a aplicação da estratégia de informação e comunicação definida no documento de 2002.¹⁰³⁵ Era ocasião de fazer uma reflexão sobre as iniciativas postas em prática e de anunciar algumas medidas para lidar com as alterações resultantes da entrada dos novos países.¹⁰³⁶ Assim, concluíam-se que as acções de comunicação estavam melhor estruturadas e hierarquizadas, em resultado da colaboração interinstitucional do GII, bem como da adopção de valores comuns e de um fio condutor. No entanto, impunha-se uma redefinição das opções temáticas (Alargamento, Futuro da União, Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, Euro e Papel da Europa no Mundo), devido à evolução de elementos contextuais internos e externos, e também uma reprogramação num quadro plurianual com avaliações intercalares.¹⁰³⁷

Mas o cerne do documento diz respeito à sinergia dos meios de acção da Comissão, os quais são tratados com algum detalhe, tanto em termos centralizados como descentralizados. Tendo em conta o alargamento, defende-se o incremento da descentralização, através das parcerias com os Estados-Membros e as autoridades

¹⁰³⁴ *Idem, ibidem.* p. 598-599.

¹⁰³⁵ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a aplicação da estratégia de informação e comunicação para a União Europeia.* Bruxelas, 20.04.2004. (COM (2004) 196 final).

¹⁰³⁶ Deveremos recordar que, desde 1994, a Comissão Europeia desenvolvia iniciativas de informação e comunicação tendo em vista a preparação da adesão à UE dos países da Europa de Leste. Sobre este assunto ver a análise, bastante crítica, das acções conduzidas até 1996 neste conjunto de países, em especial para a Bulgária (membro da UE a partir de 2006), feita por DIMITROV, Bojidar – *La politique d'information de l'UE: envers la Bulgarie et les PECO en général: de PHARE à la stratégie de pré-adhésion.* Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1997. Tese.

¹⁰³⁷ (COM (2004) 196 final). p. 5-8.

regionais e locais com base na experiência positiva resultante da assinatura dos Memorandos de Entendimento com a Grécia, Itália, Espanha, Portugal, França e Luxemburgo. O objectivo declarado era concretizar este tipo de associação com os 25 Estados-Membros e envolvê-los a todos no programa PRINCE, com base numa adopção flexível das diversas modalidades de parceria (estratégica, de gestão e pontual).¹⁰³⁸

Do ponto de vista descentralizado, a Comissão apoiava-se numa rede composta por mais de 1000 centros de informação, os quais tinham sido sujeitos a um processo de avaliação, no decurso de 2003, a fim de se conhecer com detalhe o sistema existente, reflectir sobre as experiências anteriores e a sua eficácia, além de identificar possíveis melhorias. Assim, foram aplicados inquéritos com uma taxa de resposta bastante elevada em todos os casos: Representações da Comissão Europeia (100%); Centros de Informação Rural, Info-Points, Centros Inter-Regionais (92%); Team Europe (50%); CDE (59%) e outras estruturas de acolhimento (66%).¹⁰³⁹

O texto desta comunicação recupera parcialmente os resultados dos inquéritos, sublinhando os aspectos positivos. Assim, para mais de 90% das Representações da Comissão, os centros constituem um elemento fundamental no processo de multiplicação da informação junto do grande público, ajudando-as a cumprir uma das suas missões prioritárias. Por sua vez, 80% dos centros afirmaram beneficiar do apoio das autoridades locais, provando o envolvimento dos Estados-Membros no trabalho de informação. Este apoio concretizava-se num suporte operacional (técnico, logístico, material e administrativo) das entidades de acolhimento com o auxílio à produção de material informativo dirigido às necessidades locais e com a divulgação dos seus centros nos meios de comunicação social. Deste modo, na opinião da Comissão, em termos globais

[...] os resultados da avaliação – funcionamento e valor acrescentado no que se refere à divulgação da mensagem da União – demonstram amplamente que estes centros são muito pro-activos e que, nos Estados-Membros, tanto as autoridades nacionais, locais e regionais, como as estruturas de acolhimento dos centros e as Representações da Comissão consideram canais de informação cruciais para os cidadãos.¹⁰⁴⁰

¹⁰³⁸ *Idem, ibidem.* p. 9-10.

¹⁰³⁹ *Idem, ibidem.* p. 13.

¹⁰⁴⁰ *Idem, ibidem.* p. 14

Da parte de Bruxelas, os centros recebiam uma “assistência técnica multiforme”, incluindo a distribuição de perto de milhão e meio de documentos e publicações, destinadas ao grande público, o acesso à Intranet dos centros e redes, o apoio do Help-Desk, com um custo anual de cerca de milhão e meio de euros, cursos gratuitos de formação do pessoal, acções de animação e de ligação em rede, incluindo reuniões periódicas de coordenação, visitas e programas de intercâmbio para o pessoal dos centros, além de produtos de informação destinados às suas necessidades específicas. Por seu lado, os 266 Info-Points Europa e os Centros de Informação Rural recebiam, até 2004, uma contribuição monetária da Comissão na ordem dos 20.000 euros ano. Mas no contexto do alargamento, a Comissão considerava necessário racionalizar toda esta estrutura e dar-lhe maior coerência interna. Propunha-se, assim, a adopção da denominação genérica de Europe Direct para todos os centros e a escolha de um logótipo comum. Por outro lado, com a chegada de dez novos países, passava a existir uma situação díspar: os quinze países-membros antes de 1 de Maio de 2004 possuíam uma rede constituída e estruturada, ao passo que os recém-chegados tinham ainda um longo caminho a percorrer. Em oito dos dez Estados-Membros que aderiram em Maio de 2004, existiam os centros de informação da UE (PHARE), os quais deixavam de existir, pois as suas funcionalidades passavam a ser assumidas pelas Representações da Comissão. Deveremos ainda notar que, por esta altura, atendendo às novas regras de igualdade de tratamento e de transparência, todas as estruturas de acolhimento tinham de ser seleccionadas depois de responderem a um convite à apresentação de propostas.¹⁰⁴¹

Para terminar, a comunicação da Comissão aborda o aproveitamento de outros instrumentos e meios de comunicação, em particular o audiovisual, o sítio EUROPA, o *Eurobarómetro* e o serviço Europe Direct. Quanto ao audiovisual, destaca a preferência de grande parte da população pela rádio e televisão para aceder a informação sobre temas europeus, promovendo, por isso, um melhor uso do EbS e do canal EuroNews. Mas considerando as suas potencialidades de interactividade e de multilinguismo o sítio EUROPA merece um destaque especial, prevendo-se a criação do EUROPA II, integrando portais específicos co-geridos pela direcções-gerais e com um sistema mais avançado de produção e de gestão da informação na Internet. Já o *Eurobarómetro* era apresentado como um instrumento de referência insubstituível para conhecer as

¹⁰⁴¹ *Idem, ibidem.* p. 14-17.

tendências da opinião pública em todos os Estados-Membros. Finalmente, o serviço Europe Direct, ao responder por telefone ou através da Internet às dúvidas dos cidadãos sobre as políticas comunitárias, em todas as línguas da União, constituía um canal de comunicação e de proximidade que merecia ser aproveitado.¹⁰⁴²

VII.5. A grande viragem: a informação tem de procurar o cidadão

O documento que acabámos de analisar foi objecto de um relatório parlamentar apresentado em Abril de 2005 pelo deputado Luís Herrero-Tejedor.¹⁰⁴³ Neste documento, faz-se uma avaliação da estratégia de informação e comunicação da UE e apresentam-se sugestões para melhorar a sua concretização no futuro. Do ponto de vista da avaliação, o relator é da opinião que a estratégia de informação e comunicação não cumpriu os seus objectivos pois, em vez de captar o interesse dos cidadãos, as eleições europeias de 2004, com a mais baixa percentagem de votação de sempre [Tabela V-1], demonstraram o alheamento geral em relação às questões europeias. Neste sentido, recomenda-se a ênfase no “espírito” da União Europeia, e não nos aspectos económicos, apelando-se sobretudo aos valores e indo ao encontro dos “sentimentos das pessoas”.

Mas a mudança mais substancial proposta pelo relator implica uma postura totalmente nova em termos comunicacionais. De facto, na sua opinião, era necessário «[...] mudar de perspectiva: não é o cidadão que deve procurar a informação, mas a informação que deve procurar o cidadão».¹⁰⁴⁴ Consentaneamente, recomendava-se um sistema de informação descentralizado, de maneira a permitir o acesso a grupos específicos cuidadosamente seleccionados e para os quais deviam ser formuladas mensagens adequadas. Naturalmente, para esta mudança de fundo era fundamental recorrer a novos instrumentos ou utilizar de forma inovadora os meios tradicionais. Assim, o enfoque vai para os meios de comunicação social, como a televisão, a imprensa escrita, a rádio, a Internet ou a criação de visitas virtuais.¹⁰⁴⁵

Como observa Nicholas Moussis, poderemos considerar que as actividades de informação das instituições europeias deram origem a uma inundação de informação e de canais de distribuição, sobretudo da parte da Comissão. Todavia, as inundações

¹⁰⁴² *Idem, ibidem*. p. 17-23.

¹⁰⁴³ HERRERO-TEJEDOR, Luis Francisco – *Relatório sobre a aplicação da estratégia de informação e comunicação para a União Europeia*. Parlamento Europeu, 26.04.2005. (A6-0111/2005). Entrevistámos o deputado Herrero-Tejedor, em Bruxelas, no dia 21 Janeiro de 2008. Cf. **Anexo I** *Entrevistas realizadas a actuais e a antigos funcionários das instituições europeias*.

¹⁰⁴⁴ *Idem, ibidem*. p. 11.

¹⁰⁴⁵ *Idem, ibidem*. p. 13.

podem ser mais nocivas que as secas se o solo não estiver preparado para receber a água. Ora, na sua opinião,

In this case, the soil is totally unprepared, because the citizens do not and never will make an effort to get the existing information, but rightly expect that they will be automatically informed, through their familiar media, about European affairs and decisions that are of interest of them. [...] they mean that this information should come to them, not that they should go after it.¹⁰⁴⁶

Paralelamente, segundo o relator, os inúmeros programas europeus, além da sua área de acção sectorial, deviam também ser aproveitados para divulgar a mensagem europeia, tal como a escola devia constituir um fórum de acesso ao conhecimento das instituições da UE. Neste sistema descentralizado, o papel das representações da Comissão e dos gabinetes do Parlamento apresentava algumas incapacidades, pois constituía

[...] um instrumento útil para melhorar o fluxo de informação mas não é o mais eficaz nem o mais eficiente em termos de custos. Também não resolve os problemas de coordenação de trabalho decorrentes da coexistência sob o mesmo tecto de funcionários de diferentes Instituições europeias, do Parlamento e da Comissão. Estas podem repartir as despesas gerais, mas não partilham o mais importante, que é o seu trabalho.¹⁰⁴⁷

Para ultrapassar este distanciamento, o relator defende a necessidade de intensificar a cooperação entre as direcções-gerais responsáveis pela informação nas duas instituições, em especial no âmbito do GII, ao qual devia ser atribuído um carácter predominantemente político. A este propósito é ainda criticado o facto de a Comissão da Cultura e da Educação do Parlamento não estar representada neste grupo de trabalho, ficando excluída dos debates numa matéria que era da sua competência, de acordo com o anexo VI do Regimento do Parlamento.¹⁰⁴⁸ Por outro lado, é também abordada a cooperação com os Estados-Membros e os parlamentos nacionais, através da assinatura dos memorandos de entendimento, documento que onze estados ainda não tinham assinado.¹⁰⁴⁹

¹⁰⁴⁶ MOUSSIS, Nicolas – “Information, audiovisual ...”. *Op. cit.* p. p. 155.

¹⁰⁴⁷ HERRERO-TEJEDOR, Luis Francisco – *Op. cit.* (A6-0111/2005). p. 11.

¹⁰⁴⁸ PARLAMENTO EUROPEU – *Regimento do Parlamento Europeu* [em linha]. [Acedido 29.08.2008]. Disponível na WWW:

<<http://www.europarl.europa.eu/sides/getLastRules.do?language=PT&reference=TOC>>.

¹⁰⁴⁹ HERRERO-TEJEDOR, Luis Francisco – *Op. cit.* (A6-0111/2005). p. 12.

Este relatório, elaborado no âmbito da Comissão da Cultura e da Educação, teve ainda o contributo de um parecer da Comissão dos Assuntos Institucionais, onde se insiste num debate em sessão plenária e na elaboração de uma declaração comum, entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão, sobre as directrizes aplicáveis às actividades de informação e às competências específicas de cada um. É ainda realçada a necessidade de incluir a campanha de informação e comunicação sobre a Constituição Europeia como prioridade principal da estratégia da União para esta área.¹⁰⁵⁰ Aliás, na proposta de resolução incluída neste relatório, e depois aprovada em Maio de 2005, também a priorização dos aspectos informacionais e comunicacionais para a divulgação da Constituição Europeia é abordada em detalhe, tal como a cooperação interinstitucional, as mensagens e os meios, além da política de informação do Parlamento Europeu.¹⁰⁵¹

Assim, em relação à Constituição promove-se uma abordagem dupla, na medida em que às instituições europeias compete, por um lado, informar os cidadãos de “forma clara e objectiva” sobre o texto constitucional insistindo nas alterações introduzidas comparativamente aos tratados existentes e, por outro lado, têm a responsabilidade política de apoiar a sua ratificação pelos Estados-Membros. Em termos de iniciativas, recomenda-se a organização de seminários para os jornalistas, de actividades adequadas ao mundo académico, tudo isto graças ao aproveitamento das TIC, em especial para a divulgação do texto da Constituição e para explicações sobre o seu conteúdo ou para serviços interactivos de respostas às perguntas sobre esta matéria. Naturalmente, também o debate público, com o envolvimento das autoridades regionais e locais, é fortemente incentivado, de maneira a produzir uma “informação descendente personalizada e eficaz”, envolvendo uma audiência alargada.¹⁰⁵²

Sobre as mensagens e os meios, a resolução considera essencial servirem para «[...] transmitir aos cidadãos europeus uma mensagem forte em prol do vínculo europeu e do sentimento de identificação com o projecto europeu». Neste sentido, afirmava-se que

[...] o objecto da estratégia de informação e de comunicação deve incidir, primordialmente, em manter os cidadãos da União informados, de forma contínua e adequada, acerca do funcionamento das instituições da União, a fim de desenvolver

¹⁰⁵⁰ *Idem, ibidem.* p. 16-18.

¹⁰⁵¹ “Resolução do Parlamento Europeu sobre a aplicação da estratégia de informação e comunicação para a União Europeia”. *JOUE*, n.º C 92 E (20.04.2006), p. 403-407.

¹⁰⁵² *Idem, ibidem.* p. 406-407.

o seu conhecimento, a sua consciencialização e a sua participação em matérias relativas à União, e de os aproximar da União.¹⁰⁵³

Insistindo novamente na importância de adequar as mensagens ao seu público-alvo e no aproveitamento dos meios referidos no relatório do deputado Herrero-Tejedor, tem também uma referência ao desenvolvimento da rede Europe Direct, congratulando-se com o seu aproveitamento e apelando a uma maior base interinstitucional para a sua utilização, além de chamar a atenção para o financiamento da rede Infopontos.¹⁰⁵⁴ Para terminar, no que toca à cooperação interinstitucional, refere-se a já habitual necessidade de melhorar a coordenação interna das instituições da UE para melhorar os resultados globais da estratégia de informação e comunicação, envolvendo também os Estados-Membros. Por outro lado, apela-se a uma maior participação dos deputados europeus no âmbito das iniciativas do programa PRINCE.¹⁰⁵⁵ Já quanto à política de informação do próprio Parlamento, propõe-se a realização de um estudo objectivo sobre a matéria.¹⁰⁵⁶

Portanto, vemos que durante a presidência de Romano Prodi, e sob a tutela de António Vitorino, o comissário responsável por esta área, se desenvolveu uma nova perspectiva para a política de informação e comunicação privilegiando os seguintes aspectos: concretização das parcerias entre a Comissão, o Parlamento Europeu, o Conselho e os Estados-Membros, através de uma cooperação efectiva, programação plurianual, abordagem comum das mensagens centradas nos interesses dos cidadãos, aproveitamento das sinergias, melhores práticas e aperfeiçoamento da avaliação. Além disso, tratou-se da adaptação do financiamento das actividades de comunicação ao regulamento financeiro da UE.

VII.6. A comunicação como um objectivo estratégico

Com a tomada de posse da Comissão, presidida pelo português José Manuel Durão Barroso, em 22 de Novembro de 2004, a comunicação passa a constituir um objectivo estratégico, tornando-se uma política de pleno direito, exigindo o empenho e a participação de todos os seus membros, de acordo com o documento apresentado ao colégio de Comissários em Julho de 2005.¹⁰⁵⁷ Assim, para 2005, os três princípios

¹⁰⁵³ *Idem, ibidem.* p. 403.

¹⁰⁵⁴ *Idem, ibidem.* p. 404-405.

¹⁰⁵⁵ *Idem, ibidem.* p. 405-406.

¹⁰⁵⁶ *Idem, ibidem.* p. 407

¹⁰⁵⁷ COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Communication à la Commission: plan d'action de la Commission relatif à l'amélioration de la communication sur l'Europe.* 20.07.2005. (SEC (2005) 985 final). Sobre este documento ver os comentários de MEILLIER, Stéphanie – *Op. cit.* p. 38-39.

estruturantes das iniciativas europeias de comunicação deviam ser: ouvir, comunicar e estar perto dos cidadãos.¹⁰⁵⁸

O envolvimento da Comissão deveria ser liderado pela vice-presidente responsável pelos assuntos institucionais e pela estratégia de comunicação, Margot Wallström, e pelo grupo encarregado da comunicação e da programação no âmbito da DG Comunicação, responsável pela coordenação [Figura VII-5].

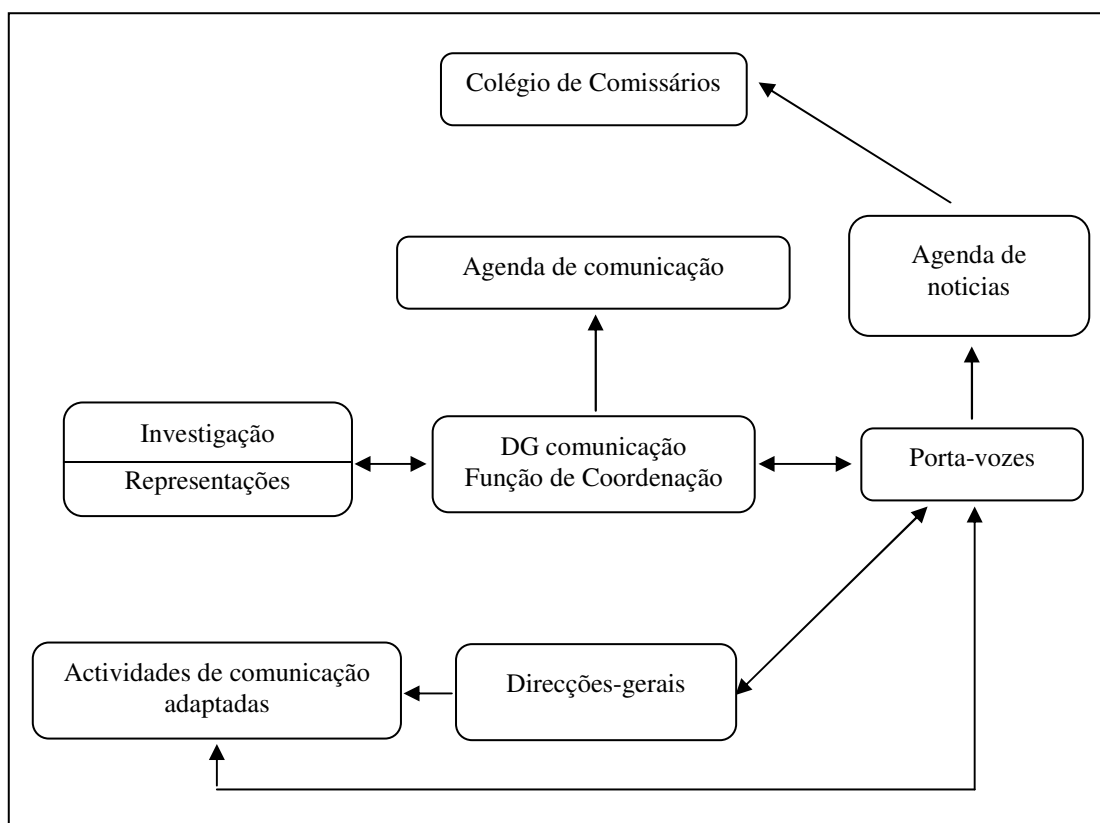


Figura VII-5: *Coordenação da estratégia de comunicação em 2005*¹⁰⁵⁹

O grupo definia uma agenda de prioridades em termos de comunicação, mas o seu trabalho tinha de ser complementado por todos os membros da Comissão os quais tinham de fornecer «[...] des sujets relatifs à leurs portefeuilles ayant une “dimension humaine” dans les domaines prioritaires em matière de communication».¹⁰⁶⁰ As próprias direcções-gerais e outros serviços da Comissão tinham de estruturar unidades de comunicação para trabalhar em colaboração com a DG Comunicação, a fim de garantir o contacto permanente com o serviço do porta-voz, para acompanhar a inclusão da vertente comunicacional nas iniciativas políticas desde o seu início, para fornecer às Representações e Delegações a documentação solicitada e para propor e gerir planos de

¹⁰⁵⁸ COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 2005*. Luxemburgo: SPOCE, 2006. ISBN 92-79-00595-2. p. 45.

¹⁰⁵⁹ De acordo com (SEC (2005) 985 final). p. 23.

¹⁰⁶⁰ *Idem, ibidem*. p. 6.

comunicação. Além disso, preconizava-se uma melhor formação em termos comunicacionais para os funcionários europeus.¹⁰⁶¹ Estariam assim criadas condições para apresentar a Comissão com uma imagem única e simplificada, com lemas e símbolos fáceis de apreender. Em termos de redes e centros, esta orientação deveria levar à sua congregação debaixo do menor número possível de tutelas e preferencialmente debaixo de uma só tutela.¹⁰⁶²

Com base neste quadro de acção, seria possível ultrapassar os problemas de informação e comunicação que se consideravam por resolver, nomeadamente:

Fragmentation persistante des activités de communication en raison d'une coordination et d'une planification insuffisantes entraînant une perte d'efficacité. Les messages reflètent des priorités politiques, mais ne répondent pas nécessairement aux intérêts, aux besoins et aux préoccupations des citoyens: les campagnes actuelles s'adressent à l'élite politique et aux médias et ne montrent pas quels sont les bénéfiques et les conséquences de la construction européenne dans la vie quotidienne, de manière directe et compréhensible. Mise en œuvre inappropriée: les stratégies passées de la Commission mettaient trop l'accent sur le financement des campagnes et pas assez sur le dialogue et la communication proactive.¹⁰⁶³

Assim, reconheciam-se problemas organizacionais, pois a colaboração horizontal nas iniciativas de informação e comunicação era fraca, e também comunicacionais, na medida em que não se atendia às necessidades e características do público, faltando uma atitude proactiva nas iniciativas deste âmbito.

Como vemos, a ênfase foi sendo progressivamente dada aos elementos da comunicação em detrimento da informação. Em termos orgânicos, esta mudança progressiva traduziu-se na alteração do nome da Direcção-Geral da Imprensa e Comunicação (DG Press) para DG COMM, sendo-lhe atribuída uma função estratégica de coordenação e planificação em relação às outras DG e serviços da Comissão. Este trabalho tinha de ser sustentado por processos de escuta, através do *Eurobarómetro* e de outro tipo de pesquisas, de maneira a obter *feedback* das reacções do público. Além de servir para formular os projectos comunicacionais, estes elementos eram também

¹⁰⁶¹ Para responder a este imperativo de preparar candidatos a funcionários das instituições europeias, em 2007, o Centre des Études Européennes de Strasbourg (CEES), pólo da École Nationale d'Administration (ENA), nesta cidade do norte de França, editou uma obra abordando várias vertentes da comunicação europeia; cf. *La communication sur l'Europe: regards croisés*. Strasbourg: ENA, Centre des études européennes de Strasbourg, 2007. ISBN 978-2-11-097405-1.

¹⁰⁶² (SEC (2005) 985 final). p. 7-8.

¹⁰⁶³ *Idem, ibidem*. p. 4.

utilizados para avaliar o impacto das mensagens, controlando-se a sua eficácia, rentabilidade e pertinência.¹⁰⁶⁴ A DG Comunicação incluía também o Serviço do Porta-Voz, sob autoridade política do Presidente da Comissão. Cobia-lhe informar os meios de comunicação social das prioridades políticas da Comissão e refutar sistematicamente as informações erradas sobre as iniciativas comunitárias. Em termos de comunicados de imprensa pretendia-se melhorar a sua avaliação para aumentar a qualidade e diminuir a quantidade.¹⁰⁶⁵

Mas a atenção, em termos comunicacionais, ia para o lema do “Going Local”, com o reforço do papel de comunicação das Representações através das funções de escuta e de *feedback* bem como de comunicação e ligação.¹⁰⁶⁶ Relativamente à escuta e à retro-informação cobia-lhes «[...] faire rapport régulièrement au siège, alimenter la fonction de recherche et apporter leur contribution lors de la préparation des plans de communication compte tenu des priorités définies dans l’agenda de communication».¹⁰⁶⁷ Mas era também da sua obrigação estabelecer, no âmbito nacional, momentos de contactos mais frequentes com os membros da Comissão, pronunciar-se em nome da Comissão para os meios de comunicação social, apoiar a concretização da agenda de comunicação e organizar actividades de divulgação nacionais sobre iniciativas da UE, recorrendo, em parte, aos centros e redes de informação.¹⁰⁶⁸

No que toca à utilização dos instrumentos disponíveis, promovia-se a sua rentabilização através de um aproveitamento global e combinado, além de um maior investimento na publicitação junto dos cidadãos. Neste conjunto, incluíam-se os meios referidos tradicionalmente: os meios audiovisuais, as publicações, as visitas, o sítio EUROPA e os centros e as redes de informação. Em relação ao EUROPA, previa-se a nomeação de um redactor de forma a melhorar a estrutura do sítio e evitar as repetições. Existia também a consciência da necessidade de fazer algumas alterações, em especial «[...] mettre davantage l’accent sur la communication, de faciliter la navigations, de faire en sorte que les pages soient pleinement multilingues au niveau adéquat et

¹⁰⁶⁴ *Idem, ibidem.* p. 8-9.

¹⁰⁶⁵ *Idem, ibidem.* p. 10. Sobre os comunicados de imprensa na Comissão Barroso, ver LINDHOLM, Maria – *Op. cit.* p. 321-336.

¹⁰⁶⁶ No entanto, esta não é uma iniciativa totalmente original pois já antes algumas Representações da Comissão tinham levado a cabo operações deste género, *cf.* “New image for Europe in Northern Ireland”. *European access.* ISSN 0264-7362, n.º 3 (1993), p. 26. Sobre isto ver também CONNOR, Dorothy; OLSON, Eva – “People’s Europe and the regions: opportunities for co-operation in EU information provision”. *European access.* ISSN 0264-7362, n.º 6 (1998), p. 24-26.

¹⁰⁶⁷ (SEC (2005) 985 final). p. 11.

¹⁰⁶⁸ *Idem, ibidem.* p. 11-12 e p. 26-28.

d'utiliser une technologie de pointe y compris un puissant moteur de recherche».¹⁰⁶⁹ Para as publicações desejava-se uma maior e melhor focalização no público-alvo, segundo o princípio do “mieux faire moins”, prevendo-se também a nomeação de um redactor para fazer uma ligação mais proveitosa entre as direcções-gerais sectoriais e o SPOCE. Já quanto aos centros e às redes de informação, previa-se a sua total integração numa rede global, apoiada por uma campanha de marketing para divulgar o conceito Europe Direct.¹⁰⁷⁰

Para terminar, a Comissão enfatiza a necessidade de mobilizar recursos financeiros e humanos para concretizar esta nova linha de acção, mas determina igualmente a realização de avaliação quantitativa e qualitativa das iniciativas de comunicação.¹⁰⁷¹

VII.7. Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate

Em Roma, no dia 29 de Outubro de 2004, os Estados-Membros assinam o Tratado Constitucional. Juridicamente tratava-se de um tratado internacional que carecia de ratificação por parte de todos os países da União. Se, para cumprir esta obrigação, a maior parte dos governos optou pela ratificação parlamentar, outros escolheram a via do referendo. Assim, no início de 2005, 76,7% dos espanhóis pronunciam-se a favor do novo texto europeu mas, alguns meses mais tarde, 54,7% dos franceses (29 de Maio) e 61,6% dos holandeses (1 de Junho) escolhem rejeitá-lo.

Ora, de acordo com os dados do *Flash-Eurobarómetro*, de Junho de 2005, 49% dos eleitores franceses que não foram votar no referendo francês justificaram a sua opção com a falta de informação sobre a constituição europeia referendada. Esta percentagem subia para 75%, no caso dos eleitores entre 18 e 24 anos. Portanto, a abstenção esteve fortemente relacionada com o nível de informação, mas este factor não teve influência na escolha do “sim” ou do “não”. Isto significa que o maior acesso à informação europeia não desencadeou um aumento de adesão ao projecto europeu. Por outro lado, a maioria dos franceses considerava que os debates sobre a constituição europeia tinham começado ou demasiado cedo (69%) ou demasiado tarde (54%).¹⁰⁷²

¹⁰⁶⁹ *Idem, ibidem*. p. 13.

¹⁰⁷⁰ *Idem, ibidem*. p. 14 e p. 31-32.

¹⁰⁷¹ *Idem, ibidem*. p. 15.

¹⁰⁷² COMMISSION EUROPEENNE – *La Constitution européenne: sondage post-référendum en France* [em linha]. [Acedido 20.03.2008]. (Flash-Eurobaromètre; EB171). Disponível na [www: <http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl171_fr.pdf>](http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl171_fr.pdf). p. 7-10.

Assim, parece existir uma correlação entre a participação dos cidadãos nos momentos de decisão e o nível de informação de que dispõem, além de emergir uma atitude de insatisfação em relação à planificação da comunicação europeia.¹⁰⁷³ Agora, os problemas da informação europeia tinham atingido um novo patamar: já não se tratava apenas de lidar com a indiferença dos cidadãos europeus, mas sim de resolver a insatisfação ou mesmo a oposição dos eleitores que punham em causa a própria construção do edifício da União.¹⁰⁷⁴

Na reunião do Conselho Europeu de Bruxelas, em 18 de Junho, os chefes de Estado e de governo adoptaram uma declaração onde apelavam a um período de reflexão sobre a ratificação do Tratado Constitucional Europeu, na sequência do “não” dos dois países fundadores do projecto europeu. O intuito era iniciar uma discussão à escala europeia com base na iniciativa dos governos nacionais da União. Para responder a este pedido, a Comissão Europeia apresentou, em Outubro de 2005, uma comunicação onde expunha o *Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate* propondo uma metodologia para apoiar os debates nacionais.¹⁰⁷⁵ Todavia, o intuito do documento não se limitava a salvar o Tratado Constitucional, pois tencionava servir para desenhar um processo estruturado, de maneira a fomentar o debate público sobre o futuro da UE, assumindo um carácter motivador e pedagógico de médio prazo. A este propósito afirma-se:

A iniciativa da Comissão visa dar aos cidadãos da UE vontade de participarem activamente no debate político sobre o futuro da Europa, dar a conhecer ao público o valor acrescentado que a União Europeia encerra e encorajar os governos, os partidos políticos e os líderes de opinião a sensibilizarem o público para as questões europeias.¹⁰⁷⁶

¹⁰⁷³ Sobre a cobertura jornalística dos referendos ao Tratado Constitucional em Espanha, França e Países Baixos, ver a análise de Ana Isabel Costa Martins – *Da Constituição para a Europa à Europa da Constituição*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007. Tese de Mestrado em Estudos sobre a Europa: “Europa – As visões do Outro”.

¹⁰⁷⁴ Mas já a forte taxa de abstenção, em França, nas eleições europeias em Junho de 2004, tinha levado o governo francês a nomear uma Comissão Parlamentar, a qual apresentou um relatório com uma análise da situação e uma estratégia para melhorar a informação dos cidadãos franceses acerca da Europa, depois do fracasso da ratificação do Tratado Constitucional. Cf. HERBILLON, MICHEL – *La fracture européenne: après le référendum du 29 mai: 40 propositions concrètes pour mieux informer les Français sur l’Europe*, 2005 [em linha]. [Acedido 07.11.2006]. Disponível na WWW: <<http://lesrapports.ladocumentationfrancaise.fr/BRP/054000424/0000.pdf>>.

¹⁰⁷⁵ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: contributo da Comissão para o período de reflexão e para a fase posterior: Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate*. Bruxelas, 13.10.2005. (COM (2005) 494 final).

¹⁰⁷⁶ *Idem, ibidem*. p. 7.

Em última análise, tratava-se de legitimar um novo consenso sobre a Europa alicerçado no apoio dos cidadãos graças a um maior conhecimento das suas expectativas.

Neste sentido, o *Plano D* era apresentado fundamentalmente como um exercício de auscultação, dando às forças vivas da União a oportunidade de fazerem ouvir a sua voz, criando uma verdadeira esfera pública europeia onde os cidadãos pudessem ter acesso às informações e aos instrumentos necessários a uma participação activa no processo de decisão, levando à efectiva apropriação do projecto europeu por parte de todos.¹⁰⁷⁷ Tratava-se de instaurar uma comunicação bidireccional em que a informação de retorno passava a representar o elemento central das iniciativas de informação e comunicação em detrimento da informação transmitida, que constituía, desde o início, a chave mestra de todas as iniciativas neste âmbito. Mas o objectivo do *Plano D* não era o de criar uma esfera pública europeia artificial, desligada das realidades e dos sentimentos nacionais. O intento era, antes, o de “europeizar” as esferas nacionais, dando centralidade à discussão dos temas europeus. Prova disto é o facto de esta comunicação conter dois *itens* onde se dão orientações para otimizar o processo de retorno da informação e para promover uma consulta mais eficaz.¹⁰⁷⁸

Todavia, a Comissão tinha consciência de que esta ambição de aproximar os cidadãos do debate teria de vencer o sentimento dominante de falta de confiança nos sistemas políticos e o facto de 53% dos europeus não acreditarem poder fazer ouvir a sua voz em Bruxelas. De facto, era urgente desconstruir a ideia segundo a qual as instituições europeias eram distantes e burocráticas, evitando que fossem utilizadas como bode expiatório para justificar decisões impopulares. Assim,

Um dos principais objectivos do período de reflexão deverá consistir em promover uma comunicação mais rigorosa sobre as actividades da União Europeia. Pôr termo às recriminações mútuas, quer pelos Estados-Membros, quer pelas instituições europeias, é uma mudança importante que deverá ocorrer.¹⁰⁷⁹

Para tal, a Comissão propunha iniciativas de diversa ordem. Assim, considerava importante um maior envolvimento dos Comissários com visitas aos Estados-Membros

¹⁰⁷⁷ Poderemos ver nesta iniciativa uma das novas formas de legitimação democrática que Stefano Micosi considera que a UE tenta colocar em prática como reacção aos resultados negativos obtidos nos referendos ao Tratado Constitucional, cf. MICOSSI, Stefano – *Democracy in the European Union* [em linha]. 2008. [Acedido 13.03.2008]. CEPS Working Documents n.º 286. Disponível na WWW: <http://shop.ceps.eu/BookDetail.php?item_id=1618>.

¹⁰⁷⁸ *Idem, ibidem.* p. 6-7 e p. 9.

¹⁰⁷⁹ *Idem, ibidem.* p. 3.

e aos parlamentos nacionais. Além disso, propunha a organização de mesas redondas onde seriam debatidos assuntos europeus, integrando “embaixadores europeus de boa vontade”, de maneira a estabelecer um contacto de proximidade com o público e com a comunicação social. Por seu lado, as Representações da Comissão deveriam tornar-se mais dinâmicas, afirmando-se como os principais pontos de contacto para obter informações e manifestar opiniões acerca das questões europeias. Neste âmbito, em termos regionais, deveriam ser secundados pelos centros Europe Direct, pois estes formavam uma rede que «[...] constitui para todas as instituições e órgãos da União um instrumento valioso que lhes permite fornecer aos cidadãos, no terreno, informações sobre a Europa e concretizar a abordagem da Comissão em matéria de actividades de comunicação».¹⁰⁸⁰ Também a Internet era apresentada como um instrumento com grandes potencialidades para se afirmar como fórum de debate político e para a formação da opinião pública.¹⁰⁸¹

Em suma, o objectivo era que a discussão fosse rica e inovadora partindo de baixo para cima ou do plano nacional para Bruxelas. Aliás, como notaram Katharina Gröber e Sabine Riedel o *Plano D*,

[...] only has a chance of success if the national discussion on European policy in governments, parliaments and civil society are committed and controversial. The debates on the national level can contribute to the development of a stronger European consciousness. This is necessary because public acceptance is needed for all future projects of European policy.¹⁰⁸²

Em Maio de 2006, a Comissão deu a conhecer os resultados das iniciativas propostas pelo *Plano D* para o período de reflexão.¹⁰⁸³ Isto significa que o período de reflexão foi de apenas seis meses, espaço de tempo considerado demasiado curto por alguns observadores.¹⁰⁸⁴ O documento, além de elencar as principais questões levantadas ao longo dos debates realizados, apresenta os resultados da sondagem do *Eurobarómetro* de Maio de 2006. Em termos gerais, destacava-se a falta de conhecimento e o interesse reduzido dos cidadãos acerca do funcionamento das instituições da UE, apesar de existir uma forte pressão da parte da sociedade civil para

¹⁰⁸⁰ *Idem, ibidem*. p. 7-9; citação da p. 8.

¹⁰⁸¹ *Idem, ibidem*. p. 11.

¹⁰⁸² GRÖBER, Katharina; REIDEL, Sabine – “The EU’s new communication Plan: after the failure of the constitutional treaty, now Plan D?”. *Stiftung wissenschaft und politik*. ISSN 1861-1761, n.º 53 (2005), p. 4.

¹⁰⁸³ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho europeu: período de reflexão e Plano D*. Bruxelas, 10.05.2006. (COM (2006) 212).

¹⁰⁸⁴ GRÖBER, Katharina; REIDEL, Sabine – *Op. cit.* p. 2-3.

que fossem criadas condições propícias a uma maior participação dos cidadãos no processo de formulação das políticas. Neste contexto, reconhece-se a necessidade de continuar a desenvolver as iniciativas de debate e a dar uma atenção especial ao efectivo retorno da informação. Para tal, em Março de 2006, tinha sido lançado na Internet o fórum de discussão *Debate Europe* e os debates públicos transfronteiriços foram apoiados.

A preocupação com o acompanhamento e a avaliação das actividades organizadas sob o chapéu do *Plano D* foi novamente objecto de reflexão e avaliação em Novembro de 2006, de forma a melhorar e otimizar o debate sobre a Europa.¹⁰⁸⁵ Segundo o balanço global, a vontade de ir ao encontro dos cidadãos tinha sido em grande parte um êxito, salientando-se as vantagens de apresentar a Europa de forma concreta, através de iniciativas inéditas e originais, e de fomentar o debate ao nível local, com o apoio das redes descentralizadas da UE. Por outro lado, constatava-se que a decisão da Comissão de enviar para os parlamentos nacionais todas as suas propostas e os documentos de consulta, favorecia uma base mais sustentada para as discussões, bem como a integração dos assuntos europeus no contexto nacional.¹⁰⁸⁶ Mas o documento perspectiva também o futuro, ao sublinhar as áreas sobre as quais deveria incidir uma atenção redobrada. Neste sentido, referem-se três vertentes de acção: alargar o debate a uma dimensão mais vasta, apelando-se para tal à participação dos centros *Europe Direct*, aos quais se iria proporcionar formação adequada, e disponibilizar *dossiers* de informação temáticos; o incentivo à participação dos cidadãos no processo democrático, apoiando projectos da sociedade europeia e abrindo novas oportunidades para a concretização da transparência; além de otimizar o aproveitamento dos meios disponíveis para estabelecer o diálogo sobre as políticas europeias, em especial a recolha de dados através do *Eurobarómetro* e da Internet para criar uma ligação directa entre Bruxelas e os cidadãos. Com base nestas opções, seria possível apoiar o alargamento do espaço público europeu para um verdadeiro debate europeu envolvendo a sociedade civil e os parlamentos nacionais.¹⁰⁸⁷ No entanto, na opinião de Nicholas Moussis

[...] the citizens do not ask for a direct participation in the decision making process of the Union, but for clear information as to how and why decisions are taken and

¹⁰⁸⁵ COMMISSION EUROPEENNE – *Plan D: élargir et approfondir le débat en Europe*. 24.11.2006. (SEC (2006) 1553).

¹⁰⁸⁶ *Idem, ibidem*. p. 3-4.

¹⁰⁸⁷ *Idem, ibidem*. p. 4-8.

as to what bearing they have on their lives. If this demand of the citizens was taken seriously into consideration, a common information and communication policy, covering all other common policies, could easily be conceived and implemented.¹⁰⁸⁸

Num anexo, este documento faz o inventário das acções concretizadas sob a égide da Comissão, entre os meses de Outubro de 2005 e de 2006, havendo algumas referências aos centros Europe Direct. Assim, no ponto relativo ao favorecimento de um debate público mais abrangente, considera-se que os Relais Europe tiveram um papel chave na realização do *Plano D*, pois permitiram chegar ao público local. Em complemento, através da Intranet da rede Europe Direct tornou-se possível informar a Comissão de forma sistemática com todos os dados sobre as actividades de dinamização que cada centro organizava.¹⁰⁸⁹ Por outro lado, divulgaram-se também as melhores práticas de Centros Europe Direct seleccionados, incluindo o convite a oradores prestigiados para animarem palestras divulgadas intensamente a nível local e regional. Mas a ênfase vai, sobretudo, para as designadas actividades lúdicas, como uma exposição francesa, destinada aos jovens sobre a vida quotidiana de famílias europeias ou um jogo austríaco, alusivo ao funcionamento da UE. Em complemento são também dados exemplos de actividades de levantamento da opinião dos cidadãos sobre temas europeus realizadas pelos centros em contextos diversos, como feiras, espaços públicos ou seminários.¹⁰⁹⁰ Portanto, os centros adoptam uma perspectiva de divulgação e marketing intensos, não só dos seus serviços, mas também da UE, reforçando uma imagem de dinâmica e de acessibilidade que, até então, estava distante do seu quotidiano.

VII.8. Um Livro Branco para a comunicação europeia

No início de 2006, a Comissão Europeia abriu um processo de consulta sobre a política europeia de comunicação, tornando público um Livro Branco sobre este tema.¹⁰⁹¹ A consulta pública decorreu ao longo de seis meses, tendo sido recebidas 313

¹⁰⁸⁸ MOUSSIS, Nicolas – “Information, audiovisual...”. *Op. cit.* p. 156.

¹⁰⁸⁹ (SEC (2006) 1553). Annexe 2, p. 5.

¹⁰⁹⁰ *Idem, ibidem.* p. 13-14.

¹⁰⁹¹ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Livro Branco sobre uma política de comunicação europeia*. Bruxelas, 01.02.2006. (COM (2006) 35 final).

contribuições.¹⁰⁹² Em complemento, foram realizadas várias conferências com a participação dos interessados no tema, incluindo representantes da sociedade civil.¹⁰⁹³ Tendo em conta estes elementos, podemos considerar que, pela primeira vez, as instâncias comunitárias, em particular a Comissão, procuraram envolver os agentes e os profissionais relacionados com a informação europeia bem como os cidadãos, a fim de melhor conhecer as suas necessidades e solicitar a sua opinião no sentido de definir medidas tendentes à optimização do processo info-comunicacional no contexto da UE. Aliás, como notou Marie-Cécille Milliat, «Ce Livre blanc fait de la politique de communication une politique à part entière centrée sur les citoyens et non sur les institutions».¹⁰⁹⁴

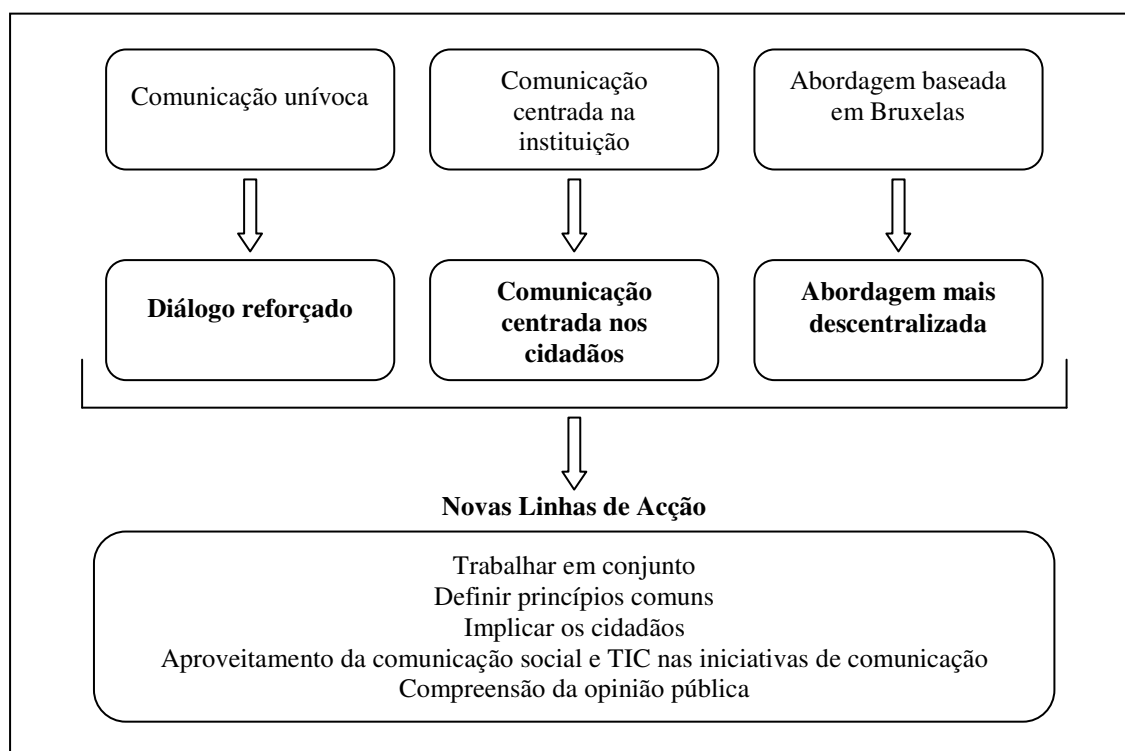


Figura VII-6: *Nova abordagem: a comunicação ao serviço dos cidadãos*¹⁰⁹⁵

Esta ênfase no debate constituía uma resposta ao facto de anteriormente as iniciativas da UE se terem centrado, sobretudo, na explicação das suas acções,

¹⁰⁹² As contribuições recebidas encontram-se disponíveis para consulta na WWW: <<http://circa.europa.eu/Public/irc/press/whitepaper/library>> [Acedido 20.05.2008], no entanto ainda não foram analisadas.

¹⁰⁹³ As conferências realizadas foram as seguintes: Madrid, 27 de Setembro de 2006: <http://ec.europa.eu/public_opinion/madrid/index-2.html> [Acedido 20.05.2008]; Helsinquia (4-5 de Dezembro de 2006); Bergamo (9-10 de Dezembro de 2006); Berlim (19 de Janeiro de 2007).

¹⁰⁹⁴ MILLIAT, Marie-Cécile – “La politique de communication de L’Union européenne: mission impossible?”. *Notes de veille du centre d’analyse stratégique* [em linha], n.º 68 (23.07.2007), p. 2. [Acedido 04.02.2008]. Disponível na WWW: <<http://www.strategie.gouv.fr/IMG/pdf/NoteVeille68.pdf>>.

¹⁰⁹⁵ (COM (2006) 35 final).

relegando para segundo plano a auscultação e a participação directa dos cidadãos. O objectivo era formular uma política de comunicação autónoma ao serviço do público a partir de uma nova abordagem estruturada à volta de três grandes modificações, passando de uma comunicação unívoca, centrada nas instituições de Bruxelas para um diálogo reforçado, focalizado nos cidadãos e institucionalmente mais descentralizado [Figura VII-6].

De facto, o Livro Branco partia da constatação de que, apesar dos esforços neste campo, a comunicação da Europa com os cidadãos não tinha conseguido acompanhar as transformações da UE, cada vez mais presente na vida quotidiana de milhões de indivíduos. Impunha-se uma nova dinâmica, porque a comunicação era um elemento fundamental da democracia: «É uma via de dois sentidos. A democracia só pode dar frutos se os cidadãos souberem o que se está a passar e puderem participar plenamente».¹⁰⁹⁶ Assim, preconizava-se uma comunicação em espiral, na medida em que devia produzir uma alteração no receptor que, por sua vez, deveria actuar/alterar o emissor. Neste sentido, compreende-se que o ponto de partida do Livro Branco fosse criar um debate dinâmico e aberto com as administrações públicas nacionais e as organizações dos Estados-Membros a fim de desenvolver uma estratégia a longo prazo.

Uma das condições primordiais para operar esta modificação, estava na criação de uma esfera pública europeia a partir dos contextos nacionais, pois só assim seria possível ultrapassar as barreiras linguísticas e a própria estrutura dos meios de comunicação social. No entanto, como nota Eric Dacheux e outros autores, não existe um espaço público europeu com dimensão paralela às esferas públicas nacionais de cada Estado-Membro. Existem, antes, espaços públicos europeus de âmbito sectorial.¹⁰⁹⁷

Portanto, as autoridades públicas de cada país eram chamadas a desempenhar um papel de primeiro plano para introduzir a dimensão europeia nos debates nacionais. Para tal, um dos cinco domínios do programa de acção proposto pela Comissão e objecto de debate, era justamente o trabalhar em conjunto. Recuperava-se, pois, a questão das parcerias entre as instituições da UE e os diferentes tipos de intervenientes nacionais, regionais e locais. Alias, este é o único ponto do documento em que se invoca a participação da rede Europe Direct, aproveitando as parcerias operacionais entre os Estados-Membros e Bruxelas.¹⁰⁹⁸

¹⁰⁹⁶ (COM (2006) 35 final), p. 2.

¹⁰⁹⁷ DACHEUX, Eric, dir. – *L'Europe qui se construit...* (op. cit.).

¹⁰⁹⁸ *Idem, ibidem*. p. 12-14.

O Livro Branco trata ainda de mais quatro domínios de acção para os quais apresenta algumas sugestões de acção e pede contribuições de opinião. Assim, aborda a questão da necessidade de definir princípios comuns, aludindo ao direito à informação e à liberdade de expressão, ao respeito pela diversidade e às oportunidades de participação. Também o princípio da inclusão era apresentado como basilar, pois estava relacionado com o respeito pelo multilinguismo e com a importância de facultar a todos a capacidade de aceder à informação, havendo, por isso, uma referência implícita às questões da literacia informacional, afirmando-se:

[...] é necessário ajudar as pessoas de todos os quadrantes e de todos os países da UE a adquirir os conhecimentos indispensáveis para aceder e utilizar essa informação. Este aspecto é particularmente importante no caso das minorias, dos deficientes e de outros grupos susceptíveis de serem sistematicamente excluídos da esfera pública.¹⁰⁹⁹

A necessidade de implicar os cidadãos era apresentada como outro princípio para o êxito da comunicação europeia, exigindo-se uma melhoria da educação cívica, ela própria abrangendo uma componente de literacia informacional. De facto, afirma-se que a educação cívica não se podia limitar a auxiliar os cidadãos a exercerem os seus direitos políticos e cívicos, pois deveria «[...] ajudar as pessoas de todas as idades a utilizar instrumentos como a Internet para terem acesso a informações sobre a política pública e a participarem no debate».¹¹⁰⁰ Isto era tanto mais necessário que outro dos princípios propostos dizia respeito ao aproveitamento dos meios de comunicação social e das novas tecnologias nas iniciativas da política de comunicação.¹¹⁰¹ De facto, segundo o texto, muito estava ainda por fazer quanto ao aproveitamento das potencialidades destes meios para optimizar a cobertura das questões europeias, sobretudo para conseguir dar um rosto humano à Europa e para aprofundar a dimensão nacional, regional e local da comunicação. Por fim, a compreensão da opinião pública europeia constituía o último princípio a ter em conta para desenvolver uma política de comunicação adequada.¹¹⁰² Portanto, enfatizava-se novamente a importância da

¹⁰⁹⁹ *Idem, ibidem.* p. 6.

¹¹⁰⁰ *Idem, ibidem.* p. 7.

¹¹⁰¹ Para uma crítica aos preceitos definidos no Livro Branco para os meios de comunicação social, ver SILVEIRINHA, Maria João – “A Europa e o Livro Branco sobre (in)comunicação”. *Trajectos: revista de comunicação, cultura e educação*. ISSN 1645-5983-08, n.º 8/9 (2006), p. 57-63; em especial p. 58-61.

¹¹⁰² *Idem, ibidem.* p. 11-12.

informação de retorno com base nas sondagens do *Eurobarómetro* e no apoio a trabalhos de investigação independentes na área das ciências sociais.¹¹⁰³

O *Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia* foi analisado pelo deputado Luís Herrero-Tejedor, no âmbito da Comissão da Cultura e da Educação, o qual elaborou o respectivo relatório parlamentar, tendo em conta os pareceres da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e o parecer da Comissão dos Assuntos Constitucionais.¹¹⁰⁴ Na exposição de motivos, a apreciação geral feita ao documento da Comissão é positiva, apesar de algumas críticas pontuais.

De facto, o relator discorda da proposta da Comissão para a criação de um código, estabelecendo regras de conduta comuns a todas as instituições em termos de comunicação. Para sustentar esta opinião, Luís Herrero-Tejedor adverte para o facto de não haver uma base jurídica para alicerçar relatórios comunitários específicos em matéria de informação e comunicação. Na sua opinião, o melhor caminho para fundamentar as bases de uma política comum nesta área estaria na obtenção da unanimidade dos Estados-Membros no Conselho Europeu, pois desta forma e através do artigo 308º do Tratado seria possível instituir uma base jurídica.¹¹⁰⁵

Quanto à necessidade de implicar os cidadãos, o deputado recupera a ideia que já tinha enunciado em 2005 ao afirmar: «[...] o princípio geral que deve presidir à política de informação e comunicação da UE é o seguinte: não é ao cidadão que cabe lançar-se na procura da informação, mas sim a informação que deve ir ao encontro do cidadão».¹¹⁰⁶ De acordo com este pressuposto, considerava-se que a ideia segundo a qual os cidadãos deviam funcionar como impulsionadores da participação e do diálogo europeu não era razoável, até porque a grande maioria dizia-se mal informada sobre os assuntos da União. Além disso, não existindo uma esfera pública europeia as instituições tinham a obrigação de criar condições para que o acesso à informação pudesse ser feito pela maioria, aconselhando-se, para tal, o recurso aos meios de comunicação de massa tradicionais, não sobrestimando a capacidade de penetração das TIC. Simultaneamente, a recolha de dados para a compreensão da opinião pública europeia através dos recursos existentes, como o *Eurobarómetro*, constituía outro elemento fundamental para alicerçar uma política de informação e comunicação capaz

¹¹⁰³ *Idem, ibidem*. p. 9-11.

¹¹⁰⁴ HERRERO-TEJEDOR, Luis – *Relatório sobre o Livro Branco sobre uma política de comunicação europeia*. Parlamento Europeu, 16.10.2006. (FinalA6-0365/2006).

¹¹⁰⁵ *Idem, ibidem*. p. 12.

¹¹⁰⁶ *Idem, ibidem*. p. 12.

de suscitar um verdadeiro debate europeu. Para terminar, o deputado espanhol trata da cooperação interinstitucional e com os Estados-Membros, considerando esta última da máxima relevância. Em termos operacionais, pronuncia-se a favor de uma readaptação de algumas acções do programa PRINCE, aumentando o número de linhas de actuação prioritárias, e de uma reestruturação do GII, reduzindo a sua dimensão e acentuando o seu carácter político.¹¹⁰⁷

A proposta de resolução incluída no relatório Herrero-Tejedor recupera o texto dos pareceres das duas Comissões Parlamentares e, naturalmente, da exposição de motivos. Assim, a resolução, aprovada em 16 de Novembro de 2006, aborda seis grandes temas: a política de comunicação e a esfera pública, a definição de princípios comuns, a necessidade de implicar os cidadãos, o trabalho com os meios de comunicação social e a utilização das TIC, a compreensão da opinião pública europeia e a importância de trabalhar em conjunto. Como pressuposto geral deste texto, considera-se que as estruturas de comunicação a nível europeu, ao ligarem as instituições aos cidadãos, apresentam-se como um dos elementos democráticos fundamentais da UE. Por outro lado, invoca-se o facto de a experiência demonstrar uma maior participação em eleições e referendos entre os mais conhecedores das questões europeias relativamente àqueles que não dispõem dessa informação. Isto era tanto mais importante quanto, frequentemente, os políticos de cada país se arrogavam dos sucessos da UE, mas eram também os primeiros a invocar a responsabilidade de Bruxelas em certos problemas nacionais. Paralelamente, recorda-se também que a ligação da comunicação à transparência, aos procedimentos simplificados, à cidadania e à partilha de valores.¹¹⁰⁸

No que respeita à esfera pública europeia, o texto da resolução congratula-se com a importância atribuída à política de comunicação pela Comissão, mas recorda que mesmo uma comunicação muito eficaz não pode compensar políticas insuficientes, pode apenas ajudar à sua compreensão. Por outro lado, a comunicação é indissociável do seu conteúdo e deve configurar-se como um processo de dois sentidos, de maneira a ouvir os cidadãos. Neste âmbito, a criação de uma esfera pública europeia tornava-se muito importante, pelo que a Comissão devia apoiar a sua implementação em consonância com as esferas públicas nacionais, locais e regionais já existentes.¹¹⁰⁹ Quanto à definição de princípios comuns, na resolução também se discorda da ideia de

¹¹⁰⁷ *Idem, ibidem.* p. 13.

¹¹⁰⁸ *Idem, ibidem.* p. 4.

¹¹⁰⁹ *Idem, ibidem.* p. 4-5.

tornar os cidadãos motores do diálogo sobre a Europa, essa tarefa incumbia às instituições comunitárias, «[...] pois não cabe aos cidadãos procurar a informação, é preciso sim que a informação procure os cidadãos».¹¹¹⁰

No entanto, aconselha-se a Comissão a apresentar um projecto de acordo interinstitucional para identificar os princípios comuns susceptíveis de reger a cooperação no âmbito da comunicação entre as instituições europeias. Este documento deveria constituir a base para lançar um verdadeiro projecto comunitário de informação e comunicação sobre a Europa, em todos os países-membros, de acordo com o artigo 308º do Tratado CE. Neste trabalho deveria ser feita uma referência explícita aos princípios e valores consagrados na *Carta dos Direitos Fundamentais*, a qual já aludia aos direitos dos cidadãos em matéria de informação.¹¹¹¹

Sobre a necessidade de implicar os cidadãos, o Parlamento aplaude a intenção de fazer chegar as questões europeias a todos os níveis (locais, regionais e nacionais), no intuito de descentralizar a mensagem, numa base regular. Para tal,

Considera que o estabelecimento de uma administração europeia de proximidade, capaz de apoiar os inúmeros pontos de acolhimento e de informação sobre a Europa que actualmente existem, contribuiria para tecer laços directos importantes entre a União e os seus cidadãos, favorecendo, nomeadamente, o acesso destes às iniciativas e programas europeus que lhes são destinados[...].¹¹¹²

O intento era proporcionar mais oportunidades para a intervenção do público na fase de definição das políticas e, depois, um maior conhecimento do impacto das decisões europeias na vida quotidiana de todos. Isto teria de ser feito com base em estratégias comunicacionais regulares, não esquecendo os grupos minoritários. Assim, tornar-se-ia possível dar a compreender aos cidadãos o contexto de preparação e de aprovação da legislação comunitária, o que significa uma evolução qualitativa, já que não se restringia a dá-la a conhecer.¹¹¹³

Para esta estratégia, os meios de comunicação social e as TIC constituíam elementos fundamentais, pois funcionavam com intermediários, como formadores de opinião e como veículos de mensagens. Eram, portanto, indispensáveis para manter um cidadão bem informado, alicerce de todo o sistema democrático participativo. À Comissão e aos Estados-Membros competia fornecer informação objectiva, fidedigna e

¹¹¹⁰ *Idem, ibidem.* p. 5.

¹¹¹¹ *Idem, ibidem.* p. 5-6.

¹¹¹² *Idem, ibidem.* p. 6.

¹¹¹³ *Idem, ibidem.* p. 6-8.

imparcial sobre as políticas europeias, matéria-prima depois tratada pelos meios de comunicação social. Quanto ao uso das TIC, adverte-se para o cuidado a ter para não aumentar a fractura digital, na medida em que devia ser concedida uma atenção especial aos cidadãos sem habilidades tecnológicas passíveis de lhes permitirem o aproveitamento da disponibilização de informação europeia na Internet ou em outros ambientes digitais.¹¹¹⁴

Outro tópico analisado pela resolução, foi o da compreensão da opinião pública. A este respeito o texto:

Constata que não pode haver uma política de comunicação satisfatória sem o conhecimento exacto das lacunas de que padece a informação de que dispõem os cidadãos da União, quer se trate dos conteúdos da acção comunitária quer das instituições e procedimentos para a sua execução: solicita, por isso, que os serviços do *Eurobarómetro* sejam encarregados de uma sondagem de opinião específica e exhaustiva que permita avaliar de forma exacta e diferenciada o nível de informação dos cidadãos comunitários em função do seu Estado de origem, categoria socioprofissional e orientação política.¹¹¹⁵

Por fim, a resolução aborda a importância do trabalho em comum entre as diferentes instituições, nomeadamente no âmbito do GII, mas apelando igualmente a uma participação mais visível dos partidos políticos. Estes intervenientes deveriam ter em conta que a comunicação europeia assume um ritmo próprio ligado aos assuntos europeus e, muitas vezes, desligado das agendas políticas nacionais. Assim, aconselha-se a Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu a definirem um calendário dos grandes temas, centrando os seus esforços de comunicação nesses assuntos. Além de melhorar a eficácia das próprias iniciativas de cada instituição, esta opção permitiria ao grande público apreender a lógica comum do projecto europeu.¹¹¹⁶

Aliás, em finais de 2007, a Comissão lança um novo texto sobre a temática da comunicação, enfatizando a necessidade de implicar os cidadãos para criar uma esfera pública europeia, com base num trabalho de parceria entre os Estados-Membros e as instituições europeias com base na assinatura de um acordo intersintitucional.¹¹¹⁷

¹¹¹⁴ *Idem, ibidem.* p. 8-9.

¹¹¹⁵ *Idem, ibidem.* p. 9.

¹¹¹⁶ *Idem, ibidem.* p. 10-11.

¹¹¹⁷ Ver COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Parlamento europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: parceria para a comunicação sobre a Europa.* Bruxelas, 03.10.2007. (COM (2007) 568 final) e COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Documento de trabalho da Comissão: Proposta de Acordo Interinstitucional: Parceria para a comunicação sobre a Europa.* Bruxelas, 03.10.2007.

Com o início do novo milénio, a comunicação passou a assumir uma nova centralidade na acção da Comissão e também do Parlamento Europeu em grande parte como reacção ao afastamento ou mesmo à desconfiança das opiniões públicas nacionais em relação ao projecto europeu. Mesmo o Conselho Europeu não ficou alheio a esta preocupação. Assim, nos documentos oficiais a designação política de comunicação passou a substituir expressão a política de informação e comunicação. Procurava-se, desta forma, encetar um diálogo efectivo com os cidadãos aproximando-os das instituições europeias, sobretudo com base no uso da TIC.

Para o efeito, promoveu-se a cooperação interinstitucional como forma de criar uma imagem coerente da UE e para permitir uma economia de meios. Por outro lado, foi dada maior atenção às inúmeras redes de informação espalhadas pelos Estados-Membros as quais constituíam muitas vezes o primeiro patamar de contacto entre o cidadão e as instituições europeias. Aliás, o seu papel tornava-se ainda mais incontornável tendo em conta a advertência de que era a informação europeia que devia procurar o cidadão e não o contrário.

Simultaneamente, a comunicação passou a constituir um dos elementos basilares do conceito de governança europeia, procurando-se integrá-la em todas as políticas comunitárias desde a sua fase de formulação.

(COM (2007) 569 final). Não iremos analisar estes documentos por se encontrarem fora do limite temporal que fixámos como baliza da nossa investigação (final do primeiro semestre de 2007).

CAPÍTULO VIII

TRANSPARÊNCIA E ACESSO AOS DOCUMENTOS

No que toca ao acesso à informação governamental, os EUA dispõem de uma legislação liberal, baseada no conceito do *Open Government*, reforçada depois do escândalo do Watergate (1972-1974). Para o efeito contribuem três leis ambiciosas: o *Freedom of Information Act* de 1967, o *Privacy Act* de 1974 e o *Presidential Records Act* de 1978, completadas, em 1995, por um *Executive Order* de Bill Clinton, reduzindo o prazo de não comunicabilidade da maioria dos documentos da administração central para dez anos.¹¹¹⁸ Já no Canadá, o acesso aos documentos foi alvo do *Access Information Act*, em vigor desde 1983.¹¹¹⁹

Mas foi na segunda metade da década de noventa que vários factores tecnológicos conduziram à alteração da disseminação da informação governamental. Assim, tiveram um papel fundamental o incremento da criação da informação directamente em suporte digital, bem como melhorias na infra-estrutura de telecomunicação. Isto permitiu aos serviços do Estado disseminar informação a custos muito inferiores aos resultantes da

¹¹¹⁸ DUCLERT, Vincent – *Op. cit.* p. 62. Para o caso dos EUA, ver as modificações restritivas ocorridas durante a administração Bush no campo do acesso à informação governamental, cf. JAEGER, Paul T. – “Information policy, information access and democratic participation: the national and international implications of the Bush administration politics”. *Government information quarterly*. ISSN 0740-624X. Vol. 24, n.º 4 (2007) p. 840-859.

Para uma visão da evolução histórica da disseminação da informação governamental, em França, desde a Época Moderna até aos anos oitenta do século XX, ver BOISARD, Geneviève – “Public access to government information: the position in France”. *Government publications review*. ISSN 0277-9390. Vol. 9, n.º 3 (1982), p. 205-219. Sobre o papel da Commission de coordination de la documentation administrative, desde 1971, ano da sua criação, até ao final dos anos noventa, ver VENTURINI, Fernando – “Politiche pubbliche in materia di informazione e documentazione amministrativa”. *Rivista trimestrale di diritto pubblico*. ISSN 0557-1464. Vol. 2 (1997), p. 553-587.

¹¹¹⁹ Para mais detalhes sobre as origens do documento e as suas estipulações, bem como a experiência da sua aplicação entre 1984 e 1989, ver TATE, Eugene D. – “Access to information: the Canadian experience”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 24, n.º 2 (1998), p. 75-82.

distribuição de documentos em suporte papel. Paralelamente, este contexto possibilitou também uma disseminação da informação de forma descentralizada e um aumento exponencial do acesso por parte dos utilizadores.¹¹²⁰ Assim, o uso das TIC no âmbito da administração pública trouxe bons resultados em termos de aproximação aos cidadãos e de agilização dos processos organizacionais. De facto, permitiu aumentar a capacidade info-comunicacional do Estado, levando a uma redistribuição do poder entre a administração e a sociedade que pode, assim, tornar-se mais interventiva na tomada de decisões.¹¹²¹ Neste cenário, desenvolveram-se conceitos como abertura, transparência e acessibilidade.

Segundo Chris C. Demchak, Christian Friis e Todd M. La Porte poderemos falar de abertura quando uma organização, de forma livre e universal, fornece informação compreensiva sobre as suas atribuições e estabelece uma comunicação directa e regular com todo o seu público. Para os mesmos autores, a transparência refere-se à densidade do valor de conhecimento potencial da informação oferecida pela instituição, de maneira a dar visibilidade às acções internas dos órgãos do Estado de modo a que os cidadãos tenham acesso a dados pertinentes. A acessibilidade diz respeito à facilidade e profundidade com que os cidadãos (utilizadores) podem interagir com as fontes de informação (pessoas, instituições e documentos).¹¹²²

Portanto, a acessibilidade implica que a informação governamental esteja devidamente identificada, nomeadamente em termos bibliográficos, o que permite torná-la do conhecimento público. Em complemento, será necessário afastar as

¹¹²⁰ A este propósito Prudence S. Adler, refere que o US Bureau vendeu 40.000 exemplares da versão impressa do census de 1994, mas que em 1995 o sítio Internet da mesma instituição recebia diariamente 60.000 visitas. Cf. ADLER, Prudence S. – *Op. cit.* p. 435. Para uma abordagem mais alargada da situação nos EUA, no final dos anos oitenta, ver US CONGRESS. OFFICE OF TECHNOLOGY ASSESSMENT – *Informing the nation: federal information dissemination in an electronic age* [em linha]. Washington: Government Printing Office, 1988. [Acedido 19.06.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.fas.org/ota/reports/8823.pdf>>. Sobre este documento, ver o editorial de SHULER, John A. – “Informing the nation: the future of librarianship and government information service”. *Government information quarterly*. ISSN 0740-624X. Vol. 22, n.º 2 (2005), p. 146-150.

¹¹²¹ Ver, por exemplo, um caso espanhol: MUÑOZ CAÑAVATE, Antonio – “Políticas de información en las administraciones de la comunidad autónoma de la Rioja”. *Anales de documentación*. ISSN 1575-2437, n.º 8 (2005), p. 145-164. Para o Brasil, ver a experiência da Prefeitura de Belo Horizonte, cf. BEMFICA, Juliana do Couto – “Temas emergentes em políticas públicas: o acesso à informação na agenda dos anos 90: o projeto de democratização de informações da prefeitura de Belo Horizonte”. In *Congreso internacional de información: info'97* [em linha]. [Acedido 03.01.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.congreso-info.cu/UserFiles/File/Info/Info97/Ponencias/011.pdf>>. Ver ainda HUBBARD, Bethan – “The external information policy of the Scottish Parliament”. *International journal of legal information*. ISSN 0731-1265. Vol. 29, n.º 2 (2001), p. 429-434.

¹¹²² DEMCHAK, Chris C.; FRIIS, Christian; LA PORTE, Todd M. – “Webbing governance: national differences in constructing the face of public organizations”. In GARSON, G. David, ed. – *Handbook of public information systems*. New York: Marcel Dekker Publishers, 2000. ISBN 0-8247-8244-5. p. 179-195.

barreiras económicas, sociais ou tecnológicas que possam dificultar ou impedir o seu acesso. De facto, a acessibilidade diminui se o público não tiver a oportunidade de localizar a informação ou se ela estiver materializada em formatos que exigem instrumentos não usuais para a sua descodificação. Isto implica convocar a noção de disponibilidade, envolvendo aspectos como prazos de acesso, o recurso a formatos amigáveis de visualização ou, no caso das instituições europeias, a sensível questão da tradução, tornando a informação acessível em todas as línguas oficiais da UE. Importante será também a questão da credibilidade, na medida em que os cidadãos devem poder confiar na informação fornecida pelas instâncias governamentais.¹¹²³

Já Overman e Cahill, relacionam o acesso à informação governamental com a liberdade de informação e o respeito pela democracia ao afirmarem que «Freedom of information reflects our normative expectation for information in a democratic government, but it is our access to and use of information that determines this freedom».¹¹²⁴ Quanto à abertura consideram «[...] open government is also a democratic norm, assuming information is derived not just from the tangible product of government, but from the processes of governing as well. Openness is associated with values of participation, trust, and good government».¹¹²⁵

Carsten Grønbech-Jensen distingue, ainda duas concepções de transparência: a que assenta no acesso do público aos documentos e a que está vocacionada para a comunicação. A transparência baseada no acesso do público aos documentos tem inerente a ideia de que se trata de um direito fundamental dos cidadãos e uma forma de controlar e avaliar os agentes administração do Estado. Já a transparência através da comunicação centra-se na informação do público, fornecendo “informação processada” sobre as actividades desenvolvidas pela administração.¹¹²⁶ Como já vimos, através da sua política de informação e comunicação a UE, preocupa-se com a segunda vertente da transparência desde o início das instâncias comunitárias. Mas só na década de noventa passou a dedicar atenção com a primeira vertente.

Por seu lado, José-Maria Jardim salienta que a noção de transparência administrativa atribui ao cidadão a qualidade de “sujeito informativo” que tem direito de acesso aos registos documentais, prova do exercício das funções administrativas.

¹¹²³ Sobre isto ver HERNON, Peter [et al.] – *Op. cit.* p. 9-10.

¹¹²⁴ OVERMAN, E. Sam; CAHILL, Anthony G. – *Op. cit.* p. 805.

¹¹²⁵ *Idem, ibidem.* p. 807.

¹¹²⁶ GRØNBECH-JENSEN, Carsten – “The scandinavian tradition of open government and the European Union: problems of compatibility?”. *Journal of European public policy.* ISSN 1350-1763. Vol. 5, n.º 1 (1998), p. 185-199.

Mas esse acesso ocorre entre transparência e opacidade, em graduações combinado ambos os pólos de luz e sombra, envolvendo critérios de segredo e divulgação, de neutralidade e interesse geral ou de eficiência administrativa e controlo, entre outros.¹¹²⁷

A UE, a partir do início da década de 1990, começou a desenvolver, no âmbito da política de informação, iniciativas de abertura, transparência e acesso aos documentos, em grande parte como forma de resposta às próprias crises vividas pelo projecto de integração europeia. Iremos ver, agora, quais foram os principais momentos desta dinâmica com base nos textos oficiais publicados sobre a matéria, procurando fazer o seu elenco exaustivo, de maneira a obter uma visão global e diacrónica.

VIII.1. O papel pioneiro do Parlamento nas questões da transparência

No citado relatório parlamentar elaborado por Wilhelmus J. Schuijt, em 1972, levanta-se já a questão da transparência e da abertura das instâncias comunitárias, em particular do Conselho Europeu. De facto, critica-se a prática do segredo nas tomadas de decisão deste órgão, bem como a falta de uma estratégia coordenada de comunicação nos contactos com a imprensa, na medida em que cada membro do Conselho discutia individualmente com os jornalistas do seu país em conversas de corredor. Sobre este assunto pode ler-se o seguinte:

Il est évident que le problème de la publicité des débats du Conseil déborde largement la problématique de d'information dans la Communauté. Néanmoins, votre rapporteur estime qu'il y aurait intérêt à examiner dans quelle mesure il serait possible de mettre sur pied une information mieux intégrée sur les activités du Conseil, par exemple, en donnant une plus grande latitude au service des porte-parole ou en permettant aux journalistes accrédités de suivre directement les débats du Conseil pour autant que celui-ci ne délibère pas confidentiellement en comité restreint.¹¹²⁸

Portanto, vemos que se relaciona a transparência com a política de informação e com a publicidade dos procedimentos decisórios.

Mas foi preciso esperar pela década de oitenta para uma atenção mais sistemática à transparência e à ligação com o acesso aos documentos por parte do Parlamento Europeu. Assim, em 1983, alguns deputados exprimem a sua preocupação com a publicidade da gestão comunitária, apresentando propostas de resolução, no sentido de

¹¹²⁷ JARDIM, José Maria – *Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói: Ed. UFF, 1999. ISBN 85-228-0288-2. p. 49-63.

¹¹²⁸ SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Op. cit.* (Document 246/71). p. 28-29; citação da p. 29.

aumentar a difusão da informação produzida pelas instâncias europeias no âmbito do seu mandato e, por outro lado, promover a aproximação aos cidadãos. Na sequência destas iniciativas, em Maio de 1984, o deputado Pol Marck apresentou um relatório à Comissão Parlamentar da Juventude, Cultura, Educação, Informação e Desporto.¹¹²⁹ Na exposição de motivos, o relator toma como exemplo as legislações da Dinamarca, do Luxemburgo e dos Países Baixos, bem como da Suécia e dos EUA, onde os princípios do silêncio dos funcionários e do segredo dos serviços administrativos não eram já considerados regras de aplicação geral, pois numerosas iniciativas reconheciam o direito do cidadão a ser informado das acções dos poderes públicos. Esta publicidade fazia-se por duas vias que ele distingue como sendo de informação activa e de informação passiva. A informação activa era praticada, na maior parte dos países, com intensidades diferentes, baseando-se sobretudo na colaboração com os média e dependendo, por isso, das relações que os meios jornalísticos estabeleciam com os meios políticos e as administrações. Já a informação passiva baseava-se no direito à informação de cada cidadão, permitindo a todos aceder às decisões tomadas e à sua fundamentação ou, então, participar mesmo na sua elaboração. Quanto a esta modalidade, o relator tem a preocupação de alertar para a necessidade de definir alguns limites na difusão e no acesso à informação, bem como para a importância de criar mecanismos de recurso no caso de impedimento de consulta. Aliás, logo no início da exposição de motivos, a publicidade da gestão é definida nestes termos «[...] consiste en fait dans la publicité des documents publics, dans la possibilité d'accéder aux sources des actes publics. Tout citoyen doit avoir le droit de prendre connaissance des documents qui conduisent à un processus décisionnel dans lequel intervient un organe public».¹¹³⁰

De seguida, o autor trata da aplicação destes princípios no âmbito da Comunidade Europeia, concluindo ser necessário tomar medidas para eliminar certos obstáculos ao acesso à informação. Assim, ainda que concordando com o carácter secreto das deliberações do Conselho, advogava uma maior publicitação de certos actos no *Jornal Oficial*. Neste sentido, defendia a necessidade de tornar públicas as notas relativas à

¹¹²⁹ MARCK, Pol – *Rapport fait au nom de la commission de la jeunesse, de la culture, de l'éducation, de l'information et des sports sur la publicité de la gestion communautaire*. Parlement Européen, 07.05.1984. (Document 1-223/84). Além da exposição de motivos e de uma proposta de resolução, contém igualmente três propostas de resolução apresentadas em 1983 pelos deputados Beumer, Collins e Boserup com Van Hameldonk. Em Novembro de 1983, também o deputado Klaus Hänsch tinha apresentado uma proposta de resolução, cf. HÄNSCH, Klaus – *Proposition de résolution déposée par M. Klaus Hänsch au nom du groupe socialiste conformément à l'article 47 du Règlement sur une meilleure politique de l'information de la Communauté*. Parlement Européen, 24.11.1983. (Document 1-1103/83).

¹¹³⁰ MARCK, Pol – *Op. cit.* p. 7-11; citação da p. 7.

transposição das medidas comunitárias para a legislação nacional. O mesmo deveria ser feito em relação aos estudos, pareceres e estatísticas que suportavam directivas ou regulamentos, estabelecendo-se procedimentos de acesso a esses documentos. Por fim, o relator considerava como um dever de informação publicitar o financiamento comunitário em todos os projectos onde tal se verificasse, pois seria uma forma de os cidadãos tomarem conhecimento do contributo das instituições europeias à melhoria do seu bem-estar.¹¹³¹

Este relatório deu origem a uma resolução sobre a publicidade da gestão comunitária, votada durante a sessão parlamentar de 24 de Maio de 1984. Aqui, reconhecia-se que a administração pública devia pautar-se por uma publicidade alargada, a fim de garantir aos cidadãos uma protecção jurídica satisfatória e de os informar acerca da aplicação dos dinheiros comunitários, de acordo com procedimentos claramente definidos. Para tal, apelava-se à criação de legislação compatível, reconhecendo-se, desde já, os esforços desenvolvidos pelos serviços de informação das diferentes instituições comunitárias, mas considerando-se necessário alargar as suas actividades. Por outro lado, reforça-se o imperativo de publicitar os documentos produzidos no âmbito da acção comunitária e já referidos na exposição de motivos do relatório Marck.¹¹³²

Alguns anos mais tarde, em 1988, o Parlamento Europeu debruça-se novamente sobre a questão da difusão dos documentos, mas agora com a preocupação de determinar regras de confidencialidade para a circulação da informação no âmbito dos trabalhos parlamentares. Assim, o deputado Fernand H. J. Herman elaborou, em nome da Comissão do Regimento, da Verificação de Poderes e das Imunidades, uma proposta para a criação de um regulamento, contendo preceitos sobre a confidencialidade de certos documentos.¹¹³³ As regras propostas destinavam-se a documentos produzidos ou recebidos pelo Parlamento. Neste sentido, definiam-se elementos para determinar a quem competia decidir a natureza confidencial dos documentos, os graus de confidencialidade ou quem podia ter acesso a documentos reservados. Por outro lado, é claramente realçado o facto de que, por regra, prevalecia o princípio da publicidade, o qual só podia ser limitado excepcionalmente pelo princípio da confidencialidade,

¹¹³¹ *Idem, ibidem*. p. 11-13.

¹¹³² “Résolution sur la publicité de la gestion communautaire”. *JOCE*, n.º C 172 (02.07.1984), p. 176-177.

¹¹³³ HERMAN, Fernand H. J. – *Relatório elaborado em nome da Comissão do Regimento da Verificação de Poderes e das Imunidades sobre um regulamento interno destinado a garantir a confidencialidade de determinados documentos*. Luxemburgo: SPOCE, 1988. (Documento A2-280/88). ISBN 92-77-44286-7.

aplicado estritamente ao acto ou documento susceptíveis de serem objecto desse processo.¹¹³⁴

Vemos, portanto, que o Parlamento se preocupou em estabelecer de forma rigorosa os casos excepcionais em que a difusão da sua informação podia estar limitada, não só para agilizar o decorrer dos trabalhos parlamentares mas também para garantir uma maior transparência das suas decisões, na medida em que o acesso aos documentos não podia ser impedido de forma arbitrária. Por outro lado, deveremos notar que a exposição de motivos deste relatório continha uma resenha das legislações nacionais dos Estados-Membros sobre a aplicação da regra de confidencialidade aos trabalhos parlamentares, o que significa que o relator teve a preocupação de conhecer as tradições nacionais aquando da formulação de um princípio comunitário.¹¹³⁵

O estabelecimento de regras de acesso a informação classificada foi também alvo das atenções da Comissão que, em Fevereiro de 1992, propôs ao Conselho um regulamento sobre medidas de segurança aplicáveis às informações produzidas ou trocadas no âmbito das actividades das instituições comunitárias.¹¹³⁶ Salienta-se novamente o facto de a classificação de uma informação só dever ser decidida quando estivessem em causa interesses essenciais e durante um espaço de tempo pré-determinado, já que devia sempre prevalecer o princípio da publicidade das informações.

A proposta de regulamento destinava-se a ser aplicada à elaboração, circulação e conservação dos casos excepcionais em que a confidencialidade da informação seria decidida. Para o efeito, definia-se como informação classificada «[...] qualquer forma de informação cuja divulgação não autorizada possa prejudicar os interesses essenciais das Comunidades Europeias e dos Estados membros e que por isso devem ser protegidas por medidas de segurança adequadas».¹¹³⁷ Paralelamente, entendia-se por informação

[...] qualquer comunicação, seja qual for a sua forma de expressão – escrita, oral ou óptica e seja qual for o seu suporte: papel, banda magnética ou magnetoscopia,

¹¹³⁴ *Idem, ibidem*. p. 5-8.

¹¹³⁵ *Idem, ibidem*. p. 9-14.

¹¹³⁶ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Proposta de Regulamento (CEE) do Conselho relativo às medidas de segurança aplicáveis às informações classificadas elaboradas ou trocadas no âmbito das actividades da CEE e da CECA*. Luxemburgo: SPOCE, 24.02.1992. (COM (1992) 56 final). ISBN 92-77-41170-8. Sobre o percurso institucional deste documento, ver BUNYAN, Tony – *Secrecy and openness in the EU*. London: Kogan Page, 1999. ISBN 0-7494-2604-7. p. 2-5.

¹¹³⁷ (COM(1992) 56 final). p. 7.

rede de transmissão, processo técnico ou material. (...) a noção de informação classificada deve ser avaliada apenas em função do seu conteúdo.¹¹³⁸

Trata-se de uma proposta de regulamento com um cariz bastante técnico, contendo preceitos sobre os princípios e as categorias de classificação, as regras de acesso a informações classificadas e as medidas de segurança aplicáveis, incluindo o âmbito da informática e das telecomunicações, além de tratar da prevenção das infracções e das sanções aplicáveis em caso de desrespeito. Seguindo os procedimentos institucionais estabelecidos para o efeito, a Comissão transmitiu o documento ao Conselho e ao Parlamento Europeu, em Fevereiro de 1992, mas acabou por retirá-lo em Dezembro do ano seguinte.¹¹³⁹

Mas, foi com a adesão da Suécia e da Finlândia, em 1995, países com forte tradição de governo aberto, que a cultura administrativa das instituições da UE teve de modificar-se profundamente.¹¹⁴⁰ Paralelamente, começou a reconhecer-se que para o sucesso da integração europeia era necessário associar cada vez mais estreitamente os cidadãos, ganhando a sua confiança e motivando a sua participação.¹¹⁴¹ Assim, como iremos ver, a década de noventa, foi fundamental para institucionalizar a transparência e o acesso aos documentos no contexto do projecto europeu.¹¹⁴²

VIII.2. O Tratado de Maastricht e o direito de acesso à informação

O Tratado de Maastricht contém uma *Declaração relativa ao direito de acesso à informação* onde se afirmam as vantagens da transparência para o processo decisório, reforçando o carácter democrático das instituições e a confiança do público na administração. Além desta constatação, recomenda-se ainda à Comissão que apresente

¹¹³⁸ *Idem, ibidem.* p. 7-8.

¹¹³⁹ Cf. <http://ec.europa.eu/prelex/detail_dossier_real.cfm?CL=pt&DosId=102969>. [Acedido 17.10.2007].

¹¹⁴⁰ Sobre a importância da tradição sueca na formação da legislação europeia em matéria de acesso do público aos documentos, ver: LARSSON, Torbjörn – “How open can a government be? The swedish experience”. In DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 46-51 e DAVIS, Roy W. – “Public access to community documents: a fundamental human right?”. *European integration online papers: EIoP* [em linha]. Vol. 3, n.º 8 (1999). [Acedido 04.02.2008]. Disponível na WWW: <<http://eiop.or.at/eiop/texte/1999-008a.htm>>. p. 1-3. Aliás, o interesse pela Suécia nesta matéria foi também visível, em 1995, pois durante a sua presidência do Conselho organizou, em Bruxelas, uma conferência sobre a Abertura e a Transparência na União Europeia, cf. COMMISSION EUROPÉENNE – *Ouverture et transparence dans les institutions de l’Union européenne*. Luxembourg: EUR-OP, [1996?]. ISBN 92-827-8476-2.

¹¹⁴¹ PALMER, John – “Openness and transparency: the state of the debate in the European Union”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 6 (1999), p. 2.

¹¹⁴² Para uma apresentação detalhada dos principais momentos desta evolução, até 1998, ver WESTLAKE, Martin – “Maastricht, Edinburg, Amsterdam: the ‘End of the Beginning’”. In DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 127-144.

ao Conselho, até final de 1993, um relatório com medidas destinadas a facilitar o acesso do público à informação na posse das instituições comunitárias. A declaração resume estes preceitos com a seguinte redacção:

A Conferência considera que a transparência do processo decisório reforça o carácter democrático das Instituições e a confiança do público na Administração. Por conseguinte, a Conferência recomenda que a Comissão apresente ao Conselho, o mais tardar até 1993, um relatório sobre medidas destinadas a facilitar o acesso do público à informação de que dispõem as Instituições.¹¹⁴³

Como notou Susan Parker, este texto assinala «[...] a turning point both in awareness of the significance of information in encouraging a positive public response to Europe and the recognition of the right of access to information about the EU».¹¹⁴⁴ Na verdade, como vimos, a consciência da importância da informação na criação de uma opinião pública favorável ao progresso da integração europeia existia desde os tempos da fundação da CECA mas, pela primeira vez, este facto é assumido num Tratado. Por outro lado, até aqui tratava-se de informação de divulgação das instituições europeias criada por elas próprias com o intuito de se dar a conhecer ao exterior. Ora, o Tratado de Maastricht supera este patamar, pois alude à informação de que dispõem as instituições europeias, nomeadamente a informação resultante do exercício das suas funções, e apresenta o seu acesso como um direito dos cidadãos. Além disso, o cumprimento desse direito é sentido como benéfico para as próprias instituições europeias, já que é potencialmente capaz de melhorar o processo decisório e o seu carácter democrático, suscitando e reforçando uma atitude positiva por parte do público. Vemos, portanto, que à medida que a integração europeia progride, em detrimento da cooperação inter-estatal, a transparência passa a substituir o carácter secreto e confidencial das negociações dos primeiros tempos. No entanto, esta assunção vale apenas para o primeiro pilar definido no Tratado de Maastricht, relativo às políticas económicas e sociais, pois no que respeita ao segundo e terceiro pilares prevalecia o método intergovernamental.

O novo posicionamento das instituições comunitárias encontra-se patente na própria estrutura do *Relatório geral sobre as actividades das Comunidades Europeias*

¹¹⁴³ ROCHA, Isabel, coord.de – *Tratados de Nice, de Amesterdão, da União Europeia, da Comunidade Europeia (CE), da Comunidade Europeia da Energia Atómica (CECA), Acto único*. 3ª ed. Porto: Porto Editora, 2002. ISBN 972-0-01145-9. p. 162.

¹¹⁴⁴ PARKER, Susan – *Op. cit.* p. 81. Já Tony Bunyan considera que com o Tratado de Maastricht o secretismo do trabalho comunitário foi agravado pela instituição de certos grupos de trabalho, cf. BUNYAN, Tony – “The European state is constructed in secret”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1993), p. 8-10.

que, em 1993, inclui um ponto dedicado à informação e transparência.¹¹⁴⁵ Mas esta atitude constitui também uma forma de adaptação para responder à falta de adesão e, mesmo, à desconfiança da opinião pública perante os progressos e a complexificação da construção europeia. De facto, verificou-se que estava esgotado o “consenso passivo” dos cidadãos dos Estados-Membros aquando da ratificação do Tratado de Maastricht, com a já referida vitória do “não” no referendo da Dinamarca, a 2 de Junho de 1992. Aliás, as relações entre a opinião pública e as instâncias europeias começaram mesmo a sofrer de uma desconfiança recíproca. Assim, nos meios mais desfavorecidos, predominava o sentimento de que a UE era um assunto exclusivo das elites e benéfico apenas para elas próprias, enquanto nos grupos sociais mais elevados surge uma preocupação motivada pela diminuição da capacidade de influenciar as decisões comunitárias. Perante esta situação, alguns responsáveis políticos começam a considerar mais seguro evitar a participação da população na construção comunitária, pois a opinião pública deixou de ser vista como uma aliada fiável.¹¹⁴⁶ Mas com esta opção, corria-se o risco de um afastamento irremediável entre os decisores políticos e os eleitores europeus.

Portanto, os chefes de Estado e de Governo reunidos no Conselho Europeu de Birmingham, em 16 de Outubro de 1992, decidiram ir pelo caminho oposto aprovando uma declaração intitulada *Uma Comunidade mais próxima dos cidadãos* enfatizando a necessidade de «[...] tornar a Comunidade mais aberta, para permitir um debate público sobre as suas actividades com pleno conhecimento de causa», interpelando novamente a Comissão no sentido de concluir a sua análise relativa à melhoria do acesso do público à informação das instituições comunitárias.¹¹⁴⁷ Assim, em Birmingham enfatizou-se a necessidade de melhorar a informação sobre o papel do Conselho, facilitar o acesso do público aos trabalhos desta instituição e melhorar a clareza e a acessibilidade da legislação comunitária.¹¹⁴⁸

¹¹⁴⁵ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *XXVII Relatório geral sobre a actividade das Comunidades Europeias: 1993*. Luxemburgo: SPOCE, 1994. ISBN 92-826-7191-7. p. 226-227.

¹¹⁴⁶ BIANCHERI, Frank – *Op. cit.* p. 36-37. Sobre as diferenças e as semelhanças nas expectativas das elites e da opinião pública em geral acerca da integração europeia, ver HOOOGHE, Liesbet – “Europe divided?: elites vs. public opinion on European integration”. *European Union politics*. ISSN 1465-1165. Vol. 4, n.º 3 (2003), p. 281-304; ver em especial o esquema da p. 286.

¹¹⁴⁷ “Conselho Europeu de Birmingham”. *Boletim das Comunidades Europeias*. ISSN 0254-2161, n.º 10 (1992), p. 7-10; citação da p. 9.

¹¹⁴⁸ PIRIS, Jean-Claude – “¿Son las instituciones comunitarias mas eficaces, mas democraticas y mas transparentes despues Maastricht?”. *Gaceta juridica de la CE*. ISSN 1133-942X, n.º 22 (1994), p. 82-89.

Esta dinâmica prosseguiu no Conselho Europeu de Edimburgo, a 11 e 12 de Dezembro de 1992, onde se aprovou um texto anexo intitulado “Transparência: aplicação da declaração de Birmingham”.¹¹⁴⁹ O enfoque incide novamente na transparência e divulgação das reuniões e das decisões do próprio Conselho, mas também se abordam os sectores da legislação comunitária, nomeadamente a necessidade de adoptar critérios para simplificar a sua redacção e para facilitar o seu acesso. Neste caso, é feita uma referência específica à base de dados CELEX e à importância de recuperar o atraso na integração da legislação em vigor, bem como da sua alimentação nas línguas grega, espanhola e portuguesa.¹¹⁵⁰

Também o Conselho Europeu de Copenhaga, reunido nos dias 21 e 22 de Junho de 1993, incluiu no texto das suas conclusões finais um ponto sobre “Uma Comunidade mais próxima dos cidadãos” abordando, novamente, os aspectos da transparência.¹¹⁵¹ A este propósito, chama a atenção das instituições comunitárias para averiguar se este princípio era devidamente respeitado no trabalho quotidiano das suas respectivas esferas de actividades. Para tal, insta outra vez o Conselho e a Comissão a terminarem o seu trabalho sobre o acesso aos documentos das instituições até ao final de 1993.¹¹⁵² Também o Parlamento e o próprio Conselho são interpelados no sentido de resolverem todas as questões pendentes para a instituição do Provedor de Justiça Europeu antes da entrada em vigor do Tratado de Maastricht em 1 de Novembro de 1993.

Aliás, a Comissão tinha já elaborado uma comunicação intitulada *Aumentar a transparência do trabalho da Comissão* publicada no *Jornal Oficial* em Março de 1993.¹¹⁵³ O texto em causa pretendia lançar o debate sobre a abertura e a transparência da Comissão junto dos sectores do público que, pela sua actividade profissional ou académica, dedicavam maior atenção aos assuntos comunitários, excluindo explicitamente a questão da comunicação com o grande público, pois a este assunto deveria ser dedicada uma análise mais detalhada.

¹¹⁴⁹ “Conselho Europeu de Edimburgo”. *Boletim das Comunidades Europeias*. ISSN 0254-2161, n.º 12 (1992), p. 18-20.

¹¹⁵⁰ BOIXAREU CARRERA, Angel – “El refuerzo del principio de la transparencia de las actividades comunitarias”. *Revista CIDOB d’afers internacionals*. ISSN 0212-1786, n.º 25 (1993), p. 10-14.

¹¹⁵¹ CONSELHO EUROPEU, Copenhaga, 21-22 Junho 1993 – *Conclusões da Presidência* [em linha]. [Acedido 06.12.2007]. Disponível na WWW: <http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/72926.pdf>. p. 21-22.

¹¹⁵² Aliás, os anos de 1992-1993 foram marcantes para a afirmação da ideia da transparência no contexto comunitário. Sobre isto ver DUMONT, Bérengère – *Op. cit.* p. 33-39.

¹¹⁵³ “Aumentar a transparência do trabalho da Comissão”. *JOCE*, n.º C 63 (05.03.1993), p. 8-10.

Assim, quanto à transparência, o documento da Comissão considerava importante fornecer informações prévias sobre as iniciativas políticas e proporcionar mais oportunidades de participação na sua preparação. Para cumprir este intento, propunha-se que o programa de trabalho anual da Comissão fosse publicado em Outubro e que fosse dada maior divulgação ao programa legislativo interinstitucional, devendo ambos ser divulgados no *Jornal Oficial*.¹¹⁵⁴

Paralelamente, a Comissão considerava necessário prosseguir com os mecanismos que possibilitassem a participação dos interessados na preparação das suas decisões e propostas. Assim, todos os grupos afectados por um determinado assunto deviam ter oportunidade de exprimir as suas opiniões, quer através dos Livros Verdes, dos Livros Brancos, das audições ou da participação em seminários. Além destes, a Comissão sugere a introdução do procedimento de notificação que consistia na publicação de um resumo da proposta da Comissão no *Jornal Oficial*, indicando as formas de emitir opiniões sobre o texto apresentado.¹¹⁵⁵

Quanto à divulgação da informação existente, insiste-se na necessidade de utilizar todas as línguas oficiais da Comunidade, bem como na possibilidade de alargamento da informação disponível nas bases de dados existentes (CELEX, RAPID, INFO 92, etc), preparando-se então guias para os utilizadores, de forma a facilitar o seu uso. Por outro lado, determinava-se a atribuição da classificação COM a um maior número de documentos, de maneira a possibilitar a sua divulgação mais ampla, pois estes podiam ser obtidos consultando as listas publicadas no *Jornal Oficial* e os números de telefone e fax indicados para o efeito.¹¹⁵⁶

Assim, a Comissão Europeia propunha, com alguns anos de avanço, o que a US National Commission on Libraries and Information Science sugeria ao governo americano, em 2001, num relatório sobre a disseminação da informação pública, onde constatava que «Proactive dissemination or knowledge diffusion models emphasize a two-way, interactive model between producer and user, whereas the traditional passive model emphasizes a one-way, producer-to-user approach».¹¹⁵⁷ Desta forma, reconhecia-se que a simples disponibilização de informação factual, descritiva, com orientações de propaganda ou de marketing, já não bastava para conferir credibilidade ao projecto

¹¹⁵⁴ *Idem, ibidem.*

¹¹⁵⁵ *Idem, ibidem.* p. 9.

¹¹⁵⁶ *Idem, ibidem.* p. 9-10.

¹¹⁵⁷ US NATIONAL COMMISSION ON LIBRARIES AND INFORMATION SCIENCE – *A comprehensive assessment of public information dissemination: final report.* Washington: US Government Printing Office, 2001. Vol. 1. p. 49.

européu, que tinha de se abrir internamente ao escrutínio do público e à sua participação no processo decisório. Para tal, o acesso a informação com uma origem estritamente orgânica e funcional, decorrente do cumprimento das missões de cada instituição, não reconfigurada para fornecer uma imagem específica, tornava-se fundamental, pois permitia aos cidadãos ter acesso a dados primários.

Ao nível das medidas de técnica legislativa, considerava-se importante continuar os esforços de consolidação e de codificação. Assim, através da consolidação eram agrupadas várias medidas comunitárias num só texto, melhorando as condições de acesso, a clareza e a transparência da legislação comunitária. Já com a codificação constitutiva agrupava-se a legislação comunitária vigente num novo texto publicado na série L do *Jornal Oficial*.¹¹⁵⁸

Este texto da Comissão era complementado pela Comunicação relativa a *Um diálogo mais estruturado entre a Comissão e os grupos de interesse especiais*, onde se procurava definir linhas de relacionamento mais claras entre a administração de Bruxelas e os grupos de pressão, incluindo o acesso aos documentos produzidos no âmbito deste relacionamento.¹¹⁵⁹

VIII.3. O acesso aos documentos: um trunfo para cativar os cidadãos

No seguimento destes textos, em Maio de 1993, a Comissão entregou ao Conselho, ao Parlamento e ao Comité Económico e Social uma comunicação sobre o acesso do público aos documentos das instituições europeias.¹¹⁶⁰ As propostas apresentadas davam cumprimento ao estipulado no Tratado da União Europeia, em vigor desde o dia 1 de Novembro de 1993, e às conclusões das já referidas Presidências dos Conselhos Europeus de Birgmingham, Edimburgo e Copenhaga.

¹¹⁵⁸ “Aumentar a transparência...”. *JOCE*, n.º C 63 (05.03.1993), p. 10. Sobre a questão da codificação, ver GRARD, Loïc – “La transparence un principe ascendant de la réalisation de l’Union Européenne”. *Communication et Organisation*. ISSN 1637-0317, n.º 17 (2000), p. 189-191.

¹¹⁵⁹ “Um diálogo aberto e estruturado entre a Comissão e os grupos de interesses especiais”. *JOCE*, n.º C 63 (05.03.1993), p. 2-7. Sobre o papel dos grupos de pressão ou de interesses, nos procedimentos decisórios de consulta e de co-decisão, ver CROMBEZ, Christophe – “Information, lobbying and the legislative process in the European integration Union”. *European Union politics*. ISSN 1465-1165. Vol. 3, n.º 7 (2002), p. 7-32.

¹¹⁶⁰ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação ao Conselho, ao Parlamento e ao Comité Económico e Social: acesso do público aos documentos das instituições*. Luxemburgo: SPOCE, 05.05.1993. (COM (1993) 191 final). ISBN 92-77-55705-2. Este documento foi também publicado, em 1994, na colectânea editada por João de Deus Pinheiro – *Op. cit.* p. 70-77 e ainda no *JOCE*, n.º C 156 (08.06.1993), p. 5-12. Assim, um único documento foi objecto de três edições em momentos distintos o que levante algumas questões sobre a racionalização das escolhas de edição.

Neste texto, a Comissão declara explicitamente considerar a comunicação um elemento central para a transparência das instituições, afirmando que

A melhoria do acesso à informação será um meio para conseguir que o público se aproxime mais das instituições da Comunidade e para estimular um debate mais informado e mais participativo sobre as políticas comunitárias, aumentando, simultaneamente, a confiança do público na Comunidade.¹¹⁶¹

Este acesso à informação podia efectuar-se por duas vias. Por um lado, as iniciativas das próprias autoridades comunitárias para informar o público, em geral, das suas acções. Por outro lado, a divulgação da informação na sequência de um pedido do público, sendo sobre esta última modalidade que a Comissão entendia pronunciar-se. De facto, a Comissão declarava tencionar adoptar medidas para definir as condições em que o acesso generalizado aos documentos devia ser autorizado, considerando também que este princípio de acesso à informação devia ser partilhado pelas restantes instituições europeias e pelos Estados-Membros.

Assim, sugeria-se que fosse desenvolvida uma abordagem conjunta, possivelmente sob a forma de um acordo interinstitucional, baseada em quatro princípios essenciais: o acesso à informação devia ser garantido, o acesso aos documentos devia ser concedido sempre que o pedido feito pelo público fosse suficientemente preciso, quem fazia o pedido não devia ser obrigado a justificá-lo e as respostas às solicitações de informação deviam ser dadas com celeridade. Além disso, definia-se igualmente que um pedido de informação só podia ser recusado para salvaguardar a privacidade pessoal, o sigilo comercial ou industrial, a segurança pública ou porque a informação tinha sido comunicada confidencialmente à instituição. Em caso de recusa, a instituição devia dar uma resposta por escrito esclarecendo as razões da decisão.¹¹⁶²

A promoção do acesso do público à informação por parte da Comissão Europeia baseava-se na ideia segundo a qual tal prerrogativa contribuía para um processo administrativo mais democrático e para uma sociedade mais livre, com um bom relacionamento entre o Estado e os cidadãos. Nesta perspectiva, a introdução de legislação sobre o acesso à informação iria trazer diversas vantagens, como, por exemplo, um sistema de controlo e supervisão dos organismos públicos, uma melhor gestão e distribuição dos recursos, a promoção da participação activa dos cidadãos no

¹¹⁶¹ (COM(1993) 191 final). p. 4.

¹¹⁶² *Idem, ibidem.* p. 5.

trabalho da administração pública e um estímulo ao debate público.¹¹⁶³ Por outro lado, trata-se também de colmatar uma deficiência, que se tornava cada vez menos sustentável com o aprofundamento da integração comunitária e com o alargamento das áreas de intervenção e de responsabilidade das instâncias comunitárias.¹¹⁶⁴

Pela mesma altura, Nick Moore, escrevia sobre o acesso à informação por parte dos cidadãos chineses:

Individuals have a range of entitlements, rights, responsibilities and duties. They need to be well-informed about these and about the communities in which they live. Without adequate access to information people cannot play their full part as citizens, not can they take advantage of the benefits which citizenship can offer. Without information there cannot be effective participation in social and political life. The need for this citizenship information is now being recognized within Europe, yet we are a long way from a position where all citizens have adequate access to all information they need. Indeed a significant proportion of people lack the information-handling skills that are needed to function effectively in our complex world.¹¹⁶⁵

Neste sentido, poderemos considerar que a Comissão se preocupava em criar condições institucionais e legais para permitir o acesso aos documentos das instâncias europeias por parte dos cidadãos mas não atendia ao aspectos relacionados com as competências dos indivíduos para utilizar essa oportunidade ao seu dispor. Portanto, com estas medidas apenas se conseguia responder às necessidades de grupos já interessados nos assuntos europeus e não aproximar o cidadão comum que não dominava os procedimentos internos da máquina europeia.

A Comissão preocupou-se também em definir com exactidão os conceitos envolvidos neste processo. Assim, tomava-se como ponto de partida o « [...] acesso do público a qualquer tipo de informação de que dispõe uma autoridade pública e que conste de documentos existentes». Definindo-se igualmente o termo documento

[...] de modo amplo por forma a incluir não só os meios tradicionais, tais como os documentos escritos e as fotografias, mas também os meios mais modernos de veicular a informação (ex. microfimes, discos de computador, cassetes magnéticas, de vídeo e áudio). De igual forma, considerava-se como um princípio

¹¹⁶³ *Idem, ibidem*. p. 11.

¹¹⁶⁴ PALLARO, Paolo – “Nuove conquiste per il diritto di accesso ai documenti delle istituzioni comunitarie”. *Diritto comunitario e degli scambi internazionali*. ISSN 0391-6111. Anno 38, n.º 4 (1999), p. 696.

¹¹⁶⁵ MOORE, Nick – “Information policy and strategic development...”. *Op. cit.* p.282.

básico o facto de apenas se dar seguimento a um pedido de informação se tal pedido não implicasse a criação de informação não existente (i.e. compilação e resumo dos dados provenientes de diferentes fontes).¹¹⁶⁶

Deveremos notar que apesar do texto se referir ao acesso aos documentos na realidade o seu objecto era a informação na medida em que não se focaliza num conteúdo registado num determinado suporte.

VIII.4. Abertura ao público e difusão da informação

Seguindo o objectivo de criar as condições para um debate público melhor informado sobre a Comunidade e em complemento do texto sobre o acesso aos documentos, em Junho de 1993, a Comissão apresentou nova comunicação ao Conselho, ao Parlamento e ao Comité Económico e Social sobre a transparência.¹¹⁶⁷ A Comissão dava assim resposta à solicitação feita em Maastricht já que o documento servia para «[...] apresentar requisitos mais pormenorizados em matéria de acessibilidade dos documentos das instituições a fim de promover um debate mais amplo».¹¹⁶⁸

A Comissão faz igualmente um ponto da situação sobre as iniciativas levadas a cabo em termos de transparência desde finais de 1992, concluindo que tinham sido feitos progressos significativos com a efectiva concretização de medidas facilitadoras do acesso à informação por parte do público. Uma das acções referidas dizia respeito à divulgação das bases de dados comunitárias e a uma melhoria da tecnologia que permitia o seu acesso remoto por parte dos gabinetes e delegações externas da Comissão. Eram também apresentadas como significativas as acções destinadas a melhorar a difusão das publicações europeias, em particular o *Boletim das Comunidades Europeias* e o *Relatório Geral*.¹¹⁶⁹

No que diz respeito ao acesso aos documentos, a Comissão retoma as indicações do texto *Acesso do público aos documentos das instituições*, já analisado, fazendo apenas algumas especificações pontuais. Assim, determina que os pedidos de acesso a

¹¹⁶⁶ (COM (1993) 191 final). p. 11.

¹¹⁶⁷ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação ao Conselho, ao Parlamento e ao Comité Económico e Social: transparência na Comunidade*. Luxemburgo: SPOCE, 02.06.1993. (COM (1993) 258 final). ISBN 92-77-56508-X. Também este documento foi publicado, em 1994, na colectânea editada por João de Deus Pinheiro – *Op. cit.* p. 64-69 e ainda no *JOCE*, n.º C 166 (17.06.1993), p. 4-10.

¹¹⁶⁸ (COM (1993) 258 final). p. 4.

¹¹⁶⁹ *Idem, ibidem*. Anexo I.

documentos provenientes de instituições externas deveriam ser-lhes remetidos, porque essa decisão competia ao produtor da informação. Além disso, estipula-se igualmente que as preferências do requerente em relação à língua ou ao formato de acesso à informação deviam ser respeitadas, desde que isso não acarretasse mais trabalho. Houve também a preocupação de tratar o caso das bases de dados, afirmando-se explicitamente que o seu acesso devia ser facultado, mas que a regra do acesso pago, então em vigor, devia ser mantida.¹¹⁷⁰

Por fim, o documento aborda o relacionamento com o grande público, tendo em conta os preceitos da abertura e da transparência. Neste âmbito, a Comissão declara ter como intenção permitir um melhor conhecimento das suas actividades. Para tal, afirma que

[...] os seus objectivos não se limitam à tarefa de colocar à disposição mais informação, mas abrangem também a necessidade de colocar essa informação à disposição de forma a facilitar o seu acesso, utilizando um formato convivial, e fazendo-o quando e onde é necessário.¹¹⁷¹

Para tal, preconiza-se o estabelecimento de boas relações com os meios de comunicação social através de um serviço de imprensa eficaz e permanentemente disponível. Por outro lado, também é sugerido o aproveitamento da experiência das redes de informação da Comissão, para informar o cidadão e para lhe permitir comunicar com as instituições europeias. O recurso aos meios de telecomunicações mais avançados para a época, como o *Minitel*, era igualmente apontado como uma forma de facilitar o acesso a serviços de informação, nomeadamente o catálogo electrónico das publicações comunitárias do SPOCE. Paralelamente, considerava-se necessário recorrer a certos instrumentos, em particular o *Eurobarómetro*, passíveis de fornecerem dados para avaliar a eficácia e a relação custo-benefício das actividades de informação e de comunicação.¹¹⁷² Portanto, a ênfase vai para a abertura, na medida em que a difusão da informação era o ponto nevrálgico desta abordagem, em detrimento da transparência, pois não se abordavam as questões relacionadas com as formas de procedimentos das instituições comunitárias, as quais permaneciam demasiado complexas e opacas para os cidadãos. Assim, é possível um governo ser aberto mas não

¹¹⁷⁰ *Idem, ibidem.* Anexo II.

¹¹⁷¹ *Idem, ibidem.* Anexo III.

¹¹⁷² *Idem, ibidem.* Anexo III.

transparente pois a informação difundida pode não servir para dar a conhecer a realidade institucional e decisória.¹¹⁷³

Os resultados da aplicação das orientações definidas nestes textos são analisados no texto *A política de transparência da Comissão: estado de trabalho*, apresentado à Comissão por João de Deus Pinheiro, em Fevereiro de 1994 [Figura VIII-1]. Nesta perspectiva, a transparência assentava em quatro grandes vertentes. Por um lado, uma reformulação dos procedimentos institucionais com a abertura à participação da sociedade civil na preparação dos trabalhos da Comissão, nomeadamente através da elaboração de Livros Verdes ou de Livros Brancos, com a publicação no *Jornal Oficial* das propostas de iniciativas da Comissão, bem como do programa legislativo anual. Por outro lado, na definição de orientações para o diálogo entre a Comissão e os grupos de interesse com o objectivo de estabelecer um código de boa conduta. A esta duas vertentes somava-se a criação de um sistema informatizado de consolidação e de codificação dos actos legislativos comunitários em colaboração com o SPOCE. Por fim, as medidas para facilitar o acesso do público aos documentos não publicados da Comissão constituíam a vertente mais visível deste conjunto.¹¹⁷⁴

Ambas as comunicações da Comissão que acabámos de analisar, *Acesso do público aos documentos das instituições e Transparência na Comunidade*, foram alvo de um relatório do Parlamento Europeu, elaborado por Maurice Duverger, nomeado pela Comissão dos Assuntos Institucionais, mas contendo igualmente um parecer redigido por Arie Oostlander da Comissão para a Cultura, a Juventude, a Educação e os Meios de Comunicação Social.¹¹⁷⁵ Este relatório contém ainda uma proposta de resolução sobre a transparência na Comunidade, publicada no *Jornal Oficial* em Abril de 1994.¹¹⁷⁶

¹¹⁷³ Sobre a relação de diferentes formas de governo com a transparência e a abertura, ver LARSSON, Torbjörn – *Op. Cit.* In DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 43-44.

¹¹⁷⁴ (COM (1994) 125/2). p. 78-85.

¹¹⁷⁵ DUVERGER, Maurice – *Relatório da Comissão dos Assuntos Institucionais sobre a transparência na Comunidade*. Luxemburgo: SPOCE, 21.03.1994. (Documento A3-0153/94). ISBN 92-77-67400-8. Sobre este relatório, ver a breve apresentação de PEDLER, Robin H. – “Openness in the European Union: how the institutions are trying to bridge the gap between Union and citizens”. *European business journal*. ISSN 0955-808X. Vol. 6, n.º 3 (1994), p. 33.

¹¹⁷⁶ “Resolução sobre a transparência na Comunidade”. *JOCE*, n.º C 128 (09.05.1994), p. 475-476.

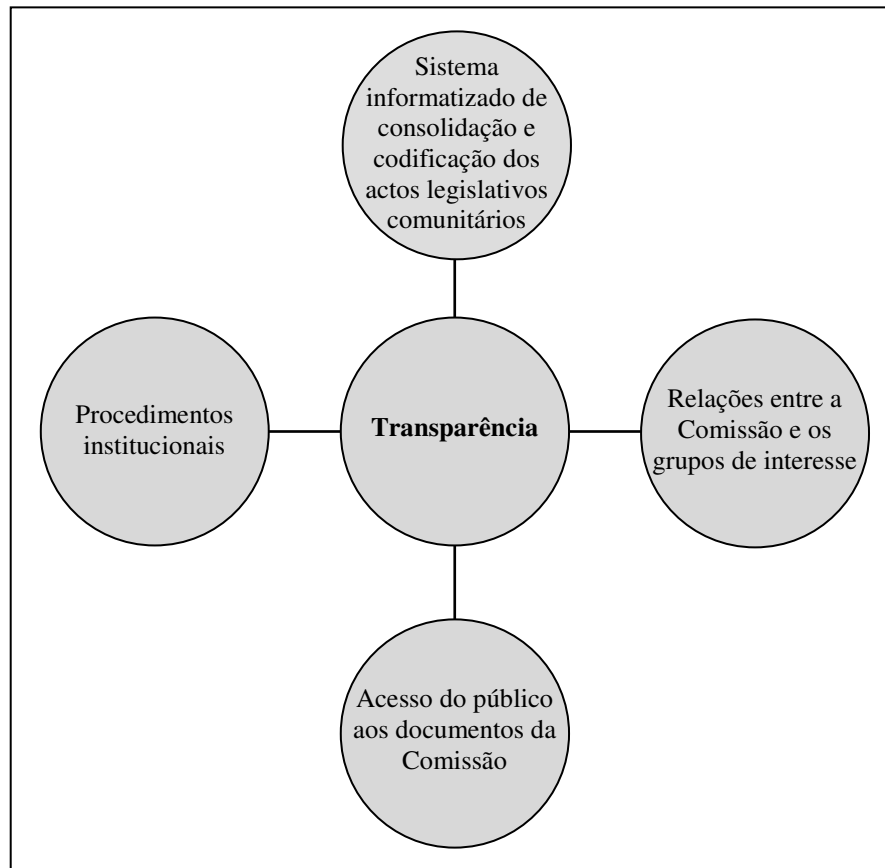


Figura VIII-1: *Componentes da transparência em 1994*

Na exposição de motivos o deputado Maurice Duverge, depois de fazer uma breve resenha das iniciativas da Comissão no campo da transparência, analisa a aplicação deste conceito no processo de decisão e no sistema comunitário em si mesmo, considerando que a transparência do conjunto é indispensável à transparência de cada um dos seus elementos. Além disso, trata do acesso do público à informação na posse das instituições, falando neste caso de “transparência da documentação”. Quanto a este último aspecto, o relator considera oportuno distinguir dois tipos de documentos: os que relatam decisões tomadas e os que dizem respeito a programas e projectos de actividades futuras, porque a Comissão dava um tratamento distinto a cada uma das categorias. Assim,

No primeiro caso, só os documentos respeitantes a temas gerais, classificados com a quota COM, foram publicados até agora na série C do Jornal Oficial, não o sendo os documentos com um carácter sectorial, classificados como SEC. A Comissão decidiu passar a classificar mais documentos como COM, mesmo que consagrados a temas aparentemente especializados. Além disso, serão publicados semanalmente listas de documentos COM, com referências precisas sobre os locais onde podem ser procurados. Em relação aos programas e projectos de actividades futuras, a

Comissão decidiu publicar, para além dos Livros Brancos e Livros Verdes, os programas de trabalho e programas legislativos que passam a figurar no Jornal Oficial: o programa legislativo contendo a indicação das perspectivas futuras susceptíveis de suscitar previamente amplos debates e, simultaneamente, a lista dos assuntos que se referem aos Livros Verdes ou Brancos cuja preparação está em curso.¹¹⁷⁷

Quanto ao acesso do público à documentação, o deputado Duverger congratula-se com o facto de a Comissão ter reduzido os motivos para a recusa desse acesso. No entanto, considerava necessário que os prazos de resposta estipulados constituíssem uma obrigação. Além disso, realça também o impacto negativo que o uso do jargão comunitário tinha no acesso à informação, pois muitas vezes os textos tornavam-se herméticos para o cidadão comum. A este propósito afirma:

[...] todas as instituições da Comunidade devem ter em conta o perigo de esoterismo que nem sempre é evitado. O actual presidente da Comissão sabe prestar informações de um modo límpido e preciso; mas os serviços das instituições nem sempre seguem este exemplo.

Chega mesmo a referir-se à redacção do texto do Tratado da União Europeia para reforçar esta ideia.¹¹⁷⁸

Maurice Duverger não deixa também de comparar as tendências opostas em relação à transparência demonstradas pelo Conselho, por um lado, e pela Comissão e pelo Parlamento, por outro, criticando a tradição do primeiro de não tornar públicas as votações e das suas deliberações à porta fechada.¹¹⁷⁹ Esta linha de argumentação é retomada de forma ainda mais veemente no parecer redigido por Arie Oostlander, o qual adopta um tom muito crítico em relação ao Conselho, acusando-o de boicotar a aplicação de algumas orientações definidas como linhas gerais para todas as instituições comunitárias para promover a transparência.¹¹⁸⁰

Segundo Oostlander, a transparência da administração demonstrava o valor dado à democracia parlamentar, constituindo um instrumento essencial para o cidadão poder criticar, controlar e influenciar as autoridades responsáveis. Assim, na sua opinião «A transparência não é uma atitude obsequiosa perante um público cliente, mas sim um direito dos cidadãos que exige dos órgãos de poder um processo decisório transparente e

¹¹⁷⁷ DUVERGER, Maurice – *Op. cit.* p. 7.

¹¹⁷⁸ *Idem, ibidem.* Citação da p. 8, ver também p. 10.

¹¹⁷⁹ *Idem, ibidem.* p. 9-10.

¹¹⁸⁰ *Idem, ibidem.* p. 14.

a clarificação dos motivos e das consequências da sua política». ¹¹⁸¹ Mas isto significava também que os cidadãos tinham uma responsabilidade política. O parecer de Oostlander é ainda interessante, pois há uma ligação explícita entre a transparência e a política de informação e comunicação. ¹¹⁸²

A proposta de resolução incluída no Relatório Duverger foi aprovada em sessão plenária e seguidamente publicada no *Jornal Oficial*. ¹¹⁸³ Neste texto, o Parlamento afirma: «[...] a transparência, ao nível das diferentes instituições é insuficiente, uma vez que o sistema comunitário, no seu conjunto, permanece opaco para os cidadãos». Por outro lado, entende que a transparência consiste no «[...] no acesso do público às decisões das autoridades da UE, aos respectivos trabalhos preparatórios ou conexos e, em geral, a toda a documentação de que essas autoridades dispõem». ¹¹⁸⁴ O texto aborda ainda a questão dos grupos de pressão e a necessidade de criar um reportório de identificação dos que trabalham com a Comissão e o Parlamento, no sentido de identificar as áreas que representam e a sua actuação. Por fim, declara que os debates e as votações das autoridades legislativas devem ser públicas, tanto no caso do Conselho como do Parlamento Europeu. ¹¹⁸⁵ Neste sentido, a transparência não se limitava ao acesso aos documentos e este não bastava para fundamentar a legitimidade das decisões da UE perante os cidadãos.

VIII.5. Os códigos de conduta sobre o acesso aos documentos das instituições da UE

Considerando toda a reflexão encetada sobre esta matéria no pós-Tratado de Maastricht, em Dezembro de 1993, o Conselho e a Comissão adoptam, por iniciativa própria, um código de conduta sobre o acesso do público aos seus documentos, acordando os princípios comuns, e integrando-o explicitamente na sua política de informação e de comunicação. ¹¹⁸⁶ Em termos globais, este código de conduta define o

¹¹⁸¹ *Idem, ibidem.* p. 13.

¹¹⁸² *Idem, ibidem.* p. 13.

¹¹⁸³ “Resolução sobre a transparência...”. *JOCE*, n.º C 128 (09.05.1994), p. 475-476.

¹¹⁸⁴ *Idem, ibidem.* p. 475.

¹¹⁸⁵ *Idem, ibidem.* p. 476.

¹¹⁸⁶ Este texto foi publicado duas vezes no *Jornal Oficial*. Assim, o Conselho publicou-o em Dezembro de 1993, cf. “Código de conduta em matéria de acesso do público aos documentos do Conselho e da Comissão”. *JOCE*, n.º L 340 (31.12.1993), p. 41-42. Já a Comissão publicou-o, em Fevereiro de 1994, como anexo da “Decisão da Comissão de 8 de Fevereiro de 1994 relativa ao acesso do público aos documentos da Comissão”. *JOCE*, n.º L 46 (18.02.1994), p. 58-61. Sobre este texto ver a análise descritiva de PEERS, Steve – “From Maastricht to Laeken: the political agenda of openness and transparency in the European Union”. In DECKMYN, Veerle, ed. – *Op. cit.* p. 10-12.

âmbito do conceito de documento, os procedimentos a seguir e os prazos a respeitar nos pedidos iniciais e nos pedidos de confirmação para acesso aos documentos, além de estabelecer o regime de exceções à divulgação dos documentos. Na prática, estas orientações deviam ser aplicadas a partir de 1 de Janeiro de 1994 e ser revistas após dois anos de experiência, com base nas conclusões de relatórios de acompanhamento elaborados pelos secretários-gerais do Conselho e da Comissão.

Consecutivamente, em Dezembro de 1993, o Conselho publica no *Jornal Oficial* a Decisão 93/731, regendo as disposições aplicáveis aos documentos na sua posse, independentemente do suporte em que se encontrassem registados, mas exceptuando todos os que fossem de uma autoria exterior ao próprio Conselho.¹¹⁸⁷ Assim, incluíam-se neste conjunto apenas os documentos emanados do interior do Conselho e desde que tivessem uma forma escrita.¹¹⁸⁸ O secretário-geral do Conselho estava encarregado de responder aos pedidos de acesso formulados, excluindo os casos de pedidos de confirmação, os quais tinham de ser tratados directamente pelo Conselho. Assim, o pedido de acesso devia ser formulado por escrito ao secretário-geral do Conselho, contendo elementos suficientemente esclarecedores para a sua identificação.¹¹⁸⁹ O acesso físico ao documento podia ser feito mediante consulta *in loco* ou através do envio de uma cópia a expensas do requerente.

No entanto, deveremos ter em conta que na altura não existia registo público dos documentos e que o cidadão comum poderia ter grande dificuldade em fornecer os elementos de identificação pertinentes para lhe permitir a consulta desejada. Assim, a política de informação da UE, na vertente da transparência estava claramente dependente da produção e da disponibilização de metainformação, ligando-se, desta forma, a uma das componentes nucleares da definição de Ciência de Informação adoptada, a saber a Organização e a Representação da Informação.

¹¹⁸⁷ “Decisão do Conselho, de 20 de Dezembro de 1993, relativa ao acesso aos documentos do Conselho”. *JOCE*, n.º L 310 (31.12.1993), p. 43. Sobre a interpretação do Conselho em relação à transparência, ver o texto de Hans Brunmayr, funcionário do serviço responsável pelo acesso aos documentos da instituição em 1997: BRUNMAYR, Hans – “The Council’s policy of transparency”. In DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 69-74. Para uma abordagem mais crítica, ver BUNYAN, Tony – *Secrecy... (op. cit.)*. p. 5-11. Sobre os antecedentes desta Decisão, ver MARTÍNEZ CAPDEVILA, Carmen – “El acceso a los documentos del Consejo de la Unión Europea: últimos desarrollos”. *Gaceta jurídica de la CE y de la competencia*. ISSN 1575-2054, n.º 12 (1997), p. 5-18, em especial p. 5-6.

¹¹⁸⁸ Sobre as implicações desta distinção entre documentos internos e externos, ver CURTIN, Deirdre M. – *Op. cit.* p. 18-23. Ver ainda DYRBERG, Peter – “Current issues in the debate on public access to documents”. *European law review*. ISSN 0307-5400. Vol. 24, n.º 2 (1999), p. 161-170 e BIONDI, Andrea – “Access to documents in the EU”. *European business law review*. ISSN 0959-6941. Vol. 9, n.º 7-8 (1998), p. 222-223.

¹¹⁸⁹ “Decisão do Conselho...”. *JOCE*, n.º L 310 (31.12.1993), art. 2º, p. 43.

Por outro lado, o acesso a um documento do Conselho podia ser negado num amplo leque de circunstâncias definidas de maneira muito geral, incluindo a protecção do interesse público, a protecção do indivíduo e da vida privada, a protecção do sigilo comercial e industrial, a protecção dos interesses financeiros da Comunidade, a protecção de uma confidencialidade solicitada ou para garantir o sigilo das deliberações do próprio Conselho.¹¹⁹⁰

Depois de efectuado o pedido, o requerente teria de ser informado no espaço de um mês do deferimento ou da intenção de indeferir o pedido. Neste último caso, era também informado dos motivos dessa decisão e do direito de apresentar, no espaço de um mês, um pedido de confirmação para a revisão da resposta dada ao seu pedido. Quando houvesse pedido de confirmação era obrigatório, no prazo de um mês, fornecer ao requerente uma resposta justificando por escrito a decisão tomada.¹¹⁹¹ De acordo com o artigo 9º desta Decisão, incumbia ainda ao secretário-geral apresentar, em 1996, um relatório sobre a aplicação destas determinações nos dois anos anteriores.¹¹⁹²

Em Agosto de 2000, o Conselho publicou a Decisão 2000/527, alterando o documento de 1993 no que dizia respeito à classificação dos documentos Altamente Secretos/Top Secretos, Secretos e Confidenciais.¹¹⁹³ No mesmo dia foi também publicada uma Decisão do Secretário-Geral do Conselho no mesmo sentido.¹¹⁹⁴ Ora, as novas determinações provocaram alguma polémica, pois tendiam a dificultar o acesso a certas categorias de documentos sobre Justiça e Assuntos Internos, bem como sobre matérias comerciais e ajudas, alegando razões de defesa e segurança.¹¹⁹⁵

Em 8 de Fevereiro de 1994, a Decisão 94/90 da Comissão definiu igualmente as regras aplicáveis ao acesso do público aos seus documentos, apresentando-as como um código de conduta a ser seguido pelos seus funcionários.¹¹⁹⁶ Estipulava que os pedidos de acesso aos documentos podiam ser formulados por escrito junto da sede da

¹¹⁹⁰ *Idem, ibidem.* art. 4º, p. 43-44.

¹¹⁹¹ *Idem, ibidem.* art. 7º, p. 44.

¹¹⁹² *Idem, ibidem.* art. 9º, p. 44.

¹¹⁹³ “Decisão do Conselho de 14 de Agosto de 2000 que altera a Decisão 93/731/CE, relativa ao acesso do público aos documentos do Conselho, e a Decisão 2000/23/CE, relativa à melhoria da informação sobre as actividades legislativas do Conselho e ao registo público de documentos do Conselho”. *JOCE*, n.º L 212 (23.08.2000), p. 9-10.

¹¹⁹⁴ “Decisão do Secretário-Geral do Conselho/Alto Representante para a política externa e de segurança comum de 27 de Julho de 2000 relativa às medidas de protecção das informações classificadas aplicáveis aos Secretariado-Geral do Conselho”. *JOCE*, n.º C 239 (23.08.2000), p. 1-5.

¹¹⁹⁵ Sobre isto ver DAVIES, Eric – “Editor’s notes”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 11-12 (2000), p. 1. Para uma panorâmica mais vasta das alterações introduzidas pelo Conselho à sua decisão de 1993, ver PEERS, Steve – *Op. cit.* In DECKMYN, Veerle, ed. – *Op. cit.* p. 17-18. Sobre estas duas decisões, ver também a análise de STOCCHETTI, Matteo M. – *Op. cit.* p. 1120-1130.

¹¹⁹⁶ “Decisão da Comissão...”. *JOCE*, n.º L 46 (18.02.1994), p. 58-59.

Comissão, nas representações e delegações da Comissão nos Estados-Membros ou nos países terceiros. Competiria ao secretariado-geral designar o responsável pela recepção dos pedidos e pelas respostas, que deveriam ser dadas no prazo de um mês, indicando o deferimento ou o indeferimento. Neste último caso, e tal como na Decisão 93/731 do Conselho, o requerente devia também ser informado do direito que lhe assistia de formular um pedido de confirmação para revisão da decisão, dispondo para tal do prazo de um mês. Os pedidos de confirmação deviam ser analisados pelo Presidente da Comissão, tendo em conta a apreciação do funcionário do serviço competente na matéria em causa. Se, no final de um mês, o requerente não obtivesse resposta, isso equivalia a uma notificação de recusa do acesso. Por outro lado, esta Decisão estabelecia ainda a cobrança de uma taxa pela cópia dos documentos em papel com mais de 30 páginas ou pela consulta de informação contida noutros suportes. Quanto à consulta *in loco* dos documentos, esta devia ser possível não só em Bruxelas como nas representações e nas delegações da Comissão.¹¹⁹⁷

Já o Parlamento Europeu esperou até Julho de 1997 para aprovar a Decisão 97/632 relativa ao acesso do público aos seus documentos.¹¹⁹⁸ Na introdução deste texto, invoca-se a já referida declaração relativa ao direito de acesso à informação anexada ao Tratado de Maastricht, bem como as já citadas conclusões dos Conselhos Europeus de Birmingham e de Edimburgo, incentivando a promoção de uma Comunidade mais próxima dos seus cidadãos, inserindo-se neste contexto a acessibilidade aos documentos da instituição parlamentar, prova da transparência dos seus trabalhos. Aliás, segundo o texto da decisão, a regulamentação em causa apenas completava as facilidades de acesso à informação anteriormente concedidas pelo Parlamento Europeu e pelos seus membros e serviços.

No que toca às determinações, a decisão parlamentar segue os preceitos já adoptados pelo Conselho e pela Comissão, escolhendo só permitir o acesso aos documentos produzidos no seu próprio âmbito e não aos que tivessem sido recebidos de terceiros. Por outro lado, os pedidos também deviam ser dirigidos por escrito ao secretariado-geral do Parlamento ou a um gabinete de informação sediado no Estado-Membro de residência do requerente, devendo conter elementos de identificação claros

¹¹⁹⁷ *Idem, ibidem*. art. 2º, p. 58-59.

¹¹⁹⁸ “Decisão do Parlamento Europeu de 10 de Julho de 1997 relativa ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu”. *JOCE*, n.º L 263 (25.09.1997), p. 27-29. Sobre este documento ver a análise jurídica de CERRILLO MARTÍNEZ, Augustí – “Publicidad y transparencia en el Parlamento Europeo”. *Revista de las cortes generales*. ISSN 0214-0519, n.º 45 (1998), p. 25-43.

do documento pedido.¹¹⁹⁹ Estipulava-se igualmente o direito do requerente fazer um pedido de confirmação, no caso do seu primeiro pedido ter sido recusado. No entanto, relativamente à escolha do Conselho e da Comissão, aqui o prazo de resposta definido situava-se nos 45 dias.¹²⁰⁰ Naturalmente, estabeleciam-se igualmente limitações a este acesso, invocando-se novamente, num sentido bastante amplo, a protecção do interesse público, do sigilo comercial ou industrial, do indivíduo e da vida privada, bem como a protecção do carácter confidencial de certas deliberações.¹²⁰¹ Por fim, a decisão estipulava uma nova análise desta matéria, dois anos após a sua entrada em vigor.¹²⁰²

Considerando estas medidas tomadas pelas instâncias comunitárias em termos de transparência, na opinião de Janet Mather atingia-se apenas um nível mínimo de transparência, baseado no acesso aos documentos. Assim, do ponto de vista desta autora, era necessário alargar a transparência a mais dois níveis: o nível do liberalismo e o da transparência democrática. No nível do liberalismo, os cidadãos sabem como as decisões são tomadas e quem deu o seu contributo, tornando os decisores responsáveis publicamente. Na dimensão da transparência democrática, os cidadãos dispõem de informação e de mecanismos para participar no processo decisório. Por outro lado, apesar de ainda se estar numa fase inicial da implementação de medidas tendentes à transparência, segundo esta autora inglesa, em 1996,

[...] the term ‘transparency’ has itself become part of the EU jargon, to the extent that it tends to be applied in an esoteric fashion to the EU’s practices. [...] The concern, however, must be that even if people do not know precisely what is lacking in the EU’s implementation of ‘transparency’, they will perceive the EU as remote and inaccessible.¹²⁰³

Por outro lado, também Juliet Lodge, em 1994, defendia que as iniciativas no âmbito da transparência da UE tinham como objectivo torná-la mais popular e próxima dos cidadãos e não mais democrática.¹²⁰⁴

¹¹⁹⁹ “Decisão do Parlamento...”. *JOCE*, n.º L 263 (25.09.1997), art. 1º e 2º, p. 27-28.

¹²⁰⁰ *Idem, ibidem*. art. 3º, p. 28.

¹²⁰¹ *Idem, ibidem*. art. 5º, p. 28.

¹²⁰² *Idem, ibidem*. art. 7º, p. 28.

¹²⁰³ MATHER, Janet – “Transparency in the European Union: as open and shut case?”. In *Openness and transparency: meaningful or meaningless? Access to information on the European Union*. Manchester: European Information Association 1997. p. 3-10; citação p. 9.

¹²⁰⁴ LODGE, Juliet – *Op. cit.* p. 350. Esta tese é igualmente defendida por GONZÁLEZ ALONSO, Luis S. – “El derecho de acceso a la información en la constitución europea”. In MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda, ed. – *La información en la Unión Europea: política, sistemas y redes* [CD-ROM]. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2007. ISBN 978-84-7800-389-1. p. 40.

No entanto, poderemos considerar que as medidas tomadas pelas instâncias da UE, no âmbito da transparência, em especial no que toca ao acesso aos documentos, no período após a ratificação do tratado de Maastricht, procuraram alcançar um duplo objectivo. Assim, no que respeita à Comissão, procurou-se abri-la ao escrutínio público dando acesso aos cidadãos a informação passível de lhes permitir tomar parte no debate sobre a Europa. Além disso, estas iniciativas procuraram tornar o processo legislativo mais transparente, melhorando a informação acerca da própria Comissão.¹²⁰⁵

Em Dezembro de 1998, o Parlamento Europeu voltou a pronunciar-se sobre a questão da transparência na UE, através de um relatório preparado pela Comissão dos Assuntos Institucionais e com pareceres da Comissão dos Assuntos Jurídicos e dos Direitos dos Cidadãos e da Comissão das Liberdades Públicas e dos Assuntos Internos, sinal de que esta área constituía uma preocupação transversal.¹²⁰⁶ A relatora do documento, a deputada Maj-Lis Lööf, faz uma resenha das decisões tomadas no âmbito da transparência e do acesso aos documentos e aborda as atitudes de outros organismos e instituições da União, como o Tribunal de Justiça Europeu e o Provedor de Justiça, concluindo que ambos tiveram uma influência determinante na promoção de uma administração mais aberta. Analisa igualmente os códigos relativos ao acesso aos documentos, apontando algumas sugestões para os melhorar, no intuito de ajudar a preparar as propostas da Comissão neste sector, de forma a dar cumprimento ao estabelecido no Tratado de Amesterdão.¹²⁰⁷

Assim, em termos gerais, a deputada relatora propunha que o novo código de acesso aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão fosse aplicado nestas três instituições, mas também nas outras instituições e organismos da UE para que existisse uma prática coerente, ainda que não idêntica em todas elas. Por outro lado, considerava fundamental uma definição mais precisa do âmbito do termo documento e das suas várias declinações, nomeadamente documento interno, documento classificado ou documento de trabalho. Aliás, o estabelecimento de regras claras para estas distinções seria uma condição prévia para pôr em prática o registo público dos documentos, possibilitando o acesso através da Internet dos elementos de identificação básicos como o título, as datas e os números de referência dos

¹²⁰⁵ PRESTON, Mary – “The European Commission: an ivory tower with windows?”. In *Openness and transparency: meaningful...* (op. cit.).p. 21-27.

¹²⁰⁶ LÖÖF, Maj-Lis – *Relatório sobre a transparência na União Europeia*. Luxemburgo: Parlamento Europeu, 08.12.1998. (A4-0476/98).

¹²⁰⁷ *Idem, ibidem*. p. 12-16.

documentos. A necessidade de uma definição rigorosa das excepções ao acesso aos documentos foi igualmente um aspecto sobre o qual Maj-Lis Lööw se debruçou, na medida em que a maioria dos problemas de acesso tinham tido origem na invocação demasiado lata da protecção do interesse público e da protecção da confidencialidade dos procedimentos das instituições da UE. Neste sentido, defendia que, em caso de indeferimento de um pedido, todos os cidadãos deviam ter direito a receber uma explicação. Todavia, devia prevalecer a regra da disponibilização, mediante o envio aos requerentes de uma cópia dos documentos solicitados ou através do uso da Internet e do e-mail.¹²⁰⁸

Mas o cerne do relatório dizia respeito ao facto de a transparência não se limitar ao acesso público aos documentos [Figura VIII-2]. Consequentemente, a relatora comenta as outras vertentes desta abordagem, nomeadamente o carácter público das reuniões da UE, as implicações da Internet para o relacionamento das instituições da União com os seus cidadãos, a capacidade de resposta da administração comunitária, a necessidade de aumento da clareza e simplicidade dos textos, o multilinguismo e as campanhas de informação.

Assim, em relação ao primeiro aspecto, a relatora propunha o alargamento da realização de reuniões públicas do Conselho quando este exercia o seu poder legislativo, enquanto para o Parlamento achava conveniente melhorar a divulgação das ordens do dia das reuniões e explicar aos cidadãos como fazer para poder assistir. Já para a Comissão, sugeria reuniões públicas ao Colégio de Comissários para debates de índole geral e um recurso mais frequente a audições públicas. No que respeita ao uso da Internet, salientavam-se as facilidades que proporciona para melhorar o interface entre os cidadãos e as instituições da UE, já que permitia disponibilizar uma grande quantidade de documentos, não só para informação mas para consulta de todos os interessados, concretizando efectivamente o governo aberto. Outra das vertentes da transparência incluía a necessidade de criar culturas administrativas mais abertas. Neste sentido, a relatora recomendava uma identificação clara da distribuição das responsabilidades e frisava o direito dos cidadãos a respostas amáveis e rápidas às suas perguntas orais e escritas. Mas a abertura concretizava-se também na clareza e simplicidade dos textos colocados à disposição do público. Quanto ao multilinguismo, a relatora defendia a sua manutenção pois, apesar de ser extremamente oneroso e ineficaz,

¹²⁰⁸ *Idem, ibidem.* p. 16-21.

era visto como uma condição essencial para manter o apoio dos cidadãos. Neste sentido, aconselhava-se um aumento na rapidez da disponibilização dos textos da Comissão em todas as línguas. Por fim, a deputada Maj-Lis Lööw alude à qualidade das campanhas de informação como outra das vertentes essenciais da abertura, ressaltando, porém, que tal nunca devia ser confundido com propaganda.¹²⁰⁹

Além destes aspectos referidos pela deputada, podemos ainda considerar como uma das vertentes da transparência a publicidade do processo decisório, plasmada, por exemplo, na apresentação das propostas legislativas da Comissão ou na divulgação das deliberações do Conselho sobre actos legislativos. Neste sentido, como notou Adrienne Héritier, a transparência assume-se como um elemento basilar da legitimação democrática da construção europeia.¹²¹⁰

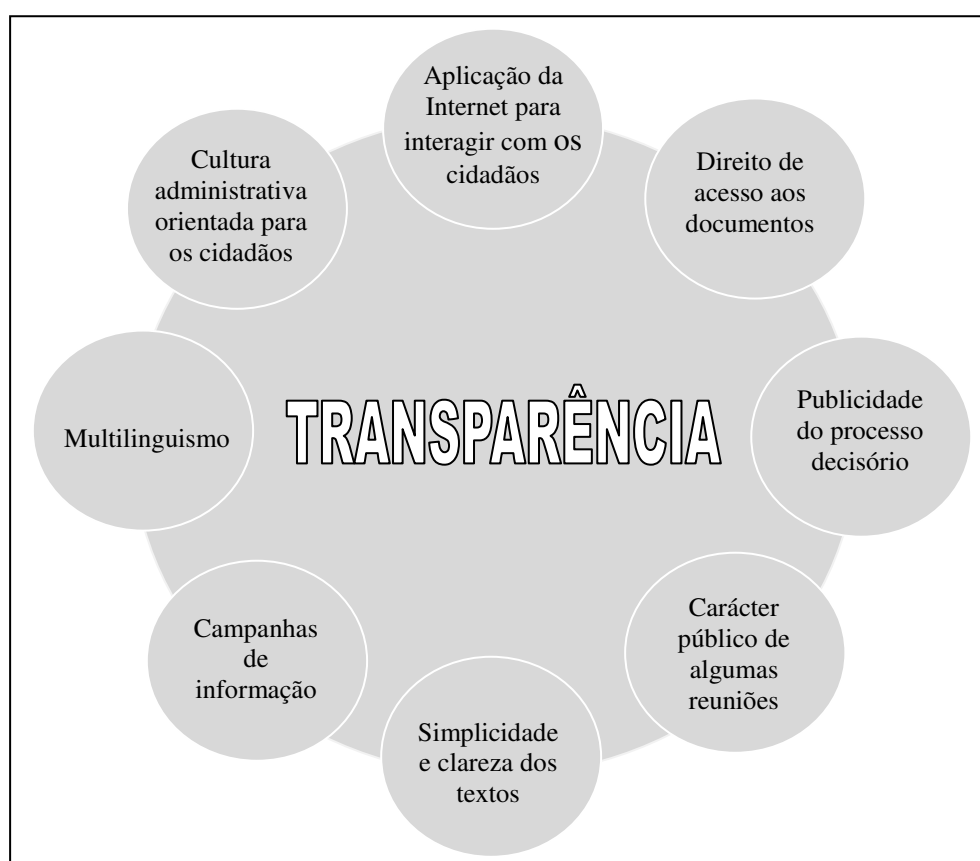


Figura VIII-2: As vertentes da transparência

Em termos globais, segundo este documento do Parlamento Europeu, a transparência apresentava-se como a pedra de toque para aproximar os cidadãos das instâncias comunitárias, afirmando-se:

¹²⁰⁹ *Idem, ibidem.* p. 21-26.

¹²¹⁰ HÉRITIER, Adrienne – “Composite democracy in Europe: the role of transparency and access to information”. *Journal of European public policy*. ISSN 1350-1763. Vol. 10, n.º 5 (2003), p. 814-833.

Os cidadãos encaram frequentemente a UE como uma estrutura longínqua e burocrática e, como tal, o aumento da transparência só poderá contribuir para atenuar este sentimento, pois permitirá uma melhor informação dos cidadãos acerca das decisões tomadas na UE e simplificará a comunicação com as instâncias decisórias.¹²¹¹

Neste sentido, facilitava uma interligação nos dois sentidos: tanto das instâncias comunitárias para o exterior, como de fora para dentro. Simultaneamente, constituía uma forma de promover a eficiência e de lutar contra a corrupção, ao clarificar as opções políticas e ao facilitar a participação cívica no processo político, favorecendo a aceitação das decisões tomadas [Figura VIII-3].¹²¹²

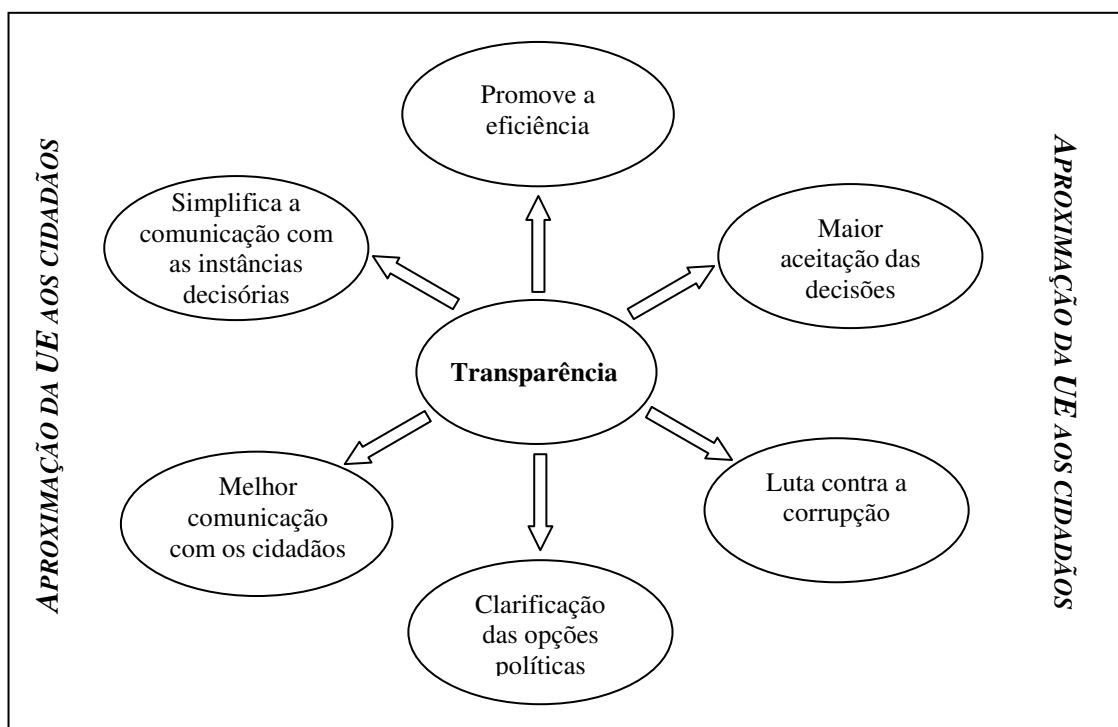


Figura VIII-3: *Os benefícios da transparência*

A transparência parece, assim, afirmar-se como um mito portador de transformações inquestionavelmente benéficas para todas as partes. Poderemos, no entanto, argumentar, que, se ao tomar maior conhecimento dos fundamentos das opções das instâncias decisórias, os cidadãos não teriam igualmente acesso a informação para sustentar posições contrárias às escolhas feitas. Esta ideia parece partir do pressuposto segundo o qual todas as iniciativas se caracterizavam pela inevitabilidade de serem a melhor e única solução.

¹²¹¹ *Idem, ibidem*. p. 10.

¹²¹² *Idem, ibidem*. Sobre a transparência como instrumento de luta contra a corrupção, ver CURTIN, Deirdre M. – *Op. cit.* p. 8.

De qualquer forma, já em 1997, o Provedor de Justiça Europeu apontava três vantagens decorrentes da aplicação de princípios de transparência. Assim, nas suas palavras:

[...] i) the process of adopting rules requires the institution or body to examine for each class of documents, whether confidentiality is necessary or not. This process itself may help to encourage a higher degree of openness; ii) if rules are adopted and made publicly available, people who request documents can know what their rights are. The rules themselves can also be subject to public scrutiny and debate; iii) clear rules can promote good administration by helping officials deal accurately and promptly with public requests for documents.¹²¹³

A proposta de resolução sobre a transparência incluída no relatório da deputada Lööw foi debatida e aprovada numa sessão parlamentar de Janeiro de 1999, tendo sido publicada no *Jornal Oficial* em Abril desse ano.¹²¹⁴ O texto recupera o espírito do relatório, promovendo a aprovação de um novo código de acesso aos documentos da UE, segundo o procedimento de co-decisão pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, sob proposta da Comissão, bem como a adopção de procedimentos decisórios mais transparentes e próximos dos cidadãos. Deveremos notar que as disposições da resolução apontam para a uma aplicação global a todas as instâncias europeias, incluindo o Tribunal de Justiça, o Banco Central Europeu, a EUROPOL e o Banco Europeu de Investimentos, promovendo-se uma «[...] cooperação interinstitucional plena na área da tecnologia da informação e, em particular, que se definam normas comuns para a estrutura dos documentos para facilitar a armazenagem, transferência, arquivo e gestão dos documentos e da informação».¹²¹⁵ Portanto, invocava-se o uso das novas tecnologias para ultrapassar uma actuação demasiado segmentada de cada uma das instituições comunitárias. Mas, além do acesso do público aos documentos da UE, a resolução aborda também a necessidade de aumentar o número de reuniões públicas, o recurso alargado à Internet e a concretização de administrações mais responsáveis.

Assim, a transparência era apresentada como uma resposta a problemas mais globais como o sentimento dos cidadãos de fraco envolvimento nas decisões mais determinantes, o nível muito baixo de entendimento sobre o funcionamento das

¹²¹³ SÖDERMAN, Jacob – “The role and impact of the European Ombudsman”. DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 78.

¹²¹⁴ “Resolução sobre a transparência na União Europeia”. *JOCE*, n.º C 104 (14.04.1999), p. 20-23.

¹²¹⁵ *Idem, ibidem.* p. 23

instituições europeias e, portanto, uma aceitação diminuta do sistema enquanto tal.¹²¹⁶ Mas a transparência é apenas uma das condições para resolver estes problemas e não oferece garantias de sucesso absoluto.¹²¹⁷

VIII.6. O Regulamento 1049/2001

Em Março de 1996, teve início, em Turim, a Conferência Intergovernamental para a revisão do Tratado da União Europeia e a preocupação com a transparência e a abertura no decurso deste processo, bem como da inclusão de novas deliberações sobre o acesso aos documentos no futuro tratado foram alvo de análise por parte de alguns observadores.¹²¹⁸

E, de facto, com o novo artigo 255º do Tratado CE, introduzido pelo Tratado de Amesterdão, assinado em 2 de Outubro de 1997, os cidadãos da UE, ou que nela residissem, passaram a ter direito de acesso aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão. Assim, o texto do Tratado de Amesterdão refere no seu artigo 255º:

1. Todos os cidadãos da União e todas as pessoas singulares ou colectivas que residam ou tenham a sua sede social num Estado-membro têm direito de acesso aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, sob reserva dos princípios e condições a definir nos termos dos n.ºs 2 e 3.
2. Os princípios gerais e os limites que, por razões de interesse público ou privado, hão-de reger o exercício do direito de acesso aos documentos serão definidos pelo Conselho, deliberando nos termos do artigo 251º, no prazo de dois anos a contar da data da entrada em vigor do Tratado de Amesterdão.
3. Cada uma das citadas instituições estabelecerá, no respectivo regulamento interno, disposições específicas sobre o acesso aos seus documentos.¹²¹⁹

Simultaneamente, adoptou-se como um dos princípios gerais da União a ideia de que as decisões deviam ser tomadas de forma aberta e a um nível mais próximo dos cidadãos, tal como estabelecido no artigo 1º do mesmo Tratado:

¹²¹⁶ Tal como notaram Herke Kranenborg e Wim Voermans, a transparência é um princípio com relações múltiplas, cf. *Access to information in the European Union: a comparative analysis of EC and members state legislation*. Groningen: Europa Law Publications, 2005. ISBN 90-76871-46-9. p. 10. Nesta obra, os autores apresentam também uma perspectiva comparativa da legislação sobre o acesso aos documentos em vinte e três Estados-Membros da UE, cf. p. 31-125.

¹²¹⁷ BEST, Edward – *Op. cit.* In DECKMYN, Veerle, ed. – *Op. cit.* p. 93.

¹²¹⁸ PEDLER, Robin H. – *Op. cit.* p. 37.

¹²¹⁹ ROCHA Isabel, coord. de – *Op. cit.* p. 277. Para uma análise das potencialidades e das limitações de acesso aos documentos decorrentes da aplicação deste artigo, ver GÜGGENBÜHL, Alain – *Op. cit.* In DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 13-16.

[...] O presente Tratado assinala uma nova etapa no processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões serão tomadas de uma forma tão aberta quanto possível e ao nível mais próximo possível dos cidadãos. [...].¹²²⁰

Deveremos notar a utilização da fórmula “tão aberta quanto possível”, evitando que o princípio da abertura na tomada de decisões se tornasse um direito fundamental e universal.¹²²¹ No entanto, será também interessante notar que, no ponto 1, se alude a um direito de acesso aos documentos por parte de todos os cidadãos da UE, tratando-se, portanto, de um direito de cidadania. Além disso, era um direito extensível a todos aqueles que residissem no espaço dos Estados-Membros, transformando um direito de cidadania num direito humano, convertendo o acesso aos documentos numa questão com implicações morais e demonstrando, potencialmente, uma concepção sistémica e integradora do âmbito mais alargado da política de informação.¹²²²

Deveremos ainda referir que a *Carta dos direitos fundamentais da União Europeia*, assinada em Nice em Dezembro de 2000, no seu artigo 42º, consagra novamente o direito de qualquer cidadão da União ou residente num dos Estados-Membros de aceder aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão.¹²²³

De acordo com a sua capacidade de iniciativa legislativa, coube à Comissão elaborar uma proposta legislativa adequada à concretização prática dos princípios gerais e dos limites ao acesso aos documentos das três instituições. Tal proposta tinha de ser adoptada segundo o procedimento de co-decisão, até ao dia 1 de Maio de 2001.

Assim, em Janeiro de 2000, a Comissão presidida por Romano Prodi apresentou uma *Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão*.¹²²⁴ Na exposição de motivos, enumeram-se os elementos que foram tidos em conta para a elaboração da proposta. Assim, as boas práticas consagradas nas legislações dos países nórdicos em matéria de acesso aos documentos constituíram um

¹²²⁰ ROCHA Isabel, coord. de – *Op. cit.* p. 80.

¹²²¹ GUGGENBÜHL, Alain – *Op. cit.* In DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 10.

¹²²² Para uma argumentação contrária ao direito de acesso aos documentos enquanto direito humano, ver DAVIS, Roy W. – *Op. cit.* Este autor adverte ainda que «[...] it may be desirable to look for an alternative method of ensuring that the EU becomes a “People’s Europe” than by seeking public access to the files of the Institutions», cf. p. 2.

¹²²³ Ver a “Carta dos direitos fundamentais da União Europeia”. *JOCE*, n.º C 364 (18.12.2000), p. 1-22.

¹²²⁴ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (apresentada pela Comissão)*. Bruxelas, 26.01.2000. (COM (2000) 30).

contributo importante. Tal como o *Relatório especial do Provedor de Justiça Europeu ao Parlamento Europeu na sequência do inquérito de iniciativa própria ao acesso público a documentos*.¹²²⁵ De facto, em 1996, o Provedor de Justiça Europeu tinha decidido de mote próprio inquirir, junto de quinze instituições e organismos da Comunidade, como era tratado o acesso aos documentos, em especial se existiam regras para o público e ou instruções internas sobre confidencialidade.¹²²⁶

De acordo com os dados que lhe chegaram, o Provedor de Justiça concluía que na altura, apesar do empenho da UE na transparência, não existiam regras que regessem o acesso do público aos documentos, o que, em alguns casos, podia configurar situações de má administração. Neste contexto, elaborou um projecto de recomendações, para que as instituições e os organismos as pudessem adoptar e, dessa forma, colocar ao dispor do público regras que esclarecessem as formas de acesso aos documentos. Informou depois cada uma das instituições e dos organismos das suas orientações, solicitando igualmente um parecer circunstanciado a cada interlocutor. As respostas enviadas consistiram, essencialmente, numa cópia das regras que regiam o acesso público aos documentos adoptadas por cada instituição ou organismo. Assim, na altura, treze organismos tinham já adoptado regras sobre o acesso do público aos respectivos documentos, na sua maior parte baseados nas normas adoptadas para o efeito pelo Conselho e pela Comissão. Mas a opinião do Provedor emitia algumas dúvidas acerca das opções tomadas, pois afirmava:

Em comparação com as disposições que regem algumas administrações nacionais, contudo as regras sobre o acesso público a documentos na posse dos organismos e instituições comunitárias são, regra geral, assaz limitadas. Em particular, não reconhecem qualquer direito de acesso a documentos de um organismo sempre que

¹²²⁵ PROVIDOR DE JUSTIÇA EUROPEU – “Relatório especial do Provedor de Justiça Europeu ao Parlamento Europeu na sequência do inquérito de iniciativa própria ao acesso público a documentos”. *JOCE*, n.º C 44 (10.02.1998), p. 9-13. Sobre o papel do Provedor de Justiça Europeu no campo da transparência e do acesso aos documentos, ver um artigo do titular do cargo em 1997: SÖDERMAN, Jacob – “The role and impact of the european Ombudsman in access to documentation and the transparency of decision-making”. DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 75-83. Ver também HARDEN, Ian – “The European Ombudsman’s efforts to increase openness in the Union”. In DECKMYN, Veerle, ed. – *Op. cit.* p. 123-144.

¹²²⁶ As instituições e os organismos abrangidos foram os seguintes: o Parlamento Europeu, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Banco Europeu de Investimento, o Comité Económico e Social, o Comité das Regiões, o Instituto Monetário Europeu, o Instituto para a Harmonização no Mercado Interno, a Fundação Europeia para a Formação, o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop), a Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, a Agência Europeia do Ambiente, o Centro de Tradução dos Organismos da União, o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência e, por fim, a Agência Europeia de Avaliação dos Medicamentos.

emanam de um outro. Tal como não requerem a elaboração de registos de documentos que poderiam não só facilitar a utilização por parte dos cidadãos do seu direito de acesso como também promover uma boa administração, ao prevenirem a perda de documentos.¹²²⁷

Em conclusão, o Provedor era da opinião de que as regras de acesso aos documentos por parte do público deviam ser facilitadas e divulgadas em todas as línguas.¹²²⁸

Também o já analisado *Relatório sobre a transparência na União Europeia*, da deputada Maj-Lis Lööw, apresentado no Parlamento em 1999, é invocado como outro elemento inspirador da proposta da Comissão. O *Livro Verde sobre a informação do sector público na Sociedade da Informação* constitui outro elemento de consulta para a elaboração desta proposta.¹²²⁹

No seguimento da iniciativa da Comissão, foi publicado no *Jornal Oficial* uma versão deste texto com o mesmo título, mas com algumas alterações pontuais.¹²³⁰ Assim, por exemplo, no que respeita à definição de documento a redacção do *Jornal Oficial* estabelece

[...] qualquer conteúdo, seja qual for o seu suporte (documento escrito em suporte papel ou electrónico, registo sonoro, visual ou audiovisual); só são abrangidos os documentos administrativos, ou seja, os documentos sobre assuntos relativos às políticas, acções e decisões da competência da instituição em causa, com excepção dos textos para uso interno, tais como documentos de reflexão ou de discussão e pareceres dos serviços, bem como mensagens informais.¹²³¹

Quanto às excepções, o texto inicial da Comissão explicitava ainda

[...] bem como mensagens informais enviadas, nomeadamente, por correio electrónico, equiparáveis a conversas telefónicas. De facto, [...] a Comissão, à semelhança de qualquer instituição política, necessita de “espaço” para reflectir

¹²²⁷ PROVIDOR DE JUSTIÇA EUROPEU – “Relatório especial...”. JOCE, n.º C44 (10.02.1998), p. 12.

¹²²⁸ Sobre o papel do Provedor de Justiça Europeu no campo do acesso aos documentos, ver DOUGLAS, Ian – “The European Ombudsman: the citizen’s protector”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 7 (1999), p. 5-12.

¹²²⁹ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Informação do sector público: um recurso fundamental para a Europa: Livro Verde sobre a informação no sector público na Sociedade da Informação*. Bruxelas, 20.01.1999. (COM (1998) 585 final). Sobre este documento ver BISCHOFF, Pierre – “L’information du secteur public en Europe: accès, diffusion et exploitation”. *Revue du marché commun et de l’Union européenne*. ISSN 0035-2616, n.º 432 (1999), p. 620-627.

¹²³⁰ “Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão”. JOCE, n.º C 177 (27.06.2000), p. 70-73.

¹²³¹ “Proposta de regulamento...”. JOCE, n.º C 177 (27.06.2000), p. 71.

sobre a definição das suas políticas antes de estas entrarem no domínio público, precisamente porque as políticas elaboradas sob os holofotes da publicidade e “em directo” são muitas vezes de má qualidade.¹²³²

De resto, o texto do *Jornal Oficial* estabelece como âmbito de aplicação da proposta de regulamento todos os documentos na posse das instituições, por elas elaborados ou provenientes de terceiros mas na sua posse, após a data de entrada em vigor do dito regulamento. Ora, isto constitui uma modificação em relação aos códigos de conduta da década de noventa que apenas abrangiam o acesso aos documentos produzidos pelas próprias instituições. Por outro lado, define igualmente um regime de excepções para justificar a recusa ao direito de acesso bastante alargado, incluindo aspectos ligados ao interesse público, à protecção da vida privada e ao sigilo comercial e industrial, seguindo o que já tinha sido estabelecido no código de conduta adoptado pelo Conselho e pela Comissão em Janeiro de 1993.¹²³³ A proposta de regulamento esclarece igualmente os trâmites a seguir para solicitar os documentos e para reconfirmar um pedido de acesso que tenha sido negado.¹²³⁴

Para facilitar o exercício deste direito por parte do público estabelece-se a necessidade de criar um registo público de documentos para tornar possível a identificação da informação desejada.¹²³⁵ Este registo público devia estar acessível através da Internet, implicando o arquivamento electrónico da informação e dos seus elementos de identificação, o que trazia novas exigências quanto às regras de criação dos documentos em formato digital, quanto aos prazos de disponibilidade dos documentos e sobre o arquivamento electrónico definitivo.¹²³⁶

Todas estas medidas, procuravam melhorar as Decisões dos anos noventa, do Conselho, da Comissão e do Parlamento, insistindo sempre na importância da transparência no trabalho das instituições da União. Sinal disto mesmo e da simplificação dos procedimentos é a introdução, neste texto de Junho de 2000, do princípio do silêncio positivo na fase do pedido de confirmação e também a ênfase dada à necessidade de divulgar junto do público as novas disposições nesta matéria.¹²³⁷

¹²³² (COM (2000) 30). p. 4.

¹²³³ Cf. “Proposta de regulamento...”. *JOCE*, n.º C 177 (27.06.2000), art. 2º, p. 71 e art.º 4º, p. 71-72.

¹²³⁴ *Idem, ibidem*. art. 5º e art. 6º, p. 72.

¹²³⁵ *Idem, ibidem*. art. 9º, p. 73.

¹²³⁶ SEVETSON, Andrea; SHEEY, Andrea – “The European Union on the Internet: a vanishing record?”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 1 (1998), p. 6-12.

¹²³⁷ “Proposta de regulamento...”. *JOCE*, n.º C 177 (27.06.2000), ponto 10 e ponto 11, p. 70.

Mas esta proposta de regulamento de 2000 foi alterada pelo *Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de Maio de 2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão* com uma abrangência institucional maior, pois aplicava-se igualmente a todas as agências criadas pelas instituições comunitárias a partir de 3 de Dezembro de 2001.¹²³⁸ De acordo com o texto, o objectivo desta iniciativa era «[...] permitir o mais amplo efeito possível do direito de acesso do público aos documentos e estabelecer os respectivos princípios gerais e limites [...]».¹²³⁹ Assim, o regulamento definia um quadro jurídico comum para o acesso aos documentos seguindo quatro princípios gerais:

1) o direito de acesso geral e não condicionado, pois esta prerrogativa pode ser exercida por qualquer pessoa física ou jurídica, sem haver necessidade de justificação para o pedido;¹²⁴⁰

2) o direito de acessibilidade total, na medida em que a globalidade dos documentos das instituições devem estar acessíveis ao público. Neste contexto, as recusas em facultar o acesso aos documentos devem constituir excepções e têm de fundamentar-se na salvaguarda dos interesses públicos ou privados mencionados explicitamente no Regulamento enquanto excepções;¹²⁴¹

3) a consagração da possibilidade de recurso, já que sempre que uma instituição negue o acesso total ou parcial a um documento, o requerente poderá reclamar mediante um pedido confirmativo;¹²⁴²

¹²³⁸ “Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de Maio de 2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão”. *JOCE*, n.º L 145 (31.05.2001), p. 43-48. Esta abrangência institucional constava do ponto 8, deste Regulamento, p. 43, e foi reforçada pela “Declaração conjunta relativa ao Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão”. *JOCE*, n.º L 173 (27.06.2001), p. 5. Sobre a adopção do Regulamento por parte das várias agências europeias ver os Regulamentos 1641/2003 a 1649/2003, 1651/2003 e 1652/2003, 1654/2003 e 1655/2003 publicados no *JOUE*, n.º L 245 (29.09.2003), p. 1-27, p. 30-35 e p. 38-43. Já o Comité das Regiões tratou do acesso aos seus documentos através da “Decisão n.º 64/2003 do Comité das Regiões, de 11 de Fevereiro de 2003, relativa ao acesso do público aos documentos do Comité das Regiões”. *JOUE*, n.º L 160 (28.06.2003), p. 96-99. Por sua vez, o Comité Económico e Social tratou do mesmo assunto na “Decisão do Comité Económico e Social Europeu, de 1 de Julho de 2003, sobre o acesso do público aos documentos do Comité Económico e Social Europeu”. *JOUE*, n.º L 205 (14.08.2003), p. 19-23.

¹²³⁹ “Regulamento (CE) 1049/2001...”. *JOCE*, n.º L 145 (31.05.2001), ponto 4, p. 43. Para uma apresentação genérica do Regulamento, ver MAES, Marc – “The ‘new’ Regulation on access do documents”. In DECKMYN, Veerle, ed. – *Op. cit.* p. 199-206.

¹²⁴⁰ “Regulamento (CE) 1049/2001...”. *JOCE*, n.º L 145 (31.05.2001), art. 2º, alínea 1, p. 44 e art. 6º, alínea 1, p. 45.

¹²⁴¹ *Idem, ibidem*. Ponto 11, p. 43 e art. 4º, p. 45.

¹²⁴² *Idem, ibidem*. art. 7º e art. 8º, p. 45-46.

4) uma definição ampla do conceito de documento, pois no texto a definição é feita nestes termos: «[...] qualquer conteúdo, seja qual for o seu suporte (documento escrito em suporte papel ou electrónico, registo sonoro, visual ou audiovisual) sobre assuntos relativos às políticas, acções e decisões da competência da instituição em causa».¹²⁴³ Tendo em conta, a formulação desta definição, parece-nos que poderíamos falar em direito de acesso à informação, em vez de direito de acesso aos documentos, visto o suporte não ser um elemento determinante para conferir ou negar o acesso a um conteúdo.

Dois aspectos interessantes introduzidos pelo regulamento em análise dizem respeito à possibilidade de acesso parcial aos documentos e ao facto de o prazo de resposta institucional aos pedidos do público se limitar a 15 dias. Por outro lado, mesmo as excepções só poderiam ser invocadas durante trinta anos.¹²⁴⁴ Também a supressão da regra do autor, ao significar o alargamento do direito de acesso a todos os documentos na posse das instituições, incluindo os documentos emanados de terceiros, constitui outra das inovações em comparação com o código de conduta adoptado pelas instâncias europeias na década de noventa.¹²⁴⁵

A adaptação do regime das excepções abrangeu a defesa e os assuntos militares, além das consultas jurídicas. Incluiu também a ponderação de interesses, prevendo que a salvaguarda de certos interesses deve ser analisada em relação ao interesse público da divulgação, o qual pode ser preponderante em relação à negação do acesso.¹²⁴⁶ Neste sentido, o Regulamento n.º 1049/2001 tende indubitavelmente a facilitar o acesso aos documentos na posse das instituições comunitárias pois garante que o exercício desse direito se torna menos limitado e mais fácil. Paralelamente, considerava tratar-se de uma iniciativa para promover o desenvolvimento de boas práticas administrativas, com formas de procedimentos claramente fixadas, tal como podemos constatar ao analisar o fluxograma ilustrando o processamento dos pedidos iniciais e dos pedidos confirmativos [Figura VIII-4].

¹²⁴³ *Idem, ibidem*. art. 3º, alínea a), p. 44. Sobre uma análise da aplicabilidade desta definição de documento, ver DRIESSEN, Bart – “The Council of the European Union and access to documents”. *European law review*. ISSN 0307-5400. Vol. 30, n.º 5 (2005), p. 679.

¹²⁴⁴ “Regulamento (CE) 1049/2001...”. *JOCE*, n.º L 145 (31.05.2001), art. 4º, alíneas 6 e 7, p. 45.

¹²⁴⁵ *Idem, ibidem*. art. 2º, alínea 3, p. 44.

¹²⁴⁶ *Idem, ibidem*. art. 4º, p. 45. Sobre as excepções justificáveis para impedir o acesso aos documentos, ver DRIESSEN, Bart – *Op. cit.* p. 680-683.

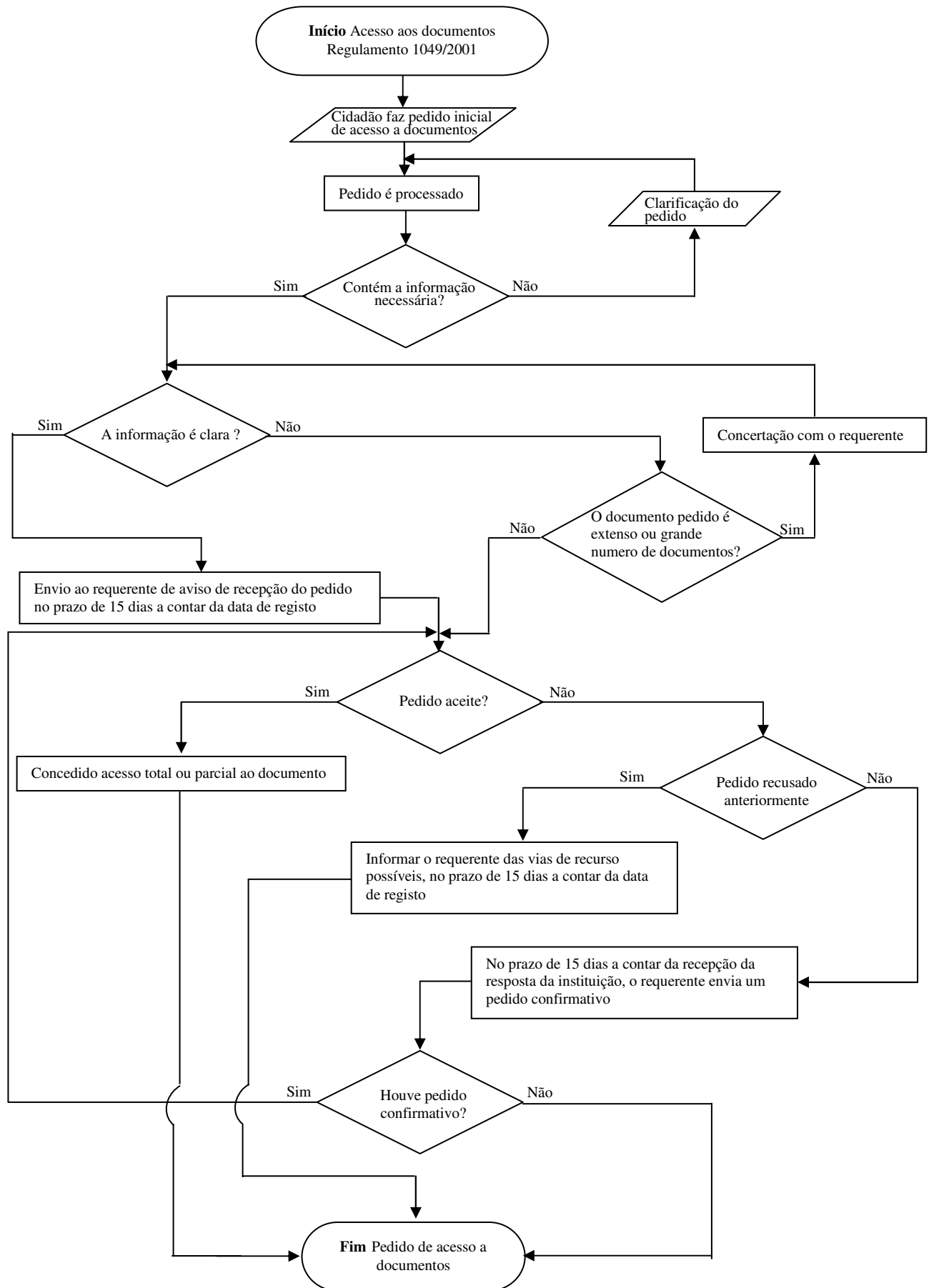


Figura VIII-4: Fluxograma do processamento dos pedidos iniciais e dos pedidos confirmativos de acordo com o Regulamento CE n.º 1049/2001

No seguimento deste Regulamento, as três principais instituições europeias criaram serviços dedicados à recepção e ao tratamento dos pedidos de acesso aos documentos por parte do público. De facto, o Parlamento Europeu criou o Registo Público dos documentos,¹²⁴⁷ o Conselho dispõe da DG F Comunicação e Informação do Público do seu Secretariado-Geral,¹²⁴⁸ enquanto a Comissão atribuiu esta tarefa à Unidade SG/B/2 Transparência, Acesso aos Documentos e Relações com a Sociedade Civil, gerida também pelo Secretariado-Geral¹²⁴⁹.

Naturalmente, para possibilitar o acesso aos seus documentos as instituições europeias tiveram de desenvolver uma estratégia interna de gestão da informação e de arquivo. Desta forma, a ligação entre a política de informação de uma organização como a UE e a gestão da informação fica demonstrada. Além disso, torna-se ainda patente que a transparência está ligada a ambas e que exerce uma influência decisiva e distinta nas várias fases da decisão (preparação, escolha das opções e implementação).¹²⁵⁰

Assim, por exemplo, no caso da Comissão Europeia desde a década de setenta existia um plano de classificação muito geral e, em meados da década de oitenta, houve algumas decisões sobre regras para a constituição de processos, classificação e registo. No entanto, tratava-se de estipulações muito gerais que não ilustravam as actividades e obrigações crescentes da Comissão. O ponto de ruptura desta situação ocorreu com a demissão da Comissão Santer (1999), em consequência de suspeitas de fraude sobre as quais não foram encontrados documentos, o que levou o Parlamento a pronunciar-se a favor de uma reorganização administrativa dos serviços da Comissão, incluindo as práticas de gestão da informação. Neste contexto, em 2002, a Comissão modificou o seu regulamento interno com preceitos para melhorar os procedimentos no âmbito da gestão da informação.¹²⁵¹

¹²⁴⁷ <http://www.europarl.europa.eu/registre/recherche/info_pt.cfm>. [Acedido 12.11.2007]

¹²⁴⁸ <http://www.consilium.europa.eu/cms3_applications/applications/info-public/disclaimer.asp?lang=pt&cmsID=820>. [Acedido 12.11.2007]

¹²⁴⁹ <http://ec.europa.eu/transparency/index_fr.htm>. [Acedido 12.11.2007]

¹²⁵⁰ Sobre a influência nas várias etapas do processo de decisão, ver GRØNBECH-JENSEN, Carsten – *Op. cit.* p. 195-196.

¹²⁵¹ Não existem trabalhos publicados sobre a evolução das práticas de gestão da informação e de arquivo das instituições europeias, nomeadamente do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão. No entanto, consideramos tratar-se de uma das componentes da política de informação da União Europeia e um apoio imprescindível para as iniciativas de acesso aos documentos por parte do público. Tendo isto em conta, entrevistamos, no decurso da nossa pesquisa em Bruxelas, na Comissão Europeia, Blanca Llinas Teres, Administradora do SG B1: Modernização administrativa – Política de arquivo e gestão de documentos. A entrevista serviu para esclarecer a relação entre as práticas arquivísticas e as iniciativas de acesso aos documentos, ainda que não fosse nossa intenção aprofundar o seu estudo no âmbito deste

Por outro lado, para pôr em prática as regras de acesso definidas pelo Regulamento (CE) 1049/2001, cada uma das instituições levou a cabo uma reflexão interna para coadunar as suas regras ao novo quadro legislativo. Assim, no Parlamento Europeu, a deputada Hanja Maij-Weggen, no âmbito da Comissão dos Assuntos Constitucionais, foi encarregue de elaborar um relatório sobre a adaptação do Regimento do Parlamento ao novo regulamento.¹²⁵² Este documento faz o levantamento sistemático dos pontos do Regimento do Parlamento que deviam ser alterados em virtude do regulamento, mas não nos iremos alongar nesta matéria. Deveremos, contudo, notar que a relatora exprime uma opinião discordante sobre a definição do termo “documento”, adoptada pelo regulamento, pois, considerava-a demasiado abrangente apesar de afirmar o seguinte sobre o assunto:

No entanto, a definição que figura no regulamento n.º (CE) 1049/2001 constitui uma realidade e deve ser observada. Não pode ser limitada por meio de “disposições específicas” no Regimento do Parlamento, pois as disposições desse Regimento têm por função aplicar e não “corrigir” as disposições do Regulamento.¹²⁵³

Assim, na sessão parlamentar de 13 de Novembro de 2001, é votada a *Decisão do Parlamento Europeu que adapta o seu Regimento às disposições do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão*.¹²⁵⁴ No entanto, ao longo do debate parlamentar, o plenário insistiu sobre alguns pontos específicos, em particular, que as categorias de documentos do Parlamento directamente acessíveis ao

trabalho. Cf. **Anexo I** *Entrevistas realizadas a actuais e a antigos funcionários das instituições europeias*.

Em 2002, a Comissão lançou o projecto e-Domec (Electronic archiving and Document Management in the European Commission) tendo por base uma ampla análise dos contextos de produção e uso da informação e um conjunto de regulamentos internos para sustentar a nova abordagem às práticas de gestão da informação e de arquivo.

Sobre o projecto e-Domec e toda a legislação regulamentar aplicável à gestão da informação na Comissão consultar: <http://ec.europa.eu/transparency/edoc_management/index_pt.htm>. [Acedido 21.05.2008].

Já em 1993, Vincent M. DeSanti notava a relação entre a disseminação da informação governamental e a gestão da informação na administração pública, cf. DeSANTI, Vincent M. – “A policy framework on dissemination of government electronic information: some remarks”. *Government information quarterly*. ISSN 0740-624X. Vol. 10, n.º 2 (1993) p. 255-260.

¹²⁵² MAIJ-WEGGEN, Hanja – *Relatório sobre a adaptação do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o acesso do público aos documentos*. Parlamento Europeu, 15.10.2001. (A5-0349/2001).

¹²⁵³ *Idem, ibidem*. p. 17.

¹²⁵⁴ “Decisão do Parlamento Europeu que adapta o seu Regimento às disposições do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (2001/2135(REG))”. *JOCE*, n.º C 140 E (13.06.2002), p. 120.

público fossem elencadas numa lista elaborada pela própria instituição parlamentar ou que os documentos não directamente acessíveis ao público através do registo pudessem ser disponibilizados mediante pedido escrito. Já no final de Dezembro de 2001, o Parlamento publica no *Jornal Oficial* a Decisão da Mesa relativa ao acesso público aos documentos do Parlamento Europeu.¹²⁵⁵ Aqui, institui um registo com as referências dos documentos elaborados pela instituição ou por ela recebidos a partir da data de 3 de Dezembro de 2001, o que corresponde à data do Regulamento n.º 1049/2001.

Aliás, sobre este aspecto o texto do Parlamento é bastante detalhado afirmando:

Estas referências constituem o “cartão de identidade documental” que contém [...] na medida do possível, os dados que permitem identificar a entidade de que emana cada documento, as línguas disponíveis, o estatuto e a categoria do documento, assim como o local em que se encontra armazenado.¹²⁵⁶

Na sua preocupação de detalhe esclarece, ainda, que a estrutura do registo de referências visa permitir a utilização de um sistema de referências normalizado, aceder directamente aos documentos por via electrónica, identificar os documentos a que não é possível aceder por via electrónica, pesquisar os documentos que os requerentes identifiquem de forma insuficiente, identificar os documentos cuja acessibilidade esteja subordinada a certas limitações e registar os documentos confidenciais.¹²⁵⁷

Naturalmente, esta Decisão estabelece claramente que o registo dos documentos é exaustivo, pois aplica-se a todos os documentos, competindo ao secretário-geral zelar pela execução de medidas que garantam o cumprimento deste princípio.¹²⁵⁸ Por outro lado, ao serviço responsável pelo registo cabiam tarefas de diversa ordem. Assim, por um lado, controlava o registo dos documentos elaborados ou recebidos pelo Parlamento Europeu, mas cabia-lhe igualmente a recepção dos pedidos de acesso, respeitando um prazo de resposta de quinze dias úteis, enviando um aviso de recepção ao requerente. Além disso, devia dar assistência aos utilizadores que necessitassem de esclarecer o conteúdo do seu pedido ou facilitar-lhes o acesso aos documentos já publicados, bem como transmitir os seus pedidos aos serviços responsáveis ou às pessoas habilitadas caso necessário.¹²⁵⁹

¹²⁵⁵ “Decisão da Mesa relativa ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu”. *JOCE*, n.º C 374 (29.12.2001), p. 1-6.

¹²⁵⁶ *Idem, ibidem*. art. 3º, p. 1.

¹²⁵⁷ *Idem, ibidem*. art.º 2, p. 1.

¹²⁵⁸ *Idem, ibidem*. art. 4º, p. 2.

¹²⁵⁹ *Idem, ibidem*. art. 3º, p. 2.

Quanto à acessibilidade dos documentos, fazia-se uma clara aposta no formato electrónico, pois estipulava-se que todos os documentos elaborados ou recebidos pelo Parlamento Europeu no âmbito legislativo deviam ser acessíveis ao público desta forma. Também o registo devia estar acessível no sítio da Internet *Europarl*. Além disso, devia ser criada uma lista para ser anexa ao Regimento, enumerando todos os documentos directamente acessíveis.¹²⁶⁰ Mas, mesmo os documentos que não se encontrassem nesta lista ou que não existissem em formato electrónico, podiam ser requeridos mediante pedido dos cidadãos e tornarem-se acessíveis.¹²⁶¹ Estes pedidos podiam ser formulados por escrito, através de correio postal ou, então, através do formulário disponível no sítio *Europarl*.

Este texto trata também dos documentos sensíveis e do seu acesso, cabendo à autoridade de origem determinar a autorização de registo e de divulgação do documento.¹²⁶² Para terminar, estabelecia-se um prazo de dois anos para reapreciação deste documento pelo que, em 2005, foi novamente publicada no *Jornal Oficial* uma *Regulamentação da Mesa relativa ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu*, retomando quase integralmente o texto anterior.¹²⁶³ Em ambos os textos, devermos notar que se dedicava o artigo 7º ao armazenamento dos documentos, estipulando o arquivo de todos os documentos na base de dados de registo de referências, sendo enviada uma cópia desses dados e desses documentos aos arquivos históricos do Parlamento Europeu (ARCDOC) sediados no Luxemburgo.¹²⁶⁴

Por seu lado, o Conselho também tratou de adaptar o seu Regulamento Interno ao Regulamento (CE) n.º 1049/2001, através de uma Decisão de Novembro de 2001.¹²⁶⁵ Aqui estimava-se necessário reunir num único texto todos os actos relativos ao acesso aos documentos publicando, para o efeito, um anexo intitulado “Disposições específicas relativas ao acesso do público aos documentos do Conselho”. Desta forma, compilavam-se as regras, os procedimentos e os prazos para a consulta relativa a

¹²⁶⁰ *Idem, ibidem*. art. 5º, p. 2.

¹²⁶¹ *Idem, ibidem*. art. 6º, p. 2.

¹²⁶² *Idem, ibidem*. Título IV, p. 5.

¹²⁶³ *Idem, ibidem*. art. 26º, p. 6 e “Regulamentação da mesa relativa ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu: decisão da mesa de 28 de Novembro de 2001”. *JOUE*, n.º C 289 (22.11.2005), p. 6-11.

¹²⁶⁴ “Regulamento (CE) n.º 45/2001...”. *JOCE*, n.º C 374 (29.12.2001), art. 7º, p. 3 e “Regulamentação da mesa...”. *JOUE*, n.º C 289 (22.11.2005), art. 7º, p. 8.

¹²⁶⁵ “Decisão do Conselho de 29 de Novembro de 2001 que altera o Regulamento interno do Conselho”. *JOCE*, n.º L 313 (30.11.2001), p. 40-43.

documentos de terceiros, bem como de pedidos de consulta oriundos de outras instituições ou de Estados-Membros.¹²⁶⁶

Quanto ao tratamento dos pedidos iniciais, incumbia o Secretariado-Geral dessa tarefa remetendo para o Conselho a decisão sobre os pedidos confirmativos.¹²⁶⁷ Além disso, preocupava-se com a definição do termo “difusão” entendido como «[...] distribuição da versão final de um documento aos membros do Conselho ou aos seus representantes ou delegados», tratando depois da enumeração dos documentos directamente acessíveis ao público. Desta forma, o Secretariado-Geral podia facultar ao público uma extensa lista de documentos, desde que eles tivessem sido previamente difundidos, incluindo, entre outras, ordens do dia provisórias das reuniões do Conselho nas suas várias formações, qualquer texto aprovado pelo Conselho e destinado a ser publicado no *Jornal Oficial*, ordens do dia provisórias dos comités e grupos de trabalho, notas informativas, relatórios dos mais diversos tipos, notas de envio e cópias de traduções de cartas relativas a actos legislativos dirigidas ao Conselho por outras instituições e órgãos da UE, notas submetidas à aprovação do COREPER e/ou do Conselho.¹²⁶⁸

Também a Comissão adequou o seu Regulamento Interno para o tornar consentâneo às estipulações do Regulamento n.º 1049/2001, através de uma Decisão de 5 de Dezembro de 2001.¹²⁶⁹ Aqui, esclarece-se que os cidadãos de países terceiros não residentes num Estado-Membro beneficiam, igualmente, do direito de acesso aos documentos da Comissão, não lhes assistindo, todavia, a faculdade de apresentar queixas ao Provedor de Justiça Europeu, podendo, contudo, interpor recurso para o Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias.¹²⁷⁰

Nos pontos relativos aos pedidos de acesso, ao processamento dos pedidos iniciais e dos pedidos confirmativos, esta Decisão da Comissão retoma, genericamente, as estipulações do Regulamento n.º 1049/2001, fazendo apenas algumas referências pontuais ao seu contexto específico. Por outro lado, há a preocupação de organizar internamente o tratamento dos pedidos, competindo aos directores-gerais e aos chefes de serviço nomear um funcionário responsável pela instrução dos processos de pedidos. As respostas aos pedidos iniciais tinham de ser comunicadas ao Secretariado-Geral pois

¹²⁶⁶ *Idem, ibidem*. Anexo III, art. 2º e art. 3º, p. 41.

¹²⁶⁷ *Idem, ibidem*. Anexo III, art. 7º e art. 8º, p. 41-42.

¹²⁶⁸ *Idem, ibidem*. Anexo III, art. 11, p. 42.

¹²⁶⁹ “Decisão da Comissão de 5 de Dezembro de 2001 que altera o seu regulamento interno”. *JOCE*, n.º L 345 (29.12.2001), p. 94-98.

¹²⁷⁰ *Idem, ibidem*. art.º 1º p. 95.

a este competia assegurar «[...] a correcta coordenação e aplicação uniforme das regras pelas direcções-gerais e serviços da Comissão», devendo, para tal, fornecer as orientações e directivas necessárias.¹²⁷¹ Por outro lado, são também enumerados os documentos que devem ser imediatamente disponibilizados na sequência de qualquer pedido e de preferência por via electrónica. Assim, de acordo com o artigo 9º, neste conjunto incluem-se: as ordens de trabalho das reuniões da Comissão, as actas normais das reuniões da Comissão, após a sua aprovação, os textos aprovados e destinados a publicação no *Jornal Oficial*, os documentos emanados de terceiros que já tenham sido divulgados pelo seu autor ou com o seu consentimento, bem como os documentos divulgados na sequência de um pedido anterior. Este leque é também alargado a outros documentos preparatórios de propostas da Comissão, mesmo os destinados a aprovação do Conselho ou do Parlamento.¹²⁷² Por fim, devemos também aludir às medidas destinadas a facilitar o acesso aos documentos, como melhorias no registo público dos documentos e a possibilidade dos documentos serem enviados por correio, fax ou correio electrónico.¹²⁷³

Em termos globais, e apesar de algumas limitações, poderemos considerar que o Regulamento 1049/2001 introduziu mais transparência no trabalho quotidiano das instituições da UE. Acima de tudo, reconheceu indubitavelmente o direito de acesso aos documentos das instituições da UE por parte dos cidadãos. Por outro lado, a criação de um registo público de documentos também foi um progresso significativo. Além disso, como notou Steve Peers,

The extension of the rules to documents authored by third parties constitute a large increase in transparency in principle, although there are potentially significant restrictions placed upon it. Also, the “public interest” override for documents whose release would undermine commercial interests, court proceedings, legal advice, and inspections *et al* is new. Moreover, the requirement to show that release of documents falling within the first two categories of exceptions “*would*” (not “*could*”) undermine the protected interest is new, and appears to impose a more stringent test than before.¹²⁷⁴

Por outro lado, como verificamos com as determinações dos regulamentos internos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão para adaptar o

¹²⁷¹ *Idem, ibidem*. art.º 10º, p. 98.

¹²⁷² *Idem, ibidem*. art.º 9º, p. 97.

¹²⁷³ *Idem, ibidem*. art.º 7º-8º, p. 97.

¹²⁷⁴ PEERS, Steve – *Op. cit.* In DECKMYN, Veerle, ed. – *Op. cit.* p. 27.

Regulamento 1049/2001, invoca-se continuamente o recurso às TIC e à Internet para disponibilizar o registo da informação e para permitir directamente o seu acesso ao público.¹²⁷⁵ Desta forma, sem o referir explicitamente, idealiza-se um cenário em que os cidadãos são indivíduos capazes de utilizar todas as potencialidades tecnológicas da Sociedade da Informação para acompanhar e avaliar o projecto europeu. A cidadania digital corresponderia, assim, a uma ciber democracia em que as TIC funcionariam como um meio de inclusão.¹²⁷⁶ No entanto, como iremos ver, os utilizadores deste instrumento legal pertencem a grupos muito restritos e já conhecedores dos meandros do processo decisório europeu. Por isso, as vantagens da criação e aplicação desta legislação não podem ser avaliadas em termos quantitativos, mas antes em termos qualitativos, nomeadamente em termos de reformulação dos procedimentos de trabalho interno de cada instituição, no sentido de mais abertura e clareza, bem como de um tratamento sistémico de toda a informação produzida e recebida.

Por outro lado, deveremos ter em conta que não basta elaborar normas para facilitar o acesso à informação, sendo imprescindível atender às competências individuais, existentes ou que é necessário desenvolver, para permitir um verdadeiro aproveitamento das possibilidades oferecidas pelo quadro legal. Neste sentido, o comportamento informacional torna-se um elemento central para o sucesso da política de informação, importando não só divulgar a possibilidade de acesso aos documentos das instâncias europeias, mas também fomentar a necessidade desse acesso.¹²⁷⁷

VIII.7. Uma reflexão do Parlamento sobre o Regulamento 1049/2001

Em Março de 2006, a Comissão Parlamentar das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, tendo Michael Cashman como relator, elaborou um Relatório

¹²⁷⁵ Deveremos relacionar esta postura com o texto publicado pela Comissão, em 2003, sobre a importância da administração em linha no futuro da Europa, ver COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: papel da administração em linha (eGoverno) no futuro da Europa*. Comissão das Comunidades Europeias, 26.09.2003. (COM (2003) 567 final).

¹²⁷⁶ BELLAMY, Christine; TAYLOR, John A. – *Governing in the information age*. 2nd ed. Maidenhead; Philadelphia: Open University Press, 2003. ISBN 0-335-19450-8. p. 100-106.

¹²⁷⁷ No intuito de divulgar as possibilidades de acesso aos documentos das instituições europeias e de explicar os procedimentos a seguir a Comissão Europeia criou, em 1997, um guia impresso sobre a utilização da Decisão 94/90, cf. COMISSÃO EUROPEIA – *Acesso aos documentos da Comissão: guia do cidadão*. Luxemburgo: SPOCE, 1997. ISBN 92-827-8319-7. Já em 2002, publicou-se um novo guia, de acordo com as determinações do Regulamento 1049/2001, cf. UNIÃO EUROPEIA – *Acesso aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão: manual de instruções*. Luxemburgo: SPOCE, 2002. ISBN 92-894-1907-5.

com recomendações à Comissão sobre o acesso aos textos das instituições.¹²⁷⁸ Neste texto, o deputado apresenta cinco recomendações tendentes a favorecer um acesso mais amplo por parte do público aos documentos, na medida em que a transparência e o controlo democrático das instituições europeias são considerados fundamentais para alicerçar a confiança do público. De facto, o autor invoca a fraca afluência às urnas nas eleições para o Parlamento Europeu, em 1999, para considerar que

The proposal for a regulation on public access to the institutions' documents' reaches to the very core of the European Project. It directly connects the citizen to the decision-making process. This is a matter of increasing urgency in the current climate.¹²⁷⁹

A primeira recomendação dizia respeito à base jurídica, na medida em que reclamava um maior destaque para o artigo 255º do TCE.¹²⁸⁰ Por outro lado, debruçou-se também sobre os conceitos de documento legislativo e não legislativo, bem como de documento regulamentar e sobre as normas aplicáveis à sua divulgação.

Assim, quanto aos documentos legislativos, propunha-se que o acesso fosse permitido a todos os documentos preparatórios de um determinado procedimento, aos debates do Parlamento Europeu ou do Conselho, quando estas instituições fizessem uso do seu poder legislativo, à identidade do autor de todas as iniciativas ou à identidade do autor de uma alteração a um projecto de texto. No que concerne aos documentos não legislativos, incluía-se nesta designação os documentos ligados a procedimentos de implementação de actos não legislativos e os documentos ligados a actos não vinculativos, promovendo-se regras de transparência menos rigorosas, dada a sua natureza administrativa. No entanto, recomendava-se a identificação das unidades organizativas envolvidas nos processos administrativos e a forma de armazenamento dos documentos, nomeadamente quanto a procedimentos de acesso. Para os documentos regulamentares, ligados a procedimentos que complementam ou modificam actos essenciais, considera-se que o seu acesso devia ser alargado.¹²⁸¹ A terceira

¹²⁷⁸ CASHMAN, Michael – *Relatório com recomendações à Comissão sobre o acesso aos textos das instituições*. Parlamento Europeu, 15.03.2006. (A6-0052/2006). No decurso da nossa estadia em Bruxelas, em Janeiro de 2008, tivemos a oportunidade de entrevistar o autor deste relatório. Cf. **Anexo I Entrevistas realizadas a actuais e a antigos funcionários das instituições europeias**. Já em 2001, este deputado tinha publicado um artigo dedicado ao acesso aos documentos das instituições europeias, cf. CASHMAN, Michael – “Reforming the institutions: public access to EU documents”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 13 (2001), p. 22-23.

¹²⁷⁹ CASHMAN, Michael – *Relatório...* (*op. cit.*). p. 212-23.

¹²⁸⁰ *Idem, ibidem*. p. 6-7.

¹²⁸¹ *Idem, ibidem*. p. 7-8.

recomendação está relacionada com a confidencialidade de certos documentos. Neste ponto, o relator considerava importante uma revisão da legislação para classificar os documentos como confidenciais, na medida em que se devia evitar esta classificação por mero hábito, devendo também ser reforçado o papel de controlo democrático do Parlamento Europeu sobre estes documentos.¹²⁸²

A recomendação seguinte debruçava-se sobre a partilha de informação/documentos sobre trabalhos preparatórios entre a UE e os Estados-Membros. Neste ponto, o relator solicitava que fosse limitado o direito dos Estados-Membros a restringirem o acesso às suas contribuições/alterações em processos legislativos/regulamentares, além de pedir um acesso completo à informação prestada à Comissão, no contexto da aplicação da legislação comunitária até ao início de um processo judicial perante um tribunal.¹²⁸³

A última sugestão incidia sobre os aspectos práticos do acesso dos cidadãos aos documentos. Assim, solicitava-se a criação de um ponto de acesso único a todos os documentos preparatórios de um processo legislativo ou regulamentar. Além disso, os registos das instituições deviam ser reorganizados de forma a criar um interface comum, o que seria complementado por normas comuns para arquivo de documentos, evitando duplicações e garantindo a autenticidade das versões. Por fim, deveria ser possível apresentar de forma clara e compreensível o fluxo de trabalho das instituições e o ponto de acesso aos documentos.¹²⁸⁴

A Proposta de Resolução incluída no Relatório de Michael Cashman foi discutida em sessão parlamentar em Abril de 2006 e publicada no *Jornal Oficial*.¹²⁸⁵ No geral, adoptava as observações feitas pelo deputado no seu relatório, mas começava por afirmar:

[...] desde a ratificação do Tratado de Amesterdão e a entrada em vigor do artigo 255º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, a transparência passou a ser um princípio fundamental da União Europeia, sendo o seu objectivo reforçar a natureza democrática das instituições europeias, habilitar os cidadãos a participarem mais activamente no processo de tomada de decisões, assegurar que as autoridades administrativas públicas possuam maior legitimidade, por serem

¹²⁸² *Idem, ibidem*. p. 8-9.

¹²⁸³ *Idem, ibidem*. p. 9.

¹²⁸⁴ *Idem, ibidem*. p. 9-10.

¹²⁸⁵ “Resolução do Parlamento Europeu com recomendações à Comissão sobre o acesso aos textos das instituições”. *JOUE*, n.º C 293 E (02.12.2006), p. 151-152.

mais eficazes e mais responsáveis perante os cidadãos e, por último, possibilitar que os problemas e os erros sejam mais amplamente detectados.¹²⁸⁶

Na realidade, o texto da Resolução fazia uma avaliação mitigadamente positiva da aplicação do Regulamento n.º1049/2001, instando, por isso, a Comissão a apresentar ao Parlamento uma nova proposta legislativa sobre o acesso aos documentos.¹²⁸⁷

VIII.8. O Livro Verde sobre o acesso aos documentos

Em Abril de 2007, a Comissão lançou um Livro Verde sobre o acesso aos documentos das instituições da Comunidade Europeia, no intuito de fazer um ponto da situação sobre o direito do público nesta matéria e sobre a aplicação de disposições relevantes. Mas, além desta reflexão sobre a implementação do Regulamento (CE) 1049/2001, o Livro Verde devia servir para recolher a opinião dos cidadãos sobre o regime de acesso aos documentos. No final do processo de consulta, com a duração de três meses, a Comissão pretendia, através da análise das respostas recebidas, apresentar propostas de alteração ao Regulamento 1049/2001, em Outubro de 2007.¹²⁸⁸

Em termos globais, este documento da Comissão faz uma apreciação muito positiva da aplicação do regulamento de 2001, pois verificou-se um aumento constante do número de pedidos de acesso iniciais ao Parlamento e à Comissão. No caso do Conselho, a quantidade de pedidos mantinha-se estável graças ao número crescente de documentos disponíveis directamente na página do seu registo público na Internet. Por outro lado, apenas 4% dos pedidos iniciais apresentados às três instituições deram origem a pedidos confirmativos. No entanto, constata que, apesar do número crescente de cidadãos a exercer o seu direito de acesso aos documentos das instituições comunitárias, a maior parte dos pedidos provem de especialistas em assuntos da UE e, portanto, esta prerrogativa não chega a beneficiar o grande público. Por outro lado, reconhece uma diferença nas áreas de interesse, pois se os processos de concorrência, a fiscalidade, o mercado interno, o ambiente e os contratos públicos constituem as áreas

¹²⁸⁶ *Idem, ibidem.* alínea A, p. 151.

¹²⁸⁷ *Idem, ibidem.* alíneas C, D, E e ponto 1, p. 152. Assim, em Abril de 2008, a Comissão apresentou uma nova proposta de regulamento, cf. COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPÉENNES – *Proposition de règlement du Parlement Européen et du Conseil relatif à l'accès du public aux documents du Parlement européen, du Conseil et de la Commission: (présentée par la Commission)*. Bruxelles, 30.04.2008. (COM (2008) 229). Não iremos analisar este documento por ultrapassar o limite temporal que fixamos para a nossa análise.

¹²⁸⁸ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Livro Verde: acesso do público aos documentos na posse das instituições da Comunidade Europeia: análise da situação*. Bruxelas, 18.04.2007. (COM (2007) 185).

mais solicitadas na Comissão, para o Conselho a procura incide na justiça e na segurança. Paralelamente, verifica que os pedidos feitos à Comissão dizem respeito, em grande parte, a todos os documentos relativos a um determinado assunto ou a processos específicos completos, o que se traduz numa elevada carga de trabalho de análise dos documentos para os serviços da Comissão, a fim de averiguar a licitude da sua divulgação. Além disso, parte significativa dos pedidos de acesso, sobretudo no caso da Comissão, está relacionada com litígios, na medida em que os requerentes pretendem o acesso a documentos que lhes poderão ser úteis para apresentar uma denúncia ou levar uma acção a tribunal.¹²⁸⁹

Mas a Comissão preocupa-se, igualmente, com a prestação activa de informações ao público e, nesse sentido, realça algumas melhorias a serem introduzidas nos registos públicos das instituições da UE. Assim, aconselha o aumento do número de documentos directamente acessíveis ao público, bem como o aperfeiçoamento da convivialidade dos sistemas electrónicos de informações.¹²⁹⁰ Neste contexto, sublinha-se que

O principal objectivo da legislação em matéria de liberdade de informação é permitir que os cidadãos participem mais directamente no processo democrático de tomada de decisão. Por conseguinte, a primeira prioridade no que se refere à aplicação do Regulamento 1049/2001 tem sido tornar o processo legislativo das instituições da UE mais transparente e mais facilmente acessível ao grande público. Os registos públicos das três instituições contêm principalmente referências a documentos elaborados e trocados entre as instituições, no âmbito do processo legislativo da UE.¹²⁹¹

No entanto, como nota o documento em análise, o regulamento de 2001, no seu artigo 12º, não define com clareza suficiente o âmbito de “documento legislativo”, pelo que seria pertinente uma revisão deste ponto, identificando os tipos de documentos que fazem parte do processo legislativo e que, por isso, deveriam ser acessíveis integralmente e de forma directa.

A Comissão faz igualmente referência à aplicação da Convenção de Åarhus às instituições e aos órgãos comunitários, na medida em que este regulamento inclui, entre outros aspectos, o acesso a informações mediante pedido, a divulgação activa de

¹²⁸⁹ *Idem, ibidem.* p. 4-5.

¹²⁹⁰ *Idem, ibidem.* p. 6.

¹²⁹¹ *Idem, ibidem.* p. 13.

informação, bem como a consulta de projectos e programas em matéria ambiental.¹²⁹² Assim, em certos casos, existe alguma sobreposição entre o Regulamento 1049/2001 e o Regulamento 1367/2006, mas também discrepâncias no que toca às excepções ao direito de acesso à informação.¹²⁹³

O documento em análise faz ainda referência à necessidade de equilíbrio entre o acesso do público aos documentos e a boa administração. Neste sentido, realça a necessária ponderação entre o interesse do público em geral e a sobrecarga para a administração, decorrente do tratamento de um pedido volumoso, considerando útil «[...] definir critérios relativos à proporcionalidade dos pedidos de acesso. Por forma a conciliar a transparência com o princípio da boa administração [...]». De facto, alude-se a pedidos cujo volume possa bloquear o funcionamento normal de um serviço, podendo, por isso, ser considerados abusivos e como tal recusados.¹²⁹⁴

Além disso, considera-se necessária uma reflexão sobre a noção de documento na posse de uma instituição, sublinhando-se o caso particular das informações incluídas nas bases de dados. A este propósito afirma-se,

[...] uma vez que um volume cada vez maior de informações se encontra armazenado em bases de dados electrónicas, o regulamento poderia definir a forma de integrar o conteúdo das bases de dados na noção de “documento”; as bases de dados poderiam ser consideradas uma biblioteca electrónica; os conjuntos específicos e limitados de informações que podem ser extraídos de uma base de dados através de uma opção normal utilizando instrumentos de pesquisa existentes seriam considerados “documentos”, na acepção do regulamento.¹²⁹⁵

VIII.9. O acesso aos documentos nos arquivos históricos

No relatório das actividades decorridas durante o ano de 1980, é feita referência às primeiras iniciativas da Comissão, tendo em vista o cumprimento da regra dos trinta anos para permitir o acesso aos arquivos históricos, seguindo a prática arquivística mais

¹²⁹² Em 6 de Setembro de 2006, o Parlamento Europeu e o Conselho adoptaram o “Regulamento (CE) n.º 1367/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 6 de Setembro de 2006 relativo à aplicação das disposições da Convenção de Åarhus sobre o acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente às instituições e órgãos comunitários”. *JOUE*, n.º L 264 (25.09.2006), p. 13-19.

¹²⁹³ (COM (2007) 185). p. 11 e p. 15-16.

¹²⁹⁴ *Idem, ibidem*. p. 19-20.

¹²⁹⁵ *Idem, ibidem*. p. 21.

corrente assente na divisão das três idades dos documentos.¹²⁹⁶ Para o efeito, tinham sido encetados contactos interinstitucionais no âmbito da Comunidade e tinha sido organizada uma conferência europeia de responsáveis de arquivos nacionais, no sentido de delinear regras comuns para o acesso aos arquivos comunitários.¹²⁹⁷

Em Setembro de 1981, o deputado do Parlamento Europeu O. Schwencke apresenta um relatório feito em nome da Comissão da Juventude, da Cultura, da Educação, da Informação e do Desporto, sobre a abertura ao público dos arquivos históricos da Comunidade.¹²⁹⁸ Na exposição de motivos, constata-se que, desde 1978, a Comissão tinha tido a preocupação de organizar a abertura ao público dos arquivos históricos das Comunidades Europeias, tendo em conta que o acesso dos investigadores poderia favorecer a investigação histórica sobre a construção europeia e, desta forma, promover o interesse do público pelos assuntos comunitários. Por outro lado, ao permitir o acesso do público aos seus arquivos as instituições europeias, tornariam o seu funcionamento mais transparente, contrariando a imagem de alguma opacidade frequente na opinião pública.

Respeitando a regra dos 30 anos, os arquivos da CECA deveriam estar acessíveis ao público em 1983 e os da CEE e da EURATOM em 1988. Para facilitar o acesso e por uma questão de coesão, propunha-se que os arquivos históricos de todas as instituições europeias ficassem depositados num único local, escolhendo-se, para o efeito, a cidade de Florença onde existia o Instituto Universitário Europeu.¹²⁹⁹ Para melhor concretizar

¹²⁹⁶ Sobre este tema, ver, entre outros, ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: D. Quixote, 1998. ISBN 972-20-1428-5. p. 111-128; CRUZ MUNDET, José Ramón – *Manual de achivística*. 4ª ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez. ISBN 84-89384-31-2.

¹²⁹⁷ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Quatorzième rapport sur l'activité des Communautés européennes en 1980*. Luxembourg: OPOCE, 1981. ISBN 92-825-2198-2. p. 40-41.

¹²⁹⁸ SCHWENCKE, Olaf – *Rapport fait au nom de la commission de la jeunesse, de la culture, de l'éducation, de l'information et des sports sur la communication de la Commission des Communautés européennes au Conseil (doc 1-237/81) concernant l'ouverture au public des archives historiques de la Communauté*. Parlement Européen, 30.09.1981. (Document 1-1542/81). Este relatório continha uma proposta de resolução publicada no *Jornal Oficial*: “Résolution portant avis du Parlement européen sur la communication de la Commission des Communautés européennes au Conseil concernant l'ouverture au public des archives historiques de la Communauté”. *JOCE*, n.º C 327 (14.12.1981), p. 45-46. O relatório de Olaf Schwencke baseia-se num documento elaborado pela Comissão Europeia sobre o mesmo assunto, cf. COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPEENNES – *Ouverture au public des Archives Historiques de la Communauté: Communication de la Commission au Conseil*. Bruxelles: 15 avril 1981. (COM (1981) 179). Apesar das nossas diligências não conseguimos consultar este documento.

¹²⁹⁹ Assim, em 13 de Dezembro de 1985 abriram ao público os Arquivos Históricos das Comunidades Europeias em Florença, cf. RUDNICKI, Zbigniew – “Archives of the European Communities in Florence”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 10 (2000), p. 24-25. Sobre os arquivos históricos, ver ainda MACIÁ, Mateo – “Los archivos históricos de las Comunidades Europeas”. *Revista de las*

esta decisão, propunha-se a criação de um órgão interinstitucional, ao qual caberia a coordenação da recolha e da gestão dos fundos seleccionados. Por outro lado, alertava-se para a necessidade de criar um sistema de classificação adequado e seguro, bem como para procedimentos de selecção, tratamento de dados pessoais de funcionários ou de questões relativas à imunidade parlamentar. Também os aspectos relacionados com o armazenamento, a consulta e a elaboração de instrumentos de acesso merecem uma breve referência por parte do relator, não se dando orientações mas apenas chamando a atenção para a sua importância.¹³⁰⁰

Ainda em 1981, o *Jornal Oficial* publica uma proposta de decisão da Comissão para abertura dos arquivos da CECA e uma proposta de regulamento do Conselho para tornar acessíveis os arquivos da CEE e da Euratom.¹³⁰¹ Com base nestes textos e na Resolução do Parlamento, anexa ao Relatório de Olaf Schwencke, em Março de 1983, são elaborados o *Règlement (CEE, EURATOM) n.º 354/83 du Conseil du 1^{er} février 1983 concernant l'ouverture au public des archives historiques de la Communauté économique européenne et de la Communauté européenne de l'énergie atomique* e a *Décision n.º 359/83/CECA de la Commission du 8 février 1983 concernant l'ouverture au public des archives historiques de la Communauté européenne du charbon et de l'acier*.¹³⁰² Apesar de se tratar de documentos distintos, o texto de ambos é muito semelhante, assentando nos mesmos pressupostos e recuperando parte das propostas apresentadas pelo Conselho e pela Comissão em 1981.

cortes generales. ISSN 0214-0519, n.º 34 (1995), p. 275-287 e JAITNER, Klaus – “The historical archives of the European Communities in Florence”. In PISANI, Assunta, ed. – *Euro-Librianship: shared resources, shared responsibilities*. New York; London; Norwood (Australia): The Haworth Press, 1992. ISBN 1-56024-266-3. p. 97-206.

Em 1990, já recebiam um número médio de dossiers das três Comunidades que oscilava entre 3000 e 5000 e tinham criado a base de dados Archis para o tratamento e pesquisa dos documentos. Sobre isto ver COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *XXIV Relatório geral sobre a actividade das Comunidades Europeias: 1990*. Luxemburgo: SPOCE, 1991. ISBN 92-826-2180-4. p. 414-415. Ver também COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *XXV Relatório geral sobre a actividade das Comunidades...* (*op. cit.*). p. 425-426.

¹³⁰⁰ SCHWENCKE, Olaf – *Op. cit.* (Document 1-1542/81). p. 7-8.

¹³⁰¹ “Proposition de décision générale CECA de la Commission tendant à établir et rendre accessibles au public les archives historiques de la Communauté européenne du charbon et de l'acier (Communication de la Commission au Conseil le 24 avril 1981)”. *JOCE*, n.º C 132 (02.06.1981), p. 6-8 e “Proposition de règlement (Euratom/CEE) du Conseil tendant à établir et rendre accessibles au public les archives historiques de la Communauté économique européenne et de la Communauté européenne de l'énergie atomique (présentée par la Commission au Conseil le 24 avril 1981)”. *JOCE*, n.º C 132 (02.06.1981), p. 8-10.

¹³⁰² “Règlement (CEE, EURATOM) n.º 354/83 du Conseil du 1^{er} février 1983 concernant l'ouverture au public des archives historiques de la Communauté économique européenne et de la Communauté européenne de l'énergie atomique”. *JOCE*, n.º L 43 (15.02.1983), p. 1-3 e “Décision n.º 359/83/CECA de la Commission du 8 février 1983 concernant l'ouverture au public des archives historiques de la Communauté européenne du charbon et de l'acier”. *JOCE*, n.º L 43 (15.02.1983), p. 14-15.

Assim, começam por reconhecer que, no âmbito do cumprimento das missões que lhes estavam adstritas, as instituições deram origem a uma “*vaste collection d’archives*”, as quais constituem um bem de cada uma delas. Por outro lado, tal como era prática corrente, depois de 30 anos, esses arquivos deviam tornar-se acessíveis ao público, sendo conveniente criar regras comuns para a abertura dos arquivos históricos.¹³⁰³ No entanto, o interesse por esta documentação não se limitava à perspectiva histórica, pois

[...] l’exploitation et l’analyse des archives des Communautés européennes ne servent pas seulement à la recherche historique en général, mais peuvent en même temps faciliter les actions des milieux intéressés sur le plan communautaire et contribuer ainsi à une meilleure réalisation de l’ensemble des objectifs des Communautés.¹³⁰⁴

O objectivo de ambos os regulamentos era estabelecer princípios essenciais, deixando ao critério de cada instituição comunitária a definição das modalidades de concretização dessas orientações gerais. Assim, o Regulamento (CEE, EURATOM) n.º 354/83 aplicava-se às instituições da CEE, da Euratom, do Tribunal de Contas Europeu e do Comité Económico e Social, enquanto a Decisão n.º 359/83/CECA vigorava apenas para esta instituição. As regras assentam claramente no princípio das três idades dos documentos, já que estabelecem que, o mais tardar quinze anos após a sua criação, todas as instituições deviam fazer transitar para os arquivos históricos os documentos dos seus arquivos correntes. Seria então feita uma triagem, no intuito de separar os documentos que deviam ser conservados dos que careciam de interesse administrativo ou histórico.¹³⁰⁵ Os documentos seleccionados para conservação seriam então encaminhados para os arquivos históricos que cada instituição escolhesse e aí seriam transmissíveis ao público trinta anos depois da sua criação. Assim, distinguiram-se os arquivos históricos e dos arquivos das Comunidades. Estes últimos, eram definidos nos termos seguintes:

[...] ensemble de documents et pièces de toute nature, quels que soit leur forme et leur support matériel, qui ont été produits ou reçus par une des institutions, par un de ses représentants ou par un de ses agents dans l’exercice de ses fonctions et qui

¹³⁰³ Para uma apresentação geral dos arquivos comunitários, ver NUÑEZ FERNANDEZ, Eduardo – “El sistema archivístico de la Unión Europea: una aproximación a la gestión de documentos y los archivos de las instituciones comunitarias (I)”. ISSN 1131-6764. *Boletín de AABADOM*, n.º 2 (1999), p. 4-36.

¹³⁰⁴ “Règlement (CEE, EURATOM) n.º 354/83...”. *JOCE*, n.º L 43 (15.02.1983), p. 1.

¹³⁰⁵ “Règlement (CEE, EURATOM) n.º 354/83...”. *JOCE*, n.º L 43 (15.02.1983), art. 7º, p. 2 e “Décision n.º 359/83/CECA...”. *JOCE*, n.º L 43 (15.02.1983), art. 7º, p. 15.

concernent les activités de la Communauté européenne et/ou de la Communauté européenne de l'énergie atomique [...].¹³⁰⁶

O acesso aos arquivos históricos estava garantido a qualquer pessoa que o desejasse. No entanto, por regra, seriam apenas facultadas cópias dos documentos, possibilitando-se o acesso aos originais somente em casos excepcionais e devidamente fundamentados. Por outro lado, são elencados os documentos excluídos do acesso público, nomeadamente os que fossem classificados de secretos, os contratos da Agência de aprovisionamento da Euratom e os documentos do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias. Além disso, também estava vedado o acesso aos processos dos funcionários das Comunidades Europeias e outros documentos alusivos à vida pessoal e profissional de uma pessoa determinada. Mas o direito de acesso aos documentos históricos era ainda reduzido no caso de se tratar de elementos relativos ao segredo profissional ou de interesses empresariais. Nesses casos, era necessário solicitar, à pessoa ou à empresa envolvidas, autorização para a sua divulgação.¹³⁰⁷

Paralelamente, tanto o Regulamento (CEE/Euratom) n.º 345/83 como a Decisão n.º 359/83/CECA, procuram regulamentar o acesso aos documentos comunitários na posse dos Estados-Membros, advertindo que estes não deviam facultar a sua consulta em condições menos rigorosas que as próprias instituições. Além disso, concede-se também a possibilidade de cada país pedir a qualquer uma das instituições «[...] un jeu complet de copies microformes de ses archives historiques [...]».¹³⁰⁸

De acordo com artigo 18.º, do Regulamento (CE) 1049/2001, a Comissão devia examinar a conformidade do Regulamento (CEE, Euratom) n.º 354/83 com os princípios e as estipulações do novo texto em matéria de acesso generalizado aos documentos. Tratava-se de coordenar o acesso aos documentos guardados nos arquivos históricos, de acordo com o regulamento de 1983 com as novas possibilidades de acesso aos documentos em vigor a partir de Dezembro de 2001.

Assim, em Agosto de 2002, a Comissão apresentou um documento com uma proposta de alteração do Regulamento (CEE, Euratom) n.º 354/83.¹³⁰⁹ Em termos de

¹³⁰⁶ “Règlement (CEE, EURATOM) n.º 354/83...”. *JOCE*, n.º L 43 (15.02.1983), art.1º, p. 1. O texto da Décision n.º 359/83/CECA utiliza exactamente os mesmos termos, substituindo apenas a parte final onde refere as actividades da CECA.

¹³⁰⁷ “Règlement (CEE, EURATOM) n.º 354/83...”. *JOCE*, n.º L 43 (15.02.1983), art.1º, ponto 5, art. 2º e art. 4º, p. 2.

¹³⁰⁸ “Règlement (CEE, EURATOM) n.º 354/83...”. *JOCE*, n.º L 43 (15.02.1983), art. 6º 8º, p. 2-3 e “Décision n.º 359/83/CECA...”. *JOCE*, n.º L 43 (15.02.1983), 6º e 8º ponto 2, p. 15

¹³⁰⁹ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CEE, Euratom) n.º 358/83 relativo à abertura ao público dos arquivos históricos da*

aplicação, o texto sublinha a necessidade de inclusão do Comité das Regiões, não abrangido anteriormente, visto ter sido criado no início da década de 1990 pelo Tratado de Maastricht.¹³¹⁰

Quanto às excepções do Regulamento de 1983, o texto da Comissão ressalva que o preceito, excluindo do acesso os processos individuais dos funcionários das Comunidades Europeias ou os documentos com informações sobre a vida privada ou profissional de uma pessoa, era incompatível com o princípio geral do Regulamento de 2001, pois todos os documentos são acessíveis, excepto se a sua difusão for susceptível de prejudicar um dos interesses expressamente protegidos pelo regulamento. Neste caso, estando em causa a protecção da vida privada, trata-se de uma excepção ao direito de acesso que pode ser aplicável além dos trinta anos, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 45/2001.¹³¹¹ Por outro lado, no que toca aos documentos sensíveis, tornava-se necessário coadunar esta designação com os parâmetros definidos no Regulamento (CE) n.º 1049/2001, incluindo a protecção do interesse público, a segurança pública, a defesa e as questões militares, as relações internacionais ou a política financeira, monetária ou económica. Assim, na proposta de regulamento para alterar o Regulamento 354/83, a Comissão propõe a supressão de algumas categorias de excepções.¹³¹²

Esta proposta da Comissão, remetida pelo Conselho ao Parlamento, foi objecto de um Relatório Parlamentar, elaborado por Marcelino Oreja Arburúa, onde se propuseram alterações, a fim de tornar mais consentâneo o acesso aos arquivos históricos com os ditames do Regulamento 1049/2001.¹³¹³ Na exposição de motivos, o relator tece alguns comentários acerca da finalidade dos arquivos históricos no âmbito da UE, realçando particularmente o seu papel para uma representação rigorosa da História. No entanto, na sua opinião e de acordo com os dados que tinha recolhido, as instituições europeias não faziam uma gestão adequada dos arquivos históricos, atribuindo-lhes recursos escassos,

Comunidade Económica Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica (apresentada pela Comissão) Bruxelas, 19.08.2002. (COM (2002) 462 final). Este documento foi depois publicado no *Jornal Oficial*: “Proposta de regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CEE, Euratom) n.º 345/83 relativo à abertura ao público dos arquivos históricos da Comunidade Europeia e da Comunidade da Energia Atómica”. *JOCE*, n.º C 331E (31.12.2002), p. 169-171.

¹³¹⁰ (COM (2002) 462 final), p. 1.

¹³¹¹ “Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Dezembro de 2000 relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados”. *JOCE*, n.º L 8 (12.01.2001), p. 1-22.

¹³¹² (COM (2002) 462 final). p. 3.

¹³¹³ OREJA ARBURÚA, Marcelino – *Relatório sobre a proposta de regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CEE, Euratom) n.º 354/83 relativo à abertura ao público dos arquivos históricos da Comunidade Económica Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica*. Parlamento Europeu, 19.02.2003. (Final A5-0035/2003).

impedindo, por exemplo, progressos significativos em termos de informatização. Por outro lado, constata que a última transferência de documentos para os arquivos do Instituto Universitário de Florença realizada pelo Conselho se aplicava ao ano de 1959, o que significava que as instituições europeias não garantiam a regularidade das transferências a que se tinham comprometido.¹³¹⁴ Para ultrapassar esta situação, o relator sugeria que o Instituto Universitário de Florença elaborasse um relatório anual sobre os arquivos, enviando-o para avaliação do Parlamento Europeu. Por sua vez, cada uma das instituições deveria também elaborar um relatório anual sobre o seu arquivo histórico, remetendo-o igualmente para análise do Parlamento. Para ultrapassar a questão da falta de meios

O relator sugere que, de futuro, a rubrica orçamental destinada aos arquivos seja incorporada na rubrica relativa ao acesso aos documentos e que, no próximo orçamento, as instituições procedam a uma análise exaustiva das verbas indispensáveis a uma gestão adequada dos arquivos.¹³¹⁵

A Comissão dos Assuntos Constitucionais elaborou igualmente um parecer que foi anexado ao Relatório em análise. No entender da deputada relatora Hanja Maij-Weggen, era sobretudo necessário clarificar a coerência funcional entre o regulamento respeitante aos arquivos e o Regulamento 1049/2001, a fim de evitar equívocos na aplicação das regras de acesso aos documentos. Na sua opinião,

A única diferença entre os documentos “normais” de uma instituição e aqueles que se destinam aos arquivos históricos reside no facto de os últimos terem de ser seleccionados e enquadrados num determinado contexto histórico, com base em critérios específicos. A vertente da limitação do acesso deveria ser abordada nesse momento da selecção e da transferência para os arquivos

acrescentando mais adiante

Não faz sentido transferir todos os documentos para os arquivos históricos, no sentido da definição dada pelo artigo 3º do Regulamento 1049/2001 – “qualquer conteúdo, seja qual for o seu suporte (documento escrito em suporte papel ou electrónico...)” – no prazo máximo de 15 anos. Isto redundaria, pura e simplesmente, numa inundação dos arquivos com centenas de milhares de textos, na maior parte dos casos, irrelevantes. O que é importante é que a selecção de

¹³¹⁴ De facto, no início dos anos 1980, o Parlamento Europeu e a Comissão decidiram enviar para o Instituto Universitário Europeu de Florença, os seus arquivos históricos. Cf. “Résolution sur l’Institut universitaire européen”. *JOCE*, n.º C 144 (15.06.1981), p. 27-31, ver p. 29 e 31.

¹³¹⁵ OREJA ARBURÚA, Marcelino – *Op. cit.* p. 17-18; citação da p. 17

documentos seja feita de forma permanente e em conformidade com o estipulado no acordo celebrado com o Instituto Universitário Europeu de Florença, em 17 de Dezembro de 1984, enquanto depositário final dos arquivos.¹³¹⁶

Na sequência do Relatório em análise, os deputados europeus aprovaram em Março de 2003 uma *Resolução legislativa do Parlamento Europeu sobre a proposta de regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CEE, Euratom) n.º 354/83 relativo à abertura ao público dos arquivos históricos da Comunidade Económica Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica*.¹³¹⁷ Neste texto apresentam-se algumas alterações de redação para que as excepções de acesso fossem interpretadas da mesma forma em ambos os regulamentos. Foram também apresentadas algumas propostas como a criação de um registo electrónico para os arquivos históricos, a entrega de relatórios anuais ao Parlamento sobre os arquivos comunitários e a revisão do regulamento de acesso aos arquivos históricos dois anos após a sua entrada em vigor.

Tendo em conta estes elementos, em Abril de 2003, a Comissão apresentou uma nova proposta de alteração do Regulamento (CEE/Euratom) n.º 354/83.¹³¹⁸ Este texto foi depois publicado, com alterações pontuais de redação, como Regulamento (CE, Euratom) n.º 1700/2003.¹³¹⁹ Assim, ficou estabelecido que, no caso dos documentos abrangidos pela excepção relativa à vida privada e à integridade do indivíduo ou de interesses comerciais de uma pessoa singular ou colectiva, incluindo a propriedade intelectual, o acesso pode ser limitado a parte ou à totalidade do documento após o período de trinta anos a contar da sua criação. Com esta disposição e outras sobre os documentos classificados, procurou-se adequar o acesso aos arquivos históricos com as determinações do Regulamento 1049/2001.¹³²⁰

¹³¹⁶ *Idem, ibidem*. p. 19-29, citações das p. 21 e p. 29.

¹³¹⁷ “Abertura ao público dos arquivos históricos da CEE e da CEEA: resolução legislativa do Parlamento Europeu sobre a proposta de regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CEE, Euratom) n.º 354/83 relativo à abertura ao público dos arquivos históricos da Comunidade Económica Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica”. *JOUE*, n.º C 61E (10.03.2004), p. 98-106.

¹³¹⁸ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CEE, Euratom) n.º 358/83 relativo à abertura ao público dos arquivos históricos da Comunidade Económica Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica (apresentada pela Comissão)* Bruxelas, 30.04.2003. (COM (2003) 244 final).

¹³¹⁹ Regulamento (CE, Euratom) n.º 1700/2003 do Conselho de 22 de Setembro de 2003 que altera o Regulamento (CEE, Euratom) n.º 358/83 relativo à abertura ao público dos arquivos históricos da Comunidade Económica Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica”. *JOUE*, n.º L 243 (27.09.2003), p. 1-3.

¹³²⁰ *Idem, ibidem*. art. 2º, 3º e 5º, p. 2.

VIII.10. A transparência como forma de aproximação aos cidadãos

A Comissão Prodi (1999-2004) marcou avanços significativos no caminho da transparência ao publicar o Regulamento 1049/ 2001, ao publicar anualmente a lista dos peritos encarregues de aconselhar a Comissão, ao realizar consultas prévias à formulação das propostas legislativas e ao adoptar o Código de boa conduta administrativa dos funcionários europeus. Mas a transparência envolve outras vertentes, como o demonstraram diversas iniciativas durante a presidência belga do Conselho, no segundo semestre de 2001, incluindo a multiplicação de sítios *web*, descrevendo as actividades da presidência, a organização de conferências, contactos com a sociedade civil e campanhas de informação temáticas.¹³²¹

Já a Comissão Barroso, em Janeiro de 2005, ao apresentar os seus objectivos estratégicos para 2005-2009, lembrava explicitamente que todas as instituições europeias deviam estar ao serviço dos cidadãos, responsabilizando-se pelo seu trabalho e dando-o a conhecer ao público. Ora, tanto a abertura como a transparência, constituíam atributos essenciais para cumprir esse desígnio.¹³²² Assim, em Maio de 2005, é apresentado um documento onde se constata que a transparência pode ajudar a diminuir o afastamento físico e psicológico dos cidadãos em relação às instituições, levando-os a aceitar a legitimidade do processo europeu. A este propósito, pode ler-se:

Accroître la transparence ne peut suffire à combler cet écart. Toutefois, si nous parvenons, à travers nos actions, à montrer aux dirigeants, aux entreprises, à la société civile et aux Européens en général que les politiques sont élaborées de manière ouverte et globale, que leurs institutions sont mieux gérées et qu'il leur est possible de savoir quelle utilisation est faite de l'argent de leurs impôts, nous serons sur la bonne voie.¹³²³

Na verdade, tratava-se de responder a uma exigência dos cidadãos, que já não se contentavam com as informações difundidas pelos meios de comunicação tradicionais, e de reforçar a credibilidade institucional alicerçada em procedimentos administrativos

¹³²¹ SCHRAM, Frankie – “Debating transparency: a challenge for the Belgian presidency”. In DECKMYN, Veerle, ed. – *Op. cit.* p. 69-88. A preocupação belga com a transparência ficou também assinalada no texto final do Conselho Europeu de Laeken, cf. CONSELHO EUROPEU, Laeken, 14-15 Dezembro 2001 – *Conclusões da presidência* [em linha]. [Acedido 09.11.2006]. Disponível na WWW: <http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/68833.pdf>. p. 22-23.

¹³²² COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Objectivos estratégicos para 2005-2009: Europa 2010: uma parceria para a renovação europeia: prosperidade, solidariedade e segurança: Comunicação do Presidente com o acordo da Vice-Presidente Wallström*. Bruxelas, 26.01.2005. (COM (2005) 12 final). p. 6.

¹³²³ COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Communication de M. le Président, M. Kallas et de M^{me} Wallström en vue d'un débat d'orientation concernant une éventuelle initiative européenne en matière de transparence*. Bruxelles, 17.05.2005. (SEC (2005) 644). p. 1.

modernos e em regras deontológicas. Paralelamente, a Comissão debruça-se também sobre a questão do equilíbrio entre o direito de acesso à informação e o problema do respeito pela vida privada e pela integridade das pessoas, sobretudo no contexto das potencialidades oferecidas pelos ambientes electrónicos.¹³²⁴

Em termos de orientações práticas, o documento tece considerações sobre a divulgação de dados, a propósito da atribuição de fundos comunitários, pois isso possibilitaria um maior controlo da sua utilização, diminuindo as possibilidades de fraude, e permitiria à opinião pública conhecer em maior detalhe os apoios comunitários em muitos domínios. O aperfeiçoamento do registo dos grupos de pressão numa base de dados pública aponta, também, para a luta contra a fraude e para a divulgação dos procedimentos de decisão institucionais. Por fim, o documento trata ainda do registo público dos documentos da Comissão, realçando as possibilidades de acesso aos documentos por parte dos cidadãos graças à Internet. Assim, recorda que, tanto o Parlamento Europeu como o Conselho, tinham o registo dos seus documentos acessível, mas nota que o volume destas duas instituições não é comparável ao da Comissão. De facto, esta produz uma quantidade e uma diversidade muito maiores de documentos, disponibilizando ao público os mais importantes, ou seja as séries COM, SEC, as actas da Comissão e o *Jornal Oficial*, bem como os documentos ligados à comitologia. Além disso, levanta ainda a questão do alargamento do registo em linha do correio na sequência da iniciativa lançada por Romano Prodi para a sua correspondência, mas que foi abandonada por José Manuel Durão Barroso.¹³²⁵

Numa reunião do Colégio de Comissários, onde foi debatida esta comunicação, criou-se um grupo de trabalho interserviços, presidido pelo Secretariado-Geral, para aprofundar as questões da transparência, componente fundamental para a legitimidade de uma administração moderna. Com base no relatório apresentado pelo grupo de trabalho, em Novembro seguinte, foi apresentada uma nova comunicação aos membros da Comissão, para lançar uma iniciativa europeia em matéria de transparência.¹³²⁶ Aqui a transparência é invocada para criar um clima de confiança e por constituir uma oportunidade de intervenção crítica por parte dos cidadãos ao exercerem o direito, mas também o dever de vigilância, além de constituir uma prova de que a Comissão não

¹³²⁴ *Idem, ibidem.* p. 3.

¹³²⁵ *Idem, ibidem.* p. 3-7.

¹³²⁶ COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Communication à la Commission de M. le Président, M^{me} Wallström, M. Kallas, M^{me} Hübner et M^{me} Fischer Boel proposant le lancement d'une initiative européenne en matière de transparence.* Bruxelles, 19.11.2005. (SEC (2005) 1300/6).

exerce uma política de informação selectiva.¹³²⁷ Neste contexto, a Internet apresentava-se como um instrumento poderoso, pois possibilitava o acesso a informação sob pedido de forma rápida e convivial. Isto implicava caminhar para a CiberComissão através da utilização do site EUROPA, sendo necessário melhorar a sua estrutura, tornando-o um portal coerente, tematicamente estruturado em vários níveis de navegação e com melhor apresentação multilingue, sem descurar as questões de acessibilidade técnica.¹³²⁸

A transparência personificava uma nova política de informação pro-activa de abordagem global, não só em termos orgânicos como também funcionais, com resultados transversais:

Une transparence accrue contribuera également à venir à bout de certains mythes qui nourrissent le soutien populaire accordé aux formations des eurosceptiques radicaux. La “réfutation” consiste à mener une lutte de tous les instants en dépensant d’énormes ressources pour détruire les mythes au cas par cas. La transparence est une action de prévention qui garanti que ces mythes ne puissent jamais voir le jour. Rester passif aujourd’hui n’aura d’autre effet que de se retrouver demain plus encore sur la défensive.¹³²⁹

Quanto ao alargamento do registo de toda a correspondência da Comissão, o grupo de trabalho interserviços pronuncia-se a favor, de acordo com o respeito pelo regulamento de protecção de dados de carácter pessoal, de maneira a colocar na *web* o maior número possível de textos.¹³³⁰ Além desta proposta, o mesmo grupo de trabalho sugere igualmente outras iniciativas a serem concretizadas pela Comissão como, por exemplo, a criação de um portal *web* para funcionar como ponto de acesso único à informação das direcções-gerais sobre os beneficiários dos fundos europeus, geridos centralmente, e criar ligações entre este portal e os sítios dos Estados-Membros com dados relativos aos fundos geridos em conjunto.¹³³¹

Na sequência destas discussões internas, a Comissão lançou, em Maio de 2006, um Livro Verde sobre a transparência, onde faz uma resenha das medidas direccionadas para garantir uma actuação mais clara das instituições comunitárias e identifica três grandes domínios para a consulta pública. Assim, pretendia-se recolher opiniões sobre

¹³²⁷ *Idem, ibidem.* p. 4.

¹³²⁸ *Idem, ibidem.* p. 5-6. Deveremos realçar que, em Dezembro de 2007, a Comissão elaborou um texto relativo ao papel da Internet na comunicação sobre a Europa, sublinhando as potencialidades para fazer participar os cidadãos, ver COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES – *Communiquer sur l’Europe par l’internet: faire participer les citoyens.* Bruxelles, 21.12.2007. (SEC (2007) 1742).

¹³²⁹ (SEC (2005) 1300/6). p. 6.

¹³³⁰ *Idem, ibidem.* p. 8.

¹³³¹ *Idem, ibidem.* p. 9-10.

as modalidades susceptíveis de garantir um quadro mais adequado para as actividades dos grupos de pressão, sobre as regras mínimas nas consultas da Comissão para o processo de elaboração das políticas e sobre a divulgação da identidade dos beneficiários dos fundos comunitários.¹³³²

Embora o tema da transparência tenha sido aflorado em documentos do Parlamento ao longo dos anos setenta e oitenta, foi a partir da década de noventa que ganhou maior protagonismo, afirmando-se, já no novo milénio, como uma componente fulcral da governança europeia, sobretudo para combater o deficit democrático, aproximando as instituições europeias dos cidadãos.

Para o efeito foram criados instrumentos legais no intuito de reger o acesso do público aos documentos produzidos pelos serviços comunitários no cumprimento das suas funções. Neste sentido, a UE posicionou-se claramente no paradigma pós-custodial e dinâmico, privilegiando um acesso alargado à informação

¹³³² COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Livro Verde: iniciativa europeia em matéria de transparência*. Bruxelas: [s.n.], 3.5.2006. (COM (2006) 194 final). Em Julho de 2006, O Conselho Económico e Social Europeu organizou, em cooperação com a Comissão Europeia, uma audição específica sobre as relações com os grupos de pressão no âmbito da transparência, cf. COMITÉ ÉCONOMIQUE ET SOCIAL EUROPÉEN – *Audition: initiative européenne en matière de transparence*. Bruxelles, 11.07.2006.

DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO À POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terminada a abordagem diacrónica à formulação e implementação da política de informação no âmbito do projecto europeu, desde a época da CECA até ao primeiro semestre de 2007, da actual UE, importa realçar algumas observações.

Partimos, naturalmente, da definição de Ciência da Informação, da aplicação da abordagem sistémica e da definição de política de informação que explicitámos na Parte I.

A abordagem sistémica permitiu-nos ultrapassar visão micro transmitida pelo estudo dos documentos oficiais alusivos à formulação e à reflexão institucional sobre a política de informação. De facto, tornou possível enquadrá-los no contexto global do funcionamento institucional europeu e desvendar as inter-relações e influências que lhes estavam subjacentes. Assim, como vimos, cabia à Comissão a iniciativa de propor a estratégia em matéria de informação mas, muito frequentemente, os seus documentos sobre o assunto originaram respostas por parte do Parlamento, primeiro sob a forma de relatórios os quais serviam depois de base para a elaboração das resoluções publicadas no *Jornal Oficial*. Assim, a política de informação ocupou um lugar importante na relação interinstitucional entre o Parlamento Europeu e a Comissão, com algumas intervenções do Conselho.

Por outro lado, os relatórios da instituição parlamentar, desde a década de cinquenta, os programas anuais de informação ou a sua inclusão num ponto do *Relatório geral*, ilustram o facto de a política de informação fazer parte do governo das instâncias europeias. Aliás, as actividades de informação desempenharam um papel de

divulgação das políticas comunitárias, sublinhando as suas mais-valias. Neste sentido, a política de informação serviu como política legitimadora do projecto europeu.

Por diversas vezes, os relatórios do Parlamento enfatizam o facto de a política de informação constituir uma parte integrante das políticas institucionais dos órgãos comunitários, contribuindo para a sua concretização, aspecto que ficou particularmente claro no caso da UEM mas também do mercado único ou da política agrícola comum. No entanto, também havia a consciência de que a política de informação não era a panaceia para todos os males das Comunidades, sendo imprescindíveis políticas sectoriais credíveis para sustentar uma política de informação eficaz. De qualquer forma, a política de informação procurava funcionar como um meio de agregação positiva, sistémica e simbólica dando uma visão global de políticas parcelares. Neste sentido, a política de informação configura-se a ela própria não só como um processo mas também como um sistema em permanente interacção entre o macro e o micro.

A política de informação recebe *inputs* do interior e do exterior das instâncias comunitárias, os quais, depois de transformados pelas estruturas do sistema, constituem *outputs* passíveis de fomentar um ambiente propício à integração. Assim, a consciência da inter-relação dinâmica entre a política de informação, outras políticas sectoriais e o contexto histórico, nas suas múltiplas vertentes, constitui outro elemento bem patente nos textos sobre o tema.

Nos anos setenta, com a criação de grupos de informação inter-serviços, formalizou-se o reconhecimento da integração da informação em todas as actividades e serviços da Comissão. Assim, apostava-se numa gestão sistémica benéfica para a administração interna e para a criação de uma imagem coerente destinada ao exterior. No entanto, a operacionalização desta orientação não era fácil numa organização altamente burocratizada e hierarquizada. Mas a aplicação de meios informáticos, ainda na década de setenta, procurou melhorar o diálogo, no interior da própria Comissão e numa perspectiva interinstitucional, depois mais amplamente desenvolvido a partir de 1995, com o lançamento do sítio *web* EUROPA. Também a criação do Grupo Interinstitucional para a Informação (GII), em 2001, procurou promover a integração e a sinergia entre todas as partes do supersistema representado pelas instituições da UE, no seu todo.

No entanto, na prática, a criação e transmissão de uma imagem comum de todos os serviços da Comissão nem sempre foi devidamente concretizada se tivermos em conta a multiplicação de redes de informação sectoriais, sem trabalho de coordenação

na sua retaguarda. Partindo desta realidade, a estruturação de uma política de informação global para todas as instituições europeias constitui um trabalho em progresso que não se concretiza com facilidade mas que não deixa de ser apresentado como um objectivo recorrente ao longo do tempo. Aliás, isto explica o carácter repetitivo do discurso oficial sobre a política de informação, particularmente visível, por exemplo, no caso das publicações pois as advertências para a necessidade de coordenação, de melhoria de conteúdos ou de racionalização das edições são constantes.

Apesar do Tratado fundador de CECA não ter nenhum ponto aplicável à criação de uma política de informação, Jean Monnet demonstrou desde o início preocupação com as questões de imprensa e informação. Neste sentido, não deixa de ser curioso notar que se iniciou o trabalho nesta área, desde os primórdios da construção europeia, procurando distinguir a informação de índole jornalística e a informação em profundidade. De certa forma, esta distinção baseava-se também numa visão dicotómica dos públicos: enquanto a informação jornalística visava o público em geral, a informação em profundidade dirigia-se aos designados “multiplicadores”, passíveis de assimilar um conhecimento mais complexo sobre o projecto europeu e de funcionarem como difusores de ideias de apoio ao seu aprofundamento.

Combater a ignorância e promover o conhecimento do público sobre o projecto europeu constituem objectivos estáveis da política de informação das instâncias europeias. Se, no início, se tratava de formar uma opinião pública habilitada para compreender e dar apoio à construção europeia, a partir da década de oitenta, mas sobretudo a partir da seguinte, a preocupação passou a centrar-se na formação de cidadãos europeus.

Na realidade até aos anos noventa, imperou uma orientação funcionalista acentuando o sucesso das decisões concretas, de acordo com o “método Monnet” baseado em conquistas progressivas e encadeadas. Assim, o projecto de integração era apresentado como irreversível e sem alternativas. A construção europeia desenhada com base numa racionalidade utilitária inquestionável dava-se a conhecer à opinião pública dos Estados-Membros almejando o seu apoio legitimador. Aqui o cidadão não é chamado a escolher entre diversas soluções mas apenas a reforçar o processo em marcha. A partir desta última década do século XX, a proximidade com os cidadãos, a transparência e uma maior atenção aos diferentes contextos nacionais e regionais, onde a informação era assimilada, marcam uma inflexão na acção política nesta área.

Portanto, vemos que, de facto, tendo em conta a definição de política de informação que explicitámos na Parte I, o projecto europeu definiu um conjunto estruturado de princípios e normas para otimizar o aproveitamento dos recursos de informação, no processo info-comunicacional interno e externo, de acordo com objectivos pré-determinados. No entanto, em termos de acções e de infra-estrutura, a multiplicação das redes de informação demonstrou que a Comissão não conseguia conceber uma política de informação global e abrangendo todos os seus serviços e as outras instituições da União. Aliás, pode mesmo considerar-se que, de certa forma, existe uma falta de controlo ou mesmo uma falta de conhecimento interno geral sobre estas redes de informação criadas sem coordenação global, levando frequentemente a sobreposições em termos de públicos e de objectivos. Esta situação é ainda agravada pela distribuição orçamental para as actividades de informação pois, como vários relatórios parlamentares notaram, sempre existiu uma grande dispersão dos fundos, sem qualquer planeamento integrador na sua aplicação. Por outro lado, muitas das unidades de informação não se encontram sob a alçada da DG COMM, tal como não estavam sob a alçada da antiga DG X. Só em finais da década de oitenta, com o lançamento do Programa de Informação Prioritário, se procurou uma maior coerência de gestão e de acção. Assim, um dos problemas recorrente da política de informação europeia é de índole organizacional.

Aliás, estes problemas organizacionais, vêm desde os tempos da CECA e encontram um exemplo claro na relação entre o Serviço do Porta-Voz e a Direcção-Geral da Informação (nas suas sucessivas designações), a qual sofreu ao longo dos anos numerosas orientações, alternado entre um reforço do papel do primeiro em detrimento da segunda e vice-versa. Por exemplo, o início da década de oitenta correspondeu a uma clara valorização da informação jornalística em detrimento da Direcção-Geral da Informação.

Também os elementos centrais da política de informação foram delineados ainda no âmbito da CECA, preconizando-se a utilização de publicações, dos mass-media, de filmes, de exposições, de visitas e mais recentemente da Internet como canais de comunicação privilegiados. A utilização de unidades de informação, organizadas em redes ainda que pouco estruturadas começou, igualmente, nos anos sessenta. A definição de grupos alvos prioritários começou também nesta altura, mas o seu leque foi sendo alargado ao longo do tempo. Assim, partindo dos meios sindicais, universitários e

dos jovens, passou, depois, a abranger os consumidores, as mulheres, os meios industriais e de negócios, os ambientalistas, entre outros.

Deveremos ainda ter em conta que, paulatinamente, entre a década de cinquenta e o início do novo milénio, a política de informação foi-se transformando numa política de informação e comunicação, afirmando-se actualmente como uma política de comunicação. Assim, recordando a definição de Ciência da Informação, que explicitámos atrás, a qual estuda o fenómeno info-comunicacional, consideramos que se trata de um âmbito científico passível de conferir inteligibilidade ao nosso objecto de estudo.

De facto, a formulação da política de informação europeia sempre teve subjacente a ideia de que as necessidades de informação do público correspondiam a informação capaz de suscitar um sentimento positivo acerca da integração europeia. Mas, em termos de comportamento informacional, do ponto de vista da Ciência da Informação, entenderemos a necessidade de informação europeia como a informação de que os indivíduos necessitam, de forma espontânea ou induzida, para desempenhar o seu papel de cidadãos europeus, no âmbito profissional, social, educacional ou político. Mas, o que a política de informação europeia enfatiza é a informação promocional, no sentido de marketing político, em detrimento de informação direccionada para as necessidades do público claramente identificadas através de estudos científicos. Paralelamente, as instituições de Bruxelas entendiam o processo de informação num sentido unidireccional pois esperava-se produzir um determinado efeito sobre um receptor “ideal”, na medida em que não se faziam distinções entre os múltiplos contextos nacionais, descurando-se os aspectos culturais, emocionais ou cognitivos, apesar de haver a diferenciação entre categorias profissionais ou faixas etárias.

Neste processo info-comunicacional, devemos salientar que as instituições europeias sempre utilizaram canais de informação exteriores às próprias instâncias comunitárias para chegar aos cidadãos. Aliás, a criação de redes de informação insere-se claramente nesta dinâmica pois recorria-se a instituições pré-existentes susceptíveis de estarem, bem integradas nos meios sócio-profissionais em que se procurava difundir a mensagem comunitária. No entanto, a selecção das mensagens transmitidas e dos canais utilizados sempre constituíram competências da alçada das instâncias comunitárias, criando uma política de transmissão da informação vertical e unidireccional.

Todavia, a partir dos anos setenta, o enfoque, no estabelecimento de um diálogo com o público, ou pelo menos na sua escuta, começou a ganhar terreno no discurso

político sobre esta área. A partir de meados da década de oitenta, esta dinâmica acentua-se pois o binómio informação/comunicação começa a ganhar centralidade, demonstrando uma postura mais orientada para cativar os cidadãos em relação aos assuntos europeus mas também abrindo um espaço de diálogo, implicando a escuta mais atenta dos receptores da informação europeia e uma atenção especial ao lado emocional do público em geral. Mas, simultaneamente, ainda na década de oitenta, a informação dos meios empresariais torna-se prioritária pois era necessário criar uma infra-estrutura de conhecimento para o funcionamento do mercado único e para o seu aproveitamento por parte dos agentes económicos. Para o efeito, foram criadas redes de informação especializadas em assuntos económicos.

Na década de noventa, os aspectos relacionados com a informação e a comunicação ganharam um relevo mais acentuado na UE em virtude das dificuldades na ratificação do Tratado de Maastricht. Tinha acabado o “consenso permissivo” das opiniões públicas nacionais substituído por um sentimento de questionamento ou mesmo de desconfiança sobre a integração europeia. Por esta altura, começa também a discutir-se o *deficit* democrático associado, em parte, às questões de informação e comunicação.

À política de informação competia, agora, criar condições para facilitar a intervenção dos cidadãos no debate sobre a construção europeia, com base em conhecimentos factuais. O público-alvo passou a ser o cidadão com direitos e responsabilidades políticas e não um simples cliente a quem se pretendia vender as vantagens de um conceito. Neste contexto, a Comissão Europeia formulou uma política baseada no trinómio informação/comunicação/transparência, seguindo uma nova abordagem para a área.

No entanto, esta nova abordagem recupera, em parte, determinações expostas em documentos anteriores como a necessidade de enquadrar estratégias de informação nas propostas políticas. Por um lado, isto demonstra que, de facto, a informação estava geneticamente ligada ao desenvolvimento de todas as políticas e, por outro, que era difícil operacionalizar esta ligação. Em termos de redes de informação realçava-se a necessidade de coordenação e de parcerias entre diferentes tipos de unidades. No final da década de noventa, afirma-se exclusivamente a política de comunicação com a intenção de favorecer o diálogo entre os cidadãos e as instituições europeias, em grande parte graças ao recurso às TIC e em particular ao portal EUROPA, criado em 1995.

A literacia informacional estava implícita à nova vontade de envolver os cidadãos no projecto europeu, sendo uma condição base para o êxito da política de comunicação com base no uso das TIC. Mas alguns autores encaram de forma crítica a expectativa de um papel activo dos cidadãos no debate sobre a União, tendo em conta a diminuição geral da participação política em todos os Estados-Membros. Assim em 2005, o Parlamento adverte que deve ser a informação europeia a procurar o cidadão e não o contrário, numa atitude muito orientada ao marketing e baseada no uso das TIC bem como nos meios de comunicação social.

Mas o apelo à participação dos cidadãos, foi reforçada depois, dos problemas na ratificação do Tratado Constitucional. Assim, em 2005, a Comissão promoveu um período de reflexão, através do *Plano D*. Neste documento, apela-se à participação directa dos cidadãos no debate europeu, mesmo se estes não parecem interessados nessa intervenção. Por outro lado, o debate procura substituir a simples explicação das acções da UE. Todavia, sem informação factual fiável, o nível de discussão nunca pode ser satisfatório. Ora, o acesso a essa informação por parte dos cidadãos não parece constituir uma necessidade espontânea e a UE não tem conseguido induzi-la.

A política de comunicação focaliza-se na definição de mensagens e na optimização dos seus processos de transmissão, numa atitude essencialmente promocional. Já a política de informação orienta-se mais para a criação de condições que tornem acessível a informação de que os indivíduos necessitam, num determinado contexto, no momento e no formato oportuno.

Todavia, isto não impede que no discurso político, o reforço da participação dos cidadãos se torne um alicerce da boa governança, no início do novo milénio. Para criar um contexto propício, a Comissão faculta o acesso através da Internet a informações acerca da elaboração das políticas em todas as etapas do processo decisório, nomeadamente através de uma política de acesso aos documentos bastante alargada, obedecendo a princípios de transparência e abertura.

O acesso aos documentos da UE procura dar visibilidade às acções internas das suas instituições. Implica a abertura ao escrutínio público do processo decisório, na medida em que se faculta informação orgânica e funcional. Assim, ultrapassa-se a divulgação de informação meramente factual e promocional. Tal como no caso da política de informação também a transparência passa a estar incluída no *Relatório geral* a partir de meados da década de noventa.

A transparência e o acesso aos documentos eram apresentados como meios para promover a eficiência e lutar contra a corrupção interna, além de clarificar opções políticas e facultar a participação cívica no processo decisório. Afirma-se, por isso, também como um elemento da governança e como mito portador de vantagens inquestionáveis.

Desta forma, as instâncias europeias situam-se claramente num paradigma pós-custodial e informacional sobretudo desde o momento em que a comunicação se torna, com a Comissão Prodi e com a Comissão Barroso, uma função estratégica da UE, assumindo-se integralmente e explicitamente como um elemento da governança.

À informação europeia resta continuar a contribuir para “fazer” os europeus depois de se ter construído a UE.

PARTE III

OS CIDADÃOS E A INFORMAÇÃO EUROPEIA

CAPÍTULO IX

ANÁLISE DO ACESSO AOS DOCUMENTOS

IX.1. Os primeiros relatórios sobre o acesso aos documentos do Conselho

No último capítulo da Parte II, debruçámo-nos sobre a legislação criada para reger o acesso à informação interna das instituições da UE. Impõe-se, agora, averiguar em que medida esses instrumentos legais permitiram uma efectiva aproximação dos cidadãos à informação europeia.

Por isso, de seguida, iremos analisar o aproveitamento por parte dos cidadãos europeus das facilidades colocadas ao seu dispor nesse âmbito. Para o efeito, iremos basear-nos nos três relatórios que foram dados a público, a propósito da implementação da Decisão 93/731 do Conselho sobre esta matéria. O primeiro relatório, datado de Julho de 1996, cobre o período de 1994-1995 e faz uma revisão das novas regras de acesso aos documentos do Conselho, observando, a este propósito:

Rather than substantially increase the effective flow of information, the new approach has thus accented recognition of the principle that anyone must have the fullest possible access to information, before [...] there was no mechanism for providing public access to Council documents.¹³³³

De facto, pela primeira vez estatua-se sobre a possibilidade de aceder a documentos não publicados, criando-se regras gerais. Naturalmente, o relatório também

¹³³³ *Report on the implementation of the Council decision on public access to Council documents: (July 1996)* [em linha]. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/register7.pdf>>. [p. 1]. De facto, os maiores interessados na melhoria do acesso aos documentos das instâncias comunitárias não provinham do público em geral mas antes dos milhares de grupos de pressão, dos consultores ou das sociedades de advogados que se movem no cenário de Bruxelas. Sobre isto ver GUGGENBÜHL, Alain – *Op. cit.* In DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Op. cit.* p. p. 23-24.

enquadra esta iniciativa no esforço global de abertura e transparência das instituições comunitárias e do Conselho, em particular, onde tinha sido criada, nessa altura, uma Divisão de Política de Informação, Transparência e Relações Públicas.

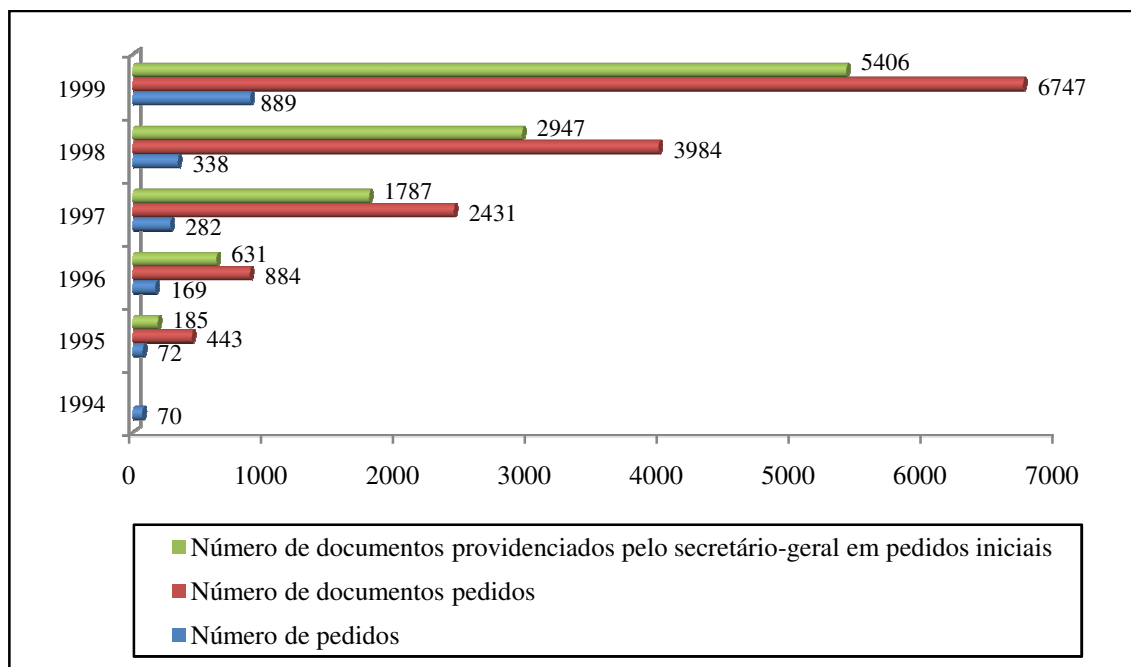


Gráfico IX-1: *Pedidos de acesso aos documentos do Conselho entre 1994-1999*¹³³⁴

De qualquer forma, a entrada em vigor desta decisão levou a um aumento significativo dos pedidos de acesso aos documentos do Conselho. De facto, como podemos ver no gráfico sobre os pedidos de acesso aos documentos do Conselho entre 1994-1999 [Gráfico IX-1], em seis anos os pedidos de acesso aos documentos apresentam um crescimento muito significativo, já que entre o primeiro ano em análise, 1994, e o último, 1999, foram recebidos cerca de doze vezes mais pedidos. Todavia, este crescimento exponencial deve ser encarado com algum cuidado, pois, em 1994, o número de pedidos foi muito baixo. Deveremos ainda ter em conta que cada pedido individual envolvia um número significativo de documentos. Assim, em 1995 cada pedido correspondia a uma média aproximada de 6,3 documentos pedidos e a 2,5 documentos providenciados. Portanto, nesse ano, menos de metade dos documentos pedidos puderam ser de facto consultados pelos seus requerentes.

¹³³⁴ Elementos recolhidos nos relatórios do Conselho: *Report on the implementation of the Council decision on public access to Council documents...* (op. cit.); *Second report drawn up by the Secretary-General of the Council on the implementation of the Council decision on public access to Council documents (1996-1997)* [em linha], Junho 1998. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/register6.pdf>>; COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. SECRETARY-GENERAL OF THE COUNCIL – *Third report on the implementation of Council Decision 93/731/EC on access to Council documents (1998-1999)* [em linha], 22.12.2000. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/132750EN.pdf>>.

No ano seguinte, cada pedido envolveu em média 5,2 documentos tendo sido autorizada a consulta de 3,7 documentos por cada pedido, verificando-se uma evolução positiva na satisfação das necessidades dos requerentes. Já em 1998, podemos constatar que a diferença entre a quantidade média de documentos envolvida em cada pedido (11,7) ficou bastante aquém da média de documentos acedidos por cada pedido (6,7). Todavia, o ano seguinte foi aquele em que a diferença entre o número médio de documentos abrangendo cada pedido (7,5) e o número médio de documentos fornecidos por cada pedido (6) foi a mais baixa para o período de 1994 a 1999.

Outro elemento de análise interessante diz respeito à evolução de respostas positivas a pedidos iniciais. Assim, se no biénio 1994-1995 apenas de 41% dos documentos foram providenciados através de pedidos iniciais, beneficiando da resolução imediata do Secretário-Geral do Conselho, em 1999, 80% dos documentos foram acedidos a partir deste primeiro patamar. A diferença de valores registada poderá explicar-se pelo facto de os primeiros dois anos terem constituído um período de adaptação das estruturas do Conselho à interpretação da Decisão 93/731 sobre o acesso aos documentos, havendo ainda alguma dificuldade nas respostas formuladas, enquanto nos anos posteriores a estabilização e a normalização dos procedimentos neste sector permitiram atingir uma maior eficácia e eficiência no tratamento dos pedidos em benefício de diligências mais rápidas e de maior facilidade de acesso aos documentos solicitados pelos requerentes. Assim, o bom andamento desta prática permite afirmar no relatório do biénio 1996-1997 que «[...] the policy of public access to documents is proving to be useful and efficient instrument in aid of transparency».¹³³⁵

Deveremos ainda referir que, no primeiro ano de aplicação desta decisão, ao recusar o acesso a um conjunto de documentos solicitados por um jornalista do *Guardian*, o Conselho deu início a um dos casos mais controversos, no que respeita ao acesso aos documentos. De facto, John Carvel, o jornalista envolvido, recorreu para o Tribunal Europeu, contando com o apoio dos governos dinamarquês e holandês, bem como do Parlamento Europeu. A sentença final do Tribunal Europeu acabou por anular a decisão de recusa do Conselho, o que constituiu um novo avanço em matéria de garantia de direitos de acesso aos documentos das instituições europeias.¹³³⁶

¹³³⁵ *Second report drawn up by the Secretary-General... (op. cit.). [p. 2].*

¹³³⁶ CARVEL, John – “Request for documents of the Council: an account of the Guardian case”. In DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 53-67. Para a descrição das queixas ao Provedor de Justiça relativas à recusa de acesso aos documentos do Conselho e também da Comissão, de acordo com as Decisões 93/731 e 94/90, ver HARDEN, Ian – *Op. cit.* In DECKMYN, Veerle, ed. – *Op. cit.* p.

Aliás, neste segundo relatório constata-se que uma das dificuldades no acesso aos documentos dizia respeito à identificação dos documentos pretendidos pelos próprios requerentes, em virtude de não haver ainda um registo público dos documentos do Conselho.¹³³⁷ Para resolver esta situação, em Junho de 1998, o Conselho decide criar esse registo público de documentos, contendo o título, a(s) data(s) e o número de registo dos documentos não classificados, multilingue e acessível via Internet. Assim «The availability of the register via the Internet should mean a wider professional and geographical spread of applicants, as these have hardly changed since the establishment of the policy of access to documents».¹³³⁸

No entanto, na opinião de Alain Guggenbühl, para informar verdadeiramente o público «More than a register of available public documents, what is needed is sets of handbooks, guides, “encyclopaedias” or codes explaining the EU acquis, in any appropriate media, allowing information to be updated easily».¹³³⁹ De facto, uma das peculiaridades do acesso aos documentos residia na concentração dos seus utilizadores, notando-se, a este propósito, que no período de 1996-1997 duas pessoas tinham feito 58% do total dos pedidos desse biénio.¹³⁴⁰ Por outro lado, mesmo existindo um registo público de documentos, podem subsistir problemas na identificação e no acesso à informação, se o registo não for actualizado ou se muitas categorias de documentos, nomeadamente os documentos preparatórios de decisões finais, forem excluídas desse registo.

De qualquer forma, nos seus relatórios, o Conselho preocupa-se com a identificação da origem profissional dos requerentes no acesso aos documentos [Tabela IX-1]. Podemos assim constatar que o meio académico das Universidades constitui o sector de onde surgem mais pedidos em todos os biénios.¹³⁴¹ Sobressaem depois os

132-134. Para uma relação completa das queixas apresentadas ao Tribunal de Justiça e ao Tribunal de Primeira Instância, entre 1995-2001, ver NAÔMÉ, Caroline – “The case-law of the Court of Justice and of the Court of First Instance of the European Communities on Transparency: from Carvel to Hautala II (1995-2001)”. In DECKMYN, Veerle, ed. – *Op. cit.* p. 147-198. Veja-se também a análise de ORTEGA GOMÉZ, Marta – “La transparencia de los documentos oficiales a través de la jurisprudencia comunitaria”. *Gaceta jurídica de la Unión europea y de la competencia*. ISSN 1575-2054, n.º 208 (2000), p. 8-17 e de NIETO-GUERRERO LOZANO, Ana Maria – “Luces y sombras del derecho de acceso a los documentos de las instituciones comunitarias”. *Gaceta jurídica de la Unión europea y de la competencia*. ISSN 1575-2054, n.º 218 (2002), p. 81-102.

¹³³⁷ *Second report drawn up by the Secretary-General... (op. cit.)*. [p. 3]

¹³³⁸ *Idem, ibidem*. p. 2.

¹³³⁹ GUGGENBÜHL, Alain – *Op. cit.* In DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 24.

¹³⁴⁰ *Second report drawn up by the Secretary-General... (op. cit.)*. [p. 5].

¹³⁴¹ Este padrão corresponde à tendência assinalada por Peter Dyberg que identificou os grupos dos investigadores e os jornalistas como mais frequentes utilizadores das facilidades de acesso aos documentos, cf. DYRBERG, Peter – *Op. cit.* p. 158-159. No caso do Conselho, a coincidência ocorre

pedidos do sector profissional da advocacia. Mas, curiosamente, dois grupos geralmente associados à procura de informação sobre as actividades das instituições europeias, os grupos de pressão e os jornalistas, apresentam percentagens de pedidos na generalidade pouco significativas. Naturalmente, no que toca aos jornalistas, o serviço de imprensa do Conselho deveria ser o seu ponto de contacto principal com as actividades desta instituição. Já para os grupos de pressão, os números apresentados encontram uma explicação mais difícil, levantando questões sobre a existência de canais de acesso à informação europeia paralelos e privilegiados para certos grupos.

<i>Área profissional dos requerentes</i>	<i>1994-1995</i>	<i>1996-1997</i>	<i>1998-1999</i>
Membros do Parlamento Europeu	5%	3%	3,5%
Grupos de pressão (Lobbies)	9%	10%	10%
Advogados	25%	17%	10,5%
Jornalistas	23%	6%	2,25%
Meio académico	27%	43%	29,5%
Indústria	2%	3%	7,25%
Outros (bibliotecas, instituições diversas, etc)	8%	18%	37%

Tabela IX-1: *Origem profissional dos requerentes de documentos do Conselho 1994/1999*¹³⁴²

Poderemos ainda realçar o facto de o contingente “Outros”, no qual se incluem as bibliotecas, aumentar substancialmente a sua percentagem de pedidos de documentos entre 1994 e 1999, demonstrando uma diversificação progressiva da origem profissional dos pedidos de acesso aos documentos. No que respeita às bibliotecas, poderemos recordar que uma das conclusões do primeiro encontro de representantes nacionais dos CDE, realizado em Bruxelas, em 1998, enfatizava a necessidade de estas unidades de informação facilitarem o acesso dos cidadãos à informação europeia, recorrendo, para o efeito, à informação electrónica e à cooperação em rede a nível nacional e europeu.¹³⁴³

Quanto à origem geográfica dos pedidos de acesso aos documentos [Tabela IX-2], verificamos que a Bélgica, o Reino Unido e a Alemanha são os países onde encontramos percentagens mais elevadas em todos os biénios, se bem que no caso do Reino Unido, em 1998-1999, a percentagem desça para menos de metade em relação aos dois biénios anteriores. Os restantes países apresentam percentagens sempre abaixo dos 10% e alguns não fazem nenhum pedido num dos biénios, ou em ambos os biénios, como no caso de Portugal. Por outro lado, deveremos também atender ao facto de os

apenas com os investigadores porque os jornalistas, como iremos ver, pouco uso fizeram da Decisão sobre o acesso aos documentos.

¹³⁴² Elementos recolhidos dos relatórios do Conselho: *Report on the implementation of the Council decision on public access to...* (op. cit.); *Second report drawn up by the Secretary-General...* (op. cit.); COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. SECRETARY-GENERAL OF THE COUNCIL – *Third report on the implementation...* (op. cit.).

¹³⁴³ RIGAKOU, Vasiliki – “Inaugural meeting of EDC national representatives”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 4 (1998), p. 14.

países terceiros procurarem aceder aos documentos do Conselho, com particular incidência no biénio 1998-1999. De certa forma, estes números vêm sustentar a tese segundo a qual a falta de transparência, na vertente do acesso aos documentos, decorre do afastamento físico e emocional dos cidadãos em relação a Bruxelas.¹³⁴⁴ No entanto, esta argumentação não se aplica ao caso inglês, país tipicamente euro-céptico, mas que está entre os três Estados-Membros de onde provinha o maior número de pedidos.

<i>Origem geográfica dos requerentes dos Estados-Membros</i>	<i>1994-1995</i>	<i>1996-1997</i>	<i>1998-1999</i>
Alemanha	15%	15%	12%
Bélgica	31%	27%	33,5%
Dinamarca	4%	2%	3%
Espanha	2%	5%	5,25%
França	6%	4%	9%
Grécia	-	-	0,5%
Holanda	7%	6%	5,5%
Reino Unido	25%	21%	9,5%
Irlanda	-	2%	1%
Itália	4%	4%	4,5%
Luxemburgo	2%	4%	1,5%
Portugal	-	-	0,75%
Áustria (Estado-Membro desde 1995)	-	2%	4,25%
Finlândia (Estado-Membro desde 1995)	-	4%	0,75%
Suécia (Estado-Membro desde 1995)	3%	1%	1,25%
Países Terceiros (EUA, Noruega, Suíça, Japão, etc.)	3%	2%	7,75%

Tabela IX- 2: *Origem geográfica dos requerentes dos documentos do Conselho 1994/1999*¹³⁴⁵

No que respeita à distribuição temática dos pedidos de acesso aos documentos do Conselho [Tabela IX-3], no período de 1994 a 1999, nota-se um claro predomínio dos assuntos relacionados com a Justiça e Assuntos Internos, com um aumento progressivo ao longo dos anos, já que no biénio 1998-1999 atingiu a percentagem de 57%, representando mais do dobro do biénio 1994-1995. Vemos, assim, que o acesso aos documentos sofre a influência directa da própria evolução da construção europeia. De facto, o Tratado de Maastricht foi o primeiro a formalizar uma política de “Justiça e Assuntos Internos”, dando corpo ao designado terceiro pilar, sujeito ao método intergovernamental.¹³⁴⁶

¹³⁴⁴ BOER, Monica Den – “Transparency and openness in Justice and Home Affairs”. In DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 93-94.

¹³⁴⁵ Elementos recolhidos dos relatórios do Conselho: *Report on the implementation of the Council decision on public access to...*(*op. cit.*); *Second report drawn up by the Secretary-General...* (*op. cit.*); COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. SECRETARY-GENERAL OF THE COUNCIL – *Third report on the implementation...* (*op. cit.*).

Note-se que o total das percentagens dos biénios 1994-1995 e 1996-1997 não atinge os 100% mas são estes os números indicados nos relatórios apresentados pelo Conselho.

¹³⁴⁶ Cf. ROCHA Isabel, coord. de – *Op. cit.* Título VI, p. 295-300.

<i>Assuntos</i>	<i>1994-1995</i>	<i>1996-1997</i>	<i>1998-1999</i>
Assuntos legais	3%	1%	1,15%
Agricultura e pescas	3%	4%	3,75%
Mercado interno	17%	13%	4%
Política externa	11%	13%	6,5%
Funcionamento das instituições	19%	5%	3,5%
Economia e política monetária	4%	3%	4,25%
Justiça e Assuntos Internos	20%	46%	57%
Ambiente	10%	4%	6,25%
Política social	8%	3%	2,25%
Transportes	1%	0,5%	1,3%
Temas de política geral (CIG e Conselho Europeu)	-	3%	0,55%
Cultura	-	1%	-
Saúde	-	0,5%	-
Protecção dos consumidores	-	1,5%	-
Política regional e coesão económica e social	-	0,5%	-
Energia	2%	1%	-
Cooperação para o desenvolvimento	-	0,5%	-
Outros			9,5%

Tabela IX-3: *Distribuição temática dos pedidos de acesso aos documentos do Conselho 1994/1999*¹³⁴⁷

No entanto, estes números não devem esconder a insatisfação de alguns observadores acerca da acessibilidade dos documentos deste âmbito. A este propósito, em 1997, Monica den Boer afirmava:

The new transparency rules will leave unscathed the practice of decision-making behind closed doors in the Justice and Home Affairs Council. It will be as difficult to obtain draft documents about the policy-making process. Neither will access to final Third Pillar documents be automatic. Nowadays it is only by chance that one obtains information about a drafting process in Brussels, for instance when matters are leaked through national parliaments, ministries or national representations.¹³⁴⁸

Também uma componente do segundo pilar, a política externa, representou 11% dos pedidos de documentos em 1994-1995, mas sofreu uma diminuição nos biénios seguintes. Esta perda de interesse poderá estar relacionada com o facto de os avanços nesta área não terem sido muito notáveis, em virtude de as decisões no Conselho terem de ser tomadas por unanimidade.¹³⁴⁹ Deveremos também realçar a diminuição significativa dos pedidos relativos a documentos sobre o funcionamento das instituições que passou de quase 20%, no biénio 1994-1995, para uma percentagem abaixo de 3% em 1998-1999. De facto, o primeiro período corresponde ainda a uma época próxima da

¹³⁴⁷ Elementos recolhidos dos relatórios do Conselho: *Report on the implementation of the Council decision on public access to...*(*op. cit.*); *Second report drawn up by the Secretary-General...* (*op. cit.*); COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. SECRETARY-GENERAL OF THE COUNCIL – *Third report on the implementation...* (*op. cit.*).

Note-se, de novo, que o total das percentagens dos biénios 1994-1995 e 1996-1997 não corresponde a 100% mas são estes os números indicados nos relatórios apresentados pelo Conselho.

¹³⁴⁸ BOER, Monica Den – *Op. cit.* In DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Op. cit.* p. 93.

¹³⁴⁹ OLIVI, Bino; GIACONE, Alessandro – *Op. cit.* p. 280-281.

realização dos referendos e das ratificações do Tratado de Maastricht por parte dos Estados-Membros e poderemos compreender, por isso, um interesse mais pronunciado pelo funcionamento das instituições. Ora, esse interesse parece desaparecer à medida que o debate sobre o próprio Tratado também diminui.

Por fim, deveremos ainda aludir aos pedidos de documentos relacionados com o mercado interno. Assim, constatamos que, nos dois primeiros biénios em análise, apesar de haver uma diminuição dos pedidos a percentagem ainda se mantém nos dois dígitos. Contudo, no último biénio, essa procura recua significativamente, representando apenas 4% dos pedidos. Poderemos relacionar esta evolução com o facto de nos primeiros biénios a procurava mais elevada corresponder a um maior interesse, originado pela recente instauração do mercado único europeu, em 1 de Janeiro de 1993, com a consequente supressão das barreiras físicas (fim do controlo das pessoas e das mercadorias nas fronteiras interiores), das barreiras técnicas (fim dos entraves provocados pelos regulamentos nacionais) e fim das fronteiras fiscais (aproximação das taxas do IVA). Com o tempo, as regras do mercado único foram-se sedimentando e os pedidos de documentos para esclarecer dúvidas ou fundamentar reclamações tornaram-se residuais. Para terminar, não poderemos deixar de notar que a agricultura, sendo um dos sectores proeminentes em termos de absorção do orçamento comunitário, apresenta nos três biénios em estudo percentagens muito baixas no que respeita a pedidos de acesso aos documentos.

IX.2. Os relatórios sobre a aplicação do Regulamento 1049/2001

De acordo com o estabelecido no Regulamento 1049/2001, no n.º 1 do artigo 17º:

Cada instituição publicará anualmente um relatório sobre o ano anterior, referindo o número de casos em que a instituição recusou a concessão de acesso a documentos, as razões por que o fez e o número de documentos sensíveis não lançados no registo.¹³⁵⁰

Cumprindo o estipulado, a Comissão Europeia elaborou e deu já a conhecer relatórios sobre a aplicação do Regulamento em causa nos anos de 2002 a 2005.¹³⁵¹

¹³⁵⁰ JOCE, n.º L 145 (31.05.2001), p. 47.

¹³⁵¹ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relatório da Comissão sobre a aplicação em 2002 do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, Conselho e da Comissão*. Bruxelas, 29.04.2003. (COM (2003) 216 final); COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relatório da Comissão sobre a aplicação em 2003 do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, Conselho e da Comissão*. Bruxelas, 30.04.2004. (COM (2004) 347 final); COMISSÃO DAS COMUNIDADES

Também o Conselho respeitou este ditame, disponibilizando para consulta pública os relatórios alusivos aos anos de 2002 a 2006.¹³⁵² Por seu lado, o Parlamento apresentou relatórios apenas para os anos de 2005 e 2006.¹³⁵³ De seguida, iremos analisar as conclusões destes documentos que constituem uma importante fonte de informação para o conhecimento das actuais modalidades de acesso aos documentos destas três instituições europeias.

IX.2.1. Os relatórios da Comissão

O relatório da Comissão sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1049/2001, no decurso do ano de 2002, contém uma síntese das medidas tomadas para aplicar as determinações deste instrumento, a análise da sua aplicação em termos práticos, incluindo a apresentação de dados quantitativos sobre o acesso aos documentos, excluindo os pedidos de esclarecimentos e os pedidos de documentos publicados, os quais, apesar de muito numerosos, não estão abrangidos pela norma legal em estudo.¹³⁵⁴

Seguindo o estabelecido no n.º 2 do artigo 15º, onde se prevê que «As instituições estabelecerão um comité interinstitucional tendo em vista estudar as melhores práticas,

EUROPEIAS – *Relatório da Comissão sobre a aplicação em 2004 do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, Conselho e da Comissão*. Bruxelas, 29.07.2005. (COM (2005) 348 final); COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relatório da Comissão sobre a aplicação em 2005 do Regulamento (CE) n.º 1049/2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão*. Bruxelas, 24.09.2007. (COM (2007) 548 final).

¹³⁵² COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2002* [em linha], Abril 2003. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/EN-AR-02.pdf>>; COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2003* [em linha], Abril 2004. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/RapAnCons.en03.pdf>>; COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2004* [em linha], Maio 2005. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/new08896.en05INT.pdf>>. ISBN 92-824-3138-X; COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2005* [em linha], Outubro 2006. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/librairie/PDF/ENCounAnnRep_acces05.pdf>. ISBN 92-824-3264-5; COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2006* [em linha], Abril 2007. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/ENacces2006int.pdf>>. ISBN 978-92-824-2207-6.

¹³⁵³ *Relatório anual de 2005 sobre o acesso do público aos documentos (Regulamento (CE) n.º 1049/2001 – artigo 17º): (em conformidade com o disposto no n.º 7 do artigo 97º do Regimento do Parlamento)* [em linha]. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW: <http://www.europarl.europa.eu/register/pdf/FINAL_605496_1_PT.pdf>; *Relatório anual de 2006 sobre o acesso do público aos documentos (Regulamento (CE) n.º 1049/2001 – artigo 17º): (em conformidade com o disposto no n.º 7 do artigo 97º do Regimento do Parlamento)* [em linha]. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW: <http://www.europarl.europa.eu/register/pdf/605496_1_PT-final.pdf>.

¹³⁵⁴ (COM (2003) 216 final). p. 3.

abordar eventuais diferendos e debater as futuras evoluções em matéria de acesso público aos documentos»,¹³⁵⁵ no final de 2001 e ao longo de 2002, realizaram-se várias reuniões desse Comité Interinstitucional. A primeira dessas reuniões contou com a presença do Presidente do Parlamento, do Presidente do Conselho e da Vice-Presidente da Comissão, o que demonstra o interesse atribuído às questões nesta matéria por parte das mais altas esferas das instâncias europeias. Nas reuniões seguintes, decidiram-se algumas medidas práticas, como a elaboração de uma brochura comum de informação para o público sobre a acessibilidade dos documentos.¹³⁵⁶

Foi ainda durante o ano de 2002, em 3 de Junho, que o Parlamento e a Comissão tornaram os seus registos dos documentos acessíveis ao público, sendo que o Conselho já tinha adoptado esta prática desde Janeiro de 1999, cumprindo o estatuído no artigo 11º do Regulamento (CE) n.º 1049/2001.

No seu registo, a Comissão decidira incluir todos os documentos das séries COM, C e SEC a partir de 1 de Janeiro de 2001. Desta forma, tornava acessíveis os documentos resultantes da sua função legislativa, pois a série COM engloba as propostas e comunicações apresentadas pela Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, enquanto a série C abrange os actos jurídicos adoptados pela Comissão ao abrigo das competências que lhe são próprias ou delegadas. Já a série SEC cobre os documentos internos ligados aos processos de decisão e ao funcionamento geral dos serviços da Comissão.¹³⁵⁷ No total, em 31 de Dezembro de 2002, o registo abarcava referências a 24.942 documentos, mas previam-se alguns desenvolvimentos ao longo de 2003, dependentes da modernização da gestão dos documentos e do seu arquivamento electrónico.¹³⁵⁸ Aliás, no decurso de 2002, foi lançado o projecto E-DOMEC – Electronic archiving and Document Management in the European Commission – sob alçada do secretariado-geral, responsável pela parte normativa, e alicerçado numa estrutura de três níveis, composta por um comité director, por grupos inter-serviços agrupando os responsáveis pela gestão dos documentos (DMO: Document Management Officers) e por centros de gestão dos documentos (CAD).¹³⁵⁹ Para facilitar o exercício do direito de acesso aos documentos, a Comissão criou no portal EUROPA o sítio

¹³⁵⁵ JOCE, n.º L 145 (31.05.2001), p. 47.

¹³⁵⁶ Este documento foi publicado ainda no decurso de 2002 em todas as línguas comunitárias: UNIÃO EUROPEIA – *Acesso aos documentos...* (op. cit.).

¹³⁵⁷ Sobre os documentos COM e SEC ver a bibliografia indicada na nota 1535, p.656-658.

¹³⁵⁸ (COM (2003) 216 final), p. 6-7.

¹³⁵⁹ Para conhecer a política de gestão da informação aplicada pela Comissão, ver o sítio *Arquivo e Gestão Electrónicos dos documentos da Comissão*, disponível na WWW: <http://ec.europa.eu/transparency/edoc_management/index_pt.htm>. [Acedido em 14.12.2007].

“Documentos da União Europeia”, onde se congregam diversas funcionalidades, como o acesso ao registo dos documentos internos e preparatórios, bases de dados sobre o processo legislativo interinstitucional e o direito comunitário em vigor, a base de dados dos arquivos históricos, o *Boletim da União Europeia* e o *Relatório Geral*, bem como ligações para os sítios das outras instituições para aceder aos seus documentos [Figura IX-1]. O Relatório de 2004 sublinha o sucesso desta iniciativa, apontando o número de acessos registados: 1.3841.08 consultas (calculadas em número de ecrãs visualizados), significando uma média mensal de 115.342 e uma média por dia útil de cerca de 5.250 consultas, o que correspondia ao triplo dos acessos de 2003.¹³⁶⁰

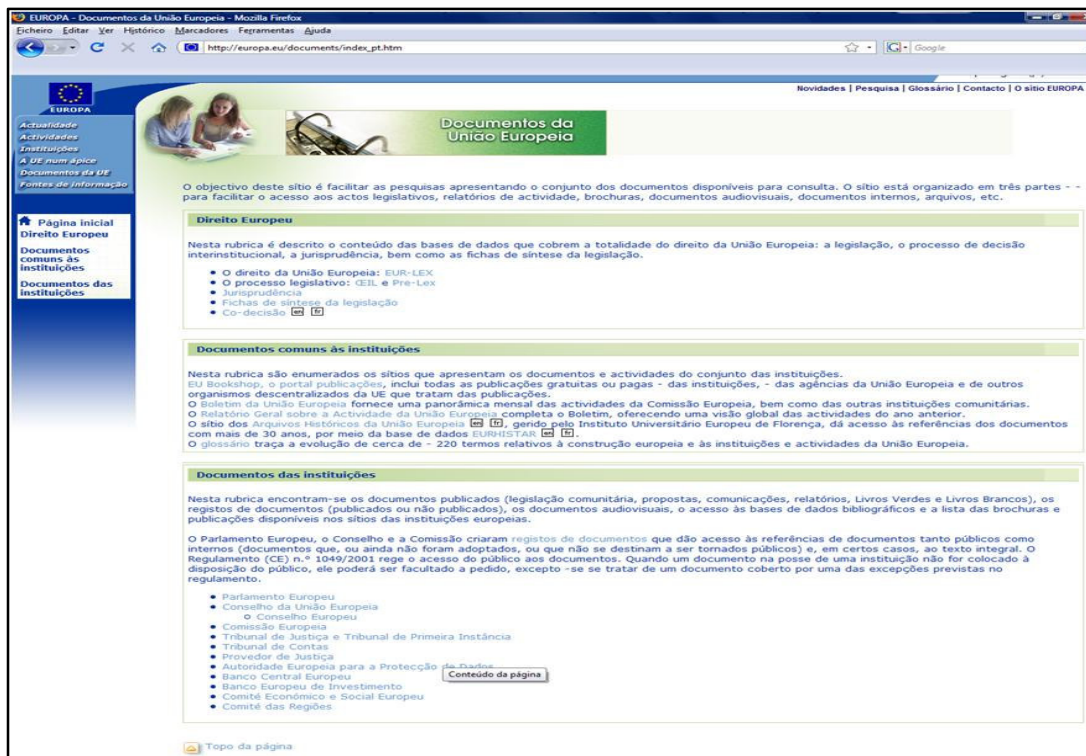


Figura IX-1: *Página do portal EUROPA sobre Documentos da União Europeia*¹³⁶¹

Do ponto de vista interno, o novo regime de acesso público aos documentos da Comissão implicou a formação do pessoal envolvido. Tendo em conta que se manteve o tratamento descentralizado dos pedidos de acesso, no seguimento da prática adoptada com a Decisão 94/90 da Comissão, as actividades de formação foram destinadas prioritariamente aos membros da rede de funcionários responsáveis nas diferentes direcções-gerais. Aliás, esta rede era apresentada como um fórum de intercâmbio das informações, das experiências e das boas práticas, além de os seus membros assegurarem a formação e sensibilização dos seus colegas nas respectivas direcções-

¹³⁶⁰ (COM (2005) 348 final). p. 3.

¹³⁶¹ <http://www.europa.eu/documents/index_pt.htm>. [Acedido 03.09.2008].

gerais. Para facilitar o trabalho de todos e uniformizar práticas, foi criado um guia alojado na Intranet da Comissão para apoiar o tratamento dos pedidos de documentos. Em complemento de todas estas iniciativas, os novos funcionários passaram a frequentar um módulo de formação sobre o direito ao acesso público aos documentos.¹³⁶²

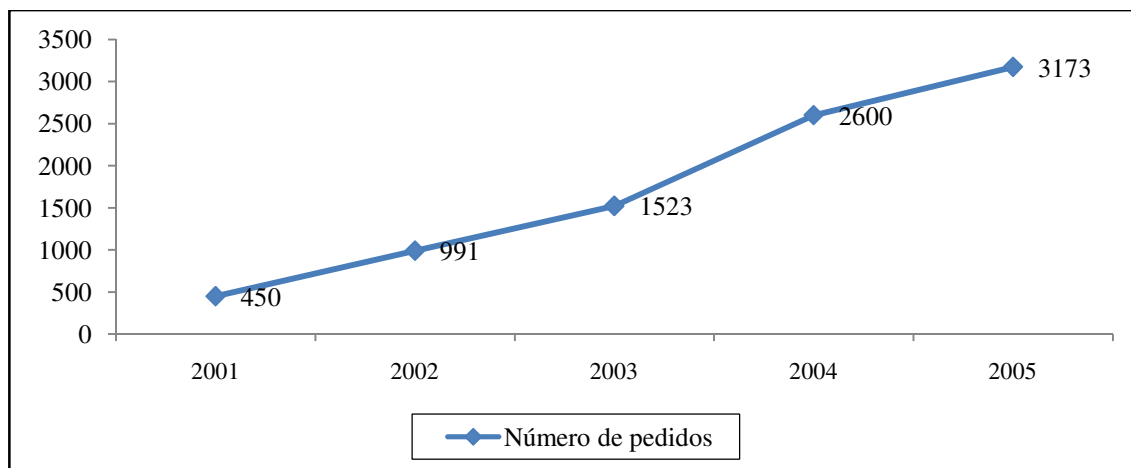


Gráfico IX-2: *Evolução dos pedidos iniciais de acesso aos documentos da Comissão*¹³⁶³

Em termos de evolução dos pedidos de acesso, o Relatório enfatiza o seu aumento em 2002 relativamente a 2001, explicando-o, em parte, pela adopção do novo regulamento e pela publicidade feita à sua volta, bem como devido à abertura do registo público. Aliás, o número de pedidos iniciais teve um aumento constante muito expressivo desde 2001 até 2005. De facto, podemos notar que, entre 2002 e 2003, houve um crescimento de aproximadamente 120% dos pedidos iniciais de acesso [Gráfico IX-2].

	2002	2003	2004	2005
Acesso total	---	66,83%	64,8%	64,67%
Acesso parcial	---	2,48%	3,39%	3,57%
Total	66,5%	69,31%	68,19%	68,24%

Tabela IX-4: *Percentagem das respostas positivas aos pedidos iniciais de acesso aos documentos da Comissão*¹³⁶⁴

No que respeita à taxa de respostas positivas a estes pedidos, temos dados apenas para os anos de 2003 a 2005, mas verificamos que a variação é muito pouco significativa, situando-se entre os 66,5% e os 69,3% com a soma do acesso total com o acesso parcial aos documentos [Tabela IX-4]. No entanto, deveremos registar o aumento progressivo de pedidos confirmativos, os quais passaram de 96, em 2002, para

¹³⁶² (COM (2003) 216 final). p. 11-12.

¹³⁶³ (COM (2007) 548 final). p. 13.

¹³⁶⁴ *Idem, ibidem*. p. 13.

167, em 2005.¹³⁶⁵ Isto permite-nos concluir que, apesar de não representar percentagens muito significativas em relação ao número de pedidos iniciais, o crescimento dos pedidos confirmativos ilustra uma postura mais reivindicativa por parte dos cidadãos perante recusas de acesso aos documentos. De acordo com o Relatório de 2005, os fundamentos invocados para recusar o acesso aos documentos estavam sobretudo relacionados com a protecção de actividades de inspecção, inquérito e auditoria, bem como a protecção do processo decisório da Comissão ou de interesses comerciais.¹³⁶⁶

<i>Área profissional dos requerentes</i>	2002	2003	2004	2005
Requerentes sem indicação do perfil profissional	31,8%	30,16%	32,15%	31,89%
Sociedade civil	17,8%	23,48%	27,31%	29,44%
Advogados	22,4%	20,46%	13,65%	11%
Meio académico	12,3%	11,15%	11,23%	10,49%
Outras instituições da UE	3,1%	6,16%	5%	3,78%
Instituições públicas (exceptuando as instituições da UE)	8,6%	5,57%	10,15%	12,32%
Jornalistas	3,8%	3,02%	0,5%	1,07%

Tabela IX-5: *Origem profissional dos requerentes de documentos da Comissão*¹³⁶⁷

No que respeita à origem profissional dos requerentes dos documentos da Comissão [Tabela IX-5], podemos observar que as percentagens aplicáveis aos diferentes grupos não variaram significativamente ao longo dos anos de 2002 a 2005, excepto no caso dos advogados, em que a percentagem de 2005 corresponde a metade da verificada no primeiro ano em análise. Assim, poderemos recuperar as observações feitas sobre este âmbito no relatório sobre 2002, onde também se comparam os números obtidos nesse ano com os valores do ano anterior:

A percentagem dos pedidos dos cidadãos ou das pessoas que não actuam explicitamente em nome de uma organização aumentou sensivelmente, tendo passado de uma média de 10% para mais de 30%. Este facto explica-se, em parte, pelo número importante de pedidos transmitidos por correio electrónico onde só figura o nome do requerente. O interesse dos escritórios de advogados confirma-se, mantendo-se o seu nível em cerca de 22,23%. No entanto, a estabilidade desta percentagem corresponde, de facto, a uma duplicação em números absolutos. Os pedidos provenientes dos meios académicos registam uma nítida diminuição em termos relativos, tendo passado de 22 para 12% o que corresponde, todavia, a um ligeiro aumento em termos absolutos. Muitos dos pedidos de acesso aos

¹³⁶⁵ (COM (2003) 216 final). p. 14.

¹³⁶⁶ (COM (2007) 548 final). p. 5.

¹³⁶⁷ *Idem, ibidem*. p. 13.

documentos dirigidos à Comissão são vastos e imprecisos. Assim, grande número de pedidos são respeitantes ao conjunto dos documentos relativos a um dado tema, podendo abranger centenas de documentos. Estes pedidos provêm especialmente de investigadores e estudantes, bem como de escritórios de advogados.¹³⁶⁸

Partindo desta última observação, poderemos constatar que os requerentes não conseguiam utilizar correctamente o registo público dos documentos e, desta forma, obter os dados necessários para instruir os seus pedidos. Portanto, apesar de se ter criado um instrumento de acesso à informação para apoiar o direito de acesso aos documentos, os utilizadores exerciam esse direito sem localizar previamente e de forma exacta a informação que pretendiam. Por outro lado, parece que o regulamento beneficiou em particular os especialistas, mas não chegou junto do grande público.

Aliás, devemos notar que, ao longo dos anos, o registo foi recebendo novas categorias de documentos. Assim, por exemplo, em 2003, passou a incluir o registo dos trabalhos dos comités, nomeadamente as ordens de trabalho das reuniões dos comités, os projectos de medidas de execução, as actas resumidas das reuniões e os resultados das votações sobre os pareceres emitidos pelos comités. Este registo era complementado por um repertório de documentos em certos casos com texto integral disponível.¹³⁶⁹

<i>Área geográfica de origem</i>	2002	2003	2004	2005
Países-Membros	84,7%	83,35%	91,58%	89,13%
Não especificado	12,3%	12,59%	5,65%	7,50%
Países europeus não membros da UE	1,7%	0,93%	1,24%	2,10%
Países de fora da Europa	1,3%	0,99%	1,24%	1,24%
Países candidatos	-	2,14%	0,27%	0,54%

Tabela IX-6: *Origem geográfica dos pedidos de acesso aos documentos da Comissão*¹³⁷⁰

Quanto à origem geográfica dos requerentes de documentos [Tabela IX-6], o relatório de 2005 faz uma resenha desde 2002, onde, naturalmente, ressalta o predomínio dos pedidos oriundos dos países-membros da UE, ultrapassando sempre os 80%, sobressaindo, em particular, a Bélgica, a Alemanha, a Itália, a França, os Países Baixos e o Reino Unido como os países com percentagens mais elevadas.¹³⁷¹ Como podemos verificar, os pedidos oriundos de outros países, tanto europeus como de outros continentes, apresentam percentagens residuais, inferiores à percentagem dos pedidos de origem não especificadas.

¹³⁶⁸ (COM (2003) 216 final). p. 13-14.

¹³⁶⁹ (COM (2004) 347 final). p. 7-8. Cf. a página Registo de Comitologia <<http://ec.europa.eu/transparency/regcomitology/recherche.cfm?CL=pt>>. [Acedido em 14.12.2007].

¹³⁷⁰ De acordo com os dados apresentados em: (COM(2007) 548 final). p. 18.

Para os anos de 2004 e 2005, os totais anuais não correspondem exactamente a 100% mas são estes os números apresentados no documento da Comissão.

¹³⁷¹ (COM (2007) 548 final). p. 16-17.

IX.2.2. Uma reflexão sobre a aplicação do Regulamento 1049/2001 em 2004

Em 2004, temos de salientar a organização, sob a égide da Presidência neerlandesa, de uma conferência sobre a transparência na UE, a fim de promover um primeiro balanço da aplicação do Regulamento 1049/2001 e atendendo ao alargamento da UE aos dez novos Estados-Membros. Aliás, foi também em 2004, mas no início do ano, que a Comissão publicou o Relatório sobre a aplicação dos princípios do Regulamento 1049/2001, documento previsto no n.º 2 do artigo 17º do próprio Regulamento.¹³⁷²

O documento da Comissão tinha por objectivo proceder a uma avaliação qualitativa da aplicação do regulamento nas três instituições, desde 3 de Dezembro de 2001. No entanto, em termos quantitativos, não deixa de frisar que em cada ano houve um aumento substancial dos pedidos de acesso, com as taxas de respostas positivas a permanecerem estáveis. Além disso, o número de documentos em texto integral disponíveis para o público também beneficiou de um crescimento progressivo. Este relatório da Comissão estrutura-se à volta de sete grandes assuntos: o quadro jurídico e as características do regulamento, a extensão do direito de acesso, os limites desse direito, a aplicação do direito de acesso na prática, a publicidade e a informação activa, balanço e perspectivas e, por fim, acções propostas.

No que diz respeito ao quadro jurídico, alude-se à Convenção de Århus, assente em três pilares: acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisões e acesso à justiça no domínio do ambiente.¹³⁷³ Quanto à extensão do direito de acesso, a Comissão nota que tanto o Parlamento, como o Conselho e ela própria aplicam o regulamento de forma não discriminatória aos cidadãos e às colectividades de países

¹³⁷² Ver COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relatório da Comissão sobre a aplicação dos princípios do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, Conselho e da Comissão*. Bruxelas, 30.01.2004. (COM (2004) 45 final) e *TRANSPARENCY IN EUROPE, II, The Hague, 25-26 November 2004 – Public access to documents in the EU and its member states: hosted by the Netherlands during its chairmanship of the EU Council*. Ed. P. J. Stolk [et al.]. The Hague: Ministry of the Interior and Kingdom Relations, Constitutional Affairs and Legislation Department, [2004]. ISBN 90-5414-092-5.

¹³⁷³ A Convenção de Århus foi assinada em 1998 pela Comunidade Europeia e pelos seus quinze Estados-Membros e entrou em vigor em Outubro de 2001. O intuito deste documento, depois ratificado por outros países, é permitir um maior envolvimento do público nas questões ambientais e contribuir activamente para a preservação e protecção do ambiente, dando especial relevância às questões do acesso à informação nesta matéria. Em 2003, a Comissão apresentou uma *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à aplicação das disposições da Convenção de Århus sobre o acesso à informação, a participação do público na tomada de decisões e o acesso à justiça no domínio do ambiente às instituições e organismos comunitários: (apresentada pela Comissão)*. Bruxelas, 24.10.2003. (COM (2003) 622 final).

terceiros sem domicílio dentro da área geográfica da UE. A este propósito também se ressalva, novamente, que, devido ao uso do correio electrónico, se torna mais difícil verificar a origem territorial do requerente.¹³⁷⁴ Ainda quanto à extensão do acesso, e fazendo uma interpretação do regulamento, a Comissão afirma:

[...] o regulamento em nada obriga as instituições a criar documentos para dar resposta a um pedido. Sempre que a informação solicitada não esteja disponível num ou vários documentos existentes, mas obrigue a pesquisas em fontes diferentes e à elaboração de documentos específicos e/ou agregação de dados, o pedido ultrapassa claramente o âmbito de aplicação do regulamento. [...] No entanto, na prática, nem sempre é fácil distinguir um pedido de informação de um pedido de acesso a documentos (em especial no caso das bases de dados).¹³⁷⁵

A propósito das bases de dados, particularmente importantes em termos de gestão financeira e contabilística, constata-se que não representam colecções de documentos, mas sim conjuntos de dados em constante evolução.¹³⁷⁶ Assim, conclui-se que a noção de documento deveria ser especificada com maior clareza.

De seguida o documento da Comissão, examina os limites do direito de acesso em virtude dos artigos 4º e 9º do Regulamento 1049/2001. Comparando os números das três instituições, distingue-se a especificidade da qualidade dos documentos de cada uma, afirmando-se:

Pela natureza das actividades do Parlamento, a maior parte destes documentos oficiais são comunicáveis ao público, mesmo quando ainda não foram tornados acessíveis. Em contrapartida, os pedidos que são dirigidos ao Conselho e à Comissão referem-se frequentemente a documentos cuja divulgação lesaria os interesses protegidos pelas disposições do regulamento. [...], a disparidade verificada na aplicação das excepções reflecte as diferenças entre as missões e as actividades das instituições e não uma diferente interpretação das disposições do regulamento.¹³⁷⁷

Depois de fazer uma análise detalhada das situações em que o regime de excepções é aplicado nas três instituições, a Comissão conclui que este possibilita uma protecção adequada dos interesses de cada uma. De resto, não nos iremos alongar nestes

¹³⁷⁴ (COM (2004) 45 final). p. 10.

¹³⁷⁵ *Idem, ibidem.* p. 12

¹³⁷⁶ *Idem, ibidem.* p. 14.

¹³⁷⁷ *Idem, ibidem.* p. 16.

aspectos, pois têm um carácter essencialmente jurídico que ultrapassa o âmbito deste trabalho.

Quanto à aplicação do direito de acesso, constata-se que o prazo de resposta de 15 dias úteis não é frequentemente respeitado, devido à dimensão dos pedidos e à sua complexidade. Como razões para esta situação o texto aponta:

- a pesquisa e localização dos documentos (sobretudo quando se trata de documentos antigos);
- a identificação dos documentos pretendidos, quando os pedidos são extensos e pouco precisos;
- a limitada disponibilidade das pessoas habilitadas para determinar o prejuízo decorrente da divulgação dos documentos pedidos;
- a necessidade de consultar terceiros, autores de documentos;
- a tradução dos pedidos e das respostas.¹³⁷⁸

Por outro lado, a Comissão alude a uma utilização desviante do próprio regulamento:

Alguns pedidos sistemáticos e repetitivos podem constituir uma utilização abusiva da regulamentação. É o caso, por exemplo, de pedidos que servem claramente para alimentar, com carácter regular, campanhas sistematicamente hostis às políticas comunitárias. Estes requerentes “profissionais”, que também esgotam as vias de recurso de que dispõem, colocam as instituições numa situação defensiva, perante pedidos que estas últimas não podem satisfazer e que são manifestamente contrários ao espírito da regulamentação.¹³⁷⁹

Esta situação era tanto mais gravosa quanto o regulamento não prevê a facturação do maior factor de custo, a saber, a pesquisa e a recolha da informação. Além disso, quando a consulta de terceiros era necessária, esse procedimento gerava uma carga administrativa acrescida, sobretudo em caso de pedidos volumosos com documentos emanados de múltiplos autores. Alude-se, ainda, ao facto de as três instituições terem posto em prática projectos de gestão e de arquivo electrónicos de documentos, prevendo-se que a médio prazo isso permita reduzir a carga de trabalho na identificação e pesquisa dos documentos. Por outro lado, salienta-se também que «Quando um pedido se refere a um processo completo, a noção que o requerente tem de “processo” não

¹³⁷⁸ *Idem, ibidem.* p. 31.

¹³⁷⁹ *Idem, ibidem.* p. 32.

corresponde forçosamente à lógica segundo a qual os serviços responsáveis organizaram os seus documentos». ¹³⁸⁰

Sobre a existência de um recurso administrativo interno, através do pedido confirmativo, a Comissão faz uma avaliação positiva, na medida em que institui um sistema de tomada de decisão a dois níveis que oferece ao requerente uma via de recurso simples e sem formalidades, bem como a garantia de que o seu pedido é reapreciado por uma instância distinta da que lhe recusou o pedido inicial. ¹³⁸¹

Quanto à publicidade e à informação activa, o documento da Comissão nota que a criação dos registos públicos das três instituições facultou aos interessados na informação das instituições europeias uma pesquisa mais fácil; no entanto, a existência de um documento num registo não determina o direito de acesso ao mesmo. Assim, o facto de um documento estar mencionado no registo não o torna automaticamente acessível ao público, mas o facto de não constar também não significa que não possa ser objecto de pedido de acesso. Desta forma, o conteúdo dos registos não é, em nenhum caso, exaustivo, pois não cobre a totalidade dos documentos produzidos e recebidos pelas instituições. São exaustivos apenas em relação a certos campos documentais identificados nos regulamentos de cada uma das instituições. Por outro lado, além dos registos, as instituições nos seus sítios específicos na Internet disponibilizam um vasto leque de informações sobre as actividades da UE.

Para concluir, o relatório da Comissão faz um balanço da aplicação do regulamento e traça algumas perspectivas. Assim, enfatiza a necessidade de formação de todos os funcionários das instituições, na medida em que se trata de uma actividade de tipo horizontal afectando um grande número de serviços. Por outro lado, insiste na necessidade de definir o conceito de pedido volumoso, repetitivo, abusivo ou não razoável, para procurar evitar a carga desmesurada de trabalho exigida por alguns requerimentos de acesso.

No que respeita ao papel do Regulamento 1049/2001 para tornar o trabalho das instituições mais transparentes e contribuir para a informação do público, nota-se que foram os especialistas em assuntos europeus os primeiros beneficiados, pelo que não se pode considerá-lo um instrumento privilegiado de informação ao público. Na realidade, a pesquisa de documentos não publicados de uma instituição europeia pressupõe um certo grau de convivência com as funções e as actividades da União. Com base na

¹³⁸⁰ *Idem, ibidem.* p. 35-36.

¹³⁸¹ *Idem, ibidem.* p. 34.

experiência adquirida através da aplicação do regulamento, conclui-se que este não necessitava de adaptação legislativa a curto prazo, devendo aguardar-se jurisprudência mais significativa para levar a cabo alterações ao seu texto.¹³⁸²

IX.2.3. Os relatórios do Conselho

Também o Conselho cumpriu com a sua obrigação de elaborar relatórios anuais sobre a aplicação do Regulamento 1049/2001. Assim, no sítio *web* do Conselho temos disponíveis dos Relatórios dos anos de 2002 a 2006, que iremos analisar de seguida.¹³⁸³

O relatório sobre o primeiro ano de aplicação do regulamento enfatiza as adaptações feitas no âmbito interno do Conselho para cumprir as novas determinações sobre o acesso aos documentos. Assim, o Conselho reformulou o seu regulamento interno, dedicando o anexo II ao tratamento dos pedidos de consulta de documentos.¹³⁸⁴ Além desta medida de âmbito global e normativo, o secretariado-geral levou a cabo sessões internas de formação dos funcionários para lidar com as novas regras e emitiu notas internas com

[...] practical instructions on the production of various categories of documents, in particular the choice of code classification or classification to give them, and states the implications for access to documents. This note also lists the types of documents that must be made directly accessible to the public.¹³⁸⁵

Em Janeiro de 2003, foi distribuído um guia sobre a transparência, com um capítulo especial sobre o acesso público aos documentos, a fim de proporcionar informação prática aos funcionários que lidavam mais de perto com esta situação.

No seu intento de reforçar a transparência

¹³⁸² *Idem, ibidem*. p. 41-47.

¹³⁸³ COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2002. Op. cit.*

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2003. Op. cit.*

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2004. Op. cit.*

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2005. Op. cit.*

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2006. Op. cit.*

¹³⁸⁴ “Decisão do Conselho, de 22 de Julho de 2002, que aprova o Regulamento Interno do Conselho”. *JOCE*, n.º L 230 (28.08.2002), p. 7-26, em particular as p. 21-23.

¹³⁸⁵ COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2002. Op. cit.* p. [p. 5]. Além disto, tal como no caso da Comissão, os novos funcionários do Conselho passaram a ter um módulo de apresentação sobre a transparência e o acesso aos documentos. Aliás, no dia 25 de Janeiro de 2008, aquando da nossa entrevista a Jakob Thomsen, responsável pela DG F (Transparência – Acesso aos documentos – Informação para o público), assistimos também a uma sessão de apresentação sobre este tema preparada para os novos funcionários do Conselho.

[...] as a general rule, the Council gives access to the content of preparatory documents regarding legislative acts even if they are still under discussion, including the positions of delegations, excluding only those parts which allow delegations to be identified.¹³⁸⁶

Os esforços desenvolvidos no âmbito do registo público de documentos são apresentados no mesmo sentido, pois os documentos dão entrada na base de dados assim que são criados, podendo tratar-se apenas de referências aos elementos básicos de identificação do documento ou ao seu texto completo. Mas, como já vimos, o registo do Conselho existia desde 1999, havendo, portanto, uma prática de uso já sedimentada, o que explica o facto de, em 2002, cerca de 900.000 pessoas terem visualizado 4.600.000 páginas.¹³⁸⁷

No Relatório de 2003, o facto mais marcante foi a adopção do Regulamento (CE, Euratom) n.º 1700/2003 relativo à abertura ao público dos arquivos históricos da CEE e da Euratom.¹³⁸⁸ Por outro lado, foi posto em prática um novo procedimento para o tratamento da consulta de documentos classificados e, portanto, de acesso restrito.¹³⁸⁹ Já no relatório de 2004, são realçadas as iniciativas relacionadas com a aplicação dos preceitos da já referida Convenção de Århus, no sentido de alargar o direito de acesso a informação sobre assuntos ambientais.¹³⁹⁰ Em 2005, o facto de maior relevo prende-se com os trabalhos do Comité Interinstitucional, reunindo o Parlamento, o Conselho e a Comissão, a fim de melhorar todas as práticas relacionadas com a transparência. Enfatiza-se, em particular, a questão da abertura e da transparência do Conselho quando age em termos legislativos, tendo ficado decidido em Junho de 2006 que

[...] all Council deliberations on legislative acts to be adopted by co-decision are open to the public, as are the votes and the explanation of votes by Council members. This means that all documents mentioned on the agenda for a council meeting open to the public are published before that Council meeting is held.¹³⁹¹

¹³⁸⁶ COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2002. Op. cit.* p. [p. 6].

¹³⁸⁷ *Idem, ibidem.* p. [p. 6-8].

¹³⁸⁸ JOUE, n.º L 243 (27.09.2003),p. 1-4. Cf. COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2003. Op. cit.* p. 8-9.

¹³⁸⁹ COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2003. Op. cit.* p. 12.

¹³⁹⁰ COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2004. Op. cit.* p. 11-13.

¹³⁹¹ COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2005. Op. cit.* p. 19.

Todos os relatórios dão a conhecer as queixas apresentadas ao Provedor de Justiça Europeu em matéria de acesso público aos documentos. No entanto, não iremos analisar estes elementos por considerarmos que merecem um estudo mais detalhado no âmbito do direito. Paralelamente, os relatórios apresentam dados estatísticos sobre a origem geográfica dos requerentes de acesso a documentos, os domínios mais procurados e a quantidade de pedidos efectuada. Vamos centrar a nossa abordagem nos dados apresentados no relatório de 2006, pois este documento condensa as estatísticas dos anos anteriores.

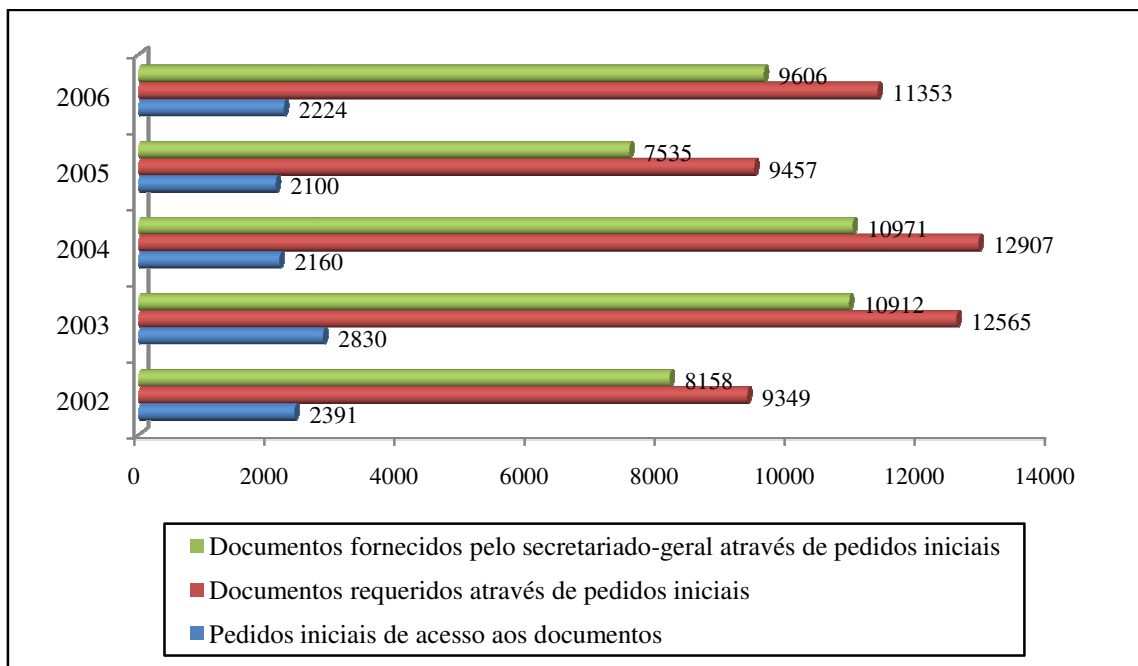


Gráfico IX-3: *Pedidos de acesso iniciais aos documentos e acessos concedidos pelo Conselho 2002-2006*¹³⁹²

Relativamente aos pedidos iniciais de acesso aos documentos [Gráfico IX-3], verificamos que, entre 2002 e 2006, o secretariado-geral recebeu uma média anual de 2341 pedidos, com um pico de 2830 pedidos em 2003 e um mínimo 2100 no ano de 2005. No entanto, deveremos considerar que cada pedido inicial comporta, em regra, a solicitação de acesso a vários documentos, numa média de 4 a 5 documentos por pedido. Todavia, o ano de 2004, o segundo ano em que houve menos pedidos, foi também o período em que foi tratado o número máximo de 12.907 documentos. Isto prova que, de facto, alguns dos pedidos iniciais dizem respeito a processos muito volumosos, tal como é referido ao longo dos vários relatórios do Conselho. Por outro lado, poderemos também notar que a percentagem de respostas positivas aos pedidos de

¹³⁹² De acordo com os dados apresentados em: COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2006*. Op. cit. p. 29.

acesso iniciais, tendo em conta o número de documentos requeridos e aqueles aos quais foi concedido acesso total ou parcial, representa uma taxa bastante elevada que varia entre 80% para 2005 e 87% para 2002 e 2003.

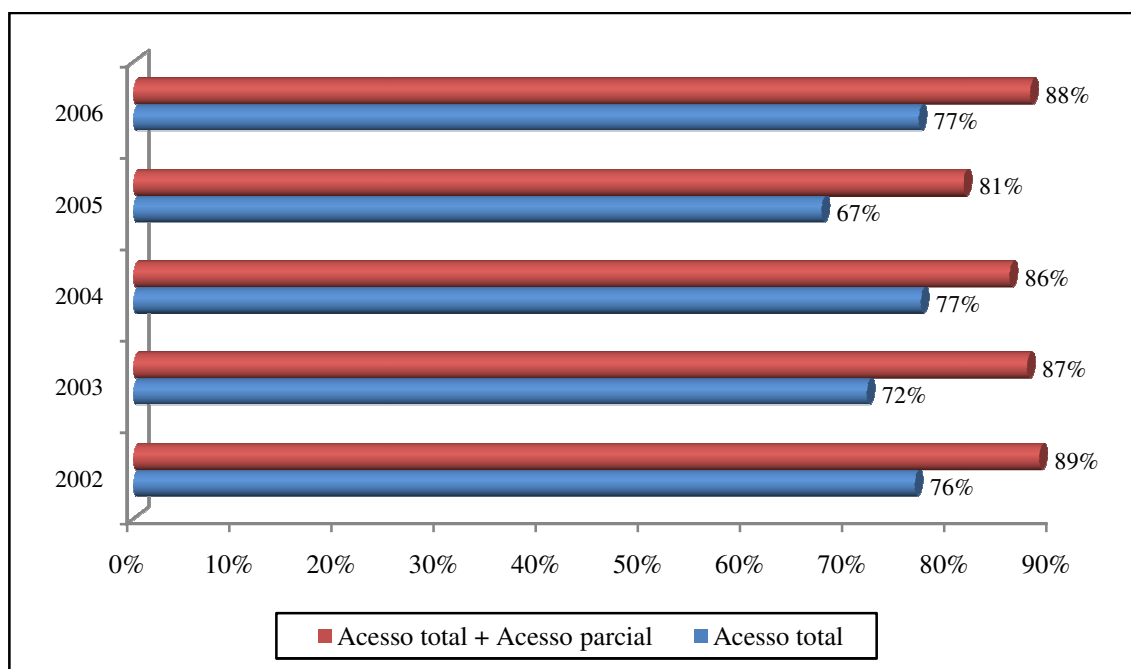


Gráfico IX-4: *Percentagem de documentos fornecidos ao público pelo Conselho 2002-2006, decorrentes de pedidos iniciais e confirmativos*¹³⁹³

Deveremos igualmente realçar que, na contabilização do número de documentos facultados, se incluem aqueles aos quais se permitiu um acesso total e também aqueles aos quais foi apenas possível um acesso parcial [Gráfico IX-4], o que constitui um dos aspectos inovadores do Regulamento 1049/2001. Os acessos concedidos apenas em termos parciais representam um mínimo de 9% dos documentos fornecidos pelo secretariado-geral em 2004 e um máximo de 15% em 2003. Portanto, poderemos considerar que esta inovação do regulamento veio melhorar e aumentar o acesso aos documentos do Conselho, apesar de não representar números muito significativos.

Quanto aos pedidos confirmativos, podemos ver que representam um tipo de acesso não muito relevante em termos numéricos e que se mantêm num nível mais ou menos constante ao longo dos anos, variando entre 35 pedidos em 2004 e 51 em 2005.¹³⁹⁴ Atendendo à soma dos acessos através de pedidos iniciais e confirmativos, bem como de acesso parcial e total aos documentos, verificamos que as percentagens apresentadas são bastante elevadas, pelo que podemos concluir que o Regulamento

¹³⁹³ De acordo com os dados apresentados em: *Idem, ibidem*. p. 29.

¹³⁹⁴ *Idem, ibidem*.

1049/2001 cumpriu a sua função de facilitar o acesso aos documentos, contribuindo para a abertura e a transparência do Conselho.

	2002	2003	2004	2005	2006
Número de documentos inseridos no registo	448.236	569.372	691.410	727.685	849.117
Número de documentos descarregados do sítio do registo	257.052	354.421	454.473	483.577	565.222

Tabela IX-7: *Evolução do número de documentos inseridos no registo e dos documentos descarregados*¹³⁹⁵

Em termos de acesso aos documentos, não poderemos deixar de referir a utilização por parte do público do registo dos documentos Conselho disponível na Internet [Tabela IX-7]. Assim, vemos que entre 2002 e 2006 a quantidade de documentos disponíveis no registo quase duplicou, o mesmo acontecendo ao número de documentos descarregados do sítio da Internet.

Sobre a origem profissional dos requerentes de pedidos iniciais de acesso aos documentos do Conselho [Tabela IX-8], podemos verificar que os investigadores do meio universitário representam a categoria que mais pedidos faz em todos os anos, excepto em 2002, pois nesse ano as associações da sociedade civil (incluindo-se nesta designação grupos de pressão do ambiente, outros grupos de interesse, o sector comercial e industrial, bem como as ONGs) lideraram os pedidos com 26,7%. Por outro lado, podemos também constatar que são os investigadores do meio universitário que mais pedidos confirmativos dirigem ao Conselho, sendo que esta percentagem é sempre superior à dos pedidos iniciais do mesmo grupo, excepto em 2005. Aliás, os pedidos confirmativos deste grupo são sempre superiores aos de todas as outras categorias profissionais. Curiosamente, os jornalistas, que apresentam pedidos iniciais com percentagens muito baixas, cerca de 2%, destacam-se pelo facto de percentualmente fazerem mais pedidos confirmativos, com valores a oscilar entre os 12% (2002) e os 5,3% (2003). De qualquer forma, para os jornalistas, o registo público dos documentos do Conselho é apenas mais uma das várias fontes de informação que utilizam e, por outro lado, o seu interesse incide maioritariamente em notícias de última hora. Assim, os requerimentos dos jornalistas para acederem a documentos através de pedidos confirmativos têm a sua origem essencialmente em jornalismo de investigação.¹³⁹⁶

¹³⁹⁵ *Idem, ibidem.* p. 29.

¹³⁹⁶ *Idem, ibidem.* p. 12.

	2002		2003		2004		2005		2006	
	<i>Pedidos iniciais</i>	<i>Pedidos confirmativos</i>	<i>Pedidos iniciais</i>	<i>Pedidos confirmativos</i>	<i>Pedidos iniciais</i>	<i>Pedidos confirmativos</i>	<i>Pedidos iniciais</i>	<i>Pedidos confirmativos</i>	<i>Pedidos iniciais</i>	<i>Pedidos confirmativos</i>
Associações da sociedade civil	26,7%	16,0%	21,4%	7,9%	21,8%	10,4%	17,2%	9,4%	17,6%	8,6%
Jornalistas	2,0%	12,0%	2,1%	5,3%	2,6%	6,9%	2,3%	6,3%	2,3%	5,7%
Advogados	11,0%	12,0%	13,0%	23,7%	10,7%	17,2%	10,2%	9,4%	9,1%	11,4%
Investigadores do meio universitário	23,4%	28,0%	24,0%	34,2%	25,5%	34,5%	31,0%	28,1%	32,2%	51,4%
Bibliotecas universitárias	2,6%	0,0%	2,5%	0,0%	2,2%	0,0%	1,3%	0,0%	2,3%	2,9%
Entidades públicas (excluindo instituições da UE)	4,9%	0,0%	8,4%	2,6%	7,3%	0,0%	6,2%	3,1%	6,9%	0,0%
Membros do Parlamento Europeu	2,5%	12,0%	2,3%	10,5%	2,1%	10,4%	2,4%	3,1%	1,5%	0,0%
Outros	5,9%	4,0%	9,3%	2,6%	10,4%	10,3%	12,6%	15,6%	14,5%	11,4%
Profissão não declarada	21,0%	16,0%	17,0%	13,2%	17,4%	10,3%	16,8%	25,0%	13,6%	8,6%

Tabela IX-8: *Origem profissional dos requerentes de pedidos iniciais e de pedidos confirmativos de acesso aos documentos do Conselho 2002-2006*¹³⁹⁷

¹³⁹⁷ De acordo com os dados apresentados em: *Idem, ibidem*, p. 30-31.

Também os membros do Parlamento se distinguem pelo facto de apresentarem percentagens de pedidos iniciais muito baixas e de, paralelamente, fazerem um número significativo de pedidos confirmativos, particularmente entre 2002 e 2004.

Quanto aos advogados, nos grupos com profissão identificada e entre as três categorias a fazerem mais pedidos, poderemos realçar o facto de manterem a percentagem de pedidos iniciais com menos variação ao longo dos anos (9,1% em 2006 e 13% em 2003). Constata-se ainda que os requerentes sem profissão declarada representam entre 21% (2002) a 13,6% (2006) dos pedidos iniciais, cabendo-lhes também uma parte dos pedidos confirmativos, com oscilações entre os 8,6% (2006) e os 25% (2005). Por fim, não poderemos deixar de notar que as bibliotecas universitárias fizeram uma percentagem muito reduzida de pedidos iniciais e apenas no ano de 2006 apresentaram pedidos confirmativos. Tal pode ser relacionado com os dados dos pedidos dos investigadores do meio universitário e constatar que, certamente graças ao acesso ao registo público acessível na Internet para todos, as bibliotecas perderam, de facto, a sua função de intermediárias na pesquisa, localização e acesso aos documentos das instituições da UE

Na análise da origem geográfica dos requerentes dos pedidos iniciais [Tabela IX-9], constatamos que a Bélgica ocupa destacadamente o primeiro lugar ao longo dos cinco anos em análise, o que se poderá explicar novamente por Bruxelas ser a sede de inúmeros grupos de pressão. Em segundo lugar, encontramos a Alemanha, mas apenas com cerca de metade da percentagem dos pedidos belgas, seguindo-se o Reino Unido e, depois, a França, com valores sempre bastante mais inferiores, tal como a Espanha e os Países Baixos. De resto, os outros Estados-Membros apenas esporadicamente e de forma irregular apresentaram requerimentos iniciais de acesso aos documentos. Quanto aos pedidos confirmativos, a Bélgica foi o país que apresentou mais requerimentos deste tipo de 2002 a 2006. Segue-se o Reino Unido, o que significa que este Estado-Membro apresentou percentualmente maior número de pedidos confirmativos que de pedidos iniciais. A mesma situação verifica-se em relação aos Países Baixos, que fizeram mais do dobro de pedidos confirmativos que de pedidos iniciais. Também a Alemanha apresenta uma posição de destaque nos pedidos confirmativos, pois foi o terceiro país a fazer mais requerimentos deste tipo.

	2002		2003		2004		2005		2006	
	<i>Pedidos iniciais</i>	<i>Pedidos confirmativos</i>	<i>Pedidos iniciais</i>	<i>Pedidos confirmativos</i>	<i>Pedidos iniciais</i>	<i>Pedidos confirmativos</i>	<i>Pedidos iniciais</i>	<i>Pedidos confirmativos</i>	<i>Pedidos iniciais</i>	<i>Pedidos confirmativos</i>
Bélgica	27,5%	20,0%	24,5%	26,3%	27,0%	48,3%	27,5%	28,1%	26,1%	17,1%
República Checa	0,1%	0,0%	0,5%	0,0%	0,9%	0,0%	0,8%	0,0%	1,0%	0,0%
Dinamarca	2,0%	8,0%	1,8%	0,0%	1,7%	3,5%	1,2%	0,0%	1,3%	0,0%
Alemanha	12,9%	20,0%	14,4%	15,8%	14,2%	3,5%	12,7%	12,5%	15,4%	22,8%
Estónia	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,4%	0,0%
Grécia	1,2%	0,0%	0,9%	0,0%	0,9%	0,0%	1,2%	0,0%	1,3%	0,0%
Espanha	6,4%	4,0%	6,4%	0,0%	4,7%	3,4%	5,3%	3,1%	5,7%	0,0%
França	7,2%	8,0%	6,1%	5,3%	6,5%	0,0%	7,7%	3,1%	8,1%	5,7%
Irlanda	1,3%	0,0%	1,1%	0,0%	0,8%	0,0%	1,0%	0,0%	0,9%	0,0%
Itália	4,7%	4,0%	5,2%	0,0%	6,6%	10,3%	7,0%	9,4%	6,6%	8,6%
Chipre	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%	0,0%	0,1%	3,1%	0,3%	0,0%
Letónia	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%
Lituânia	0,1%	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%	0,0%	0,4%	0,0%	0,4%	0,0%
Luxemburgo	0,8%	0,0%	2,0%	0,0%	0,8%	0,0%	0,6%	0,0%	0,7%	0,0%
Hungria	0,0%	0,0%	0,8%	0,0%	0,7%	0,0%	0,8%	0,0%	0,4%	2,9%
Malta	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,3%	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%	0,0%
Países Baixos	4,7%	8,0%	4,9%	29,0%	5,6%	6,9%	7,0%	9,4%	6,0%	8,6%
Áustria	1,9%	0,0%	2,0%	0,0%	1,7%	0,0%	2,1%	6,3%	1,6%	0,0%
Polónia	0,2%	0,0%	1,5%	2,6%	1,2%	0,0%	1,4%	0,0%	1,5%	2,9%
Portugal	1,8%	0,0%	1,5%	0,0%	0,6%	0,0%	1,0%	0,0%	1,1%	0,0%
Eslovénia	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%	0,0%	0,4%	0,0%
Eslováquia	0,0%	0,0%	0,2	0,0%	0,4%	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%	0,0%
Finlândia	0,5%	0,0%	0,8%	0,0%	0,4%	0,0%	0,4%	0,0%	0,5%	0,0%
Suécia	2,0%	4,0%	1,3%	0,0%	1,7%	0,0%	1,8%	3,1%	1,6%	2,8%
Reino Unido	9,9%	20,0%	9,5%	18,4%	8,1%	20,7%	7,9%	18,8%	7,8%	22,9%
Países candidatos à adesão	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%	0,0%	1,3%	0,0%	1,7%	0,0%
Outros	6,3%	0,0%	5,1%	2,6%	6,7%	3,4%	6,7%	3,1%	6,8%	5,7%
Não identificado	8,5%	4,0%	7,9%	0,0%	7,2%	0,0%	3,2%	0,0%	1,8%	0,0%

Tabela IX-9: *Origem geográfica dos requerentes de pedidos iniciais e de pedidos confirmativos de acesso aos documentos do Conselho 2002-2006*¹³⁹⁸

¹³⁹⁸ De acordo com os dados apresentados em: *Idem*, *ibidem*. p. 30-31.

Quanto a Portugal, podemos constatar que faz parte dos países com uma média de pedidos iniciais pouco acima dos 1% para os cinco anos em análise e sem nenhum pedido confirmativo. No entanto, deveremos ter em conta que o Conselho também processa os pedidos sem confirmar a sua proveniência geográfica, sobretudo no caso dos pedidos recebidos por e-mail.¹³⁹⁹

Quanto à distribuição temática dos pedidos de acesso aos documentos do Conselho, entre 2002 e 2006, verificamos que há uma grande dispersão dos pedidos por 27 áreas identificadas com percentagens médias de procura, a atingir dois dígitos apenas em casos pontuais. Neste cenário, a procura de documentos relativos ao terceiro pilar da UE, a Justiça e os Assuntos Internos, sobressai claramente por apresentar em todos os anos uma média acima dos 20%. Em segundo lugar está a procura de documentos sobre as relações externas, mas com uma percentagem média, entre 2002 e 2006, de perto de 12%, sendo que a procura vai aumentando à medida que os anos avançam.¹⁴⁰⁰ Já no caso do mercado interno, a procura média de documentos ao longo dos cinco anos vai diminuindo, mas a percentagem média também ronda os 11%. Por seu lado, a pesquisa de documentos sobre o ambiente apresenta uma procura média estável de perto de 7% no período em estudo. Já no caso da política económica e monetária, a procura média situa-se quase nos 6%, mas verifica-se uma grande disparidade, pois em 2002 houve uma procura de 10,7% e em 2006 de apenas 2,6%, o que significa que, à medida que o euro se foi afirmando como moeda comum, a procura de documentos sobre este âmbito decaiu fortemente. O mesmo tipo de evolução se aplica aos requerimentos de acesso a documentos sobre o mercado interno, pois, se entre 2002 e 2004 apresentam valores de dois dígitos, no ano de 2005 a procura cai para metade da do ano anterior e em 2006 o decréscimo acentua-se. Por fim, notemos ainda a procura muito diminuta de documentos sobre o funcionamento das instituições, com um valor médio a rondar 1%, bem como sobre o funcionamento da União ou sobre a transparência, apesar dos esforços de abertura das instâncias comunitárias.¹⁴⁰¹

Nas razões invocadas para fundamentar a recusa de acesso a documentos, tanto através de pedidos iniciais como de pedidos confirmativos, o Conselho refere as

¹³⁹⁹ DRIESSEN, Bart – *Op. cit.* p. 676.

¹⁴⁰⁰ Sobre o acesso aos documentos relacionados com estas duas áreas de intervenção, ver PEERS, Steve – *Op. cit.* In DECKMYN, Veerle, ed. – *Op. cit.* p. 218-229.

¹⁴⁰¹ Cf. COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2006.* *Op. cit.* p. 34. Para os anos de 2002, 2003, 2005 e 2006, os totais anuais não correspondem exactamente a 100% mas são estes os números apresentados no documento do Conselho.

excepções previstas no artigo 4º do Regulamento n.º 1049/2001. Assim, nos pedidos iniciais, o motivo mais frequentemente invocado pelo secretário-geral do Conselho para recusar o acesso a documentos foi a salvaguarda dos processos de tomada de decisão das instituições, com uma média ao longo dos cinco anos de um pouco mais de 36%. A protecção do interesse público, na vertente das relações externas, constitui a segunda razão mais invocada. Este motivo, a par da protecção da segurança pública, representa a primeira e a segunda razão mais invocada para fundamentar a recusa de acesso a documentos requeridos por pedidos confirmativos. Deveremos ainda notar que, se para os dois primeiros anos (2002-2003) o motivo da segurança pública era pouco invocado na recusa de pedidos confirmativos, entre 2004 e 2006, este argumento foi largamente utilizado. Já a protecção de interesses comerciais e da propriedade intelectual, apesar de prevista no Regulamento 1049/2001, nunca foi utilizada na recusa de acesso aos documentos do Conselho, o mesmo acontecendo com a protecção de actividades de inspecção e auditoria. Também a protecção de dados pessoais quase nunca foi aplicada para recusar acesso a pedidos iniciais e nunca a pedidos confirmativos. Por seu lado, a salvaguarda de processos judiciais e de consultas jurídicas, invocadas com percentagens a rondar os 10%, nos anos de 2002 a 2004, quase deixou de ser utilizada como fundamento para a recusa de acesso a documentos através de pedidos iniciais. Quanto à protecção da defesa e de questões militares, em média, ao longo dos cinco anos, é um motivo pouco utilizado, apesar de em 2004 representar 25,9% das recusas de acesso a documentos através de pedidos confirmativos. Portanto, podemos constatar, a partir da análise destes dados, que as excepções previstas no Regulamento 1049/2001 parecem, em larga medida, adequadas para evitar o acesso a documentos que o Conselho considera mais razoável manter afastados do conhecimento do público em geral. No entanto, tendo em conta que algumas das excepções nunca foram utilizadas, poderemos questionar a sua inclusão enquanto excepções válidas, apesar de tratarem de aspectos sensíveis, como a protecção de dados pessoais ou da propriedade intelectual.¹⁴⁰²

IX.2.4. Os relatórios do Parlamento

O Parlamento Europeu publicou igualmente os relatórios anuais, dando conta da aplicação do Regulamento 1049/2001, mas disponibiliza na Internet apenas os relatórios

¹⁴⁰² Cf. *Idem, ibidem*. p. 35-36.

de 2005 e 2006.¹⁴⁰³ No decurso de 2005, a Unidade do Registo preparou sessões de formação dedicadas aos serviços do secretário-geral do Parlamento, no intuito de sensibilizar os funcionários para as implicações decorrentes da aplicação do Regulamento 1049/2001, nomeadamente as modalidades de execução postas em prática e o cumprimento dos prazos de resposta.

Aliás, desde 1998, o sistema GEDA-ADONIS (gestão electrónica de documentos administrativos) era aplicado ao tratamento do registo do correio, passando progressivamente, desde 2004, a ser utilizado no registo de documentos administrativos, de maneira a garantir a rastreabilidade de cada documento e a sua recuperação. Por outro lado, a fim de assegurar a coerência global dos procedimentos e a qualidade da informação introduzida no sistema, foram elaboradas instruções relativas às modalidades de circulação, à redacção dos documentos e ao tratamento dos documentos confidenciais.¹⁴⁰⁴

O mesmo relatório alude igualmente a melhorias técnicas no registo público do Parlamento com a inclusão de novas línguas, procedendo-se à automatização da alimentação do registo de certos tipos de documentos, além de um novo interface capaz de efectuar pesquisas interinstitucionais, de maneira a encontrar todos os documentos pertencentes a um mesmo procedimento. Por outro lado, foi criada uma nova apresentação gráfica da página de acolhimento do registo, no sítio *web* do Parlamento, levando a um aumento significativo dos pedidos de documentos, com uma média diária de pesquisas de 1000 acessos. Além disso, o interface de pesquisa do registo dispõe de uma função que permite “um perfil de utilizador”, a fim de receber automaticamente novos documentos inseridos no registo sobre um determinado assunto.¹⁴⁰⁵

	2002	2003	2004	2005	2006
Referências disponíveis no registo	28.828	62.482	90.838	121.671	165.139
Total de pedidos feitos através do registo	637	1.106	1.245	1.814	1.917
Pedidos iniciais de acesso a documentos não publicados	--	165	186	298	283
Pedidos conformativos de acesso a documentos não publicados	1	1	1	10	5

Tabela IX-10: *Evolução das referências disponíveis e dos pedidos de acesso aos documentos do registo público do Parlamento 2002-2006*¹⁴⁰⁶

¹⁴⁰³ Relatório anual de 2005 sobre o acesso do público aos documentos ... (op. cit.) e Relatório anual de 2006 sobre o acesso do público aos documentos ... (op. cit.).

¹⁴⁰⁴ Relatório anual de 2005 sobre o acesso do público aos documentos ... (op. cit.), p. 4.

¹⁴⁰⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 5-6.

¹⁴⁰⁶ Cf. Relatório anual de 2006 sobre o acesso do público aos documentos ... (op. cit.), p. 12 e 19.

Como podemos notar, o número de referências disponíveis no registo público do Parlamento beneficiou de um aumento exponencial de 2002 a 2006 [Tabela IX-10]. Paralelamente, o número de pedidos introduzidos no registo teve também um crescimento progressivo, sendo que o relatório faz a distinção entre documentos já pedidos anteriormente e pedidos relativos a documentos não divulgados anteriormente. Deveremos também realçar o facto de os pedidos confirmativos apresentarem números insignificantes. Na realidade, devido à natureza das suas actividades, a maioria dos documentos do Parlamento são de índole oficial e pública ou comunicáveis, mesmo que ainda não tenham sido tornados acessíveis. Assim, aqui poderemos encontrar uma distinção relativamente aos pedidos de documentos do Conselho e da Comissão, onde grande parte das solicitações dizem respeito a informação interna de cada uma das instituições. Mas, ainda em relação ao aumento dos pedidos confirmativos em 2005, o relatório do Parlamento desse ano sublinha que o número em causa se deve, em parte, a requerimentos dos próprios funcionários da instituição.¹⁴⁰⁷

Quanto à repartição geográfica dos requerentes de documentos do Parlamento [Tabela IX-11], verificamos que a Alemanha, a Bélgica e a França foram os países que mais pedidos formularam. No entanto, não poderemos deixar de sublinhar que em quarto lugar vêm os países exteriores à UE, quanto aos requerimentos de acesso aos documentos do Parlamento, o que significa que o artigo 2º do Regulamento 1049/2001 era respeitado na íntegra. Como também podemos constatar, no caso de Portugal, os requerimentos de acesso aos documentos atingem uma percentagem um pouco abaixo dos 10%, na soma dos cinco anos em análise. Alias, verifica-se que em alguns Estados-Membros nenhum pedido de acesso foi dirigido ao Parlamento em alguns anos (Chipre, Eslovénia, Estónia), mas que, na maioria, ainda que fazendo pouco uso dessa faculdade, quase todos os países solicitaram documentos à instituição parlamentar mesmo se em números pouco significativos.

¹⁴⁰⁷ *Relatório anual de 2005 sobre o acesso do público aos documentos ... (op. cit.). p. 8.*

	2002	2003	2004	2005	2006
Bélgica	15,38%	12,93%	15,16%	14,28%	18,10%
República Checa	0,94%	0,63%	1,03%	1,43%	1,41%
Dinamarca	1,57%	1,80%	0,87%	0,88%	0,83%
Alemanha	14,60%	18,31%	16,75%	15,05%	14,50%
Estónia		0,09%		0,11%	0,16%
Grécia	1,73%	1,44%	1,90%	1,10%	1,25%
Espanha	8,48%	7,72%	6,90%	4,41%	4,69%
França	13,34%	10,50%	11,83%	9,87%	13,09%
Irlanda	0,63%	1,62%	0,87%	1,27%	0,73%
Itália	11,30%	9,25%	7,46%	4,36%	5,06%
Chipre		0,27%	0,08%	0,44%	0,21%
Letónia	0,31%	0,18%	0,16%	0,22%	0,89%
Lituânia	0,16%	0,27%	0,32%	0,17%	
Luxemburgo	0,16%	1,35%	1,43%	0,83%	2,03%
Hungria	0,16%	0,36%	1,51%	0,99%	0,89%
Malta	0,16%	0,27%	0,24%	0,44%	0,16%
Países Baixos	3,92%	4,13%	4,52%	9,10%	7,41%
Áustria	2,35%	1,53%	1,35%	3,69%	1,25%
Polónia	1,26%	1,17%	1,98%	3,03%	3,23%
Portugal	2,83%	1,71%	1,59%	1,16%	1,62%
Eslovénia		0,54%	0,08%		0,37%
Eslováquia	0,16%	0,54%	0,16%	0,55%	0,78%
Finlândia	0,78%	0,72%	0,71%	1,10%	0,99%
Suécia	1,10%	1,71%	2,38%	1,05%	0,83%
Reino Unido	6,91%	6,28%	5,63%	9,59%	5,53%
Países candidatos à adesão	0,47%	1,89%	2,62%	3,64%	3,96%
Outros	8,63%	9,61%	10,79%	7,00%	7,51%
Não identificada	2,67%	3,23%	1,67%	4,24%	2,50%
Total	100,00%	100,05%	99,99%	100,00%	99,98%

Tabela IX-11: *Origem geográfica dos requerentes de pedidos de acesso aos documentos do Parlamento 2002-2006*¹⁴⁰⁸

Na repartição dos pedidos por categorias socioprofissionais [Tabela IX-12], verifica-se que os meios universitários, particularmente se somarmos as percentagens dos investigadores com as das bibliotecas, é, de longe, o meio onde mais se utiliza o direito de acesso aos documentos. De seguida, a sociedade civil, incluindo grupos de pressão e ONGs, entre outros, representa o segundo grupo a fazer mais pedidos, estando acompanhada de perto pelo grupo dos não identificados em termos de origem profissional. Já as entidades públicas, excluindo as instituições da UE, os advogados e os jornalistas dirigem pedidos de acesso aos documentos numa percentagem muito inferior aos três primeiros grupos. Curiosamente, também os próprios membros do Parlamento Europeu requerem o acesso aos documentos da sua própria instituição, segundo as modalidades previstas no Regulamento 1049/2001.

¹⁴⁰⁸ Relatório anual de 2006 sobre o acesso do público aos documentos ... (op. cit.). p. 14.

	2002	2003	2004	2005	2006
Sociedade civil (grupos de pressão, indústria, ONG, Consultores, etc.)	20,96%	27,36%	24,57%	20,59%	21,39%
Jornalistas	1,72%	2,12%	1,71%	6,47%	2,88%
Advogados	5,84%	3,37%	5,35%	4,04%	6,48%
Investigadores do meio universitário	38,14%	35,36%	35,95%	34,60%	39,39%
Bibliotecas universitárias	5,84%	4,91%	3,53%	2,79%	3,49%
Entidades públicas (excluindo instituições da UE)	8,59%	5,39%	7,17%	4,27%	5,10%
Membros do Parlamento Europeu	1,03%	2,31%	1,59%	1,84%	1,33%
Outros	17,87%	19,17%	20,14%	25,40%	19,94%

Tabela IX-12: *Origem profissional dos requerentes de pedidos de acesso aos documentos do Parlamento 2002-2006*¹⁴⁰⁹

Com as medidas de acesso aos documentos, as instituições europeias pensavam reverter o afastamento ou, em certos casos, a oposição dos cidadãos dos Estados-Membros da UE. Assumia-se, portanto, que a difusão de informação relevante bem como uma imagem de abertura e proximidade bastariam para fazer diminuir o cepticismo ou a hostilidade de alguns cidadãos. No entanto, esta era uma visão demasiado simplista que, em grande medida, não obteve os resultados desejados.

No entanto, também se verificou um número reduzido de pedidos confirmativos para acesso aos documentos e o número de recusas, tendo em conta o volume global de pedidos, não é significativo. Portanto, como observaram alguns autores, o Regulamento 1049/2001 contribui para uma UE mais aberta e próxima dos cidadãos ou, pelo menos, daqueles que entraram em contacto com ela.¹⁴¹⁰

¹⁴⁰⁹ De acordo com os dados apresentados em: *Idem, ibidem*. p. 15.

Para os anos de 2002 e 2003, os totais anuais não correspondem exactamente a 100%, mas são estes os números apresentados nos documentos do Parlamento.

¹⁴¹⁰ MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – “Transparencia y accesibilidad documental, dos valores en alza en el contexto informativo de la UE”. In JORNADAS ESPAÑOLAS DE DOCUMENTACIÓN, 8, Barcelona, 2003 – *Los Sistemas de información en las organizaciones: eficacia y transparencia*. Madrid: FESABID, 2003. ISBN 84-930335-3-7. p. 119-126 e MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – “La transparencia informativa a examen: evaluación de la puesta en práctica de la normativa sobre acceso público a los documentos de la UE”. In JORNADAS ESPAÑOLAS DE DOCUMENTACIÓN, 9, Madrid, 2005 – *Infogestión*. [Madrid] FESABID, 2005. ISBN 84-930335-5-3. p. 359-369.

CAPÍTULO X

INQUÉRITOS E VISITAS AOS CDE

X.1. A constituição da amostra e a metodologia de aplicação dos inquéritos

Depois de analisarmos a evolução da política de informação para a política de comunicação das instituições europeias procurámos conhecer, na prática, em que medida estas determinações tinham influência no comportamento informacional dos cidadãos que procuram informação sobre a UE no contexto específico dos CDE.

Para o efeito, aplicámos inquéritos e realizámos visitas a um conjunto de CDE de vários Estados-Membros [Anexos XI e VIII]. Iremos, de seguida, explicitar como foram delineados e aplicados estes instrumentos de contacto com o nosso objecto, no pólo técnico, de acordo com a metodologia quadripolar.

Aplicámos três inquéritos distintos a três grupos diferentes. Em qualquer dos casos, recorreremos à amostragem como o objectivo constituir um grupo representativo de um determinado universo.

Assim, o primeiro inquérito foi aplicado aos responsáveis de uma amostra de CDE seleccionados. A estes foi depois solicitado que distribuíssem um inquérito a cinco dos seus utilizadores.

País	Total por país
<i>Alemanha</i>	51
<i>Áustria</i>	10
<i>Bélgica</i>	9
<i>Bulgária</i>	9
<i>Chipre</i>	1
<i>Dinamarca</i>	8
<i>Eslováquia</i>	4
<i>Eslovénia</i>	2
<i>Espanha</i>	37
<i>Estónia</i>	2
<i>Finlândia</i>	10
<i>França</i>	48
<i>Grécia</i>	11
<i>Hungria</i>	13
<i>Irlanda</i>	5
<i>Itália</i>	45
<i>Letónia</i>	1
<i>Lituânia</i>	2
<i>Luxemburgo</i>	0
<i>Malta</i>	1
<i>Países Baixos</i>	14
<i>Polónia</i>	16
<i>Portugal</i>	19
<i>Reino Unido</i>	42
<i>República Checa</i>	7
<i>Roménia</i>	0
<i>Suécia</i>	11
Total geral	378

Tabela X-1: *Distribuição por país do número total de CDE existentes em Maio de 2007*

País	Total por país
<i>Alemanha</i>	2
<i>Áustria</i>	2
<i>Bélgica</i>	2
<i>Bulgária</i>	2
<i>Chipre</i>	1
<i>Dinamarca</i>	2
<i>Eslováquia</i>	2
<i>Eslovénia</i>	2
<i>Espanha</i>	2
<i>Estónia</i>	2
<i>Finlândia</i>	10
<i>França</i>	2
<i>Grécia</i>	2
<i>Hungria</i>	11
<i>Irlanda</i>	5
<i>Itália</i>	2
<i>Letónia</i>	1
<i>Lituânia</i>	2
<i>Malta</i>	1
<i>Países Baixos</i>	3
<i>Polónia</i>	2
<i>Portugal</i>	19
<i>Reino Unido</i>	3
<i>República Checa</i>	2
<i>Roménia</i>	1
<i>Suécia</i>	3
Total geral	88

Tabela X-2: *Distribuição por país dos CDE que formaram a amostra*

A amostra em causa procurou abranger todos os Estados-Membros da UE, em 2007. Por conseguinte, foram pesquisados os CDE existentes nos vinte e sete países-membros, com base nos dados disponíveis na página existente da Internet com a identificação de todas as unidades de informação integradas na rede Europe Direct.¹⁴¹¹

¹⁴¹¹ <http://ec.europa.eu/europedirect/visit_us/index_pt.htm>. Existem CDE fora do território da UE, mas optámos por não os considerar no nosso estudo, pois estes deixaram de estar sob a tutela da DG COMM. Esta informação foi-nos facultada durante a entrevista a David Ringrose, chefe da Unidade Informação e Comunicação da DG RELEX, que passou a tutelar os CDE nos países terceiros, a partir de Janeiro de 2007. Cf. **Anexo I** *Entrevistas realizadas a actuais e a antigos funcionários das instituições europeias*. Com esta mudança de tutela os CDE passaram igualmente a mudar de designação utilizando o acrónimo EUi. Segundo aquele funcionário europeu, a partir de então, os antigos CDE tornam-se um instrumento da “Public Diplomacy” da UE nos países terceiros. Sobre o conceito de “Public Diplomacy”, ver LYNCH, Dov – “Communicating Europe to the world: what policy diplomacy for the EU?”. European Policy Centre Working Paper. ISSN 1782-2424, n.º 21 (2005) e TWIGG, Stephen – *European infopolitik*:

No total, foram identificados 378 CDE, distribuídos por vinte e cinco países [Tabela X-1].¹⁴¹² De facto, no Luxemburgo não existe nenhum CDE e na Roménia apesar de termos localizados, por outros meios, um CDE que respondeu ao nosso inquérito oficialmente esta rede de informação não está identificada.¹⁴¹³

Do conjunto de 378 CDE, decidimos criar uma amostra composta por dois CDE de cada Estado-Membro, excepto no caso da Finlândia (10), da Irlanda (5), da Hungria (13) e de Portugal (19) em que procurámos abranger todos os CDE existentes [Tabela X-2].

Esta selecção baseia-se no facto de pretendermos desenvolver um estudo mais aprofundado e comparativo entre países que tenham integrado o projecto europeu em momentos diferentes. Assim, a Irlanda integrou a CEE em 1973 e Portugal em 1986, enquanto a Finlândia se juntou à UE em 1995 e a Hungria em 2004.¹⁴¹⁴ No entanto, pretendíamos, igualmente, recolher dados de todos os outros Estados-Membros de maneira a obter elementos sobre a média europeia.

Para a escolha dos dois CDE em cada país, fizemos uma selecção aleatória, procurando, todavia, garantir a participação de uma unidade localizada na capital de cada Estado-Membro. No entanto, no caso dos Países Baixos, o primeiro CDE de Amesterdão contactado, o da Vrije Universiteit, deixou o primeiro questionário incompleto, pelo que contactámos o CDE da Universiteit van Amsterdam, o qual preencheu todo o questionário. Já para a Suécia, como o CDE da Stockholm Universitet também deixou o primeiro questionário incompleto, optámos por contactar o CDE da Uppsala Universitet, de modo a obter respostas de dois CDE do país. No Reino Unido,

developing EU policy diplomacy strategy. London: The Foreign Policy Centre, 2005. ISBN 1-903558-85-9.

Sobre a criação de um CDE, no Uruguai, em 1995, ver OCASO, Alicia – “A Latin American EDC at CEFIR in Uruguay”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1997), p. 16-17.

¹⁴¹² Assim, o número de CDE que identificámos inclui cinco unidades a mais que o conjunto abrangido no projecto de avaliação dos CDE levado a cabo entre Dezembro de 2006 e Outubro de 2007, pois no documento onde se apresentam as conclusões referem-se 373 CDE. Cf. ALLEWELDT, Frank – *Evaluation of the EUROPE DIRECT European Documentation Centres: DG COMMUNICATION: Final report submitted by the Consumer Policy Evaluation Consortium (CPEC)*. Berlin: CIVIC Consulting, 30.11.2007. p. 12.

¹⁴¹³ Os CDE da Roménia não estão identificados na página do Europe Direct porque, segundo informação que recolhemos durante a entrevista com Mauno Haninem, na DG COMM, no momento da integração do país, em Janeiro de 2006, a Representação da Comissão em Bucareste não tinha os elementos disponíveis para fornecer essa informação. Cf. **Anexo I** *Entrevistas realizadas a actuais e a antigos funcionários das instituições europeias*.

No entanto, isto não significa que não existam CDE na Roménia, apenas que eles não estão identificados na página do Europe Direct. Portanto, deveremos tomar com algum cuidado o número de 378 CDE, que serviu de ponto de partida para o nosso estudo.

¹⁴¹⁴ Ver **Anexo X** *Etapas da construção europeia: os alargamentos*.

o CDE da Cardiff University também não completou o primeiro questionário, o que nos levou a incluir outro CDE na amostra, optando-se pelo da University of Wales, situado em Aberystwyth. Esta descrição serve para explicar o facto de no caso dos Países Baixos, da Suécia e do Reino Unido, a amostra incluir três CDE.

Para os países onde procurámos abranger todos os CDE, só não conseguimos resposta ao primeiro inquérito de dois CDE da Hungria.

Tendo em conta estes elementos, o primeiro questionário aos responsáveis dos CDE foi enviado para 90 CDE. Deste conjunto, como dois CDE húngaros não responderam, temos apenas 88 CDE participantes. Deste conjunto de 88 CDE, cinco deixaram o questionário incompleto. Assim, a taxa de resposta ao inquérito foi de 98%, enquanto a taxa de conclusão foi de conclusão foi de 92%. Poderemos comparar estes dados com os resultados apresentados no relatório de avaliação aos CDE, conduzido entre Dezembro de 2006 e Outubro de 2007, por uma empresa a pedido da DG COMM. Neste caso, a taxa de resposta ao inquérito distribuído por todos os CDE dos Estados-Membros foi de 67%, o que equivale a 249 respostas de um conjunto global de 373 CDE.¹⁴¹⁵ Atendendo à taxa de respostas a outros estudos, podemos considerar que obtivemos uma adesão bastante satisfatória.

Assim, por exemplo, em 1993, Emma Weban-Smith também conduziu uma investigação a um grupo de CDE espalhados pelo Reino Unido, França e Alemanha, mas as taxas de resposta que obteve foram bastante mais reduzidas. Com efeito, se 84% dos CDE ingleses devolveram os questionários, apenas 46% dos franceses o fizeram e 13% dos alemães.¹⁴¹⁶ Já num estudo conduzido, em 2003, sobre o cumprimento de novas leis no âmbito da gestão da informação da administração pública, no Reino Unido, a taxa de resposta aos inquéritos enviados foi de 28%.¹⁴¹⁷

Deveremos esclarecer que o questionário para os responsáveis dos CDE estava disponível para resposta na Internet.¹⁴¹⁸ Assim, a primeira forma de contacto com inquiridos foi através de e-mail, explicando o objectivo da pesquisa e as finalidades do inquérito. No entanto, esta estratégia para apelar à participação foi reforçada com o contacto telefónico personalizado aos inquiridos, o que pensamos explica as elevadas taxas de resposta e de conclusão ao inquérito. De facto, ainda que o uso do e-mail seja

¹⁴¹⁵ ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 12.

¹⁴¹⁶ WENBAN-SMITH, Emma – *European Documentation Centres and their role in EC information policy*. London: City University, 1993. Tese MSc. p. 34.

¹⁴¹⁷ WARREN, Adam; OPPENHEIM, Charles – *Op. cit.* p. 52

¹⁴¹⁸ Para o efeito utilizamos o serviço especializado no alojamento e distribuição de inquéritos, o <www.surveymonkey.com>.

vantajoso em termos de economia de custos e também de celeridade de respostas, é necessária uma abordagem personalizada de forma a motivar a participação dos inquiridos.¹⁴¹⁹ Por outro lado, temos de esclarecer que o questionário esteve disponível para resposta, na Internet, entre os meses de Agosto e de Novembro de 2007. Naturalmente, este período de tempo alargado também favoreceu as elevadas taxas de participação e conclusão. Como o nosso objectivo era obter o maior número possível de respostas e, tendo em conta que o mês de Agosto constitui uma época de férias, para muitas instituições, justifica-se este período alargado de aceitação de respostas.

Quanto ao questionário para os utilizadores dos CDE que tinham respondido ao primeiro inquérito, considerando que obtivemos 88 respostas e que pretendíamos enviar cinco questionários para cada um dos CDE, o total da nossa amostra deveria ser constituído por 440 questionários. No entanto, neste caso a taxa de resposta foi nitidamente inferior, pois obtivemos 234 questionários, o que equivale a uma taxa de resposta de 53% [Tabela X-3].

Pais	Total por país
<i>Alemanha</i>	8
<i>Áustria</i>	10
<i>Bélgica</i>	7
<i>Bulgária</i>	9
<i>Chipre</i>	5
<i>Eslovénia</i>	10
<i>Espanha</i>	6
<i>Estónia</i>	3
<i>Finlândia</i>	16
<i>Grécia</i>	6
<i>Hungria</i>	28
<i>Irlanda</i>	15
<i>Itália</i>	9
<i>Letónia</i>	4
<i>Lituânia</i>	9
<i>Países Baixos</i>	1
<i>Polónia</i>	10
<i>Portugal</i>	64
<i>Reino Unido</i>	4
<i>República Checa</i>	6
<i>Suécia</i>	4
Total Geral	234

Tabela X-3: *Distribuição por país dos questionários recebidos dos utilizadores dos CDE*

¹⁴¹⁹ Para uma introdução geral aos questionários em linha, seguimos as orientações de SUE, Valerie M.; RITTER, Lois A. – *Conducting online surveys*. Los Angeles: Sage Publications, 2007. ISBN 978-1-4129-3754-2.

Para a elaboração dos questionários e orientações gerais para o tratamento dos dados recolhidos, seguimos MOREIRA, João Manuel – *Questionários: teoria e prática*. Coimbra: Almedina, 2004. ISBN 972-40-2142-4.

Enviámos os cinco exemplares dos questionários por via postal, ao cuidado do responsável do CDE, juntando um envelope pré-pago para a devolução. Todavia, antes de procedemos à expedição dos questionários, contactámos de novo telefonicamente com os responsáveis dos CDE para averiguar a sua disponibilidade para distribuir os inquéritos aos utilizadores. Alguns aceitaram de imediato, outros colocaram dificuldades em conseguir as cinco respostas dos utilizadores e outros consideraram de todo impossível satisfazer o nosso pedido. Isto explica a taxa de adesão obtida mas também a distribuição do número de respostas pelos países e, inclusive, a inexistência de resposta por parte dos CDE de alguns Estados-Membros. De facto, não obtivemos respostas de nenhum CDE da Dinamarca, da Eslováquia, da França, de Malta e da Roménia. Também não obtivemos respostas de utilizadores luxemburgueses porque, como referimos, nesse país não existe CDE. Consequentemente, nos resultados do inquérito aos utilizadores dos CDE estão representados apenas vinte e um Estados-Membros.¹⁴²⁰

Neste caso, não foi possível optar pela disponibilização de um inquérito em linha, acessível através da Internet, porque isso implicava a divulgação a uma fonte externa dos endereços de e-mail dos utilizadores dos CDE o que não era compatível com as orientações relativas à protecção de dados de alguns CDE. Por outro lado, certos CDE também não dispunham de nenhuma lista de endereços de e-mail dos seus utilizadores. Assim, os utilizadores que responderam ao inquérito foram aqueles que se deslocaram fisicamente ao CDE durante o período de aceitação das respostas estabelecido. Além disso, foram os responsáveis dos CDE a seleccionar os utilizadores a quem distribuíram o inquérito. Esta selecção pode ter sido aleatória ou pré-determinada, mas nós não tivemos intervenção nesta fase.¹⁴²¹

Tal como no inquérito aos responsáveis dos CDE, o período de resposta foi bastante alargado, estendendo-se de Novembro de 2007 a Março de 2008.

Além destes dois questionários distribuídos no âmbito dos CDE e no contexto europeu, elaborámos e distribuímos outro inquérito aos utilizadores potenciais do CDE de uma Universidade portuguesa. Assim, este inquérito foi aplicado aos alunos de uma disciplina de Direito Comunitário I, de uma licenciatura em Direito, de uma disciplina

¹⁴²⁰ Ver **Anexo XI** *Discriminação do tipo de participação dos Centros de Documentação Europeia da amostra seleccionada* e **Anexo XII** *Distribuição geográfica dos Centros de Documentação Europeia da amostra seleccionada*.

¹⁴²¹ Foi também esta a metodologia seguida no inquérito aos utilizadores efectuado no âmbito da, já referida, avaliação dos CDE, entre Dezembro de 2006 e Outubro de 2007. A este propósito ver ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 13.

de História da Unificação Europeia II, de uma licenciatura em História, e de uma disciplina de História da Unificação Europeia: a Ideia de Europa, de uma licenciatura em Estudos Europeus. No total, obtivemos 83 inquéritos preenchidos [Tabela X-4].

Estes inquéritos foram distribuídos pelos docentes das disciplinas durante o período de aulas, entre Fevereiro e Março de 2008.

Designação do Curso	Total por curso
<i>Direito</i>	45
<i>Estudos Europeus</i>	14
<i>História</i>	24
Total Geral	83

Tabela X-4: *Distribuição por curso dos questionários recebidos dos alunos de matérias europeias de uma Universidade portuguesa*

De seguida, iremos caracterizar a estrutura e o conteúdo de cada um destes questionários.

X.2. Questionário aos responsáveis dos CDE

Tendo em conta que este questionário se destinava a ser respondido por profissionais dos CDE de todo o espaço da UE, além da versão portuguesa foi também elaborada uma versão em inglês [Anexo III e IV].¹⁴²²

O questionário para os CDE portugueses é composto por 52 perguntas, sendo necessário um tempo médio de resposta de 20 minutos, enquanto a versão inglesa inclui 48 perguntas. De facto, optámos por omitir, na versão inglesa, quatro perguntas relativas às habilitações e às categorias profissionais dos funcionários a tempo inteiro e a tempo parcial no CDE, já que os elementos que seriam recolhidos com estas questões, para serem devidamente analisados, deveriam basear-se no conhecimento das estruturas de formação e de carreira dos vinte e sete Estados-Membros, perspectiva que extravasa o nosso projecto de investigação.

Com as perguntas 1 a 13, na versão portuguesa, pretendia-se recuperar elementos genéricos de caracterização do CDE, como a data de criação, o tipo de entidade hospedeira, a adequação da localização física, tendo em conta as instalações, além do horário de abertura. Também os dados sobre os recursos humanos disponíveis no CDE

¹⁴²² Nas legendas dos gráficos e das tabelas, o questionário em português é identificado pela sigla Q1A e o questionário em inglês Q1B. Além da indicação do questionário indicamos também o número da pergunta a que o gráfico ou a tabela se reporta. Assim, por exemplo, Q1A-48 corresponde à questão número 48 do inquérito em português aos responsáveis dos CDE e Q1B-44 à mesma pergunta do inquérito na sua versão inglesa.

foram recolhidos através destas perguntas. Na versão do questionário em inglês, estes elementos foram obtidos nas perguntas 1 a 9.

As quatro perguntas seguintes, em ambas as versões do questionário, dizem respeito à infra-estrutura informática disponível no CDE, incluindo o número de computadores, a existência de Intranet, o acesso a Internet sem fios. Perguntava-se, ainda, se o CDE dispunha de página da Internet. Em caso afirmativo, era necessário responder a quatro perguntas, sobre a actualização da página e os conteúdos disponíveis. No caso do CDE não ter página na Internet, passava-se directamente para a questão 22, na versão portuguesa, e para a questão 18, na versão inglesa.

Assim, as três questões seguintes destinavam-se a recolher elementos sobre a colecção do CDE, com a identificação dos documentos publicados e fornecidos pela UE e a indicação da percentagem que esses documentos representam no fundo global do CDE. Procurava, ainda, saber-se se o CDE dispunha de documentos não editados nem fornecidos pela UE.

As seis perguntas seguintes, na versão em português da 25 à 30 e na versão em inglês da 21 à 26, incidem sobre a opinião dos responsáveis dos CDE acerca do comportamento informacional dos utilizadores, no que diz respeito às áreas temáticas onde a procura de informação é mais frequente e onde essa procura é a mais difícil. Por outro lado, pedia-se ainda que opinassem sobre os factores que consideravam facilitar e dificultar o acesso à informação europeia por parte dos utilizadores. Também se solicitava aos responsáveis dos CDE que identificassem os aspectos que consideravam ser mais valorizados pelos utilizadores no acesso à informação europeia, bem como as situações que mais frequentemente suscitavam essa procura.

Nas duas perguntas seguintes, pedia-se para que fossem identificadas as bases de dados mais consultadas para responder às necessidades dos utilizadores e como se processava esse acesso, ou directamente pelos utilizadores ou por intermédio dos funcionários.

Na pergunta subsequente, pretendia-se que fossem identificadas as três páginas da internet mais consultadas para satisfazer as necessidades de informação dos utilizadores.

As duas questões seguintes, da 34 à 35 na versão em português e da 30 à 31 na versão em inglês, destinavam-se a esclarecer a relação entre o CDE e a DG COMM. Assim, solicitava-se uma avaliação qualitativa dessa relação e a identificação do tipo de apoio recebido.

As perguntas 38-39, na versão em português, e 34-35, na versão em inglês, incidiam sobre a participação dos CDE em redes de informação e as actividades desenvolvidas nesse âmbito.

Já as questões 36-37 e 32-33, nas versões portuguesa e inglesa, respectivamente, focalizavam-se nos serviços oferecidos pelo CDE aos seus utilizadores. Por seu lado, as perguntas 40 a 44, na versão portuguesa, e as perguntas 36 a 40, na versão inglesa, diziam respeito ao conhecimento do CDE sobre os seus utilizadores, nomeadamente se recolhiam dados neste campo e que uso lhes davam.

Nas perguntas 45 a 47, no questionário em português, e nas perguntas 41 a 43, no questionário inglês, procurava-se recolher dados sobre as actividades de dinamização e de formação de utilizadores realizadas pelo CDE. A pergunta 46, na versão em português, e a equivalente no questionário inglês, 42, eram de tipo aberto e destinavam-se a obter informações sobre a periodicidade, o público-alvo e as actividades desenvolvidas, nos CDE que tivessem realizado actividades de formação de utilizadores nos últimos 24 meses.

Finalmente, o ultimo conjunto de perguntas, da 48 à 51, na versão portuguesa, e da 44 à 47, incidia sobre a organização e a representação da informação seguida no CDE e o tipo de acesso aos documentos facultado aos utilizadores.

A última questão destinava-se a recolher comentários dos inquiridos, sendo, por isso, de resposta aberta.

Apesar do número de perguntas ser significativo, quase todas eram de resposta fechada, bastando escolher a(s) hipótese(s) adequadas com um clique.

Na apresentação dos resultados deste inquérito, optámos, na maioria dos casos, pela utilização de graficos com colunas verticais a duas dimensões.

X.3. Questionário aos utilizadores dos CDE

Também o questionário para os utilizadores dos CDE foi distribuído numa versão em português e numa versão em inglês.¹⁴²³ No entanto, ambas as versões têm o mesmo número de perguntas, a saber, trinta e quatro, quase todas de resposta fechada.

As cinco primeiras perguntas do inquérito destinavam-se a caracterizar os inquiridos em termos de sexo, faixa etária, actividade, habilitações escolares ou académicas e estatuto em relação ao CDE onde responderam ao inquérito.

¹⁴²³ Nas legendas dos gráficos e das tabelas, este questionário é identificado pela sigla Q2.

As perguntas 6 a 9 incidiam sobre a opinião geral dos inquiridos no campo do acesso à informação europeia. Já as questões 10 a 13, tratavam da relação mais específica dos inquiridos em relação à informação europeia, nomeadamente sobre a sua opinião quanto aos meios e às fontes preferenciais de acesso a este tipo de informação. Também a frequência do contacto com a informação europeia e a intencionalidade que dita esse acesso eram objecto de inquérito.

Por seu lado, as perguntas 14 a 19 debruçavam-se sobre a relação dos inquiridos com o CDE que frequentam, nomeadamente a forma como tiveram conhecimento da sua existência, o motivo para a sua ida ao CDE e a frequência de utilização. Além disso, procurou-se também esclarecer a frequência de outras bibliotecas, bem como de outras unidades de informação europeia e o conhecimento destas últimas.

A pergunta 20 diz respeito à identificação dos documentos consultados pelos utilizadores no CDE.

As cinco perguntas seguintes, da 21 à 25, incidem sobre o comportamento informacional dos utilizadores, constituindo um paralelo com parte das perguntas formuladas no inquérito aos responsáveis dos CDE, nomeadamente com as perguntas 25 e 27-30, na versão portuguesa, e com as perguntas 21 e 23-26, na versão inglesa. Assim, foi pedido aos utilizadores que identificassem às áreas temáticas onde a sua procura de informação europeia é mais frequente. Também se solicitou que apontassem as razões que consideravam dificultar e facilitar esse acesso, além de identificarem os aspectos mais valorizados para acederem à informação europeia. Pediu-se, ainda, que esclarecessem as situações passíveis de motivar esse acesso.

As questões 26 a 28 abordam a utilização de bases de dados de informação europeia por parte dos utilizadores dos CDE e as modalidades em que costumam fazê-lo. Assim, estas perguntas encontram também um paralelo no questionário aos responsáveis dos CDE, nomeadamente com as perguntas 31-32, do questionário português, e 27-28, do questionário em inglês.

A pergunta 29, relativa às páginas da Internet mais consultadas para procurar informação sobre a UE, também tem paralelo com a pergunta 33 e 29 do questionário aos responsáveis dos CDE, na versão em português e em inglês, respectivamente. Esta pergunta é completada pela questão 30, onde se pede aos inquiridos para esclarecer se procuraram informação sobre a UE na Internet e, em caso afirmativo, em que tipo de sítios. Também a pergunta 33 está relacionada com estas duas, na medida em que procura averiguar o tipo de informação que os inquiridos consideram pertinente existir

na página da Internet do CDE. Naturalmente, esta pergunta é similar à pergunta 21, do questionário em português, e à pergunta 17, do questionário em inglês, distribuídos aos responsáveis dos CDE.

Já as perguntas 31 e 32, destinavam-se a averiguar as formas de acesso e de pesquisa dos documentos do CDE por parte dos inquiridos. Estão, por isso, relacionadas com o inquérito aos responsáveis dos CDE, nomeadamente nas perguntas 48 à 51, na versão portuguesa, e da 44 à 47, na versão inglesa, que incidem sobre a organização e a representação da informação aplicada no CDE e o tipo de acesso aos documentos facultado aos utilizadores.

A última pergunta do questionário era de tipo aberto permitindo aos inquiridos fazerem os comentários que julgassem pertinentes. Dava ainda a possibilidade de se indicar um endereço de e-mail para receber os resultados da análise do inquérito.

Na apresentação dos resultados deste inquérito, optámos, na maioria dos casos, pela utilização de gráficos com colunas verticais em forma de cilindro.

X.4. Questionário aos estudantes de matérias de Estudos Europeus

Tendo em conta o seu universo de aplicação, este questionário foi elaborado e distribuído apenas em língua portuguesa, ao contrário dos dois anteriores.

É constituído por um total de 29 perguntas, algumas das quais com paralelo em relação aos dois anteriores questionários.¹⁴²⁴

As cinco primeiras perguntas destinavam-se a recolher elementos para caracterizar os inquiridos (sexo, idade, actividade, habilitações escolares/académicas concluídas e identificação do curso frequentado).

As perguntas 6 e 7 eram de enquadramento geral, incidindo sobre a opinião dos inquiridos relativamente à integração do país no projecto europeu e sobre a importância do acesso à informação europeia. Estas perguntas encontram equivalência no questionário aos utilizadores dos CDE nas questões 7 e 9.

A pergunta 8 procurava identificar os dois melhores meios para aceder a informação geral e quotidiana sobre a UE e, por isso, não pode ser feito um paralelismo linear com a pergunta 10 do questionário aos utilizadores dos CDE. Todavia, os resultados de ambas as perguntas serão alvo de comparação.

¹⁴²⁴ Nas legendas dos gráficos e das tabelas, este questionário é identificado pela sigla Q3.

Já na pergunta 9, poderemos estabelecer comparações com a questão 25 do questionário aos utilizadores dos CDE e a questões 30 e 26, do inquérito aos responsáveis do CDE, na versão portuguesa e inglesa, respectivamente.

As perguntas 10 e 11 procuravam esclarecer a frequência de bibliotecas por parte dos inquiridos e esclarecer o seu conhecimento de unidades de informação especializadas em informação europeia. Se os resultados obtidos na pergunta 10 podem ser comparados com os dados recolhidos na questão 17, do inquérito aos utilizadores dos CDE, a pergunta 11 encontra um certo paralelismo com as questões 18 e 19 do mesmo inquérito.

As perguntas 12 a 14 dizem respeito às estratégias de acesso aos documentos sobre a temática europeia. Assim, as perguntas 12 e 13, poderão ser relacionadas, em parte, com as questões 31 e 32 do inquérito aos utilizadores do CDE. Já a pergunta 14, incidindo sobre a melhor fonte para aceder a um livro publicado em 2005, não encontra correspondência em nenhum dos outros inquéritos.

O conjunto das seis perguntas seguintes, da 15 à 20, aborda especificamente o acesso à informação europeia. Assim, pedia-se aos inquiridos para identificarem o tipo de documentos emanados da UE que já tinham consultado e as áreas temáticas que mais pesquisavam em termos de informação europeia. Foram também questionados sobre as fontes que consideravam mais fiáveis e objectivas para esclarecerem uma questão sobre a UE e sobre os aspectos que mais valorizavam para aceder a essa informação. Além destes aspectos, os inquiridos identificaram ainda os elementos que consideravam facilitar e dificultar o seu acesso a informação de índole europeia. Este conjunto de perguntas irá ser analisado em comparação com as questões equivalentes no inquérito aos responsáveis dos CDE e no inquérito aos utilizadores dos CDE. Assim, a pergunta 15 encontra, em parte, o seu paralelo na pergunta 20 do inquérito aos utilizadores dos CDE e nas perguntas 22 e 20 do inquérito aos responsáveis dos CDE, na versão portuguesa e inglesa, respectivamente. Todavia, este paralelismo não é total, pois as opções nos dois primeiros questionários são mais numerosas do que no inquérito aos estudantes de matérias relacionadas com Estudos Europeus. Já a questão 16 equivale à pergunta 21 do inquérito aos utilizadores dos CDE e às perguntas 25-26 e 21-22 do inquérito aos responsáveis dos CDE, na versão em português e em inglês, respectivamente. Por sua vez, a questão 17 será analisada em comparação com a questão 11 do inquérito aos utilizadores dos CDE. A pergunta 18 tem o seu paralelo na questão 24 do inquérito aos utilizadores dos CDE e nas perguntas 29 e 25 do inquérito

aos responsáveis dos CDE, na versão em português e na versão em inglês, respectivamente.

As perguntas 19 e 20 sobre as razões que dificultam e as que facilitam o acesso a informação sobre a UE são equivalentes às questões 22 e 23 do inquérito aos utilizadores dos CDE e às questões 27-28 e 23-24 do inquérito aos responsáveis dos CDE, em português e inglês, respectivamente.

O conjunto das sete perguntas seguintes está relacionado com o uso da Internet para aceder a informação europeia em várias vertentes. Assim, na questão 21 procurava-se esclarecer se os inquiridos tinham recorrido no último mês à Internet para aceder a informação sobre a UE e em caso positivo o tipo de páginas que tinham visitado. Esta pergunta encontra equivalência parcial na questão 30 do inquérito aos utilizadores dos CDE. Já a pergunta 22, onde se pediam que fossem identificadas três páginas que tivessem sido consultadas para procurar informação sobre a UE, equivale à pergunta 29, do questionário aos utilizadores dos CDE, e à pergunta 33 e 29 do questionário aos responsáveis dos CDE, na versão em português e em inglês, respectivamente. Por seu lado, a pergunta 23 destinava-se a testar a capacidade de uso adequado de várias páginas institucionais da UE para pesquisar as atribuições do Provedor de Justiça Europeu, para identificar o país em exercício da Presidência do Conselho da UE, o comissário responsável pelo ambiente e a presidente de uma determinada comissão parlamentar. As perguntas 24 a 27 incidiam sobre o uso das bases de dados. Assim, os inquiridos deviam referir se já tinham usado bases de dados para aceder a informação sobre a UE (pergunta 24) e em que modalidade o tinham feito (pergunta 25). Estas duas perguntas encontram equivalência nas questões 26 e 27 do questionário aos utilizadores dos CDE e, em parte, na pergunta 32 e 28 do questionário aos responsáveis dos CDE, na versão portuguesa e inglesa, respectivamente. Pedia-se-lhes também que, num determinado conjunto de bases de dados, identificassem as que desconheciam, as que conheciam e as que já tinham utilizado (pergunta 26). Esta pergunta era equivalente à pergunta 28 do questionário aos utilizadores dos CDE e às perguntas 31 e 27 do questionário aos responsáveis dos CDE, na versão em português e em inglês, respectivamente. Por fim, procurava-se, ainda, aferir a capacidade de uso de três bases de dados a partir da escolha feita para satisfazer três necessidades de informação distintas.

Na pergunta 28, solicitava-se aos inquiridos que esclarecessem se consideravam o acesso aos documentos das instâncias da UE como uma das vertentes da política de abertura e transparência europeia.

Na última questão do questionário, solicitava-se aos inquiridos que deixassem comentários ou sugestões pelo que a resposta era de tipo aberto. Dava-se, ainda, a possibilidade de deixar um endereço de e-mail para receber os resultados do inquérito.

Na apresentação dos resultados deste inquérito, optámos, na maioria dos casos, pela utilização de gráficos com colunas horizontais a duas dimensões.

X.5. As visitas aos CDE

Como referimos no Capítulo I, os dados recolhidos nos inquéritos foram complementados com as visitas que realizámos a alguns CDE.

Assim, optámos por visitar três CDE em cada um dos países que analisámos monograficamente (Finlândia, Hungria, Irlanda e Portugal). Todavia, esta regra, utilizada como ponto de partida para definir as visitas, foi adaptada consoante as oportunidades que nos permitiram alargar o universo de análise.

As visitas foram todas previamente acertadas com os responsáveis dos CDE que aceitaram receber-nos, concedendo-nos uma entrevista e fazendo uma apresentação da instituição e do espaço onde a colecção do CDE se situa.

As entrevistas foram semi-dirigidas, de acordo com um guião elaborado, no intuito de esclarecer alguns pontos do inquérito aos responsáveis dos CDE.¹⁴²⁵ Em média, as entrevistas estavam programadas para durar uma hora. No entanto, tratando-se de entrevistas semi-dirigidas, possibilitavam uma grande margem para cada entrevistado aprofundar os temas nos quais tivesse mais interesse. Por isso, no global, cada entrevista durou entre duas e três horas, enquanto a mais curta durou 40 minutos.

Além da entrevista, como já dissemos, tivemos igualmente a oportunidade de perceber como estão organizadas as colecções dos CDE visitados e como se efectua o acesso por parte dos utilizadores.

Os dados recolhidos nas entrevistas serão inseridos ao longo da análise dos inquéritos. Consideramos que desta forma se estabelece uma maior complementaridade entre os diferentes modos de contacto com o nosso objecto. Por outro lado, permite-nos alguma economia de texto.

Assim, em Janeiro de 2008, visitámos o CDE da Universidade Livre de Bruxelas. Apesar de este país não fazer parte do grupo dos quatro que pretendíamos analisar em profundidade, aproveitámos a nossa estadia na capital belga para o conhecer.

¹⁴²⁵ Ver **Anexo VIII** *Visitas aos Centros de Documentação Europeia* e **Anexo IX** *Guião das entrevistas aos responsáveis dos CDE*.

Ao longo do mês de Fevereiro visitámos três CDE na Hungria. O CDE de Szombathely pertence ao Berzsenyi Dániel College uma instituição de ensino superior situada perto da fronteira entre a Hungria e a Áustria. Em termos de localização, o CDE ocupa um espaço amplo e bem situado, perto da principal praça da cidade e, por isso, está aberto ao público em geral. Já o CDE da Universidade Eötvös Loránd está inserido na Faculdade de Direito desta instituição apresentando algumas dificuldades para o acesso à documentação. De facto, esta encontra-se espalhada por vários gabinetes de docentes e por salas ocupadas frequentemente por aulas. Está, por isso, restrito à utilização dos alunos de Direito e sobretudo aos professores. Por fim, o CDE da Biblioteca do Parlamento húngaro ocupa um espaço nobre no edifício histórico da instituição parlamentar. Dispõe de uma acervo informacional notável fruto das remessas enviadas pelo SPOCE mas também de numerosas aquisições. Serve essencialmente as necessidades dos deputados e dos funcionários do Parlamento mas também acolhe numerosos investigadores e alunos de matérias europeias, apesar das regras de segurança dificultarem um acesso imediato. Com efeito, os utilizadores externos necessitam de marcar previamente a ida ao CDE com o serviço encarregue desta tarefa.

No mês de Março, visitámos os três CDE da Irlanda. Assim, estivemos no CDE do University College de Dublin. Aqui, as publicações enviadas pelo SPOCE estão integradas na biblioteca geral da Universidade acessível a todos os alunos inscritos. Todavia, o acesso a utilizadores externos está fortemente condicionado. Conhecemos igualmente o CDE do Trinity College, também em Dublin, uma das mais antigas Universidades da Europa. A colecção europeia está integrada na secção das publicações oficiais da biblioteca geral e também só é acessível aos alunos inscritos na Universidade. Já no CDE da Universidade de Limerick, os documentos do CDE integrados na biblioteca geral da instituição estão acessíveis ao público em geral e não apenas a alunos da Universidade.

Em Abril, visitámos quatro CDE na Finlândia. O CDE da Universidade de Helsínquia insere-se na Faculdade de Direito, ocupando uma pequena sala destinada exclusivamente ao material enviado pelo SPOCE mas integrada na biblioteca central da Faculdade. Situa-se no centro da capital finlandesa e está acessível ao público em geral. Ainda em Helsínquia, conhecemos o único dos CDE que visitámos que não está ligado a uma instituição de ensino. Trata-se do CDE da Association of Finnish Local and Regional Authorities destinado essencialmente a utilizadores que façam parte desta associação que congrega municípios de todo o país. Já o CDE da Universidade de Turku

serve a comunidade estudantil e docente desta instituição, ocupando um espaço na biblioteca geral tal como acontece no CDE da Universidade de Lapeenranta. No decurso do mês de Junho, visitámos igualmente o CDE da Universidade de Oulu que segue os mesmos moldes dos dois anteriores.¹⁴²⁶

Em Portugal, o CDE de Coimbra foi aquele que visitamos mais assiduamente no decurso da nossa investigação e foi também com a sua responsável que tivemos algumas esclarecedoras conversas. O CDE está ligado a um centro de estudos da Faculdade de Direito, mas ocupa instalações situadas fora da zona histórica da Universidade. Está aberto a toda a comunidade estudantil e ao público em geral.

No decurso do mês de Junho, visitamos três CDE em Lisboa e um em Oeiras. Assim, estivemos no CDE da Universidade Técnica de Lisboa, situado no Instituto Superior de Economia e Gestão. Aqui, ocupa um espaço dentro da biblioteca central. Conhecemos, ainda, o CDE da Universidade Lusíada igualmente integrado na mediateca da instituição. Já o CDE da Universidade de Lisboa, localizado na Faculdade de Direito, ocupa um espaço próprio acessível ao público em geral. Por fim, deslocamo-nos ao CDE do Instituto Nacional de Administração, em Oeiras.

Com estas visitas e as entrevistas, tivemos oportunidade de contactar com realidades muito diversas e conhecer as opções de cada CDE para melhor se adaptar ao ambiente onde se insere.

X.6. Cobertura dos CDE nos Estados-Membros

Além de identificar os CDE existentes em cada Estado-Membro, procurámos também comparar esse número com a totalidade dos habitantes de cada país. O intuito era perceber qual seria o *ratio* de CDE por habitante em cada país-membro. Naturalmente, estes dados não podem ser lidos em termos absolutos, porque o público-alvo privilegiado dos CDE não são os cidadãos em geral, mas antes as comunidades académicas. Apesar de termos em conta esta situação, consideramos que a compração pode ser interessante [Tabela X-5].

¹⁴²⁶ Inicialmente, esta visita ao CDE da Universidade de Oulu não estava prevista. No entanto, foi possível graças ao financiamento que obtivemos da FCT para apresentar uma comunicação naquela instituição. Assim, aproveitámos, igualmente, para entrevistar a responsável e conhecer o CDE.

País	Número de habitantes ¹⁴²⁷	Número de CDE ¹⁴²⁸	CDE por habitantes
Alemanha	82,4 milhões	51	1.615.686
Áustria	8,3 milhões	9	922.222
Bélgica	10,5 milhões	10	1.050.000
Bulgária	7,7 milhões	9	855.555
Chipre	800 mil	1	800.000
Dinamarca	5,4 milhões	8	675.000
Eslováquia	5,4 milhões	4	1.350.000
Eslovénia	2 milhões	2	1.000.000
Espanha	43,8 milhões	37	1.183.783
Estónia	1,3 milhões	2	650.000
Finlândia	5,3 milhões	10	530.000
França	62,9 milhões	48	1.310.416
Grécia	11,1 milhões	11	1.009.090
Hungria	10,1 milhões	13	776.923
Irlanda	4,2 milhões	5	840.000
Itália	58,8 milhões	45	1.306.666
Letónia	2,3 milhões	1	2.300.000
Lituânia	3,4 milhões	2	1.700.000
Luxemburgo	500 mil	0	0
Malta	400 mil	1	400.000
Países Baixos	16,3 milhões	14	1.164.285
Polónia	38,2 milhões	16	2.387.500
Portugal	10,6 milhões	19	557.894
Reino Unido	60,4 milhões	42	1.438.095
República Checa	10,3 milhões	7	1.471.428
Roménia	21,6 milhões	0	0
Suécia	9 milhões	11	818.181
Total UE	493 milhões	378	1.304.232

Tabela X-5: *Número de habitantes dos países da UE e número de CDE*

A Alemanha, o Estado mais populoso da UE, é também aquele onde existe o maior número de CDE. No entanto, em termos de média, verificamos que existe um CDE para quase 1,7 milhões de habitantes, enquanto, na média de todos os Estados da UE, existe um CDE para cerca de 1,3 milhões de habitantes. Vemos, também, que a Polónia, com um total de 16 CDE, tem uma média de 1 CDE para quase 2,4 milhões de

¹⁴²⁷ População em 1 de Janeiro de 2006, de acordo com os dados apresentados em <http://europa.eu/abc/keyfigures/index_pt.htm>. [Acedido 17.07.2007].

¹⁴²⁸ De acordo com os dados apresentados em <http://ec.europa.eu/europedirect/visit_us/index_pt.htm>. [Acedido 08.05.2007].

habitantes. Já na Letónia, existindo apenas um CDE e havendo 2,3 milhões de habitantes, o rácio de CDE por habitante é quase igual. Inversamente, Malta, com apenas um CDE e 400.000 habitantes é o país onde a relação número de CDE/número de habitantes é mais favorável.

Nos países onde estudámos os CDE em detalhe (Finlândia, Irlanda, Hungria e Portugal) constatamos que a média de CDE por número de habitante é bastante favorável. De facto, em todos eles existe um CDE para um máximo de um pouco mais de 840.000 habitantes, na Irlanda, e um mínimo de 530.000 habitantes, na Finlândia.

Poderemos também constatar que seis países (Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Espanha e Portugal) reúnem 64% dos CDE existentes em todo o espaço da UE. Neste sentido, é lícito considerar que a rede os CDE ainda pode crescer, sobretudo nos países que aderiram em 2004 e 2007, em particular no caso da Polónia.

CAPÍTULO XI

OS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA: CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DA AMOSTRA

XI.1. Aspectos institucionais, espaço físico e recursos humanos

Como ponto de partida da nossa análise dos resultados dos inquéritos distribuídos, iremos abordar as vertentes ligadas à fundação dos CDE, às características das entidades hospedeiras e à identificação do âmbito de especialização. Iremos, igualmente, tratar do espaço físico onde o CDE está instalado, do horário de abertura ao público e dos seus recursos humanos.

XI.1.1. Ano de criação dos CDE

Na literatura sobre os CDE, a data de 1963 é sempre referida como o ano da criação dos primeiros CDE. No entanto, na amostra dos CDE inquiridos, o CDE da Universidade Católica de Lovaina, na Bélgica, indica 1960 como o ano da sua entrada em funcionamento. Também o CDE da Universidade de Amesterdão afirma ter sido criado em 1960.¹⁴²⁹ Vemos, portanto, que sobre a data de início exacta dos primeiros CDE existe alguma indefinição.

Deveremos ainda ter em conta que alguns dos actuais CDE tiveram anteriormente outra designação. É o caso, por exemplo, do CDE de Aberystwyth que, apesar de ter assumido esta condição em 1996, existia já, desde 1973, como Centro de Referência Europeu.¹⁴³⁰

¹⁴²⁹ VERMEULEN, Mieke – “A day in the life...”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 1 (1998), p. 22.

¹⁴³⁰ STEVENSON, Lillian – “The EDC at the University of Wales Aberystwyth: a relative newcomer to the world of European information”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 1 (1999), p. 7.

A criação dos CDE está ligada à estruturação da Unidade de Informação Universitária no âmbito do Serviço Comum de Imprensa e Informação. Sobre este período inicial Fausta Deshormes afirma:

En 1961, je me suis rendue compte tout de suite d'un problème. Il y avait beaucoup d'étudiants dit fédéralistes et "européistes", comme on disait en Italie, qui, surtout pour des raisons de militantisme, surtout en Italie, voulaient faire des thèses de licence sur l'intégration européenne. Ils allaient chez le professeur, ils allaient dans les bibliothèques, ils ne trouvaient rien. Alors la première chose à laquelle je me suis attelée, c'était d'envoyer de la documentation dans les universités. À l'époque, la CECA avait créé des bibliothèques dans lesquelles elle envoyait la documentation. C'étaient des bibliothèques dites dépositaires qu'on appelait les DEP. [...] Mais les DEP ne faisaient pas notre compte parce que elles étaient pour la plupart des bibliothèques nationales, communales, avec des horaires difficiles où il n'y avait pas d'accès pour tout le monde, surtout elles n'étaient pas au sein des universités. Et donc, j'ai essayé d'en créer d'abord en Italie. [...] Et l'Italie c'était une zone privilégiée, parce que j'y avais des relations mais aussi parce qu'au bureau d'information de la Commission à Rome, il y avait un fonctionnaire qui était chargé des problèmes d'information universitaire et de la jeunesse, qui s'appelait Antonio Tatti [...] Donc à travers la SIOI [Società italiana per l'organizzazione internazionale] et Tatti, on a commencé à rentrer dans certaines facultés universitaires pour y créer des Centres européens de documentation que l'on a appelés CED, (dont par la suite Jacqueline Lastenouse s'est occupée). J'ai commencé ça en 1962, et vous verrez dans ces rapports que je vous donnerai, qu'en 1967 il y avait déjà une centaine de CED dans les pays. Enfin ça s'était vraiment multiplié»¹⁴³¹

Esta ligação dos CDE à unidade de informação universitária também foi sublinhada por Ian Thomson que afirma «EDC were created as an element of the information policy of the European Commission towards higher education».¹⁴³²

¹⁴³¹ *Entretien avec Fausta Deshormes...* (op. cit.). p. 10-11.

¹⁴³² THOMSON, Ian – "European documentation centres: an undervalued or overvalued library resource: the role of European documentation centres in facilitating access to, and use of, European Community publications". In *Government publications collections in libraries: status, problems, and recommendations for an undervalued resource: papers from an IFLA seminar, London, August 12-14, 1987*. Berlin: Staatsbibliothek, 1993. p. 151. Sobre a Unidade Informação Universitária, que existiu entre 1960 e 2000, ver LASTENOUSE, Jacqueline – "La Commission Européenne et les études universitaires sur l'intégration européenne: 1960-2000". *Temas de integração: as Universidades e os processos de integração: o projecto da convenção*, n.º 15-16 (2003), p. 13-36. Poderemos notar que, em Outubro de 1990, Jacqueline Lastenouse visitou o CDE de Coimbra, cf. MIRANDA, Maria da Saudade – "Actividades do Centro de Documentação Europeia". *Revista de Direito e Economia*. ISSN 0870-8835. Ano XVI, XVII, XVIII (1990, 1991, 1992), p. 848. Para uma panorâmica geral da Unidade Informação

Em termos globais, podemos verificar que na amostra dos CDE analisados [Tabela XI-1], o ano de 1995 foi o que apresentou o maior número de abertura de novas unidades de informação, a saber 9 CDE. Aliás, na década de 1990 foram criados mais de metade dos CDE abrangidos pelo nosso estudo, ou seja 45 CDE em 88 analisados. Deveremos relacionar este facto com a multiplicação das redes de informação em reacção às dificuldades de ratificação do Tratado de Maastricht no âmbito de uma política de informação e comunicação mais activa e visível. Por outro lado, é também de assinalar o facto de, na Irlanda e na Finlândia, a criação da maioria dos CDE ter ocorrido na altura da adesão de cada um dos países à Comunidade Europeia, no primeiro caso, ou já à União Europeia, no segundo caso.

Assim, os CDE irlandeses nasceram todos num espaço de três anos entre 1972 e 1974, sendo que o país se tornou Estado-Membro em 1973.¹⁴³³ Aliás, no relatório de actividades de 1972, a Comissão refere que a informação dos meios específicos estava a incidir sobretudo no alargamento da rede de CDE e de DEP, atingindo na altura as 200 unidades.¹⁴³⁴ Neste sentido, no programa de informação para 1972 afirma-se:

Les centres de documentation promus depuis des années par la Commission constituent un autre instrument de la politique d'information. La Commission a l'intention, principalement dans les Etats membres actuels et dans un but de concentration et de spécialisation, de développer par priorité et sur le plan qualitatif les centres déjà existants.¹⁴³⁵

Quanto à Finlândia, 1995 corresponde ao ano de adesão do país à UE e representa também a data de criação para metade dos CDE existentes, ainda que desde os inícios da década de setenta houvesse já um CDE na Universidade de Turku.

No caso da Hungria, a quase totalidade dos CDE surgiu antes da entrada do país para a UE, em 2004. Por outro lado, o primeiro CDE foi criado em 1987, na Universidade Eötvös Loránd, em Budapeste, ainda durante a época da cortina de ferro, mas foi preciso esperar a queda do regime comunista para a abertura de novas unidades. A este propósito, poderemos notar que, no programa de informação de 1976, se

Universitária no início dos anos setenta, ver DE BOECK, Marianne – *Les relations publiques de la Communauté Européenne*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1972-173. Mémoire de fin d'études. p. 119-125.

¹⁴³³ Sobre a criação do CDE da University College de Dublin, ver EKLOF, Tony – “The provision of European Union information in the Republic of Ireland”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 27, n.º 1 (1996), p. 25.

¹⁴³⁴ COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Sixième rapport général sur l'activité...* (op. cit.). p. 408.

¹⁴³⁵ (SEC (1971) 4483 final). p. 24-25; citação p. 24.

encontra uma referência aos países do Leste da Europa onde não era possível desenvolver uma informação activa. Neste contexto, preconizava-se o acolhimento dos visitantes que solicitassem ser recebidos e «[...] une réponse positive sera donnée aux requêtes faites pour l'ouverture de Centres de Documentation européenne auprès des Universités et des bibliothèques publiques de ces pays».¹⁴³⁶ Neste contexto, o CDE de Gdansk, na Polónia, foi o primeiro criado no bloco comunista em 1980. A este propósito Jacqueline Lastenouse afirma:

Quand en 1980, le CDE, Centre de documentation européenne de l'université de Gdansk fut créé et que nous avons constaté qu'il était complètement démuni, Émile Noël a donné une vieille photocopieuse du Secrétariat général, qui a été acheminée par voiture à Gdansk, en deux voyages. Après, il fallait leur faire parvenir des rouleaux de papier... [*Rires.*] Nous savions aussi que le Centre là-bas était proche de Solidarnosc.¹⁴³⁷

Em termos gerais, verificamos que a criação dos CDE ocorreu imediatamente antes ou pouco depois da adesão do país ao projecto comunitário para servir as necessidades da comunidade académica, tendo progressivamente alargado o meio de recrutamento dos seus utilizadores. A este propósito podemos citar a observação feita por Michael Hopkins e George Bingham em relação à fundação dos CDE no Reino Unido:

Most of the EDCs (...) were created during the early 1970's around the time of British entry into the EC, with a view to encouraging the study of European integration and, in the long term, academic appreciation of the ideals embodied in the Treaty of Rome. Although EDCs are conceived by the Commission as a means of increasing academic involvement in European studies and still retain that principal objective, their potential for contributing to general information policy has increasingly been emphasized, to the point when there is now an unwritten expectation the EDCs provide a service well beyond their immediate academic communities.¹⁴³⁸

¹⁴³⁶ (SEC (1975) 4250 final). p. 9.

¹⁴³⁷ *Entretien avec Jacqueline Lastenouse-Bury...* (op. cit.). p. 22.

¹⁴³⁸ HOPKINS, Michael; BINGHAM, George – *Op. cit.* p. 79.

País	1960	1963	1972	1973	1974	1976	1980	1981	1984	1985	1986	1987	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2003	2004	2006	2007	Total por país
Alemanha			1							1																			2
Áustria										1																			2
Bélgica	1	1																											2
Bulgária																													2
Chipre																				1									1
Dinamarca				1															1										2
Eslováquia													1																2
Eslovénia							1						1																2
Espanha				1																									2
Estónia													1												1				2
Finlândia			1					2					1						5						1				10
França		1									1																		2
Grécia											1		1																2
Hungria								1					1		1	2				1	2	2	1					1	11
Irlanda			1	3	1																								5
Itália													1																2
Letónia															1														1
Lituânia																								1	1				2
Malta																1													1
Países Baixos												1																	3
Polónia													1						1										2
Portugal					1	2	2	3			2	1	1	1	1				2	2	1	1	2					19	
Reino Unido																				1									3
República Checa													1													1			2
Roménia																	1												1
Suécia																													3
Total Geral	1	4	3	6	2	1	2	4	2	2	2	3	5	5	7	4	2	9	5	3	2	3	3	1	1	2	1	3	88

Tabela XI-1: Ano de criação dos CDE da amostra analisada (Q1A-1; Q1B-1)

O apoio à investigação académica sobre temas da construção europeia constitui a primeira justificação para a criação dos CDE. Ainda hoje este serviço é visto como a sua principal razão de ser, apesar de não ser possível quantificar em que termos este apoio ocorre porque se verifica alguma falta de integração entre os CDE e as estruturas de pesquisa, como centros de investigação da entidade hospedeira, sobre a temática europeia.¹⁴³⁹

Quanto a Portugal, verificamos que o CDE mais antigo é o da Universidade de Coimbra, instituído em 1974, e os mais recentes são o do Instituto Politécnico de Leiria e o da Universidade de Aveiro (2000). A maior parte foi criada depois da adesão de Portugal à CEE, ocorrida em 1 de Janeiro de 1986, mas não poderemos deixar de notar que até essa data tinham sido criados cinco CDE, o que corresponde a cerca de um quarto do total dos CDE portugueses. Quanto a Lisboa, deveremos também realçar que o primeiro CDE surgiu na Universidade Católica Portuguesa, instituição de natureza semi-pública, e não numa Universidade pública. Todavia, importa salientar que, num documento de Agosto de 1972, é feita referência a uma Biblioteca Depositária (DEP) em Lisboa, o Institut Européen de Sciences Sociales et Politiques da Universidade de Lisboa, referindo-se que recebia uma grande quantidade de publicações das instituições comunitárias como, por exemplo, o *Journal Officiel* e o *Bulletin de la Communauté*.¹⁴⁴⁰ Aliás, em 1973, este instituto aparece novamente referido numa lista de CDE, para onde era enviada documentação, mas agora com a designação de Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, sito na rua da Junqueira.¹⁴⁴¹

Vemos, portanto, que a criação dos CDE está intimamente ligada à evolução da construção europeia mas também às próprias vicissitudes históricas do contexto nacional onde se inserem.

XI.1.2. Localização e âmbito dos CDE

Outro aspecto determinante para a fundação de um CDE é a vontade de uma entidade hospedeira em acolher um ponto de acesso a recursos informacionais de índole europeia. Geralmente, esta entidade hospedeira é uma instituição de ensino superior e a

¹⁴³⁹ ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 34-35

¹⁴⁴⁰ COMMUNAUTÉS EUROPEENNES. CONSEIL – *Rapport des conseillers de l'information des pays des Communautés européennes au Portugal (1^{er} rapport)*. Lisboa, 10.07.1972. p. 2-3. Acessível nos Arquivos Históricos do Conselho, em Bruxelas: CM2 1974-246.

¹⁴⁴¹ *Centres de documentation européenne*. Mai 1973. p. 13. Acessível nos Arquivos Históricos da Comissão Europeia em Bruxelas: ACB Bac 120/1990.

vontade decorre da existência de cursos ou de investigação relacionados com matérias europeias.

Além disso, os CDE enquadram-se numa esfera de acção mais ampla vocacionada para os meios académicos onde a Comissão Europeia apoia outras iniciativas como a acção Jean Monnet que, desde 1990, financia cátedras de Estudos Europeus e iniciativas científicas (seminários, cursos, conferências) no mesmo âmbito.¹⁴⁴²

Neste contexto, um dos primeiros objectivos dos CDE é apoiar e estimular o desenvolvimento da leccionação e da investigação de matérias no âmbito do projecto de construção europeia. Tendo em conta esta ligação com o corpo académico, em muitos casos, os CDE têm a supervisão de um docente da instituição hospedeira do CDE além, naturalmente, do bibliotecário responsável. Contudo, esta presença dos profissionais da informação nos CDE só se tornou obrigatória nos anos noventa pois até essa data muitos careciam de bibliotecário ou de documentalista para realizar as tarefas inerentes à área.

Deveremos igualmente notar que as instituições hospedeiras vêm na criação de um CDE um investimento em termos de recursos de informação mas também do ponto de vista simbólico. Como notou Ian Rowlands, estas instituições «[...] see the development of a European dimension to their activities and ethos as a fundamental aspect of their overall planning strategies for the futures».¹⁴⁴³

Como iremos ver as instituições hospedeiras são responsáveis pelos custos decorrentes da ocupação do espaço do CDE e dos funcionários que asseguram o serviço. Neste sentido, estas unidades de informação europeia apresentam um saldo positivo para a Comissão,¹⁴⁴⁴ na medida em que o seu investimento próprio é diminuto conseguindo, no entanto, atingir um público significativo.

¹⁴⁴² COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 1996*. Luxemburgo: SPOCE, 1997. ISBN 92-827-9426-1. p. 263.

¹⁴⁴³ THOMSON, Ian – “Challenges facing European Documentation Centres”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1995), p. 17.

¹⁴⁴⁴ ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 44-54.

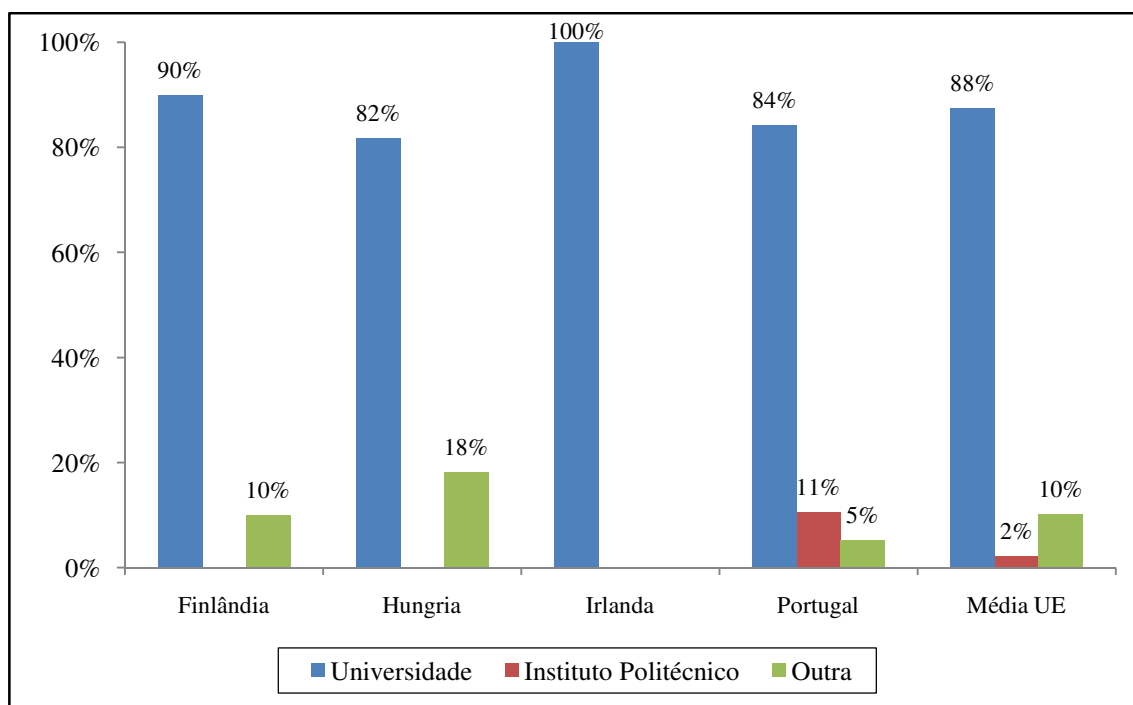


Gráfico XI-1: *Entidades hospedeiras dos CDE (Q1A-2; Q1B-2)*

A esmagadora maioria dos CDE insere-se no âmbito universitário [Gráfico XI-1], pois é também neste contexto que se desenvolve a investigação sobre temas europeus e que se leccionam cursos de graduação e de pós-graduação relacionados com esta área. O país onde a maior percentagem de CDE está fora do âmbito universitário é a Hungria onde, por exemplo, um CDE está inserido na Biblioteca do Parlamento Nacional. No caso da Finlândia temos apenas um CDE hospedado no contexto de uma associação regional. Portugal é o único país onde podemos encontrar CDE em dois Institutos Politécnicos e um no Instituto Nacional de Administração.

Tendo em atenção estes elementos, podemos afirmar que os CDE estão estreitamente ligados ao desenvolvimento dos Estudos Europeus no âmbito do ensino superior, sendo, por isso, natural que aí se situe a sua quase totalidade.

Por outro lado, deveremos notar que esta inserção do CDE numa instituição pré-existente, com objectivos, cultura institucional e meios próprios, vai naturalmente condicionar a forma como o CDE é gerido, determinando as questões de acesso, de organização da informação ou de acondicionamento dos documentos. Desta forma, os CDE apresentam variações significativas entre si, determinadas sobretudo pelo contexto institucional onde estão inseridos.

Como notou, Ian Thomson em 1995, o ambiente onde os CDE se enquadram é composto por quatro componentes: a biblioteca universitária à qual estão ligados, a rede

dos CDE, nacional e europeia, as outras redes de informação da UE e a comunidade académica da sua universidade ou da região onde se inserem.¹⁴⁴⁵

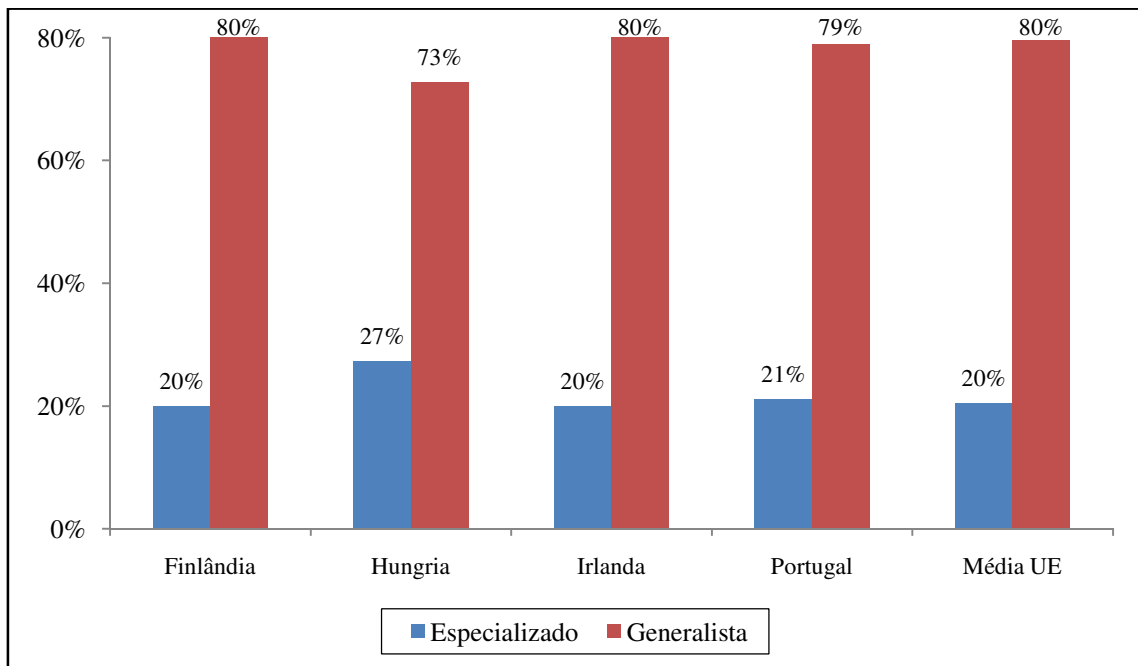


Gráfico XI-2: Âmbito dos CDE (Q1A-3; Q1B-3)

No geral, os CDE são predominantemente de âmbito generalista, pois os de índole especializada representam sempre menos de um quarto da amostra analisada, tanto em termos globais dos Estados-Membros como nos países que estudamos monograficamente [Gráfico XI-2]. A única exceção a esta regra é a Hungria, onde 27% dos CDE se afirmam como especializados. Esta distinção influencia a documentação que o CDE possui, pois, tratando-se de um generalista, deve receber todas as publicações emanadas do SPOCE. Já no caso de ser um CDE especializado irá receber apenas as publicações das áreas correspondentes aos centros de interesse declarados.

A área de especialização mais frequente é o Direito, quer como disciplina única quer em combinação com outras áreas, em particular a Economia. Aliás, esta é a segunda área de especialização mais frequente nos CDE que responderam ao inquérito. Em certos casos, a Economia aparece também ligada à Gestão ou às Tecnologias. No caso de Portugal, um dos inquiridos respondeu que o âmbito de especialização do CDE coincidia com as áreas leccionadas nas escolas do Instituto: Agrária, Educação, Enfermagem, Tecnologias. Sobre este assunto, em 1992, Ian Thomson, considerava que

¹⁴⁴⁵ THOMSON, Ian – “Challenges facing European...”. *Op. cit.* p. 16-19.

as áreas mais comuns nos CDE eram o Direito, a Política e a Economia.¹⁴⁴⁶ Portanto, com base no que referimos, constatamos que a nossa amostra confirmou o predomínio da primeira e da terceira área mas não da segunda pois a Política não constitui uma área referida na nossa amostra.

A distinção entre CDE generalistas e especializados foi posta em prática pela Comissão em 1987-1988. No entanto, na opinião de Peter Harbord, esta selecção não foi conduzida segundo os moldes mais adequados, pois

No regard was paid to teaching, undergraduate Project work, research not known to UACES, degree of hospitality to the public, relations to other EC interest groups, age of collection, usage, availability, staffing level, quality of records [...] Even if the Commission was not in a position to judge these matters for itself it could at the very least have asked the host institutions for statements on them.¹⁴⁴⁷

Deveremos ainda notar que esta nova estrutura, baseada na distinção entre CDE generalistas e especializados, veio substituir a antiga estrutura organizada à volta de três tipos de unidades de informação distintas, as Bibliotecas Depositárias (DEP), os Centros de Referência Europeia (CRE) e os CDE, sobretudo por motivos de racionalização financeira.¹⁴⁴⁸

Tendo em atenção a quantidade e a diversidade cada vez maior de documentação publicada, quer em suporte papel, quer em versão electrónica, pode ser questionável, por um lado, a capacidade dos CDE em possuírem espaço físico para acondicionarem os documentos; por outro lado, também para o SPOCE pode ser incomportável distribuir todas as publicações a um número tão elevado e tão distante geograficamente de CDE. Além disso, este volume exorbitante de documentos pode não ser de utilidade para os frequentadores dos CDE, pois, no geral, os seus campos de pesquisa estão muito relacionados com os temas leccionados na Universidade onde o centro está inserido. Paralelamente, com um verdadeiro trabalho em rede dos CDE os documentos solicitados pelos utilizadores poderiam ser sempre obtidos através de empréstimo interbibliotecário.

¹⁴⁴⁶ THOMSON, Ian – “European Community information providers in the UK: the role of European Documentation Centres”. *Refer.* ISSN 0144-2384. Vol. 8, n.º 1 (1992), p. 8.

¹⁴⁴⁷ HARBORD, Peter – “European Documentation Centres and the Commission’s information policy: a view over the shoulder”. *European access.* ISSN 0264-7362, n.º 1 (1989), p. 27, ver também nota 1 p. 28.

¹⁴⁴⁸ “EC Depository Library Network”. *European access.* ISSN 0264-7362, n.º 3 (1989), p. 39.

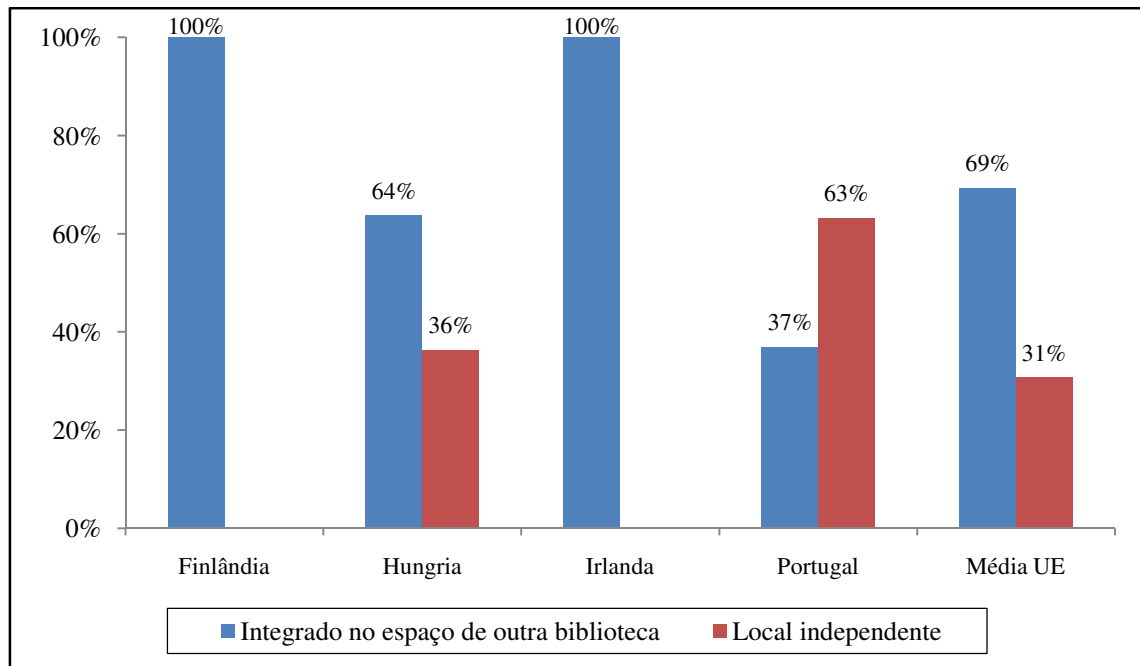


Gráfico XI-3: *Localização física dos CDE (Q1A-4; Q1B-4)*

Em média nos Estados-Membros da UE, predominam os CDE integrados no espaço de outra biblioteca, pois os que dispõem de um local independente representam apenas 31% do número total da amostra inquirida [Gráfico XI-3]. Deveremos realçar que esta percentagem constitui o dobro do valor indicado para quantificar os CDE com espaço independente no relatório encomendado pela DG COMM, em 2006. Com efeito, aqui estes CDE representam 16% da amostra total.¹⁴⁴⁹

No caso húngaro, podemos notar que a proporção na distribuição da localização física dos CDE, entre os que usufruem de um espaço exclusivo e os que estão integrados dentro de outra biblioteca, é muito próxima da média geral europeia. Ao contrário, em Portugal, os CDE com local independente são em maior número que os integrados no espaço de outra biblioteca. Já na Finlândia e na Irlanda todos os CDE partilham o espaço de uma biblioteca de maiores dimensões.

Aliás, este esquema de organização com partilha de espaço entre os documentos recebido pelos SPOCE e outros tipos de documentos era já predominante, em finais da década de oitenta, nos EUA, nas Bibliotecas Depositárias e nos CDE.¹⁴⁵⁰

Assim, nestes países, onde os sistemas de ensino superior apresentam boas performances, a escolha incide na racionalização dos espaços e dos recursos com ênfase na partilha de ambos. Já no caso português, prevalece a opção por CDE desligados de bibliotecas de maiores dimensões não se aproveitando as vantagens de gestão de

¹⁴⁴⁹ ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 17.

¹⁴⁵⁰ KEARLEY, Timothy – *Op. cit.* p. 20-21.

recursos que poderiam advir da integração. No entanto, também é verdade que desta forma, potencialmente, o CDE consegue garantir uma entidade própria mais marcada com influência positiva em termos de imagem e visibilidade exterior. No entanto, como iremos ver, ambas as opções suscitam sentimentos diversos por parte dos responsáveis pelos CDE.

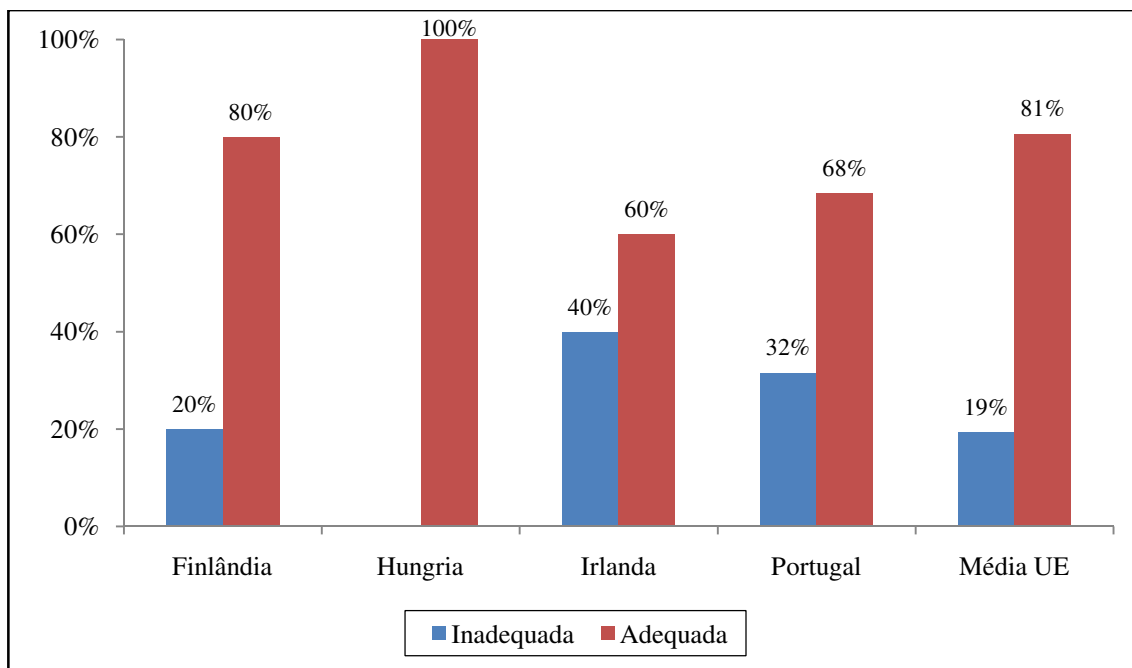


Gráfico XI-4: Adequação da localização física dos CDE (Q1A-5; Q1B-5)

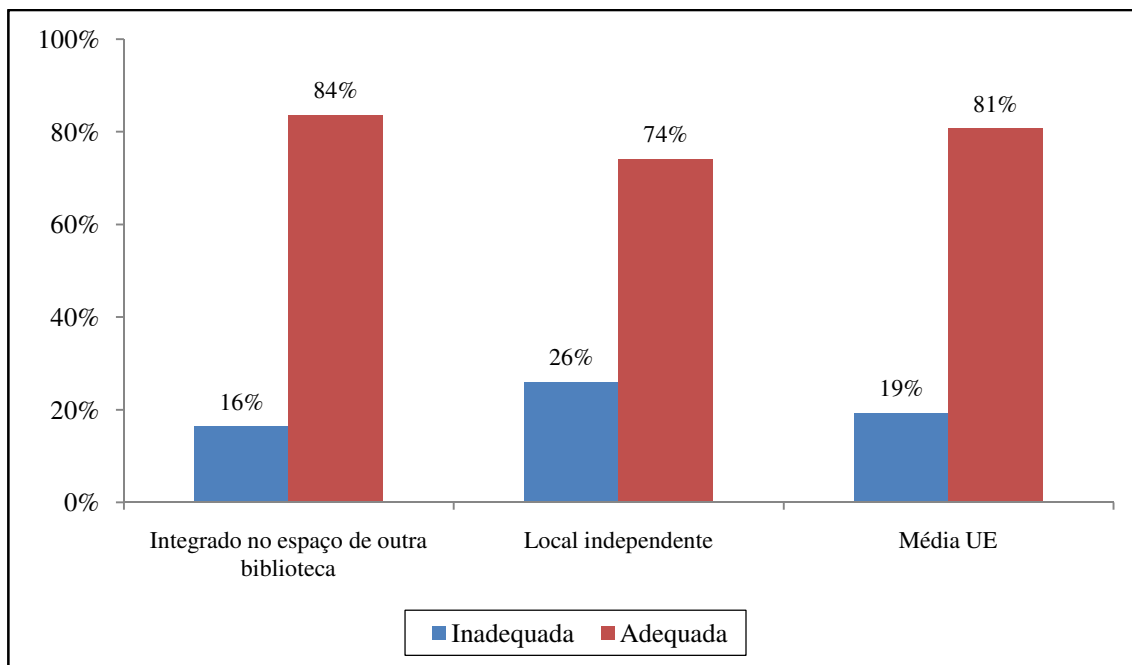


Gráfico XI-5: Comparação entre a localização e a adequação da localização física dos CDE (Q1A-4/5; Q1B-4/5)

Naturalmente, a localização física do CDE constitui um elemento de preocupação para os seus responsáveis, na medida em que determina em grande parte as condições de acessibilidade e de visibilidade por parte dos utilizadores com um reflexo directo na taxa de uso.¹⁴⁵¹ Além disso, mesmo para Bruxelas, a localização dos CDE constitui também um elemento importante, não só por questões práticas de acesso mas também em termos de prestígio simbólico. No que respeita à nossa amostra, na globalidade, os bibliotecários responsáveis pelos CDE consideram a localização da unidade que dirigem maioritariamente adequada, apesar de se notar alguma variação por país [Gráfico XI-4]. Assim, se todos os CDE húngaros emitem uma opinião favorável sobre o espaço que ocupam, já apenas 60% dos irlandeses têm a mesma opinião. Por outro lado, podemos registar que mais de 30% dos CDE portugueses avaliaram negativamente a sua localização.

Paralelamente, podemos comparar a opinião sobre a localização do CDE e o facto de este ocupar ou não um espaço independente [Gráfico XI-5].¹⁴⁵² Assim, verificamos que existe alguma variação nas opiniões acerca deste aspecto entre os CDE que estão integrados no espaço de outra biblioteca e os que ocupam um local independente. De facto, constata-se que estes últimos estão 10% mais insatisfeitos com a sua localização do que os CDE integrados no espaço de outra biblioteca. Assim, nos CDE que ocupam um local independente, os responsáveis justificam o seu descontentamento em relação à localização invocando o facto de ocuparem um espaço pouco acessível à comunidade universitária e ao público em geral. Num caso específico, o CDE não está sediado no mesmo edifício da entidade que o tutela, a Reitoria da Universidade, mas sim num espaço próprio dentro de uma Faculdade o que dificulta a sua afirmação enquanto CDE de toda a comunidade universitária. Por outro lado, alguns dos responsáveis inquiridos justificaram a sua insatisfação com a localização pelo próprio facto de o CDE ocupar um local independente argumentando que a inserção no espaço de outra biblioteca tornaria o CDE mais próximo da comunidade estudantil e dos docentes dando-lhe também mais visibilidade. Aliás, outro inquirido considera que, actualmente, os CDE deviam estar integrados em bibliotecas centrais, dado o carácter “transversal e multidisciplinar” da temática europeia. No entanto, nos CDE que seguem esta orientação os seus responsáveis também invocam argumentos para preferir uma

¹⁴⁵¹ STEVENSON, Lillian – *Op. cit.* p. 8.

¹⁴⁵² Sobre as vantagens e as desvantagens da colecção europeia ocupar um espaço individual ou separado dentro de uma biblioteca maior, ver MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme; PARKER, Susan – “The provision of European information...”. *Op. cit.* p. 14.

localização independente, pois consideram estar a ocupar um local pouco visível ou de não disporem de espaço suficiente para arrumar os documentos.

De qualquer forma, nos resultados dos inquéritos sobressai um maior descontentamento em relação à sua localização nos CDE que ocupam um espaço independente. Aliás, esta insatisfação é 7% superior à média dos CDE da UE. De facto, nos CDE com local independente a opção “inadequada” representa 26% enquanto na média da UE fica-se pelos 19%.

XI.1.3. Condições materiais de funcionamento

Naturalmente, as instalações ocupadas pelo CDE constituem um elemento importante. De facto, irão determinar em grande medida a acessibilidade dos utilizadores mas também a imagem que o CDE transmite para o exterior, representando igualmente um indicador da importância que a instituição hospedeira lhe atribui.

Assim, foi solicitado aos responsáveis dos CDE que indicassem os metros quadrados ocupados e o número de lugares da sala de leitura. Analisando os dados [Tabela XI-2], verificamos que uma grande parte dos CDE, ou seja 38, ocupa uma superfície de média dimensão, variando entre os 31 m² e os 100 m². Neste leque, Portugal, com 10 CDE, e a Hungria, com 5 CDE, são os países onde esta categoria predomina. Por outro lado, deveremos notar que 15 dos CDE analisados declaram ocupar menos de 30 m² enquanto 18 CDE dispõem de uma superfície oscilando entre os 100 m² e os 500 m². Além disso, 6 CDE consideram ocupar um espaço superior a 500 m², enquanto 11 não souberam especificar este dado. Naturalmente, os CDE com maiores dimensões correspondem aos CDE integrados noutras bibliotecas, tendo-se, na resposta, considerado o espaço destinado à biblioteca no seu todo. Todavia, alguns CDE, mesmo no caso de estarem integrados noutra espaço, optaram por indicar apenas a superfície ocupada pela documentação europeia.

Consideramos que esta disparidade de interpretações em relação à pergunta se poderá justificar por uma formulação menos adequada do enunciado da questão. No entanto, também constitui um elemento interessante, na medida em que denota até que ponto o responsável do CDE sente que este está, de facto, totalmente integrado na biblioteca onde se insere e, por isso, todo o espaço é considerado como sendo do CDE, ou se, pelo contrário, pensa que esta integração é apenas parcial e, por isso, contabiliza somente a superfície destinada à documentação europeia.

<i>País</i>	<i>Menos de 30 m²</i>	<i>Entre 31 m² e 100 m²</i>	<i>Entre 100 m² e 500 m²</i>	<i>Mais de 500 m²</i>	<i>Não respondeu</i>	<i>Total por país</i>
Alemanha		2				2
Áustria		2				2
Bélgica		2				2
Bulgária		1	1			2
Chipre					1	1
Dinamarca	1				1	2
Eslováquia			1		1	2
Eslóvenia		1	1			2
Espanha			2			2
Estónia	1	1				2
Finlândia	4	1	1	3	1	10
França		2				2
Grécia		1			1	2
Hungria	2	5	2		2	11
Irlanda		1	4			5
Itália		2				2
Letónia		1				1
Lituânia	1	1				2
Malta		1				1
Países Baixos	1		1		1	3
Polónia		1		1		2
Portugal	4	10	2	2	1	19
Reino Unido		1			2	3
República Checa		1	1			2
Roménia	1					1
Suécia		1	2			3
Total Geral	15	38	18	6	11	88

Tabela XI-2: *Superfície dos CDE em m² (QIA-6;QIB-6)*

<i>País</i>	<i>Menos de 15 lugares</i>	<i>Entre 15 e 50 lugares</i>	<i>Mais de 50 lugares</i>	<i>Não respondeu</i>	<i>Total por país</i>
Alemanha	1	1			2
Áustria		2			2
Bélgica	1	1			2
Bulgária	2				2
Chipre	1				1
Dinamarca	1		1		2
Eslováquia	1		1		2
Eslovénia	2				2
Espanha	1	1			2
Estónia	1	1			2
Finlândia	3		5	2	10
França	1	1			2
Grecia	1			1	2
Hungria	6	2	1	2	11
Irlanda	2	3			5
Itália	1	1			2
Letónia	1				1
Lituânia	2				2
Malta		1			1
Países Baixos	3				3
Polónia		2			2
Portugal	9	6	4		19
Reino Unido	1	1	1		3
República Checa	2				2
Roménia	1				1
Suécia	1		2		3
Total Geral	45	23	15	5	88

Tabela XI-3: *Número de lugares da sala de leitura dos CDE da amostra (Q1A-6; Q1B-6)*

Esta observação é também válida para a interpretação do número de lugares da sala de leitura [Tabela XI-3]. Assim, vemos que a maioria dos CDE da amostra, ou seja 45, tem menos de 15 lugares para os utilizadores. Já os CDE com 15 a 50 lugares na sala de leitura são 23, enquanto 15 afirmam disporem de mais de 50 lugares. Deveremos ainda notar que apenas 5 CDE não indicaram o número de lugares da sala de leitura, número bastante inferior aos que não indicaram o número de metros quadrados da superfície do CDE.

<i>País</i>	<i>Funcionários a tempo inteiro</i>	<i>Funcionários a tempo parcial</i>	<i>Total de funcionários por país</i>
Alemanha	0	5	5
Áustria	0	3	3
Bélgica	0	3	3
Bulgária	3	1	4
Chipre	NR	NR	NR
Dinamarca	0	1	1
Eslováquia	0	2	2
Eslovénia	2	1	3
Espanha	5	8	13
Estónia	2	3	5
Finlândia	5	21	26
França	1	2	3
Grécia	3	8	11
Hungria	38	6	44
Irlanda	7	14	21
Itália	3	4	7
Letónia	0	1	1
Lituânia	1	1	2
Malta	2	0	2
Países Baixos	1	4	5
Polónia	6	0	6
Portugal	27	11	38
Reino Unido	2	7	9
República Checa	3	1	4
Roménia	1	0	1
Suécia	3	1	4
Total Geral	115	108	223

Tabela XI-4: *Distribuição por países dos funcionários a tempo inteiro e a tempo parcial nos CDE da amostra (Q1A-7/10 e Q1B-7/8)*

De acordo com os dados recolhidos na nossa amostra, verificámos que predomina a existência de funcionários dedicados a tempo inteiro ao trabalho do CDE, ainda que esta vantagem seja muito pequena relativamente aos funcionários empregues a tempo parcial [Tabela XI-4]. Assim, na média da UE existe 1,3 funcionário a tempo inteiro em cada CDE, ao passo que existe 1,2 funcionário a tempo parcial. Nos países que analisámos monograficamente, a Irlanda e Portugal são os que mais se aproximam da

média europeia, em termos de funcionários a tempo inteiro no CDE, pois apresentam uma média de 1,4 e 1,42, respectivamente. Já a média húngara é muito superior aos valores apresentados para o conjunto dos CDE da amostra, pois cada CDE deste país dispõe de 3,45 funcionários a tempo inteiro, enquanto o valor dos funcionários a tempo parcial é muito reduzido. Pelo contrário, na Finlândia, a maioria dos funcionários dos CDE trabalham em regime de tempo parcial, havendo cerca de 2,1 funcionários nestas circunstâncias em cada CDE e apenas 0,5 dedicados a tempo inteiro. De qualquer forma se recordarmos que neste país nórdico todos os CDE estão integrados no espaço de outra biblioteca estes números parecem lógicos, visto os funcionários terem ocupações polivalentes, como pudemos aliás notar durante as nossas visitas e entrevistas aos dois CDE de Helsínquia, ao de Turku, de Lappeenranta e de Oulu.

<i>País</i>	<i>Menos de 26 horas/semana</i>	<i>Entre 27 e 36 horas/semana</i>	<i>Entre 37 e 48 horas/semana</i>	<i>Mais de 49 horas/semana</i>	<i>Não respondeu</i>	<i>Total por país</i>
Alemanha				1	1	2
Áustria	1		1			2
Bélgica	1			1		2
Bulgária	1		1			2
Chipre			1			1
Dinamarca			2			2
Eslováquia			1	1		2
Eslovénia		1		1		2
Espanha		1	1			2
Estónia				2		2
Finlândia		1	2	7		10
França			2			2
Grécia	1			1		2
Hungria		2	3	5	1	11
Irlanda			2	3		5
Itália	1	1				2
Letónia	1					1
Lituânia			2			2
Malta			1			1
Países Baixos			1	2		3
Polónia		1		1		2
Portugal	1	5	3	8	2	19
Reino Unido			1		2	3
República Checa	1	1				2
Roménia		1				1
Suécia				3		3
Total Geral	8	14	24	36	6	88

Tabela XI- 5: *Distribuição do total das horas semanais de abertura dos CDE da amostra (Q1A-13; Q1B-9)*

No que respeita ao horário de abertura, optámos por contabilizar o total de horas semanais para mais facilmente tratar os dados apresentados pelos CDE, já que cada um indicou os dias e os intervalos de abertura ao público. Tratando-se de dados muito díspares, não era possível proceder a nenhum tipo de comparação esclarecedora. Com a distribuição das horas de abertura ao público em quatro categorias, os elementos recolhidos tornam-se já passíveis uma confrontação analítica.

Assim, constatamos que quase 41% dos CDE da amostra declara estar aberto mais de 49 horas por semana, o que equivale a perto de 10 horas em cada um dos cinco dias úteis da semana. Naturalmente, esta agregação dos dados numa categoria abrange CDE com horários muito distintos. Assim, enquanto alguns CDE declaram estar abertos de segunda a sexta-feira das 9h às 23h e ao Sábado das 9h30 às 17h, portanto num total de 75 horas por semana, noutros o horário de abertura cinge-se aos cinco dias úteis das 8h às 20h, num total de 60 horas por semana. Deveremos ainda realçar que os CDE com horário mais alargado de abertura correspondem aos que estão integrados no espaço de outra biblioteca.

Já os CDE abertos entre 37 e 48 horas por semana, representam 27% da amostra analisada, percentagem superior aos que estão abertos entre 27 e 36 horas por semana, pois esta categoria corresponde a perto de 16%. Os CDE abertos menos de 26 horas por semana, e, portanto, com uma média diária de cerca de 5 horas de abertura no conjunto dos dias úteis, constituem uma minoria de 9%. No entanto, deveremos notar que alguns CDE com horário restrito recebem utilizadores através de marcação fora do horário “oficial” de abertura. De salientar ainda que 7% dos CDE inquiridos não forneceram elementos para identificar o seu horário de abertura ao público.

Um aspecto que não averiguámos no nosso questionário, foi a acessibilidade dos CDE fora da época lectiva nas Universidades. No entanto, será provável que durante esses períodos de férias os horários de abertura sejam mais restritos.¹⁴⁵³

XI.2. A infra-estrutura TIC dos CDE

Hoje em dia, a disponibilização de condições técnicas que permitam o acesso à informação digital constitui um elemento tão importante quanto as condições físicas ou os recursos humanos de que dispõem as unidades de informação. Só assim, elas poderão responder às exigências da Sociedade da Informação e desempenhar um papel activo

¹⁴⁵³ Aliás, Emma Wenban-Smith já o havia registado no seu estudo, em 1993, cf. *Op. cit.* p. 38.

nesse contexto, privilegiando de facto o acesso à informação e não a custódia dos documentos.

Tendo isto em conta, de seguida, iremos analisar as estruturas disponíveis nos CDE no que respeita à existência de computadores e de ligações a redes internas e externas. Por outro lado, iremos também averiguar se os CDE ocupam um espaço no mundo virtual através de uma página da Internet e como se efectua a sua manutenção.

XI.2.1. Computadores e ligações a Intranets e Internet

Num contexto onde as bibliotecas, no geral, e os CDE, em particular, têm de lidar com uma quantidade cada vez maior de informação disponível em suporte digital, a existência de computadores e de ligações para funcionamento em rede constituem elementos primordiais para a consecução das suas missões.

Atendendo a estes pressupostos, procuramos averiguar as condições existentes nos CDE da nossa amostra no que toca ao número de computadores para trabalho interno e para uso dos utilizadores, bem como as ligações disponibilizadas. No que diz respeito à quantidade de computadores, tanto para trabalho interno como para os utilizadores, tendo em conta que a pergunta era de resposta aberta, foi necessário agregar os dados em categorias criadas *a posteriori* passíveis de tratamento estatístico. A mesma metodologia teve de ser aplicada para analisar o número de computadores com ligações à Internet.

<i>País</i>	<i>Menos de 5 PC</i>	<i>Entre 5 e 10 PC</i>	<i>Mais de 10 PC</i>	<i>Não responderam</i>
Finlândia	50%	0%	20%	30%
Hungria	55%	9%	18%	18%
Irlanda	80%	0%	0%	20%
Portugal	74%	26%	0%	0%
Média UE	50%	13%	7%	31%

Tabela XI-6: *Quantidade de computadores existentes nos CDE para trabalho interno (Q1A-14; Q1B-10)*

Inquiridos sobre o número de computadores disponíveis para trabalho interno dos CDE [Tabela XI-6], 31% da totalidade dos responsáveis pelos CDE da UE optou por não responder. Este aspecto é significativo pois durante as nossas visitas aos CDE um dos temas recorrentes foi a crítica ao facto dos questionários enviados por Bruxelas se centrarem muito nestes elementos de difícil resposta nas situações em que os CDE estão integrados no espaço de outras bibliotecas. Nestes casos não é possível distinguir com exactidão os recursos tecnológicos que estão adstritos ao CDE especificamente e à biblioteca no seu todo. Esta argumentação foi particularmente enfática nos CDE

finlandeses, os quais, aliás, apresentam uma taxa de 30% de não-resposta a esta pergunta. Pelo contrário, no caso português, todos os CDE consideraram dispor de elementos para facultar informação sobre este aspecto.

Dos dados recolhidos, sobressai ainda o facto de a maioria dos CDE possuir menos de 5 computadores para trabalho interno, em percentagens que variam entre os 80%, na Irlanda, e os 50% da Finlândia e da média da UE. Naturalmente, estes valores indicam que o número de funcionários de cada CDE não é muito elevado. Por outro lado, Portugal é o país com maior percentagem na categoria entre cinco e dez computadores (26%), enquanto a Finlândia ocupa a mesma posição na categoria de CDE com mais de dez computadores para trabalho interno (20%).

<i>País</i>	<i>Menos de 5 PC</i>	<i>Entre 5 e 10 PC</i>	<i>Mais de 10 PC</i>	<i>Não responderam</i>
Finlândia	50%	0%	40%	10%
Hungria	55%	9%	27%	9%
Irlanda	100%	0%	0%	0%
Portugal	79%	21%	0%	0%
Média UE	65%	11%	13%	11%

Tabela XI-7: *Quantidade de computadores existentes nos CDE para trabalho interno com acesso à Internet (Q1A-14; Q1B-10)*

No que diz respeito aos computadores com acesso à Internet e para trabalho interno [Tabela XI-7], verificamos também que as percentagens mais elevadas se encontram na categoria que abrange menos de cinco PC. Assim, a Irlanda, com 100%, é o país onde todos os CDE se encaixam nesta categoria. Já Portugal ocupa a segunda posição com 79%. Em ambos os casos, os valores são superiores aos da média europeia de 65%. Deveremos ainda notar que as percentagens dos CDE que não responderam a este *item* são bastante inferiores relativamente à pergunta anterior.

<i>País</i>	<i>Menos de 10 PC</i>	<i>Entre 10 e 20 PC</i>	<i>Mais de 20 PC</i>	<i>Não responderam</i>
Finlândia	20%	0%	40%	40%
Hungria	55%	0%	18%	27%
Irlanda	60%	20%	0%	20%
Portugal	84%	11%	5%	0%
Média UE	52%	7%	9%	32%

Tabela XI-8: *Quantidade de computadores existentes nos CDE para uso dos utilizadores (Q1A-14; Q1B-10)*

Em mais de metade dos CDE da nossa amostra (52%), os utilizadores dispõem de menos de dez computadores para trabalhar [Tabela XI-8]. Portugal é o país em que esta categoria predomina (84%), enquanto na Finlândia ela é a menos representativa (20%). Aliás, neste país, a categoria com percentagem mais elevada é a que corresponde a mais de vinte computadores disponíveis para uso do público (40%), apesar de estar no

mesmo patamar daqueles que não responderam. Como podemos ver também neste *item*, os CDE que escolheram não fornecer dados representam percentagens significativas, excepto, novamente, no caso português em que todos os CDE responderam.

<i>País</i>	<i>Menos de 10 PC</i>	<i>Entre 10 e 20 PC</i>	<i>Mais de 20 PC</i>	<i>Não responderam</i>
Finlândia	30%	0%	50%	20%
Hungria	55%	9%	27%	9%
Irlanda	60%	20%	20%	0%
Portugal	79%	16%	5%	0%
Média UE	69%	8%	15%	8%

Tabela XI-9: *Quantidade de computadores existentes nos CDE para uso dos utilizadores com acesso à Internet (Q1A-14; Q1B-10)*

A propósito dos computadores com acesso à Internet disponíveis para o público [Tabela XI-9], deveremos notar que cinco declararam não oferecer este serviço, o que não deixa de ser uma situação preocupante quando o aumento da quantidade de informação sobre a UE acessível através da rede mundial é exponencial e, em alguns casos, constitui a única forma de consulta.¹⁴⁵⁴ De resto, teremos de salientar que neste *item* a taxa de resposta bastante elevada foi muito semelhante à apresentada relativamente ao número de computadores com acesso à Internet para trabalho interno. Na média da UE, a categoria com percentagem mais elevada equivale aos CDE com menos de dez computadores com acesso à Internet para os utilizadores (69%). Já em Portugal, esta percentagem é também a mais elevada, representando, aliás, o valor mais alto de todas as categorias com 79%. A Hungria (55%) e a Irlanda (60%) também escolheram maioritariamente esta categoria. Na Finlândia, a opção com percentagem superior (50%) é aquela que corresponde a mais de 20 computadores com acesso à Internet disponíveis para uso do público, estando muito acima da média da UE com 15%.

¹⁴⁵⁴ Esta questão remete para as condições de acesso à rede global no espaço da EU, sobre o assunto ver HUBREGTSE, Sjaak – “The digital divide within the European Union”. *New library world*. ISSN 0307-4803. Vol. 106, n.º 1210-1211 (2005), p. 164-172.

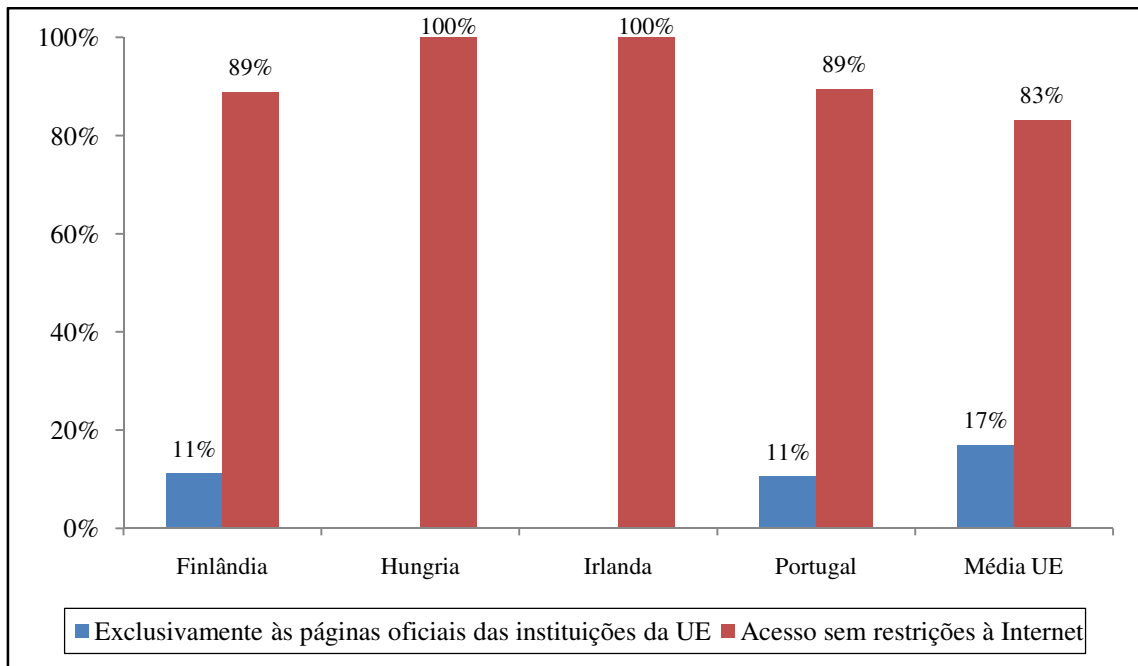


Gráfico XI-6: *Tipo de acesso à Internet disponibilizado aos utilizadores dos CDE (Q1A-37; Q1B-33)*

Naturalmente, não importa apenas ter computadores disponíveis para o público aceder Internet. Com efeito, é relevante saber se os CDE impõem algum tipo de restrição no acesso à informação disponível na rede, limitando ou não o uso dos computadores para consultar páginas oficiais das instituições da UE. Ora, como podemos verificar [Gráfico XI-6], a esmagadora maioria dos CDE permite um acesso sem restrições à Internet. Na média da UE representam 83%, mas nos países que analisámos monograficamente os valores são sempre superiores (Finlândia 89%, Hungria 100%, Irlanda 100% e Portugal 89%). Além disso, vemos que, apenas na Finlândia e em Portugal, uma pequena percentagem de CDE (11%) restringe o acesso às páginas oficiais das instituições da UE. Relativamente a este aspecto, importa salientar que, durante as nossas visitas aos CDE, verificamos que nos casos onde havia restrição de acesso esta era feita apenas através de avisos escritos colocados junto dos computadores, advertindo os utilizadores que não era permitido a consulta de outro tipo de páginas. Mas, na realidade, o respeito por esta regra ficava ao critério de cada utilizador pois não havia mecanismos de bloqueio automático quando procuravam aceder a sítios que não estivessem incluídos na categoria de páginas oficiais das instituições da UE.

Além disso, devemos também salientar que a informação sobre matérias europeias não se encontra apenas nas páginas oficiais das instituições comunitárias e, por isso, ao limitar o acesso a este tipo de fonte de informação os CDE estão a condicionar a

obtenção de um conhecimento mais diversificado e crítico por parte dos utilizadores. Por exemplo, no sítio *Youtube* existe uma secção dedicada à UE.¹⁴⁵⁵

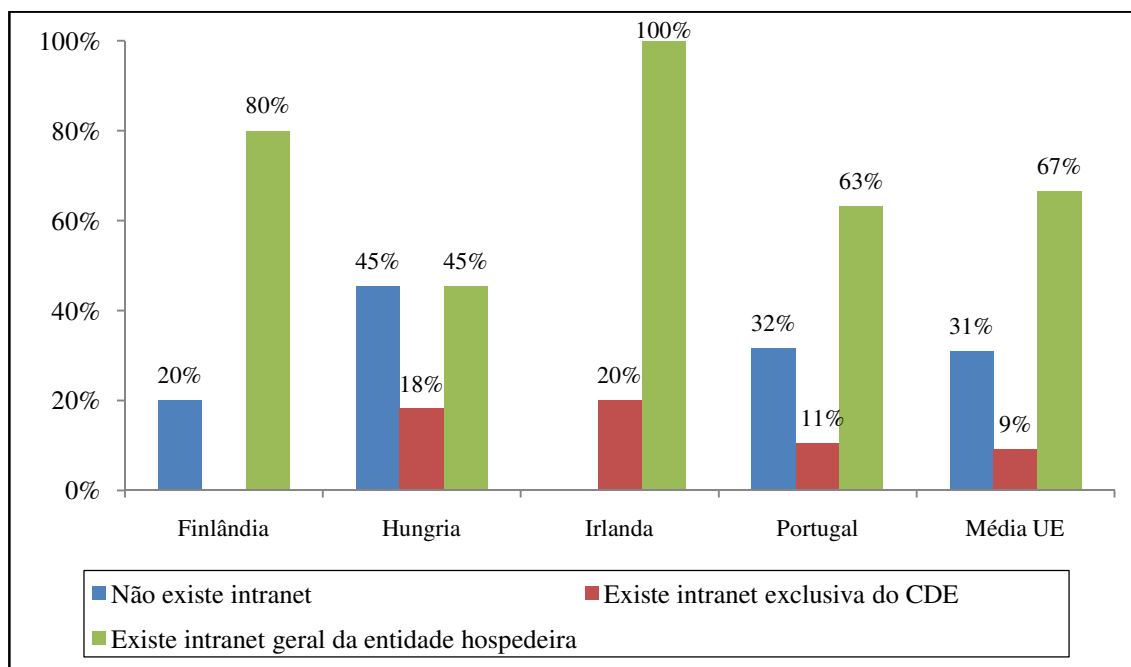


Gráfico XI-7: *Existência de Intranet no CDE (Q1A-15; Q1B-11)*

Quanto à existência de Intranet, verificamos que, na média geral da UE, mais de dois terços dos CDE da amostra total dispõe desta infra-estrutura tecnológica, partilhando-a com a sua entidade hospedeira [Gráfico XI-7]. No entanto, esta média engloba realidades bastante distintas. De facto, se na Irlanda todos os CDE dispõem de Intranet, na Hungria quase metade afirma não dispor desse meio. No caso da Finlândia, apesar de se tratar de um país fortemente desenvolvido em termos tecnológicos, 20% dos CDE não dispõem de Intranet, enquanto em Portugal (32%) a média está muito próxima dos valores globais europeus (31%). Por outro lado, verificamos também que nos CDE onde existe Intranet, trata-se maioritariamente da Intranet geral da entidade hospedeira, o que significa o aproveitamento de uma mesma infra-estrutura por serviços distintos, favorecendo a integração e a racionalização de meios. De facto, os CDE com Intranet exclusiva são sempre uma minoria em todos os países da UE, ainda que alguns declarem usufruir simultaneamente da Intranet geral da entidade hospedeira. Esta situação justifica o facto de, por exemplo na Hungria e em Portugal, a soma das percentagens das três opções de resposta ultrapassar os 100%.

¹⁴⁵⁵ Cf. <URL: <http://www.youtube.com/EUtube>>. [Acedido 18.06.2008].

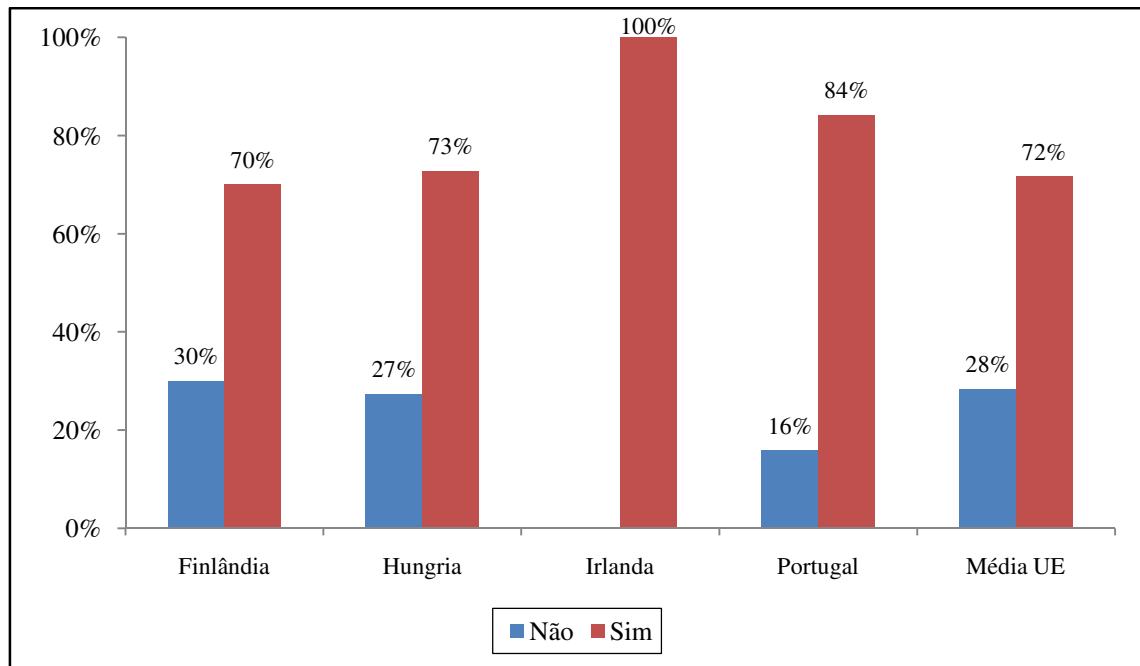


Gráfico XI-8: *Existência de Internet sem fios nos CDE (Q1A-16; Q1B-12)*

No que respeita à existência de Internet sem fios nos CDE analisados [Gráfico XI-8], verificamos que, na média da UE, perto de três quartos dispõe de acesso a esta tecnologia, o que implica um pouco mais de um quarto sem o benefício desse acesso. Comparativamente, a Irlanda é o único país onde a WIFI está presente em todos os CDE, enquanto Portugal ocupa o segundo lugar com mais de 80% dos CDE a afirmarem possuírem esta tecnologia. Já a Finlândia é o país onde os CDE apresentam a média mais baixa de utilização da Internet sem fios, pois encontra-se 3% abaixo da percentagem obtida pela Hungria.

Com base nos elementos apresentados, na globalidade, poderemos considerar que os CDE estão actualizados relação a esta tecnologia de suporte para o acesso à Internet. Estes dados são comparáveis, com algum cuidado, aos resultados obtidos num inquérito desenvolvido no Reino Unido em meados da década de 1990, nas bibliotecas públicas com pontos de informação europeia. Assim, nessa altura verificava-se que 48% dos membros participantes na rede inglesa tinham acesso à Internet e 27% declaravam utilizar esse acesso para consultar informação sobre a UE.¹⁴⁵⁶ Portanto, verifica-se que houve uma melhoria significativa no acesso à Internet através da tecnologia actualmente mais avançada em todos os CDE da nossa amostra em relação aos números da década passada.

¹⁴⁵⁶ MARCELLA, Rita; PARKER, Susan; BAXTER, Graeme – “Electronic public information and Europe...”. *op. cit.* p. 28-29.

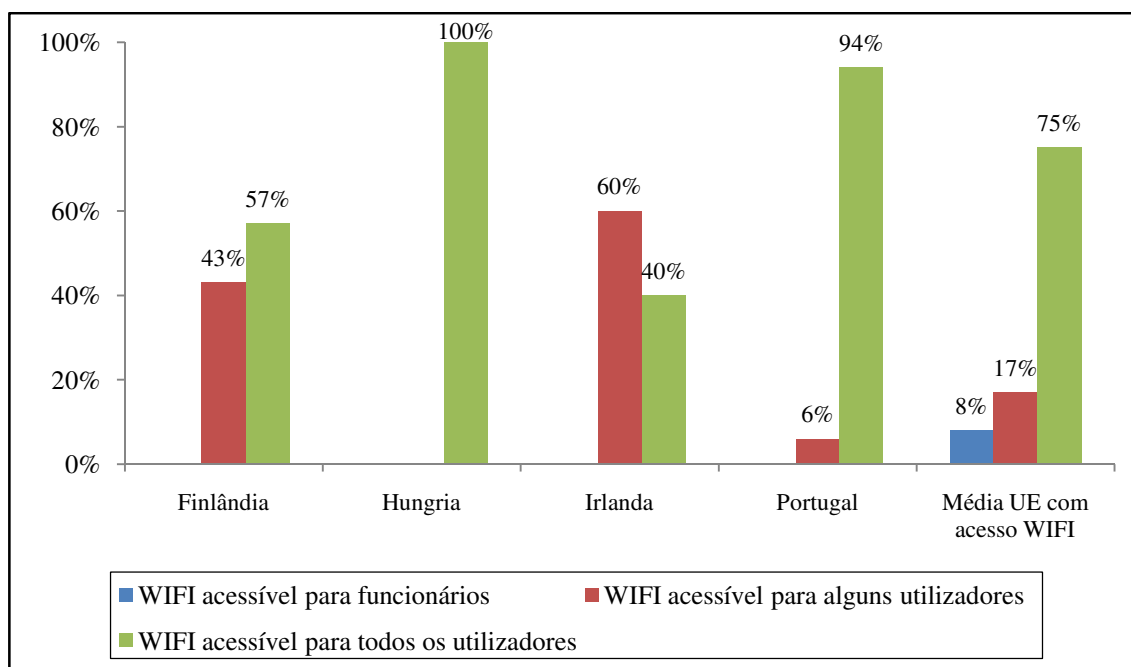


Gráfico XI-9: *Acessibilidade da Internet sem fios (Q1A-16; Q1B-12)*

No conjunto dos CDE dispo de Internet sem fios, procurámos averiguar quais as categorias de utilizadores a beneficiar da utilização desta tecnologia [Gráfico XI-9]. Assim, na média da UE, a maioria dos CDE com WIFI torna-a acessível a todos os seus utilizadores (75%). Todavia, no caso da Irlanda predominam os CDE onde apenas alguns utilizadores podem utilizar este meio de acesso à Internet (60%). Também na Finlândia uma percentagem significativa de CDE restringe este acesso a certos utilizadores (43%). Ao contrário, na Hungria todos os CDE com WIFI disponibilizam conexão à globalidade dos seus utilizadores, opção seguida igualmente pela quase totalidade dos CDE portugueses (94%). De notar, ainda que em termos globais, a percentagem de CDE que limita o acesso à Internet sem fios aos seus funcionários é residual (8%).

XI.2.2. Página na Internet dos CDE

Na nossa pesquisa, tentámos averiguar se os CDE estavam presentes na Internet através de uma página institucional pois consideramos tratar-se de um meio fundamental para divulgação do serviço que pode ser de grande valor para os utilizadores.

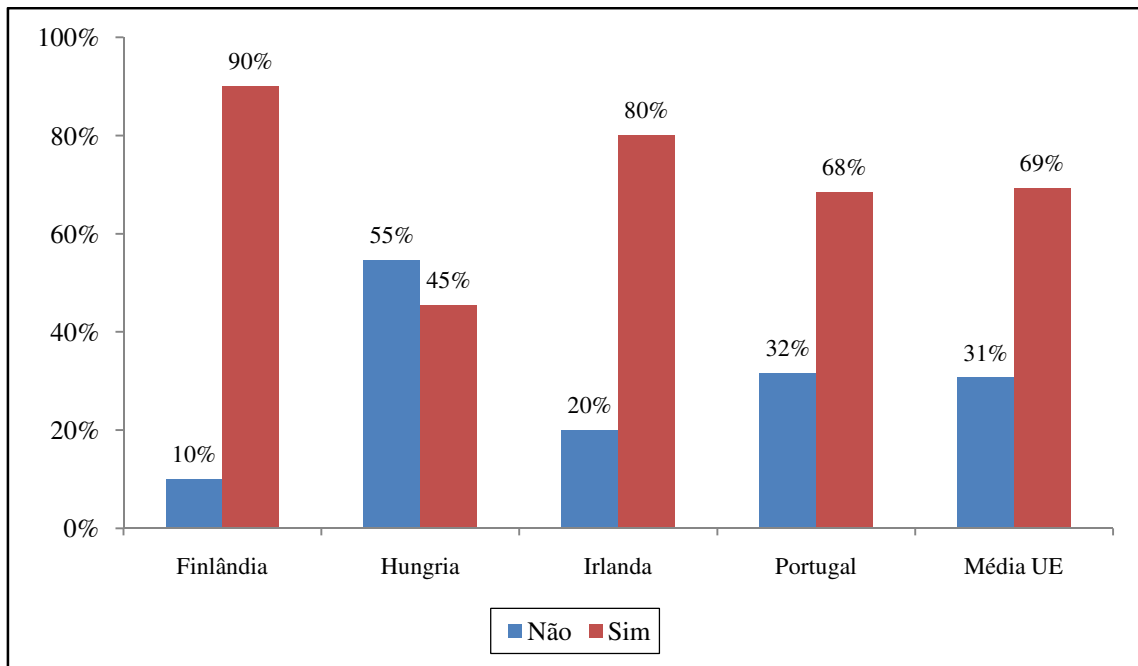


Gráfico XI-10: CDE com página na Internet (Q1A-17; Q1B-13)

Em termos globais, verificamos que uma maioria significativa de CDE dispõe de página na Internet apesar de 31% declarar o contrário [Gráfico XI-10]. Por outro lado, podemos também constatar que Portugal segue de muito perto a média geral dos CDE analisados. Além disso, a Finlândia destaca-se pelo facto da quase totalidade dos seus CDE (90%) afirmar dispor de sítio na Internet. Segue-se-lhe a Irlanda com uma percentagem também muito elevada neste domínio (80%), ao contrário da Hungria, onde a maioria dos CDE analisados declara não ter ainda disponível um local próprio na Internet (55%).

Se no conjunto dos 88 CDE analisados, apenas 61 declararam possuir página na Internet, vejamos agora as suas datas de criação [Tabela XI-10]. O ano 2000 foi aquele em que se registou o maior número de CDE a criar página própria na Internet, o que corresponde já a uma fase de utilização intensa deste meio de comunicação. No entanto, não poderemos deixar de salientar que, em 1995 e 1996, também se verifica um número significativo de CDE a iniciar a sua presença no mundo da Internet, depois de, em 1994, ter surgido o primeiro *web site* deste tipo de unidade de informação na Irlanda.

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	NR	Total por país
Áustria											1				2	1
Bélgica															2	2
Bulgária														1		1
Chipre														1		1
Dinamarca			1													2
Eslováquia									1						1	2
Eslovénia							1									1
Espanha		1									1					2
Estónia				1												1
Finlândia		4	1				2								2	9
França															1	1
Grécia						1										1
Hungria							1	1				2		1		5
Irlanda	1		1					1								4
Itália							1					1				2
Letónia													1			1
Lituânia										1						1
Países Baixos			1							1						2
Polónia						1							1			2
Portugal		1	2				5	2					1	1		13
Reino Unido			1				1						1			3
República Checa													1			2
Suécia						1				1						2
Total anual	1	6	7	1	5	4	10	3	2	3	2	3	4	4	6	61

Tabela XI-10: Ano de criação da página na Internet dos CDE

Deveremos salientar que, se o ano 2000 registou o número mais elevado de criação de sítios *web* por parte dos CDE, Portugal contribuiu com metade para o número total desse ano. Aliás, entre 2000 e 2007 houve trinta e um CDE a criarem a sua página da Internet, mas não deixa de ser significativo que entre 1994 e 1999 tenham sido criadas vinte e quatro páginas numa altura em que a rede mundial ainda não conhecia a pujança posterior ao novo milénio.

Tendo em conta estes elementos, poderemos considerar que os CDE foram pioneiros a marcar a presença de unidades documentais na Internet. Por outro lado, não deixa também de ser significativo o facto de seis CDE não terem conseguido identificar a data de criação da sua página na Internet, demonstrando a perda da memória institucional motivada, talvez, por mudanças de funcionários.

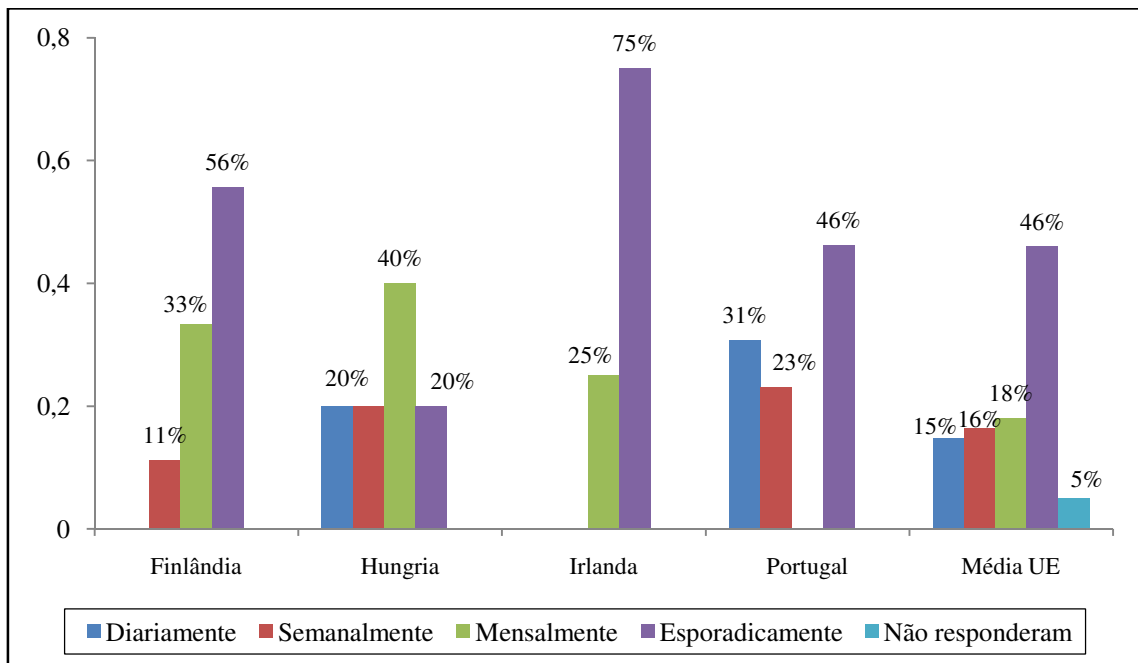


Gráfico XI-11: *Frequência da actualização da página na Internet (Q1A-18; Q1B-14)*

Quanto à frequência de actualização da sua página na Internet [Gráfico XI-11], tanto na média da UE (46%) como nos países analisados em detalhe (Finlândia 56%; Irlanda 75%; Portugal 46%), predomina a escolha da opção esporadicamente, excepto na Hungria (40%), onde se destaca a actualização mensal. Assim, poderemos afirmar que não existe uma planificação temporal normalizada da introdução de novos conteúdos nas páginas da Internet da maioria dos CDE. Por outro lado, tanto na Irlanda como na Finlândia, nenhum CDE declara fazer actualizações diárias, ao contrário de Portugal (31%) e da Hungria (20%), onde esta opção apresenta percentagens acima da média europeia (15%). Por outro lado, podemos observar que nenhum CDE português

efectua actualizações com periodicidade mensal, ao contrário dos outros países (Finlândia 33%; Irlanda 25% e o caso já referido da Hungria) e da média geral dos CDE da UE analisados (18%).

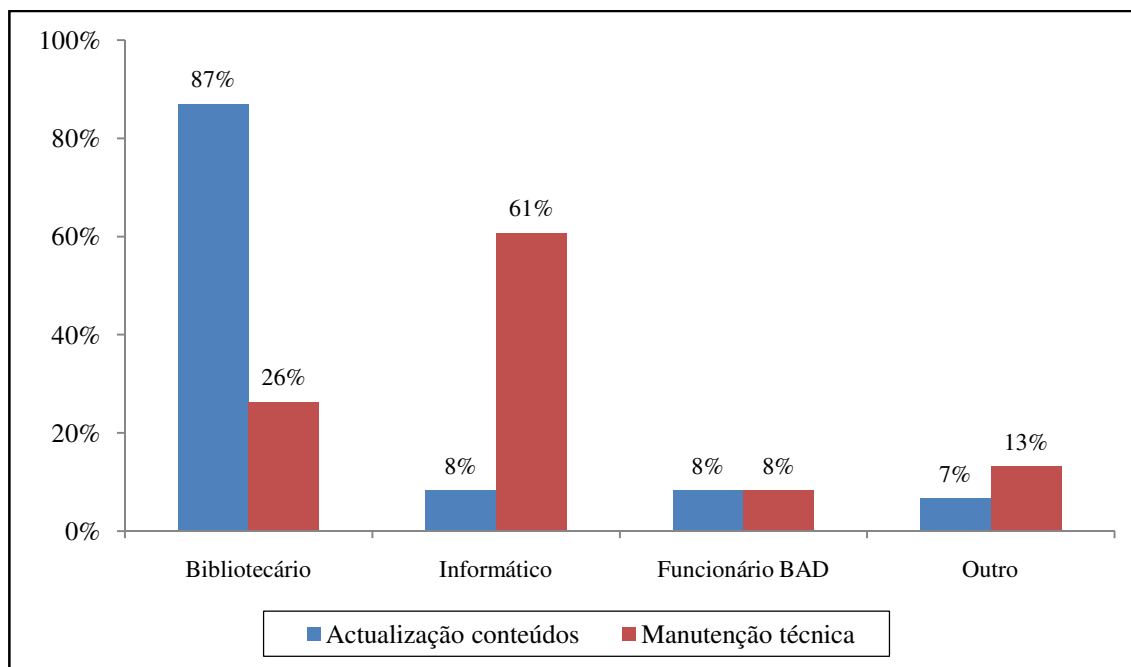


Gráfico XI-12: *Responsabilidade pela manutenção da página na Internet na média da UE (Q1A-19/20; Q1B-15/16)*

No que toca à manutenção da página na Internet dos CDE analisados [Gráfico XI-12], na média da UE, verificamos uma clara diferenciação entre a actualização dos conteúdos, a cargo do bibliotecário numa esmagadora maioria (87%), e a manutenção técnica, dominada pelos informáticos (61%). Isto significa que a formação recebida pela maioria dos profissionais da área, tradicionalmente identificada com a documentação não comportou a vertente de criação e gestão de conteúdos em ambiente digital, nem em termos de formação inicial nem ao nível da formação contínua. No entanto, 26% dos bibliotecários inquiridos declararam intervir pessoalmente na manutenção técnica do sítio *web* do CDE, demonstrando uma tendência de inversão do modelo de formação tradicional. Por outro lado, obtivemos ainda percentagens pouco significativas de outros intervenientes nestas duas operações como os técnicos BAD ou a opção “outros”, incluindo-se aqui, por exemplo, a subcontratação a empresas externas.¹⁴⁵⁷

¹⁴⁵⁷ Deveremos notar que, nesta pergunta, era possível escolher simultaneamente mais do que uma opção o que justifica o facto de se ultrapassar os 100% na soma das percentagens das opções apresentadas.

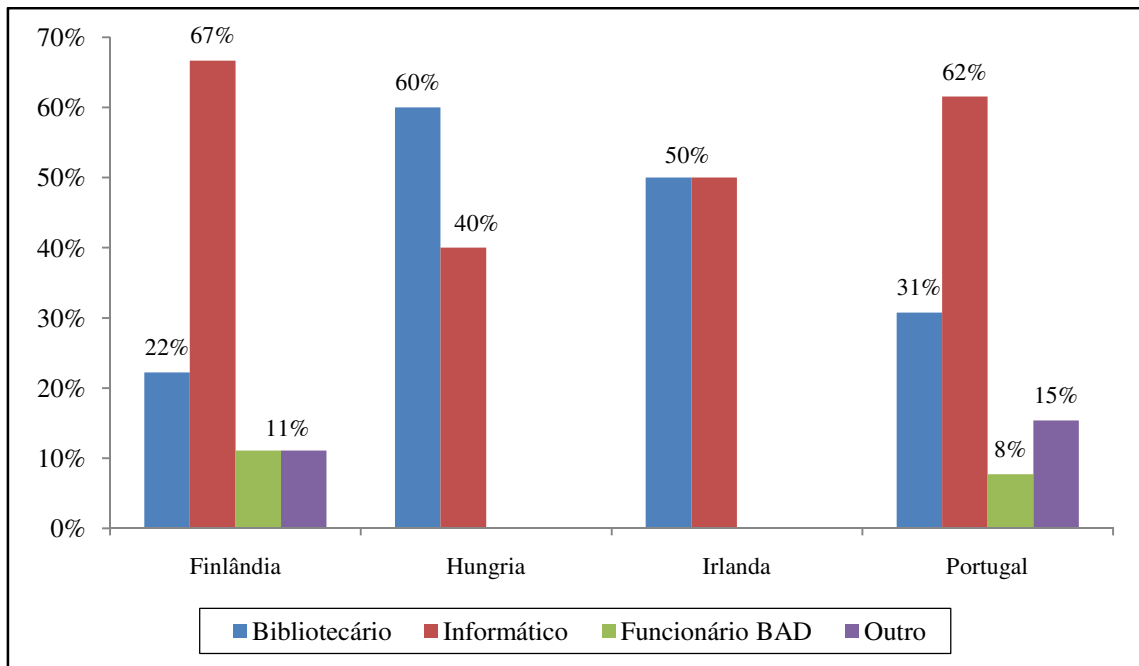


Gráfico XI-13: *Responsabilidade da manutenção técnica da página na Internet (Q1A-20; Q1B-16)*

Quanto à repartição da responsabilidade pela manutenção técnica da página na Internet [Gráfico XI-13], podemos notar também algumas diferenças entre os quatro países analisados. Assim, na Finlândia (67%) e em Portugal (62%) esta tarefa incumbe maioritariamente ao informático mas também participam as outras categorias já referidas. Pelo contrário, no caso da Hungria a participação do bibliotecário (60%) na manutenção técnica da página *web* do CDE ultrapassa a do informático (40%), enquanto na Irlanda a percentagem de ambos está repartida equitativamente (50%).

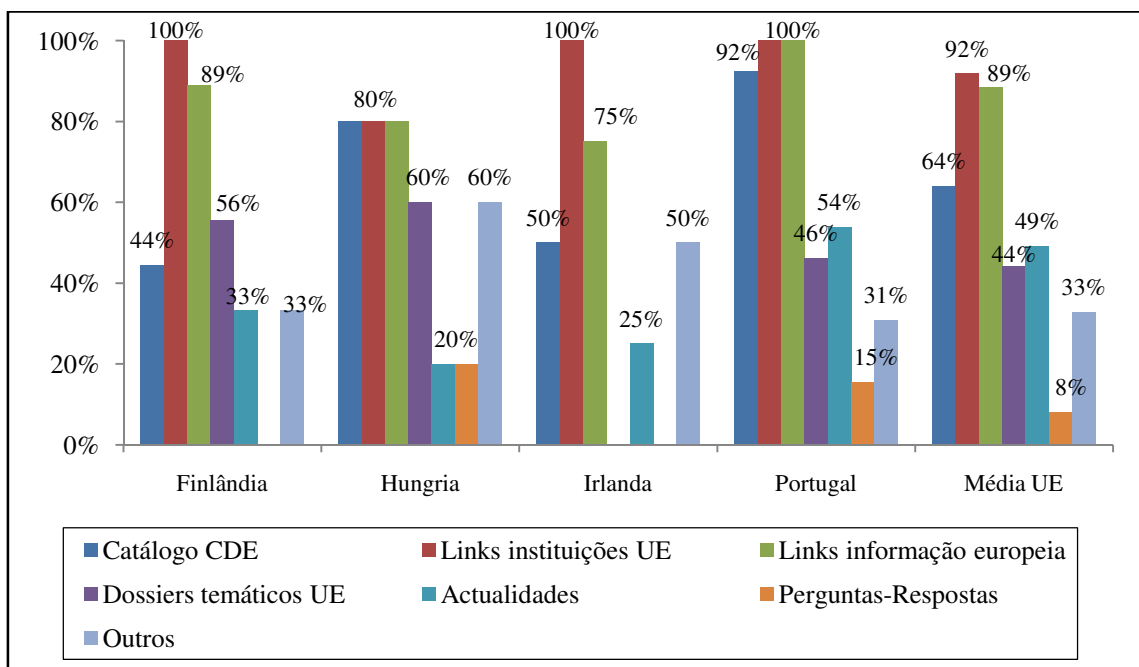


Gráfico XI-14: *Conteúdos disponíveis nas páginas na Internet dos CDE (Q1A-21; Q1B-17)*

Para os conteúdos disponíveis nos sítios *web* de cada CDE [Gráfico XI-14], podemos constatar que os *links* para as instituições da UE representa uma opção com percentagens mais elevadas, nunca abaixo dos 80%. Por outro lado, o catálogo do CDE representa apenas a quarta opção mais escolhida, como o caso da Finlândia (44%), ou a terceira como na Irlanda (50%), em Portugal (92%) e na média da UE (64%). Deveremos relacionar esta situação com o facto de os CDE estarem integrados no espaço de outra biblioteca, o que significa que além de partilharem o local de instalação também possuem um catálogo comum, o qual está na página da Internet da própria biblioteca. Assim, os *links* de informação sobre temas europeus, mas sem incluir as instituições europeias, constituem a segunda opção com percentagens mais elevadas na média da UE (89%).

Já os *dossiers* temáticos de informação sobre a UE apresentam números menos significativos, não constando sequer das escolhas irlandesas, excepto no caso da Hungria (60%), onde ainda é necessário um importante trabalho de colecta de informação de base sobre os temas europeus tendo em conta a adesão mais recente. A opção “perguntas-respostas” tem percentagens abaixo dos 20% e, por vezes, é inexistente, como no caso da Irlanda e da Finlândia.

Por sua vez, a opção “actualidades” atinge uma percentagem não displicente na média europeia (49%) e em Portugal (54%), mas na Irlanda (25%), na Hungria (20%) e na Finlândia (33%), está claramente abaixo dos valores globais da UE. Todavia, se tivermos em conta a periodicidade de actualização das páginas dos CDE [Gráfico XI-11], com o predomínio da opção esporadicamente, poderemos questionar em que medida as actualidades constituem, de facto, informação que possa ser rotulada desta forma.

Pelo contrário, a opção “outros” atinge percentagens significativas em dois casos e valores bastante mais baixos nos restantes (Finlândia: 33%; Hungria 60%; Irlanda: 50%; Portugal: 31%; média UE: 33%), englobando-se nesta designação informação sobre cursos de doutoramento, acesso a bases de dados, listas de revistas e de acrónimos, ofertas de emprego e estágio, guias sobre o acesso à informação ou divulgação de seminários sobre a temática europeia.

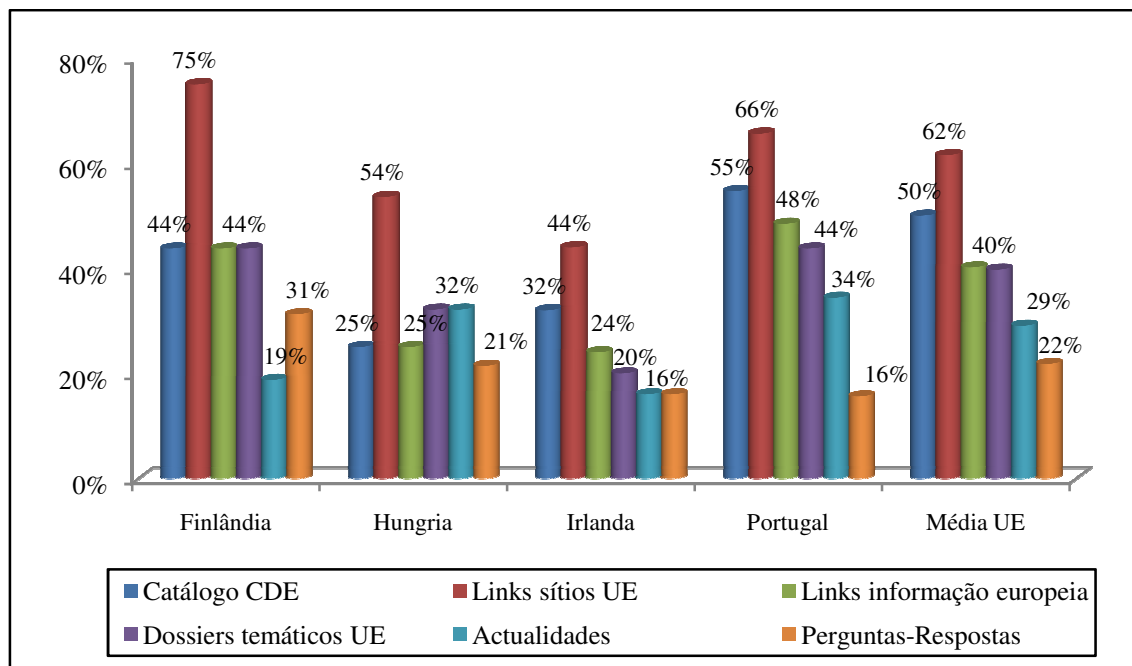


Gráfico XI-15: *Informação que os utilizadores consideram pertinente existir na página na Internet do CDE onde responderam ao inquérito (Q2-33)*

Depois de constatar o tipo de informação que os responsáveis dos CDE assinalam existir na página *web* da sua instituição, torna-se oportuno comparar estes dados com o género de conteúdo que os utilizadores dos CDE indicaram considerar pertinente aí existir.

Questionados sobre este aspecto, os utilizadores indicaram sempre os *links* para as páginas das instituições da UE como o conteúdo mais pertinente na página do CDE. De facto, esta opção está em primeiro lugar na Finlândia com 75%, na Hungria com 54%, na Irlanda com 44%, em Portugal com 66% e na média da UE com 62%. Assim, vemos que as páginas *web* dos CDE já existentes satisfazem este desejo dos utilizadores. Com efeito, os *links* para as instituições da UE ocupam o primeiro lugar nos conteúdos apontados pelos responsáveis dos CDE como existindo nas suas páginas *web*. Neste sentido, parece que os utilizadores encaram a página do CDE como uma janela para as instituições europeias, esperando talvez que na indicação dos links seja dada informação adicional que os ajude a navegar dentro do imenso universo do portal EUROPA. Portanto, os CDE funcionam não só como um ponto de acesso físico a um maior conhecimento da UE mas também como um ponto de acesso virtual à presença também virtual das instituições europeias na *web*.

Na média europeia, o segundo tipo de conteúdo mais requisitado pelos utilizadores para o sítio *web* do CDE é o catálogo com uma percentagem de 50%. Também em Portugal e na Irlanda esta resposta ocupa o segundo lugar com 55% e 32%,

respectivamente. Na Finlândia constitui igualmente a segunda percentagem mais elevada (40%), mas em paridade com a opção relativa a *links* de informação europeia e *dossiers* temáticos sobre a UE. Na Hungria o catálogo apresenta a terceira percentagem mais significativa (25%). Portanto, neste aspecto parece não haver concordância total entre os desejos dos utilizadores e os conteúdos das páginas do CDE. De facto, segundo os responsáveis, o catálogo ocupa apenas o terceiro lugar nos *itens* mais frequentes nas páginas dos CDE.

Na realidade, os *links* de informação europeia que constituem a segunda escolha dos responsáveis dos CDE representam a terceira opção mais assinalada pelos utilizadores dos CDE, em especial para Portugal (48%) e a Irlanda (24%) mas também para a Finlândia (44%) e para a média da UE (40%), neste caso estando em paridade com os *dossiers* temáticos e também com o catálogo do CDE nos resultados finlandeses.

De facto, os *dossiers* temáticos constituem outro dos conteúdos pertinentes que os utilizadores dos CDE apontam para a página dos CDE. Assim, nos casos de Portugal e da Finlândia (44%) apresenta a percentagem mais alta, um pouco acima da média da UE (40%). Para os utilizadores irlandeses (20%) e húngaros (32%) não se apresenta como tão significativo. No entanto, para a Hungria, deveremos recordar que os *dossiers* temáticos de informação se encontravam no segundo lugar (60%) no que respeita aos conteúdos existentes nas páginas dos CDE, de acordo com os seus responsáveis. Assim, neste caso, parece haver um investimento nos CDE húngaros que não encontra retorno nas expectativas dos seus utilizadores.

As opções “actualidades” e “perguntas-respostas” foram as que obtiveram percentagens mais baixas na média europeia, com 29% e 22% respectivamente. No entanto, por exemplo, no caso da Finlândia este último e penúltimo lugar estão invertidos porque as “actualidades” representam 19% e as “perguntas-respostas” 31%. Para a Irlanda ambas as opções obtiveram a percentagem de 16%. Na Hungria e Portugal, segue-se a tendência europeia mas com alguma variação. De facto, no nosso país as “actualidades” obtêm 34%, enquanto na Hungria se ficam pelos 32%. Por fim as “perguntas-respostas” chegam aos 21% na Hungria mas não ultrapassam os 16% em Portugal.

Comparando estes dados com os valores apresentados pelos responsáveis dos CDE, vemos que as “actualidades” na média europeia ocupam uma posição significativa nas páginas existentes, tal como no caso de Portugal mas nos restantes

países apresentam percentagens sempre inferiores a 35% acompanhando de certo modo a curva dos resultados obtidos nos questionários dos utilizadores. Já as “perguntas-respostas” apresentam sempre percentagens superiores nestes últimos questionários, demonstrando que os utilizadores procuram mais este conteúdo que tem pouca representatividade nas páginas dos CDE.

Apesar do questionário para os utilizadores apresentar a opção “outra”, onde os inquiridos podiam sugerir conteúdos, além dos elencados, para a página do CDE, esta não foi utilizada por ninguém.

XI.3. Relação com a DG COMM e participação em redes de informação

Estando integrados numa entidade hospedeira, da qual dependem directamente, os CDE também se encontram sob a égide da Comissão Europeia, através da sua direcção-geral competente, actualmente a designada DG COMM, e com uma ligação mais directa ao responsável pelas redes de informação na Representação da Comissão Europeia em cada Estado-Membro. Da DG COMM, os CDE recebem apoios de diversa ordem. Além disso, como unidades de informação desta DG, os CDE integram a rede de informação Europe Direct. Iremos, agora, debruçar-nos sobre estes aspectos.

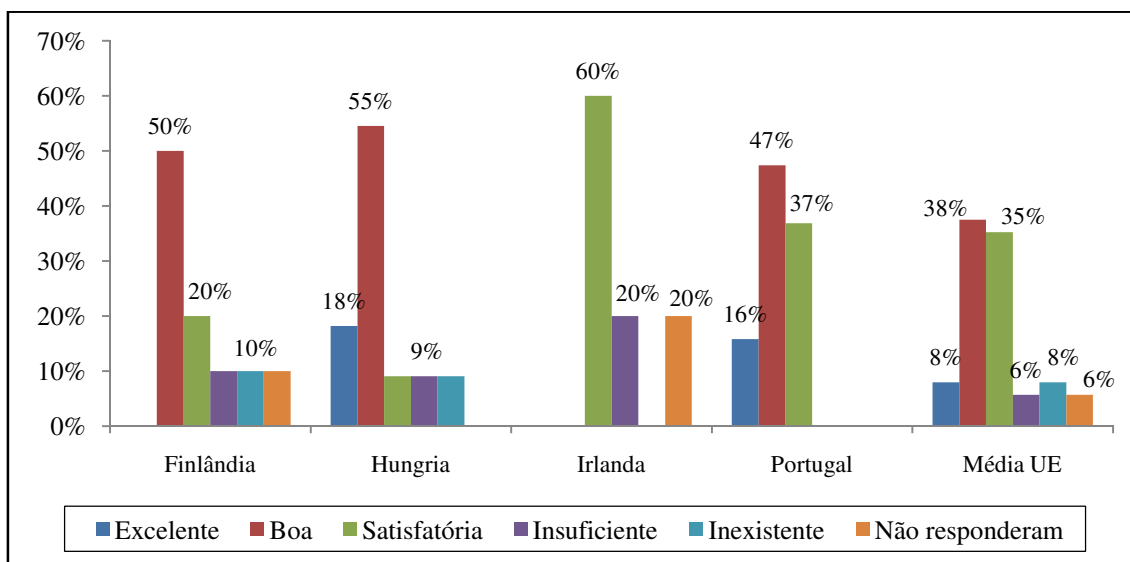


Gráfico XI-16: *Opinião dos CDE sobre a sua relação com a DG COMM (Q1A-34; Q1B-30)*

No geral, a opinião sobre as relações com a DG COMM é boa ou satisfatória [Gráfico XI-16]. De facto, na média da UE, somando a percentagem obtida por estas duas categorias, obtemos 73%. Já apenas 8% dos inquiridos considerou essa relação excelente. Assim, pensamos que, no global, a opinião sobre a relação com a DG COMM deveria ser melhorada. De facto, somando a percentagem dos que acham essa

relação insuficiente ou inexistente, atinge-se os 14%. Por outro lado, se uma percentagem significativa considera esse relacionamento em termos satisfatórios, significa que pensa que alguns aspectos podem ser melhorados. De qualquer forma, parece haver aqui uma evolução relativamente a uma opinião do final da década de 1980, pois, na altura, considerava-se que a relação dos CDE com o SPOCE era melhor do que a mantida com a Comissão.¹⁴⁵⁸ Em finais da década seguinte, a situação não parecia ter mudado muito, pois Richard Caddel afirmava:

Very little EDC's early work was defined or monitored. EDCs were left to develop on their own. For this reason there is to the present day a very broad range in the nature of EDCs, with many different professional emphases and initiatives reflecting the different situations and concerns of host institutions and, in many cases, the different individual characteristics of the people who had supervised their establishment. Relations with Directorate General X were remote at best at the outset, and if there was an initial contract governing EDC's purpose, few EDC librarians saw it.¹⁴⁵⁹

Em termos comparativos, a Hungria (55%) e a Finlândia (50%) são os países com uma boa opinião sobre a relação com a DG COMM, seguidos de perto por Portugal com 47%. Já na Irlanda, nenhum CDE escolheu a opção “boa”, predominando, com 60%, os que acham a relação apenas satisfatória.

Contudo, devemos assinalar que ao longo das visitas que efectuámos, os responsáveis dos CDE consideraram a DG COMM como algo longínquo, privilegiando a relação com a Representação da Comissão no seu país. Aliás, esta ligação com a Representação materializa-se também no protocolo assinado entre a entidade hospedeira do CDE e a Representação da Comissão Europeia, ficando os deveres e os direitos de ambas as partes.¹⁴⁶⁰ Assim, o CDE compromete-se a disponibilizar um local para os documentos recebidos gratuitamente pelo SPOCE, a tratá-los de forma a torná-los pesquisáveis e passíveis de consulta por parte do público. Para tal, compromete-se a custear os gastos da contratação de um bibliotecário ou documentalista habilitado para o efeito, além de nomear um responsável académico para supervisionar o serviço. Por seu

¹⁴⁵⁸ HARBORD, Peter – *Op. cit.* p. 27. Ver também HOPKINS, Michael – “Cooperation as a solution to the problems of European community documentation”. In FJÄLLBRANT, Nancy, ed. – *Library cooperation: trends, possibilities and conditions: proceedings of the eight meeting of IATUL, Enschede, May 28-June 1, 1979*. Göteborg: I.A.T.U.L., Chalmers University of Technology Library, 1980. ISBN 91-7032-005-5. p. 113.

¹⁴⁵⁹ CADDEL, Richard – “European Documentation Centres: the development...”. *Op. cit.* p. 104.

¹⁴⁶⁰ Sobre a origem deste acordo, na década de noventa, ver *Idem, ibidem*. p. 108-111.

lado, a Comissão, através da sua Representação, fica encarregue de prestar o apoio solicitado pelos CDE no acesso a documentos além de promover a formação específica dos funcionários dos CDE em matérias europeias.¹⁴⁶¹

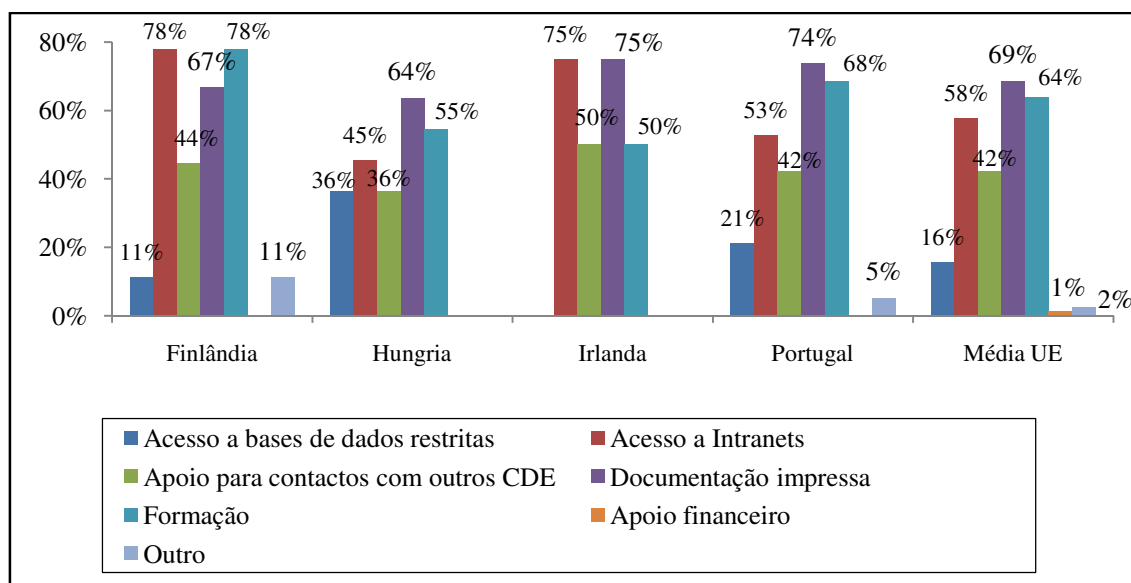


Gráfico XI-17: Apoio recebido pelos CDE da DG COMM (Q1A-35; Q1B-31)

Naturalmente, o apoio recebido da DG COMM determina, em grande medida, a opinião dos CDE acerca da sua relação com este departamento da Comissão [Gráfico XI-17]. Na média da UE, 69% dos CDE declaram receber documentação impressa. Todavia, na realidade, todos os CDE recebem documentação impressa, enviada pelo SPOCE, mas a expensas da DG COMM, pelo que neste *item*, todos deveriam ter escolhido esta opção. O segundo tipo de apoio vindo da DG mais escolhido foi a formação (64%). Quanto a este aspecto, deveremos ter em conta que desde a década de noventa são organizadas pela DG, em Bruxelas, e por algumas Representações da Comissão acções de formação envolvendo todos os CDE de um país, no último caso, ou um número limitado de CDE de todos os países, no primeiro caso.¹⁴⁶² Além disso, a formação sobre informação europeia pode ainda ser ministrada por entidades externas à Comissão como a European Information Association, do Reino Unido. Mesmo nos países fora da Europa, a partir da década de 1990, começaram a organizar-se formações

¹⁴⁶¹ McCARTHY, Elmarie – “The role of European documentation centres (EDCs)”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 43, n.º 6 (1991), p. 204.

¹⁴⁶² Para um exemplo de um reunião nacional de CDE, ver THOMSON, Ian – “UK EDC national meeting: London, Monday 10 November 1997”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 1 (1998), p. 25. Sobre a formação recebida em Bruxelas ver, por exemplo, MELO, Luiza Baptista – “European Documentation Centre basic training course”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 6 (1999), p. 24-26.

neste âmbito.¹⁴⁶³ No entanto, estas duas últimas modalidades não são suportadas financeiramente pela DG COMM.

O acesso a Intranets, com uma percentagem de 58%, representa o terceiro tipo de apoio identificado pelos CDE. De facto, conforme nos foi explicado durante as visitas aos CDE onde nos deslocámos, cada unidade dispõe de um identificador e de uma senha de acesso, de forma a poder consultar dados da Intranet da Rede Europe Direct, contendo elementos que não estão disponíveis para o público em geral.¹⁴⁶⁴ Já o acesso a bases de dados restritas, com 16%, representa um serviço cada vez menos prestado pela DG COMM, tendo em conta que com o evoluir do tempo a maior parte das bases de dados com acesso limitado estão, agora, disponíveis na Internet para todos os utilizadores do sítio EUROPA.

Outra modalidade de apoio aos CDE é constituída por financiamento para contactos com outros CDE (42%), por exemplo, para intercâmbio de responsáveis durante um curto período de tempo. Esta iniciativa foi lançada no final dos anos noventa e constitui um sucesso significativo, tendo contribuído para reforçar os laços de rede entre os CDE.¹⁴⁶⁵

Também o apoio financeiro constituía uma opção para responder a esta pergunta mas tendo em conta as novas regras de financiamento das instâncias europeias, as quais exigem a abertura de concurso público, a percentagem nesta escolha é praticamente insignificante (1%).

Comparativamente, podemos verificar que a Finlândia apresenta uma percentagem (78%) na opção “formação” bastante superior à média europeia, enquanto no caso da Irlanda a situação é inversa, já que apenas 50% dos CDE declaram receber apoio da DG COMM para efectuar formação. No que diz respeito à documentação impressa, as percentagens dos países analisados monograficamente variam um pouco relativamente à média da UE. Com efeito, a Irlanda (75%) e Portugal (74%) situam-se

¹⁴⁶³ Ver, por exemplo, a síntese de uma formação para os CDE realizada em 1997 na Austrália: HUNTER, Lynne – “Europe goes ‘Downunder’!”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 1 (1998), p. 14-15 ou de uma sessão sobre a pesquisa de legislação europeia organizada no Canadá: FURLONG, John – “Researching European law: a basic introduction”. *Legal information management*. ISSN 1472-6696. Vol. 6, n.º 2 (2006), p. 136-146.

¹⁴⁶⁴ Sobre o uso desta Intranet, ver EUROPEAN COMMISSION. DIRECTORATE GENERAL COMMUNICATION – *Annual activity report of the EUROPE DIRECT Relays: 2007* [em linha]. [Acedido 22.05.2008]. Disponível na WWW: <http://ec.europa.eu/europedirect/docs/2007_annual_report_final_en.pdf>, p. 16-19.

¹⁴⁶⁵ Sobre o esquema de intercâmbio de bibliotecários dos CDE iniciado em 1996 e repetido posteriormente, ver WEBB, Catherine – “The EDC exchange scheme 2001”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 14 (2000), p. 15-16.

acima da média da globalidade dos CDE enquanto na Finlândia (67%) e na Hungria (64%) se verifica o contrário.

Quanto ao acesso a Intranets, as percentagens diferem de forma mais significativa, tanto entre os quatro países como em relação à média da UE. Assim, 78% dos CDE finlandeses e 75% dos irlandeses afirmam ter Intranets, enquanto na Hungria apenas 45% dizem beneficiar deste apoio. Portugal encontra-se mais próximo da média europeia com 53%. Sobre o acesso a bases de dados restritas, na Hungria, 36% dos CDE afirmam usufruir deste serviço, situando-se por isso 20% acima da média da UE. Já na Irlanda, nenhum CDE escolheu esta opção. Para Portugal, a mesma opção representa 21% e para a Finlândia 11%.

Portanto, no geral, os CDE parecem beneficiar sobretudo de documentação impressa gratuita, de formação e do acesso a Intranets, tanto na média da UE como dos países estudados monograficamente.

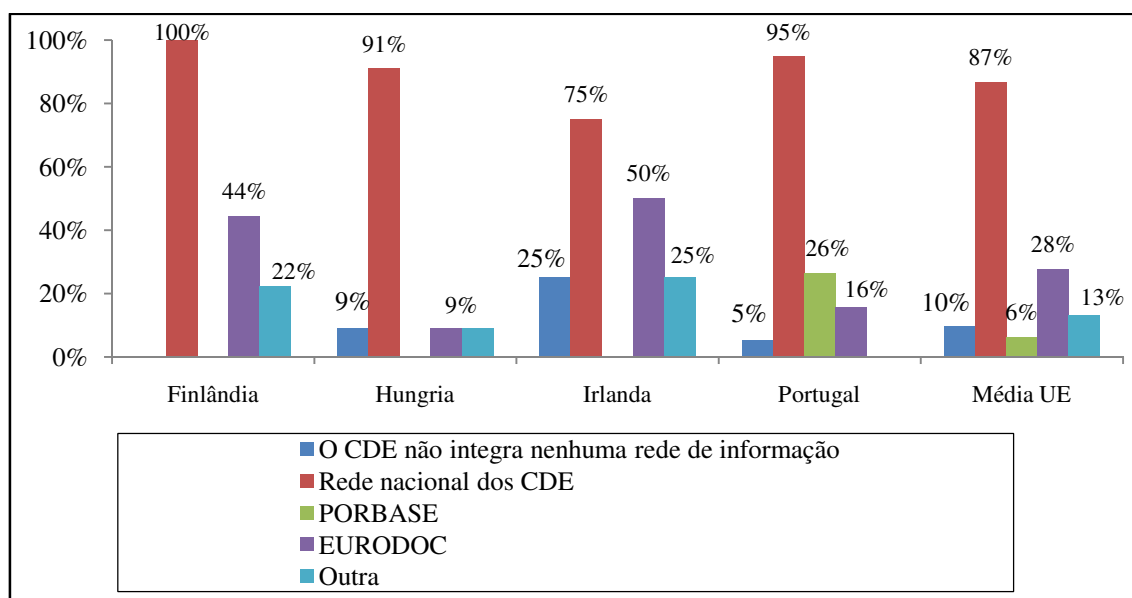


Gráfico XI-18: *Redes de informação nas quais os CDE participam (Q1A-38; Q1B-34)*

No que toca à participação em redes de informação [Gráfico XI-18], na média europeia, 87% dos CDE declaram fazerem parte da rede nacional do seu país. Mas tanto na Finlândia (100%), como na Hungria (91%) ou em Portugal (95%) este valor é superado. No caso da Irlanda, deveremos ter em conta que um dos cinco CDE deste país não respondeu à questão, o que explica a percentagem mais baixa. Todos os CDE acumulam a participação nesta rede com a integração noutras redes de informação, tanto de âmbito nacional como europeu. Assim, no caso português, 26% dos CDE participam igualmente na PORBASE, o que não deixa de ser um elemento estranho tendo em conta que todos os CDE nacionais estão ligados a instituições de ensino superior.

Naturalmente, esta opção contendo a PORBASE estava apenas disponível no questionário distribuído aos CDE portugueses.

No caso dos restantes países, todos afirmam participar noutras redes não discriminadas em percentagens diferentes: Finlândia 22%, Hungria 9%, Irlanda 25%. Na média europeia a participação em outras redes não discriminadas atinge os 13%. Neste caso incluem-se: redes locais de CDE, redes de informação europeia regionais, a European Information Association, a qual apesar de ter origem e direcção inglesa, congrega membros de vários países. Além destas redes ligadas à temática europeia, alguns CDE estão também integrados em associações de bibliotecas especializadas, relacionadas com o âmbito temático da biblioteca onde o CDE está integrado, como por exemplo a International Association of Law Librarians (IALL) ou a Nordic Association of Law Librarians.

Deveremos, ainda, salientar a participação na rede EURODOC. Na realidade, trata-se de uma lista de discussão para CDE e Bibliotecas Depositárias, criada em 1993, por um documentalista inglês. Reúne participantes de toda a Europa e do resto do mundo, permitindo a troca de informações, a discussão de ideias e fundamentalmente o contacto com profissionais da mesma área. Apesar de ter uma origem externa à própria Comissão Europeia, por vezes, a DG COMM utiliza-a para difundir informação, como nos foi referido em algumas das entrevistas que realizámos aos responsáveis dos CDE. Actualmente, o arquivo das mensagens trocadas na lista, desde Fevereiro de 1997, encontra-se disponível na Internet.¹⁴⁶⁶ No entanto, em princípio, a adesão à lista está reservada aos profissionais de CDE e só assim é possível enviar mensagens.

Importa ainda sublinhar que os CDE, declarando não fazer parte de nenhuma rede de informação, constituem uma minoria (10% na média da UE, 9% na Hungria, 25% na Irlanda e 5% em Portugal).

¹⁴⁶⁶

Cf.

<<http://www.jiscmail.ac.uk/cgi-bin/webadmin?A0=EURODOC&D=0&F=&H=0&O=T&S=&T=0>>. [Acedido 28.07.2008].

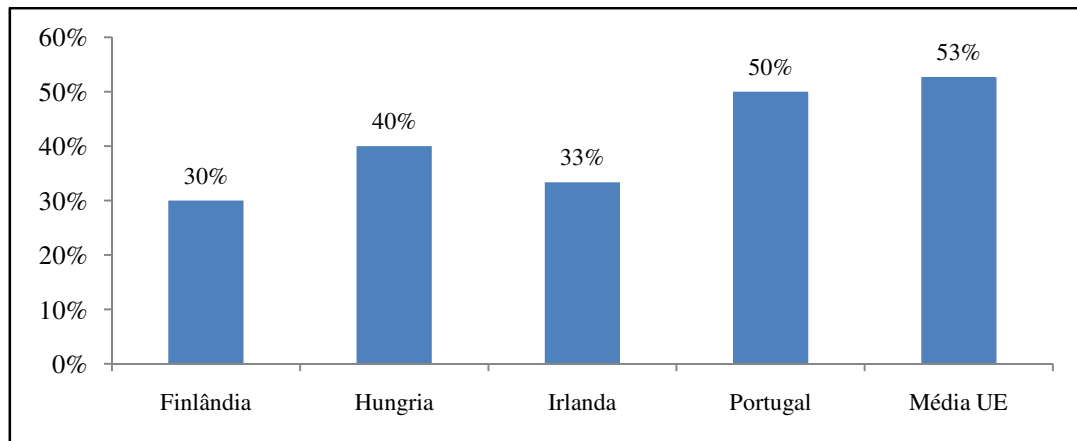


Gráfico XI-19: *CDE que declaram fazer parte de rede(s) de informação mas não especificam as actividades concretizadas nesse âmbito (Q1A-39; Q1B-35)*

Todavia, nem todos os inquiridos, afirmando fazer parte de uma rede de informação, especificaram o tipo de actividades concretizadas neste âmbito [Gráfico XI-19]. Assim, na média da UE, 53% não responderam a essa pergunta. Na Finlândia, 30% dos inquiridos fizeram o mesmo, tal como 40% na Hungria, 33% na Irlanda e 50% em Portugal.

Dos inquiridos que especificaram o tipo de colaboração levada a cabo no âmbito da(s) rede(s), as respostas incluem a partilha de boas práticas, o empréstimo interbibliotecas, a troca de informação, nomeadamente através de *mailing list*, colaboração em projectos, como conferências, bases de dados ou portais *web*. Também a partilha de registos bibliográficos e a organização de encontros de formação periódicos são referidos como actividades concretizadas no âmbito das redes.

No caso da rede portuguesa, poderemos salientar a criação do portal *O Europeu*, congregando não só informação dos CDE mas também de outros organismos de informação europeia, através de um repositório e de um motor de pesquisa.¹⁴⁶⁷ De notar que esta iniciativa se enquadra nas recomendações do relatório de avaliação dos CDE, onde se propõem como iniciativas a criação de portais nacionais de CDE, de guia electrónicos para a pesquisa de informação europeia na Internet, de *dossiers* informativos disponíveis em linha, bem como a distribuição de boletins informativos através de correio electrónico.¹⁴⁶⁸

Quanto à participação dos CDE numa efectiva rede europeia, isto só parece ter começado a tomar forma no início da década de 1990, sobretudo graças à criação da

¹⁴⁶⁷ Cf. <URL: www.ouropeu.eu>. [Acedido 07.08.2008]. Informação recolhida durante a entrevista a Helder Machado, coordenador da rede portuguesa de CDE, cf. **Anexo IX** *Guião das entrevistas aos responsáveis dos CDE*.

¹⁴⁶⁸ ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 37-38.

unidade Redes de Informação, na DG X, a qual promoveu seminários, em Bruxelas, para os bibliotecários dos CDE desde 1995. Aliás, as iniciativas daquela nova unidade da DG X foram, à época, muito bem percebidas pelos agentes dos CDE. A este propósito Ian Thomson escrevia:

Seeing oneself as part of an transnational EDC network does not mean that all EDCs are, or should be, managed in identical ways, providing a common set of services. National traditions of information provision differ, as do the circumstances of individual institutions. Nevertheless, the opportunities created (...) for transnational EDC networking are significant and are to be welcomed.¹⁴⁶⁹

Já em 1998, em Bruxelas, decorreu o primeiro encontro dos coordenadores nacionais dos CDE de cada país.¹⁴⁷⁰ Assim, no final da década de 1990, os CDE parecem ter começado a viver, de facto, os efeitos da rede graças a estes encontros periódicos entre os seus responsáveis e ao lançamento de um esquema de intercâmbio entre funcionários.¹⁴⁷¹

Actualmente, e desde 2005, os CDE dos Estados-Membros, estão sob a égide da DG COMM e fazem parte da rede Europe Direct, a qual funciona como um chapéu englobando também os Centros de Informação Europe Direct e os membros do Team Europe.¹⁴⁷² Na opinião de Consuelo Hospital García «La existência de la Red Europe Direct se explica como un elemento más de la política de información y comunicación de la Unión Europea dirigida fundamentalmente por la Comisión Europea».¹⁴⁷³ O objectivo que determinou a junção destes diferentes tipos de unidades de informação europeia numa única rede era o de criar uma imagem mais uniforme em termos de pontos de informação europeia e também promover a cooperação entre cada tipo. No entanto, parece que esta sinergia não é facilmente posta em prática, pela diferença de contexto em que cada categoria de unidade está inserida e pela diversidade de públicos.

¹⁴⁶⁹ THOMSON, Ian – “Challenges facing...”. *Op. cit.* p. 17.

¹⁴⁷⁰ Para o relatório deste encontro, ver RIGAKOU, Vasiliki – *Op. cit.* p. 12-14.

¹⁴⁷¹ Deveremos notar que muitas destas iniciativas partiram da portuguesa Isabel Loff, coordenadora na DG X dos CDE, desde 1992. Sobre isto ver DAVIES, Eric – “Editor’s notes”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 4 (1998), p. 1. Para uma perspectiva mais alargada do trabalho desenvolvido por Isabel Loff, ver RODRIGUES, Irene – “An interview with Isabel Loff: EDC Coordinator: DG X”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 6 (1999), p. 31-33. Tivemos oportunidade de entrevistar esta antiga funcionária da Comissão Europeia em Janeiro de 2008. Cf. **Anexo I** *Entrevistas realizadas a actuais e a antigos funcionários das instituições europeias*.

¹⁴⁷² Cf. <http://ec.europa.eu/europedirect/visit_us/index_pt.htm>. [Acedido 22.05.2007].

¹⁴⁷³ HOSPITAL GARCÍA, Consuelo – “La red de información Europe Direct: Europa más cerca”. In MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda, Ed. – *La información en la Unión Europea... (op. cit.)*. p. 184-201.

Aliás, em meados da década de noventa, este era já um problema assinalado por Rita Marcella e Susan Parker.¹⁴⁷⁴

Poderemos, aliás, recordar que, no final da década de oitenta e início da década de noventa, alguns dos CDE do Reino Unido colaboraram na criação dos Euro Info Centre, procurando alargar as relações com outras unidades especializadas em informação europeia. No entanto, essa experiência não parece ter sido partilhada por nos restantes Estados-Membros.¹⁴⁷⁵

Poderemos, contudo, citar o exemplo do CDE de Coimbra que, em 1987, assinou um protocolo de colaboração com entidades regionais, no sentido de melhorar a difusão da informação europeia e de encontrar apoios financeiros a fim de criar condições para prestar melhores serviços.¹⁴⁷⁶ Não se tratando de uma colaboração com outras entidades de divulgação da informação europeia, não deixa de ser um bom exemplo de inserção do serviço no seu meio circundante e do estabelecimento de sinergias para uma divulgação mais eficaz da informação europeia.

Todavia, um dos problemas das diferentes redes de informação europeia parece ser a dificuldade em estabelecer relações de complementaridade. De facto, durante as nossas visitas aos CDE, inquiridos sobre este aspecto, os responsáveis afirmavam que não tinham contactos com outras redes de informação e, nos casos em que essa relação existia, tratava-se de situações pontuais, sem uma continuação regular.

XI.4. O acervo informacional dos CDE

Como referimos acima, todos os CDE recebem documentos impressos, enviados pelo SPOCE, mas custeados pela DG COMM.¹⁴⁷⁷ Assim, numa das perguntas do inquérito aos responsáveis dos CDE, procurámos averiguar a percentagem de documentos publicados pela UE presente na colecção do CDE. Além disso, tentámos também perceber quais as tipologias de documentos existentes no CDE, mas não fornecida pela Comissão.

¹⁴⁷⁴ MARCELLA, Rita; PARKER, Susan – “European information: the pattern of provision in Scotland”. *Aslib Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 47, n.º 2 (1995), p. 38.

¹⁴⁷⁵ RAMSAY, Anne – “EuroInfoCentres...”. *Op. cit.* p. 41.

¹⁴⁷⁶ MIRANDA, Maria da Saudade – “Centro de Documentação Europeia: história e actividade”. *Revista de Direito e Economia*. ISSN 0870-8835. Ano XIII (1987), p. 383-384.

¹⁴⁷⁷ Para o efeito, em 1993, foi criado um serviço no SPOCE encarregado de definir a distribuição da documentação pelos CDE, o que significou uma melhoria notável à época. Cf. THOMSON, Ian – “European documentation centres: an undervalued...”. *Op. cit.* p. 155.

Com esta distribuição gratuita de documentos, as instituições da UE procuram disseminar informação no intuito não só de possibilitar o conhecimento acerca das suas próprias actividades mas também de criar uma rede de organizações “amigas” que tenderão a divulgar estudos acerca da entidade produtora e emissora. Naturalmente, estes estudos poderão ter um carácter crítico mas não deixarão de dar visibilidade ao projecto europeu, ajudando à sua divulgação. Aliás, como notava Konstandinos Kaïopoulos, em 1992, ainda antes do advento da Internet como meio de comunicação de massas, o suporte escrito que a Comissão distribuía graciosamente por centenas de instituições, representava o melhor meio de expressão de divulgação através do qual tecnocracia europeia podia exprimir os seus argumentos sem passar pelo crivo da “censura nacional”.¹⁴⁷⁸

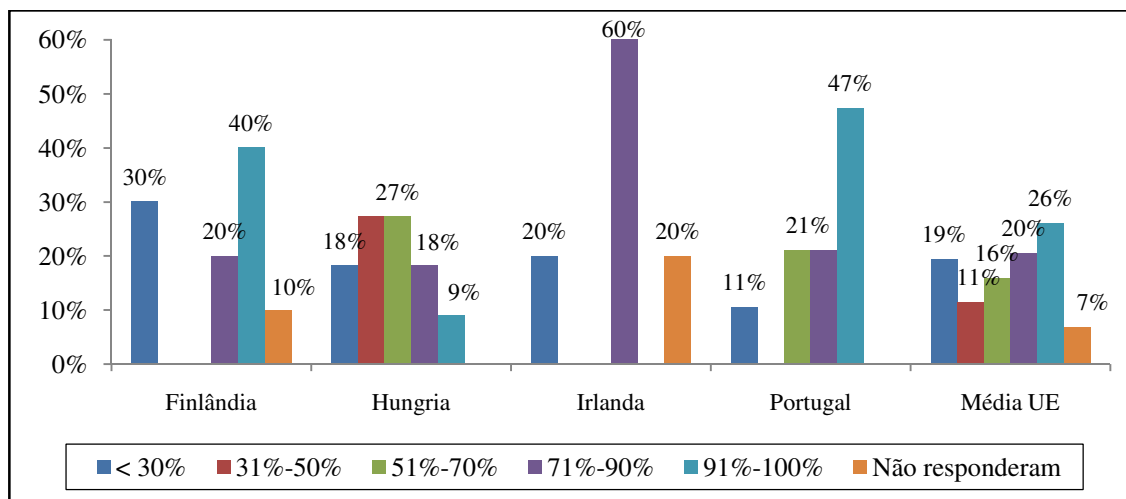


Gráfico XI-20: *Percentagem de documentos publicados pelas instituições da UE na colecção dos CDE (QIA-23; QIB-19)*

Quanto ao lugar ocupado pelos documentos publicados pelas instituições da UE na colecção dos CDE, verificamos uma dispersão significativa pelas várias opções de resposta [Gráfico XI-20]. Assim, podemos constatar que, na média europeia, a opção mais escolhida foi 91%-100%, equivalendo a 26% das respostas, mas as restantes alternativas obtiveram percentagens bastante próximas. Também na Finlândia e em Portugal, esta opção, em que a colecção do CDE corresponde quase exclusivamente aos documentos fornecidos pelo SPOCE, obteve as percentagens mais elevadas com 40% e 47% respectivamente. No caso português, estes dados podem ser relacionados com o número de CDE que ocupam um local independente em termos de localização, não beneficiando, por isso, das aquisições de documentos no âmbito dos estudos europeus possivelmente efectuadas por uma biblioteca de maior dimensão. No entanto, a mesma

¹⁴⁷⁸ KAÏOPOULOS, Konstandinos D. – *Op. cit.* p. 58.

argumentação não pode servir para explicar a percentagem finlandesa, pois neste país todos os CDE estão integrados no espaço de outra biblioteca e, por isso, as colecções tenderiam a não serem vistas numa perspectiva independente e, desta forma, as aquisições de documentos relacionados com a UE poderiam ser integrados dentro do próprio CDE. Além disso, no caso da Irlanda (0%) e da Hungria (9%) são muito poucos os CDE que restringem a sua colecção aos documentos enviados pelo SPOCE.

Em comparação com estes dados, podemos recordar que, em 1997, 93% das bibliotecas inglesas onde existiam pontos de acesso a informação europeia declaravam comprar documentos não-oficiais, produzidos comercialmente por editoras externas às instituições de Bruxelas.¹⁴⁷⁹

No que respeita aos documentos publicados pelo SPOCE, a esmagadora maioria tem origem na Comissão Europeia, a qual segundo a sua prerrogativa de iniciativa e de implementação das decisões produz e recolhe grandes quantidades de informação sobre assuntos muito diversificados. Assim, em 1987, Michael Hopkins e George Bingham consideravam que a Comissão originava perto de 90% das edições do SPOCE.¹⁴⁸⁰ Reconhecendo a importância de informar os cidadãos, é natural que muita desta informação seja publicada em suporte papel ou disponibilizada em formato digital.

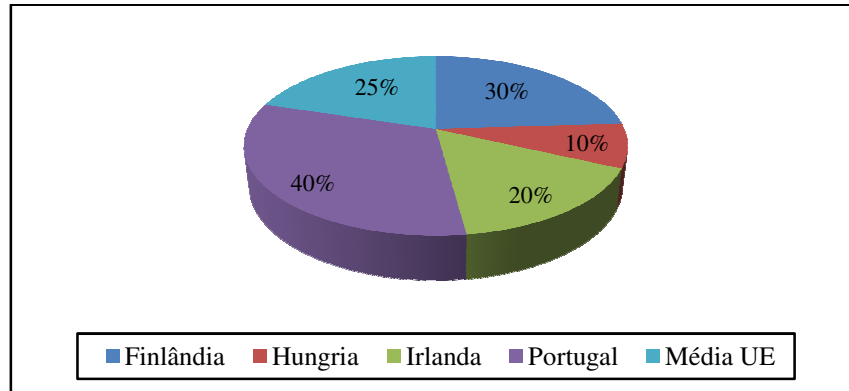


Gráfico XI-21: *CDE sem documentos não publicados pelas instituições europeias (Q1A-24: Q1B-20)*

No entanto, se compararmos as percentagens referidas na proporção que os documentos emanados das instâncias europeias ocupam na colecção do CDE e as percentagens dos CDE que declaram não terem documentos não publicados pela UE, encontramos algumas contradições [Gráfico XI-21].

¹⁴⁷⁹ MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme; PARKER, Susan – “The provision of European information by public libraries in the UK: results of a British Library Research and Innovation Centre funded research project”. *Library management*. ISSN 0143-5124. Vol. 18, n.º 1 (1997), p. 12.

¹⁴⁸⁰ HOPKINS, Michael; BINGHAM, George – *Op. cit.* p. 57.

Com efeito, no caso da Irlanda, na pergunta onde devia ser indicado o tipo de documentos não disponibilizados pelo SPOCE acessíveis no CDE, 20% escolhe a opção onde se afirma que o CDE não dispõe de documentos não publicado pela UE, apesar de nenhum ter seleccionado, na pergunta anterior, a opção indicando que 91% a 100% da sua colecção era constituída por documentos enviados do Luxemburgo. Ou seja, numa questão consideraram que os documentos enviados gratuitamente pelas instâncias europeias representavam apenas 71%-90% da colecção do CDE, mas na pergunta seguinte, onde se pedia para identificarem os documentos não englobados por esta percentagem, escolheram a opção indicando não disporem de tais documentos, demonstrando incoerência entre as respostas dadas.

Já quanto à Hungria, apenas uma percentagem reduzida indicou não dispor de documentos não fornecidos pela UE, em acordo com o facto de também uma percentagem muito reduzida ter afirmado que 91%-100% dos documentos do CDE provinham dos envios do SPOCE. Na Finlândia, 30% dos CDE não dispõe de documentos não publicados pela UE, dependendo, por isso, quase exclusivamente dos envios patrocinados pelas instâncias comunitárias para constituir a sua colecção, aproximando-se muito da média europeia. Em Portugal, encontramos a maior percentagem de CDE sem documentos não publicados pelos serviços do Luxemburgo (40%), em conformidade com a percentagem elevada e superior à média da UE que afirma ter uma colecção constituída por 91%-100% de documentos editados pelas instâncias comunitárias.

Tendo em conta a base de constituição do acervo informacional dos CDE, em grande medida determinada pelos envios decididos pelos serviços da Comissão e efectuados pelo SPOCE, deveremos recordar aqui as noções de fundo (conjunto orgânico de documentos) e de colecção (conjunto de documentos acumulados ao acaso mas com uma intencionalidade subjacente). Com efeito, parece-nos que os CDE são constituídos essencialmente por aquilo que comumente se designa de fundo, sobretudo nos casos em que os documentos remetidos pelo serviços do Luxemburgo são a esmagadora maioria do acervo disponibilizado. De facto, estes documentos, ainda que alguns tenham um carácter de divulgação, têm uma origem orgânica sempre bem identificada. Paralelamente, não poderemos esquecer que a intencionalidade não é inerente ao CDE mas antes às DG que decidem enviar ou não os documentos que elaboram para divulgação do público.

A este propósito, podemos salientar que alguns dos CDE que visitámos mostraram-se pouco satisfeitos com as regras de distribuição da documentação impressa, considerando receber edições pouco relevantes para os seus utilizadores. Aliás, no já citado relatório de avaliação chegou-se à mesma conclusão, afirmando-se:

The selection of printed publications distributed to the EDCs cannot be considered to be efficient. EDCs have very little influence on what publications they receive, except through choosing thematic sectors for those minority of EDCs that have chosen to be specialised EDCs. Other than that, EDCs do not seem to have influence on the publications disseminated by OPOCE. This is especially true for priced publications. Regarding free EU publications a more demand-oriented approach has reportedly been introduced and the EU Bookshop offers all EDCs similar options to order them “à la carte”.¹⁴⁸¹

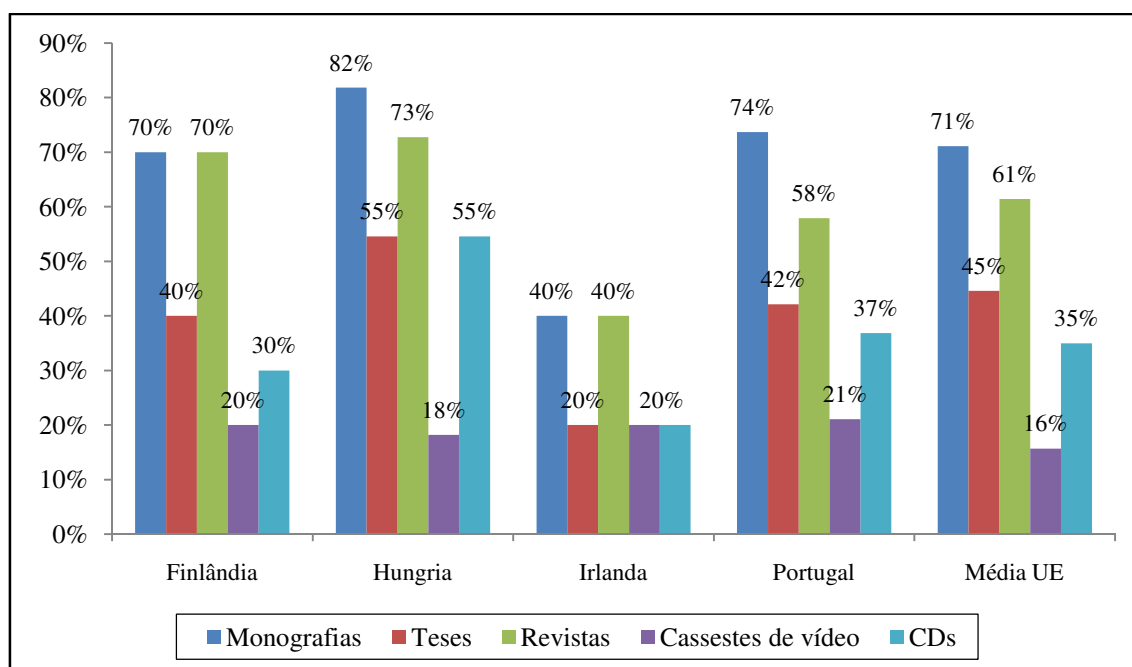


Gráfico XI-22: *Tipos de documentos não publicados pelas instituições da UE disponíveis nos CDE (Q1A-24; Q1B-20)*

Em termos de documentos não publicados pelas instituições da UE, na globalidade, os CDE dispõem essencialmente de monografias (71%) e de revistas (61%), seguindo-se as teses sobre temas comunitários (45%) [Gráfico XI-22]. No entanto, na Hungria, esse terceiro lugar é ocupado simultaneamente pelas teses e pelos CDs, com a mesma percentagem de 55%. Em termos gerais, tanto a Finlândia, como a

¹⁴⁸¹ ALLEWELDT, Frank – Op. cit. p. 51. Sobre as possibilidades de encomenda electrónica de documentos oficiais, ver o estudo desenvolvido para o caso americano: LIN, Chi-Shiou; ESCHENFELDER, Kristin F. – “Selection practices for web-based government publications in state depository library programs: comparing active and passive approaches”. *Government information quarterly*. ISSN 0740-624X. Vol. 25, n.º 1 (2007) p. 5-24.

Hungria e Portugal, acompanham a média dos CDE da UE, situando-se apenas um pouco acima, com algumas ligeiras excepções. Já os CDE irlandeses apresentam valores claramente abaixo da média da UE.

Além destas opções disponíveis no questionário, alguns CDE podem optar por recolher informação sobre a temática europeia de origens diversas. Foi o caso, por exemplo, do CDE da Universidade de Lancaster, no Reino Unido, que, na década de 1980, decidiu colectar cartazes e outra informação sobre as eleições europeias.¹⁴⁸²

XI.5. Os utilizadores reais e potenciais dos CDE

Naturalmente, para desenvolver serviços adequados às necessidades dos seus utilizadores, os CDE têm de conhecer a origem e o número dos seus utilizadores. De seguida, iremos tratar os dados recolhidos sobre estas matérias.

Quanto às tipologias de utilizadores que os CDE devem acolher existe alguma controvérsia sobre o tema. Assim, a Comissão Europeia ao integrar os CDE na rede Europe Direct, em 2005, parecia apostar num recrutamento dos utilizadores fora do ambiente académico, incluindo sobretudo o grande público. Na realidade, esta discussão sobre a atitude dos CDE em relação ao público não universitário vem desde o início da década de noventa.¹⁴⁸³ Todavia, com base nos resultados dos inquéritos e nas visitas que realizámos aos CDE, parece-nos que a opção por focalizar-se nos utilizadores académicos ou abrir-se ao grande público depende, em grande parte, das características de cada unidade, da sua entidade hospedeira, do contexto social e geográfico em que se inserem, bem como da existência ou não de outras unidades de informação europeia na mesma área de influência.

XI.5.1. Aspectos quantitativos

O número de utilizadores dos CDE constitui uma componente importante para um efectivo conhecimento deste tipo de unidades de informação. No entanto, deveremos ter em conta que actualmente os utilizadores não se restringem às pessoas que se deslocam fisicamente ao centro de documentação, porque muita informação está disponível remotamente através da Internet e do acesso à página do CDE. Neste contexto, justifica-

¹⁴⁸² ILLINGWORTH, John – “Lancaster University archive of European community political graphics”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1989), p. 48.

¹⁴⁸³ Ver THOMSON, Ian – “European Community information providers in the UK...”. *Op. cit.* p. 14-17 e THOMSON, Ian – “European documentation centres: their role in EC information provision, with particular reference to the United Kingdom”. *Government publications review*. ISSN 0277-9390. Vol. 17, n.º 2 (1990), p. 116.

se uma diminuição do número de utilizadores “físicos” dos CDE e um aumento dos utilizadores “virtuais”. Contudo, esta tendência deve ser mitigada tendo em atenção as disparidades existentes no acesso à Internet nos diferentes Estados-Membros.¹⁴⁸⁴

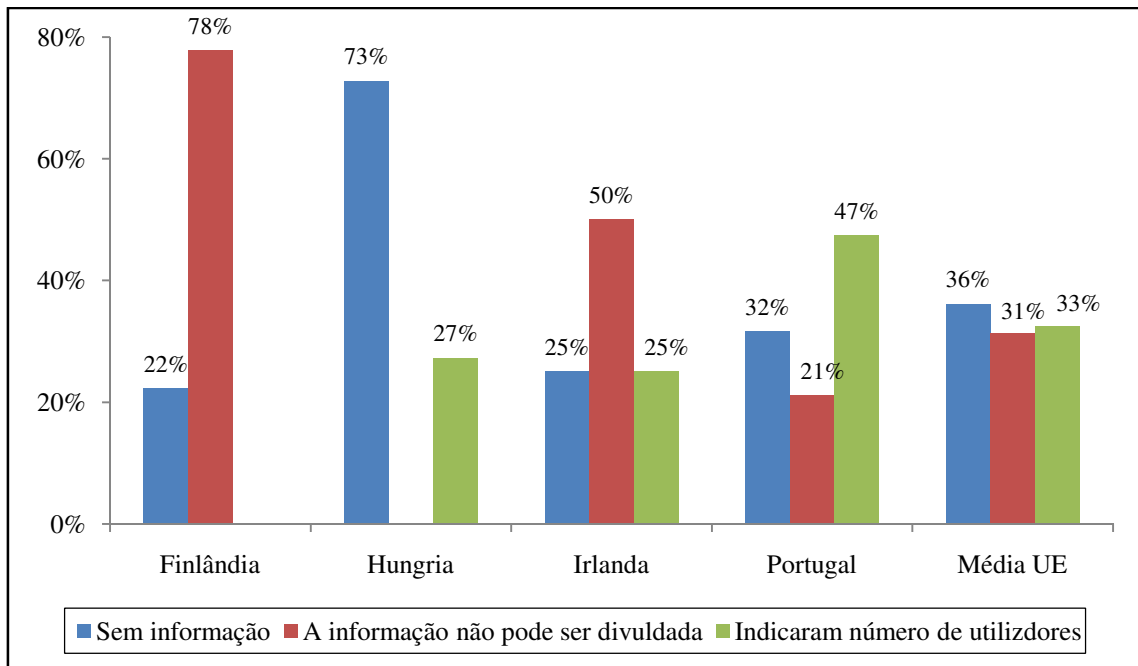


Gráfico XI-23: *Informação sobre o número total de utilizadores do CDE em 2006 (Q1A-40; Q1B-36)*

Quanto ao número de utilizadores da nossa amostra, na média da UE, as respostas estão distribuídas de forma muito equilibrada pelas três opções de resposta oferecidas na pergunta [Gráfico XI-23]. Assim, 36% dos CDE declaram não disporem dessa informação, 31% considera que esses dados não podem ser divulgados e 33% indicaram o número de utilizadores em 2006.

Esta distribuição tão equitativa das respostas contrasta com os dados obtidos nos CDE finlandeses, húngaros, irlandeses e portugueses. De facto, na Finlândia nenhum CDE indicou o número de utilizadores que recebeu ao longo do ano 2006, sendo que mais de três quartos afirmou que a informação não podia ser divulgada e pouco mais de 20% não dispõe dessa informação. Já na Hungria, esta última opção foi a resposta dada por 73% dos CDE inquiridos, sendo que pouco mais de um quarto indicou o número de utilizadores. Na Irlanda, também predominaram os CDE que consideraram impossível divulgar essa informação, enquanto um quarto disse não ter elementos para responder e outro quarto indicou o número solicitado. Por fim, Portugal foi o país onde mais CDE indicaram o número de utilizadores, 47%, e apenas 21% afirmaram não poder fornecer esses elementos além de 32% não terem dados para responder. Vemos, assim, que as

¹⁴⁸⁴ Sobre isto ver ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 24.

práticas dos CDE são muito variáveis em relação ao conhecimento da afluência dos seus utilizadores.

Teremos de ressaltar, porém, que, no caso dos CDE integrados numa biblioteca geral, a contabilização dos utilizadores pode fazer-se através de meios automáticos de entradas e saídas, mas não há informação sobre o tipo de informação que cada utilizador consulta, sobretudo se as colecções estiverem em livre acesso. Naturalmente, esta contabilização será mais fácil nos CDE que disponham de um espaço próprio. Todavia, mesmo nas situações em que é possível averiguar o número de utilizadores, a instituição pode não estar disposta a divulgar esses elementos para o exterior por razões diversas, entre as quais poderemos referir a protecção de dados.

Convém notar que esta dificuldade em obter dados sobre o número de utilizadores dos CDE também foi apontada no relatório de avaliação conduzido a pedido da Comissão entre 2006 e 2007. Aliás, em 249 CDE que avaliaram só conseguiram obter valores sobre os utilizadores em 109, sendo que alguns forneceram apenas uma estimativa a este respeito.¹⁴⁸⁵

Nos 27 CDE que forneceram o número de utilizadores recebidos em 2006, em dois casos a indicação dada não foi passível de interpretação. Nos restantes, encontramos oito CDE com menos de 701 utilizadores, com uma quantidade que varia entre os 100 e os 700 utilizadores. Seis CDE indicam ter recebido entre 800 e 1500 utilizadores. Mas o grupo de CDE mais numeroso, onze no total, contabilizaram ter acolhido entre 2000 e 5000 utilizadores. Naturalmente, neste caso trata-se de CDE plenamente integrados numa biblioteca de maiores dimensões em que se contabilizou a totalidade dos utilizadores, não sendo possível distinguir os que acederam especificamente a informação europeia.

Por outro lado, somando todos os valores dos CDE que forneceram essa informação obtemos um total de 58.573 utilizadores, o que dá uma média anual, para 2006, de perto de 2343 utilizadores por cada CDE.¹⁴⁸⁶ Assim, os nossos dados são muito distantes das conclusões do já citado relatório de avaliação dos CDE. De facto, aqui aponta-se uma média anual de 616 utilizadores por CDE em 2006.¹⁴⁸⁷ Atendendo a esta

¹⁴⁸⁵ Cf. ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 12 e 24. Também no estudo de 1997, conduzido pela equipa de Rita Marcella, foi difícil obter dados quantitativos sobre o acesso às colecções europeias das bibliotecas públicas inglesas, cf. MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme; PARKER, Susan – “The provision of European information by public libraries in the UK: results...”. *Op. cit.* p. 16.

¹⁴⁸⁶ Deveremos notar que o valor total de 58.573 utilizadores foi dividido pelos 25 CDE dos quais obtivemos números perceptíveis.

¹⁴⁸⁷ ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 24.

disparidade de resultados deveremos tomar com algum cuidado o estabelecimento de médias de utilização dos CDE, pois elas englobam realidades muito distintas.

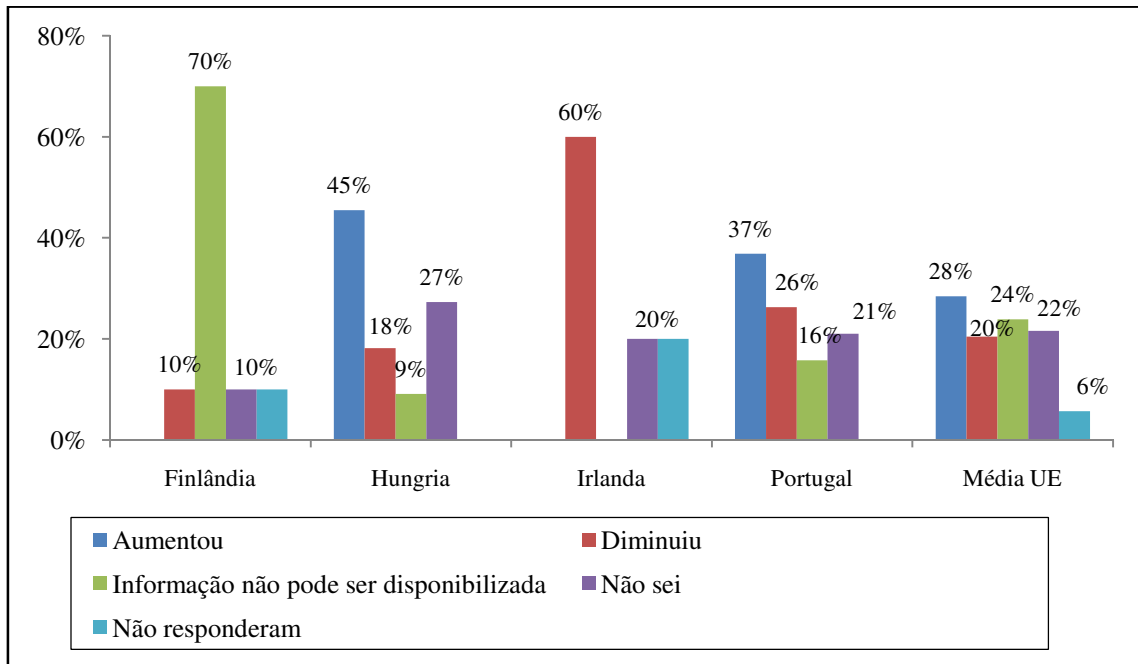


Gráfico XI-24: *Evolução do número de utilizadores do CDE nos últimos 24 meses (Q1A-41; Q1B-37)*

Além de ter sido solicitado o número de utilizadores recebidos em 2006, procurámos igualmente averiguar a evolução da quantidade dos utilizadores ao longo do tempo, em especial nos últimos vinte e quatro meses [Gráfico XI-24]. Desta forma, poderíamos obter informação sobre a tendência de utilização dos CDE mas também colher um dado de carácter mais geral, no caso dos CDE que optaram por não indicar o número exacto de utilizadores no ano de 2006. No entanto, esta última hipótese não foi plenamente comprovada, sobretudo no caso da Finlândia em que apenas um CDE indicou que a frequência tinha diminuído. No entanto, na média da UE verificamos que em pouco mais de um quarto dos CDE a frequência aumentou mas, paralelamente, 20% afirma que a utilização do CDE diminui.

Mas neste gráfico, o aspecto mais saliente é o facto de 60% dos CDE Irlandeses afirmarem que a frequência diminui, o que não poderemos deixar de relacionar com o voto irlandês no referendo para a ratificação do Tratado de Lisboa, onde prevaleceu a vitória do não, com 53,4% dos votos, no dia 13 de Junho de 2008. Importa ainda referir que durante a nossa visita aos CDE irlandeses todos disseram que não iriam intervir na campanha do referendo, recusando-se a organizar, por exemplo, sessões de esclarecimento sobre o novo Tratado, pois isso poderia ser conotado com propaganda a favor de uma das partes, o que estava de fora das suas atribuições.

No caso de Portugal, se perto de 40% dos CDE considerava ter recebido mais público nos últimos 24 meses também não poderemos deixar de notar que 26% afirmava o contrário.¹⁴⁸⁸

Assim, poderemos notar que a evolução da frequência dos CDE parece estar dependente, em parte, dos contextos locais de cada CDE, como a afluência de novos estudantes aos cursos relacionados com matérias europeias na entidade de ensino superior hospedeira do CDE, ainda que obviamente o interesse geral da sociedade no seu todo pela temática europeia, bem como a visão mais positiva ou negativa acerca do processo de integração também seja determinante. Obviamente, outro dos factores incontornáveis para compreender a diminuição da afluência de utilizadores aos CDE prende-se, com a cada vez maior quantidade de informação sobre a UE disponível no portal EUROPA. Assim, como foi referido acima, os interessados nas matérias europeias já não necessitam de se deslocar fisicamente ao espaço do CDE para aceder à informação mais recente sobre a UE, mas, na verdade, esta nova realidade representa o contexto de trabalho de todas as bibliotecas, não se restringindo, obviamente, ao mundo dos CDE.

XI.5.2. Tipologias de utilizadores

Além destes aspectos quantitativos, importa igualmente identificar as tipologias dos utilizadores dos CDE, pois, como notou Ian Thomson, «It is so important to be aware of your users and their needs for EU information, and to fashion a European information service to their needs. That will differ, in detail, from centre to centre».¹⁴⁸⁹ Por isso, iremos, agora, abordar as categorias de utilizadores dos CDE apontadas pelos seus responsáveis e comparar estes dados com a origem dos utilizadores que responderam ao nosso inquérito.

Naturalmente, estes dados reportam-se a um período de tempo específico e transmitem uma imagem da realidade da nossa amostra. Não devem, por isso, ser

¹⁴⁸⁸ Para uma comparação um pouco longínqua no tempo, abrangendo o quadriénio 1988-1991, podemos verificar que o número de utilizadores do CDE de Coimbra aumentou substancialmente, passando de 84 utilizadores, em 1988, para 603, em 1991. Assim, para Portugal, durante as nossas visitas aos CDE alguns responsáveis consideraram que esta foi a “época de ouro” em termos de frequência dos CDE, prolongando-se até meados da década de noventa. No caso específico de Coimbra, este crescimento é explicado graças a um melhor conhecimento do serviço, a novos currículos no ensino e à necessidade de informação europeia que o aprofundamento da adesão portuguesa às Comunidades Europeias motivava. Sobre isto ver MIRANDA, Maria da Saudade – “Actividades do Centro de Documentação Europeia”. *Op. cit.* Ano XVI, XVII, XVIII (1990, 1991, 1992), p. 833-835.

¹⁴⁸⁹ WEBB, Catherine – “An interview with Ian Thomson: EIA President and Editor of European Access”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 4 (1998), p. 7.

interpretados como uma ilustração geral do universo global dos CDE, apenas podem ser tidos como indicadores.

Até porque, como outros autores já realçaram, tem havido, ao longo dos anos, uma evolução das categorias de utilizadores de informação europeia e das suas necessidades de informação, com um nítido alargamento do público interessado em matérias relacionadas com este âmbito.¹⁴⁹⁰ Stephen Hewett situa o alargamento da origem dos utilizadores ao exterior do mundo académico no final dos anos oitenta e início de noventa, motivado sobretudo pela criação do mercado único em 1993, que produziu um aumento da procura de informação de índole europeia por parte do público em geral e de certos sectores económicos e financeiros.¹⁴⁹¹ Como foi constatado num estudo conduzido, em 1997, sobre os CDE ingleses e franceses, estes últimos eram mais pequenos e disponibilizavam condições de acesso aos seus utilizadores mais restritivas que as verificadas do outro lado do canal da Mancha.¹⁴⁹²

	<i>Finlândia</i>	<i>Hungria</i>	<i>Irlanda</i>	<i>Portugal</i>	<i>Média UE</i>
Docentes instituição hospedeira CDE	78%	73%	80%	89%	80%
Docentes outras entidades de ensino superior	22%	18%	80%	53%	45%
Alunos licenciatura instituição hospedeira CDE	78%	73%	80%	95%	78%
Alunos licenciatura de outras entidades de ensino superior	56%	36%	40%	79%	55%
Alunos mestrado instituição hospedeira CDE	78%	64%	80%	68%	75%
Alunos mestrado outras entidades de ensino superior	44%	18%	60%	58%	48%
Investigadores	100%	64%	60%	74%	80%
Alunos ensino básico	0%	18%	0%	21%	14%
Alunos ensino secundário	0%	0%	0%	47%	22%
Serviços públicos	33%	18%	20%	42%	37%
Entidades privadas	33%	27%	20%	53%	43%

Tabela XI-11: *Origem dos utilizadores dos CDE, segundo os responsáveis dos CDE (Q1A-42; Q1B-38)*

Com base nos resultados dos inquéritos aos responsáveis dos CDE [Tabela XI-11], verificamos que o público dos CDE é essencialmente de origem universitária, incluindo professores, alunos e investigadores. A percentagem mais elevada regista-se

¹⁴⁹⁰ COOPER, Mike – “‘Black Art’ no more: reflections on planning and delivering EU information training”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 11-12 (2000), p. 20-22. Para um exemplo das tipologias de utilizadores de um CDE do Reino Unido, no início da década de noventa, ver RAMÍREZ GARCÍA, Noemí – *Op. cit.* p. 45-46; para um caso português ver MIRANDA, Maria da Saudade – “Actividades do Centro de Documentação Europeia”. *Revista de Direito e Economia*. ISSN 0870-8835. Ano XIV (1989), p. 427 e MIRANDA, Maria da Saudade – “Actividades do Centro de Documentação Europeia”. *Op. cit.* Ano XVI, XVII, XVIII (1990, 1991, 1992), p. 836-839.

¹⁴⁹¹ HEWETT, Stephen – “European Documentation centres”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 20, n.º 3 (1989), p. 88.

¹⁴⁹² MARCELLA, Rita; [et al.] – “The pattern of provision of European information...”. *Op. cit.* p. 245.

com os docentes da entidade hospedeira já que na média da UE atinge os 80% e o valor mais baixo regista-se na Hungria com 73%. Também os alunos de licenciatura e mestrado da instituição onde o CDE está localizado representam um contingente importante de utilizadores dos CDE, com percentagens nunca abaixo dos 64%. Os investigadores constituem, igualmente, um grupo significativo de utilizadores, sobretudo no caso da Finlândia, onde todos os CDE afirmam ser frequentados por esta categoria.

No entanto, também, encontramos utilizadores oriundos do exterior da academia, ainda que em alguns casos tal não seja possível devido à política geral da biblioteca hospedeira que aceita apenas alunos matriculados ou docentes da sua universidade.

Dentro deste público exterior à academia, alguns CDE dizem acolher alunos do ensino básico e secundário. Mas na média europeia este contingente não é muito significativo, representando 14% nos alunos do ensino básico e 22% nos alunos do ensino secundário. Aqui, deveremos realçar o caso português, onde as percentagens apresentadas para estes grupos são sempre superiores à média europeia, com 21% para os alunos do ensino básico e 47% para os alunos do ensino secundário. De resto, temos igualmente de sublinhar que na Finlândia e na Irlanda, os CDE declaram não receber alunos de fora da Universidade. A este propósito importa salientar que, nas bibliotecas municipais finlandesas, existem pontos de informação europeia, o que explica o facto de os alunos do ensino pré-universitário serem canalizados para lá quando pesquisam a temática europeia. Só os CDE da Hungria indicam acolher 18% de alunos do ensino básico mas também neste país algumas bibliotecas públicas dispõem de pontos de informação europeia.

Quanto às entidades privadas, verificamos que as percentagens de uso dos CDE são medianas (Finlândia 33%, Hungria 27% e Irlanda 20%), excepto no caso de Portugal que com 53% ultrapassa mesmo a média europeia de 43%.¹⁴⁹³ No que respeita aos serviços públicos, as percentagens de utilização dos CDE são bastante semelhantes ou mesmo iguais às apresentadas pelas entidades privadas, excepto nos casos da Hungria e de Portugal em que os segundos predominam em relação aos primeiros. Também na média da UE, as entidades privadas usam mais os CDE que os serviços públicos, mas numa percentagem pouco superior de 6%.

¹⁴⁹³ Sobre um exemplo de uso por parte de entidades privadas dos CDE, nomeadamente os meios empresariais, ver o estudo de HOPKINS, Michael; BINGHAM, George – *Op. cit.* p. 79-81.

Todos estes elementos representam a imagem que os responsáveis dos CDE têm acerca dos utilizadores da entidade que dirigem. Mas como já referimos, na nossa pesquisa, procurámos, igualmente, recolher dados de identificação dos próprios utilizadores dos CDE ou de um universo de potenciais utilizadores.

	<i>Finlândia</i>	<i>Hungria</i>	<i>Irlanda</i>	<i>Portugal</i>	<i>Média UE</i>
Docentes instituição hospedeira CDE	13%	18%	20%	9%	12%
Docentes outras entidades de ensino superior	6%	4%	7%	2%	3%
Alunos licenciatura instituição hospedeira CDE	6%	7%	0%	19%	13%
Alunos licenciatura de outras entidades de ensino superior	6%	25%	0%	17%	13%
Alunos mestrado instituição hospedeira CDE	13%	7%	47%	9%	13%
Alunos mestrado outras entidades de ensino superior	6%	7%	0%	2%	7%
Investigadores	31%	14%	7%	11%	12%
Alunos ensino básico	0%	0%	0%	0%	0%
Alunos ensino secundário	0%	0%	0%	0%	1%
Serviços públicos	13%	7%	7%	22%	12%
Entidades privadas	0%	4%	0%	5%	3%
Outra	6%	0%	0%	3%	2%
Não responderam	0%	7%	13%	2%	8%

Tabela XI-12: *Origem dos utilizadores dos CDE (Q2-5)*

Assim, se cotejarmos os elementos fornecidos pelos responsáveis dos CDE com os inquéritos que recebemos dos utilizadores dos CDE [Tabela XI-12], encontramos algumas comparações interessantes.

De facto, no caso da Finlândia, verifica-se que o maior número de utilizadores que respondeu ao nosso inquérito se insere na categoria dos investigadores (31%). Assim, há coerência com a resposta fornecida pelos responsáveis dos CDE finlandeses, em que todos afirmavam ter utilizadores investigadores. Neste país, os docentes e os alunos de mestrado da instituição hospedeira do CDE ocupam o segundo lugar dos utilizadores que mais responderam ao questionário, *ex aequo*, com 13%. Também, na visão dos responsáveis dos CDE finlandeses, estas duas categorias ocupam o segundo lugar em termos de frequência do CDE com uma percentagem igual de 78%. Mas, por exemplo, no caso dos serviços públicos e das entidades privadas, apontadas como sendo frequentadoras dos CDE por 33% dos seus responsáveis, no nosso inquérito não obtivemos nenhuma resposta das segundas, ainda que os primeiros constituam 13% dos utilizadores finlandeses, dos quais obtivemos a participação.

No que respeita à Hungria, curiosamente, na nossa amostra de utilizadores o contingente mais representado são os alunos de licenciatura de outras entidades de

ensino superior, com 25%, apesar de apenas 36% dos responsáveis dos CDE considerar esta categoria entre os seus utilizadores. Os docentes da instituição hospedeira do CDE foram o segundo grupo de utilizadores húngaros que mais respondeu ao nosso inquérito, com 18%, seguindo-se os investigadores com 14%. Na opinião dos responsáveis do CDE, estas duas categorias constituem o primeiro e o segundo grupo de utilizadores mais assíduos, com 74% para os docentes da instituição hospedeira e 64% para os investigadores.

Na Irlanda, a maior percentagem de utilizadores a responderem ao nosso inquérito foram alunos de mestrado da instituição hospedeira (47%). Esta situação explica-se pelo facto da responsável por um CDE ter optado por distribuir os inquéritos aos alunos durante uma aula de um curso de mestrado. De facto, tendo em conta que o CDE está integrado numa biblioteca de grandes dimensões em que todos os materiais estão em livre acesso, tornava-se difícil entregar os questionários aos utilizadores específicos do CDE. De qualquer forma, este contingente, na opinião dos responsáveis dos CDE irlandeses, representa 80% dos utilizadores em igual percentagem com mais 3 categorias. Deveremos ainda referir que 20% dos utilizadores inquiridos são docentes da instituição hospedeira do CDE e que 13% optou por não responder.

Relativamente a Portugal, o aspecto mais marcante diz respeito ao facto de 47% dos responsáveis dos CDE considerarem que entre os seus utilizadores estavam alunos do ensino secundário, mas a nossa amostra não inclui nenhum representante desta categoria, nem aliás de alunos do ensino básico. Por outro lado, não deixa de ser significativo que os representantes de serviços públicos sejam os que percentualmente mais responderam ao nosso inquérito, com 22%, apesar de constituírem apenas 42% dos utilizadores dos CDE, de acordo com os seus responsáveis. Já os alunos de licenciatura da instituição hospedeira do CDE constituem 19% dos utilizadores que responderam ao nosso inquérito, situando-se, por isso, em segundo lugar. No entanto, são indicados por 95% responsáveis dos CDE como utilizadores ocupando, por isso, a primeira posição.

Já na média da UE, a percentagem das respostas ao inquérito aos utilizadores encontra-se dividida de forma quase equitativa por seis categorias, com valores entre os 12% e os 13%, a saber: docentes, alunos de licenciatura e de mestrado da instituição hospedeira do CDE, alunos de licenciatura de outras entidades do ensino superior, investigadores e serviços públicos. As duas diferenças mais significativas dizem respeito aos docentes de outras entidades de ensino superior e às entidades privadas que representaram cada uma 3% dos que responderam ao inquérito aos utilizadores dos

CDE mas equivalem, respectivamente, a 45% e a 43% dos utilizadores segundo os responsáveis.

Assim, podemos considerar que a maioria dos inquiridos se dirige ao CDE a título particular mesmo se, na média europeia e na opinião dos responsáveis dos CDE, os utilizadores dos serviços públicos e das entidades privadas apresentam percentagens significativas. Neste sentido, os CDE parecem distinguir-se dos Gabinetes do Parlamento nos Estados-Membros. Com efeito, em 1996, os frequentadores do Gabinete de Madrid eram maioritariamente oriundos de organismos públicos, associações e empresas.¹⁴⁹⁴

Atendendo aos resultados dos inquéritos que distribuámos e às visitas realizadas aos CDE, concordamos com uma das recomendações do relatório de avaliação, conduzido entre Dezembro de 2006 e Outubro de 2007, quando afirma:

The target group of EDCs should be clarified and include only users with “indepth information demand”. Primary users would therefore be researchers and students at the host structure, secondary EDC users would be specific subgroups of the general public with in-depth information needs, such as teachers at schools teaching European issue, lawyers etc. Other parts of the general public should be served through Europe Direct information relays and other EU networks.¹⁴⁹⁵

Contudo, esta focalização dos CDE no público académico com necessidades de informação europeia específicas constitui uma realidade desde a sua criação. Além disso, a abertura a outros públicos foi durante algum tempo uma orientação de Bruxelas na qual muitos CDE não se reviam, em virtude das tradições das suas entidades hospedeiras, das condições de acesso ao seu espaço físico ou por motivos de ordem cultural.

¹⁴⁹⁴ RODRÍGUEZ BOUYSSI, Juan – “Oficina del Parlamento Europeo en España «Radiografía» del Servicio de Documentación”. *Métodos de información*. ISSN 1134-2838. Vol 3, n.º 11-12 (1996), p. 61-62.

¹⁴⁹⁵ ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 5, ver também p. 17-19 e p. 37.

XI.5.3. *Habilitações e actividades*

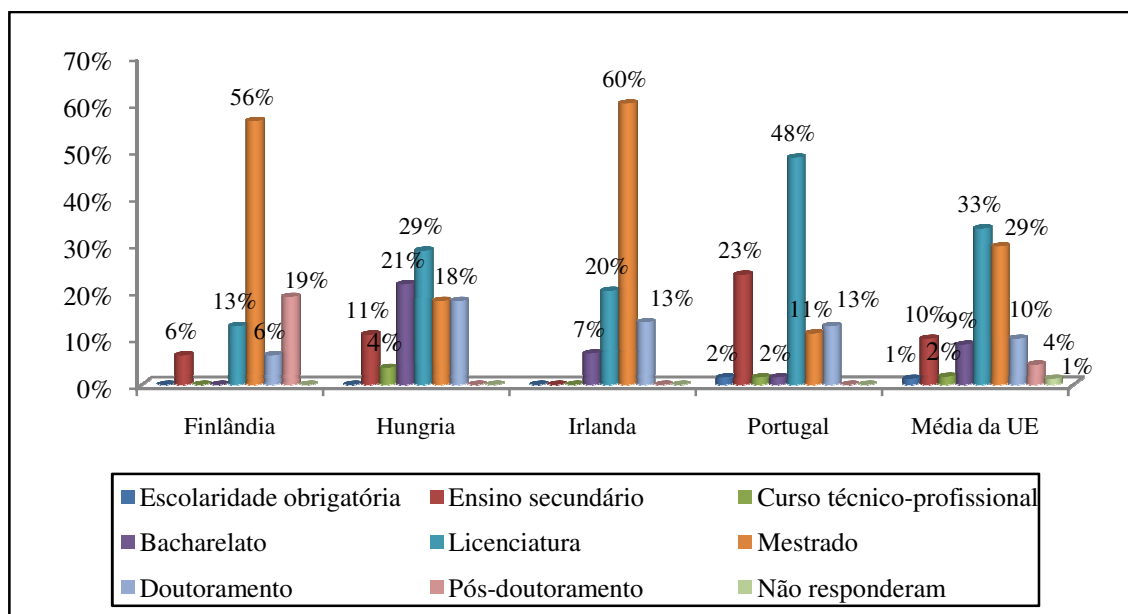


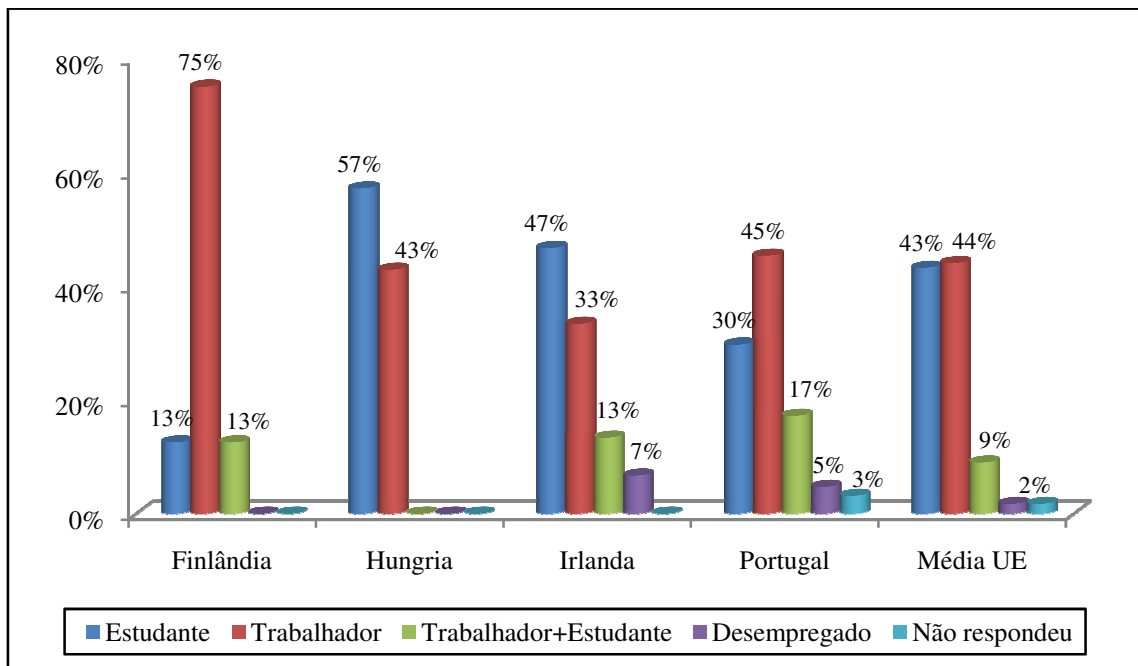
Gráfico XI-25: *Habilitações escolares/académicas concluídas dos utilizadores dos CDE (Q2-4)*

Tendo em conta, o facto de os CDE se dirigirem essencialmente a um público universitário, em graduação e pós-graduação, seria expectável ter uma componente significativa de utilizadores com ensino secundário concluído ou com a licenciatura. No entanto, como podemos verificar [Gráfico XI-25], os utilizadores com o ensino secundário concluído constituem uma minoria em todos os países analisados monograficamente, excepto em Portugal, onde a percentagem atinge quase um quarto. Já na média da UE, esta categoria atinge 10%. No caso português, a percentagem de utilizadores que declaram ter concluído a licenciatura atinge os 48%, mas 36% afirmaram ser alunos de licenciatura da entidade hospedeira ou de fora. Já na Hungria, onde 32% dos utilizadores afirmaram também ser alunos de licenciatura, apenas 11% declara ter o ensino secundário concluído. No caso da Irlanda, onde a maior percentagem dos utilizadores inquiridos se insere na categoria de alunos de mestrado, não faz sentido a maioria (60%) afirmar ter concluído o mestrado. Assim, nesta questão do inquérito aos utilizadores dos CDE parece ter havido alguma confusão na interpretação dos dados solicitados, pois o que se pedia era a indicação das habilitações concluídas e não o grau de ensino frequentado, até porque esta informação só se aplicava aos que se declaravam estudantes na pergunta anterior, onde se requeria que fosse identificado o grau de ensino frequentado.

<i>Habilitações concluídas</i>	<i>Direito</i>	<i>Estudos Europeus</i>	<i>História</i>	<i>Média geral</i>
12º Ano	76%	100%	88%	83%
Licenciatura	2%	0%	8%	4%
Mestrado	2%	0%	0%	1%
Não responderam	20%	0%	4%	12%

Tabela XI-13: *Habilitações concluídas dos estudantes de matérias europeias (Q3-4)*

No que respeita aos alunos de matérias europeias inquiridos, tendo em conta que são alunos de licenciatura, a esmagadora maioria afirmou, como seria de esperar, ter concluído o 12º ano. Portanto, trata-se de alunos que estão a viver a experiência do ensino superior pela primeira vez. Assim, apenas 2% dos alunos de Direito indicaram possuir já uma licenciatura, o mesmo acontecendo com 8% dos alunos de História. Deveremos, igualmente, realçar o facto de 20% dos alunos de Direito ter optado por não responder a esta pergunta, contrastando com a opção dos alunos de Estudos Europeus, pois todos forneceram os dados pedidos. Já em História, 8% também não respondeu.

Gráfico XI-26: *Actividades dos utilizadores dos CDE (Q2-3)*

Quanto à actividade dos utilizadores dos CDE que responderam ao nosso inquérito podemos constatar [Gráfico XI-26] que, na média da UE, a percentagem de estudantes e trabalhadores é muito equivalente, com 43% e 44%, respectivamente. Já os trabalhadores-estudantes representam um número muito inferior, com 9%, enquanto os desempregados e os que não responderam têm percentuais residuais de 2% cada. Na Finlândia, a situação é diferente, pois os trabalhadores constituíram 75% dos utilizadores dos CDE, muito à frente dos estudantes e dos trabalhadores-estudantes, com 13% cada. Pelo contrário, na Hungria predominaram os estudantes (57%) sobre os

trabalhadores (43%). Já na Irlanda e em Portugal, as percentagens estão mais divididas pelos diferentes grupos, predominando no primeiro caso os estudantes (47%) e no segundo os trabalhadores (45%), mas havendo igualmente alguns trabalhadores-estudantes (13% na Irlanda e 17% em Portugal), desempregados (7% na Irlanda e 5% em Portugal).

<i>Actividade</i>	<i>Direito</i>	<i>Estudos Europeus</i>	<i>História</i>	<i>Média geral</i>
Desempregado	2%	0%	4%	2%
Estudante	93%	93%	71%	87%
Reformado	0%	0%	8%	2%
Trabalhador	4%	7%	17%	8%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Tabela XI-14: *Distribuição das actividades dos estudantes de matérias europeias (Q3-3)*

Quanto à actividade dos estudantes de matérias europeias inquiridos, como também era esperado, na média geral (87%) sobressai, com grande vantagem, os que são apenas estudantes. Todavia, devemos registar que em História esta percentagem é bastante inferior (71%), havendo uma maior diversidade, pois temos desempregados (4%), reformados (8%) e trabalhadores (17%). Em Direito, esta diversidade é muito menos significativa tal como em Estudos Europeus.

XI.5.4. Idade e sexo

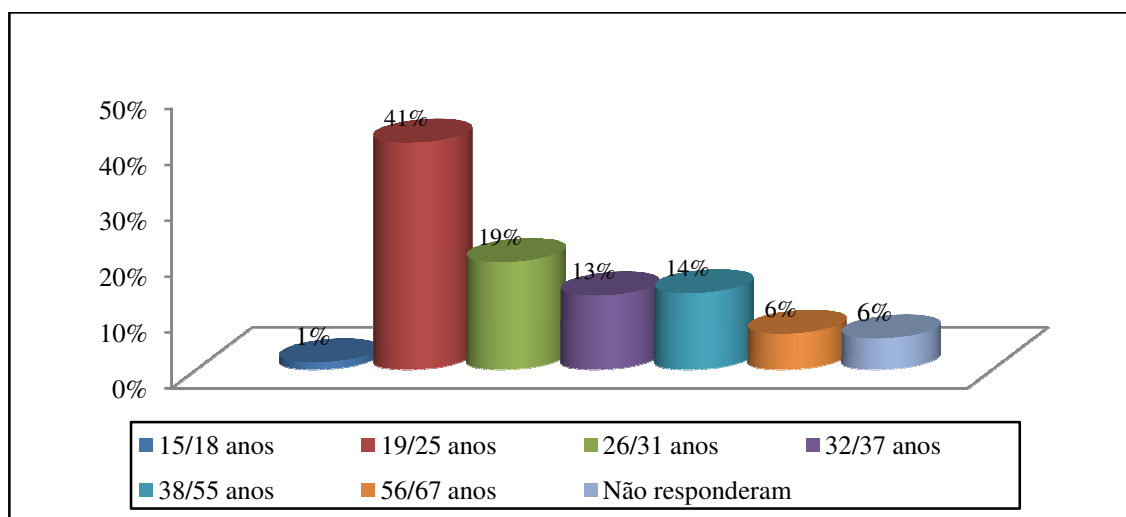


Gráfico XI-27: *Distribuição dos utilizadores dos CDE segundo a faixa etária na média da UE (Q2-2)*

No que diz respeito à faixa etária dos utilizadores dos CDE, podemos verificar que na média europeia [Gráfico XI-27], a maior percentagem de utilizadores dos CDE que responderam ao inquérito tem entre 19 e 25 anos, o que coincide, aliás, com o facto dos alunos de licenciatura e mestrado constituírem os mais importantes contingentes de frequentadores dos CDE. Mas a soma dos elementos das faixas etárias mais avançadas,

32/37 anos (13%) e 38/55 anos (14%), também representa mais de um quarto dos utilizadores devendo incluir os docentes e os investigadores universitários. Já na faixa dos 26/31 anos poderemos abranger estudantes de mestrado e de doutoramento.¹⁴⁹⁶

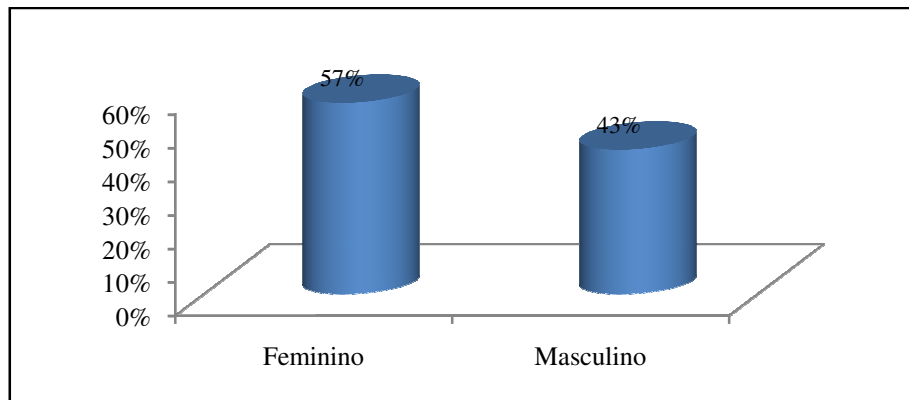


Gráfico XI-28: *Distribuição dos utilizadores dos CDE segundo o sexo na média da UE (Q2-1)*

Como podemos verificar [Gráfico XI-28], as utilizadoras representam a maioria das pessoas que frequentam os CDE, com uma vantagem de 14% em relação aos utilizadores masculinos. Esta situação traduz o progressivo predomínio das mulheres no ensino superior, o principal contexto de recrutamento de quem frequenta os CDE.

No entanto, em 1997, no inquérito liderado por Rita Marcella à rede de bibliotecas públicas inglesas com pontos de informação europeia, na faixa etária entre os 20 e os 45 anos, predominavam os elementos masculinos.¹⁴⁹⁷

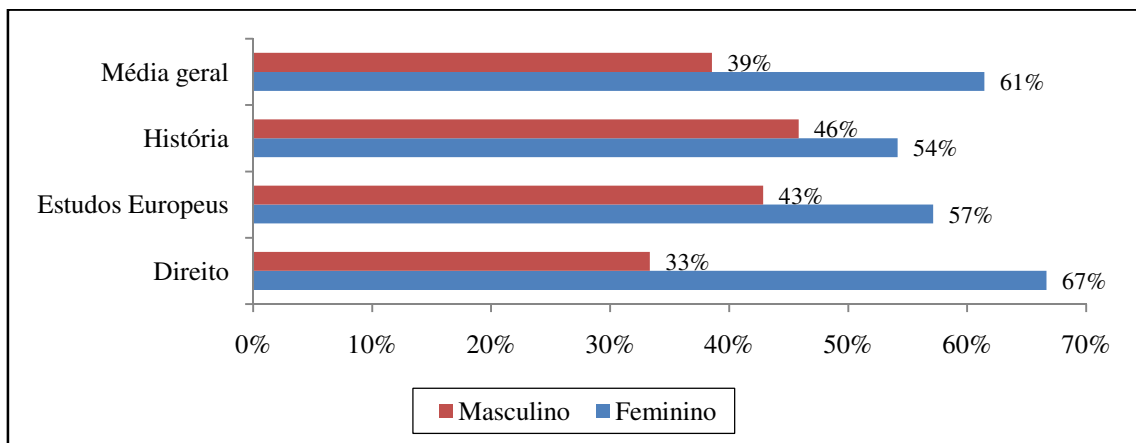


Gráfico XI-29: *Distribuição dos estudantes de matérias europeias segundo o sexo (Q3-1)*

¹⁴⁹⁶ Sobre a influência da diferença das faixas etárias na procura de informação europeia no âmbito das bibliotecas municipais inglesas, ver MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme – “European Union information...”. *Op. cit.* p. 71.

¹⁴⁹⁷ MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme; PARKER, Susan – “The provision of European information by public libraries in the UK: results...”. *Op. cit.* p. 10. Esta autora conduziu também uma investigação sobre as diferenças de género no acesso à informação europeia, analisando, em específico, a perspectiva feminina; sobre isto ver MARCELLA, Rita – “Keeping women informed about the European Union”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1997), p. 22-25 e MARCELLA, Rita – “The need for European Union information amongst women in the United Kingdom: results of a survey”. *Journal of documentation*. ISSN 0022-0418. Vol. 57, n.º 4 (2001), p. 492-518.

No contingente dos estudantes de matérias europeias, na média geral, as alunas também superam claramente o contingente masculino com 22% de avanço. Todavia, deveremos distinguir que esta média abrange valores bastante díspares. De facto, se em Direito, as alunas superam o número de alunos em 34% já no curso de História essa vantagem reduz-se para 8%.

Portanto, também no grupo dos utilizadores potenciais, os elementos femininos são em maior número que os masculinos, tal como no conjunto da nossa amostra de utilizadores efectivos.

XI.6. Conhecimento dos utilizadores dos CDE por parte dos responsáveis

A recolha de dados sobre os seus utilizadores deve constituir para os CDE um importante instrumento de gestão interna. De facto, só com base neste conhecimento será possível modelar serviços vocacionados para a satisfação do público, inserindo-se, desta maneira, na tendência actual de orientação ao utilizador, lema não só de serviços comerciais mas também de instituições públicas.

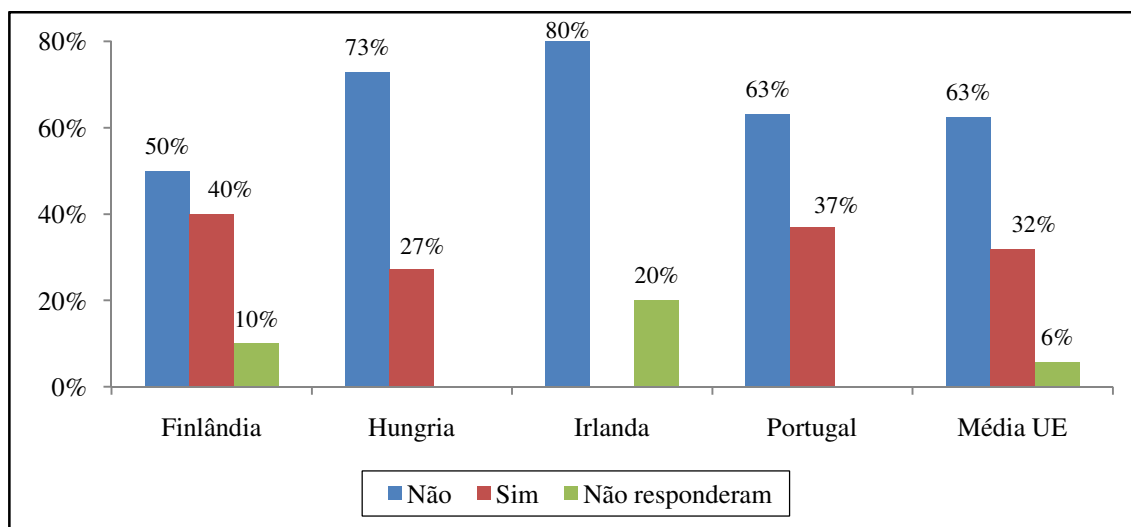


Gráfico XI-30: *Realização inquéritos aos utilizadores dos CDE (Q1A-43; Q1B-39)*

No que respeita à realização de inquéritos aos utilizadores, como podemos constatar [Gráfico XI-30], a maior parte dos CDE não utiliza este instrumento para obter informações acerca daqueles que usam o seu espaço para obter informação. Assim, na média europeia, pouco mais de 30% procura conhecer os seus utilizadores através de inquéritos pelo que os restantes ou não fazem inquéritos ou não responderam a esta pergunta. A Finlândia é o país onde mais CDE (40%) declara aplicar inquéritos aos seus utilizadores, seguindo-se Portugal com 37%. Na Hungria, pouco mais de um quarto procura conhecer os seus utilizadores, enquanto na Irlanda nenhum CDE

declarou usar inquéritos. Poderemos, aqui, recordar que, em 1993, nos CDE que Emma Wenban-Smith analisou apenas 13,5% faziam inquéritos aos seus utilizadores, pelo que parece que a situação não mudou significativamente.¹⁴⁹⁸

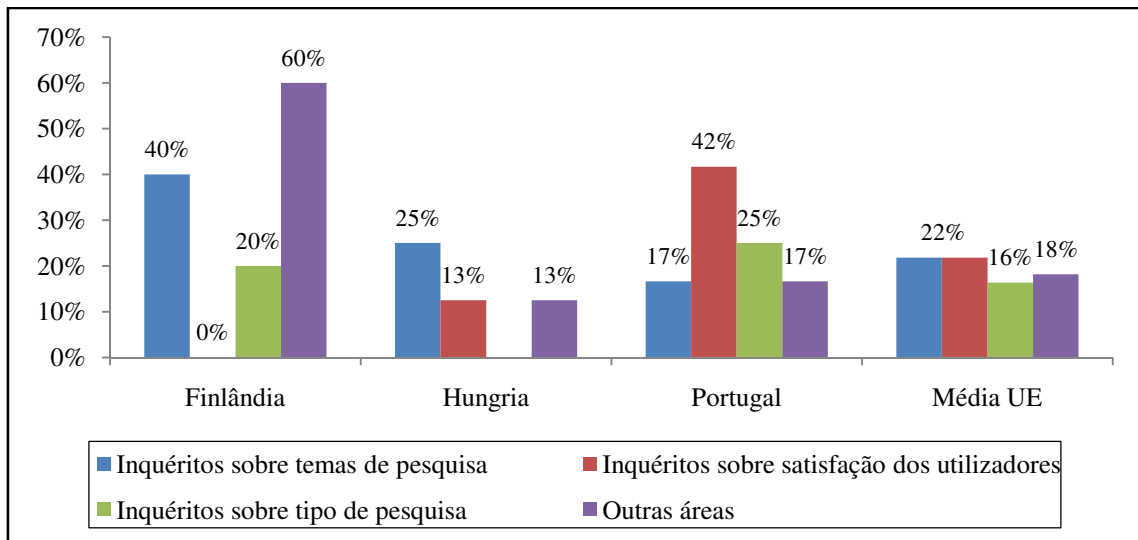


Gráfico XI-31: *Temas dos inquéritos realizados aos utilizadores dos CDE (Q1A-43; Q1B-39)*

Nos CDE que distribuem inquéritos aos seus utilizadores, procurámos saber que tipo de informação era recolhida através deste procedimento [Gráfico XI-31]. As opções de resposta disponíveis eram quatro: sobre os temas de pesquisa, sobre o grau de satisfação e sobre os tipos de pesquisa realizadas pelos utilizadores. Havia, ainda, a possibilidade de escolha da opção “outras” que obrigava a especificar o tipo de pergunta formulada.

Com base nos dados recolhidos, podemos constatar que, na média da UE, as percentagens pelas várias opções estão distribuídas de forma muito equitativa, não havendo mais de 6% de diferença entre cada uma. Naturalmente, como os CDE irlandeses declaram não aplicar inquéritos aos seus utilizadores, não obtivemos dados para análise sobre os temas dos inquéritos. Por outro lado, a soma das percentagens apresentadas pode não perfazer os 100%, porque alguns dos CDE que declararam fazer inquéritos aos seus utilizadores não indicaram o tipo de pesquisa realizada. Por outro lado, em alguns casos, a soma das percentagens totaliza mais de 100%, porque os responsáveis dos CDE podiam escolher várias opções simultaneamente. De qualquer forma, a recolha de informação sobre os temas de pesquisa e o grau de satisfação dos utilizadores ocupam ambas o primeiro lugar com 22%.

¹⁴⁹⁸ Emma Wenban-Smith – *Op. cit.* p. 54.

Já no caso da Finlândia, a escolha maioritária incidiu sobre outras áreas (60%), mas as respostas fornecidas não foram esclarecedoras. De facto, não indicavam realmente outras áreas, especificando, antes, que faziam inquéritos no balcão de referência ou que os inquéritos eram gerais aos utilizadores de toda a biblioteca e não em específico aos do CDE. Para os CDE húngaros, a preocupação incide sobretudo na identificação dos temas de pesquisa (25%), enquanto no caso português predomina o inquérito ao grau de satisfação dos utilizadores (42%). No entanto, para Portugal, somando as percentagens obtidas na opção inquéritos sobre temas de pesquisa (17%) e na opção inquérito sobre o tipo de pesquisa (25%), obtém-se 42%, o que demonstra também a tendência para o conhecimento de aspectos relativos ao comportamento informacional dos utilizadores. Aliás, também na média europeia, somando estas duas opções, obtém-se uma percentagem de 38%.

Podemos considerar que a preocupação com o grau de satisfação dos utilizadores está orientada para aspectos de imagem e marketing do CDE e não para um conhecimento efectivo do tipo de informação mais adequado aos utilizadores ou dos seus problemas de acesso e utilização da informação. Isto não significa, porém, que sejam abordagens contraditórias até porque os inquéritos sobre os temas ou tipos de pesquisas poderão servir para melhorar o serviço e, assim, aumentar o grau de satisfação dos utilizadores.

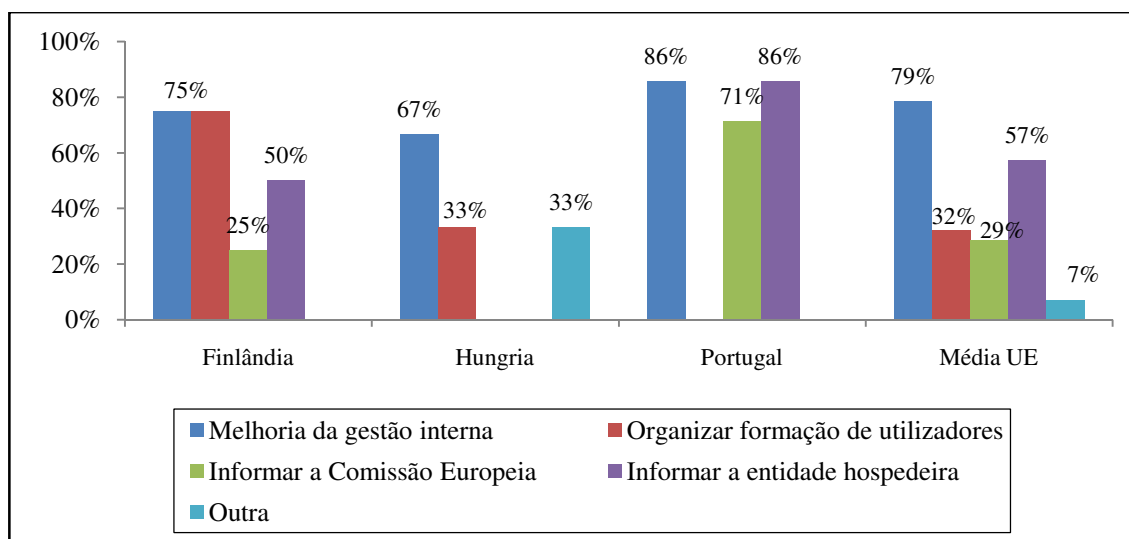


Gráfico XI-32: *Aplicação dos elementos recolhidos nos inquéritos aos utilizadores (Q1A-44; Q1B-40)*

Mas não basta saber se os CDE procuram obter dados sobre os seus utilizadores, importa, também, averiguar o uso que é dado a essa informação. Assim, pedimos aos responsáveis dos CDE que indicassem como aplicavam os elementos recolhidos, dando-lhes cinco opções de resposta, a saber: melhoria da gestão interna, organizar formação

de utilizadores, informar a Comissão Europeia, informar a entidade hospedeira, além da opção “outra” que permitia especificar tipos de utilização não elencados na lista [Gráfico XI-32].

Assim, na média europeia (79%), tal como nos países que estudámos monograficamente (Finlândia: 75%, Hungria: 67% e Portugal: 86%), os dados recolhidos são em primeiro lugar usados para a melhoria da gestão interna o que, na verdade, constitui uma indicação bastante vaga. Todavia, poderemos considerar que estes elementos serão utilizados tanto em termos de organização dos serviços, no tratamento da informação ou da publicitação de novos produtos. Mas os elementos dos inquéritos aos utilizadores parecem servir sobretudo para o CDE prestar contas à sua instituição hospedeira e à Comissão Europeia, já que estas opções constituem a segunda (57%) e a terceira (32%) opções mais escolhidas na média europeia. Em Portugal, as percentagens são ainda mais elevadas, com 86% para informar a instituição hospedeira e 71% a Comissão Europeia. No caso da Finlândia, as percentagens destas opções são nitidamente inferiores, com 50% e 25%, respectivamente.

Portanto, de certa forma, alguns CDE usam este instrumento para fundamentar e justificar a sua existência em termos internos e externos. Neste sentido, poderemos compreender melhor que, por exemplo, no caso português o grau de satisfação dos utilizadores seja o elemento mais comum nos inquéritos. Curiosamente, na Hungria, estas opções não constituíram escolha em nenhum CDE, pois aqui a organização de formação de utilizadores (33%) e outros intuitos (33%) são as opções que justificam a realização de inquéritos aos utilizadores.

XI.7. Actividades e serviços oferecidos aos utilizadores pelos CDE

Como podemos verificar com base nos elementos recolhidos no nosso inquérito aos responsáveis dos CDE [Gráfico XI-33], estas unidades de informação disponibilizam, aos seus utilizadores, um conjunto diversificado de serviços. Assim, na média europeia os três serviços mais comuns são as fotocópias (76%), o OPAC (66%) e o empréstimo domiciliário (65%).

Já na Finlândia, o serviço mais comum é o empréstimo domiciliário, pois é praticado por todos os CDE, ao contrário do que acontece na Hungria, onde este serviço só está disponível em 36% dos CDE. Ainda na Finlândia, o empréstimo interbibliotecas e a disponibilização do OPAC estão presentes em 67% dos CDE. Na Hungria, este último serviço é o mais comum pois está acessível em 82% dos CDE inquiridos. De

notar, ainda, que neste país a elaboração de *dossiers* informativos e a difusão selectiva da informação, ocupam *ex aequo*, o lugar de terceiro serviço mais comum, com 45%, numa percentagem superior à média europeia e sobretudo muito acima da Finlândia. Assim, será de estranhar que a difusão selectiva da informação esteja disponível apenas em 11% dos CDE finlandeses, que parecem não tirarem parte das facilidades oferecidas pelas TIC neste domínio, apesar de o seu país estar numa posição privilegiada em relação à utilização destes novos recursos. Já na Irlanda nenhum CDE oferece este serviço.

No que diz respeito a Portugal, o serviço mais comum são as fotocópias (89%), seguindo-se o empréstimo domiciliário e o OPAC (79%) além do empréstimo interbibliotecas (68%). Por seu lado, a difusão selectiva da informação (53%) e a elaboração de *dossiers* informativos (37%) apresentam percentagens acima da média europeia, bem como a criação de um boletim bibliográfico (32%).

Comparando estes dados com os serviços oferecidos por três CDE de países diferentes, Áustria, Portugal e Reino Unido, em 1999, constatamos que não há grandes variações.¹⁴⁹⁹

Além da organização destes serviços disponíveis de forma permanente para os utilizadores procurámos igualmente averiguar em que medida eram realizadas actividades pontuais de dinamização nos CDE, numa postura mais virada para a comunicação. Neste intuito, o questionário distribuído aos responsáveis dos CDE incluía uma pergunta onde se solicitava para que referissem se tinham ou não realizado actividades de dinamização nos últimos 24 meses. Em caso afirmativo, pedia-se ainda que identificassem o tipo de actividades de acordo com uma lista pré-definida, incluindo a organização de seminários, palestras e conferências sobre a UE; a participação em actividades académicas sobre a UE; a edição ou a co-edição de obras sobre a UE; a organização de manifestações dirigidas ao público em geral; a organização de visitas guiadas ao CDE ou outras actividades [Gráfico XI-34].

Teremos de considerar que, em alguns CDE, estas actividades de dinamização constituem já uma rotina desde o início da década de oitenta. É o caso, por exemplo, do CDE da Universidade de Cardiff, no Reino Unido. Com efeito, este CDE participou numa campanha de sensibilização para a participação na eleição para o Parlamento

¹⁴⁹⁹ HOPKINS, Sue – “Current awareness services in three EDCs”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 6 (1999), p. 26-30.

Europeu, em 1984, e desenvolve regularmente iniciativas para as escolas, a administração local além de publicar uma revista.¹⁵⁰⁰

No entanto, para alguns responsáveis de CDE, as actividades de dinamização devem ser escolhidas e conduzidas de forma muito criteriosa, pois uma das suas maiores preocupações diz respeito à neutralidade relativamente ao projecto de integração europeia. Assim, por exemplo, em 1997, uma das preocupações dos bibliotecários da rede de bibliotecas públicas inglesas, onde existiam pontos de acesso à informação europeia, era justamente a possibilidade de perder essa sua posição de imparcialidade, pois poderiam ser conotados com instrumentos de marketing da UE, num país com fortes tendências eurocepticas.¹⁵⁰¹

A este propósito, Ian Thomson refere:

[...] as information professionals in our day to day work we are primarily concerned with the tools of the trade we use to provide an objective service of unbiased information about European Union and the wider Europe to our clients and users. Governments have a wider interest in ensuring that their citizens understand, and support, the objectives of their countries' participation in the European Union. Others have a concern that in a democratic society the greatest degree of openness is necessary in order to ensure the accountability of those taking decisions in our name.¹⁵⁰²

Deveremos, contudo, sublinhar que não nos parece possível uma posição totalmente neutra dos profissionais da informação europeia. Naturalmente, é sua obrigação fornecer a maior variedade possível de perspectivas acerca da integração europeia e as actividades de dinamização podem constituir uma boa oportunidade para isso, além da selecção de fontes de informação com origens diversas.

No nosso inquérito, na média da UE, pouco mais de um quarto dos CDE declarou não realizar actividades de dinamização, sendo que na Irlanda nenhum dos inquiridos levou a cabo este tipo de iniciativas. De resto, Portugal é o país onde os CDE são mais dinâmicos neste domínio, pois 84% declarou realizar algum tipo de iniciativa. No conjunto das iniciativas elencadas na lista das respostas, na média europeia, na Finlândia e em Portugal, a organização de visitas guiadas ao CDE foi a mais escolhida, com uma percentagem de 40%, 44% e 47%, respectivamente. Mas no caso português, a

¹⁵⁰⁰ THOMSON, Ian – “European documentation centres: their role...”. *Op. cit.* p. 114-115.

¹⁵⁰¹ MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme; PARKER, Susan – “The provision of European information by public libraries in the UK: results...”. *Op. cit.* p. 11.

¹⁵⁰² THOMSON, Ian – “Ten years of the European...”. *Op. cit.* p. 14.

organização de seminários, palestras e conferências sobre a UE apresenta a mesma percentagem de 47%. Aliás, este tipo de iniciativa foi também o mais escolhido na Hungria (55%).

Deveremos ainda realçar que a participação em actividades académicas sobre a UE não apresenta números muito significativos, sobretudo no caso da Finlândia (11%), o que poderá indiciar um fraco envolvimento entre o CDE e as iniciativas académicas relacionadas com Estudos Europeus, realizados no âmbito da instituição hospedeira. Aliás, as manifestações dirigidas ao público em geral apresentam percentagens mais elevadas ou iguais, excepto no caso da média europeia, o que significa que alguns CDE podem estar mais voltados para o exterior da academia, numa atitude de comunicação e de promoção, frequentemente incentivada, como já dissemos, pela DG COMM.¹⁵⁰³

Estas actividades de dinamização conduzidas pelos CDE dos Estados-Membros são muito semelhantes às iniciativas descritas por outros CDE.¹⁵⁰⁴ Mas poderemos constatar que também não são muito diferentes das que foram levadas a cabo por um conjunto alargado de Centros Europe Direct italianos, entre Setembro de 2006 e Maio de 2007. Com efeito, aqui predominaram as mesas redondas, as conferências e os seminários dirigidos ao público em geral.¹⁵⁰⁵ Assim, vemos que os CDE e os Centros Europe Direct apresentam dinâmicas pontualmente semelhantes para atingir o público e, nesse sentido, podem ser vistas como unidades complementares dentro da mesma rede mas também com algumas sobreposições.¹⁵⁰⁶

¹⁵⁰³ Sobre as actividades de dinamização conduzidas pelos CDE que responderam ao inquérito efectuado sob a égide de DG COMM, em 2006-2007, ver ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 20-24.

¹⁵⁰⁴ Ver, por exemplo, para o caso do CDE de Macau: LEONG, Helen – “Disseminating information on Europe: the development and role of the Macau European Documentation Centre”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 11-12 (2000), p. 10-14.

¹⁵⁰⁵ VALENTINI, Chiara – *Rapporto sulle attività Europe Direct per il coinvolgimento della società civile* [em linha]. [Acedido 25.05.2008]. Commissione Europea: Rappresentanza in Italia, 2007. Disponível na WWW: <http://www.chiara-valentini.org/RAPPORTO%20FINALE%20SOCIETA'%20CIVILE_agg..pdf>. p. 12-14.

¹⁵⁰⁶ Esta é também a posição do relatório de avaliação aos CDE, cf. ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 37.

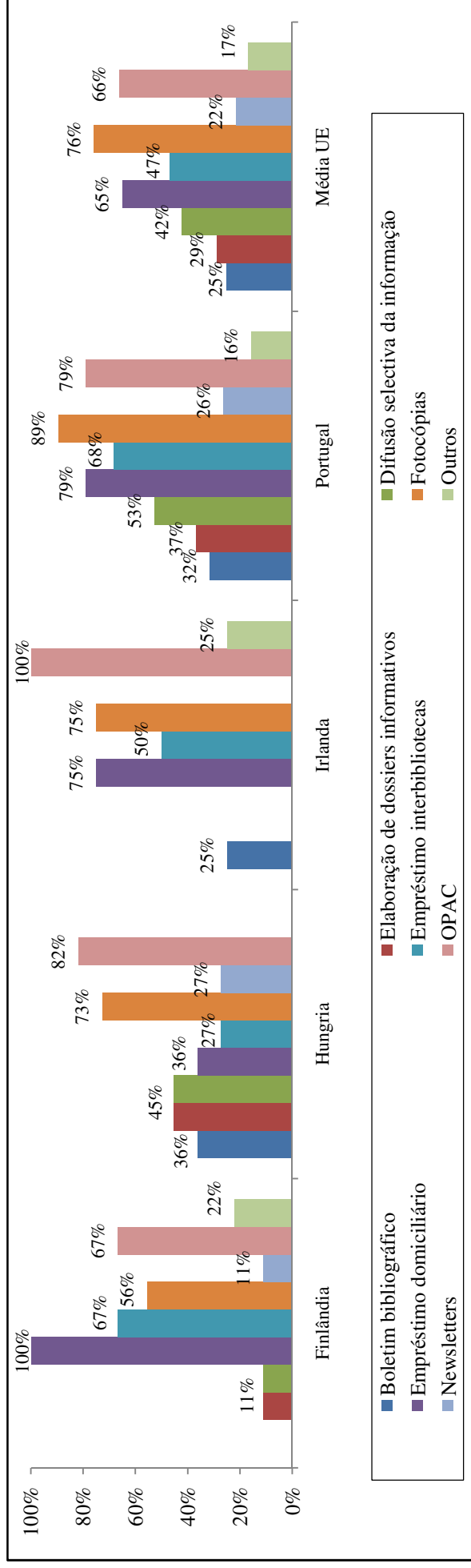


Gráfico XI-33: Serviços oferecidos pelo CDE aos utilizadores (QIA-36; QIB-32)

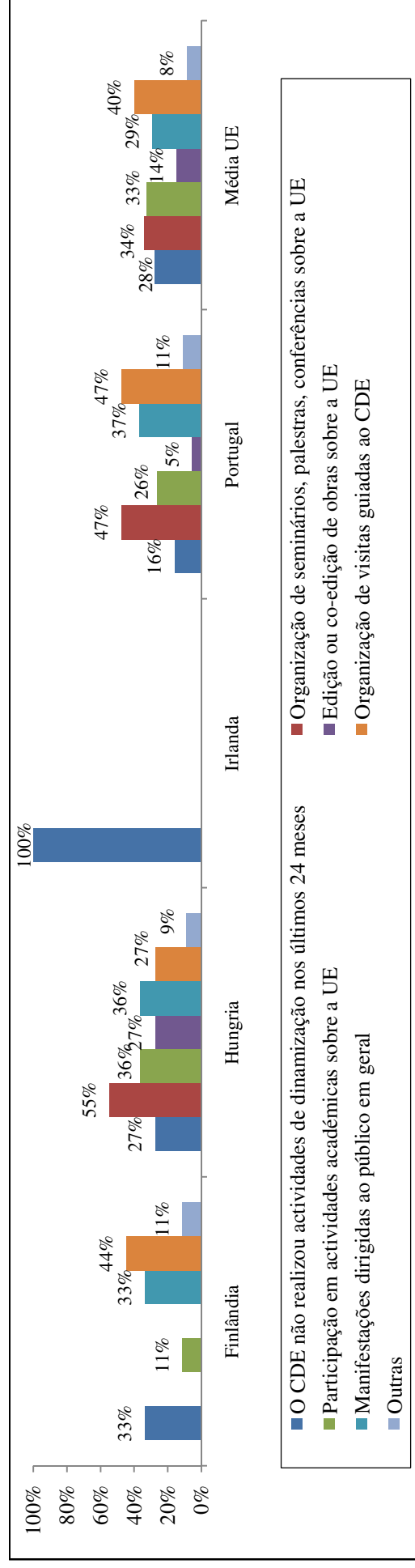


Gráfico XI-34: Actividades de dinamização realizadas pelo CDE nos últimos 24 meses (QIA-47; QIB-43)

Sobre as actividades de dinamização, o relatório encomendado pela DG COMM conclui:

[...] communication activities should target only those potential users from the general public that have in-depth information demands through measures that can be implemented even with a very limited communication budget, such as informing newspapers and the bar association on EDC services, etc. The main aim of these activities should be the promotion of personalised EDC services, such as assistance for document research (including by email) or training courses on EU databases.¹⁵⁰⁷

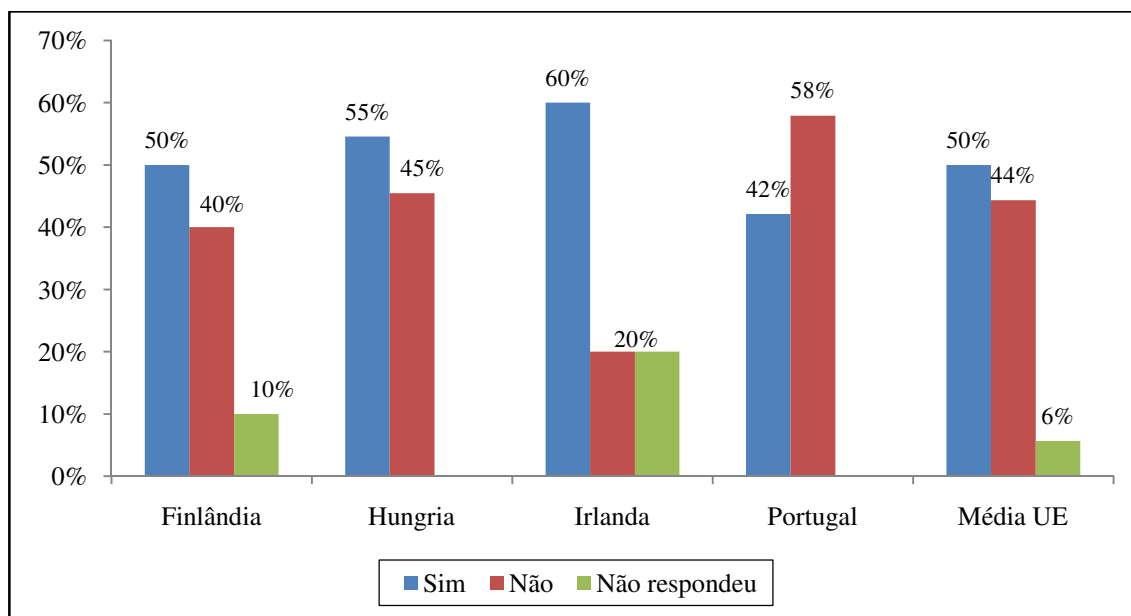


Gráfico XI-35: *Organização de actividades de formação de utilizadores nos últimos 24 meses no CDE (Q1A-45; Q1B-41)*

Além das actividades de dinamização e dos serviços prestados aos utilizadores que acabámos de referir, no inquérito aos responsáveis dos CDE, tentámos igualmente averiguar se tinham sido realizadas iniciativas de formação de utilizadores nos últimos 24 meses [Gráfico XI-35]. Assim, constata-se que, na média europeia, metade dos CDE declararam ter organizado acções neste âmbito. Aliás, esta tendência verifica-se também na Finlândia (50%), na Hungria (55%) e na Irlanda (60%) e só Portugal constitui uma excepção, pois menos de metade, 42%, reconhece ter desenvolvido esforços nesta matéria. Aqui, não poderemos deixar de salientar o facto de nenhum CDE da Irlanda organizar actividades de dinamização, como acabámos de ver, mas de mais de metade ter preocupações com a formação de utilizadores.

A preocupação com o desenvolvimento de capacidades de pesquisa, avaliação, selecção, uso e transformação da informação nos utilizadores dos CDE apresenta-se

¹⁵⁰⁷ *Idem, ibidem.* p. 5-6.

como um dos maiores desafios para os seus responsáveis, tendo em conta que a UE disponibiliza uma quantidade de informação crescente sobre as suas actividades numa multiplicidade de canais de informação.¹⁵⁰⁸ Ora, como iremos ver no capítulo seguinte, o público dos CDE apresenta dificuldades marcadas para aceder a esse manancial enorme de informação que está ao seu dispor de formas muito diversas.

Procurámos, igualmente, conhecer a periodicidade, o público-alvo e as actividades desenvolvidas pelos CDE que declararam organizar actividades de formação de utilizadores. Tratava-se de questões abertas pelo que, para tratar os dados, tivemos de os agregar *a posteriori* em categorias passíveis de tratamento estatístico [Gráfico XI-36].

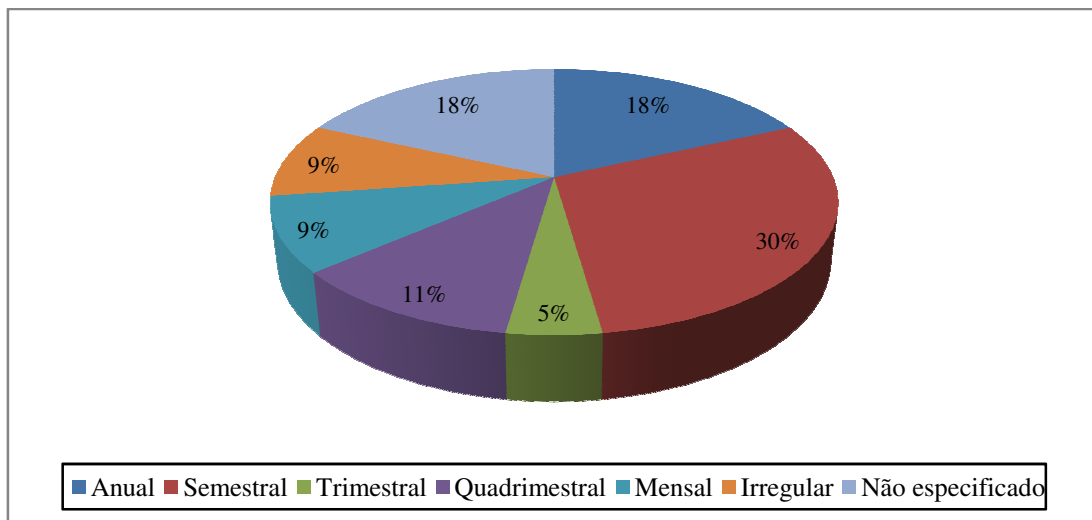


Gráfico XI-36: *Periodicidade da formação de utilizadores realizada nos CDE, na média europeia (Q1A-46; Q1B-42)*

Assim, quanto à periodicidade, no conjunto dos CDE que declararam realizar actividades de formação de utilizadores na globalidade da média europeia, o mais frequente é as actividades de formação serem realizadas duas vezes ao ano (30%). Assim, poderemos pensar que estes dois períodos correspondem ao início do ano lectivo e do segundo semestre de aulas nas Universidades. No entanto, em 18% da amostra esta iniciativa realiza-se apenas anualmente, enquanto em 11% tem um carácter quadrimestral. Deveremos, igualmente, notar que, em 18% das respostas dadas, a periodicidade não foi devidamente esclarecida. Por outro lado, as periodicidades mais

¹⁵⁰⁸ Aliás, a preocupação com a formação de utilizadores era já um aspecto marcante nas Bibliotecas Depositárias nos EUA, em finais da década de 1990. Cf. VAN ULLEN, Mary K.; LaFOND, Deborah – *Op. cit.* p. 328-331. Sobre iniciativas no sentido de desenvolver a “literacia digital” em matérias europeias ver as iniciativas do CDE da Universidade de Dresden, cf. MÜHLFELD, Kalina – “Reference services to users of European Union information in a networked environment: an example from the European Documentation Center at the Saxon State and University Library, Dresden, Germany”. In IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 66th, Jerusalem, 13-18.08.2000 – *Information for co-operation: creating the global library of the future* [em linha]. [Acedido 20.03.2008]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/VII/dg/dgrw/dgrw4.htm>>.

curtas, como a mensal (9%) e a trimestral (5%) não têm uma expressão muito significativa. Por fim, 9% dos CDE afirma realizar actividades de formação de utilizadores de maneira irregular.

No que respeita ao público-alvo, do grupo de CDE que declararam realizar actividades de formação de utilizadores, 7% não indicou a quem dirigia essas iniciativas. Já os responsáveis dos CDE que responderam a esta questão identificaram sempre os estudantes da Universidade como os seus primeiros destinatários. Dentro do grupo dos estudantes, alguns distinguiram os estudantes de licenciatura, os de mestrado ou de MBA. Um CDE português identifica inclusive os alunos das escolas básicas e secundárias como um público-alvo das actividades desenvolvidas. Também os docentes da Universidade constituem um conjunto preferencial a quem são dirigidas as actividades de formação, ao mesmo nível que os investigadores. Três CDE afirmam ainda realizar actividades de formação para bibliotecários, enquanto dois consideram também os cidadãos em geral, e, por fim, um refere os magistrados.

Finalmente, em relação às actividades desenvolvidas, em alguns casos, as respostas foram pouco esclarecedoras, além de 18% dos responsáveis de CDE que afirmaram realizar actividades de formação de utilizadores não terem respondido a este *item*. Todavia, a imagem global das actividades realizadas indica que estas incidem, por um lado, sobre os recursos do CDE e o acesso a fontes de informação específicas sobre a UE, em especial o uso de bases de dados, mas que também incluem cursos gerais sobre a construção europeia. Por outro lado, as modalidades utilizadas também são muito variadas, incluindo apresentações genéricas do CDE de curta duração, acções de formação de várias horas distribuídas por dias diferentes num determinado período, integração de um módulo numa disciplina de Estudos Europeus com avaliação final, bem como a organização de seminários e *workshops*. Sendo que a classificação das actividades identificadas é muito variada não foi possível o seu tratamento estatístico.

De qualquer forma, estas indicações não diferem muito das respostas dadas no relatório de avaliação dos CDE, onde se faz referência a formação sobre uso de bases de dados da UE, a cursos sobre técnicas de pesquisa de informação, a apresentações do CDE ou do portal EUROPA.¹⁵⁰⁹

¹⁵⁰⁹ ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 32-34.

XI.8. Utilização dos CDE e de outras redes de informação europeia

Importa, agora, averiguar de que forma os utilizadores tiveram conhecimento do CDE, os motivos que os levam a frequentá-lo e com que periodicidade. Paralelamente, considerámos oportuno comparar estes dados com a utilização de outras unidades de informação.

XI.8.1. Conhecimento do CDE

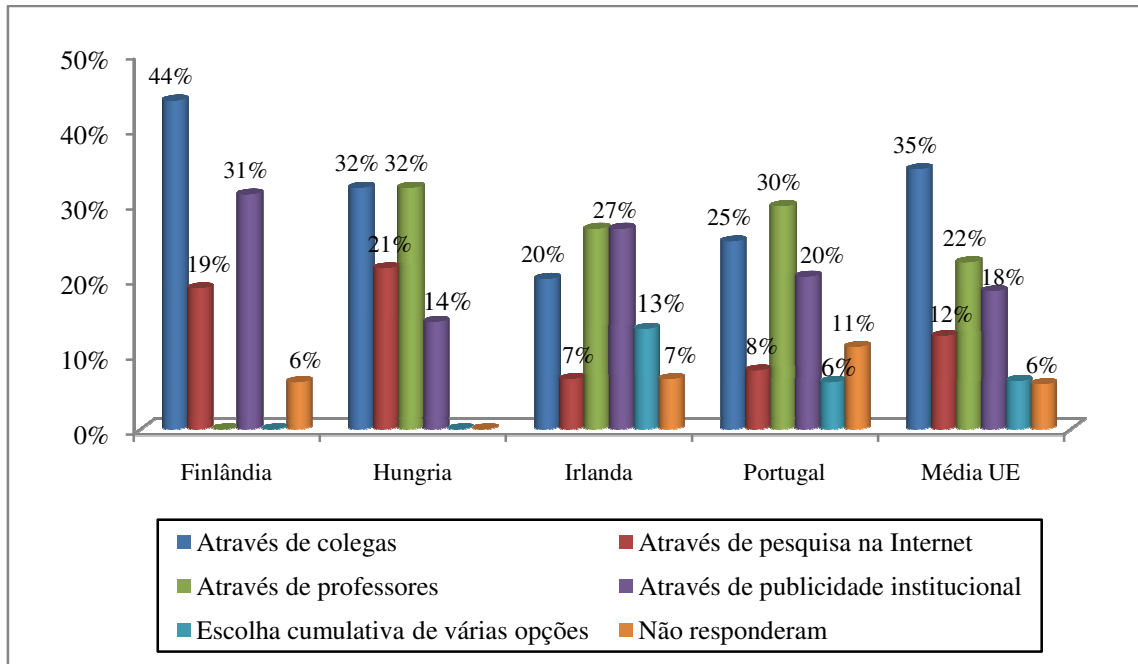


Gráfico XI-37: *Forma de conhecimento da existência do CDE por parte dos utilizadores (Q2-14)*

Curiosamente, na média europeia (35%), na Finlândia (44%) e na Hungria (32%), aqui *ex aequo* com outra opção, a maior percentagem de utilizadores inquiridos afirma ter tido conhecimento do CDE através de colegas [Gráfico XI-37]. Estes resultados parecem indicar que a publicitação dos CDE, junto daqueles que vêm a frequentá-los, não está dependente de iniciativas directas de divulgação do próprio CDE mas antes do conhecimento e da opinião de outros utilizadores prévios.

Por outro lado, a divulgação do CDE através de professores, provavelmente de matérias europeias, parece constituir outro meio adequado para trazer novos utilizadores aos CDE. Neste caso, pode haver uma colaboração entre os docentes e os CDE, no intuito de melhorar a divulgação das fontes de informação disponíveis e mais adequadas às matérias leccionadas ou à realização de trabalho de pesquisa por parte dos alunos. Aliás, na Hungria, a maior percentagem dos utilizadores inquiridos (32%), *ex aequo* com a opção referida anteriormente, indicou ter tido conhecimento do CDE através de

professores, numa média muito próxima de Portugal (30%) e da Irlanda (27%), todas superiores à média europeia (22%). Já na Finlândia, nenhum inquirido declarou ter tido conhecimento do CDE desta forma.

No entanto, se tivermos em conta que a pesquisa na Internet envolve o acesso à página do CDE, ou a outra informação sobre os seus recursos disponíveis na rede global, e se somarmos as percentagens obtidas nesta opção com os resultados apresentados pela publicidade institucional, então será possível verificar que o CDE também desempenha um importante papel directo na sua própria divulgação. De facto, por exemplo, na média europeia, somando as percentagens destas duas opções verificamos que 30% dos utilizadores inquiridos acederam ao conhecimento do CDE através de uma destas formas de divulgação. Mas a percentagem mais significativa diz respeito à Finlândia, onde a soma das duas opções representa 50% das respostas dos utilizadores sobre a forma como tiveram conhecimento do CDE. Para a Hungria este valor equivale a 35%, para a Irlanda a 34% e para Portugal a 28%.

Importa, ainda, realçar que, na média europeia (6%), na Irlanda (13%) e em Portugal (6%), alguns inquiridos optaram por indicar cumulativamente várias opções para indicar a forma como tiveram conhecimento do CDE. Para o tratamento de dados optámos por juntar num único *item* as várias combinações de escolhas, de maneira a facilitar a apresentação dos resultados e porque as várias combinações existentes eram demasiado numerosas, tendo constituído escolhas quase individuais que não considerámos relevantes para a nossa análise.

No que toca ao conhecimento do CDE, no relatório de avaliação já referido, constata-se que os utilizadores que responderam ao inquérito afirmam, entre 70% e quase 90%, que este é bem conhecido pela comunidade académica. Todavia, devemos salientar que estes utilizadores foram recrutados pelos responsáveis dos CDE. Porque nos grupos de discussão envolvendo alunos de matérias europeias, utilizados para complementar os dados recolhidos nos inquéritos, verifica-se que estes demonstram um grande desconhecimento da existência deste serviço e dos recursos que disponibiliza.¹⁵¹⁰ Aliás, como iremos ver, os alunos de matérias europeias de uma Universidade portuguesa que responderam ao nosso inquérito revelam, também, um conhecimento diminuto da existência do CDE.

¹⁵¹⁰ ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 19-20.

XI.8.2. Motivos de uso e de frequência dos CDE

De seguida, iremos averiguar o que conduz os utilizadores a recorrerem ao CDE e também a frequência com que o fazem.

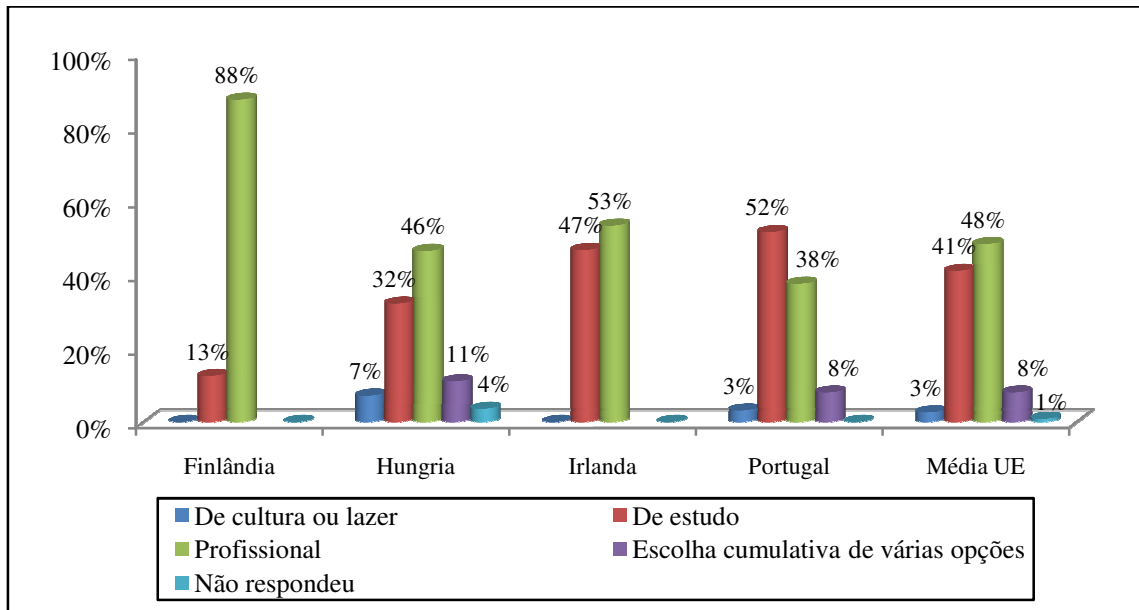


Gráfico XI-38: *Motivos para a presença dos utilizadores no CDE (Q2-15)*

Na média europeia, o uso do CDE é essencialmente motivado por questões profissionais (48%) ou de estudo (41%), sendo que as outras opções apresentam percentagens residuais, nomeadamente a opção englobando questões de cultura e lazer (3%) [Gráfico XI-38]. Esta tendência é seguida, com algumas diferenças percentuais, na Hungria e na Irlanda, onde a motivação profissional supera um pouco as razões de estudo. Todavia, no caso de Portugal, os utilizadores que responderam ao inquérito dirigiram-se maioritariamente ao CDE por causa de assuntos de estudo (52%). Pelo contrário, na Finlândia predominam com uma margem esmagadora as razões profissionais com 88%. Deveremos também notar que a Hungria é o país onde a cultura e o lazer apresentam a percentagem mais elevada, com 7%. Ainda que o número não seja muito significativo do ponto de vista quantitativo, constitui um indício de outro tipo de utilização do CDE por parte de um público que usa a informação de índole europeia sem conotações profissionais ou académicas.

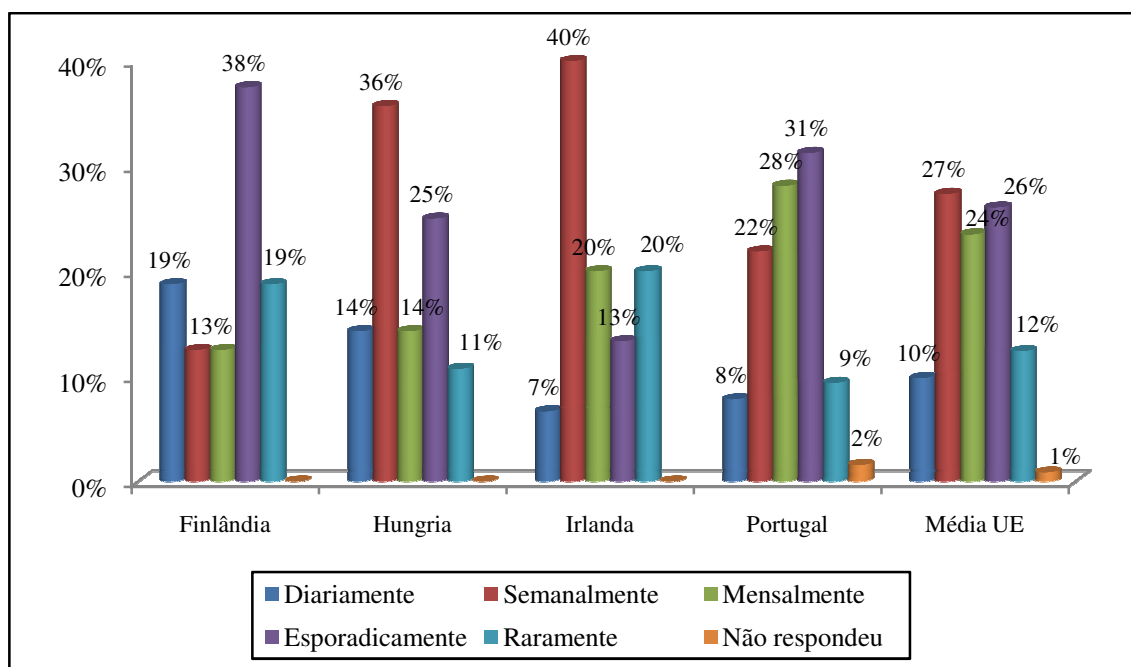


Gráfico XI-39: *Frequência de utilização do CDE por parte dos utilizadores (Q2-16)*

No que diz respeito à frequência com que os inquiridos usam o CDE [Gráfico XI-39], na média europeia verifica-se uma repartição muito semelhante entre as opções semanalmente (27%), mensalmente (24%) e esporadicamente, ou seja, mais de dez vezes por ano, (26%). A opção diariamente representa apenas 10% dos utilizadores inquiridos, o que significa que o acesso à informação europeia, através do CDE, não faz parte dos hábitos quotidianos de um grande número de inquiridos. Também próximo desta percentagem, com 12%, ficou a opção raramente, correspondendo a menos de dez vezes por ano.

Nos países analisados monograficamente, não se observam grandes semelhanças em termos de frequência de utilização. De facto, se na Hungria e na Irlanda o primeiro lugar é ocupado pela opção semanalmente, com 36% e 40%, respectivamente, as outras opções ocupam posições divergentes em ambos os países. Assim, na Hungria a ida esporádica ao CDE representa a segunda percentagem mais elevada com 25%, enquanto na Irlanda está em terceiro lugar com 13%, seguindo-se o mensalmente e o raramente, ambas com 20%. Já na Hungria, o terceiro lugar cabe a duas opções com 14%, a ida diária e a ida mensal ao CDE.

Também a Finlândia e Portugal atribuíram à opção esporadicamente a percentagem mais elevada com 38% e 31%, respectivamente. Mas no nosso país, o segundo lugar equivale à opção mensal numa percentagem bastante próxima (28%). A terceira escolha recaiu sobre a ida semanal ao CDE (22%). A frequência diária do CDE

representa apenas 8%, sendo quase equivalente à média europeia, mas muito afastada do valor finlandês, onde obteve a percentagem de 19%, o que corresponde, aliás, ao valor mais elevado obtido por esta opção. Neste país, a opção raramente apresenta a mesma percentagem. Em terceiro lugar, com 13% ambas, encontramos a ida semanal e a ida mensal ao CDE.

XI.8.3. *Frequência de outras unidades de informação*

Mas, além de averiguar a frequência do CDE, tentámos conhecer a frequência de outras unidades de informação por parte dos utilizadores dos CDE e dos estudantes de matérias europeias. Procurámos ainda perceber como se combinava a utilização cumulativa de vários tipos de bibliotecas

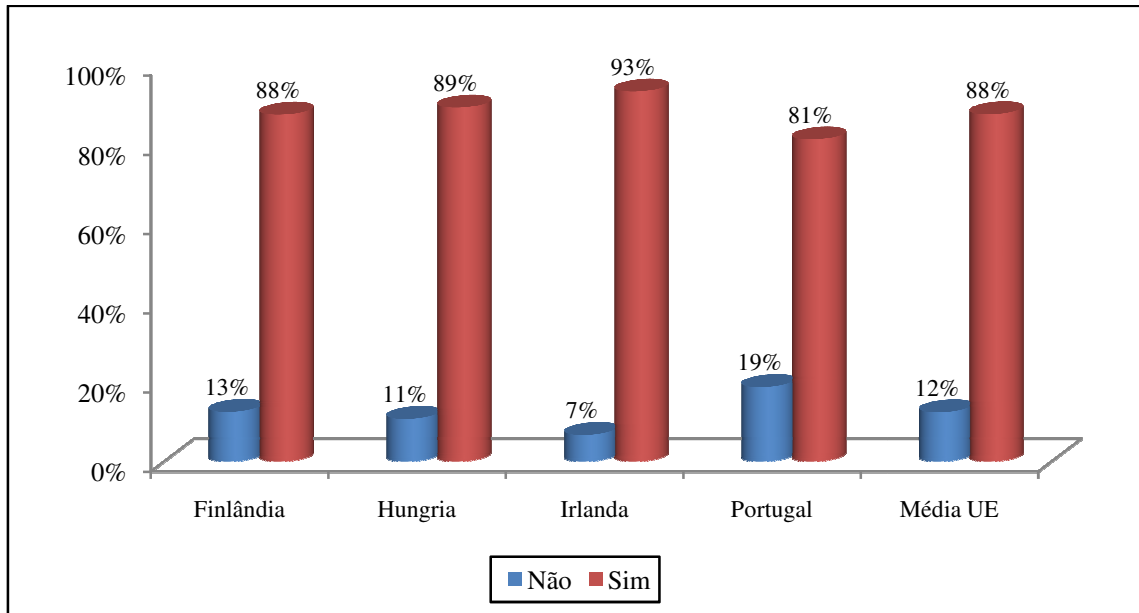


Gráfico XI-40: *Frequência regular de outras bibliotecas ou centros de documentação por parte dos utilizadores dos CDE (Q2-17)*

Questionados sobre a frequência regular de outras unidades de informação, a esmagadora maioria dos utilizadores dos CDE responderam afirmativamente, com percentagens variando entre os 93%, na Irlanda, e os 81% em Portugal, sendo que a média europeia é de 88% [Gráfico XI-40]. Assim, a nossa amostra parece ser constituída por inquiridos que usam regularmente as bibliotecas como um meio de acesso à informação, o que se justifica plenamente tendo em conta o facto de o meio académico constituir o principal local de recrutamento destes utilizadores.

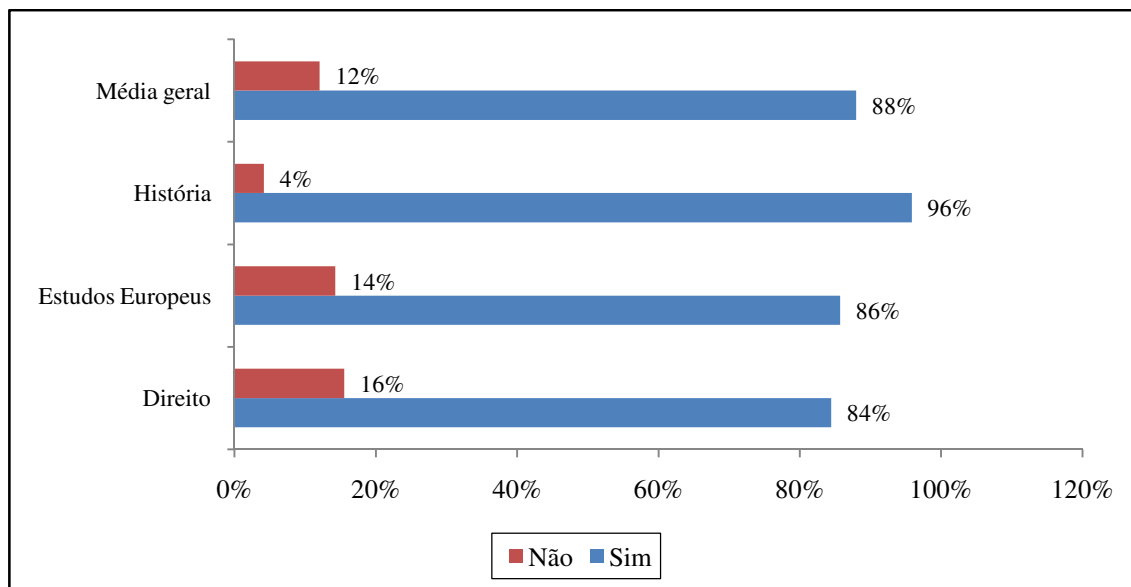


Gráfico XI-41: *Frequência regular de outras bibliotecas ou centros de documentação por parte dos estudantes de matérias europeias (Q3-10)*

Esta tendência de frequência regular de outras bibliotecas também se verifica no inquérito aos estudantes de matérias europeias, com percentagens muito semelhantes às apresentadas pelos utilizadores dos CDE [Gráfico XI-41]. Assim, o máximo de 96% dos alunos de História declara frequentar outras unidades de informação enquanto o mínimo corresponde ao valor de 84% registado nos alunos de Direito.

Contudo, além de saber se existe a frequência cumulativa de vários tipos de bibliotecas, importava igualmente saber as categorias incluídas neste conjunto. Assim, na questão onde se pedia aos utilizadores dos CDE para referirem se frequentavam ou não outras bibliotecas, pedia-se-lhes igualmente para identificarem aquelas que costumavam usar, caso respondessem afirmativamente. As escolhas podiam recair sobre cinco opções: biblioteca municipal, biblioteca universitária, biblioteca escolar, biblioteca nacional e “outras”. Mas os inquiridos podiam escolher simultaneamente várias opções. Naturalmente, para calcularmos as percentagens totais nesta parte da pergunta recorreremos ao número de utilizadores que declarou frequentar outras bibliotecas. Vejamos, agora, os resultados obtidos.

	<i>Finlândia</i>	<i>Hungria</i>	<i>Irlanda</i>	<i>Portugal</i>	<i>Média UE</i>
Biblioteca municipal	0%	20%	14%	6%	7%
Biblioteca universitária	29%	36%	57%	44%	48%
Biblioteca escolar	0%	8%	0%	3%	3%
Biblioteca nacional	0%	0%	0%	2%	1%
Biblioteca municipal + Biblioteca escolar	0%	0%	0%	0%	0%
Biblioteca municipal + Biblioteca universitária	43%	24%	14%	19%	18%
Biblioteca universitária + Biblioteca escolar	0%	0%	0%	4%	3%
Biblioteca universitária + Biblioteca nacional	7%	4%	7%	12%	9%
Biblioteca municipal + Biblioteca universitária + Biblioteca escolar	0%	0%	0%	0%	1%
Biblioteca municipal + Biblioteca universitária + Biblioteca escolar + Biblioteca nacional	7%	0%	0%	2%	1%
Biblioteca municipal + Biblioteca universitária + Biblioteca nacional	0%	8%	8%	2%	5%
Biblioteca municipal + Biblioteca universitária + Biblioteca nacional + Outras	14%	0%	0%	0%	1%
Outras	0%	0%	0%	6%	2%
Não responderam	0%	0%	0%	0%	1%
Total geral	100%	100%	100%	100%	100%

Tabela XI-15: *Utilizadores que indicaram frequentar o CDE cumulativamente com outras bibliotecas ou centros de documentação (Q2-17)*

Na média da UE (48%), tal como na Hungria (36%), na Irlanda (57%) e em Portugal (44%), o primeiro lugar é ocupado pela biblioteca universitária. Só a Finlândia escolheu a combinação da biblioteca municipal com a biblioteca universitária com a percentagem mais elevada (43%), relegando para segundo lugar a biblioteca universitária isoladamente (29%). Será interessante notar que na média da UE (18%) e nos restantes países (Hungria: 24%; Irlanda: 14%; Portugal: 19%) a combinação das bibliotecas referidas ocupa, em todos, o segundo lugar. Todavia, no caso da Irlanda este segundo lugar é também ocupado em paridade pela biblioteca municipal.

Constatamos, portanto, que a frequência de um tipo de biblioteca dirigida a um público muito específico, o meio acadêmico, não invalida a frequência de uma biblioteca de tipo generalista como é o caso da biblioteca municipal.

Registando-se as semelhanças que acabámos de assinalar, quanto ao primeiro e ao segundo lugar do tipo de biblioteca que os utilizadores dos CDE frequentam, já para o terceiro lugar as escolhas estão mais dispersas. Todavia, podemos assinalar que na média europeia a combinação biblioteca universitária com biblioteca nacional ocupa o terceiro lugar com 9%, tal como no caso da Finlândia (7%) e de Portugal (12%). Para compreender estes resultados devemos recordar que a nossa amostra de CDE procurou abranger uma unidade na capital de cada Estado-Membro, sendo também aí que se localizam, por norma, as bibliotecas nacionais. Temos ainda de assinalar que na Finlândia este terceiro lugar é ocupado *ex aequo* com a categoria que combina quatro tipos de bibliotecas (municipal, universitária, escolar e nacional). Já na Hungria, o terceiro lugar é ocupado pela biblioteca municipal isoladamente com 20%. Na Irlanda, este lugar cabe à combinação de três tipos de bibliotecas (municipal, universitária e nacional), com 8%.

As restantes opções apresentam percentagens residuais e, por isso, não nos iremos deter nelas. Quanto à opção “outras”, na média da EU, são apenas referidas quatro bibliotecas, a saber uma biblioteca parlamentar e três bibliotecas especializadas.

	<i>Direito</i>	<i>Estudos Europeus</i>	<i>História</i>	<i>Média geral</i>
Biblioteca municipal	4%	14%	0%	5%
Biblioteca universitária	42%	43%	58%	47%
Biblioteca escolar	0%	0%	0%	0%
Biblioteca nacional	0%	0%	0%	0%
Biblioteca municipal + Biblioteca universitária	31%	21%	29%	29%
Biblioteca universitária+ Biblioteca escolar	2%	7%	4%	4%
Biblioteca municipal + Biblioteca universitária + Biblioteca escolar	2%	0%	4%	2%
Outras	2%	0%	0%	0%
Não frequenta outras bibliotecas	16%	14%	4%	12%
Total geral	100%	100%	100%	100%

Tabela XI-16: *Discriminação da frequência regular de bibliotecas e centros de documentação por parte dos estudantes de matérias europeias (Q3-10)*

Relativamente aos hábitos de frequência de outras bibliotecas por parte dos estudantes de matérias europeias, constatamos que a tendência do primeiro e do segundo lugar observada na média da UE nos utilizadores dos CDE se mantém [Tabela XI-16].

Com efeito, a biblioteca universitária é a mais frequentada por 47% da totalidade dos inquiridos, que declara ir a outras bibliotecas. Esta média sofre algumas oscilações se nos ativermos aos resultados dos cursos em específico. Assim, em História corresponde a um máximo de 58%, enquanto em Direito abrange 42% e em Estudos Europeus 43%. Já o segundo lugar ocupado pela combinação da biblioteca municipal com a biblioteca universitária, com 29% na média geral e em História mas com apenas 21% em Estudos Europeus e um máximo de 31% em Direito. De resto, poderemos ainda salientar a percentagem de 14% obtida pela biblioteca municipal entre os alunos de Estudos Europeus.

Temos igualmente de assinalar as percentagens nulas obtidas pela categoria biblioteca escolar, justificável pelo facto de os alunos se encontrarem no ensino superior, e pela biblioteca nacional, sediada em Lisboa e, por isso, de difícil acesso aos nosso inquiridos, já que a sua Universidade não se situa nessa cidade.

XI.8.4. Conhecimento e frequência de outras unidades de informação europeia

Atendendo a que o nosso estudo incide sobre a informação europeia, interessava-nos, naturalmente, saber se, além de frequentarem as bibliotecas que identificámos acima, os utilizadores dos CDE conheciam outras unidades de informação sob a égide da UE. Paralelamente, era significativo perceber se os estudantes de matérias europeias tinham conhecimento das unidades de informação especificamente vocacionadas para esta temática, incluindo os CDE e não só.

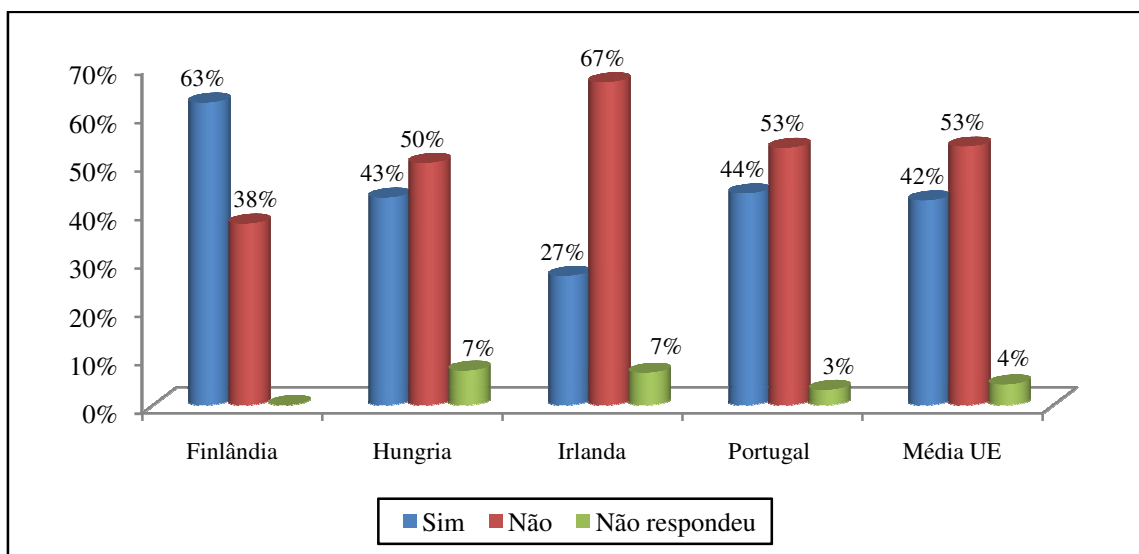


Gráfico XI-42: *Conhecimento de outras unidades de informação europeia por parte dos utilizadores dos CDE (Q2-18)*

Como frequentadores dos CDE e, nesse sentido, utilizadores de informação europeia seria lógico que estes inquiridos tivessem conhecimento de outras unidades de informação vocacionadas para as temáticas relacionadas com a UE. Partindo deste pressuposto, elaborámos uma pergunta no inquérito aos utilizadores dos CDE, onde se pedia que indicassem se conheciam outras unidades de informação europeia e, em caso afirmativo, quais.

Com base nos resultados obtidos [Gráfico XI-42], verifica-se que os utilizadores dos CDE na sua maioria, tanto na média europeia e em Portugal (53%), como na Hungria (50%) e na Irlanda (67%) desconhecem a existência de outras unidades de informação europeia, apesar de estas existirem em grande número e diversidade. Todavia, poderemos, de alguma forma, procurar entender estes números invocando o facto de cada tipo de unidade de informação estar vocacionado para um público específico. Ora, os utilizadores dos CDE, oriundos do meio académico, conhecem e frequentam de facto o tipo de rede de informação que está destinada a esta categoria. No entanto, não deixa de ser estranho o facto de profissionais ou estudantes de matérias europeias num grau avançado desconhecerem a existência de outros pontos de acesso a informação relacionada com a sua temática de trabalho ou estudo.

Contudo, também deveremos mitigar um pouco estes resultados negativos com o facto de 42%, na média europeia, 43%, na Hungria, e 44%, em Portugal, declararem conhecerem outras unidades de informação europeia. Apenas no caso irlandês esta percentagem desce ao 27%.

Mas temos ainda de salientar que, na Finlândia, a maioria dos inquiridos (63%) afirmou conhecer outras unidades de informação europeia.

Do total de inquiridos que indicaram conhecer outras unidades de informação europeia, 14% não especificou o nome de nenhuma. De entre as unidades de informação identificadas, as mais comuns foram os CDE com 18 referências, os pontos Europe Direct com 20 indicações e as Representações da Comissão que foram assinaladas nove vezes. Naturalmente, em Portugal o Centro de Informação Europeia Jacques Delors foi referido 12 vezes. Já os Euro Info Centre foram recordados por seis inquiridos. Depois, houve ainda referências pontuais à biblioteca do Parlamento Europeu e à do Conselho bem como da Comissão. Também o CEDEFOP, tal como o SOLVIT, a representação do Parlamento Europeu, os Carrefours (como vimos já extintos), foram referidos apenas uma vez. Por fim, obtivemos 15 respostas que não conseguimos identificar com exactidão.

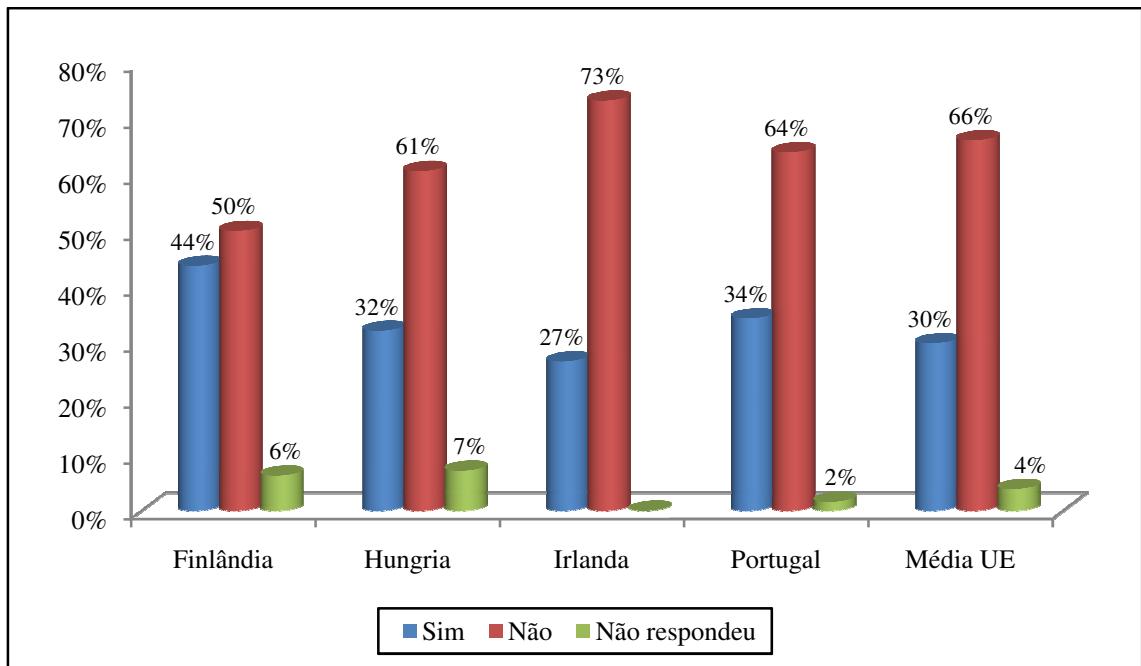


Gráfico XI-43: *Utilizadores que indicaram já ter estado noutras unidades de informação europeia (Q2-19)*

Sendo que a maioria dos utilizadores dos CDE desconhece outras redes de informação europeia, é natural que também sejam poucos aqueles que indicam já ter estado noutras unidades de informação europeia. Assim, na média europeia, 66% declara nunca ter ido a outras unidades de informação, percentagem muito próxima dos valores português (64%) e húngaro (61%). Já na Irlanda esta percentagem atinge os 73% enquanto a Finlândia é o país onde se regista o valor mais baixo com 50%.

Assim, na globalidade, apenas cerca de 30% dos inquiridos declarou já ter estado noutras unidades de informação europeia, excepto na Finlândia onde este valor sobe para 44%.

Quanto às unidades identificadas, salientam-se, novamente, os CDE com 14 referências, as Representações da Comissão Europeia com 8 e os pontos Europe Direct com 7. Em Portugal, o Centro de Informação Europeia Jacques Delors foi nomeado 6 vezes. Por seu lado, a biblioteca da Comissão foi referida por 4 inquiridos, a biblioteca do Parlamento Europeu por 2 e a do Conselho por 1. Um utilizador referiu também ter estado num Carrefour. Deveremos, ainda, realçar que foram dadas onze indicações que não conseguimos identificar com exactidão e que 11% dos inquiridos que dizem ter estado noutras unidades de informação europeia não identificaram nenhuma.

	<i>Direito</i>	<i>Estudos Europeus</i>	<i>História</i>	<i>Média Geral</i>
<i>Centro de Informação EUROPE DIRECT</i>				
Conheço-Já utilizei	7%	0%	0%	4%
Conheço-Nunca utilizei	20%	29%	13%	19%
Desconheço	64%	57%	79%	67%
Não respondeu	9%	14%	8%	10%
<i>Centro de contacto EUROPE DIRECT</i>				
Conheço-Já utilizei	7%	0%	0%	4%
Conheço-Nunca utilizei	16%	21%	8%	14%
Desconheço	69%	64%	83%	72%
Não respondeu	9%	14%	8%	10%
<i>Centros de Documentação Europeia</i>				
Conheço-Já utilizei	16%	29%	4%	14%
Conheço-Nunca utilizei	40%	36%	33%	37%
Desconheço	33%	36%	54%	40%
Não respondeu	11%	0%	8%	8%
<i>Euro Info Centres</i>				
Conheço-Já utilizei	7%	0%	0%	4%
Conheço-Nunca utilizei	27%	14%	13%	20%
Desconheço	53%	79%	79%	65%
Não respondeu	13%	7%	8%	11%
<i>Rede Eurodesk</i>				
Conheço-Já utilizei	16%	7%	0%	10%
Conheço-Nunca utilizei	31%	21%	33%	30%
Desconheço	44%	57%	58%	51%
Não respondeu	9%	14%	8%	10%
<i>Centro de Informação Europeia Jacques Delors</i>				
Conheço-Já utilizei	13%	21%	4%	12%
Conheço-Nunca utilizei	47%	43%	25%	40%
Desconheço	33%	36%	63%	42%
Não respondeu	7%	0%	8%	6%

Tabela XI-17: *Conhecimento e utilização das redes de informação europeia por parte dos estudantes de matérias europeias (Q3-11)*

No que respeita aos estudantes de matérias europeias, é possível verificar que o seu conhecimento e frequência de redes de informação europeia são muito baixos. De facto, com base nos resultados obtidos nos inquéritos [Tabela XI-17], podemos verificar que a opção com percentagens sempre mais elevadas, na média geral, é a que diz respeito ao desconhecimento da rede identificada. Assim, constata-se que no conjunto das opções apresentadas o Centro de contacto Europe Direct é o mais desconhecido com uma percentagem de 72%, seguido de perto pelos Centros de informação Europe Direct (67%) e pelos Euro Info Centres (65%). Nesta lista, os Centros de Documentação

Europeia são os menos desconhecidos, pois apresentam um percentagem de 40% na opção “desconheço”, acompanhados de perto pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors (42%). Já a rede Eurodesk é a terceira menos desconhecida com 51%.

Entre os três cursos, podemos verificar que os alunos de História são aqueles que apresentam percentagem mais elevada, na opção “desconheço”, em valores sempre superiores à média geral e em relação seus colegas de Direito e de Estudos Europeus.

Para indicar o conhecimento das redes de informação elencadas, dava-se a possibilidade aos alunos de distinguir as que conheciam e já tinham utilizado das que apenas conheciam mas nunca tinham utilizado. Naturalmente, as percentagens desta última opção foram sempre mais elevadas do que as da primeira opção. Assim, mesmo nos alunos que conhecem redes de informação europeia, predomina um saber teórico e não uma experiência de utilização efectiva.

Os Centros de Documentação Europeia constituem a categoria onde a opção “conheço-já utilizei” obteve percentagens mais elevadas. No entanto, ainda assim, com valores muito baixos. De facto, representam 14% na média geral, enquanto para os alunos de Direito atingem os 16%,¹⁵¹¹ percentagem que sobre para 29% em Estudos Europeus, mas que se fica por uns 4% residuais no curso de História. Por conseguinte, vemos que o CDE da Universidade, onde este inquérito foi conduzido tem ainda uma grande margem de recrutamento de novos utilizadores directamente interessados nas matérias europeias. Aliás, estes resultados estão em sintonia com as conclusões apresentadas pelo relatório de avaliação dos CDE onde, como já referimos, se conclui que os estudantes da entidade hospedeira desconhecem a existência deste serviço e dos recursos informacionais que ele pode providenciar. Sobre isto pode ler-se no texto do relatório:

The results of the focus groups indicate that many potential users, and particularly students, do not seem to know or to be fully aware of the services offered by EDCs. This is in contrast to results of the survey of EDC staff and institutional users, where a majority of respondents assessed the degree to which the EDC is known to potential academic users as very well or fairly well. The apparent contradiction

¹⁵¹¹ Apesar de o estudo do direito comunitário se ter tornado obrigatório nos cursos de Direito, essa situação não implicou um conhecimento nem uma utilização dos CDE por parte deste grupo de alunos da nossa amostra. Desta forma, não podemos confirmar a afirmação de Ian Thomson que considerava, em 1996, que os CDE eram conhecidos e utilizados pela maioria dos frequentadores das bibliotecas da área jurídica, cf. THOMSON, Ian – “European Documentation Centres”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 27, n.º 1 (1996), p. 3-4.

seems to indicate that EDCs and professors are in many cases not aware that students often do not know about the services offered by the EDC.¹⁵¹²

No entanto, o mesmo documento sublinha que os docentes interrogados consideram que a utilização do CDE pode ter um impacto muito positivo na qualidade da informação consultada pelos alunos e consequentemente efeitos positivos na sua avaliação.¹⁵¹³

Por outro lado, deveremos registar, igualmente, que a categoria dos não utilizadores, considerando como tal aqueles que conhecem a existência do CDE mas que não o frequentam, apresentam percentagens bastante mais elevadas, entre os 33% e os 40%. Assim, conviria conhecer as razões desta não utilização para tornar estes estudantes utilizadores efectivos do CDE da sua Universidade. Recorrendo novamente ao relatório de avaliação dos CDE, poderemos registar que a justificação mais invocada pelos não utilizadores do CDE para justificar a sua atitude se prende com o facto de considerarem que a informação passível de ser encontrada na Internet bastava para satisfazerem as suas necessidades de informação. Mas, na realidade, a maior parte não sabia o tipo de serviços que o CDE podia facultar-lhes para facilitar essa sua busca de informação.¹⁵¹⁴

Tendo em conta, como já referimos, que os estudantes a responderem ao nosso inquérito frequentam uma Universidade situada fora de Lisboa, o Centro de Informação Europeia Jacques Delors apresenta-se como a categoria onde as percentagens da opção “conheço-nunca utilizei” são mais elevadas. Com efeito, na média geral registam-se 40%, enquanto nos estudantes de Direito este valor chega aos 47%, em Estudos Europeus aos 43% e em História aos 25%. Assim, apesar da distância física a notoriedade deste ponto de informação justifica que seja reconhecido por um número razoável de estudantes. Naturalmente, tendo em conta o factor distância, as percentagens da opção “conheço-já utilizei” são bastante inferiores, variando entre os 12% da média geral e os 21% dos alunos de Estudos Europeus.

Todavia, esta questão da distância física não pode ser vista como um factor plenamente determinante no acesso às unidades de informação. De facto, na cidade onde se localiza a Universidade que os estudantes do nosso inquérito frequentam existe um Centro de informação Europe Direct mas na opção “conheço-já utilizei” as

¹⁵¹² Cf. ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 19-20; citação da p. 20.

¹⁵¹³ *Idem, ibidem.* p. 35.

¹⁵¹⁴ *Idem, ibidem.* p. 20.

percentagens registadas são muito inferiores às registadas no Centro de Informação Europeia Jacques Delors. De facto, na média geral a percentagem equivale a 4% mas apenas os alunos de Direito declaram já ter utilizado este ponto de informação, visto os cursos de Estudos Europeus e de História apresentarem percentagens nulas.

No que diz respeito ao Centro de contacto Europe Direct, tratando-se de um *call center* acessível a partir de um número gratuito que atende dúvidas gerais sobre a UE, o factor distância não tem influência na sua utilização nem no seu conhecimento.¹⁵¹⁵ No entanto, se as percentagens de conhecimento variam entre os 8%, em História, e os 21%, em Estudos Europeus, com 14%, na média geral, já a efectiva utilização apresenta valores muito baixos iguais aos do Centro de informação Europe Direct.

Também existe um Euro Info Centre na cidade onde se situa a Universidade que lecciona os cursos dos alunos de matérias europeias inquiridos. No entanto, também aqui, se o conhecimento deste tipo de rede apresenta valores bastante baixos, entre os 13% (História) e os 27% (Direito), já a sua frequência efectiva revela percentagens muito reduzidas ou nulas, curiosamente com os mesmo valores do Centro de informação Europe Direct e do Centro de contacto Europe Direct.

Por fim, a rede Eurodesk,¹⁵¹⁶ vocacionada para facilitar o acesso aos programas de formação e de juventude da UE e a outras possibilidades de cooperação internacional entre jovens, apresenta percentagens de conhecimento mais elevadas que as categorias anteriores, variando entre os 33% de História e os 21% de Estudos Europeus. Todavia, a sua utilização também é muito diminuta, com valores oscilando entre os 16% de Direito e os 10% da média geral. Curiosamente, os alunos de História, sendo que os dizem mais conhecer esta rede de informação, apresentam uma percentagem nula no que diz respeito à sua utilização.

¹⁵¹⁵ Para mais informações sobre este serviço consultar <http://ec.europa.eu/eurodirect/call_us/index_pt.htm>. [Acedido 14.05.2008].

¹⁵¹⁶ Sobre esta rede ver <<http://www.eurodesk.org/edesk/Contact.do?go=ptsites.htm>>. [Acedido 15.05.2008]. A propósito desta rede criada nos anos noventa ver SMITH, Lindsey – “Eurodesk Schools’ Service: helping schools stay in touch”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 1 (1996), p. 20-21.

CAPÍTULO XII

O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS UTILIZADORES DE INFORMAÇÃO EUROPEIA

XII.1. Opinião sobre a integração europeia e o acesso a informação da UE

Antes de partirmos para a análise de aspectos especificamente de comportamento informacional (nomeadamente, a frequência e a intencionalidade do acesso ou as motivações para a procura de informação, bem como dos aspectos que podem facilitar ou dificultar esse acesso), procurámos averiguar qual era a posição dos inquiridos sobre a integração no âmbito do projecto europeu. Tivemos, igualmente, em conta a sua opinião sobre a importância que atribuem ao acesso a informação europeia e as áreas em que consideram essa informação importante para a sua vida.

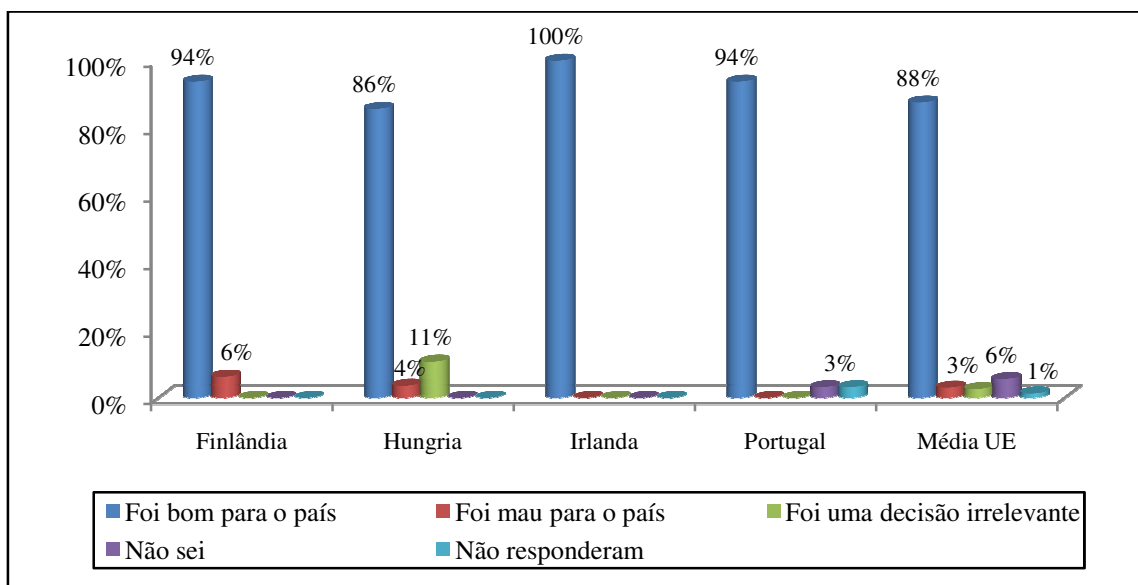


Gráfico XII-1: *Opinião dos utilizadores dos CDE acerca da integração do seu país na UE (Q2-7)*

Tanto na média da UE como nos quatro países estudados monograficamente [Gráfico XII-1], a esmagadora maioria dos inquiridos considerou que a integração do seu país no projecto europeu foi uma decisão benéfica, com valores que oscilam entre os 88% na média geral e os 86% da Hungria, país onde se registou a percentagem mais baixa. Teremos ainda de salientar as percentagens muito elevadas obtidas na Irlanda (100%) tal como na Finlândia e em Portugal (94%). No entanto, ainda que residual, sobressai o valor de 6% para aqueles que consideram que foi mau para a Finlândia. Já na Hungria, destacam-se os 11% daqueles que consideram tratar-se de uma decisão irrelevante. Em Portugal, 3% dos inquiridos não tem opinião formada e outros 3% não responderam.

	<i>Direito</i>	<i>Estudos Europeus</i>	<i>História</i>	<i>Média geral</i>
Foi bom para Portugal	93%	86%	92%	92%
Foi mau para Portugal	2%	0%	0%	1%
Foi uma decisão irrelevante	0%	14%	0%	2%
Não sei	4%	0%	8%	5%

Tabela XII-1: *Opinião dos estudantes de matérias europeias acerca da integração de Portugal na UE (Q3-6)*

Questionados sobre o mesmo tema [Tabela XII-1], os alunos de matérias europeias apresentam percentagens muito semelhantes aos inquiridos nos CDE, com valores entre os 92% e os 93% a considerarem que foi uma decisão positiva para Portugal. Todavia, neste conjunto destaca-se a percentagem de 86% dos alunos de Estudos Europeus os quais são, curiosamente, os mais cépticos relativamente à entrada de Portugal na então CEE, sendo que 14% afirma mesmo que se trata de uma decisão irrelevante. Assim, parece que os alunos mais informados sobre a construção europeia são os que manifestam mais reticências ou os que menos se apercebem das consequências da adesão do seu país a este projecto.

Os resultados que obtivemos parecem, assim, confirmar o apoio elitista ao projecto europeu. De facto, alguns autores, com base em estudos empíricos ou na análise dos dados do *Eurobarómetro*, demonstraram que as opiniões favoráveis à UE são predominantes nos indivíduos com estudos superiores concluídos ou nos que ainda frequentam a Universidade. Esta orientação elitista encontra-se presente em todos os países, independentemente das variações que se verificam em cada um no apoio à Europa.¹⁵¹⁷

¹⁵¹⁷ Cf. CAUTRES, Bruno; GRUNBERG, Gérard – “Position sociale, identité nationale et attitudes à l’égard de l’Europe: la construction européenne souffre-t-elle d’un biais élitiste?”. In COSTA, Olivier; MAGNETTE, Paul – *Op. cit.* p. 11-35. Para uma análise até aos anos oitenta, ver SLATER, Martin – “Political elites, popular indifference and Community building”. *Journal of common market studies*.

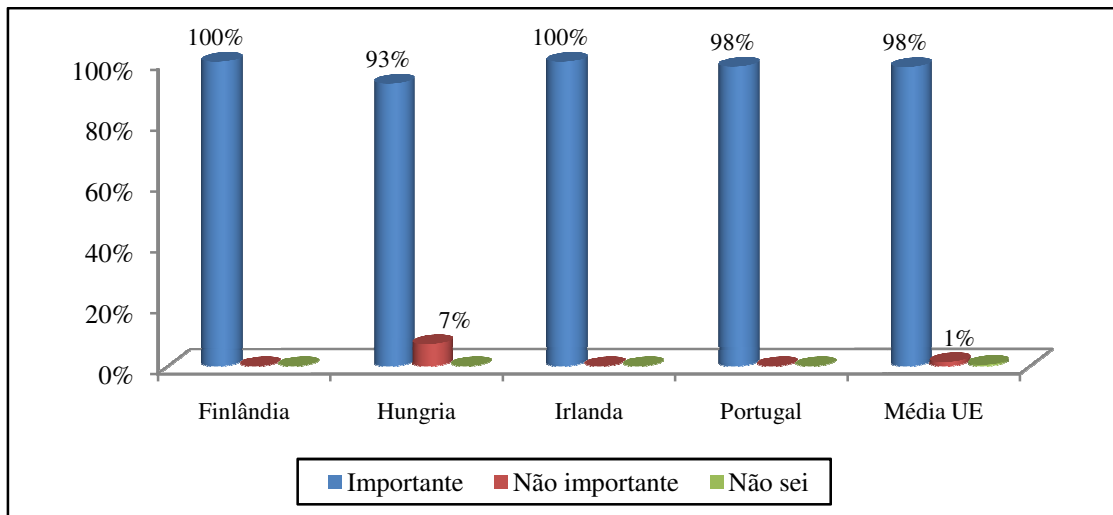


Gráfico XII-2: *Opinião dos utilizadores dos CDE acerca do acesso a informação sobre a UE por parte do público em geral (Q2-6)*

Sendo que os nossos inquiridos representavam um universo com acesso à informação europeia, visto frequentarem os CDE ou serem alunos de matérias europeias, procurámos também saber qual era a sua posição sobre a importância do público em geral poder aceder igualmente a este conhecimento [Gráfico XII-2].

Na esmagadora maioria, com percentagens de 100%, na Finlândia e na Irlanda, e de 98% na média da UE e em Portugal, o acesso a informação europeia por parte do público é considerada importante. Esta percentagem baixa apenas um pouco, para 93%, no caso da Hungria, aliás, o país, onde como vimos, encontramos a percentagem menos significativa de inquiridos a considerarem benéfica a integração do seu país na UE. Os húngaros são também aqueles que consideram numa percentagem superior, 7%, que o acesso por parte do público da informação da UE não é importante.

Assim, a teoria segundo a qual o projecto europeu pode ser conduzido por elites, deixando de fora os cidadãos europeus, encontra-se totalmente refutada pelos resultados destes inquéritos, onde a esmagadora maioria dos inquiridos considera importante o acesso a informação europeia por parte do público em geral. Esta é também a actual tendência da Comissão Europeia, nomeadamente desde a Comissão Prodi, que promulga o estabelecimento de um diálogo mais intenso com os cidadãos. Ainda que depois, quando se trata de concretizar a sua participação directa, por exemplo para a ratificação do Tratado de Lisboa através de referendo, os governos dos Estados-Membros, com o apoio do executivo de Bruxelas, tenham optado pela ratificação parlamentar.

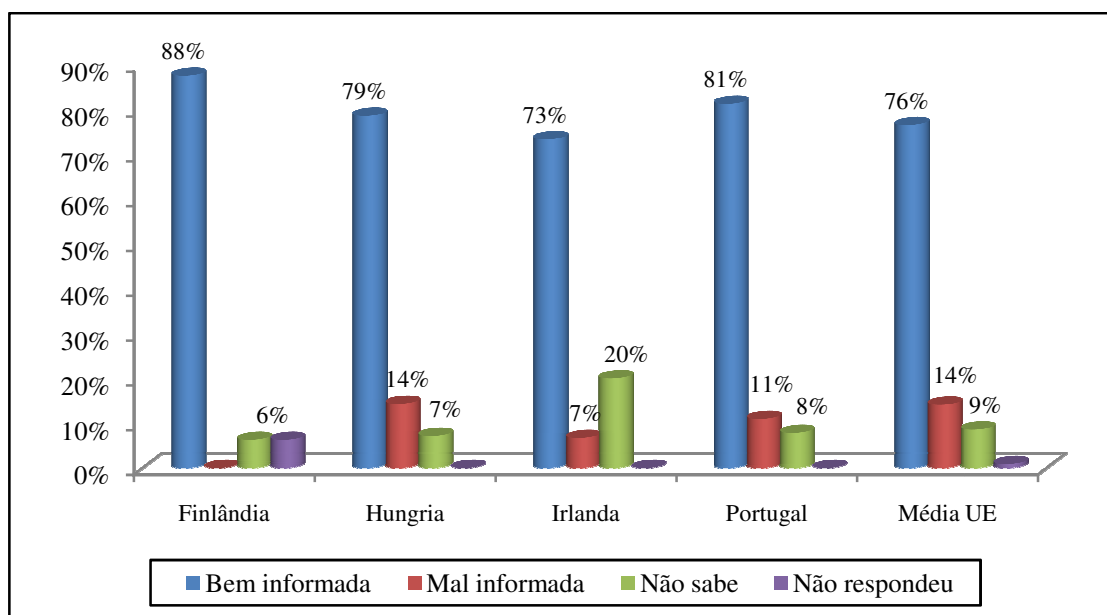


Gráfico XII-3: *Opinião dos utilizadores dos CDE acerca do facto de serem pessoas bem informadas sobre a UE (Q2-8)*

Inquiridos sobre o facto de serem pessoas bem informadas acerca da UE, a maioria dos utilizadores dos CDE responderam afirmativamente [Gráfico XII-3]. Os finlandeses são os que se consideram melhor informados, com 88%, enquanto os irlandeses apresentam a percentagem mais baixa, 73%. Aliás, este valor é inferior à média da UE (76%) bem como da média da Hungria (79%) e de Portugal (81%).

Devemos ainda notar que, na média europeia, 14% dos inquiridos consideram-se mal informados, percentagem igualmente registada na Hungria. Já 11% dos portugueses dizem-se mal informados enquanto os irlandeses são 7%. Neste país, 20% afirmou ainda não saber se era ou não bem informado sobre a temática europeia, sendo que este valor é o mais alto registado, pois na média da UE esta opção obteve 9%, na Finlândia 6%, na Hungria 7% e em Portugal 8%.

Portanto, os dados que obtivemos são claramente distintos dos registados no *Eurobarómetro*. Com efeito, de acordo com os dados analisados por Marina Costa Lobo, entre 1992 e 2002, os cidadãos portugueses

Quando interrogados sobre o grau de apoio à UE de uma perspectiva instrumental ou afectiva, há um amplo consenso, embora com flutuações, sobre os méritos da integração. Por outro lado, quando inquiridos sobre a UE enquanto instituição política, as opiniões são bastante negativas: a maioria dos portugueses pensa que

tem falta de informação sobre a UE e está insatisfeita com a forma como a democracia nela funciona.¹⁵¹⁸

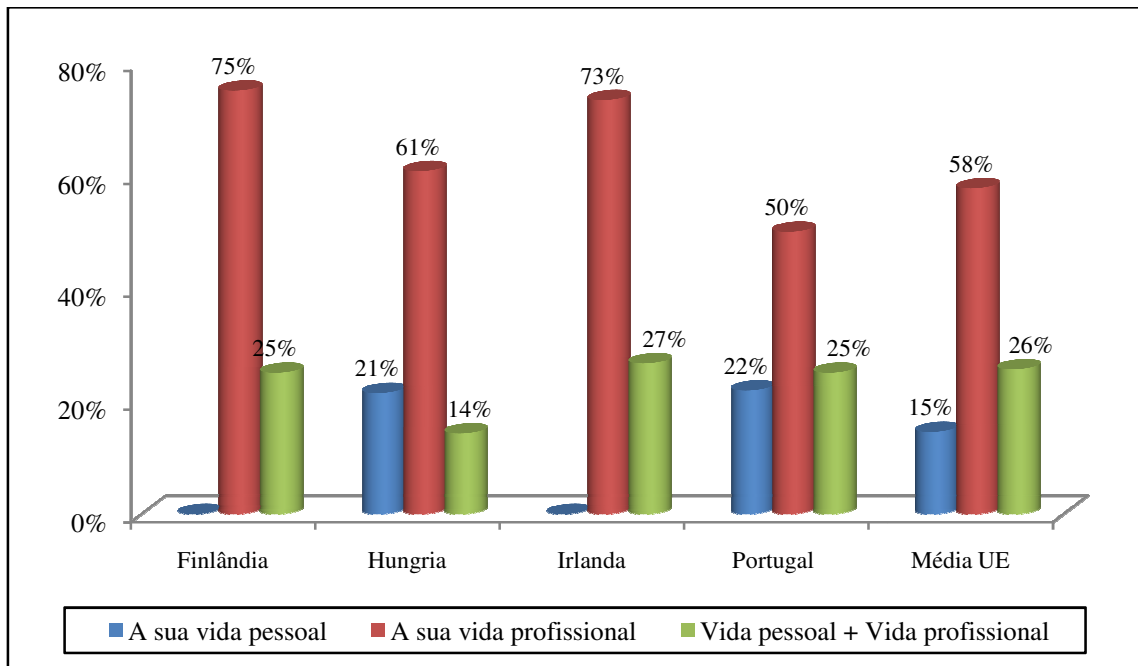


Gráfico XII-4: *Áreas onde o acesso a informação sobre a UE é importante para os utilizadores dos CDE (Q2-9)*

No que diz respeito às áreas em que o acesso a informação europeia é importante [Gráfico XII-4], os utilizadores dos CDE apontam maioritariamente a vertente profissional mas com percentagens que variam um pouco. Assim, na média europeia esta opção representa 58%, na Finlândia 75%, na Hungria 61%, na Irlanda 73% e em Portugal 50%.

Com base nestes resultados, poderemos afirmar que a maioria dos inquiridos não consegue descortinar o peso global que a informação europeia tem em todas as áreas da sua vida. De facto, aqueles que escolheram simultaneamente a vida pessoal e a vida profissional, como áreas onde a informação europeia os influencia representam um quarto, ou pouco mais, na média da UE, na Finlândia, na Irlanda e em Portugal enquanto na Hungria este valor desce para 14%. A partir destes dados, poderemos também questionar em que medida os inquiridos são, de facto, pessoas bem informadas acerca das questões europeias, nas percentagens que vimos acima.

Além destas duas escolhas, alguns dos inquiridos escolheram ainda a opção, indicando que o acesso a informação europeia era importante no âmbito da sua vida

¹⁵¹⁸ LOBO, Marina Costa – “Atitudes dos portugueses perante a UE: perspectivas sociais e políticas”. In ROYO, Sebastián – *Portugal, Espanha e a integração europeia: um balanço*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2005. ISBN 972-671-149-5. p. 146.

peçoal com um valor equivalente a 15% na média da UE, 21% na Hungria e 22% em Portugal. Já na Finlândia e na Irlanda esta opção obteve percentagens nulas.

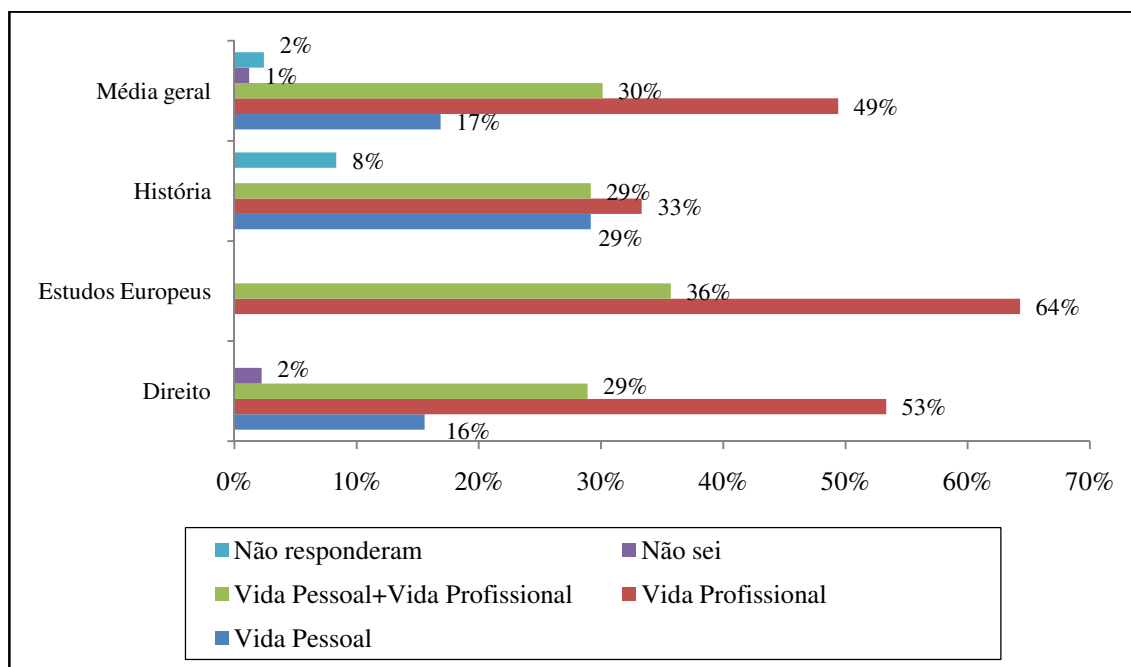


Gráfico XII-5: *Áreas onde o acesso a informação sobre a UE é importante para os estudantes de matérias europeias (Q3-7)*

Inquiridos em relação à mesma temática [Gráfico XII-5], também os estudantes de matérias europeias consideram maioritariamente que o acesso a informação de índole europeia é antes de tudo significativa para a sua vida profissional, ainda que os valores fiquem abaixo daqueles que pudemos registar nos utilizadores dos CDE. Com efeito, na média geral são 49% aqueles que escolheram esta opção, enquanto os alunos de Estudos Europeus apresentam o valor mais elevado, 64%, seguido pelos de Direito (53%), ambos muito acima da percentagem apresentada pelos alunos de História (33%).

Importa ainda registar que a escolha simultânea da opção vida pessoal e vida profissional, apresenta, aqui, valores superiores aos obtidos nos utilizadores dos CDE. De facto, a percentagem mais baixa corresponde aos alunos de Direito e de História com 29%, mas a média geral situa-se nos 30% e 36% dos alunos de Estudos Europeus escolheram esta opção.

Aqueles que consideram importante o acesso a informação europeia apenas para a sua vida pessoal, correspondem a 17% da média geral, mas a opção foi escolhida apenas por alunos de História (29%) e de Direito (16%). Já os que não responderam ou que declaram não saber correspondem a percentagens residuais na média geral. O valor dos que não responderam é apenas um pouco mais elevado em História (8%).

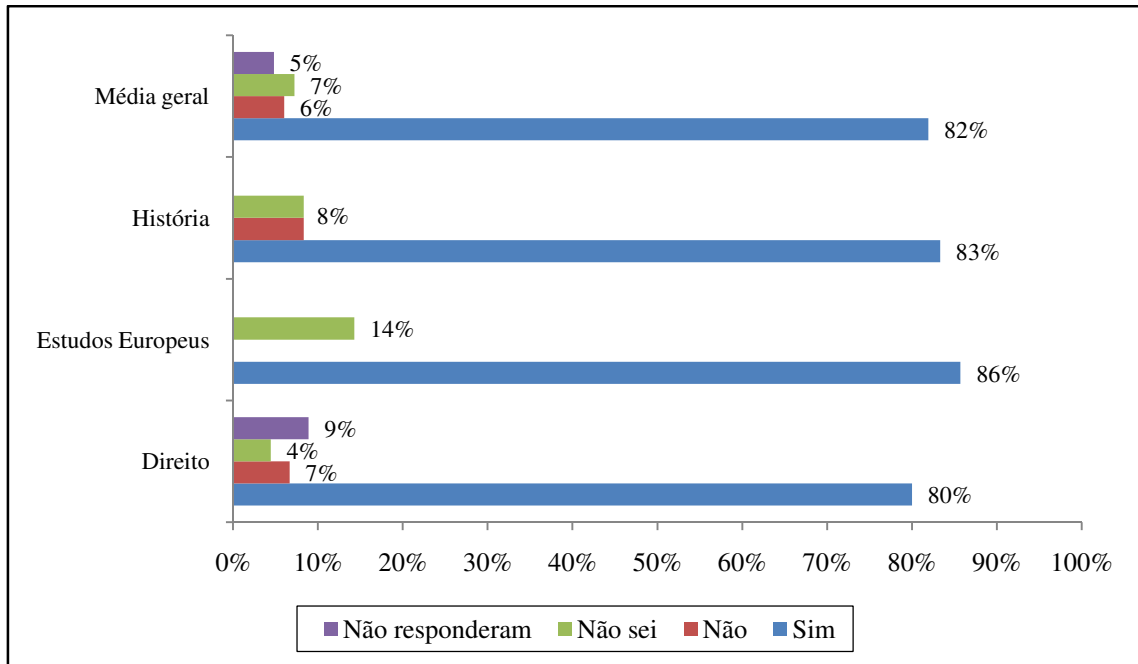


Gráfico XII-6: *Opinião dos estudantes de matérias europeias sobre o facto de o acesso aos documentos das instituições europeias constituírem uma das vertentes da política de abertura e transparência da UE (Q3-28)*

Para terminar esta abordagem genérica sobre a opinião dos inquiridos acerca da importância do acesso a informação relativa à temática europeia, perguntámos aos alunos de Estudos Europeus se consideram as iniciativas das instituições comunitárias no domínio do acesso aos documentos como uma das vertentes da sua política de abertura e transparência porque, como vimos, esta área foi alvo de uma grande atenção na última década e pretendíamos perceber se os alunos tinham conhecimento desse facto.

Como os resultados demonstram [Gráfico XII-6], a esmagadora maioria dos alunos considera que o acesso aos documentos constitui uma vertente da política de abertura e transparência das instituições da UE. As percentagens rondam os 80%, tanto na média geral como em cada curso especificamente.

Por outro lado, aqueles que consideram que não há ligação entre estes aspectos constituem uma muito pequena minoria, quer seja na média europeia (6%), quer seja nos cursos em específico (História: 8%; Direito: 7%). Em Estudos Europeus esta opção apresenta uma percentagem nula, no entanto, deveremos registar que 14% dos alunos consideram não dispor de elementos para responder.

XII.2. Intencionalidade e frequência do acesso a informação sobre a UE

O comportamento informacional dos indivíduos é motivado por factores decorrentes do contexto onde estes se inserem e por factores cognitivos inerentes ao próprio sujeito, mas que não deixam de ser também influenciados pelo seu meio-ambiente que ele próprio influencia. Como referem Peter Ingwersen e Kalervo Järvelin:

The perception, interpretation and cognition of the individual actor is *determined* by its/his/her prevailing cognitive structures – and *influenced* but *not* directed or dictated by the environment or domain. Hence, it is the individual perception of the situation in context that prevails. Similarly, the individual actor influences the social/organizational environment.¹⁵¹⁹

Neste sentido, procurámos saber se no acesso à informação europeia prevalecia a vontade do próprio sujeito ou se era o meio ambiente que ditava a materialização desse contacto.

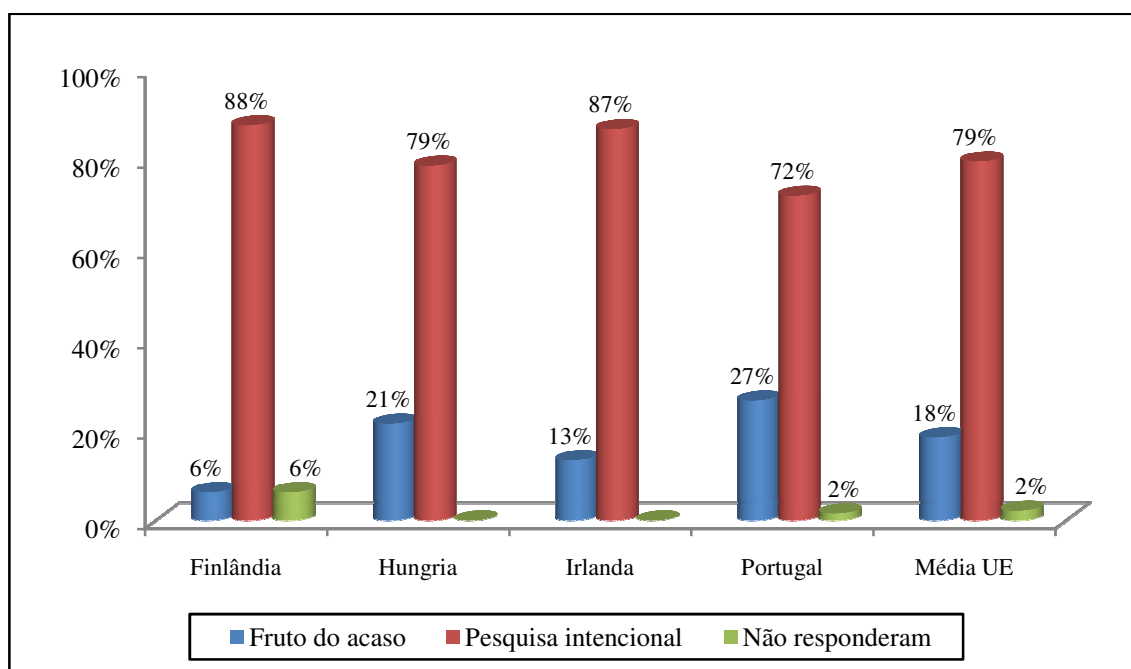


Gráfico XII-7: *Intencionalidade subjacente ao acesso à informação europeia por parte dos utilizadores dos CDE (Q2-13)*

Assim, relativamente aos utilizadores dos CDE, procurámos averiguar se o acesso a informação europeia era determinado por motivo prévios ou se correspondia a fruto do acaso [Gráfico XII-7]. Numa maioria muito significativa, os inquiridos declaram aceder intencionalmente a este tipo de informação, com percentagens que variam entre os 72% de Portugal e os 88% da Finlândia mas com resultados intermédios muito próximos

¹⁵¹⁹ INGWERSEN, Peter; JÄRVELIN, Kalervo – *Op. cit.* p. 30.

tanto para os outros países (Hungria: 79% e Irlanda: 87%) como para a média da UE (79%).

Paralelamente, o acesso fruto do acaso apresenta percentagens sempre inferiores a 30%, com 27% para Portugal, 21% para a Hungria, 18% na média europeia, 13% na Irlanda e 6% na Finlândia.

Também os que optaram por não responder têm percentagens residuais (Finlândia: 6%; Portugal: 2%; média da UE: 2%) ou nulas (Hungria e Irlanda).

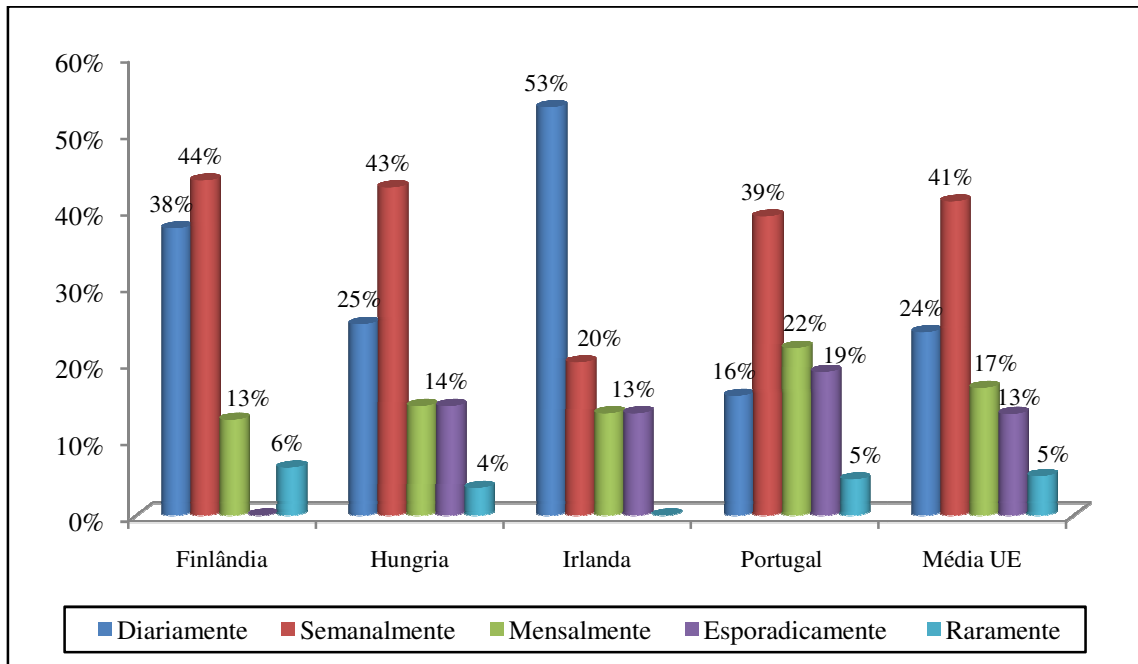


Gráfico XII-8: *Frequência de acesso a informação europeia por parte dos utilizadores dos CDE nos últimos 24 meses (Q2-12)*

Sendo que o acesso a informação europeia é sobretudo motivado de forma intencional, importa agora averiguar com que frequência ele ocorre.

Como podemos verificar [Gráfico XII-8], a opção “semanalmente” é a que apresenta percentagens mais elevadas, tanto na média europeia (41%), como na Finlândia (44%), na Hungria (43%) e em Portugal (39%). Só no caso da Irlanda é que prevalece a opção diariamente (53%), com o segundo lugar a ser ocupado pela opção “semanalmente” (20%).

Nos restantes países, a segunda escolha mais frequente é o acesso diário a informação de índole europeia, mas com percentagens muito díspares (Finlândia: 38%; Hungria: 25%, Portugal: 16% e 24% na média europeia). As opções “mensalmente” e “esporadicamente” situam-se em terceiro lugar *ex aequo* (Hungria: 14% e Irlanda: 13%) ou então em terceiro e quarto lugar respectivamente (Portugal: 22% e 19% e média europeia 17% e 13%). Esta situação difere apenas na Finlândia onde o terceiro lugar é

ocupado pela opção “mensalmente” (13%) e o quarto pela opção “raramente” (6%). De resto, esta última opção obtém sempre percentagens residuais (Hungria: 4%; Portugal e média europeia: 5%) ou nulas (Irlanda).

Naturalmente, devermos comparar estes resultados com a frequência de utilização dos CDE [Gráfico XI-39]. Poderemos, então, concluir que o acesso a informação sobre a UE não está condiciona pela ida ao CDE. De facto, por exemplo, na Finlândia, onde a maioria dos utilizadores declara ir ao CDE esporadicamente (38%), o acesso mais frequente a informação de índole europeia é de tipo semanal (44%) e o segundo lugar é ocupado pela opção diária (38%). No caso da Irlanda, esta tendência mantém-se pois 53% acedem diariamente a informação europeia mas apenas 7% vai diariamente ao CDE. Também em Portugal podemos constatar o mesmo, apesar da diferença não ser tão acentuada, já que 39% acede a informação de forma semanal mas só 22% vai semanalmente ao CDE. Já na Hungria parece haver uma correlação mais directa entre o acesso a informação sobre a UE e a ida ao CDE pois em ambos os casos da opção mais escolhida é “semanalmente”, com 43% e 36%, respectivamente. Por fim, na média da UE, em ambos os casos a primeira escolha recai sobre a opção semanalmente, com 41% no acesso a informação e 27% para a ida ao CDE. Todavia, o segundo lugar no que respeita ao acesso a informação europeia incide na escolha diária (24%) mas tal opção ocupa apenas a quinta posição na ida ao CDE com 10%.

XII.3. Situações que motivam o acesso a informação sobre a UE

Nos três inquéritos que distribuámos procurámos averiguar quais as circunstâncias que conduzem os indivíduos a procurar informação de índole europeia.

Assim, segundo a opinião dos responsáveis, os utilizadores dos CDE procuram esta informação sobretudo por dois motivos: para realizar trabalhos académicos e desenvolver pesquisa sobre a UE [Gráfico XII-9]. De facto, estas duas opções ocupam o primeiro e o segundo lugar, respectivamente, na média europeia (28% e 25%) e em Portugal (32% e 25%). Já na Finlândia (30%) e na Irlanda (27%) ambas as opções apresentam percentagens iguais. Apenas, na Hungria, depois do primeiro lugar ocupado pela escolha para realizar trabalhos académicos encontramos a opção “para realizar trabalhos escolares”. Ora, tendo em conta que ao identificarem os seus utilizadores, os responsáveis dos CDE apontaram os estudantes do ensino básico numa percentagem de 18%, a mais baixa registada *ex aequo* com outras duas, não faz muito sentido considerarem agora que 21% dos seus utilizadores procura informação europeia para

realizar trabalhos escolares. Contudo, poderemos talvez invocar divergências na compreensão do enunciado da pergunta em inglês para compreender este valor. Neste país, esta opção obteve a mesma percentagem que a que o *item* “para resolver assuntos de ordem profissional”.

Aliás, no geral, o terceiro lugar cabe justamente a esta escolha (para resolver assuntos de ordem profissional), com percentagens que variam entre os 11% em Portugal, em paridade com a opção “para obter informação geral sobre a UE”, e os 20% da Finlândia e da Irlanda, valores acima da média da UE de 17%. Também aqui a Hungria adopta uma posição distinta, pois o terceiro lugar cabe *ex aequo* às escolhas para desenvolver pesquisa sobre a UE e “para obter informação geral sobre a UE”, numa percentagem de 15%.

Nesta questão, deveremos ainda assinalar que uma percentagem significativa de CDE irlandeses (20%) optou por não responder. Na média europeia, foram 6% os CDE que seguiram o mesmo caminho e 10% na Finlândia.

Convém ainda salientarmos que nesta pergunta pedíamos aos responsáveis dos CDE para assinalarem as três situações que motivavam o acesso dos utilizadores a informação europeia e por isso somando as percentagens das respostas obtemos 100%, apesar de algumas variações decorrentes dos arredondamentos.

Já no inquérito aos utilizadores dos CDE, pedia-se para que indicassem as situações que já os tinham levado a procurar informação sobre a UE. Havia oito hipóteses de resposta e, em teoria, todas podiam ser escolhidas simultaneamente. Assim, no gráfico que ilustra as escolhas dos utilizadores a soma dos resultados ultrapassa sempre os 100% [Gráfico XII-10]. Vejamos, então, o que motiva a busca de informação europeia por parte dos utilizadores dos CDE.

Em concordância com a opinião dos responsáveis dos CDE, na média da UE, a elaboração de trabalhos académicos (65%) e a investigação sobre a UE (55%), constituem, respectivamente, o primeiro e o segundo motivo para essa procura. Já na Finlândia (75% e 69%) e na Hungria (64% e 57%), a situação inverte-se, pois as razões de investigação superam a elaboração de trabalhos académicos. No caso da Irlanda, estas duas opções apresentam a mesma percentagem de 80%.

Em terceiro lugar, encontra-se, na média europeia (44%), na Finlândia (50%), na Irlanda (73%) e em Portugal (42%), a necessidade de obter informação geral sobre a UE.

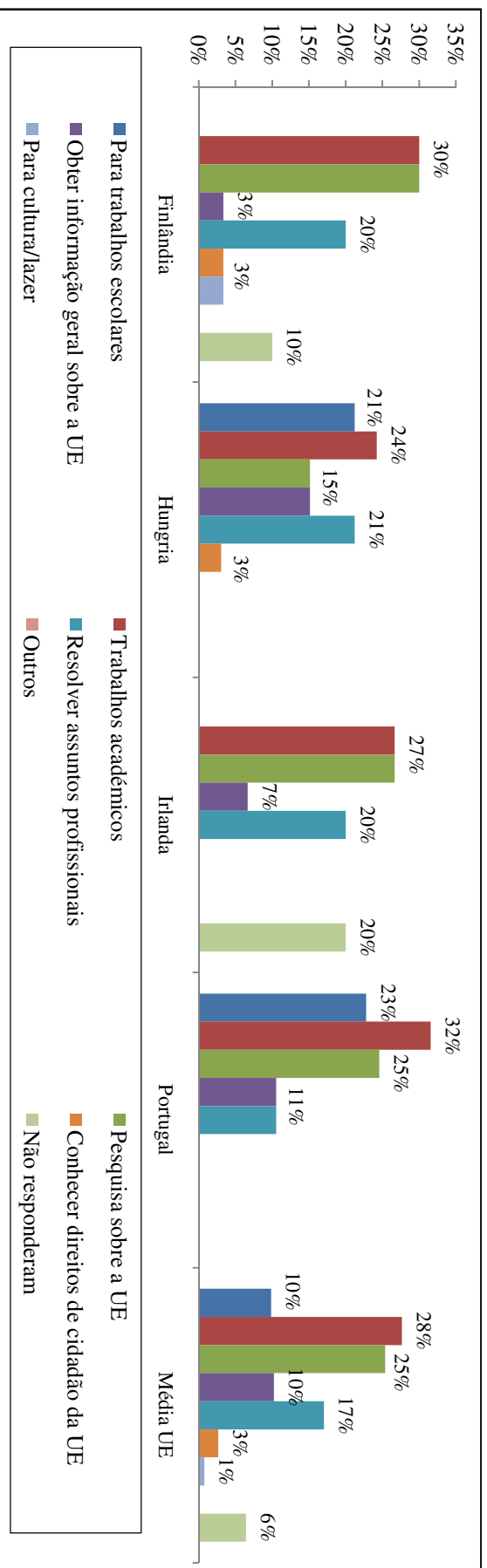


Gráfico XIII-9: As três situações mais comuns para os utilizadores procurarem informação sobre a UE, na opinião dos responsáveis dos CDE (Q1A-30; Q1B-26)

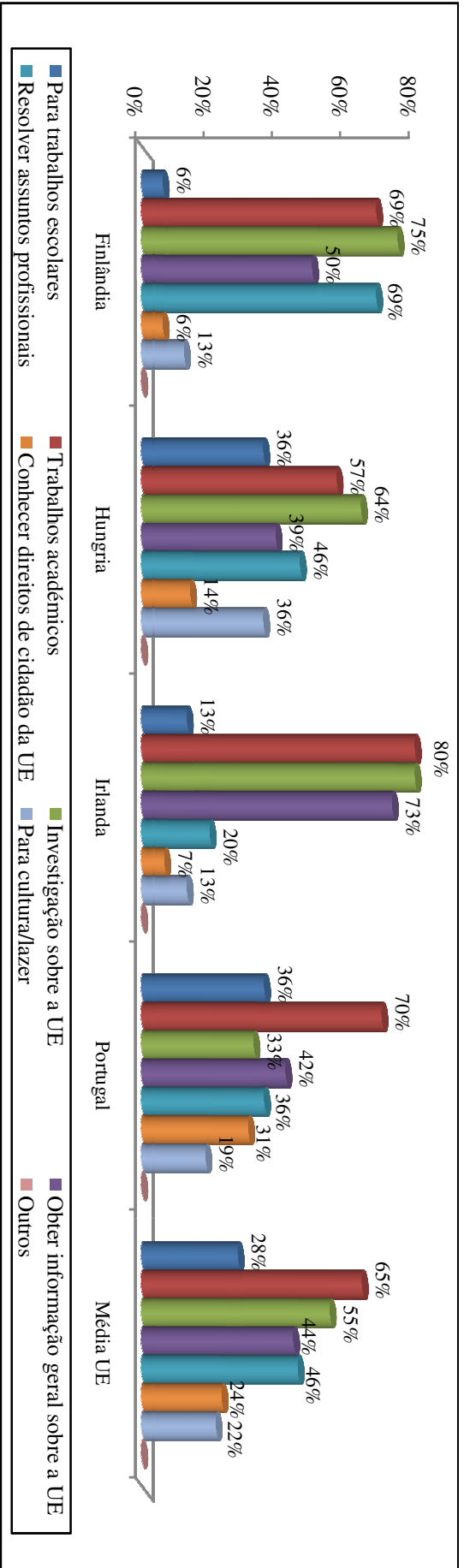


Gráfico XIII-10: Situações que motivam os utilizadores a procurar informação sobre a UE (Q2-25)

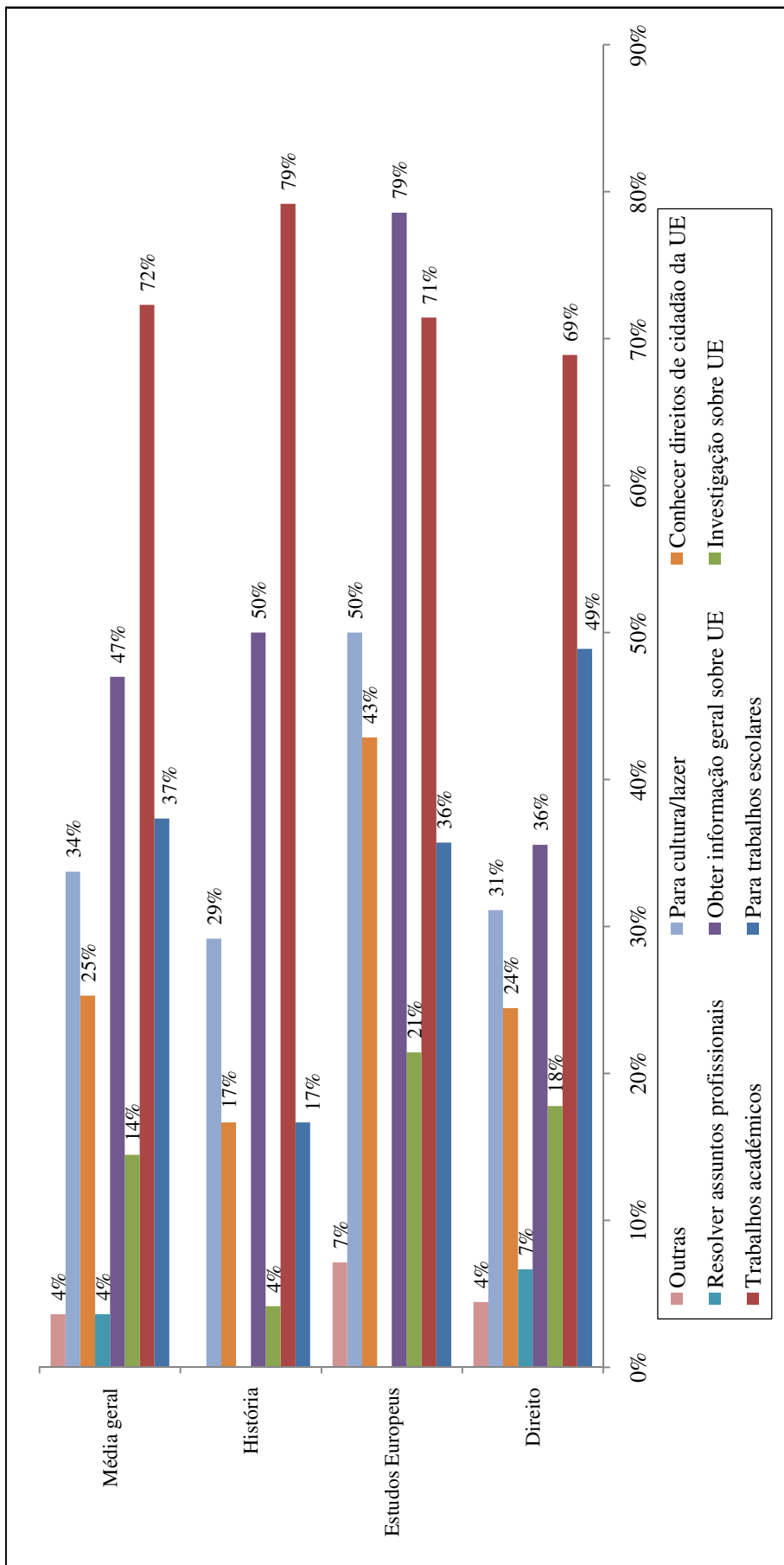


Gráfico XII-11: Situações que motivam os estudantes de matérias europeias a procurar informação sobre a UE (Q3-9)

Contudo, devemos observar que, no caso português, havendo uma percentagem bastante elevada para a opção mais escolhida, as restantes obtêm valores bastante próximos uns dos outros, com quatro percentagens concentradas na casa dos 30%. Uma situação comparável pode ser observada em relação à Hungria. Já no caso da Irlanda, verifica-se que três opções registam valores bastante elevados (entre 80% e 73%) e que as restantes opções se ficam pelos 20% e sobretudo abaixo. Por isso, neste país há uma preferência bem marcada pelas três primeiras escolhas. Pelo contrário, na média europeia as percentagens encontram-se distribuídas de maneira menos díspar pelas diferentes opções, pois entre o valor mais alto e o valor mais baixo temos uma diferença de 43 pontos enquanto na Irlanda essa divergência sobe para 73 pontos.

No questionário aos estudantes de matérias europeias foi colocada a mesma pergunta que aos utilizadores dos CDE e nos mesmos termos o que justifica novamente o facto de a soma das percentagens obtidas ultrapassar os 100% [Gráfico XII-11].

Aqui, na média geral (72%) tal como em Direito (69%) e em História (79%), à semelhança dos dois casos analisados anteriormente, o que mais leva estes inquiridos a procurar informação sobre a UE é a realização de trabalhos académicos. Todavia, em Estudos Europeus os alunos procuram informação sobre a UE antes de mais para obter informação geral (79%) o que não fará muito sentido, pois estes deveriam ser os inquiridos a buscar informação europeia de tipo específico e bem delimitado tematicamente. Aliás, esta constitui a segunda escolha na média geral (47%) e em História (50%).

Naturalmente, por se tratar de alunos de licenciatura, as percentagens da opção para realizar investigação sobre a UE são relativamente baixas (média geral: 14%, História: 4%; Estudos Europeus: 21% e Direito: 18%).

De salientar que entre este grupo de inquiridos, a pesquisa de informação europeia por motivos culturais ou de lazer apresenta percentagens muito superiores aos dois casos anteriores. De facto, na média geral representa 34%, em Direito 31%, em Estudos Europeus 50% e em História 29%. Assim, parece que para os alunos de Estudos Europeus o acesso a informação europeia não constitui para muitos apenas uma obrigação académica mas decorre igualmente de um gosto pessoal pela temática, indiciando provavelmente uma escolha do curso de tipo vocacional.

Outro elemento distintivo relativamente às respostas obtidas nos dois inquéritos anteriores prende-se com o facto de a vontade de conhecer os direitos decorrentes da cidadania europeia também representar uma motivação na procura de informação sobre

a UE para este grupo de inquiridos. Com efeito, constitui uma razão para um máximo de 45% de alunos de Estudos Europeus e um mínimo de 17% para os de História, sendo que a média geral atinge os 25% e nos alunos de Direito regista 24%.

Assim, em termos globais, da análise destes três gráficos ressaltam algumas coincidências entre o que os responsáveis dos CDE consideram motivar o acesso à informação europeia por parte dos utilizadores e o que estes afirmam a esse respeito. Paralelamente, podemos constatar que os alunos de matérias europeias, em alguns pontos, se distanciam dos motivos invocados pelos primeiros para justificar o acesso a informação europeia.

XII.4. Áreas em que o acesso a informação sobre a UE é mais frequente

Para conhecer as áreas temáticas onde o acesso a informação europeia era mais frequente, utilizámos as categorias definidas no portal EUROPA para identificar as actividades da UE.¹⁵²⁰ Assim, recorreremos a uma tipologia já conhecida dos utilizadores de informação europeia e adaptada à realidade estudada. No entanto, devido ao número elevado de opções, trinta e duas no total, obtivemos resultados muito dispersos equivalendo a percentagens muito baixas em todas as categorias mesmo nas que foram mais frequentemente assinaladas. Obviamente, a situação descrita complica a análise dos dados, tornando-se difícil determinar tendências gerais de forma clara.

Esta não foi, por exemplo, a opção seguida num estudo sobre o CDE da Universidade de Veneza, onde se distinguiram apenas as oito áreas seguintes: legislação, política, estatísticas, informações, pesquisas bibliográficas, programas comunitários e financiamentos, educação além de trabalho e estágios. Obviamente, esta solução permitiu obter resultados com percentagens mais concentradas, mas não facultou um nível de análise muito detalhada.¹⁵²¹

As categorias referidas foram utilizadas nos três inquéritos de igual forma para permitir uma comparação dos resultados. Por outro lado, em cada um dos questionários solicitava-se que fossem indicadas as cinco categorias onde a procura de informação europeia era mais frequente tanto para os utilizadores dos CDE como para os estudantes de matérias europeias. No inquérito aos responsáveis dos CDE solicitava-se que indicassem as áreas onde a procura por parte dos utilizadores era mais comum.

¹⁵²⁰ Cf. <http://europa.eu/index_pt.htm>. [Acedido 16.05.2008].

¹⁵²¹ FRIGIMELICA, Giovanna – *I servizi di assistenza agli utenti per l'accesso alla documentazione comunitaria europea*. Venezia: Facoltà di Lettere e Filosofia, 2000-2001. Tese de licenciatura. p. 136-139.

Naturalmente, neste caso, tratou-se de uma resposta opinativa no sentido em que os CDE não dispunham de números que permitissem responder a esta pergunta com dados quantitativos exactos. No entanto, consideramos que a experiência de trabalho quotidiano com os utilizadores poderia fornecer aos responsáveis dos CDE elementos para fundamentar esta resposta.

<i>Assunto</i>	<i>Média na UE</i>	<i>Finlândia</i>	<i>Hungria</i>	<i>Irlanda</i>	<i>Portugal</i>
Actividades da União Europeia	7%	8%	9%	4%	8%
Agricultura	3%	4%	2%	8%	3%
Ajuda humanitária	0%	0%	0%	0%	0%
Alargamento	7%	2%	5%	8%	9%
Alfândegas	0%	0%	0%	0%	0%
Ambiente	6%	6%	5%	8%	8%
Audiovisual e meios de comunicação social	0%	0%	0%	0%	1%
Comércio externo	1%	0%	0%	0%	2%
Concorrência	5%	6%	5%	8%	2%
Consumidores	1%	0%	4%	0%	0%
Cultura	0%	2%	2%	0%	0%
Desenvolvimento	1%	0%	4%	0%	0%
Direitos do homem	4%	6%	7%	4%	0%
Economia e finanças	9%	8%	11%	8%	13%
Educação, formação, juventude	6%	12%	11%	0%	9%
Emprego e assuntos sociais	8%	4%	4%	4%	13%
Empresas	3%	0%	2%	4%	5%
Energia	1%	0%	0%	4%	1%
Fiscalidade	2%	0%	0%	0%	3%
Investigação e inovação	2%	2%	2%	0%	2%
Justiça, liberdade e segurança	6%	2%	5%	8%	6%
Luta contra a fraude	0%	0%	0%	0%	0%
Mercado interno	3%	6%	4%	0%	1%
Orçamento	0%	0%	0%	0%	1%
Pesca e assuntos marítimos	0%	2%	0%	0%	1%
Política externa e segurança	4%	4%	2%	4%	2%
Política regional	6%	6%	11%	4%	4%
Relações externas	5%	4%	5%	0%	1%
Saúde pública	0%	2%	0%	0%	1%
Segurança alimentar	0%	0%	0%	0%	0%
Sociedade da informação	2%	4%	0%	0%	1%
Transportes	0%	0%	0%	4%	0%
Não responderam	6%	10%	0%	20%	0%

Tabela XII-2: *Opinião dos responsáveis dos CDE sobre as cinco áreas onde a procura de informação é mais frequente por parte dos utilizadores dos CDE (Q1A-25; Q1B-21)*

Assim, no inquérito aos responsáveis dos CDE [Tabela XII-2], registamos apenas oito opções com percentagens equivalentes a dois dígitos. Todavia, dentro deste grupo, dois valores dizem respeito a percentagens dos que não responderam: 10%, na Finlândia, e 20% na Irlanda. Este último valor foi, aliás, o mais elevado registado. Outra categoria, “economia e finanças”, também obteve duas percentagens de dois dígitos (Hungria: 11% e Portugal: 13%), sendo que nos restantes países obteve igualmente valores elevados, dentro das limitações que apontámos acima, pois na Finlândia e na Irlanda chega aos 8%. Assim, na média europeia, esta foi a escolha com a percentagem mais elevada: 9%. Portanto, trata-se da área onde os responsáveis dos CDE consideram que os seus utilizadores procuram mais informação.

A escolha “educação, formação e juventude” apresenta, igualmente, dois valores com dois dígitos (Finlândia: 12% e Hungria: 11%). Todavia, na Irlanda esta opção não foi escolhida por nenhum dos inquiridos. Assim, na média europeia apresenta uma percentagem de apenas 6%, mesmo se em Portugal atingiu os 9%. Desta forma, na média da UE esta categoria ocupa apenas o quarto lugar, em paridade com quatro outras opções, no que diz respeito às áreas onde há maior procura de informação europeia.

Já o segundo lugar, na média europeia (8%) cabe ao “emprego e assuntos sociais”, com um valor de 13% em Portugal mas com percentagens de 4% na Finlândia, na Hungria e na Irlanda. Assim, verificamos que o valor da média europeia não ilustra a realidade específica dos países que analisámos monograficamente, o que significa também uma grande dispersão das escolhas nos restantes países que responderam ao inquérito, prova das idiossincrasias nacionais perceptíveis na área da procura de informação europeia.

Em cada CDE os interesses predominantes variam consoante as áreas leccionadas e com o facto de se tratar de estudantes graduação ou de pós-graduação. Paralelamente, também os utilizadores com actividade profissional ligada à temática europeia irão procurar informação de índole diversa tal como o público em geral que frequente o CDE.

As “actividades da União Europeia” constituem outro centro de interesse comum nos países analisados monograficamente, em especial na Finlândia (8%) e na Hungria (9%), pois aqui apresenta a segunda percentagem mais elevada. Em relação a Portugal, com 8%, ocupa o terceiro lugar *ex aequo* com a temática “ambiente”. Este terceiro lugar corresponde também à média europeia, mas com 7% em paridade com a categoria “alargamento”. Já na Irlanda a sua percentagem é nitidamente inferior com 4%.

Por seu lado, a temática da “justiça, liberdade e segurança”, equivalente ao terceiro pilar da UE, apresenta percentagens medianas oscilando entre os 8% da Irlanda, onde ocupa o primeiro lugar de escolha com a percentagem mais elevada em igualdade com mais cinco primeiras categorias (agricultura, alargamento, ambiente, concorrência além de economia e finanças), e os 2% da Finlândia, onde este valor corresponde à percentagem mais baixa, também registada em mais cinco categorias (alargamento, cultura, investigação e inovação, pesca e assuntos marítimos bem como saúde pública). Na Hungria, obtém 5% e em Portugal 6%, tal como na média europeia.

Poderemos ainda registar o caso do tópico “alargamento” que, em Portugal, se destaca com uma das segundas percentagens mais elevadas, 9%, seguida de perto pelos 8% da Irlanda, como já dissemos uma das seis categorias mais escolhidas. No entanto, na Hungria este valor desce para 5% e na Finlândia para 2%, apesar de na média europeia alcançar 7%, ocupando por isso o terceiro lugar entre as categorias mais votadas. Deveremos registar aqui que o último alargamento ocorreu em Janeiro de 2006, com a entrada da Bulgária e da Roménia, portanto num período bastante próximo ao da distribuição dos inquéritos, sendo de esperar um interesse mais pronunciado por esta matéria.

Fora dos resultados esperados está também a percentagem de 1% relativa a Portugal no campo da “pesca e dos assuntos marítimos”. De facto, atendendo à extensão da costa atlântica do nosso país e às potencialidades para o sector pesqueiro que esta situação poderia proporcionar, é pouco compreensível este interesse residual pela matéria. No entanto, em termos globais, esta categoria apresenta valores muito reduzidos com percentagens nulas na média europeia, na Hungria e na Irlanda, chegando aos 2% apenas na Finlândia.

No inquérito aos responsáveis dos CDE, importa ainda salientar que encontramos cinco categorias com percentagens nulas, tanto na média europeia como nos países analisados monograficamente. Referimo-nos à “ajuda humanitária”, às “alfândegas”, à “luta contra a fraude”, à “segurança alimentar” e aos “transportes” onde os inquiridos consideraram não haver procura por parte dos utilizadores que frequentam os seus CDE. Vejamos, agora, se a imagem coincide com as respostas obtidas no inquérito dirigido a esses utilizadores dos CDE.

<i>Assunto</i>	<i>Média UE</i>	<i>Finlândia</i>	<i>Hungria</i>	<i>Irlanda</i>	<i>Portugal</i>
Actividades da União Europeia	6%	6%	8%	8%	3%
Agricultura	1%	0%	3%	5%	1%
Ajuda humanitária	1%	0%	0%	0%	1%
Alargamento	4%	6%	4%	3%	4%
Alfândegas	1%	3%	1%	3%	1%
Ambiente	4%	9%	1%	0%	4%
Audiovisual e meios de comunicação social	1%	0%	1%	1%	1%
Comércio externo	2%	0%	1%	7%	2%
Concorrência	4%	10%	3%	3%	4%
Consumidores	2%	1%	3%	1%	2%
Cultura	4%	1%	5%	1%	4%
Desenvolvimento	2%	3%	1%	3%	3%
Direitos do homem	5%	6%	6%	5%	4%
Economia e finanças	5%	3%	10%	3%	4%
Educação, formação, juventude	6%	5%	11%	1%	6%
Emprego e assuntos sociais	5%	4%	4%	4%	7%
Empresas	2%	0%	5%	1%	3%
Energia	2%	3%	1%	0%	1%
Fiscalidade	2%	1%	1%	1%	4%
Investigação e inovação	3%	8%	2%	0%	3%
Justiça, liberdade e segurança	4%	5%	5%	7%	4%
Luta contra a fraude	1%	1%	0%	0%	1%
Mercado interno	3%	9%	3%	0%	2%
Orçamento	2%	1%	1%	1%	2%
Pesca e assuntos marítimos	0%	0%	0%	0%	0%
Política externa e segurança	3%	0%	4%	4%	3%
Política regional	2%	4%	3%	3%	1%
Relações externas	4%	0%	5%	7%	2%
Saúde pública	1%	3%	1%	1%	1%
Segurança alimentar	1%	1%	1%	1%	1%
Sociedade da informação	3%	1%	1%	1%	4%
Transportes	2%	0%	3%	3%	2%
Não responderam	12%	8%	4%	21%	17%

Tabela XII-3: *Identificação das cinco áreas onde a procura de informação é mais frequente por parte dos utilizadores dos CDE (Q2-21)*

Antes de mais, convém salientar que nos resultados do inquérito aos utilizadores dos CDE [Tabela XII-3], obtivemos apenas uma categoria com percentagens nulas na totalidade dos países analisados monograficamente e na média europeia. Trata-se da categoria “pesca e assuntos marítimos”. Estes dados podem ser justificados, em parte, pelo facto de o número de indivíduos a responder a este inquérito (234) ser quase três

vezes superior ao dos responsáveis dos CDE (88) havendo, por isso, mais probabilidades de todas as categorias serem alvo de escolha.

Nas categorias que foram apontadas pelos responsáveis dos CDE como não apresentando utilidade para os seus utilizadores, poderemos considerar que apenas no caso da “ajuda humanitária” há alguma coincidência entre a opinião dos primeiros e a escolha dos segundos. De facto, esta categoria obteve três valores nulos (Finlândia, Hungria e Irlanda) e apenas 1% em Portugal e na média da UE. Por seu lado, a “segurança alimentar” apresenta percentagens de 1% em todas as categorias, enquanto os responsáveis dos CDE lhe atribuíram valores nulos. Já no caso dos “transportes”, os utilizadores dos CDE da Hungria e da Irlanda constituem 3% a procurar informação neste domínio, enquanto na média europeia e em Portugal são 2% e na Finlândia nenhum. Assim, aqui, a opinião dos responsáveis dos CDE não foi comprovada pelas respostas dos utilizadores ainda que a procura de informação sobre este assunto seja escassa.

Como as respostas ficaram muito divididas pelas várias categorias de assuntos apresentadas, registam-se valores com dois dígitos apenas em seis situações. Contudo, em três delas estas percentagens aplicam-se a utilizadores de CDE que não responderam à questão, com valores equivalentes a 12% na média da UE, a 17% em Portugal e a 21% na Irlanda, o que constitui, aliás, a percentagem mais elevada registada em toda a tabela. Aqui, devemos recordar que os responsáveis dos CDE irlandeses foram também aqueles que menos responderam ao inquérito. Por outro lado, tanto na média europeia como no caso português, esta foi a percentagem mais elevada que se registou em cada um dos casos.

Já a categoria “economia e finanças”, que foi apontada pelos responsáveis dos CDE como aquela onde havia mais procura por parte dos utilizadores, ocupa agora apenas o terceiro lugar nas escolhas dos utilizadores dos CDE com a percentagem de 5%, em paridade com os “direitos do homem” e o domínio “emprego e assuntos sociais”. De resto na média da UE, as percentagens estão muito divididas pelas várias opções, pois encontramos 9 categorias com 2% e seis categorias com 1% e 4%.

Quanto à Hungria, obtivemos valores com dois dígitos na temática “educação, formação e juventude”, com 11%, bem como em “economia e finanças”, com 10%. Para a primeira temática, a percentagem da média europeia foi bastante mais baixa, 6% (ocupando o segundo lugar em paridade com as “actividades da União Europeia”), e mais reduzida ainda na Irlanda, 1%. Em Portugal e na Finlândia, com 6%, é a terceira

percentagem mais alta no nosso país e a segunda no caso finlandês. No caso húngaro, as “actividades da União Europeia”, com 8%, representam a terceira temática mais procurada. De resto, temos quatro categorias com 0% e onze com 1%. Com 3% encontramos seis domínios temáticos enquanto quatro outros têm percentagens de 4%.

No que diz respeito à Finlândia, a temática mais procurada é a “concorrência” com 10%. Esta categoria apresenta valores bastante inferiores nos outros países (Hungria e Irlanda: 3%), tal como na média europeia, onde atinge os 4%, e em Portugal. Assim, a opinião dos responsáveis pelos CDE não corresponde à dos utilizadores dos CDE, porque aqueles escolheram para primeira opção, como vimos, a “educação, formação e juventude”. O “ambiente” e o “mercado interno” constituem as duas áreas temáticas que ocupam o segundo lugar na escolha dos utilizadores dos CDE com 9%, sendo que no inquérito aos responsáveis dos CDE cabia-lhes a terceira posição, com 6%. Para os utilizadores dos CDE finlandeses, a “investigação e a inovação” é a terceira área temática mais procurada, com 8%, mas regista a mesma percentagem que a equivalente aos utilizadores que optaram por não responder. Sobre o caso finlandês, poderemos ainda referir que nove categorias apresentam percentagens nulas e sete percentagens de 1%.

Para a Irlanda, a categoria onde se procura mais informação diz respeito às “actividades da União Europeia”, com 8%, a qual apresenta resultados equivalentes nos outros países (Finlândia: 6%; Hungria: 8%) e na média europeia (6%) apesar do resultado português ser bastante inferior (3%). Os dois domínios que apresentam a segunda maior procura são o “comércio externo” e as “relações externas” com 7%, bem como a “justiça, liberdade e segurança”. As restantes escolhas conseguem percentagens entre os 5% (2 vezes) e os 0% (7 vezes). Já a percentagem de 3% encontra-se em sete situações, o 1% em dez casos e o 4% em dois.

Por fim, em Portugal, a temática “emprego e assuntos sociais” é aquela que os utilizadores dos CDE mais procuram com 7%, seguindo-se a “educação, formação e juventude” com 6%. Quanto à primeira temática os valores variam bastante em relação aos outros países analisados monograficamente pois aí a percentagem fica-se pelos 4%, enquanto na média europeia chega aos 5%, sendo aí a terceira escolha em paridade com outras. Relativamente ao tema da “educação, formação e juventude”, a percentagem registada assemelha-se à finlandesa (5%) e é igual à da média europeia, mas afasta-se muito da média húngara (11%) e irlandesa (1%). Mas no geral, no nosso país e tal como

nos outros, as percentagens estão muito distribuídas, havendo nove categorias com 1% e 4%, seis com 2% e cinco com 3%.

Poderemos comparar parcialmente estes resultados com os centros de interesse demonstrados pelos utilizadores dos serviços de informação europeia de três bibliotecas escocesas, em 1997. Aqui, a área temática mais procurada foi a do emprego, seguindo-se o mercado interno e as oportunidades de negócio.¹⁵²² Portanto, a busca de informação neste grupo de utilizadores estava ligada a aspectos concretos da realidade europeia que podiam influenciar o seu quotidiano, sobretudo no que diz respeito às questões da empregabilidade.

Nos resultados dos inquéritos dos estudantes de matérias europeias, esta tendência para a dispersão de percentagens muito baixas por categorias muito numerosas mantém-se [Tabela XII-4]. Assim, por exemplo, dentro dos três cursos as percentagens nulas registam-se vinte e seis vezes, enquanto o valor de de 1% está presente quinze vezes e o 4% em dezasseis circunstâncias.

Na média geral dos cursos, a percentagem mais elevada (12%) equivale aos alunos que escolheram não responder. Aliás, este padrão mantém-se porque nos cursos as percentagens mais elevadas (Direito: 12%; Estudos Europeus: 10% e História: 12%) também se aplicam aos que não responderam. Contudo, no caso de História, essa percentagem é equivalente aos que procuram informação sobre as “actividades da União Europeia”. Aliás, esta categoria é a que obtém, no global, os valores mais altos, com 7% em Direito, 9% em Estudos Europeus e 9% na média geral. De seguida, em História as duas áreas temáticas mais procuradas são o “alargamento” e os “direitos do homem” com 9%.

Em Estudos Europeus, a área mais procurada é também a das “actividades da União Europeia” em paridade com o tema do “emprego e os assuntos sociais”. Segue-se em terceiro lugar, com 7%, a “justiça, liberdade e segurança” em igualdade com a “política externa e segurança”. Para os alunos de Direito as matérias mais relevantes são, justamente, a “justiça, liberdade e segurança” (9%), seguindo-se os “direitos do homem” (8%).

¹⁵²² MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme; PARKER, Susan – “The provision of European information by public libraries in the UK: results...”. *Op. cit.* p. 19-20.

<i>Assunto</i>	<i>Média geral</i>	<i>Direito</i>	<i>Estudos Europeus</i>	<i>História</i>
Actividades da União Europeia	9%	7%	9%	12%
Agricultura	1%	0%	0%	2%
Ajuda humanitária	4%	4%	4%	4%
Alargamento	7%	5%	6%	9%
Alfândegas	1%	0%	3%	2%
Ambiente	4%	4%	4%	2%
Audiovisual e meios de comunicação social	0%	0%	0%	1%
Comércio externo	1%	2%	1%	0%
Concorrência	1%	3%	0%	0%
Consumidores	2%	2%	4%	0%
Cultura	5%	4%	6%	7%
Desenvolvimento	1%	0%	0%	2%
Direitos do homem	8%	8%	4%	9%
Economia e finanças	3%	2%	1%	4%
Educação, formação, juventude	6%	6%	4%	7%
Emprego e assuntos sociais	6%	4%	9%	6%
Empresas	1%	1%	0%	0%
Energia	1%	1%	1%	0%
Fiscalidade	1%	0%	0%	3%
Investigação e inovação	1%	1%	3%	1%
Justiça, liberdade e segurança	7%	9%	7%	3%
Luta contra a fraude	0%	0%	0%	1%
Mercado interno	2%	2%	4%	2%
Orçamento	2%	3%	0%	1%
Pesca e assuntos marítimos	0%	0%	0%	1%
Política externa e segurança	6%	6%	7%	3%
Política regional	1%	2%	3%	0%
Relações externas	4%	4%	4%	4%
Saúde pública	1%	1%	0%	2%
Segurança alimentar	0%	0%	1%	1%
Sociedade da informação	1%	0%	3%	1%
Transportes	2%	4%	0%	2%
Não responderam	12%	12%	10%	12%

Tabela XII-4: *Identificação das cinco áreas onde a procura de informação é mais frequente por parte dos estudantes de matérias europeias (Q3-16)*

A propósito da temática relativa às actividades da UE, poderemos comparar os dados obtidos neste inquérito com as percentagens apresentadas relativamente aos assuntos que foram objecto de perguntas no Centro de Contacto Europe Direct. De facto, aqui, esta temática correspondeu à segunda mais pesquisada, com uma média de 22,4%, pouco distante da área mais requisitada relacionada com as matérias de mobilidade transfronteiras (24,8), mas muito afastada do terceiro lugar ocupado pelas relações com os países terceiros (5,9).¹⁵²³

¹⁵²³ EUROPEAN COMMISSION. DIRECTORATE-GENERAL FOR COMMUNICATION – *Europe Direct in 2005: a successful year for the EU citizens' hotline*. Luxembourg: OOEPEC, 2006. ISBN 92-79-00818-8. p. 4.

Portanto, no global, as “actividades da União Europeia” (9%) e os “direitos do homem” (8%) são as temáticas mais procuradas. Seguem-se-lhes o “alargamento” e a “justiça liberdade e segurança” com 7%.

Mas, por exemplo, o domínio da “Sociedade da informação”, hoje muito em voga em termos de investigação e estudo, apresenta percentagens muito baixas ou nulas. Tal como a “investigação e a inovação” ou o “audiovisual e meios de comunicação social”.

Tendo em conta os elementos recolhidos nos três questionários, podemos concluir que, em parte, os responsáveis dos CDE conseguem identificar as áreas mais procuradas pelos seus utilizadores. Contudo, alguns sectores mais apontados pelos utilizadores dos CDE não condizem com aqueles que foram apontados pelos responsáveis. Assim, consideramos que seria positiva uma maior atenção a este assunto por parte daqueles que têm responsabilidades na área da organização dos serviços prestados pelos CDE. Por outro lado, vemos que as necessidades dos alunos de matérias europeias são distintas das apresentadas pela generalidade dos utilizadores dos CDE.

Neste contexto, parece-nos que a aplicação da análise de domínios, desenvolvida por Biger Hjørland e Hanne Albrechtsen, pode ajudar a compreender as necessidades de informação dos utilizadores dos CDE na medida em que se focaliza na sua pertença a uma comunidade definida essencialmente em termos de critérios profissionais. Assim, cada área profissional apresenta características em termos de informação que lhe são peculiares.¹⁵²⁴ Contudo, deveremos também atender à vertente cognitiva dos indivíduos, não podendo apenas encaixá-los em grupos profissionais ou de estudo.

Além de tentar conhecer as áreas onde há maior procura de informação, pretendemos igualmente averiguar, no inquérito aos responsáveis dos CDE, quais os domínios que consideram mais difíceis para encontrar informação adequada às necessidades dos utilizadores. Vejamos, agora, os resultados obtidos.

¹⁵²⁴ Ver Capítulo I, p. 42.

<i>Assunto</i>	<i>Média na UE</i>	<i>Finlândia</i>	<i>Hungria</i>	<i>Irlanda</i>	<i>Portugal</i>
Actividades da União Europeia	2%	6%	2%	4%	1%
Agricultura	3%	2%	5%	8%	0%
Ajuda humanitária	2%	0%	2%	0%	4%
Alargamento	1%	0%	0%	4%	2%
Alfândegas	2%	0%	0%	0%	7%
Ambiente	1%	0%	2%	4%	1%
Audiovisual e meios de comunicação social	4%	0%	4%	8%	3%
Comércio externo	3%	2%	2%	0%	4%
Concorrência	2%	0%	0%	4%	3%
Consumidores	2%	2%	4%	4%	2%
Cultura	7%	4%	7%	4%	7%
Desenvolvimento	3%	0%	4%	0%	5%
Direitos do homem	2%	2%	0%	0%	0%
Economia e finanças	2%	4%	0%	0%	1%
Educação, formação, juventude	1%	2%	0%	0%	1%
Emprego e assuntos sociais	2%	2%	2%	0%	2%
Empresas	3%	0%	7%	0%	5%
Energia	2%	2%	2%	0%	1%
Fiscalidade	5%	8%	4%	4%	3%
Investigação e inovação	4%	0%	2%	8%	2%
Justiça, liberdade e segurança	4%	6%	2%	8%	3%
Luta contra a fraude	3%	2%	4%	0%	4%
Mercado interno	3%	6%	5%	4%	1%
Orçamento	3%	8%	4%	0%	1%
Pesca e assuntos marítimos	3%	2%	5%	0%	6%
Política externa e segurança	5%	0%	4%	12%	4%
Política regional	3%	2%	5%	0%	2%
Relações externas	5%	2%	7%	0%	5%
Saúde pública	3%	2%	2%	0%	3%
Segurança alimentar	3%	2%	4%	0%	4%
Sociedade da informação	3%	2%	2%	4%	4%
Transportes	2%	0%	5%	0%	2%
Não responderam	10%	30%	4%	20%	2%

Tabela XII-5: *Opinião dos responsáveis dos CDE sobre as cinco áreas onde é mais difícil encontrar informação adequada às necessidades dos utilizadores dos CDE (Q1A-26; Q1B-22)*

Para começar, temos de salientar o facto de apenas se aplicarem percentagens com dois dígitos nos utilizadores que não responderam (10% na média da UE, 30% na Finlândia e 20% na Irlanda) [Tabela XII-5]. De resto todas as outras percentagens, são inferiores a 10%, excepto no caso da Irlanda onde encontramos 12% na temática “política externa e segurança”. Mas devemos também notar que segundo os mesmos

inquiridos este domínio não é procurado por muitos utilizadores, pois tem uma percentagem de 4% [Tabela XII-2]. Ainda sobre a Irlanda podemos notar que se trata do país onde obtemos as percentagens mais concentradas, pois aparecem quatro categorias com 8% (“agricultura”; “audiovisual e meios de comunicação social”; “investigação e inovação”; “justiça, liberdade e segurança”) e dezoito com percentagens nulas ainda que as restantes nove apresentem percentagens de 4%. Assim, parece que nos CDE irlandeses os responsáveis têm uma visão mais coincidente e determinada sobre as categorias onde o acesso a informação europeia que satisfaça as necessidades dos utilizadores é difícil.

Em Portugal, as respostas estão muito mais distribuídas pelas categorias apresentadas, havendo apenas duas em que encontramos percentagens nulas. Assim, temos sete áreas temáticas com 1% e outras tantas com 2%. De resto, o domínio onde os portugueses parecem considerar o acesso a informação europeia mais difícil é o da “cultura”, com uma percentagem de 7%, igual à da média europeia, onde também ocupa o primeiro lugar. No entanto, também devemos recordar que a procura de informação nesta área temática era muito diminuta, tanto na opinião dos responsáveis dos CDE, como dos seus utilizadores e mesmo dos estudantes de matérias europeias. No nosso país, em paridade com a percentagem da “cultura” está o caso das “alfândegas” mas aqui não há qualquer relação com a média europeia, onde se atinge apenas 2%, nem com os outros países onde as percentagens são nulas. Poderemos relacionar esta situação com os problemas derivados da tradução, pois nem todos os documentos são traduzidos nas mesmas línguas. Assim, em certas áreas pode haver mais dificuldade em aceder a textos traduzidos para determinadas línguas.

Para a Hungria, registam-se três domínios onde o acesso a informação europeia é considerado mais difícil. Assim, tanto a categoria da “cultura”, como a das “empresas” e das “relações externas” apresentam a percentagem de 7%. Mas, por exemplo, no que diz respeito às empresas, este domínio obtém percentagens nulas na Irlanda e na Finlândia além de na média da UE se ficar pelos 3%. O segundo lugar das temáticas onde é mais difícil arranjar informação europeia adequada às necessidades dos utilizadores, na opinião dos responsáveis dos CDE húngaros, cabe a cinco categorias que apresentam a percentagem de 5%. Inclui-se neste grupo a “agricultura”, o “mercado interno”, a “pesca e os assuntos marítimos”, a “política regional” e, por fim, os “transportes”. Na “política regional”, temos de salientar que esta foi considerada pelos responsáveis dos CDE uma das primeiras categorias em termos de procura de

informação com uma percentagem de 11% [Tabela XII-2]. Esta coincidência é preocupante porque leva-nos a considerar que é difícil para os utilizadores húngaros encontrar informação numa das áreas que mais procuram. Todavia, se atendermos aos resultados dos inquéritos aos próprios utilizadores dos CDE húngaros vemos que esta área não é alvo de uma procura muito frequente pois apresenta uma percentagem de apenas 3% [Tabela XII-3]. Nas restantes categorias os húngaros atribuíram 2% a dez delas e 4% a nove, havendo, por isso, resultados muito semelhantes entre categorias, não permitindo, tal como nos restantes países, determinar tendências.

Por fim, a Finlândia apresenta a “fiscalidade” e o “orçamento” como as duas primeiras categorias onde é mais difícil alcançar informação adequada para os utilizadores dos CDE, numa percentagem de 7%. Contudo, devemos recordar que estas temáticas tinham percentagens iguais de 0% no inquérito onde os responsáveis dos CDE opinavam sobre as áreas mais procuradas pelos utilizadores dos CDE e percentagens também iguais de 1% no inquérito aos utilizadores dos CDE. As três segundas áreas onde a procura de informação parece mais difícil aos responsáveis dos CDE são a das “actividades da União Europeia” e da “justiça, liberdade e segurança” bem como o “mercado interno”, todas com percentagens de 6%. Poderemos notar que esta última é também a segunda área de mais difícil pesquisa, segundo os responsáveis dos CDE húngaros mas com um valor de 8%. No caso finlandês, sobressai ainda a percentagem de 2% presente em catorze opções e o 0% em onze delas.

Na média da UE, depois do já referido primeiro lugar ocupado pela “cultura”, o segundo lugar vai para três categorias com 5%, a saber: a “fiscalidade”, a “política externa e segurança” além das “relações externas”. Deveremos notar que na opinião dos responsáveis dos CDE, estas temáticas não eram muito procuradas pelos utilizadores pois a “fiscalidade” representava 2%, a “política externa e segurança” 4% e as “relações externas” 5% [Tabela XII-2]. Para os próprios utilizadores dos CDE as percentagens apresentadas são bastante semelhantes, correspondendo a 2%, 3% e 4%, respectivamente [Tabela XII-3]. As percentagens de 4%, equivalendo às terceiras áreas onde os responsáveis dos CDE julgam mais difícil aceder a informação, aplicam-se aos domínios do “audiovisual e dos meios de comunicação social”, à “investigação e inovação” bem como à “justiça, liberdade e segurança”. Temos ainda de salientar que na média da UE a percentagem de 3% abrange doze categorias e as de 2% a dez opções. Portanto, tal como nos quatro países, as percentagens estão muito diluídas pelas várias categorias.

XII.5. Razões que dificultam o acesso a informação sobre a UE

Na pergunta onde os responsáveis dos CDE eram inquiridos sobre as razões que consideravam dificultarem o acesso a informação adequada às necessidades dos utilizadores, expectava-se também uma resposta opinativa, na medida em que na maioria ou mesmo na totalidade dos CDE não se faz nenhum levantamento sistemático sobre esta matéria no dia a dia e, por isso, não existem números exactos para quantificar estes elementos.¹⁵²⁵ Por outro lado, devemos salientar que não eram impostos limites numéricos em termos de escolha de opções de resposta. Quanto à análise dos resultados podemos constatar variações significativas entre as respostas de cada um dos países e entre estas e a média da UE [Gráfico XII-12]. Além disso, há também aqui uma grande dispersão das respostas pelas doze opções disponíveis, em parte explicável pelo facto de não haver um número restrito escolhas possíveis.

Em termos de média da UE, verificamos que a razão mais invocada nas dificuldades de acesso à informação europeia por parte dos utilizadores diz respeito à sua incapacidade para a localizar (45%). Aliás, o facto dos utilizadores não saberem localizar informação sobre a UE adequada às suas necessidades é também o primeiro argumento escolhido pelos responsáveis dos CDE portugueses (58%). Já no caso da Irlanda, o facto de os utilizadores não saberem exprimir com exactidão as suas necessidades de informação constitui a primeira razão para dificultar o acesso à informação sobre a UE (75%), num valor bastante superior relativamente aos dois anteriores. Esta é também a razão mais invocada pelos CDE da Hungria mas numa percentagem significativamente mais baixa (45%).

Para os finlandeses as deficiências no acesso à informação sobre a UE devem ser antes de mais imputadas aos problemas decorrentes da grande quantidade de informação disponível sobre esta temática (67%). Esta é também a segunda razão apresentada pelos CDE portugueses (42%). Sobre este assunto, já em 2000, assinalava-se que um dos maiores problemas da informação europeia disponível na Internet derivava da quantidade disponível: «The Europa websites contain trillions of words covering much of what the inquisitive citizen might want to know».¹⁵²⁶

¹⁵²⁵ Paralelamente, estudos sobre as razões que dificultam o acesso à informação europeia são pouco numerosos. Para o caso do acesso à legislação comunitária, ver a abordagem de HOPKINS, Michael – “Review: European Communities Legislation: current status”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1989), p. 42-43.

¹⁵²⁶ HAMPTON, Celia – “PublicInfo.Net: yet another European website?”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 11-12 (2000), p. 3.

Deveremos ainda notar que, no caso da Irlanda, as dificuldades em interpretar a informação sobre a UE e os problemas para entender a terminologia dos documentos oficiais bem como o ter de lidar com a grande quantidade de informação apresentam a mesma percentagem (50%) e parecem funcionar como obstáculos que se agravam mutuamente. No entanto, neste país, 75% os responsáveis dos CDE considera que o facto de os utilizadores não saberem exprimir as suas necessidades de informação é a dificuldade mais frequente. Na Finlândia, 56% dos responsáveis são da mesma opinião. Aliás, em 1995, num estudo conduzido no âmbito das unidades de informação europeia inseridas nas bibliotecas públicas uma das conclusões foi, justamente, que «[...] there is an information gap: the public are not able to articulate their needs sufficiently because they do not know how EU information can help them. They are not aware of the process by which EU documents come about, what they signify or what they are for, and what is available to be examined by them».¹⁵²⁷

Teremos também de salientar que as opções apontando para deficiências imputáveis às próprias instituições europeias são invocadas em percentagens muito baixas, excepto no caso da Finlândia onde 33% dos inquiridos considera que as instituições da UE não disponibilizam a informação que lhes é solicitada e a mesma percentagem faz uma avaliação negativa dos instrumentos de acesso à informação disponibilizados. No entanto, estes números são muito superiores à média da UE pois aqui estas opções representam respectivamente 11% e 12%.

Podemos ainda constatar que a opção “outros”, limitada a 14% na média da UE, na Finlândia e na Irlanda ronda os 20% e em Portugal chega aos 26% enquanto na Hungria tem percentagem nula. Quando a opção “outros” era seleccionada tornava-se necessário explicitar essa escolha numa caixa de texto. Assim, as razões mais frequentemente invocadas para as dificuldades de acesso à informação por parte dos utilizadores dizem respeito à falta de documentos na sua língua materna, situação agravada pelo facto de não dominarem outras línguas, mas também o facto de a própria informação não ser adequada ao perfil dos utilizadores do CDE, estudantes de graduação ou de pós-graduação, já que os documentos recebidos são demasiado superficiais. Um dos inquiridos afirma a este propósito: «Most users want critical or evaluatory articles about issues or projects not simple information».

¹⁵²⁷ KELLY, Aoife; NICHOLAS, David – “The Public Information Relay: long-term solution or half-way house?”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 48, n.º 6 (1996), p. 154; para uma abordagem mais abrangente aos problemas identificados pelos bibliotecários, ver também p. 155.

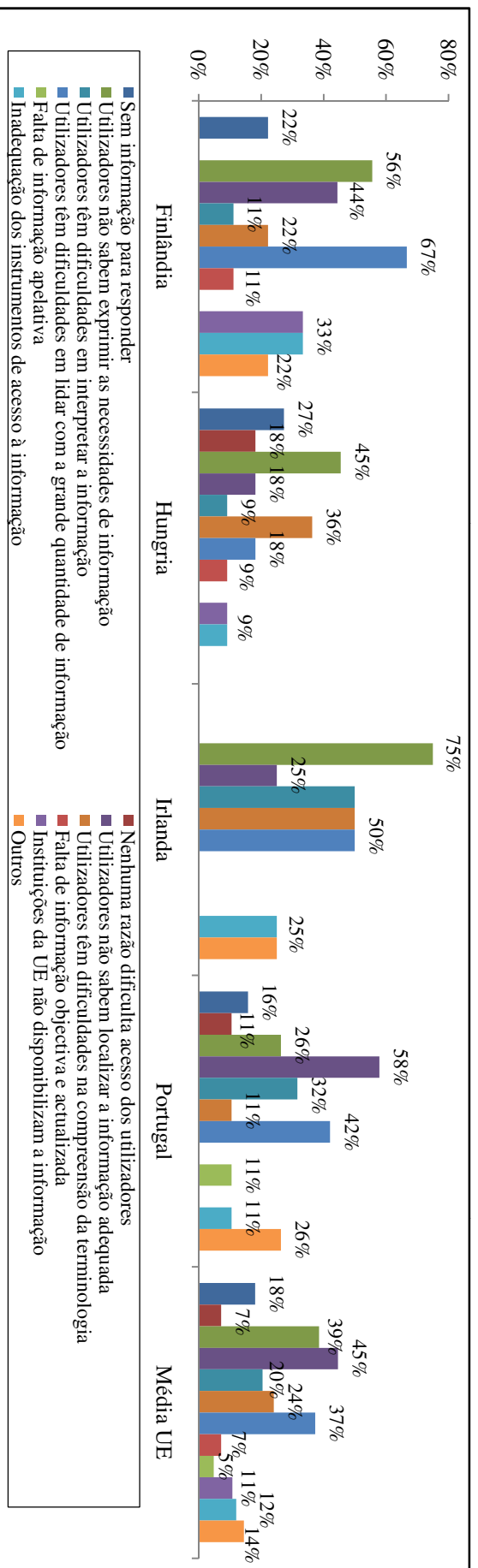


Gráfico XII-12: Razões que dificultam o acesso a informação adequada às necessidades dos utilizadores segundo opinião dos responsáveis dos CDE (Q1A-27; Q1B-23)

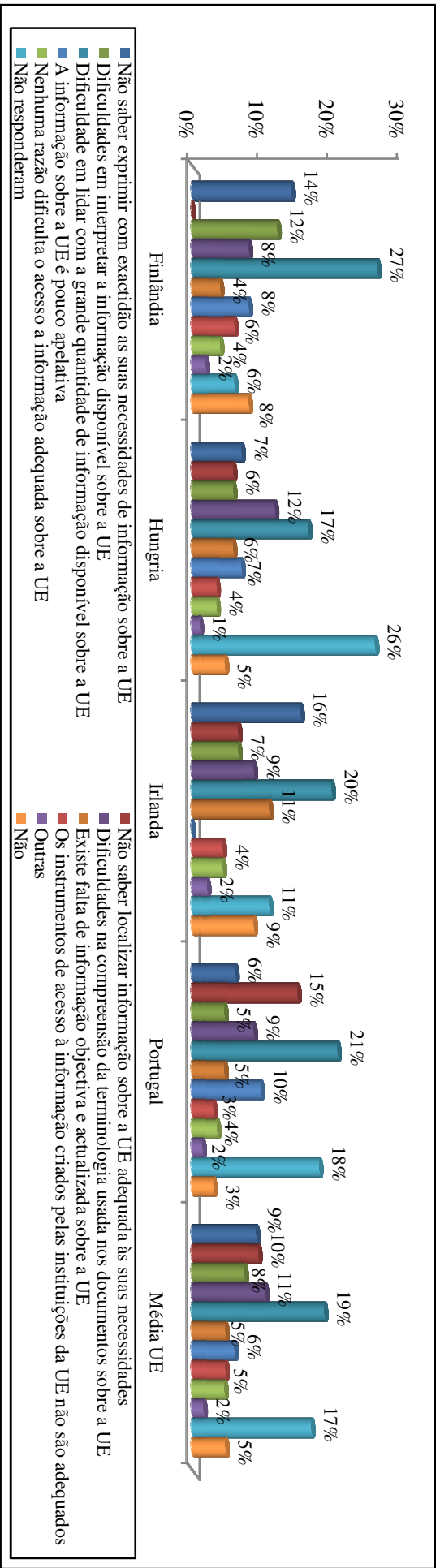


Gráfico XII-13: Razões que dificultam o acesso a informação adequada às suas necessidades segundo a opinião dos utilizadores dos CDE (Q2-22)

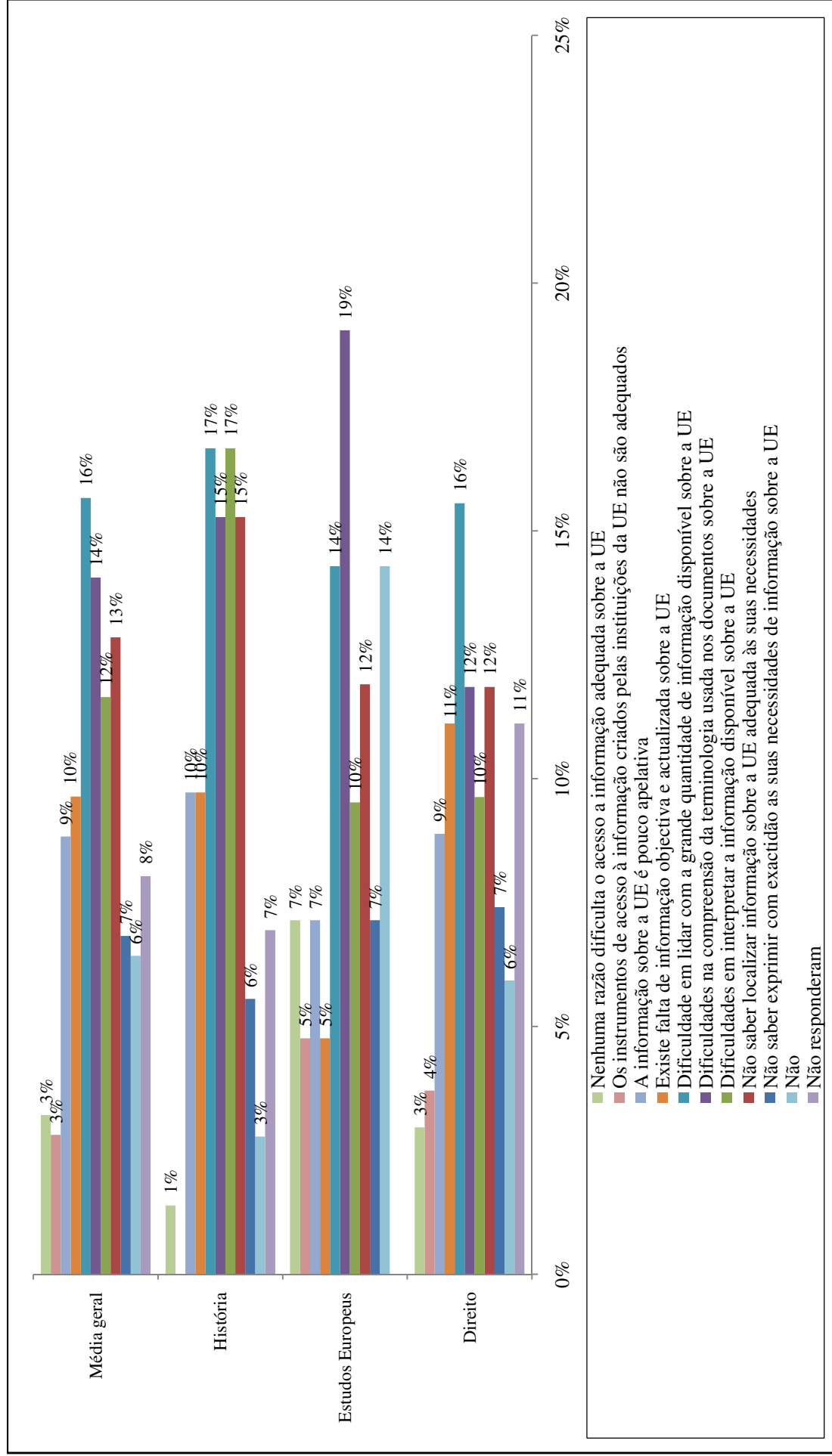


Gráfico XII-14: Razões que dificultam o acesso à informação adequada às suas necessidades segundo a opinião dos estudantes de matérias europeias (Q3-19)

Aliás, um dos problemas apontados pelos responsáveis nas visitas aos CDE foi o facto de receberem muita documentação de divulgação sobre as matérias europeias, com uma abordagem superficial dos assuntos, de tipo factual e com um carácter de marketing ou mesmo propaganda, na opinião de alguns entrevistados ainda que esta ideia tenha sido contestada nas entrevistas realizadas aos responsáveis pelas redes de informação nas Representações da Comissão. Assim, parece tornar-se indispensável uma reformulação dos critérios de distribuição dos documentos pelo SPOCE.¹⁵²⁸

Já no que respeita à opinião dos utilizadores sobre os obstáculos para o acesso a informação adequada às suas necessidades [Gráfico XII-13], a opção com percentagens mais elevadas na média da UE (19%), da Finlândia (27%), da Irlanda (20%) e de Portugal (21%) é a que diz respeito às dificuldades em lidar com a grande quantidade de informação disponível. Esta dificuldade foi já apontada pelos deputados ingleses no Parlamento Europeu, num estudo conduzido por uma equipa liderada por Rita Marcella em 1999. Dos que revelaram dificuldades no acesso à informação, muitos exprimiram «[...] frustration that the amount of information available from a myriade of sources: in comments such as, “you need to spend six months finding out what is available from where, before you can even look for the information you want!”».¹⁵²⁹ Vemos, assim, que apenas no caso finlandês houve coincidência entre a opinião dos responsáveis e a posição dos utilizadores dos CDE.

A Hungria distingue-se dos restantes países porque a percentagem mais elevada de utilizadores (26%) optou por não responder quando interrogada sobre as razões que considerava dificultar o seu acesso a informação europeia. No entanto, o valor desta escolha também é significativo em Portugal (18%) e na média europeia (17%) onde ocupa o segundo lugar, excepto no caso da Finlândia onde está numa posição mais distante (6%) e da Irlanda onde se situa em terceiro, com 11%, depois da opção dos que afirmam não saberem exprimir com exactidão as suas necessidades de informação com 16%. Aliás, esta categoria ocupa também o segundo lugar na Finlândia com 14%.

De resto, a terceira percentagem mais elevada varia bastante entre os quatro países estudados monograficamente, pois na Finlândia corresponde a 12% da opção dificuldades em interpretar a informação disponível sobre a UE, na Hungria cabe a dificuldades na compreensão da terminologia usada nos documentos sobre a UE

¹⁵²⁸ Sobre isto ver ALLEWELDT, Frank – *Op.cit.* p. 50-51.

¹⁵²⁹ MARCELLA, Rita; CARCARY, Iona, BAXTER, Graeme – *Op. cit.* p 175.

também com 12% tal como na média da UE com 11%. Já em Portugal este posto é ocupado pela opção não saber localizar a informação (15%).

Devemos ainda notar que, curiosamente, os inquiridos que consideram que nenhuma razão dificulta o acesso a informação adequada sobre a UE correspondem a uma percentagem de 4% tanto na Finlândia como na Hungria, na Irlanda e em Portugal, sendo que na média europeia esse valor sobe para 5%.

Dentro do conjunto das opções de resposta disponíveis poderemos distinguir as razões que derivam de dificuldades ou da falta de conhecimento dos próprios inquiridos das razões que surgem de motivos que lhes são exteriores.

Assim, consideramos que as cinco primeiras opções (não saber exprimir com exactidão as suas necessidades de informação sobre a UE; não saber localizar informação sobre a UE adequada às suas necessidades; dificuldades em interpretar a informação disponível sobre a UE; dificuldades na compreensão da terminologia usada nos documentos sobre a UE e, por último, dificuldade em lidar com a grande quantidade de informação disponível sobre a UE) pertencem ao primeiro grupo. Correspondem, portanto, a problemas que podem ser solucionados através de um trabalho direccionado para o desenvolvimento de competências de literacia da informação dos utilizadores dos CDE.

No segundo grupo, incluímos três opções, a saber: existe falta de informação objectiva e actualizada sobre a UE; a informação sobre a UE é pouco apelativa e os instrumentos de acesso à informação criados pelas instituições da UE não são adequados. Estes motivos parecem, à primeira vista, exclusivamente derivados de deficiências da própria informação europeia e portanto seriam independentes dos utilizadores. No entanto, não poderemos estabelecer uma divisão completamente estanque entre os dois grupos porque, na verdade, a percepção dos utilizadores sobre o facto de a informação não ser actualizada ou dos instrumentos de acesso não serem adequados, pode ter origem no seu desconhecimento de fontes actualizadas ou de não saberem tirar partido das potencialidades dos instrumentos de acesso à informação criados pelas instâncias europeias. Assim, para determinar com maior rigor o peso deste factor seria útil, por exemplo, um estudo sobre a ergonomia das bases de dados para o acesso à informação europeia ou uma análise nos mesmos moldes do portal EUROPA. Na realidade, todas as opiniões que ouvimos durante as nossas entrevistas apontam para a complexidade destes meios e das dificuldades que daí decorrem para o seu uso

correcto, mas estas perspectivas deveriam ser reforçadas ou refutadas com base em estudos científicos sobre este âmbito.

De qualquer forma e tendo em conta as ressalvas que apontamos, podemos referir que os utilizadores dos CDE consideram as suas dificuldades de acesso a informação europeia adequada às suas necessidades derivadas, na maioria das vezes, de razões que lhes são próprias. De facto, se somarmos as percentagens das cinco primeiras categorias, tanto em cada um dos países (Finlândia: 61%; Hungria: 48%; Irlanda: 59% e Portugal 56%) como na média europeia (57%) obtemos sempre valores superiores a 50%. Já se somarmos as percentagens das três categorias do segundo grupo obtemos percentagens sempre abaixo dos 20% (Finlândia: 18%; Hungria: 17%; Irlanda: 15%; Portugal: 18% e média europeia: 16%).

Deveremos ainda assinalar que as percentagens apresentadas na opção “não” correspondem aos utilizadores que escolheram afirmar que nenhuma razão dificultava o acesso à informação europeia e, por isso, não escolheram mais nenhuma opção.

No que respeita aos resultados do inquérito aos estudantes de matérias europeias [Gráfico XII-14], verificamos que a opção mais frequentemente seleccionada em Direito (16%), em História (17%), aqui em paridade com a opção dificuldades em interpretar a informação disponível sobre a UE, e na média geral (16%) foi a que apontava para a dificuldade em lidar com a grande quantidade de informação disponível sobre a UE. Curiosamente, em Estudos Europeus, a opção mais escolhida pelos alunos foi a que diz respeito às dificuldades na compreensão da terminologia usada nos documentos das instituições europeias. Assim, estes alunos que deveriam ser os mais familiarizados com o “euro-jargão” são os que o consideram o principal obstáculo na sua relação com a informação europeia. No entanto, deveremos notar que estes alunos são os que apresentam a percentagem mais elevada (7%) na opção indicando que não existe nenhuma razão que dificulte o acesso a informação europeia, obtendo, por isso mesmo, uma percentagem elevada na opção “não”.

Na média geral, a segunda opção mais assinalada para justificar a dificuldade em aceder a informação europeia corresponde às dificuldades na compreensão da terminologia dos documentos sobre a UE (14%). Já em Direito, a segunda percentagem mais elevada, 12%, aplica-se também a esta opção e ao facto de não saberem localizar a informação sobre a UE adequada às suas necessidades. Para os alunos de História estas também são as duas opções com a percentagem mais elevada, equivalendo a 15%.

Aplicámos, novamente, a distinção entre as razões inerentes aos sujeitos e as que lhes são exteriores no que diz respeito às dificuldades de acesso à informação europeia. Assim, verificamos, tal como no caso do inquérito aos utilizadores dos CDE, que da soma das percentagens equivalentes às categorias incluídas em cada grupo, os motivos derivados de deficiências ou desconhecimento dos próprios indivíduos são preponderantes em relação às razões que lhes podem ser exteriores.

XII.6. Razões que facilitam o acesso a informação sobre a UE

Depois de averiguarmos as razões que dificultam o acesso a informação de índole europeia com base na opinião de três tipos de utilizadores, iremos, de seguida, analisar as razões que os mesmos consideram passíveis de facilitar esse acesso.

No inquérito aos responsáveis do CDE, esta pergunta incluía oito opções de resposta, recuperando algumas da questão sobre as razões que dificultavam o acesso à informação sobre a UE. As escolhas disponíveis para selecção eram as seguintes: não tenho informação para responder a esta questão; os utilizadores conhecem bem os instrumentos de acesso à informação da UE; os instrumentos de acesso à informação criados pelas instituições da UE são eficazes; a informação sobre a UE é objectiva e actualizada; a informação sobre a UE tem uma apresentação apelativa; as instituições da UE disponibilizam prontamente toda a informação solicitada pelos utilizadores além da opção “outras”. Não havendo limites pré-estabelecidos para o número de opções escolhidas, justifica-se o facto de a soma das percentagens dos resultados obtidos não perfazer os 100% em cada um dos quatro países e na média europeia.

Na média europeia (34%) e na Finlândia (40%), a opção mais escolhida foi a que aponta o facto de a informação sobre a UE ser objectiva e actualizada [Gráfico XII-15]. Paralelamente, devemos realçar o facto de esta escolha ocupar o segundo lugar *ex aequo* com a opção indicando que os instrumentos de acesso à informação criados pela UE são eficazes em três países: Hungria (45%), Irlanda (40%) e Portugal (42%). Mas também esta segunda opção atinge percentagens muito próximas da primeira na Finlândia (30%) e na média europeia (33%). Aqui, poderemos recordar as palavras de Magdalena Reifs López sobre a política de informação da UE:

Por esta razón, la calidad de la información y los canales y formas en que la misma se proporciona constituyen el elemento característico y principal de la Política de Información de la Comisión Europea (PIC), en la certeza de que una información que no sea plena, completa, sencilla, clara y com acceso no selectivo a las fuentes,

redundará en una inflación de material transmitido pero no en un efectivo conocimiento del mensaje.

Desde el punto de vista del receptor, la información tiene que ser de fácil uso, de rápida disponibilidad, fiable y formalmente adecuada para el público general, los dirigentes políticos, los formadores de opinión y otros tipos específicos de audiencia que pueda resultar destinataria de la misma.¹⁵³⁰

Por outro lado, devemos atender ao facto de as opções indicando que as instituições da UE disponibilizam a informação solicitada (Finlândia: 20%; Hungria: 27%; Irlanda: 20%; Portugal: 21% e média da UE: 17%) e que a informação sobre a UE tem uma apresentação apelativa (Finlândia: 10%; Hungria: 27%; Irlanda: 20%; Portugal: 37% e média da UE: 21%) atingirem percentagens não displicentes.

Assim, somando as percentagens destas quatro categorias, verificamos que em todos os casos o total obtido constitui uma parte variável mas muito significativa da adição de todos os valores em cada um dos países e na média europeia (Finlândia: 180/100; Hungria: 190/144; Irlanda: 140/120; Portugal: 206/142 e média da UE: 166/105).

Com base nestes elementos podemos verificar que os responsáveis dos CDE atribuem a facilidade de acesso a informação de índole europeia, não às capacidades dos utilizadores, mas às qualidades da informação, dos instrumentos de acesso e do sistema que a produz e divulga. Fazem, portanto, uma avaliação positiva destes factores externos aos indivíduos que procuram a informação em detrimento das suas capacidades intrínsecas para identificar as necessidades e efectuar a pesquisa.

Por fim, deveremos salientar que a percentagem de responsáveis dos CDE a afirmar não dispor de informação para responder a esta pergunta atingiu, em alguns casos, percentagens relevantes: Finlândia: 30%; Hungria: 36%; Irlanda: 20%; Portugal: 11% e média europeia 18%.

¹⁵³⁰ REIFS LÓPEZ, Magdalena – “La política de la información y la comunicación en la Unión Europea”. *Cuadernos de integración europea*. ISSN 1885-1754, n.º 6 (2006), p. 20.

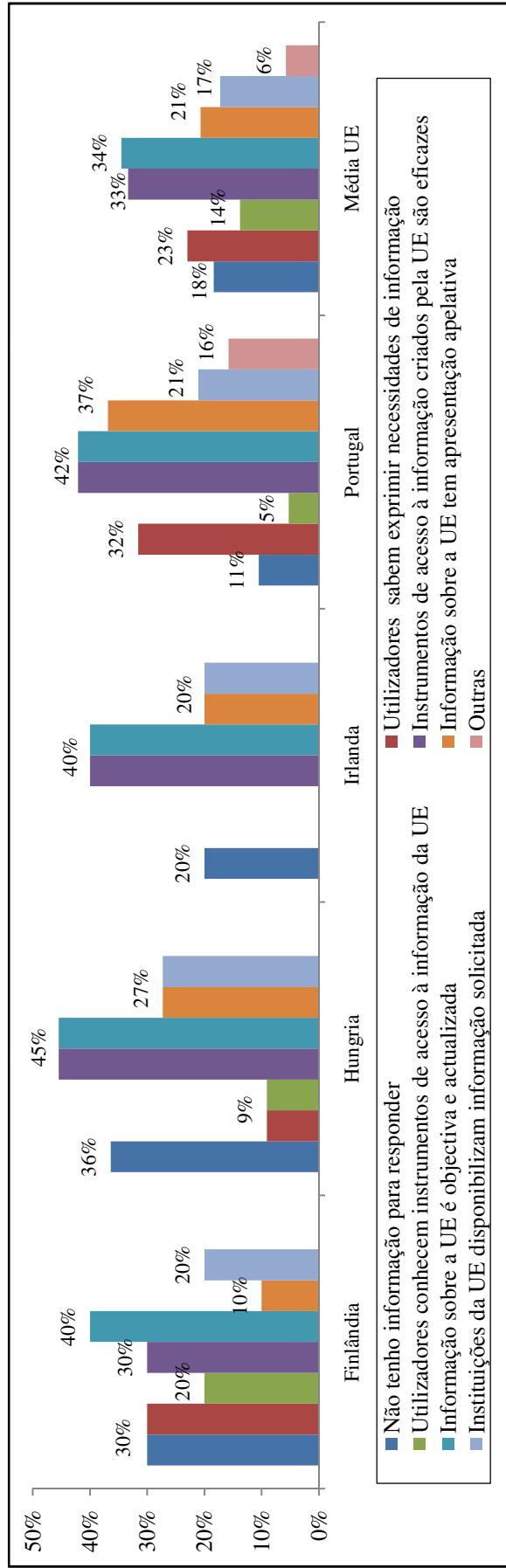


Gráfico XII-15: Razões que facilitam o acesso à informação sobre a UE adequada aos utilizadores segundo a opinião dos responsáveis dos CDE (Q1A-28; Q1B-24)

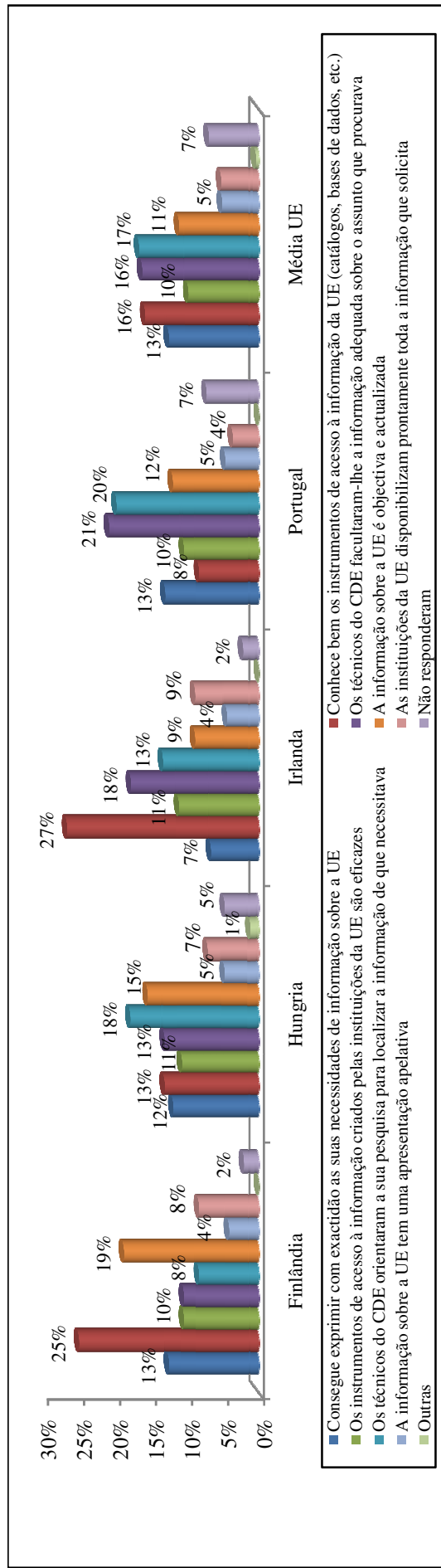


Gráfico XII-16: Razões que facilitam o acesso à informação sobre a UE adequada às suas necessidades segundo a opinião dos utilizadores dos CDE (Q2-23)

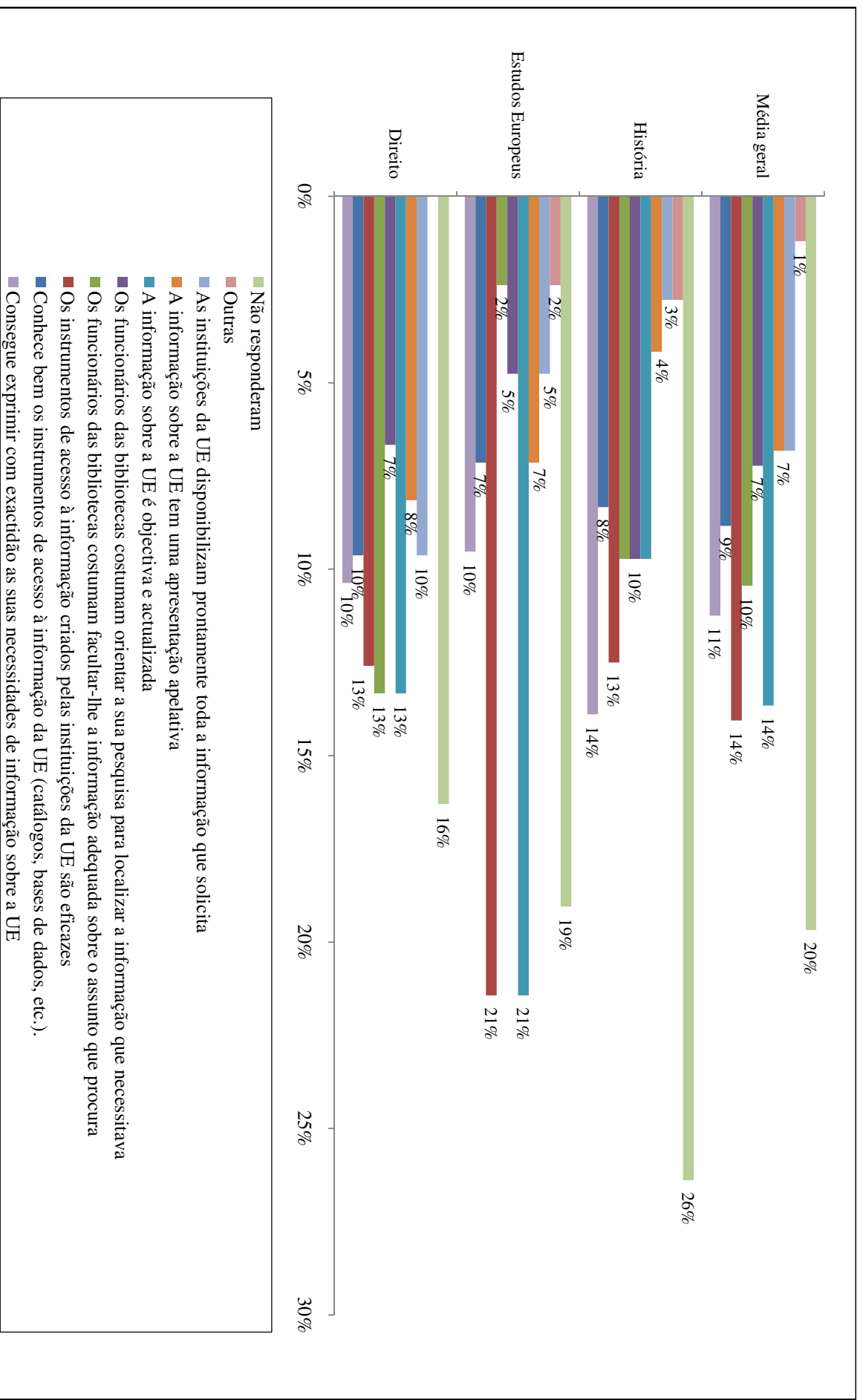


Gráfico XII-17: Razões que facilitam o acesso a informação sobre a UE adequada às suas necessidades segundo a opinião dos estudantes de matérias europeias (Q3-20)

Já no inquérito aos utilizadores dos CDE, pedia-se que escolhessem as três opções que consideravam facilitar mais o seu acesso à informação europeia. O questionário apresentava nove *itens* para selecção, a saber: consegue exprimir com exactidão as suas necessidades de informação sobre a UE; conhece bem os instrumentos de acesso à informação da UE (catálogos, bases de dados, etc.); os instrumentos de acesso à informação criados pelas instituições da UE são eficazes; os técnicos do CDE facultaram-lhe a informação adequada sobre o assunto que procurava; os técnicos do CDE orientaram a sua pesquisa para localizar a informação de que necessitava; a informação sobre a UE é objectiva e actualizada; a informação sobre a UE tem uma apresentação apelativa; as instituições da UE disponibilizam prontamente toda a informação que solicita. Também aqui existia a opção “outras”. Esta pergunta e os seus *itens* de resposta foi repetida no questionário aos estudantes de matérias europeias.

Vejam, agora, os resultados obtidos no inquérito aos utilizadores dos CDE [Gráfico XII-16]. Aqui, as percentagens encontram-se muito mais diluídas por valores semelhantes do que no gráfico anterior, pois a percentagem mais alta não chega aos 30%. Com efeito, este lugar cabe a uma escolha dos utilizadores irlandeses, 27% dos quais consideraram que o factor de maior influência para facilitar o seu acesso a informação de índole europeia derivava do facto de conhecerem bem os instrumentos de acesso à informação europeia, incluindo catálogos e bases de dados, entre outros. Esta categoria obteve também o valor mais elevado na Finlândia com 25%, enquanto na média europeia ocupa o segundo lugar (16%) em paridade com a opção indicando que os técnicos do CDE orientaram a sua pesquisa. De resto, na Hungria, fica em terceiro lugar, com a percentagem de 13%, *ex aequo* com a opção indicando que os técnicos do CDE facultam a informação procurada. Já em Portugal, fica-se pelos 8%.

Aliás, devemos notar que em Portugal as duas percentagens mais altas correspondem às opções indicando que os técnicos dos CDE facultam a informação desejada (21%) e que os técnicos do CDE orientaram a sua pesquisa (20%). No entanto, para a situação em que os técnicos entregam a informação desejada ao utilizador, poderemos criticar uma postura demasiado passiva por parte deste que até obtém os dados desejados, mas não saberá como fazê-lo numa outra oportunidade, não desenvolvendo competências informacionais devido à ajuda total proporcionada pelo técnico.

De qualquer forma, a intervenção dos técnicos para o acesso à informação europeia parece ser bastante valorizada pelos utilizadores, pois na média europeia

apresentam percentagens de 16%, quando os técnicos facultam a informação adequada às necessidades, e de 17%, quando os técnicos orientam a pesquisa. Na Irlanda, as mesmas opções registam 18% e 13%, respectivamente, enquanto na Hungria as percentagens correspondem a 13% e 18%. Só no caso da Finlândia é que estas opções apresentam percentagens mais baixas com 10% e 8%.

Neste último país, temos de salientar que a segunda escolha dos utilizadores recaiu sobre a opção estabelecendo que a informação sobre a UE era objectiva e actualizada (19%). Na Hungria a mesma escolha apresenta um valor de 15%, na Irlanda de 9%, em Portugal de 12% e na média europeia de 11%.

Iremos aplicar outra vez a distinção entre os factores internos e os externos aos indivíduos para determinar o acesso a informação sobre a temática europeia. Assim, verificamos que os factores exteriores são predominantes no facilitar o acesso a esta informação, pois os factores atribuíveis a capacidades dos próprios indivíduos, presentes nas duas primeiras opções (consegue exprimir com exactidão as suas necessidades de informação e conhece bem os instrumentos de acesso à informação da EU) obtêm sempre menos de metade da percentagem total resultante da soma dos valores de todos os *itens* de resposta disponíveis. De facto, na Finlândia temos 38%, na Hungria 25%, na Irlanda 34%, em Portugal 21% e na média da UE 29%. Portanto, também os utilizadores dos CDE atribuem o sucesso da sua pesquisa a factores que lhes são externos.

Quanto ao inquérito aos estudantes de matérias europeias [Gráfico XII-17], um dos factos mais relevantes decorre das percentagens mais elevadas na média geral (20%), em História (26%), em Estudos Europeus (19%) e em Direito (16%) caberem ao *item* indicando os que não responderam. Estes resultados podem ilustrar o fraco grau de adesão ao inquérito por parte dos alunos, mas podem também indiciar a sua incapacidade para identificar os factores que facilitam o acesso a informação sobre a UE. Com efeito, pode ser mais fácil descortinar os obstáculos que dificultam esse acesso do que os aspectos positivos que auxiliam a satisfação das necessidades de informação neste sector.

Com base nos que escolheram as opções disponíveis, podemos constatar que na média geral as duas categorias mais escolhidas estão em paridade com a percentagem de 14% e dizem respeito à informação sobre a UE ser objectiva e actualizada e aos instrumentos de acesso à informação serem eficazes. Esta última opção foi a terceira mais escolhida pelos alunos de História, com 13%, a seguir ao facto de conseguirem

expressir com exactidão as suas necessidades de informação (14%). Em Estudos Europeus, ambas com 21%, temos as duas mesmas escolhas que na média geral. Já em Direito, a segunda percentagem mais elevada corresponde a 13% e aplica-se a três categorias: a informação é objectiva e actualizada, os técnicos facultam a informação desejada e os instrumentos de acesso à informação são eficazes.

Portanto, vemos que também aqui não existe uma avaliação positiva acerca das capacidades individuais de cada um para aceder a informação europeia porque a soma das duas opções relativas a essas capacidades varia entre os 17%, em Estudos Europeus, e os 22%, em História. Já o serviço prestado pelos funcionários das bibliotecas é avaliado de forma bastante distinta por parte de alunos de cursos diferentes. Com efeito, se para os alunos de Estudos Europeus a soma das duas opções indicando o seu contributo atinge apenas os 7%, em Direito e História chega aos 20%, enquanto na média europeia regista 17%.

XII.7. Aspectos valorizados no acesso a informação sobre a UE

Nos três inquéritos distribuídos incluímos também uma pergunta acerca dos aspectos mais valorizados pelos utilizadores no acesso à informação europeia. Naturalmente, como nos casos descritos anteriormente, para os responsáveis dos CDE tratava-se de uma resposta opinativa.

A formulação da pergunta solicitava a escolha de três aspectos de uma lista contendo seis *itens*, a saber: facilidade no acesso à informação; informação disponível em língua materna; informação disponível em suporte electrónico; informação actualizada; informação imparcial e informação compreensível. No caso do inquérito aos responsáveis dos CDE, incluía-se ainda a opção “outros”.

No que respeita a este conjunto de escolhas, poderemos distinguir as que estão mais relacionadas com os aspectos de acesso físico à informação das que se prendem com características inerentes à informação enquanto um conteúdo específico. No primeiro grupo incluímos a facilidade no acesso à informação e a informação disponível em suporte electrónico. Já no segundo conjunto cabem as restantes opções, nomeadamente a informação actualizada, imparcial e compreensível. A questão da informação em língua materna prende-se com os aspectos relacionados com a tradução e também se pode inserir neste último grupo.

De seguida, iremos analisar os dados obtidos nos três inquéritos, procurando estabelecer comparações pontuais.

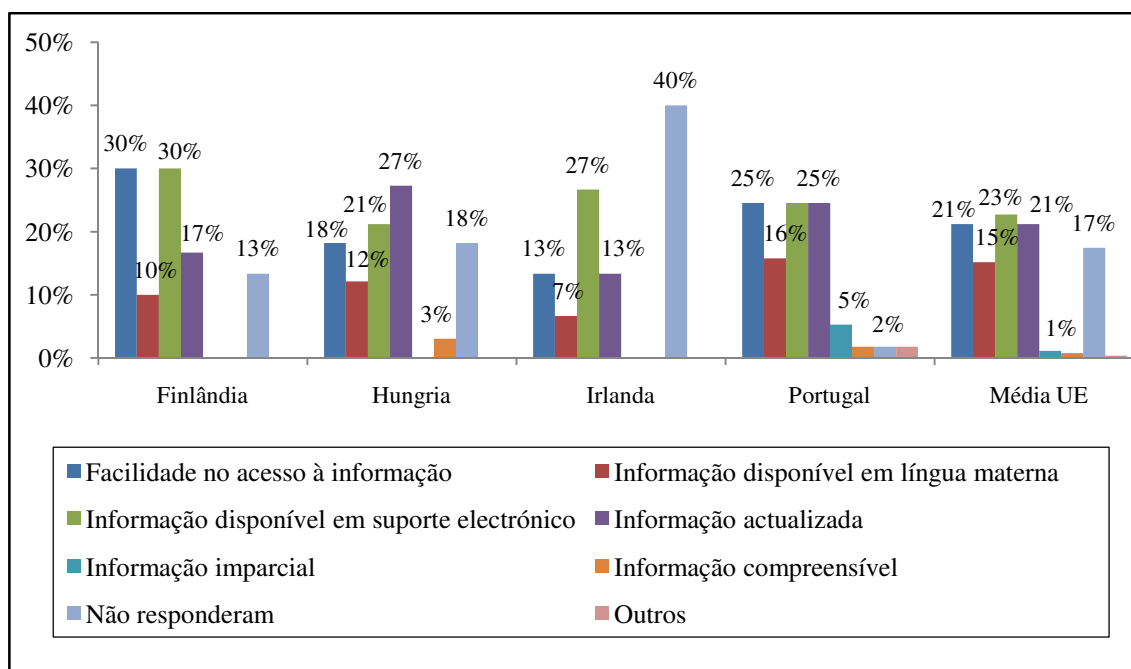


Gráfico XII-18: Os três aspectos mais valorizados pelos utilizadores no acesso à informação segundo a opinião dos responsáveis dos CDE (Q1A-29; Q1B-25)

Sobre os resultados dos inquéritos aos responsáveis dos CDE, podemos salientar que, na média europeia, as duas percentagens mais elevadas apresentam valores muito semelhantes [Gráfico XII-18]. Neste contexto, destaca-se a opção informação disponível em suporte electrónico com 23%. Mas é seguida de perto por duas opções com 21%: a facilidade no acesso à informação e a informação actualizada.

Em Portugal, estas três opções registam em paridade a percentagem mais elevada (25%). Já na Finlândia, as duas opções relacionadas com o acesso físico à informação obtêm a primeira percentagem, com 30%, enquanto a categoria relativa à informação actualizada apresenta um valor de quase metade (17%) ainda que ocupe o segundo lugar.

Pelo contrário, na Hungria, esta escolha da informação actualizada apresenta o valor mais alto com 27%, seguindo-se a informação acessível em suporte electrónico (21%) e, depois, a facilidade no acesso à informação (18%), em terceiro lugar *ex aequo* com os que optaram por não responder. Por fim, na Irlanda, destaca-se a percentagem de 40% relativa aos que também optaram por não responder indicando que os responsáveis dos CDE não conhecem os aspectos que os seus utilizadores valorizam no acesso à informação. Neste país, o aspecto mais valorizado para aceder à informação prende-se com o facto de esta existir em suporte electrónico (27%), seguem-se-lhe, em paridade, os *itens* facilidade no acesso à informação e informação actualizada, com 13%.

Deveremos, ainda, registar que os aspectos relacionados com as condições de acesso físico à informação (facilidade no acesso à informação e informação disponível em suporte electrónico) apresentam, em conjunto, percentagens significativas que variam entre os 39% da Hungria e os 60% da Finlândia, sendo que na Irlanda totalizam 40%, em Portugal 50% e na média europeia 44%. Todavia, isto significa também que, adicionando os valores das percentagens das opções relativas as características inerentes à própria informação (informação em língua materna, actualizada, imparcial e compreensível), se registam três médias inferiores, uma média igual e outra superior. Com efeito, obtêm-se as percentagens seguintes: Finlândia: 27%; Hungria: 42%; Irlanda: 20%; Portugal: 50% e média da UE: 38%.

Além disso, as opções informação imparcial e compreensível apresentam valores muito baixos, nunca superiores a 5%, e em vários casos percentagens nulas. Neste sentido, parece que os responsáveis dos CDE consideram que os seus utilizadores não atribuem grande relevância a estas características da informação o que não deixa de ser estranho se tivermos em conta que se trata de um público especializado, orientado para a pesquisa ou o ensino da temática europeia que deveria valorizar ambos os aspectos mas sobretudo a imparcialidade da informação e a sua objectividade.

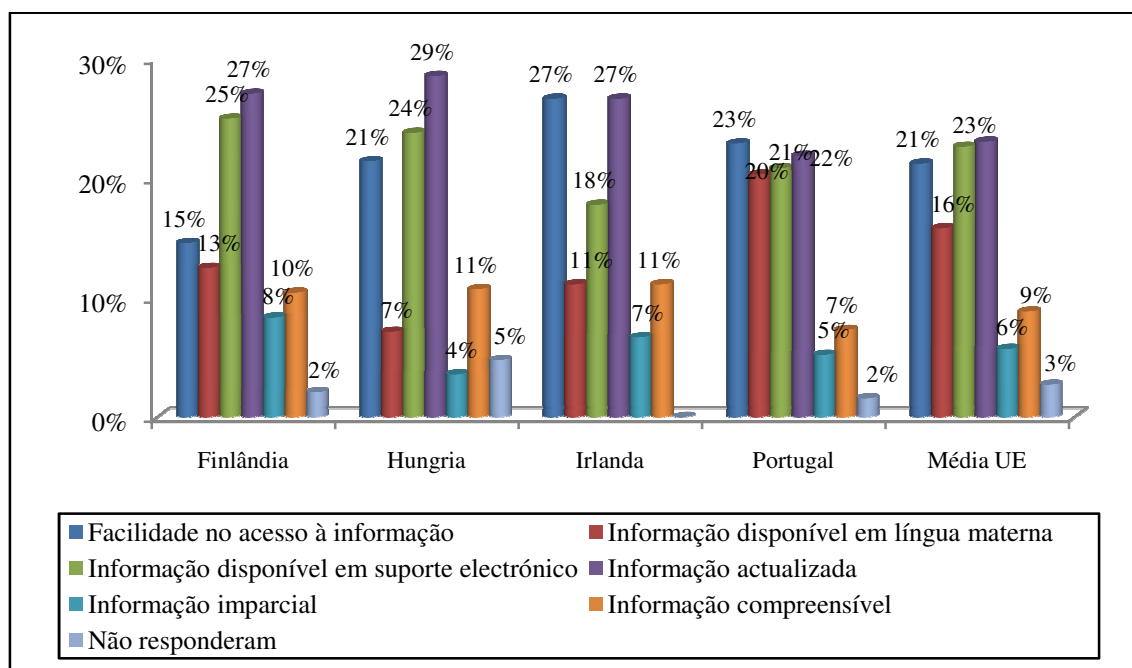


Gráfico XII-19: *Os três aspectos mais valorizados pelos utilizadores no acesso à informação sobre a UE (Q2-24)*

No inquérito aos utilizadores dos CDE [Gráfico XII-19], constata-se que as duas opções mais valorizadas parecem ser o facto de a informação estar disponível em suporte electrónico e de ser informação actualizada. De facto, estas duas opções

registam a percentagem mais elevada na média europeia, com 23% ambas. Na Finlândia, a informação actualizada situa-se em primeiro lugar, com 27%, e a informação em suporte electrónico em segundo, com 25%. Já em Portugal também se segue esta tendência, sendo que a primeira opção referida apresenta uma percentagem de 22%, enquanto a segunda regista 21%; no entanto, o primeiro lugar cabe à facilidade no acesso à informação, com 27%. No caso da Irlanda, a situação varia um pouco, pois o primeiro lugar é ocupado *ex aequo*, com 27%, por esta mesma opção e pela informação actualizada, ao passo que a informação electrónica regista apenas 17%.

Aliás, a facilidade no acesso à informação situa-se nos outros casos em segundo ou terceiro lugar, no que diz respeito aos aspectos que promovem o acesso à informação europeia, de acordo com a perspectiva dos utilizadores dos CDE. Assim, na Finlândia regista 15%, na Hungria 21% e na média da UE 21%.

Convém, ainda, notar que a informação disponível em língua materna constitui um factor importante na opinião dos utilizadores dos CDE, pois chega a atingir 20% em Portugal e 16% na média da UE. Pelo contrário, na Hungria fica-se pelos 7%, na Irlanda atinge os 11% e na Finlândia os 13%. Estas variações demonstram as diferenças no que respeita ao domínio de outras línguas por parte dos utilizadores de países diferentes. Todavia, no caso irlandês, sendo que é o inglês é uma língua oficial no país, as dificuldades em encontrar informação disponível neste idioma são diminutas.

Relativamente à opinião dos responsáveis dos CDE, temos de registar que a tendência presente nos resultados do seu inquérito, indicando que os utilizadores valorizam mais os aspectos relacionados com o acesso físico à informação do que com as características inerentes à própria informação, não fica comprovada com os dados obtidos nos questionários aos utilizadores dos CDE.

De facto, somando os valores das opções facilidade no acesso à informação e informação disponível em formato electrónico, obtemos sempre percentagens inferiores às registadas na soma dos resultados apresentados pelas opções informação actualizada, imparcial, compreensível e em língua materna. Assim, para o primeiro conjunto registamos as seguintes percentagens: Finlândia 40%; Hungria e Irlanda: 45%; Portugal e média europeia: 44%. Já o segundo conjunto apresenta valores superiores: Finlândia: 58%; Hungria: 51%; Irlanda: 56%; Portugal e média da UE: 54%.

Coincidindo com a opinião dos responsáveis dos CDE, os utilizadores não atribuem grande relevância ao facto de a informação ser imparcial e compreensível. Com efeito, a primeira destas categorias regista percentagens sempre abaixo dos 10%:

Finlândia: 8%; Hungria: 4%; Irlanda: 7%; Portugal: 5% e média da UE: 6%. Por sua vez, a opção informação compreensível obtém valores um pouco acima: Finlândia: 10%; Hungria e Irlanda: 11%; Portugal: 7% e média da UE: 9%. Portanto, os utilizadores dos CDE consideram mais relevante a informação ser compreensível do que imparcial.

Por fim, podemos notar que aqui as percentagens dos que não responderam são bastante reduzidas, oscilando entre os 5% e os 2%.

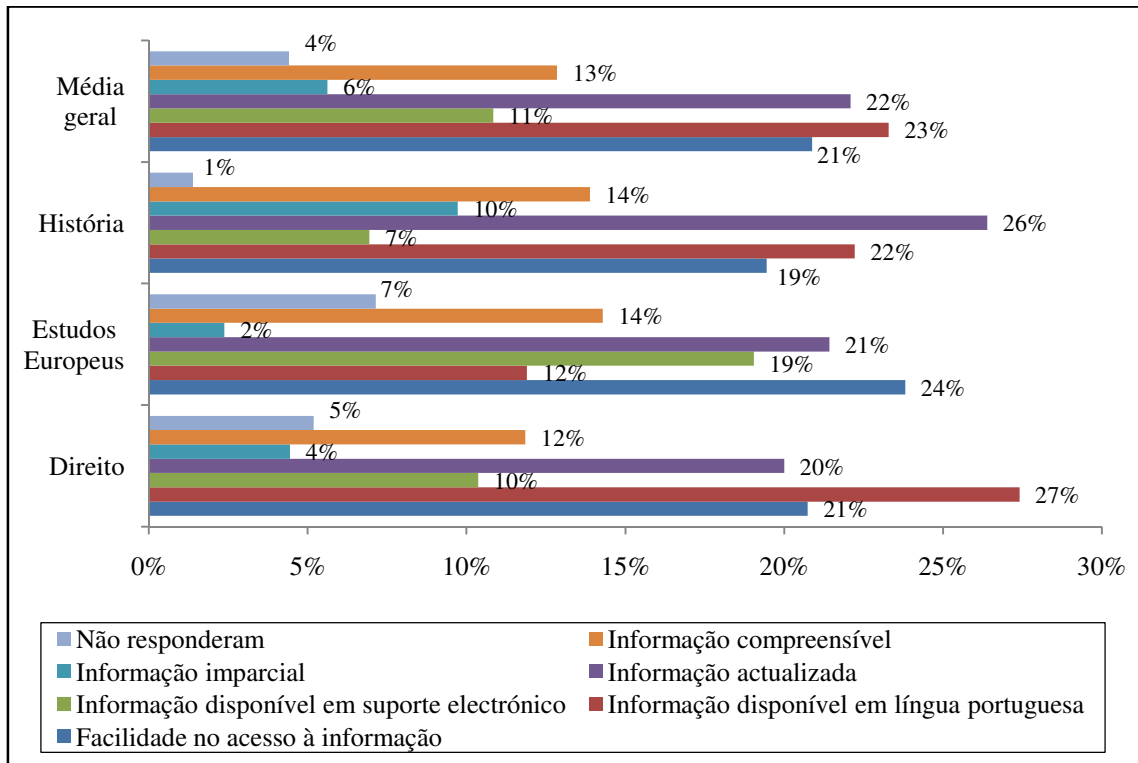


Gráfico XII-20: *Os três aspectos mais valorizados pelos estudantes de matérias europeias no acesso à informação sobre a UE (Q3-19)*

Nos resultados do inquérito aos estudantes de matérias europeias [Gráfico XII-20], constata-se que, na média geral, a opção com percentagem mais elevada se aplica a informação disponível em língua portuguesa, com 23%, a qual ocupa o mesmo lugar no grupo dos alunos de Direito com um valor ainda mais elevado (27%). No entanto, em História (22%), está apenas em segundo lugar e em Estudos Europeus fica-se pelo quinto lugar com 12%. Assim, estes últimos alunos parecem ser os que apresentam maiores competências linguísticas, as quais, aliás, devem ser fundamentais no seu futuro campo profissional.

Ainda na média geral, a informação actualizada, com 22%, representa a opção com a segunda percentagem mais elevada, tal como no caso de Estudos Europeus (21%) e de Direito (20%), enquanto em História ocupa o primeiro lugar com 26%.

Já em Estudos Europeus, a percentagem mais elevada, equivalente aos 24%, registados na opção indicando a facilidade no acesso à informação. Esta escolha obtém 21%, na média geral, correspondendo ao terceiro lugar, e em Direito, onde ocupa o segundo lugar. Em História cabem-lhe 19%, equivalentes também a um terceiro lugar.

Poderemos notar que neste grupo dos alunos de Estudos Europeus, a opção relativa à informação disponível em suporte electrónico não regista valores muito elevados, pois se em Estudos Europeus chega aos 19%, na média geral fica-se pelos 11%, em Direito pelos 10% e em História desce para 7%.

Temos de registar que a opção informação imparcial apresenta percentagens muito baixas (Direito: 4%; Estudos Europeus: 2%; História 10% e média geral: 6%), nitidamente inferiores à informação compreensível (Direito: 12%; Estudos Europeus e História: 14% e média geral: 13%). Assim, tal como os utilizadores dos CDE, os alunos de matérias europeias valorizam mais a segunda do que a primeira.

XII.8. Melhores meios e fontes para obter informação sobre a UE

Em duas perguntas do inquérito aos utilizadores dos CDE e em três no que foi feito aos estudantes de matérias europeias, procurámos conhecer os melhores meios e fontes para aceder a informação sobre a temática europeia. De seguida, iremos tratar da análise das respostas obtidas.

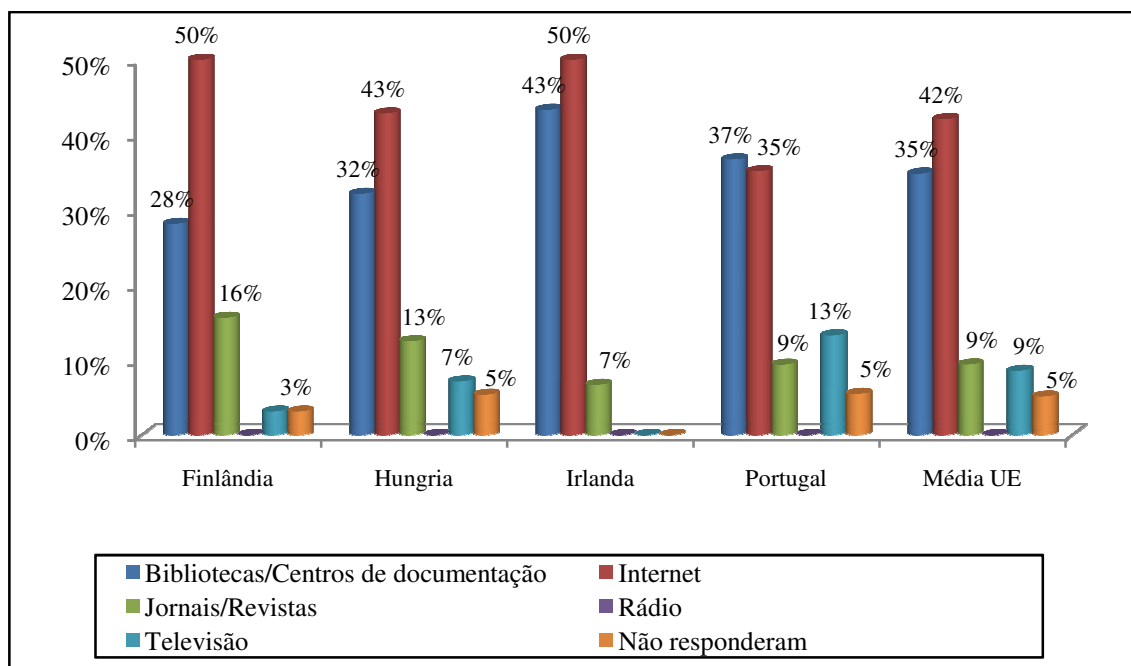


Gráfico XII-21: *Os dois melhores meios para obter informação sobre a UE na opinião dos utilizadores dos CDE (Q2-10)*

Na pergunta acerca dos melhores meios para obter informação sobre a UE os *itens* de resposta disponíveis eram os seguintes: bibliotecas/centros de documentação; Internet; jornais/revistas; rádio e televisão. Estas opções de escolha estavam também disponíveis no questionário aos alunos de matérias europeias, mas aí a formulação da pergunta variou um pouco, pois pedia-se para indicarem os dois melhores meios para obter informação geral e quotidiana sobre a UE.

Quanto aos resultados dos utilizadores dos CDE, verificamos que as duas primeiras opções elencadas são as que apresentam destacadamente percentagens mais elevadas. Assim, na média europeia (42%), na Finlândia (50%), na Hungria (43%) e na Irlanda (50%), a Internet está em primeiro lugar nas preferências destes inquiridos. Só no caso português é que as bibliotecas/centros de documentação aparecem em primeiro lugar com 37% e a Internet em segundo com 35%. Nos restantes países (Finlândia: 28%; Hungria: 32%; Irlanda: 43%) e na média da UE (35%) as bibliotecas/centros de documentação aparecem em segundo lugar, em alguns casos com percentagens muito próximas da Internet, enquanto noutros casos com uma diferença mais significativa. De resto, este lugar destacado das bibliotecas/centros de documentação era de esperar visto os inquiridos terem respondido ao questionário porque justamente frequentavam um CDE.

Com valores muito distantes encontramos as outras opções. Os jornais e revistas, que tanto podem ser entendidos na sua versão impressa como on-line, ocupam o terceiro lugar na Finlândia (16%), na Hungria (13%), na Irlanda (7%) e na média europeia (9%), aqui *ex aequo* com a televisão. Aliás, Portugal é o único país onde este meio de comunicação social se situa em terceiro lugar com 13%, pois nos restantes apresenta valores residuais (Finlândia: 3%; Hungria: 7%). De realçar, igualmente, o facto de a rádio apresentar percentagens nulas em todos os contextos.

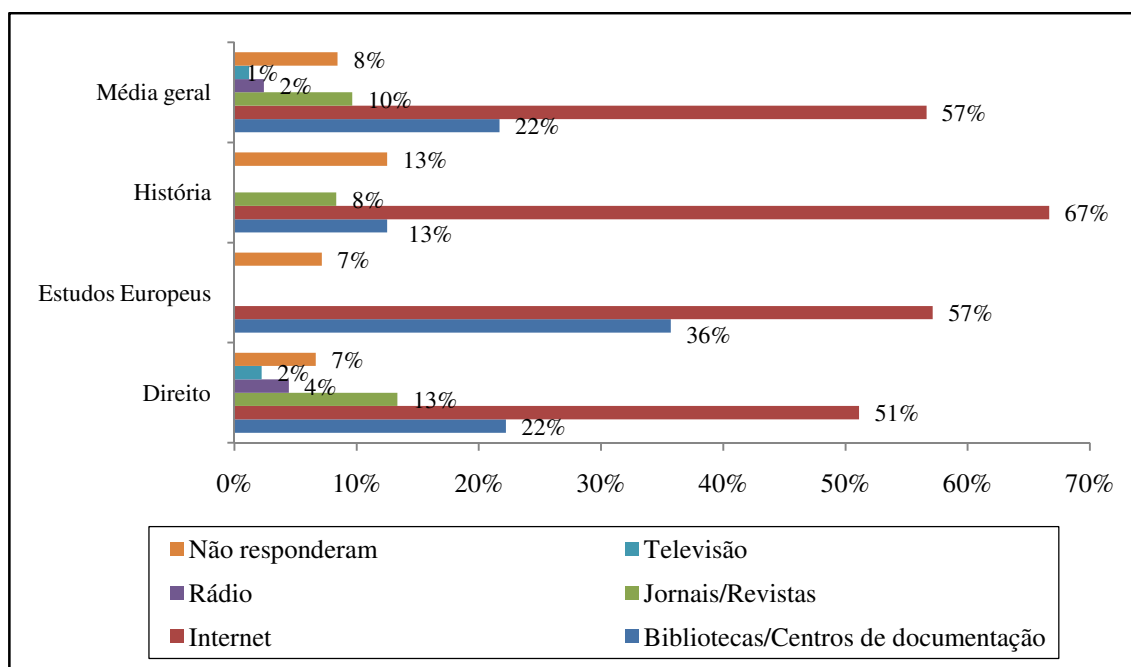


Gráfico XII-22: *Os dois melhores meios para obter informação geral e quotidiana sobre a UE na opinião dos estudantes de matérias europeias (Q3-8)*

A tendência demonstrada pelos utilizadores dos CDE, para preferir a Internet e as bibliotecas/centros de documentação para aceder a informação sobre a temática da UE, acentua-se nos estudantes de matérias europeias para obter informação geral e quotidiana no mesmo âmbito. De facto, este grupo marca uma preferência muito enfática pela Internet, já que esta escolha apresenta sempre percentagens acima dos 50% (média geral: 57%; História: 67%; Estudos Europeus: 57% e Direito 51%) [Gráfico XII-22]. No entanto, se recordarmos os aspectos valorizados pelos alunos para aceder a informação europeia, verificamos que a informação disponível em suporte electrónico não apresentava valores muito significativos [Gráfico XII-20].

Aqui as bibliotecas/centros de documentação ocupam igualmente o lugar de segunda opção com valores mais elevados mas com números muito inferiores à Internet. Assim, se em Estudos Europeus conseguem 36%, em Direito e na média geral 22%, em História ficam-se pelos 13%.

O terceiro lugar cabe aos jornais e revistas com percentagens entre os 10% (média geral) e 13% em Direito, com o valor intermédio de 8% em História. Em Estudos Europeus esta opção não foi escolhida por nenhum dos inquiridos pois neste grupo apenas foram seleccionadas as opções Internet e bibliotecas/centros de documentação.

Podemos ainda notar que a rádio ignorada pelos utilizadores dos CDE foi alvo de escolha por parte de 4% dos alunos de Direito, os quais também seleccionaram a

televisão com uma percentagem de 2%. No entanto, estas escolhas não constam das preferências de nenhum aluno de Estudos Europeus nem de História.

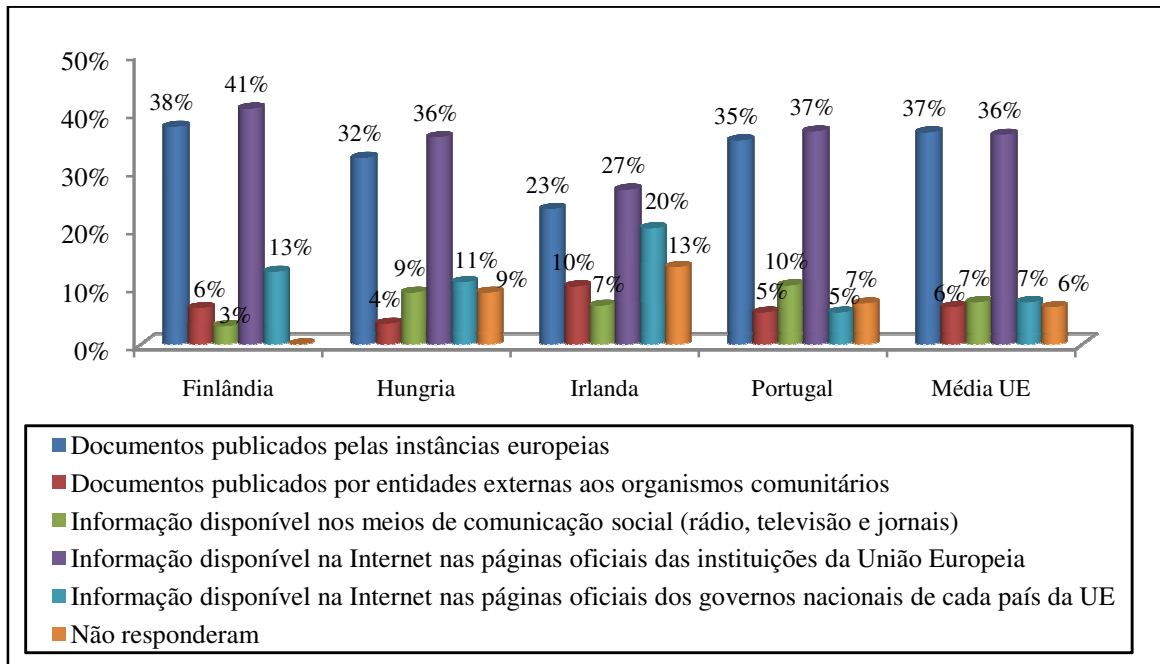


Gráfico XII-23: *As duas melhores fontes para obter informação sobre a UE na opinião dos utilizadores dos CDE (Q2-11)*

No inquérito aos utilizadores dos CDE e aos alunos de matérias europeias, inserimos uma pergunta onde se solicitava que fossem identificadas as duas fontes consideradas mais fiáveis e objectivas para esclarecer uma questão sobre a construção europeia. Para exprimir a sua opinião, os inquiridos dispunham de cinco opções de escolha, nomeadamente: documentos publicados pelas instâncias europeias; documentos publicados por entidades externas aos organismos comunitários; informação disponível nos meios de comunicação social (rádio, televisão e jornais); informação disponível na Internet nas páginas oficiais dos governos nacionais de cada país da UE e informação disponível na Internet nas páginas oficiais das instituições da UE.

Deste conjunto, as duas opções mais escolhidas, por uma maioria significativa de utilizadores dos CDE, foram os *itens* documentos publicados pelas instâncias europeias (Finlândia: 38%; Hungria: 32%; Irlanda: 23%; Portugal: 35% e média europeia: 37%) e informação disponível na Internet nas páginas oficiais das instituições da UE (Finlândia: 41%; Hungria: 36%; Irlanda: 27%; Portugal: 37% e média europeia: 36%) [Gráfico XII-23].

Assim, os utilizadores dos CDE consideram que a informação objectiva e fiável sobre a construção europeia é essencialmente proporcionada pelas próprias instâncias

comunitárias. Ora, esta postura não condiz com as críticas que ouvimos durante as nossas visitas aos CDE, e já referidas, segundo as quais a informação enviada pelas instituições de Bruxelas segue uma orientação de marketing ou mesmo de propaganda, o que estava desadequado ao público dos CDE que procurava informação factual rigorosa. Por outro lado, com as percentagens indicadas acima verificamos que os utilizadores não exprimem nenhuma preferência marcada por informação digital ou por documentos editados, pois as diferenças de percentagem entre ambas as opções são mínimas. O que mais lhes interessa é o facto de a informação ter origem nas instâncias europeias.

Com efeito, parecem confiar pouco em documentos publicados por organismos externos às entidades comunitárias, pois esta opção apresenta valores que variam entre os 10% e os 4%. Ora, também isto não fará muito sentido, porque estamos perante um público que é ele próprio, potencialmente, produtor de informação de análise sobre a UE. A mesma falta de confiança transparece em relação aos meios de comunicação social que também registam percentagens entre os 3% e os 10%. Neste panorama, destaca-se apenas o caso da Irlanda, em relação à informação disponível na Internet nas páginas oficiais dos governos de cada país da UE, visto esta opção registar 20%. Contudo, também poderemos estranhar esta escolha, pois os governos nacionais são frequentemente acusados de enfatizar as consequências negativas das decisões de Bruxelas, arrogando-se para si mesmo as vantagens das decisões que possam ser percebidas pelo público em geral de forma positiva.

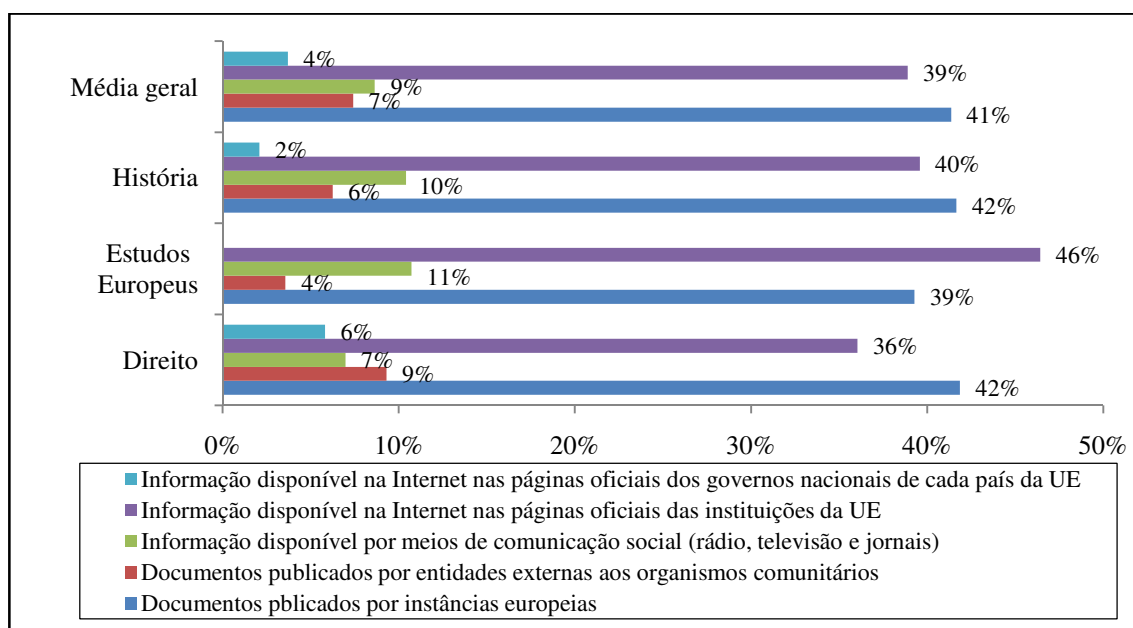


Gráfico XII-24: As duas fontes de informação sobre a UE mais fiáveis e objectivas na opinião dos estudantes de matérias europeias (Q3-17)

Os alunos de matérias europeias seguem também aqui as preferências observadas nos utilizadores dos CDE. De facto, as opções relativas aos documentos publicados pelas instâncias europeias (Direito: 42%; Estudos Europeus: 39%; História: 42% e média geral: 41%) e a informação disponível na Internet nas páginas oficiais das instituições da UE (Direito: 36%; Estudos Europeus: 46%; História: 40% e média geral: 39%) são as que obtêm as percentagens mais elevadas, destacando-se nitidamente das restantes [Gráfico XII-24].

Como podemos também verificar, as percentagens registadas nestas opções são muito semelhantes às obtidas no inquérito aos utilizadores dos CDE. Aliás, mesmo nas outras opções existe igualmente uma grande semelhança nas percentagens de ambos os grupos de inquiridos. Não nos iremos, por isso, alongar na análise dos resultados, pois as observações anteriores valem também para aqui.

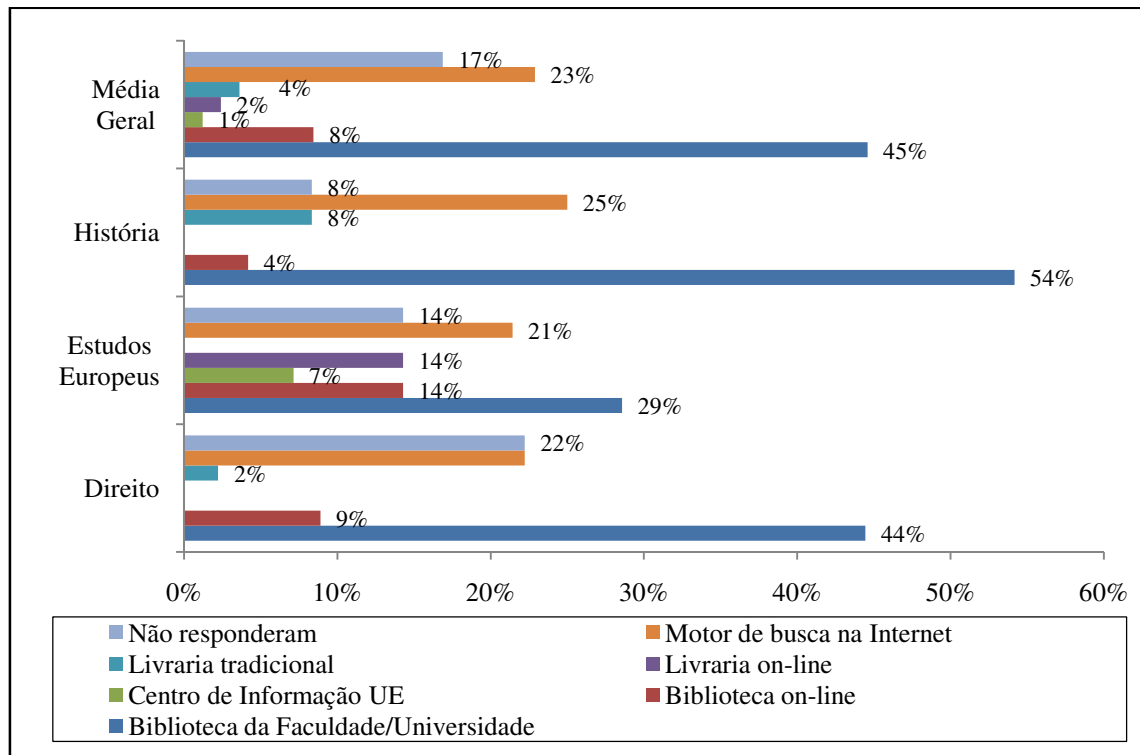


Gráfico XII-25: *Primeira fonte de informação onde os alunos de matérias europeias iriam pesquisar para obter um livro publicado em 2005*

Perguntámos ainda aos alunos de matérias europeias qual seria a primeira fonte onde iriam pesquisar para ter acesso a um livro específico publicado em 2005. Pretendíamos com esta questão saber se os alunos privilegiavam a compra, através de meios tradicionais ou na Internet, ou se preferiam a consulta do livro, usando as bibliotecas da sua instituição de ensino, as que fossem especializadas em matérias da UE ou ainda outras formas de acesso através da Internet. As opções de resposta eram

seis, a saber: biblioteca da sua Faculdade/Universidade; centro de Informação sob a égide da Comissão Europeia; motor de busca na Internet; livraria tradicional; livraria *on-line* e, por fim, biblioteca *on-line*.

Como podemos constatar [Gráfico XII-25], a escolha dos alunos recaiu sobretudo no uso da biblioteca da sua faculdade ou da Universidade (Direito: 44%; Estudos Europeus: 29%; História: 54% e média geral: 45%), pois apesar de se tratar de um livro sobre a temática europeia e de na sua cidade existir um CDE e um centro de informação Europe Direct, apenas 7% dos alunos de Estudos Europeus decidiram utilizar esta modalidade de acesso. Portanto, poderemos concluir que ou os alunos não conhecem estas unidades de informação ou não confiam na actualização dos seus recursos informacionais.

A segunda modalidade de acesso mais escolhida foi a utilização de um motor de busca na Internet (Direito: 22%; Estudos Europeus: 21%; História: 25% e média geral: 23%). Todavia, poderemos questionar em que medida a pesquisa a partir de um motor de busca permitirá o acesso a um livro publicado numa data tão recente. De facto, o mais provável será divulgar informação de tipo bibliográfico, mas não o acesso directo ao texto publicado.

Houve ainda alunos que escolheram a opção biblioteca *on-line* (Direito: 9%; Estudos Europeus: 14%; História: 4% e média geral: 8%)

Temos ainda de salientar que a percentagem dos que não responderam atinge valores significativos, sobretudo no curso de Direito (22%) e no de Estudos Europeus (14%), com reflexos na média geral (17%) apesar de em História ser de apenas 8%.

Quanto à opção de compra, vemos que ela não encontrou muito adeptos, nem através da modalidade tradicional da livraria física (Direito: 2%; História: 8% e média geral: 4% além de percentagem nula em Estudos Europeus), nem através da possibilidade da livraria *on-line*, pois ela só atinge um valor significativo em Estudos Europeus (14%) além de percentagens nulas nos outros cursos e de 2% na média geral.

XII.9. As tipologias documentais da UE e o seu acesso

As instituições da UE bem como todos os organismos e agências que estão sob a sua tutela produzem uma grande quantidade de informação que pode ser agrupada numa diversidade significativa de tipologias documentais. Neste conjunto, Yolanda Martín González distingue as fontes legislativas das fontes institucionais. No primeiro grupo inclui o *Jornal Oficial* a que poderemos acrescentar a jurisprudência europeia, fruto do

trabalho dos tribunais comunitários. No segundo grupo, inclui a informação produzida por todas as instâncias da UE tanto no decurso do desenvolvimento da sua actividade interna como a que é produzida com intenções de divulgação para o exterior e por isso editada.¹⁵³¹ No entanto, devemos registar que as fontes legislativas apresentam igualmente uma origem institucional.

Mas existem classificações da informação europeia muito diversas. Assim, por exemplo, num documento de 1991, a Representação da Comissão Europeia em Londres aplicava quatro categorias: legislação; documentação relativa ao processo legislativo; relatórios de estudo, investigação e estatísticas além de documentação de contextualização e explicação.¹⁵³²

Em relação às publicações emanadas da própria Comissão Europeia, François Foret considera que através deste meio a instituição assume um papel de locutor que fala em nome da “Europa”, ainda que não consiga gerir de forma muito clara essa posição em relação às outras instâncias comunitárias. Paralelamente, na opinião do mesmo autor, a Comissão apresenta uma posição ambígua oscilando entre dois comportamentos distintos: o de um actor político sujeito ao escrutínio público e o de um agente burocrático neutro.¹⁵³³

Vejamos, agora, quais as tipologias documentais que os CDE disponibilizam para consulta aos seus utilizadores, graças às remessas enviadas pelos serviços do Luxemburgo, onde está sediado o SOPCE.

Mas, antes de partimos para esta análise, podemos referir que, de acordo com os dados recolhidos, no relatório de avaliação aos CDE no último biénio, os responsáveis

¹⁵³¹ MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – “Repertorio general de las fuentes documentales institucionales de la Unión Europea”. In MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda, Ed. – *La información en la Unión Europea...* (op. cit.). p. 59-72. No entanto, num texto de 2001, a autora apresenta outras possibilidades de classificação, cf. MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – “La documentación de la Unión Europea: concepto y clasificación”. *Biblioteconomia i documentació: BiD* [em linha], n.º 7 (2001). [Acedido 08.03.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.ub.es/biblio/bid/07marti2.htm>>.

No final dos anos setenta, Luciana Marulli, para o caso da ONU, fazia a seguinte distinção: «Publications are produced to fulfill the goal of the organization as a whole to “collect, analyze, interpret, and disseminate information”, relating to its specific field of activity; they usually appear in printed form, in several languages, and are widely disseminate. Documents are usually produced to support the work of specific organs of the organizations. As rule they appear in processed form and in several languages. Their dissemination may be restricted». Cf. MARULLI, Luciana – *Documentation of the United Nations system*. Metuchen; New York; London: The Scarecrow Press, 1979. ISBN 0-8108-1233-9. p. 187.

¹⁵³² COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES – *Background report: European Documentation Centres*. London, 22 July 1991. (ISEC/B19/91). p. 2.

¹⁵³³ FORET, François – “Advertising Europe: the production of public information in the Commission”. In SMITH, Andy – *Politics and the European Commission: actors, interdependence, legitimacy*. London: Routledge; ECPR Studies in European Political Science, 2004. ISBN 0-415-32407-6. p. 156-169.

pelos serviços parecem pouco satisfeitos com os recursos acessíveis, enquanto os seus utilizadores fazem uma avaliação positiva do acervo ao seu dispor.¹⁵³⁴

<i>Tipologia dos documentos</i>	<i>Finlândia</i>	<i>Hungria</i>	<i>Irlanda</i>	<i>Portugal</i>	<i>Média UE</i>
Tratados	100%	82%	100%	95%	94%
JO L	100%	91%	100%	100%	95%
JO C	89%	100%	100%	100%	93%
JO S	100%	55%	75%	95%	73%
Jurisprudência europeia	89%	64%	100%	89%	86%
Boletim da UE	100%	91%	100%	89%	93%
Relatórios gerais actividades UE	89%	82%	100%	95%	90%
Documentos COM	89%	64%	100%	100%	87%
Documentos SEC	33%	36%	50%	74%	54%
Debates do PE	78%	45%	75%	84%	73%
Relatórios do PE	100%	55%	100%	89%	77%
Estatísticas da UE	89%	82%	100%	95%	90%
Relatórios e Boletins do CES	67%	64%	100%	89%	78%
Documentos do BEI	78%	55%	75%	89%	76%
Cassetes vídeo	56%	45%	0%	84%	57%
CDs	78%	91%	75%	89%	81%
Cartazes, folhetos, desdobráveis	89%	91%	100%	89%	88%
Dossiers de informação	33%	36%	0%	47%	47%

Tabela XII-6: *Documentos publicados pelas instituições europeias disponíveis nos CDE (Q1A-22; Q1B-18)*¹⁵³⁵

¹⁵³⁴ ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 26.

¹⁵³⁵ **Tratados:** Constituem a fonte primária do direito comunitário. Abrangem os tratados constitutivos, nas suas versões originais e com as actualizações posteriores, os tratados que os modificam bem como os tratados de adesão de cada um dos seis alargamentos.

Jornal Oficial da União Europeia: é o instrument legislativo mais importante das instituições europeias. É publicado todos os dias úteis em todas a línguas oficiais da UE. Está dividido na Série L – Legislação – onde são divulgados os regulamentos, directivas, decisões, recomendações e pareceres que dão corpo à lei comunitária, e na Série C – Comunicações – onde se apresentam as informações e comunicações da UE, os sumários das sentenças do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e do Tribunal de Primeira Instância, os debates ou as perguntas parlamentares. Existe ainda a Série C E, disponível apenas em formato digital com os actos preparatórios dos processos legislativos. A Série A – Suplemento – divulga os concursos públicos comunitários.

As séries L e C foram introduzidas em 1968, existindo até essa data uma série única.

No dia 1 de Fevereiro de 2003, aquando da entrada em vigor do Tratado de Nice, mudou o nome de *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* para *Jornal Oficial da União Europeia*.

Em 1987, Michael Hopkins e George Bingham afirmavam a propósito do *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*: «As the principal vehicle for the public dissemination of Community law the Official Journal is a public relations disaster; it should be reorganized in such a way as to reflect the needs of the consumer rather than the convenience of Community institutions». HOPKINS, Michael; BINGHAM, George – *Op. cit.* p. 98.

Para uma apresentação genérica desta publicação, ver CLARKE, Paul – *How to use the Official Journal*. Manchester: European Information Association, 2006. ISBN 1-905106-04-1.

Para uma abordagem mais aprofundada sobre os conteúdos do *Jornal Oficial*, em meados da década de noventa, ver GERVÁS RIOS, Alicia – *Las publicaciones oficiales en la Unión Europea: el Diario Oficial de las Comunidades Europeas*. Salamanca: Facultad de Traducción y Documentación, 1995. Memoria de diplomatura, em especial p. 89-120. Ver também MACIÁ, Mateo – “Publicaciones oficiales: el Diario de las Comunidades Europeas (DOCE)”. *Revista de administración pública*. ISSN 0034-7639, n.º 133 (1994), p. 543-560.

Jurisprudência do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias: abrange todos os documentos produzidos pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias no exercício das suas funções. Cf. BUSTOS SEGUERA, Ana de – “Los

Documentos del Tribunal de Justicia de la Unión Europea”. *Métodos de información*. ISSN 1134-2838. Vol. 3, n.º 11-12 (1996), p. 54-59. Sobre a pesquisa de legislação e de jurisprudência comunitárias, ver HUDSON, Grace – *How to trace a directive*. Manchester: European Information Association, 2004. ISBN 1-905106-04-1; CLARKE, Paul – *How to trace national implementation of EC Directives*. Manchester: European Information Association, 2004. ISBN 1-905106-05-X; DAVIES, Eric – *How to trace the EU legislative process*. Manchester: European Information Association, 2004. ISBN 1-905106-06-8; OVERY, Patrick – *How to trace EC case law*. Manchester: European Information Association, 2004. ISBN 1-905106-01-7.

Boletim da União Europeia: oferece uma panorâmica mensal das actividades da Comissão Europeia e das outras instituições comunitárias. É publicado desde 1968, tendo resultado da fusão do *Bulletin de la Communauté européenne du charbon et de l’acier* (1956-1967) e do *Bulletin de la Communauté économique européenne* (1958-1967). É editado pelo Secretariado Geral da Comissão Europeia e publicado 10 vezes por ano. Actualmente, está disponível na Internet em versão integral, em francês, desde 1994. Está também disponível em mais dez línguas mas abrangendo períodos de tempo mais restritos já que, por exemplo, a versão portuguesa só inclui os números de 1996 a 2004. Cf. <<http://europa.eu/bulletin/pt/welcome.htm>>. [Acedido 25.07.2008].

Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: é publicado anualmente pela Comissão Europeia, sendo apresentado ao Parlamento Europeu no mês de Fevereiro com o elenco das actividades desenvolvidas pela UE no decurso do ano anterior. Deve ser complementado com o *Boletim da União Europeia*.

Documentos COM: são documentos de trabalho da Comissão Europeia, preparados pelas Direcções-Gerais. Abrangem propostas de legislação, relatórios e textos para discussão política, podendo também incluir Livros Verdes e Livros Brancos ou propostas legislativas formais da Comissão, entre outros. Ver THOMSON, Ian – *The documentation of the European Communities: a guide*. London; New York: Mansell, 1991. ISBN 0-7201-2022-5. p. 66-70; THOMSON, Ian – *How to trace COM documents*. Manchester: European Information Association, 2004. ISBN 1-905106-03-3; HOPKINS, Michael – *The European handbook*. London: Representation of the European Commission, 1997. ISBN 1-86158-019-3. p. 21-22.

Documentos SEC: documentos internos de trabalho preparados pelo secretariado-geral da Comissão. A sua divulgação e tradução é mais restrita que a dos documentos COM. Ver THOMSON, Ian – *The documentation...* (op. cit.). p. 70 e DECKMYN, Veerle – *Guide to European...* (op. cit.). p. 22-23.

Debates do Parlamento Europeu: constituem as actas dos debates realizados no decurso das sessões do Parlamento Europeu.

Relatórios do Parlamento Europeu: são elaborados pelas comissões parlamentares com competência na matéria tratada. É designado um relator que elabora uma proposta de relatório, com a possível colaboração de pareceres de elementos de outras comissões parlamentares, discutida depois no seio da Comissão Parlamentar, passando de seguida para o debate em plenário.

Sobre a documentação do Parlamento Europeu, tanto os debates como os relatórios, ver MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – *Manual de documentación de la Unión Europea: análisis y recuperación de la información eurocomunitaria*. Gijón: Ediciones Trea, 2007. ISBN 978-84-9704-309-0. p. 133-142. Da mesma autora e numa abordagem mais desenvolvida, ver ainda MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – “Estudio analítico de los documentos de trabajo del Parlamento Europeo”. *Revista general de información y documentación*. ISSN 1132-1873. Vol. 12, n.º 1 (2002), p. 201-227.

Estatísticas do Serviço de Estatística das Comunidades Europeias: a maioria das estatísticas da UE são recolhidas e publicadas pelo Eurostat. De facto, este organismo tem por incumbência proporcionar às instâncias europeias as estatísticas de que necessitam para desenvolver o seu trabalho de maneira a possibilitar comparações entre os países-membros ou entre regiões por forma a facilitar a criação de políticas comunitárias adequadas. Cf. HARWOOD, Nicola – *How to trace EU statistics*. Manchester: European Information Association, 2003. ISBN 0-948272-89-9. Ver também uma abordagem mais antiga mas ainda actual: KRUCOFF, Ella – “European Community publications: a statistical abundance”. *Government publications review*. ISSN 0277-9390. Vol. 9, n.º 3 (1982), p. 189-193.

Relatórios e Boletins do Comité Económico e Social: tratando-se de uma assembleia consultiva, ao CES compete emitir pareceres sobre assuntos específicos a pedido do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão ou, então, por iniciativa própria.

Informações do Banco Europeu de Investimentos: É o banco de empréstimos a longo prazo da UE, instituído pelo Tratado de Roma e criado em 1958. Contribui para o desenvolvimento económico das regiões desfavorecida, favorecendo a integração europeia. Cf. <<http://www.bei.europa.eu/>>. [Acedido 11.06.2008].

Sobre os documentos publicados pelas instâncias europeias e distribuídos gratuitamente pelo SPOCE, verificamos que, na média da UE, os Tratados e o *Jornal Oficial da União Europeia* (série L) existem em mais de 90% dos CDE inquiridos, seguindo-se de muito perto o *Boletim da União Europeia* e o *Jornal Oficial da União Europeia* (série C). Estes números aproximam-se dos valores apresentados pelos países estudados monograficamente, excepto no caso da Hungria onde a percentagem mais elevada, atingindo os 100%, corresponde ao *Jornal Oficial da União Europeia* (série C), tal como no caso de Portugal e da Irlanda. Alias, os CDE irlandeses são os que parecem possuir em percentagens mais elevadas todos os documentos incluídos nas opções de resposta. Com efeito, atingem os 100% em onze categorias de documentos. Todavia, também, devemos registar que em nenhum deles existem cassetes de vídeo nem *dossiers* de informação. Além disso, na Irlanda registam-se as percentagens mais constantes, pois além das onze categorias com 100%, já referidas, existem quatro com 75%. Deveremos, contudo, ressaltar que estes valores percentuais se aplicam apenas ao universo de CDE irlandeses que responderam à questão, a saber quatro. Teremos, ainda, de recordar que os CDE deste país são cinco no total, havendo um que não respondeu a esta pergunta.

Já no caso de Portugal, também se atingem os 100% no *Jornal Oficial da União Europeia* (série L) e nos documentos COM. A percentagem mais baixa apresentada corresponde aos documentos (SEC) com 74%, excluindo os 47% dos *dossiers* de informação, mas esses tanto podem ser elaborados pelo próprio CDE como enviados

Para uma perspectiva da evolução das tipologias documentais recebidas pelos CDE, ver um artigo de Michael Hopkins, de 1975, onde identifica os recursos bibliográficos disponíveis nessa altura nos CDE: HOPKINS, Michael – “The bibliographical resources of European Documentation Centres”. *Journal of librarianship*. ISSN 0022-2232. Vol. 7, n.º 2 (1975), p. 84-99; HARTE, Emma – “The range of official publications of the European Communities”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 32, n.º 9 (1980), p. 335-338 e PAU, Giancarlo – “A practical introduction to sources of information about the European Communities”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253. Vol. 33, n.º 11/12 (1981), p. 427-436.

Numa perspectiva mais recente, ver MASA GODOY, L.; SALAS OLGADO, J. C. – “Las publicaciones oficiales de la Unión Europea”. *Métodos de información*. ISSN 1134-2838. Vol. 3, n.º. 11-12, (1996), p. 27-31.

Naturalmente, para um completo entendimento das tipologias documentais devemos atender à sua origem orgânico-funcional, tendo em conta os procedimentos inerentes às diferentes formas de tomadas de decisão existentes nas instituições da UE. Sobre isto ver RIO GONZALEZ, Maria Auxiliadora Del – *Documentación e información de la Unión Europea*. Salamanca: Facultad de Traducción y Documentación, 1994. Memoria de diplomatura. p. 30-48, onde a autora procura identificar os documentos resultantes de cada fase dos procedimentos de decisão (procedimento de consulta, procedimento de cooperação, procedimento de opinião conforme e procedimento de codecisão). Ver também MACIÁ, Mateo – *La documentación de la Unión Europea*. Madrid: Síntesis, 1996. ISBN 84-7738-366-9. p. 97-109. Para uma abordagem mais exaustiva aos procedimentos de decisão, ver CHATIEL, Florence – *Le processus de décision dans l'Union européenne*. Paris: La Documentation Française, 2006. ISBN 2-11-006011-5.

pelo SPOCE. Ainda assim, o valor português para os documentos SEC é o mais elevado do conjunto dos países estudados. De facto, esta tipologia documental é a menos comuns nas colecções dos CDE apresentando percentagens na ordem dos 30% (Finlândia e Hungria), de 50% na Irlanda e de 54% na média da UE.

Pelo contrário, na Hungria, os valores obtidos apresentam as variações mais significativas com dez *itens* abaixo dos 70%, percentagens sempre abaixo dos restantes países, e com percentagens de 45% e de 55% para os debates e para os relatórios do Parlamento Europeu, as mais baixas na globalidade dos CDE.

No entanto, no geral não podemos deixar de verificar que os CDE apesar de estarem sob a tutela do Comissão Europeia são, de facto, pontos de acesso aos documentos de todas as instituições e órgãos da UE disponibilizando documentos Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias, do Comité Económico e Social ou do Banco Europeu de Investimentos.¹⁵³⁶ Neste sentido, afirmam-se, de facto, como elementos de uma rede de informação interinstitucional apesar das críticas de alguns elementos do Parlamento ou do Conselho Europeu. Mas, na realidade, esta situação reflecte também o próprio carácter do projecto europeu que só pode ser abordado numa perspectiva global, incluindo todas as suas instituições e órgãos e a produção de informação desse conjunto na sua totalidade.

Outro aspecto a salientar prende-se com o facto de os CDE disponibilizarem informação não só de origem editorial mas também informação resultante do funcionamento quotidiano das instituições, como os documentos COM e SEC da Comissão ou os relatório do Parlamento.

Deveremos ainda ter em conta que, de acordo com o protocolo assinado pela entidade hospedeira do CDE, este tem o dever de tratar, catalogar e indexar, bem como conservar todos os documentos que recebe do SPOCE. No entanto, por falta de espaço ou por outros motivos relacionados com a gestão das suas colecções certos CDE procedem a eliminações periódicas ou pontuais de alguns documentos. Portanto, isto significa que não há um procedimento comum dos CDE em relação ao armazenamento e à conservação dos documentos recebidos do SPOCE.¹⁵³⁷

¹⁵³⁶ Como notou Noemí Ramírez García, a única instituição de que os CDE nunca receberam documentação foi da Euratom. Cf. RAMÍREZ GARCIA, Noemí – *Op. cit.* p. 22. Sobre as tipologias documentais recebidas pelos CDE no início da década de noventa, ver *idem, ibidem*, p. 27-32.

¹⁵³⁷ BROWNING, Helen – “Rethinking European Documentation Centres: is a regional network of repositories really the way forward?”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 6 (1999), p. 21. Aliás, num CDE irlandês que vimos, a responsável projectava a eliminação de uma quantidade significativa

Sobre as respostas obtidas nesta questão, deveremos ainda observar que actualmente o *Jornal Oficial* não é mais distribuído na sua versão impressa mas apenas em versão CD.¹⁵³⁸ Além disso, encontra-se ainda acessível on-line através do Eur-Lex.¹⁵³⁹ Se, para alguns responsáveis de CDE, esta opção constitui uma vantagem, na medida em que permite economizar o espaço de armazenamento da versão em papel; para outros, esta alteração é vista de forma negativa na medida em faz depender o acesso à informação da posse de equipamento informático e de ligação à Internet adequados. Ora, em alguns dos CDE visitados isto constitui um problema na medida em que a infra-estrutura informática da entidade hospedeira não tem qualidade para permitir um acesso rápido. Além disso, foi também referido o problema da volatilidade dos suportes digitais e o seu curto prazo de vida, não se sabendo se daqui a alguns anos o hardware e o software para ler os CDs ainda estará disponível.¹⁵⁴⁰ Por outro lado, alguns responsáveis dos CDE indicaram que certas categorias de utilizadores, nomeadamente os estudantes de Direito ou advogados, reclamam a versão impressa, considerando que só essa tem valor legal.

Assim, segundo apurámos ao longo das visitas aos CDE, esta questão levanta alguma controvérsia. Mas, de acordo com a entrevista ao responsável pelos CDE junto da DG COMM e com os responsáveis pelas redes de informação nas Representações da Comissão, tendo em conta o quadro legal actual, o SPOCE não pode enviar a versão impressa aos CDE, pois a sua venda constitui um direito exclusivo dos seus representantes em cada um dos países.

Depois de averiguarmos as tipologias documentais enviadas pelo SPOCE para os CDE, torna-se necessário saber as que são consultadas pelos utilizadores [Tabela XII-7].

Se os Tratados constituem um dos tipos de documentos mais frequentes nos CDE são também um dos documentos mais consultados na média da UE (49%) e na Hungria (50%), *ex aequo* com mais duas categorias (relatórios do PE além de cartazes, folhetos e desdobráveis). Já na Finlândia, o primeiro lugar (63%) é ocupado *ex aequo* por três

de documentos em papel devido ao facto de quase não serem consultados e de ocuparem demasiado espaço.

¹⁵³⁸ Este processo de suspensão teve início no ano 2000, cf. OVERY, Patrick; MAYFIELD, Ian – “Documentation of the European Union in 2000”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 39, n.º 1 (2001), p. 184.

¹⁵³⁹ <<http://eur-lex.europa.eu/JOIndex.do?ihmlang=pt>>. [Acedido 14.05.2008]

¹⁵⁴⁰ Aliás esta questão da “volatilidade do ambiente electrónico” em relação aos CDs do *Jornal Oficial* e à capacidade dos CDE lidarem com a situação já tinha sido abordada, em 1999, pelo editor da revista *European information*, cf. DAVIES, Eric – “Editor’s notes”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 7 (1999), p. 1.

categorias (*Jornal Oficial*, jurisprudência europeia e *Boletim da UE*). Aliás, a jurisprudência europeia é também a tipologia documental mais consultada na Irlanda, atingindo os 60%. Como vemos, trata-se de informação especializada.

<i>Tipologia dos documentos</i>	<i>Finlândia</i>	<i>Hungria</i>	<i>Irlanda</i>	<i>Portugal</i>	<i>Média EU</i>
Tratados	56%	50%	40%	56%	49%
JO L	63%	32%	27%	31%	39%
JO C	56%	11%	27%	27%	32%
JO S	25%	11%	13%	17%	19%
Jurisprudência europeia	63%	32%	60%	31%	36%
Boletim da UE	63%	43%	20%	34%	40%
Relatórios gerais actividades UE	38%	36%	47%	41%	39%
Documentos COM	56%	25%	20%	39%	32%
Documentos SEC	13%	11%	0%	16%	12%
Debates PE	13%	14%	13%	11%	16%
Relatórios PE	19%	50%	27%	23%	29%
Estatísticas UE	44%	32%	27%	44%	41%
Relatórios e boletins do CES	25%	7%	7%	16%	19%
Documentos do BEI	19%	4%	0%	13%	11%
Cassetes vídeo	19%	4%	0%	16%	12%
CDs	13%	25%	0%	22%	20%
Cartazes, folhetos, desdobráveis	50%	50%	13%	58%	42%
Dossiers de informação	25%	18%	0%	42%	27%

Tabela XII-7: *Tipologias dos documentos já consultados pelos utilizadores nos CDE (Q2-20)*

Pelo contrário, em Portugal, a tipologia documental que os utilizadores dos CDE declaram consultar em maior número são os cartazes, folhetos e desdobráveis (58%), portanto informação de tipo muito generalista e de divulgação. Mas esta categoria também atinge percentagens significativas na Finlândia (50%), na Hungria, como já referimos, e mesmo na média da UE chega aos 42%, o que equivale à segunda percentagem mais alta.

Na Finlândia, o segundo lugar corresponde à percentagem 56%, aplicável a três categorias: *Tratados*, *Jornal Oficial C* e documentos COM. Na Hungria, o segundo lugar vai para o *Boletim da UE* (43%), enquanto na Irlanda cabe aos relatórios gerais de actividades da UE (47%) e em Portugal aplica-se aos *Tratados* (56%).

Na média europeia, as estatísticas da UE têm a terceira percentagem mais elevada, com 41%, tal como em Portugal com 44%.¹⁵⁴¹ Na Hungria este segundo lugar é ocupado pelos relatórios gerais de actividades da UE e na Irlanda cabe aos *Tratados* (40%).

Além destes três primeiros lugares em cada um dos contextos, podemos notar que todas as percentagens se distribuem entre a casa dos 60% e os 0%. Assim, por exemplo,

¹⁵⁴¹ Sobre o uso da informação estatística por parte de um grupo de utilizadores do Reino Unido, ver BLAKEMORE, Michael; MCKEEVER, Lucy – “Users of official European statistical data: investigating information needs”. *Journal of librarianship and information science*. ISSN 0961-0006. Vol. 33 n.º 2 (2001), p. 59-67.

na Finlândia as percentagens na ordem dos 10% são as que se aplicam ao maior número de categorias, a saber seis. Também na Hungria os valores incluídos neste intervalo são os mais numerosos pois são cinco. No caso da Irlanda as percentagens a rondar os 20% são as mais frequentes, com seis ocorrências, mas neste país temos também de registar que o 0% se aplica cinco vezes. No nosso país, os valores mais numerosos são os que rondam os 10%, pois correspondem a seis categorias.

	Direito	Estudos Europeus	História	Média Geral
Tratados	98%	93%	79%	92%
JO L	13%	7%	0%	8%
JO C	16%	0%	4%	10%
JO S	9%	0%	4%	6%
Jurisprudência Europeia	56%	21%	4%	35%
Boletim da UE	27%	50%	29%	31%
Relatórios gerais actividades UE	22%	14%	33%	24%
Documentos COM	0%	0%	0%	0%
Documentos SEC	0%	0%	0%	0%
Debates do PE	16%	7%	25%	17%
Relatórios do PE	24%	21%	4%	18%
Estatísticas da UE	18%	14%	13%	16%
Relatórios e Boletins do CES	11%	14%	4%	10%
Documentos do BEI	16%	14%	8%	13%

Tabela XII-8: *Tipologias dos documentos já consultados pelos estudantes de matérias europeias (Q3-15)*

Inquiridos sobre o mesmo assunto [Tabela XII-8], os resultados apresentados pelos estudantes de matérias europeias são bastante distintos em relação aos que se registam nos utilizadores dos CDE. De facto, tratando-se exclusivamente de estudantes de licenciatura as suas necessidades orientam-se para tipologias documentais passíveis de lhes fornecer informação de contextualização e descrição geral, como os *Tratados*, o *Boletim da UE* e os relatórios de actividades, ou então especificamente relacionada com a sua área de estudo como a jurisprudência europeia no caso do alunos de Direito.

Assim, com percentagens esmagadoras, todos os alunos declaram já ter consultado os *Tratados* (Direito: 98%; Estudos Europeus: 93%; História: 79% e média geral: 92%), pelo que esta categoria ocupa o primeiro lugar em todos os contextos. Já o segundo lugar varia consoante o curso. De facto, em Direito (56%) e na média geral (35%) corresponde à jurisprudência, em Estudos Europeus cabe ao *Boletim da UE* (50%), em História aos relatórios de actividades (33%). Por seu lado, o terceiro lugar apresenta já percentagens bastante mais baixas em todos os cursos, pois em Direito

(27%) e na média geral (31%) aplica-se ao *Boletim da UE*, em Estudos Europeus aos relatórios do PE (21%), em História aos debates do PE (25%).

As percentagens das restantes categorias são todas inferiores a 25% e em alguns casos os valores são nulos. Tendo em conta estes elementos, podemos considerar que as tipologias documentais consultadas pelos alunos de matérias europeias estão restritas a um menor número de categorias que as que encontramos nos utilizadores dos CDE porque estes têm origens mais diversas e por isso necessidades de informação, igualmente, mais abrangentes.

XII.10. Acesso a informação digital sobre a UE

Progressivamente, as instituições europeias têm vindo a diminuir o envio de informação impressa para os CDE, invocando o facto de a quantidade de informação digital disponível na Internet ser cada vez maior, de melhor qualidade e mais actualizada.

Iremos ver, de seguida, em que medida os esses recursos são utilizados pelos responsáveis dos CDE para responder às necessidades dos seus utilizadores e até que ponto estes últimos conhecem a sua existência.

XII.10.1. Conhecimento e acesso às bases de dados

Atendendo ao enorme volume de informação sobre a UE actualmente existente e à quantidade exponencial que está a ser diariamente produzida pelas próprias instâncias comunitárias, para aceder a dados de qualidade e conseguir resultados de pesquisa sem demasiado ruído, é imperativo recorrer a bases de dados especializadas. De facto, os motores de pesquisa generalistas e mesmo a pesquisa rápida ou avançada no portal EUROPA são, na maior parte dos casos, insuficientes para aceder à informação desejada num espaço de tempo adequado.

Iremos, por isso, analisar os resultados obtidos nos três questionários que distribuámos relativos ao uso de bases de dados especializadas na UE, às modalidades de acesso praticadas e ao grau de conhecimento desses instrumentos pelos diversos tipos de utilizadores que inquirimos.

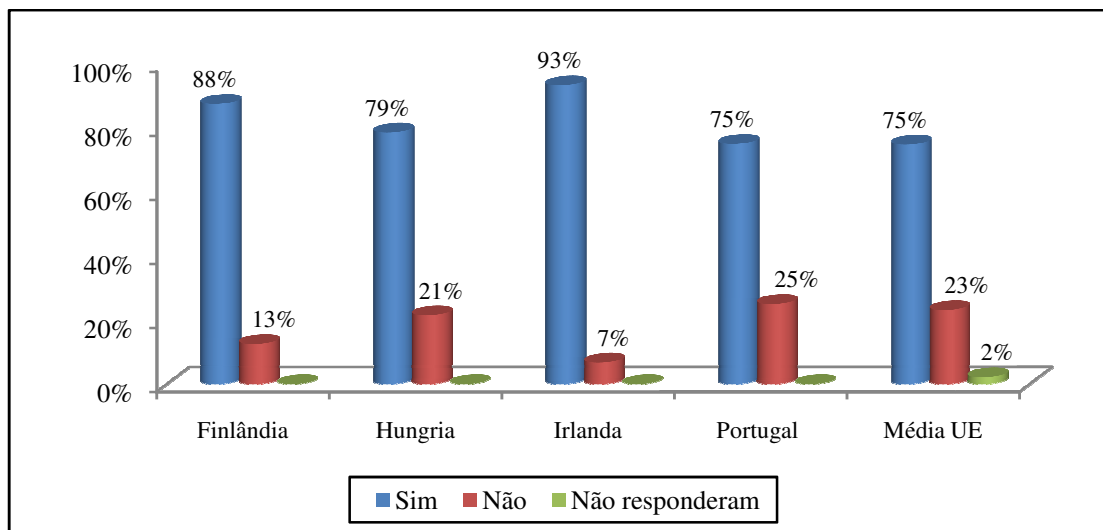


Gráfico XII-26: *Recurso a bases de dados para aceder a informação sobre a UE por parte dos utilizadores dos CDE (Q2-26)*

Como podemos constatar [Gráfico XII-26], a esmagadora maioria dos utilizadores dos CDE afirmam já ter recorrido a bases de dados para aceder a informação sobre a UE. A percentagem mais alta situa-se na Irlanda (93%) e a mais baixa corresponde a Portugal e à média europeia (75%). Isto significa também que quase um quarto dos utilizadores (21% na Hungria; 25% em Portugal e 23% na média da UE) nunca utilizaram este tipo de instrumento de acesso à informação, o que não deixa de ser preocupante, tendo em conta o que referimos acima.

Em relação a esta questão, devemos também salientar a percentagem residual dos que não responderam, com 2% apenas na média europeia.

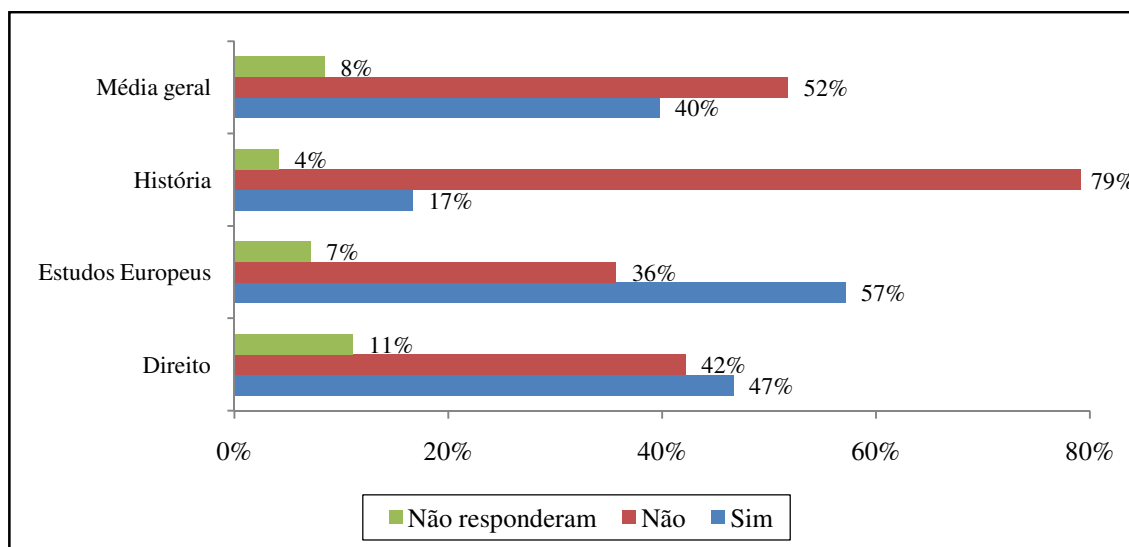


Gráfico XII-27: *Recurso a bases de dados para aceder a informação sobre a UE por parte dos estudantes de matérias europeias (Q3-24)*

Já no caso dos estudantes de matérias europeias [Gráfico XII-27], a situação é bastante diferente. Com efeito, na média geral (52%) e nos alunos de História (79%) predominam, com intensidades diferentes, os que nunca utilizaram bases de dados para aceder a informação sobre a UE. Pelo contrário, em Estudos Europeus (57%) e em Direito (47%) as percentagens mais elevadas correspondem aos alunos que já utilizaram bases de dados. No entanto, também podemos verificar que estas percentagens são bastante inferiores às apresentadas pelos utilizadores dos CDE.

Assim, parece-nos que neste grupo há um trabalho intenso a fazer para a divulgação da existência das bases de dados, bem como para desenvolver competências que permitam o seu aproveitamento.

Além disso, neste gráfico sobressai ainda o facto de as percentagens dos alunos que optaram por não responder serem bastante mais significativas que as dos utilizadores dos CDE, apesar de não serem valores além dos 11%.

Depois de averiguar se já tinham utilizado bases de dados, procurámos saber a modalidade em que os inquiridos o fizeram. Para o efeito, incluímos uma pergunta relativa a este assunto no questionário aos utilizadores dos CDE e aos estudantes de matérias europeias. Além disso, inquirimos os responsáveis dos CDE sobre as modalidades de acesso às bases de dados da UE no seu espaço físico. Iremos, agora, analisar esses resultados.

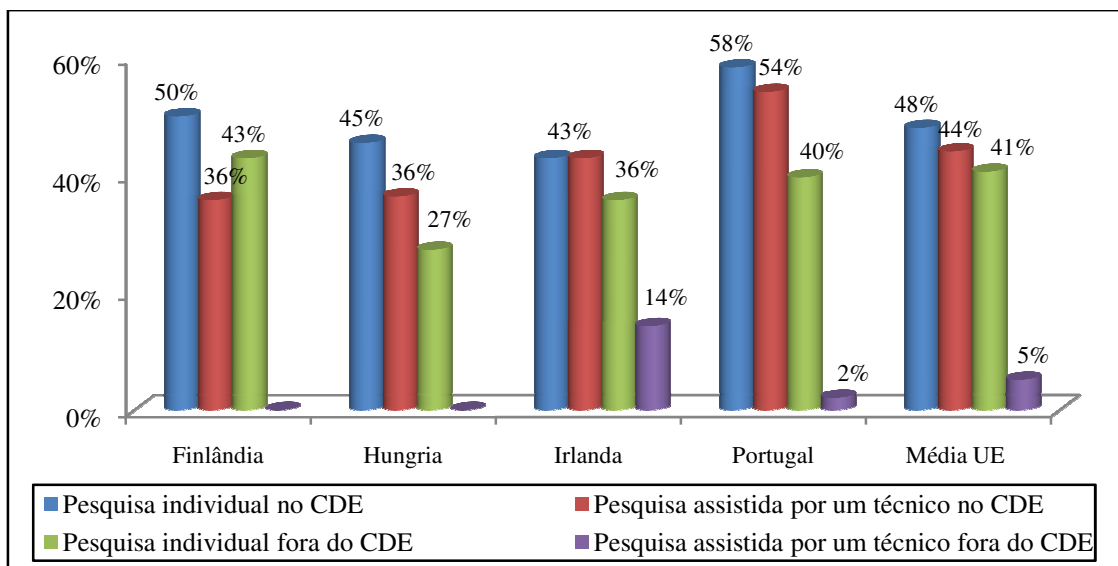


Gráfico XII-28: *Modalidades de acesso a bases de dados com informação sobre a UE por parte dos utilizadores dos CDE (Q2-27)*

No que respeita às modalidades de acesso às bases de dados com informação sobre a UE por parte dos utilizadores dos CDE, para a contabilização das percentagens tivemos apenas em conta o total dos utilizadores que declararam na pergunta

correspondente já terem utilizado este instrumento de acesso à informação. Por outro lado, como os inquiridos podiam escolher simultaneamente várias opções, a soma dos resultados ultrapassa os 100% [Gráfico XII-28].

Dentro das modalidades de resposta disponíveis, a opção pesquisa individual no CDE regista sempre as percentagens mais altas isoladamente (Finlândia: 50%; Hungria: 45%; Portugal: 58% e média europeia: 48%) excepto no caso da Irlanda onde está em paridade com a opção pesquisa assistida por um técnico do CDE, com 43%. Assim, neste conjunto, os portugueses parecem ser os mais autónomos em termos de pesquisa, enquanto os húngaros serão os menos independentes em termos de pesquisa. Aliás, esta tendência acentua-se ainda mais se somarmos os valores de ambas as opções relativas à pesquisa individual.

Poderemos ainda verificar que a segunda opção mais escolhida é a que indica a pesquisa assistida por um técnico no CDE, com percentagens que variam entre os 36% da Hungria, os 54% de Portugal e os 44% da média europeia. Excepto no caso finlandês, onde a segunda opção mais escolhida foi a relativa à pesquisa individual fora do CDE (43%), pois neste país a opção anterior apresenta uma percentagem de 36%.

Por fim, devermos observar que a pesquisa assistida por um técnico fora do CDE apresenta percentagens residuais de 2% em Portugal e 5% na média europeia, chegando apenas aos 14% na Irlanda e obtendo percentagens nulas na Hungria e na Finlândia.

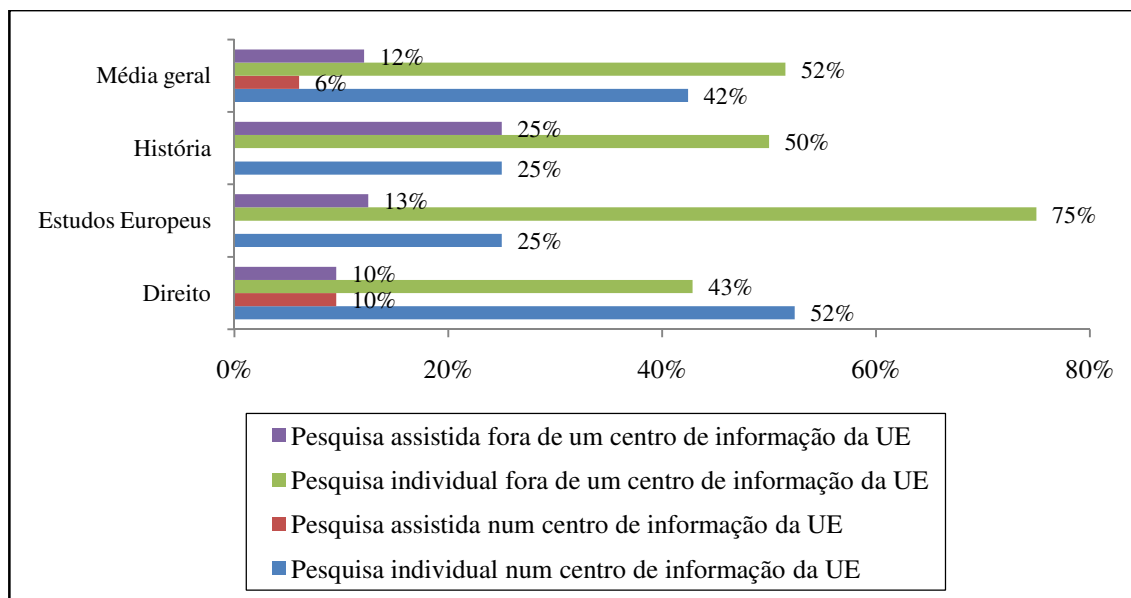


Gráfico XII-29: *Modalidades de acesso a bases de dados com informação sobre a UE por parte dos estudantes de matérias europeias (Q3-25)*

Por seu lado, os alunos de matérias europeias apresentam resultados novamente distintos em comparação com os utilizadores dos CDE [Gráfico XII-29]. De facto, aqui

a escolha predominante foi para a pesquisa individual fora de um centro de informação da UE, com as seguintes percentagens: Estudos Europeus: 75%; História: 50% e média geral: 52%. Apenas os alunos de Direito apresentam como primeira escolha a pesquisa individual num centro de informação da UE (52%). No entanto, atendendo às percentagens tão baixas de alunos de Direito que declararam já ter utilizado algum tipo de centro de informação europeia, poderemos questionar a fiabilidade desta resposta [cf. Tabela XI-17]. Aliás, este raciocínio aplica-se também aos outros cursos, pois escolheram esta opção com a segunda percentagem mais elevada: Estudos Europeus e História: 25% e média geral: 42%.

Paralelamente, a pesquisa assistida num centro de informação da UE só foi escolhida por 10% dos alunos de Direito, obtendo valores nulos nos restantes cursos. Já a pesquisa assistida fora de um centro de informação europeia atinge valores bastante baixos com 10% em Direito; 13% em Estudos Europeus; 25% em História e 12% na média geral.

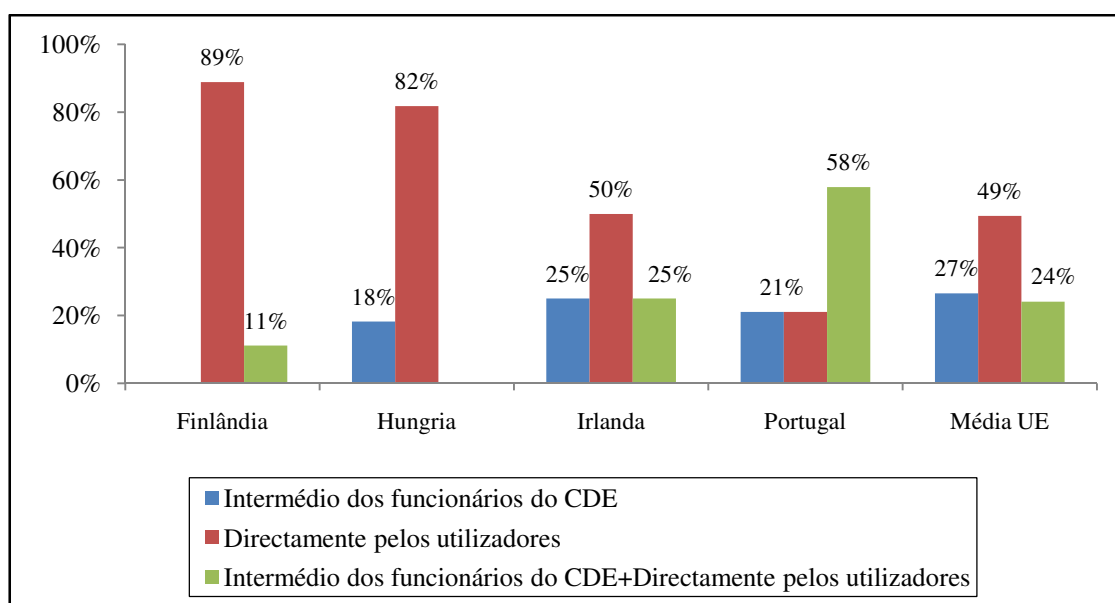


Gráfico XII-30: *Formas de acesso às bases de dados de informação europeia, nos CDE (Q1A-32; Q1B-28)*

Agora, vejamos as formas de acesso às bases de dados que os CDE proporcionam aos seus utilizadores [Gráfico XII-30]. A opção mais comum é proporcionar o acesso às bases de dados directamente aos utilizadores mas com percentagens variáveis. Na Finlândia atinge os 89% e na Hungria os 82%; contudo, na Irlanda, não vai além dos 50% e na média da UE fica-se pelos 49%. Portugal é o único país onde a combinação das opções por intermédio dos funcionários e directamente pelos utilizadores é predominante com 58%. Aliás, no nosso país a opção por intermédio dos funcionários

do CDE recolhe ainda 21% de escolhas, na mesma percentagem que a opção directamente pelos utilizadores.

Outro aspecto interessante é o facto de na Finlândia a opção por intermédio dos funcionários do CDE apresentar uma percentagem nula e só aparecer em combinação com a opção directamente pelos utilizadores, com 11%. Na Hungria, esta combinação das duas opções não obteve nenhuma escolha, aparecendo apenas a opção por intermédio dos funcionários com 18%.

Já na Irlanda, o segundo lugar é ocupado em paridade pela primeira e pela última opção, com 25% ambas. Também na média da UE estas opções apresentam percentagens muito próximas com 27% para a primeira e 24% para a última.

XII.10.2. Utilização das bases de dados

No questionário aos utilizadores dos CDE, incluímos uma pergunta onde se solicitava aos inquiridos que assinalassem, num determinado conjunto de bases de dados contendo informação europeia, aquelas que conheciam e as que já tinham utilizado. De facto, actualmente, 92% dos CDE permitem o acesso gratuito às bases de dados da UE, o mesmo acontecendo em 69% dos CDE relativamente a bases de dados pagas.¹⁵⁴²

As bases de dados incluídas foram as seguintes: ARCHIplus, CURIA, ECLAS, EUR-Lex, EU Whoiswho, PRELEX, RAPID, REGISTER. Vejamos, de forma genérica, as áreas de especialização de cada uma destas bases de dados, todas elas acessíveis em linha a qualquer utilizador.¹⁵⁴³

ARCHIplus é a base de dados dos Arquivos Históricos da Comissão Europeia, situados em Florença, onde também se localiza o Instituto Universitário Europeu ao qual está ligado. Funciona como um catálogo contendo as referências de todos os documentos transferidos das instituições europeias trinta anos após a sua produção e de alguns arquivos pessoais de individualidades ligadas à construção do projecto europeu. Contem um formulário de pesquisa com opções diversas e apresenta os resultados

¹⁵⁴² ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 27.

¹⁵⁴³ Para uma apresentação genérica das bases de dados disponíveis no servidor EUROPA, ver SÁNCHEZ BLANCO, Emilio – “El portal Europa, Eur-Lex y las bases de datos de la Unión Europea: contenidos, utilidades, usuarios”. In MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda, Ed. – *La información en la Unión Europea...* (*op. cit.*). p. 90-122. Esta disponibilização das bases de dados em linha só aconteceu a partir do ano 2000, cf. OVERY, Patrick; MAYFIELD, Ian – “Documentation of the European Union in 1999”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 38, n.º 4 (2000), p. 191.

seguindo a hierarquização arquivística da secção, série, processo. Naturalmente, serve essencialmente para a investigação histórica.¹⁵⁴⁴

CURIA é a base de dados que permite o acesso a texto integral dos acórdãos, pareceres, conclusões e despachos dos tribunais comunitários bem como aos sumários dos seus acórdãos e despachos.¹⁵⁴⁵ Para os processos interpostos até 1997 deve ser consultada em complemento ao Eur-Lex.

ECLAS é uma base de dados bibliográficos, contendo o catálogo colectivo das vinte e cinco bibliotecas coordenadas pela Comissão Europeia e em particular da biblioteca central. Teve início em 1978 como catálogo da biblioteca central da Comissão Europeia em Bruxelas.¹⁵⁴⁶ Actualmente, utiliza o sistema Aleph, onde se inserem os registos bibliográficos de acordo com as Anglo-American Rules (AACR2), com base no formato MARC21, e fazendo a indexação a partir de um tesouro bilingue inglês-francês.¹⁵⁴⁷

EUR-Lex apresenta-se como a mais completa base de dados do direito da UE ao qual disponibiliza um acesso gratuito. Permite a consulta de todas as séries do *Jornal Oficial da União Europeia* mas abrange também os tratados, a legislação, a jurisprudência, os actos preparatórios da legislação, bem como as perguntas parlamentares. Faculta opções de pesquisa simples e avançada,¹⁵⁴⁸ representando uma melhoria da base CELEX que deixou de ser alimentada em 2005.¹⁵⁴⁹

Foi lançada em 1998 pelo SPOCE, no intuito de tornar a legislação europeia acessível ao público de forma gratuita.¹⁵⁵⁰ Constitui, pois, uma resposta ao desejo das

¹⁵⁴⁴ Está acessível para consulta no seguinte endereço <http://ec.europa.eu/historical_archives/archisplus/>. [Acedido 22.07.2008]. Sobre esta base consultar MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – *Manual de documentación...* (op. cit.) p. 176-177.

¹⁵⁴⁵ Está acessível para consulta no seguinte endereço: <<http://curia.europa.eu/jurisp/cgi-bin/form.pl?lang=pt>>. [Acedido 22.07.2008]. Sobre esta base consultar MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – *Manual de documentación...* (op. cit.) p. 167-170.

¹⁵⁴⁶ GASKELL, Eric – “The European Commission’s central library”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1989), p. 28-29. Em 2001, passou a integrar as referências da base SCAD (Sistema Comunitário de Acesso à Documentação), cf. OVERY, Patrick; MAYFIELD, Ian – “Documentation of the European Union in 2001”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 40, n.º 1 (2002), p. 183. Sobre o SCAD, ver MACIÁ, Mateo – *La documentación...* (op. cit.) p. 210-213.

¹⁵⁴⁷ Está acessível para consulta no seguinte endereço: <<http://ec.europa.eu/eclas/F/>>. [Acedido 22.07.2008]. Sobre esta base consultar MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – *Manual de documentación...* (op. cit.) p. 174-176.

¹⁵⁴⁸ Está acessível para consulta no seguinte endereço: <<http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>>. [Acedido 22.07.2008]. Sobre esta base consultar MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – *Manual de documentación...* (op. cit.) p. 156-160.

¹⁵⁴⁹ Sobre a origem do CELEX, ver GASKELL, Eric – “Some recent developments in documentation at the European Commission”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 32, n.º 9 (1980), p. 357-35.

¹⁵⁵⁰ COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 1998*. Luxemburgo: SPOCE, 1999. ISBN 92-828-4928-7. p. 454.

instituições comunitária, de se tornarem mais próximas do cidadão e de divulgar a informação europeia de maneira mais abrangente.¹⁵⁵¹ Em termos de conteúdos, na altura, afirmava-se:

Eur-Lex is something of a hybrid: essentially a gateway, using the power of the Web to bring together existing pages covering Treaties, consolidated texts of legislation and case law, but at the same time providing texts from the L and C series of the Official Journal not previously available (the last 20 days or so of the OJ are available free of charge, after which material can be obtained via the fee-based EUDOR and CELEX services).¹⁵⁵²

EU Whoiswho é uma base de dados que serve de directório institucional possibilitando a localização dos funcionários das instâncias europeias, através de pesquisas por nomes, instituição ou hierarquia. Fornece o contacto e a função desempenhada por cada funcionário. Encontra a sua origem no anuário administrativo interinstitucional IDEA, criado sob a forma de base de dados, em 1993 pelo SPOCE.¹⁵⁵³

PRELEX é a base de dados dos procedimentos interinstitucionais que faculta o acompanhamento das grandes etapas do processo de decisão entre a Comissão e as outras instituições, pois identifica as fases do procedimento, as decisões das instituições, os nomes dos envolvidos, os serviços competentes e referências os documentos. Permite também seguir os trabalhos das instituições participantes (Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia, Comité Económico e Social Europeu, Comité das Regiões, Banco Central Europeu, Tribunal de Justiça, entre outros).

A partir do PRELEX é possível rastrear todas as propostas (processos legislativos e orçamentais, celebração de acordos internacionais) e comunicações da Comissão, desde o momento da sua transmissão ao Conselho ou ao Parlamento Europeu. Contém, ainda, hiperligações para aceder directamente aos textos electrónicos disponíveis (documentos COM, *Jornal Oficial*, documentos do Parlamento Europeu ou comunicados de imprensa do Conselho, entre outros).¹⁵⁵⁴

¹⁵⁵¹ CHASE, Sarah – “Navigating the sea of EU information”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 8 (1999), p. 8.

¹⁵⁵² “Eur-Lex”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 3 (1998), p. 35.

¹⁵⁵³ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *XXVII Relatório geral...* (*op. cit.*). p. 229; COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 1994*. Luxemburgo: SPOCE, 1995. ISBN 92-826-9444-5. p. 241. Está acessível para consulta no seguinte endereço: <<http://europa.eu/whoiswho/public/>>. [Acedido 22.07.2008]. Sobre esta base consultar MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – *Manual de documentación...* (*op. cit.*). p. 173-174.

¹⁵⁵⁴ Está acessível para consulta no seguinte endereço: <<http://ec.europa.eu/prelex/apcnet.cfm>>. [Acedido 22.07.2008]. Sobre esta base consultar MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – *Manual de documentación...* (*op. cit.*). p. 160-163.

RAPID é a base de dados mantida pela actual DG COMM com a dupla finalidade de, por um lado, informar os meios de comunicação social e os cidadãos das actividades das instituições europeias e, por outro, informar a Comissão da opinião dos Estados-Membros em relação ao projecto europeu. Apresenta comunicados de imprensa do Serviço do Porta-Voz, disponíveis em francês, inglês e alemão.¹⁵⁵⁵ É uma das bases de dados mais antiga, com uma abrangência retrospectiva quase total desde meados da década de 1980.¹⁵⁵⁶ Fornece um leque variado de serviços a quem consultar a página, como a localização de comunicados de imprensa ou a transferência de ficheiros, bem como o registo de utilizadores assinalando áreas de interesse para receber informação pontual.¹⁵⁵⁷

REGISTER é a base de dados do Conselho onde se faz o registo público dos seus documentos desde 1 de Janeiro de 1999. Inclui referências a todos os documentos da instituição graças a um sistema de arquivo automático. Como já vimos anteriormente, constitui a materialização da política de abertura e transparências das instituições europeias.¹⁵⁵⁸

Portanto, actualmente, as bases de dados mantidas pelas instituições europeias são bastante numerosas mas só ao longo da década de 1990 é que a quantidade de bases de dados disponíveis aumentou substancialmente.¹⁵⁵⁹ A CELEX foi uma das primeiras

¹⁵⁵⁵ Sobre o predomínio, no RAPID, de comunicados de imprensa em francês relativamente ao inglês, ver INGLIS, Antony; GOODALL, Keith – “EC databases column”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1992), p. 27-28.

¹⁵⁵⁶ CHASE, Sarah – *Op. cit.* p. 9.

¹⁵⁵⁷ Está acessível para consulta no seguinte endereço: <<http://europa.eu/rapid/setLanguage.do?language=fr>>. [Acedido 22.07.2008]. Sobre esta base consultar MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – *Manual de documentación...* (*op. cit.*). p. 170-173.

¹⁵⁵⁸ Está acessível para consulta no seguinte endereço: <http://www.consilium.europa.eu/cms3_fo/showPage.asp?id=1279&lang=PT>. [Acedido 22.07.2008]. Sobre esta base consultar MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – *Manual de documentación...* (*op. cit.*). p. 177-179.

¹⁵⁵⁹ Para uma panorâmica desta evolução comparar o capítulo que Anne Ramsey dedica ao acesso à informação comunitária em linha na primeira edição da sua obra, publicada em 1990, e na segunda edição, publicada em 1997: RAMSAY, Anne – *European Communities information*. [S. l.]: Association of Assistant Librarians, 1990. ISBN 0-900092-98-X. p. 19-20 e RAMSAY, Anne – *European Communities information*. 2nd Ed. Halifax: Association of Assistant Librarians, 1997. ISBN 1-901353-05-2. p. 37-45. Em complemento, ver ainda JEFFRIES, John – “European Communities information: databases”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 20, n.º 3 (1989), p. 97-107 e HANSON, Terry – “A survey of European Communities databases”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 42, n.º 6 (1990), p. 171-188. Em 1991, Maria da Saudade Miranda identificava 50 bases de dados produzidas pela Comissão da CE, das quais 35 estavam disponíveis para o acesso público, cf. MIRANDA, Maria da Saudade – *Op. cit.* Ano XVI, XVII, XVIII (1990, 1991, 1992), p. 868. Deveremos salientar que, nos anos oitenta e noventa, foram publicados numerosos artigos sobre a criação e a evolução das bases de dados das instituições comunitárias. Para aceder a todas as referências que consultámos sobre o assunto ver nas Referências Bibliográficas finais.

bases de dados europeias com acesso público em 1981.¹⁵⁶⁰ Em 1987, ficou também disponível para o público, com acesso pago, o SCAD, a principal base bibliográfica comunitária.¹⁵⁶¹ Apesar deste acesso pago às bases de dados comunitárias estar acessível ao público desde 1987,¹⁵⁶² de acordo com um inquérito conduzido nos CDE do Reino Unido, em 1989, o seu uso estava ainda pouco difundido.¹⁵⁶³

	<i>ARCHIplus</i>	<i>CURIA</i>	<i>ECLAS</i>	<i>EUR-Lex</i>	<i>EU Whoiswho</i>	<i>PRELEX</i>	<i>RAPID</i>	<i>REGISTER</i>	<i>Outras</i>
Finlândia	0%	38%	19%	100%	31%	56%	31%	13%	19%
Hungria	14%	39%	32%	68%	43%	29%	32%	11%	7%
Irlanda	7%	53%	20%	87%	13%	20%	7%	7%	0%
Portugal	5%	28%	25%	61%	14%	30%	28%	8%	5%
Média UE	14%	38%	32%	71%	26%	35%	30%	12%	4%

Tabela XII-9: *Bases de dados com informação sobre a UE que os utilizadores dos CDE declaram conhecer (Q2-28)*

No que diz respeito ao conhecimento de bases de dados com informação de índole europeia por parte dos utilizadores, as percentagens foram calculadas com base no total dos inquiridos, tanto ao nível dos quatro países estudados monograficamente, como ao nível da média da UE [Tabela XII-9]. De facto, os inquiridos podem ter declarado nunca ter recorrido a nenhuma base de dados para aceder a informação europeia mas conhecer a sua existência.

Em termos de resultados, verificamos que a Eur-Lex é a base de dados conhecida pelo maior número de inquiridos, pois foi escolhida por todos os utilizadores finlandeses, por 68% dos húngaros, 87% dos irlandeses, 61% dos portugueses, enquanto na média da UE representa 71%.

Em segundo lugar na lista das mais escolhidas está a base CURIA, tanto na média europeia (38%) como na Irlanda (53%). Já nos restantes países esta base ocupa o terceiro lugar, com 38% na Finlândia, 39% na Hungria e 28% em Portugal. Assim, afirma-se, de facto, como uma das bases mais conhecidas pelos utilizadores dos CDE, ainda que esteja muito atrás da Eur-Lex. O segundo lugar das bases mais conhecidas pelos utilizadores húngaros é a EU Whoiswho, com 43%, mas em Portugal (30%) e na Finlândia (56%) é a base PRELEX.

¹⁵⁶⁰ HANSON, Terry – “An introduction to CELEX: the database of European Community law”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1989), p. 29-32.

¹⁵⁶¹ HANSON, Terry – “An introduction to SCAD: the European Community’s bibliographic database”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1989), p. 36-39.

¹⁵⁶² COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *XXI Relatório geral... (op. cit.)*. p. 47. Para uma visão geral da diversidade de bases de dados disponibilizadas pelas instituições europeias, no início dos anos noventa, ver PELOU, Pierre – *L’Europe de l’information: programmes, marchés et technologies*. Paris: ESF Éditeur, 1990. ISBN 2-7101-0792-9. p. 42-47.

¹⁵⁶³ HANSON, Terry – “EC databases column”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1989), p. 33-34.

De resto, esta base PRELEX é a terceira mais conhecida pelos utilizadores dos CDE já que apresenta percentagens de 35% na média da UE e 20% na Irlanda, aqui em paridade com o ECLAS, além dos valores que indicamos para Portugal e para a Finlândia, onde está em segundo lugar. No nosso país, a terceira percentagem mais elevada cabe à base RAPID com 28%.

Com base nestes resultados, vemos que os utilizadores conhecem, sobretudo, as bases que lhes podem facultar o acesso às fontes do direito comunitário ou à evolução das actividades das instituições europeias.

As restantes bases apresentam percentagens bastante mais baixas. Da soma desses valores, podemos concluir que o ECLAS e o RAPID, constituem as bases que ocupam o quarto das mais conhecidas por parte dos utilizadores, o EU Whoiswho o quinto, o ARCHIplus o sexto e o Register o sétimo.

Nesta pergunta, incluímos ainda a opção “outras”, onde os inquiridos podiam identificar bases não referidas na lista. As percentagens obtidas nesta escolha foram residuais, excepto no caso da Finlândia, onde chegou aos 19%. Das bases referidas podemos destacar o Eurostat¹⁵⁶⁴, o TED¹⁵⁶⁵ ou o CORDIS¹⁵⁶⁶.

	<i>ARCHIplus</i>	<i>CURIA</i>	<i>ECLAS</i>	<i>EUR-Lex</i>	<i>EU Whoiswho</i>	<i>PRELEX</i>	<i>RAPID</i>	<i>REGISTER</i>	<i>Outras</i>
Finlândia	0%	36%	14%	86%	29%	50%	36%	14%	21%
Hungria	5%	23%	23%	73%	27%	18%	23%	9%	9%
Irlanda	0%	29%	14%	79%	0%	14%	0%	7%	0%
Portugal	2%	19%	29%	71%	17%	25%	19%	4%	4%
Média UE	9%	33%	29%	81%	22%	31%	19%	9%	5%

Tabela XII-10: *Bases de dados com informação sobre a UE que os utilizadores dos CDE declaram já ter utilizado (Q2-28)*

Mas além de pretender saber o grau de conhecimento dos utilizadores dos CDE acerca das bases de dados, pretendíamos também averiguar em que medida as usavam [Tabela XII-10]. Naturalmente, aqui as percentagens foram calculadas com base no total

¹⁵⁶⁴ Permite o acesso geral às estatísticas elaboradas pelo Ofício de Estatísticas das Comunidades Europeias, criado em 1953. É uma fonte de informação muito valiosa para o domínio económico, cf. <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>>. [Acedido 21.07.2008].

¹⁵⁶⁵ É o suplemento do *Jornal Oficial da União Europeia* onde são divulgados os anúncios de concursos, cf.

<http://ted.europa.eu/Exec?DataFlow=ShowPage.dfl&countryFile=country_edition.xml¤tDataFlow=N_browse_bo.dfl¤tTable=ALL_browse_opportunities_edition.xml&Template=TED/N_browse_bybo.htm&tb=o¤tPeriod=1&DataFlowPeriod=N_browse_bo_period.dfl&StatLang=PT&hpt=ALL&fn=browse_opportunities_edition.xml>. [Acedido 21.07.2008].

¹⁵⁶⁶ Trata-se do serviço comunitário sobre a pesquisa e o desenvolvimento (Community Research and Development Information Service), cf. <<http://cordis.europa.eu/fr/home.html>>. [Acedido 21.07.2008]. Sobre este serviço, em 1996, constiuído, então, por nove bases de dados, ver SORENSEN, Judith – “CORDIS: the shortest distance between you and successful innovation”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 27, n.º 1 (1996), p. 20-22. Ver ainda MERCOURI, Virginia – “CORDIS leads the way for FP6 participation”. *Focus*. ISSN 1479-5450. (Março, 2003), p. 4.

que inquiridos que declarou já ter recorrido a bases de dados para aceder a informação sobre a UE, na pergunta 26 do questionário aos utilizadores dos CDE.

Seguindo a tendência descortinada em relação ao grau de conhecimento das bases de dados da UE, as que são mais utilizadas são a EUR-Lex, a PRELEX e o CURIA, nesta ordem de importância decrescente.

Em termos de média europeia (81%) e em todos os países (Finlândia: 86%; Hungria: 73%; Irlanda: 79%; Portugal: 71%), a EUR-Lex apresenta valores de utilização muito superiores a todas as outras bases de dados.

Na média da UE, o CURIA apresenta a segunda percentagem mais elevada (33%), tal como na Irlanda (29%). No entanto, em Portugal, o segundo lugar é ocupado pelo ECLAS (29%), na Hungria pelo EU Whoiswho (27%), enquanto na Finlândia é o PRELEX que ocupa este posto com uma percentagem de 50%.

Além disso, na média europeia o PRELEX ocupa o terceiro lugar com 31%, bem como em Portugal (25%) e na Irlanda (14%), aqui em paridade com o ECLAS. Esta base é também a terceira mais utilizada na Hungria com 23%, *ex aequo* com o RAPID, o qual por sua vez ocupa igualmente o terceiro lugar na Finlândia (36%), com o mesmo valor que o CURIA.

De resto, teremos ainda de salientar as percentagens muito baixas ou nulas obtidas pelo ARCHIplus, não seguindo, neste caso, a tendência traçada em relação ao conhecimento das bases de dados da UE. Além disso, na opção “outras”, as bases identificadas foram as mesmas que as referidas em termos de conhecimento.

No questionário aos alunos de matérias europeias também incluímos uma pergunta onde se procurava saber se estes inquiridos conheciam, ou não, e se já tinham utilizado, ou não, as bases de dados já apresentadas aos utilizadores dos CDE [Tabela XII-11].

Nos resultados correspondentes a esta questão, os dois aspectos mais salientes são o facto de as percentagens mais elevadas se aplicarem sempre à opção “desconheço” e depois à opção “não respondeu”. A opção “desconheço” tem valores que oscilam entre os 40% (EUR-Lex) e os 63% (EU Whoiswho), na média geral, mas com percentagens mais altas, sobretudo em Estudos Europeus, onde o valor mais baixo equivale a 71% (PRELEX) e o mais alto de 86% se aplica a seis bases de dados. Quanto aos que não responderam, na média geral, as percentagens rondam os 30%, com o valor mais baixo de 28% (EUR-Lex) e o mais alto de 35% (PRELEX).

ARCHIplus	Direito	Estudos Europeus	História	Média geral
Desconheço	47%	86%	71%	60%
Conheço	7%	0%	4%	5%
Utilizei	2%	0%	0%	1%
Não respondeu	44%	14%	25%	34%
CURIA				
Desconheço	31%	86%	71%	52%
Conheço	13%	7%	4%	10%
Utilizei	18%	0%	4%	11%
Não respondeu	38%	7%	21%	28%
ECLAS				
Desconheço	51%	86%	75%	64%
Conheço	7%	0%	0%	4%
Utilizei	0%	0%	0%	0%
Não respondeu	42%	14%	25%	33%
EUR-Lex				
Desconheço	16%	71%	67%	40%
Conheço	18%	7%	8%	13%
Utilizei	24%	14%	0%	16%
Não respondeu	42%	7%	25%	31%
EU Whoiswho				
Desconheço	49%	86%	75%	63%
Conheço	7%	0%	0%	4%
Utilizei	0%	0%	0%	0%
Não respondeu	44%	14%	25%	34%
Prelex				
Desconheço	42%	71%	67%	54%
Conheço	11%	0%	8%	8%
Utilizei	2%	7%	0%	2%
Não respondeu	44%	21%	25%	35%
RAPID				
Desconheço	47%	86%	75%	61%
Conheço	9%	7%	0%	6%
Utilizei	2%	0%	0%	1%
Não respondeu	42%	7%	25%	31%
REGISTER				
Desconheço	47%	86%	67%	59%
Conheço	7%	0%	8%	6%
Utilizei	4%	0%	0%	2%
Não respondeu	42%	14%	25%	33%

Tabela XII-11: *Relação dos alunos de matérias europeias com bases de dados com informação sobre a UE (Q3-26)*

Já nos cursos isoladamente, Direito sobressai com valores de não resposta entre os 38% (CURIA) e os 44% que se aplicam a três bases de dados. Assim, mais uma vez, estes alunos fazem prova de um fraco grau de adesão ao questionário além de demonstrarem que não dominam os principais instrumentos de acesso à informação europeia.

No entanto, temos de salientar que, mais uma vez, o EUR-Lex se afirma como a base de dados mais conhecida e utilizada. Com efeito, em termos de conhecimento regista as percentagens mais elevadas (Direito: 18%; Estudos Europeus: 7%; História: 8% e média geral: 13%). Estes valores sobem no que respeita à opção utilizei o que não deixa de ser estranho, pois, em termos absolutos, mais inquiridos assinalaram esta opção do que a “conheço”, o que nos obrigou a tomar como valor de referência para a contabilização das percentagens o total de inquiridos em cada curso e no global. Assim, 24% dos alunos de Direito dizem já ter utilizado a EUR-Lex, 14% dos alunos de História e 16% na média geral afirmam o mesmo. Nos alunos de História nenhum indicou ter utilizado esta base.

Em relação aos alunos de História, deveremos estranhar o facto de 71% desconhecer a existência da base ARCHIplus, pois sendo o catálogo dos arquivos históricos das instituições europeias está mais orientada para a sua área específica de estudo.

Também os resultados dos alunos de Estudos Europeus demonstram um grande desconhecimento das bases de dados da UE, pelo que consideramos muito importante desenvolver acções de formação para este grupo, pois só assim poderão chegar de forma rápida a informação primária sobre a sua área de estudo.

No inquérito a estes alunos de matérias europeias, incluímos ainda uma pergunta onde procurámos averiguar se sabiam utilizar correctamente três bases de dados criadas pelas instituições europeias. Assim, apresentávamos o endereço electrónico de três bases de dados (o PRELEX, o REGISTER e o EUR-Lex) e formulávamos três perguntas que deviam levar à escolha de cada uma destas bases. Perguntávamos, pois, que base utilizar para conhecer o percurso institucional e aceder ao texto de um documento COM, sendo que neste caso devia ser assinalada a base PRELEX. Pedia-se, ainda, como pesquisar os documentos sobre o ambiente produzidos e recebidos pelo Conselho, devendo ser escolhida a base REGISTER. Por fim, solicitava-se que fosse indicada a base onde aceder ao texto de um regulamento específico publicado no *Jornal Oficial*, série L, numa data indicada, o que deveria levar à escolha do EUR-Lex.

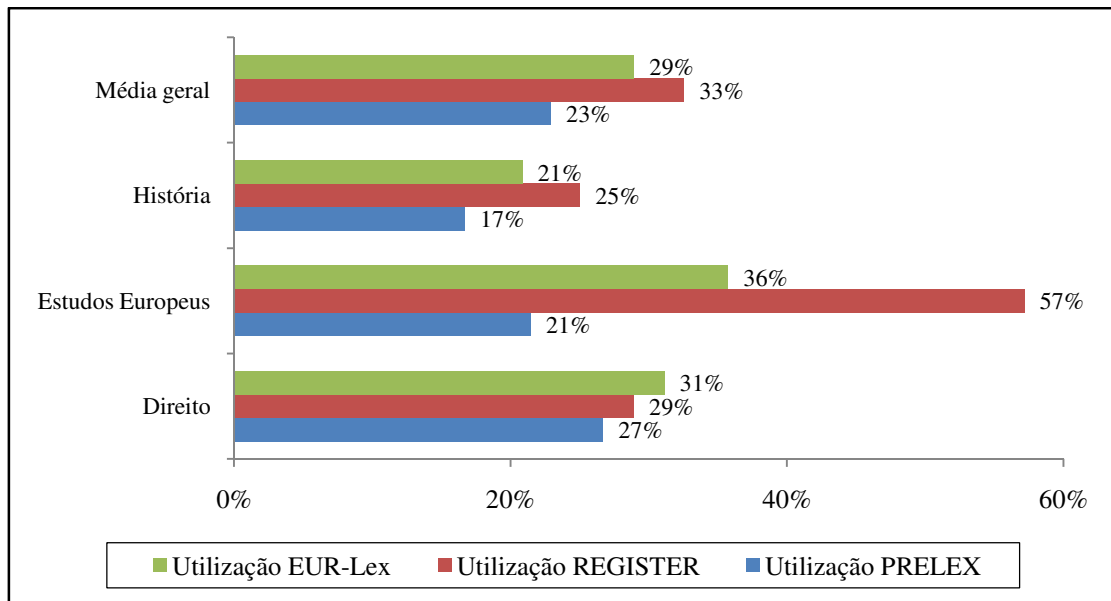


Gráfico XII-31: *Utilização correcta de algumas bases de dados de informação sobre a UE por parte de alunos de matérias europeias (Q3-27)*

No gráfico onde apresentamos os resultados obtidos nesta pergunta indicamos apenas as percentagens de respostas correctas em cada *item* da pergunta [Gráfico XII-31]. Assim, podemos verificar que a taxa de sucesso das respostas foi sempre inferior a 50%, excepto no caso da utilização do REGISTER por parte dos alunos de Estudos Europeus, onde se atingiram os 57%. Aliás, esta base de dados é também a melhor utilizada pelos alunos de História (25%) e pela média geral (33%), ficando em segundo lugar nos alunos de Direito (29%). Neste grupo, o EUR-Lex é a base com a melhor percentagem de utilização (31%) mas nos restantes grupos ocupa o segundo lugar: Estudos Europeus: 36%; História: 21% e na média geral: 29%. Por fim, o PRELEX é a base de dados onde os alunos demonstram mais dificuldades, pois regista as percentagens mais baixas em todos os contextos (Direito: 27%; Estudos Europeus: 21%; História: 17% e na média geral: 23%).

Podemos ainda referir que, somando as percentagens correctas em cada um dos cursos, vemos que os alunos de Estudos Europeus são os que apresentam um total mais elevado e, por isso, devem ser os que conseguem fazer uma melhor utilização das bases de dados apresentadas. Seguem-se-lhe os alunos de Direito e depois os de História.

Terminada esta panorâmica geral sobre o conhecimento e a utilização das bases de dados por parte dos utilizadores dos CDE e dos alunos de matérias europeias, iremos concluir a nossa abordagem a esta temática analisando as bases que os responsáveis dos CDE declaram utilizar de forma mais regular.

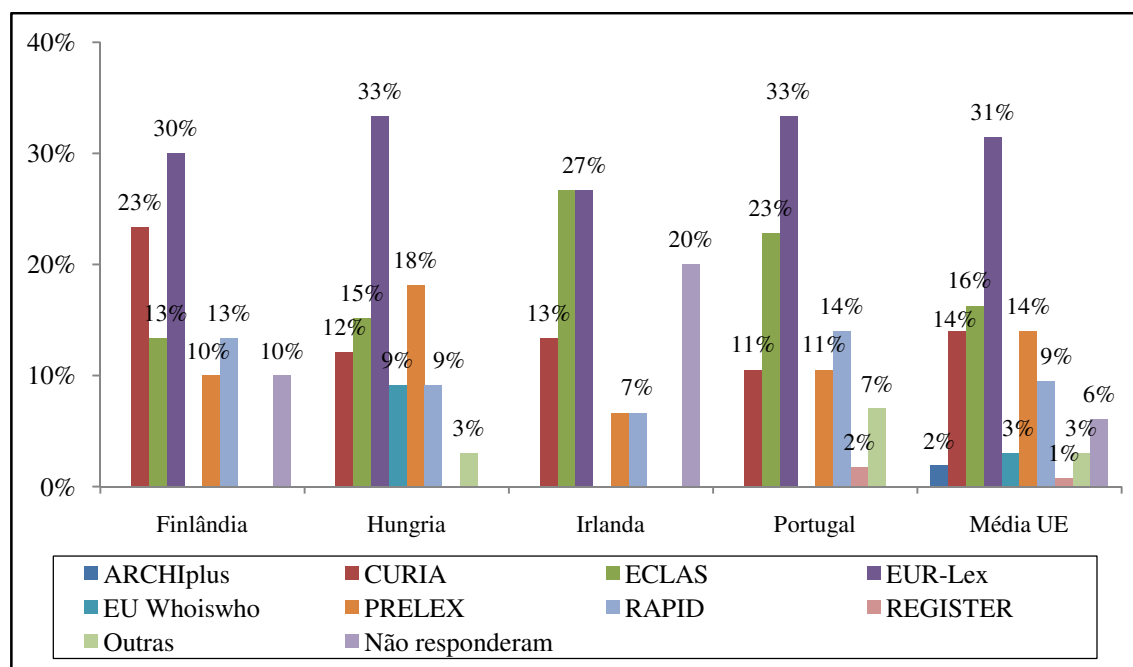


Gráfico XII-32: As bases de dados mais utilizadas nos CDE para responder às necessidades dos utilizadores (Q1A-31; Q1B-27)

Assim, nos CDE, o EUR-Lex é a base a que mais se recorre para satisfazer as necessidades dos utilizadores [Gráfico XII-32]. Com efeito, esta base apresenta as percentagens mais elevadas tanto na média da UE (31%) como nos quatro países estudados monograficamente (Finlândia: 30%; Hungria: 33%; Irlanda: 27%; Portugal: 33%). Confirma-se, portanto, a tendência já assinalada pelos utilizadores dos CDE e pelos alunos de matérias europeias. Parece, portanto, que o acesso a bases de dados relativas à temática legislativa constitui uma necessidade maioritária. Esta tendência já se verificava na década de noventa no Gabinete do Parlamento Europeu, em Madrid, onde a base CELEX, como vimos antecedente da Eur-Lex, foi a segunda mais utilizada em 1994 e 1995.¹⁵⁶⁷

A segunda base de dados mais utilizada na média europeia é a ECLAS com 16%, ocupando igual lugar em Portugal, com 23%. Na Irlanda, está em primeiro lugar, em paridade com o EUR-Lex. Mas na Hungria e na Finlândia fica-se pelo terceiro lugar, com 15% e 13%, respectivamente. De facto, na Finlândia, a segunda base de dados mais acedida é o CURIA (23%) e na Hungria o PRELEX (18%).

Na Irlanda, a terceira percentagem mais elevada (20%) corresponde aos que optaram por não responder, seguindo-se, depois, o uso do CURIA (13%). Já em Portugal, o terceiro lugar é ocupado pelo RAPID (14%), enquanto na média europeia este posto é ocupado, *ex aequo*, pelo CURIA e pelo PRELEX (14%).

¹⁵⁶⁷ RODRÍGUEZ BOUYSSI, Juan – *Op. cit.* p. 64.

De notar ainda que o ARCHIplus apresenta uma percentagem de utilização residual, sendo referido apenas na média europeia com 2%. Também o EU Whoiswho tem uma percentagem residual na média europeia (3%), com percentagens nulas nos outros países, apesar dos 9% na Hungria. Na opção “outras” também não recolhemos dados muito significativos, havendo apenas referências ao Eurostat, à Web of Science e outras bases locais ou comerciais que não se cingem à temática europeia.

De resto, além dos três primeiros lugares que referimos, as bases de dados apresentadas registam percentagens sempre abaixo dos 13%.

XII.10.3. As páginas da Internet

A informação disponível na Internet sobre a UE e/ou por ela disponibilizada, como já salientámos, ganha mais peso a cada minuto que passa. Neste contexto, tornava-se importante conhecer as páginas que os CDE utilizam para satisfazer as necessidades de informação dos seus utilizadores, bem como identificar aquelas a que esses utilizadores e os alunos de matérias europeias efectivamente acedem. Iremos de seguida analisar os dados recolhidos sobre esta matéria.¹⁵⁶⁸

Inquirimos os responsáveis dos CDE sobre as três páginas da Internet mais consultadas para satisfazer as necessidades dos utilizadores. Sendo uma pergunta de resposta aberta, os resultados obtidos abrangeram uma grande diversidade de páginas, num total de vinte e sete endereços diferentes, além de nove categorias de páginas criadas a fim de abranger endereços citados num número reduzido de vezes e, desta forma, torná-los passíveis de tratamento estatístico. Além disso, algumas das páginas indicadas não foram localizadas e, por isso, criámos também uma categoria para esta situação. Tivemos ainda em consideração os inquiridos que optaram por não responder. De seguida, vamos analisar os dados obtidos [Tabela XII-12].

O portal EUROPA obtém a percentagem mais elevada na média da UE (22%) em Portugal (24,6%), bem como na Irlanda (13,3%). Todavia, na Finlândia (23,3%) e na Hungria (12,1%) fica-se pela segunda percentagem mais alta. Ainda assim, se somarmos as suas percentagens nos quatro países analisados monograficamente, registamos o valor de 73,3, o mais elevado no conjunto das somas que se podem efectuar em cada categoria no grupo dos quatro países. Portanto, de facto, o EUROPA

¹⁵⁶⁸ Para uma introdução muito genérica sobre a pesquisa de informação europeia na Internet, ver HUDSON, Grace – *EU information on the internet*. Manchester: European Information Association, 2004. ISBN 1-905106-08-4,

apresenta-se como a primeira e principal porta de acesso à informação europeia utilizada nos CDE.

<i>Páginas da Internet</i>	<i>Finlândia</i>	<i>Hungria</i>	<i>Irlanda</i>	<i>Portugal</i>	<i>Média UE</i>
http://bookshop.europa.eu	3,3%	3,0%	0,0%	1,8%	2,3%
http://cordis.europa.eu/	3,3%	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%
http://curia.europa.eu/	3,3%	6,1%	6,7%	7,0%	4,5%
http://ec.europa.eu	3,3%	0,0%	6,7%	1,8%	3,4%
http://ec.europa.eu/eclas/	6,7%	0,0%	13,3%	7,0%	4,5%
http://ec.europa.eu/eures/	0,0%	3,0%	0,0%	0,0%	0,4%
http://ec.europa.eu/europedirect/	0,0%	3,0%	0,0%	1,8%	0,8%
http://ec.europa.eu/prelex/apcnet.cfm	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	1,5%
http://ec.europa.eu/solvit/	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
http://epp.eurostat.ec.europa.eu/	3,3%	9,1%	6,7%	7,0%	4,9%
http://eur-lex.europa.eu/	26,7%	15,2%	0,0%	19,3%	15,9%
http://europa.eu/press_room/	0,0%	3,0%	0,0%	0,0%	0,4%
http://europa.eu/rapid/	0,0%	3,0%	0,0%	0,0%	0,4%
http://europa.eu/scadplus/	0,0%	0,0%	0,0%	3,5%	0,8%
http://europa.eu/whoiswho/	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
http://europass.cedefop.europa.eu/	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	0,4%
http://www.coe.int/	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	0,4%
http://www.consilium.europa.eu/	3,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%
http://www.europarl.europa.eu/	3,3%	0,0%	6,7%	0,0%	1,1%
http://www.europeansources.info/	0,0%	3,0%	0,0%	0,0%	0,4%
http://www.euroskop.cz/	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
http://www.eurunion.org/	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
http://www.oecd.org/	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	0,4%
http://www.welcomeurope.com/	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	0,4%
www.europa.eu	23,3%	12,1%	13,3%	24,6%	22,0%
www.google.com	0,0%	0,0%	6,7%	0,0%	1,1%
Bases de dados comerciais	0,0%	0,0%	6,7%	0,0%	0,4%
Intranet de Redes de Informação Europeia	0,0%	0,0%	6,7%	3,5%	1,1%
Jornal em linha	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
Não encontrado	3,3%	9,1%	0,0%	1,8%	2,7%
Não responderam	10,0%	15,2%	20,0%	0,0%	11,4%
Página do CDE	3,3%	0,0%	0,0%	3,5%	2,3%
Representação da Comissão no país	0,0%	3,0%	0,0%	3,5%	1,9%
Sítios académicos	3,3%	3,0%	6,7%	3,5%	4,2%
Sítios nacionais de informação europeia	0,0%	6,1%	0,0%	1,8%	4,9%
Sítios de informação governamental	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%
Sítios de informação regional	0,0%	3,0%	0,0%	0,0%	0,4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Tabela XII-12: *As páginas da Internet mais consultadas para satisfazer as necessidades dos utilizadores dos CDE (Q1A-33; Q1B-29)*

Contudo, como iremos ver, as outras páginas da Internet indicadas pelos responsáveis dos CDE localizam-se na sua esmagadora maioria dentro deste portal que congrega as páginas próprias de cada instituição europeia.

Sobre a utilização do *sítio* Europa nos CDE Patrick Overy afirmava, em 2002,

The size and complexity of Europa, however, is still a major obstacle to many users and all EDCs have had to become expert using a variety of online services. Because Europa is constantly changing its format and content, it would help all users if major changes were advertised directly.¹⁵⁶⁹

Aliás, no já referido relatório de avaliação aos CDE, são apontadas algumas críticas ao uso deste recurso. De facto, alguns utilizadores indicaram ser difícil localizar um documento específico e obter informação aprofundada sobre determinadas temáticas, pois os dados de carácter geral são predominantes. Por outro lado, é também referido que a pesquisa no EUROPA através do motor de pesquisa Google é, em muitos casos, mais eficiente do que a realizada através do próprio instrumento de pesquisa do portal.¹⁵⁷⁰

Depois deste primeiro lugar em termos absolutos, o EUR-Lex apresenta-se como a segunda página mais consultada nos CDE, chegando a ocupar o primeiro lugar na Finlândia (26,7%) e na Hungria (15,2%). No caso de Portugal (19,3%) e da média europeia (15,9%) é que representa, de facto, a segunda página mais visitada. Já na Irlanda regista uma percentagem nula. Contudo, se adicionarmos as médias obtidas nos quatro países em análise temos um total de 61,2, o que coloca este *site* em segundo lugar também nesta perspectiva.

Na média europeia, a terceira percentagem mais elevada corresponde aqueles que optaram por não responder, com 11,4%. Mas, na Irlanda, a percentagem mais elevada coube a este *item* com 20%, enquanto em Portugal, pelo contrário, apresenta uma percentagem nula. Na Finlândia, os que não responderam foram 10% e na Hungria 15,2%. Se somarmos as percentagens obtidas nos quatro países analisados monograficamente, obtemos o valor de 45,2, o qual representa o terceiro valor mais alto deste ponto de vista.

Poderemos observar que a Irlanda é o país que apresenta as escolhas mais concentradas, na medida em que muitas categorias, 26 no total, registam percentagens nulas. Simultaneamente, oito categorias apresentam a percentagem de 6,7% (CURIA, Comissão, Eurostat, Parlamento Europeu, Google, bases de dados comerciais, Intranet

¹⁵⁶⁹ OVERY, Patrick – “European Documentation Centres...”. *Op. cit.* p. 24. Vai no mesmo sentido a observação de Ian Mayfield que, em 1998, considerava que a maior fraqueza do servido EUROPA era a enorme quantidade de informação que disponibilizava, ainda que isso acabasse por constituir uma vantagem para aqueles que soubessem pesquisá-la e localizá-la, cf. MAYFIELD, Ian – “EU legal information on the internet”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 29, n.º 4 (1998), p. 237. Do mesmo autor, ver artigo de 2000: MAYFIELD, Ian – “EU legal information on the internet: an update”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 31, n.º 1 (2000), p. 14-17.

¹⁵⁷⁰ ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 28.

de redes de informação europeia e sítios académicos) e duas percentagens de 13,3% (ECLAS e portal EUROPA). Estes resultados da Irlanda, muito diferentes dos restantes países, explicam-se pelo facto de apenas quatro CDE terem respondido a esta pergunta, tal como já referimos anteriormente.

Nos restantes países e na média europeia, não se registam categorias com percentagens de dois dígitos além daquelas a que aludimos quando apresentámos as escolhas com as três percentagens mais elevadas.

De qualquer forma, podemos observar que a página CURIA, apresenta, neste cenário, valores não displicentes (Finlândia: 3,3%; Hungria: 6,1%; Irlanda: 6,7%; Portugal: 7% e média da UE: 4,5%). Aqui, podemos registar que os valores apresentados por alguns dos países analisados monograficamente afastam-se um pouco da média da UE. Também o Eurostat, com valores entre os 3,3% da Finlândia, os 9,1% da Hungria, os já referidos 6,7% da Irlanda, os 7% de Portugal e os 4,9% da média europeia, destaca-se do conjunto geral.

A opção Intranet das redes de informação europeia obtém, no total, um valor razoável, com 6,7% na Irlanda, 3,5% em Portugal e 1,1% na média europeia, apesar de percentagens nulas na Finlândia e na Hungria. Assim, parece que alguns países tiram mais partido que outros das potencialidades fornecidas pelas TIC para contactar com profissionais da mesma área e aproveitar as vantagens do trabalho em rede. Para terminar, deveremos referir os sítios académicos, os quais obtiveram igualmente percentagens razoáveis: Finlândia: 3,3%; Hungria: 3%; Irlanda: 6,7%; Portugal: 3,5% e média europeia: 4,2%.

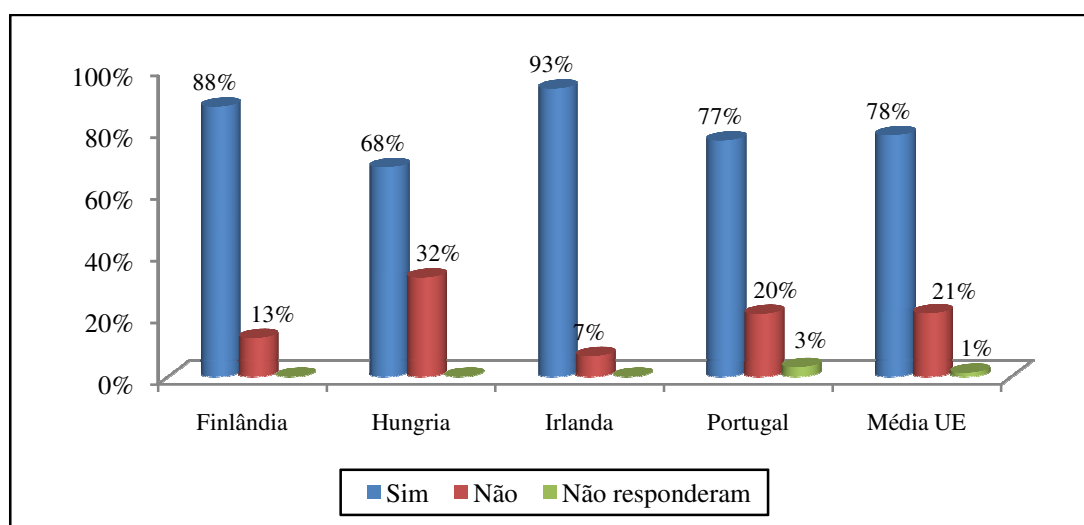


Gráfico XII-33: *Procura de informação sobre a UE na Internet por parte dos utilizadores antes de irem ao CDE (Q2-30)*

Conhecendo as páginas que os CDE usam para responder às necessidades dos seus utilizadores, tentámos saber se estes recorriam à Internet para pesquisar informação sobre a UE. Uma maioria muito significativa de utilizadores afirmou pesquisar informação sobre a UE antes de ir ao CDE [Gráfico XII-33]. Assim, parece que o CDE se apresenta como uma fonte de informação complementar para o acesso à temática europeia. De facto, na Finlândia, 88% dos utilizadores acedem à Internet para procurar informação sobre a UE antes de irem ao CDE, na Hungria são 68%, na Irlanda 93%, em Portugal 77% e na média europeia 78%. Poderemos também observar que os que não responderam correspondem a percentagens residuais, enquanto os que afirmam não recorrer à Internet antes de ir ao CDE são mais numerosos na Hungria (32%) do que nos restantes países, ultrapassando mesmo a média europeia em 11 valores.

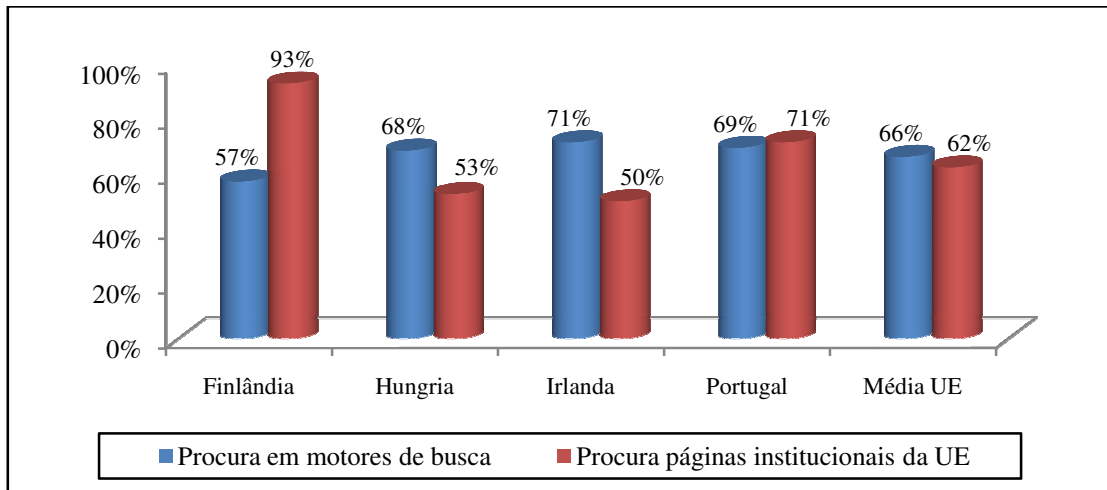


Gráfico XII-34: *Locais de procura de informação sobre a UE por parte dos utilizadores que afirmam pesquisar na Internet antes de irem ao CDE (Q2-30)*

Do conjunto de utilizadores que declarou procurar informação na Internet antes de ir ao CDE, procurámos saber que tipo de páginas consultavam. Apresentámos três opções, a saber: motores de busca e páginas institucionais da UE, além do *item* “outras” [Gráfico XII-34]. Esta última opção só foi escolhida por 5% do total dos inquiridos, os quais declararam ir a jornais em linha, à *Wikipedia* e a bases de dados especializadas. Naturalmente, as percentagens deste gráfico foram calculadas com base no número de utilizadores que declarou procurar informação na Internet antes de ir ao CDE.

As opções podiam ser escolhidas em simultâneo e, por isso, obtemos percentagens muito semelhantes na escolha “procura em motores de busca” e “procura nas páginas institucionais da UE”, o que significa que ambos os tipos de procura funcionam de maneira complementar. Por exemplo, em Portugal, as percentagens apresentadas são 69% e 71%, para a primeira e segunda opção respectivamente, enquanto na média da

UE se registam 66% e 62%. Nos outros países as variações são bastante mais significativas, com vantagem para a procura nas páginas institucionais da UE na Finlândia, com 93% em relação a 57%. Assim, parece que os utilizadores dos CDE deste país sabem tirar mais partido dos recursos de pesquisa específicos criados pelas instâncias comunitárias e, por isso, não optam em percentagens tão elevadas por pesquisar em motores generalistas. Pelo contrário, na Hungria e na Irlanda, esta opção generalista leva vantagem (68% e 71%) sobre a pesquisa nos *sites* institucionais (53% e 50%).

Depois de sabermos em que medida os utilizadores do CDE recorrem à Internet para obter informação sobre a UE e que tipos de páginas usam para o fazer, impõe-se, agora, averiguarmos quais são os recursos da Internet efectivamente visitados. Assim, pedimos aos utilizadores dos CDE, tal como fizemos em relação aos seus responsáveis, para que identificassem três páginas da Internet já consultadas para procurar informação sobre a UE.

Também aqui elaborámos uma pergunta de resposta aberta, o que originou respostas muito diversificadas. Contudo, nos casos em que foi possível, aproveitámos as categorias já criadas para organizar os dados das respostas dos responsáveis dos CDE, o que nos permitiu proceder a comparações entre os dois grupos.

Da análise das escolhas dos utilizadores dos CDE [Tabela XII-13], o facto mais marcante é a percentagem muito elevada dos que não responderam, tanto em cada um dos países (Finlândia: 29,2%; Hungria: 28,6%; Irlanda: 40%; Portugal: 50%), como na média europeia (39,5%). Poderemos compreender melhor estes resultados pensando que, talvez, no momento em que preencheram o questionário os utilizadores não tivessem acesso à Internet e desta forma, tiveram dificuldade em recordar-se dos dados de identificação dos *sites*. Todavia, em muitos casos, alguns optaram por identificar unicamente a instituição e nós é que fizemos uma agregação posterior dos elementos fornecidos.

Tal como no caso dos responsáveis pelos CDE, o portal EUROPA registou as percentagens mais elevadas com uma vantagem significativa (Finlândia: 22,9%; Hungria: 29,8%; Irlanda: 22,2%; Portugal: 13% e média europeia: 18,4%). Todavia, aqui este primeiro lugar regista-se em todos os contextos, o que significa uma diferença em relação aos resultados dos responsáveis dos CDE.

<i>Páginas da Internet</i>	<i>Finlândia</i>	<i>Hungria</i>	<i>Irlanda</i>	<i>Portugal</i>	<i>Média UE</i>
http://bookshop.europa.eu	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%	0,3%
http://cordis.europa.eu/	2,1%	1,2%	0,0%	0,0%	0,6%
http://curia.europa.eu/	8,3%	1,2%	4,4%	2,6%	1,9%
http://ec.europa.eu	8,3%	6,0%	0,0%	6,8%	6,1%
http://ec.europa.eu/eclas/	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%
http://ec.europa.eu/europedirect/	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	0,3%
http://ec.europa.eu/prelex/apcnet.cfm	2,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
http://epp.eurostat.ec.europa.eu/	0,0%	1,2%	0,0%	3,6%	2,0%
http://eur-lex.europa.eu/	10,4%	1,2%	4,4%	5,7%	4,4%
http://europa.eu/rapid/	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
http://europa.eu/scadplus/	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%	0,6%
http://europa.eu/whoiswho/	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
http://publications.europa.eu/	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
http://www.cedefop.europa.eu/	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	0,3%
http://www.consilium.europa.eu/	2,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%
http://www.ecb.int/	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
http://www.eurodesk.org/	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
http://www.eurofound.europa.eu/	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	0,1%
http://www.europarl.europa.eu/	0,0%	6,0%	0,0%	0,5%	1,9%
www.cor.europa.eu	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	0,1%
www.ec.europa.eu/echo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
www.ena.lu	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	0,1%
www.europa.eu	22,9%	29,8%	22,2%	13,0%	18,4%
www.eurunion.org	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
www.google.com	0,0%	1,2%	6,7%	2,1%	2,0%
www.wikipedia.org	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
www.yahoo.com	0,0%	0,0%	2,2%	0,0%	0,3%
Base de dados de informação europeia	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Bases de dados nacionais	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	0,3%
Bases de dados comerciais	0,0%	0,0%	4,4%	0,5%	0,6%
Jornal em linha	0,0%	0,0%	6,7%	0,0%	0,9%
Não encontrado	4,2%	2,4%	4,4%	1,6%	3,1%
Não relevante	2,1%	3,6%	0,0%	1,6%	2,1%
Não responderam	29,2%	28,6%	40,0%	50,0%	39,5%
Página de CDE	0,0%	0,0%	0,0%	2,1%	1,3%
Rede nacional de CDE	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	0,1%
Representação da Comissão no país	2,1%	1,2%	0,0%	0,0%	1,0%
Sítio de Centro de investigação	0,0%	0,0%	4,4%	1,0%	0,7%
Sítios académicos	2,1%	0,0%	0,0%	1,0%	1,6%
Sítios de informação governamental	2,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%
Sítios de partidos políticos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Sítios nacionais de informação europeia	2,1%	16,7%	0,0%	2,1%	5,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela XII-13: *As páginas da Internet que os utilizadores dos CDE declaram ter consultado para aceder a informação sobre a UE (Q2-29)*

A segunda página mais visitada é o sítio da Comissão Europeia, tanto na média europeia (6,1%) como na Hungria (6%) e em Portugal (6,8%). Já na Finlândia ocupa apenas o terceiro lugar, com 8,3%, e na Irlanda apresenta uma percentagem nula.

Todavia, se somarmos as percentagens obtidas pela página da Comissão em cada um dos países, vemos que se obtém apenas o terceiro valor mais elevado (21,1%). De facto, o EUR-Lex é que constitui o segundo site mais visitado, se somarmos as percentagens obtidas por cada um dos países, com um total de 21,7. Assim, o EUR-Lex é a segunda página mais citada pelos utilizadores dos CDE da Finlândia (10,4%) e a terceira na média da UE (4,4%), tal como em Portugal (5,7%) e na Irlanda (4,4%), aqui em paridade com mais duas (CURIA e Sítio de centro de investigação), enquanto na Hungria não vai além de 1,2%.

De salientar, ainda, os valores apresentados pelo CURIA: Finlândia: 8,3%, Hungria; 1,2%; Irlanda: 4,4%; Portugal: 2,6% e na média da UE 1,9%. Assim, este sítio da Internet constitui, somando a globalidade das percentagens referidas, o quinto mais escolhido pelos utilizadores dos CDE.

Outro dado interessante é que a categoria sítios nacionais de informação europeia, onde englobámos referências a páginas da Internet distintas, regista uma percentagem de 16,7% na Hungria. Este valor permite a esta categoria ocupar o quarto lugar na soma das percentagens obtidas em todos os contextos, a saber, os quatro países e a média europeia.

Também o Google, com uma percentagem de 6,7% na Irlanda, de 2,1% em Portugal, 2% na média europeia e 1,2% na Hungria, consegue ocupar o lugar de sexta categoria mais referenciada, somando todos os valores que obteve. Podemos mesmo reparar que a percentagem obtida nesta categoria, na Irlanda, é igual à verificada nos resultados dos inquéritos aos responsáveis dos CDE.¹⁵⁷¹

Na globalidade dos resultados, destaca-se o facto de existir um grande número de categorias com percentagens nulas: vinte e oito na Finlândia, vinte e nove na Hungria, trinta e três na Irlanda e dezoito em Portugal. Isto significa que, em comparação com os resultados dos inquéritos aos responsáveis dos CDE, temos os valores mais concentrados em cada categoria por cada país ainda que depois na média europeia se registem percentagens residuais em número mais elevado.

Para terminar a análise destes resultados, importa sublinhar que os valores das respostas indicando sítios *web* não encontrados ou não relevantes são significativos. Com efeito, para a primeira hipótese, tivemos as seguintes percentagens: Finlândia:

¹⁵⁷¹ Sobre uma análise interessante dos resultados de pesquisa obtidos no Google, ver THELWALL, Mike – “Can Google’s PageRank be used to find the most important academic web pages?”. *Journal of documentation*. ISSN 0022-0418. Vol. 59, n.º 2 (2003), p. 205-217. Este estudo relativo às pesquisas na páginas da Internet de Universidades poderá aplicar-se igualmente ao EUROPA.

4,2%; Hungria: 2,4%, Irlanda: 4,4%; Portugal: 1,6% e na média da UE 3,1%. Já as respostas não relevantes obtiveram valores um pouco mais baixos, a saber: Finlândia: 2,1%; Hungria: 3,6%, Irlanda: 0%; Portugal: 1,6% e na média da UE 2,1%.

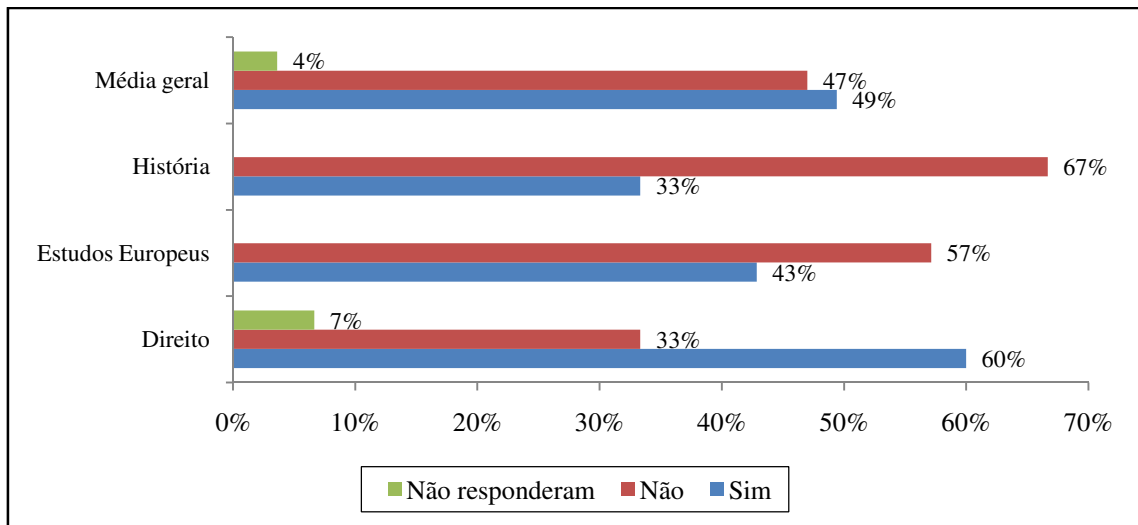


Gráfico XII-35: *Procura de informação sobre a UE na Internet no último mês por parte dos estudantes de matérias europeias (Q3-21)*

Relativamente aos estudantes de matérias europeias, procurámos também saber se recorriam à Internet para pesquisar informação sobre a UE. Neste sentido, elaborámos uma pergunta onde lhe pedíamos para indicarem se tinham levado a cabo alguma procura desse tipo no último mês.

De acordo com os resultados obtidos [Gráfico XII-35], apuramos variações consoante os cursos. Assim, se os alunos de História (67%) e de Estudos Europeus (57%) responderam maioritariamente de forma negativa, já em Direito (60%) predominam os que efectuaram pesquisa de informação sobre a UE na Internet no último mês.

Na média geral, as duas opções apresentam percentagens muito próximas: 49% para o sim e 47% para o não. De resto, a percentagem dos que não responderam é residual (4%), porque apenas 7% dos estudantes de Direito optaram por não dar nenhuma indicação.

Sabendo os alunos que tinham pesquisado informação sobre a UE na Internet no último mês procurámos averiguar a que tipo de sites recorriam preferencialmente, se a motores de busca ou se às páginas oficiais das instâncias europeias. Admitimos que ambas as escolhas pudessem ser feitas em simultâneo e, por isso, a soma das percentagens obtidas ultrapassa os 100%. As percentagens foram calculadas com base

no número de utilizadores que declarou ter procurado informação sobre a UE na Internet no último mês.

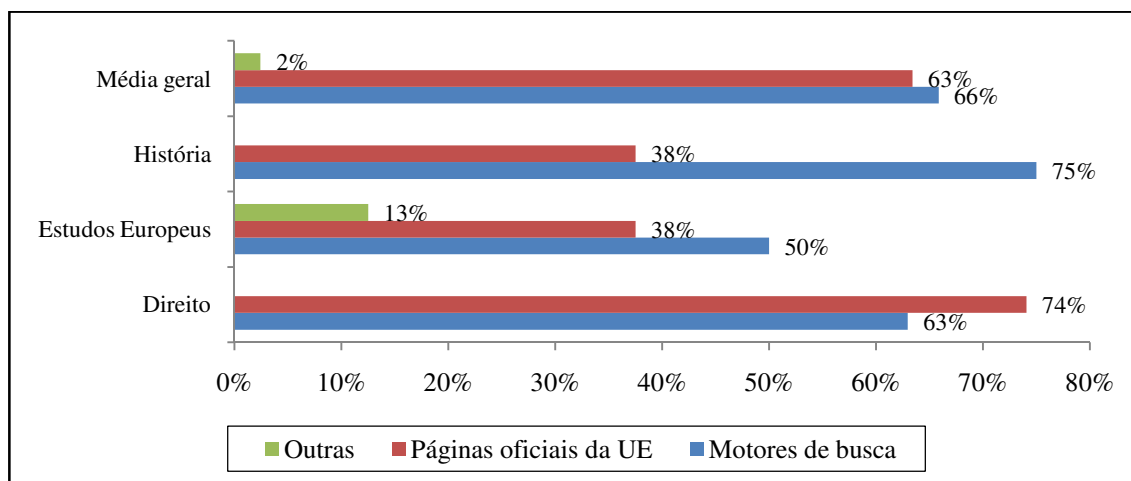


Gráfico XII-36: *Locais de procura de informação sobre a UE por parte dos alunos de matérias que afirmam ter pesquisado na Internet no último mês*

Também aqui os resultados obtidos variam em função dos cursos [Gráfico XII-36]. De facto, 74% dos alunos de Direito indicaram ter utilizado as páginas oficiais da UE e 63% motores de busca. Já em História e em Estudos Europeus, os motores de busca apresentam percentagens mais elevadas: 75% e 50%, respectivamente, enquanto o recurso às páginas da UE obteve um valor inferior (38%), igual em ambos os cursos.

Existia ainda a opção “outras” mas esta só foi escolhida por um aluno de Estudos Europeus, especificando depois “jornais com edições electrónicas”.

Deveremos salientar ainda que a média geral apresenta, também aqui, percentagens muito próximas: páginas oficiais da UE com 63% e motores de busca com 66%. Temos novamente um valor residual (2%) para os que não responderam mas, desta vez, devido a 13% dos alunos de Estudos Europeus não terem especificado nenhuma escolha.

Quanto às páginas da Internet mais utilizadas pelos estudantes de matérias europeias para aceder a informação sobre a UE [Tabela XII-14], o elemento mais marcante diz respeito, tal como nos utilizadores dos CDE, mas num grau mais acentuado, a um grande número ter optado por não responder. Aliás, em dois cursos, Direito (65,2%) e História (58,2%), eles constituíram a maioria. Em Estudos Europeus a percentagem foi um pouco mais baixa: 45,2%.

Dentro dos inquiridos que optaram por responder, o portal EUROPA foi o mais escolhido: Direito: 7,4%; Estudos Europeus: 16,7%; História: 18,1% e na média geral: 12%. O Google, que obtém apenas 1,4% em História, ocupa o segundo lugar em

Estudos Europeus com 9,5% e também na média geral com 4,8% tal como em Direito, com 5,2%, ainda que aqui em paridade com o CURIA. Aliás, tal escolha faz plenamente sentido, já que esta página permite o acesso à jurisprudência europeia.

Em História, a Wikipedia, com 6,9%, regista a segunda percentagem mais alta. Mas nos outros cursos (Direito: 1,5%; Estudos Europeus: 2,4%) e na média geral (3,2%) os valores deste *item* não são tão significativos.

<i>Páginas da Internet</i>	<i>Direito</i>	<i>Estudos Europeus</i>	<i>História</i>	<i>Média geral</i>
http://curia.europa.eu/	5,2%	0,0%	0,0%	2,8%
http://ec.europa.eu	3,0%	4,8%	2,8%	3,2%
http://eur-lex.europa.eu/	3,7%	2,4%	0,0%	2,4%
http://europa.eu/scadplus/	0,0%	2,4%	0,0%	0,4%
http://europass.cedefop.europa.eu/	0,0%	2,4%	0,0%	0,4%
http://www.dgsi.pt	1,5%	0,0%	0,0%	0,8%
www.carloscoelho.org	0,7%	0,0%	0,0%	0,4%
www.consilium.europa.eu/	0,0%	0,0%	1,4%	0,4%
www.cor.europa.eu	0,0%	2,4%	0,0%	0,4%
www.dgsi.pt	0,7%	0,0%	0,0%	0,4%
www.dre.pt	0,0%	0,0%	1,4%	0,4%
www.ec.europa.eu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
www.eu2007.pt	1,5%	2,4%	0,0%	1,2%
www.eurocid.pt	0,0%	2,4%	0,0%	0,4%
www.euronews.com	0,0%	0,0%	1,4%	0,4%
www.euronext.com	0,0%	0,0%	1,4%	0,4%
www.europa.eu	7,4%	16,7%	18,1%	12,0%
www.europarl.europa.eu/	2,2%	4,8%	2,8%	2,8%
www.google.com	5,2%	9,5%	1,4%	4,8%
www.leader.pt	0,0%	2,4%	0,0%	0,4%
www.portaldocidadao.pt	0,7%	0,0%	0,0%	0,4%
www.sapo.pt	0,7%	0,0%	0,0%	0,4%
www.wikipedia.org	1,5%	2,4%	6,9%	3,2%
www.yahoo.com	0,7%	0,0%	0,0%	0,4%
www.youtube.com	0,0%	0,0%	2,8%	0,8%
Motor de busca	0,0%	0,0%	1,4%	0,4%
Não responderam	65,2%	45,2%	58,3%	59,8%
Total	100%	100%	100%	100%

Tabela XII-14: As páginas da Internet que os estudantes de matérias europeias declaram ter consultado para aceder a informação sobre a UE (Q3-22)

A página da Comissão Europeia e o EUR-Lex são as duas categorias seguintes que apresentam valores mais importantes. De facto, para a primeira temos: Direito: 3%; Estudos Europeus: 4,8%; História: 2,8% e média geral: 3,2%. Já para a segunda em Direito registam-se 3,7%, em Estudos Europeus 2,4%, em História percentagem nula e na média geral 2,4%.

Em termos globais, verificamos que neste grupo de inquiridos as respostas dadas correspondem a menos categorias, vinte e seis no total, do que as que foram recuperadas

nos inquéritos aos responsáveis dos CDE e aos seus utilizadores. Por um lado, esta situação deriva do facto de o grupo de inquiridos ser menor numericamente e, por outro, de terem uma origem mais uniforme na medida em que correspondem a alunos de três licenciaturas de uma mesma Universidade e não a dezenas de CDE de vinte e um Estados-Membros.

Além disso, vemos que algumas categorias apresentam valores muito residuais, não só na média geral como nos cursos em específico, em virtude de uma dispersão acentuada das escolhas pelas vinte e seis categorias disponíveis.

Tendo em conta a importância da informação disponível na Internet para resolver as necessidades de informação de índole europeia, no inquérito aos alunos de matérias europeias incluímos uma pergunta onde era pedido que identificassem as páginas adequadas para responder a quatro perguntas. As questões versavam sobre as atribuições do Provedor de Justiça Europeu, sobre a identificação do país em exercício da presidência do Conselho da União Europeia, sobre a identificação do Comissário do ambiente e, finalmente, sobre onde encontrar a indicação da comissão parlamentar a que uma euro-deputada presidia. Além das perguntas, forneciam-se os endereços dos sítios *web* da Comissão Europeia, do Provedor de Justiça Europeu, do Conselho da União Europeia, do Parlamento Europeu bem como a opção “não sei”.

Da análise dos resultados [Tabela XII-15], sobressai o facto de os alunos de Estudos Europeus apresentarem sempre as percentagens de respostas correctas mais elevadas (21%, 64%, 43%, 64%). Assim, demonstram que parecem dominar melhor o uso das páginas oficiais da UE para resolver necessidades de informação específica mas também de ordem geral. De seguida, os alunos de Direito são os que conseguem melhores resultados, seguido pelos de História.

Atribuições Provedor de Justiça Europeu	Direito	Estudos Europeus	História	Média geral
Acertou	18%	21%	4%	14%
Errou	31%	36%	46%	36%
Não sabe	29%	29%	25%	28%
Não respondeu	22%	14%	25%	22%
<i>País em exercício da Presidência Conselho da UE</i>				
Acertou	29%	64%	13%	30%
Errou	20%	29%	42%	28%
Não sabe	24%	0%	21%	19%
Não respondeu	27%	7%	25%	23%
<i>Identificar o Comissário do Ambiente</i>				
Acertou	20%	43%	29%	27%
Errou	22%	21%	25%	23%
Não sabe	29%	29%	21%	27%
Não respondeu	29%	7%	25%	24%
<i>Identificação da Comissão Parlamentar presidida por uma deputada</i>				
Acertou	29%	64%	29%	35%
Errou	18%	14%	21%	18%
Não sabe	24%	21%	25%	24%
Não respondeu	29%	0%	25%	23%

Tabela XII-15: *Uso das páginas da Internet adequadas para localizar informação capaz de resolver necessidades identificadas (Q3-23)*

Temos ainda de registar que, excepto em dois casos, as percentagens dos que erraram, declararam não saber ou não responderam são sempre superiores às dos que acertaram. Assim, muitos alunos optaram por responder aleatoriamente e isso pode ter tido algum reflexo nas respostas correctas e não só nas erradas. Portanto, fica novamente demonstrado que um trabalho de divulgação das fontes de informação disponíveis na Internet acerca da UE deve ser levado a cabo, no sentido de melhorar as competências informacionais destes alunos de maneira a torná-los mais autónomos e competentes em termos de acesso e uso destes instrumentos.

XII.11. Relação entre a organização e a representação da informação e o seu acesso nos CDE

Com as perguntas que analisamos neste ponto, pretendíamos ver como se ligava o âmbito da organização e da representação da informação, operações iminentemente técnicas e consideradas como das facetas mais importantes do trabalho de bibliotecários e documentalistas, com os tipos de acesso aos documentos disponíveis nos CDE para consulta dos utilizadores.

Durante as visitas aos CDE, constatamos que em relação às publicações de divulgação existiam opções diferentes quanto ao seu tratamento documental. De facto, se alguns CDE catalogam e indexam todos documentos que recebem, incluindo desdobráveis e tipologias similares, outros optam por tratar e inserir no catálogo apenas aqueles que consideram mais relevantes. Aliás, esta dualidade de critérios em relação ao tratamento da documentação recebida do SPOCE verificava-se já em finais dos anos oitenta nas Bibliotecas Depositárias e nos CDE da América do Norte, pois apenas 37% dos documentos eram classificado e catalogados na sua totalidade.¹⁵⁷²

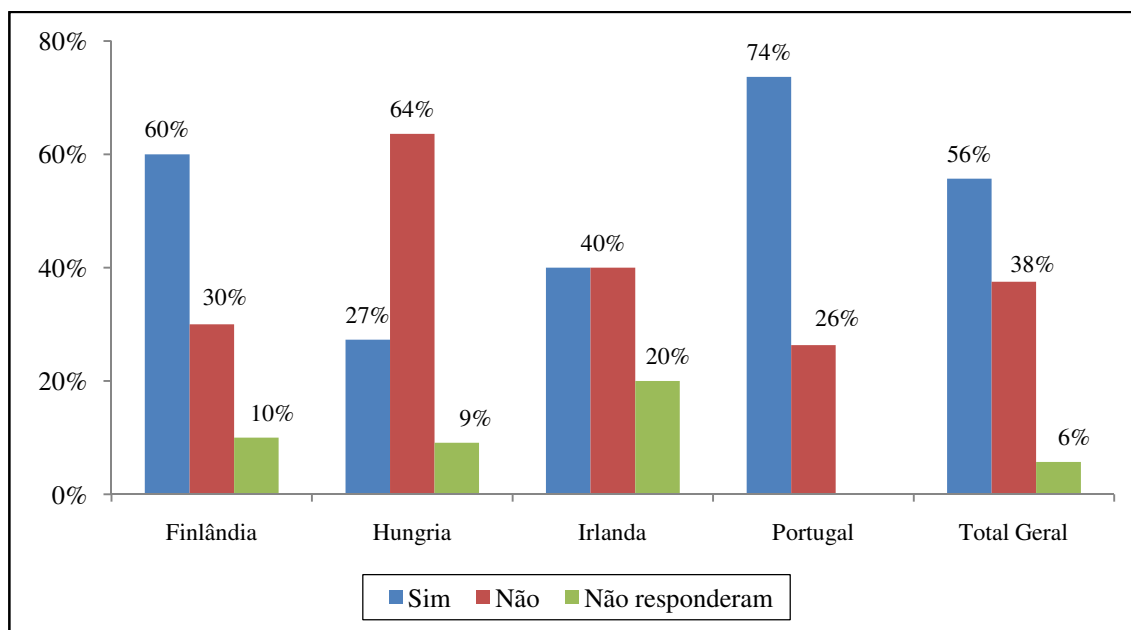


Gráfico XII-37: *Uso de linguagem sistemática nos CDE para a representação das matérias (QIA-49; QIB-45)*

Aos responsáveis dos CDE foi dirigida uma pergunta incidindo sobre o uso de linguagem(ns) sistemática(s) na representação das matérias do acervo informacional do CDE. Aqui, entendíamos por linguagem sistemática um tipo de linguagem controlada e pré-coordenada em que os termos se manifestam através de um símbolo de classificação. Os símbolos podem apresentar-se sob a forma de códigos numéricos, alfanuméricos ou alfabéticos e designam-se de notação.

De acordo com os dados obtidos [Gráfico XII-37], o uso de linguagem sistemática verifica-se em mais de metade dos CDE da Finlândia (60%), de Portugal (74%) e da média da UE (56%). Todavia, na Hungria pouco mais de um quarto dos CDE (27%) recorre a esta forma de organização e representação da informação, enquanto na Irlanda

¹⁵⁷² KEARLEY, Timothy – *Op. cit.* p. 21-22.

esse número sobe para 40%, em paridade com os que não aplicam nenhuma linguagem sistemática. Aliás, neste país devemos notar que 20% dos inquiridos não responderam.

Aos inquiridos que respondiam afirmativamente era solicitado que identificassem o(s) sistema(s) de classificação usado(s) no seu CDE. Assim, a Classificação Decimal Universal foi identificada por onze CDE, enquanto a Dewey é aplicada em três. Quatro CDE afirmaram, ainda, usar a classificação do SPOCE.¹⁵⁷³ Paralelamente, alguns CDE aplicam classificações próprias, como o caso de um CDE que visitamos em Dublin onde o sistema de classificação segue uma orientação de tipo arquivístico, na medida em que está organizado em classes constituídas pelas instituições produtoras dos documentos, em sub-classes correspondentes aos serviços e depois em séries onde se enquadram os assuntos de acordo com uma ordem temática.

Deveremos ainda salientar que, nesta pergunta, cinco CDE assinalaram usar o ECLAS como sistema de classificação e oito o EUROVOC. Ora, como iremos ver de seguida, estes instrumentos não sendo efectivamente tesouros na plena acepção do termo, de acordo com o estabelecido nas normas internacionais, também não podem ser considerados sistemas de classificação. Assim, as respostas obtidas neste *item* podem levantar algumas dúvidas acerca do entendimento da formulação da pergunta mas também podem suscitar algumas interrogações acerca do conhecimento, por parte de certos profissionais, da distinção entre as linguagens sistemáticas e as linguagens alfabéticas na representação das matérias e dos assuntos.

Além de procurar saber se os CDE aplicavam algum sistema de classificação, elaborámos outra pergunta para averiguar se, na representação dos assuntos, usavam alguma linguagem alfabética, dando-se como opções de resposta: o CDE não usa linguagem alfabética, listas UNITERM, listas de encabeçamento de matérias ou tesouros, pedindo-se, neste caso, para que este(s) fosse(m) identificado(s). Como era possível os inquiridos seleccionarem mais do que uma opção das três últimas, em alguns países, as percentagens ultrapassam os 100%. Por outro lado, na Irlanda e na Finlândia, houve inquiridos que não responderam o que justifica o facto de não se obter um total de 100%. [Gráfico XII-38].

Por listas UNITERM entendemos as que usam linguagem alfabética não controlada e pós-coordenada para representar os assuntos. Já as listas de encabeçamento

¹⁵⁷³ Sobre esta classificação, ver MACIÁ, Mateo – *La documentación...* (op. cit.), p. 161-162. Ver também o **Anexo XIII Plano de Classificação do SPOCE**, na versão revista em 1990, actualmente em vigor.

de matérias, a mais famosa das quais é a da Biblioteca do Congresso americano, aplicam uma linguagem alfabética controlada e pré-coordenada.¹⁵⁷⁴

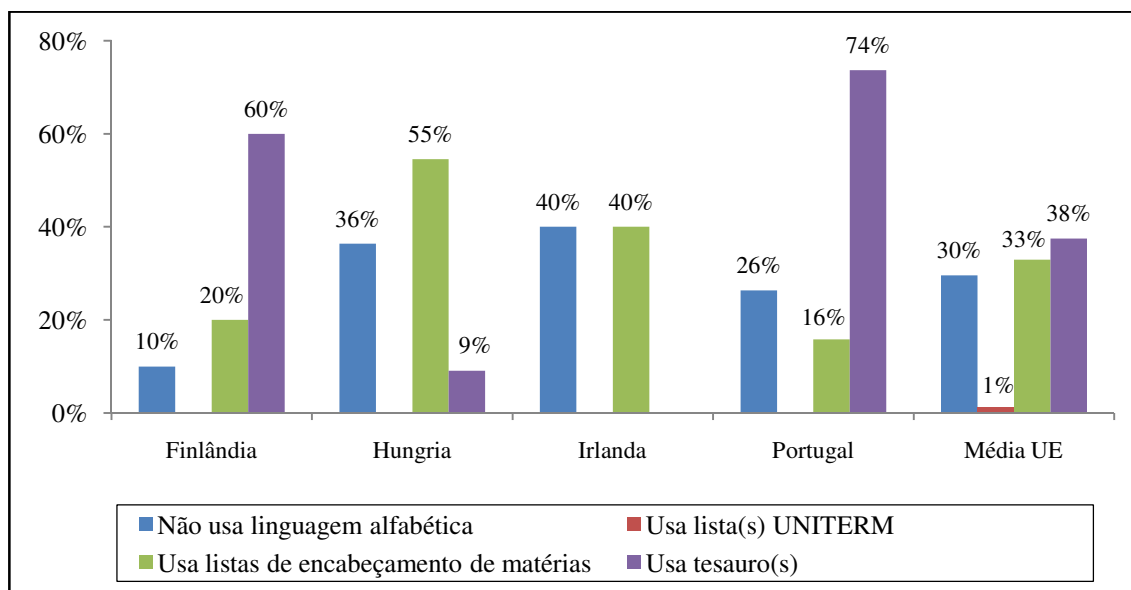


Gráfico XII-38: *Uso de linguagem alfabética nos CDE para a representação dos assuntos (Q1A-50; Q1B-46)*

Por tesouro entendemos um «(...) vocabulário controlado e dinâmico, constituído por termos normalizados que representam os conceitos dos documentos, apresentando de forma explícita as relações semânticas entre eles».¹⁵⁷⁵ As instituições europeias desenvolveram dois tesouros principais: o ECLAS e o EUROVOC. Ambos estão actualmente disponíveis para acesso livre através da Internet.¹⁵⁷⁶ O actual tesouro ECLAS, derivado do Macrotesouro da OCDE (na versão revista pela ONU em 1985), foi criado em 1978 aquando do início da automatização do tratamento documental na biblioteca central da Comissão Europeia em Bruxelas.¹⁵⁷⁷ Apresenta apenas relações de equivalência (USE) e notas de definição ou explicativas (SN) mas não relações hierárquicas visto não usar os operadores postulados pela norma ISO 2788 para o efeito

¹⁵⁷⁴ SIMÕES, Maria da Graça – *Da abstracção à complexidade formal: relações conceptuais num tesouro*. Coimbra: Almedina, 2008. ISBN 978-972-40-3374-7. p. 62.

¹⁵⁷⁵ *Idem, ibidem*. p. 52.

¹⁵⁷⁶ Para aceder ao ECLAS, ver <http://ec.europa.eu/eclas/F/GXD9VU4B4AFFTDDN64UNV7N4QRBL5CR57IPVC87AFGYCGNH1AV-26626?func=file&local_base=euc11&file_name=thesfre.htm>. [Acedido 23.07.2008] e para o EUROVOC, ir a <http://europa.eu/eurovoc/sg/sga_doc/eurovoc_dif!SERVEUR/menu!prod!MENU?langue=PT>. [Acedido 23.07.2008].

¹⁵⁷⁷ COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPEENNES – *Thesaurus ECLAS*. Edition revue et augmentée. Bruxelles: [s.n.], 1989.

(BT – Termo Geral – e NT – Termo Específico –) nem relações associativas (TR – Termo Relacionado – e TG – Termo Geral –).¹⁵⁷⁸

Já o EUROVOC encontra a sua origem nos índices do *Jornal Oficial*.¹⁵⁷⁹ Trata-se de um tesouro multilingue, cobrindo as actuais 21 línguas oficiais da UE, mas estando também traduzido noutros idiomas, visto ser utilizado por alguns parlamentos nacionais de países não comunitários. O intuito deste tesouro é abranger todas as actividades da UE, para o efeito inclui 21 domínios e 127 microtesauros. A estrutura do tesouro materializa-se nas relações semânticas criadas entre descritores e não descritores. Estas relações são de cinco tipos: nota de aplicação ou definição, relação de pertença ao microtesouro, relação de equivalência, relação hierárquica e relação associativa.

Tanto o tesouro ECLAS como o EUROVOC contêm uma parte inicial com uma apresentação sistemática onde se agrupam os descritores sob um descritor mais geral, através de um código numérico análogo ao de uma classificação. Tendo em conta este elemento, poderemos compreender o facto de alguns responsáveis de CDE referirem estes instrumentos como sendo usados enquanto sistema de classificação. No entanto, essas respostas também indiciam a falta de um conhecimento correcto dos instrumentos que devem ser incluídos sob a designação de linguagem sistemática e de linguagem alfabética. Contudo, a estrutura do próprio ECLAS e do EUROVOC também não ajudam a uma aplicação rigorosa dessa distinção.¹⁵⁸⁰

O uso de tesouros para a representação dos assuntos numa linguagem alfabética é claramente predominante em Portugal (74%) e na Finlândia (60%), distinguindo-se da média da UE, onde apenas 38% dos CDE inquiridos afirma utilizar este instrumento. Deveremos também ter em conta que, em alguns CDE, pode coexistir a utilização de vários tesouros.¹⁵⁸¹ Naturalmente, os tesouros mais utilizados nos CDE que responderam foram o ECLAS e o EUROVOC.

Já as listas de encabeçamento de matérias são utilizadas por mais de metade dos CDE da Hungria (55%) e por 40% dos da Irlanda. No entanto, na Finlândia não vão

¹⁵⁷⁸ Consultámos a versão portuguesa da norma ISO 2788: NP 4036. 1992 – *Tesouros monolingues: directivas para a sua construção e desenvolvimento*. p. 22-23.

¹⁵⁷⁹ GASKELL, Eric – “The European...”. *Op. cit.* p. 28-29. Sobre este tesouro, ver também MACIÁ, Mateo – *La documentación...* (*op. cit.*). p. 241-254.

¹⁵⁸⁰ Não é de forma nenhuma nosso intento aprofundar o tema das linguagens documentais usadas nas instituições da UE e nas redes de informação sob a sua égide. Pensamos que o assunto merece um tratamento aprofundado que extravasa o âmbito da nossa investigação.

As considerações que tecemos a este propósito servem apenas para enquadrar as respostas que obtivemos nos questionários aos responsáveis dos CDE.

¹⁵⁸¹ Sobre a utilização de tesouros num CDE holandês, ver VERMEULEN, Mieke – *Op. cit.* p. 23.

além dos 20% e em Portugal ficam-se pelos 16%, ao passo que na média europeia chegam aos 33%

Deveremos também notar que na Irlanda 40% dos CDE não usa linguagem alfabética o mesmo acontecendo em 36% dos CDE húngaros e em 30% da média da UE. Todavia, em Portugal são apenas pouco mais de um quarto (26%), enquanto na Finlândia este valor fica restrito a 10%.

Esta análise das formas de organização e representação da informação europeia foi também abordada no inquérito de 1997 às bibliotecas públicas inglesas que albergavam colecções neste âmbito. Interrogados sobre esta matéria, os seus responsáveis consideravam que seria benéfico a adopção de um sistema de classificação único aplicável a toda a informação recebida das instituições de Bruxelas por parte de todas as unidades de informação europeia.¹⁵⁸²

No entanto, decorridos mais de dez anos, esse sistema de classificação único ainda não existe e cada elemento das redes de informação europeia aplica o sistema que julga mais conveniente e adaptado à sua realidade para o tratamento documental.

Aos responsáveis dos CDE foi, ainda, pedido que identificassem o *software* utilizado para suportar o seu catálogo.¹⁵⁸³ Tratava-se de uma pergunta aberta, o que implicou que os dados fossem agrupados em categorias *a posteriori*. Por outro lado, em certas situações não foi possível identificar os sistemas indicados, pois para cada resposta efectuámos uma pesquisa na Internet para identificar a empresa responsável pela elaboração do produto identificado.¹⁵⁸⁴

Com base na análise dos resultados [Tabela XII-16], podemos constatar que o sistema *Aleph*, também utilizado pela Biblioteca Central da Comissão Europeia em Bruxelas, é o mais comum, já que existe em 27% dos CDE húngaros, em 20% dos irlandeses, em 26% dos portugueses e representa 17% da média europeia. Todavia, na Finlândia não é utilizado em nenhum CDE, porque aqui o sistema *Voyager* com 70% é claramente predominante.

Em alguns países, opta-se por sistemas com origem nacional, como o Corvina (18%), na Hungria, ou o Bibliobase (26%), o DocBase (11%) e o GIB (5%) em

¹⁵⁸² MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme; PARKER, Susan – “The provision of European information by public libraries in the UK: results...”. *Op. cit.* p. 14 e 27.

¹⁵⁸³ Naturalmente, esta questão pressupunha que todos os CDE dispõem deste instrumento de acesso à informação já informatizado. Para perceber melhor a evolução da acessibilidade do catálogo informático por parte dos utilizadores dos CDE ver os resultados obtidos no estudo de Emma Wenban-Smith, em 1993, cf. *Op. cit.* p. 39-40.

¹⁵⁸⁴ Ver **Anexo XIV** *Páginas da Internet com informação sobre os softwares usados nos catálogos dos CDE*.

Portugal. Por fim, podemos notar que percentagens significativas de responsáveis de CDE optaram por não responder: Finlândia: 20%; Hungria: 27%; Irlanda: 40%; Portugal: 16% e na média da UE: 20%.

Além desta imagem actual, deveremos recordar que os CDE começaram a informatização das tarefas de organização e representação da informação há pouco mais de vinte anos, depois do mesmo processo ser iniciado pela biblioteca central da Comissão Europeia, em Bruxelas.¹⁵⁸⁵

<i>Software do catálogo do CDE</i>	<i>Finlândia</i>	<i>Hungria</i>	<i>Irlanda</i>	<i>Portugal</i>	<i>Média UE</i>
Abekt	0%	0%	0%	0%	1%
Access database	0%	0%	0%	0%	2%
Aleph	0%	27%	20%	26%	17%
Alephino	0%	0%	0%	0%	1%
Bibliobase	0%	0%	0%	26%	6%
Cobiss	0%	0%	0%	0%	2%
Corvina	0%	18%	0%	0%	2%
DB-text	0%	0%	0%	0%	1%
Docbase	0%	0%	0%	11%	2%
Geac ADVANCE Library System	0%	0%	20%	0%	1%
GIB	0%	0%	0%	5%	1%
Horizon	0%	9%	0%	5%	5%
HUNTEKA	0%	9%	0%	0%	1%
INNOPAC	0%	0%	0%	0%	1%
KNOSYS	0%	0%	0%	0%	1%
Micro CDS/ISIS	0%	0%	0%	0%	1%
Millenium	0%	0%	0%	11%	2%
R.I.K.S – information and cataloguing system for the libraries	0%	0%	0%	0%	1%
Sebina	0%	0%	0%	0%	2%
Talis Library System Software	0%	0%	20%	0%	1%
Unicorn Workflows	0%	0%	0%	0%	3%
Voyager	70%	0%	0%	0%	10%
VTLS (Virginia Technological Library System)	0%	0%	0%	0%	1%
WINISIS	0%	0%	0%	0%	2%
Desconhecido	10%	0%	0%	0%	3%
Não responderam	20%	27%	40%	16%	20%
Resposta inválida	0%	9%	0%	0%	6%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Tabela XII-16: *Software usado nos catálogos dos CDE (Q1A-48; Q1B-44)*¹⁵⁸⁶

¹⁵⁸⁵ Por exemplo, sobre o processo de informatização do CDE de Coimbra, com início em Setembro de 1988, ver MIRANDA, Maria da Saude – “Centro de Documentação Europeia: história e actividade”. *Op. cit.* p. 381-382; *Idem* – “Actividades do Centro de Documentação Europeia”. *Revista de Direito e Economia*. ISSN 0870-8835. Ano XIIV (1988), p. 375-376; *Idem* – *Op. cit.* Ano XIV (1989), p. 426; *Idem* – *Op. cit.* Ano XVI, XVII, XVIII (1990, 1991, 1992), p. 831-833.

¹⁵⁸⁶ Para obter informação sobre as características dos softwares elencados, aceder aos sítios *Web* identificados no **Anexo XIV Páginas da Internet com informação sobre os softwares usados nos catálogos dos CDE**.

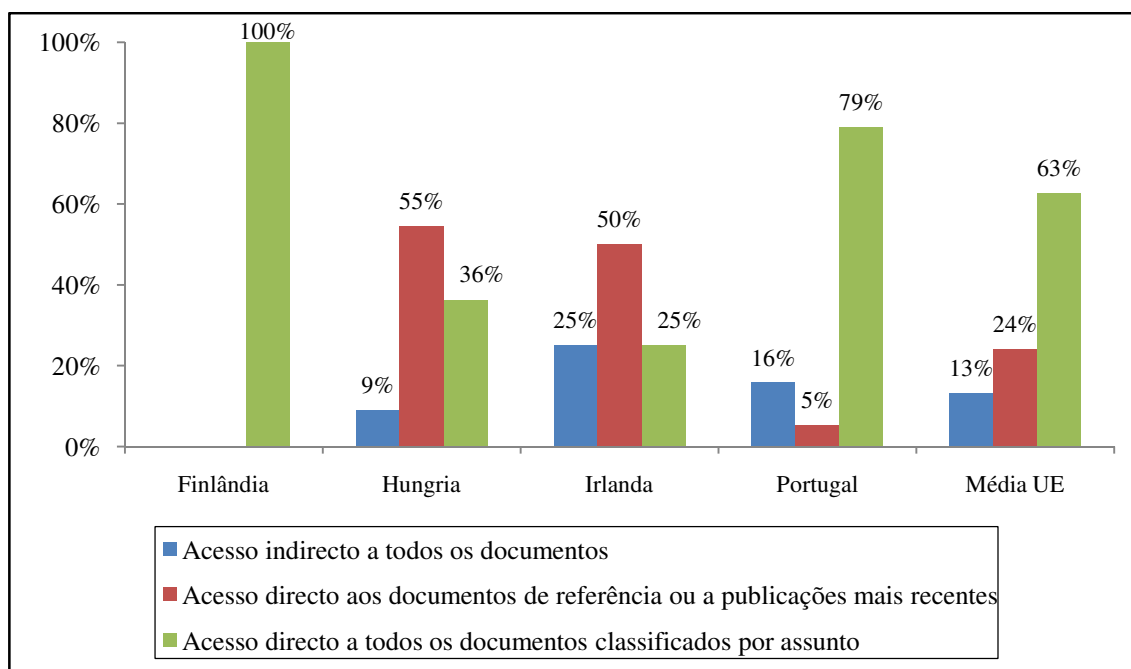


Gráfico XII-39: *Tipo de acesso aos documentos disponível para o público dos CDE (Q1A-51; Q1B-47)*

Quanto ao acesso aos documentos, vemos que a maioria dos CDE, na Finlândia, em Portugal e na média da UE disponibilizam os documentos em livre acesso a todos os documentos classificados por assunto [Gráfico XII-39]. Ora, isto implica ter uma vasta área no espaço do CDE com documentos acessíveis directamente. No entanto, um dos problemas assinalados por vários CDE, tanto no grupo daqueles que visitamos como em alguns artigos, referem que o armazenamento dos documentos constitui um dos seus pontos fracos. Assim, em alguns casos, constatamos que se optou por retirar os documentos mais antigos da zona de livre acesso transferindo-os para depósitos onde só estão acessíveis através de pedidos. Naturalmente, isto deve ser feito tendo em conta não apenas as questões de gestão de espaço mas sobretudo os padrões de acesso aos documentos, nomeadamente em relação à data de publicação, quando o parâmetro para retirar os documentos do livre acesso se baseia na antiguidade da edição. Sobre este assunto, em 2001, Christine Mile constatou, através de um inquérito aos docentes potencialmente utilizadores do CDE da Universidade de Reading, que estes não usavam os materiais com edição anterior a 1990.¹⁵⁸⁷

¹⁵⁸⁷ MILNE, Christine – “Faculty use of the EDC: University of Reading”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 14 (2001), p. 18.

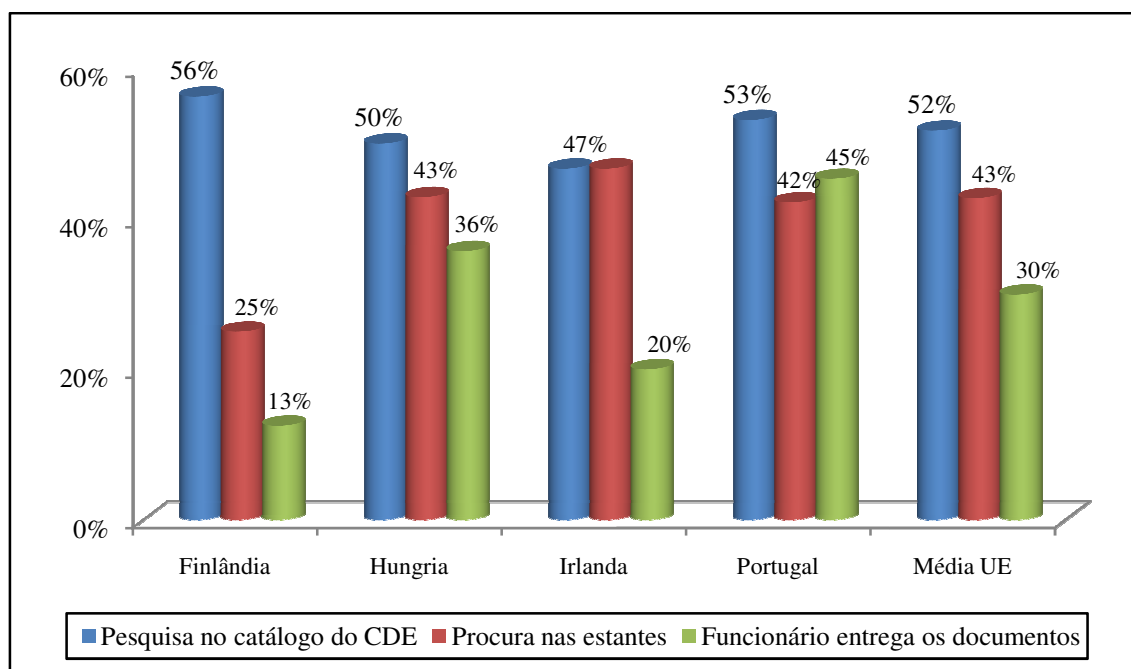


Gráfico XII-40: *Formas como os utilizadores dos CDE declaram aceder aos documentos (Q2-31)*

Aos utilizadores dos CDE pedimos para identificar a forma como acediam aos documentos existentes no CDE, dando-lhes como opção de resposta a pesquisa no catálogo, a procura nas estantes ou a indicação que o funcionário lhes entregava directamente os documentos. Podia ser escolhida mais que uma opção simultaneamente.

Os resultados obtidos demonstram que a pesquisa no catálogo foi a opção mais escolhida (Finlândia: 56%; Hungria: 50%; Irlanda: 47%; Portugal: 53% e na média da UE: 52%) [Gráfico XII-40]. Portanto, os utilizadores dos CDE parecem aceder aos documentos após uma pesquisa orientada conduzida graças ao catálogo. No entanto, em alguns países as percentagens relativas à pesquisa nas estantes obteve percentagens bastante significativas, em particular na Hungria com 43%, na Irlanda com 47%, em Portugal com 42% e na média da UE com 43%. Ora, esta pesquisa, a menos que os utilizadores conheçam o sistema adoptado para a arrumação dos documentos nas estantes, pode muitas vezes ser feita ao acaso em detrimento de ser claramente dirigida, ainda que guiada pela sinalética existente. Paralelamente, as situações em que o funcionário entrega directamente os documentos aos utilizadores também podem ter subjacente uma postura passiva destes na pesquisa da informação. Todavia, esta escolha apresenta valores bastante significativos, sobretudo em Portugal com 45% e na Hungria com 36%, sendo menos notável na Finlândia (13%), na Irlanda (20%) e na média da UE (30%).

De qualquer forma, como já referimos, a assistência prestada pelos funcionários dos CDE aos utilizadores para acederem à informação parece constituir um aspecto muito valorizado. A este propósito lê-se no já citado relatório de avaliação dos CDE:

The EDCs' added value is mostly in the provision of specialised personal assistance. In comparison with other libraries EDCs have staff that are more aware of EU issues and ways of locating and requesting EU-related documentation. The information base on EU related issues is growing rapidly and EDCs provide important support for students and researchers in order to orientate them and to help them search for documents effectively. Professional advice on databases and documents search appears to be the key asset of EDCs.¹⁵⁸⁸

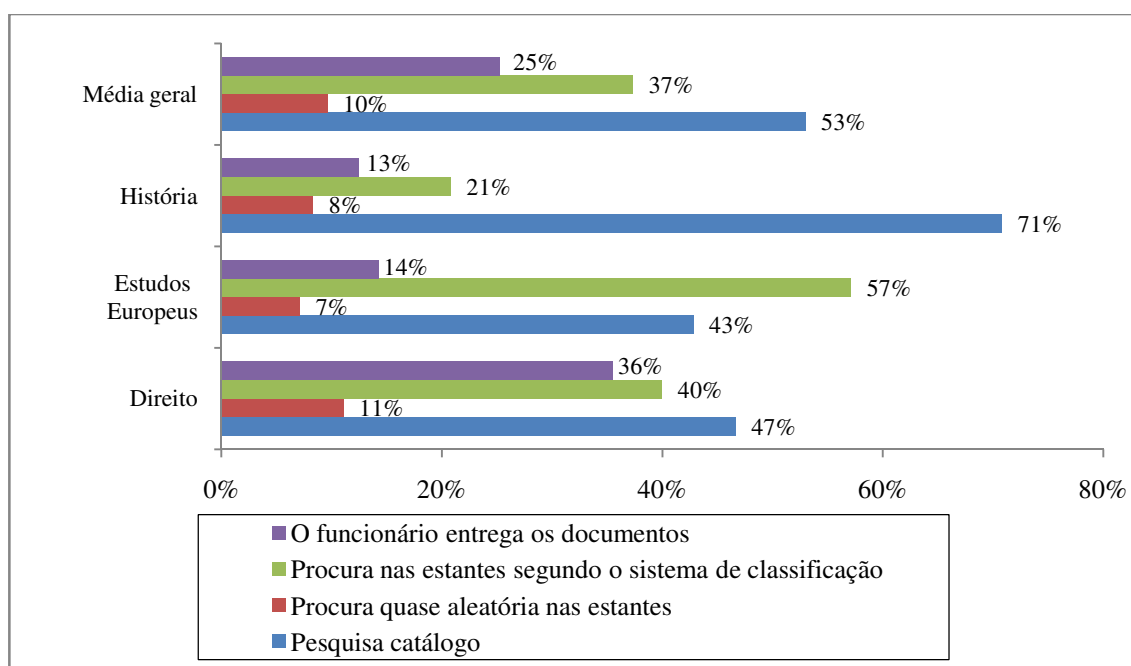


Gráfico XII-41: *Formas como os estudantes de matérias europeias declaram aceder aos documentos nas bibliotecas (Q3-12)*

Questionados sobre a forma como costumavam aceder aos documentos relativos à temática europeia [Gráfico XII-41], 71% dos alunos de História declararam efectuar pesquisa no catálogo, tal como 47% dos estudantes de Direito e 53% na média geral, o que representa a percentagem mais alta registada em cada um destes contextos. Apenas os alunos de Estudos Europeus afirmaram, em primeiro lugar, realizar pesquisas nas estantes segundo o sistema de classificação (57%) para este grupo a pesquisa no catálogo obteve apenas 43%.

A segunda opção mais frequente, excepto em Estudos Europeus, é, de facto, a pesquisa nas estantes de acordo com o sistema de classificação (Direito: 40%; História:

¹⁵⁸⁸ ALLEWELDT, Frank – *Op. cit.* p. 5.

21% e média geral: 37%). Assim, a opção procura quase aleatória nas estantes apresentou as percentagens mais baixas em todos os contextos: Direito: 11%; Estudos Europeus: 7%; História: 8% e média geral: 10%.

As situações em que o funcionário entrega directamente o documento são um pouco menos frequentes que no grupo dos utilizadores dos CDE, pois atingem as seguintes percentagens: Direito: 36%; Estudos Europeus: 14%; História: 13% e na média geral: 25%.

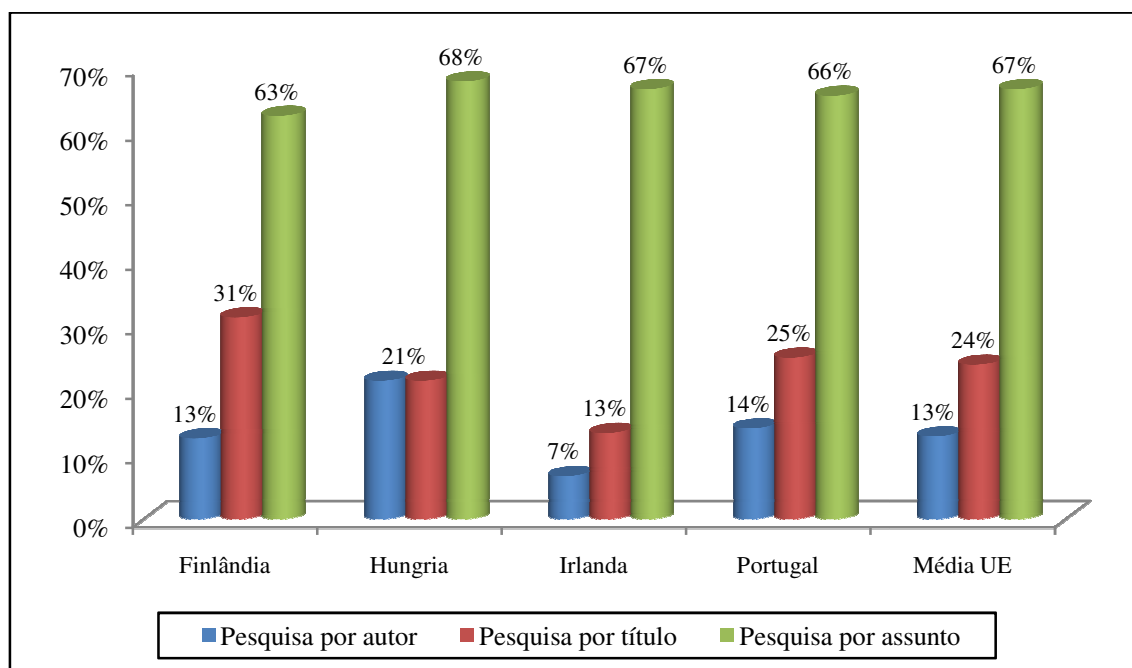


Gráfico XII-42: *Tipos de pesquisa no catálogo do CDE que os utilizadores declaram já ter realizado (Q2-32)*

Deveremos assinalar que as percentagens sobre as pesquisas realizadas através do catálogo do CDE se basearam no número total de inquiridos em todos os países da amostra e não em específico com base no número daqueles que declararam usar o catálogo do CDE como forma de pesquisa dos documentos. Esta opção tornou-se obrigatória tendo em conta que o número total dos que declararam ter realizado pesquisa por assunto (156) foi superior ao número total dos que responderam usar o catálogo do CDE (121). Esta incoerência deve, pois, fazer-nos encarar novamente com alguns cuidados a atenção com que os inquiridos respondem e a fiabilidade das respostas.

Sobre os resultados obtidos [Gráfico XII-42], temos de salientar as percentagens elevadas e destacadas, em comparação com as outras opções, da pesquisa por assunto representando em todos os contextos mais de metade das escolhas registadas. Com efeito, na Finlândia apresenta-se com um valor de 63%, na Hungria com 68%, na

Irlanda e na média europeia com 67% além de em Portugal obter 66%. Neste sentido, podemos afirmar que o assunto constitui o principal ponto de acesso à informação europeia por parte dos utilizadores dos CDE, que relegam para percentagens muito inferiores as escolhas tradicionais da pesquisa por autor e da pesquisa por título.

Neste contexto, a pesquisa por autor fica-se pelos 7% na Irlanda e apresenta o valor mais elevado na Hungria, com 21%. Na média europeia e na Finlândia, não ultrapassa os 13% e em Portugal chega aos 14%. Um pouco mais frequentes são as pesquisas por título, as quais na Finlândia atingem os 31%, enquanto em Portugal registam 25% e na média europeia um valor abaixo. Na Hungria, atingem os 21% e na Irlanda 13%.

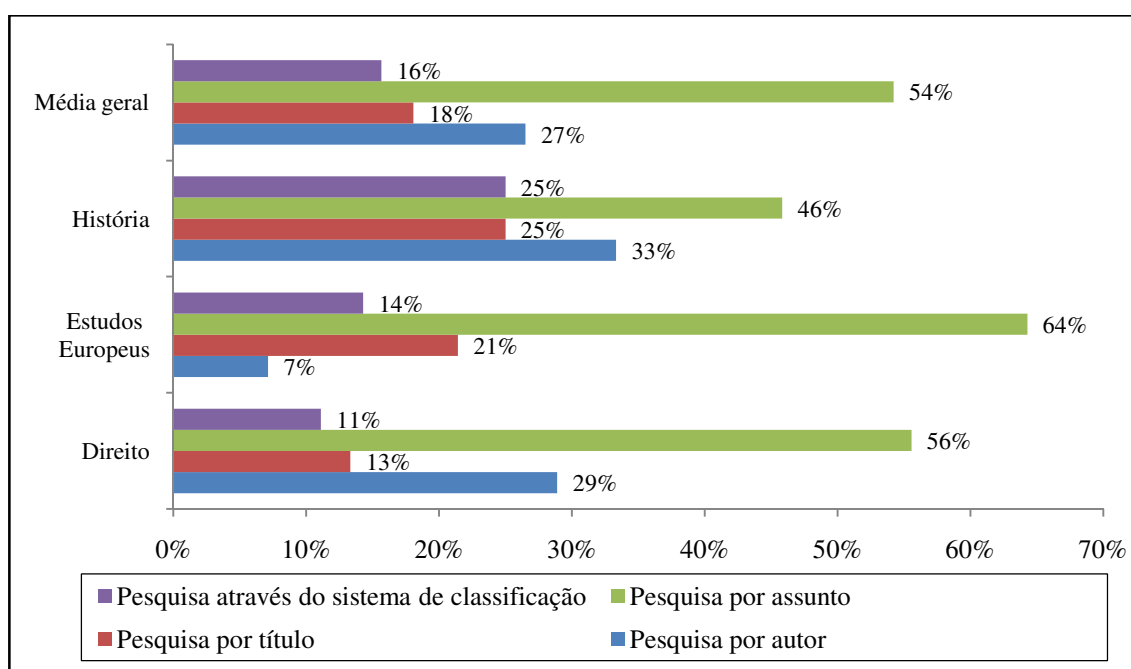


Gráfico XII- 43: *Tipos de pesquisa no catálogo que os estudantes de matérias europeias declaram já ter realizado (Q3-13)*

Os alunos de matérias europeias inquiridos sobre o mesmo assunto, dispendo para responder das três opções anteriores mais a pesquisa através do sistema de classificação, seguem a tendência traçada pelos utilizadores dos CDE.

Com base nos dados recolhidos [Gráfico XII- 43], constata-se que os alunos de todos os cursos preferem a pesquisa por assunto, sobretudo em Direito (56%) e em Estudos Europeus (64%) e numa proporção menor em História (46%). Verificamos ainda que, ao contrário dos utilizadores dos CDE, os alunos de Direito (29%) e de História (33%) colocam em segundo lugar a pesquisa por autor, a qual ocupa também este lugar na média geral apesar de constituir apenas a quarta escolha dos alunos de Estudos Europeus (7%). De facto, para este grupo a segunda escolha recaiu na pesquisa

por título. Ora, esta opção obtém o terceiro lugar em Direito (13%) e na média geral (18%), tal como em História (25%), aqui em paridade com a pesquisa de acordo com o sistema de classificação. Aliás, esta última opção, apesar de obter os valores mais baixos, não é de todo insignificante, pois chega aos 11% em Direito e aos 14% em Estudos Europeus, cabendo-lhe na média geral a percentagem de 16%.

Tendo em atenção estes elementos, devemos sublinhar a importância da representação dos assuntos e das matérias por parte dos CDE para proporcionar aos seus utilizadores um acesso facilitado à informação europeia.

Chegámos, assim, ao fim da análise dos dados resultantes da aplicação dos questionários e das visitas aos CDE. Esperamos ter conseguido traçar uma imagem “real” das unidades desta rede de informação europeia bem como do comportamento informacional dos seus utilizadores reais e potenciais.

Para finalizar, resta-nos, agora, tecer algumas considerações globais sobre esta Parte III.

OS CIDADÃOS E A INFORMAÇÃO EUROPEIA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do estudo do comportamento informacional dos utilizadores de informação europeia podemos ressaltar o facto de a literatura sobre o tema ser pouco numerosa e quase toda com origem no Reino Unido. Neste contexto, o estudo de modelos globais sobre comportamento informacional revelou-se importante de maneira a contextualizarmos a nossa abordagem e para desenvolver a análise dos dados recolhidos.¹⁵⁸⁹

A opção pelo uso de questionários permitiu-nos recolher informação descritiva passível de ser tratada quantitativamente mas também elementos que procurámos analisar numa perspectiva qualitativa. Por outro lado, as visitas aos CDE e as entrevistas com os seus responsáveis facultaram-nos dados complementares aos questionários enriquecendo a nossa abordagem com perspectivas mais subjectivas e detalhadas do nosso universo de estudo. Simultaneamente, estas visitas proporcionaram um conhecimento do contexto diversificado em que os CDE se enquadram e, por isso, também das realidades distintas em que os utilizadores se movem. Não poderemos, ainda, deixar de sublinhar o facto de as visitas aos CDE de cinco Estados-Membros, incluindo aqui o caso belga, nos terem dado uma imagem “vívida” do lema da UE unidade na diversidade.

¹⁵⁸⁹ Como ponto de partida para os modelos de comportamento informacional, utilizámos uma obra de revisão e de síntese sobre o assunto: GONZÁLEZ TERUEL, Aurora – *Los estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales*. Gijón: Trea, 2005. ISBN 84-9704-166-6. A autora apresenta com mais detalhe os modelos desenvolvidos por Tom Wilson (1981), Brenda Dervin (1983) e Carol Kuhlthau (1991).

A escolha da aplicação de questionários impôs-se porque pretendíamos cobrir uma área geográfica muito extensa. No entanto, ao optarmos por questões fechadas, reconhecemos que obtivemos respostas estandardizadas sem margem para captar as idiossincrasias de cada pessoa inquirida, dificultando uma abordagem qualitativa. Todavia, a distribuição de questionários aos responsáveis dos CDE e aos seus utilizadores possibilitou a recolha de dados de indivíduos com estatutos e perspectivas diferentes. Nesse sentido, fundamentou um conhecimento mais aprofundado, complexo e diversificado da realidade observada através da comparação das respostas obtidas em ambos os questionários. Assim, ainda que os dados recolhidos tenham sido essencialmente quantitativos, consideramos que a comparação estabelecida entre respostas a perguntas semelhantes por grupos distintos possibilitou uma análise de ordem qualitativa. Isto resultou não só do cotejo entre as respostas dos responsáveis dos CDE e os seus utilizadores mas também destes em relação aos estudantes de matérias europeias, potenciais utilizadores dos CDE. Portanto, de certa forma, a nossa abordagem combinou elementos quantitativos e qualitativos seguindo uma das recomendações metodológicas da literatura sobre o comportamento informacional.

A constituição da amostra incluiu CDE representantes de todos os Estados-Membros para uma análise da média europeia. Paralelamente procurou-se o envolvimento de todos os CDE da Finlândia, da Hungria, da Irlanda e de Portugal de maneira a comparar realidades culturais distintas, averiguando-se os momentos de coincidência e de divergência no que diz respeito ao contacto entre os utilizadores e a informação comunitária.

Assim, ficou claro que o acesso à informação europeia nos CDE, ainda que ocorrendo no âmbito de determinados grupos profissionais ou de estudo, com interesses comuns nos diversos países, não deixa de estar inserido num âmbito multilinguístico e multicultural. De facto, verifica-se a existência de diferenças substanciais entre a Finlândia, a Irlanda, a Hungria e Portugal no que respeita, por exemplo, à inserção dos CDE na entidade hospedeira, às tipologias de utilizadores ou ao uso de linguagens sistemáticas e alfabéticas para a organização da informação. Também nas condições materiais de funcionamento é possível verificar diferenças bastante marcadas, sobretudo quanto às dimensões dos espaços dos CDE e às modalidades de dedicação dos profissionais de acordo com as práticas de cada país. Estas diferenças são menos visíveis mas também ocorrem no que respeita às áreas temáticas mais procuradas e nos aspectos que os utilizadores dos CDE consideram facilitar o seu acesso à

informação. Já quanto às formas de pesquisa no catálogo e às razões apontadas como obstáculos no acesso à informação parece haver mais coincidência entre os diferentes países.

Por outro lado, a maioria dos inquiridos de todos os países dá grande importância à origem da informação demonstrando uma preferência clara por aquela que provem das instituições europeias. De facto, nos *links* que consideram pertinentes para a página *web* do CDE, as ligações às instituições da UE ocupam o primeiro lugar. De resto, visto que estas constam em quase todas as páginas dos CDE, podemos considerar que há uma resposta positiva a este desejo de informação. Mas, ao demonstrarem uma preferência quase exclusiva por informação com origem institucional, poderemos questionar em que medida os utilizadores conseguem, de facto, identificar e exprimir as suas necessidades reais de informação. Sobretudo tendo em atenção as críticas apresentadas a grande parte da informação de divulgação publicada e distribuída pelo SPOCE. Por outro lado, isto significa também uma valoração acentuada de duas das propriedades da informação, propostas pelos autores da “Escola do Porto” e que apresentámos no Capítulo I. Referimo-nos à estruturação pela acção e à pregnância, na medida em que os interessados nas matérias europeias procuram na informação o reflexo do contexto e da actividade que lhe deu origem.

Em termos globais, a nossa amostra de utilizadores é favorável ao projecto de integração europeu, considera-se bem informada sobre o assunto e assume que o público em geral também deve ter acesso a informação nesta matéria. Contudo, a maioria destes inquiridos não conseguem apreender a influência do acesso à informação europeia em todas as valências do seu quotidiano, salientando preferencialmente a componente profissional em detrimento da vida pessoal. Estes elementos ajudam-nos a caracterizar os utilizadores dos CDE e os estudantes de matérias europeias numa perspectiva mais abrangente do que a estritamente ligada à pesquisa e uso da informação.

Mas tendo em conta que o foco da nossa investigação, nesta Parte III, está relacionado com os CDE, torna-se necessário sintetizar elementos para a sua caracterização.

Assim, podemos constatar que os CDE nasceram na década de sessenta em resposta aos pedidos de informação europeia do mundo académico, constituindo também uma forma do projecto de integração ganhar espaço num contexto cultural e simbólico importante. No entanto, a proliferação destas unidades fez-se sem nenhum

apoio ou coordenação especial, sobretudo até à década de noventa, altura em que a DG de tutela em Bruxelas assumiu um papel de liderança para a criação de uma rede global baseada em redes nacionais.

Considerando as tipologias documentais existentes nos CDE e consultadas pelos utilizadores, ficou claro que se trata de uma rede de informação inter-institucional, ainda que patrocinada pela Comissão, pois aqui estão representados todos os produtores orgânicos da UE.

No que concerne à actual relação entre os CDE e a DG COMM, de acordo com os dados obtidos ao longo das entrevistas e no inquérito aos responsáveis dos CDE, é lícito considerar oportuno o desenvolvimento de um trabalho de melhoria. Um dos sectores onde a acção parece necessária diz respeito à escolha e distribuição da informação impressa para os CDE. De facto, durante as entrevistas aos responsáveis dos CDE ficou clara a insatisfação de muitos relativamente às tipologias documentais enviadas pelo SPOCE, criticando-se o seu conteúdo demasiado genérico e com carácter de marketing, inadequado para as necessidades dos utilizadores académicos. De facto, estes devem procurar informação factual e rigorosa para desenvolver trabalhos de síntese, no caso dos alunos de licenciatura, ou de análise, no caso dos alunos de mestrado e doutoramento, de docentes ou de investigadores.

Um dos factores potencialmente capaz de sustentar a melhoria da relação com a DG COMM será o alargamento das acções de formação dos profissionais dos CDE, tendo em conta as peculiaridades de cada centro. Naturalmente, esta formação pode ser conduzida através do recurso a plataformas de ensino à distância, as quais se tornam mais vantajosas em termos financeiros, permitindo também uma maior flexibilidade relativamente a horários e a ritmos de progressão na assimilação dos conteúdos leccionados. Todavia, o apoio a acções de formação presenciais bem como o intercâmbio de profissionais dos CDE também se afiguram como iniciativas adequadas para melhorar a relação com a DG COMM. Ao facilitar estes encontros entre profissionais dos CDE, de vários países ou de um mesmo país, a DG COMM está também a favorecer o reforço da cooperação dentro da rede. De facto, ainda que as TIC tenham possibilitado novas formas de relacionamento entre instituições geograficamente distantes, os momentos de encontro presenciais vêm lançar novas oportunidades ou reforçar projectos existentes.

Relativamente às condições tecnológicas podemos considerar que, na generalidade, os CDE da amostra se encontram razoavelmente apetrechados em termos

de *hardware* e de ligações à Internet. Todavia, os dados que recolhemos foram apenas de ordem quantitativa e não nos permitem conhecer a actualização dos equipamentos nem a velocidade das ligações disponibilizadas, aspectos de grande relevância para aceder à informação digital. Portanto, estes elementos poderão constituir uma vertente de análise em futuros estudos sobre esta matéria.

Ainda que inseridos numa entidade hospedeira, os CDE não parecem muito entrosados nas actividades lectivas e de dinamização conduzidas no âmbito da temática europeia pelos cursos leccionados nesta área. Naturalmente, esta situação varia bastante em função das práticas institucionais e do perfil dos profissionais envolvidos bem como do público-alvo.

Por outro lado, ficou claro que alguns CDE integrados no âmbito de uma biblioteca de maiores dimensões não consideram a sua existência de forma isolada e, por isso, apresentam dificuldades em responder a certas questões relacionadas com a sua infra-estrutura tecnológica ou física.

Quanto aos utilizadores dos CDE foi possível verificar que a esmagadora maioria é oriunda do mundo académico, sobretudo se atendermos à amostra dos que responderam ao nosso questionário.

Constatou-se ainda que os responsáveis de alguns CDE demonstraram forte relutância em divulgar dados quantitativos sobre a frequência da unidade sob a sua tutela, particularmente no caso da Finlândia e da Irlanda. Simultaneamente, ficou também patente que nestas questões os CDE plenamente integrados no espaço de outra biblioteca não dispunham de dados específicos para responder.

Independentemente destas ressalvas, não poderemos deixar de notar que a afluência aos CDE está dependente do número de alunos nas disciplinas ou nos cursos relacionados com a temática europeia e da investigação realizada na entidade hospedeira sobre esta área. Por outro lado, a disponibilização de grandes quantidades de informação sobre a UE no portal EUROPA parece tornar dispensável a ida ao CDE. Contudo, se divulgar o saber especializado dos seus funcionários para aceder à informação europeia, proporcionando um serviço de qualidade capaz de responder às necessidades explícitas dos utilizadores, os CDE conseguirão chamar ao seu espaço maior número de leitores. Além disso, se forem capazes de induzir novas necessidades resultantes da transmissão de novas competências derivadas do uso dos recursos informacionais, os CDE tornar-se-ão elementos centrais nos procedimentos de acesso à informação europeia dos estudiosos da temática de integração.

Todavia, como demonstram os elementos recolhidos no questionário aos responsáveis dos CDE, os que realizam inquéritos aos seus utilizadores são uma minoria. Portanto, aqui encontramos outro aspecto passível de ser melhorado, incluindo, por exemplo, a investigação das áreas temáticas mais procuradas pelos utilizadores. Até porque sem estes elementos susceptíveis de fornecer um conhecimento científico dos utilizadores e das suas necessidades de informação não será possível planear e concretizar iniciativas capazes de responder adequadamente ao desafio de captar novos utilizadores.

Actualmente, em certos CDE as actividades de comunicação vocacionadas para o público externo ao universo académico assumem alguma relevância. No entanto, ainda que estas iniciativas sejam importantes para dar visibilidade aos centros e úteis para difundir a informação sobre o acesso à temática europeia, parece-nos que os utilizadores reais e potenciais existentes na entidade acolhedora devem ser privilegiados. De facto, muito parece ainda por fazer na área da literacia da informação europeia, sobretudo no que toca ao aproveitamento dos recursos acessíveis na Internet, envolvendo operações relacionadas com a identificação de necessidades de informação, de escolha e aplicação de estratégias de pesquisa, de uso dos conteúdos obedecendo a parâmetros éticos bem como de avaliação das fontes consultadas. Aliás, a dificuldade em lidar com a quantidade de informação é o maior obstáculo apontado pelos utilizadores para aceder à informação de que necessitam.

A disponibilização de serviços orientados para o desenvolvimento de competências de literacia da informação europeia poderia constituir uma boa forma de divulgação do próprio CDE visto a maioria dos inquiridos terem afirmado conhecê-lo através da indicação de colegas ou de docentes. Ou seja, a prestação de serviços inovadores e de qualidade pode representar a melhor estratégia de publicidade do CDE na medida em que cria grupos de utilizadores satisfeitos e, por isso, potenciais divulgadores das mais-valias do serviço prestado.

O acesso a informação europeia através do CDE faz-se em momentos pontuais não representando uma prática quotidiana. Além disso, a frequência do CDE ocorre cumulativamente com outros tipos de bibliotecas, o que é natural atendendo ao público maioritariamente académico. Já o conhecimento e a frequência de outras unidades de informação apresentam percentagens quase sempre abaixo dos 50% o que ilustra não só uma segmentação dos públicos mas também uma complementaridade diminuta entre os elementos de diferentes redes de informação europeia.

O acesso à informação europeia é predominantemente intencional, sendo os motivos profissionais que determinam esse comportamento. Os inquiridos consideram que a facilidade no seu acesso decorre essencialmente de factores que lhes são externos (em particular a intervenção dos técnicos dos CDE). Paralelamente, as dificuldades são atribuídas ao seu próprio desconhecimento ou incapacidades. Sendo que os indivíduos enfrentam obstáculos pessoais e contextuais para aceder à informação é importante conhecer a sua existência e relação bem como a percepção do utilizador acerca do assunto.

Os aspectos mais valorizados no acesso prendem-se com a disponibilidade em suporte electrónico e depois com a actualização da informação mas as componentes relacionadas com a avaliação da imparcialidade são descuradas.

A Internet afirma-se como o melhor meio para obter informação europeia. Deveremos notar, contudo, que as bibliotecas constituem o segundo meio mais privilegiado para aceder a este tipo de informação, mesmo no caso de livros com edição muito recente e que poderiam ser adquiridos nas livrarias. Assim, não parece haver o uso de canais diferenciados para aceder a tipologias distintas de informação.

A procura de informação na Internet antes de ir ao CDE é muito popular, sendo que os utilizadores dos CDE dizem recorrer a motores de busca. Já os alunos de Estudos Europeus afirmam maioritariamente não terem efectuado nenhuma pesquisa de informação europeia no último mês. Além disso, neste grupo a pesquisa em motores de busca apresenta quase a mesma percentagem que o recurso a páginas oficiais da UE havendo, contudo, variações significativas entre cursos.

As bases de dados são pouco utilizadas pelo grupo dos utilizadores potenciais do CDE enquanto os utilizadores reais declaram fazer um uso intenso deste recurso. A pesquisa assistida no CDE para consulta de bases de dados atinge percentagens significativas, ilustrando a falta de autonomia dos utilizadores. Já nos estudantes de matérias europeias prevalece o acesso individual fora de um centro de informação europeia mas isto também deriva do seu grau reduzido de frequência deste tipo de serviço. No entanto, poderemos questionar em que medida tal acesso consegue resolver as suas necessidades de informação pois este grupo demonstrou graves deficiências na utilização específica das bases de dados mais comuns. Não poderemos esquecer que o conhecimento das fontes de informação vai determinar o tipo de pesquisa efectuada e por conseguinte o resultado global do comportamento informacional.

No que respeita aos estudantes de matérias europeias é visível a existência de tendências específicas dentro de cada curso, comprovando novamente a influência do contexto em que os indivíduos se inserem na sua busca e uso de informação mas também naturalmente a determinação de factores pessoais, tendo em conta as diferenças verificadas dentro de cada grupo. Assim, é possível considerar que nestes grupos a pesquisa de informação europeia deriva de necessidades induzidas no âmbito dos conteúdos programáticos das disciplinas dos planos de estudo dos curso e das metodologias de ensino-aprendizagem adoptadas pelos professores.

Para terminar, deveremos sublinhar alguns aspectos relacionados com os dados sobre o acesso aos documentos das instituições europeias. Assim, como vimos, a legislação publicada sobre esta matéria serviu para modificar a cultura e os procedimentos administrativos bem como para reforçar a imagem de transparência e abertura para o exterior. Contudo, não proporcionou uma difusão em massa para o grande público e mesmo nos grupos onde seria previsível um aproveitamento intenso deste mecanismo (pensamos sobretudo no meu académico) isso não se verificou.

Ficou patente que não basta criar legislação no sentido de facilitar o acesso à informação sem criar instrumentos capazes de permitirem a pesquisa por parte dos utilizadores. Para o efeito, a disponibilização na Internet do registo dos documentos constituiu um avanço significativo. No entanto, sem estratégias de divulgação deste instrumento e sem formação para a sua utilização, o aproveitamento efectivo das potencialidades que oferece fica restrito a grupos muito limitados, conhecedores profundos da realidade das instituições europeias.

No que respeita à evolução dos números de acesso aos documentos, em particular nas áreas temáticas, verificamos que o decurso do processo de integração europeia influencia o comportamento dos que procuram aceder a esta informação, ficando, novamente, patente a relação entre o contexto e o comportamento informacional dos indivíduos.

CONCLUSÃO

Tendo optado por incluir no final de cada Parte deste texto um ponto de reflexão e balanço através de considerações finais, esta conclusão será breve. Iremos apenas fazer uma síntese global e integradora do nosso percurso de investigação, formulando também algumas recomendações.

Reflectindo sobre a metodologia adoptada consideramos que foi proveitosa e que permitiu o cumprimento dos objectivos definidos inicialmente. De facto, facultou-nos dados esclarecedores e complexos passíveis de levar a um conhecimento aprofundado sobre a formulação das políticas de informação das instituições europeias desde os anos cinquenta e sobre as práticas de acesso à informação de uma amostra de utilizadores dos CDE. Assim, alcançamos uma visão holística das políticas complementada com uma abordagem parcelar aos resultados dessas políticas com o estudo de caso dos CDE.

Para a análise diacrónica da formulação das políticas seguimos o método histórico com o uso de fontes documentais de carácter oficial, dos serviços responsáveis pela sua formulação e execução, existentes nos arquivos, nas bibliotecas ou na Internet. Todavia, partindo de uma metodologia histórica o nosso enfoque de análise das fontes foi o da Ciência da Informação, na medida em que os aspectos retidos como significativos foram naturalmente diferentes daqueles que teriam sobressaído de uma pesquisa exclusivamente histórica. Desta forma, fica claro que a Ciência da Informação só tem a ganhar com o estabelecimento de relações interdisciplinares com outras áreas científicas sem perder a sua identidade própria. Simultaneamente, fica patente que toda a investigação se baseia em escolhas determinadas pelo sujeito enquanto indivíduo ou enquanto elemento de determinada comunidade científica.

Já a aplicação de questionários, a realização de entrevistas e de visitas aos CDE permitiu-nos construir uma imagem actual de uma rede de informação europeia e do comportamento informacional dos seus utilizadores.

Desde os anos cinquenta, a política de informação europeia tende a promover o conhecimento e sobretudo o apoio ao projecto de integração. A criação dos serviços de informação, apoiados pelas instituições de Bruxelas, para os cidadãos dos Estados-Membros serve para concretizar esta missão. O pressuposto é de que cidadãos bem informados irão aderir aos ideais da construção comunitária assumindo uma consciência europeia e criando uma opinião pública à escala de todos os Estados-Membros.

Tendo havido preocupação com os aspectos relacionados com a informação desde o início da CECA, na realidade a política nesta área foi-se tornando mais visível e assumindo maior importância à medida que a construção europeia avançava e afectava cada vez mais a vida quotidiana dos cidadãos. Paralelamente, estes parecem ter diminuído o seu apoio e a confiança nas instâncias europeias na proporção inversa em que estas reforçavam as suas áreas de influência em termos nacionais.

A adopção do Acto Único Europeu e a tendência para a união política, iniciada na década de 1990, exigiram um maior envolvimento da opinião pública. Simultaneamente, também a concretização do mercado único, em 1993, precisou do apoio dos agentes económicos e dos cidadãos em geral o que levou à criação de novas redes de informação, como os Euro Info Centre, e à disponibilização de documentação europeia na rede de bibliotecas públicas de alguns países. Aliás, em meados da década de 1990, houve uma alteração significativa na medida em que a difusão da informação deixou de ter apenas como objectivo persuadir os cidadãos europeus a aderir à UE procurando agora envolvê-los num processo de comunicação real, enfatizando-se a sua audição e o diálogo além da transparência.

Naturalmente, também não poderemos esquecer que com os sucessivos alargamentos as sensibilidades se foram complexificando. Na realidade, apesar de existir desde o tempo da Alta Autoridade liderada por Jean Monnet, a política de informação europeia começou a assumir visibilidade pública explícita somente quando o projecto de integração passou a conhecer dificuldades de aceitação junto dos cidadãos dos Estados-Membros, os quais responderam negativamente ou com pouco entusiasmo aos referendos de ratificação de novos Tratados. Tendo isto em conta, podemos dizer que a acção política nesta área foi sempre reactiva e as medidas instrumentais. Não houve a percepção de que a informação é inerente ao projecto europeu e que, por isso,

deveria ser considerada com um dos seus elementos constituintes basilares numa relação de complementaridade e interacção permanente com a comunicação.

Será ainda importante sublinhar que até ao documento dos anos noventa, elaborado sob a égide do Comissário João de Deus Pinheiro, a política de informação era apenas discutida internamente mas a partir desta altura tornou-se objecto de divulgação pública e presentemente procura mesmo suscitar o debate da sociedade civil. Esta atitude pode ser vista como um dos elementos distintivos da política de comunicação. Mas a viragem da política de informação para uma política de comunicação das instituições europeias tem de ser enquadrada no contexto geral da nova orientação dos sistemas de governo para os seus cidadãos no intuito de evitar ou de remediar o afastamento destes em relação aos meios tradicionais de poder. Trata-se de criar uma visão positiva no seio da opinião pública de maneira a fomentar o seu apoio ao projecto europeu.

Contudo, as instituições de Bruxelas só muito recentemente configuraram uma verdadeira comunicação política. Naturalmente, esta situação teve repercussões nas actividades de informação e comunicação e nos problemas em atingir os objectivos operacionais fixados, em especial suscitar a adesão dos cidadãos dos países-membros em relação ao projecto europeu.

Por outro lado, a comunicação europeia é na sua natureza de índole descendente, tecnocrática e funcionalista, instrumentalizando em grande medida o destinatário que não dispõe de canais de resposta com a dimensão dos canais de recepção. As TIC poderão em parte ajudar a ultrapassar esta situação mas não constituem nenhum remédio milagroso.

No novo milénio a política de comunicação da UE organiza-se à volta de um “debate sedutor” mais preocupado com as questões de forma do que com o conteúdo substancial. Assim, se é verdade que informação e comunicação constituem as duas faces de Janus, as instituições comunitárias não podem realçar a segunda em detrimento da primeira.

Todavia, a multiplicação das campanhas de informação sectoriais, como por exemplo sobre o Euro ou o alargamento, indicia a tendência para a primazia de uma comunicação de índole política e simbólica em detrimento da difusão de informação substancial e rica em conteúdo informativo para todos os cidadãos.

A Comissão devido às suas prerrogativas de iniciativa e de execução sempre teve um papel preponderante na definição da política de informação das instâncias europeias. No entanto, isto não impediu as demais instâncias europeias, em particular o Parlamento Europeu e o Conselho, de desenvolverem estratégias e serviços neste campo. Por outro lado, mesmo no âmbito da própria Comissão, ainda que a DG de tutela, nas suas várias configurações, tivesse sempre desempenhado um papel central neste âmbito, gerindo redes interinstitucionais responsáveis por difundir e recolher informação, as outras DG também foram criando serviços vocacionados para esta área, agindo com mais ou menos independência consoante a estrutura orgânica adoptada pela Comissão no seu todo.

Portanto, ao longo dos anos as instituições de Bruxelas, e em particular a Comissão Europeia, procuraram criar laços de proximidade com os cidadãos dos Estados-Membros através da difusão de informação, recorrendo a redes sectoriais de informação para atingir micro-públicos. Os CDE, existindo desde os anos sessenta, representam a rede mais antiga e durante um longo período a única existente. De facto, só nos anos noventa com o aprofundamento das áreas de integração é que se multiplicaram as redes de informação específicas. A criação da rede Euro Info Centres e depois dos Carrefours Rurais constituíram uma resposta marcadamente tecnicista a este cenário. Todavia, poderemos estranhar o facto de o sector agrícola, que constitui um dos pontos centrais da construção europeia há longos anos, só ter beneficiado de uma rede de informação nesta altura.

Portanto, a Comissão procurou desenvolver mecanismos de resposta às necessidades de informação de grupos de utilizadores especiais, normalmente de acordo com a sua área de actuação profissional, directamente relacionada com políticas sectoriais europeias. Assim, à medida que as áreas de influência das decisões de Bruxelas de alargavam, multiplicavam-se também os canais de difusão temáticos mas sem uma coordenação transversal que resultaria de uma visão global para a política de informação. Nos anos mais recentes, esta falta de integração tentou ser colmatada através do incentivo à cooperação das redes temáticas de informação ou mesmo através da agregação de tipologias diversas de unidades debaixo de uma só rede, como no caso do Europe Direct. No entanto, na prática, esta tendência não parece ter tido o apoio total dos profissionais da informação muito centrados no tipo de utilizadores específicos que consideram dever atender, consoante a entidade hospedeira onde se encontram.

Apesar desta multiplicidade de redes de informação europeia existentes e do número significativo de unidades que cada uma engloba, da análise dos documentos oficiais sobre a política de informação e comunicação sobressai o facto de o seu papel ser pouco enfatizado e de o discurso se apresentar repetitivo e cheio de lugares comuns. Portanto, não parece haver uma percepção clara das potencialidades que estes instrumentos apresentam. Simultaneamente, a falta de coordenação apresentou-se como um problema nunca resolvido.

Contudo, parece-nos claro que as redes de informação espalhadas pelo território de todos os Estados-Membros, mas sob a tutela da Comissão Europeia, funcionam de facto como instrumentos de agregação e de criação de uma identidade europeia actuando, porém, num espaço multicultural onde se procura manter e favorecer a diversidade. Representam por isso um complemento às instituições supranacionais da UE que actuam sobre os Estados-Membros em áreas de influências cada vez mais diversas e profundas com intuits claros de unificação.

Os CDE, apesar de inseridos em instituições de acolhimento pré-existent, tendem a desterritorializar o contacto entre a informação europeia e os cidadãos dos Estados-Membros, criando um espaço simbólico próprio comum a todas as unidades mas em parte abstraído da realidade contextual em que se inserem ainda que esse meio nunca chegue a tornar-se totalmente “invisível”. Na realidade, a dinâmica de cada CDE depende em parte do contexto institucional em que se enquadra e da motivação dos seus responsáveis.

Com os dados recolhidos foi possível aferir em que medida as unidades nacionais de uma rede de informação europeia partilhavam características comuns mas também que elementos as distinguem umas das outras. Os CDE constituem um espaço de difusão de uma visão europeia normalizada mas também representam focos de multiculturalismo na medida em que ilustram práticas nacionais diferenciadas relativamente à informação. Um elemento importante para a formação de um quadro comum à rede dos CDE em cada país é a realização de acções de formação especializadas porque estas promovem o contacto entre os profissionais da área reforçando o sentimento de pertença ao grupo. Simultaneamente, constituem também uma oportunidade de melhoria das capacidades dos CDE para satisfazer as necessidades dos utilizadores em matéria de informação europeia.

Para esta “unificação” da Europa, as redes de informação apresentam-se como um instrumento adequado, criado e patrocinado pela Comissão Europeia em colaboração

com entidades acolhedoras. O seu objectivo é contribuir para uma “eurocultura” igual em todos os contextos nacionais ainda que as idiossincrasias dos países sejam tidas em conta na medida em que cada unidade de informação fica inserida numa instituição pré-existente com projecção no seu contexto de influência geográfica.

Com a criação do portal EUROPA nos anos noventa, a Comissão Europeia acentuou esta desterritorialização da informação europeia e procurou demonstrar o seu papel pioneiro no uso das TIC. Simultaneamente, este instrumento representa para as instituições de Bruxelas uma oportunidade para cumprirem o seu dever de tornar acessível informação sobre si próprias através da Internet. Aliás, o EUROPA teve a vantagem de permitir o alargamento das fontes de informação sobre a integração facultando a consulta directa de dados do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão. Assim, esta última perdeu a hegemonia que detinha no contacto privilegiado com os cidadãos.

No entanto, actualmente, o problema da informação europeia não decorre da sua ausência mas antes da sua acessibilidade e sobretudo da dificuldade de localização para utilizadores não especialistas. De facto, a estrutura do portal EUROPA multiplica a informação disponível para o público mas não a torna mais compreensível nem, por vezes, mais acessível.

Assim, os esforços de informação e comunicação só terão efeitos otimizados se os receptores estiverem sensibilizados para as matérias europeias desde uma idade precoce o que implica a elaboração de programas escolares consentâneos, demonstrando a ligação entre esta área de acção e as políticas educacionais.

De facto, se a Internet configura novas possibilidades para a participação dos europeus afastados geograficamente do centro de decisão de Bruxelas estas potencialidades não se apresentam em todos os países e para todos com o mesmo grau de acessibilidade, podendo antes favorecer a tendência histórica de apoio das elites nacionais ao aprofundamento da integração enquanto o cidadão comum sente um distanciamento cada vez maior porque não conhece, não compreende e não sabe utilizar os novos meios de comunicação. Neste cenário, a necessidade de desenvolver competências de literacia da informação torna-se imperiosa para promover o emergir de cidadão europeus empenhados em dar o seu contributo para a democracia representativa.

Não poderemos ainda esquecer que a tarefa de chegar a perto de 500 milhões de pessoas de 27 países com quadros culturais e percepções muito díspares entre si representa uma tarefa de enorme complexidade. A aplicação do princípio da subsidiaridade, para sustentar a execução da política de informação e comunicação a nível nacional, constitui uma resposta a esta dificuldade. No fundo, procura-se descentralizar as estratégias de informação de maneira a rentabilizar o conhecimento que as Representações da Comissão têm do seu espaço geográfico de influência e o seu contacto privilegiado com os governos nacionais. Todavia, esta atitude podendo trazer vantagens também permite a criação de situações de desigualdade quanto à distribuição da informação europeia na medida em que alguns países, atendendo às suas circunstâncias particulares, podem ter uma propensão muito desigual para trabalharem activamente neste área.

Outro dos problema encontra-se na falta de teorização para sustentar as estratégias definidas agravada pelo número reduzido de investigação sobre esta área. A indefinição sobre as relações a estabelecer entre a “informação em profundidade” e a informação jornalística, frequentemente com alçadas hierárquicas diferentes, constituiu uma das razões do insucesso parcial das políticas de informação lideradas pela Comissão. Na verdade, resulta, em parte, da deficiente fundamentação teórica e da falta de atribuição de um sentido claro e sem ambiguidade ao conceito de informação.

A escassez de informação sobre os utilizadores e as suas necessidades em contextos específicos constitui outra das limitações desta área. Assim, este é um campo onde os profissionais das redes de informação europeia apresentam potencialidades para contribuir para um conhecimento científico do comportamento dos utilizadores.

De facto, um dos elementos basilares para a política de informação europeia devia ser o conhecimento das necessidades dos cidadãos nesta área. Ora, além do *Eurobarómetro*, que fornece indicações periódicas sobre a opinião dos entrevistados em relação a um determinado conjunto de assuntos, não existe por parte da Comissão Europeia nenhum trabalho de levantamento sistemático sobre esta área. Mesmo nas avaliações às redes de informação este aspecto não é central além de que não é muito claro o aproveitamento efectivo desses dados pelos serviços de tutela.

A política de informação da UE apresenta-se como um sistema no qual os comportamento informacionais dos cidadãos europeus constituem um dos seus *outputs* mas em que estes também deveriam apresentar-se como *inputs* para a sua formulação ou reconfiguração. Nesta perspectiva, compreende-se e justifica-se que o nosso projecto de

investigação tenha abrangido estes dois planos já que eles estão, ou deveriam estar, interligados na prática, apresentando-se como complementares.

A própria estrutura organizacional da UE e da Comissão Europeia não promove o desenvolvimento de uma política de informação global e coerente. Todavia, actualmente e sobretudo desde o início do novo milénio, houve a preocupação de firmar acordos inter-institucionais com o Parlamento Europeu e o Conselho no intuito de formular uma política capaz de apresentar as instituições da UE de forma integrada e coordenada.

No que toca à difusão da informação as instituições europeias têm de assumir uma atitude proactiva antecipando as necessidades dos cidadãos com os quais devem estabelecer uma comunicação efectivamente bidireccional. Com efeito, apesar da designação política de comunicação se ter imposto a partir da década de noventa e sobretudo depois do ano 2000, na verdade os receptores continuam a ser vistos maioritariamente como “absorventes” e não como interlocutores. Na realidade, a viragem para a política de comunicação significou essencialmente a omnipresença de uma comunicação de marketing político, muitas vezes em detrimento de informação substancial. Esta modificação alicerçou-se em grande parte no recurso às TIC, sobretudo através do portal EUROPA, no intuito de criar um espaço público virtual de maneira a ultrapassar a falta de participação e de apoio dos cidadãos em relação ao projecto europeu. A política de informação da UE apresenta-se como um instrumento capaz de promover a identidade europeia mas parte do seu insucesso deriva também da inexistência desta última.

Assim, à política de informação e comunicação da UE colocam-se ainda muitos desafios para ajudar a sustentar e a progredir um projecto de cooperação e de integração inovador que ao longo de mais de meio século passou por algumas vicissitudes mas que também alcançou sucessos inegáveis. Como procurámos demonstrar, a Ciência da Informação constitui um quadro de referência conveniente para produzir uma reflexão fundamentada sobre esta área e, conseqüentemente, apoiar uma acção capaz de encontrar soluções adequadas e evitar alguns dos problemas verificados. Assim, a política de informação europeia apresenta-se como um terreno cheio de potencialidades para a investigação e para a acção dos profissionais da Ciência da Informação.

FONTES DE INFORMAÇÃO

*Bibliografia de consulta*¹⁵⁹⁰

- “A publisher for Europe: twenty five years of EUR-OP (Office for Official Publications of the European Communities)”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 1 (1995), p. 23-24.
- ABELL, Robert – “The West German information policy: results of the first and plans for a second governmental programme”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 38, n.º 8 (1986), p. 249-256.
- ABIEGA PICATOSTE, Marta – *La documentación de la Unión Europea*. Madrid: COLEX, 2000. ISBN 84-7879-567-7.(*)
- ADAMS, Scott – *Information policy for development: national and international responsibilities*. Paris: UNESCO, 1976.
- ADLER, Prudence S. – “Federal information dissemination policies and practices: one perspective on managing the transition”. *Journal of government information*. ISSN 1352-0237. Vol. 23, n.º 4 (1996), p. 435-441.
- ADONNINO, Pietro – *L’Europe des citoyens: rapports du comité ad hoc*. Luxembourg: SPOCE. 1985. ISBN 92-825-5638-7.
- ALBAGLI, Sarita – “Sociedade da Informação e do Conhecimento: novos desafios às políticas de informação em ciência, tecnologia e inovação” [em linha]. In CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XIII, Recife, 2007. [Acedido 28.02.2008]. Disponível na WWW: <http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT22%20Sociedade%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Sociedade%20do%20Conhecimento/Microsoft%20Word-%20SAlbagli_SBS_2007.pdf>.
- ALL INDIA LIBRARY CONFERENCE, XXXVII, Madras, 1991 – *National information policies and programmes*. Delhi: Indian Library Association, 1991. ISBN 81-85216-24-X.

¹⁵⁹⁰ Na bibliografia consultada, por norma, incluímos apenas as referências citadas ao longo do texto. Nos casos em que a obra não tenha sido citada, aqui é identificada através de (*). Nas obras constituídas por contribuições de diversos autores, a entrada neste elenco faz-se pelo autor responsável pela coordenação do título colectivo quando a obra na sua globalidade tenha sido relevante para o tema em análise. Nos casos em que apenas uma parte da obra colectiva seja relevante, a entrada neste elenco faz-se pelo apelido do autor dessa parte.

- ALLEN, Kenneth B. – “Access to government information”. *Government information quarterly*. ISSN 0740-624X. Vol. 9, n.º 1 (1992) p. 67-80.(*)
- ALLEWELDT, Frank – *Evaluation of the EUROPE DIRECT European Documentation Centres: DG COMMUNICATION: Final report submitted by the Consumer Policy Evaluation Consortium (CPEC)*. Berlin: CIVIC Consulting, 30.11.2007.
- ALLINGTON, Nigel, F. B.; JONES, J. Barry – “Europhiles and xenophobes: a survey of UK undergraduate attitudes to the European Community”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1993), p. 10-12.
- ALMADA DE ASCENCIO, Margarita – “Las políticas de información en un mundo globalizado: mesa redonda”. In *Congreso internacional de información: info'97* [em linha]. [Acedido 03.02.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.congreso-info.cu/UserFiles/File/Info/Info97/Ponencias/206.pdf>>.
- ÁLVARO, Concepción [et al.] – “Puntos a considerar en una propuesta para una política nacional de información científica”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XXXIII, n.º 2 (1983), p. 291-304.
- AMANTE, Maria João; CORREIA, Ana Maria Ramalho; WILSON, T. D. – “A política de informação da UE: enquadramento legislativo em Portugal 1980-1992”. *Cadernos BAD*. ISSN 0007-9421, n.º 2 (1994), p. 9-26.
- ANDERSON, Peter J.; McLEOD, Aileen – “The great non-communicator? The mass communication deficit of the European Parliament and its Press Directorate”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 42, n.º 5 (2004), p. 897-917.
- ANTHONY, L. J. – “A national information policy for the United Kingdom”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 33, n.º 3 (1981), p. 73-82.
- ANTHONY, L. J. – “National information policy”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 34, n.º 6/7 (1982), p. 310-316.
- APPLEYARD, Raymond K. – “The European connection: international co-operation in the use of information resources”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 27, n.º 2 (1975), p. 38-47.(*)
- ARNOLD, Anna-Maria – “Developing a national information policy: considerations for developing countries”. *The international information & library review*. ISSN 1057-2317, n.º 2 (2004), p. 199-207.
- ASHE, Fergus – “Communicating Europe: Info Points Europe”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1997), p. 25-26.

- ATHERTON, Pauline – *Manuel pour les systèmes et services d'information*. Paris: UNESCO, 1977. ISBN 92-3-201457-2.
- ATWOOL, Mary – “You can't eat information: government information and the information policy role of the national library of New Zealand”. *Government information quarterly*. ISSN 0740-624X. Vol 13, n.º 3 (1996), p. 311-322.
- AUN, Marta Pinheiro – *Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. Tese de doutoramento.
- AURRECOECHEA, Ignacio – “The Euro Info Centre at Toledo Castilla-La Mancha: how we got started”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1990), p. 27-28.
- AYOO, Philip; OTIKE, Japhet – “Factors hampering the formulation of a national information policy in Kenya”. *Library review*. ISSN 0024-2535. Vol. 51, n.º 7 (2002), p. 350-357.
- BAISNÉE, Olivier – “The politics of the Commission as an information source”. In SMITH, Andy – *Politics and the European Commission: actors, interdependence, legitimacy*. London: Routledge; ECPR Studies in European Political Science, 2004. ISBN 0-415-32407-6. p. 134-155.
- BAL, Hélène – *La politique d'information aux Communautés Européennes [CEE]*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1978. Tese de licenciatura.
- BARCLAY, Ian – “The European network for urban forums for sustainable development: information for cities”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1997), p. 17-18.
- BARDYN, Dianna L. – “Improving EU information sources: the CELEX and RAPID databases”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 27, n.º 3 (1996), p. 174-181.(*).
- BARRON, Peter – “The development of Europe.org.uk”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 13 (2001), p. 20-21.
- BARTON, Judith – “Reflection on information and communication policy of the European Community”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1993), p. 25.
- BEARMAN, Tony Carbo – “National information policy: an insider's view”. *Library trends*. ISSN 0024-2954. Vol. 35, n.º 1 (1986), p. 105-118.
- BELLAMY, Christine; TAYLOR, John A. – *Governing in the information age*. 2nd ed. Maidenhead; Philadelphia: Open University Press, 2003. ISBN 0-335-19450-8.
- BEMFICA, Juliana do Couto – “Temas emergentes em políticas públicas: o acesso à informação na agenda dos anos 90: o projeto de democratização de informações da

- prefeitura de Belo Horizonte”. In *Congreso internacional de información: info'97* [em linha]. [Acedido 03.01.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.congreso-info.cu/UserFiles/File/Info/Info97/Ponencias/011.pdf>>.
- BENDER, David – “A strategy for international information policy”. *Libri: International journal of libraries and information services*. ISSN 0024-2667. Vol. 43, n.º 3 (1993), p. 210-231.
- BENDER, Peter – “Official information about EU affairs: co-operation networks of EU institutions and Member States’ governments”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1999), p. 16-20.
- BENKLER, Yochai – “The political economy of commons”. *Upgrade: the European journal for the informatics professional*. ISSN 1684-5285. Vol. IV, n.º 3 (2003), p. 6-9.
- BENKLER, Yochai – *The commons as a neglected factor of information policy* [em linha]. [Acedido 20.02.2006]. Disponível na WWW: <<http://www.law.nyu.edu/beklery/commons.pdf>>. Presentation at the 26th Annual Telecommunications Research Conference, Oct. 3-5, 1998.
- BENNETT, James R. – *Control of information in the United States: an annotated bibliography of books*. Westport, CT: Meckler, 1987. ISBN 0-88736-082-3.
- BERTALANFFY, Ludwig von – *Théorie générale des systèmes*. Paris: Dunod, 2006. ISBN 2-10-006349-9.
- BIANCHERI, Frank – *Contraintes, instruments et modes opératoires de la politique d'information et de communication de la CEE au sein du nouvel environnement européen: contribution de Prometheus-Europe à la communication du Commissaire Joao de Deus Pinheiro intitulée “La politique d'information et communication de la CEE: une nouvelle approche”*. Paris: Prometheus-Europe, 1993.
- BIANCHI, Daniel – “In claris non fir ‘informatio’ ou l’opinion publique et la politique agricole commune: instruments juridiques pour une politique d’information”. *Revue du marché commun et de l'Union européenne*. ISSN 0035-2616, n.º 457 (2002), p. 247-255.
- BIONDI, Andrea – “Access to documents in the EU”. *European business law review*. ISSN 0959-6941. Vol. 9, n.º 7-8 (1998), p. 221-226.
- BISCHOFF, Pierre – “L’information du secteur public en Europe: accès, diffusion et exploitation”. *Revue du marché commun et de l'Union européenne*. ISSN 0035-2616, n.º 432 (1999), p. 620-627.

- BITSCH, Marie-Thérèse – *Histoire de la construction européenne de 1945 à nos jours*. 5^{ème} ed. [S. l.]: Éditions Complexe, 2006. ISBN 2-8048-0021-0.
- BLAKEMORE, Michael; MCKEEVER, Lucy – “Users of official European statistical data: investigating information needs”. *Journal of librarianship and information science*. ISSN 0961-0006. Vol. 33 n.º 2 (2001), p. 59-67.
- BOISARD, Geneviève – “Public access to government information: the position in France”. *Government publications review*. ISSN 0277-9390. Vol. 9, n.º 3 (1982), p. 205-219.
- BOIXAREU CARRERA, Angel – “El refuerzo del principio de la transparencia de las actividades comunitarias”. *Revista CIDOB d’afers internacionals*. ISSN 0212-1786, n.º 25 (1993), p. 7-23.
- BOND, Martyn – “The role of the UK Information Office in Euro-election year”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1989), p. 14-15.
- BORGES, Mónica Erichsen Nassif [et al.] – “A ciência da informação discutida à luz das teorias cognitivas: estudos atuais e perspectivas para a área”. *Cadernos BAD*. ISSN 0007-9421, n.º 2 (2004), p. 80-91.
- BORTNICK, Jane – “National and international information policy”. *Journal of american society of information science*. ISSN 0002-8231. Vol. 36, n.º 3 (1985), p. 164-168.
- BRAMAN, Sandra – “Defining information: an approach for policy makers”. *Telecommunications policy*. ISSN 0308-5961. Vol. 13, n.º 13 (1989) p. 233-242.
- BRAMAN, Sandra – “Horizons of the state: information policy and power”. *Journal of communication*. ISSN 0021-9916. Vol. 45, n.º 4 (1995), p. 4-24.
- BRAMAN, Sandra – “The emergent global information policy regime”. In BRAMAN, Sandra, ed. – *The emergent global information policy regime*. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004. ISBN 1-4039-0369-7. p. 12-37.
- BRAMAN, Sandra – “The unique characteristics of information policy and their US consequences”. In BLAKE, V.; TJOUMAS, R., eds. – *Information literacies for the twenty-first century*. Boston, Ma: Hill, 1990. ISBN 0-8161-1-1921-X. p. 47-77.
- BRAY, William – “EUR-OP: Europe’s Publisher”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 27, n.º 1 (1996), p. 11-12.
- BRECHON, Pierre; CAUTRES, Bruno, dir. – *Les enquêtes eurobaromètres: analyse comparée des données socio-politiques*. Paris: L’Harmattan, 1998. ISBN 2-7384-7270-2.

- BROPHY, Peter – “Opportunities for libraries in Europe”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1995), p. 20-21.
- BROWN, Royston – “Towards a national information policy”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 34, n.º 6/7 (1982), p. 317-324.
- BROWNE, Mairéad – “The field of information policy: 1: fundamental concepts”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 23, n.º 4 (1997), p. 261-275.
- BROWNE, Mairéad – “The field of information policy: 2: redefining the boundaries and methodologies”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 23, n.º 5 (1997), p. 339-351.
- BROWNING, Helen – “Rethinking European Documentation Centres: is a regional network of repositories really the way forward?”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 6 (1999), p. 21-23.
- BRÜGGEMANN, Michael; DE CLERCK-SACHSSE, Julia; KURPAS, Sebastian – *Towards communication? Evaluating the activities of the European Commission in the field of communication* [em linha]. Brussels: Centre for European Policy Studies, 2006. [Acedido 03.02.2008]. Disponível na WWW: <http://shop.ceps.be/downfree.php?item_id=1405>.
- BUCHWALD, Cheryl – *Canada in context: an overview of information policies in four industrialized countries*. Toronto, ON: Information Policy Research Program, Faculty of Information Studies, University of Toronto, 1995. Working Paper N.º 2. ISBN 0-7727-0409-0.
- BUCHWALD, Cheryl – *Canadian universality policy and the information infrastructure: past lessons, future directions*. Toronto, ON: Information Policy Research Program, Faculty of Information Studies, University of Toronto. 1996. Working Paper N.º 3. ISBN 0-7727-0411-2.
- BUNYAN, Tony – “The European state is constructed in secret”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1993), p. 8-10.
- BUNYAN, Tony – *Secrecy and openness in the EU*. London: Kogan Page, 1999. ISBN 0-7494-2604-7.
- BURGER, Robert – “The analysis of information policy”. *Library trends*. ISSN 0024-2594. Vol. 35, n.º 1 (1986) p. 171-182.
- BURGER, Robert – *Information policy: a framework for evaluation and policy research*. Norwood, NJ: Ablex, 1993. ISBN 1-56750-018-8.

- BURKERT, Herbert – “The legal framework of public sector information: recent legal policy developments in the EC”. *Government publications review*. ISSN 0277-9390. Vol. 19, n.º 5 (1992), p. 483-496.
- BUSHA, Charles H.; HARTER, Stephen P. – *Research methods in librarianship: techniques and interpretation*. London: Academic Press. 1980. ISBN 0-12-147550-6.
- BUSHKIN, Arthur; YUROW, Jane – “The foundations of United States information policy”. *Information hotline*. ISSN 0360-5817. Vol. 12, n.º 9 (1980), p. 12-18.
- BUSHKIN, Arthur; YUROW, Jane – *The foundations of United States information policy: a United States government submission to the High Level Conference on Information, Computer and Communications Policy, Organization for Economic Cooperation and Development October 6-8, 1980, Paris, France*. [S. l.]: US Department of Commerce; National Telecommunications and Information Administration, 1980.
- BUSTOS SEGUELA, Ana de – “Los Documentos del Tribunal de Justicia de la Unión Europea”. *Métodos de información*. ISSN 1134-2838. Vol. 3, n.º 11-12 (1996), p. 54-59.
- CACLY, Serge, dir. – *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Paris: Éditions Nathan, 1997. ISBN 2-09-190528-3.
- CADDEL, Richard – “European Documentation Centres: the development of a UK information relay”. *The journal of government information*. ISSN 1352-0237. Vol. 24 n.º 2 (1997), p. 103-112.
- CADDEL, Richard – “European Documentation Centres: their role in the EC information chain”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1991), p. 34-35.
- CADDEL, Richard – “Information policy in the EU: towards a local approach”. *European urban and regional studies*. ISSN 0969-7764. Vol. 2, n.º 4 (1995), p. 351-353.
- Cadernos BAD: novos espaços na Web: os blogs na área da documentação e informação*, n.º 1 (2007). ISSN 0007-9421.
- CALADO, Adelino – “Investigação e documentação a nível nacional”. *Cadernos BAD*. Vol. 4, n.º 4 (1967), p. 170-179.
- CALADO, Adelino – “Plano de um sistema provincial de informação científico-técnica”. *Cadernos BAD*. Vol. 8, n.º 3 (1971), p. 121-143.

- CALIGIURI, Mario – “La più imponente campagna di comunicazione pubblica in tempo di pace”. *Problemi dell’informazione*. ISSN 0390-5195. Ano XXII, n.º 4 (1998), p. 621-630.
- CAMPS, Miriam – *European unification in the sixties: from the veto to the crisis*. London: Oxford University Press, 1967.
- CANISIUS, Peter – “Para uma política de informação: a experiência da RFA”. *Cadernos BAD*. ISSN 0007-9421, n.º 3 (1984), p. 81-88.
- CARBO, Toni – “Information policy issues and the implications of them for the education of information professionals: one individual perspective”. *Canadian journal of information and library science: Revue canadienne des sciences de l’information et de bibliothéconomie*. ISSN 1195-096X. Vol. 24, n.º 2-3 (1999), p. 1-11.
- CARIDAD SEBASTIÁN, Mercedes; MÉNDEZ RODRÍGUEZ, Eva Maria; RODRÍGUEZ MATEOS, David – “La necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada: el caso español”. *Ciência da informação*. ISSN 1606-4925. Vol. 29, n.º 2 (2000), p. 22-36.
- CASHMAN, Michael – “Reforming the institutions: public access to EU documents”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 13 (2001), p. 22-23.
- CECCARELLI, Sara – *La comunicazione istituzionale dell’Unione Europea*. Perugia: Facoltà di Lettere e Filosofia; Facoltà di Scienze Politiche. Perugia: Università degli studi di Perugia, 2005-2006. Tese.
- CERRILLO MARTÍNEZ, Augustí – “Publicidad y transparencia en el Parlamento Europeo”. *Revista de las cortes generales*. ISSN 0214-0519, n.º 45 (1998), p. 7-47.
- CHACÓN ARIAS, Virginia – “El sistema nacional de archivos de Costa Rica”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XLVIII, n.º 3-4 (1998), p. 29-39.
- CHANDLER, Helen – “The introduction of information on EC documentation into courses for library schools students”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1990), p. 32-33.
- CHANDLER, Helen – “The use of EC materials in schools colleges”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1991), p. 36-37.
- CHASE, Sarah – “Navigating the sea of EU information”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 8 (1999), p. 6-16.
- CHATIEL, Florence – *Le processus de décision dans l’Union européenne*. Paris: La Documentation Française, 2006. ISBN 2-11-006011-5.

- CHYSSOCHOOU, Dimitris N. – “EU democracy and the democratic deficit”. In CINI, Michelle – *European Union politics*. Oxford: Oxford University Press, 2003. ISBN 0-19-924836-2. p. 365-382.
- CLAPIE, Michel – *Manuel d'institutions européennes*. 2^{ème} ed. Paris: Flammarion, 2006. ISBN 2-08-083057-0.(*)
- CLARK, Charles – “The politics of knowledge”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 31, n.º 2 (1979), p. 42-52.
- CLARKE, Paul – *How to trace national implementation of EC Directives*. Manchester: European Information Association, 2004. ISBN 1-905106-05-X.
- CLARKE, Paul – *How to use the Official Journal*. Manchester: European Information Association, 2006. ISBN 1-905106-04-1.
- CLEMENT, Andrew [et al.] – *Developing information policies for a Canadian 'information infrastructure': public interest perspectives in a research framework*. Toronto, ON: Information Policy Research Program, Faculty of Information Studies, University of Toronto. 1995. Working Paper N.º 1. ISBN 0-7727-0407-4.
- CLERCQ, Daniel de – *La politique de presse et d'information de la Commission des Communautés européennes*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1988. Tese de licenciatura.
- COCKBURN, Rob – “Rural society: information and development needs: the role of the Carrefours”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1993), p. 24-25.
- COGBURN, Derrick L. – “Governing global information and communications policy: emergent regime formation and the impact on Africa”. *Telecommunications policy*. ISSN 0308-5961. Vol. 27, n.º 1 (2003), p. 135-153.
- COLLESTER, Bryan – *The European Communities: a guide to information source*. Detroit: Gale Research Company, 1979. ISBN 0-8103-1322-7.(*)
- COLOMER, Andrée – “Les agences européennes d'information sur la consommation: l'Euroguichet-Consommateur de Luxembourg”. *Revue européenne de droit de la consommation*. ISSN 0775-3209. Vol. 4 (1993), p. 195-202.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Bancos de dados com interesse para as empresas*. Luxemburgo: SPOCE, 1989.
- COMISSÃO EUROPEIA – *Acesso aos documentos da Comissão Europeia: guia do cidadão* [em linha]. [Acedido 18.10.2006]. Disponível na WWW: <<http://ec.europa.eu/transparency/citguide/docs/pt.pdf>>.(*)

- COMISSÃO EUROPEIA – *Acesso aos documentos da Comissão: guia do cidadão*.
Luxemburgo: SPOCE, 1997. ISBN 92-827-8319-7.
- COMISSÃO EUROPEIA. DIRECÇÃO GERAL XXIII – “Os Euro Info Centres reuniram-se em Edimburgo: inquérito: as PME confiantes no futuro”. *Euro-info: o boletim da política de empresa*, n.º 114 (1998), p. 1.
- COMISSÃO EUROPEIA. DIRECÇÃO-GERAL EMPRESAS – *A Rede EURO INFO Centre: ‘Quality business support at your doorstep’*. Luxemburgo: SPOCE, 2004.
- COMITE ECONOMIQUE ET SOCIAL EUROPEEN – *Audition: initiative européenne en matière de transparence*. Bruxelles, 11.07.2006.
- COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Thesaurus ECLAS*.
Edition revue et augmentée. Bruxelles: [s.n.], 1989.
- COMMISSION EUROPEENNE – *Europe-Info: répertoire des principales sources d’information de l’Union Européenne*. Luxembourg: OPOCE, 1995. ISBN 92-827-4950-9.
- COMMISSION EUROPEENNE – *La Constitution européenne: sondage post-référendum en France* [em linha]. [Acedido 20.03.2008]. (Flash Eurobaromètre; EB171). Disponível na [www: <http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl171_fr.pdf>](http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl171_fr.pdf). p. 7-10.
- COMMISSION EUROPÉENNE – *Ouverture et transparence dans les institutions de l’Union européenne*. Luxembourg: EUR-OP, [1996?]. ISBN 92-827-8476-2.
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES – *Background report: European Documentation Centres*. London: [s.n.], 22 July 1991. (ISEC/B19/91).
- COMMUNAUTES EUROPEENNES. PARLEMENT EUROPEEN – *L’accès à la documentation du Parlement Européen*. Luxembourg: OPOCE, 1993. ISBN 92-823-0534-1.(*)
- COMUNIDADES EUROPEIAS. COMISSÃO – *Os arquivos na União Europeia: relatório do grupo de peritos sobre os problemas de coordenação em matéria de arquivos*. Luxemburgo: SPOCE, 1994. ISSN 92-826-8237-4.(*)
- CONNOR, Dorothy – “The Committee of the regions puts ‘Citizens First’ ”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1997), p. 20-22.
- CONNOR, Dorothy; OLSON, Eva – “People’s Europe and the regions: opportunities for co-operation in EU information provision ”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1998), p. 24-26.

- CONROY, Gillian; PARKER, Susan; DAVIES, Sylvie – “The European information needs of secondary school teachers in Scotland: recent developments in the provision of information to schools and colleges”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 52, n.º 7 (2000), p. 254-263.(*)
- “Conselho Europeu de Birmingham”. *Boletim das Comunidades Europeias*. ISSN 0254-2161, n.º 10 (1992), p. 7-10.
- “Conselho Europeu de Edimburgo”. *Boletim das Comunidades Europeias*. ISSN 0254-2161, n.º 12 (1992), p. 18-20.
- CONSELHO EUROPEU, Copenhaga, 21-22 Junho 1993 – *Conclusões da Presidência* [em linha]. [Acedido 06.12.2007]. Disponível na WWW: <http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/72926.pdf>.
- CONSELHO EUROPEU, Helsínquia, 10-11 Dezembro 1999 – *Conclusões da presidência* [em linha]. [Acedido 24.01.2007]. Disponível na WWW: <http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00300-r1.p9.htm>.
- CONSELHO EUROPEU, Laeken, 14-15 Dezembro 2001 – *Conclusões da presidência* [em linha]. [Acedido 09.11.2006]. Disponível na WWW: <http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/68833.pdf>.
- COOPER, Mike – “‘Black Art’ no more: reflections on planning and delivering EU information training”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 11-12 (2000), p. 18-22.
- COOPER, Mike – “EPICs: European public information centres”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 31, n.º 1 (2000), p. 4-8.
- COOPER, Mike – “Propaganda or fact? Dealing with Euro sceptical material in public libraries”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 1 (1999), p. 21-24.
- COOPER, Mike – “Public libraries and EU information”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 51, n.º 10 (1999). p. 346-360.
- COOPER, Mike – *A guide to free sources of information about and from the European Union*. 2nd ed. Manchester: European Information Association, 1999. ISBN 0-948272-64-3.

- CORBALAN, Alfredo – *La politique d'information et de communication menée par la Commission européenne depuis 1985*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 2000. Tese de licenciatura.
- CORNELLA, Alfons – “Information policies in Spain”. *Government information quarterly*. ISSN 0740-624X. Vol. 15, n.º 2 (1998), p. 197-220.
- CORNELLA, Alfons – *Políticas de información en España* [em linha], 1997. [Acedido 09.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.infonomics.net/cornella/ainfopol.pdf>>.
- CORREIA, Ana Maria Ramalho – “Moving towards an information society in Portugal”. *Anales de documentación*. ISSN 1575-2437, n.º 2 (1999), p. 49-62.
- CORTÉS, Jesús – “Nuevo gobierno de cambio en México ¿Una nueva política de información?”. In IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 68th, Glasgow, 18-24.08.2002 – *Libraries for life: democracy, diversity, delivery* [em linha]. [Acedido 09.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/IV/ifla68/papers/101-129s.pdf>>.
- COSTA, Maria Alzira Soares da – *Os centros de informação europeia e animação rural como instrumentos da governação da União Europeia: o caso português* [em linha]. [S. l.]: Universidade do Minho, 2006. [Acedido 20.03.2008]. Tese de mestrado. Disponível na WWW: <<https://bibliotecadigital.ipb.pt/dspace/bitstream/10198/448/1/Tese%20Mestrado%20Alzira.pdf>>.
- COSTA, Olivier; MAGNETTE, Paul – *Une Europe des élites: réflexions sur la fracture démocratique de l'Union européenne*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 2007. ISBN 978-2-8004-1399-0.
- COUSINS, Sarah Jane; MUIR, Adrienne – “Providing information on economic and monetary union: a case study of the East Midlands European Information Relay”. *Journal of documentation*. ISSN 0022-0418. Vol. 58, n.º 4 (2002), p. 396-421.
- CREWS, Kenneth D. – “Copyright law and information policy planning: public rights of use in the 1990s and beyond”. *Journal of government information*. ISSN 1352-0237. Vol. 22, n.º 2 (1995), p. 87-99.
- CROMBEZ, Christophe – “Information, lobbying and the legislative process in the European integration Union”. *European Union politics*. ISSN 1465-1165. Vol. 3, n.º 7 (2002), p. 7-32.

- CROMBEZ, Christophe – “The democratic deficit in the European Union: much ado about nothing?”. *European Union politics*. ISSN 1465-1165. Vol. 4, n.º 1 (2003), p. 101-120.
- CRONIN, Blaise – “Transatlantic perspectives on information policy: the search for regulatory realism”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 13, n.º 3 (1987), p. 129-138.
- CRUZ MUNDET, José Ramón – *Manual de archivística*. 4ª ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez. ISBN 84-89384-31-2.
- CRUZ-RAMOS, Rosalba; ZETTER-LEAL, Julio – “Las políticas de información de la Unesco y su repercusión en América Latina”. *Revista española de documentación científica*. ISSN 0210-0614. Vol. 15, n.º 4 (1992), p. 340-358.
- CURTIN, Deirdre M. – “Citizens’ fundamental rights of access to EU information: an evolving digital passepartout?”. *Common market law review*. ISSN 0165-0750. Vol. 37, n.º 1 (2000), p. 7-41.
- D’OLIER, Jacques H.; DELMAS, Bruno F. – *Planning national information structures for documentation, libraries and archives: outline of a general policy*. Paris: UNESCO, 1975.
- DACHEUX, Eric – “L’Europe en quête de sens: plaidoyer pour une autre politique de communication de l’Union européenne”. *Futuribles: analyse et prospectives*. ISSN 0337-307X, n.º 223 (1997), p. 39-60.
- DACHEUX, Eric – “Réflexion sur la politique de communication de la Commission Européenne”. *Communication et Organisation*. ISSN 1637-0317, n.º 17 (2000), p. 77-93.(*).
- DACHEUX, Eric – “Une communication surréaliste: analyse critique de la politique de communication de la CEE”. *L’événement européen: initiatives et débat: exclusions*. ISSN 0990-8404. Vol. 25 (1994), p. 159-166.
- DACHEUX, Eric – *L’inaccessible étoile: la politique d’information et de communication des institutions européennes* [em linha]. [Acedido 14.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.cees-europe.fr/fr/etudes/revue1b/infocom.PDF>>.
- DACHEUX, Eric – *Les stratégies de communication persuasives dans l’Union Européenne*. Paris: L’Harmattan, 1994. ISBN 2-7384-2968-8.
- DACHEUX, Eric – *L’impossible défi: la politique de communication de l’Union européenne*. Paris: CNRS Editions. 2004. ISBN 2-271-06208-X.

- DACHEUX, Eric, dir. – *L'Europe qui se construit: réflexions sur l'espace public européen*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2003. ISBN 2-862772-295-2.
- DAHL, Robert – *L'analyse politique contemporaine*. Paris: Robert Laffont, 1973.
- DANTAS, Bibiana – “Innovation Relay Centres: link to technology and innovation across Europe”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 2 (1998), p. 9-11.
- DASSETTO, Felice; DUMOULIN, Michel – *Naissance et développement de l'information européenne: actes des journées d'études de Louvain-la-Neuve des 22 mai et 14 nov. 1990*. Bern: Peter Lang, 1993. ISBN 3-261-04599-X.
- DAVIES, Eric – “Editor's notes”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 4 (1998), p. 1.
- DAVIES, Eric – “Editor's notes”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 7 (1999), p. 1.
- DAVIES, Eric – “Editor's notes”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 11-12 (2000), p. 1.
- DAVIES, Eric – “Editor's notes”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 16 (2001), p. 2.
- DAVIES, Eric – “Euro Info Centres training course: business co-operation”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1990), p. 33.
- DAVIES, Eric – “Information and communication in the EU”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 3 (1998), p. 2-6.
- DAVIES, Eric – *How to trace the EU legislative process*. Manchester: European Information Association, 2004. ISBN 1-905106-06-8.
- DAVIES, Eric – *Keeping up-to-date with the European Union*. Manchester: European Information Association, 2004. ISBN 1-905106-00-9.(*)
- DAVIES, Eric; KONN, Tania – *Council of the European Union*. Manchester: European Information Association, 2000. ISBN 0-948272-75-9.(*)
- DAVIS, Roy W. – “Public access to community documents: a fundamental human right?”. *European integration online papers: EIoP* [em linha]. Vol. 3, n.º 8 (1999). [Acedido 04.02.2008]. Disponível na WWW: <<http://eiop.or.at/eiop/texte/1999-008a.htm>>.
- DE BEER, Jennifer Anne – *Open Access scholarly communication in South Africa: a role for national information policy in the national system of innovation* [em linha].

- Stellenbosch [África do Sul]: University of Stellenbosch, 2005. [Acedido 09.02.2006]. Disponível na WWW: <<http://eprints.rclis.org/archive/00003110/>>.
- DE BOECK, Marianne – *Les relations publiques de la Communauté Européenne*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1972-173. Mémoire de fin d'études.
- DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc – *Dynamique de la recherche en sciences sociales: les pôles de la pratique méthodologique*. Paris: PUF, 1974.
- DE CLERCQ, Willy – *Réflexion sur la politique d'information et de communication de la Communauté européenne: rapport du groupe d'experts*. Bruxelles: [CE], 1993.
- DE SAULLES, Martin – “Information literacy amongst UK SMEs: an information policy gap”. *Aslib Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 59, n.º 1 (2007), p. 68-79.
- DE SAULLES, Martin – “When public meets private: conflicts in information policy”. *Info*. ISSN 1463-6697. Vol. 9, n.º 6 (2007), p. 10-16.
- DECKMYN, Veerle – *Guide to European Union information*. 4th ed. Maastricht: European Institute of Public Administration, 2003. ISBN 90-6779-175-X.
- DECKMYN, Veerle, ed. – *Increasing transparency in the European Union?*. Maastricht: European Institute of Public Administration, 2002. ISBN 90-6779-168-7.
- DECKMYN, Veerle; THOMSON, Ian, ed. – *Openness and transparency in the European Union*. Maastricht: European Institute of Public Administration, 1998. ISBN 90-6779-116-4.
- “Déclaration du sommet de Paris”. *Bulletin des Communautés européennes*, n.º 10 (Octobre 1972), p. 9-27.
- DEHENEFFE, Jean-Claude – *O que pensam os europeus: considerações sobre a opinião pública dos europeus de 1973 a 1986*. 2^a. ed. Luxemburgo: SPOCE, 1986. ISBN 92-825-6332-4.
- DELL'OLIO, Fiorella – *The Europeanization of citizenship: between the ideology of nationality, immigration and European identity*. Aldershot: Ashgate, 2004. ISBN 0-7546-3595-3.
- DEMCHAK, Chris C.; FRIIS, Christian; LA PORTE, Todd M. – “Webbing governance: national differences in constructing the face of public organizations”. In GARSON, G. David, ed. – *Handbook of public information systems*. New York: Marcel Dekker Publishers, 2000. ISBN 0-8247-8244-5. p. 179- 195.

- DeSANTI, Vincent M. – “A policy framework on dissemination of government electronic information: some remarks”. *Government information quarterly*. ISSN 0740-624X. Vol. 10, n.º 2 (1993) p. 255-260.
- DESHAIES, Bruno – *Metodologia da investigação em Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. ISBN 972-8329-95-4.
- Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação: DeltCI* [em linha]. [Acedido 01.07.2008]. Disponível na WWW: <<http://www.ccje.ufes.br/dci/deltci/index.htm>>.
- DIERICKX, Harold – “EUROLIB”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1990), p. 28-29.
- DIERICKX, Harold – “Information policy and libraries in the European Union”. *Reference librarian*. ISSN 0276-3877, n.º 35 (1992), p. 5-48.
- DIMITROV, Bojidar – *La politique d’information de l’UE: envers la Bulgarie et les PECO en général: de PHARE à la stratégie de pré-adhésion*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1997. Tese.
- DOLAN, Michael – “A public library network for European information”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 1 (1994), p. 25-26.
- DOSA, Marta – *Across all borders: international information flows and applications*. Lanham; London: The Scarecrow Press, 1997. ISBN 0-8108-3198-8.
- DOTY, Philip – “Why study information policy?”. *Journal of education for library and information science*. ISSN 0748-5786. Vol. 39, n.º 1 (1998), p. 58-64.
- DOTY, Phillip; WYLLYS, R. E. – *Introduction to public information policy* [em linha], actual. 25.08.2002. [Acedido 09.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.gslis.utexas.edu/~wyllys/ITIPMaterials/infopol.html>>.
- DOUGLAS, Ian – “The European Ombudsman: the citizen’s protector”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 7 (1999), p. 5-12.
- DRIESSEN, Bart – “The Council of the European Union and access to documents”. *European law review*. ISSN 0307-5400. Vol. 30, n.º 5 (2005), p. 675-696.
- DUCLERT, Vincent – “Les enjeux de la politique des archives”. *Regards sur l’actualité*. ISSN 0337-7091, n.º 303 (2004), p. 57-66.
- DUFF, Alistair S. – “The past, present, and future of information policy: towards a normative theory of the information society”. *Information, communication & society*. ISSN 1468-4462. Vol 7, n.º 1 (2004), p. 69-87.

- DUMONT, Bérengère – *La politique d'information des institutions européennes (Parlement et Commission)*. Bruxelles: Université libre de Bruxelles, 1996. Tese de licenciatura.
- DUMOULIN, Michel – “Quelle politique de l’information?”. In DUMOULIN, Michel, ed. – *La Commission européenne: 1958-1972: histoire et mémoires d’une institution*. Luxembourg: OPOCE, 2007. ISBN 978-92-79-05491-4. p. 523-547.
- DUQUE QUIJADA, Maria Arrate – *La biblioteca del Parlamento Europeo: organización y acceso a sus documentos*. Salamanca: Facultad de Traducción y Documentación, 1993. Memoria de diplomatura.
- DURAN, Cheryl – “The role of LIS education”. In McCLURE, Charles R.; HERNON, Peter, ed. – *Library and information science research: perspectives and strategies for improvement*. Norwood: Ablex Publishing, 1991. ISBN 0-89391-731-1. p. 147-159.
- DUTIL, Patrice A. [et al.] – “Rethinking government-public relationships in a digital world: customers, clients, or citizens”. *Journal of information technology & politics*. ISSN 1933-1681. Vol. 4, n.º 1 (2007), p. 77-90.
- DYRBERG, Peter – “Current issues in the debate on public access to documents”. *European law review*. ISSN 0307-5400. Vol. 24, n.º 2 (1999), p. 157-170.
- EASTON, David – *Analyse du système politique*. Paris: Armand Colin, 1974.
- “EC depositary library network”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1989), p. 39.
- EDEN, Paul; FEATHER, John – “Preservation in libraries and archives in the UK: towards a national policy”. *Library review*. ISSN 0024-2535. Vol. 45, n.º 8 (1996), p. 33-40.
- EISENSCHITZ, Tamara – “Internet law and information policy” *Aslib Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 50, n.º 9 (1998), p. 267-273.
- EISENSCHITZ, Tamara – *Information transfer policy: issues of control and access*. London: Library Association, 1993. ISBN 0-85365-829-3.
- EKLOF, Tony – “The coming together of the nations of Europe: sources of information”. *International journal of legal information*. ISSN 0731-1265. Vol. 29, n.º 2 (2001), p. 355-359.(*).
- EKLOF, Tony – “The provision of European Union information in the Republic of Ireland”. *The Law Librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 27, n.º 1 (1996), p. 24-26.

ENMARK, Romulo – “The non-existent point: on the subject of defining library and information science and the concept of information”. In IFLA GENERAL CONFERENCE, 64th, Amsterdam, 16-21.08.1998 – *On crossroads of information and culture* [em linha]. [Acedido 23.10.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/IV/ifla64/029-94e.htm>>.

Entretien avec Fausta Deshormes née La Valle par Michel Dumoulin et Julie Cailleau à Bruxelles le 2 février 2004: transcription révisée par Mme Deshormes (le 12 juillet 2006) [em linha]. [Acedido em 04.07.2007]. Disponível na WWW: <<http://wwwarc.eui.eu/ech/pdf/INT-ECH726.pdf>>.

Entretien avec Jacqueline Lastenouse-Bury par Michel Dumoulin et Julie Cailleau à Bruxelles le 21 janvier 2004: transcription révisée par Mme Lastenouse-Bury [em linha]. [Acedido em 04.07.2007]. Disponível na WWW: <<http://wwwarc.eui.eu/ech/pdf/INT-ECH713.pdf>>.

Entretien avec Jacques-René Rabier par Yves Conrad et Julie Cailleau à Bruxelles le 8 janvier 2004: transcription révisée par M. Rabier [em linha]. [Acedido em 04.07.2007]. Disponível na WWW: <<http://wwwarc.eui.eu/ech/pdf/INT-ECH716.pdf>>.

Entretien avec Paul Collwald par Yves Conrad et Myriam Rancon à Bruxelles le 2 décembre 2003: transcription révisée par M. Collwald [em linha]. [Acedido em 04.07.2007]. Disponível na WWW: <<http://wwwarc.eui.eu/ech/pdf/INT-ECH707.pdf>>.

Entretien avec Jacques-René Rabier par Gérard Bossuat: juin 1998 [em linha]. [Acedido em 04.07.2007]. Disponível na WWW: <<http://wwwarc.eui.eu/oh/pdf/INT609.pdf>>.

“Eur-Lex”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 3 (1998), p. 35.

“Euro Info Centres: Commission announces major expansion”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1989), p. 42. *Acesso aos documentos do Parlamento Europeu*

“Euro Info Centres”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1990), p. 36.

“Europa user survey”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 4 (1998), p. 17-19.

EUROPEAN COMMISSION. DIRECTORATE GENERAL COMMUNICATION – *Annual activity report of the EUROPE DIRECT Relays: 2007* [em linha]. [Acedido 22.05.2008]. Disponível na WWW: <http://ec.europa.eu/europedirect/docs/2007_annual_report_final_en.pdf>.

- EUROPEAN COMMISSION. DIRECTORATE-GENERAL FOR COMMUNICATION – *Europe Direct in 2005: a successful year for the EU citizens' hotline*. Luxembourg: OOPEC, 2006. ISBN 92-79-00818-8
- EUROPEAN COMMISSION. DIRECTORATE-GENERAL PRESS AND COMMUNICATION – *European information networks and outlets for citizens overseen by the European Commission* [em linha]. [Acedido 15.04.2005]. Disponível na WWW: <http://europa.eu.int/comm/relays/networks_en.pdf>. (*)
- EUROPEAN COMMISSION. ENTERPRISE DG – *The Euro Info Centre network: Europe gets closer to SMEs*. Luxembourg: OOPEC, 2000.
- “European Information Association”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1993), p. 33-35.
- EUROPEAN PARLIAMENT. DIRECTORATE-GENERAL FOR RESEARCH – *From shelves to databases: a history of the European Parliament's Library and Documentation Services*. Luxembourg: European Parliament, 1999.
- EUROPEAN UNION. EUROPEAN COMMISSION – *Informing young people about Europe: projects 1994-97: youth information projects co-financed by Unit A/5 'Information for trade unions, women and young people' of Directorate-General X of the European Commission from 1994 to 1997*. Luxembourg: EUR-OP, 1998. ISBN 92-828-3046-2.
- EUROPEAN UNION. EUROPEAN COMMISSION. DIRECTORATE GENERAL XXIII ENTREPRISE POLICY, DISTRIBUTIVE TRADES, TOURISM AND COOPERATIVES – *Euro info centres: annual report*. Luxembourg: EUR-OP, 1995. ISBN 92-826-8784-8.
- FEATHERSTONE, Kevin – “Jean Monet and the ‘democratic deficit’ in the European Union”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 32, n.º 2 (1994), p. 149-170.
- FERNÁNDEZ BAJÓN, María Teresa – “Desarrollo legislativo y estructuras administrativas en materia de política documental en España en el siglo XIX: de la constitución de Cádiz de 1812 al reinado de Isabel II”. In *Primer congreso universitario de ciencias de la documentación* [em linha]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2000. [Acedido 09.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Mfbajon1.pdf>>.

- FERNÁNDEZ DE LÓPEZ, Martha – “El sistema nacional de bibliotecas de Perú y las políticas del Estado orientadas a la promoción de la lectura”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XLVIII, n.º 3-4 (1998), p. 99-124.
- FERNÁNDEZ GARCÍA, José Luis – “La información en la Comunidad Económica Europea”. *Documentación de las ciencias de la información*. ISSN 0210-4210. Vol. 5 (1981), p. 243-260.
- FERREIRA, Ana Paula Duarte Pinto – *A União Europeia à luz dos manuais escolares: ensino básico e secundário*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre a Europa: “Europa – As visões do Outro”.
- FERREIRA, Rubens da Silva – “A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado”. *Ciência da informação*. ISSN 0100-1965. Vol. 32, n.º 1 (2003), p. 36-41.
- FORET, François – “Advertising Europe: the production of public information in the Commission”. In SMITH, Andy – *Politics and the European Commission: actors, interdependence, legitimacy*. London: Routledge; ECPR Studies in European Political Science, 2004. ISBN 0-415-32407-6. p. 156-169.
- FORONCELLI, Sabrina – *La politique d’information et de communication du Parlement européen: une communication institutionnelle entre information et séduction*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1999. Tese.
- FRANKLIN, Mark; MARHS, Michael; McLAREN, Lauren – “Uncorking the bottle: popular opposition to European unification in the wake of Maastricht”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 32, n.º 4 (1994), p. 455-472.
- FRIGIMELICA, Giovanna – *I servizi di assistenza agli utenti per l’accesso alla documentazione comunitaria europea*. Venezia: Facoltà di Lettere e Filosofia, 2000-2001. Tese de licenciatura.
- FROHMANN, Bernd – “Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory”. In *Connectedness: information, systems, people, organizations: proceedings of the 23rd annual conference of the Canadian Association for Information Science, 7-10 June 1995, Edmonton, Alberta* [em linha]. [Acedido 06.03.2006]. Edmonton, Alberta: School of Library and Information Studies, University of Alberta, 1995. Disponível na WWW <<http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/actor.htm>>.

- FUENTES GARCÍA, J. – “Política de información y bases de datos en la Comunidad Europea”. *Revista de las cortes generales*. ISSN 0214-0519, n.º 30 (1993), p. 235-258.(*)
- FURLONG, John – “Researching European law: a basic introduction”. *Legal information management*. ISSN 1472-6696. Vol. 6, n.º 2 (2006), p. 136-146.
- GABEL, Matthew; PALMER, Harvey D. – “Understanding variation in public support for European integration”. *European journal of political research*. ISSN 0304-4130. Vol. 27, n.º 1 (1995), p. 3-19.
- GALLIMORE; Alec; CONNOR, Dorothy – “European Union information developments: public access to information on Europe in Manchester Central Library”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1994), p. 22-23.
- GARCIA EJARQUE, Luis – “Ideas para una política de bibliotecas”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XXV, n.º 1-2 (1975), p. 3-12.
- GARCIA LÓPEZ, Genaro Luis – *Libros para no leer: el nacimiento de la política documental en España*. Gijón: Trea, 2003. ISBN 84-9704-101-1.
- GARCÍA MARTÍNEZ, Ana Teresa – “El concepto del sistema bibliotecario en el contexto de la política pública”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. LIII, n.º 3 (2003), p. 161-178.
- GARCÍA MARTÍNEZ, Ana Teresa – “El sistema bibliotecario de Extremadura”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. LIII, n.º 1 (2003), p. 139-154.
- GARCÍA MARTÍNEZ, Ana Teresa – “Política bibliotecaria: convergencia de la política cultural y la política de información”. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*. ISSN 0213-6333, n.º 71 (2003), p. 25-37.
- GASKELL, Eric – “Some recent developments in documentation at the European Commission”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253. X.Vol. 32, n.º 9 (1980), p. 357-363.
- GASKELL, Eric – “The European Commission’s central library”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1989), p. 28-29.
- GERVÁS RIOS, Alicia – *Las publicaciones oficiales en la Unión Europea: el Diario Oficial de las Comunidades Europeas*. Salamanca: Facultad de Traducción y Documentación, 1995. Memoria de diplomatura.
- GIARD, Véronique – *La politique d’information des Communautés européennes*. Paris: Faculté de droit et des sciences économiques de Paris, 1970. Tese.

- GOEDEGEBUURE, B.G.; ARANGO SALES, H.R.; SOTOLONGO AGUILAR, S., eds. – *Information: a resource for development: proceedings of the Forty-fifth FID Conference and Congress, held in Havana, Cuba, 19-22 September 1990*. Amsterdam: Elsevier, 1991. ISBN 0-444-89116-1.
- GÓMEZ FERNÁNDEZ-CABRERA, Jesús – “¿Existe un sistema andaluz de información y documentación?”. *Boletín del instituto andaluz del patrimonio histórico* [em linha], n.º 16, (1996), p. 125-134. [Acedido 10.03.2004]. Disponível na WWW: <<http://www.arrakis.es/~amjg>>. ISSN 1136-1867.
- GÓMEZ FERNÁNDEZ-CABRERA, Jesús – “Políticas de información y documentación en España”. In GARCIA GUTIERREZ, A., ed. – *Introducción a la documentación informativa y periodística*. Sevilla: Editorial Mad, 1999. ISBN 84-8311-460-7. p. 155-185.
- GÓMEZ, Maria Nélide González de – “As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação”. *Ciência da informação*. ISSN 0100-1965. Vol. 32, n.º 1 (2003), p. 60-76.
- GÓMEZ, Maria Nélide González de – “Da organização do conhecimento às políticas de informação”. *Revista informare: cadernos do programa de pós-graduação em ciência da informação, ECO/UFRJ e IBICT/CNPq*. ISSN 0104-9461. Vol. 2, n.º 2 (1996), p. 58-66.
- GÓMEZ, Maria Nélide González de – “Novos Cenários políticos para a informação”. *Ciência da informação*. ISSN 0100-1965. Vol. 31, n.º 1 (2002), p. 27-40.
- GONTIJO, Míriam – “Análise da proposta brasileira de e-governo como expressão de uma política de informação a partir do conceito de regime de informação”. *Perspectivas em ciência da informação*. ISSN 1413-9936. Vol. 7, n.º 2 (2002), p. 179-188.
- GONZÁLEZ TERUEL, Aurora – *Los estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales*. Gijón: Trea, 2005. ISBN 84-9704-166-6.
- GOULD, Stephen B. – “Secrecy: its role in national scientific and technical information policy”. *Library trends*. ISSN 0024-2594. Vol. 35, n.º 1 (1986) p. 61-81.
- GRARD, Loïc – “La transparence un principe ascendant de la réalisation de l’Union Européenne”. *Communication et Organisation*. ISSN 1637-0317, n.º 17 (2000), p. 169-191.
- GRAU GAUDIX, Rosa Maria – “Análisis de la documentación de la Unión Europea”. *Revista de las cortes generales*. ISSN 0214-0519, n.º 43 (1998), p. 277-404.(*).

- GRAY, John – “National information policy: myth or magic?”. *Alexandria: the journal of national & international library and information issues*. ISSN 0955-7490. Vol. 1, n.º 3 (1989), p. 21-30.
- GRAY, John – *National information policies: problems and progress*. London: Mansell, 1988. ISBN 0-7201-1994-4.
- GRIEVES, Maureen – *Information policy in the electronic age*. London: Bower Saur, 1998. ISBN 1-85739-766-3.
- GRÖBER, Katharina; REIDEL, Sabine – “The EU’s new communication Plan: after the failure of the constitutional treaty, now Plan D?”. *Stiftung wissenschaft und politik*. ISSN 1861-1761, n.º 53 (2005), p. 1-4.
- GROLIER, Eric de – “Perspectivas en política bibliotecaria y de información y la herencia de Ranganathan”. *Boletín de ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XLIII, n.º 1 (1993), p. 69-83.
- GRØNBECH-JENSEN, Carsten – “The scandinavian tradition of open government and the European Union: problems of compatibility?”. *Journal of European public policy*. ISSN 1350-1763. Vol. 5, n.º 1 (1998), p. 185-199.
- GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel – *Sciences et techniques de l’information et de la documentation: introduction générale*. 2^{ème} ed. Paris: UNESCO, 1990. p. 471-484. ISBN 92-3-202540-X.
- HAASTRECHT, Baas van – “Information inside the European Union”. In BOER, Pelle de [et al.] – *Information policy and the European Union: the 11th Bobcatss symposium proceedings: 2003*. Amsterdam: Hogeschool Van Amsterdam, Holand; Nicolaus Copernicus University Torun, Poland, 2003. ISBN 90-806-0732-0. p. 41-46.(*)
- HADDOCK, Michael J. – “A comparative analysis of national information policy in six industrialized nations”. In TALLMAN, J. L.; OJAMBO, J. B., eds. – *International doctoral student conference, University of Pittsburgh, September 23–25, 1988: translating an international education to a national environment*. London: Scarecrow Press, 1990. ISBN 0-8108-2072-2. p. 45-56.
- HALAIS, Annaïck – “L’Europe près de chez vous: les réseaux européens d’information”. *Chronique européenne des Pays de la Loire*. ISSN 1157-6219, n.º 55 (2004), p. 23-46.
- HAMPTON, Celia – “PublicInfo.Net: yet another European website?”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 11-12 (2000), p. 3-5.

- HANDLEY, David H. – “Public opinion and European integration: the crisis of the 1970s”. *European journal of political research*. ISSN 0304-4130. Vol. 9, n.º 4 (1981), p. 335-364.
- HANNA, Suzanne – “The Youth Forum of the European Communities”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1990), p. 30.
- HANSON, Terry – “A survey of European Communities databases”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 42, n.º 6 (1990), p. 171-188.
- HANSON, Terry – “An introduction to CELEX: the database of European Community law”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1989), p. 29-32.
- HANSON, Terry – “An introduction to SCAD: the European Community’s bibliographic database”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1989), p. 36-39.
- HANSON, Terry – “EC databases column”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1989), p. 33-34.
- HANSON, Terry – “EC databases column”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1989), p. 29-31.(*)
- HANSON, Terry – “European Community social information databases”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 43, n.º 6 (1991), p. 207-211.(*)
- HANSON, Terry – “The EC 1992 databases from Deloitte Haskins and Sells”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 1 (1989), p. 16-17.
- HARBORD, Peter – “European Documentation Centres and the Commission’s information policy: a view over the shoulder”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 1 (1989), p. 27-28.
- HART, Edward T. – “A look at changes in government information policies after September 11”. In IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 68th, Glasgow, 18-24.08.2002 – *Libraries for life: democracy, diversity, delivery* [em linha]. [Acedido 09.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/IV/ifla68/papers/110-129e.pdf>>.
- HARTE, Emma – “The range of official publications of the European Communities”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 32, n.º 9 (1980), p. 335-338.
- HARWOOD, Nicola – *How to trace EU statistics*. Manchester: European Information Association, 2003. ISBN 0-948272-89-9.
- HEPWORTH, Mark – “Implementing an information policy to build a future for Singapore”. *Alexandria: the journal of national & international library and information issues*. ISSN 0955-7490. Vol. 8, n.º 3 (1996), p. 205-214.

- HERBILLON, Michel – *La fracture européenne: après le référendum du 29 mai: 40 propositions concrètes pour mieux informer les Français sur l'Europe*, 2005 [em linha]. [Acedido 07.11.2006]. Disponível na WWW: <<http://lesrapports.ladocumentationfrancaise.fr/BRP/054000424/0000.pdf>>.
- HÉRITIER, Adrienne – “Composite democracy in Europe: the role of transparency and access to information”. *Journal of European public policy*. ISSN 1350-1763. Vol. 10, n.º 5 (2003), p. 814-833.
- HERNON, Peter – “Government information policy in New Zealand: businesslike but evolving”. *Government information quarterly*. ISSN 0740-624X. Vol. 13, n.º 3 (1996), p. 215-228.
- HERNON, Peter [et al.] – *United States Government information: policies and sources*. Westport, Conn.: Libraries Unlimited, 2002. ISBN 1-563-08978-5.
- HERNON, Peter; McCLURE, Charles; RELYEA, Harold – *Federal information policies in the 1980's: Conflicts and issues*. Norwood, N. J.: Ablex, 1987.(*)
- HERNON, Peter; RELYEA, Harold – “Information policy”. In KENT, Allen, ed. – *Encyclopedia of library and information science*. New York: M. Dekker, 1991. ISBN 0-8247-2048-2. Vol 48. Sup. 11. p. 176-204.
- HERNON, Peter; REYLA, Harold C. – “Information policy”. In DRAKE, Miriam A. – *Encyclopedia of library and information science*. 2nd ed. New York; Basel: Marcel Dekker, 2003. Vol. 2, p. 1300-1315.(*)
- HEWETT, Stephen – “European Documentation centres”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 20, n.º 3 (1989), p. 87-89.
- HIGH-LEVEL GROUP ON THE INFORMATION SOCIETY – *Europe and the global information society: Bangemann repport: recommendations to the European Council*. Luxembourg: European Communities, 1994.
- HILL, Michael – *National information policies and strategies: an overview and bibliographic survey*. London: Bowker Saur. 1994. ISBN 1-85739-155-1.
- HILL, Michael – *National information policies: a review of the situation in seventeen industrialized countries, with particular reference to scientific and technical information*. The Hague: Fédération Internationale d'Information et de Documentation; United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. 1989. ISBN 92-66-00-878-5.
- HILL, Michael W. – “Information policies: premonitions and prospects”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 21, n.º 4 (1995), p. 273-282.

- HJØRLAND, Birger – “Domain analysis in information science: eleven approaches: tradition as well as innovative”. *Journal of documentation*. ISSN 0022-0418. Vol. 58, n.º 4 (2002), p. 422-462.(*)
- HJØRLAND, Birger – “Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science”. *Bulletin of the american society for information science and technology* [em linha]. Vol. 30, n.º 3 (2004). [Acedido 17.09.2006]. Disponível na WWW: <<http://www.asis.org/Bulletin/Feb-04/hjorland.html>>. ISSN 1550-8366.(*)
- HJØRLAND, Birger – “Epistemology and the socio-cognitive perspective in information Science”. *Journal of the american society for information science and technology*. ISSN 1532-2882. Vol. 53, n.º 4 (2002), p.257-270.
- HJØRLAND, Birger – “Library and information science: practice, theory, and philosophical basis”. *Information processing and management*. ISSN 0306-4573. Vol. 36, n.º 3 (2000), p. 501-531.
- HJØRLAND, Birger – “Theory and metatheory of information science: a new interpretation”. *Journal of documentation*. ISSN 0022-0418. Vol. 54, n.º 5 (1998), p. 606-621.
- HJØRLAND, Birger – “Towards a theory of aboutness, subject, topicality, theme, domain, field, content...and relevance”. *Journal of the american society for information science and technology*. ISSN 1532-2882. Vol. 52, n.º 9 (2001), p. 774-778.(*)
- HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne – “Toward a new horizon in information science: domain analysis”. *Journal of the american society for information science*. ISSN 0002-8231. Vol. 46, n.º 6 (1995), p. 400-425.
- “HM Treasury: national changeover plan: public information”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1999), p. 24.
- HOGWOOD, Brian W.; GUNN, Lewis A. – *Policy analysis for the real world*. Oxford: Oxford University Press, 1984. ISBN 0-19-87184-8.(*)
- HOOGHE, Liesbet – “Europe divided?: elites vs. public opinion on European integration”. *European Union politics*. ISSN 1465-1165. Vol. 4, n.º 3 (2003), p. 281-304.
- HOPKINS, Michael – “Cooperation as a solution to the problems of European community documentation”. In FJÄLLBRANT, Nancy, ed. – *Library cooperation: trends, possibilities and conditions: proceedings of the eight meeting of IATUL*,

- Enschede, May 28-June 1, 1979*. Göteborg: I.A.T.U.L., Chalmers University of Technology Library, 1980. ISBN 91-7032-005-5. p. 111-116.
- HOPKINS, Michael – “Gaps and inadequacies in the bibliographic control of the publications of the European Communities”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 32, n.º 9 (1980), p. 350-356.
- HOPKINS, Michael – “Review: European Communities Legislation: current status”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1989), p. 42-43.
- HOPKINS, Michael – “Review: The documentation of the European Communities: a guide”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 1 (1990), p. 33-34.
- HOPKINS, Michael – “The bibliographical resources of European Documentation Centres”. *Journal of librarianship*. ISSN 0022-2232. Vol. 7, n.º 2 (1975), p. 84-99.
- HOPKINS, Michael – *Publications, documentation and means for their dissemination in the Commission of the European Communities*. London: British Library, 1981. (British Library Research and Development Report; 5618). ISBN 0-905984-69-2.(*)
- HOPKINS, Michael – *The European handbook*. London: Representation of the European Commission, 1997. ISBN 1-86158-019-3.
- HOPKINS, Michael, ed. – *European Communities information: its use and users*. London; New York: Mansell Publishing, 1985. ISBN 0-7201-1701-1.
- HOPKINS, Michael; BINGHAM, George – *The business use of European Communities information in the United Kingdom*. London: British Library Research and Development Department, 1987. ISBN 0-7123- 3113-1.
- HOPKINS, Sue – “Current awareness services in three EDCs”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 6 (1999), p. 26-30.
- HUBBARD, Bethan – “The external information policy of the Scottish Parliament”. *International journal of legal information*. ISSN 0731-1265. Vol. 29, n.º 2 (2001), p. 429-434.
- HUBREGTSE, Sjaak – “The digital divide within the European Union”. *New library world*. ISSN 0307-4803. Vol. 106, n.º 1210-1211 (2005), p. 164-172.
- HUDSON, Grace – *EU information on the internet*. Manchester: European Information Association, 2004. ISBN 1-905106-08-4.
- HUDSON, Grace – *How to trace a directive*. Manchester: European Information Association, 2004. ISBN 1-905106-04-1.
- HULL, John – “Auditing the Euro Info Centres”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 10 (2000), p. 13-14.

- HUNTER, Lynne – “Europe goes ‘Downunder’!”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 1 (1998), p. 14-15.
- ILLINGWORTH, John – “EC information policy: how the money gets spent”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1989), p. 38-39.
- ILLINGWORTH, John – “Lancaster University archive of European community political graphics”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1989), p. 48.
- INGLEHART, Ronald; RABIER, Jacques-René; REIF, Karlheinz – “The evolution of public attitudes toward European integration: 1970-1986”. *Revue d'intégration européenne*. ISSN 0703-6337. Vol. X, n.º 2-3 (1987), p. 135-155.
- INGLIS, Antony; GOODALL, Keith – “EC databases column”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1992), p. 26-28.
- INGWERSEN, Peter – “Information and information science”. In *Encyclopedia of library and information science*. Allen Kent; Carolyn M. Hall, ed. New York: M. Dekker, 1995. ISBN 0-8247-2056-3. Vol 56; Sup. 19. p. 137-174.
- INGWERSEN, Peter – *Information retrieval interaction* [em linha]. London: Taylor Graham, 1992. [Acedido 02.07.2006]. Disponível na WWW: <<http://www.dbd.dk/pi/iri/#chapters>>.
- INGWERSEN, Peter; Järvelin, KALERVO – *The turn: integration of information seeking and retrieval in context*. Dordrecht: Springer, 2005. ISBN 978-4020-3850-1.
- Interview de Carlo Scarascia Mugnoza* [em linha]. [Acedido em 04.07.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.warc.eui.eu/oh/pdf/INT595.pdf>>.
- Interview de Monsieur Jean Moreau: Mai 1998* [em linha]. [Acedido em 04.07.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.warc.eui.eu/oh/pdf/INT607.pdf>>.
- JAEGER, Paul T. – “Information policy, information access and democratic participation: the national and international implications of the Bush administration politics”. *Government information quarterly*. ISSN 0740-624X. Vol. 24, n.º 4 (2007) p. 840-859.
- JAITNER, Klaus – “The historical archives of the European Communities in Florence”. In PISANI, Assunta, ed. – *Euro-Librianship: shared resources, shared responsibilities*. New York; London; Norwood (Australia): The Haworth Press, 1992. ISBN 1-56024-266-3. p. 97-206.
- JARDIM, José Maria – *Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói: Ed. UFF, 1999. ISBN 85-228-0288-2.

- JAVIER MARTÍNEZ, L. – “Información y documentación en el Plan Nacional de I+D (1988-1993)”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XLV, n.º 1 (1995), p. 107-145.
- JEFFRIES, John – “European Communities information: databases”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 20, n.º 3 (1989), p. 97-107.
- JEFFRIES, John – “Information retrieval from European Documentation Centres”. *Government publications review*. ISSN 0277-9390. Vol. 8A, n.º 3 (1981), p. 241-244.(*)
- JOANA, Jean; SMITH, Andy – *Les commissaires européens: technocrates, diplomates ou politiques?*. Paris: Presses de Sciences Po, 2002. ISBN 2-7246-0883-6. p. 178-204.
- JOHNSEN, Trine; CONNOR, Dorothy – “Exchanging experience and benefiting the citizen: public European information services in Norway and the United Kingdom”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1997), p. 19-21.
- JULIEN, Heidi; HELLIWELL, Michelle – “Libraries as instruments of information policy: the role of Canadian public libraries in connecting Canadians”. In CAMPBELL, D. Grant, ed. – *Beyond the Web: technologies, knowledge and people: proceedings of the 29th annual conference of the Canadian Association for Information Science, Quebec City, May 27-29, 2001* [em linha]. [Acedido 24.04.2007]. p. 111-120. Disponível na WWW: <http://www.cais-acsi.ca/proceedings/2001/Julien_2001.pdf>.
- KABAT, Danuta – “Preparing for EU membership: the European information activities of the polish government”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 11-12 (2000), p. 6-9.
- KAIÏOPOULOS, Konstandinos D. – *De l'information à la communication: la Communauté européenne à la recherche d'une image médiatique*. Corfu: Univ. Ionio Panepistimio, 1992.
- KAITATZI-WHITLOCK, Sophia – *Europe's political communication deficit*. [S. l.]: Arima Publishing, 2005. ISBN 1-84549-099-1.
- KAJBERG, Leif; KRISTIANSOON, Michael – “An overview of the field of information policy”. *International forum on information and documentation*. ISSN 0304-9701. Vol. 21, n.º 1 (1996), p. 5-9.
- KANGIS, Peter; WALKER, Denise – “Information for Europe”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1996), p. 25-26.

- KARGBO, John Abdul – “The need for a library and information policy in Sierra Leone”. *Library and information policy*. ISSN 0024-2535, Vol. 56, n.º 4 (2007), p. 323-329.
- KARNI, Reuven – “A methodological framework for formulating information policy”. *Information & management*. ISSN 0378-7206. Vol. 6, n.º 5 (1983), p. 269-280.
- KASTORYANO, Riva, org. – *Que identidade para a Europa? O multiculturalismo e a Europa: o problema da identidade europeia*. Lisboa: Editora Ulisseia, 2004. ISBN 972-568-504-X.
- KEARLEY, Timothy – “The European Community depository library system in North America”. *Government publications review*. ISSN 0277-9390. Vol. 14, n.º 1 (1987), p. 11-31.
- KEERY, Neville – “Shaping factors in the future of European documentation”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1998), p. 22-23.
- KEERY, Neville – “The Central Library of the European Commission: a library at the end of history?”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 1 (1998), p. 2-5.
- KEERY, Neville – “The European Commission’s new approach to information and communication: access and information in a post-Maastricht context”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1994), p. 21-23.
- KELLY, Aoife; NICHOLAS, David – “The Public Information Relay: long-term solution or half-way house?”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 48, n.º 6 (1996), p. 151-157.
- KENT, A. K. – “Information as power”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 31, n.º 1 (1979), p. 17.
- KEREN, Carl – Guidelines on the planning of national scientific and technological information systems. Paris: UNESCO, 1975.
- KING, John Leslie; KRAEMER, Kenneth L. – “Information infrastructure, national policy, and global competitiveness”. *Information infrastructure and policy*. ISSN 1383-7605. Vol. 4, n.º 1 (1995) p. 5-28.
- KOENIG, Michael E. D. – “Information policy: the mounting tension (value additive versus uniquely distributable ‘public good’)”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 21, n.º 3 (1995), p. 229-231.
- KRANENBORG, Herke; VOERMANS, Wim – *Access to information in the European Union: a comparative analysis of EC and members state legislation*. Groningen: Europa Law Publications, 2005. ISBN 90-76871-46-9.

- KRISTIANSSON, Michael – “A framework for information policy analysis based on changes in the global economic forces”. *International forum on information and documentation*. ISSN 0304-9701. Vol. 21, n.º 1 (1996), p.19-29.
- KRUCOFF, Ella – “European Community publications: a statistical abundance”. *Government publications review*. ISSN 0277-9390. Vol. 9, n.º 3 (1982), p. 189-193.
- La communication sur l'Europe: regards croisés*. Strasbourg: ENA, Centre des études européennes de Strasbourg, 2007. ISBN 978-2-11-097405-1.
- “La session extraordinaire du Conseil (janvier 1966)”. *Bulletin des Communautés européennes*, n.º 3 (1966), p. 5-11.
- LASTENOUSE, Jacqueline – “La Commission Européenne et les études universitaires sur l'intégration européenne: 1960-2000”. *Temas de integração: as Universidades e os processos de integração: o projecto da convenção*, n.º 15-16 (2003), p. 13-36.
- LAW, Derek – “Information policy for a new millennium”. *Library review*. ISSN 0024-2535. Vol. 49, n.º 7 (2000), p. 322-330.
- LAW, John; HASSARD, John – *Actor network theory and after*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. ISBN 0-631-21194-2.
- LAWSON, Jenny – “Filling the European information gap”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 1 (1993), p 27-28.
- LE BOSSE, Annaïck – “L'information des citoyens européens”. *Chronique européenne des Pays de la Loire*. ISSN 1157-6219, n.º 21 (1996), p. 38-42.
- LE COADIC, Yves-François – “Qu'est-ce qui fait Science dans Science de l'Information? ”. *Prisma.com* [em linha], n.º 2 (2006), p. 49-59. [Acedido 17.09.2006]. Disponível na WWW: <http://prisma.cetac.up.pt/artigospdf/4_quest_ce_qui_fait_science_dans_science_de_linformation_yves_francois_le_coadic.pdf>. ISSN 1646-3153.(*)
- LE COADIC, Yves-François – *La science de l'information*. 2^{ème} ed. Paris: PUF, 1997. ISBN 2-13-046831-9.
- LEONG, Helen – “Disseminating information on Europe: the development and role of the Macau European Documentation Centre”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 11-12 (2000), p. 10-14.
- LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald – *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. ISBN 972-9295-75-1.

- LEWIS, D. A.; MARTYN, J. – “An appraisal of national information policy in the United Kingdom”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 38, n.º 1 (1986), p. 25-34.
- LIMA, Jussara Borges; MACHADO, Lurdes Regina B. L. – “Política de informação para alfabetização digital”. In *CINFORM: Encontro Nacional de Ciência da Informação*, V, São Salvador da Bahia, 2004 – *Políticas de informação* [em linha]. [Acedido 21.09.2005]. Disponível na WWW: <http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/jussaraborgeslima.html>.
- LIN, Chi-Shiou; ESCHENFELDER, Kristin F. – “Selection practices for web-based government publications in state depository library programs: comparing active and passive approaches”. *Government information quarterly*. ISSN 0740-624X. Vol. 25, n.º 1 (2007) p. 5-24.
- LINDBERG, Leon N. – *The political dynamics of European economic integration*. Stanford: Stanford University Press; London: Oxford University Press, 1968.
- LINDHOLM, Maria – *La Commission européenne et ses pratiques communicatives: étude des dimensions linguistiques et des enjeux politiques des communiqués de presse* [em linha]. Linköping: Linköping University, 2007. [Acedido 29.01.2008]. Tese de doutoramento. Disponível na WWW: <http://www.diva-portal.org/diva/getDocument?urn_nbn_se_liu_diva-9818-1__fulltext.pdf>. ISBN 978-91-85831-01-2.
- LINOWES, David F.; BENNETT, Colin – “Privacy: its role in federal government information policy”. *Library trends*. ISSN 0024-2594. Vol. 35, n.º 1 (1986) p. 19-42.
- LIU, Yan Quan – “The impact of national policy on developing information infrastructure nationwide: issues in P.R. China and the U.S.” In *IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 62nd*, Beijing, 25-31.08.1996 – *The challenge of change: libraries and economic development* [em linha]. [Acedido 15.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/IV/ifla62/62-liuy3.htm>>.
- Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*. Lisboa: Missão para a Sociedade da Informação; Ministério da Ciência e tecnologia, 1997. ISBN 972-97349-0-9.
- LOBO, Marina Costa – “Atitudes dos portugueses perante a UE: perspectivas sociais e políticas”. In ROYO, Sebastián – *Portugal, Espanha e a integração europeia: um balanço*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2005. ISBN 972-671-149-5. p. 139-160.

- LODGE, Juliet – “Transparency and democratic legitimacy”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 32, n.º 3 (1994), p. 343-368.
- LÓPEZ YEPES, José – *Teoría de la documentación*. Pamplona: Ediciones Universidade de Navarra, 1978. ISBN 84-31-0541-X.
- LYNCH, Dov – “Communicating Europe to the world: what policy diplomacy for the EU?”. *European Policy Centre Working Paper*. ISSN 1782-2424, n.º 21 (2005).
- MAAS, Willem – *Creating European citizens*. Plymouth: Littlefield Publishers, 2007. ISBN 978-0-7425-5486-3.
- MACIÁ, Mateo – “Los archivos históricos de las Comunidades Europeas”. *Revista de las cortes generales*. ISSN 0214-0519, n.º 34 (1995), p. 275-287.
- MACIÁ, Mateo – “Publicaciones oficiales: el Diario de las Comunidades Europeas (DOCE)”. *Revista de administración pública*. ISSN 0034-7639, n.º 133 (1994), p. 543-560.
- MACIÁ, Mateo – *La documentación de la Unión Europea*. Madrid: Síntesis, 1996. ISBN 84-7738-366-9.
- MACIVER, Richard – *Results of the second Europa user survey* [em linha]. [Acedido 22.02.2008]. [Brussels]: European Commission; Directorate General X: 1998. Disponível na WWW: <<http://europa.eu/survey/jul98/results/survey98.pdf>>.
- MAGALHÃES, Rodrigo – “Change in library and information services: some thoughts on the Portuguese scene”. *Aslib Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 37, n.º 4 (1985) p. 181-194.
- MAGNETTE, Paul – *L'Europe en quête de légitimité*. Paris: Presses de Sciences Po, 2001. ISBN 2-7246-0822-4.
- MALLEY, Ian – “National and international imperatives of a UK national information policy”. *Aslib Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 42, n.º 3 (1990), p. 89-95.
- MARCELLA, Rita – “European Union information in public libraries”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1995), p. 21-23.
- MARCELLA, Rita – “Keeping women informed about the European Union”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1997), p. 22-25.
- MARCELLA, Rita – “The Europa search engine: an assessment of its capacity and effectiveness”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 7 (1999), p. 13-18.
- MARCELLA, Rita – “The need for European Union information amongst women in the United Kingdom: results of a survey”. *Journal of documentation*. ISSN 0022-0418. Vol. 57, n.º 4 (2001), p. 492-518.

- MARCELLA, Rita [*et al.*]– “The information needs and information-seeking behaviour of the users of the European Parliamentary Documentation Centre: a customer knowledge study”. *Journal of documentation*. ISSN 0022-0418. Vol. 63, n.º 6 (2007), p. 920-934.
- MARCELLA, Rita [*et al.*] – “The pattern of provision of European information in France and the United Kingdom: a comparative study of services”. *Library management*. ISSN 0143-5124. Vol. 18, n.º 5 (1991), p. 243-252.
- MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme – “European information in public libraries in the United Kingdom: the implementation of the Public Information Relay”. *Public library journal*. ISSN 0268-893X. Vol. 11, n.º 1 (1996), p 11-12.
- MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme – “European Union information: an investigation of need amongst public library users in three Scottish authorities”. *Journal of librarianship and information science*. ISSN 0961-0006. Vol. 29 n.º 2 (1997), p. 69-76.
- MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme – “The impact of social class and status on citizenship information need: the results of two national surveys in the UK”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 26, n.º 4 (2000), p. 239-254.(*)
- MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme; PARKER, Susan – “The provision of European information by public libraries in the UK”. *Library management*. ISSN 0143-5124. Vol. 18, n.º 1 (1997), p. 7-41.
- MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme; PARKER, Susan – “The provision of European information by public libraries in the UK: seminar held at the Representation of the European Commission in London on 25th June 1996”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1996), p. 22-24.
- MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme; PARKER, Susan – *European Union information in public libraries in the United Kingdom*. Boston Spa: British Research and Innovation Centre, 1996.
- MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme; PARKER, Susan – “The provision of European information by public libraries in the UK: results of a British Library Research and Innovation Centre funded research project”. *Library management*. ISSN 0143-5124. Vol. 18, n.º 1 (1997), p. 7-41.
- MARCELLA, Rita; CARCARY, Iona, BAXTER, Graeme – “The information needs of United Kingdom Members of the European parliament (MEPs)”. *Library management*. ISSN 0143-5124. Vol. 20, n.º 3 (1999), p 168-179.

- MARCELLA, Rita; PARKER, Susan – “European information: the pattern of provision in Scotland”. *Aslib Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 47, n.º 2 (1995), p 35-40.
- MARCELLA, Rita; PARKER, Susan; BAXTER, Graeme – “Electronic public information and Europe: an electronic forum in support of transparency and openness in government”. *Vine*. ISSN 0305-5728, n.º 102 (1996), p. 25-30.
- MARCELLA, Rita; PARKER, Susan; TORTOLANO, Enrico – “The role of the Representation Offices of the European Commission in EU member states”. *European Access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1996), p. 20-22.
- MARCIANO, João Luiz Pereira – “Bases teóricas para a formulação de políticas de informação”. *Informação & Sociedade: Estudos* [em linha]. Vol. 16, n.º 2 (2006), p. 37-50. [Acedido 04.01.2008]. Disponível na WWW: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/622>>. ISSN 0104-0146.
- MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – “Aproximación a los servicios de información y documentación de la Unión Europea”. In SAMANIEGO BONEU, Mercedes; GARCÍA NICOLÁS, Cristina – *II Curso Superior de Historia de la integración Europea*. [Salamanca]: Universidad de Salamanca, [1999?]. p. 80-106.(*).
- MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – “Estudio analítico de los documentos de trabajo del Parlamento Europeo”. *Revista general de información y documentación*. ISSN 1132-1873. Vol. 12, n.º 1 (2002), p. 201-227.
- MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – “Europa a la vuelta de la esquina: principales redes y servicios de información de la Unión europea”. *Biblios: revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología* [em linha]. Vol. 6, n.º 21-22 (2005), p. 57-72. [Acedido 28.09.2006]. Disponível na WWW: <http://www.bibliosperu.com/articulos/22/2005_11.pdf>. ISSN 1562-4730.
- MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – “La documentación de la Unión Europea: concepto y clasificación”. *Biblioteconomía i documentació: BiD* [em linha], n.º 7 (2001). [Acedido 08.03.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.ub.es/biblio/bid/07marti2.htm>>.
- MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – “La política de información de la Comunidad Europea como herramienta de impulso en el debate sobre el futuro de Europa”. In CALONGE VELÁSQUEZ, Antonio, coord. – *El futuro de Europa a debate: actas del congreso internacional celebrado en Valladolid los días 17, 18 y 19 de septiembre de 2002*. Valladolid: Instituto de Estudios Europeos; Universidad de Valladolid, 2003. ISBN 84-600-9865-6. p. 207-216.(*).

- MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – “La transparencia informativa a examen: evaluación de la puesta en práctica de la normativa sobre acceso público a los documentos de la UE”. In JORNADAS ESPAÑOLAS DE DOCUMENTACIÓN, 9, Madrid, 2005 – *Infogestión*. [Madrid] FESABID, 2005. ISBN 84-930335-5-3. p. 359-369.
- MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – “Principales mecanismos para la localización y recuperación de la información de la Unión Europea”. *Cadernos BAD*. ISSN 007-9421, n.º 2 (2005), p. 64-73.(*)
- MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – “Transparencia y accesibilidad documental, dos valores en alza en el contexto informativo de la UE”. In JORNADAS ESPAÑOLAS DE DOCUMENTACIÓN, 8, Barcelona, 2003 – *Los Sistemas de información en las organizaciones: eficacia y transparencia*. Madrid: FESABID, 2003. ISBN 84-930335-3-7. p. 119-126.
- MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – *La documentación y los servicios de información del Parlamento Europeo*. Gijón: Ediciones Trea, 2002. ISBN 84-9704-043-0.
- MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – *Los servicios de información y documentación del Parlamento Europeo*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003. Tese de doutoramento. ISBN 84-7800-658-3.(*)
- MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda – *Manual de documentación de la Unión Europea: análisis y recuperación de la información eurocomunitaria*. Gijón: Ediciones Trea, 2007. ISBN 978-84-9704-309-0.
- MARTÍN GONZÁLEZ, Yolanda, Ed. – *La información en la Unión Europea: política, sistemas y redes* [CD-ROM]. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2007. ISBN 978-84-7800-389-1.
- MARTÍN, Robert; FELDMAN, Estelle – *Access to information in developing countries: working paper* [em linha]. [Acedido 28.02.2006]. Disponível na WWW: <http://ww1.transparency.org/working_papers/martin-feldman/#download>.
- MARTÍNEZ CAPDEVILA, Carmen – “El acceso a los documentos del Consejo de la Unión Europea: últimos desarrollos”. *Gaceta jurídica de la CE y de la competencia*. ISSN 1575-2054, n.º 12 (1997), p. 5-18.
- MARTÍNEZ, L. Javier – “Información y documentación en el Plan Nacional de I+D (1988-1993)”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XLV, n.º 1 (1995), p. 107-145.
- MARTINHO, Ana Maria; ANTÓNIO, Filomena – “The Jacques Delors Information Centre, Lisbon, Portugal”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1996), p. 25-27.

- MARTINS, Ana Isabel Costa – *Da Constituição para a Europa à Europa da Constituição*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007. Tese de Mestrado em Estudos sobre a Europa: “Europa – As visões do Outro”.
- MARTINS, Eduardo Vieira – “O contexto político e o discurso da ciência da informação no Brasil: uma análise a partir do IbiCT”. *Ciência da informação*. ISSN 0100-1965. Vol. 33, n.º 1 (2003), p. 91-100.
- MARTYN, John – *Information involvements of the European Community*. London: British Library, 1987. (British Library Research Paper; 19). ISBN 0-7123-3123-9.
- MARTYN, John; VICKERS, Peter; FEENEY, Mary, ed. – *Information UK 2000*. London: Bowker-Saur, 1990. ISBN 0-86291-620-8.
- MARULLI, Luciana – *Documentation of the United Nations system*. Metuchen; New York; London: The Scarecrow Press, 1979. ISBN 0-8108-1233-9.
- MARZAL, Miguel Ángel – “Las políticas supranacionales de información: la Unión Europea”. In CIFORM: Encontro Nacional de Ciência da Informação, V, Salvador da Bahia, 2004 – *Políticas de Informação* [em linha]. [Acedido 30.11.2006]. Disponível na WWW: <http://www.cinform.ufba.br/v_anais/palestras/politicas_supra.doc>.
- MARZO, Maria Josefa – *Europa: una información selectiva*. Bilbao: Comunicación europea, 1993. ISBN 84-604-7308-2.
- MASA GODOY, L.; SALAS OLGADO, J. C. – “Las publicaciones oficiales de la Unión Europea”. *Métodos de información*. ISSN 1134-2838. Vol. 3, n.º. 11-12, (1996), p. 27-31.
- MASSART-PIÉRARD, Françoise – “La communication de la commission européenne: d’une rationalité technocratique à une stratégie de mobilisation citoyenne?”. *Communication & Organisation*. ISSN 1168-5549, n.º 17 (2000), p. 30-53.(*)
- MATHIEU, Jean-Luc – *L’Union européenne*. 7^{ème} éd. Paris: PUF, 2006. ISBN 2-13-055592-6.
- MAXWELL, Terrence A. – “Mapping information policy frames: the politics of the Digital Millennium Copyright Act”. *Journal of the american society for information science and technology*. ISSN 0002-8231. Vol. 55, n.º 1 (2004), p. 3-12.
- MAXWELL, Terrence A. – “Toward a model of information policy analysis”. *First monday* [em linha]. Vol. 8, n.º 6 (2003). [Acedido 09.02.2005] Disponível na WWW: <http://firstmonday.org/issues/issue8_6/maxwell/index.html>. ISSN 1396-0466.

- MAXWELL, Terrence A. – *A socio-technical model for information policy analysis: speech as an illustrative example* [em linha]. [Acedido 03.02.2007]. Disponível na WWW:
<<http://home.hvc.rr.com/tamaxwell/Framework%20for%20information%20policy%20analysis.htm>>.
- MAYFIELD, Ian – “EU legal information on the internet: an update”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 31, n.º 1 (2000), p. 14-17.
- MAYFIELD, Ian – “EU legal information on the internet”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 29, n.º 4 (1998), p. 234-238.
- McCARTHY, Elmarie – “The role of European documentation centres (EDCs)”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 43, n.º 6 (1991), p. 203-205.
- McCLURE, Charles, HERNON, Peter – *U.S. scientific and technical information (STI) policies: views and perspectives*. Norwood: Ablex, 1989. ISBN 0-89391-571-8.
- McDONALD, Frances M. – “Technology, privacy and electronic freedom of speech”. *Library trends*. ISSN 0024-2594. Vol. 35, n.º 1 (1986) p. 83-104.
- MEEHAN, Elizabeth – “Citizenship and the European Community”. *The political quarterly*. ISSN 0032-3179. Vol. 64, n.º 2 (1993), p. 172-186.
- MEILLIER, Stéphanie – *Towards better EU communication: a conceptual, organisational and structural challenge*. Bruges: College of Europe, 2006-2007. Tese do Master of European Studies.
- MELICH, Anna – “La politique d'information de la Commission des Communautés européennes”. *Integració europea*, n.º 5 (1989), p. 127-140.
- MELLA, Piero – *Dai sistemi al pensiero sistémico: per capire i sistemi e pensare com i sistemi*. Milano: Franco Angeli, 1997. ISBN 88-464-0336-3.
- MELO, Luiza Baptista – “European Documentation Centre basic training course”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 6 (1999), p. 24-26.
- MENOU, Michel – “National information policy in the less developed countries; an educational perspective”. *International library review*. ISSN 0020-7837. Vol. 23, n.º 1 (1991), p. 49-64.
- MERCOURI, Virginia – “CORDIS leads the way for FP6 participation”. *Focus*. ISSN 1479-5450. (Março, 2003), p. 4.
- MEYER, Christoph – “Political legitimacy and the invisibility of politics: exploring the European Union's communication deficit”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 37, n.º 4 (1999), p. 617-639.

- MEYRIAT, Jean – “La France: a-t-elle une politique de l’information?”. *Aslib Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 38, n.º6/7 (1986), p. 205-214.
- MEYRIAT, Jean – “Prélude à une action concertée pour une politique documentaire nationale”. *Documentaliste: sciences de l’information*. ISSN 0012-4508. Ano 23, n.º 4-5 (1986). p. 155-162.
- MICOSSI, Stefano – *Democracy in the European Union* [em linha]. 2008. [Acedido 13.03.2008]. CEPS Working Documents n.º 286. Disponível na WWW: <http://shop.ceps.eu/BookDetail.php?item_id=1618>.
- MIDDLETON, Michael – “Information policy and infrastructure in Australia”. *Journal of government information*. ISSN 1352-0237. Vol. 24, n.º 1 (1997), p. 9-25.
- MILEVSKI, Sandra N. – “Federal policy-making and national security controls on information”. *Library trends*. ISSN 0024-2594, n.º 39, n.º 1-2 (1990), p. 132-44.
- MILLIAT, Marie-Cécile – “La politique de communication de L’Union européenne: mission impossible?”. *Notes de veille du centre d’analyse stratégique* [em linha], n.º 68 (23.07.2007), p. 1-4. [Acedido 04.02.2008]. Disponível na WWW: <<http://www.strategie.gouv.fr/IMG/pdf/NoteVeille68.pdf>>.
- MILNE, Christine – “Faculty use of the EDC: University of Reading”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 14 (2001), p. 17-19.
- MIRANDA, Maria da Saudade – “Actividades do Centro de Documentação Europeia”. *Revista de Direito e Economia*. ISSN 0870-8835. Ano XIIIV (1988), p. 373-445.
- MIRANDA, Maria da Saudade – “Actividades do Centro de Documentação Europeia”. *Revista de Direito e Economia*. ISSN 0870-8835. Ano XIV (1989), p. 425-448.
- MIRANDA, Maria da Saudade – “Actividades do Centro de Documentação Europeia”. *Revista de Direito e Economia*. ISSN 0870-8835. Ano XVI, XVII, XVIII (1990, 1991, 1992), p. 829-880.
- MIRANDA, Maria da Saudade – “Centro de Documentação Europeia: história e actividade”. *Revista de Direito e Economia*. ISSN 0870-8835. Ano XIII (1987), p. 371-393.
- MOLINO, Enzo – *Políticas de información en América Latina y el Caribe: estudio en siete países de la región* [em linha]. México: [s. n.], 1992. [Acedido 09.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://infolac.uco.mx/documentos/politicas/27.pdf>>.
- MOMPÓ, Vicente – “Los Centros Europeos de Información Empresarial”. *Métodos de información*. ISSN 1134-2838. Vol. 3, n.º 11-12 (1996), p. 24-26.

- MONTVILOFF, Victor – *Politiques nationales de l'information: manuel concernant la formulation, l'approbation, la mise en œuvre et l'action d'une politique nationale de l'information*. Paris: UNESCO, 1990.
- MOORE, Nick – “Information policies in Asia”. *International institute of Asian studies newsletter* [em linha], n.º 8 (1996) [Acedido 06.02.2006]. Disponível na WWW: <<http://www.iias.nl/iiasn/iiasn8/general/informpo.html>>. ISSN 0929-8738.
- MOORE, Nick – “Information policy and strategic development: a framework for the analysis of policy objectives”. *Aslib Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. .45, n.º.11/12 (1993), p.280-285.
- MOORE, Nick – “Requirements for a new library and information structure”. In SCHNELLING, Heiner; SEGBERT, Monika; STROETMANN, Karl A., ed. – *Informationspolitik als kulturpolitik: information policy as cultural policy*. Berlin: Deutsches Bibliotheksinstitut, 1993. ISBN 3-87068-929-3. p. 71-81.
- MOORE, Nick – “The British national information strategy”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 24, n.º 5 (1998), p. 337-344.
- MOORE, Nick – “The information policy agenda in East Asia”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 23, n.º 2 (1997), p. 139-147.
- MOORE, Nick – *The British national information policy: paper presented at the 4th Bielefeld European Colloquium, February 1998* [em linha]. Taunton, UK: Acumen Research and Consultancy Ltd, 2004. [Acedido 30.05.2005]. Disponível na WWW: <http://www.acumenuk.co.uk/strategic_information_policy.php>.
- MOORE, Nick – *The international framework of information policies* [em linha]. Taunton, UK: Acumen Research and Consultancy Ltd, 2004. [Acedido 30.05.2005]. Disponível na WWW: <http://www.acumenuk.co.uk/papers/the_international_framework_of_information_policies.php>.
- MOORE, Nick; STEELE, Jane – *Information-intensive Britain: an analysis of the policy issues*. London: Policy Studies Institute, 1991. ISBN 0-85374-484-X.
- MORALES, Estela – “The information right and the information policies in Latin America”. In IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 65th, Bangkok, 20-28.08.1999 – *On the threshold of the 21st Century: libraries as gateways to an enlightened world* [em linha]. [Acedido 15.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/IV/ifla65/papers/056-137e.htm>>.

- MOREIRA, Alfonso – “Ten years of European information in Spain”. *European Access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1996), p. 20-21.
- MOREIRA, Alfonso; GÍMENEZ, Carmen – “Algunas sugerencias sobre la evolución de las bases de datos de la Unión Europea”. *Métodos de información*. Vol. 3, n.º 11-12 (1996), p. 32-38.(*)
- MOREIRA, João Manuel – *Questionários: teoria e prática*. Coimbra: Almedina, 2004. ISBN 972-40-2142-4.
- MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio – *Conceptos introductorios al estudio de la información documental*. Salvador: EDUFA; Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2005. ISBN 85-232-0353-2.
- MORITA, Ichiko T. – “Japanese technical information: ITS infrastructure”. In KENT, Allen, ed. – *Encyclopedia of library and information science*. New York: M. Dekker, 1991. ISBN 0-8247-2048-2. Vol 48. Sup. 11. p. 204-218.
- MORTON, David – “European Resource Centres for schools and colleges”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1997), p. 20-21.
- MOUSSIS, Nicolas – “Information, audiovisual and cultural policies”. In *Guide to European policies*. 12th ed. Rixensart: European Study Service, 2007. ISBN 978-2-930119-42-X.
- MOUSSIS, Nicolas – “La construction européenne et le citoyen: déficit démocratique ou déficit d’information”. *Revue du marché commun et de l’Union européenne*. ISSN 0035-2616, n.º 436 (2000), p. 153-159.
- MOUSSIS, Nicolas – “Pour rapprocher les citoyens de l’Union: une politique commune de la communication”. *Revue du marché commun et de l’Union européenne*. ISSN 0035-2616, n.º 481 (2004), p. 500-508.
- MOUSSIS, Nicolas – *Guide des politiques d’Europe*. 8^{ème} ed. Bierges :Éd. Mols, 2005. ISBN 2-87402-078-8.(*)
- MÜHLFELD, Kalina – “Reference services to users of European Union information in a networked environment: an example from the European Documentation Center at the Saxon State and University Library, Dresden, Germany”. In IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 66th, Jerusalem, 13-18.08.2000 – *Information for co-operation: creating the global library of the future* [em linha]. [Acedido 20.03.2008]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/VII/dg/dgrw/dgrw4.htm>>.

- MUIR, Adrienne; OPPENHEIM, Charles – “National Information Policy developments worldwide I: electronic government”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 28, n.º 3 (2002), p. 173-186.
- MUIR, Adrienne; OPPENHEIM, Charles – “National Information Policy developments worldwide II: universal access: addressing the digital divide”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 28, n.º 4 (2002), p. 263-273.
- MUIR, Adrienne; OPPENHEIM, Charles – “National Information Policy developments worldwide III: e-commerce”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 28, n.º 5 (2002), p. 357-373.
- MUIR, Adrienne; OPPENHEIM, Charles – “National Information Policy developments worldwide IV: copyright, freedom of information and data protection”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 28, n.º 6 (2002), p. 467-481.
- MUIR, Adrienne; OPPENHEIM, Charles – *Report on developments world-wide on national information policy* [em linha]. Loughborough: Department of Information Science, Loughborough University, 2001. [Acedido 15.11.2006]. Disponível na WWW: <http://www.la-hq.org.uk/directory/prof_issues/nip/>.
- MUÑOZ CAÑAVATE, Antonio – “Políticas de información en las administraciones de la comunidad autónoma de la Rioja”. *Anales de documentación*. ISSN 1575-2437, n.º 8 (2005), p. 145-164.
- “New image for Europe in Northern Ireland”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1993), p. 26.
- NEWMAN, Michael – “After the ‘permissive consensus’: still searching for democracy”. In RICHARDSON, Jeremy – *European Union: power and policy-making*. 3rd ed. New York: Routledge, 2006. ISBN 0-415-35814-0. p. 377-397.
- NIEGAARD, Hellen – “Bibliothèques et politiques nationales en matière d’information et/ou stratégies nationales en matière de technologie de l’information: étude”. In IFLA GENERAL CONFERENCE, 64th, Amsterdam, 16-21.08.1998 – *On crossroads of information and culture* [em linha]. [Acedido 06.02.2006]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/IV/ifla64/123-137f.htm>>.
- NIETO-GUERRERO LOZANO, Ana Maria – “Luces y sombras del derecho de acceso a los documentos de las instituciones comunitarias”. *Gaceta jurídica de la Unión europea y de la competencia*. ISSN 1575-2054, n.º 218 (2002), p. 81-102.

- NÚÑEZ FERNÁNDEZ, Eduardo – “El sistema archivístico de la Unión Europea: una aproximación a la gestión de documentos y los archivos de las instituciones comunitarias (I)”. ISSN 1131-6764. *Boletín de AABADOM*, n.º 2 (1999), p. 4-36.
- NWOKOCHA, Udo – “A national information policy: the ingredient lacking from the Nigerian information industry”. *Library review*. ISSN 0024-2535. Vol. 45, n.º 5 (1997), p. 344-350.
- OCASO, Alicia – “A Latin American EDC at CEFIR in Uruguay”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1997), p. 16-17.
- OCHOLLA, Dennis N. – “Developing an infrastructure for scientific information in Kenya”. *Library review*. ISSN 0024-2535. Vol. 41, n.º 5 (1992), p. 48-59.
- ODINI, Cephas – “An overview of information systems in Kenya”. *Library review*. ISSN 0024-2535. Vol. 42, n.º 5 (1993), p. 44-49.
- OLAFSSON, Svein – “Information policy disputes in Iceland”. *The international information & library review*. ISSN 1057-2317, n.º 34 (2002), p. 70-95.
- OLIVI, Bino; GIACONE, Alessandro – *L'Europe difficile: histoire politique de la construction européenne*. Paris: Gallimard, 2007. ISBN 978-2-07-034575-5.
- Openness and transparency: meaningful or meaningless? Access to information on the European Union*. Manchester: European Information Association 1997.
- OPPENHEIM, Charles – “Are national information plans useful?”. *Alexandria: the journal of national & international library and information issues*. ISSN 0955-7490. Vol. 6, n.º 2 (1994), p. 133-143.
- OPPENHEIM, Charles; MACMORROW, Noreen – “Information policy”. In FEATHER, John; STURGES, Paul, ed. – *International encyclopedia of information and library science*. London; New York: Routledge, 2001. ISBN 0-415-09860-2. p. 198-209.
- ORNA, Elizabeth – *Practical information policies: how to manage information flow in organizations*. 2ª ed. Aldershot: Gower. 1999. ISBN 0-566-03632-0.
- ORNA, Elizabeth; HALL, Geoffrey – “Developing an information policy”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 33, n.º 1 (1981), p. 15-22.
- ORTEGA GOMÉZ, Marta – “La transparencia de los documentos oficiales a través de la jurisprudencia comunitaria”. *Gaceta jurídica de la Unión europea y de la competencia*. ISSN 1575-2054, n.º 208 (2000), p. 8-17.

- ORTON, Robert; MARCELLA, Rita; BAXTER, Graeme – “An observational study of the information seeking behaviour of Members of Parliament in the United Kingdom”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 52, n.º 6 (2000), p. 207-217.
- OSUNA ALARCÓN, Rosario – “Descripción y análisis de la información comunitaria: propuesta de creación del sistema de información de la Unión Europea”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XLIX, n.º 1 (1999), p. 175-196.
- OSUNA ALARCÓN, Rosario – “Los sistemas de información de las organizaciones internacionales: la documentación internacional. *Documentación de las ciencias de la información*. ISSN 0210-4210. Vol. 27 (2004), p. 9-41.
- OTLET, Paul – *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Éditeurs-Imprimeurs D. Van Keerberghen & Fils, 1934.
- OVERMAN, E. Sam; CAHILL, Anthony G. – “Information policy: a study of values in the policy process”. *Review of policy research*. ISSN 1541-132X. Vol. 9, n.º 4 (1990), p. 803-818.
- OVERY, Patrick – “European Documentation Centres: a neglected network?”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 17 (2002), p. 23-25.
- OVERY, Patrick – *European information: a guide to official sources*. Manchester: European Information Association, 2005. ISBN 1-905106-09-2.(*)
- OVERY, Patrick – *European Union information: an introduction*. Manchester: European Information Association, 2002. ISBN 0-948272-85-6.(*)
- OVERY, Patrick – *How to research the European Union: a guide for students*. Manchester: European Information Association, 2004. ISBN 1-905106-02-5.(*)
- OVERY, Patrick – *How to trace EC case law*. Manchester: European Information Association, 2004. ISBN 1-905106-01-7.
- OVERY, Patrick; MAYFIELD, Ian – “Documentation of the European Union in 1999”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 38, n.º 4 (2000), p. 191-204.
- OVERY, Patrick; MAYFIELD, Ian – “Documentation of the European Union in 2001”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 40, n.º 1 (2002), p. 181-206.
- OVERY, Patrick; MAYFIELD, Ian – “Documentation of the European Union in 2000”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 39, n.º 1 (2001), p. 183-206.

- OWENS, Mary – “European rural information service opens in the west of Ireland”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1990), p. 28-29.
- PAI, Wendy – *La politique d'information de la Commission des Communautés Européennes*. Bruxelles: Université libre de Bruxelles, 1972. Tese.
- PALLARO, Paolo – “Nuove conquiste per il diritto di accesso ai documenti delle istituzioni comunitarie”. *Diritto comunitario e degli scambi internazionali*. ISSN 0391-6111. Anno 38, n.º 4 (1999), p. 695-719.
- PALMER, John – “Openness and transparency: the state of the debate in the European Union”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 6 (1999), p. 2-4.
- PANEBIANCO, Stefania – “European citizenship and European identity: from Treaty provision to public opinion attitudes”. In MOXON-BROWNE, Edward – *Who are the Europeans now?*. Aldershot: Ashgate, 2007. ISBN 1-84014-429-7. p. 18-36.
- PARKER, Susan – *Provision of European information: Commission policy and its implementation in libraries and information services in the United Kingdom*. Aberdeen: Robert Gordon University, 2004. Tese de doutoramento.
- PARLAMENTO EUROPEU – *Regimento do Parlamento Europeu* [em linha]. [Acedido 29.08.2008]. Disponível na WWW: <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getLastRules.do?language=PT&reference=TOC>>.
- PAU, Giancarlo – “A practical introduction to sources of information about the European Communities”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253. Vol. 33, n.º 11/12 (1981), p. 427-436.
- PAYE, Olivier – “La gouvernance: d’une notion polysémique à un concept politologique”. *Etudes internationales*. ISSN 0014-2123. Vol. XXXVI, n.º 1 (2005), p. 13-40.
- PEDLER, Robin H. – “Openness in the European Union: how the institutions are trying to bridge the gap between Union and citizens”. *European business journal*. ISSN 0955-808X. Vol. 6, n.º 3 (1994), p. 30-38.
- PEIXOTO, Jorge – “Sistema mundial de informação científica: o UNISIST e a sua reunião de Paris, Outubro de 1971”. *Cadernos BAD*. Vol. 8, n.º 3 (1971), p. 113-120.
- PELOU, Pierre – *L’Europe de l’information: programmes, marchés et technologies*. Paris: ESF Éditeur, 1990. ISBN 2-7101-0792-9.

- PENA, Carlos-Víctor – “Un sistema nacional de servicios de archivos, bibliotecas e información”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XXIII, n.º 1-2 (1973), p. 3-15.
- PETIT, Isabelle – “Dispelling a myth? The fathers of Europe and the construction of a euro-identity”. *European law journal*. ISSN 1351-5993. Vol. 12, n.º 5 (2006), p. 661-679.
- PETTIGREW, Karen E.; McKECHNIE, Lynne E. F. – “The use of theory in information science research”. *Journal of the american society for information science and technology*. ISSN 0002-8231. Vol. 52, n.º 1 (2001), p. 62-73.
- PINHEIRO, João de Deus – *Informação, Comunicação, Transparência*. Luxemburgo: SPOCE, 1994. ISBN 92-826-7657-9.
- PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro, org. – *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999.
- PINTO MOLINA, María – “Análisis documental de contenido”. In LOPÉZ YEPES, José, coord. – *Manual de ciencias de la documentación*. Madrid: Ediciones Pirámide, 2002. ISBN 84-368-1645.5. p. 419-447.
- PIRIS, Jean-Claude – “¿Son las instituciones comunitarias más eficaces, mas democráticas y más transparentes después Maastricht?”. *Gaceta juridica de la CE* ISSN 1133-942X, n.º 22 (1994), p. 45-128.
- “Poland: national strategy for integration: information activities”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1998), p. 18-19.
- PORAT, Marc Uri – *The information economy*. Washington: US Department of Commerce; Office of Telecommunications, 1977. Vol. 1.
- PORTUGAL. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO. JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – *Política portuguesa de informação científica e técnica: contribuição para o estabelecimento da rede nacional*. Lisboa: [s. n.], 1970.
- “Pour une politique documentaire nationale: texte établi par un groupe interassociations d’archivistes, bibliothécaires, conservateurs et documentalistes”. *Documentaliste: sciences de l’information*. ISSN 0012-4508. Ano 23, n.º 4-5 (1986), p. 155-162.
- POURVOYEUR, Robert – “La politique de l’information de la Communauté Européenne”. *Revue du marché Commun et de l’Union européenne*. ISSN 0035-2616, n.º 246 (1981), p. 192-204.

- POWNALL, Charles – “EmuNet: new web site on economic and monetary union”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1997), p. 18-19.
- QUERMONNE, Jean-Louis – *Le système politique de l’Union européenne*. 6^{ème} éd. Paris: Éditions Montchrestien, 2005. ISBN 2-7076-1414-9.
- QUICHERON, Jean-Bernard – “The European institutions on the web: EUROPA reaching out to the world”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 1 (1999), p. 16-19.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manual de investigação em Ciências Sociais*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998. ISBN 972-662-275-1.
- RABIER, Jacques-René – *L’information des Européens et l’intégration de l’Europe*. Bruxelles: Université libre de Bruxelles, 1965.
- RABIER, Jacques-René – *L’information du public sur les problèmes européens: études d’opinion*. Bruxelles: Commission des Communautés Européennes, 1976.
- RAMÍREZ GARCÍA, Noemí – *El papel de los Centros de Documentación Europea*. Salamanca: Escuela de Biblioteconomía y Documentación, [s.d.]. Memoria final.
- RAMSAY, Anne – “EuroInfoCentres: concept, operation and prospects”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1989), p. 40-42.
- RAMSAY, Anne – *European Communities information*. [S. l.]: Association of Assistant Librarians, 1990. ISBN 0-900092-98-X.
- RAMSAY, Anne – *European Communities information*. 2nd Ed. Halifax: Association of Assistant Librarians, 1997. ISBN 1-901353-05-2.
- REHMAN, Sajjad ur – “Information policies for developing nations: a framework for analysis applied to Malaysian and Indian information policies”. *Libri: international journal of libraries and information services*. ISSN 0024-2667. Vol. 46, n.º 4 (1996), p. 184-195.
- REHMAN, Sajjad ur – “Manpower preparation for developing and implementing information policies”. *Library review*. ISSN 0024-2535. Vol. 42, n.º 6 (1993), p. 23-37.
- REIFS LÓPEZ, Magdalena – “La política de la información y la comunicación en la Unión Europea”. *Cuadernos de integración europea*. ISSN 1885-1754, n.º 6 (2006), p. 14-24.
- “Relais et réseaux d’information”. *Crocodile: lettre aux Parlements européens*, n.º 1 (1995), p. 1-20.

- RELYEA, Harold C. – “Secrecy and national commercial information policy”. *Library trends*. ISSN 0024-2594. Vol. 35, n.º 1 (1986) p. 43-59.
- RIBEIRO, Manuela Tavares – *A ideia de Europa: uma perspectiva histórica*. Coimbra: Quarteto, 2003. ISBN 972-8717-84-9.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, coord. – *Identidade europeia e multiculturalismo*. Coimbra, Quarteto, 2002. ISBN 972-8717-53-9.
- RIGAKOU, Vasiliki – “Inaugural meeting of EDC national representatives”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 4 (1998), p. 12-14.
- RIGGLESFORD, David – “Gateway to Europe: access to eurodatabases online services”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 27, n.º 1 (1996), p. 7-11.
- RIO GONZALEZ, Maria Auxiliadora Del – *Documentación e información de la Unión Europea*. Salamanca: Facultad de Traducción y Documentación, 1994. Memoria de diplomatura.
- RISSE, Thomas – *An emerging European public sphere? Theoretical clarifications and empirical indicators* [em linha]. [Acedido 24.05.2008]. Comunicação apresentada no Annual Meeting of the European Union Studies Association (EUSA), Nashville, 27-30 de Março de 2003. Disponível na WWW: <http://www.atasp.de/downloads/030322_europe_public.pdf>.
- RISSE, Thomas; VAN DE STEEG, Marianne – *An emerging European public sphere? Empirical evidence and theoretical clarifications* [em linha]. [Acedido 24.05.2008]. Comunicação apresentada na Conference on Europeanisation of public spheres, political mobilisation, public communication and the European Union, Berlim, 20-22 de Junho de 2003. Disponível na WWW: <http://web.fu-berlin.de/atasp/texte/030624_europeanpublicsphere.pdf>.
- RIVOIRE, Emmanuelle – *La politique d'information de la Commission Européenne à l'égard du citoyen* [em linha]. Aix-en-Provence; Marseille: Université Aix-Marseille I; Université de Provence, 1998-2000. [Acedido 04.09.2003]. Mémoire pour l'obtention de la Maîtrise des Sciences et Techniques, Cultures, Economie européennes. Disponível na WWW: <<http://www.up.univ-mrs.fr/~wmstcee/oeuvres/memoires2000/P2000-Rivoire.PDF>>.
- ROBREDO, Jaime – *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003. ISBN 85-7062-381-X.

- ROCHA Isabel, coord. de – *Tratados de Nice, de Amesterdão, da União Europeia, da Comunidade Europeia (CE), da Comunidade Europeia da Energia Atómica (CECA), Acto único*. 3ª ed. Porto: Porto Editora, 2002. ISBN 972-0-01145-9.
- RODRIGUES, Georgete Medleg; SIMÃO, João Batista; ANDRADE, Patrícia Simas de – “Sociedade da Informação no Brasil e em Portugal: um panorama dos Livros Verdes”. *Ciência da informação*. ISSN 0100-1965. Vol. 32, n.º 3 (2003), p. 89-102.
- RODRIGUES, Irene – “An interview with Isabel Loff: EDC Coordinator: DG X”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 6 (1999), p. 31-33.
- RODRÍGUEZ BOUYSSI, Juan – “Oficina del Parlamento Europeo en España «Radiografía» del Servicio de Documentación”. *Métodos de información*. ISSN 1134-2838. Vol 3, n.º 11-12 (1996), p. 60-66.
- RODRÍGUEZ BOUYSSI, Juan – “Panorama de las fuentes y servicios de documentación en las instituciones de las comunidades europeas”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XXXVI, n.º 1-2 (1986), p. 325-343.(*).
- ROMÁN ROMÁN, Adelaida – “Experiencia española en el diseño de políticas de información y documentación”. *Ciência da informação*. ISSN 0100-1965. Vol. 26, n.º 3 (1997), p. 307-312.
- ROMO GARCÍA, María de la Penã – *Historia del Parlamento europeo: (1950-2000)*. Madrid: Dykinson, 2001. ISBN 84-8155-768-4.
- ROODERKERK, Maarten – “Training in Brussels: exhaustive exhaustion”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1989), p. 46.
- RÓS GARCIA, Juan; LÓPEZ YEPES, José – *Políticas de información y documentación*. Madrid: Editorial Síntesis, 1996. ISBN 84-7738-223-9.
- ROSAMOND, Ben – *Theories of European integration*. New York: Palgrave, 2000. ISBN 0-333-64717-3.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: D. Quixote, 1998. ISBN 972-20-1428-5.
- ROWLANDS, Ian – “Information policy: complexity, scope and normative structure”. In HORNBY, Susan; CLARKE, Zoë – *Challenge and change in the information society*. London: Facet Publishing, 2003. ISBN 1-85604-453-X. p. 131-146.
- ROWLANDS, Ian – “Information policy”. In FEATHER, John; STURGES, Paul, ed. – *International encyclopedia of information and library science*. 2nd ed. London; New York: Routledge, 2003. ISBN 0-415-25901-0. p. 278-285.

- ROWLANDS, Ian – “Patterns of author cocitation in information policy: evidence of social, collaborative and cognitive structure”. *Scientometrics*. ISSN 0138-9130. Vol. 44, n.º 3 (1999), p. 533-546.
- ROWLANDS, Ian – “Patterns of scholarly communication in information policy: a bibliometric study”. *Libri: international journal of libraries and information services*. ISSN 0024-2667. Vol. 49, n.º 2 (1999), p. 59-70.
- ROWLANDS, Ian – “Some compass bearing for information policy orienteering”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 50, n.º 8 (1998), p. 230-237.
- ROWLANDS, Ian – “Towards public-private synergy in the European electronic information services market”. *Journal of government information*. ISSN 1352-0237. Vol. 22, n.º3 (1995), p. 227-235.
- ROWLANDS, Ian – “Understanding information policy: concepts, frameworks and research tools”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 22, n.º 1 (1996), p. 13-25.
- ROWLANDS, Ian – *Mapping the knowledge base of information policy: clusters of documents, people and ideas*. London: City University, 1998. Tese de doutoramento.
- ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy: proceedings of a workshop held at Cumberland Lodge, Windsor Great Park, 22-24 July 1996*. London: Bawker Saur, 1997. ISBN 1-85739-179-9.
- ROWLANDS, Ian; EISENSCHITZ, Tamara; BAWDEN, David – “Frame analysis as a tool for understanding information policy”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 28, n.º 1 (2002), p. 31-38.
- ROWLANDS, Ian; VOGEL, Sandra – *Information policies: a sourcebook*. London: Taylor Graham, 1991. ISBN 0-947568-45-X.
- ROYALL, Janet – “E-Europe and the European Commission’s new information and communication policy”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 19 (2002), p. 19-23.
- RUDNICKI, Zbigniew – “Archives of the European Communities in Florence”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 10 (2000), p. 24-25.
- RUIVO, Beatriz – *As políticas de ciência e tecnologia e o sistema de investigação: teoria e análise do caso português*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998. ISBN 972-27-0883-X.
- Rural information and promotion carrefours: at the very heart of Europe*. [Brussels]: European Communities, 2000. ISBN 92-828-9525-4.

- RYE, Lise – “Educating europeans: the origins of Community information policy”. In KAISER, Wolfram; LEUCHT, Brigitte; RASMUSSEN, Morten, ed. – *The history of the European Union: origins of a trans- and supranational polity: 1950-72*, London: Routledge. ISBN 978-0-415-46393-5. Capítulo 9. Consultámos uma versão que nos foi fornecida pela autora antes da edição.
- SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Mariano – *Bases de la política de información y comunicación de la Comunidad Europea*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas del Siglo XXI, 1999. ISBN 84-7476-278-2.
- SÁNCHEZ SANCHEZ, Juan – “Bibliotecas públicas y partidos políticos: las políticas bibliotecárias en los programas electorales (1977-1993)”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XLIV, n.º 2 (1994), p. 123-175.
- SÁNCHEZ VIGNAU, Bárbara Susana; GRAÑA LÓPEZ, Elena – “Apuntes y reflexiones en torno a una política nacional de información en Cuba”. *ACIMED*. ISSN 1024-9435. Vol. 8, n.º 3, (2000), p.186-193.
- SÁNCHEZ-BRAVO CENJOR, Antonio – *La información en la Comunidad Europea*. Madrid: Síntesis, 1993. ISBN 84-7738-206-9.(*)
- SARGENT, Claire; PARKER, Susan; MARCELLA, Rita – “The provision of European information to the academic community in university libraries: a case study of a European Documentation Centre”. *New Library World*. ISSN 0307-4803. Vol. 101, n.º 1156 (2000), p. 161-174.(*)
- SAURUGGER, Sabine – “État de la littérature: conceptualiser l’intégration européenne: état de l’art théorique”. *Revue internationale et stratégique*. ISSN 1287-1672, n.º 54 (2004), p. 165-176.
- SAXBY, Stephen – “A UK national information policy for the electronic age”. *Law, computers & technology*. ISSN 1360-0869. Vol. 10, n.º 1 (1996), p. 105-135.
- SERRANO, Clara Isabel Calheiros da Silva de Melo – *A construção política da União Europeia: uma leitura dos manuais de História: Espanha, França, Inglaterra, Itália e Portugal: um estudo comparado*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- SERRE, Françoise de la; BUSSY, Marie-Elisabeth de; DELORME, Hélène – “Approches théoriques de l’intégration européenne”. *Revue française de science politique*. ISSN 0035-2950. Vol. 21, n.º 3 (1971), p. 615-653.(*)
- SEVETSON, Andrea; SHEEY, Andrea – “The European Union on the Internet: a vanishing record?”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 1 (1998), p. 6-12.

- SHANK, Russell – “Privacy: history, legal, social and ethical aspects”. *Library trends*. ISSN 0024-2594. Vol. 35, n.º 1 (1986) p. 7-18.
- SHAW, Jennifer – “Centre for European Business Information”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 20, n.º 3 (1989), p. 89-90.
- SHAW, Jennifer – “Euro Info Centres: the practicalities of information services for SMEs”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1989), p. 43-45.
- SHAWKY, Salem – “The drive towards a national information infrastructure in Egypt: a overview”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 26, n.º 1 (2000), p. 71-74.
- SHEARMAN, Jane – “Making your voice heard: an introduction to consumers in the European community group”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1991), p. 40-41.
- SHILL, Harold B. – “NTIS: potential roles and government information policy frameworks”. *Journal of government information*. ISSN 1352-0237. Vol. 23, n.º 3 (1996), p. 287-298.
- SHULER, John A. – “Informing the nation: the future of librarianship and government information service”. *Government information quarterly*. ISSN 0740-624X. Vol. 22, n.º 2 (2005), p. 146-150.
- SIDJANSKI, Dusan – *O futuro federalista da Europa: a Comunidade Europeia das origens aos Tratado de Masstricht*. Lisboa: Gradiva, 1996. ISBN 972-662-417-7.
- SILVA, Armando B. Malheiro da – “Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. XLII, n.º 3-4 (2002), p. 59-95. Separata.
- SILVA, Armando B. Malheiro da – “Informação, Cultura e Património: uma abordagem exploratória feita no campo emergente da Ciência da Informação”. In JORGE, Vítor Oliveira, coord. – *Conservar para quê?*. Porto; Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005. ISBN 972-9350-87-6. p. 27-58.
- SILVA, Armando B. Malheiro da – “O *Archivo dos Açores* (1878-1892) de Ernesto do Canto: um modelo de ‘erudição’ histórico-arquivística: análise e superação”. In *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo: Actas do Colóquio*. Ponta Delgada: [s. n.], 2003, p. 219-277. Separata.(*)

- SILVA, Armando B. Malheiro da [et al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1999. ISBN 972-36-0483-3.
- SILVA, Armando Malheiro da – “Informação e Comunicação: as duas faces de Jano”. *Prisma.com* [em linha], n.º 2 (2006), p. 3-32. [Acedido 17.09.2006]. Disponível na WWW:
<http://prisma.cetac.up.pt/artigospdf/2_informacao_e_comunicacao_armando_malheiro_da_silva.pdf>. ISSN 1646-3153.
- SILVA, Armando Malheiro da – *A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento; CETAC, 2006. ISBN 978-972-36-0859-5.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4.
- SILVA, Luiz António Gonçalves da – “Políticas e programas de informação e documentação da UNESCO e fontes para o seu estudo”. *Informação & Sociedade: Estudos* [em linha]. Vol. 4, n.º 1 (1994). [Acedido 21.09.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/pdf/IS419407.pdf>>. ISSN 0104-0146.
- SILVA, Terezinha Elizabeth – “Política de informação na Pós-Modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil”. *Informação & Sociedade: Estudos* [em linha]. Vol. 1, n.º 1 (1991). [Acedido 21.09.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/pdf/IS119101.pdf>>. ISSN 0104-0146.
- SILVEIRINHA, Maria João – “A Europa e o Livro Branco sobre (in)comunicação”. *Trajectos: revista de comunicação, cultura e educação*. ISSN 1645-5983-08, n.º 8/9 (2006), p. 57-63.
- SIMÕES, Maria da Graça – *Da abstração à complexidade formal: relações conceptuais num tesouro*. Coimbra: Almedina, 2008. ISBN 978-972-40-3374-7.
- SLATER, Martin – “Political elites, popular indifference and Community building”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 21, n.º 1-2 (1982), p. 69-93.
- SMITH, Alan E. – “Building on sure foundations: the overlooked dimension of national information policies”. In IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 68th, Glasgow, 18-24.08.2002 – *Libraries for life: democracy, diversity, delivery* [em

- linha]. [Acedido 21.07.2006]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/IV/ifla68/papers/089-081e.pdf>>.
- SMITH, Andy – “European Commissioners and the prospects of a European public sphere: information, representation and legitimacy”. In *Citizenship and democratic legitimacy in Europe* [em linha]. [Acedido 12.12.2007]. Conferência realizada na University of Stirling nos dias 5-6 de Fevereiro de 2004. Disponível na WWW: <<http://www.arena.uio.no/cidel/WorkshopStirling/PaperSmith.pdf>>.
- SMITH, Bruce G. – “Federal information policy”. In KENT, Allen; HALL, Carolyn M., ed. – *Encyclopedia of library and information science*. New York: Marcel Dekker, 2002. Vol. 72, Sup. 35. ISBN 0-8247-2074-1. p. 206-216.
- SMITH, Kent – *Federal information policy: putting it all together* [em linha]. 1998. [Acedido 11.05.2006]. Disponível na WWW: <http://63.151.46.161/publications/mc_lecture_1998.htm>.
- SMITH, Lindsey – “Eurodesk Schools’ Service: helping schools stay in touch”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 1 (1996), p. 20-21.
- “Some thoughts on the Commission’s new information and communication strategy”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 20 (2002), p. 16-22.
- SORENSEN, Judith – “CORDIS: the shortest distance between you and successful innovation”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 27, n.º 1 (1996), p. 20-22.
- SOULIER, Gérard – *A Europa: história, civilização, instituições*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. ISBN 972-8407-37-8.
- SPENCER, Nigel – “Business information sources for Europe”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1991), p. 40-42.
- STEVENSON, Lillian – “The EDC at the University of Wales Aberystwyth: a relative newcomer to the world of European information”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 1 (1999), p. 7-10.
- STOCCHETTI, Matteo M. – “La politica dell’informazione tra sicurezza e libertà”. *Il mulino*. ISSN 0027-3120. Anno XLIX, n.º 6 (2000), p. 1120-1130.
- STROETMANN, Karl A.; SCHWUCHOW, Werner – “Information policy in the Federal Republic of Germany: development, analysis, perspective”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 18, n.º 3 (1992), 161-170.
- SUE, Valerie M.; RITTER, Lois A. – *Conducting online surveys*. Los Angeles: Sage Publications, 2007. ISBN 978-1-4129-3754-2.

- TASKER, Jane – “European information: taking the lead in communicating Europe”. *Library & information briefings*. ISSN 0954-1829, n.º 66 (1996), p. 1-15.
- TATE, Eugene D. – “Access to information: the Canadian experience”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 24, n.º 2 (1998), p. 75-82.
- TELL, Björn V. – *Design and planning of national information systems: a paper for government planners*. Paris: UNESCO, 1976.
- “Ten questions on the European Consumer Infocentres pilot project”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1994), p. 22-23.
- “The European Union: serving the information needs of general public”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1994), p. 26-27.
- “The Swedish government’s EU information services”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1998), p. 17-19.
- THELWALL, Mike – “Can Google’s PageRank be used to find the most important academic web pages?”. *Journal of documentation*. ISSN 0022-0418. Vol. 59, n.º 2 (2003), p. 205-217.
- THIEL, Markus – “National public spheres and the European Union communication strategy: between utopianism and non-utilization”. *Jean Monnet – Robert Schuman Paper Series* [em linha]. Vol. 6, n.º 10, p. 1-9. [Acedido 12.03.2008]. Disponível na WWW na <http://www6.miami.edu/eucenter/Thiel_1.pdf>.
- THOMSEN, Jakob – *Transparencia: acceso a los documentos del Consejo de la Unión Europea*. Comunicação apresentada em Barcelona no dia 14 de Setembro de 2006. Texto fornecido pelo autor.(*)
- THOMSON, Ian – “Challenges facing European Documentation Centres”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1995), p. 16-19.
- THOMSON, Ian – “EC information policy: preparing for 1992”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1989), p. 36-37.
- THOMSON, Ian – “European Agency of Information on Consumer Affairs (AEIC): a new information relay”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1991), p. 42-43.
- THOMSON, Ian – “European business information networks”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1991), p. 30-32.
- THOMSON, Ian – “European Community information providers in the UK: the role of European Documentation Centres”. *Refer*. ISSN 0144-2384. Vol. 8, n.º 1 (1992), p. 8-17.

- THOMSON, Ian – “European documentation centres: an undervalued or overvalued library resource: the role of European documentation centres in facilitating access to, and use of, European Community publications”. In *Government publications collections in libraries: status, problems, and recommendations for an undervalued resource: papers from an IFLA seminar, London, August 12-14, 1987*. Berlin: Staatsbibliothek, 1993. p. 148-166.
- THOMSON, Ian – “European documentation centres: their role in EC information provision, with particular reference to the United Kingdom”. *Government publications review*. ISSN 0277-9390. Vol. 17, n.º 2 (1990), p. 107-119.
- THOMSON, Ian – “European Documentation Centres”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 27, n.º 1 (1996), p. 3-4.
- THOMSON, Ian – “Team Europe”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1998), p. 20.
- THOMSON, Ian – “Ten years of the European Information Association”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 15 (2001), p. 14-18.
- THOMSON, Ian – “UK EDC national meeting: London, Monday 10 November 1997”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 1 (1998), p. 25.
- THOMSON, Ian – “Workshop for EC Depository Libraries, Washington, DC, 25-26 October 1993”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 6 (1993), p. 20.
- THOMSON, Ian – *How to trace COM documents*. Manchester: European Information Association, 2004. ISBN 1-905106-03-3.
- THOMSON, Ian – *The documentation of the European Communities: a guide*. London; New York: Mansell, 1989.(*)
- THOMSON, Ian – *The documentation of the European Communities: a guide*. London; New York: Mansell, 1991. ISBN 0-7201-2022-5.
- THOMSON, Ian; MATHER, Janet – “A guide to the documentation of the European Union”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 35, número anual (1997), p. 151-192.(*)
- THOMSON, Ian; MATHER, Janet – “A guide to the documentation of the European Union”. *Journal of common market studies*. ISSN 0021-9886. Vol. 37, número anual (1999), p. 187-230.(*)
- THOMSON, Mary – “Information and the internal market: third annual EIC conference”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1992), p. 25-26.

- TOUSIGNANT, Nathalie – “L’impact du comité Adonino (1984-1986): rapprocher les Communautés européennes des citoyens”. *Etudes internationales*. ISSN 0014-2123. Vol. XXXVI, n.º 1 (2005), p. 41-59.
- TRAILL, Ian E. – “Connecting Europe with Scottish business: the future role of the EuroInfoCentre in a decentralised European region”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 9 (2000), p. 13-24.
- TRAILL, Ian E. – “The VALUE relay service: a dissemination networks for EC research”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 5 (1993), p. 21-22.
- TRANSPARENCY IN EUROPE, II, The Hague, 25-26 November 2004 – *Public access to documents in the EU and its member states: hosted by the Netherlands during its chairmanship of the EU Council*. Ed. P. J. Stolk [et al.]. The Hague: Ministry of the Interior and Kingdom Relations, Constitutional Affairs and Legislation Department, [2004]. ISBN 90-5414-092-5.
- TRAUTH, Eileen. M. – “An integrative approach to information policy research”. *Telecommunications policy*. ISSN 0308-5961. Vol 10, n.º 1 (1986), p. 41-50.
- TREZZA, Alphonse F. – “Towards a national program for library and information services: progress and problems”. *ASLIB Proceedings*. ISSN 0001-253X. Vol. 30, n.º 2 (1978), p. 72-87.
- TRIGO, Maria João Amante – *Política nacional de informação: levantamento de legislação Portugal (1980-1992)*. [Lisboa: s.n.], 1992. Tese Mestrado em Gestão da Informação (Master of Science in Information Management), Univ. Sheffield, 1992.
- TRIGO, Maria João Amante; CORREIA, Ana Maria Ramalho; WILSON, Tom – “National information policy: the portuguese legal framework (1980-1992)”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 22, n.º 3 (1996), p. 219-227.
- TSALIKI, Liza – “The construction of European identity and citizenship through cultural policy”. In SARIKAKIS, Katharine – *Media and cultural policy in the European Union*. Amsterdam; New York: Editions Rodopi, 2007. ISBN 978-90-420-2175-4. p. 157-182.
- TWIGG, Stephen – *European infopolitik: developing EU policy diplomacy strategy*. London: The Foreign Policy Centre, 2005. ISBN 1-903558-85-9.
- UHEGBU, Augonus Nnamdi – “Constraints on the formulation and implementation of national information policy for Nigeria”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 30, n.º 1 (2004), p. 41-47.
- UNESCO – *Information policy objectives: UNISIST proposals*. Paris: UNESCO, 1974.

- UNIÃO EUROPEIA – *Acesso aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão: manual de instruções*. Luxemburgo: SPOCE, 2002. ISBN 92-894-1907-5.
- UNIÓN EUROPEA – *¡Dígame!* [em linha]: *Guía de información europea en España 2005*. [Acedido 20.10.2006]. Disponível na WWW: <Europa.eu.int/spain>.(*)
- UNION EUROPÉENNE. COMMISSION EUROPEENE – *Le réseau Euro Info Centre: l'Europe proche des PME*. Luxembourg: EUR-OP, [2000?]. ISBN 92-894-0126-5.
- UNITED STATES. PRESIDENT'S SCIENCE ADVISORY COMMITTEE – *Science, government, and information: the responsibilities of the technical community and the Government in the transfer of information: a report*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1963.
- URQUHART, D. J. – *National information policy*. Paris: Unesco, 1976.
- US CONGRESS. OFFICE OF TECHNOLOGY ASSESSMENT – *Informing the nation: federal information dissemination in an electronic age* [em linha]. Washington: Government Printing Office, 1988. [Acedido 19.06.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.fas.org/ota/reports/8823.pdf>>.
- US NATIONAL COMMISSION ON LIBRARIES AND INFORMATION SCIENCE – *A comprehensive assessment of public information dissemination: final report*. Washington: US Government Printing Office, 2001. Vol. 1.
- VALENTINI, Chiara – “The promotion of European identity”. In LEHTONEN, Jaakko; PETKOVA, Diana, ed. – *Cultural identity in an intercultural context*. Jyväskylä: Jyväskylä University Press, 2005. ISBN 951-39-2071-2. p. 196-213.
- VALENTINI, Chiara – *Constructing public support: EU communication challenges for the process of integration* [em linha]. [Acedido 25.05.2008]. Comunicação apresentada na International Conference 2006 on “Public spheres and their boundaries” organizada pelo Tampere Centre for Cultural Studies (TACS), Universidade de Tampere, 25-27 de Maio de 2006. Disponível na WWW: <http://www.chiara-valentini.org/Valentini_Constructing_public_support.pdf>.(*)
- VALENTINI, Chiara – *Promoting the European Union: comparative analysis of EU communication strategies in Finland and in Italy*. Jyväskylä: University of Jyväskylä, 2008. Tese de doutoramento.
- VALENTINI, Chiara – *Rapporto sulle attività Europe Direct per il coinvolgimento della società civile* [em linha]. [Acedido 25.05.2008]. Commissione Europea:

- Rappresentanza in Italia, 2007. Disponível na WWW: <http://www.chiara-valentini.org/RAPPORTO%20FINALE%20SOCIETA'%20CIVILE_agg..pdf>.
- VAN AUDENHOVE, Leo – *Towards an integrated information society policy in South Africa: an overview of political rhetoric and policy initiatives: 1994-2000* [em linha]. 2003. [Acedido 22.02.2006]. Disponível na WWW: <http://www.hscrepress.ac.za/user_uploads/tblPDF/2059_00_Towards_Integrated_Information_Society_Policy_SA.pdf>.
- VAN ULLEN, Mary K.; LaFOND, Deborah – “Promoting European Union Depository Collections in the United States through bibliographic instruction”. *Journal of government information*. ISSN 1352-0237. Vol. 27, n.º 3 (2000), p. 325-343.
- VÁZQUEZ DE PARGA, Margarita – “El sistema nacional de información del patrimonio documental”. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. Vol. XXXVI, n.º 1-2 (1986), p. 63-77.
- VEDEL, Thierry – “French policy for information superhighways: the end of high-tech Colbertism?”. *Information infrastructure & policy*. ISSN 1383-7605. Vol. 5, n.º 1 (1996), p. 41-70.
- VENTURINI, Fernando – “Politiche pubbliche in materia di informazione e documentazione amministrativa”. *Rivista trimestrale di diritto pubblico*. ISSN 0557-1464. Vol. 2 (1997), p. 553-587.
- VERMEULEN, Mieke – “A day in the life...”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 1 (1998), p. 22-24.
- VITIELLO, Giuseppe – “Library policy and legislation: European perspective”. *International information & library review*. ISSN 1057-2317, n.º 32 (2000), p. 1-38.
- VUIJLSTEKE, Marc – “The European Community’s database as sources of subnational information”. In PISANI, Assunta, ed. – *Euro-Librianship: shared resources, shared responsibilities*. New York; London; Norwood: The Haworth Press, 1992. ISBN 1-56024-266-3. p. 207-215.(*)
- WARD, David – “Rewiring democracy: the role of public information in Europe’s information society”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 2 (1995), p. 18-19.
- WARREN, Adam; OPPENHEIM, Charles – “Integration of roles? Implementing new information laws in UK public organizations”. *Journal of information science*. ISSN 0165-5515. Vol. 30, n.º 1 (2004), p. 48-59.
- WEAVER, Barbara F. – “Library involvement in state government information policy development in the United States”. In IFLA GENERAL CONFERENCE AND

- COUNCIL, 68th, Glasgow, 18-24.08.2002 – *Libraries for life: democracy, diversity, delivery* [em linha]. [Acedido 09.02.2005]. Disponível na WWW: <<http://www.ifla.org/IV/ifla68/papers/088-081e.pdf>>.
- WEBB, Catherine – “An interview with Ian Thomson: EIA President and Editor of European Access”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 4 (1998), p. 6-12
- WEBB, Catherine – “European Information Association: enlarging its borders”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 3 (1995), p. 21-22.(*)
- WEBB, Catherine – “European Information Association: European by name, European by nature”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 27, n.º 1 (1996), p. 5-7.
- WEBB, Catherine – “European Information Association: helping you through the EU minefield”. *The law librarian*. ISSN 0023-9275. Vol. 31, n.º 1 (2000), p. 17-19.
- WEBB, Catherine – “The EDC exchange scheme 2001”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 14 (2000), p. 15-16.
- WEINBERG, Alvin M. – “Science, government, and information: 1988 perspective”. *Bulletin of the medical library association*. ISSN 0025-7338. Vol. 77, n.º 1 (1989), p. 1-7.
- WEINGARTEN, Fred W. – “The structure of information policy”. In *Computer-based national information systems: technology and public policy issues* [em linha]. Washington, DC: Superintendent of Documents, U.S. Government Printing Office, 1981. [Acedido 09.02.2006]. Disponível na WWW: <<http://www.rickweingarten.com/Writing%20archive/OTA%20Chap%205.pdf>>.
- WEINGARTEN, Fred W. – “Technological change and evolution of information policy”. *American libraries*. ISSN 0002-9769. Vol. 27, n.º 11 (1996), p. 45-47.
- WENBAN-SMITH, Emma – *European Documentation Centres and their role in EC information policy*. London: City University, 1993. Tese MSc.
- WESLEY-TANASKOVIC, Ines – *Principes directeurs relatives aux politiques nationales de l'information: portée, formulation et mise en œuvre*. Paris: UNESCO, 1985.
- WILCOX, Brian – “The Euro Info Centre Network: where now and whither?”. *European access*. ISSN 0264-7362, n.º 4 (1996), p. 25-26.
- WILKIN, Phil – “European Union Centers in the US”. *European information*. ISSN 1461-5428, n.º 10 (2000), p. 8-10.
- WOOD, Tanya – “European information: public library services and Euro Info Centre”. *Public library journal*. ISSN 0268-893X. Vol. 6, n.º 3 (1991), p. 65-67.

- YIN, Robert K. – *Applications of case study research*. 2nd ed. Thousand Oaks; London: Sage Publications, 2003. ISBN 0-7619-2551-1.
- YIN, Robert K. – *Case study research: design and methods*. 3rd ed. Thousand Oaks; London: Sage Publications, 2003. ISBN 0-7619-2553-8.
- ZALDÍVAR COLLAZO, Modesto; OLIVÉ GARCÍA, Aleida – “¿Hacia dónde vamos? Reflexiones en torno a la implementación de la política nacional de información en Cuba”. *Ciencias de la información*. ISSN-1606-4925. Vol. 30, n.º 2 (1999), p. 3-14.

Documentos COM¹⁵⁹¹

- COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE. COMMISSION – *Mémorandum sur la politique des Communautés en matière d’information à l’attention des Conseils*. Bruxelles, 26.06.1963. (COM (1963) 242). Acessível na Biblioteca Central da Comissão Europeia em Bruxelas.
- COMMUNAUTÉ ÉCONOMIQUE EUROPÉENNE. COMMISSION; COMMUNAUTÉ EUROPÉENNE DE L’ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Mémorandum complémentaire sur les développements des activités d’information en 1964*. Bruxelles, 12.09.1963. (COM (1963) 384). Acessível nos Arquivos Históricos da Comissão Europeia em Bruxelas: Bac 14/1967 n.º 9/1.
- COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPEENNES – *Compte-rendu d’activités de la Direction Générale de l’Information pour 1975*. Bruxelles, 28.06.1976. (COM (1976) 225 Final). Acessível nos Arquivos Históricos da União Europeia em Florença: CSM 71.
- COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPEENNES – *Programme d’information de la Commission pour les élections directes du Parlement Européen*. Bruxelles, 25.03.1977 (COM (1977) 114 final). Acessível na Biblioteca Central da Comissão Europeia em Bruxelas.
- COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPEENNES – *Programme d’information pour 1979: communication de la Commission au Conseil*. 15.02.1979. Bruxelles, (COM (1979) 64 final). Acessível na Biblioteca Central da Comissão Europeia em Bruxelas.

¹⁵⁹¹ Para não sobrecarregar o texto das notas de rodapé, indicamos a acessibilidade dos documentos COM mais antigos apenas neste elenco final.

A acessibilidade é apenas especificada quando o documento não foi publicado ou não se encontra disponível no portal EUROPA.

Na apresentação das referências seguimos uma ordenação cronológica.

COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPEENNES – *Programme d'information pour 1980: communication de la Commission au Conseil*. Bruxelles, 10.12.1979. (COM (1979) 701 final). Acessível na Biblioteca Central da Comissão Europeia em Bruxelas.

COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPEENNES – *Programme d'information: objectifs et moyens: communication de la Commission au Conseil*. Bruxelles, 04.05.1981. (COM (1981) 116 final). Acessível na Biblioteca Central da Comissão Europeia em Bruxelas.

COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPEENNES – *Proposition de décision du Conseil relatif à la coordination des activités des États membres et des institutions de la Communauté en vue de l'établissement d'un système communautaire interinstitutionnel d'information*. Bruxelles, 06.07.1981. (COM (1981) 358 final). Acessível nos Arquivos Históricos do Parlamento Europeu no Luxemburgo.

COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPEENNES – *Programme d'information pour 1982: communication de la Commission au Conseil*. Bruxelles, 09.02.1982. (COM (1982) 3 final). Acessível na Biblioteca Central da Comissão Europeia em Bruxelas.

COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPEENNES – *Proposition de décision du Conseil relative à la coordination des activités des États membres et des institutions de la Communauté, en vue de l'établissement d'un système communautaire interinstitutionnel d'information (INSIS)*. Bruxelles, 03.12.1984. (COM (1984) 380). ISBN 92-77-01618-3. Acessível nos Arquivos Históricos do Parlamento Europeu no Luxemburgo.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Documento de trabalho da Comissão: gabinetes comunitários para empresas*. Bruxelas, 19.06.1987. (COM (1987) 152 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão: os euro-info-centros: ampliação do projecto*. Bruxelas, 1988. (COM (1988) 161 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão relativa à elaboração de uma política comunitária da estatística e de um plano de acções prioritárias no domínio da informação estatística*. Luxemburgo: SPOCE, 29.04.1988. (COM (1988) 248 final). ISBN 92-77-35853-X.

- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu: Europa dos cidadãos*. Luxemburgo: SPOCE, 05.07.1988. (COM (1988) 331 final). ISBN 92-77-37665-1.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: o futuro do mundo rural*. Luxemburgo: SPOCE, 1988. (COM (1988) 501). ISBN 92-825-9077-1.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relatório interino sobre a evolução da extensão do projecto Eurogabinetes (Euro Info Centre)*. Luxemburgo: SPOCE, 1988. (COM (1988) 693 final). ISBN 92-77-42936-4.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Proposta de Regulamento (CEE) do Conselho relativo às medidas de segurança aplicáveis às informações classificadas elaboradas ou trocadas no âmbito das actividades da CEE e da CECA*. Luxemburgo: SPOCE, 24.02.1992. (COM (1992) 56 final). ISBN 92-77-41170-8.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: plano das acções de informação dos jovens*. Luxemburgo: SPOCE, 02.09.1992. (COM (1992) 297 final). ISBN 92-77-46074-1.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação ao Conselho, ao Parlamento e ao Comité Económico e Social: acesso do público aos documentos das instituições*. Luxemburgo: SPOCE, 05.05.1993. (COM (1993) 191 final). ISBN 92-77-55705-2.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação ao Conselho, ao Parlamento e ao Comité Económico e Social: transparência na Comunidade*. Luxemburgo: SPOCE, 02.06.1993. (COM (1993) 258 final). ISBN 92-77-56508-X.
- COMISSÃO EUROPEIA – *Livro Branco sobre crescimento, competitividade, emprego: os desafios e as pistas para entrar no século XXI*. Bruxelas, 05.12.1993. (COM (1993) 700 final).
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Livro Verde sobre as modalidades de passagem à moeda única*, 1995. Bruxelas, 31.05.1995. (COM (1995) 333 final).
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Funcionamento futuro das redes de informação e de cooperação no âmbito da política empresarial*. Luxemburgo: SPOCE, 05.12.1995. (COM (1995) 435 final). ISBN 92-77-93695-9.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão relativa à estratégia de informação sobre o euro*. Luxemburgo: SPOCE, 06.02.1998. (COM (1998) 39 final). ISBN 92-78-30725-4.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Informação do sector público: um recurso fundamental para a Europa: Livro Verde sobre a informação no sector público na Sociedade da Informação*. Bruxelas, 20.01.1999. (COM (1998) 585 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Proposta de regulamento do Conselho relativo às acções de informação no domínio da política agrícola comum*. Bruxelas, 26.10.1999. (COM (1999) 536 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão: (apresentada pela Comissão)*. Bruxelas, 26.01.2000. (COM (2000) 30).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões em matéria de estratégia de comunicação a prosseguir nas últimas fases da realização da UEM*. Bruxelas, 02.02.2000. (COM (2000) 57 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões: objectivos estratégicos 2000-2005: configurar uma nova Europa*. Bruxelas, 09.02.2000. (COM (2000) 154 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão relativa a certas modalidades do debate sobre o futuro da União Europeia*. Bruxelas, 25.04.2001. (COM (2001) 178 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico de Social e Comité das Regiões sobre um novo quadro de cooperação para as actividades no âmbito da política de informação e comunicação da União Europeia*. Bruxelas: Comissão da Comunidades Europeias, 27.06.2001. (COM (2001) 354 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Governança europeia: Livro Branco*. Bruxelas: Comissão da Comunidades Europeias, 25.07.2001. (COM (2001) 428 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão: um projecto para a União Europeia*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 22.05.2002. (COM (2002) 247 final).

- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões sobre uma estratégia de informação e comunicação para a União Europeia*. Bruxelas, 02.07.2002. (COM (2002) 350 final).
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CEE, Euratom) n.º 358/83 relativo à abertura ao público dos arquivos históricos da Comunidade Económica Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica: (apresentada pela Comissão)*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 19.08.2002. (COM (2002) 462 final).
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relatório da Comissão sobre a governança europeia*. Bruxelas, 11.12.2002. (COM (2002) 705 final).
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 814/2000 do Conselho relativo às acções de informação no domínio da política agrícola comum*. Bruxelas, 08.05.2003. (COM (2003) 235 final).
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CEE, Euratom) n.º 358/83 relativo à abertura ao público dos arquivos históricos da Comunidade Económica Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica: (apresentada pela Comissão)*. Bruxelas, 30.04.2003. (COM (2003) 244 final).
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: papel da administração em linha (eGoverno) no futuro da Europa*. Bruxelas, 26.09.2003. (COM (2003) 567 final).
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à aplicação das disposições da Convenção de Århus sobre o acesso à informação, a participação do público na tomada de decisões e o acesso à justiça no domínio do ambiente às instituições e organismos comunitários: (apresentada pela Comissão)*. Bruxelas, 24.10.2003. (COM (2003) 622 final).
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a aplicação da estratégia de informação e comunicação para a União Europeia*. Bruxelas, 20.04.2004. (COM (2004) 196 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões relativa à aplicação de uma estratégia de informação e de comunicação sobre o euro e a União Económica e Monetária*. Bruxelas, 11.08.2004. (COM (2004) 552 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Objectivos estratégicos para 2005-2009: Europa 2010: uma parceria para a renovação europeia: prosperidade, solidariedade e segurança: Comunicação do Presidente com o acordo da Vice-Presidente Wallström*. Bruxelas, 26.01.2005. (COM (2005) 12 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: contributo da Comissão para o período de reflexão e para a fase posterior: Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate*. Bruxelas, 13.10.2005. (COM (2005) 494 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Livro Branco sobre uma política de comunicação europeia*. Bruxelas, 01.02.2006. (COM (2006) 35 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Livro Verde: iniciativa europeia em matéria de transparência*. Bruxelas, 03.05.2006. (COM (2006) 194 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho europeu: período de reflexão e Plano D*. Bruxelas, 10.05.2006. (COM (2006) 212).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Livro Verde: acesso do público aos documentos na posse das instituições da Comunidade Europeia: análise da situação*. Bruxelas, 18.04.2007. (COM (2007) 185).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relatório da Comissão sobre a aplicação em 2005 do Regulamento (CE) n.º 1049/2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão*. Bruxelas, 24.09.2007. (COM (2007) 548 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Parlamento europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: parceria para a comunicação sobre a Europa*. Bruxelas, 03.10.2007. (COM (2007) 568 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Documento de trabalho da Comissão: proposta de acordo interinstitucional: parceria para a comunicação sobre a Europa*. Bruxelas, 03.10.2007. (COM (2007) 569 final).

COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPÉENNES – *Proposition de Règlement du Parlement Européen et du Conseil relatif à l'accès du public aux documents du Parlement européen, du Conseil et de la Commission: (présentée par la Commission)*. Bruxelles, 30.04.2008. (COM (2008) 229).

Documentos SEC¹⁵⁹²

COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Projet de programme d'activité pour 1968 du Service de Presse et d'Information*. Bruxelles, 01.03.1968. (SEC (1968) 779). Acessível nos Arquivos Históricos da Comissão Europeia em Bruxelas: BAC 3/1978 n.º 664/1.

COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Politique d'information de la Commission: communication de la Commission au Conseil*. Bruxelles, 04.05.1968. (SEC (1968) 1394). Acessível nos Arquivos Históricos do Conselho Europeu em Bruxelas: CM2 1968-206 CM2.

COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Orientations sur la politique d'information de la Commission pour 1970: communication de la Commission au Conseil*. Bruxelles, 19.07.1969. (SEC (1969) 2697 final). Acessível nos Arquivos Históricos da Comissão Europeia em Bruxelas: BAC 3/1978 n.º 664/3.

COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme d'information aux Etats-Unis et mesures d'information d'urgence pour 1970*. Bruxelles, 27.05.1970. (SEC (1970) 1850). Acessível nos Arquivos Históricos do Conselho Europeu em Bruxelas: CM2 1970-228.

COMMISSION DES COMMUNAUTES européennes – *Programme pour la politique d'information en 1972*. Bruxelles, 22.12.1971. (SEC (1971) 4483 final). Acessível nos Arquivos Históricos do Conselho Europeu em Bruxelas: CM2 1972-239.

COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Répartition des compétences entre les membres de la Commission*. Bruxelles, 08.01.1973. (SEC (1973) 24). Acessível na Biblioteca Central da Comissão Europeia em Bruxelas.

¹⁵⁹² Na apresentação das referências seguimos uma ordenação cronológica.

COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *La politique d'information de la Communauté aux Etats-Unis: communication de la Commission au Conseil*. Bruxelles, 27.07.1973. (SEC (1973) 1507 final/2). Acessível nos Arquivos Históricos do Conselho Europeu em Bruxelas: CM2 1974-296.

COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Renforcement de la représentation extérieure dans certains pays tiers: communication de la Commission au Conseil*. Bruxelles, 25.06.1973. (SEC (1973) 2055 final). Acessível nos Arquivos Históricos do Conselho Europeu em Bruxelas: CM2 1974-296.

COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme pour une politique d'information en 1973: Communication de M. Scarascia-Mugnozza*. Bruxelles, 08.06.1973. (SEC (1973) 2200). Acessível nos Arquivos Históricos da Comissão Europeia em Bruxelas: BAC 25/1980 n.º 140/1.

COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme d'information 1974-1975*. Strasbourg, 12.12.1973. (SEC (1973) 4660). Acessível nos Arquivos Históricos do Conselho Europeu em Bruxelas: CM2 1974-293.

COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme d'information 1975: communication de M. Scarascia Mugnozza*. Bruxelles, 26.09.1974. (SEC (1974) 3509/2). Acessível nos Arquivos Históricos da Comissão Europeia em Bruxelas: BAC 1980 n.º 528.

COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme d'information 1975: communication de M. Scarascia Mugnozza*. Bruxelles, 16.01.1975. (SEC (1975) 200). Acessível nos Arquivos Históricos da Comissão Europeia em Bruxelas: BAC 28/1980 n.º 528.

COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme d'information 1975*. Bruxelles, 05.02.1975. (SEC (1975) 200 final). Acessível nos Arquivos Históricos da Comissão Europeia em Bruxelas: BAC 28/1980 n.º 528.

COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme complémentaire d'information 1975: Communication de la Commission au Conseil*. Bruxelles, 19.03.1975. (SEC (1975) 1084). Acessível nos Arquivos Históricos da União Europeia em Florença: CSM 71.

COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Programme d'information pour 1976*. Bruxelles, 10.12.1975. (SEC (1975) 4250 final). Acessível nos Arquivos Históricos da União Europeia em Florença: CSM 71.

- COMMISSIONE DELLE COMUNITÀ EUROPEE – *Programma d'informazione 1977*. Bruxelles, 15.12.1976. (SEC (1976) 4293). Acessível nos Arquivos Históricos da União Europeia em Florença: CSM 71.
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES – *Communication from the Commission to the Council and the European Parliament: keeping young Europeans informed*. Brussels, 03.06.1991. (SEC (1991) 1010 final).
- SUTHERLAND, Peter – *The internal market after 1992: meeting the challenge: report to the EEC Commission by the high level group on the operation of internal market*. Brussels. 31.10.1992. (SEC (1992) 2044).(*)
- COMMISSION EUROPEENNE. SECRETARIAT GENERAL – *Grandes actions prioritaires en matière d'information: communication de M. le Président et M. Oreja en accord avec MM. Monti, de Silguy et Liikanen*. Bruxelles, 07.10.1995. (SEC (1995) 1672). Acessível nos Arquivos Históricos da União Europeia em Florença: PVP 66.
- COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Communication de M. le Président, M. Kallas et de M^{me} Wallström en vue d'un débat d'orientation concernant une éventuelle initiative européenne en matière de transparence*. Bruxelles, 17.05.2005. (SEC (2005) 644).
- COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Communication à la Commission: plan d'action de la Commission relatif à l'amélioration de la communication sur l'Europe*. Bruxelles, 20.07.2005. (SEC (2005) 985 final).
- COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Communication à la Commission de M. le Président, M^{me} Wallström, M. Kallas, M^{me} Hübner et M^{me} Fischer Boel proposant le lancement d'une initiative européenne en matière de transparence*. Bruxelles, 19.11.2005. (SEC (2005) 1300/6).
- COMMISSION EUROPEENNE – *Plan D: élargir et approfondir le débat en Europe*. Bruxelles, 24.11.2006. (SEC (2006) 1553).
- COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES – *Communiquer sur l'Europe par l'internet: faire participer les citoyens*. Bruxelles, 21.12.2007. (SEC (2007) 1742).

Documentos de Arquivo

- COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE. LE CONSEIL; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. LE CONSEIL; COMMUNAUTE

EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. LE CONSEIL – *Compte-rendu de la réunion du Groupe de l'information du 25 juin 1965*. Bruxelles, 5 juillet 1965. (doc T/334/65 (AG)). Acessível nos Arquivos Históricos do Conselho, em Bruxelas: CM2 1965–238.

COMMUNAUTES EUROPEENNES. LE CONSEIL – *Note: objet: Programme d'information 1974-75 de la Commission – débat annuel du Conseil*. Bruxelles, 15.02.1974. Acessível Arquivos Históricos do Conselho Europeu, em Bruxelas: CM2 1974 – 293.

COMMUNAUTES EUROPEENNES. CONSEIL – *Rapport des conseillers de l'information des pays des Communautés européennes au Portugal (1^{er} rapport)*. Lisboa, 10.07.1972. Acessível nos Arquivos Históricos do Conselho, em Bruxelas: CM2 1974–246.

Centres de documentation européenne. Mai 1973. p. 13. Acessível nos Arquivos Históricos da Comissão Europeia em Bruxelas: ACB Bac 120/1990.

Documentos do Jornal Oficial¹⁵⁹³

Novembro 1954

“Haute Autorité: règlement général d'organisation”. *Journal Officiel de la Communauté Européenne du Charbon et de l'Acier*, n.º 21 (24.11.1954), p. 515-517.

“Haute Autorité: règlement intérieur du 5 novembre 1954”. *Journal Officiel de la Communauté Européenne du Charbon et de l'Acier*, n.º 21 (24.11.1954), p. 513-514.(*)

Março 1957

“Résolution relative à l'information de l'opinion publique sur l'activité de la Communauté et plus spécialement de l'Assemblée Commune”. *Journal Officiel de la Communauté Européenne du Charbon et de l'Acier* (11.03.1957), p. 104-105.

Junho 1960

“Résolution relative aux projets de budgets supplémentaires de la Communauté économique européenne et de la Communauté européenne de l'énergie atomique

¹⁵⁹³ Todos os documentos referenciados foram citados ao longo do texto, excepto os que apresentam um (*) no final da referência. Neste caso, não considerámos de relevância incluí-los no texto mas deve ter-se em conta a sua existência.

Nas notas de rodapé, por uma economia de espaço, abreviámos a designação do *Jornal Oficial*. Assim, as referências completas constam apenas desta bibliografia.

pour l'exercice 1960". *Journal Officiel des Communautés Européennes* (02.06.1960), p. 842-843.

Dezembro 1960

“Résolution sur les problèmes de l'information dans les Communautés européennes”. *Journal Officiel des Communautés Européennes* (16.12.1960), p. 1510-1511.

Dezembro 1962

“Résolution sur la politique d'information dans les Communautés européennes”. *Journal Officiel des Communautés Européennes* (14.12.1962), p. 2872.

Fevereiro 1972

“Résolution sur la politique de la jeunesse et l'éducation dans le cadre des Communautés européennes”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*, n.º C 19 (28.02.1972), p. 20-23.

“Résolution sur la politique d'information des Communautés européennes”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*, n.º C 19 (28.02.1972), p. 32-33.

Julho 1974

“Résolution sur le programme d'information 1974/1975 de la Commission des Communautés européennes”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*, n.º C 76 (03.07.1974), p. 26-28.

Abril 1975

“Résolution du Conseil du 14 avril 1975 concernant un programme préliminaire de la Communauté économique européenne pour une politique de protection et d'information des consommateurs”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*, n.º C 92 (25.04.1975), p. 1-16.

Junho 1975

“Résolution sur le programme d'information 1975 et le programme d'information 1975”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*, n.º C 128 (09.06.1975), p. 12.

Março 1977

“Résolution sur la politique de la Communauté européenne concernant la préparation de la première élection du Parlement européen au suffrage universel direct”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*, n.º C 57 (07.03.1977), p. 30.

Junho 1977

“Résolution sur la politique d’information de la Communauté européenne et notamment sur le programme d’information de la Commission pour les élections directes du Parlement européen”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*, n.º C 133 (06.06.1977), p. 36.

“Avis sur la mise en œuvre et le développement futur du programme d’action communautaire relatif à la protection et à l’information des consommateurs”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*, n.º C 152 (29.06.1977), p. 7-12.

Fevereiro 1981

“Résolution sur la politique d’information de la Communauté européenne, de la Commission des Communautés européennes et du Parlement européen”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*. ISSN 0378-7052, n.º C 28 (09.02.1981), p. 74-81.

Abril 1981

“Résolution sur les activités de la jeunesse”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*. ISSN 0378-7052, n.º C 77 (06.04.1981), p. 58-62.

Junho 1981

“Proposition de décision générale CECA de la Commission tendant à établir et rendre accessibles au public les archives historiques de la Communauté européenne du charbon et de l’acier (Communication de la Commission au Conseil le 24 avril 1981)”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*. ISSN 0378-7052, n.º C 132 (02.06.1981), p. 6-8.

“Proposition de règlement (Euratom/CEE) du Conseil tendant à établir et rendre accessibles au public les archives historiques de la Communauté économique européenne et de la Communauté européenne de l’énergie atomique (présentée par la Commission au Conseil le 24 avril 1981)”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*. ISSN 0378-7052, n.º C 132 (02.06.1981), p. 8-10.

“Résolution du Conseil du 19 mai 1981 concernant un deuxième programme de la Communauté économique européenne pour une politique de protection et d’information des consommateurs”. *Journal Officiel des Communautés*

Européennes: communications et informations. ISSN 0378-7052, n.º C 133 (03.06.1981), p. 1-12.

“Résolution sur l’Institut universitaire européen”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*, n.º C 144 (15.06.1981), p. 27-31.

COUR DES COMPTES – “Rapport spécial relatif aux pratiques en usage dans les institutions des Communautés européennes en matière de publication, d’impression et de reproduction des documents”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*. ISSN 0378-7052, n.º C 150 (19.06.1981), p. 1-18.

Dezembro 1981

“Résolution portant avis du Parlement européen sur la communication de la Commission des Communautés européennes au Conseil concernant l’ouverture au public des archives historiques de la Communauté ”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*. ISSN 0378-7052, n.º C 327 (14.12.1981), p. 45-46.

Mai 1982

“Résolution portant avis du Parlement européen sur les propositions de la Commission des Communautés européennes relatives à: I une décision concernant la coordination des activités des États membres et des institutions de la Communautés en vue de l’établissement d’un système communautaire interinstitutionnel d’information: II une décision concernant la coordination des actions des États membres et de la Commission relatives à des activités préliminaires à un programme à long terme portant sur l’utilisation de la télématique dans les systèmes communautaires d’information sur les exportations et les importations ainsi que sur la gestion et le contrôle financier des organisations du marché agricole”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*. ISSN 0378-7052, n.º C 125 (17.05.1982), p. 170-172.

Fevereiro 1983

“Règlement (CEE, EURATOM) n.º 354/83 du Conseil du 1^{er} février 1983 concernant l’ouverture au public des archives historiques de la Communauté économique européenne et de la Communauté européenne de l’énergie atomique”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: législation*. ISSN 0378-7060, n.º L 43 (15.02.1983), p. 1-3.

“Décision n.º 359/83/CECA de la Commission du 8 février 1983 concernant l’ouverture au public des archives historiques de la Communauté européenne du charbon et de

l'acier". *Journal Officiel des Communautés Européennes: législation*. ISSN 0378-7060, n.º L 43 (15.02.1983), p. 14-15.

Março 1983

“Résolution sur la politique d’information des Communautés européennes en ce qui concerne les élections de 1984”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*. ISSN 0378-7052, n.º C 68 (14.03.1983), p. 109-112.

Abril 1984

“Résolution sur la constitution d’une bibliothèque communautaire”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*. ISSN 0378-7052, n.º C 117 (30.04.1984), p. 161-164.

Julho 1984

“Résolution sur la publicité de la gestion communautaire”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*, n.º C 172 (02.07.1984), p. 176-177.

Fevereiro 1985

“Avis sur la proposition de décision du Conseil relative à la coordination des activités des États membres et des institutions de la Communauté en vue de l’établissement d’un système communautaire interinstitutionnel d’information (INSIS)”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*. ISSN 0378-7052, n.º C 44 (15.02.1985), p. 2-4.

Julho 1985

“Avis du Comité économique et social sur la proposition de décision du Conseil relative à l’institution d’un système communautaire d’information sur les accidents dans lesquels sont impliqués des produits de consommation”. *Journal Officiel des Communautés Européennes: communications et informations*. ISSN 0378-7052, n.º C 188 (29.07.1985), p. 9-11.

Janeiro 1987

“Resolução sobre a política de informação da Comunidade Europeia”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 7 (12.01.1987), p. 111-114.

Julho 1988

“Resolução do Conselho de 30 de Junho de 1988 relativa à melhoria do enquadramento das empresas e à promoção do desenvolvimento das empresas, em especial das

pequenas e médias empresas, na Comunidade (88/C/197/04)”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 197 (27.07.1988), p. 6-7.

Fevereiro 1989

“Resolução sobre o controlo da utilização das dotações destinadas à política de informação das Instituições”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 47 (27.02.1989), p. 142-144.

Março 1993

“Um diálogo aberto e estruturado entre a Comissão e os grupos de interesses especiais”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 63 (05.03.1993), p. 2-7.

“Aumentar a transparência do trabalho da Comissão”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 63 (05.03.1993), p. 8-10.

Junho 1993

“Acesso do público aos documentos das instituições: Comunicação ao Conselho, ao Parlamento e ao Comité Económico e Social”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 156 (08.06.1993), p. 5-12.

“Transparência na Comunidade: comunicação ao Conselho, ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 166 (17.06.1993), p. 4-10.

Outubro 1993

“Resolução sobre a política de informação da Comunidade Europeia” *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 268 (04.10.1993), p.192-196.

Dezembro 1993

“Código de conduta em matéria de acesso do público aos documentos do Conselho e da Comissão”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: legislação*. ISSN 1012-9219, n.º L 340 (31.12.1993), p. 41-42.

“Decisão do Conselho, de 20 de Dezembro de 1993, relativa ao acesso do público aos documentos do Conselho”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: legislação*. ISSN 1012-9219, n.º L 340 (31.12.1993), p. 43-44.

Fevereiro 1994

“Decisão da Comissão de 8 de Fevereiro de 1994 relativa ao acesso do público aos documentos da Comissão”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 1012-9219, n.º L 46 (18.02.1994), p. 58-61.

Mai 1994

“Resolução sobre a transparência na Comunidade”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 128 (09.05.1994), p. 475-476.

Novembro 1995

TRIBUNAL DE CONTAS – “Relatório anual relativo ao exercício de 1994”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 303 (14.11.1995), p. 142-144.

Julho 1996

“Resolução sobre o relatório da Comissão sobre o funcionamento futuro das redes de informação e de cooperação no âmbito da política empresarial (COM(95) 0435-C4-0012/96)” *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 211 (22.07.1996), p.145-146.

Dezembro 1996

“Decisão do Conselho de 6 de Dezembro de 1996 que altera a Decisão 93/731/CE relativa ao acesso do público aos documentos do Conselho”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: legislação*. ISSN 1012-9219, n.º L 325 (14.12.1996), p. 19.(*)

Janeiro 1997

“Decisão do Conselho de 9 de Dezembro de 1996 sobre um terceiro programa plurianual para as pequenas e médias empresas (PME) da União Europeia (1997-2000)”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: legislação*. ISSN 1012-9219, n.º L 6 (10.01.1997), p.25-31.

“Resolução sobre a participação dos cidadãos e dos actores sociais no sistema institucional da União Europeia” *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 20 (20.01.1997), p.31-35.

Setembro 1997

“Decisão do Parlamento Europeu de 10 de Julho de 1997 relativa ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: legislação*. ISSN 1012-9219, n.º L 263 (25.09.1997), p. 27-29.

Fevereiro 1998

PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU – “Relatório especial do Provedor de Justiça Europeu ao Parlamento Europeu na sequência do inquérito de iniciativa própria ao acesso público a documentos”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 44 (10.02.1998), p. 9-13.

Mai 1998

“Decisão da Mesa do Parlamento Europeu de 17 de Abril de 1998 que dá a aplicação, no que se refere ao regime que institui uma taxa para o fornecimento de documentos volumosos: Decisão 97/632/CECA, CE, Euratom do Parlamento Europeu e, nomeadamente, ao n.º 1 do seu artigo 3”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: legislação*. ISSN 1012-9219, n.º L 135 (08.05.1998), p. 46.(*)

Junho 1998

“Resolução sobre a política de informação e comunicação na União Europeia”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 167 (01.06.1998), p. 230-236.

Dezembro 1998

TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU – “Relatório especial n.º 23/98 sobre acções de informação e de comunicação conduzidas pela Comissão, acompanhado das respostas da Comissão”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 393 (16.12.1998), p. 47-64.

Abril 1999

“Resolução sobre a Comunicação da Comissão relativa à estratégia de informação sobre o euro (COM(98) 0039 – C4-0125/98)”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 98 (09.04.1999), p. 167-171.

“Resolução sobre a transparência na União Europeia”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 104 (14.04.1999), p. 20-23.

Junho 1999

“Regulamento (CE) n.º 1258/1999 do Conselho de 17 de Maio de 1999 relativo ao financiamento da política agrícola comum”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: legislação*. ISSN 1012-9219, n.º L 160 (26.06.1999), p. 103-112.

Abril 2000

“Regulamento (CE) n.º 814/2000 do Conselho de 17 de Abril de 2000 relativo às acções de informação no domínio da política agrícola comum”. *Jornal Oficial das*

Comunidades Europeias: legislação. ISSN 1012-9219, n.º 100 L (20.04.2000), p. 7-9.

Junho 2000

“Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 177 (27.06.2000), p. 70-73.

Agosto 2000

“Decisão do Secretário-Geral do Conselho/Alto Representante para a política externa e se segurança comum de 27 de Julho de 2000 relativa às medidas de protecção das informações classificadas aplicáveis aos Secretariado-Geral do Conselho”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 239 (23.08.2000), p. 1-5.

“Decisão do Conselho de 14 de Agosto de 2000 que altera a Decisão 93/731/CE, relativa ao acesso do público aos documentos do Conselho, e a Decisão 2000/23/CE, relativa à melhoria da informação sobre as actividades legislativas do Conselho e ao registo público de documentos do Conselho”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: legislação*. ISSN 1012-9219, n.º L 212 (23.08.2000), p. 9-10.

Dezembro 2000

“Carta dos direitos fundamentais da União Europeia”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 364 (18.12.2000), p. 1-22.

Janeiro 2001

“Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Dezembro de 2000 relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: legislação*. ISSN 1012-9219, n.º L 8 (12.01.2001), p. 1-22.

Mai 2001

“Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de Maio de 2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: legislação*. ISSN 1012-9219, n.º L 145 (31.05.2001), p. 43-48.

Junho 2001

“Declaração conjunta relativa ao Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (JO L 145 de 31.05.2001, p. 43)”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: legislação*. ISSN 1012-9219, n.º L 173 (27.06.2001), p. 5.

Novembro 2001

“Decisão do Conselho de 29 de Novembro de 2001 que altera o Regulamento interno do Conselho”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: legislação*. ISSN 1012-9219, n.º L 313 (30.11.2001), p. 40-43.

Dezembro 2001

“Resolução sobre a estratégia de informação e comunicação na UE”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 343 (05.12.2001), p. 185-186.

“Decisão da Mesa relativa ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 374 (29.12.2001), p. 1-6.

“Decisão da Comissão de 5 de Dezembro de 2001 que altera o seu regulamento interno”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: legislação*. ISSN 1012-9219, n.º L 345 (29.12.2001), p. 94-98.

Junho 2002

“Decisão do Parlamento Europeu que adapta o seu Regimento às disposições do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (2001/2135(REG))”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 140 E (13.06.2002), p. 120.

Agosto 2002

“Decisão do Conselho, de 22 de Julho de 2002, que aprova o Regulamento Interno do Conselho”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias: legislação*. ISSN 1012-9219, n.º L 230 (28.08.2002), p. 7-26.

Dezembro 2002

“Proposta de regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CEE, Euratom) n.º 345/83 relativo à abertura ao público dos arquivos históricos da Comunidade Europeia e da Comunidade da Energia Atómica”. *Jornal Oficial das Comunidades*

Europeias: comunicações e informações. ISSN 0257-7771, n.º C 331E (31.12.2002), p. 169-171.

Fevereiro 2003

“Resolução do Parlamento Europeu relativa à comunicação da Comissão sobre um novo quadro de cooperação para as actividades no âmbito da política de informação e comunicação da União Europeia (COM(2001) 354 – C5-0465/2001 – 2001/2192(COS))”. *Jornal Oficial da União Europeia: comunicações e informações*. ISSN 0257-7771, n.º C 47 E (27.02.2003), p. 400-406.

Junho 2003

“Decisão n.º 64/2003 do Comité das Regiões, de 11 de Fevereiro de 2003, relativa ao acesso do público aos documentos do Comité das Regiões”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 160 (28.06.2003), p. 96-99.

Agosto 2003

“Decisão do Comité Económico e Social Europeu, de 1 de Julho de 2003, sobre o acesso do público aos documentos do Comité Económico e Social Europeu”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 205 (14.08.2003), p. 19-23.

Setembro 2003

“Regulamento (CE, Euratom) n.º 1700/2003 do Conselho de 22 de Setembro de 2003 que altera o Regulamento (CEE, Euratom) n.º 358/83 relativo à abertura ao público dos arquivos históricos da Comunidade Económica Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 243 (27.09.2003), p. 1-3.

“Regulamento (CE) n.º 1641/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Julho de 2003, que altera o Regulamento (CEE) n.º 1210/90 do Conselho que institui a Agência Europeia do Ambiente e a Rede Europeia de Informação e de Observação do Ambiente”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 245 (29.09.2003), p. 1-3.

“Regulamento (CE) n.º 1642/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Julho de 2003, que altera o Regulamento (CE) n.º 178/2002 que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 245 (29.09.2003), p. 4-6.

- “Regulamento (CE) n.º 1643/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Julho de 2003, que altera o Regulamento (CE) n.º 1592/2002 que estabelece regras comuns no domínio da aviação civil e cria a Agência Europeia para a Segurança da Aviação”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 245 (29.09.2003), p. 7-9.
- “Regulamento (CE) n.º 1644/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Julho de 2003, que altera o Regulamento (CE) n.º 1406/2002 que institui a Agência Europeia da Segurança Marítima”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 245 (29.09.2003), p. 10-12.
- “Regulamento (CE) n.º 1645/2003 do Conselho, de 18 de Junho de 2003, que altera o Regulamento (CE) n.º 2965/94 que cria um Centro de Tradução dos organismos da União Europeia”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 245 (29.09.2003), p. 13-15.
- “Regulamento (CE) n.º 1646/2003 do Conselho, de 18 de Junho de 2003, que altera o Regulamento (CE) n.º 2667/2000 relativo à Agência Europeia de Reconstrução”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 245 (29.09.2003), p. 16-18.
- “Regulamento (CE) n.º 1647/2003 do Conselho, de 18 de Junho de 2003, que altera o Regulamento (CEE) n.º 2309/93 que estabelece procedimentos comunitários de autorização e fiscalização de medicamentos de uso humano e veterinário e institui uma Agência Europeia de Avaliação dos Medicamentos”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 245 (29.09.2003), p. 19-21.
- “Regulamento (CE) n.º 1648/2003 do Conselho, de 18 de Junho de 2003, que altera o Regulamento (CEE) n.º 1360/90 que institui uma Fundação Europeia para a Formação”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 245 (29.09.2003), p. 22-24.
- “Regulamento (CE) n.º 1649/2003 do Conselho, de 18 de Junho de 2003, que altera o Regulamento (CEE) n.º 1365/75 relativo à criação de uma Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 1417/76”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 245 (29.09.2003), p. 25-27.
- “Regulamento (CE) n.º 1651/2003 do Conselho, de 18 de Junho de 2003, que altera o Regulamento (CEE) n.º 302/93 que institui o Observatório Europeu da Droga e da

Toxicodependência”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 245 (29.09.2003), p. 30-32.

“Regulamento (CE) n.º 1652/2003 do Conselho, de 18 de Junho de 2003, que altera o Regulamento (CE) n.º 1035/97 que institui o Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 245 (29.09.2003), p. 33-35.

“Regulamento (CE) n.º 1654/2003 do Conselho, de 18 de Junho de 2003, que altera o Regulamento (CE) n.º 2062/94 que institui uma Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 245 (29.09.2003), p. 38-40.

“Regulamento (CE) n.º 1655/2003 do Conselho de 18 de Junho de 2003 que altera o Regulamento (CEE) n.º 337/75 que cria um Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 1416/76”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 245 (29.09.2003), p. 41-43.

Março 2004

“Abertura ao público dos arquivos históricos da CEE e da CEEA: resolução legislativa do Parlamento Europeu sobre a proposta de regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CEE, Euratom) n.º 354/83 relativo à abertura ao público dos arquivos históricos da Comunidade Económica Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica”. *Jornal Oficial da União Europeia: comunicações e informações*. ISSN 1725-2482, n.º C 61E (10.03.2004), p. 98-106.

“Resolução do Parlamento Europeu sobre uma estratégia de informação e comunicação para a União Europeia”. *Jornal Oficial da União Europeia: comunicações e informações*. ISSN 1725-2482, n.º C 64 E (12.03.2004), p. 591-599.

Novembro 2005

“Regulamentação da mesa relativa ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu: decisão da mesa de 28 de Novembro de 2001”. *Jornal Oficial da União Europeia: comunicações e informações*. ISSN 1725-2482, n.º C 289 (22.11.2005), p. 6-11.

Abril 2006

“Resolução do Parlamento Europeu sobre a aplicação da estratégia de informação e comunicação para a União Europeia”. *Jornal Oficial da União Europeia: comunicações e informações*. ISSN 1725-2482, n.º C 92 E (20.04.2006), p. 403-407.

Maio 2006

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTOS – “Abertura ao público de documentos e/ou de dossiers abrangidos pelo segredo profissional ou de empresa, mantidos nos arquivos históricos do BEI: aviso aos interessados”. *Jornal Oficial da União Europeia: comunicações e informações*. ISSN 1725-2482, n.º C 114 (16.05.2006), p. 5-6.(*)

Setembro 2006

“Regulamento (CE) n.º 1367/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 6 de Setembro de 2006 relativo à aplicação das disposições da Convenção de Århus sobre o acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente às instituições e órgãos comunitários”. *Jornal Oficial da União Europeia: legislação*. ISSN 1725-2601, n.º L 264 (25.09.2006), p. 13-19.

Dezembro 2006

“Resolução do Parlamento Europeu com recomendações à Comissão sobre o acesso aos textos das Instituições ”. *Jornal Oficial da União Europeia: comunicações e informações*. ISSN 1725-2482, n.º C 293 E (02.12.2006), p. 151-152.

Organigramas

COMMUNAUTES EUROPEENNES. COMMISSION – *Organigramme de la Commission des Communautés Européennes*. Luxembourg. OPOCE, 1977.
COMMUNAUTES EUROPEENNES. COMMISSION – *Organigramme de la Commission des Communautés Européennes: Septembre 1978*. Luxembourg. OPOCE, 1978. ISBN 92-825-0487-5.

COMMUNAUTES EUROPEENNES. COMMISSION – *Organigramme de la Commission des Communautés Européennes: Septembre 1979*. Luxembourg. OPOCE, 1979. ISBN 92-825-1392-0.

COMMUNAUTES EUROPEENNES. COMMISSION – *Organigramme de la Commission des Communautés Européennes: juin 1985*. Luxembourg. OPOCE, 1985. ISBN 92-825-5134-2.

COMUNIDADES EUROPEIAS. COMISSÃO – *Organigrama da Comissão das Comunidades Europeias: Janeiro de 1988*. Luxemburgo: SPOCE, 1988. ISBN 92-825-8028-8.

COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES. DIRECTION GENERALE DE LA COMMUNICATION – *Organigramme de la Direction Générale de la Communication* [em linha]. [Acedido 20.09.2006]. Disponível na WWW: <http://ec.europa.eu/dgs/communication/pdf/organigramme_en.pdf>.

COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES. DIRECTION GENERALE PRESSE ET COMMUNICATION – *Organigramme de la Direction Générale Presse et Communication* [em linha]. [Acedido 15.04.2005]. Disponível na WWW: <http://europa.eu.int/comm/dgs/press_communication/pdf/organigramme_fr.pdf>.

Relatórios sobre o acesso aos documentos¹⁵⁹⁴

Parlamento Europeu

Relatório anual de 2005 sobre o acesso do público aos documentos (Regulamento (CE) n.º 1049/2001 – artigo 17.º): (em conformidade com o disposto no n.º 7 do artigo 97.º do Regimento do Parlamento) [em linha]. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW: <http://www.europarl.europa.eu/register/pdf/FINAL_605496_1_PT.pdf>.

Relatório anual de 2006 sobre o acesso do público aos documentos (Regulamento (CE) n.º 1049/2001 – artigo 17.º): (em conformidade com o disposto no n.º 7 do artigo 97.º do Regimento do Parlamento) [em linha]. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW: <http://www.europarl.europa.eu/register/pdf/605496_1_PT-final.pdf>.

Conselho na União Europeia

Report on the implementation of the Council decision on public access to Council documents: (July 1996) [em linha]. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/register7.pdf>>.

Second report drawn up by the Secretary-General of the Council on the implementation of the Council decision on public access to Council documents (1996-1997) [em linha], Junho 1998. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW: <<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/register6.pdf>>.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. SECRETARY-GENERAL OF THE COUNCIL – *Third report on the implementation of Council Decision 93/731/EC on access to Council documents (1998-1999)* [em linha], 22.12.2000. [Acedido

¹⁵⁹⁴ Ordenação cronológica por instituição.

- 30.11.2007]. Disponível na WWW:
<<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/132750EN.pdf>>.
- COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2002* [em linha], Abril 2003. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW:
<<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/EN-AR-02.pdf>>.
- COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2003* [em linha], Abril 2004. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW:
<<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/RapAnCons.en03.pdf>>.
- COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2004* [em linha], Maio 2005. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW:
<<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/new08896.en05INT.pdf>>.
ISBN 92-824-3138-X.
- COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2005* [em linha], Outubro 2006. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW:
<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/librairie/PDF/ENCounAnnRep_acces05.pdf>. ISBN 92-824-3264-5.
- COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. GENERAL SECRETARIAT – *Council annual report on access to documents: 2006* [em linha], Abril 2007. [Acedido 30.11.2007]. Disponível na WWW:
<<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/ENacces2006int.pdf>>. ISBN 978-92-824-2207-6.

Comissão Europeia

- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relatório da Comissão sobre a aplicação em 2002 do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, Conselho e da Comissão*. Bruxelas, 29.04.2003. (COM (2003) 216 final).
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relatório da Comissão sobre a aplicação dos princípios do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do*

público aos documentos do Parlamento Europeu, Conselho e da Comissão.
Bruxelas, 30.01.2004. (COM (2004) 45 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relatório da Comissão sobre a aplicação em 2003 do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, Conselho e da Comissão.*
Bruxelas, 30.04.2004. (COM (2004) 347 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relatório da Comissão sobre a aplicação em 2004 do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, Conselho e da Comissão.*
Bruxelas, 29.07.2005. (COM (2005) 348 final).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relatório da Comissão sobre a aplicação em 2005 do Regulamento (CE) n.º 1049/2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão.*
Bruxelas, 24.09.2007. (COM (2007) 548 final).

Relatórios gerais das actividades das instituições europeias

Relatórios gerais da CECA

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *Troisième rapport général sur l'activité de la Communauté (12 avril 1954-10 avril 1955).* Luxembourg: [s. n.], 1955.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *Quatrième rapport général sur l'activité de la Communauté (11 avril 1955-8 avril 1956).* Luxembourg: [s. n.], 1956.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *Cinquième rapport général sur l'activité de la Communauté (9 avril 1956-13 avril 1957).* Luxembourg: [s. n.], 1957.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *Sixième rapport général sur l'activité de la Communauté: la politique de la Haute Autorité.* Luxembourg: [s. n.], 1958.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *Septième rapport général sur l'activité de la Communauté.* Luxembourg: [s. n.], 1959.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *Huitième rapport général sur l'activité de la Communauté: (1^{er} février 1959-31 janvier 1960)*. Luxembourg: [s. n.], 1960.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *Neuvième rapport général sur l'activité de la Communauté: (1^{er} février 1960-31 janvier 1961)*. Luxembourg: [s. n.], 1961.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *Dixième rapport général sur l'activité de la Communauté: (1^{er} février 1961-31 janvier 1962)*. Luxembourg: [s. n.], 1962.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *12^{ème} rapport général sur l'activité de la Communauté: (1^{er} février 1963-31 janvier 1964)*. Luxembourg: [s. n.], 1964.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER. HAUTE AUTORITE – *13^{ème} rapport général sur l'activité de la Communauté: (1^{er} février 1964-31 janvier 1965)*. Luxembourg: [s. n.], 1965.

Relatórios gerais da CEE

COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE. COMMISSION – *Premier rapport général sur l'activité de la Communauté (1^{er} janvier 1958-17 septembre 1958)*. Bruxelles: [s. n.], 1958.

COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE. COMMISSION – *Quatrième rapport général sur l'activité de la Communauté (16 mai 1960-30 avril 1961)*. Bruxelles: [s. n.], 1961.

COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE. COMMISSION – *Cinquième rapport général sur l'activité de la Communauté (1^{er} mai 1961-30 avril 1962)*. Bruxelles: [s. n.], 1962.

COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE. COMMISSION – *Sixième rapport général sur l'activité de la Communauté (1^{er} mai 1962-31 mars 1963)*. Bruxelles: CEE, 1963.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Cinquième rapport général sur l'activité des Communautés européennes en 1971*. Bruxelles; Luxembourg: [s. n.], 1972.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER;
COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE
EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Sixième rapport
général sur l'activité des Communautés européennes en 1972*. Bruxelles;
Luxembourg: [s. n.], 1973.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER;
COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE
EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Septième rapport
général sur l'activité des Communautés européennes en 1973*. Bruxelles;
Luxembourg: [s. n.], 1974.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER;
COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE
EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Huitième rapport
sur l'activité des Communautés européennes en 1974*. Luxembourg: OPOCE, 1975.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER;
COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE
EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Neuvième rapport
sur l'activité des Communautés européennes en 1975*. Luxembourg: OPOCE, 1976.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER;
COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE
EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Dixième rapport
sur l'activité des Communautés européennes en 1976*. Luxembourg: OPOCE, 1977.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER;
COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE
EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Onzième rapport
sur l'activité des Communautés européennes en 1977*. Luxembourg: OPOCE, 1978.
ISBN 92-825-0015-2.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER;
COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE
EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Douzième rapport
sur l'activité des Communautés européennes en 1978*. Luxembourg: OPOCE, 1979.
ISBN 92-825-0801-3.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER;
COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE

EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Treizième rapport sur l'activité des Communautés européennes en 1979*. Luxembourg: OPOCE, 1980. ISBN 92-825-1603-2.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Quatorzième rapport sur l'activité des Communautés européennes en 1980*. Luxembourg: OPOCE, 1981. ISBN 92-825-2198-2.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Quinzième rapport sur l'activité des Communautés européennes en 1981*. Luxembourg: OPOCE, 1982. ISBN 92-825-2812-X.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Seizième rapport sur l'activité des Communautés européennes en 1982*. Luxembourg: OPOCE, 1983. ISBN 92-825-3426-X.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Dix-septième rapport sur l'activité des Communautés européennes en 1983*. Luxembourg: OPOCE, 1984. ISBN 92-825-4190-8.

COMMUNAUTE EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER; COMMUNAUTE ECONOMIQUE EUROPEENNE; COMMUNAUTE EUROPEENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE. COMMISSION – *Dix-huitième rapport sur l'activité des Communautés européennes en 1984*. Luxembourg: OPOCE, 1985. ISBN 92-825-4859-7.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Décimo nono relatório geral sobre a actividade das Comunidades Europeias: 1985*. Luxemburgo: SPOCE, 1986. ISBN 92-825-5785-5.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *XXI Relatório geral sobre a actividade das Comunidades Europeias: 1987*. Luxemburgo: SPOCE, 1988. ISBN 92-825-7786-4.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *XXII Relatório geral sobre a actividade das Comunidades Europeias: 1988*. Luxemburgo: SPOCE, 1989. ISBN 92-825-9352-5.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *XXIII Relatório geral sobre a actividade das Comunidades Europeias: 1989*. Luxemburgo: SPOCE, 1990. ISBN 92-826-1106-X.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *XXIV Relatório geral sobre a actividade das Comunidades Europeias: 1990*. Luxemburgo: SPOCE, 1991. ISBN 92-826-2180-4.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *XXV Relatório geral sobre a actividade das Comunidades Europeias: 1991*. Luxemburgo: SPOCE, 1992. ISBN 92-826-3781-6.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *XXVI Relatório geral sobre a actividade das Comunidades Europeias: 1992*. Luxemburgo: SPOCE, 1993. ISBN 92-826-5344-7.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *XXVII Relatório geral sobre a actividade das Comunidades Europeias: 1993*. Luxemburgo: SPOCE, 1994. ISBN 92-826-7191-7.

COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 1994*. Luxemburgo: SPOCE, 1995. ISBN 92-826-9444-5.

COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 1995*. Luxemburgo: SPOCE, 1996. ISBN 92-827-5901-6.

COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 1996*. Luxemburgo: SPOCE, 1997. ISBN 92-827-9426-1.

COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 1997*. Luxemburgo: SPOCE, 1998. ISBN 92-828-2449-7.

COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 1998*. Luxemburgo: SPOCE, 1999. ISBN 92-828-4928-7.

COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 2000*. Luxemburgo: SPOCE, 2001. ISBN 92-894-0356-X.

COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 2001*. Luxemburgo: SPOCE, 2002. ISBN 92-894-1957-1.

COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 2002*. Luxemburgo: SPOCE, 2003. ISBN 92-894-4692-7.

COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia: 2005*. Luxemburgo: SPOCE, 2006. ISBN 92-79-00595-2.

Relatórios do Parlamento Europeu¹⁵⁹⁵

ADONNINO, Pietro – *L'Europe des citoyens: rapports du comité ad hoc*. Luxembourg: OPOCE. 1985. ISBN 92-825-5638-7.

AIGNER, Heinrich – *Rapport fait au nom de la Commission du contrôle budgétaire sur les aspects du contrôle budgétaire relatifs aux bureaux de presse et d'information de la Communauté européenne*. Parlement Européen, 03.04.1986. (Document A2-11/86).

AIGNER, Heinrich – *Relatório em nome da Comissão do Controlo Orçamental sobre os aspectos do controlo orçamental relativo aos serviços de imprensa e de informação da Comunidade Europeia*. Parlamento Europeu, 03.04.1986. (Document A2-11/86).¹⁵⁹⁶

ANASTASSOPOULOS, M. G. – *Une politique d'information pour le Parlement européen*. 21. 03. 1995. (PE 188.290/BUR/REV).(*)

ANDENNA, Ettore Giovanni – *Relatório elaborado em nome da Comissão do Controlo Orçamental sobre o controlo da utilização das dotações destinadas à política de informação das instituições*. Luxemburgo: SPOCE, 09.12.1988. ISBN 92-77-44338-3. (Documento A2-0296/88).

ANDREASEN, Ole – *Relatório relativo à Comunicação da Comissão sobre um novo quadro de cooperação para as actividades no âmbito da política de informação e comunicação da União Europeia*. Parlamento Europeu, 25.02.2002. (A5-0051/2002)

BAGET-BOZZO, Gianni – *Rapport fait au nom de la commission de la jeunesse, de la culture, de l'éducation, de l'information et des sports sur la politique d'information de la Communauté européenne*. Luxembourg: OPOCE, 06.10.1986. ISBN 92-77-17738-1. (PE DOC A 2-111/86).

BAYONA DE PEROGRADO, Juan José – *Relatório sobre uma estratégia de informação e comunicação para a União Europeia*. Parlamento Europeu, 21.02.2003. (A5-0053/2003).

BEUMER, Bouke – *Rapport fait au nom de la commission de la jeunesse, de la culture, de l'éducation, de l'information et des sports sur la politique d'information des*

¹⁵⁹⁵ Ordenação alfabética pelo último apelido do relator.

¹⁵⁹⁶ É um resumo da versão francesa.

- Communautés européennes pour les élections directes de 1984.* Parlement Européen, 14.01.1983. (Document 1-1058/82).
- BROEKSZ, Jan B. – *Rapport fait au nom de la Commission des affaires culturelles et de la jeunesse sur le programme d'information 1974-1975 de la Commission des Communautés européennes.* Parlement Européen, 27.05.1974. (Document 106/74).
- CARBONI, Enrico – *Rapport fait au nom de la Commission des affaires politiques et des relations extérieures de la Communauté sur les relations avec la presse et l'information de l'opinion publique en ce qui concerne l'activité et les objectifs de la Communauté.* Assemblée Commune de la Communauté Européenne du Charbon et de l'Acier, février 1957. (Document 10).
- CASHMAN, Michael – *Relatório com recomendações à Comissão sobre o acesso aos textos das instituições.* Parlamento Europeu, 15.03.2006. (A6-0052/2006).
- DUVERGER, Maurice – *Relatório da Comissão dos Assuntos Institucionais sobre a transparência na Comunidade.* Luxemburgo: SPOCE, 21.03.1994. (Documento A3-0153/94). ISBN 92-77-67400-8.
- HÄNSCH, Klaus – *Proposition de résolution déposée par M. Klaus Hänsch au nom du groupe socialiste conformément à l'article 47 du Règlement sur une meilleure politique de l'information de la Communauté.* Parlement Européen, 24.11.1983. (Document 1-1103/83).
- HERMAN, Fernand H. J. – *Relatório elaborado em nome da Comissão do Regimento da Verificação de Poderes e das Imunidades sobre um regulamento interno destinado a garantir a confidencialidade de determinados documentos.* Luxemburgo: SPOCE, 1988. ISBN 92-77-44286-7. (Documento A2-280/88).
- HERRERO-TEJEDOR, Luis – *Relatório sobre o Livro Branco sobre uma política de comunicação europeia.* Parlamento Europeu, 16.10.2006. (FinalA6-0365/2006).
- HERRERO-TEJEDOR, Luis Francisco – *Relatório sobre a aplicação da estratégia de informação e comunicação para a União Europeia.* Parlamento Europeu, 26.04.2005. (A6-0111/2005).
- HOUARDY, Norbert – *Rapport fait au nom de la commission politique sur la politique de la jeunesse et de l'éducation dans le cadre des Communautés européennes.* Parlement Européen, 02.02.1972. (Document 232/71).
- JANSSEN, M. M. A. A. – *Rapport fait au nom de la Commission de l'Administration de l'Assemblée Parlementaire européenne et du Budget des Communautés sur les projets de budget supplémentaires relatifs au service commun de presse et*

- d'information des Communautés européennes pour l'exercice 1960*. Parlement Européen, 17.05.1960. (Document 37).
- LÖÖW, Maj-Lis – *Relatório sobre a transparência na União Europeia*. Parlamento Europeu, 08.12.1998. (A4-0476/98).
- MAIJ-WEGGEN, Hanja – *Relatório sobre a adaptação do Regulamento (CE) n.º 1949/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o acesso do público aos documentos*. Parlamento Europeu, 15.10.2001. (A5-0349/2001).
- MARCK, Pol – *Rapport fait au nom de la commission de la jeunesse, de la culture, de l'éducation, de l'information et des sports sur la publicité de la gestion communautaire*. Parlement Européen, 1984. (Document 1-223/84).
- OOSTLANDER, Arie – *Relatório da Comissão para a Cultura, a Juventude, a Educação e os Meios de Comunicação Social sobre a política de informação da Comunidade Europeia*. Luxemburgo: SPOCE, 14.07.1993. ISBN 92-77-59082-3. (Documento A3-238/93).
- OREJA ARBURÚA, Marcelino – *Relatório sobre a proposta de regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CEE, Euratom) n.º 354/83 relativo à abertura ao público dos arquivos históricos da Comunidade Económica Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica*. Parlamento Europeu, 19.02.2003. (Final A5-0035/2003).
- PETERSEN, Kristen Helveg – *Rapport fait au nom de la Commission des affaires culturelles et de la jeunesse sur le programme d'information 1975 e le programme supplémentaire d'information 1975*. Parlement Européen, 5.05.1975. (Document 45/75).
- PEX, Peter – *Rapport sur la politique d'information et de communication dans l'Union européenne*. Parlement Européen. 05.05.1998. (A4-0115/98).
- POHER, Alain – *Rapport sur l'organisation à donner à l'Assemblée Commune pour rendre plus efficace son action dans le cadre des dispositions actuelles du Traité*. Assemblée Commune de la Communauté Européenne du Charbon et de l'Acier, novembre 1955. (Document 2).
- SARIDAKIS – *Relatório da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e da Política Industrial sobre o papel, a independência e o dever de informação dos órgãos da UEM*. Luxemburgo: SPOCE, 03.03.1994. ISBN 92-77-66911-X. (Documento A3-0132/94).

SCHALL, Wolfgang – *Rapport fait au nom de la commission de la jeunesse, de la culture, de l'éducation, de l'information et des sports sur la politique d'information de la Communauté européenne, de la Commission des Communautés européennes et du Parlement européen*. Parlement Européen, 04.12.1980. (Document 1-596/80).

SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Rapport Complémentaire au nom de la Commission politique sur le fonctionnement des services d'information des Communautés européennes*. Parlement Européen, 22.11.1962. (Document 115).

SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Rapport complémentaire présenté au nom de la Commission des affaires politiques et des questions institutionnelles sur les problèmes de l'information dans les Communautés européennes*. Parlement Européen, 23.11.1960. (Document 99).

SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Rapport fait au nom de la Commission des affaires politiques et des questions institutionnelles sur les problèmes de l'information dans les Communautés européennes*. Parlement Européen, 18.11.1960. (Document 89).

SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Rapport fait au nom de la Commission politique sur le fonctionnement des services d'information des Communautés européennes*. Parlement Européen, 14.11.1962. (Document 103).

SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Rapport fait au nom de la commission politique sur la politique d'information des Communautés européennes*. Parlement Européen, 07.02.1972. (Document 246/71).

SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Rapport fait au nom de la commission politique sur la politique de la Communauté européenne et notamment sur le programme d'information de la Commission pour les élections directes du Parlement européen*. Parlement Européen, 1977. (Document 93/77).

SCHUIJT, Wilhelmus J. – *Rapport intérimaire fait au nom de la commission politique sur la politique de la Communauté européenne concernant la préparation de la première élection du Parlement européen au suffrage universel directe*. Parlement Européen, 27.01.1977. (Document 526/76).

SCHWENCKE, Olaf – *Rapport fait au nom de la commission de la jeunesse, de la culture, de l'éducation, de l'information et des sports sur la communication de la Commission des Communautés européennes au Conseil (doc 1-237/81) concernant l'ouverture au public des archives historiques de la Communauté*. Parlement Européen, 30.09.1981. (Document 1-542/81).

SCHWENCKE, Olaf – *Rapport fait au nom de la commission de la jeunesse, de la culture, de l'éducation, de l'information et des sports sur la constitution d'une bibliothèque communautaire: partie A: proposition de résolution*. Parlement Européen, 15.03.1984. (Document 1-1524/83/A).

SCHWENCKE, Olaf – *Rapport fait au nom de la commission de la jeunesse, de la culture, de l'éducation, de l'information et des sports sur la constitution d'une bibliothèque communautaire: partie B: exposé des motifs*. Parlement Européen, 26.03.1984. (Document 1-1524/83/B).

LISTA DE ACRÓNIMOS

BCE:	Banco Central Europeu
CDE:	Centro de Documentação Europeia
CECA:	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CED:	Comunidade Europeia de Defesa
CEE:	Comunidade Económica Europeia
CIDE:	Centro de Informação e Documentação Europeia
DG COMM:	Direcção-Geral da Comunicação
DG Press:	Direcção-Geral da Imprensa e Comunicação
DG RELEX:	Direcção Geral das Relações Exteriores
DG X:	Direcção-Geral X
FEOGA:	Fundo Europeu de Garantia Agrícola
GII:	Grupo Interinstitucional para a Informação
IME:	Instituto Monetário Europeu
PESC:	Política Externa e de Segurança Comum
PRINCE:	Programa de Informação dos Cidadãos Europeus
SCAD:	Sistema Comunitário de Acesso à Documentação
SPOCE:	Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias
TIC:	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UE:	União Europeia
UEM:	União Económica e Monetária

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA I-1: Modelo simplificado de um sistema político, segundo David Easton.....	52
FIGURA I-2: Esquema da metodologia quadripolar de investigação aplicada	65
FIGURA II-1: Esquema para a transformação dos sistemas de informação em redes de informação.....	85
FIGURA II-2: Componentes das políticas de informação e suas inter-relações segundo Nick Moore (1991).....	98
FIGURA II-3: Mapa conceptual do campo da política de informação (1985-1996), segundo Ian Rowlands.....	103
FIGURA II-4: Processo de transferência da informação, segundo Mairéad Brown.....	107
FIGURA II-5: Esfera de acção da política de informação e inter-relações com outras áreas, segundo Rehman	112
FIGURA II-6: Modelo para a hierarquia do conhecimento, segundo David Bawden...	126
FIGURA II-7: Fins e âmbitos disciplinares dos estudos sobre políticas de informação segundo Eileen M. Trauth	129
FIGURA II-8: Modelo processual de abordagem às políticas de informação segundo Ian Rowlands	136
FIGURA III-1: Uma política de informação bipolar	174
FIGURA III-2: Estrutura do Serviço Comum de Imprensa e Informação em 1963.....	185
FIGURA III-3: Organigrama da Direcção-Geral de Imprensa e Informação de acordo com as alterações feitas em 5 de Maio de 1971	205
FIGURA IV-1: Organigrama da Direcção-Geral de Informação em Janeiro de 1973...	216
FIGURA IV-2: Níveis de informação e procedimentos.....	222
FIGURA IV-3: Organigrama da Direcção-Geral de Informação em 1977	239
FIGURA IV-4: Organigrama da Direcção-Geral de Informação em 1978.....	242
FIGURA IV-5: Organigrama da Direcção-Geral de Informação em 1979.....	243
FIGURA VI-1: Os três pilares do Tratado de Maastricht	292
FIGURA VI-2: Categorias de informação e responsabilidade orgânica	310
FIGURA VI-3: Intervenientes institucionais na política de informação e comunicação em 1993	311
FIGURA VII-1: Meios e instrumentos das actividades de informação e comunicação em 2001	352
FIGURA VII-2: Nova estratégia de informação e comunicação para a União Europeia	360
FIGURA VII-3: Esquema de acção para a nova estratégia de informação e comunicação para a União Europeia proposto pela Comissão em Julho de 2002	361
FIGURA VII-4: Cronograma do plano de acção para a nova estratégia de informação e comunicação para a União Europeia proposto pela Comissão em Julho de 2002	364
FIGURA VII-5: Coordenação da estratégia de comunicação em 2005	377
FIGURA VII-6: Nova abordagem: a comunicação ao serviço dos cidadãos.....	386
FIGURA VIII-1: Componentes da transparência em 1994	413
FIGURA VIII-2: As vertentes da transparência	422
FIGURA VIII-3: Os benefícios da transparência	423
FIGURA VIII-4: Fluxograma do processamento dos pedidos iniciais e dos pedidos confirmativos de acordo com o Regulamento CE n.º 1049/2001	432
FIGURA IX-1: Página do portal EUROPA sobre Documentos da União Europeia	477

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO IX-1: Pedidos de acesso aos documentos do Conselho entre 1994-1999....	468
GRÁFICO IX-2: Evolução dos pedidos iniciais de acesso aos documentos da Comissão	478
GRÁFICO IX-3: Pedidos de acesso iniciais aos documentos e acessos concedidos pelo Conselho 2002-2006	487
GRÁFICO IX-4: Percentagem de documentos fornecidos ao público pelo Conselho 2002-2006, decorrentes de pedidos iniciais e confirmativos	488
GRÁFICO XI-1: Entidades hospedeiras dos CDE (Q1A-2; Q1B-2).....	524
GRÁFICO XI-2: Âmbito dos CDE (Q1A-3; Q1B-3)	525
GRÁFICO XI-3: Localização física dos CDE (Q1A-4; Q1B-4).....	527
GRÁFICO XI-4: Adequação da localização física dos CDE (Q1A-5;Q1B-5)	528
GRÁFICO XI-5: Comparação entre a localização e a adequação da localização física dos CDE (Q1A-4/5; Q1B-4/5)	528
GRÁFICO XI-6: Tipo de acesso à Internet disponibilizado aos utilizadores dos CDE (Q1A-37; Q1B-33).....	539
GRÁFICO XI-7: Existência de Intranet no CDE (Q1A-15; Q1B-11)	540
GRÁFICO XI-8: Existência de Internet sem fios nos CDE (Q1A-16; Q1B-12)	541
GRÁFICO XI-9: Acessibilidade da Internet sem fios (Q1A-16; Q1B-12).....	542
GRÁFICO XI-10: CDE com página na Internet (Q1A-17; Q1B-13)	543
GRÁFICO XI-11: Frequência da actualização da página na Internet (Q1A-18; Q1B-14)	545
GRÁFICO XI-12: Responsabilidade pela manutenção da página na Internet na média da UE (Q1A-19/20; Q1B-15/16)	546
GRÁFICO XI-13: Responsabilidade da manutenção técnica da página na Internet (Q1A-20; Q1B-16)	547
GRÁFICO XI-14: Conteúdos disponíveis nas páginas na Internet dos CDE (Q1A-21; Q1B-17)	547
GRÁFICO XI-15: Informação que os utilizadores consideram pertinente existir na página na Internet do CDE onde responderam ao inquérito (Q2-33).....	549
GRÁFICO XI-16: Opinião dos CDE sobre a sua relação com a DG COMM (Q1A-34; Q1B-30)	551
GRÁFICO XI-17: Apoio recebido pelos CDE da DG COMM (Q1A-35; Q1B-31).....	553
GRÁFICO XI-18: Redes de informação nas quais os CDE participam (Q1A-38; Q1B-34)	555
GRÁFICO XI-19: CDE que declaram fazer parte de rede(s) de informação mas não especificam as actividades concretizada nesse âmbito (Q1A-39; Q1B-35)	557
GRÁFICO XI-20: Percentagem de documentos publicados pelas instituições da UE na colecção dos CDE (Q1A-23; Q1B-19)	560
GRÁFICO XI-21: CDE sem documentos não publicados pelas instituições europeias (Q1A-24; Q1B-20).....	561
GRÁFICO XI-22: Tipos de documentos não publicados pelas instituições da UE disponíveis nos CDE (Q1A-24;Q1B-20)	563
GRÁFICO XI-23: Informação sobre o número total de utilizadores do CDE em 2006 (Q1A-40; Q1B-36).....	565

GRÁFICO XI-24: Evolução do número de utilizadores do CDE nos últimos 24 meses (Q1A-41; Q1B-37).....	567
GRÁFICO XI-25: Habilitações escolares/académicas concluídas dos utilizadores dos CDE (Q2-4).....	574
GRÁFICO XI-26: Actividades dos utilizadores dos CDE (Q2-3).....	575
GRÁFICO XI-27: Distribuição dos utilizadores dos CDE segundo a faixa etária na média da UE (Q2-2).....	576
GRÁFICO XI-28: Distribuição dos utilizadores dos CDE segundo o sexo na média da UE (Q2-1).....	577
GRÁFICO XI-29: Distribuição dos estudantes de matérias europeias segundo o sexo (Q3-1).....	577
GRÁFICO XI-30: Realização inquéritos aos utilizadores dos CDE (Q1A-43; Q1B-39).....	578
GRÁFICO XI-31: Temas dos inquéritos realizados aos utilizadores dos CDE (Q1A-43; Q1B-39).....	579
GRÁFICO XI-32: Aplicação dos elementos recolhidos nos inquéritos aos utilizadores (Q1A-44; Q1B-40).....	580
GRÁFICO XI-33: Serviços oferecidos pelo CDE aos utilizadores (Q1A-36; Q1B-32)	585
GRÁFICO XI-34: Actividades de dinamização realizadas pelo CDE nos últimos 24 meses (Q1A-47; Q1B-43).....	585
GRÁFICO XI-35: Organização de actividades de formação de utilizadores nos últimos 24 meses no CDE (Q1A-45; Q1B-41).....	586
GRÁFICO XI-36: Periodicidade da formação de utilizadores realizada nos CDE, na média europeia (Q1A-46; Q1B-42).....	587
GRÁFICO XI-37: Forma de conhecimento da existência do CDE por parte dos utilizadores (Q2-14).....	589
GRÁFICO XI-38: Motivos para a presença dos utilizadores no CDE (Q2-15).....	591
GRÁFICO XI-39: Frequência de utilização do CDE por parte dos utilizadores (Q2-16).....	592
GRÁFICO XI-40: Frequência regular de outras bibliotecas ou centros de documentação por parte dos utilizadores dos CDE (Q2-17).....	593
GRÁFICO XI-41: Frequência regular de outras bibliotecas ou centros de documentação por parte dos estudantes de matérias europeias (Q3-10).....	594
GRÁFICO XI-42: Conhecimento de outras unidades de informação europeia por parte dos utilizadores dos CDE (Q2-18).....	597
GRÁFICO XI-43: Utilizadores que indicaram já ter estado noutras unidades de informação europeia (Q2-19).....	599
GRÁFICO XII-1: Opinião dos utilizadores dos CDE acerca da integração do seu país na UE (Q2-7).....	605
GRÁFICO XII-2: Opinião dos utilizadores dos CDE acerca do acesso a informação sobre a UE por parte do público em geral (Q2-6).....	607
GRÁFICO XII-3: Opinião dos utilizadores dos CDE acerca do facto de serem pessoas bem informadas sobre a UE (Q2-8).....	608
GRÁFICO XII-4: Áreas onde o acesso a informação sobre a UE é importante para os utilizadores dos CDE (Q2-9).....	609
GRÁFICO XII-5: Áreas onde o acesso a informação sobre a UE é importante para os estudantes de matérias europeias (Q3-7).....	610
GRÁFICO XII-6: Opinião dos estudantes de matérias europeias sobre o facto de o acesso aos documentos das instituições europeias constituírem uma das vertentes da política de abertura e transparência da UE (Q3-28).....	611

GRÁFICO XII-7: Intencionalidade subjacente ao acesso à informação europeia por parte dos utilizadores dos CDE (Q2-13).....	612
GRÁFICO XII-8: Frequência de acesso a informação europeia por parte dos utilizadores dos CDE nos últimos 24 meses (Q2-12).....	613
GRÁFICO XII-9: As três situações mais comuns para os utilizadores procurarem informação sobre a UE, na opinião dos responsáveis dos CDE (Q1A-30; Q1B-26)	616
GRÁFICO XII-10: Situações que motivam os utilizadores a procurar informação sobre a UE (Q2-25)	616
GRÁFICO XII-11: Situações que motivam os estudantes de matérias europeias a procurar informação sobre a UE (Q3-9).....	617
GRÁFICO XII-12: Razões que dificultam o acesso a informação adequada às necessidades dos utilizadores segundo opinião dos responsáveis dos CDE (Q1A-27; Q1B-23)	634
GRÁFICO XII-13: Razões que dificultam o acesso a informação adequada às suas necessidades segundo a opinião dos utilizadores dos CDE (Q2-22)	634
GRÁFICO XII-14: Razões que dificultam o acesso a informação adequada às suas necessidades segundo a opinião dos estudantes de matérias europeias (Q3-19)..	635
GRÁFICO XII-15: Razões que facilitam o acesso a informação sobre a UE adequada aos utilizadores segundo a opinião dos responsáveis dos CDE (Q1A-28; Q1B-24) ..	641
GRÁFICO XII-16: Razões que facilitam o acesso a informação sobre a UE adequada às suas necessidades segundo a opinião dos utilizadores dos CDE (Q2-23)	641
GRÁFICO XII-17: Razões que facilitam o acesso a informação sobre a UE adequada às suas necessidades segundo a opinião dos estudantes de matérias europeias (Q3-20)	642
GRÁFICO XII-18: Os três aspectos mais valorizados pelos utilizadores no acesso à informação segundo a opinião dos responsáveis dos CDE (Q1A-29; Q1B-25)...	646
GRÁFICO XII-19: Os três aspectos mais valorizados pelos utilizadores no acesso à informação sobre a UE (Q2-24).....	647
GRÁFICO XII-20: Os três aspectos mais valorizados pelos estudantes de matérias europeias no acesso à informação sobre a UE (Q3-19)	649
GRÁFICO XII-21: Os dois melhores meios para obter informação sobre a UE na opinião dos utilizadores dos CDE (Q2-10).....	650
GRÁFICO XII-22: Os dois melhores meios para obter informação geral e quotidiana sobre a UE na opinião dos estudantes de matérias europeias (Q3-8)	652
GRÁFICO XII-23: As duas melhores fontes para obter informação sobre a UE na opinião dos utilizadores dos CDE (Q2-11).....	653
GRÁFICO XII-24: As duas fontes de informação sobre a UE mais fiáveis e objectivas na opinião dos estudantes de matérias europeias (Q3-17).....	654
GRÁFICO XII-25: Primeira fonte de informação onde os alunos de matérias europeias iriam pesquisar para obter um livro publicado em 2005	655
GRÁFICO XII-26: Recurso a bases de dados para aceder a informação sobre a UE por parte dos utilizadores dos CDE (Q2-26).....	666
GRÁFICO XII-27: Recurso a bases de dados para aceder a informação sobre a UE por parte dos estudantes de matérias europeias (Q3-24).....	666
GRÁFICO XII-28: Modalidades de acesso a bases de dados com informação sobre a UE por parte dos utilizadores dos CDE (Q2-27)	667
GRÁFICO XII-29: Modalidades de acesso a bases de dados com informação sobre a UE por parte dos estudantes de matérias europeias (Q3-25)	668

GRÁFICO XII-30: Formas de acesso às bases de dados de informação europeia, nos CDE (Q1A-32; Q1B-28)	669
GRÁFICO XII-31: Utilização correcta de algumas bases de dados de informação sobre a UE por parte de alunos de matérias europeias (Q3-27)	679
GRÁFICO XII-32: As bases de dados mais utilizadas nos CDE para responder às necessidades dos utilizadores (Q1A-31; Q1B-27)	680
GRÁFICO XII-33: Procura de informação sobre a UE na Internet por parte dos utilizadores antes de irem ao CDE (Q2-30)	684
GRÁFICO XII-34: Locais de procura de informação sobre a UE por parte dos utilizadores que afirmam pesquisar na Internet antes de irem ao CDE (Q2-30)...	685
GRÁFICO XII-35: Procura de informação sobre a UE na Internet no último mês por parte dos estudantes de matérias europeias (Q3-21)	689
GRÁFICO XII-36: Locais de procura de informação sobre a UE por parte dos alunos de matérias que afirmam ter pesquisado na Internet no último mês	690
GRÁFICO XII-37: Uso de linguagem sistemática nos CDE para a representação das matérias (Q1A-49; Q1B-45).....	694
GRÁFICO XII-38: Uso de linguagem alfabética nos CDE para a representação dos assuntos (Q1A-50; Q1B-46).....	696
GRÁFICO XII-39: Tipo de acesso aos documentos disponível para o público dos CDE (Q1A-51; Q1B-47)	700
GRÁFICO XII-40: Formas como os utilizadores dos CDE declaram aceder aos documentos (Q2-31).....	701
GRÁFICO XII-41: Formas como os estudantes de matérias europeias declaram aceder aos documentos nas bibliotecas (Q3-12).....	702
GRÁFICO XII-42: Tipos de pesquisa no catálogo do CDE que os utilizadores declaram já ter realizado (Q2-32)	703
GRÁFICO XII-43: Tipos de pesquisa no catálogo que os estudantes de matérias europeias declaram já ter realizado (Q3-13)	704

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA II- 1: Domínios das políticas de informação segundo Terence Maxwell.....	90
TABELA II- 2: Matriz da política de informação segundo Nick Moore, 1998.....	100
TABELA II-3: Esquema de abordagem à elaboração das políticas de informação, segundo João Luiz Pereira Marciano.....	139
TABELA II- 4: As fronteiras porosas do conceito Política de Informação: as propostas de diversos autores	151
TABELA V-1: Evolução da participação nas eleições para o Parlamento Europeu	250
TABELA V-2: Distribuição dos temas das perguntas colocadas pelos Euro-Info Centre ao serviço central de apoio (1991-1993).....	279
TABELA V-3: Distribuição dos temas das perguntas colocadas pelos utilizadores dos Euro-Info Centres (1991-1992).....	279
TABELA IX-1: Origem profissional dos requerentes de documentos do Conselho 1994/1999	471
TABELA IX- 2: Origem geográfica dos requerentes dos documentos do Conselho 1994/1999	472
TABELA IX-3: Distribuição temática dos pedidos de acesso aos documentos do Conselho 1994/1999	473
TABELA IX-4: Percentagem das respostas positivas aos pedidos iniciais de acesso aos documentos da Comissão	478
TABELA IX-5: Origem profissional dos requerentes de documentos da Comissão.....	479
TABELA IX-6: Origem geográfica dos pedidos de acesso aos documentos da Comissão.....	480
TABELA IX-7: Evolução do número de documentos inseridos no registo e dos documentos descarregados	489
TABELA IX-8: Origem profissional dos requerentes de pedidos iniciais e de pedidos confirmativos de acesso aos documentos do Conselho 2002-2006	490
TABELA IX-9: Origem geográfica dos requerentes de pedidos iniciais e de pedidos confirmativos de acesso aos documentos do Conselho 2002-2006.....	492
TABELA IX-10: Evolução das referências disponíveis e dos pedidos de acesso aos documentos do registo público do Parlamento 2002-2006.....	495
TABELA IX-11: Origem geográfica dos requerentes de pedidos de acesso aos documentos do Parlamento 2002-2006.....	497
TABELA IX-12: Origem profissional dos requerentes de pedidos de acesso aos documentos do Parlamento 2002-2006.....	498
TABELA X-1: Distribuição por país do número total de CDE existentes em Maio de 2007.....	500
TABELA X-2: Distribuição por país dos CDE que formaram a amostra	500
TABELA X-3: Distribuição por país dos questionários recebidos dos utilizadores dos CDE.....	503
TABELA X-4: Distribuição por curso dos questionários recebidos dos alunos de matérias europeias de uma Universidade portuguesa	505
TABELA X-5: Número de habitantes dos países da UE e número de CDE	515
TABELA XI-1: Ano de criação dos CDE da amostra analisada (Q1A-1; Q1B-1).....	521
TABELA XI-2: Superfície dos CDE em m ² (Q1A-6;Q1B-6)	531
TABELA XI-3: Número de lugares da sala de leitura dos CDE da amostra (Q1A-6; Q1B-6)	532

TABELA XI-4: Distribuição por países dos funcionários a tempo inteiro e a tempo parcial nos CDE da amostra (Q1A-7/10 E Q1B-7/8).....	533
TABELA XI- 5: Distribuição do total das horas semanais de abertura dos CDE da amostra (Q1A-13; Q1B-9).....	534
TABELA XI-6: Quantidade de computadores existentes nos CDE para trabalho interno (Q1A-14; Q1B-10)	536
TABELA XI-7: Quantidade de computadores existentes nos CDE para trabalho interno com acesso à Internet (Q1A-14; Q1B-10).....	537
TABELA XI-8: Quantidade de computadores existentes nos CDE para uso dos utilizadores (Q1A-14; Q1B-10).....	537
TABELA XI-9: Quantidade de computadores existentes nos CDE para uso dos utilizadores com acesso à Internet (Q1A-14; Q1B-10)	538
TABELA XI-10: Ano de criação da página na Internet dos CDE	544
TABELA XI-11: Origem dos utilizadores dos CDE, segundo os responsáveis dos CDE (Q1A-42; Q1B-38).....	569
TABELA XI-12: Origem dos utilizadores dos CDE (Q2-5).....	571
TABELA XI-13: Habilitações concluídas dos estudantes de matérias europeias (Q3-4).....	575
TABELA XI-14: Distribuição das actividades dos estudantes de matérias europeias (Q3-3).....	576
TABELA XI-15: Utilizadores que indicaram frequentar o CDE cumulativamente com outras bibliotecas ou centros de documentação (Q2-17).....	595
TABELA XI-16: Discriminação da frequência regular de bibliotecas e centros de documentação por parte dos estudantes de matérias europeias (Q3-10).....	596
TABELA XI-17: Conhecimento e utilização das redes de informação europeia por parte dos estudantes de matérias europeias (Q3-11)	600
TABELA XII-1: Opinião dos estudantes de matérias europeias acerca da integração de Portugal na UE (Q3-6).....	606
TABELA XII-2: Opinião dos responsáveis dos CDE sobre as cinco áreas onde a procura de informação é mais frequente por parte dos utilizadores dos CDE (Q1A-25; Q1B-21)	620
TABELA XII-3: Identificação das cinco áreas onde a procura de informação é mais frequente por parte dos utilizadores dos CDE (Q2-21).....	623
TABELA XII-4: Identificação das cinco áreas onde a procura de informação é mais frequente por parte dos estudantes de matérias europeias (Q3-16).....	627
TABELA XII-5: Opinião dos responsáveis dos CDE sobre as cinco áreas onde é mais difícil encontrar informação adequada às necessidades dos utilizadores dos CDE (Q1A-26; Q1B-22).....	629
TABELA XII-6: Documentos publicados pelas instituições europeias disponíveis nos CDE (Q1A-22; Q1B-18).....	658
TABELA XII-7: Tipologias dos documentos já consultados pelos utilizadores nos CDE (Q2-20)	663
TABELA XII-8: Tipologias dos documentos já consultados pelos estudantes de matérias europeias (Q3-15)	664
TABELA XII-9: Bases de dados com informação sobre a UE que os utilizadores dos CDE declaram conhecer (Q2-28).....	674
TABELA XII-10: Bases de dados com informação sobre a UE que os utilizadores dos CDE declaram já ter utilizado (Q2-28).....	675
TABELA XII-11: Relação dos alunos de matérias europeias com bases de dados com informação sobre a UE (Q3-26)	677

TABELA XII-12: As páginas da Internet mais consultadas para satisfazer as necessidades dos utilizadores dos CDE (Q1A-33; Q1B-29).....	682
TABELA XII-13: As páginas da Internet que os utilizadores dos CDE declaram ter consultado para aceder a informação sobre a UE (Q2-29)	687
TABELA XII-14: As páginas da Internet que os estudantes de matérias europeias declaram ter consultado para aceder a informação sobre a UE (Q3-22)	691
TABELA XII-15: Uso das páginas da Internet adequadas para localizar informação capaz de resolver necessidades identificadas (Q3-23).....	693
TABELA XII-16: Software usado nos catálogos dos CDE (Q1A-48; Q1B-44)	699

Anexos

ANEXO I

Entrevistas realizadas a actuais e a antigos funcionários das instituições europeias

**ENTREVISTAS REALIZADAS A ACTUAIS E A ANTIGOS FUNCIONÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES
EUROPEIAS¹**

FRANÇOIS ROUDIÉ

Assistente do Director-Geral da DG COMM para a Direcção B (Representações e Redes)

Bruxelas, Abril de 2007.

JACOPO LOMBARDI

DG COMM B1

Responsável da informação e da comunicação - Policy (co-ordination) Officer

Bruxelas, Abril de 2007.

DAVID RINGROSE

DG Relações Externas

Direcção I – Recursos Centrais, Informação e Relações Interinstitucionais

Informação e comunicação: Chefe de Unidade

Bruxelas, Maio de 2007.

MARIA ISABEL LOFF

Responsável na Comissão pelos CDE de 1994 a 2001

Lisboa, Janeiro de 2008.

LUÍS HERRERO-TEJADOR

Deputado-relator do *Relatório sobre a aplicação da estratégia de informação e comunicação para a União Europeia* (2005) e do *Relatório sobre o Livro Branco sobre uma Política de Comunicação europeia* (2006).

Bruxelas, Janeiro de 2008.

MAUNO HANNINEN

Direcção Geral da Comunicação

Responsável da informação e comunicação – Desk officer – Rede Europe Direct, (CDE, Team Europe)

Bruxelas, Janeiro de 2008.

¹ Ordenação cronológica de acordo com a data de realização da entrevista.

MICHAEL CASHMAN

Deputado-relator do *Relatório com recomendações à Comissão sobre o acesso aos textos das instituições* (2006).

Bruxelas, Janeiro de 2008.

FRANCESCA RATTI

Directora-Geral da Direcção-Geral "Informação" do Parlamento Europeu.

Bruxelas, Janeiro de 2008.

MARC MAES

Secretariado-Geral da Comissão E 3

Transparência, relações com os grupos de interesse e as organizações exteriores

Chefe de unidade

MARGARIDA BALSEIRO

Secretariado-Geral da Comissão E 3

Policy Desk Officer – Horizontal co-ordinator: Access to Documents, implementation of Regulation 1049 and related questions

Bruxelas, Janeiro de 2008.

BLANCA LLINAS TERES

Comissão – SG B1: Modernização administrativa

Política de arquivo e gestão de documentos

Administradora

Bruxelas, Janeiro de 2008.

JAKOB THOMSEN

Conselho – DG F

Transparência – Acesso aos documentos – Informação para o público

Bruxelas, Janeiro de 2008.

KINGA KOLLAR

Representação da Comissão Europeia na Hungria

Responsável pela coordenação das redes de informação

Budapeste, Fevereiro de 2008

JOHANNA FINNERTY

Representação da Comissão Europeia na Irlanda

EPIC: European Public Information Centre – Membro da equipe responsável pela coordenação das redes de informação

Dublin, Março de 2008.

SUSANNA WASENIUS

Representação da Comissão Europeia na Finlândia

Responsável pela coordenação das redes de informação

Helsínquia, Abril de 2008.

PAULO MARTINS

Representação da Comissão Europeia em Portugal

Responsável pela coordenação das redes de informação

Lisboa, Junho de 2008.

MARGARIDA MARQUES

Representação da Comissão Europeia em Portugal

Chefe da Representação

Lisboa, Junho de 2008.

ANEXO II

Distribuição dos meses de permanência em Portugal e no estrangeiro durante o período de bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia

**DISTRIBUIÇÃO DOS MESES DE PERMANÊNCIA EM PORTUGAL E NO ESTRANGEIRO
DURANTE O PERÍODO DE BOLSEIRA DE DOUTORAMENTO
DA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

2006	Out.	Portugal	
	Nov.		
	Dez.		
2007	Jan.	Portugal	
	Fev.		Londres
	Mar.		Bruxelas e Luxemburgo
	Abr.		
	Mai.		
	Jun.		Florença
	Jul.		Portugal
	Ago.		
	Set.		
	Out.		
	Nov.		
	Dez.		
2008	Jan.	Bruxelas	
	Fev.	Hungria	
	Mar.	Irlanda	
	Abr.	Finlândia	
	Mai.	Portugal	
	Jun.		
	Jul.		
	Ago.		
	Set.		

ANEXO III

*Inquérito por questionário dirigido aos responsáveis dos CDE
portugueses*

(versão portuguesa)

Q1A

1.

Este inquérito destina-se aos responsáveis dos Centros de Documentação Europeia (CDE) em Portugal. A informação recolhida será analisada no âmbito de um projecto de doutoramento em Ciências Documentais sobre a Política de Informação da União Europeia. O tempo de resposta às questões é de cerca de 20 minutos. Os questionários serão tratados de forma anónima e não se destinam a fazer nenhum tipo de avaliação do CDE que dirige.

Estou ao seu dispor para qualquer esclarecimento ou sugestão e agradeço antecipadamente a sua contribuição.

Poderá contactar-me através do email:
anaterre@eseig.ipp.pt
analuciaterra@yahoo.com

* 1. Refira o ano de criação do CDE.

* 2. Identifique o tipo de entidade hospedeira do CDE.

Universidade

Instituto Politécnico

Outra

* 3. Identifique o âmbito do CDE.

Generalista

Especializado (indique a área de especialização)

* 4. Identifique o tipo de localização física do CDE.

Local independente

Integrado no espaço de outra biblioteca

* 5. Refira se considera adequada a localização física do CDE.

Sim

Não (especifique porquê)

* 6. Caracterize as instalações do CDE.

Superfície total em m²

Número de lugares da sala de leitura

7. Refira o número de funcionários a tempo inteiro no CDE.

8. Refira as habilitações dos funcionários a tempo inteiro no CDE.

9. Refira as categorias profissionais dos funcionários a tempo inteiro no CDE.

10. Refira o número de funcionários a tempo parcial no CDE.

11. Refira as habilitações dos funcionários a tempo parcial no CDE.

12. Refira as categorias profissionais dos funcionários a tempo parcial no CDE.

*** 13. Identifique os dias e o horário de abertura ao público do CDE.**

*** 14. Indique o número de computadores existente no CDE.**

Para trabalho interno

Para trabalho interno
com acesso à Internet

Para os utilizadores

Para os utilizadores
com acesso à Internet

*** 15. Esclareça se existe Intranet no CDE.**

- Não existe
 Existe Intranet exclusiva do CDE
 Existe Intranet geral da entidade hospedeira

*** 16. Esclareça se no CDE existe acesso à Internet através de rede sem fios.**

- Não existe
 Existe para funcionários
 Existe para alguns utilizadores
 Existe para todos os utilizadores

*** 17. Refira se o CDE tem página na Internet.**

[Nota: caso responda Não o questionário passa automaticamente para a pergunta 22]

- Não
 Sim (especifique o ano de criação)

2.

*** 18. Especifique a frequência de actualização da página do CDE na Internet.**

- Diariamente
 Semanalmente
 Mensalmente
 Esporadicamente

*** 19. Identifique a responsabilidade pela actualização dos conteúdos da página do CDE na Internet.**

- Bibliotecário
 Informático
 Funcionário BAD
 Outro

*** 20. Identifique a responsabilidade pela manutenção técnica da página do CDE na Internet.**

- Bibliotecário
- Informático
- Funcionário BAD
- Serviço externo

*** 21. Identifique os conteúdos disponíveis na página do CDE na Internet.**

- Catálogo do CDE
- Links para os sítios oficiais das instituições da União Europeia
- Links para sítios de instituições relacionadas com a informação europeia
- Dossiers de informação temática sobre assuntos relacionados com a União Europeia
- Actualidades
- Pergunta-Resposta
- Outros



3.

*** 22. Identifique a informação publicada pela União Europeia disponível no CDE.**

- Tratados
- Jornal Oficial da União Europeia série L
- Jornal Oficial da União Europeia série C
- Jornal Oficial da União Europeia série S
- Jurisprudência do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias
- Boletim da União Europeia
- Relatórios Gerais sobre a actividade da União Europeia
- Documentos COM
- Documentos SEC
- Debates do Parlamento Europeu
- Relatórios do Parlamento Europeu
- Estatísticas do Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias
- Relatórios e Boletins do Comité Económico e Social
- Informações do Banco Europeu de Investimentos
- Cassetes de vídeo
- CDs
- Cartazes, folhetos e desdobráveis
- Dossiers temáticos de informação

*** 23. Indique qual a percentagem de documentos publicados pela União Europeia existente na colecção do CDE.**

- < 30%
 31%-50%
 51%-70%
 71%-90%
 91%-100%

*** 24. Indique os tipos de documentos não publicados pela União Europeia disponíveis no CDE.**

- Monografias
 Teses
 Revistas
 Cassetes de vídeo
 CDs
 O CDE não dispõe de documentos não publicados pela União Europeia

*** 25. Identifique as CINCO áreas onde a procura de informação é mais frequente por parte dos utilizadores do CDE.**

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Actividades da União Europeia | <input type="checkbox"/> Empresas |
| <input type="checkbox"/> Agricultura | <input type="checkbox"/> Energia |
| <input type="checkbox"/> Ajuda humanitária | <input type="checkbox"/> Fiscalidade |
| <input type="checkbox"/> Alargamento | <input type="checkbox"/> Investigação e inovação |
| <input type="checkbox"/> Alfândegas | <input type="checkbox"/> Justiça, liberdade e segurança |
| <input type="checkbox"/> Ambiente | <input type="checkbox"/> Luta contra a fraude |
| <input type="checkbox"/> Audiovisual e meios de comunicação social | <input type="checkbox"/> Mercado interno |
| <input type="checkbox"/> Comércio externo | <input type="checkbox"/> Orçamento |
| <input type="checkbox"/> Concorrência | <input type="checkbox"/> Pesca e assuntos marítimos |
| <input type="checkbox"/> Consumidores | <input type="checkbox"/> Política externa e segurança |
| <input type="checkbox"/> Cultura | <input type="checkbox"/> Política regional |
| <input type="checkbox"/> Desenvolvimento | <input type="checkbox"/> Relações externas |
| <input type="checkbox"/> Direitos do homem | <input type="checkbox"/> Saúde pública |
| <input type="checkbox"/> Economia e finanças | <input type="checkbox"/> Segurança alimentar |
| <input type="checkbox"/> Educação, formação e juventude | <input type="checkbox"/> Sociedade da informação |
| <input type="checkbox"/> Emprego e assuntos sociais | <input type="checkbox"/> Transportes |

26. Identifique as CINCO áreas onde considera haver mais dificuldades para encontrar informação adequada às necessidades dos utilizadores do CDE.

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Actividades da União Europeia | <input type="checkbox"/> Empresas |
| <input type="checkbox"/> Agricultura | <input type="checkbox"/> Energia |
| <input type="checkbox"/> Ajuda humanitária | <input type="checkbox"/> Fiscalidade |
| <input type="checkbox"/> Alargamento | <input type="checkbox"/> Investigação e inovação |
| <input type="checkbox"/> Alfândegas | <input type="checkbox"/> Justiça, liberdade e segurança |
| <input type="checkbox"/> Ambiente | <input type="checkbox"/> Luta contra a fraude |
| <input type="checkbox"/> Audiovisual e meios de comunicação social | <input type="checkbox"/> Mercado interno |
| <input type="checkbox"/> Comércio externo | <input type="checkbox"/> Orçamento |
| <input type="checkbox"/> Concorrência | <input type="checkbox"/> Pesca e assuntos marítimos |
| <input type="checkbox"/> Consumidores | <input type="checkbox"/> Política externa e segurança |
| <input type="checkbox"/> Cultura | <input type="checkbox"/> Política regional |
| <input type="checkbox"/> Desenvolvimento | <input type="checkbox"/> Relações externas |
| <input type="checkbox"/> Direitos do homem | <input type="checkbox"/> Saúde pública |
| <input type="checkbox"/> Economia e finanças | <input type="checkbox"/> Segurança alimentar |
| <input type="checkbox"/> Educação, formação e juventude | <input type="checkbox"/> Sociedade da informação |
| <input type="checkbox"/> Emprego e assuntos sociais | <input type="checkbox"/> Transportes |

*** 27. Aponte as razões que considera dificultarem o acesso a informação adequada às necessidades dos utilizadores do CDE.**

- Não tenho informação para responder a esta questão.
- Nenhuma razão dificulta o acesso a informação adequada às necessidades dos utilizadores do CDE.
- Os utilizadores não sabem exprimir com exactidão as suas necessidades de informação sobre a UE.
- Os utilizadores não sabem localizar informação sobre a UE adequada às suas necessidades.
- Os utilizadores têm dificuldades em interpretar a informação disponível sobre a UE.
- Os utilizadores têm dificuldades na compreensão da terminologia usada nos documentos sobre a UE.
- Os utilizadores têm problemas em lidar com a grande quantidade de informação disponível sobre a UE.
- Existe falta de informação objectiva e actualizada sobre a UE.
- Existe falta de informação apresentada de forma apelativa sobre a UE.
- As instituições da UE não disponibilizam a informação solicitada.
- Os instrumentos de acesso à informação criados pelas instituições da UE não são adequados.
- Outras

*** 28. Aponte as razões que considera facilitarem o acesso a informação adequada às necessidades dos utilizadores do CDE.**

- Não tenho informação para responder a esta questão.
- Os utilizadores sabem exprimir com exactidão as suas necessidades de informação sobre a UE.
- Os utilizadores conhecem bem os instrumentos de acesso à informação da UE.
- Os instrumentos de acesso à informação criados pelas instituições da UE são eficazes.
- A informação sobre a UE é objectiva e actualizada.
- A informação sobre a UE tem uma apresentação apelativa.
- As instituições da UE disponibilizam prontamente toda a informação solicitada pelos utilizadores.
- Outras

*** 29. Identifique os TRÊS aspectos que considera serem mais valorizados pelos utilizadores do CDE para aceder a informação sobre a União Europeia.**

- Facilidade no acesso à informação
- Informação disponível em língua portuguesa
- Informação disponível em suporte electrónico
- Informação actualizada
- Informação imparcial
- Informação compreensível
- Outros

*** 30. Identifique as TRÊS situações que considera mais comuns para os utilizadores do CDE procurarem informação sobre a União Europeia.**

- Para realizarem trabalhos escolares
- Para realizarem trabalhos académicos
- Para desenvolverem investigação sobre a UE
- Para obterem informação geral sobre a UE
- Para resolverem assuntos de ordem profissional
- Para conhecerem os seus direitos enquanto cidadãos da UE
- Por motivos culturais ou de lazer
- Outras

*** 31. Identifique as TRÊS bases de dados mais utilizadas no CDE para responder às necessidades dos utilizadores.**

- ARCHIplus
- CURIA
- ECLAS
- EUR-Lex
- EU Whoiswho
- PRELEX
- RAPID
- REGISTER
- Outras

*** 32. Refira como é feito, por norma, o acesso às bases de dados seleccionadas.**

- Por intermédio dos funcionários do CDE
- Directamente pelos utilizadores

*** 33. Identifique as TRÊS páginas da Internet mais consultadas para satisfazer as necessidades dos utilizadores do CDE.**

- 1º website
- 2º website
- 3º website

*** 34. Classifique a relação entre o CDE e a Direcção Geral da Comunicação.**

- Excelente
- Boa
- Satisfatória
- Insuficiente
- Inexistente

*** 35. Identifique o tipo de apoio recebido da Direcção Geral da Comunicação.**

- Acesso a bases de dados restritas
- Acesso a Intranets
- Apoio para o contacto/visitas a outros CDE
- Documentação impressa
- Formação
- Apoio financeiro
- Outro

*** 36. Identifique os serviços oferecidos aos seus utilizadores pelo CDE.**

- Boletim bibliográfico
- Elaboração de dossiers informativos
- Difusão selectiva da informação por perfil de utilizador
- Empréstimo domiciliário
- Empréstimo interbibliotecas
- Fotocópias
- Newsletters
- OPAC
- Outros

*** 37. Esclareça o tipo de acesso à Internet disponibilizado aos utilizadores do CDE.**

- Acesso à Internet mas exclusivamente às páginas oficiais das instituições da UE
- Acesso sem restrições à Internet

*** 38. Identifique as redes de informação nas quais o CDE participa.**

- O CDE não está integrado em nenhuma rede de informação
- Rede nacional dos CDE
- Porbase
- EURODOC
- Outra

39. Caso o CDE esteja integrado em redes de informação, esclareça o tipo de colaboração levada a cabo em cada uma.

*** 40. Refira o número total de utilizadores do CDE em 2006.**

- Não sei
 Esta informação não pode ser disponibilizada
 Número de utilizadores

*** 41. Indique a evolução do número de utilizadores do CDE nos últimos 24 meses.**

- Não sei
 Esta informação não pode ser disponibilizada
 Aumentou
 Diminuiu

*** 42. Identifique a origem dos utilizadores do CDE.**

- Docentes da instituição hospedeira do CDE
 Docentes de outras entidades de ensino superior
 Alunos de licenciatura da instituição hospedeira do CDE
 Alunos de licenciatura de outras entidades de ensino superior
 Alunos de mestrado da instituição hospedeira do CDE
 Alunos de mestrado de outras entidades do ensino superior
 Investigadores
 Alunos do ensino básico
 Alunos do ensino secundário
 Serviços públicos
 Entidades privadas (empresas, etc)

*** 43. Refira se o CDE faz inquéritos aos seus utilizadores.**

- O CDE não faz inquéritos aos seus utilizadores.
- O CDE faz inquéritos sobre os temas das pesquisas dos utilizadores.
- O CDE faz inquéritos de satisfação dos utilizadores.
- O CDE faz inquéritos sobre o tipo de pesquisa (bases de dados, documentos, etc) realizada pelos utilizadores.
- Outras áreas

44. Caso o CDE faça inquéritos aos seus utilizadores, esclareça a aplicação dada aos elementos recolhidos.

- Para melhoria da gestão interna
- Para organizar acções de formação de utilizadores
- Para informar a Comissão Europeia
- Para informar a entidade hospedeira
- Outra

*** 45. Indique se o CDE organizou actividades de formação de utilizadores nos últimos 24 meses.**

- Sim
- Não

46. Caso o CDE tenha organizado actividades de formação de utilizadores nos últimos 24 meses, caracterize os elementos seguintes.

Periodicidade	<input type="text"/>
Público alvo	<input type="text"/>
Actividades desenvolvidas	<input type="text"/>

*** 47. Identifique as actividades de dinamização levadas a cabo nos últimos 24 meses pelo CDE.**

- O CDE não realiza actividades de dinamização.
- Organização de seminários, palestras, conferências sobre temas da UE.
- Participação em actividades académicas sobre a UE.
- Edição ou co-edição de obras sobre a UE.
- Manifestações dirigidas ao público em geral.
- Organização de visitas guiadas ao CDE para grupos que as solicitem.
- Outras

48. Identifique o software do catálogo do CDE.

*** 49. Refira se na representação das matérias, o CDE usa linguagem sistemática.**

- Não
- Sim (identifique o(s) sistema(s) de classificação utilizado(s))

*** 50. Refira se na representação dos assuntos, o CDE usa alguma linguagem alfabética.**

- O CDE não usa linguagem alfabética
- O CDE usa lista(s) UNITERM
- O CDE usa lista(s) de encabeçamento de matérias
- O CDE usa tesouro(s) (especifique qual(is))

51. Identifique o tipo de acesso aos documentos disponibilizado aos seus utilizadores pelo CDE.

- Acesso indirecto a todos os documentos.
- Acesso directo aos documentos de referência ou às publicações mais recentes.
- Acesso directo a todos os documentos classificados por assunto.

52. Se quiser fazer alguma observação para complementar as suas respostas ao inquérito pode utilizar a caixa de texto abaixo.

4.

O questionário terminou.
Muito obrigada pela sua colaboração!
Ana Terra

anaterra@eseig.ipp.pt
analuciaterra@yahoo.com

ANEXO IV

*Inquérito por questionário dirigido aos responsáveis dos CDE
estrangeiros*

(versão inglesa)

Q1B

1.

This questionnaire is addressed to managers of European Documentation Centre (EDC).
The aim of the questionnaire is to collect data for a PhD research project in the area of Information Science.
The questionnaire takes about 20 minutes to complete.
The responses will be anonymous and are not intended to serve as an evaluation of the EDC.

I am available for any kind of explanation or suggestion.
Thank you for your cooperation.

To contact me, please use:
anaterro@eseig.ipp.pt
analuciaterra@yahoo.com

*** 1. Give the year when the EDC was created.**

*** 2. Identify the type of organisation which hosts the EDC.**

- University
 Polytechnic
 Other

*** 3. Identify the role of the EDC.**

- General
 Specialised (indicate the area of specialisation)

*** 4. Identify the EDC's physical location type.**

- Independent
 Integrated into another library space

*** 5. State whether you consider the EDC's physical location to be adequate.**

- Yes
 No (explain why)

*** 6. Describe the EDC premises.**

Total surface area in m2
Number of reading room places

7. State the number of full-time EDC employees.

8. State the number of part-time EDC employees.

*** 9. State the days and times at which the EDC is open to the public.**

10. Indicate how many computers exist at the EDC.

For internal work

For internal work with internet access

For EDC users

For EDC users with internet access

*** 11. Indicate whether or not intranet exists at the EDC.**

- There is no intranet at the EDC
 There is an intranet exclusive to the EDC
 There is a general intranet belonging to the host organisation

*** 12. Indicate whether or not WIFI internet access is available.**

- It is unavailable
 It is available for employees
 It is available for some ECD users
 It is available for all EDC users

*** 13. State whether or not the EDC has a website.**

[If your answer is NO the questionnaire will skip questions 14-17 and begin again at number 18]

- No
 Yes (give the year when the website was created)

2.

*** 14. Indicate how frequently the EDC website is updated.**

- Daily
- Weekly
- Monthly
- Sporadically

*** 15. Identify who is responsible for updating the EDC website content.**

- Librarian
- IT technician
- Library assistant
- Other

*** 16. Identify who is responsible for the technical maintenance of the EDC website.**

- Librarian
- IT technician
- Library assistant
- External service

*** 17. Identify the content available on the EDC website.**

- EDC catalogue
- Links to official websites of European Union institutions
- Links to websites of institutions related to European information
- Thematic information files covering subjects pertaining to the European Union
- News
- Frequently asked questions
- Other

3.

*** 18. Identify information published by the European union that is available in the EDC.**

- Treaties
- Official Journal of the European Union L series
- Official Journal of the European Union C series
- Official Journal of the European Union S series
- Case law from the Court of Justice of the European Communities and Court of First Instance
- Bulletin of the European Union
- General Reports about the activities of the European Union
- COM documents
- SEC documents
- European Parliamentary debates
- Reports of the European Parliament
- Statistics from the Statistics Service of the European Communities
- Reports and Bulletins of the Economic and Social Committee
- Information from the European Investment Bank
- Video cassettes
- CDs
- Posters, leaflets and brochures
- Thematic information files

*** 19. Indicate the proportion of the documents published by the European Union that are in the EDC collection.**

- < 30%
- 31%-50%
- 51%-70%
- 71%-90%
- 91%-100%

*** 20. Indicate the types of documents not published by the EU that are available in the EDC.**

- Monographs
- Academic theses
- Periodicals
- Video cassettes
- CDs
- EDC does not hold documents not published by the EU

*** 21. Identify the FIVE most common areas in which EDC users seek information.**

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Agriculture | <input type="checkbox"/> External relations |
| <input type="checkbox"/> Audiovisual and media | <input type="checkbox"/> External trade |
| <input type="checkbox"/> Budget | <input type="checkbox"/> Fight against fraud |
| <input type="checkbox"/> Competition | <input type="checkbox"/> Fisheries and maritime affairs |
| <input type="checkbox"/> Consumers | <input type="checkbox"/> Food safety |
| <input type="checkbox"/> Culture | <input type="checkbox"/> Foreign and security policy |
| <input type="checkbox"/> Customs | <input type="checkbox"/> Humanitarian aid |
| <input type="checkbox"/> Development | <input type="checkbox"/> Human rights |
| <input type="checkbox"/> Economic and monetary affairs | <input type="checkbox"/> Information society |
| <input type="checkbox"/> Education, training, youth | <input type="checkbox"/> Internal market |
| <input type="checkbox"/> Employment and social affairs | <input type="checkbox"/> Justice, freedom and security |
| <input type="checkbox"/> Energy | <input type="checkbox"/> Public health |
| <input type="checkbox"/> Enlargement | <input type="checkbox"/> Regional policy |
| <input type="checkbox"/> Enterprise | <input type="checkbox"/> Research and innovation |
| <input type="checkbox"/> Environment | <input type="checkbox"/> Taxation |
| <input type="checkbox"/> European Union activities | <input type="checkbox"/> Transport |

22. Identify the FIVE areas in which you consider to be most difficult to find information that meets the needs of EDC users.

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Agriculture | <input type="checkbox"/> External relations |
| <input type="checkbox"/> Audiovisual and media | <input type="checkbox"/> External trade |
| <input type="checkbox"/> Budget | <input type="checkbox"/> Fight against fraud |
| <input type="checkbox"/> Competition | <input type="checkbox"/> Fisheries and maritime affairs |
| <input type="checkbox"/> Consumers | <input type="checkbox"/> Food safety |
| <input type="checkbox"/> Culture | <input type="checkbox"/> Foreign and security policy |
| <input type="checkbox"/> Customs | <input type="checkbox"/> Humanitarian aid |
| <input type="checkbox"/> Development | <input type="checkbox"/> Human rights |
| <input type="checkbox"/> Economic and monetary affairs | <input type="checkbox"/> Information society |
| <input type="checkbox"/> Education, training, youth | <input type="checkbox"/> Internal market |
| <input type="checkbox"/> Employment and social affairs | <input type="checkbox"/> Justice, freedom and security |
| <input type="checkbox"/> Energy | <input type="checkbox"/> Public health |
| <input type="checkbox"/> Enlargement | <input type="checkbox"/> Regional policy |
| <input type="checkbox"/> Enterprise | <input type="checkbox"/> Research and innovation |
| <input type="checkbox"/> Environment | <input type="checkbox"/> Taxation |
| <input type="checkbox"/> European Union activities | <input type="checkbox"/> Transport |

*** 23. Indicate which aspects may difficult access to the information needs of EDC users.**

- I do not have the necessary information to respond to this question.
- There is no reason that makes it difficult to access information that meets the needs of EDC users.
- EDC users do not know how to express exactly what their information needs are relating to the EU.
- EDC users do not know how to find information about the EU which meets their needs.
- EDC users have difficulty interpreting the information available about the EU.
- EDC users have difficulty understanding the terminology used in documents about the EU.
- EDC users have problems dealing with the large quantity of information available about the EU.
- There is a lack of objective and up to date information about the EU.
- There is a lack of attractively presented information about the EU.
- EU institutions do not provide the required information.
- The tools for accessing information created by European institutions are inadequate.
- Other

*** 24. Indicate the reasons which make it possible to access information that meets the needs of EDC users.**

- I do not have the necessary information to answer this question.
- EDC users know how to express exactly what their information needs are relating to the EU.
- EDC users are familiar with the tools for accessing EU information.
- The tools for accessing information created by European institutions are adequate.
- Information about the EU is objective and up to date.
- Information about the EU is attractively presented.
- EU institutions promptly make available all information requested by users.
- Other

*** 25. Identify the THREE aspects that you consider to be most valued by the EDC users when accessing information about the EU.**

- Ease of access to the information.
- Availability of information in lingua materna.
- Availability of information in digital format.
- Up to date information.
- Impartial information.
- Easily understood information.
- Other

*** 26. Identify the THREE situations that you consider to be most common for EDC users looking for information about the EU.**

- To carry out school work.
- To carry out academic work.
- To carry out research about the EU.
- To obtain general information about the EU.
- For professional purposes.
- To know their rights as EU citizens.
- For cultural and leisure purposes.
- Other

*** 27. Identify the THREE databases that are most commonly used to meet EDC users' needs.**

- ARCHIplus
- CURIA
- ECLAS
- EUR-Lex
- EU Whoiswho
- PRELEX
- RAPID
- REGISTER
- Other

*** 28. Indicate how the selected databases are normally accessed.**

- By an EDC employee.
- Directly by the EDC users.

*** 29. Identify the THREE websites that are most commonly used to meet the needs of EDC users.**

Website 1

Website 2

Website 3

*** 30. Classify the relationship between the EDC and the Directorate General Communication.**

- Excellent
- Good
- Satisfactory
- Inadequate
- Non-existent

*** 31. Identify the type of support received from the Directorate General Communication.**

- Access to restricted databases
- Access to Intranets
- Support with making contacts/ visits to other EDCs
- Printed documentation
- Training courses
- Financial support
- Other

*** 32. Indicate the services offered to your users by the EDC.**

- Bibliographical bulletin
- Production of information files
- Selective distribution of information according to user profile
- Borrowing-Lending Services
- Interlibrary loans
- Photocopies
- Newsletters
- OPAC
- Other

*** 33. Indicate the type of internet access available to EDC users.**

- Internet access available only to official websites of EU institutions
- Unrestricted internet access

*** 34. Identify the information networks in which the EDC participates.**

- The EDC is not part of any information network
- National EDC network
- EURODOC
- Other

35. If the EDC takes part in information networks, state the type of collaboration with each one.

*** 36. State the total number of EDC users in 2006.**

- Don't know
- This information cannot be provided
- Number of EDC users

*** 37. Describe how the number of EDC users has evolved during the past 24 months.**

- Don't know
- This information cannot be provided
- Increased
- Decreased

*** 38. Identify where EDC users come from.**

- Lecturers from the EDC host institution
- Lecturers from other higher education institutions
- Undergraduate students from the EDC host institution
- Undergraduate students from other higher education institutions
- Masters students from the EDC host institution
- Masters students from other higher education institutions
- Researchers
- Students in compulsory school education
- Students in post-compulsory education
- Public services
- Private bodies (companies, etc)

*** 39. State whether the EDC undertakes research into users' needs.**

- The EDC does not undertake research into users' needs.
- The EDC asks its users to complete questionnaires about their search themes.
- The EDC asks its users to complete questionnaires about their satisfaction.
- The EDC asks its users to complete questionnaires about their search type (databases, documents, etc).
- Other areas

40. If your EDC undertakes research into users' needs, describe how the results are used.

- To improve internal management
- To organise training for EDC users
- To inform the European Commission
- To inform the supervisory institution
- Other

*** 41. State whether the EDC has organised training activities for users in the past 24 months.**

- Yes
 No

42. If the EDC has organised training activities for users in the past 24 months, give the following information.

Frequency
Target audience
Activities carried out

*** 43. Identify the activities organised in the past 24 months by the EDC.**

- The EDC does not organise activities.
 Organisation of seminars, palestras, conferences about EU themes.
 Participation in academic activities relating to the EU.
 Editing or co-editing publications about the EU.
 Events aimed at the public in general.
 Organisation of guided group visits to the EDC on request.
 Other

*** 44. Identify the EDC catalogue software.**

*** 45. State whether the EDC uses systematic indexing languages.**

- No
 Yes (identify the library classification scheme)

*** 46. State whether the EDC uses alphabetic-subject indexing languages.**

- No
- The EDC uses UNITERM lists
- The EDC uses subject heading lists
- The EDC uses thesaurus(i) (specify which one)

*** 47. Identify the type of access to documents available to your EDC users.**

- Indirect access to all documents.
- Direct access to all reference documents or recent publications.
- Direct access to all documents classified by subject.

48. If you like to comment this questionnaire, please use the text box below.

4.

Questionnaire end.
Thank you very much for your cooperation!
Ana Terra

anaterra@eseig.ipp.pt
analuciaterra@yahoo.com

ANEXO V

Inquérito por questionário dirigido aos utilizadores dos CDE portugueses

(versão portuguesa)

Q2A

QUESTIONÁRIO

O comportamento informacional dos utilizadores dos Centros de Documentação Europeia

Este questionário destina-se a conhecer a relação dos utilizadores do Centro de Documentação Europeia (CDE) com a Informação Europeia.

Os dados recolhidos serão analisados no âmbito de um Doutoramento em Ciências Documentais a apresentar à Universidade de Coimbra. Serão tratados de forma anónima e não se destinam a fazer nenhuma avaliação do CDE nem dos seus utilizadores.

Para responder a todas as perguntas serão necessários cerca de 10 minutos.

1. Sexo

Feminino

Masculino

2. Idade

3. Actividade

Trabalhador

Estudante

Desempregado

Reformado

Profissão

Grau de ensino que frequenta

4. Habilitações escolares/académicas concluídas.

Escolaridade obrigatória

Ensino secundário

Curso técnico-profissional

Bacharelato

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

Pós-doutoramento

Ana Lúcia Silva Terra
Universidade de Coimbra
Novembro 2007
analuciaterra@yahoo.com

5. Identifique a categoria em que se insere.

- Docente da entidade hospedeira do CDE
- Docente de outras entidades de ensino superior
- Aluno de licenciatura entidade hospedeira do CDE
- Aluno de licenciatura de outras entidades de ensino superior
- Aluno de mestrado entidade hospedeira do CDE
- Aluno de mestrado de outras Universidades
- Investigador
- Aluno do ensino básico
- Aluno do ensino secundário
- Funcionário do serviço público
- Funcionário de uma entidade privada
- Outra

6. Refira se considera importante o público em geral ter acesso a informação acerca da União Europeia.

Sim Não Não sei

7. Esclareça a sua opinião acerca da integração de Portugal na União Europeia.

Foi bom para Portugal Foi mau para Portugal

Foi uma decisão irrelevante Não sei

8. Refira se considera ser uma pessoa bem informada acerca da União Europeia.

Sim Não Não sei

9. Refira se considera o acesso a informação sobre a União Europeia importante para:

A sua vida pessoal A sua vida profissional Não sei

10. Identifique os DOIS melhores meios para obter informação sobre a União Europeia.

- Bibliotecas/Centros de documentação
- Internet
- Jornais/Revistas
- Rádio
- Televisão

11. Identifique as DUAS fontes de informação que considera mais fiáveis e objectivas para esclarecer uma questão sobre a construção europeia.

- Documentos publicados pelas instâncias europeias.
- Documentos publicados por entidades externas aos organismos comunitários.
- Informação disponível nos meios de comunicação social (rádio, televisão e jornais).
- Informação disponível na Internet nas páginas oficiais das instituições da União Europeia.
- Informação disponível na Internet nas páginas oficiais dos governos nacionais de cada país da UE.

12. Esclareça com que frequência teve acesso a informação sobre a União Europeia nos últimos 12 meses.

- Diariamente
- Semanalmente
- Mensalmente
- Esporadicamente (mais de 10 vezes por ano)
- Raramente (menos de 10 vezes por ano)

13. Refira de que forma costuma ter acesso à informação sobre a União Europeia.

- Fruto do acaso
- Pesquisa intencional

14. Refira de que forma teve conhecimento da existência do CDE.

- Através de colegas
- Através de pesquisa na Internet
- Através de professores
- Através de publicidade institucional

15. Identifique o motivo para a sua presença no CDE.

- De cultura ou lazer
- De estudo
- Profissional

16. Refira a frequência com que vêm ao CDE.

- Diariamente
- Semanalmente
- Mensalmente
- Esporadicamente (mais de 10 vezes por ano)
- Raramente (menos de 10 vezes por ano)

17. Esclareça se costuma frequentar regularmente outras bibliotecas/centros de documentação.

Não Sim

Refira quais.

- Biblioteca municipal
- Biblioteca universitária
- Biblioteca escolar
- Biblioteca nacional
- Outras

18. Refira se conhece outras unidades de informação europeia.

Não Sim

Refira quais.

19. Refira se já esteve noutras unidades de informação europeia.

Não Sim

Refira quais.

20. Identifique os tipos de documentos que já consultou no CDE.

Tratados	
Jornal Oficial da União Europeia série L	
Jornal Oficial da União Europeia série C	
Jornal Oficial da União Europeia série S	
Jurisprudência do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias	
Boletim da União Europeia	
Relatórios Gerais sobre a actividade da União Europeia	
Documentos COM	
Documentos SEC	
Debates do Parlamento Europeu	
Relatórios do Parlamento Europeu	
Estatísticas do Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias	
Relatórios e Boletins do Comité Económico e Social	
Informações do Banco Europeu de Investimentos	
Cassetes de vídeo	
CDs	
Cartazes, folhetos e desdobráveis	
Dossiers temáticos de informação	

21. Identifique as CINCO áreas onde a sua procura de informação sobre a União Europeia é mais frequente.

Actividades da União Europeia	<input type="checkbox"/>	Empresas	<input type="checkbox"/>
Agricultura	<input type="checkbox"/>	Energia	<input type="checkbox"/>
Ajuda humanitária	<input type="checkbox"/>	Fiscalidade	<input type="checkbox"/>
Alargamento	<input type="checkbox"/>	Investigação e inovação	<input type="checkbox"/>
Alfândegas	<input type="checkbox"/>	Justiça, liberdade e segurança	<input type="checkbox"/>
Ambiente	<input type="checkbox"/>	Luta contra a fraude	<input type="checkbox"/>
Audiovisual e meios de comunicação social	<input type="checkbox"/>	Mercado interno	<input type="checkbox"/>
Comércio externo	<input type="checkbox"/>	Orçamento	<input type="checkbox"/>
Concorrência	<input type="checkbox"/>	Pesca e Assuntos Marítimos	<input type="checkbox"/>
Consumidores	<input type="checkbox"/>	Política externa e segurança	<input type="checkbox"/>
Cultura	<input type="checkbox"/>	Política regional	<input type="checkbox"/>
Desenvolvimento	<input type="checkbox"/>	Relações externas	<input type="checkbox"/>
Direitos do homem	<input type="checkbox"/>	Saúde pública	<input type="checkbox"/>
Economia e finanças	<input type="checkbox"/>	Segurança alimentar	<input type="checkbox"/>
Educação, Formação, Juventude	<input type="checkbox"/>	Sociedade da informação	<input type="checkbox"/>
Emprego e assuntos sociais	<input type="checkbox"/>	Transportes	<input type="checkbox"/>

Ana Lúcia Silva Terra
 Universidade de Coimbra
 Novembro 2007
analuciaterra@yahoo.com

22. Aponte as TRÊS razões que considera dificultarem mais o seu acesso a informação adequada sobre a UE.

- Não saber exprimir com exactidão as suas necessidades de informação sobre a UE.
- Não saber localizar informação sobre a UE adequada às suas necessidades.
- Dificuldades em interpretar a informação disponível sobre a UE.
- Dificuldades na compreensão da terminologia usada nos documentos sobre a UE.
- Dificuldade em lidar com a grande quantidade de informação disponível sobre a UE.
- Existe falta de informação objectiva e actualizada sobre a UE.
- A informação sobre a UE é pouco apelativa.
- Os instrumentos de acesso à informação criados pelas instituições da UE não são adequados.
- Outras
- Nenhuma razão dificulta o seu acesso a informação adequada sobre a UE.

23. Aponte as TRÊS razões que considera facilitarem mais o seu acesso a informação adequada sobre a UE.

- Consegue exprimir com exactidão as suas necessidades de informação sobre a UE.
- Conhece bem os instrumentos de acesso à informação da UE (catálogos, bases de dados, etc.).
- Os instrumentos de acesso à informação criados pelas instituições da UE são eficazes.
- Os técnicos do CDE facultaram-lhe a informação adequada sobre o assunto que procurava.
- Os técnicos do CDE orientaram a sua pesquisa para localizar a informação de que necessitava.
- A informação sobre a UE é objectiva e actualizada.
- A informação sobre a UE tem uma apresentação apelativa.
- As instituições da UE disponibilizam prontamente toda a informação que solicita.
- Outras

24. Identifique os TRÊS aspectos que mais valoriza para aceder a informação sobre a UE.

- Facilidade no acesso à informação.
- Informação disponível em língua portuguesa.
- Informação disponível em suporte electrónico.
- Informação actualizada.
- Informação imparcial.
- Informação compreensível.

Ana Lúcia Silva Terra
Universidade de Coimbra
Novembro 2007
analuciaterra@yahoo.com

25. Identifique as situações que já o levaram a procurar informação sobre a UE.

- Para realizar trabalhos escolares.
- Para realizar trabalhos académicos.
- Para desenvolver investigação sobre a UE.
- Para obter informação geral sobre a UE.
- Para resolver assuntos de ordem profissional.
- Para conhecer os seus direitos enquanto cidadãos da UE.
- Por motivos culturais ou de lazer.

Outras

26. Refira se já recorreu a alguma base de dados para aceder a informação sobre a UE.

Não Sim

27. Se já tiver utilizado bases de dados para aceder a informação sobre a UE, refira a modalidade em que o fez.

- Pesquisa individual no CDE.
- Pesquisa assistida por um técnico no CDE.
- Pesquisa individual fora do CED.
- Pesquisa assistida por um técnico fora do CDE.

28. Assinale as bases de dados que conhece e as que já utilizou para procurar informação sobre a UE.

Base de dados	Conheço	Utilizei
ARCHIplus		
CURIA		
ECLAS		
EUR-Lex		
EU Whoiswho		
PRELEX		
RAPID		
REGISTER		
Outras		

Ana Lúcia Silva Terra
Universidade de Coimbra
Novembro 2007
analuciaterra@yahoo.com

29. Refira TRÊS páginas da Internet que tenha consultado para procurar informação sobre a UE.

1ª Página	
2ª Página	
3ª Página	

30. Esclareça se antes de vir ao CDE procurou informação sobre a UE na Internet.

Não

Sim

Em motores de busca

Nas páginas oficiais das instituições da UE

Outros

31. Identifique a forma como acedeu aos documentos existentes no CDE.

Pesquisou no catálogo do CDE.

Procurou nas estantes.

A/O funcionária/o do CDE entregou-lhe directamente os documentos que necessitava.

32. Caso já tenha pesquisado no catálogo do CDE, refira o tipo de pesquisa que realizou.

Por Autor

Por Título

Por Assunto

33. Refira que informação considera pertinente existir na página na Internet do CDE onde se encontra.

Catálogo do CDE

Links para os sítios oficiais das instituições da União Europeia

Links para sítios de instituições relacionadas com informação europeia

Dossiers de informação temática sobre assuntos relacionados com a União Europeia

Actualidades

Pergunta-Resposta

Outra

34. Caso pretenda fazer algum comentário ou dar alguma sugestão pode utilizar a caixa de texto abaixo.

Se pretender receber os resultados deste inquérito, por favor, indique o seu endereço de e-mail na caixa de texto abaixo.

Muito obrigada pela sua colaboração!
Por favor, entregue o inquérito preenchido ao funcionário do CDE.

Ana Lúcia Terra
analuciaterra@yahoo.com

Ana Lúcia Silva Terra
Universidade de Coimbra
Novembro 2007
analuciaterra@yahoo.com

ANEXO VI

Inquérito por questionário dirigido aos utilizadores dos CDE estrangeiros

(versão inglesa)

Q2B

QUESTIONNAIRE

Information behaviour of European Documentation Centre Users'

This questionnaire aims to determine the relationship between the European Documentation Centre users' and the European information.

The aim of the questionnaire is to collect data for a PhD research in the area of Information Science to present at the Coimbra's University (Portugal).

The responses will be anonymous and are not intended to serve as an evaluation of the EDC or its users.

The questionnaire takes about 10 minutes to complete and I would be grateful if you could do it.

Country: _____

1. Gender

Female

Male

2. Age

3. Occupation

Employed

Student

Unemployed

Pensioner

Job

School level

4. Academic degree.

Compulsory school education

Post-compulsory school

Vocational training

Under graduation

Graduation

Master

PhD

Post-PhD

Ana Lúcia Silva Terra
University of Coimbra (Portugal)
November 2007-January 2008
analuciaterra@yahoo.com

5. Identify the category you fit in.

- | | |
|---|--------------------------|
| Lecturers from the EDC host institution | <input type="checkbox"/> |
| Lecturers from other higher education institutions | <input type="checkbox"/> |
| Undergraduate students from the EDC host institution | <input type="checkbox"/> |
| Undergraduate students from other higher education institutions | <input type="checkbox"/> |
| Masters students from the EDC host institution | <input type="checkbox"/> |
| Masters students from other higher education institutions | <input type="checkbox"/> |
| Researchers | <input type="checkbox"/> |
| Students in compulsory school education | <input type="checkbox"/> |
| Students in post-compulsory education | <input type="checkbox"/> |
| Public services | <input type="checkbox"/> |
| Private bodies (companies, etc) | <input type="checkbox"/> |
| Other | <input type="text"/> |

6. In your opinion, is it important for the public in general to have access to information about the European Union (EU)?

- Yes No Don't Know

7. Clarify your position about the integration of your own country in the EU.

- | | | | |
|-------------------------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|
| It was beneficial | <input type="checkbox"/> | It was prejudicial | <input type="checkbox"/> |
| It was an irrelevant decision | <input type="checkbox"/> | I don't know | <input type="checkbox"/> |

8. State whether you consider yourself to be a well-informed person as far as the EU is concerned.

- Yes No Don't Know

9. Please indicate whether the access to information about the EU is important to you:

- Personal life Professional life Don't know

10. Identify TWO of the best ways to have access to information about the EU.

- | | |
|---------------------------------|--------------------------|
| Libraries/Documentation Centres | <input type="checkbox"/> |
| Internet | <input type="checkbox"/> |
| Newspapers/Magazines | <input type="checkbox"/> |
| Radio | <input type="checkbox"/> |
| Television | <input type="checkbox"/> |

Ana Lúcia Silva Terra
University of Coimbra (Portugal)
November 2007-January 2008
analuciaterra@yahoo.com

11. Identify the TWO information sources that you consider to be the most trustworthy and impartial in terms of clarification of any issues about the EU.

- Documents published by the European institutions.
- Documents published by non European institutions.
- Information from the media (radio, television, magazines and newspapers).
- Official data of the EU institutions available on the Internet.
- Official data from the national governments of each EU member state available on the Internet.

12. Please specify how regular would you accede to information about the EU in the past 12 months.

- Daily
- Weekly
- Monthly
- Sporadically (more than 10 times a year)
- Seldom (less than 10 times a year)

13. Indicate how you usually had access to information about the EU.

- By accident
- Intentional search

14. State how you knew about the existence of the EDC.

- Through working colleagues
- Through Internet search
- Through some teachers
- Through some institutional publicity

15. State the reason for your presence at the EDC.

- For cultural interests or leisure
- For school work
- For professional reasons

16. Indicate how frequently you come to the EDC.

- Daily
- Weekly
- Monthly
- Sporadically (more than 10 times a year)
- Seldom (less than 10 times a year)

Ana Lúcia Silva Terra
University of Coimbra (Portugal)
November 2007-January 2008
analuciaterra@yahoo.com

17. State whether you're a regular user of other libraries or documentation centres.

No

Yes

Please, specify which.

Public Library

University Library

School Library

National Library

Other

18. Refer whether you know other European information units.

No

Yes

Please, name them.

19. Refer whether you have been in any other European information units.

No

Yes

Please, name them.

20. Identify the type of documentation you have ever accessed to at the EDC.

Treaties	<input type="checkbox"/>
Official Journal of the European Union L series	<input type="checkbox"/>
Official Journal of the European Union C series	<input type="checkbox"/>
Official Journal of the European Union S series	<input type="checkbox"/>
Case law from the Court of Justice of the European Communities and Court of First Instance	<input type="checkbox"/>
Bulletin of the European Union	<input type="checkbox"/>
General Reports about the activities of the European Union	<input type="checkbox"/>
COM documents	<input type="checkbox"/>
SEC documents	<input type="checkbox"/>
European Parliamentary debates	<input type="checkbox"/>
Reports of the European Parliament	<input type="checkbox"/>
Statistics from the Statistics Service of the European Communities	<input type="checkbox"/>
Reports and Bulletins of the Economic and Social Committee	<input type="checkbox"/>
Information from the European Investment Bank	<input type="checkbox"/>
Video cassettes	<input type="checkbox"/>
CDs	<input type="checkbox"/>
Posters, leaflets and brochures	<input type="checkbox"/>
Themed information files	<input type="checkbox"/>

Ana Lúcia Silva Terra
University of Coimbra (Portugal)
November 2007-January 2008
analuciaterra@yahoo.com

21. Identify the FIVE most common areas in which you seek information about the EU.

Agriculture	<input type="checkbox"/>	External relations	<input type="checkbox"/>
Audiovisual and media	<input type="checkbox"/>	External trade	<input type="checkbox"/>
Budget	<input type="checkbox"/>	Fight against fraud	<input type="checkbox"/>
Competition	<input type="checkbox"/>	Fisheries and maritime affairs	<input type="checkbox"/>
Consumers	<input type="checkbox"/>	Food safety	<input type="checkbox"/>
Culture	<input type="checkbox"/>	Foreign and security policy	<input type="checkbox"/>
Customs	<input type="checkbox"/>	Humanitarian aid	<input type="checkbox"/>
Development	<input type="checkbox"/>	Human rights	<input type="checkbox"/>
Economic and monetary affairs	<input type="checkbox"/>	Information society	<input type="checkbox"/>
Education, training, youth	<input type="checkbox"/>	Internal market	<input type="checkbox"/>
Employment and social affairs	<input type="checkbox"/>	Justice, freedom and security	<input type="checkbox"/>
Energy	<input type="checkbox"/>	Public health	<input type="checkbox"/>
Enlargement	<input type="checkbox"/>	Regional policy	<input type="checkbox"/>
Enterprise	<input type="checkbox"/>	Research and innovation	<input type="checkbox"/>
Environment	<input type="checkbox"/>	Taxation	<input type="checkbox"/>
European Union activities	<input type="checkbox"/>	Transport	<input type="checkbox"/>

22. Indicate the THREE reasons which make it difficult to access information about EU that meets your needs.

- Don't know how to express exactly what my information needs are relating to the EU.
- Don't know how to find information about the EU which meets my needs.
- Difficulties in understanding the information available about the EU.
- Difficulties in understanding the terminology used in documents about the EU.
- Problems in dealing with the large quantity of information available about the EU.
- There is a lack of objective and up to date information about the EU
- There is a lack of attractively presented information about the EU.
- The tools for accessing information created by European institutions are inadequate.
- Other
- There is no reason that makes it difficult to access information that meets my needs about EU.

23. Indicate the THREE reasons which make it possible to access information that meets your needs about EU.

- I know how to express exactly what my information needs are relating to the EU.
- I am familiar with the tools for accessing EU information (catalogues, databases, etc.)
- The tools for accessing information created by European institutions are adequate.
- The EDC assistant(s) give(s) me the information about the subject that I was searching for.
- The EDC assistant(s) help(s) me in the process of information searching and retrieval to find the relevant documents.
- Information about the EU is objective and up to date.
- Information about the EU is attractively presented.
- EU institutions promptly make available all information requested by users.
- Other

24. Identify the THREE aspects that you most value when accessing information about the EU.

- Ease of access to the information.
- Availability of information in língua materna.
- Availability of information in digital format.
- Up to date information.
- Impartial information.
- Easily understood information.

25. Identify the most common situations to look for information about the EU.

- To carry out school work.
- To carry out academic work.
- To carry out research about the EU.
- To obtain general information about the EU.
- For professional purposes.
- To know their rights as EU citizens.
- For cultural or leisure purposes.
- Other

Ana Lúcia Silva Terra
University of Coimbra (Portugal)
November 2007-January 2008
analuciaterra@yahoo.com

26. State whether you have searched any database before to access information about the EU.

No Yes

27. In case you have searched databases before to access information about the EU, please refer the type of Access used.

Individual search on the EDC.
 Assisted search by an EDC assistant.
 Individual search out of the EDC.
 Assisted search out of the EDC.

28. Point out the databases you know and those you've already used to access information about the EU.

Databases	Known	Used
ARCHIplus		
CURIA		
ECLAS		
EUR-Lex		
EU Whoiswho		
PRELEX		
RAPID		
REGISTER		
Other		

29. Mention THREE websites you've searched to look for information about the EU.

1 st website	
2 nd website	
3 rd website	

30. Indicate whether you're searched the Internet to look for information about the EU before you turned to the EDC.

No Yes

Web browser
 In the official sites of the EU institutions
 Other

Ana Lúcia Silva Terra
 University of Coimbra (Portugal)
 November 2007-January 2008
anaLuciaterra@yahoo.com

31. State how you chose to access the available documents in the EDC.

Search in the EDC catalogue.

Look for in the shelves.

The documents needed were directly hand out by the EDC assistant.

32. If you've search the EDC catalogue before, identify the type of search chosen.

By Author

By Title

By subject-matter

33. Indicate the information you consider to be relevant to integrate the internet website of the EDC.

EDC catalogue

Links to the official websites of the European Union institutions.

Links to the websites of institutions related to European information.

Thematic information files covering subjects related to the European Union.

News

Frequently asked questions

Other

34. If you like to give a comment about this questionnaire, please use the text box below.

If you like to receive the results collected by this survey, please write your email in the text box below.

Thank you very much for your cooperation!

When complete, please hand out this questionnaire to the EDC assistant.

Ana Lúcia Terra

analuciaterra@yahoo.com

Ana Lúcia Silva Terra
University of Coimbra (Portugal)
November 2007-January 2008
analuciaterra@yahoo.com

ANEXO VII

*Inquérito por questionário aos alunos de matérias europeias numa
Universidade portuguesa*

Q3

QUESTIONÁRIO

O comportamento informacional dos estudantes de Estudos Europeus

Este questionário destina-se a conhecer a relação dos estudantes da área de Estudos Europeus com a Informação Europeia.

Os dados recolhidos serão analisados no âmbito de um Doutoramento em Ciências Documentais a apresentar à Universidade de Coimbra. Serão tratados de forma anónima e não se destinam a fazer nenhuma avaliação dos inquiridos.

Para responder a todas as perguntas serão necessários cerca de 10 minutos.

1. Sexo

Feminino

Masculino

2. Idade

3. Actividade

Trabalhador

Estudante

Desempregado

Reformado

Profissão

4. Habilitações escolares/académicas concluídas.

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

Pós-doutoramento

Outra

Especifique qual

5. Curso

Grau de ensino e ano que frequenta

Designação do curso que frequenta

Instituição onde o curso é leccionado

6. Esclareça a sua opinião acerca da integração de Portugal na União Europeia.

Foi bom para Portugal

Foi mau para Portugal

Foi uma decisão irrelevante

Não sei

Ana Lúcia Silva Terra
Universidade de Coimbra
Fevereiro 2008
analuciaterra@yahoo.com

7. Refira se considera o acesso a informação sobre a União Europeia importante para:

A sua vida pessoal A sua vida profissional Não sei

8. Identifique os DOIS melhores meios para obter informação geral e quotidiana sobre a União Europeia.

Bibliotecas/Centros de documentação
Internet
Jornais/Revistas
Rádio
Televisão

9. Identifique as situações que já o levaram a procurar informação sobre a UE.

Para realizar trabalhos escolares.
Para realizar trabalhos académicos.
Para desenvolver investigação sobre a UE.
Para obter informação geral sobre a UE.
Para resolver assuntos de ordem profissional.
Para conhecer os seus direitos enquanto cidadãos da UE.
Por motivos culturais ou de lazer.

Outras

10. Esclareça se costuma frequentar regularmente bibliotecas/centros de documentação.

Não Sim

Refira quais.

Biblioteca municipal

Biblioteca universitária

Biblioteca escolar

Biblioteca nacional

Outras

11. A Comissão Europeia criou uma estrutura diversificada de centros de informação espalhados pelos Estados-Membros. Identifique os que conhece e os que desconhece.

Designação do Centro de Informação	Desconheço	Conheço	
		Nunca utilizei	Já utilizei
<i>Centros de Informação EUROPE DIRECT</i>			
<i>Centro de Contacto EUROPE DIRECT</i>			
<i>Centros de Documentação Europeia</i>			
<i>Euro Info Centres</i>			
<i>Rede Euwodesk</i>			
<i>Centro de Informação Europeia Jacques Delors</i>			
<i>Outros:</i>			

12. Identifique a forma como costuma aceder aos documentos sobre a temática europeia em bibliotecas e/ou centros de informação europeia.

Pesquisa no catálogo.

Procura quase aleatoriamente nas estantes.

Procura nas estantes de acordo com o sistema de classificação usado.

A/O funcionária/o da(o) biblioteca e/ou centro de informação entrega-lhe directamente os documentos que necessita.

13. Caso já tenha pesquisado num catálogo documentos sobre a temática europeia, refira o tipo de pesquisa que realizou.

Por Autor

Por Título

Por Assunto

Utilizando o sistema de classificação aplicado na instituição

14. Para ter acesso a um livro específico, publicado em 2005, sobre a temática europeia, identifique a PRIMEIRA fonte de informação onde irá pesquisar.

Biblioteca da sua Faculdade/Universidade

Centro de Informação sob a égide da Comissão Europeia

Biblioteca on-line

Livraria tradicional

Livraria on-line

Motor de busca na Internet

Ana Lúcia Silva Terra
 Universidade de Coimbra
 Fevereiro 2008
analuciaterra@yahoo.com

15. Identifique os tipos de documentos elaborados pelas instituições europeias que já consultou.

Tratados	
Jornal Oficial da União Europeia série L	
Jornal Oficial da União Europeia série C	
Jornal Oficial da União Europeia série S	
Jurisprudência do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias	
Boletim da União Europeia	
Relatórios Gerais sobre a actividade da União Europeia	
Documentos COM	
Documentos SEC	
Debates do Parlamento Europeu	
Relatórios do Parlamento Europeu	
Estatísticas do Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias	
Relatórios e Boletins do Comité Económico e Social	
Informações do Banco Europeu de Investimentos	

16. Identifique as CINCO áreas onde a sua procura de informação sobre a União Europeia é mais frequente.

Actividades da União Europeia	<input type="checkbox"/>	Empresas	<input type="checkbox"/>
Agricultura	<input type="checkbox"/>	Energia	<input type="checkbox"/>
Ajuda humanitária	<input type="checkbox"/>	Fiscalidade	<input type="checkbox"/>
Alargamento	<input type="checkbox"/>	Investigação e inovação	<input type="checkbox"/>
Alfândegas	<input type="checkbox"/>	Justiça, liberdade e segurança	<input type="checkbox"/>
Ambiente	<input type="checkbox"/>	Luta contra a fraude	<input type="checkbox"/>
Audiovisual e meios de comunicação social	<input type="checkbox"/>	Mercado interno	<input type="checkbox"/>
Comércio externo	<input type="checkbox"/>	Orçamento	<input type="checkbox"/>
Concorrência	<input type="checkbox"/>	Pesca e Assuntos Marítimos	<input type="checkbox"/>
Consumidores	<input type="checkbox"/>	Política externa e segurança	<input type="checkbox"/>
Cultura	<input type="checkbox"/>	Política regional	<input type="checkbox"/>
Desenvolvimento	<input type="checkbox"/>	Relações externas	<input type="checkbox"/>
Direitos do homem	<input type="checkbox"/>	Saúde pública	<input type="checkbox"/>
Economia e finanças	<input type="checkbox"/>	Segurança alimentar	<input type="checkbox"/>
Educação, Formação, Juventude	<input type="checkbox"/>	Sociedade da informação	<input type="checkbox"/>
Emprego e assuntos sociais	<input type="checkbox"/>	Transportes	<input type="checkbox"/>

Ana Lúcia Silva Terra
Universidade de Coimbra-
Fevereiro 2008
analuciaterra@yahoo.com

17. Identifique as DUAS fontes de informação que considera mais fiáveis e objectivas para esclarecer uma questão sobre a construção europeia.

Documentos publicados pelas instâncias europeias.

Documentos publicados por entidades externas aos organismos comunitários.

Informação disponível nos meios de comunicação social (rádio, televisão e jornais).

Informação disponível na Internet nas páginas oficiais das instituições da União Europeia.

Informação disponível na Internet nas páginas oficiais dos governos nacionais de cada país da UE.

18. Identifique os TRÊS aspectos que mais valoriza para aceder a informação sobre a UE.

Facilidade no acesso à informação.

Informação disponível em língua portuguesa.

Informação disponível em suporte electrónico.

Informação actualizada.

Informação imparcial.

Informação compreensível.

19. Aponte as TRÊS razões que considera dificultarem mais o seu acesso a informação adequada sobre a UE.

Não saber exprimir com exactidão as suas necessidades de informação sobre a UE.

Não saber localizar informação sobre a UE adequada às suas necessidades.

Dificuldades em interpretar a informação disponível sobre a UE.

Dificuldades na compreensão da terminologia usada nos documentos sobre a UE.

Dificuldade em lidar com a grande quantidade de informação disponível sobre a UE.

Existe falta de informação objectiva e actualizada sobre a UE.

A informação sobre a UE é pouco apelativa.

Os instrumentos de acesso à informação criados pelas instituições da UE não são adequados.

Outras

Nenhuma razão dificulta o seu acesso a informação adequada sobre a UE.

20. Aponte as TRÊS razões que considera facilitarem mais o seu acesso a informação adequada sobre a UE.

Consegue exprimir com exactidão as suas necessidades de informação sobre a UE.

Conhece bem os instrumentos de acesso à informação da UE (catálogos, bases de dados, etc.).

Os instrumentos de acesso à informação criados pelas instituições da UE são eficazes.

Os funcionários das bibliotecas costumam facultar-lhe a informação adequada sobre o assunto que procura.

Os funcionários das bibliotecas costumam orientar a sua pesquisa para localizar a informação que necessita.

A informação sobre a UE é objectiva e actualizada.

A informação sobre a UE tem uma apresentação apelativa.

As instituições da UE disponibilizam prontamente toda a informação que solicita.

Outras

21. Esclareça se no último mês procurou informação sobre a UE na Internet.

Não

Sim

Em motores de busca

Nas páginas oficiais das instituições da EU

Outros

22. Refira TRÊS páginas da Internet que tenha consultado para procurar informação sobre a UE.

1ª Página	
2ª Página	
3ª Página	

23. Desde o final dos anos 1990, as instituições europeias investiram fortemente na Internet para divulgar informação sobre as suas actividades. Indique os sítios da Internet onde poderá encontrar resposta às perguntas seguintes.
Escolha apenas uma opção.

	Quais as atribuições do Provedor de Justiça Europeu?	Qual o país em exercício da Presidência do Conselho da União Europeia?	Quem é o Comissário responsável pelo Ambiente?	A que Comissão Parlamentar preside a euro-deputada Katerina Batzeli?
http://ec.europa.eu				
http://www.ombudsman.europa.eu				
http://www.consilium.europa.eu/				
http://www.europarl.europa.eu/				
Não sei				

24. Refira se já recorreu a alguma base de dados para aceder a informação sobre a UE.

Não

Sim

25. Se já tiver utilizado bases de dados para aceder a informação sobre a UE, refira a modalidade em que o fez.

Pesquisa individual num centro de informação da UE.

Pesquisa assistida por um funcionário de um centro de informação da UE.

Pesquisa individual fora de um centro de informação europeia.

Pesquisa assistida por um funcionário fora de um centro de informação europeia.

26. Assinale com uma cruz as bases de dados que conhece e as que já utilizou para procurar informação sobre a UE.

Base de dados	Desconheço	Conheço	Utilizei
ARCHIplus			
CURIA			
ECLAS			
EUR-Lex			
EU Whoiswho			
PRELEX			
RAPID			
REGISTER			
Outras			

Ana Lúcia Silva Terra
 Universidade de Coimbra
 Fevereiro 2008
analuciaterra@yahoo.com

27. Esclareça a que base de dados deveria recorrer para resolver cada um dos problemas apresentados.

	Conhecer o percurso institucional e aceder ao texto do documento COM(2004) 123	Pesquisar os documentos sobre o Ambiente produzidos e recebidos pelo Conselho	Acéder ao texto do Regulamento (CE) n.º 1752/2006 da Comissão, publicado no JO L 33, de 29 de Novembro de 2006.
http://ec.europa.eu/prelex/apcnet.cfm			
http://register.consilium.europa.eu/			
http://eur-lex.europa.eu			
Não sei			

28. Esclareça se considera o acesso aos documentos produzidos e recebidos pelas instâncias europeias como uma das vertentes da política de abertura e transparência da UE.

Sim

Não

Não sei

29. Caso pretenda fazer algum comentário ou dar alguma sugestão pode utilizar a caixa de texto abaixo.

Se pretender receber os resultados deste inquérito, por favor, indique o seu endereço de e-mail na caixa de texto abaixo.

Muito obrigada pela sua colaboração!

Ana Lúcia Terra
analuciaterra@yahoo.com

Ana Lúcia Silva Terra
Universidade de Coimbra-
Fevereiro 2008
analuciaterra@yahoo.com

ANEXO VIII

Visitas aos Centros de Documentação Europeia

VISITAS AOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA²

Bélgica

CDE da Université Libre de Bruxelles

Responsável: Sophie Clermont

Visita realizada em Janeiro de 2008.

Hungria

CDE do Berzsenyi Dániel College European Study Centre – Szombathely

Responsável: Tímea Varga

Visita em Fevereiro de 2008.

CDE do Eötvös Loránd University

Responsável: Istvan Erdos

Visita realizada em Fevereiro de 2008.

CDE da Library of the Hungarian Parliament

Responsável: Ildikó Czákne Szomor

Visita realizada em Fevereiro.

Irlanda

CDE James Joyce Library – University College Dublin

Responsável: Monique Carroll

Visita em Março de 2008.

University of Dublin Trinity College

Responsável: John Goodwillie

Visita em Março de 2008.

² As visitas incluíram uma componente de observação do espaço do CDE e uma entrevista semi-dirigida ao seu responsável. Para ver o guião da entrevista, consultar **Anexo IX**.

CDE University of Limerick

Responsável: Pattie Punch

Visita realizada em Março de 2008.

Finlândia

CDE University of Turku

Responsável: Katja Halonen

Visita realizada em Abril de 2008.

CDE University of Turku

Responsável: Miia Koljonen

Visita realizada em Abril de 2008.

CDE of the Association of Finnish Local and regional Authorities

Responsável: Eila Vainikka

Visita realizada em Abril de 2008.

CDE University of Lapeenranta

Responsável: Liisa Levomäki

Visita realizada em Abril de 2008.

CDE University of Oulu

Responsável: Outi Klimtrup

Visita realizada em Junho de 2008.

Portugal

CDE da Universidade de Coimbra

Responsável: Saudade Miranda

Diversas visitas realizadas ao longo de 2007-2008.

CDE da Universidade Técnica de Lisboa no Instituto Superior de Economia e Gestão

Responsável: Duarte Vicente da Silva

Visita realizada em Junho de 2008.

CDE da Universidade Lusíada em Lisboa

Responsável: Helder Machado

Visita realizada em Junho de 2008.

CDE da Universidade de Lisboa

Responsável: Filipa Tovar de Carvalho

Visita realizada em Junho de 2008.

CDE do Instituto Nacional de Administração (INA)

Responsável: Vera Batalha

Visita realizada em Junho de 2008.

ANEXO IX

Guião das entrevistas aos responsáveis dos CDE

GUIÃO DAS ENTREVISTAS AOS RESPONSÁVEIS DOS CDE

As questões delineadas para os encontros com os responsáveis dos CDE foram as seguintes. Contudo, sendo entrevistas semi-dirigidas, os entrevistados podiam abordar outros temas para além dos referidos.

Foi também elaborada uma versão equivalente em Inglês.

- Quais são os utilizadores-alvo do CDE? Público em geral? Estudantes/Investigadores de Estudos Europeus?
- Qual a sua opinião sobre a distribuição dos documentos pelo SPOCE? O que pensa de já não receber o JO em versão papel gratuitamente?
- Que tipo de relações mantém com a Representação da Comissão em Lisboa?
- Quais as relações com outros CDE e com outras redes de informação europeia?
- Teve conhecimento dos resultados da avaliação da DG COMM do ano passado aos CDE? O que pensa dos resultados?
- Pensa que os CDE têm um papel na política de comunicação da UE?
- O que pensa do questionário ao qual respondeu sobre o CDE? E sobre o questionário aos utilizadores?

ANEXO X

Etapas da construção europeia: os alargamentos



ANEXO XI

*Discriminação do tipo de participação dos Centros de Documentação
Europeia da amostra seleccionada*

País	Entidade Hospedeira	Questionário ao responsável do CDE	Questionário aos utilizadores dos CDE	CDE visitados
<i>Alemanha</i>	Stiftung Wissenschaft und Politik Berlin	Completo	3	
	Ludwig-Maximilians Universität München	Completo	5	
<i>Áustria</i>	Universität Wien	Completo	5	
	Leopold Franzens Universität Innsbruck	Completo	5	
<i>Bélgica</i>	Université Libre de Bruxelles	Completo	4	Sim
	Université Catholique de Louvain	Completo	3	

País	Entidade Hospedeira	Questionário ao responsável do CDE	Questionário aos utilizadores dos CDE	CDE visitados
<i>Bulgária</i>	EU Law Documentation Centre for the Judiciary Sofia	Completo	4	
	University of Veliko Tarnovo	Completo	5	
<i>Chipre</i>	European Institute Cyprus - Nicosie	Completo	5	
<i>Dinamarca</i>	Koebenhavns Universitet Copenhaga	Completo	0	
	Statbiblioteket Århus	Completo	0	
<i>Eslóvaquia</i>	Comenius University Bratislava	Completo	0	
	University Kosice	Completo	0	

País	Entidade Hospedeira	Questionário ao responsável do CDE	Questionário aos utilizadores dos CDE	CDE visitados
<i>Eslovénia</i>	University of Ljubljana Ljubljana	Completo	5	
	University of Maribor	Completo	5	
<i>Espanha</i>	Universidad Carlos III Madrid	Completo	6	
	Universidad de Sevilla	Completo	0	
<i>Estónia</i>	International University Audentes Talin	Completo	2	
	University Tartu	Completo	1	
<i>Finlândia</i>	Association of Finnish Local and Regional Authorities Helsinki	Completo	0	Sim

País	Entidade Hospedeira	Questionário ao responsável do CDE	Questionário aos utilizadores dos CDE	CDE visitados
<i>Finlândia</i>	University of Helsinki	Completo	2	Sim
	University of Joensuu	Completo	5	
	University of Jyväskylä	Completo	0	
	Lappeenranta University of Technology	Incompleto	3	Sim
	University of Oulu	Completo	3	Sim
	University of Lapland Rovaniemi	Completo	0	
	University of Turku	Completo	1	Sim

País	Entidade Hospedeira	Questionário ao responsável do CDE	Questionário aos utilizadores dos CDE	CDE visitados
<i>Finlândia</i>	University of Tampere	Completo	0	
	University of Vaasa	Completo	2	
<i>França</i>	Université d'Aix Marseille III CERIC	Completo	0	
	Université de Paris Bibliothèque Cujas	Completo	0	
<i>Grécia</i>	Panteion University Athens	Completo	0	
	University of Piraeus	Completo	6	
<i>Hungria</i>	Corvinus University Budapeste	Completo	0	

País	Entidade Hospedeira	Questionário ao responsável do CDE	Questionário aos utilizadores dos CDE	CDE visitados
<i>Hungria</i>	Berzsenyi Dániel College Szombathely	Completo	5	Sim
	Miskolc University	Completo	5	
	Eötvös Loránd University Budapest	Completo	0	Sim
	Budapest Business School	Completo	3	
	TSF European Documentation Centre Békéscsaba	Completo	0	
	St Stephen University Gödöllő	Completo	0	
	University of Szeged	Completo	0	

País	Entidade Hospedeira	Questionário ao responsável do CDE	Questionário aos utilizadores dos CDE	CDE visitados
<i>Hungria</i>	Library of the Hungarian Parliament Budapest	Completo	10	Sim
	Pannon University Veszprém	Completo	5	
	University of Pecs	Completo	0	
	Debrecen University	Não respondeu	0	
	Kodolányi János University College Székesfehérvár	Não respondeu	0	
	University of Dublin Trinity College	Completo	0	Sim
<i>Irlanda</i>	University College Cork	Incompleto	0	

País	Entidade Hospedeira	Questionário ao responsável do CDE	Questionário aos utilizadores dos CDE	CDE visitados
<i>Irlanda</i>	NUI Galway	Completo	5	
	University College Dublin	Completo	3	Sim
	University of Limerick	Completo	7	Sim
<i>Itália</i>	Universita degli Studi di Roma “La Sapienza”	Completo	5	
	Alma Mater - Universita di Bologna	Completo	4	
<i>Letónia</i>	University of Latvia Riga	Completo	4	

País	Entidade Hospedeira	Questionário ao responsável do CDE	Questionário aos utilizadores dos CDE	CDE visitados
Lituânia	University of Vilnius	Completo	5	
	Kaunas University of Technology	Completo	4	
Malta	University of Malta Msida	Completo	0	
	Vrije Universiteit Amsterdam	Incompleto	0	
Países Baixos	Utrecht University	Completo	1	
	Asser Instituut Den Haag	Completo	0	

País	Entidade Hospedeira	Questionário ao responsável do CDE	Questionário aos utilizadores dos CDE	CDE visitados
<i>Polónia</i>	Warsaw University	Completo	5	
	Academy of Economy Kraków	Completo	5	
	Instituto Nacional de Administração Oeiras	Completo	5	Sim
	Instituto Politécnico de Beja	Completo	0	
<i>Portugal</i>	Instituto Politécnico de Leiria	Completo	5	
	Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa	Completo	5	Sim
	Universidade dos Açores	Completo	0	

País	Entidade Hospedeira	Questionário ao responsável do CDE	Questionário aos utilizadores dos CDE	CDE visitados
<i>Portugal</i>	Universidade do Algarve Faro	Completo	5	
	Universidade de Aveiro	Completo	2	
	Universidade da Beira Interior Covilhã	Completo	0	
	Universidade Católica Portuguesa Lisboa	Completo	5	
	Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto	Completo	5	
	Universidade de Coimbra	Completo	4	Sim
	Universidade de Évora	Completo	5	

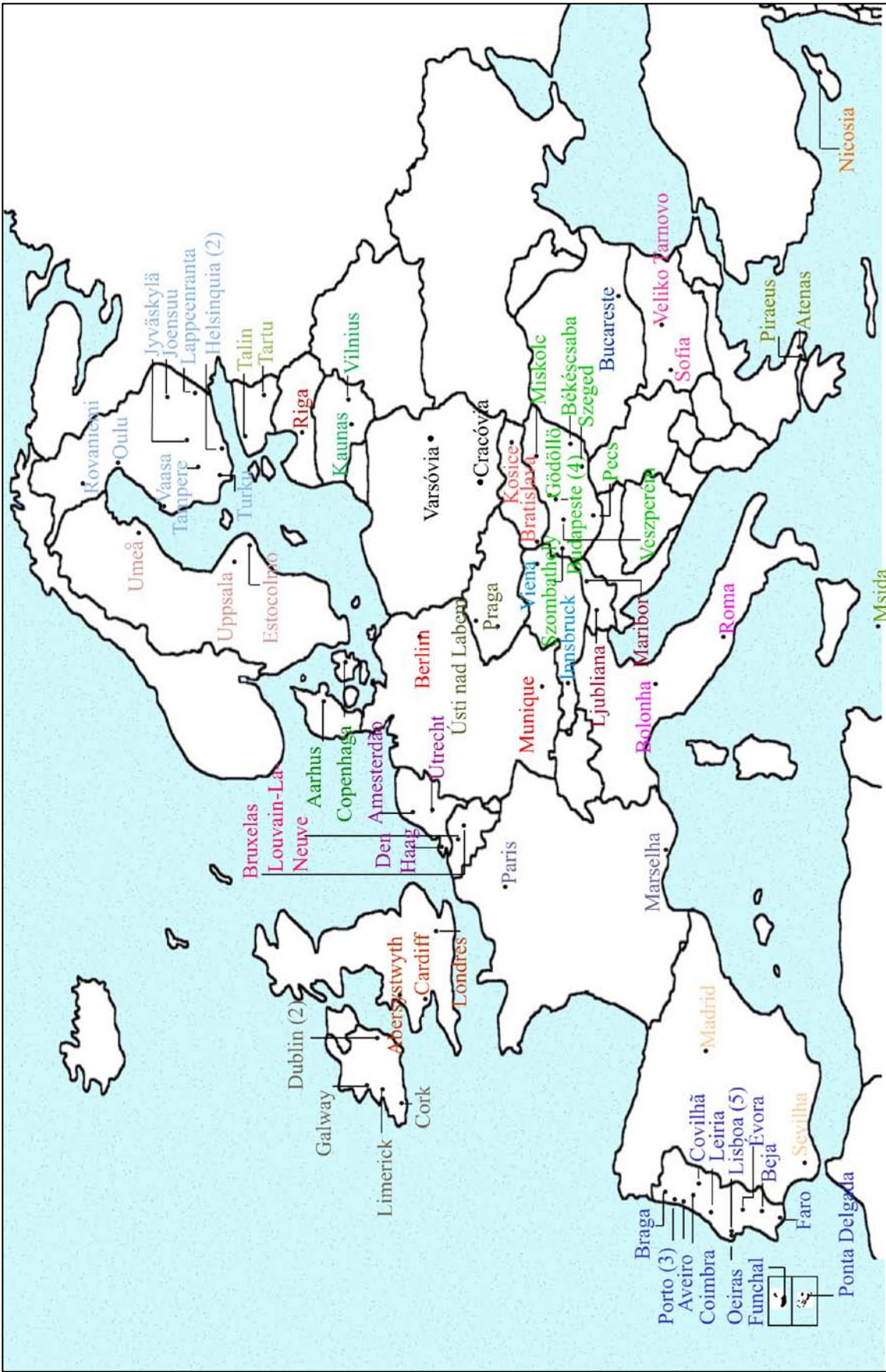
País	Entidade Hospedeira	Questionário ao responsável do CDE	Questionário aos utilizadores dos CDE	CDE visitados
<i>Portugal</i>	Universidade de Lisboa	Completo	4	Sim
	Universidade Lusíada de Lisboa	Completo	5	Sim
	Universidade Lusíada do Porto	Completo	5	
	Universidade da Madeira	Completo	5	
	Universidade do Minho	Completo	4	
	Universidade Nova de Lisboa	Completo	0	
	Universidade do Porto	Completo	0	

País	Entidade Hospedeira	Questionário ao responsável do CDE	Questionário aos utilizadores dos CDE	CDE visitados
Reino Unido	Cardiff University	Incompleto	0	
	University of Wales, Aberystwyth	Completo	4	
	Queen Mary & Westfield College London	Completo	0	
República Checa	Charles University Praha	Completo	0	
	Jan Evangelista Purkyně University Ústí nad Labem	Completo	6	
Roménia	National Institute for Information and Documentation Bucarest	Completo	0	

País	Entidade Hospedeira	Questionário ao responsável do CDE	Questionário aos utilizadores dos CDE	CDE visitados
<i>Suécia</i>	Stockholm Universitet	Incompleto	0	
	Umeå Universitet	Completo	2	
	Uppsala Universitet	Completo	2	
<i>Totais</i>		Enviados: 90 Recebidos completos: 83 Recebidos incompletos: 5 Não responderam: 2	Recebidos: 234	Visitas: 17

ANEXO XII

Distribuição geográfica dos Centros de Documentação Europeia da amostra seleccionada



ANEXO XIII

*Plano de Classificação do SPOCE, na versão revista em 1990,
actualmente em vigor*

Plano de classificação

O plano de classificação do índice temático foi sujeito a uma profunda revisão e actualização que servirá a edição 1990 e subsequentes.

A nova classificação mais completa que a anterior, assegura uma maior precisão na classificação dos documentos porque está mais bem adaptada às necessidades do catálogo.

- | | | |
|---|--|--|
| 01 Questões institucionais | 05 Questões sociais | 1150 Fundo Europeu de Desenvolvimento e relações ACP/CEE |
| 0110 Integração europeia | 0510 Política social | 1160 Acordos com os países em desenvolvimento |
| 0120 Funcionamento das instituições | 0520 Política da saúde | 1170 Cooperação política europeia |
| 0130 Disposições financeiras — Orçamento | 0530 Protecção e segurança sociais | 1180 Questões internacionais |
| 0140 Informações gerais sobre a Comunidade | 0540 Fundo Social Europeu | |
| | 06 Direito e questões jurídicas | |
| 02 União aduaneira e política comercial | 0610 Tratados, acordos e convenções intracomunitárias | 12 Energia |
| 0210 Pauta aduaneira comum | 0620 Direito derivado comunitário | 1210 Política energética |
| 0220 Regulamentação aduaneira | 0630 Aproximação das legislações | 1220 Euratom/energia nuclear |
| 0230 Contingente tarifário | 0640 Direitos e liberdades | 1230 Carvão e hidrocarbonetos |
| 0240 Livre circulação de mercadorias | | 1240 Electricidade |
| 0250 Política comercial | 07 Transportes | 1250 Energia não poluente |
| 0260 Acordo comercial | 0710 Política dos transportes | |
| | 0720 Transporte terrestre (estrada, caminho-de-ferro) | 13 Política regional |
| 03 Agricultura, silvicultura, pesca | 0730 Transporte fluvial e marítimo | 1310 Política regional |
| 0310 Política agrícola | 0740 Transporte aéreo e espacial | 1320 FEDER |
| 0320 Estruturas agrícolas — FEOGA Orientação | | |
| 0330 Medidas monetárias — FEOGA Garantia | 08 Concorrência e empresa | 14 Meio ambiente |
| 0340 Produção animal | 0810 Concorrência e regulamentação da concorrência | 1410 Política e protecção do meio ambiente |
| 0341 Albuminas | 0820 Empresa | 1420 Deterioração do meio ambiente |
| 0342 Leite e lacticínios | 0830 Direito das sociedades | |
| 0343 Carnes, aves de capoeira, ovos | | 15 Investigação científica e técnica |
| 0344 Outros produtos animais | 09 Finanças | 1510 Política de investigação |
| 0345 Sector veterinário e polícia sanitária | 0910 Política monetária e SME | 1520 Energia e ciência nuclear |
| 0350 Produção vegetal | 0920 Integração financeira e livre circulação dos capitais | 1521 Radioprotecção |
| 0351 Cereais, arroz | 0930 Fiscalidade | 1530 Química, ciências físicas e processos industriais |
| 0352 Frutos, legumes | 0931 Harmonização fiscal | 1540 Medicina e ciências biológicas |
| 0353 Plantas têxteis | | 1550 Agronomia e tecnologia alimentar |
| 0354 Plantas vivas, floricultura | 10 Questões económicas — consumo | 1560 Tecnologia da informação e telecomunicações |
| 0355 Vinho, viticultura | 1010 Política económica | 1570 Investigação espacial |
| 0356 Álcool | 1020 Realização do mercado interno | 1580 Outros sectores |
| 0357 Matérias gordas vegetais | 1030 Política industrial | |
| 0358 Política fitossanitária | 1040 Sector terciário | 16 Informação, educação, cultura |
| 0359 Outros produtos vegetais | 1041 Banco, seguros | 1610 Informação, comunicação |
| 0360 Meios de produção agrícola | 1042 Liberdade de estabelecimento e de prestação de serviços | 1620 Documentação |
| 0370 Silvicultura | 1050 Consumidores e consumo | 1630 Política da educação — Ensino |
| 0380 Política da pesca | | 1640 Cultura |
| 0381 Acordo de pesca | | |
| 0382 Regulamentação da pesca | | |
| 04 Emprego e trabalho | 11 Relações externas | 17 Estatísticas |
| 0410 Política de emprego | 1110 Relações externas | 1710 Estatísticas gerais |
| 0420 Mercado do trabalho e livre circulação dos trabalhadores | 1120 Relações multilaterais e organizações internacionais | 1720 Economia e finanças |
| 0430 Formação profissional | 1130 Relações com os países terceiros | 1730 População e condições sociais |
| 0440 Condições de trabalho, saúde e segurança | 1131 Relações com os países da Europa Central e Oriental | 1740 Energia e indústria |
| | 1140 Ajuda ao desenvolvimento | 1750 Agricultura, silvicultura e pesca |
| | | 1760 Comércio externo |
| | | 1770 Serviços e transportes |
| | | 1780 Meio ambiente |
| | | 1790 Outros |

ANEXO XIV

Páginas da Internet com informação sobre os softwares usados nos catálogos dos CDE

**PÁGINAS DA INTERNET COM INFORMAÇÃO SOBRE OS SOFTWARES
USADOS NOS CATÁLOGOS DOS CDE**

Software do catálogo do CDE	Páginas da Internet com informação sobre o software
Abekt	http://www.beepknowledgesystem.org/Search/ShowCase.asp?CaseTitleID=419&CaseID=1324
Aleph	http://www.exlibrisgroup.com/category/Aleph
Alephino	http://www.exlibrisgroup.com/
Bibliobase	http://www.bibliosoft.pt/html/produtos.htm
Cobiss	http://www.cobiss.net/
Corvina	http://www.e-corvina.hu/
DB-text	http://www.inmagic.com/products/textbase/TextWorks.html#tw
Docbase	http://www.did.pt/site/
Geac ADVANCE Library System	http://vubis-smart.com/html/homeeng.htm
GIB	http://www.libware.pt/
Horizon	http://www.sirsidynix.com/
HUNTEKA	http://www.hunteka.hu/
INNOPAC	http://www.iii.com/
KNOSYS	http://www.knosys.net/KnosysWeb/home.htm
Micro CDS/ISIS	http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=2071&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html
Millenium	http://www.iii.com/
R.I.K.S - Information and Cataloguing System for the Libraries	http://www.deltmar.ee/riks/
Sebina	http://www.sebina.it/index.html
Talis Library System Software	http://www.talis.com/applications/index.shtml
Unicorn Workflows	http://www.sirsidynix.com/Solutions/Products/integratedsystems.php
Voyager	http://www.exlibrisgroup.com/category/Voyager
VTLS (Virginia Technological Library System)	http://www.vtls.com/about_us
WINISIS	http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=5330&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html